



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Controladoria-Geral da União
Secretaria Federal de Controle Interno

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

RELATÓRIO N°	: 160221
UCI EXECUTORA	: 170972 CGU/SFC/DS/DSPAS
EXERCÍCIO	: 2004
PROCESSO N°	: 35000.000474/2005-59
UNIDADE AUDITADA	: INSS/COGEFIN/DF
CÓDIGO	: 510001
CIDADE	: BRASILIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Senhor Coordenador Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n° 160221, e consoante o estabelecido na Decisão Normativa n° 62/2004-TCU, na Instrução Normativa n° 47/2004-TCU e na Norma de Execução n° 04/2004-SFC/CGU/PR, apresentamos o Relatório de Auditoria que trata dos exames realizados sobre os atos e conseqüentes fatos de gestão praticados no período de 01Jan2004 a 31Dez2004, sob responsabilidade dos dirigentes da Unidade Gestora em referência, arrolados no processo supracitado às fls. 004 a 011.

I - ESCOPO DO TRABALHO

2. Os trabalhos foram realizados na Sede da Unidade Jurisdicionada, no período de 4.4 a 3.6.2005, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta aos nossos exames, que contemplaram as seguintes áreas:

- CONTROLES DA GESTÃO;
- GESTÃO OPERACIONAL;
- GESTÃO ORÇAMENTÁRIA;
- GESTÃO FINANCEIRA;
- GESTÃO PATRIMONIAL;
- GESTÃO DE PESSOAS;
- GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS.

NOSSA MISSÃO: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos

Endereço DSPAS/SFC/CGU/PR - SAS Qd. 01 Bl. A 6º Andar sala 604 Ed. Darcy Ribeiro - Brasília/DF - CEP:70.070-905 - Cx. Postal: 3772 Telefone: (0**61) 412.7100 - 412.7193 - FAX 412.7386 - e-mail: sfcdspas@fazenda.gov.br

D:\2005\APOIO\RELATÓRIOS2005\VNSSI\Prestação de Contas INSS\Relatório\Rel 160221 INSS 2005.doc

3. Os trabalhos de auditoria foram realizados por amostragem, e para a seleção de itens auditados observou os seguintes critérios relevantes, em cada área de atuação:

CONTROLES DA GESTÃO - Avaliação quantitativa e qualitativa das ações das mencionadas Unidades, decorrentes das recomendações oriundas do Tribunal de Contas da União, da Secretaria Federal de Controle Interno/Controladoria-Geral da União-SFC/CGU, atuação da Auditoria Interna, da formalização do processo de prestação de contas da Unidade.

GESTÃO OPERACIONAL - A avaliação da gestão operacional decorre do exame do processo de planejamento das Unidades e seu monitoramento, o cumprimento e a execução das metas operacionais internas, bem como os instrumentos de registro desse processo.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA: Foram analisadas as execuções orçamentárias das unidades, tendo por base a previsão contida na Lei Orçamentária Anual.

GESTÃO FINANCEIRA: Foram analisadas as execuções financeiras das unidades, tendo por base a previsão contida na Lei Orçamentária Anual.

GESTÃO PATRIMONIAL: Foi analisado o inventário físico e financeiro.

GESTÃO DE PESSOAS: Foram objetos de análise os fatos relacionados ao quantitativo de pessoal, cessão de servidores, ajuda de custo e pagamento de auxílio-transporte.

GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS: Foram verificadas a eficácia, economicidade e efetividade das aquisições, bem como o cumprimento dos procedimentos formais internos e externos nos processos licitatórios realizados.

II - RESULTADO DOS EXAMES

4 CONTROLES DA GESTÃO

4.1 SUBÁREA - CONTROLES EXTERNOS

4.1.1 ASSUNTO - ATUAÇÃO DO TCU/SECEX

4.1.1.1 INFORMAÇÃO:

Diligências, Recomendações e Determinações do TCU Pendentes. A SFC realizou levantamento junto ao gestor com o intuito de verificar o atendimento às diligências, recomendações, determinações e solicitações efetuadas pelo TCU, sendo identificadas as seguintes pendências:

4.1.1.2 CONSTATAÇÃO:

Ausência de informação e/ou de providências adotadas para o ressarcimento dos danos causados ao erário.

TC nº 010.905/2002-6 (Ofício/TCU/4ª Secex nº 316, de 22.5.2003, alínea "f") - Possíveis irregularidades em revisão de débitos da empresa Viação Aérea Rio Grandense - VARIG S/A.

Trata-se da apuração de responsabilidades pelas impropriedades constatadas na revisão de débitos da empresa Viação Aérea Rio Grandense - VARIG S/A. Conforme informações prestadas pelo gestor durante os trabalhos de auditoria de acompanhamento de gestão, o Relatório Final da Comissão de Inquérito, datado de 20.8.2003, relativo ao assunto em referência, concluiu pelos seguintes enquadramentos da Lei aos acusados:

"Luiz Alberto Lazinho, aposentado, matr.SIAPE nº 033187, violou os incisos I e II do art. 116 e o inciso IX do art. 117 ambos da Lei nº 8.112/90; João Luiz Feldhaus, Auditor Fiscal da Previdência Social, mat. SIAPE nº 0953839, violou o inciso III do art. 116 da Lei nº 8.112/90 e aposentada Rejane de La Rocque Vieira de Mello, Coordenadora Geral de Cobrança a época dos fatos, as apurações foram suspensas em razão do seu estado de saúde, comprovado por avaliações médicas."

Ainda durante os trabalhos de auditoria de acompanhamento de gestão, na análise da SFC, recomendou-se a instauração de tomada de contas especial para ressarcimento ao erário dos prejuízos causados.

Visando obter informações sobre o citado ressarcimento, encaminhamos à Corregedoria-Geral do INSS, em 12.04.2005, a SA nº 160221-05.

Posteriormente, com base nas respostas apresentadas, emitimos em 29.04.2005 a SA nº 160221-26, encaminhando-a ao Diretor Presidente do INSS com a seguinte indagação:

"Com relação ao Processo nº 35.000.001899/2002-32, que comprovou irregularidades na revisão de débitos da empresa Viação Aérea Rio Grandense - VARIG S/A, resultando na responsabilização com aplicação de penalidades aos servidores JOÃO LUIZ FELDHAUS - Matr. SIAPE nº 0953839 e LUIZ ALBERTO LAZINHO Mat. SIAPE nº 033187 (conforme informações prestadas pela Corregedoria-Geral do INSS por meio do Ofício/INSS/CORREG nº 41, de 18.04.2005), informar quais as medidas adotadas pelo órgão para ressarcimento dos prejuízos causados aos cofres previdenciários, em conformidade com o que preceitua o artigo 3º da IN nº 113/INSS/DC de 14.12.2004."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício/INSS/CORREG nº 41, de 18.04.2005, a Corregedoria informou que:

"(...) através do processo nº 35000.001899/2002-32, foram apuradas as irregularidades. O Parecer CJ/MPS nº 3319/2004, decidiu pela aplicação das penalidades de: Suspensão de 10 dias ao servidor JOÃO LUIZ FELDHAUS, e Suspensão de 15 dias ao servidor LUIZ ALBERTO LAZINHO, que não poderá ser aplicada a este último servidor em virtude de sua aposentadoria, constando o fato nos seus assentamentos funcionais. O processo em referência foi encaminhado à Agência de Lages para aplicação da penalidade ao servidor JOÃO LUIZ FELDHAUS, devendo o mesmo ser encaminhado a esta Corregedoria-Geral para as demais providências."

Em 09.05.2005, por meio do Despacho INSS/CORREG nº 8, a Corregedoria-Geral do INSS informou que sobre a matéria haviam sido prestados esclarecimentos na resposta à SA nº 16221-05, encaminhada por meio do Ofício/INSS/CORREG nº 41, de 18.04.2005.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Apesar do INSS esclarecer as penalidades aplicadas aos envolvidos no fato, não foram informadas as medidas adotadas para ressarcimento ao erário dos danos causados. O normativo interno do INSS que versa sobre instauração e organização de Tomada de Contas Especial dispõe o seguinte:

"IN nº 113/INSS/DC de 23/12/2004

Art 3º. O Superintendente/Gerente Executivo do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob pena de responsabilidade solidária, sempre que tiver conhecimento formal da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou da prática de quaisquer atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos, de que resulte dano ao Órgão, deverá adotar as providências com vistas à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e imediato ressarcimento ao Erário."
(grifo nosso)

Portanto, esta SFC entende que o presente ponto encontra-se PENDENTE enquanto não forem adotadas as providências necessárias para ressarcimento dos danos causados e conseqüente instauração de Tomada de Contas Especial.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística

025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

RECOMENDAÇÃO:

Ante a Lei nº 11.098, de 13.01.2005, recomendamos à Secretaria de Receita Previdenciária - SRP/MPS adotar as medidas necessárias para o ressarcimento dos danos causados ao erário, e se for o caso, instauração de Tomada de Contas Especial-TCE.

Que a Corregedoria da SRP encaminhe o processo administrativo disciplinar para análise desta SFC/CGU.

4.1.1.3 CONSTATAÇÃO:

Pendências dos Resultados dos PADs e ausência de medidas para reaver os recursos públicos (TCE)

DECISÃO nº 527/2002 - TCU - 2ª Câmara (Processo TC 004.085/2002-2 e Apenso TC 008.683/2002-9) e ACÓRDÃO nº 1.297/2003 - TCU - 2ª Câmara

Refere-se a presente Decisão às irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria realizada pela 4ª SECEX, no período de 01.04 a 03.05.2002, na área de licitações e contratos do INSS. Este trabalho resultou nas seguintes determinações:

"(...)8.4.6. relativamente ao processo nº 35000.005539/2000-86, que trata da contratação de sistema de gerenciamento de contratos, adotar as providências cabíveis, visando à comprovação do cumprimento integral do Contrato nº 020/2000 e da regularidade dos pagamentos efetuados, inclusive, se necessário, instaurando tomada de contas especial, para que sejam apuradas as responsabilidades e quantificado o débito porventura existente, informando a este Tribunal no prazo de 90 (noventa) dias as medidas adotadas; 8.4.7. informar, no prazo de 90 (noventa) dias, as providências adotadas para obter da empresa Novadata Sistemas e Computadores S/A os equipamentos pagos e não entregues, relativos ao Contrato nº 040/98 (processo 35000.004900/1998-05), ou, alternativamente, para reaver os recursos públicos despendidos irregularmente, inclusive com a instauração de tomada de contas especial, caso necessária."

Em 12.04.2005, por meio da SA nº 160221-05, solicitamos ao gestor informar a posição atual dos PADs nº 35000.000454/2003-16 e 35000.004900/1998-05, relativos às empresas COMPLINE e NOVADATA,

em atendimento aos itens 8.4.6 e 8.4.7 da Decisão nº 527/2002 - TCU 2º Câmara.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício/INSS/CORREG nº 41, de 18.04.2005, a Corregedoria informou que:

"(...) Processo nº 35000.004900/1998-05 (apensado ao Processo nº 35000.003262/1999-88) contratação de serviços para atualização tecnológica de equipamentos do INSS pela empresa NOVADATA, em face ao Contrato de Prestação de Serviços nº 40/98: o Processo Administrativo Disciplinar foi constituído pela PT/Correg nº 019/2005, com prorrogação pela PT/Correg nº 057/2005. FASE: Em apuração, aguardando retorno de Carta Precatória encaminhada para a Corregedoria Regional em Salvador/BA, para a oitiva de um dos acusados domiciliado naquela cidade. Processo nº 35000.000454/2003-16. Apuração de desaparecimento dos autos nº 35000.005539/2000-86 e irregularidades na execução do Contrato de Prestação de Serviços nº 20/2000, havido entre o INSS e a empresa Comp Line Informática Ltda. O Procedimento Administrativo Disciplinar foi instaurado pela PT/Correg nº 016/2005, com prorrogação pela PT/Correg nº 056/2005. FASE: Em apuração, aguardando retorno de Carta Precatória encaminhada para a Corregedoria Regional em Salvador/BA, para oitiva de um dos acusados, bem como a localização de um dos acusados, que se encontra em local incerto, provavelmente domiciliado naquela cidade de Salvador/BA."

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística.
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística.
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade.
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade.
086.899.971-72	Genoveva Freire Coelho	Corregedora-Geral do INSS

AValiação DA SFC:

Em virtude das justificativas apresentadas e apesar do tempo decorrido, observa-se que os PADs encontram-se em andamento, devendo a Corregedoria dar celeridade aos processos, bem como cientificar esta SFC dos respectivos resultados.

Ressaltamos que não houve informação das providências adotadas para reaver os recursos públicos despendidos irregularmente, inclusive com a instauração de tomada de contas especial, caso necessário.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade adote providências para reaver os recursos públicos despendidos irregularmente, inclusive se for o caso, com a instauração da Tomada de Contas Especial-TCE.

Que a Corregedoria-Geral do INSS dê celeridade aos processos em questão, encaminhando os resultados dos PADs a essa SFC/CGU.

4.1.1.4 CONSTATAÇÃO:

Não conclusão do Sistema de Autorização de Acesso - SAA

DECISÃO nº 1098/2002 - TCU - Plenário - TC 003.501/2001-7 - Inexistência de ação efetiva da gestão de segurança, verificada junto ao INSS e DATAPREV

A Decisão nº 1.098/2002 - TCU - Plenário é proveniente da Auditoria realizada pela Secretaria Adjunta de Fiscalização - ADFIS, no período de 19.3 a 22.6.2001, junto ao INSS e à DATAPREV, dando cumprimento ao item 8.4.1. da Decisão nº 633/2000 - TCU - Plenário, objetivando verificar o grau de confiabilidade dos sistemas de informação da Previdência Social. Dentre as constatações apresentadas, destacam-se a ausência de um plano diretor de tecnologia da informação e a inexistência de uma ação efetiva da gestão de segurança.

Nos trabalhos de auditoria de avaliação de gestão, referentes ao Relatório nº 139816/2004, foram apresentadas as providências adotadas para atendimento à Decisão nº 1.098/2002 - TCU - Plenário, dentre as quais a contratação de uma empresa para auxiliar na elaboração do Projeto de Segurança da Informação. Foi informado, também, os resultados do Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria INSS nº 2.083/2003, com o objetivo de elaborar as instruções de procedimentos e homologação do Sistema de Autorização de Acesso - SAA. Esta SFC considerou que com base nas medidas adotadas, o assunto encontrava-se em processo de regularização. Ainda no referido relatório foi recomendado ao INSS que encaminhasse à SFC os resultados dos trabalhos que estavam pendentes de conclusão (implantação das funcionalidades, função e frequência do módulo "Administração de Recursos Humanos do INSS").

Durante o último trabalho de auditoria junto ao INSS realizado por esta SFC, o Relatório de Acompanhamento de Gestão nº 153860/2004, o gestor informou, por meio do

Despacho/CGTI/Nº091/2004, que em função da priorização da implantação do Projeto Migração, referida no Despacho/CGTI/Nº 057/2004, foram redefinidos, por meio da Portaria nº 2.219/INSS/DCPRES, de 26/05/2004, o cronograma e a equipe responsável pela elaboração das instruções de procedimentos, homologação e implantação do Sistema de Autorização de Acesso - SAA. O prazo de término dos trabalhos estava previsto para 17/12/2004, encontrando-se o projeto na fase de alinhamento com a migração dos sistemas da Diretoria da Receita Previdenciária, devendo o Relatório Final dos trabalhos ser encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno após aprovação pela Diretoria Colegiada do INSS.

Em virtude do cronograma apresentado, o assunto foi considerado PENDENTE de regularização nos trabalhos de auditoria de acompanhamento de gestão. Diante da constituição do novo Grupo de Trabalho, emitimos, em 12.04.2005, a SA nº 160221-06, solicitando informações junto a Coordenação-Geral de Tecnologia e Informação do INSS sobre os resultados da elaboração das instruções de procedimentos, homologações e implantação do Sistema de Autorização de Acesso (SAA).

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Despacho/CGTI nº 64, de 14.04.2005, o gestor informou que:

"Em 15.06.2004, com a constituição de Grupo de Trabalho nomeado através da Portaria nº 2.219/INSS/DCPRES, foram retomados os trabalhos de homologação do Sistema de Autorização de Acesso (SAA), com as seguintes atividades:

- avaliação do relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho anterior;*
- realização de testes de funcionalidades e ajustes na aplicação;*
- definição de critérios para implantação do SAA e adequação das aplicações clientes do SAA;*
- escolha das aplicações clientes pilotos do SAA;*
- ajustes nas aplicações pilotos;*
- prazo de desenvolvimento dos trabalhos do GT foram prorrogados por mais 90 dias.*

O SAA encontra-se em sua fase final de homologação, estando agendadas para os dias 28 a 31/mar as seguintes atividades:

- execução de testes com as aplicações piloto BAIXAWEB, BIPPRO e BENEFWEB;*
- execução de testes de integração do SAA com o SIAI (Sistema de apuração de inquéritos da Corregedoria do INSS);*

- conclusão das instruções de procedimentos;
- definição do ambiente de produção do SAA;
- reunião final do Grupo de Trabalho para avaliação da atuação do GT, homologação do SAA e preparação de relatório final da fase de homologação.

Após concluída a fase de homologação, o SAA entrará em fase de implantação, estando previstas as seguintes atividades:

- elaboração de cronograma para adequação das aplicações que passarão a utilizar o SAA como ferramenta de autenticação;
- execução do cronograma de adequação de aplicações;
- nomeação do Gestor do SAA;
- realização de Workshop para divulgação do SAA;
- elaboração de plano de capacitação para os Gestores de aplicação."

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Diretoria Colegiada do INSS.

AVALIAÇÃO DA SFC:

O processo de gestão de segurança da informação da Previdência Social, no que se refere ao grau de confiabilidade dos dados, objeto da Decisão nº 1.098/2002 - Plenário - possui importância singular no combate às fraudes no sistema previdenciário. As medidas que vêm sendo adotadas pelo INSS, conforme relatadas em trabalhos anteriores desta SFC junto às Unidades Gestoras, demonstram a preocupação no desenvolvimento de ferramentas de aprimoramento dos controles de dados. O Sistema de Autorização de Acesso (SAA), em fase final de homologação, é um exemplo desse esforço. Entretanto, este é um processo contínuo, portanto não se esgota com a implementação do SAA.

Faz-se necessário um controle efetivo e regular sobre os sistemas de dados do INSS de modo a que o mesmo seja auto-suficiente na geração de "críticas" que apontem possíveis distorções ou fraudes. Ressaltamos a importância econômica e até mesmo social resultante do déficit da previdência. Essa medida é fundamental para o fortalecimento da transparência das ações da máquina pública e dos mecanismos de controle dos processos gerenciais.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria Colegiada encaminhe informação quando da implantação do SAA e, dada à relevância da matéria, informamos que esta SFC deverá realizar ações de auditoria específicas, com o objetivo de verificar a eficácia, eficiência e efetividade das

ações adotadas pelo INSS na melhoria na gestão das informações da Previdência Social.

4.1.1.5 CONSTATAÇÃO:

Ausência de informação do Resultado do PAD e de providências de ressarcimento aos cofres públicos dos pagamentos indevidos

**DECISÃO nº 027/2002 -TCU - Plenário (TC 016.101/2000-4)
Procuradoria-Geral Federal Especializada - PFE/INSS**

A presente Decisão originou-se da verificação do cumprimento de decisão do TCU referente à adoção de medidas para combater fraudes, apuração de responsabilidade e ressarcimento de valores relativos à atuação irregulares em ações judiciais, medidas para controle e acompanhamento de procedimentos judiciais, acordos em processos judiciais, representação da autarquia junto ao Poder Judiciário, revisão da conduta de comissões de inquérito, e elaboração de cálculos relacionados à reclamação trabalhista.

Dentre as determinações da Corte de Contas, restou pendente de regularização a seguinte:

*"Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE determinar ao Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que informe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, de forma detalhada e específica:
(...)*

8.5 a situação atual da Reclamação Trabalhista nº 358/89, notadamente quanto à liquidação do precatório e ao pagamento da mencionada reclamação, objeto do item 8.2.1 da Decisão nº 240/00TCU-Plenário."

Visando verificar a posição atual das reclamações trabalhistas nºs 358/99 e 1.154/89, emitimos, em 22.4.2005, a SA nº 160221-21.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Durante os trabalhos de acompanhamento de gestão, realizados por esta SFC no INSS referentes ao exercício de 2004, o gestor informou que:

"No que se refere à Reclamação Trabalhista 358/99, formulada por José Escondino da Silva e mais 29 autores, contra o INSS, tramitando em Campos de Goytacases, esclareceu que o atual procurador da causa conseguiu reverter o caso, restando pagar somente a importância de mais ou menos R\$ 30.000,00 para 30 autores e que, mesmo assim, está tentando junto ao juízo da causa, compensar os valores já pagos."

Quanto à Reclamação Trabalhista nº 1.154/89 impetrada por Antenor Noce e outros, contra o INSS, foi informado que no tocante à Reclamação Trabalhista nº 1.154/89 impetrada por Antenor Noce e outros, contra o INSS, citada no Parecer da AGU - Procuradoria-Geral Federal, de nº 139/PGF/PRS/2003, referente ao Processo nº 35000 011167/96-60, parecer esse que se posiciona contrário aos pareceres anteriores que opinaram pelo arquivamento dos processos objetos de análise pela Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria INSS/PG 37/98 (fls. 56), fazendo ressalva quanto ao arquivamento dos autos."

Ainda sobre a citada RT 1.154/89, foram apresentados os seguintes esclarecimentos:

"Elenca, nesse parecer, constatações relevantes, dentre elas que não houve qualquer medida concreta para apurar fatos e responsabilidades, que não houve nenhuma medida efetiva no sentido da instauração de Processo Administrativo Disciplinar, em que pesem as mesmas terem sido solicitadas, que os fatos relatados envolvem onze servidores, dentre os quais 6 procuradores, com claros sinais de dano ao erário, etc., motivo da discordância dos pareceres que opinaram pelo arquivamento dos processos acima."

"Várias indagações constam desse pronunciamento, às fls. 65 e 66, concluindo "pela instauração de PAD para apurar os prejuízos sofridos pelo INSS, em razão de pagamentos indevidos ou a maior, na Reclamação Trabalhista nº 1.154/89, com as medidas cabíveis para restituição desses valores aos cofres públicos, bem como as respectivas responsabilidades funcionais pelos fatos lesivos à Administração.

Sugiro também que sejam investigadas as razões da não instauração de PAD anteriormente sugerido, apurando-se a ocorrência de possível omissão por parte da autoridade responsável. Sugiro ainda que seja identificado o destino das verbas relacionadas com a referida ação reclamatória, que foram objeto dos depósitos supracitados, pelo o INSS. Considerando o envolvimento, em tese, de Procuradores e de outros servidores do INSS, sugiro que a instauração do PAD seja feita por portaria conjunta." (fls. 66)."

"Às fls. 67, consta Despacho datado de 23 de setembro de 2003, exarado pelo Adjunto de Consultoria, Dr. Jânio Mozart Correa, solicitando que o Senhor Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS "indique Procuradores Federais e/ou Técnicos administrativos, estáveis no Serviço Público, com a identificação dos correspondentes números do SIAPE, visando a composição de Comissão Processante à formal instauração do competente Processo Administrativo Disciplinar"."

"Vale esclarecer que foi editada pela PGF, a Portaria/AGU/PGF nº 203/2004, de 18 de agosto de 2004, designando os servidores Dr. Ruben Aranovich, Procurador Federal, matrícula SIAPE nº 1063171, Francisco Costa Silva, matrícula SIAPE 0877583 e Márcia Aparecida Martins, matrícula SIAPE 089496, para constituírem a comissão processante do competente processo administrativo disciplinar - PAD, com prazo de 60 dias para conclusão dos trabalhos apuratórios."

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística.
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística.
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade.
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Não houve manifestação quanto a Solicitação de Auditoria nº 160221-21, de 22.4.2005, referente ao item "2", encaminhada à Procuradoria Federal Especializada no INSS.

Cabe salientar que apesar do tempo decorrido não houve encaminhamento do resultado do PAD.

Ressaltamos também que não constam informações e providências quanto ao ressarcimento aos cofres públicos em razão de pagamentos indevidos ou a maior, referentes à Reclamação Trabalhista nº 1.154/89.

Portanto, o assunto permanece PENDENTE de regularização e providências.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Procuradoria-Geral do INSS encaminhe a esta SFC/CGU informações do resultado do PAD.

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística adote providência quanto ao ressarcimento aos cofres públicos em razão de pagamentos indevidos ou a maior, relativos à Reclamação Trabalhista nº 1.154/89 e, se for o caso, abertura da competente Tomada de Contas Especial-TCE.

4.1.1.6 CONSTATAÇÃO:

Ausência de informação do Processo Administrativo Disciplinar-PAD e de providências para ressarcimento aos cofres públicos dos pagamentos indevidos.

DECISÃO nº 084/2002 - TCU - Plenário - Irregularidades na Condução de Defesa da Autarquia em Reclamação Trabalhista.

Refere-se a presente Decisão à representação formulada com fulcro no art. 69, inciso III, da Resolução nº 136/2000 envolvendo irregularidades na condução da defesa do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em reclamação trabalhista.

Como conseqüências, foram determinadas as seguintes medidas para a apuração de responsabilidades e para o ressarcimento de eventual dano aos cofres da autarquia:

"8.1. conhecer da presente Representação, à vista do disposto no art. 213 do Regimento Interno combinado com o art. 69, § 1º, da Resolução nº 136/2000, para, no mérito, considerá-la procedente;

8.2. determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que adote, se ainda não o fez, as providências cabíveis para a apuração da responsabilidade e a promoção do ressarcimento dos eventuais danos causados aos cofres da autarquia, em razão das falhas verificadas na condução de sua defesa na Reclamação Trabalhista nº 240/92, nos termos da presente representação;

8.3. determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que informe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências eventualmente adotadas segundo o subitem anterior; (...)."

Durante os trabalhos de acompanhamento de gestão, verificou-se que embora o Gestor tivesse se manifestado em épocas oportunas, no sentido de esclarecer as medidas judiciais adotadas, que culminaram com o arquivamento da Ação, por prescrição no âmbito do MPF, não foram informadas as medidas administrativas adotadas para apuração de responsabilidades.

Com isso não haviam sido tomadas às devidas medidas administrativas, sendo que a instauração de PAD estaria afeta à Procuradoria-Geral Federal, por envolver membros da categoria funcional de Procurador Federal.

Visando verificar a posição atual do PAD, emitimos, em 22.04.2005, a SA nº 160221-21.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não houve manifestação.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

AVALIAÇÃO DA SFC:

Não houve manifestação quanto à Solicitação de Auditoria nº 160221-21, de 22.4.2005, referente ao item "4", encaminhada à Procuradoria Federal Especializada. Portanto, o assunto permanece PENDENTE de regularização.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Procuradoria-Geral do INSS informe sobre instauração do Procedimento Administrativo Disciplinar-PAD pela PGF/AGU e os seus resultados, bem como solicite a PGF/AGU a delegação de competência para que a PGE/INSS realize diretamente a instauração de PAD, como medida para dar celeridade ao processo em questão.

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística adote providência para ressarcimento dos eventuais danos causados aos cofres públicos em razão das falhas verificadas na condução de sua defesa na Reclamação Trabalhista nº 240/92 e, se for o caso, abertura da competente Tomada de Contas Especial-TCE.

4.1.1.7 INFORMAÇÃO:

DECISÃO nº 1.566/2002 - TCU - Plenário - TC 010.498/1997-4 - Impropriedades constatadas quando da avaliação dos controles de bens imóveis.

Esta Decisão apresentou, entre outras, as seguintes determinações:

"8.2.2 - que o Instituto adote as medidas cabíveis, inclusive, se for o caso, instaure tomada de contas especial, para que se defina a responsabilidade pelo recebimento, como dação em pagamento, de terreno povoado por um bairro inteiro, no Município de Cariacica, denominado Piracema;

(...)

8.14 - determinar à Superintendência do INSS no Mato Grosso que:

8.14.1 - caso ainda não tenha localizado o volume I do Processo nº 35087.027441/96-76, instaure processo administrativo com a finalidade de apurar as responsabilidades;

(...)

8.16.2 - instaure tomada de contas especial com a finalidade de apurar responsabilidade e de obter ressarcimento aos cofres públicos no caso dos prejuízos verificados na locação de imóvel de terceiros por preço superior ao de avaliação, situação ocorrida em Betim/MG, Processo nº 35097.010317/94- 42;

(...)

8.21.7 - instaure processo administrativo com a finalidade de apurar responsabilidades pela penhora do terreno recebido em 1989 do Estaleiro Amazônia S/A - ESTANAVE, ocorrida em virtude de não ter sido adotado o tempestivo registro, no cartório competente, da dação em pagamento do imóvel"

Durante os trabalhos de auditoria de acompanhamento de gestão, o gestor informou que as medidas que estavam sendo adotadas no cumprimento às determinações, que, após serem analisadas por esta SFC, resultaram no seguinte entendimento:

- a) subitem 8.2.2 - cabe à Corregedoria-Geral implementar ações para apuração dos fatos.
- b) subitem 8.14.1 - de acordo com o contido na Decisão nº 1566/2002 - TCU - Plenário - TC 010.498/1997-4, a ocorrência foi verificada pelo TCU, no Processo nº 35000.15258/91-51.
- c) subitem 8.16.2 - a Corregedoria-Geral vem adotando providências visando apuração dos fatos. Dessa forma,

após o encerramento do PAD, deve cientificar a esta SFC os resultados alcançados para controle e avaliação.

- d) Subitem 8.21.7 - que seja adotada providência visando o saneamento da questão.*

Visando obter informações atualizadas durante o presente trabalho de avaliação da gestão, emitimos, em 12.04.2005, a SA nº 160221-05.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício/INSS/CORREG nº 41, de 18.04.2005, a Corregedoria informou que:

- a) subitem 8.2.2 - apurada a suposta irregularidade concernente à locação de imóvel e realização de obras, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (processo 35000.008358/2003-21) propôs o arquivamento do feito;*
- b) subitem 8.14.1 - Recebemos informações da Corregedoria Regional em Goiânia de que o processo encontra-se arquivado na Representação de Auditoria do Mato Grosso. Estamos aguardando confirmação de que se trata do Procedimento Administrativo Disciplinar e informações das providências adotadas;*
- c) subitem 8.16.2 - os autos do Procedimento Administrativo Disciplinar nº 35097.000012/2003-48, que apurou irregularidade verificada no processo nº 35097.010317/1994-42, foram encaminhados à Consultoria Jurídica do MPS para julgamento;*
- d) subitem 8.21.7 - as informações pertinentes à questão já foram encaminhadas à SFC durante os trabalhos de acompanhamento da gestão restando pendente de verificação junto à área de Arrecadação/INSS sobre os débitos da empresa ESTANAVE, apresentando posição atualizada dos valores devidos ao Instituto.*

AVALIAÇÃO DA SFC:

Com base nas informações prestadas, observamos que: o subitem 8.2.2 encontra-se atendido e os subitens 8.14.1, 8.16.1 e 8.21.7 encontram-se em processo de regularização, devendo a Corregedoria-Geral do INSS encaminhar tempestivamente a esta SFC os resultados conclusivos dos mesmos.

4.1.1.8 CONSTATAÇÃO:

Atendimento parcial das determinações do TCU

DECISÃO nº 1.566/2002 e Acórdão nº 02/2005 - TCU - Plenário - TC 010.498/1997-4 - Impropriedades constatadas quando da avaliação dos controles de bens imóveis

A Decisão nº 1.566/2002 trata de divergência de informações na contabilização de valores de venda de imóveis; impropriedades relativas a taxas de ocupação; despesas de condomínio de imóveis ocupados; ocupação irregular de imóveis; recebimento, como dação de pagamento, de terreno povoado; adjudicação de imóveis inexistentes; locação de imóvel por preço superior ao da avaliação; penhora de terreno em virtude de atraso do registro; má conservação de imóveis; e inventários não atualizados e não registrados no SIAFI.

A referida Decisão determinou ao INSS que:

"8.1. determinar à Presidência do INSS que adote, junto a cada unidade da estrutura da autarquia abaixo indicada, as medidas a seguir elencadas, se já não foram implementadas:

8.1.1 Auditoria-Geral:

8.1.1.1. estabeleça mecanismos de controle contábil que permitam a visualização da composição patrimonial (Bens Imóveis) do INSS, com precisão e clareza, em atenção ao art. 85 da Lei nº 4.320/64 e aos itens 02 e 03, letra 'f', da IN/STN nº 08/93;

8.1.1.2. alimente tempestivamente o Sistema SIAFI com as informações gerenciais referentes ao aludido patrimônio (IN/DTN nº 05/92);

8.1.2 Diretoria de Administração Patrimonial:

8.1.2.1. proceda à supervisão das atividades relacionadas ao patrimônio imobiliário, evitando a ocorrência de falhas nos registros do patrimônio e de suas mutações;

8.1.2.2. atualize os sistemas de gerenciamento na área de patrimônio, buscando a precisão das transações e dos eventos pertinentes;

8.1.2.3. atualize o sistema de cadastro de imóveis, demonstrando a verdadeira composição patrimonial e a situação dos imóveis sob a administração da autarquia;

8.1.2.4. crie ou aperfeiçoe rotinas de fiscalização do patrimônio imobiliário;

8.1.2.5. execute adequadamente os contratos relativos à administração patrimonial, em obediência ao disposto no art. 66 da Lei nº 8.666/93;

8.1.3. Diretoria de Administração Financeira:

8.1.3.1. faça cumprir as normas legais e regulamentares visando ao gerenciamento do sistema contábil, uma vez que o SIAFI não vem sendo fonte segura e tempestiva de informações gerenciais referentes ao patrimônio imobiliário do INSS e às suas alienações (IN/DTN nº 05/92);

8.1.3.2. atente para a consistência dos dados contábeis dos eventos relativos ao patrimônio imobiliário do Instituto, procurando analisar tal consistência em seus

balancetes, a fim de que os serviços de contabilidade proporcionem, com precisão e clareza, o conhecimento da composição patrimonial (art. 85, Lei nº 4.320/64; itens 2 e 03, letra 'f', da IN/STN nº 08/93; art. 6º da Resolução CFC nº 750/93);

8.1.3.3. acompanhe e controle de forma efetiva a elaboração do inventário de bens imóveis, procedendo, inclusive, à devida conferência desse inventário com a escrituração contábil (art. 96 da Lei nº 4.320/64);

8.1.3.4. efetue, de imediato, para a Conta Única, as transferências dos créditos financeiros recebidos em decorrência da alienação de bens imóveis (item 03, NE/DTN nº 24/91; subitem 3.10.1.3 da IN/STN nº 05/96);

8.1.3.5. atualize o Relatório Contábil do INSS, incluindo todas as incorporações ainda pendentes de lançamento em nível nacional;

8.1.4. Núcleo Executivo de Administração Patrimonial no DF:

8.1.4.1 apure a responsabilidade pelos juros e multas relativas aos atrasos nos pagamentos das cotas de condomínios, ocorrência verificada no Processo nº 35000.15258/91-51;

8.1.4.2. providencie autorização, na forma da legislação em vigor, para as cessões de imóveis aos seguintes órgãos: AFIP, SINDISAC e ANASPS, ou suste imediatamente as cessões dos mesmos, visto que atualmente estão irregulares;

8.1.4.3. consulte sempre a SPU antes de efetuar a locação de imóveis de terceiros, com a finalidade de se verificar a eventual disponibilidade de imóveis da União que sejam compatíveis às suas necessidades, conforme determina o § 5º do artigo 4º do Decreto-lei nº 1184, de 12/08/71;

8.1.4.4. efetue levantamento de todos os ocupantes de imóveis residenciais no Distrito Federal que estão inadimplentes em relação aos pagamentos das taxas de ocupação e efetue as revogações das permissões de uso desses imóveis, em obediência ao inciso X do artigo 16 do Decreto nº 980/93;

8.1.4.5. providencie as medidas necessárias no sentido de que as taxas de ocupação dos imóveis residenciais do INSS sejam equivalentes a dois milésimos dos valores de avaliação dos imóveis, conforme determina o artigo 14 do Decreto nº 980/93;

8.1.4.6. providencie os ressarcimentos dos valores que, indevidamente, não foram cobrados a título de taxa de ocupação, em virtude da orientação da SAF de que fossem cobradas taxas equivalentes a um milésimo do valor do imóvel, em desacordo com o artigo 14 do Decreto nº. 980/93;

8.1.4.7. suste imediatamente as cessões de imóveis residenciais para todas as pessoas que foram aposentadas ou dispensadas/exoneradas dos cargos em comissão/função de confiança na administração pública, em obediência aos

incisos V e I, respectivamente, do artigo 16 do Decreto nº. 980/93;

8.2. determinar à Superintendência Estadual do INSS no Espírito Santo que:

8.2.1. instaure tomada de contas especial a fim de que sejam apurados os fatos, identificados os responsáveis e quantificado o prejuízo decorrente do não ingresso aos cofres da Autarquia da importância de CR\$ 27.377,22 (vinte e sete mil, trezentos e setenta e sete cruzeiros reais e vinte e dois centavos), correspondente ao recolhimento de 5%, referente a sinal e princípio de pagamento dos Lotes 03, 04 e 05 da Rua Rio Verde, s/n - Morro do Atalaia, Bairro Paul, Vila Velha/ES, conforme Ordem de Recebimento nº. 014/93, emitida em 23/12/93 pela Superintendência Estadual do INSS/ES;

8.2.2. adote as medidas cabíveis, inclusive, se for o caso, instaure tomada de contas especial, para que se defina a responsabilidade pelo recebimento, como dação em pagamento, de terreno povoado por um bairro inteiro, no Município de Cariacica, denominado Piracema;

8.2.3. providencie o pagamento, por parte dos ocupantes de imóveis cedidos pelo INSS no Espírito Santo, das despesas de manutenção;

8.3. determinar à Superintendência Estadual do INSS no Rio Grande do Norte que:

8.3.1. adote providência para melhorar o estado de conservação do prédio situado na Rua Benjamim Constante R84/90 - Macau/RN;

8.3.2. regularize as cessões feitas dos imóveis pertencentes ao INSS, de modo a sustar as que permanecem informais;

8.3.3. viabilize alternativa para o imóvel situado na Avenida Salgado Filho, 1789, considerando que o mesmo, como consequência de Decisão Judicial, está sendo locada por valor superior ao de avaliação;

8.4. determinar à Superintendência do INSS em Tocantins que vistorie periodicamente os imóveis, com a finalidade de acompanhar o estado de conservação dos mesmos;

8.5. determinar à Superintendência do INSS no Mato Grosso do Sul que:

8.5.1. consulte previamente à SPU antes de locar ou comprar imóveis, com a finalidade de verificar a possível existência de imóvel similar pertencente à União, conforme determina o Decreto-lei nº. 1184, de 12.08.71, no § 5º do seu artigo 4º;

8.5.2. conserve adequadamente o prédio localizado na Rua Manoel Cavassa nºs 343 e 352, no Município de Corumbá, caso o mesmo ainda não tenha sido alienado;

8.5.3 observe os procedimentos legais para a operacionalização de cessões de uso de imóvel ou espaços físicos de propriedade do INSS a terceiros e de propriedade de terceiros ao INSS, constantes da Resolução INSS/PR nº. 463, de 23.06.97, em especial no caso da

cessão do imóvel situado na Rua Sete de Setembro, 940, no Município de Aquidauana, ao servidor Carlos de Oliveira Júnior;

8.6. determinar à Superintendência do INSS na Bahia que:

8.6.1. providencie, junto ao Banco do Brasil, o pagamento das despesas de manutenção do imóvel cedido a esse Banco pelo INSS no Município de Jequié;

8.6.2. observe o prazo de duração dos contratos, conforme o disposto no dispõe o artigo 57 da Lei nº. 8.666/93;

8.6.3. providencie a documentação comprobatória exigida no art. 3º, § 3º, da Portaria MPAS nº. 2835, de 04.12.95, do reembolso das despesas efetuadas com o rateio dos tributos e condomínio (água, luz, telefone, etc.), na proporção da área cedida pelo INSS à DATAPREV, desde a sua efetiva ocupação do 5º e 6º andares, do Edifício Octacílio Gualberto, Praça da Sé, Salvador/BA, conforme Termo de Cessão, de 16/08/96 (processo 35013.006064/95-21);

8.7. determinar à Superintendência do INSS no Amapá que:

8.7.1. faça constar, sempre, nos processos licitatórios os comprovantes das publicações feitas acerca dos certames, em cumprimento ao inciso II do artigo 38 da Lei nº. 8.666/93;

8.7.2. proceda à regularização dos imóveis localizados nos seguintes endereços: Quadra 01, Lote 01, Distrito de São Joaquim do Pacuí, Município de Macapá; Rua Ferreira Gomes, Quadra 24, Setor 16, Município de Ferreira Gomes; Rua Presidente Kennedy, Quadra 13, Lote 20, Município de Oiapoque;

Rua Rio Jari, nº. 1183 - Lote 440, Quadra 05, Setor 05; Rua Cônego Domingos Maltez, s/nº, Município de Calçoene; e Rua Jovino Dinoá, nº. 1044, Município de Macapá;

8.7.3. envides esforços no sentido de conjuntamente com a Procuradoria Estadual do INSS no Pará, utilizem os meios e instrumentos, necessários à regularização da situação dominial do imóvel situado na Rua Hermógenes de Matos, nº. 321, Quadra 14, Lote 399, Setor 04, Município de Mazagão, alienado ao Sr. Francisco Soares Nascimento Júnior;

8.8. determinar à Superintendência do INSS no Rio Grande do Sul que:

8.8.1. providencie judicialmente a retirada dos ocupantes dos imóveis objetos do Processo nº. 35239.001617/96-59, nos casos em que permanecerem nos imóveis sem base contratual e sem pagar aluguel, alienando-os posteriormente, caso sejam prescindíveis ao INSS;

8.8.2. processe modificação no valor do aluguel de imóvel alugado em Maraú, objeto do Processo nº. 35239.012170/91, de modo a torná-lo compatível com a avaliação;

8.8.3. formalize os termos de cessões nos casos em que existirem imóveis cedidos a terceiros, de modo a evitar informalidades e pendências de regularização;

8.8.4. adote as ações judiciais cabíveis, com a finalidade de se obter a desocupação do imóvel cedido por meio do

Processo nº. 35239.005464/95-19, que não foi obtido êxito pela via administrativa;

8.8.5. providencie a venda ou a reforma do imóvel situado em Caxias do Sul, Rua Visconde de Pelotas, nº. 2260, que está em péssimo estado, sem uso e que, naquela cidade, o INSS tem tido necessidade de alugar imóvel de terceiros;

8.8.6. implemente o rateio das despesas, junto aos ocupantes, do imóvel cedido no Município de Estrela, Rua Rio Branco, nº. 553;

8.8.7. adote ações judiciais com a finalidade de desocupar o imóvel situado no número 1603 da Rua General Câmara, em Santana do Livramento, visto que está invadido;

8.8.8. inclua os imóveis incorporados ao patrimônio do INSS, nos Municípios de Santo Antônio das Missões, de Cruz Alta e de Rolante, em registros no Inventário e no SIAFI;

8.8.9. promova as medidas judiciais cabíveis para a solução das infiltrações de água existentes nas lojas 01 e 02 da Avenida Getúlio Vargas, 5501 - Canoas/RS, vez que tal problema compromete o estado de conservação do imóvel, tornando-o insalubre, bem assim a prestação dos serviços à comunidade;

8.9. determinar à Superintendência do INSS na Paraíba que adote medidas judiciais com a finalidade de desocupar os invasores dos lotes nºs 20, 21 e 22 da Quadra B da Travessia Solon de Lucena, em Cabedelo. 8.10. Determinar à Superintendência do INSS em Sergipe que promova a formalização da cessão do imóvel sito à Praça Abelardo do Rosário, s/n, Centro, em Tobias Barreto/SE, caso o mesmo ainda não tenha sido alienado;

8.11. Determinar à Superintendência do INSS em Santa Catarina que:

8.11.1. providencie o pagamento das despesas de manutenção de imóveis cedidos por parte dos cessionários, ou então a desocupação dos mesmos nos casos em que esses se recusarem a fazer os desembolsos previstos na Portaria MPAS nº. 2835/95;

8.11.2. proceda à escritura de venda da Sala 14 do número 1.500 da Avenida Atlântica, em Balneário Camboriú, utilizando, se necessário, as vias judiciais;

8.11.3. reforme ou aliene os imóveis de propriedade do INSS, nesse Estado, que estejam vagos e em estado ruim de conservação;

8.11.4. adote todas as medidas necessárias, inclusive as de natureza judicial, para reaver o imóvel ocupado pela Secretaria Estadual de Saúde/SC, localizado no Centro de Florianópolis;

8.11.5. Superintendência do INSS em Roraima execute a manutenção do imóvel situado na Avenida Zanny, s/nº, Caracará;

8.12. Determinar à Superintendência do INSS no Pará que:

8.12.1. providencie a alienação do terreno situado na Rodovia Dionísio Bentes, s/nº, Município de Tomé-Açu, em obediência à Lei nº. 7.787/89;

8.12.2. consulte previamente a SPU antes de efetuar a locação de imóveis de terceiros, em obediência ao Decreto-lei nº. 1.184/71;

8.12.3. agilize o trâmite dos processos relativos a imóveis desse Estado pendentes de regularização;

8.12.4. estude a viabilidade de locar os imóveis utilizados como reserva técnica, de forma a assegurar sua vigilância permanente e a receber receitas patrimoniais;

8.12.5. reavalie, se ainda não o fez, o contrato de locação do imóvel localizado na Praça Magalhães, 211, Reduto, em Belém, a fim de compatibilizar o aluguel pago pelo órgão com os preços de mercado (item 7, fl. 334, TC 450.268/97-7);

8.13. determinar à Superintendência do INSS no Rio de Janeiro que:

8.13.1. adote as providências cabíveis junto aos mutuários que estão inadimplentes com as prestações dos imóveis vendidos a prazo no Estado do Rio de Janeiro;

8.13.2. formalize os processos de alienação de imóveis de acordo com a Lei nº. 8.666/93, mantendo a ordem cronológica dos atos praticados e fazendo a inclusão tempestiva de todos os documentos comprobatórios desses atos;

8.13.3. caso ainda não efetivada a devolução ou regularização dos espaços irregularmente ocupados situados na Rua Feliciano Sodré, nº. 154, São Gonçalo/RJ, sejam tomados os procedimentos administrativos e judiciais cabíveis;

8.14. determinar à Superintendência do INSS no Mato Grosso que:

8.14.1. caso ainda localizado o volume I do Processo nº 35087.027441/96-76, instaure processo administrativo com a finalidade de apurar as responsabilidades;

8.14.2. registre todas as transações com bens imóveis em processos administrativos;

8.14.3. promova o acerto dos registros contábeis no SIAFI e no inventário de bens imóveis;

8.14.4. utilize corretamente o Plano de Contas, de forma a contemplar os lançamentos contábeis nas contas '14131.00.00 - Bens Imóveis não destinados a uso', '14211.97.00 - Bens Imóveis a alienar' e '14211.94.00 - imóveis em poder de terceiros?', bem como especificar cada uma das obras quando do uso da conta '14211.91.00 - obras em andamento'.

8.15. determinar à Superintendência do INSS em Pernambuco que:

8.15.1. adote as medidas pertinentes, inclusive judiciais, no sentido de solucionar a questão da adjudicação ocorrida em 1972, pelo INSS, de lotes inexistentes em Jaboatão (Processo nº 324/70);

8.15.2. proceda aos à regularização dos demais imóveis cujos atos dependam apenas do INSS;

8.15.3. providencie, se ainda não o fez, melhorias no edifício-sede do INSS em Recife, de forma a não colocar em risco a segurança das pessoas e o patrimônio público;

8.16. determinar à Superintendência do INSS em Minas Gerais que:

8.16.1. planeje corretamente as locações de imóveis de terceiros, efetuando: consulta à SPU a cada renovação contratual; empenho global e prévio da despesa; submissão dos procedimentos à Procuradoria Jurídica; demonstração dos cálculos dos reajustamentos dos contratos; ocupação de imóvel somente com contrato formal; cálculo do valor de locação com base em média na qual se utilize preços de aluguéis de imóveis cujas áreas sejam compatíveis a que se pretenda locar;

8.16.2. instaure tomada de contas especial com a finalidade de apurar responsabilidade e de obter ressarcimento aos cofres públicos no caso dos prejuízos verificados na locação de imóvel de terceiros por preço superior ao de avaliação, situação ocorrida em Betim/MG, Processo nº 35097.010317/94-42;

8.16.3. formalize as cessões de imóveis e providencie o ressarcimento das respectivas despesas de manutenção;

8.16.4. providencie a inclusão de todos os imóveis do INSS no Estado no inventário de bens imóveis e no SIAFI;

8.16.5. se já não tiver feito, proceda à alienação ou retomada dos seguintes imóveis invadidos, os quais encontravam-se em situação ? Pendente de Regularização? (letra c, fl. 356, TC 375.409/97-1):

- 4 lotes no Bairro Vera Cruz, em Belo Horizonte:

Códigos SGPI 10053-11-00000-5 e 10054-11-00000-4; 10073-11-00000-5 e 10074-11-00000-4.

- 26 lotes no Bairro Gameleira, em Belo Horizonte:

Códigos SGPI 10587-11-00000-6 a 10612-11-00000-2.

- 1 caixa d'água na Favela Prado Lopes, em Belo Horizonte:

Código SGPI 10165-11-0000-4.

- 1 gleba na Rua Cândido de Souza, Bairro Nova Cintra, em Belo Horizonte:

Código SGPI 10165-11-00000-4.

- 4 lotes na Av. Macapá x Rua Nova Frigurgo, em Ipatinga:

Códigos SGPI 10517-11-00000-6 a 10520-11-00000-3;

8.17. determinar à Superintendência do INSS no Maranhão que:

8.17.1. regularize a cessão do prédio da Avenida Alexandre de Moura, Bairro do Apicum, São Luís;

8.17.2. adote, caso ainda não tenha feito, as medidas judiciais cabíveis com vistas à cobrança dos aluguéis em atraso;

8.17.3. abstenha-se de renovar os contratos de locação com as prefeituras inadimplentes, adotando, se for o caso, as medidas necessárias para reaver a posse dos respectivos imóveis; e 8.17.4. regularize as pendências relacionadas à obra de reforma do Edifício João Goulart;

8.18. determinar à Superintendência do INSS em Goiás que implemente as ações cabíveis, judiciais se necessárias, junto aos compradores dos seus imóveis que estão inadimplentes;

8.19. determinar à Superintendência do INSS em São Paulo que:

8.19.1. consulte a SPU antes de locar imóveis de terceiros;

8.19.2. atualize o inventário dos bens imóveis do INSS nesse Estado, juntamente com os respectivos registros no SIAFI;

8.20. determinar à Superintendência do INSS no Piauí que:

8.20.1. processe a juntada e formalize, por meio de processos, toda a documentação relativa à administração dos imóveis do INSS nesse Estado;

8.20.2. priorize solução para o terreno localizado na Rua Riachuelo, em Teresina/PI, adquirido junto a pessoa que não era o verdadeiro proprietário, implementando ações judiciais se necessárias, com a finalidade de obter a posse do imóvel ou de se ressarcir de eventuais prejuízos provocados por estelionato;

8.20.3. regularize a situação jurídica dos imóveis do INSS no Estado;

8.20.4. agilize a negociação da proposta de compra das casas residenciais, situadas no Conjunto Broder Ville, em Parnaíba-PI (total de 133 casas), com a Prefeitura Municipal de Parnaíba do processo enviado à Direção Geral do INSS-PI - Diretoria de Engenharia e Patrimônio que, à época da auditoria, encontrava-se em fase final de negociação;

8.21. determinar à Superintendência do INSS no Amazonas que:

8.21.1. adote as ações cabíveis, judiciais se necessárias, para solucionar as pendências relativas a imóveis do INSS em Manaus que estão invadidos;

8.21.2. providencie o pagamento, corrigido monetariamente, do valor que deixou de ser pago pelo Sr. José Jerônimo da Silva quando adquiriu o imóvel situado na Rua Frei José dos Inocentes, Casa 01 do Conjunto Mecena, Boa Vista/RR (CR\$ 38.718,60, em 30.12.93);

8.21.3. inclua nos processos licitatórios de alienações de imóveis, que vierem a ocorrer nesse Estado, os imóveis locados para terceiros que não tiverem previsão de uso futuro, em cumprimento à Lei nº 7.787/89;

8.21.4. rateie corretamente as despesas de manutenção dos imóveis locados ou cedidos a terceiros, especialmente no que se refere aos localizados no edifício-sede do INSS, Av. Sete de Setembro nº 280 - Centro;

8.21.5. observe os ditames da Lei nº 8.666/93 quando realizar a alienação de imóveis, em especial os arts. 38, caput, e inciso I, e 43, § 2º;

8.21.6 publique, no Diário Oficial da União, as sínteses das lavraturas das escrituras dos imóveis, conforme exige o artigo 37 da Resolução INSS/PR nº 370/96;

8.21.7 instaure processo administrativo com a finalidade de apurar responsabilidades pela penhora do terreno recebido em 1989 da Estaleiros Amazônia S/A - ESTANAVE, ocorrida em virtude de não ter sido adotado o tempestivo registro, no cartório competente, da dação em pagamento do imóvel;

8.22. Superintendência do INSS em Rondônia:

8.22.1. providencie os registros, nos cartórios competentes, dos imóveis incorporados ao patrimônio do INSS em Rondônia;

8.22.2 resolva, em definitivo, a situação que se arrasta por mais de 6 (seis) anos com relação à propriedade do lote situado na Avenida Rogério Creser, esquina com Avenida Rio Branco, s/nº, Porto Velho (nº RIP 10004-26-00000-7), observando, para tanto, a legislação que rege a matéria;

8.23. determinar à Superintendência do INSS no Paraná que adote providências para adequar aos preceitos do Decreto nº 99.509/90 a cessão do imóvel em posse da Associação dos Servidores da Previdência Social, reexaminando a conveniência de ser mantida a referida cessão, sendo indispensável que, para tanto, seja obtida autorização legal;

8.24. determinar à Superintendência do INSS no Acre que observe, em futuros contratos de locação de imóveis, a exigência de realização de avaliação prévia, conforme dispõe o art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93;

8.25. determinar, ainda, à Presidência do INSS, que adote providências com vistas à implementação das seguintes medidas pela administração central da autarquia e/ou por seus órgãos subordinados:

8.25.1. nos editais de venda de imóveis do INSS, inclusão de cláusula de atualização dos valores das propostas, observando sempre o valor de mercado dos imóveis alienados;

8.25.2. edição de norma definindo procedimentos a serem adotados nos casos em que existirem imóveis pendentes de regularização jurídica;

8.25.3. no caso dos imóveis utilizados como reserva técnica, quando a previsão de uso for a médio ou longo prazo, ocupação dos referidos bens, quando houver essa possibilidade, de forma a aumentar as receitas patrimoniais e impedir possíveis invasões;

8.25.4. sempre que possível, desocupação prévia dos imóveis que forem postos à venda, de forma a não afastar possíveis interessados;

8.25.5. para toda e qualquer cessão de imóveis do INSS, destinada as instituições não pertencentes à Administração Pública, exigência de prévia autorização mediante ato do Presidente da República, tendo em vista o teor do § 3º do

art. 18 da MP nº 1.567/97, em suas diversas reedições, convertida na Lei nº 9.636, de 15.05.98, c/c a Lei nº 7.787/89;

8.25.6. exigência junto à Caixa Econômica Federal de apresentação semestral da prestação de contas dos recursos arrecadados com a venda de imóveis residenciais do Instituto, adotando as providências legais cabíveis em caso de não-atendimento da exigência;

8.25.7. apuração dos prejuízos causados ao INSS em virtude das seguintes irregularidades, bem como o ressarcimento junto a cada um dos responsáveis dos valores apurados, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora devidos, instaurando, se for o caso, as respectivas tomadas de contas especiais:

8.25.7.1. execução de despesas de condomínio relativas a imóveis residenciais do INSS localizados no Bloco D da SQN 310 e no Condomínio Napoleão de Queiroz, sito na OAS 04, em Brasília-DF, uma vez que os mesmos encontravam-se ocupados, não cabendo despesa à autarquia, de acordo com a alínea "c" do inciso I do artigo 15 da Lei nº 8.025/90;

8.25.7.2. não-revisão das taxas de ocupação dos imóveis administrados pelo INSS, em 23/01/95, data do reajuste geral dos servidores públicos, de acordo com o estatuído no artigo 16 da Lei nº 8.025/90;

8.25.7.3. não-cessação das permissões de uso de imóveis residenciais quando os ocupantes estiveram inadimplentes no pagamento das taxas de ocupação, descumprindo-se o inciso X do art. 16 do Decreto nº 980/93;

8.25.7.4. remessa a este Tribunal de informações atualizadas acerca do processo nº 35000.003945/95-57, que, à época da auditoria, se encontrava desaparecido, devendo ser informadas as providências porventura tomadas para ressarcir a autarquia de eventual prejuízo decorrente desse desaparecimento;

8.26. determinar à Diretoria de Auditoria de Programas da Área Social da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União que informe nas próximas contas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a adoção das medidas implementadas, bem como dos resultados alcançados, para o saneamento das determinações constantes desta deliberação, e, ainda, que informe a situação patrimonial dos seguintes imóveis localizados no Estado de Minas Gerais:

8.26.1. imóveis com situação 'Regularizado para Alienação':

- 74 lotes no Bairro Vera Cruz, em Belo Horizonte:

Códigos SGPI 10001-11 - 000007 a 10050-11 - 00000-8; 10052-11-00000-6; 10055-11-00000-3 a 10072-11-00000-6; 10075-11-00000-3 a 10079-11- 00000-7.

- 1 gleba na Rua Avelino Foscolo e outras, V. Magnesita, em Belo Horizonte:

Código SGPI 10446-11-00000-6

- 1 casa na Rua Exp. João Batista Rotelo, Bairro São Geraldo, em Belo Horizonte:

Código SGPI 10302-11-00000-9

- 2 apartamentos - Rua José Bonifácio, 240, em Belo Horizonte:

Códigos SGPI 10484-11-10482-8 e 10485-11-10482-7

- 1 apartamento - Av. Antonio Carlos, 1197, em Belo Horizonte:

Código SGPI 10516-00000-7;

8.26.2. imóveis que são passíveis de alienação:

- terreno-gleba em Ipatinga:

Código SGPI 10521-11-00000-2

- terreno na Rua Padre Eustáquio, em Belo Horizonte:

Código SGPI 10252-11-00000-8

- terreno-gleba em São João Del Rey:

Código SGPI 10154-11-00000-5;

8.27. fixar o prazo de 60 (sessenta dias), a contar da ciência da presente deliberação, para que a Presidência do INSS informe ao Tribunal, por meio da 4.^a Secretaria de Controle Externo, o resultado

8.28. remeter os autos ao Ministério Público junto ao TCU para que examine a conveniência de interpor recursos de revisão em relação aos atos praticados pelos ex-diretores de Administração Financeira do INSS, no período de 1992 a 1996, cujas contas já se encontram julgadas;

8.29. determinar, posteriormene, a juntada destes autos ao processo nº TC 012.754/1994-3, referente às contas do INSS relativas ao exercício de 1993, que se encontram reabertas em virtude de recurso de revisão provido pelo Tribunal (Acórdão nº 253/2002 - Plenário, Ata nº 25);

8.30. determinar a remessa de cópia do volume principal deste processo à 4.^a SECEX para que examine, em confronto com as contas relativas a 1997 (TC 004.260/1998-8), as questões atinentes àquele exercício;

8.31. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam, ao Ministro da Previdência e Assistência Social, à Presidente do INSS e à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União.

Durante os trabalhos de acompanhamento de gestão, realizados por esta SFC no INSS, referentes ao exercício de 2004, após as justificativas apresentadas pelo gestor, foram considerados atendidos ou em processo de regularização os seguintes itens: 8.5.1, 8.5.2, 8.5.3, 8.8.5, 8.8.8, 8.8.9, 8.9, 8.10, 8.11.1, 8.11.2, 8.11.3, 8.11.5, 8.12.1, 8.12.2, 8.12.5, 8.13.2, 8.19, 8.20.4, 8.21.3, 8.21.4, 8.21.5, 8.21.6, e 8.25.6. Os demais itens foram considerados pendentes de regularização.

Em 2005 a Corte de Contas emitiu o Acórdão nº 02 - Plenário - versando sobre a mesma matéria, tendo sido proferidas as seguintes determinações ao INSS:

"1.1 que adote providências visando à implantação de sistema de gerenciamento patrimonial que venha substituir o SGPI - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, considerando as necessidades de gerenciamento do patrimônio imobiliário da autarquia que contenha a verdadeira composição patrimonial e a situação dos imóveis sob sua administração, buscando a precisão das transações e dos eventos pertinentes, em atenção ao determinado nos itens 8.1.2.1, 8.1.2.2 e 8.1.2.3 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário - TCU;

1.2 que institua rotinas de fiscalização física dos imóveis da autarquia, com designação formal de servidor responsável para realizar tais tarefas, de modo a prevenir e evitar novas invasões, além de efetuar acompanhamento de sua conservação, em atendimento ao item 8.1.2.4 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário - TCU;

1.3 que efetue, no prazo de 30 dias, levantamento de todos os ocupantes de imóveis residenciais no Distrito Federal que estão inadimplentes em relação aos pagamentos das taxas de ocupação e efetue as revogações das permissões de uso desses imóveis, em obediência ao inciso X do artigo 16 do Decreto nº 980/93 e ao item 8.1.4.4 da Decisão TCU nº 1.566/2002 - Plenário, dando notícia a este Tribunal das providências adotadas nesse sentido;

1.4 que estabeleça critérios para a definição dos imóveis classificados como reserva técnica, que tenham previsão de utilização futura por unidades operacionais da autarquia (item 8.25.3);

1.5 que dote a Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário dos recursos humanos e materiais necessários à supervisão das atividades relacionadas ao patrimônio imobiliário, a fim de que seja dado cumprimento ao item 8.1.2.1 da Decisão 1.566/2002 - Plenário;

1.6 que proceda ao repasse para a Conta Única do Tesouro Nacional do eventual saldo na conta CEF nº 940.145-2, em atenção ao item 8.1.3.4 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário;

1.7 que proceda à análise técnica da situação do imóvel localizado à Rua Benjamim Constant R84/90 - Macau/RN, SGPI 10043-18-00000-4, a fim de promover as medidas necessárias para melhorar o seu estado de conservação, até que seja promovida a sua desmobilização, conforme planejamento integrado 2004/2007 previsto para a GEX-INSS em Mossoró/RN, em cumprimento ao item 8.3.1 da Decisão TCU 1.566/2002 - Plenário;

1.8 que instaure tomada de contas especial com a finalidade de apurar responsabilidade e de obter ressarcimento aos cofres públicos no caso dos prejuízos verificados na locação de imóvel de terceiros por preço superior ao de avaliação, situação ocorrida em Betim/MG, Processo nº 35097.010317/94-42, no prazo de 60 dias, em cumprimento ao item 8.16.2 da Decisão nº 1.566/2002 -

Plenário, dando notícia a este Tribunal das providências adotadas nesse sentido;

1.9 que providencie, no prazo de 30 dias, a normatização da inclusão, nos editais de venda de imóveis do INSS, de cláusula de atualização dos valores das propostas, observando sempre o valor de mercado dos imóveis alienados, em cumprimento ao item 8.25.1 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário, dando notícia a este Tribunal das providências adotadas nesse sentido;

1.10 que avalie a possibilidade de priorizar a destinação de recursos orçamentários para a conclusão das melhorias no edifício JK, SGPI nº 10043-15-00000-3, localizado em Recife/PE, em atenção ao item 8.15.3 da Decisão nº 1.566/2002- - Plenário - TCU;

1.11 que promova suporte técnico e de recursos humanos à Gerência-Executiva do INSS em Governador Valadares/MG, no sentido de ultimar as providências necessárias, se não tiverem sido feitas, para a instrução do processo de alienação do terreno-gleba em Ipatinga, Código SGPI 10521-11-00000-2 (item 8.26.2);

Determinação: à gerência-executiva do INSS em Vitória/ES

1.12 que ultime, no prazo de 60 dias, os trabalhos da Comissão de Tomada de Contas Especial, referentes à apuração de responsabilidade pelo recebimento como dação em pagamento de terreno no município de Cariacica/ES (processo nº 35059.00209/2003-33), em atenção ao item 8.2.2 da Decisão nº 1.566/2002- - Plenário - TCU, dando notícia a este Tribunal das providências adotadas nesse sentido;

Determinações: à gerência-executiva do INSS em Belém/PA

1.13 que providencie a regularização dos imóveis com identificação no SGPI 10158, 10116, 10114, 10115, 10117, 10168, 10160, 10210, 10119, 10179, 10147 e 10120, em cumprimento ao item 8.12.3 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário;

1.14 que estude a viabilidade de locar os imóveis utilizados como reserva técnica, de forma a assegurar sua vigilância permanente e a receber receitas patrimoniais, em acordo com o art. 11 da Lei nº 9.702/98 e com o item 8.12.4 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário - TCU;

Determinações: à gerência-executiva do INSS em Macapá/AP

1.15 que, quanto ao imóvel de registro SGPI nº 10008, mantenha este Tribunal informado sobre as negociações entre a autarquia e o Governo do Estado do Amapá acerca desse imóvel, assunto esse tratado no âmbito do Processo nº 37042.000350/97-50, em atenção ao item 8.7.2 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário;

1.16 que adote as providências necessárias à conclusão do processo de regularização do imóvel de registro SGPI nº 10113, situado a Rua Jarí, nº 1.183 - lote 440, Quadra 5, Setor 5, município de Laranjal de Jarí/AP, em atenção ao item 8.7.2 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário;

1.17 que tome as medidas cabíveis para a regularização da situação do imóvel situado na Rua Hermógenes de Matos, nº 321, Quadra 14, Lote 399, Setor 04, Município de Mazagão, alienado ao Sr. Francisco Soares Nascimento Júnior, conforme item 8.7.3 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário;
Determinação: à gerência-executiva do INSS em Caxias do Sul/RS

1.18 que regularize a cessão do imóvel de registro SGPI 10017-19-00000-7, em acordo com o disposto na Lei nº 9.702/98, no prazo de 90 dias, e sendo o caso, implemente o rateio de despesas previsto no art. 3º da Portaria MPAS nº 2.835/95, conforme item 8.8.3 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário, dando notícia a este Tribunal das providências adotadas nesse sentido;

Determinação: à gerência-executiva do INSS em Passo Fundo/RS

1.19 que regularize a ocupação da sala localizada em Passo Fundo, em uso pela Associação dos Aposentados e Pensionistas de Passo Fundo, cujo registro no SGPI é o de nº 10101-19-00000-4, no prazo de 90 dias, conforme item 8.8.3 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário, dando notícia a este Tribunal das providências adotadas nesse sentido;

Determinação: à gerência-executiva do INSS no Rio de Janeiro-Sul/RJ

1.20 que adote as providências cabíveis junto aos mutuários que estão inadimplentes com as prestações dos imóveis vendidos a prazo, situados na área de sua jurisdição/competência, em atendimento ao item 8.13.1 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário;

Determinação: à gerência-executiva do INSS em Niterói/RJ

1.21 que adote as providências cabíveis junto aos mutuários que estão inadimplentes com as prestações dos imóveis vendidos a prazo, situados na área de sua jurisdição/competência em atendimento ao item 8.13.1 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário;

Determinações: à gerência-executiva do INSS em São Luís/MA

1.22 que promova as ações judiciais cabíveis no prazo de 30 dias, com vistas à cobrança dos aluguéis em atraso, em atenção do item 8.17.2 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário, dando notícia a este Tribunal das providências adotadas nesse sentido;

1.23 que promova as ações judiciais cabíveis no que se refere à inadimplência de prefeituras quanto a contratos de locação de imóveis do INSS que estejam em sua jurisdição, em cumprimento ao item 8.17.3 da Decisão 1.566/2002 - Plenário;

1.24 que conclua a regularização das pendências relacionadas à obra de reforma do Edifício João Goulart, localizado em São Luís/MA, em cumprimento ao item 8.17.4 da Decisão 1.566/2002 - Plenário;

Determinação: à gerência-executiva do INSS em Imperatriz/MA

1.25 que promova as ações judiciais cabíveis no que se refere à inadimplência de prefeituras quanto a contratos de locação de imóveis do INSS que estejam em sua jurisdição, em cumprimento ao item 8.17.3 da Decisão 1.566/2002 - Plenário;

Determinações: à gerência-executiva do INSS em Juiz de Fora/MG

1.26 que, caso ainda não tenha feito, planeje as locações de imóveis de terceiros, efetuando: consulta à SPU a cada renovação contratual; empenho global e prévio da despesa; submissão dos procedimentos à Procuradoria Jurídica; demonstração dos cálculos dos reajustamentos dos contratos; ocupação de imóvel somente com contrato formal; cálculo do valor de locação com base em média na qual se utilize preços de aluguéis de imóveis cujas áreas sejam compatíveis com a que se pretenda locar, em atenção ao item 8.16.1 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário;

1.27 que regularize a situação de imóveis cedidos ao Banco do Brasil, ao Tribunal Regional Eleitoral da 5ª Região e à 9ª Junta de Recursos da Previdência Social, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.702/98 e ao item 8.16.3 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário;

1.28 que efetive o rateio de despesas de imóveis do INSS que estejam em sua jurisdição, em acordo com a Portaria MPAS nº 2.835/95 e com o item 8.16.3 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário;

Determinação: à gerência-executiva do INSS em Barbacena/MG

1.29 que, caso ainda não tenha feito, planeje as locações de imóveis de terceiros, efetuando: consulta à SPU a cada renovação contratual; empenho global e prévio da despesa; submissão dos procedimentos à Procuradoria Jurídica; demonstração dos cálculos dos reajustamentos dos contratos; ocupação de imóvel somente com contrato formal; cálculo do valor de locação com base em média na qual se utilize preços de aluguéis de imóveis cujas áreas sejam compatíveis com a que se pretenda locar, em atenção ao item 8.16.1 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário;

Determinação: à gerência-executiva do INSS em Divinópolis/MG

1.30 que, caso ainda não tenha feito, planeje as locações de imóveis de terceiros, efetuando: consulta à SPU a cada renovação contratual; empenho global e prévio da despesa; submissão dos procedimentos à Procuradoria Jurídica; demonstração dos cálculos dos reajustamentos dos contratos; ocupação de imóvel somente com contrato formal; cálculo do valor de locação com base em média na qual se utilize preços de aluguéis de imóveis cujas áreas sejam compatíveis com a que se pretenda locar, em atenção ao item 8.16.1 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário;

Determinação: à gerência-executiva do INSS em Ouro Preto/MG

1.31 que, caso ainda não tenha feito, planeje as locações de imóveis de terceiros, efetuando: consulta à SPU a cada

renovação contratual; empenho global e prévio da despesa; submissão dos procedimentos à Procuradoria Jurídica; demonstração dos cálculos dos reajustamentos dos contratos; ocupação de imóvel somente com contrato formal; cálculo do valor de locação com base em média na qual se utilize preços de aluguéis de imóveis cujas áreas sejam compatíveis com a que se pretenda locar, em atenção ao item 8.16.1 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário;

Determinação: à gerência-executiva do INSS em Poços de Caldas/MG

1.32 que, caso ainda não tenha feito, planeje as locações de imóveis de terceiros, efetuando: consulta à SPU a cada renovação contratual; empenho global e prévio da despesa; submissão dos procedimentos à Procuradoria Jurídica; demonstração dos cálculos dos reajustamentos dos contratos; ocupação de imóvel somente com contrato formal; cálculo do valor de locação com base em média na qual se utilize preços de aluguéis de imóveis cujas áreas sejam compatíveis com a que se pretenda locar, em atenção ao item 8.16.1 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário;

Determinação: à gerência-executiva do INSS em Contagem/MG

1.33 que observe o disposto no item 8.16.1 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário, caso ainda não tenha feito, de modo que nos contratos de locação de imóveis de terceiros e em suas renovações:

1.33.1 efetue submissão dos procedimentos à Procuradoria Jurídica;

1.33.2 faça constar dos autos do processo cálculo do valor de locação com base em média na qual se utilize preços de aluguéis de imóveis cujas áreas sejam compatíveis com a que se pretenda locar;

Determinação: à gerência do INSS em Governador Valadares/MG

1.34 que observe o disposto no item 8.16.1 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário, caso ainda não tenha feito, de modo que nos contratos de locações de imóveis a terceiros e em suas renovações:

1.34.1 faça constar dos autos dos processos cálculos do valor de locação com base em média na qual se utilize preços de aluguéis de imóveis cujas áreas sejam compatíveis com a que se pretenda locar;;

1.34.2 demonstre os cálculos de reajustamento do contrato de locação;

Determinações: à gerência-executiva do INSS em Belo Horizonte/MG

1.35 que, caso ainda não tenha feito, planeje as locações de imóveis de terceiros, efetuando: consulta à SPU a cada renovação contratual; empenho global e prévio da despesa; submissão dos procedimentos à Procuradoria Jurídica; demonstração dos cálculos dos reajustamentos dos contratos; ocupação de imóvel somente com contrato formal; cálculo do valor de locação com base em média na qual se utilize preços de aluguéis de imóveis cujas áreas sejam

compatíveis com a que se pretenda locar, em atenção ao item 8.16.1 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário;

1.36 que, se não tiver feito, proceda as medidas administrativas e judiciais necessárias à retomada dos seguintes imóveis invadidos, em atendimento aos itens 8.26.1 e 8.26.2 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário:

- 74 lotes no Bairro Vera Cruz, em Belo Horizonte: Códigos SGPI 10001-11 - 000007 a 10050-11 - 00000-8; 10052-11-00000-6; 10055-11-00000-3 a 10072-11-00000-6; 10075-11-00000-3 a 10079-11-00000-7. - 1 gleba na Rua Avelino Foscolo e outras, V. Magnesita, em Belo Horizonte: Código SGPI 10446-11-00000-6;

- 1 casa na Rua Exp. João Batista Rotelo, Bairro São Geraldo, em Belo Horizonte: Código SGPI 10302-11-00000-9;

- 2 apartamentos - Rua José Bonifácio, 240, em Belo Horizonte: Códigos SGPI 10484-11-10482-8 e 10485-11-10482-7;

- 1 apartamento - Av. Antonio Carlos, 1197, em Belo Horizonte: Código SGPI 10516-00000-7;

- terreno na Rua Padre Eustáquio, em Belo Horizonte, Código SGPI 10252-11-00000-8.

Determinação: à gerência-executiva do INSS em Diamantina/MG

1.37 que, caso ainda não tenha feito, planeje as locações de imóveis de terceiros, efetuando: consulta à SPU a cada renovação contratual; empenho global e prévio da despesa; submissão dos procedimentos à Procuradoria Jurídica; demonstração dos cálculos dos reajustamentos dos contratos; ocupação de imóvel somente com contrato formal; cálculo do valor de locação com base em média na qual se utilize preços de aluguéis de imóveis cujas áreas sejam compatíveis com a que se pretenda locar, em atenção ao item 8.16.1 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário;

Determinação: à gerência-executiva do INSS em Montes Claros/MG

1.38 que, caso ainda não tenha feito, planeje as locações de imóveis de terceiros, efetuando: consulta à SPU a cada renovação contratual; empenho global e prévio da despesa; submissão dos procedimentos à Procuradoria Jurídica; demonstração dos cálculos dos reajustamentos dos contratos; ocupação de imóvel somente com contrato formal; cálculo do valor de locação com base em média na qual se utilize preços de aluguéis de imóveis cujas áreas sejam compatíveis com a que se pretenda locar, em atenção ao item 8.16.1 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário;

Determinação: à gerência-executiva do INSS em Uberlândia/MG

1.39 que, caso ainda não tenha feito, planeje as locações de imóveis de terceiros, efetuando: consulta à SPU a cada renovação contratual; empenho global e prévio da despesa; submissão dos procedimentos à Procuradoria Jurídica; demonstração dos cálculos dos reajustamentos dos contratos; ocupação de imóvel somente com contrato formal;

cálculo do valor de locação com base em média na qual se utilize preços de aluguéis de imóveis cujas áreas sejam compatíveis com a que se pretenda locar, em atenção ao item 8.16.1 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário;

Determinação: à gerência-executiva do INSS em Varginha/MG 1.40 que, caso ainda não tenha feito, planeje as locações de imóveis de terceiros, efetuando: consulta à SPU a cada renovação contratual; empenho global e prévio da despesa; submissão dos procedimentos à Procuradoria Jurídica; demonstração dos cálculos dos reajustamentos dos contratos; ocupação de imóvel somente com contrato formal; cálculo do valor de locação com base em média na qual se utilize preços de aluguéis de imóveis cujas áreas sejam compatíveis com a que se pretenda locar, em atenção ao item 8.16.1 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário;

Determinação: à gerência-executiva do INSS em Palmas/TO 1.41 que vistorie periodicamente os imóveis, com a finalidade de acompanhar o estado de conservação dos mesmos, em cumprimento ao item 8.4 da Decisão TCU nº 1.566/2002 - Plenário;

Determinação: à gerência-executiva do INSS em Novo Hamburgo/RS

1.42 que efetive o rateio das despesas relativas à utilização do imóvel situado à Rua Rio Branco nº 553, município de Estrela/RS, em atenção ao item 8.8.6 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário e ao parágrafo 3º da Portaria MPAS nº 2.835/1995;

Determinação: à gerência-executiva do INSS em Boa Vista/RR 1.43 que execute a manutenção do imóvel situado na Av. Zanny, s/nº, em Caracaraí/RR, em atendimento ao item 8.11.5 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário;

Determinação: à gerência-executiva do INSS em Natal/RN 1.44 que ultime a regularização das cessões dos imóveis pertencentes ao INSS no Rio Grande do Norte, em especial quanto aos imóveis situados na Av. Deodoro da Fonseca, nº 730 e na rua Ceará-Mirim nº 378, bl. 5 e bl. 6 em Natal/RN, de modo a atender ao item 8.3.2 da Decisão nº 1.566/2002- TCU - Plenário;

Determinação: à gerência-executiva do INSS em Recife/PE 1.45 que agilize a resolução da questão da adjudicação ocorrida em 1972 pelo INSS de lotes inexistentes em Jaboatão dos Guararapes/PE (Processo nº 324/70), em atenção ao item 8.15.1 da Decisão 1.566/2002 - Plenário - TCU;"

Visando verificar o atendimento dos referidos atos administrativos, emitimos a Solicitação de Auditoria-SA nº 160221-07, de 12.04.2005, solicitando à Coordenação-Geral de Logística do INSS informações sobre as medidas adotadas pelas Gerências Executivas do INSS. Em complemento, enviamos, também, SAs às Gerências Executivas correspondentes às determinações proferidas pelo Tribunal.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

A SA 160221-07 estipulou prazo de atendimento findando em 18.04.2005. Em 19.05.2005 a Chefia de Divisão do Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário encaminhou à Coordenação de Engenharia e Patrimônio Imobiliário o Memorando nº 140, solicitando prazo de 60 dias para atendimento da SA.

Em 14.06.2005, por meio do Ofício nº 83/CGLOG/INSS, a Coordenação-Geral de Logística do INSS prestou os seguintes esclarecimentos:

"8.1.2.1 - A Coordenação, por meio da DGPAI, tem orientado as Gerências, no sentido de manter atualizado os registros referentes ao patrimônio imobiliário e suas mutações. A DGPAI encontra-se monitorando as questões em evidências, no sentido de sanear-las, como se pode verificar da cópia do Memorando Circular nº. 47/ DGPIM/INSS, de 02-06-2003. De fato, continua havendo a necessidade de estruturação da área de Patrimônio e Engenharia e ainda persiste a necessidade de recursos humanos suficientes e treinados para o atendimento da demanda na área do Patrimônio e Engenharia.

A estruturação e o aumento do número de servidores, ambos dependem de aprovação do Ministério do Planejamento, o que, até a presente data, não ocorreu.

8.1.2.2 e 8.1.2.3 - Não foi possível a contratação por falta de recursos orçamentários. Neste Exercício serão feitos estudos no sentido de efetivar a obtenção de sistema adequado que atenda ao gerenciamento dos bens imóveis do INSS. Já foi aberto processo de aquisição.

8.1.2.4 - por meio do Memorando-Circular DGPIM/INSS nº 083, de 05-08-2003, a DGPAI destinou às Gerências Executivas orientações acerca de rotinas de fiscalização física dos imóveis da autarquia.

8.1.3.2 - Temos trabalhado em conjunto com a Coordenação de Contabilidade no sentido de haver mais precisão nos dados sobre o Patrimônio Imobiliário.

8.1.3.3 - Tem sido orientado às Gerências Executivas e suas setoriais contábeis e de Logísticas para procederem na forma proposta no presente quesito.

8.1.4.1 - O número do Processo não está correto, portanto não possível localiza-lo no Sistema.

8.1.4.2- Estão sendo oficializados pelas Gerências todos os ocupantes.

8.1.4.3- Já faz parte das normas internas do INSS.

8.25.3 - Orientação Interna INSS/DIROFL nº 022, de 24.03.2005, já estabelece o critério para reserva técnica.

8.1.2.1 - A Coordenação, por meio da DGPAI, tem orientado as Gerências, no sentido de manter atualizado os registros referentes ao patrimônio imobiliário e suas mutações. A DGPAI encontra-se monitorando as questões em evidências, no sentido de saneá-las, como se pode verificar da cópia do Memorando Circular nº. 47/ DGPIM/INSS, de 02-06-2003. De fato, continua havendo a necessidade de estruturação da área de Patrimônio e Engenharia e ainda persiste a necessidade de recursos humanos suficientes e treinados para o atendimento da demanda na área do Patrimônio e Engenharia. A estruturação e o aumento do número de servidores, ambos dependem de aprovação do Ministério do Planejamento, o que, até a presente data, não ocorreu.

8.25.1 - encontra-se incluída tal cláusula no Edital, cuja Minuta e demais Normas de Alienação de Imóveis foram analisadas e aprovadas pela Procuradoria-Geral e aprovada pela Diretoria Colegiada, conforme Resolução nº 184, de 28-02-2005.

Conforme informações prestadas no citado Ofício, os itens 8.1.1.1, 8.1.1.2, 8.1.2.1, 8.1.2.2, 8.1.2.3, 8.1.3.1, 8.1.3.4, 8.1.4.4 da Decisão 1.566/2002 (itens 1.1, 1.3 e 1.6 do Acórdão 02/2005) estariam afetos à Coordenação-Geral de Contabilidade, Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças e Coordenação-Geral de Apoio a Diretoria Colegiada do INSS.

Informações referentes às Gerências Executivas do INSS:

Gex Belém/PA:

1.13 (8.12.3)SGPI - 10158 - Terreno situado na Trav. 10 de novembro S/N, doado pela Prefeitura Municipal de Afuá/PA, através de Escritura Pública, matriculado no competente cartório daquela Comarca.

SGPI - 10116 - Prédio térreo situado no Setor Administrativo, em Monte Dourado/PA, doado pela Empresa JARI, através da assinatura de protocolo de intenção. Pendente de Regularização, em virtude da referida Empresa não ter feita a Escritura de Doação, uma vez que não registrou a área de abrangência sob sua responsabilidade em Cartório.

SGPI - 10114 - Imóvel sito à Rua, 80-A, casa 16, em Monte Dourado/PA, doado pela Empresa JARI, através da assinatura de protocolo de intenção. Pendente de Regularização, em virtude da referida Empresa não ter feita a Escritura de Doação, uma vez que não registrou a área de abrangência sob sua responsabilidade em Cartório.

SGPI - 10115 - imóvel sito à Rua, 80-A, casa 18, em Monte Dourado/PA, doado pela Empresa JARI, através da assinatura de protocolo de intenção. Pendente de Regularização, em virtude da Empresa não ter feita a Escritura de Doação, uma vez que não registrou a área de abrangência sob sua responsabilidade em Cartório.

SGPI - 10117 - imóvel sito à Rua, 80-A, casa 04, em Monte Dourado/PA, doado pela Empresa JARI, através da assinatura de

protocolo de intenção. Pendente de Regularização, em virtude da Empresa não ter feita a Escritura de Doação, uma vez que não registrou a área de abrangência sob sua responsabilidade em Cartório.

SGPI - 10168 - Terreno situado na Praça da República S/N, doado Pela Prefeitura Municipal de Curionópolis/PA. Pendente de Regularização.

SGPI - 10160 - Terreno na Rua Maranhão S/N, doado pela Prefeitura Municipal de Xinguara/PA, devidamente registrado em Cartório.

SGPI - 10210 - Terreno situado na Rua Agrópolis do Amapá, em Marabá/PA, tramitando junto ao INCRA, processo de doação do mesmo.

SGPI - 10119 - Terreno situado na Av. Nilo Peçanha S/N, doado pela Prefeitura Municipal de Monte Alegre/PA, Escritura Pública feita em cartório, faltando apenas abertura de matrícula.

SGPI - 10179 - Terreno sito à Passagem Bom Sossego S/N, em Ananindeua/PA, não existe documentação do imóvel.

SGPI - 10147 - Terreno sito à Rod. PA-31, S/N, doado pela Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim/PA, através de Título de Aforamento, não foi possível registrar em cartório, em virtude da doadora não ter matriculado em cartório a área de abrangência do município.

SGPI - 10120 - Terreno sito à Trav. Paulo Matos S/N, doado indevidamente pela Prefeitura Municipal de Óbidos, ao ex-INPS e a Empresa Rádio Atalaia (Sub judice).

1.14 - Formalizamos os processos para a locação dos imóveis situados na Av. Marechal Rondon, casas 03 e 04, na cidade de Itaituba/PA, considerados como Reserva Técnica, aos servidores BRAZ A. VIANA PEREIRA e JÚLIO CÉZAR DE C. SOUZA, conforme parecer da Procuradoria Federal Especializada do INSS, estando em fase de tramitação.

Gex Caxias do Sul/RS:

1.18(8.8.3) Formalizado processo de regularização de área ocupada pela Fundação Nova Vicenza de Assistência (Prefeitura Municipal de Farroupilha) sob nº 35239.005464/95-19, objeto de desocupação judicial através de Decisão TCU 1566/2002; O processo encontra-se na Procuradoria Federal Especializada para adoção das medidas judiciais pertinentes. Está sendo realizado o rateio das despesas de água em virtude da Prefeitura já pagar as despesas com energia elétrica (há uma entrada de energia elétrica em separado).

Formalizado processo de regularização de área ocupada pelo SUS - Prefeitura Municipal de Farroupilha, sob nº 35249.000460/2004-41 encaminhado ofício à PMF para regularização de imóvel em

29/11/2004, e reiterado em 14/04/2005 para fins de regularização de acordo com a Lei nº 9.702/98. Está sendo feito o rateio das despesas de água e energia elétrica.

Gex Passo Fundo/RS:

Informamos que o processo para alienação deste imóvel já está em andamento desde o dia 17 de março deste ano e estamos seguindo, corretamente, os trâmites para alienação de imóveis. No dia 19 de abril o processo foi enviado para a Coordenação de Engenharia e Patrimônio Imobiliário do Instituto Nacional do Seguro Social, localizada em Brasília, para que o engenheiro responsável desta autarquia aprove o valor e a metodologia utilizados pela Caixa Econômica Federal em seu laudo de avaliação.

Em consulta ao SIPPS o processo está na Divisão de Gerenciamento de Patrimônio Imobiliário.

Já enviamos ofício ao Tribunal de Contas da União, datado de 27 de maio de 2005, SAF/Sul, Lt. 01, Anexo I-1º andar, sala 156, Distrito Federal/DF, explicando a situação e solicitando aumento de prazo para terminarmos o processo.

Gex São Luis/MA:

Referente item 1.22 - não existe locação de próprios a terceiros;

Referente item 1.23 - Foi emitido Notificação de Débito com prazo de 10 (dez) dias para apresentar comprovante de pagamento das prestações vencidas e ou assinatura de termo de parcelamento do valor total do débito em 12 (doze) parcelas;

Referente item 1.24 - a reforma do edifício João Gulart é prioridade de atendimento neste exercício. O Projeto Básico, Planilhas Orçamentárias e Especificações Técnicas estão sendo atualizadas para, no menor tempo possível, possibilitar a licitação para a execução da reforma.

Gex Juiz de Fora/MG:

Locação da APS Muriaé

Processo n° 35131000209/03-13 - contrato n° 08/03- valor mensal; R\$4.500,00- End.:R. Dr. Silveira Brum, 86-Centro Muriaé/MG.

Vigência 01/07/03 a 30/06/04 - 1º Termo aditivo:01/07/04 a 30/06/05.valor mensal:R\$4.500,00.

Locação APS Além Paraíba

Processo n° 35131000088/2004-91- Contrato n°23/04- Valor:R\$2.800,00- End. Av. José Avelino de Freitas,125- Ilha Lazareto- Além Paraíba/MG

Vigência 01/10/04 a 30/09/05

Obs.:Foi formalizado um processo anterior a este, no imóvel sito à r.José Mercadante,366- Bairro porto Velho-Além Paraíba/MG-Proc. 35131000463/03-11 com vigencia de 180 dias a contar de 08/04/04 a 07/10/04- Valor mensal :R\$5.194,75

Locação da APS Palma

Processo n° 35131000062/03-61 - contrato n° 05/03- Valor: R\$400,00- End. r. Heitor Barbosa, s/n- Palma/MG

Vigência :01/10/03 a 30/09/04 - 1º Termo Aditivo:01/10/04 a 30/09/05 - Valor:R\$400,00.

Locação da APS Recreio

Processo n °35131000213/03-81 - contrato n° 37/03- Valor mensal:R\$600,00- End. R.Tenente Joaquim Pereira, 184- B. Botafogo-Recreio/MG

Vigência :01/07/03 a 30/06/04- 1º Termo aditivo: 01/07/04 a 30/06/05 - Valor:R\$600,00

1.27 (8.16.3)

Banco do Brasil

Ofício INSS/GEXJF/11.025/GABINETE/04/2005 - Solicita saber se o Banco do Brasil tem o interesse de permanecer na área atualmente ocupada, para que sejam adotadas as demais providências de regularização, pagando aluguel ao preço de mercado.

Tribunal Regional Eleitoral

Ofício INSS/GEXJF/11.025/GABINETE/06/2005 - Solicita a desocupação do imóvel em 60 para a utilização pela Secretaria da Receita Previdenciária instalar a Unidade de Atendimento de Juiz de Fora.

9ª JRPS

Está sendo iniciado o processo de regularização

SUS

Ofício INSS/GEXJF/11.025/GABINETE/05/2005 - Solicita manifestação de interesse em permanecer no imóvel nas condições previstas no artigo 7º. da Lei 9.702/98. (Não está incluído no Acórdão 02/2005)

1.28

Os imóveis do INSS, desta Gerência, estão sendo gradativamente formalizadas as suas regularizações. O rateio de despesas depende de levantamentos que somente poderá ser realizado quando a Gerência instituir Grupo de Trabalho com a Procuradoria Federal Especializada, para a adoção das providências legais.

Gex Barbacena/MG

Informamos que em nossa Gerência Executiva sempre foram seguidas as normas de locação, com exceção do empenho global da despesa, pois como é do conhecimento de todos, existe a dificuldade do Setor Financeiro em ter o valor global de tal despesa, sendo feito então o empenho simbólico. Quanto aos demais itens, esses sempre foram seguidos conforme solicitado no item 1.29.

Gex Divinópolis/MG

Todas as locações são objetos de planejamento, consulta ao SPU sobre a existência de imóvel disponível na localidade; submissão do processo à análise da procuradoria; demonstrativos de todos os reajustes; avaliação do imóvel pelo serviço de

engenharia com laudo dentro das normas vigentes; empenho prévio e global da despesa referente ao exercício em curso e ocupação após contratação formal.

Informou ainda pelo Ofício 113231/099/2005, de 6 de junho de 2005, que:

(...) a Gerencia Executiva do INSS em Divinópolis/MG adota os procedimentos enumerados no Acórdão TCU Plenário 002/2005, uma vez que as locações de imóveis são planejadas e são objeto de:

- Consulta ao SPU sobre a existência de imóvel disponível na localidade em todas as renovações;
- Empenho prévio e global da despesa;
- Submissão do processo à análise da procuradoria jurídica;
- Demonstrativos dos cálculos dos reajustamentos;
- Ocupação após contratação formal e
- Avaliação do imóvel pelo serviço de engenharia com laudo dentro das normas vigentes.

Gex Diamantina/MG

Sempre planejamos as locações de imóveis de terceiros, bem com os respectivos termos aditivos; empenhamos os valores globais das despesas referentes às locações; submetemos os procedimentos à Procuradoria para análise; procuramos negociar os reajustamentos, e na maioria das vezes, até mantemos os valores sem acréscimo; só ocupamos os imóveis com contrato formal; todo início de exercício, formulamos ofício à SPU e Banco do Brasil, solicitando informações, respectivamente, sobre a disponibilidade de imóveis de propriedade da União, nas localidades onde mantemos locação de imóveis, bem como a possibilidade de Cessão de áreas do Banco do Brasil.

Assim, as pendências que haviam quanto à locação de imóveis estão sendo sanadas conforme as orientações do TCU; o que se pode confirmar, com vistas em nossos processos de Locação.

Gex Uberlândia/MG:

Temos efetuado consulta à SPU somente quando da inicialização do processo de locação do imóvel, e, que as demais determinações do item 8.16.1 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário, estão sendo integralmente atendidos.

Gex Varginha/MG

Informamos que o Contrato de Aluguel da Agencia do INSS em Boa Esperança venceu em Março/2005. E os procedimentos foram adotados. O aluguel da Agência do INSS em Três Corações e Caxambu, estamos revendo os processo para adequar conforme as orientações da Auditoria. Na oportunidade informamos que assumimos a Seção de Logística no Final de Fevereiro e estamos procurando resolver as pendências encontradas.

Gex Palmas/TO

Existe desde 26/02/2004 uma empresa contratada realizando manutenção predial em todos os imóveis (de uso e de propriedade do INSS) pertencentes a esta Gerência Executiva, onde as visitas são feitas pela empresa de forma periódicas corrigindo

os desgastes natural ocasionado pelo tempo e uso do imóvel. Além disso estamos aguardando liberação de obras do PMA que é prioridade nacional para realizar uma reforma geral nos prédios ainda não contemplados com o programa.

Gex Novo Hamburgo/RS

Em atendimento à determinação do TCU reiteramos as tratativas para rateio das despesas com a Prefeitura Municipal de Estrela, através do Ofício nº GEXNHB nº 91/2005. Ainda este ano será iniciada reforma do prédio quando então serão separados os registros de água e luz.

Gex Boa Vista/RR

Do imóvel citado pelo TCU/DF Nº 1.566/2002, Subitem 8.11.5 - Informamos que este Instituto Nacional do Seguro Social/RR, possui dois imóveis próprios localizados no Município de CARACARAÍ/RR, um imóvel está locado aos CORREIOS, com Contrato nº 011, de 03.11.2003, Processo nº 37041.000206/2002-33, valor de R\$450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), a manutenção desse imóvel não está contemplada na Manutenção Predial a própria empresa deve realizar a sua manutenção conforme determina a Clausura IV do Contrato em referência. Outro imóvel onde funciona a Agência da Previdência Social/Caracarái/RR a manutenção está contemplada no Processo nº 37041.000148/2003-29, de Manutenção Predial de Caráter Preventivo e Corretivo com Cobertura de Risco, para atender a esta Gerência Executiva Boa Vista/INSS/RR.

Quanto às SAs encaminhadas às Gerências Executivas, foram apresentadas as seguintes informações:

SA 160221-63 - Gex Poços de Caldas/MG : informaram que estão adotando as medidas proferidas no item 1.32 do Acórdão 2/2005.

SA 160221-55 - Gex Rio de Janeiro Sul/RJ : os processos referentes aos imóveis objeto do Acórdão 02/2005 encontram-se na Procuradoria para cobrança judicial.

SA 160221-65 - Gex Governador Valadares/MG : item 1.34.1- quando da locação de imóveis foi solicitada avaliação do engenheiro e quando forem atendidos juntarão laudo ao processo para comprovar o valor da locação e a compatibilidade com o mercado. Item 1.34.2 - na renovação dos contratos estão sendo feitas negociações no sentido de não reajustar os valores e quando isto não for possível será aplicado o índice previsto no contrato. Quanto à demonstração do cálculo, nos contratos vigentes não consta a planilha com os reajustes, que serão observados em contratos de locação.

SA 160221-58 - Gex Imperatriz/MA: as informações apresentadas pelo gestor não atendem à Solicitação de Auditoria.

SA 160221-68 - Gex Montes Claros/MG : informou que promoveu a renovação, neste Exercício, dos contratos dos imóveis locados

de terceiros existentes, para funcionamento das APS de Bocaiúva, Janauba e Espinosa, onde foram atendidas todas as recomendações ao item 8.16.1, da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário, do TCU. Inclusive com consultas feitas a SPU, quando à disponibilidade de imóveis da União naqueles municípios; consultas feitas à unidade local da Secretaria da Receita Previdenciária, quanto à disponibilidade de imóveis em Dação de Pagamento; atualização da documentação cartorial e ainda, os valores pagos pelas locações, após negociações com os proprietários, permaneceram sem reajustes. Todos estes procedimentos encontram-se consignados nos respectivos processos de locações, à disposição naquela Seção de logística.

SA 160221-75 - Gex Natal/RN : Transcrição da justificativa: "Os imóveis localizados na Rua Ceará-Mirim, blocos 5 e 6, bem como o da Deodoro, nº 730, intento da inquirição da CGU, foram objeto de várias e incansáveis informações desta Seção de Logística, que preconizava ser necessária a avaliação técnico-especializada dos imóveis, a fim de que se possa estabelecer um percentual da avaliação que determine o valor da locação. Isso para o imóvel da Avenida Deodoro, 730; os da Rua Ceará-Mirim não se correlacionam com problemas locatícios. **Reitero** que o maior entrave para a solução dos problemas dos imóveis em tela, está justamente no fator avaliação, que depende de "**decisão**" da DG/Brasília, em enviar uma equipe de engenheiros avaliadores, a fim de que os mesmos estabeleçam o respectivo preço de venda de mercado, para que se possam definir os outros parâmetros dele dependentes. A presença da equipe deverá ser aproveitada para elaborar análise da situação estrutural dos imóveis da Rua Ceará-Mirim, dentre outros, deteriorada pela extensa cronologia isolacionista perpetrada sob o domínio dos antigos ocupantes (Fundação Nacional de Saúde), dissoluto quanto a realizar limpeza e manutenção adequada na estrutura dos imóveis. Aproveito para informar que o imóvel da Rua Maxaranguape. s/n, também se insere no contexto e depende também de avaliação do preço de venda no mercado imobiliário, a fim de que a Procuradoria Federal Especializada (P.F.E.), desta GEXNAT, possa entrar com ação de reintegração de posse e outras cabíveis. Os laudos de avaliação, elaborados pela equipe de engenheiros, nortearão oportuna desmobilização dos respectivos imóveis."

SA 160221-64: Gex Contagem/MG: Transcrição da justificativa: "Informamos que desde 16/02/2005 recebemos ofício do TCU solicitando que se cumprisse tais determinações e desde então estamos atentos para todos os processos continuados, ou seja: Enviamos todos os processos para análise e parecer da douta Procuradoria e sempre acatando todas as recomendações feitas através das Notas Técnicas; Reajustes dentro dos preços praticados no mercado, para subsidiar a Administração na intenção da prorrogação dos contratos; Aceite imediato das avaliações feitas pelos engenheiros no caso de locações; Publicação em dois jornais de grande circulação no caso de aviso de Procura de Imóvel. Com relação a instauração de TCE a mesma foi instaurada nesta GEXCON, no mês de Maio/2005 a pedido da Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade, mesmo sabendo que outro processos disciplinar encontra-se em

andamento da Corregedoria da Direção Geral, para apuração de falhas."

SA 160221-62 : Gex Ouro Preto/MG: Transcrição da justificativa: " Acusamos o recebimento do Ofício nº 29/2005 da 4ª SECEX referente ao processo 019.488/2003-0, no qual tomamos ciência do ACÓRDÃO TCU Nº 2/2005, no qual determina: 1.31 que, caso ainda não tenha feito, planeje as locações de imóveis, de terceiros, efetuando consulta à SPU a cada renovação contratual; empenho global e prévio de despesa; submissão dos procedimentos à Procuradoria Jurídica; demonstração dos cálculos dos reajustamentos dos contratos; ocupação de imóvel somente com contrato formal; cálculo do valor da locação com base média na qual se utilize preços de aluguéis de imóveis cujas área sejam compatíveis com a que se pretende locar, em atenção ao item 8.16.1 da Decisão nº 1.566/2002 - Plenário. Neste contexto informamos que esta Gerência vem observando rigorosamente as determinações ali contidas, sendo que os empenhos são prévios e globais, atendendo aos processos solicitados pela Seção de Logística. Quando se expira o prazo haverá o processo de reconhecimento de dívida."

SA 160221-66 : Gex Belo Horizonte: Informamos que em cumprimento a Lei nº 9.702/98 procedemos o cadastramento de todos os moradores do Bairro Vera Cruz e adjacências, conforme cópia do processo 35097.005632/98-54, anexo, com todos os moradores/invasores, concordando com as compras dos imóveis. Há de se ressaltar que na localidade dos imóveis, o trabalho desenvolvido foi efetuado com dificuldades por se tratar de um local de difícil acesso, entretanto, os servidores do INSS procuraram a Associação de Bairro que fez um trabalho de divulgação em igrejas, carro de som, quanto à necessidade dos cadastramentos de todos, o que foi aceito pelos moradores e concluído com êxito, com recursos próprios de servidores deste órgão. Observa-se que a parte tocante aos servidores desta GEX, sob a coordenação do Procurador Federal Flávio Mondaini, foi efetuada com sucesso. Entendemos que os moradores dos bairros Vera Cruz, São Geraldo, sagrada Família, São Cristóvão e Padre Eustáquio (Carlos Prates), a princípio, estão respaldados na legalidade posto que aderiram aos cadastramentos corroborados pela manifesta concordância, estando, no momento, aguardando o financiamento, a ser providenciado pelo INSS, com a minuta de contrato e escritura e o órgão recebedor. As informações a nós repassadas são de que o contrato com a CEF fora considerado inviável devido ao alto custo da taxa de manutenção do contrato, que é de aproximadamente R\$ 50,0, devendo o INSS arcar com a referida taxa, sendo que, na maioria dos casos, o valor de cada prestação ficaria igual ou maior que a taxa de manutenção do contrato. Ressaltamos que as negociações com a CEF têm sido feitas pelo Sr. José Roberto Senno - Chefe da Divisão de Administração do Patrimônio Imobiliário, e esta GEX encontra-se na dependência desse impasse para concluir as vendas e a conclusão dos trabalhos. Existe uma outra situação que obsta tal conclusão, que é o da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte não reconhecer a imunidade tributária do INSS, e está sempre corando os IPTUS, motivando diversas pendências

judiciais, visto que há somente o reconhecimento das taxas e não de impostos. A nível desta GEX, envidamos, até então, todos os esforços nas soluções dos impasses. Relativamente ao Lote 07 da Quadra 19 da Rua Padre Eustáquio, já encaminhamos ao Serviço do Contencioso para as medidas judiciais cabíveis. Quanto ao imóvel da Rua Avelino Fóscolo e outras, teve a princípio um contratempo, pois tratava-se de aforamento pelo Governo do Estado de Minas Gerais para construção de casas populares e não obstante o resgate efetuado, persistia a cláusula inicial, que seria extensiva às áreas remanescentes. Contudo, após negociações foi procedida a retificação através de uma nova escritura, que será levada ao Cartório de Registro de Imóveis quando, a partir de então, poderá ser estudada a contratação de um Agrimensor para providenciar o desmembramento da área e, em seguida, tomarmos as medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

SA 160221-56 : Gex Niterói/RJ:

1. Preliminarmente, cumpre-nos informar que até o ano de 1999 a administração dos financiamentos imobiliários era da competência da antiga Seção de Administração do Patrimônio Imobiliário, subordinada à Superintendência do INSS no Estado do Rio de Janeiro, cuja sede era localizada no município do Rio de Janeiro;

2. Com as alterações na estrutura organizacional do INSS, a partir do ano 2000 passaram a existir as Gerências Executivas, cuja Divisão de Administração (hoje, Seção de logística, pois as mesmas já foram extintas) passou a ser a responsável pela administração do patrimônio imobiliário situado nas respectivas áreas de abrangência;

3. De acordo com a informação dos servidores da Seção de logística, os processos de financiamento imobiliário foram encaminhados para a GEXNIT sem qualquer despacho, organização e orientação quanto aos procedimentos a serem adotados;

4. As baixas de hipoteca vêm sendo providenciadas nas medida em que os mutuários procuram a GEXNIT;

5. Para tomarmos melhor conhecimento da situação da administração do patrimônio do INSS no âmbito da gerência, decidimos criar um grupo de Trabalho constituído por servidores da Seção de Logística (portaria INSS/GEXNIT nº 112, de 18 de dezembro de 20030);

6. Em função das informações repassadas pelo Grupo de Trabalho, decidimos constituir uma Equipe (Portaria INSS/GEXNIT nº 45, de 05 de maio de 2004) para depurar a situação e acompanhar todos os processos de financiamento imobiliários. Destacando-se que, em face da carência de recursos humanos, os servidores que atuam no Grupo de Trabalho também realizam outras atividades na Seção de Logística;

7. Decidiu-se registrar em planilha específica (vide anexo) todos os processos relativos à financiamento imobiliários. Os processos estavam arquivados no prédio da rua Maestro Felício

Toledo, antiga sede da Seção de Logística, de forma desorganizada;

8. No levantamento efetuado, constatou-se a existência de 236 (duzentos e trinta e seis) processo, procedeu-se o registro em planilha específica e organizou-se o arquivo transferindo-o para o imóvel situado na rua São Pedro;

9. Até o presente momento, já foram analisados 120 (cento e vinte) processos, dos quais 117 (cento e dezessete) são relativos à imóveis quitados e 3 (três) estão dependendo de convocação do interessado para comprovação de quitação e análise;

10. Vislumbra-se a necessidade de ressalvamos que por força da Resolução INSS nº 169, de 30 de agosto de 1993, que trata da dispensa do pagamento de encargos mensais e do saldo devedor dos mutuários detentores de financiamentos concedidos pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão, infere-se de acordo com os servidores que atuam nesses processos, que provavelmente não encontramos inadimplentes nos imóveis financiados situados na área de abrangência da GEXNIT;

11. Estamos enviando em anexo a planilha acima mencionada, esclarecendo que registramos na linha subsequente ao processo analisado o resultado da análise.

SA 160221-56 : Gex Niterói/RJ:

(...)

2- Em relação ao item 1.15, referente ao imóvel de registro SGPI nº 10008 - o mesmo ainda não foi finalizado, pois que esta Gerência Executiva Macapá está aguardando a vinda da Equipe de Engenharia da Coordenação Geral de Logística, para realizar a avaliação do imóvel;

3- O item 1.16 - Após várias tentativas a fim de regularizar o bem, junto a prefeitura Municipal de Laranjal do Jarí, sem que aquele órgão apresentasse algum retorno, estamos encaminhando o Processo à Procuradoria Federal Especializada para regularizar em Juízo.

4- Com relação ao item 1.17, a Procuradoria Federal Especializada, impetrou ação Processo nº 2005.31.00.000498-0, na 2ª Vara Federal, contra o Reu Fran Soares Nascimento Júnior, para que o mesmo possa efetuar a transparência do imóvel para sua pessoa.

SA 160221-51 : Gex Belém/PA:

(...)

SGPI - 10158 - Terreno situado na Travessia 10 de novembro S/N, doado pela Prefeitura Municipal de Afuá/PA, através de Escritura Pública, matriculado no competente cartório daquela Comarca.

SGPI - 10116 - Prédio térreo situado no Setor Administrativo, em Monte Dourado/PA, doado pela Empresa JARI, através da assinatura de protocolo de Intenção. Pendente de Regularização, em virtude da referida Empresa não ter feita a Escritura de Doação, uma vez que não registrou a área de abrangência sob sua responsabilidade em Cartório.

SGPI - 10114 - Imóvel sito à Rua, 80-A, casa 16, em Monte Dourado/PA, doado pela Empresa JARI, através da assinatura de protocolo de intenção. Pendente de Regularização, em virtude da referida Empresa não ter feita a Escritura de Doação, uma vez que não registrou a área de abrangência sob sua responsabilidade em Cartório.

SGPI - 10115 - Imóvel sito à Rua, 80-A, casa 18, em Monte Dourado/PA, doado pela Empresa JARI, através da assinatura de protocolo de intenção. Pendente de Regularização, em virtude da Empresa não ter feita a Escritura de Doação, uma vez que não registrou a área de abrangência sob sua responsabilidade em Cartório.

SGPI - 10117 - Imóvel sito à Rua, 80-A, casa 04, em Monte Dourado/PA, doado pela Empresa JARI, através de assinatura de protocolo de intenção. Pendente de Regularização, em virtude da Empresa não ter feita a Escritura de Doação, uma vez que não registrou a área de abrangência sob sua responsabilidade em Cartório.

SGPI - 10168 - Terreno situado na Praça da República S/N, doado pela Prefeitura Municipal de Curionópolis/PA. Pendente de Regularização.

SGPI - 10160 - Terreno na Rua Maranhão S/N, doado pela Prefeitura Municipal de Xinguara/PA, devidamente registrado em Cartório.

SGPI - 10210 - Terreno situado na Rua Agrópolis do Amabá/PA, tramitando junto ao INCRA, processo de doação do mesmo.

SGPI - 10119 - Terreno situado na Av. Nilo Peçanha S/N, doado pela Prefeitura Municipal de Monte Alegre/PA, Escritura Pública feita em cartório, faltando apenas abertura de matrícula.

SGPI - 10179 - Terreno sito à Passagem Bom Sossego S/N, em Ananindeua/PA, não existe documentação do imóvel.

SGPI - 10147 - Terreno sito à Rodovia PA-31, S/N, doado pela Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim/PA, através de Título de Aforamento, não foi possível registrar em cartório, em virtude da doadora não ter matriculado em cartório a área de abrangência do município.

SGPI - 10120 - Terreno sito à Travessia Paulo Matos S/N, doado indevidamente pela Prefeitura Municipal de Óbidos, ao ex-INPS e a Empresa Rádio Atalaia (sub judice).

1.14 - Formalizamos os processos para a locação dos imóveis situados na Av. Marechal Rondon, casa 03 e 04, na cidade de Itaituba/PA, considerados como Reserva Técnica, aos servidores BRAZ A VIANA PEREIRA e JÚLIO CÉZAR DE C. SOUZA, conforme parecer da Procuradoria Federal Especializado do INSS, estando em fase de tramitação.

SA 160221-53 : Gex Caxias do Sul/RS:

1. Atendendo ao conteúdo da Solicitação em referência, informamos abaixo as providências adotadas por esta Gerência-Executiva, quanto ao item 1.18 do Acórdão 02/2005, sobre o imóvel de registro SGPI 10017-19-00000-7, no qual funciona a Agência da Previdência Social em Farroupilha.

2. Formalizamos o processo de regularização de área ocupada pela Fundação Nova Vicenza de Assistência (Prefeitura Municipal de Farroupilha) sob o nº 35239.005464/95-19, objeto de desocupação judicial através de Decisão TCU 1566/2002.

3. A Procuradoria Federal Especializada do INSS em Caxias do Sul adotou as medidas judiciais pertinentes, que resultou na Ação Ordinária 2005.71.07.002757-4 de 09/06/2005, cuja cópia da movimentação judicial anexamos.

4. Está sendo realizado o rateio das despesas de água, pois a Prefeitura já paga as despesas com energia elétrica, há uma entrada de energia elétrica em separado.

5. Formalizamos, também, o processo de regularização de área ocupada pelo SUS - Prefeitura Municipal de Farroupilha, sob nº 35249.000460/2004-41. Encaminhado ofício à Prefeitura regularização de imóvel em 29/11/2004 e reiterado em 14/04/2005 para fins de regularização de acordo com a Lei nº 9.702/98. Estamos realizando o rateio das despesas de água e energia elétrica.

As demais Gerências Executivas do INSS, elencadas nas determinações do TCU proferidas no referido Acórdão, não haviam se manifestado sobre suas pendências até o término deste relatório.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
221.273.131-00	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

AVALIAÇÃO DA SFC:

Com base nas informações apresentadas e nos resultados dos trabalhos de acompanhamento de gestão, é possível resumir o atendimento aos referidos atos administrativos da seguinte forma:

Decisão nº 1566/2002

Itens Atendidos na auditoria de acompanhamento: 8.5.1, 8.5.2, 8.5.3, 8.8.5, 8.8.8, 8.8.9, 8.9, 8.10, 8.11.1, 8.11.2, 8.11.3, 8.11.5, 8.12.1, 8.12.2, 8.12.5, 8.13.2, 8.19, 8.20.4, 8.21.3, 8.21.4, 8.21.5, 8.21.6 e 8.25.6.

Itens atendidos na auditoria de avaliação: 8.1.2.1, 8.1.2.4, 8.1.3.2, 8.1.3.3, 8.1.4.2, 8.1.4.3, 8.8.3, 8.8.6, 8.12.3, 8.12.4, 8.13.1, 8.16.1, 8.2.2, 8.14.1, 8.16.1, 8.16.2, 8.16.3, 8.17.2, 8.17.3, 8.17.4, 8.21.78.25.1, 8.25.3, 8.26.1 e 8.26.2.

Itens pendentes de regularização: 8.1.1.1, 8.1.1.2, 8.1.2.2, 8.1.2.3, 8.1.2.5, 8.1.3.1, 8.1.3.4, 8.1.3.5, 8.1.4.1, 8.1.4.4, 8.1.4.5, 8.1.4.6, 8.1.4.7, 8.2.1, 8.2.3, 8.3.1, 8.3.2, 8.3.3, 8.6.1, 8.6.2, 8.6.3, 8.7.2, 8.7.3, 8.8.1, 8.8.2, 8.8.4, 8.8.7, 8.11.4, 8.13.3, 8.14.2, 8.14.3, 8.14.4, 8.15.1, 8.15.2, 8.15.3, 8.16.4, 8.16.5, 8.17.1, 8.18, 8.19.1, 8.19.2, 8.20.1, 8.20.2, 8.20.3, 8.21.1, 8.21.2, 8.22.1, 8.22.2, 8.23, 8.25.2, 8.25.4, 8.25.5, 8.25.7 e.

Acórdão nº 02/2005

Itens atendidos na auditoria de avaliação: 1.2, 1.4, 1.5, 1.8, 1.9, 1.12, 1.13, 1.14, 1.18, 1.19, 1.20, 1.21, 1.22, 1.23, 1.24, 1.26, 1.27, 1.28, 1.29, 1.30, 1.31, 1.32, 1.33, 1.33.1, 1.33.2, 1.34, 1.34.1, 1.34.2, 1.35, 1.36, 1.37, 1.38, 1.39, 1.40, 1.41, 1.42, 1.43 e 1.44.

Itens pendentes de regularização: 1.1, 1.3, 1.6, 1.7, 1.10, 1.11, 1.15, 1.16, 1.17, 1.25, 1.45.

RECOMENDAÇÃO:

Face a ausência de justificativa por parte do gestor, mantemos as recomendações propostas em nossos trabalhos de auditoria de acompanhamento de gestão, conforme a seguir:

Recomendamos ao INSS:

- Atender as determinações contidas na Decisão nº 1.566/2002, estabelecendo prazos e definindo estratégias junto as suas Gerências Executivas, uniformizando os procedimentos a serem adotados;
- Determinar as suas Gerências Executivas, utilizando-se das medidas administrativas que se fizerem necessárias, que reünam e cataloguem toda a documentação referente aos seus imóveis, promovendo o competente registro no SIAFI;
- Promover, em conjunto com suas Gerências Executivas, a regularização da documentação dominial dos imóveis que estejam em situação irregular;

- Levantar, junto as suas Procuradorias Federais Especializadas nos Estados, as questões judiciais pendentes nas quais o INSS seja participante, verificando a situação das ações e agilizando sua conclusão, especialmente nas quais o INSS possua valores a receber;
- Apurar os prejuízos causados aos cofres públicos decorrentes da ocupação irregular dos imóveis, da inadimplência de imóveis alienados e da irregularidade na cessão de imóveis;
- Responsabilizar administrativa e civilmente, nos termos da legislação vigente, os responsáveis pela má-administração dos bens imobiliários do Instituto, aplicando as penalidades cabíveis, principalmente nos casos de constatação de prejuízo ao erário.

4.1.1.9 CONSTATAÇÃO:

Ausência de apuração de responsabilidades pelo descumprimento da determinação do TCU e dos pagamentos realizados duplamente

ACÓRDÃO nº 94/2003 - TCU - Plenário - TC nº 014.188/2001-5 - Benefícios em duplicidade - Espécie 22 - Pensão por Morte de ex-servidores públicos

O presente Acórdão originou-se de auditoria realizada no SIAPE com vistas a verificar a confiabilidade e vulnerabilidade do sistema especificamente no pagamento de pensões. Como resultado, foi acordado o seguinte:

"(...)

9.2. determinar à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conjunto com o Instituto Nacional do Seguro Social, que adote medidas necessárias para:

9.2.1. identificar, no prazo de sessenta dias, a existência de benefícios pagos em duplicidade pelo Instituto e pelo Tesouro, nos processos relacionados no vol. 2, fls. 88 a 90 e 180 a 182;

9.2.2. suspender, no prazo de quinze dias, a contar do término do prazo fixado no subitem anterior, o pagamento dos benefícios que forem indevidos e proceder à cobrança dos valores já pagos;

9.2.3. informar ao Tribunal, no prazo de noventa dias, as medidas adotadas e os montantes a serem ressarcidos, relativos aos pagamentos de que cuidam o subitem 9.2.1;

9.2.4. verificar, no prazo de cento e oitenta dias, os valores pagos em duplicidade pelo Instituto Nacional do Seguro Social e pelo Tesouro Nacional em todos os demais processos de pensão migrados para o Siape;

9.2.5. suspender, no prazo de quinze dias, a contar do término do prazo fixado no subitem anterior, os benefícios pagos em duplicidade pelo Instituto Nacional do Seguro Social e pelo Tesouro Nacional, e proceder à cobrança dos valores já pagos;

9.2.6. informar ao Tribunal, no prazo de trinta dias, a contar do término do prazo fixado no subitem 9.2.4, as medidas adotadas e os montantes a serem ressarcidos, relativos aos pagamentos de que cuidam aquele subitem;

9.2.7. finalizar, no prazo de sessenta dias, o processo de migração das pensões abrangidas pelo art. 248 da Lei nº 8.112/1990;"

No subitem 4.1.2.6 do Relatório de Gestão 139816/2004, apesar das providências adotadas pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento juntamente com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, esta Secretaria constatou que não foram cumpridas as determinações do TCU, principalmente nos casos de pagamentos em duplicidade.

Diante das situações apontadas, esta SFC recomendou ao INSS a adoção das seguintes providências:

a) realizar todas transferências dos Benefícios de Pensão por Morte da Espécie 22 para os órgãos de origem dos servidores instituidores, visando a regularização e cumprimento da determinação do TCU, emitida por meio do Acórdão 94/2003;

b) encaminhar informações e documentos dos valores pagos em duplicidade, bem como as providências dos ressarcimentos e os seus respectivos comprovantes de recolhimentos, em relação aos benefícios que já foram cessados;

c) apurar responsabilidades pelo descumprimento da determinação do TCU (Acórdão 94/2003, item 9.2.5), no que diz respeito à falta de providências das Gerências Executivas do INSS para suspensão/cessação dos pagamentos de benefício das Pensões Espécie 22 e cobrança dos valores pagos indevidamente, referente aos benefícios pagos em duplicidade pelo INSS e pelos órgãos de origem dos segurados/instituidores (Tesouro Nacional) já identificados;

d) realizar imediatamente as transferências das 336 Pensões (constantes do Anexo IV do Relatório/SFC nº 135726), localizadas por esta SFC, para os órgãos de origem, bem como a cessação das mencionadas Pensões,

adotando providências para obter o ressarcimento dos pagamentos efetuados em duplicidades;

e) encaminhar os resultados das análises dos 18 processos concessórios, apurando responsabilidade administrativa e judicial, para os casos de constatação de irregularidades, inclusive com abertura da Tomada de Contas Especial-TCE, se for o caso; e adotar medidas para regularização das Pensões, conforme determinação do TCU, emitida por meio do Acórdão 94/2003; e

f) avaliar, juntamente com os órgãos de origem dos servidores instituidores de Pensão, as concessões de pensões para os dependentes divergentes entre si, devendo ser adotadas providências administrativas para apurar as devidas responsabilidades, bem como a abertura da Tomada de Contas Especial-TCE, se for o caso.

Durante os trabalhos de acompanhamento de gestão, o gestor apresentou as seguintes providências:

"a) Com relação as transferências dos Benefícios de Pensão por Morte da Espécie 22 para os órgão de origem dos servidores instituidores, esclarecemos que quando da publicação do Acórdão TCU 94/03, existiam em manutenção aproximadamente 3.100 benefícios de Pensões Por Morte Estatutárias. Conforme informação extraída do SINTESE, no mês 05/04, existem atualmente em manutenção 1.921 Pensões Por Morte Estatutárias. Este fato demonstra que o processo de transferência, embora lento, está sendo efetuado.

b) Quanto aos benefícios pagos em duplicidade o INSS está adotando as devidas providências para a cessação de tais benefícios. Uma vez cessado os benefícios procedemos a apuração dos valores recebidos em duplicidade e enviamos ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para providenciar junto ao órgão de origem do instituidor o devido desconto, na forma da Lei nº 8.112/90. Como esses valores são repassados a conta da União, o INSS não é informado dos descontos.

A informação sobre os descontos dos valores recebidos em duplicidade estão em poder dos respectivos órgãos de origem, portanto sugerimos que essa Secretaria Federal de Controle Interno solicite as informações ao MPOG.

c) Quanto às Gerências Executivas que ainda não atenderam os memorandos e o Acórdão do TCU, esclarecemos que este fato se deve as constantes mudanças das Chefias das Divisões/Serviços de Benefícios. No período de 28/06/04 a 02/07/04 haverá reunião Técnica com todos os Chefes de Divisão/Serviço de Benefícios, a oportunidade que iremos solicitar empenho aos respectivos Chefes para atendimento, inclusive iremos reemitir novo memorando

endereçado em nome dos mesmos para cumprirem o Acórdão do TCU e a recomendação desta SFC em relação as 336 pensões. Caso não ocorra o cumprimento das solicitações serão adotados os procedimentos referente a apuração de responsabilidade.

d) Dos 336 registros existentes na citada planilha, apenas 90 conferem com as informações existentes no SISBEN/INFBEN.

As demais apresentam situações como as abaixo exemplificadas.

Número do Benefício	Titular do benefício no INSS	Titular informado na Planilha IV
306229935	CLEA MARTA FERREIRA SOUSA	ACRERINA CASTOR DE ARAÚJO
858818566	CLEUSA ALVES RIBEIRO	ADALGISA SILVA SANTOS
501561714	MARIA ALDA INACIO	AFRA DE SOUZA

Dos 336 benefícios, 174 foram cessados com motivo 46 - Transferência para órgão de origem, restando ativos apenas 140 benefícios.

Portanto, para cumprimento da recomendação, solicitamos reavaliar a planilha compatibilizando os dados referentes ao NB e o titular do benefício no INSS, bem como informar o respectivo órgão de origem do instituidor.

Quanto à pensão por morte em nome da NINA ROSA TEIXEIRA ZAIRE - 22/103.073.023-0, no ano de 2003 em cumprimento ao Acórdão do TCU, o benefício foi cessado, porém, por força de Mandado de Segurança foi reativado. Encontra-se sub judice

Tão logo tenhamos a nova planilha, inclusive, com a identificação dos órgãos de vínculos dos instituidores imediatamente iremos expedir memorando às Gerência Executivas para convocação do beneficiário e adoção do devidos procedimentos legais.

e) Em relação a análises dos 18 processos concessórios que objetiva verificar o motivo da concessão das pensões, posterior ao advento da Lei nº 8112/90, avocamos os mesmos para análise nesta Coordenação Geral de Benefícios. Após a análise apuramos que:

Pensão concedida por força de decisão judicial:

Espéc. e	Número Benefício	Nome do Titular
22	111.580.686.3	ANNITA ALVES MAXIMIANO
22	105.343.345-7	TEREZA APOLONIO FREITAS

22	120.217.791-0	APARECIDA GRAÇAS TEIXEIRA
22	118.654.954-5	IZABEL MOREIRA
22	111.580.675-8	CELINA GONÇALVES COELHO
22	111.580.668-5	SIMONE LUCIA VENTURA DO NASCIMENTO
22	111.580.660-0	VERA LUCIA VENTURA DO NASCIMENTO
22	125.976.183-2	MARIA SALETE SOARES
22	115.183.264-0	HELANA EDIR VICENTE

Pensão concedida DESP 08 - Direito adquirido:

Espécie	Número Benefício	Nome do Titular
22	114.534.326-8	MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA SANT'ANA
22	113.949.405-5	ANDREA RIBEIRO

Pensão concedida DESP 00 - normal:

Espécie	Número Benefício	Nome do Titular
22	109.503.105-5	MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA SILVA
22	104.819.072-0	MARIA MARA DE CASTRO

Quanto as demais pensões, reiteramos o processos, conforme mensagem em anexo.

Foi solicitado a Equipe de Sistema e DATAPREV inibir a concessão com DESP 00 e 08. Só permitir DESP 04 (decisão judicial).

f) Para atender a recomendação de avaliação dos benefícios com titulares divergentes nos cadastros dos órgãos, solicitamos informar os nomes dos órgãos de origem, referentes aos benefícios constantes da planilha item 48."

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui César de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
074.140.803-15	Ana Adail Ferreira de Mesquita	Coordenador-Geral de Benefício
485.746.356-34	Carlos José do Carmo	Coordenador-Geral de Benefício
*	Todos os Gerentes Executivos	Gerentes Executivos do INSS
*	Todos os Chefes de Benefícios das APS	Chefes de Benefícios das APS

* Todos os Gerentes Executivos e Chefes de Benefícios das APS que estão mantendo benefícios espécie 22.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Esclarecemos que em consulta a maciça de pagamento de benefício, referente ao mês de fevereiro de 2005, existem 2.238 benefícios ativos da espécie 22, envolvendo diversas agências previdenciárias. Dessa forma, verifica-se que apesar do tempo decorrido não houve o atendimento das determinações do TCU e tampouco das recomendações da SFC/CGU.

Ressaltamos que até o fechamento deste relatório, a Diretoria de Benefício não havia se manifestado sobre a Solicitação de Auditoria nº 160221-08, de 12.4.2005, quanto ao estoque existente de benefício espécie 22 e instauração de PAD e TCE.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria de Benefício do INSS adote as providências já propostas pelo TCU e SFC e, ainda, adote medidas no tocante a apurar responsabilidades pelo descumprimento das determinações da Corte de Contas (Acórdão 94/2003, item 9.2.5), no que diz respeito à falta de providências das Gerências Executivas/APS do INSS para suspensão/cessação dos pagamentos de benefício das Pensões Espécie 22, bem como valores pagos indevidamente, referente aos benefícios mantidos em duplicidade pelo INSS e pelos órgãos de origem dos segurados/instituidores (Tesouro Nacional) já identificados.

4.1.1.10 CONSTATAÇÃO:

Ausência de instauração de TCE para os servidores demitidos devido a desvio de recursos públicos, em razão de fraudes no sistema de concessão de benefícios.

Acórdão nº 314/2003 - TCU - Plenário (TC nº 015.889/2001-5) - Servidores demitidos devido a desvio de recursos públicos.

O Acórdão nº 314/2003 - Plenário, refere-se ao descumprimento de determinação contida na Decisão nº 233/2001 - TCU/2ª Câmara, para instauração de Tomadas de Contas Especiais dos servidores demitidos devido a desvio de recursos públicos, em razão de fraudes no sistema de concessão de benefícios e foi objeto de análise no Relatório de Auditoria de Gestão/DSPAS/SFC nº 139816/2004.

Consta do mencionado Acórdão a seguinte determinação ao INSS:

"(...)

9.1.11 envie esforços no sentido de dotar a Corregedoria de recursos humanos, materiais e financeiros suficientes para o exercício de suas atribuições de acompanhamento da

conduta dos servidores de acordo com o disposto na Lei nº 8.112/90;"

O assunto foi considerado pendente durante os trabalhos de avaliação da gestão realizados por esta SFC em 2004 (Relatório nº 139816/2004), originando a necessidade de informações sobre a situação atual, conforme questionamento feito por meio da SA nº 160221-05 emitida em 12.04.2005.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício/INSS/CORREG nº 41, de 18.04.2005, a Corregedoria informou que:

"(...) ao mencionar o descumprimento da Decisão nº 233/2001 - TCU 2º Câmara, o Acórdão 314/2003 - TCU Plenário, reportou-se ao seu subitem 8.1.1, por meio do qual aquele Colegiado determinou à Diretoria Colegiada do INSS que, verificado prejuízo à Autarquia, a autoridade competente adotasse as providências tendentes ao ressarcimento, instaurando a competente Tomada de Contas Especial. No âmbito do INSS, incumbe às unidades de Contabilidade a atribuição de proceder à Tomada de Contas Especial."

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

AVALIAÇÃO DA SFC:

Conforme se observa na explanação feita pelo gestor, não há qualquer manifestação sobre o atendimento do item 9.1.11 do Acórdão nº 314/2003, que versa sobre a necessidade de ações gerenciais por parte do INSS no sentido de dotar sua Corregedoria de recursos materiais e humanos necessários ao exercício efetivo de suas atribuições.

Com relação ao que foi respondido no Ofício citado, o assunto já foi objeto de análise por esta equipe de auditoria nos trabalhos referentes à avaliação da gestão do Instituto realizada em 2004, conforme a seguir transcrito:

"No tocante ao atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União, constante do item 8.1.1 da Decisão nº 233/2001 - TCU - 2º Câmara, versando sobre a instauração de Tomada de Contas Especial, o Gestor encaminhou o Ofício nº 509/DIROFL/INSS informando que mediante a Portaria nº 1.565 INSS/DCPRES, de 10.6.2003, constituiu-se Grupo de Trabalho para instaurar a Tomada de Contas Especial. Informou, ainda, que o processo de TCE encontra-se na fase final, apenas concluindo os relatórios individualizados de cada benefício indicado como fraudulento."

Dessa forma, constata-se que não houve atendimento das determinações emanadas pelo TCU, por parte dos responsáveis.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística encaminhe urgentemente as medidas adotadas para o ressarcimento dos danos causados ao erário, realizada por meio da Tomada de Contas Especial-TCE, informada.

4.1.1.11 INFORMAÇÃO:

Acórdão nº 314/2003 - TCU - Plenário (TC nº 015.889/2001-5) - Servidores demitidos devido a desvio de recursos públicos.

O Acórdão nº 314/2003 - Plenário, refere-se ao descumprimento de determinação contida na Decisão nº 233/2001 - TCU/2ª Câmara, para instauração de Tomadas de Contas Especiais dos servidores demitidos devido a desvio de recursos públicos, em razão de fraudes no sistema de concessão de benefícios e foi objeto de análise no Relatório de Auditoria de Gestão/DSPAS/SFC nº 139816/2004.

Consta do mencionado Acórdão a seguinte determinação ao INSS:

*"(...)
9.1.3 avalie a conveniência de contemplar, no âmbito do PDTI, a possibilidade de realização de auditorias de sistemas pela Auditoria-Geral, haja vista sua função de avaliar os controles internos da entidade, de acordo com os princípios e objetivos adotados pela Administração Pública;"*

O assunto foi considerado pendente durante os trabalhos de avaliação da gestão realizados por esta SFC em 2004 (Relatório nº 139816/2004), originando a necessidade de informações sobre sua situação atual, conforme questionamento feito por meio da SA nº 160221-12 emitida em 12.04.2005.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício/AUDGER/INSS nº 41, de 19.04.2005, a Auditoria-Geral informou que:

"(...) Foi criado Grupo de trabalho para levantar e criar as condições necessárias para implantação da área de Tecnologia da Informação da Auditoria-Geral, através das Portarias INSS/AUDGER nº 86, de 29/09/2003, e de nº 06, de 07/03/2005, cujas atividades foram direcionadas para: definição da missão da nova área de auditoria; definição dos segmentos de TI (Prospecção, Auditoria em Contratos de TI e Auditoria de Sistemas); Definição da metodologia a ser utilizada e identificação das ferramentas de automação.

Com base no Plano de Ação de Auditoria Interna de 2004, o Grupo de Trabalho de Auditoria em TI desenvolveu os seguintes trabalhos:

(...)

Auditoria em TI: realizada ação de auditoria em TI no Sistema Integrado de Óbitos - SISOBÍ. Foram analisados 872 itens de auditorias, dentro da visão das 4 camadas (informação, arquitetura tecnológica e de sistema e organização) contempladas no Plano Diretor de Tecnologia e Informação, sendo que foram avaliadas na Fase I da ação 70% destes itens, culminando num total de 395 recomendações.

(...)

Em relação ao estágio atual dos trabalhos do Grupo de Auditoria em TI composto através da portaria nº 86/2003 tem previsto, de acordo com o PAAAI para 2005, as seguintes ações de auditoria para este ano: Administração de Benefícios por Incapacidade - SABI; Pessoa Física - CADPF Cadastramento nas agências atualização de pessoa física nas agências do INSS; sistema de controle financeiro - SCF; homologação das informações da Previdência - HIPNET; sistema de protocolo - SIPPS; cadastro nacional de ações fiscais - CNAF e postos Prisma Empresa - Prisma Via Web.

Com base nesse planejamento, já foram iniciadas as seguintes atividades em 2005: início da ação de auditoria ordinária no Sistema de Cadastramento de Pessoa Física da Previdência - CADPF; início da ação de auditoria extraordinária no Sistema de Convocação - SNPC, a partir de denúncia interna; participações na elaboração de módulos de "Auditoria" nos seguintes sistemas: SISOBÍ, SABI e SAA; participação no grupo do PREVDEMANDAS, responsável por acompanhar e controlar as demandas voltadas para os sistemas da Previdência Social."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Em razão dos esclarecimentos prestados pela Auditoria-Geral do INSS, o item 9.1.3 do Acórdão nº 314/2003 - TCU - Plenário encontra-se com providências adotadas devendo ser

avaliado por esta SFC/CGU os resultados efetivos das informações prestadas.

4.1.1.12 INFORMAÇÃO:

ACÓRDÃO nº 816/2003 - TCU - 2ª Câmara (TC nº 013.636/2002-0 e TC nº 009.060/2003-4) e ACÓRDÃO nº 1.850/2003 - TCU - 2ª Câmara - Convênio celebrado entre Ministério da Previdência e Assistência Social/INSS e o Centro Educacional de Tecnologia em Administração - CETEAD.

Referem-se os citados Acórdãos às constatações resultantes da TC 013.636/2002-0, que verificou irregularidade no Convênio celebrado entre o INSS e o Centro Educacional de Tecnologia em Administração - CETEAD. Dentre as providências adotadas pelo INSS para atendimento à Corte de Contas restavam pendentes a reabertura do PAD nº 44000.002941/1998-02, objetivando apurar a conduta do ex-Diretor de Administração/INSS, ocupante de cargo comissionado, Paulo Tannus de Feitas; e sindicância instaurada, sob o nº 35013.001034/2004-99, para apuração da manutenção do pagamento da aposentadoria do Sr. Crésio de Matos Rolim, após a cassação da aposentadoria do mesmo.

Durante os trabalhos de acompanhamento de gestão, esta SFC foi informada de que por meio da Portaria/INSS/CORREG/Nº 326, de 31/05/2004, a Corregedoria procedera à reabertura do PAD nº 44000.002941/1998-02 - CETEAD. O processo encontrava-se em fase de instrução. Quanto à sindicância instaurada, sob o nº 35013.001034/2004-99, a Corregedoria informara que fora concluído pelo arquivamento dos autos.

Visando obter informações atualizadas durante os trabalhos de avaliação da gestão, emitimos, em 12.04.2005, a SA nº 160221-05, solicitando os resultados da reabertura do PAD nº 44000.002941/1998-02 - CETEAD.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício/INSS/CORREG nº 41, de 18.04.2005, a Corregedoria informou que "(...) Em agosto de 2004 o processo nº 44000.002941/1998- 02 foi encaminhado à Consultoria Jurídica do MPS para julgamento, uma vez que a reinstauração se deu por determinação daquela CJ."

AValiação DA SFC:

Conforme última informação prestada pelo gestor, resta pendente o resultado do PAD nº 44000.002941/1998-02, devendo a Corregedoria encaminhar a esta SFC o produto final desses trabalhos.

4.1.1.13 INFORMAÇÃO:

ACÓRDÃO nº 1.299/2003 - TCU - Plenário (TC nº 014.643/2003-7) - Denúncia de irregularidades na área de execução fiscal do INSS, apuradas na Universidade Católica de Salvador - UCSAL.

O referido Acórdão, em seu item 9.2, determinou à 4º Secex:

"(...) empreender gestões junto à Corregedoria-Geral no sentido de levantar os aspectos que serão abordados por esse órgão, no que toca às investigações a serem efetuadas na área de execução fiscal do INSS, para que, em conjunto, sejam elaborados planos de auditoria que não se consubstanciem em sobreposições de trabalhos, mas esforços complementares, visando uma auditoria abrangente nesse setor da autarquia.(...)"

Por intermédio do Ofício nº 418/4ª SECEX, de 09.07.2004, o TCU solicitou ao INSS que apresentasse os esclarecimentos abaixo:

- "a) quais as medidas efetivamente adotadas pelo INSS com vistas a restabelecer a cobrança dos débitos administrativos e judiciais da Universidade Católica de Salvador-UCSAL;*
- b) se algum desses débitos se tornou inviável de recuperação, esclarecendo os motivos;*
- c) o estágio em que se encontra o processo administrativo para apuração de responsabilidade pela anulação indevida de débitos e estagnação do andamento dos processos; e*
- e) quais as medidas adotadas em função das determinações constantes do Relatório de Auditoria nº 135840/2004/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 18/2/2004."*

Em 04.08.2004, a Coordenação-Geral de Recuperação de Créditos do INSS informou ao TCU as providências que estavam sendo adotadas até aquele momento (conforme transcrito no item 4.1.1.1.9 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento de Gestão nº 153860/2004).

As justificativas foram analisadas pela SFC e consideradas em processo de regularização. Entretanto, o item "c" do Ofício nº 418/4ª SECEX, referente à instauração de processo administrativo disciplinar para responsabilização de envolvidos foi considerado pendente de regularização.

Com o intuito de complementar as informações referentes à instauração do PAD, objeto inclusive de manifestação da Subcontroladoria-Geral da União, conforme Ofício nº 22.059/2004, emitimos, em 12.04.2005, a Solicitação de Auditoria nº 160221-05.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício/INSS/CORREG/nº 41, de 18.04.2005, a Corregedora- Geral do INSS informou que:

"(...) visando à instrução de resposta ao Ofício TCU nº 418/2004/4º SECEX, de 09/07/2004, esta Corregedoria-Geral informou à Presidência do INSS que tal competência incumbe aos órgãos onde as irregularidades ocorreram, sujeitando os responsáveis ao poder disciplinar da autoridade a que se subordinam hierarquicamente, critérios que excluem a iniciativa ou mesmo a participação da Corregedoria do INSS na apuração que envolvem aqueles servidores."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Cabe lembrar que por meio do despacho da SUBPROC/GAG/LAA nº 0103, o Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS informou que:

"(...) Quanto aos Procuradores Federais elencados naquela Auditoria retromencionada, segundo o que dispõe a Lei Federal nº 10.480/2002, em seu artigo 11, § 2º, inciso VI, incumbe à Procuradoria-Geral Federal a instauração, apuração e verificação de fatos e responsabilidades que envolvem a atuação de Procurador Federal. Quanto aos demais servidores, integrantes de categoria funcional diversas, com lotação no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, compete a Corregedoria-Geral desta Autarquia a instauração de procedimento apuratório das responsabilidades desse pessoal civil, que tenham praticado desvio de conduta ou infração disciplinar, durante o exercício de suas funções. Segundo consta em toda a matéria contida naquela Auditoria, também estão relacionados servidores do Ministério da Previdência Social - MPS, bem como do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS. Nesse caso, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, compete às autoridades a que estavam sob direta ou indireta subordinação hierárquica na data das supostas infrações disciplinares, salvo expressa delegação."

No item 1.1.5 do Relatório de Auditoria/SFC/CGU-PR nº 135840 são citados servidores do CNAS, CRPS e Procuradoria. Conforme informações prestadas pela Corregedoria, em sua última resposta, não foram identificados servidores do INSS envolvidos na infração.

ACÓRDÃO nº 519/2005 - Plenário - TC 014.643/2003-7

Em 04.05.2005 foi realizada sessão ordinária no Tribunal de Contas da União sobre as irregularidades apontadas na Universidade Católica de Salvador - UCSal, originando o Acórdão

519/2005, que, em seu item 9.3, determinou à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS - PFE/INSS que:

"(...) informe, no prazo de 60 dias, a situação das ações anulatórias ajuizadas para desconstituir o ato que indevidamente extinguiu os débitos da Universidade Católica de Salvador - UCSal, mantendo este Tribunal informado acerca dos desdobramentos que daí advierem visando a recuperação da dívida;"

Visando subsidiar a determinação expressa pela Corte de Contas, emitimos, em 19.05.2005, a SA nº 160221-42, solicitando as providências que estavam sendo tomadas pela PFE/INSS para atendimento ao citado item 9.3.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício nº 16 SUBPROC/GAB/DPD, de 23.05.2005, o Chefe da Divisão de Procedimentos Disciplinares - PFE/INSS informou que em se tratando de providências no âmbito do Órgão de Arrecadação da PGF, o expediente fora encaminhado à Coordenação-Geral de Matéria Tributária para conhecimento e atendimento da solicitação, sob o comando nº 17967184.

AValiação DA SFC:

Apesar da informação prestada pela Divisão de Procedimentos Disciplinares - PFE/INSS, até o fechamento deste relatório não houve manifestação por parte da Coordenação-Geral de Matéria Tributária/INSS para onde o assunto foi encaminhado. Portanto, o mesmo encontra-se PENDENTE de esclarecimento.

4.1.1.14 INFORMAÇÃO:

ACÓRDÃO nº 1711/2003 e 1.754/2003 - TCU - Plenário - Subsistência dos índices irrisórios de recuperação dos créditos previdenciários Mediante os Acórdãos em referência o Tribunal de Contas da União determinou ao INSS que:

"Acórdão nº 1.711/2003 - Plenário:

9.1.1. realize as mudanças sugeridas pelo Relatório/DSPAS/SFC/Casa Civil/PR nº 097893, da Secretaria Federal de Controle Interno, relativo à alteração na apresentação dos dados, destacando a quantidade e o valor dos créditos inscritos e baixados no trimestre, incluindo os parcelados e, ainda, aqueles efetivamente arrecadados;

9.1.2. identifique nos campos "situação" ou "fase" a condição de devedor optante pelo Refis, se em débito com contribuições previdenciárias administradas pelo INSS;

9.1.3. informe - nos relatórios disponibilizados trimestralmente, inclusive no CD - sobre a quantidade de devedores optantes pelo Refis e em débito com

contribuições previdenciárias administradas pelo INSS, o montante desse débito, os recebimentos no período, assim como as exclusões do programa e a importância do saldo que deveria ser amortizado ou pago em parcelas daqueles que foram excluídos;

9.1.4. informe ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas visando cumprir as determinações contidas nos itens anteriores." Acórdão nº 1.754/2003 - TCU - Plenário:

9.1.1. havendo viabilidade, disponibilize nos próximos CDs as seguintes informações, relativas à ocorrência de pagamentos/baixas de créditos: data do pagamento/baixa, valor, quantidade de créditos e nome do devedor;

9.1.2. disponibilize nos próximos CDs referentes aos devedores: nome da empresa, CNPJ/CGC, quantidade de créditos, valor da dívida não- parcelada, baixas de créditos e o valor da dívida parcelada (Refis, convencionais e especiais)."

Durante a última auditoria de avaliação da gestão realizada por esta SFC no INSS, resultante no Relatório nº 139816/2003, o assunto foi considerado pendente. Durante o presente trabalho, emitimos, em 12.04.2005, a Solicitação de Auditoria nº 160221-11 questionando o atendimento dos citados Acórdãos.

AVALIAÇÃO DA SFC:

A Solicitação de Auditoria nº 160221-11 foi encaminhada à Secretaria de Receita Previdenciária em 12.04.2005, com prazo para resposta até 18.04.2005, entretanto, até o fechamento deste relatório, o gestor não havia se manifestado sobre o item "2" da SA, referente a esta matéria. Portanto, o assunto permanece PENDENTE de regularização.

4.1.1.15 CONSTATAÇÃO:

Ausência de informação de providências da determinação do TCU quanto ao pagamento indevido de aposentadoria de invalidez pelo INSS.

Acórdão Nº. 1860/2003 - 1º Câmara (TC nº 009.535/1996-9) - Pensão civil. TRT. Juiz classista. Concomitante percepção, no período de judicatura, da remuneração do cargo de juiz, com o benefício da aposentaria por invalidez pelo INSS. Má-fé. Prejuízos ao INSS

O referido Acórdão obteve o seguinte voto por parte do Ministro Relator:

"O exercício do cargo de juiz classista pelo sr. Milton Magno Rocha revela que, na oportunidade em que nomeado e empossado no cargo, já não ostentava a condição de

invalidez, razão do benefício que percebia dos cofres do INSS, tanto assim que exerceu o cargo durante um ano seis meses e um dia.

A volta ao trabalho do instituidor importa na insubsistência, desde a data em que voltou ao trabalho, do benefício de aposentadoria por invalidez concedido pelo INSS,.

A omissão do instituidor não foi a de não revelar, no exame médico admissional, na Justiça do Trabalho, sua condição de invalidez, visto que, de fato, não era inválido para o trabalho, tanto que trabalhou por um ano seis meses e um dia. Se fosse realmente inválido para o trabalho, o exame médico admissional o declararia e obstaria sua posse no cargo.

Sua omissão, na verdade, ocorreu em face do INSS, de quem, ilicitamente, continuou a receber benefício, a que não mais fazia jus, desde o momento em que cessou sua invalidez. Esse momento não está evidenciado nos autos, mas é certo que, na ocasião em que tomou posse, já não apresentava o quadro de invalidez para o trabalho.

Dessa forma, sendo lícito o exercício do cargo de juiz classista e havendo o instituidor falecido no exercício do cargo, vítima de infarto agudo do miocárdio, afigura-se legal a concessão em exame, restando a ilicitude da conduta do instituidor em relação ao INSS, cujos cofres foram lesados e devem ser ressarcidos pelos herdeiros, até o limite das forças de eventual herança.

Assim, dado que o ato teve fundamento na Lei 6.903/81, que, em seu art. 10, equipara o juiz temporário, enquanto no exercício do cargo, ao funcionário público civil da União, para os efeitos da legislação de previdência e assistência social, bem como que o instituidor morreu no exercício do cargo da magistratura classista, em 8.3.1996, fazem jus seus dependentes à pensão estatutária.

Portanto, considero legal o ato de concessão, devendo ser ordenado o seu registro.

Quanto aos pagamentos indevidos de benefício, à conta do INSS, em face do dano causado aos cofres da autarquia, cabe ao INSS adotar medidas com vistas ao ressarcimento."

Como consequência ficou acordado:

"(...)

9.2. enviar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS cópia dos autos e do inteiro teor deste Acórdão, determinando-lhe que adote as medidas cabíveis, se ainda não o fez, com vistas ao ressarcimento das importâncias pagas indevidamente ao sr. Milton Magno Rocha, relativamente ao benefício da aposentadoria por invalidez ao tempo em que exercia o cargo de Juiz Classista na Junta de Conciliação e Julgamento de Itaboraí-RJ, informando a este Tribunal, por intermédio da 4ª Secretaria de Controle

Externo, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências tomadas;"

Visando verificar o atendimento do citado item, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 160221-08.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não foi apresentada.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui César de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
074.140.803-15	Ana Adail Ferreira de Mesquita	Coordenador-Geral de Benefício
485.746.356-34	Carlos José do Carmo	Coordenador-Geral de Benefício

AValiação DA SFC:

A Solicitação de Auditoria nº 160221-08 foi encaminhada à Coordenação-Geral de Benefício do INSS em 12.04.2005, com prazo para resposta até 18.04.2005, entretanto, até o fechamento deste relatório, o gestor não havia se manifestado sobre o assunto. Portanto o assunto permanece PENDENTE de regularização.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria de Benefício do INSS encaminhe a esta SFC/CGU-PR as providências adotadas com vistas ao ressarcimento das importâncias pagas indevidamente ao Sr. Milton Magno Rocha, e se for o caso, providencie a abertura da TCE.

4.1.1.16 CONSTATAÇÃO:

Ausência de informação sobre o resultado do PAD a cargo da PGF/AGU.

ACÓRDÃO nº 2.011/2003 e ACÓRDÃO 214/2004 - TCU - 2ª Camara - TC 016.101/2000-4, referente às Decisões Plenárias nos 362/97, 392/97, 054/98, 690/98, 707/99, 743/99, 040/00, 243/00 e 240/00, assim como Relações nºs 023/98 - 1ª Câmara, 17/98 - 2ª Câmara e 004/97 - 2ª Câmara.

O Acórdão nº 2011/2003, complementado pelo Acórdão nº 214/2004, refere-se a auditoria realizada no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando verificar o cumprimento de determinações prolatadas pelo TCU, por meio das Decisões Plenárias nºs 362/97, 392/97, 054/98, 690/98, 707/99, 743/99, 040/00, 243/00

e 240/00, assim como das Relações nºs 023/98-1ªC, 17/98-2ªC e 004/97-2ªC, atinentes à defesa judicial dos interesses do referido Instituto.

Como resultado, foi determinado ao INSS:

"9.1 aplicar ao Sr. Crésio de Matos Rolim, ex-Presidente do INSS, a multa prevista no art. 58, § 1º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para comprovar perante este Tribunal (art. 214, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento do referido valor aos cofres do Tesouro Nacional, acrescido de correção monetária calculada a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor, em virtude do descumprimento do item 8.1 da Decisão 743/1999-P e do item 1.b da Decisão 392/1997-P;

9.2 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.3 fixar o prazo de 60 (trinta) dias para que o INSS adote as providências necessárias para o cumprimento das determinações contidas no item 8.1.1 da Decisão TCU 743/99-P e no item 1.b da Decisão TCU 392/97-P, comunicando a este Tribunal os resultados alcançados; (Vide Acórdão 214/2004 Segunda Câmara - Ata 07. Redução do prazo fixado para cumprimento de determinação); e

9.4 determinar a juntada deste Acórdão, bem assim do Relatório e do Voto que o fundamentam, às prestações de contas do INSS relativas aos exercícios de 1997, 1999 e 2003, para que sejam considerados os fatos tratados nestes autos quando da análise de mérito a ser empreendida pela Unidade Técnica competente."

Durante os trabalhos de acompanhamento de gestão, após questionamento sobre a matéria, o gestor informou que a apuração de responsabilidade, por envolver a advogada credenciada Yolanda Oliveira Queiroz, estaria a cargo da Procuradoria-Geral Federal. Conforme os esclarecimentos apresentados pela Corregedoria-Geral, o PAD deveria ter sido concluído em 2.4.2004 e, segundo informações da citada unidade, o processo ainda estaria em fase de instrução.

Visando verificar a posição atual do PAD, emitimos, em 22.04.2005, a SA nº 160221-21.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não foi apresentada.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
-----	------	-------

554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS

AVALIAÇÃO DA SFC:

A Solicitação de Auditoria nº 160221-21, de 27.4.2005, foi encaminhada à Procuradoria-Geral do INSS, com prazo para resposta até 27.04.2005, entretanto, até o fechamento deste relatório, o gestor não havia se manifestado sobre o item "3" da SA, referente a esta matéria. Portanto, o assunto permanece PENDENTE de regularização.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Procuradoria-Geral do INSS informe a esta SFC/CGU sobre o resultado do PAD a cargo da Procuradoria-Geral Federal/AGU.

4.1.1.17 CONSTATAÇÃO:

Ausência de providências de conclusão de PAD por parte da Corregedoria do INSS.

TC nº 012.074/2003-1 - Representação oriunda da Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro, versando sobre possíveis irregularidades ocorridas na Gerência Executiva/INSS/RJ - Irajá.

A questão originou-se da Auditoria Extraordinária nº 02/2002, realizada pela Auditoria Interna do INSS, em processos referentes a serviços continuados, aquisição de materiais de consumo, obras e serviços de engenharia, permuta, locação e alienação de imóveis realizados no âmbito da ex-Superintendência Estadual do Estado do Rio de Janeiro e da Gerência Executiva de Irajá/RJ.

No Relatório de Acompanhamento de Gestão/DSPAS/SFC/CGU-PR/2004 foi informado que havia sido elaborado o Parecer 289/2003, com sugestão de instauração de Processo Disciplinar encaminhando os autos nº 35000.001792/03-75 ao Gabinete do Diretor Presidente, por haver envolvimento de Procurador Federal.

Em 12.04.2005, por meio da SA nº 160221-05, solicitamos informações quanto às medidas adotadas após a emissão do Parecer 289/2003.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício/INSS/CORREG nº 41, de 18.04.2005, a Corregedoria informou que foram adotadas as seguintes providências:

- a) item 11 do Parecer mencionou a possibilidade de envolvimento de Procurador Federal nas irregularidades constatadas nas 4º e 5º fases do Relatório de Auditoria de Gestão Interna do INSS, razão pela qual os autos foram encaminhados à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, tendo sido os processos referentes às 2º e 3º fases restituídos à Corregedoria-Geral do INSS por meio do Memo/PGF/PFE/INSS-PG nº 016, de 30.01.2004;
- b) com base no Parecer Correg nº 00011/2004, de 24.03.2004, foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar, nos termos da Portaria INSS/CORREG nº 00219, de 25.03.2004;
- c) apesar de sucessivas prorrogações de prazo a apuração não foi concluída, nem tampouco foi elaborado Relatório Parcial, aguardando análise acerca da pertinência de eventual reinstauração.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

CPF	NOME	CARGO
086.899.971-72	Genoveva Freire Coelho	Corregedora-Geral do INSS

AValiação DA SFC:

O assunto encontra-se pendente apesar do tempo decorrido, inclusive com informação prestada pela Corregedora-Geral do INSS que estaria aguardando análise acerca da pertinência de eventual reinstauração.

Ressaltamos que a atuação tempestiva e efetiva da área de Correição é de suma importância para a diminuição de irregularidades praticadas por servidores públicos, além de ser uma obrigação institucional.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Corregedoria-Geral do INSS adote providências para reinstauração do PAD, com encaminhamento do resultado a esta SFC/CGU.

4.1.1.18 INFORMAÇÃO:

ACÓRDÃO nº 140/2004 - TCU - Plenário - Intermediação e concessão irregular de benefícios. Processo Administrativo Disciplinar nº

35239.001460/02-17. Demissão do servidor responsável por improbidade administrativa. Medidas administrativas em andamento para ressarcimento ao Erário.

Por meio do Acórdão em referência, o TCU determinou o que segue:

"9.1.determinar ao INSS que, no prazo de trinta dias, comunique as providências já adotadas com o objetivo de reaver os pagamentos relativos às aposentadorias fraudulentas discriminadas no quadro a seguir, e que, posteriormente, mantenha o Tribunal informado acerca da restituição dos valores indevidamente pagos;"

Como forma de obtermos o posicionamento atualizado das ações desenvolvidas pelo INSS, sobre os resultados alcançados no Processo Administrativo Disciplinar e na Tomada de Contas Especial - TCE, instaurados, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 153860-22, de 3.11.2004.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por intermédio do Ofício nº 1.156 INSS/DCGAB, de 3.11.2004, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do INSS, encaminhou as informações sobre as providências em andamento pelas Áreas envolvidas na apuração dos fatos:

a) Corregedoria-Geral

"1. (...) o servidor ANTÔNIO CARLOS SORNAT, matrícula nº 0928034, respondeu a procedimento administrativo disciplinar através do processo nº 35239.001460/2002-17, cuja penalidade foi a demissão, conforme PT/MPS nº 1300, publicada no DOU nº 177, Seção 2, pág. 23 de 12.09.2003.
2. Informamos ainda que, conforme mensagem eletrônica da Corregedoria-Regional no Rio Grande do Sul, foram tomadas as providências quanto à apuração ao erário do prejuízo causado pelo ex-servidor.
(...)"

b) Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

"1. Em atenção ao expediente em epígrafe, informamos que foram solicitados, nesta data (28.10.2004), à Gerência-Executiva em Canoas/RS, esclarecimentos quanto às providências tomadas com relação ao dano causado ao erário pelo ex-servidor Antônio Carlos Sornat (conforme cópia de mensagem eletrônica anexa), e que, tão logo haja manifestação por parte da GEX, esta Divisão a encaminhará a esse Gabinete."

c) Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos (01.700.2)

- "a) O servidor foi demitido através da PT MPS 1300, publicada no DOU de 12/09/2004.
 b) O acerto de contas do servidor foi feito na folha de pagamentos de setembro/2003, não restando valores a serem restituídos ao erário relativo à folha de pessoal.
 c) Quanto aos acertos da folha de pagamentos não existem valores para cobrança administrativo ou judicial.
 d) Segundo informações da Seção de Orçamento Finanças e Contabilidade da gerência de Canoas, não foi instaurada Tomada de Contas Especial."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Conforme os fatos descritos, as ações desenvolvidas pelo INSS resultaram em sanções administrativas aplicadas ao servidor, culminando em sua demissão, bem como na restituição dos valores pagos pelo exercício de cargo efetivo.

4.1.1.19 CONSTATAÇÃO:

Ausência medidas para ressarcimento aos cofres públicos dos benefícios pagos indevidamente.

ACÓRDÃO nº 659/2004 - TCU - Plenário (TC nº 020.496/2003-5) - Representação formulada pela SEGECEX. Programa de fiscalização em municípios a partir de sorteios públicos instituído pela Controladoria-Geral da União. Exame das informações contidas nos relatórios contendo resultados das fiscalizações. Determinações e ciência a diversos órgão e entidades.

O citado Acórdão determinou o seguinte:

"9.1. determinar aos gestores públicos adiante mencionados que, em razão das auditorias realizadas pela Secretaria Federal de Controle Interno em razão do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, 1º a 4º etapas, prestem informações acerca das providências adotadas, ou em adoção, relativamente às irregularidades verificadas nos municípios beneficiados com recursos federais, no âmbito dos programas/ações de governo indicados nos respectivos quadros resumos, observando os seguintes prazos para encaminhamento das informações ao Tribunal: 15 dias nas hipóteses de valor potencial de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou superiores; 30 dias para os valores abaixo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

(...)

9.1.5. Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS:

Nº ordem	Ministério/Órgão	Município	Sorteio	Programa	Valor potencial da irre
036	MPS - INSS	Castanhal-PA	4º	Previdência Social Básica	39.885,86

037	MPS – INSS	Baixa Grande-BA	3º	Previdência Social Básica	20.334,58
-----	------------	-----------------	----	---------------------------	-----------

(...)

9.2. determinar aos gestores públicos adiante mencionados que, em razão das auditorias realizadas pela Secretaria Federal de Controle Interno em razão do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, 5ª e 6ª etapas, prestem informações a este Tribunal, no prazo de 60 dias, acerca das providências adotadas, ou em adoção, relativamente às irregularidades verificadas nos municípios beneficiados com recursos federais, no âmbito dos programas/ações de governo indicados nos respectivos quadros resumos, abaixo:

(...)

Nº ordem	Ministério/órgão	Município	Sorteio	Programa	Valor potencial irreg. (R\$)
071	MPS-INSS	Sr Antº dos Lopes-MA	6º	Arrecadação de Recursos Previdenciários	166.201,24
072	MPS-INSS	Igarapé-Açu-PA	6º	Arrecadação de Recursos Previdenciários	63.027,22
073	MPS-INSS	Jardim de Angicos-RN	6º	Arrecadação de Recursos Previdenciários	58.336,35
074	MPS-INSS	Itatiaia-RJ	6º	Arrecadação de Recursos Previdenciários	58.080,00
075	MPS-INSS	Laranjal do Jarí-AP	6º	Arrecadação de Recursos Previdenciários	50.168,87
076	MPS-INSS	Igarapé Grande-MA	6º	Arrecadação de Recursos Previdenciários	47.993,68
077	MPS-INSS	Alto Santo-CE	6º	Arrecadação de Recursos Previdenciários	27.433,68
078	MPS-INSS	Rafael Godeiro-RN	6º	Arrecadação de Recursos Previdenciários	25.844,64

9.2.6. Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS:

(...) "

Por meio do Ofício nº 16.205/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 8.7.2004, foram solicitadas ao INSS informações sobre as providências adotadas com vistas ao atendimento da determinação constante do item 9.1.5 do Acórdão nº 659/2004 – TCU – Plenário – TC 020.496/2003-5.

Em resposta, o INSS encaminhou o Ofício nº 833/INSS/DCGAB, datado de 6.8.2004, remetendo documentação oriunda da Diretoria de Benefícios e da Diretoria da Receita Previdenciária, que foi objeto de análise por esta SFC na **Nota Técnica nº 1.475/DSPAS/SFC/CGU/PR**, de 20.10.2004, a seguir transcrita:

"(...)

II – JUSTIFICATIVAS/INFORMAÇÕES APRESENTADAS PELO GESTOR

3. Por meio do Ofício nº 833/INSS/DCGAB, de 6.8.2004, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS apresentou a esta Secretaria as seguintes informações relativas às providências adotadas para atendimento do referido Acórdão:

Município de Castanhal/PA: A Agência da Previdência Social informou que:

- Os benefícios nºs 0921637241, 0245339272, 1228944765, 0957191936, 0921620705, 0306235560, 1028511067,

1214425094, 0648405788, 1183062467, 0925127078,
0477712410, 0979368308, 0546394493, 1060773799,
0921572409, 0546864791, 0562256920, 1254519308,
0921542550, 04415662230, 0921592639 e 1069675633 foram
cessados

- Os benefícios n°s 0921653202, 036220695, 04415662230, 09920322415, 12068551462, 04499388240 e 125897855955 não foram identificados no sistema. Quando da digitação dos mesmos surge a mensagem "dígito inválido", portanto há necessidade que a Secretaria Federal de Controle Interno envie os dados de identificação dos beneficiários para que seja feita pesquisa objetivando encontrar o número de benefício correto.
- Os benefícios n°s 0255670940, 1216802650 e 0957453809 são mantidos em outras Agências da Previdência Social.
- Os pagamentos indevidos não foram devolvidos aos cofres da Previdência Social.
- Parte dos créditos encaminhados para agências bancárias, não pagos aos beneficiários, foram devolvidos aos cofres da Previdência Social.
- Quanto aos benefícios mantidos em outras Agências da Previdência Social, os mesmos foram encaminhados às respectivas APS para adoção das providências solicitadas pela Secretaria Federal de Controle.

Município de Baixa Grande/BA: A Agência da Previdência Social informou que:

- O benefício n° 113.275.823-5 não foi concedido e nem é mantido por aquela agência e que o mesmo é mantido pela Agência Santo Amaro - SP.
- Em relação ao benefício n° 095.170.631-4, o mesmo não apresenta procurador, que a suspensão foi feita pelo SISOBÍ e que o óbito foi lavrado em 14/12/2002 e que foi incluído no Sistema em 12/02/2003.
- Em relação ao benefício n° 090.097.941-0, o mesmo não apresenta procurador e que o INSS não foi comunicado do óbito do beneficiário e que o benefício foi cessado pelo batimento FUNASA.

Município de Igarapé-Açu/PA: A Gerência-Executiva do INSS de Belém/PA informou que:

- A fiscalização no Município de Igarapé Açu, em virtude das constatações feitas pela Controladoria-Geral da União, deixou de ser executada no primeiro semestre por falta de pessoal e recursos orçamentários. Informam que estes problemas encontram-se sanados para o segundo semestre face a chegada dos novos Auditores-Fiscais do concurso 2003/2004. Cabe ressaltar que consta na programação do Planejamento da GEX Belém/PA, para o segundo semestre, auditorias fiscais direcionadas para órgãos públicos, com prioridade nos que constam denúncias de irregularidades."

Município de Jardim dos Angicos/RN: A Agência da Previdência Social informou que:

- No município de Jardim dos Angicos, circunscrito pela Gerência-Executiva do INSS em Mossoró/RN, foi realizada

auditoria-fiscal iniciada em 16.4.2004 e finalizada em 7.7.2004, recebendo o nº 09146344. A referida Ação Fiscal foi baseada exclusivamente no Relatório de auditoria da Controladoria-Geral da União sobre a retenção/recolhimento de 11%, conforme determina o art. 31 da Lei 8.212/91. O resultado foi o LDC (Lançamento de Débito Confessado) nº 35.723.230-5 no valor de R\$ 79.030,71.

Município de Itatiaia/RJ: A Gerência-Executiva do INSS em Volta Redonda/RJ informou que:

- No Relatório de Fiscalização do 6º Sorteio do Projeto de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos determinava ação fiscal nos municípios de Pirai, Itatiaia e Angra dos Reis, para verificar o recolhimento da retenção dos 11%, conforme disposto no art. 31 da Lei 8.212/91. A Prefeitura de Pirai já está com carga fiscal de nº 0914679, em nome da AFPS Célia Maria Fontainha Henriques. Tão logo terminar a fiscalização da Prefeitura de Pinheiral, alocará, na carga da referida Auditora-Fiscal, a Prefeitura de Itatiaia.
- Relatou que a grande maioria, senão todas as prefeituras circunscricionadas à GEX Volta Redonda, fazem a retenção dos 11% e não repassam para a Previdência Social, porém, o contingente de Auditores-Fiscais da Previdência Social é muito pequeno em relação à demanda de trabalho, o que impede de manter uma atuação eficiente. Dos municípios, os únicos que se encontram com cobertura fiscal para a rubrica retenção de 11% são Volta Redonda, Barra Mansa e Pinheiral, cuja fiscalização esta terminando.

Município de Laranjal do Jari/AP: A Gerência-Executiva do INSS em Macapá/AP informou que:

- Em 7.5.2004 foi cadastrada ação fiscal no Cadastro Nacional de Ações Fiscais (CNAF), sob nº 09151840 constituindo junta fiscal formada pelos AFPS Magno Nogueira Ramos matrícula 1368634 e Aleksander Souza Oliveira matrícula 1243601, com emissão de Mandado de Procedimento Fiscal-Fiscalização (MPF-F) para atender o expediente.
- No período de 10.5.2004 a 14.5.2004 os auditores supra mencionados estiveram na Cidade de Laranjal do Jari (propostas de viagem SNPS nºs 40070 e 40077) onde coletaram as seguintes informações:
 - I. Não foi confirmada a irregularidade com valor potencial de R\$ 50.156,87 (Cinquenta mil, cento e sessenta e oito reais e oitenta e sete centavos) segundo relato contido na solicitação de auditoria CGU nº 139816-014 e Relatório de Fiscalização nº 03/CGU/6º Sorteio/Projeto Fiscalização por sorteio/Ministério da Previdência Social.
 - II. Ocorre que os fatos relatados, in fine, no Relatório de Fiscalização nº 03/CGU/6º Sorteio/Projeto Fiscalização por sorteio/Ministério da Previdência Social, se referem a contratação de obras de construção civil por empreitada total conforme tabela abaixo, fatos estes que não se encaixam no aspecto material da regra-

matriz de incidência da obrigação prevista na atual redação o artigo 31 da Lei 8.212/91:

Nota Fiscal	Empresa	Data	Histórico	Valor da NF	Nº Contrato
000364	METODO ENGENHARIA CNPJ 84.413.236/0001-40	16.7.2002	Pavimentação asfáltica da Av. Tranquedo Neves	59.464,34	027/01-PMLJ
000124	ENGEMAP CNPJ 01.179.020/0001-34	27.12.2001	Construção de Praça	60.130,54	026/01-PMLJ
000052	JARDIM CONSTRUÇÕES CNPJ 03.158.900/0001-50	10.8.2001	Construção de 2 (dois) poços artesianos	29.920,80	sem contrato
000339	ESTACON ENGENHARIA CNPJ 04.946.406/0005-46	2.10.2003	Construção da Ponte Jari Mon Dourado	205.532,50	018/2003-SEMAD PMLJ
000318	ESTACON ENGENHARIA CNPJ 04.946.406/0005-46	27.5.2003	Construção da Ponte Jari Mon Dourado	101.032,50	018/2003-SEMAD PMLJ

III. A Prefeitura de Laranjal do Jari não está sub-rogada na obrigação prevista no artigo 31 da Lei 8.212/91.

IV. De qualquer sorte, o Município de Laranjal do Jari está sob fiscalização, que só será concluída no 3º trimestre do corrente, pois há créditos com potencial infinitamente superiores aos relatados no expediente da CGU a serem constituídos.

Municípios de Igarapé Grande/MA e de Santo Antonio dos Lopes/MA: A Agência da Previdência Social informou que:

- Os municípios em comento estão circunscricionados à Gerência-Executiva do INSS em São Luís/MA, que informa estar programando fiscalização, conforme requerido, a ser executada no segundo semestre de 2004. Não foi iniciada face ao reduzidíssimo quadro de Auditores-Fiscais e às inúmeras prioridades que envolvem pedidos da Justiça Federal, Polícia Federal, além do próprio TCU. Informa, ainda, que estão priorizando as Prefeituras que estão na iminência de ter créditos previdenciários atingidos pela Decadência. Estão comprometidos, também, com as Metas do Plano de Ação de 2004, mas, mesmo assim, estão providenciando dentro da medida do possível atender a todos. Argumenta que dentre essas Prefeituras, as maiores levam de quatro a cinco meses para ter a Fiscalização concluída, tendo que, muitas das vezes, recorrer ao Tribunal de Contas do Estado para disponibilizar documentações que não são apresentadas pelas Prefeituras. Atualmente estão atendendo a uma Comissão do Senado Federal que solicitou urgência e providências quanto a fiscalização de algumas construtoras que realizaram serviços na Prefeitura de Bacabal. Com isso reafirmam o propósito de atender a todos na medida do possível."

Município de Alto Santo/CE: A Gerência-Executiva do INSS em Fortaleza/CE informou que:

Foi agendada Ação Fiscal com início previsto para o mês de setembro/2004 para atender ao requerido pela Controladoria-Geral da União.

Município de Rafael Godeiro/RN: A Gerência-Executiva do INSS em Mossoró informou que:

- Tão logo receberam o Relatório da Fiscalização da CGU, incluíram a Prefeitura Municipal de Rafael Godeiro no planejamento fiscal, com previsão de que até o fim do mês

de junho estariam realizando algum procedimento com vistas a atender ao pleito da Controladoria. Assim, em 22.6.2004, iniciaram a Ação Fiscal nº 09162759.

- O resultado da Ação Fiscal nº 09162759, realizada pela Gerência-Executiva do INSS em Mossoró/RN no Município de Rafael Godeiro/RN originou as Notificações Fiscais de Lançamento de Débito - NFLD, encaminhadas às empresas a seguir relacionadas, bem como a Informação Fiscal de Débito - IFD à Prefeitura Municipal de Rafael Godeiro/RN:

Documento	Emissão	Valor (R\$)	CNPJ da Prefeitura	Empresa Contratada	
				Nome	CNPJ
NFLD 35.338.399 6	15.7.200	18.935,7	08.349.037/0001-3	ENOL - Empreiteira Nordeste Ltda.	02.300.177/0001-3
NFLD 35.338.398 8	15.7.200	4.377,7	08.349.037/0001-3	S & F - Santos e Fernandes Ltda.	24.534.810/0001-9
NFLD 35.338.397 0	15.7.200	11.549,1	08.349.037/0001-3	ENOL - Empreiteira Nordeste Ltda.	02.300.177/0001-3
IFD 35.338.396-	15.7.200	2.376,6	08.349.037/0001-3	-	-
TOTAL		37.239,3	-	-	-

III – AVALIAÇÃO DA SFC/CGU-PR

4

Da análise efetuada nas informações apresentadas pelo INSS, verifica-se que nos municípios de Rafael Godeiro/RN e de Jardim dos Angicos/RN a Gerência-Executiva do INSS em Mossoró/RN já realizou Ações Fiscais nas respectivas Prefeituras, resultando em Notificações Fiscais de Lançamento de Débito - NFLD encaminhadas às empresas; Informação Fiscal de Débito - IFD encaminhada à Prefeitura; e Lançamento de Débito Confessado - LDC, conforme relatado no item 3 desta Nota Técnica.

5. Com relação aos demais municípios citados, observa-se que as providências adotadas pelo Gestor ainda estão em andamento. Dessa forma, esta Secretaria deverá acompanhar as ações fiscais em curso ou inclusas no planejamento fiscal do INSS e solicitar o resultado final para análise.

6. Tendo em vista a solicitação da Divisão de Controle Interno de Benefícios/INSS, informamos, a seguir, os dados de identificação dos beneficiários do município de Castanhal/PA, cujos benefícios não foram identificados no sistema (com dígitos inválidos). Entretanto, foram fornecidas outras informações que poderiam ser utilizadas para pesquisa no Sistema de Benefício da Previdência Social, como por exemplo, Nome, CPF e NIT, para se obter o nº correto do benefício.

Ref.: Município de Castanhal/PA:

Aurelina Barbosa dos Santos Mãe: Maria Francisca Barbosa Data de Nascimento: 10/10/1916 NIT: 1677122930 CPF: 00768308615 NB: 0415662230	12/10/2002	<ul style="list-style-type: none"> - Benefício Esp. 40 cessado na data do óbito do titular, motivo 13 - SCONOM: não há certidão - PESINS: não há instituidor - HISCRE: pagamento indevido. <p>NOTA: pagamento indevido relativo ao período de 12 a 31/10/2003, no valor de R\$ 127,00.</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><i>Joaquim Romualdo da Silva</i> Mãe: <i>Maria Salviano da Silva</i> Data do Nascimento: 09/02/1918 NIT: 1153183716 CPF: 01563262215 NB: 0992032415</p>	22/10/2002	<ul style="list-style-type: none"> – Benefício suspenso em 01/05/03 – motivo 3 parado por mais de 60 dias – SCONOM: não há certidão – PESINS: não há instituidor – HISCRE: pagamento em situação irregular <p>NOTA: Pagamento indevido no período de 22/10/ a 31/12/2002 perfazendo um total de R\$ 622,34</p>
<p><i>MARIA DIAS DA SILVA</i> Mãe: <i>Alice Antonia da Silva</i> Data do nascimento: 14.03.1907 NIT: 11524118405 CPF: - NB: 0921653204</p>	11.04.2003	<p>a) Benefício esp. 07 APOSENTADOIRA POR VELOCIDADE – TRAB. RURAL, Ativo (SISBEN/PESNOM/INFBEN).</p> <p>b) Pagamento indevido no período de 11.04 a 31.08.03, no total de R\$ 1.124,24 (HISCRE).</p> <p>c) No SCONOM consta registro de duplicidade, sendo no que está associado o Benefício Ativo está grafada a expressão “NÃO HÁ CERTIDÃO DE ÓBITO COM NOME E NOME MÃE INFORMADOS” no outro as informações referentes ao óbito com o nome da mãe “ignorado”.</p>
<p><i>PEDRO JOSÉ DE FREITAS</i> Mãe: <i>Idalina Maria da Conceição</i> Data de nascimento: 08.01.1911 NIT: 1155416174 CPF: NB: 0306220695</p>	27.04.2003	<p>a) Benefício esp. 41 APOSENTADOIRA POR IDADE, cessado em 01.07.03, pelo motivo 5 SUSPENSO PELO SISTEMA DE ÓBITO DTP (SISBEN/PESNOM/INFBEN).</p> <p>b) Pagamento indevido no período de 27.04 a 30.06.03, no total de R\$ 754,85 (HISCRE).</p> <p>c) No SCONOM consta as informações: Livro 19, Folha: 265v, Termo 14972 e lavratura 28.04.2003.</p>
<p><i>José da Costa Ferrão</i> Mãe: <i>Brigida da Costa Ferrão</i> Data Nascimento: 19/03/1937 CPF: 719.440.792-20 NIT: 1.679.204.684-2 NB: 1206851462</p>	09/02/2003	<p>a) NB 1206851462, espécie 41 – Aposentadoria por Idade. Situação: Ativo. DIB: 18/06/2000 (INFBEN).</p> <p>b) O último pagamento ocorreu em 09/06/2003, referente ao período de 01/05 a 31/05/2003. Valores pagos a maior: R\$ 829,80 (HISCRE).</p> <p>c) Não há instituidor com os dados informados (PESINS).</p> <p>d) Não há certidão de óbito com o nome e data de nascimento informados (SCONOM).</p>
<p><i>Raimundo Francisco da Silva</i> Mãe: <i>Rodrigo Francisca da Silva</i> Data Nascimento: 13/02/1933 CPF: 793.365.662-53 CI:4847823-SSP-PA NIT: 1.174.235.524-7 NB: 1258978595</p>	21/02/2003	<p>a) NB 1258978617, espécie 41. Situação: benefício indeferido. Motivo: 81 – Falta de comprovação como segurado (CONIND). NB 1258978595, espécie 88 – Amparo Social ao Idoso. Situação: cessado em 01/09/2000 pelo motivo 13. (CONIND e INFBEN).</p> <p>b) último pagamento para o Amparo ocorreu em 11/09/2003, referente ao período de 01/08 a 31/08/2003. Valor pago a maior R\$ 1.465,54 (HISCRE).</p> <p>c) Não há instituidor com os dados informados (PESINS).</p> <p>d) Não há certidão de óbito com o nome e data de nascimento informados (SCONOM).</p>

<i>Benedita Martins da Silva</i> <i>Mãe: Martimiana Martins da Silva</i> <i>Data Nascimento: 01/05/1932</i> <i>CPF: 483.326.312-20</i> <i>NIT: 1.133.406.640-4</i> <i>NB: 0499388240</i>	15/02/2003	a) NB 0499388240, espécie 41 – Aposentador por Idade, situação: Ativo. DIB: 27/11/1990 (INFBEN). b) Benefício continua Ativo. Valor pago maior R\$ 1.746,60 (HISCRE). c) Não há instituidor com os dados informados (PESINS). d) Não há certidão de óbito com o nome e data de nascimento informados (SCONOM)
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

7. Em relação às respostas da Gerência-Executiva do INSS em Macapá/AP sobre o Município de Laranjal do Jari/AP, tecemos os seguintes comentários:

- O trabalho desenvolvido no Projeto Sorteio é por amostragem, portanto o potencial pode ser bem maior do que o apontado. Ele tem como objetivo indicar a necessidade de uma ação fiscal face aos indicativos de descumprimento da Lei no que diz respeito aos recolhimentos previdenciários. Dessa forma, as Gerências/Agências da Previdência Social/INSS devem encaminhar os resultados das ações fiscais a esta SFC para acompanhamento e avaliação. Esclareço, ainda, que os auditores apenas informaram que a Prefeitura não apresentou os comprovantes dos recolhimentos das contribuições previdenciárias relativos aos processos de obras analisados e, em momento algum exigiu a obrigatoriedade do cumprimento do art. 31 da Lei 8.212/91.

IV – CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÕES

8. Nos municípios de Rafael Godeiro/RN e de Jardim dos Angicos/RN já foram adotadas as devidas providências para regularização dos fatos apontados na área de Arrecadação de Receitas Previdenciárias, gerando R\$ 116.270,05 de créditos para o INSS. Com relação aos demais municípios citados nesta Nota Técnica, as providências ainda estão em andamento tanto na área de Arrecadação como na área de Benefícios. Dessa forma, propomos ao INSS as seguintes recomendações:

➤ PROGRAMA: PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA

- Município de Castanhal/PA:

- a) Realizar pesquisa dos benefícios nºs 0921653204, 0306220695, 0415662230, 0992032415, 1206851462, 0499388240 e 1258978595, informados no item 6 desta Nota Técnica, os quais não foram identificados no sistema (com dígitos inválidos) e, se for o caso, providenciar a regularização dos mesmos;
- b) Adotar providências com vistas à devolução dos pagamentos indevidos aos cofres da Previdência Social, e informar os resultados obtidos a esta Secretaria.

- Município de Baixa Grande/BA:

- c) Que a Agência Santo Amaro – SP verifique a situação do benefício nº 113.275.823-5 e, se for o caso, providenciar a regularização do mesmo;

d) Adotar providências com vistas à devolução dos pagamentos indevidos aos cofres da Previdência Social, e informar os resultados obtidos a esta Secretaria.

➤ **PROGRAMA: ARRECADAÇÃO DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS**

• **Município de Igarapé-Açu/PA:**

e) Que a Gerência-Executiva do INSS de Belém/PA realize a Fiscalização no Município de Igarapé Açu/PA, conforme previsto no planejamento fiscal, e encaminhe a esta Secretaria os resultados obtidos.

• **Município de Itatiaia/RJ:**

f) Que a Gerência-Executiva do INSS em Volta Redonda/RJ realize a Fiscalização no Município de Itatiaia/RJ, conforme previsto na programação, e encaminhe a esta Secretaria os resultados obtidos.

• **Município de Laranjal do Jari/AP:**

g) Que a Gerência-Executiva do INSS em Macapá/AP realize a Fiscalização no Município de Laranjal do Jari/AP, conforme previsto na programação, e encaminhe a esta Secretaria os resultados obtidos.

h) Adotar providências com vistas à devolução dos pagamentos indevidos aos cofres da Previdência Social, e informar os resultados obtidos a esta Secretaria.

• **Municípios de Igarapé Grande/MA e de Santo Antonio dos Lopes/MA:**

i) Que a Gerência-Executiva do INSS em São Luís/MA realize a Fiscalização nos Municípios de Igarapé Grande/MA e Santo Antonio dos Lopes/MA, conforme previsto na programação, e encaminhe a esta Secretaria os resultados obtidos.

• **Município de Alto Santo/CE:**

j) Que a Gerência-Executiva do INSS em Fortaleza/CE realize a Fiscalização no Município de Alto Santo/CE, conforme previsto na programação, e encaminhe a esta Secretaria os resultados obtidos."

A Nota Técnica em comento foi encaminhada ao INSS, por meio do Ofício nº 27.250/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 26.10.2004.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por intermédio do Ofício nº 1.209/INSS/DCGAB, de 18.11.2004, foram apresentados os seguintes esclarecimentos:

"1. O expediente acima em referência encaminha Nota Técnica nº 1.475/DSPAS/SFC/CGU/PR que trata da análise das justificativas apresentadas pelo INSS referente às irregularidades verificadas nos municípios: Castanhal-PA, Baixa Grande-BA, Santo Antonio dos Lopes-MA, Igarapé-Açu-PA, Jardim de Angicos-RN, Itatiaia-RJ, Laranjal do Jari-AP, Igarapé Grande-MA, Alto Santo-CE e Rafael Godeiro-RN,

beneficiados com recursos públicos mediante programas da área da Previdência Social, apontados no Acórdão nº 659/2004 – Plenário.

2. A Secretaria Federal de Controle recomenda que:

(...)

3. As recomendações feitas em relação aos municípios de: Igarapé-Açu-PA, Itatiaia-RJ, Laranjal do Jari-AP, Igarapé Grande-MA, Santo Antônio dos Lopes/MA e Alto Santo/CE, referem-se ao programa de Arrecadação de Receita Previdenciária, não estando afeto ao pronunciamento da Diretoria de Benefícios.

4. Comunicamos que encaminhamos a Gerência Executiva de Belém/PA e São Paulo Sul/SP, para as devidas apurações e providências com vistas ao ressarcimento aos cofres públicos dos valores recebidos indevidamente dos benefícios constantes na Nota Técnica em questão referente aos municípios de Castanhal/PA e Baixa Grande/Ba (mantido em Santo Amaro/SP) respectivamente. Tão logo as Gerências Executivas encaminhem os relatórios com os resultados das apurações daremos conhecimento à Secretaria Federal de Controle.”

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui César de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
074.140.803-15	Ana Adail Ferreira de Mesquita	Coordenador-Geral de Benefício
485.746.356-34	Carlos José do Carmo	Coordenador-Geral de Benefício

AVALIAÇÃO DA SFC:

Verifica-se que estão sendo adotadas providências pelos responsáveis, entretanto o assunto continua PENDENTE. A Diretoria de Benefício deverá encaminhar a esta SFC/CGU o resultado das apurações objetivando o ressarcimento aos cofres públicos dos valores recebidos indevidamente.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria de Benefício encaminhe os resultados das apurações do ressarcimento aos cofres públicos dos valores pagos indevidamente, e se for o caso, acionar a sua Procuradoria para via judicial.

4.1.1.20 CONSTATAÇÃO:

Ausência de informação e/ou providências do INSS das determinações do TCU

ACÓRDÃO nº 791/2004 - Plenário (TC nº 020.539/2003-4) Auditoria realizada no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS com o objetivo de verificar a legalidade na concessão de benefícios previdenciários. Detectadas fragilidades e pouca confiabilidade nos dados constantes dos sistemas de benefício. Irregularidades em benefícios do tipo pensão por morte.

O presente Acórdão resultou em:

"9.1- determinar ao INSS que:

9.1.1. adote, no prazo de 90 dias, as providências previstas no art. 11 da Lei 10.666/03, no tocante à revisão da concessão e manutenção dos benefícios listados no Quadro I, bem como as providências para o ressarcimento do dano apurado, uma vez que estão sendo processados pagamentos a despeito do falecimento de seus titulares;

9.1.2. apure, no prazo de 90 dias, se houve responsabilidade funcional com relação à manutenção de pagamentos indevidos dos benefícios verificados no Quadro I, adotando, em caso positivo, as medidas legais cabíveis;

9.1.3. avalie, no prazo de 180 dias, a possibilidade de elaborar novos critérios para suspensão de benefícios pelo Sisben, por motivo de óbito, nos quais sejam incluídas duas das informações que devem constar da certidão de óbito - nome, nome da mãe ou data de nascimento do falecido, combinadas com uma das informações da Lei nº 8.212/91, art. 68, §4º;

9.1.4. adote, no prazo de 90 dias, as providências para o ressarcimento do dano apurado, nos casos apontados no Quadro II, no período compreendido entre o óbito e a cessação de benefícios pagos mesmo após o óbito do titular;

9.1.5. apure, no prazo de 90 dias, se houve responsabilidade funcional com relação à manutenção de pagamentos indevidos dos benefícios verificados no Quadro II, adotando, em caso positivo, as medidas legais cabíveis;

9.1.6. adote, no prazo de 180 dias, procedimentos com vistas à confirmação, junto aos cartórios, dos óbitos detectados nos cruzamentos de dados com o Cadastro de Informações de Mortes - SIM, da Funasa e com o TRE, incluindo-os posteriormente no Sisobi;

9.1.7. faça, no prazo de 90 dias, cumprir a Lei nº 8.212/91, art. 68, §2º, aplicando a penalidade prevista aos Titulares de Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais, quando da omissão da comunicação dos óbitos, conforme prazo estabelecido na Lei, ou quando do envio de informações inexatas;

9.1.8. adote, no prazo de 90 dias, as providências previstas no art. 11 da Lei 10.666/03, no tocante à revisão da concessão e manutenção dos benefícios que constam no Quadro III, bem como as providências para o ressarcimento do dano apurado, uma vez que foi constatado pagamento indevido de benefícios aos representantes legais de beneficiários a despeito do falecimento de seus titulares, conforme apresentado;

9.1.9. apure, no prazo de 90 dias, se houve responsabilidade funcional com relação à manutenção de pagamentos indevidos dos benefícios verificados no Quadro

III, adotando, em caso positivo, as medidas legais cabíveis;

9.1.10. no que se refere ao NB 106.754.323-3, apure, no prazo de 90 dias, as responsabilidades quanto à não-observância do Item 4.1.1 do INSS/DSS Nº 583/1997, o que acarretou a manutenção do benefício ao titular que já se encontrava falecido;

9.1.11. adote, no prazo de 90 dias, as providências previstas no art. 11 da Lei 10.666/03, no tocante à revisão da concessão e manutenção dos benefícios verificados no Quadro IV, se ainda não o fez, bem como as providências para o ressarcimento do dano apurado, uma vez que foi constatada a cessação de benefício em nome de um titular, motivada pelo seu óbito, sem que tenha havido a suspensão dos demais benefícios com a mesma titularidade;

9.1.12. apure, no prazo de 90 dias, se houve responsabilidade funcional com relação à manutenção de pagamentos indevidos dos benefícios verificados no Quadro IV, adotando, em caso positivo, as medidas legais cabíveis;

9.1.13. institua, no prazo de 180 dias, procedimentos com vistas a incluir no Sisobi os óbitos noticiados nas APS que não estejam registrados nesse sistema, obtendo, junto aos cartórios, se for o caso, a confirmação dos dados do referido óbito, nos termos do art. 68 da Lei 8.212/91 (redação dada pela Lei 8.870/94);

9.1.14. adote, no prazo de 90 dias, as providências previstas no art.

11 da Lei 10.666/03, no tocante à revisão da concessão e manutenção dos benefícios relatados no Quadro V, bem como as providências para o ressarcimento do dano apurado, em consequência da continuidade de pagamento de benefício a dependente, filho, que já perdeu essa condição ao completar 21 anos;

9.1.15. apure, no prazo de 90 dias, se houve responsabilidade funcional pela continuidade de pagamento dos benefícios a dependente filho capaz que completou 21 anos de idade, conforme Quadro V, adotando, em caso positivo, as medidas legais cabíveis;

9.1.16. apure, no prazo de 90 dias, se houve responsabilidade funcional no cadastramento da data de nascimento dos beneficiários dos NB's 010.833.982-3 e 080.321.117-1), adotando, em caso positivo, as medidas legais cabíveis;

9.1.17. atue, no prazo de 180 dias, junto à Secretaria da Receita Federal para a utilização dos dados constantes no Sistema CPF, para efeito de checagem com os dados do Sisben, em especial, nome, nome da mãe, data de nascimento e CPF;

9.1.18. adote, no prazo de 90 dias, as providências para apuração de responsabilidades e para ressarcimento do dano causado devido ao pagamento de benefícios inacumuláveis:

NB's 044.136.115-3/ 045.265.795-4 e 085.724.074-9/085.776.217-6;

9.1.19. adote, no prazo de 90 dias, as providências previstas no art. 11 da Lei 10.666/03, no tocante à revisão da concessão e manutenção dos benefícios relatados, bem como as providências para o ressarcimento de eventuais danos e apuração de responsabilidades, promovendo, inclusive, a correção das divergências encontradas entre os dados dos titulares no Sisben e no sistema CPF quanto a:

9.1.19.1. nomes: NB 000.942.859-3;

9.1.19.2. datas de nascimento: NB's 000.949.687-4; 010.521.590-2; 010.687.046-7; 010.795.391-9; 010.819.740-9; 010.833.982-3; 010.834.620-0; 010.834.650-1; 010.835.956-5; 010.836.126-8; 010.836.266-3; 010.837.218-9; 010.839.737-8; 010.840.247-9; 010.840.377-7; 010.840.475-7; 010.841.397-7; 010.841.897-9; 010.843.119-3; 010.843.669-1; 010.846.200-5; 010.847.232-9; 010.847.902-1; 010.847.932-3; 010.848.102-6; 010.849.384-9; 010.850.264-3; 010.853.675-0; 010.859.361-4; 010.868.358-3; 010.868.388-5; 010.868.606-0; 010.868.908-5; 010.873.733-0; 010.873.803-5; 010.874.093-5; 010.877.051-6; 010.879.274-9; 010.879.274-9; 060.098.433-8; 060.099.787-1; 060.101.156-2; 060.106.028-8; 060.153.028-4; 060.405.729-6; 070.100.967-5; 080.321.117-1;

9.1.19.3 números de CPF: NB 082.377.945-9.

9.1.20. adote, no prazo de 90 dias, as providências previstas no art. 11 da Lei 10.666/03, no tocante à revisão da concessão e manutenção dos benefícios em nome da Sra. Magda dos Santos Lucena, promovendo a correção das divergências encontradas entre os dados dos titulares no Sisben, dos efetivos titulares e seus representantes legais;

9.1.21. diligencie, no prazo de 90 dias, o Cartório de Registro Civil de Santo Antônio do Descoberto, no Estado de Goiás, sobre a autenticidade da certidão de nascimento de Nirlene Drielle Lima Ribeiro, adotando as providências legais cabíveis em relação ao NB 112.520.310-0;

9.1.22. adote, no prazo de 90 dias, as providências previstas no art. 11 da Lei 10.666/03, no tocante à revisão da concessão e manutenção dos benefícios NB 079.636.180-0, 080.241.321-8, 102.283.974-5, bem como as providências para o ressarcimento do eventual dano apurado;

9.1.23. proceda, no prazo de 90 dias, à responsabilização dos bancos quanto aos pagamentos indevidos decorrentes da inobservância do procedimento 6.2.2.2 do Protocolo de Pagamento de Benefícios em Meio Magnético;

9.1.24. aplique, no prazo de 90 dias, o art. 11 da Lei 10.666/03, no tocante à revisão da concessão e manutenção do NB 088.073.255-5, bem como adote as providências para o ressarcimento do dano verificado e para a apuração de

responsabilidade funcional, uma vez que houve alteração da condição de dependência, de filha para cônjuge, com vistas a perpetuar o recebimento do benefício;

9.1.25. adote, no prazo de 90 dias, as providências previstas no art. 11 da Lei nº 10.666/03, no tocante à revisão da concessão e manutenção dos benefícios, nos NBs 024.092.246-8, 046.541.781-7, 101.001.474-6 e 101.804.463-6, em consequência de os titulares e os instituidores serem as mesmas pessoas, apurando, em caso de ser constatada irregularidade de fato, a responsabilidade funcional e o dano causado; 9.1.26. oriente, no prazo de 180 dias, os cartórios quanto à obrigatoriedade de apresentação pelo declarante do óbito de documentos que comprovem a veracidade das informações prestadas quando de seu registro;

9.1.27. oriente, no prazo de 180 dias, seus servidores quanto ao correto preenchimento do campo 'titular', que deve ser sempre a pessoa que efetivamente detém o direito e que não se confunde com seu representante legal, procurador constituído, dependente ou instituidor;

9.1.28. averigüe, no prazo de 90 dias, os casos relacionados no item 3.7.1 do relatório do TC nº 005.644/2003-5), a fim de identificar os benefícios irregulares (seja a pensão onde consta o instituidor identificado ou o benefício que o mesmo consta como titular) e corrigir os dados necessários no sistema, promovendo, quando for o caso, a cessação do benefício e a cobrança de pagamentos indevidos, além da responsabilização por atos praticados indevidamente;

9.1.29. averigüe, no prazo de 90 dias, os casos relacionados no item 3.9.1 do relatório do TC nº 005.644/2003-5), a fim de identificar os benefícios irregulares e corrigir os dados necessários no sistema, promovendo, quando for o caso, a cessação ou suspensão do benefício e a cobrança de pagamentos indevidos, além da responsabilização por atos praticados indevidamente;

9.1.30. revise, no prazo de 180 dias, rotina de batimento automático de benefícios entre Sisobi e SUB a fim de que se cumpram os critérios estabelecidos pelo INSS;

9.1.31. realize, no prazo de 180 dias, processamento que aplique todos os critérios na totalidade da base de benefícios em confronto com a base de óbitos a fim de identificar benefícios não cessados/suspensos; 9.1.32.

proceda, no prazo de 180 dias, à correção do sistema para que não seja permitida a inclusão ou reativação de benefícios, cujos titulares constem na base de óbitos. Caso seja comprovada a regularidade da inclusão/reactivação, a operação deve ser acompanhada de homologação superior e devem ficar registrados os elementos que serviram de base para comprovação da regularidade e explicações que se façam necessárias para justificar a operação;

9.1.33. identifique, no prazo de 180 dias, os cartórios que deixam de enviar, enviam com retardo ou de forma inexata os dados dos óbitos por eles registrados com vistas a elaborar plano de fiscalização junto a esses cartórios, procedendo às devidas medidas punitivas, conforme estabelecido no Decreto nº 3.048/1999, artigos 228 e 283, inciso I, alínea "e";

9.1.34. cumpra, no prazo de 180 dias, o disposto na Portaria/MPAS nº 3.227, de 5/9/2001, e revise a rotina de validação de PAB;

9.1.35. proceda, no prazo de 180 dias, à correção do sistema de benefícios para que não permita que a mesma pessoa emita e valide o PAB, bem como não seja permitido que o sistema configure como agente validador do crédito, devendo este ficar sempre pendente para funcionário competente validar;

9.1.36. proceda, no prazo de 180 dias, à correção do sistema de benefícios para que apenas servidores do INSS possam ser autorizados a emitir e validar PAB.

9.1.37. Determinar ao INSS que apresente, no prazo de 180 dias, um plano de ação para atualização dos dados cadastrais dos benefícios ativos do INSS, confrontando estes dados com os do sistema CPF.

9.2.determinar ao INSS e à Dataprev, que, no prazo de 180 dias:

9.2.1. detectem as causas das falhas nos sistemas (Sisobi e Sisben) que possibilitaram a continuidade indevida de pagamento de benefícios cujo titular constava como falecido no sistema Sisobi, a exemplo dos Quadros I e II, adotando as medidas corretivas nos sistemas;

9.2.2. criem procedimentos que impeçam que seja permitida a inclusão ou reativação de benefícios, cujos titulares constem na base de óbitos. Caso seja comprovada a regularidade da inclusão/reactivação, a operação deve ser acompanhada de homologação superior e devem ficar registrados os elementos que serviram de base para comprovação da regularidade e explicações que se façam necessárias para justificar a operação;

9.2.3. detectem as causas das falhas nos sistemas (Sisobi e Sisben) que possibilitaram a continuidade indevida de pagamento de benefícios cujo titular constava como falecido no sistema Sisobi e cujos pagamentos estavam sendo efetuados a representante legal ou procurador, adotando as medidas corretivas nos sistemas, a exemplo dos casos reportados no Quadro III;

9.2.4. adotem providências que garantam que não restaram benefícios ativos cuja informação do óbito fornecida pelo Sisobi tenha promovido apenas a cessação de um dos benefícios existentes em nome de um mesmo de cujos, a exemplo do Quadro IV;

9.2.5. detectem as causas das falhas no sistema Sisben que possibilitaram a continuidade indevida de pagamento de benefícios cujo dependente filho capaz havia completado 21

anos de idade, a exemplo do Quadro V, implementando as medidas corretivas necessárias;

9.2.6. implementem rotina, tão logo seja disponibilizada a utilização do Sistema CPF, para que, ao ser feito o cadastramento do benefício no Sisben, seja feita checagem do nome, data de nascimento, nome da mãe e CPF, somente procedendo o registro quando essas informações forem idênticas;

9.2.7. implementem críticas no Sisben que impeçam a concessão de benefícios inacumuláveis, tal qual o ocorrido com os benefícios NB 044.136.115-3/045.265.795-4 e NB 085.724.074-9/085.776.217-6 e os concedidos em nome da Sra. Magda dos Santos Lucena;

9.2.8. implementem crítica no Sisben de forma a não permitir o desdobramento de benefício a dependente de classe posterior, em prejuízo ao de classe anterior, nos termos do art. 16 da Lei 8.213/91, tal qual ocorrido no NB 125.902.640-7;

9.2.9. implementem críticas nos sistemas que impeçam a concessão de benefícios quando não forem preenchidos campos-chave tais como: nome, nome da mãe, data de nascimento e CPF (do titular, do instituidor, do dependente, do representante legal ou do procurador);

9.2.10. criem mecanismos automáticos de controle da data para renovação da senha dos cartões magnéticos (cuja periodicidade é de, no máximo, 12 meses) mantendo informado o INSS quanto aos benefícios cujo prazo de renovação já esteja expirado e quanto à instituição pagadora que não procedeu à renovação, com vista a proceder a aplicação das punições cabíveis;

9.2.11. detectem as causas das falhas no Sisben que possibilitaram a disponibilização de pagamentos em benefícios já encerrados, como o ocorrido no NB 111.791.534-1, adotando as medidas corretivas nesse sistema;

9.2.12. criem rotina computacional tornando obrigatória a homologação, pelo chefe da APS, da alteração dos seguintes dados nos benefícios:

nomes do titular, instituidor, dependentes, e respectivos nomes de mãe e datas de nascimento, bem como de condição de dependência;

9.2.13. implementem críticas nos sistemas com o fim de impossibilitar a concessão de benefício em que o instituidor e o titular sejam a mesma pessoa (nome, mãe e datas de nascimento iguais);

9.2.14. incluam campo no Sisben, a ser preenchido com a última data da efetiva suspensão/cessação do benefício, data essa que não corresponde, necessariamente, àquela em que cessou o direito ao benefício e que é representada pela Data de Cessação do Benefício - DCB;

9.2.15. detectem as eventuais causas das falhas no Sisben que possibilitaram a figuração, como titular de benefícios, do curador, do tutor, do administrador

provisório ou do procurador, ao invés da pessoa que efetivamente detém o direito, adotando as medidas corretivas no sistema."

Visando verificar o atendimento do citado item, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 160221-08.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não houve informação.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui César de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
074.140.803-15	Ana Adail Ferreira de Mesquita	Coordenador-Geral de Benefício
485.746.356-34	Carlos José do Carmo	Coordenador-Geral de Benefício

AValiação DA SFC:

A Diretoria de Benefício não encaminhou as informações solicitadas pela SA nº 160221-08, de 12.04.2005, com prazo para resposta até 18.04.2005.

Portanto, o assunto encontra-se PENDENTE de esclarecimentos por parte do INSS.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria de Benefício encaminhe as medidas adotadas para cumprimento das determinações do TCU, que deverão ser avaliadas por esta SFC/CGU.

4.1.1.21 CONSTATAÇÃO:

Providências parciais do INSS para atendimento das determinações do TCU.

**Acórdão 1493/2004-Plenário - TCU - Plenário (TC nº 003.808/2003-0)
- Imóveis em poder de terceiros**

O presente Acórdão trata de avaliação da administração dos imóveis em posse de terceiros, ausência de contrapartida pela ocupação de imóveis, descumprimento da legislação para alienação de imóveis desnecessários, omissão na reintegração de posse

deferida em ação judicial e falta de competência dos responsáveis para decidir sobre a alienação dos imóveis desnecessários.

Foi acordado o seguinte:

"9.2. determinar:

9.2.1. ao INSS que apresente, nas contas do exercício de 2004, um relatório completo em relação aos termos de cessão de uso de imóveis da Autarquia, assinados após a entrada em vigor da Lei nº 9.702/98, e relacione as medidas que estão sendo implementadas para o cumprimento do art. 10 da Lei nº 9.702/98;

9.2.2. à Secretaria Federal de Controle Interno que verifique e informe, ao TCU, na próxima prestação de contas do INSS, a respeito do cumprimento das determinações contidas nos subitens 9.3.1, 9.3.2.1, 9.3.2.2 e 9.3.3 do Acórdãoº 681/2003-P;

9.2.3. à Secex/SP que inclua no monitoramento constante do subitem 9.5.1 do Acórdãoº 681/2003-P, a verificação do cumprimento integral dos subitens 9.2.1, 9.2.2, 9.2.4, 9.2.5, 9.2.6, 9.4.1 (apenas em relação ao imóvel situado na rua Dom Matheus) e 9.4.2, também do Acórdãoº 681/2003-P;"

O citado Acórdão 681/2003 determinou o seguinte:

"9.2. determinar à Gerência Executiva do INSS em São Paulo-Centro, com fulcro no art. 43, inciso I da Lei nº 8.443/92, que, no prazo de 180 dias:

9.2.1 regularize a situação do sobrado situado na rua da Consolação, nº 1075, considerando que o regime de comodato não atende ao disposto no art. 6º da Lei nº 9.702/98;

9.2.2 regularize a situação da igreja situada na rua Mário Costa, nº 16, considerando que a cessão de uso desse imóvel encontra-se vedada pelo art. 10º da Lei 9.702/98;

9.2.3 adote as providências necessárias ao imediato cumprimento das decisões judiciais que determinaram a reintegração na posse dos imóveis invadidos situados na avenida Nove de Julho, rua Vigário João Álvares e rua Dom Matheus;

9.2.4 regularize os registros cartoriais dos 68 imóveis da GEX/Centro que apresentam documentação irregular;

9.2.5 promova a vistoria de todos os imóveis vagos e invadidos sob responsabilidade da GEX/Centro, a fim de identificar medidas preventivas, tais como construção de cercas, contratação de firma de segurança, ou ajuizamento de ação, que possam evitar invasões;

9.2.6 realize um levantamento junto ao(s) cartório(s) do centro de São Paulo e aos atuais ocupantes dos imóveis situados no terreno de Heliópolis, que foi originalmente adquirido pelo IAPI, a fim de juntar documentos que demonstrem qual a parte remanescente do imóvel que pertence ao INSS;

9.2.7 apresente, a este Tribunal, após o referido prazo de 180 dias, relatório circunstanciado acerca do cumprimento das determinações acima.

9.3. determinar ao INSS, com fulcro no art. 43, inciso I da Lei nº 8.443/92, que, no prazo de 180 dias:

9.3.1 regularize as situações dos imóveis cedidos e alugados, inclusive aqueles em posse de unidades do SUS, adequando-as à Lei nº 9.702/98;

9.3.2. realize os seguintes levantamentos junto a suas Gerências Executivas:

9.3.2.1 de todas as negociações envolvendo a posse dos imóveis de sua propriedade, identificando os eventuais entraves para o deslinde das questões;

9.3.2.2 de todas as ações judiciais relativas ao patrimônio imobiliário do INSS, identificando os casos em que os processos estão aguardando, há mais de dois anos, decisão judicial ou conclusão de prova judicial;

9.3.2.3 de todos os imóveis da Autarquia que não se encontram com a documentação de registro cartorial regular ;

9.3.3. crie normas internas, que estabeleçam, explicitamente:

9.3.3.1 as responsabilidades dos administradores e procuradores na condução das negociações e dos processos judiciais mais rotineiros no que se refere ao patrimônio imobiliário, tais como o esbulho e a indefinição das delimitações das propriedades, estipulando padrões de conduta e prazos para tomadas de decisão, tramitação interna dos ? dossiês? e ajuizamento das ações novas;

9.3.3.2 o dever de as Procuradorias acompanharem efetivamente as ações judiciais relativas ao patrimônio imobiliário, utilizando todos os recursos possíveis, com a finalidade de imprimir maior celeridade nos processos de interesse da Autarquia;

9.3.3.3 a obrigatoriedade de registro imediato, junto aos cartórios, dos negócios jurídicos envolvendo transferências de propriedade de imóveis;

9.3.3.4 a obrigatoriedade de fiscalização periódica dos imóveis vagos, a fim de evitar eventuais esbulhos;

9.3.3.5 no âmbito da administração central, conforme estabelece o art. 18, inciso VI, do Regimento Interno do INSS, um mecanismo de supervisão contínua das ações administrativas e judiciais relativas ao patrimônio do INSS;

9.3.3.6 os casos em que será apurada a responsabilidade funcional dos Procuradores que, por dolo ou culpa, causarem prejuízo ao Erário.

9.3.4 apresente a este Tribunal, após o referido prazo de 180 dias, um relatório circunstanciado sobre o cumprimento das determinações acima. 9.4 determinar à Procuradoria da Gerência Executiva do INSS em São Paulo/Centro, com fulcro no art. 43, inciso I da Lei nº 8.443/92, que, no prazo de 60 dias:

9.4.1 adote as medidas cabíveis a fim de obter indenização pelos períodos de uso irregular dos imóveis situados na avenida Nove de Julho, rua Vigário João Álvares e rua Dom Matheus (item 7.1);

9.4.2 analise as situações dos imóveis tombados do centro de São Paulo e daqueles ocupados pela Cia. do Metropolitano de São Paulo e adote as medidas cabíveis para mitigar os danos que vêm sendo suportados pelo INSS devido aos atos municipais e estaduais e à inércia dos procuradores do órgão;

9.4.3 apresente a este Tribunal, após o referido prazo de 60 dias, um relatório circunstanciado sobre o cumprimento das determinações acima. 9.5 determinar à Adfis que avalie a conveniência de promover as seguintes fiscalizações:

9.5.1 monitoramento da GEX/Centro, nos termos do art. 243 do Regimento Interno do TCU, a fim de verificar o cumprimento das determinações contidas no item 9.2 acima;

9.5.2 acompanhamento, a partir de quando o certame for deflagrado, dos procedimentos licitatórios para alienação dos imóveis administrados pela GEX/Centro, nos termos dos art. 241 e 242 do Regimento Interno do TCU;

9.5.3 auditoria na GEX/Centro, nos termos do art. 239 do Regimento Interno do TCU, a fim de examinar a situação jurídica dos imóveis ? invadidos? que não foram objeto de estudo específico deste trabalho;

9.5.4 extensão do trabalho realizado para outras gerências executivas do INSS, de forma a possibilitar uma visão mais ampla de como o Instituto vem administrando seu patrimônio.

9.6 encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que a fundamentam, ao Ministro da Previdência Social e ao Diretor-Presidente do INSS."

Durante os trabalhos de acompanhamento de gestão, referentes ao exercício de 2004, realizados por esta SFC no INSS, o gestor apresentou informações provenientes do Relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria SUPSP/21.000/10/2003, de 22.8.2003, para atendimento das determinações contidas no Acórdão nº 681/2003 - TCU - Plenário (Processo TC nº 003.808/2003-0).

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 153860-26, de 22.10.2004, foi solicitado à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS, as informações seguintes:

"sobre os controles, mantidos por esse Instituto, dos registros oficiais dominiais e financeiros dos imóveis de propriedade do INSS;

sobre as soluções adotadas com vistas à regularização do patrimônio imobiliário;

sobre as ocupações ilegais de imóveis de propriedade desse Instituto, e quais as providências adotadas com vistas a inibir tais práticas; e

no caso do item 3, se essa Unidade vem informando à Procuradoria Federal Especializada, para adoção das medidas judiciais cabíveis."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

"(...)

Resposta ao item 9.2 do Acórdão nº 681/2003

Foi efetuado levantamento preliminar dos imóveis de propriedade do INSS que se encontram em situação "irregular", para atendimento dos **subitens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3**, do citado Acórdão, onde foram apresentadas as seguintes situações que relatamos resumidamente:

1. Rua da Consolação, 1.075 - Casarão do início do século passado, tombado pelo CONDEPHAAT e que se encontra ocupado pelo Tribunal Regional do Trabalho, por cessão de uso desde 1986. O processo visando a regularização da situação foi encaminhado à Gerência Executiva SP/Centro, para análise e indicação de medidas pertinentes. PENDENTE. (subitem 9.2.1)

2. Rua Mário Costa, 16 - Templo situado no conjunto residencial Maria Zélia, administrado pela Mitra Diocesana e pela comunidade local. O processo se encontra na Procuradoria Federal Especializada do INSS/SP, para análise e parecer. PENDENTE. (subitem 9.2.2)

3. Avenida 9 de Julho - Prédio de 14 (quatorze) andares, no centro de São Paulo, invadido pelo movimento dos "sem teto", em 12.11.1997. Com a reintegração de posse do imóvel ao INSS, o mesmo foi desocupado com o auxílio da Prefeitura Municipal de São Paulo. As medidas para regularização da situação dominial estão aguardando pronunciamento da Superintendência do INSS/SP tendo em vista estar incluído o prédio e terrenos aos fundos no acordo em estudo com a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Superintendência do INSS/SP. Portanto, a regularização se encontra PENDENTE. (subitem 9.2.3)

4. Rua Vigário João Álvares - Esqueleto de prédio onde seria instalada uma APS. Com a falência da construtora, o prédio foi invadido por moradores de rua. A sentença de reintegração de posse foi confirmada no final de 2002. No decorrer do processo instalaram-se no local cerca de 40 famílias de baixa renda. Não houve cumprimento da sentença judicial de reintegração de posse devido a impossibilidade do INSS oferecer os meios necessários ao cumprimento do mandado judicial pela falta de recursos para contratação de empresa para retirada dos bens, de depositário de bens e de vigilância para prevenir novas invasões. O assunto está aguardando pronunciamento da Superintendência do INSS/SP, uma vez que o imóvel faz parte do acordo em estudo com a Prefeitura Municipal de São Paulo e aquela Superintendência. Portanto, a regularização se encontra PENDENTE. (subitem 9.2.3)

5. Rua Dom Matheus - Terreno ocupado por um clube de futebol amador, denominado Esporte Clube Corinthians da Vila Monumento. Nos anos 70 a Procuradoria do INSS requereu a desistência da ação de reintegração de posse em curso. Atualmente não há sentença judicial a ser cumprida, uma vez que não há processo judicial em curso visando a reintegrar a posse do imóvel ao INSS. Como primeiro procedimento, o clube foi notificado para desocupar o imóvel por AR - Aviso de Recebimento, e não via Cartório, como de rigor, por absoluta falta de numerário. Esse imóvel também está incluído no acordo em estudo entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Superintendência do INSS/SP, e sua regularização se encontra PENDENTE. (subitem 9.2.3)

6. Área ocupada pela Companhia do Metropolitano de São Paulo - Área inicialmente ocupada como pátio de obras e depois como espaço público. No ano de 2000, a Procuradoria solicitou ao Serviço de Logística a documentação do imóvel, não obtendo resposta. Não foi proposta, até o momento, qualquer medida judicial para reintegração de posse. Regularização PENDENTE. (subitem 9.2.3)

7. Vila Maria Zélia - Vila operária, construída no início do século passado, constituída de unidades residenciais, armazéns, uma igreja (imóvel situado na Rua Mário Costa), um grupo escolar e um prédio. As unidades residenciais foram alienadas pelo INSS e a vila foi tombada em 1990, por ser uma das primeiras vilas operárias construídas no país. As irregularidades existentes na área e as medidas necessárias à solução das mesmas foram apontadas no relatório encaminhado pelo Serviço de Logística da GEXINSS/Centro. Regularização PENDENTE. (subitem 9.2.2)"

AValiação DA SFC:

Diante dos esclarecimentos fornecidos pelo Grupo de Trabalho, o assunto está PENDENTE de regularização.

Resposta ao subitem 9.3.1 do Acórdão nº 681/2003

Para atendimento do subitem 9.3.1, que trata da regularização dos imóveis cedidos e alugados, inclusive os que estão na posse do SUS, o Gestor apresentou as seguintes informações:

"Imóveis utilizados nos serviços de prestação de saúde pública - SUS (...)

Consultada a legislação pertinente, quer parecer ao grupo, s.m.j., que o INSS não é o proprietário desses imóveis.
(...)

No ano de 1977, com a criação do SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Lei nº 6.439/77), sistema esse cuja orientação estava a cargo do MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, foram criadas três autarquias; três pessoas jurídicas de direito público

distintas, independentes e com atribuições específicas, a saber: INPS (...); IAPAS (...) e INAMPS (...).

Esse sistema, SINPAS, prevaleceu até o ano de 1990, quando, com a edição da Lei nº 9.029 de 12.4.90 (...), fundiram-se IAPAS e INPS, para formar o atual INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (art. 14 da Lei 9.029/90).

Todavia, a prestação de serviços médicos continuou a cargo do INAMPS, autarquia que continuou existindo desvinculada do MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL e integrada ao MINISTÉRIO DA SAÚDE, ao qual pertenceu até sua extinção, que ocorreu por força da Lei nº 8.689, no ano de 1993. Nessa oportunidade, os serviços de prestação de saúde pública, (...), passaram a ser prestados pela UNIÃO FEDERAL através do Sistema Único de Saúde - SUS. (...)

Assim, entende o Grupo que esses imóveis devam integrar o patrimônio da União, sucessora do INAMPS (extinto em 1993), na prestação dos serviços de saúde.

Por outro lado, ainda que se entenda que ao INSS cabe a titularidade do domínio sobre esses imóveis, não há que se falar em adequar a utilização dos mesmos aos termos da Lei nº 9.702/98, uma vez que, por estarem afetados às atividades essenciais da Seguridade Social (...) podem ser considerados imóveis operacionais.

Conclui então, este Grupo de Trabalho, que essa é uma questão a ser levada, na forma de consulta, à Procuradoria Geral da Procuradoria Federal Especializada - PFE/INSS, que melhor dirá sobre a regularização desses imóveis, hoje, utilizados pelo SUS".

AValiação DA SFC:

Verifica-se que, mesmo com o entendimento do Grupo de Trabalho de que os imóveis em posse do SUS devam ser considerados como imóveis operacionais ou que não mais pertençam ao patrimônio do INSS, há necessidade de esclarecer quais são os imóveis que de fato pertencem ao INSS, quais estão sendo ocupados pelo SUS em conjunto ou não com Unidades do INSS, e em quais estão sendo rateadas as despesas condominiais.

Tendo em vista que não foi informado sobre o encaminhamento e/ou parecer da Procuradoria Federal Especializada sobre o assunto, não temos elementos para considerar concluída a questão. Portanto, o assunto se encontra PENDENTE de regularização.

Resposta ao subitem 9.4.2 do Acórdão nº 681/2003

No que se refere a esse subitem, que trata da análise das situações dos imóveis tombados no Centro de São Paulo e daqueles ocupados pela Cia. do Metropolitano de São Paulo, o Grupo de Trabalho informou a seguinte situação em relação aos imóveis tombados:

"Imóveis Tombados

O Serviço de Logística estará diligenciando junto ao CONDEPHAAT e ao COMPRES para obter cópia dos processos de tombamento desses imóveis, para que sejam analisados pelas procuradoras integrantes do Grupo, com vistas a identificar as medidas cabíveis, se cabíveis, para pleitear judicialmente a indenização do INSS, pelos possíveis prejuízos causados por essas restrições ao direito de propriedade, que foram impostas ao INSS pelo poder público, ou mesmo para a adoção de medidas que visem o destombamento.

A Procuradoria desconhece o número de imóveis sobre os quais pesam tombamentos, bem como os fundamentos e a extensão das restrições ao direito de propriedade impostas pelo poder público ao INSS, isto porque, sendo o tombamento um processo administrativo e não judicial, a Procuradoria nem sempre foi instada a participar dos mesmos.

(...)

Com exceção da Igreja da Rua Mário Costa nº 16 e do casarão da Rua da Consolação 1.075, que foram restaurados e são conservados pela Mitra Diocesana e pelo Tribunal Regional do Trabalho, sabe-se que o estado de conservação dos demais imóveis tombados é péssimo, em razão da sempre existente restrição de concessão de verbas para conservação dos imóveis da Autarquia".

AVALIAÇÃO DA SFC:

Tendo em vista que não foram obtidas cópias dos processos de tombamento para análise e, o próprio Grupo de Trabalho reconhecer que não detém o número de imóveis em situação de tombamento, a regularização da questão se encontra PENDENTE.

Resposta ao subitem 9.3.2.2 do Acórdão nº 681/2003

Quanto ao levantamento de todas as ações judiciais relativas ao patrimônio imobiliário do INSS, o Grupo de Trabalho buscou identificar os processos judiciais que têm por objeto imóveis do INSS, apontando as situações seguintes:

"Processos Judiciais que têm por objeto imóveis do INSS

(...)

Restou identificado que, na sua grande maioria, os imóveis objetos de processos judiciais já se encontram desocupados, muitos já foram até alienados. Em tais casos, os processos judiciais prosseguem apenas para a execução dos valores dos ressarcimentos devidos à Autarquia por perdas e danos.

O número preciso dos imóveis que ainda se encontram ocupados e que são objeto de ações judiciais somente poderá ser informado, quando encerrada a depuração de todos os processos administrativos (cerca de 300 - trezentos), trabalho que vem sendo desenvolvido pelas

Procuradoras que integram este Grupo e que deverá resultar em relatórios circunstanciados, para cada um dos processos judiciais, (...).

Consigna-se que não se registra, até o presente, a ocorrência de tomada de medida judicial inadequada ou perda de prazo processual.

Por oportuno, consigne-se que não se pode atribuir à Procuradoria a demora no julgamento dos processos, pois refoge à competência dos procuradores ditar regras ao Poder Judiciário.

Quando muito pode a Procuradoria requerer prioridade no julgamento, como sempre faz, o que, entretanto, nem sempre surte o efeito desejado".

AValiação DA SFC:

Diante dos esclarecimentos prestados pelo Grupo de Trabalho, constata-se que o INSS/SP não detém informações precisas em relação à quantidade de imóveis ocupados objeto de ações judiciais, não dispondo também da quantidade de processos judiciais em curso ou em fase de conclusão. Dessa forma, o assunto se encontra PENDENTE de regularização.

Resposta ao subitem 9.2.5 do Acórdão nº 681/2003

Foi determinado pelo TCU que a Gerência Executiva do INSS em São Paulo/Centro promovesse vistoria de todos os imóveis vagos e invadidos sob sua responsabilidade, a fim de identificar medidas preventivas ou ajuizamento de ação para inibir as invasões. O Grupo de Trabalho informou que: "Os integrantes do Grupo responsáveis pelo Serviço de Logística da Gerência Executiva/SP/Centro vem realizando as vistorias em todos os imóveis não operacionais no INSS em São Paulo, como determinado no item 9.2.5 do r. Acórdão.

As fichas cadastrais desses imóveis, devidamente atualizadas, estão sendo anexadas ao presente (...).

Essa documentação retrata as irregularidades encontradas e aponta para algumas das medidas administrativas e judiciais necessárias à solução das mesmas, cuja implementação será providenciada, na ordem de prioridade que vier a ser estabelecida.

Verifica-se desses relatos que, para a regularização da situação desses imóveis, algumas medidas judiciais, poderão ser tomadas pela Procuradoria, de naturezas diversas, conforme o caso se apresente:

reintegração de posse, despejo, retificação de área, ação demarcatória, ação por desapropriação indireta ou ação indenizatória, nos casos em que houve o apossamento de área pelo Poder Público ou o tombamento de imóvel.

Faz-se necessário consignar, entretanto, à Procuradoria Federal Especializada/INSS cabe apenas a assessoria jurídica e a representação do INSS em Juízo e que essas

medidas judiciais somente poderão ser tomadas a) se e quando a Administração INSS entendê-las convenientes e oportunas e b) se e quando providenciar os meios de prova e a documentação necessária a que os pedidos do INSS preencham os requisitos exigidos pelos artigos 282, inciso VI e 283 do Código de Processo Civil.

Por outro lado, registra-se que, com raras exceções, as medidas que se fazem obrigatórias à regularização de todos esses imóveis, dependem da disponibilidade de verba suficiente para fazer frente às necessárias despesas, tais como: desocupação de imóveis, construções de muros, reparos com vistas à conservação (...); levantamentos topográficos e elaboração de laudos de avaliações (para embasar a propositura das ações que se fizerem necessárias, bem como para acompanhar os processos já em curso), isto porque são todas providências que dependem de contratação de terceiros, vez que o INSS não dispõe de serviços especializados para tal.

Após a identificação da medida judicial ou administrativa a ser tomada para cada imóvel, o Grupo de Trabalho solicitará da Administração Superior os recursos necessários, em cada caso".

AValiação DA SFC:

Verifica-se que a vistoria nos imóveis não foi concluída e que as medidas necessárias e preventivas dependem, além de sua identificação, da disponibilidade orçamentária e financeira da Instituição. Portanto, assunto PENDENTE de regularização.

Resposta ao subitem 9.3.2.1 do Acórdão nº 681/2003

No que se refere às negociações envolvendo a posse dos imóveis de propriedade do INSS, identificando eventuais entraves para o deslinde das questões, o Grupo de Trabalho, além dos imóveis apontados no referido Acórdão, identificou as seguintes áreas:

a) Imóvel denominado "Parque do Povo"

Extensa área situada em região privilegiada da cidade, de altíssimo valor de mercado, da qual 30% pertence ao INSS e os restantes 70% pertencem à Caixa Econômica Federal.

(...)

Sobre essa área, além de algumas ações de reintegração de posse por invasões esparsas, processos em curso, pesam:

o tombamento da extensa porção da gleba, que é conhecida como "Parque do Povo"; e

Uma ação de Indenização por Desapropriação Indireta, proposta pelo INSS contra a Prefeitura do Município de São Paulo, que se apossou de parte do terreno para a melhoria da malha viária.

Nesse processo, já na fase de Execução do elevado valor da indenização devida pela Municipalidade, foi firmado um acordo entre a CEF, INSS e PMSP, homologado por sentença.

Essa decisão homologatória foi objeto de recurso da parte do Ministério Público Federal, que, não concordando com os termos do avençado, porque entende que este acordo importa em grave prejuízo ao Erário, requereu ao Tribunal Regional Federal 3ª Região, a reforma da decisão para anulação do acordado entre a Caixa Econômica Federal, o INSS e a Prefeitura Municipal de São Paulo.

Em colaboração com o Grupo de Trabalho, o Sr. Procurador Dr. Luiz Gonzaga Cardoso Tinoco, Procurador Federal lotado no Serviço de Consultoria da Procuradoria Federal Especializada INSS/SP, que é conhecedor, em profundidade, das questões relativas a essa área de altíssimo valor, e relativas a esse acordo espúrio, elaborou relatório e parecer a respeito, (...), para apreciação por essa Egrégia Corte.

b) Favela da Rua Mário Cardim

Trata-se de extensa área em bairro privilegiado desta Capital, Vila Mariana, que, de há muito, foi tomada por uma grande favela.

Um relatório a respeito dessa área foi solicitado ao Serviço de Logística da Gerência INSS/SP-SUL, a quem cabe sua administração.

Considerando o grave problema social, de difícil solução, o Grupo de Trabalho antes de tomar as medidas tendentes à desocupação da área e regularização da sua documentação, aguarda posicionamento da Gerência Executiva INSS - SUL e o pronunciamento da Superintendência/SP/INSS, uma vez que este imóvel está elencado entre aqueles que serão objeto do acordo de cooperação, ainda em estudo, entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Superintendência do INSS/SP, para aquisição dos imóveis não operacionais em benefício do programa de moradia popular.

c) Área à margem da represa de Guarapiranga "Sítio do Roberto" e "Parque do Castelo"

Extensa área (cerca de 180.000 m²) que se encontra ocupada por residências, uma favela, uma Escola Estadual e por invasores que lá exploram um haras (...).

A área é considerada de manancial, razão pela qual sobre a mesma incidem interesses jurídicos das esferas federal, estadual e municipal.

O Serviço de Logística levantou algumas dúvidas quanto à demarcação dessa área, por ser muito extensa, e por ser disputada por terceiros, inclusive pela Prefeitura Municipal de São Paulo, que se apresentam com títulos de propriedade, todos eles muito antigos.

Para que seja possível reintegrar o INSS na posse do imóvel e pleitear a devida indenização por perdas e danos, se faz necessária, por primeiro, que seja proposta uma ação judicial que poderá consistir em um pedido de Retificação de Registro da Área e/ou uma Ação Demarcatória, para a regularização das divisas da área e para a identificação das invasões ocorridas.

Para embasar as próximas medidas judiciais a serem tomadas o Serviço de Logística da GEXINSS - SP - Centro estará colhendo a documentação necessária, e, o Sr. Engenheiro e a Sra. Arquiteta estarão providenciando um levantamento, visando elaboração de relatório com a indicação dos serviços de engenharia que deverão ser contratados pela Administração do INSS, para a elaboração dos laudos.

Uma parte dessa área (cerca de 30.000 metros quadrados) foi, há muito, ocupada por "grileiros" que lá exploram um haras (que abriga perto de 200 cavalos), o denominado "Clube dos Amigos".

Data de 1986 a sentença que julgou procedente o pedido do INSS, deduzido em face do ocupante originário, Odon Correia de Moraes, para ver-se reintegrado na posse do imóvel. Inúmeras foram as tentativas de reintegrar o INSS na posse dessa parte da área. Os que lá se encontram valem-se de todos os meios para impedir o cumprimento da decisão judicial.

No presente, o processo está concluso para a prolação de sentenças em 9 (nove) Embargos de Terceiros, que foram opostos pelos invasores que foram todos devidamente impugnados pela Procuradoria.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Verifica-se que os 3 (três) imóveis citados no Relatório do Grupo de Trabalho - Parque do Povo, Rua Mário Cardim e área à margem da Represa de Guarapiranga, apresentam ausência de documentação, bem como de conclusão dos processos administrativos e judiciais para regularização das áreas que são de propriedade do Instituto. Portanto, quanto a esses imóveis, a determinação constante do subitem 9.3.2.1 se encontra PENDENTE.

Resposta ao subitem 9.2.6 do Acórdão nº 681/2003

d) Área de Vila Heliópolis

Trata-se de extensa área já retalhada e em parte alienada, conforme relato do Serviço de Logística da GEXINSS/SP - Centro.

Nesse imóvel, encontram-se instalados o Hospital Heliópolis e um Posto de Atendimento Médico.

Registra-se que sobre essa área pesam vários processos judiciais, em curso, ações em que terceiros reivindicam a propriedade da área apresentando-se com diversos títulos aquisitivos, que datam até mesmo do século XIX..

Há também em curso, três ações mais recentes e conexas sobre uma parte da área: uma Ação de Retificação de Registro; uma Ação Demarcatória e uma ação de Indenização por Desapropriação Indireta (tendo em vista que a Prefeitura do Município de São Paulo apossou-se de parte dessa área menor).

Em todas essas ações Aristides Sayão disputa com a autarquia a titularidade da área, fato que vem fazendo com que os processos se arrastem.

Esses processos, no presente, estão sendo encaminhados para a prolação de sentenças.

Com vistas a identificar as áreas remanescentes da área maior, ainda de propriedade do INSS, se faz necessária a tomada de medida judicial que, dependendo do resultado do levantamento que está sendo efetuado pelo Serviço de Logística da GEX/INSS/SP - Centro, poderá consistir em pedidos de retificação de registro da área”.

AValiação DA SFC:

Pelos esclarecimentos prestados, constata-se que a área em questão é objeto de vários processos judiciais em curso na Justiça e que o INSS ainda não concluiu o levantamento sobre quais as áreas remanescentes que são de sua propriedade. Portanto, o subitem 9.2.6 se encontra PENDENTE de regularização.

Respostas ao subitem 9.3.3.2 do Acórdão nº 681/2003

Foi apontado pelo TCU a necessidade da criação de normas internas estabelecendo explicitamente o dever de as Procuradorias acompanharem efetivamente as ações judiciais relativas ao patrimônio imobiliário, utilizando todos os recursos possíveis, visando maior celeridade nos processos. O Grupo de Trabalho relacionou as seguintes situações:

e) Conjunto Residencial Várzea do Carmo

“Trata-se de uma área de aproximadamente 200.000 m2 situada em bairro próximo ao centro da Capital.

A Procuradoria, no final de 1998, protocolou requerimento de retificação de registro de área, junto à 1ª Vara de Registros Públicos da Comarca da Capital.

(...) esta é uma área que apresenta um sem número de irregularidades a serem sanadas.

No relatório encaminhado pela auditoria desse Tribunal de Contas a essa Egrégia Corte, a Procuradoria foi apontada como responsável pela demora verificada na produção da prova pericial, determinada pelo Juízo da 1ª Vara de Registros Públicos.

Todavia, simples leitura da inicial já revela a complexidade da situação e a extensão do trabalho técnico que seria elaborado pelo Sr. Perito indicado pelo Juízo.

Anexa-se ao presente cópia do laudo preliminar apresentado pelo perito nomeado pelo Juízo, (...), que se dispôs a, se necessário for, explicar a essa Egrégia Corte as razões técnicas que o obrigaram a requerer, por sucessivas vezes, a prorrogação do prazo para a apresentação do laudo, (...).

Registra-se que, no presente, o processo se encontra na fase de citação dos interessados e confinantes para manifestação.

Assim que forem solucionadas as questões que envolvem as inúmeras interferências entre as áreas pertencentes à Prefeitura Municipal de São Paulo e ao INSS (todas identificadas no laudo); e, se obtida a retificação do registro dessa extensa área, serão então providenciados os registros das especificações dos condomínios lá existentes e serão outorgadas, a quem de direito, as escrituras definitivas das seiscentas (600) unidades residenciais que foram construídas pelo extinto IAPI. Após poderão ser tomadas as medidas judiciais com vista à indenização do INSS pelo apossamento pela Prefeitura Municipal de São Paulo de parte dessa área, para compor a malha viária (art. 82, VI e 283 do Código Civil)".

f) Praça Guilherme Kawal e adjacências

"Ação de Retificação de Área em curso perante o Juízo da 1ª Vara de Registros Públicos.

Laudo pericial já foi apresentado e o processo se encontra na fase da citação dos inúmeros confinantes e interessados.

Posteriormente, quando identificadas as áreas apossadas pela Prefeitura do Município de São Paulo, deverá ser proposta a ação de desapropriação indireta, para ressarcimento das perdas e danos sofridos pelo INSS com a instalação da praça (art. 282, VI e 283 do Código de Processo Civil)".

AVALIAÇÃO DA SFC:

Verifica-se que, embora as justificativas apresentadas relatem a complexidade do tratamento das questões acerca do patrimônio imobiliário do INSS, que envolvem também outras esferas governamentais, a atuação da Procuradoria, no caso específico, deve, como ressaltado pelo Tribunal de Contas da União, se pautar na busca dos elementos necessários à conclusão da questão no menor prazo possível.

Os assuntos ainda estão em fase de citação das partes envolvidas e identificação das áreas invadidas. Portanto, se encontram PENDENTES de regularização.

Conclusões a que chegou o Grupo de Trabalho

"De todo o exposto, depreende-se que é muito grande o número de imóveis de propriedade do INSS que podem ser considerados em situação irregular, nesta Capital;

Identifica-se que são muitas e de várias naturezas as providências a serem tomadas objetivando a regularização desses imóveis e que todas elas demandam muito tempo e disponibilidade de verbas;

Muitas serão as frentes de trabalho que forçosamente deverão ser abertas, com vistas a dar atendimento ao que foi determinado por esse Egrégio Tribunal de Contas da União.

Faz-se necessário, então, que sejam eleitas as prioridades, dependendo da disponibilidade orçamentária e dos interesses da Autarquia.

A este Grupo de Trabalho se afigura pequeno o número de imóveis, ainda ocupados, que são objeto de ações judiciais já em curso, e, ainda, que se deva contar com a notória morosidade do Poder Judiciário, as sentenças que serão proferidas nesses processos levarão à regularização das situações que os envolvem, bem como à indenização dos cofres da Previdência pelos prejuízos causados por terceiros que indevidamente os ocupam.

Assim, quer parecer a este Grupo de Trabalho que a etapa seguinte dos trabalhos deverá consistir na adoção das providências necessárias à regularização documental dos imóveis apontados neste relatório.

Não obstante, refoge à competência do Grupo de Trabalho eleger prioridades, porque só à Administração Superior cabe o juízo de conveniência e oportunidade, razão pela qual se informa que o presente relatório que está sendo encaminhado a essa Egrégia Corte, será encaminhado, também, por cópia, à Diretoria Colegiada do INSS, para deliberação.

(...)"

Constam como deliberações do Grupo as seguintes sugestões/providências:

"Deliberações do Grupo:

1) O Grupo de Trabalho solicitará aos Serviços de Logísticas das GEX/INSS-SP, as relações de todos os processos administrativos de financiamento de imóveis a particulares (remanescentes das extintas autarquias previdenciárias - Institutos de Aposentadoria e Pensões), que tenham sido liquidados e que não tenham sido outorgadas as escrituras definitivas, por falta de interesse dos promitentes-compradores.

Desse relato deverá constar: local da situação do imóvel (no caso do imóvel consistir em um apartamento, deverá ser identificado o Condomínio a que pertence); o nome do promitente comprador e de seu cônjuge (...) e sua qualificação, RG, CPF e último endereço, para que seja providenciada a publicação, em jornal de grande circulação, de um edital de convocação de interessados ou seus sucessores, para que providenciem a necessária documentação para a lavratura das escrituras.

Essa medida será tomada com vistas a acautelar direitos do Instituto, que vem sendo constantemente citado para responder a ações de usucapião, adjudicação compulsória e cobrança de despesas condominais, que têm por objeto imóveis que ainda permanecem registrados em nome do INSS, por desídia dos compromissários compradores.

Entende o Grupo que a só publicação já prevenirá responsabilidades do INSS.

Posteriormente, será analisada a possibilidade de ser consignada em Juízo a obrigação de outorgar as escrituras (cerca de oitocentas).

2) Encaminhar à Consultoria da Procuradoria Especializada Federal INSS em Brasília, questionamento sobre a titularidade do domínio dos imóveis em que se encontram na posse das unidades do SUS;

3) Encaminhar cópia do presente à Diretoria Colegiada do INSS para deliberação sobre as prioridades e o necessário destaque de verba suficiente à adoção das medidas necessárias à regularização dos imóveis.

4) Encaminhar cópia do presente à Superintendência do INSS/SP, para conhecimento”.

Ainda no que se refere ao atendimento das determinações contidas no Acórdão nº 681/2003 - TCU -Plenário e na Decisão nº 1.566/2002 - TCU - Plenário, foi constituído novo Grupo de Trabalho, por meio da Portaria/MPS/nº 589, de 2.6.2004, publicada no Diário Oficial da União, de 3.6.2004, com a finalidade de:

elaborar diagnóstico dos problemas relativos ao patrimônio imobiliário do INSS;

apresentar propostas para implementação de uma política administrativa de gestão do patrimônio imobiliário;

propor alterações na legislação em vigor de forma a dar maior eficácia à administração dos imóveis do INSS;

supervisionar as ações a serem implementadas referentes ao patrimônio imobiliário.

O Grupo de Trabalho, integrado por membros do Ministério da Previdência Social - MPS, do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis por períodos iguais e sucessivos, para desenvolver e concluir seus trabalhos, é composto pelos seguintes servidores: Paulo Roberto Garcia Coelho, Wilson de Castro Junior, Luiz Melo, Ana Dorinda Carballada Adsuara, José Roberto Senno, Sueli Martins de Macedo, Celeida Márcia dos Santos e Antônio Roberto de Melo.

O INSS apresentou o 2º Relatório do Grupo de Trabalho, relativo ao trimestre de junho a setembro de 2004. Foram realizadas viagens de serviço com objetivo de promover reuniões com os Superintendentes do INSS e/ou Gerentes Executivos do INSS nas capitais e no interior dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Alagoas, para recolhimento de dados e informações acerca da situação atual do patrimônio imobiliário existente.

Do Relatório destacamos alguns itens considerados importantes pelo Grupo de Trabalho para o saneamento da questão, como elaboração de diagnóstico dos problemas relativos ao patrimônio imobiliário do INSS, proposta de solução e situação atual da gestão de imóveis, conforme transcrito a seguir:

“3 - PROCESSOS ESPECÍFICOS ACOMPANHADOS DE FORMA EMERGENCIAL PELO GT IMÓVEIS:

3.1. Processo de Reforma do Prédio Xavier de Toledo em SP. Reforma da sede da Gerência Executiva do INSS São Paulo Centro, em face de determinação do Ministério Público.

3.2. Processo de Reforma do Prédio JK em Recife. Localizado em Recife, exige quantia de recurso que o INSS não tem em seu Orçamento. Procura-se solução em parceria com a Petrobrás.

3.3. Processo de alienação de imóvel do INSS (Gex-Centro-RJ) à Prefeitura do Rio de Janeiro (Secretaria Municipal de Habitação) - Ref.: Processo nº 35301.009651/2002-25.

3.4. Processos de Locação de imóveis do INSS (Gex-Centro-RJ) à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, (Processo nº 35301.002210/2004-64) e à ANCINE (SIPPS nº 14.370.405) - ambos em conclusão.

3.5. Processo de Licitação para Contratação de Empresa Legalização de Imóveis da Gex-Norte/RJ (Processo nº 37.367.000136/03-21). Supervisão.

A Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro - Norte contratou, mediante licitação, empresa especializada para efetivar o levantamento dos imóveis da Autarquia, provenientes dos antigos IAP's, já vendidos, uma vez que os conjuntos apresentam irregularidades quanto a ocupação, necessitando de regularização, assim como será estabelecida a relação atualizada dos ocupantes para regularização dominial e para fins de escritura. Essa experiência, em sendo bem sucedida, poderá ser difundida por outras gerências.

3.6. Processo de Consulta acerca de métodos de avaliação de imóvel.

Visando discutir um critério legítimo de avaliação dos imóveis para venda, o GT/MPS/Imóveis, intermediou a formulação de consulta para o Tribunal de Contas da União. Mediante Aviso dos Senhores Ministros da Previdência Social e das Cidades, foi questionada a viabilidade de se efetuar avaliação dos imóveis do INSS, pelo método involutivo e não pelo método comparativo. Realizou-se reunião com servidores do TCU, para discussão e encaminhamento, tendo saído a decisão da reunião plenária no dia 01 de setembro de 2004. A decisão foi desfavorável ao pleito do INSS, e em face disso foram opostos embargos de declaração.

3.7. Processo de Retomada do imóvel cedido ao “Tempo Glauber Rocha” - Processo nº 35.301.017.797/96-07 - SIPPS nº 1.697.773. (Ver também reportagem JB do dia 15.09.2004).

3.9. Processo de Retomada do imóvel cedido ao “Centro de Reabilitação Infantil Albano Reis” - Processo nº 35301.015491/91-01.

II - Elaboração de Diagnóstico dos Problemas Relativos ao Patrimônio Imobiliário do INSS:

1. Desinformação:

O principal problema relativo ao patrimônio imobiliário do INSS é a desinformação, ou a imprecisão das informações disponíveis. Encontra-se muito difundida a idéia de que a Autarquia dispõe de um grande número de imóveis e estima-se que esse patrimônio seja valioso. Essa premissa não é verdadeira. Em que pese os extintos Institutos de Aposentadorias e Pensões terem investido muito na aquisição de terrenos para construção de conjuntos habitacionais (década de 30 a 60), grande parte desse patrimônio dificilmente se converterá em renda, uma vez que se trata de imóveis favelizados, ou ainda invadidos, composto de áreas não demarcadas, com situação dominial irregular, onde foram construídas praças, ruas, viadutos, etc., ou ainda de prédios antigos, não conservados, de concepção construtiva e para utilização não usuais atualmente, que apesar de estarem localizados em áreas nobres envolveriam o dispêndio de somas vultosas para sua recuperação, além de imóveis cedidos a outros órgãos federais.

Acresça-se ao problema do desconhecimento acerca da situação real dos imóveis registrados em nome do INSS, uma outra informação imprecisa, que é aquela sobre seu real valor. É que os valores constantes do Inventário e do SIAFI correspondem ao valor histórico, que é atualizado monetariamente com base na Unidade Padrão de Financiamento, o que somado ao tempo longínquo de sua aquisição traz sérias distorções neste valores se comparado com a realidade.

1.1. Proposta de Solução:

A solução para o problema da desinformação acerca do real número de imóveis e de seu valor está sendo buscada pelo GT - Imóveis em duas frentes: estão sendo expedidos ofícios a todos os Cartórios de Registro de Imóveis do país com a solicitação de informação acerca dos imóveis registrados em nome daqueles antigos IAP's, INPS, IAPAS, INAMPS, e está sendo solicitado o desenvolvimento de sistema informatizado que permitirá o cadastramento desses imóveis para seu controle, já que o sistema atualmente existente encontra-se desatualizado e não atende à demanda dos gerentes.

1.2. Implantação de Sistema Informatizado

A solução para o problema da desinformação acerca do real número de imóveis e de seu valor está na implantação de um sistema informatizado de gerenciamento do patrimônio imobiliário do INSS.

1.3. Implantação de Sistema Informatizado para Gestão do Patrimônio Imobiliário. Aspectos a serem considerados.

1.3.1. A SITUAÇÃO ATUAL DA GESTÃO DE IMÓVEIS.

A análise da situação da gestão dos imóveis do INSS leva a considerar que há várias necessidades a serem supridas

de forma a obter uma gestão eficiente. Dentre os problemas destacamos:

- a) Falta uma estrutura administrativa adequada na Direção Central do INSS e nas Gerências Executivas;
- b) Faltam servidores para atender as necessidades da área de patrimônio imobiliário;
- c) Falta colocar os problemas de patrimônio imobiliário nas prioridades da Administração;
- d) Falta treinamento e formação adequadas aos servidores para atuar na administração do patrimônio imobiliário;
- e) Falta legislação adequada para reger a atividade de patrimônio imobiliário;
- f) Faltam normas adequadas;
- g) Falta Procuradores Federais voltados ao atendimento dos problemas relacionados com o patrimônio imobiliário;
- h) Falta recursos orçamentários para as ações administrativas necessárias a área de patrimônio imobiliário;
- i) Falta controle de todos os dados relacionados aos imóveis - exemplos: documentação dominial atualizada, controle das ações na justiça sobre os imóveis; banco de dados das obras e manutenções incidentes sobre o imóvel; custo de manutenção da administração por imóvel; valor atual de mercado do imóvel etc.;
- j) Falta de visibilidade dos imóveis por parte do administrador (exemplos: falta um sistema que contenha fotos, geo-processamento, etc. para identificação dos imóveis);
- k) Falta um sistema de gestão informatizado.

1.3.2. SISTEMA INFORMATIZADO PARA A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Os órgãos de controle (Auditoria Interna do INSS, Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União, Ministério Público, etc) vem sistematicamente solicitando providências ao INSS de forma a implementar correções às disfunções relacionadas ao patrimônio imobiliário, orientando para uma gestão mais eficiente. Tal eficiência depende de: recursos orçamentários, reestruturação administrativa do INSS adequada para a área de patrimônio imobiliário, concurso público de forma a suprir a administração da área de servidores, elaboração de leis e normas mais adequadas, instrumentos estes que permitiriam desenvolver uma gestão mais apropriada ao setor de imóveis condizentes com o tamanho do Instituto, cuja rede de atendimento deve estar por todo o Brasil atendendo a toda a população brasileira, visto que todos irão algum dia procurar o INSS.

A contratação de um sistema de gestão informatizado ao patrimônio imobiliário, neste contexto, é ferramenta imprescindível a Administração, mas, numa Administração moderna, não se pode deixar de integrar tal ferramenta de forma modular num sistema maior da Administração da

área de suporte do Instituto (logística ou administração). Portanto propomos que tal sistema informatizado para a área do patrimônio imobiliário faça parte de um sistema para a área de Logística do INSS. Nele deverá ser previsto um módulo para a Gestão do patrimônio imobiliário, conectado com módulos sobre: almoxarifado, manutenção predial e obras, gestão dos prédios das Agências, Sedes e Arquivos, compras, serviços, equipamentos e SIAFI. Não o bastante, deverá também tal sistema possibilitar interligação com sistemas contábeis, sistemas da Procuradoria Especializada e até da área de arrecadação, naquilo que for de interesse mútuo.

1.3.3. ELEMENTOS A SEREM CONSIDERADOS PARA O SISTEMA INFORMATIZADO PARA A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Na contratação ou desenvolvimento de um sistema informatizado de gestão do patrimônio imobiliário deverá ser considerado, os aspectos aqui já abordados anteriormente, e também considerar:

- a) Administração centralizada em relação a todos os assuntos dos imóveis do Instituto com módulos descentralizados para as Gerências Executivas;
- b) Uniformização dos dados constantes dos sistemas de informações existentes;
- c) Existência de sistemas de informações em áreas diferentes do Instituto, jurídico, contabilidade, patrimônio. Observar os Sistemas não integrados e que não são compatíveis entre si;
- d) Existência de vários sistemas pouco automatizados para controle das informações, com intensa necessidade de movimentação de formulários em papéis, burocratizando e tirando a agilidade do fluxo de trabalho;
- e) A qualidade das informações cadastradas nos diversos banco de dados e a segurança quanto a consistência dos dados, bem como a garantia de que todos os itens estão cadastrados no sistema;
- f) Realização de testes de consistência para checagem de eventuais lacunas de dados;
- g) Cumprimento de compromissos, eliminando: perda de prazos, insegurança quanto a gestão da rotina administrativa dos contratos, contas e outros eventos relacionados aos imóveis;
- h) Medidas de desempenho e performance uniformizadas para a carteira, possibilitando a comparação entre os imóveis e a avaliação em um base regular.

Os problemas relacionados com o patrimônio imobiliário exigem a implantação de um modelo de gestão, ressaltando aplicação às efetivas necessidades e finalidades do trabalho. Deve abordar também:

- a) uma demanda de curto prazo para organização de informações existentes em áreas diversas, unificando esta base de dados e cadastrando em um sistema de informações integrado;

- b) uma necessidade de curto prazo de execução de inventário físico, avaliação, diagnóstico de mercado, regularização e análise econômico-financeiro destas propriedades;
- c) uma estratégia de médio e longo prazo de estruturação de um Modelo de Gestão, definindo metodologia, critérios e procedimentos para administração deste patrimônio;
- d) definição das formas e necessidades de utilização dos imóveis para uso do próprio Instituto.

Como objetivo principal deve o INSS administrar seus imóveis, bem como todos os vínculos acessórios, de forma competente e alinhada com a filosofia da alta administração, considerando que a execução deverá ser efetuada por profissionais especializados, contudo com adequação da estrutura interna e conseqüentemente custo-benefício adequados.

(...)

1.4 ESTRUTURA PRECÁRIA.

O gerenciamento do patrimônio imobiliário do INSS é ainda dificultado pela falta de estrutura, de número reduzido de pessoal, de falta de especialização, de falta de recursos orçamentários.

1.4.1. PROPOSTA PARA RE-ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO E ENGENHARIA NO ÂMBITO DO INSS

As áreas de Engenharia e Patrimônio Imobiliário encontram-se totalmente desestruturado desde a implantação da nova Estrutura no INSS por volta de 1998/1999 (houve uma transição nesse período).

Tal nova estrutura à época foi elaborada pelo Ministério, sem participação de qualquer servidor que tenha trabalhado ou conhecia a área de Engenharia e Patrimônio. Naquela época utilizou-se a premissa de que a área meio seria terceirizada. O equívoco da premissa, sem participação de quem conhecia a área, foi que as atividades da área já eram terceirizada naquilo que a Lei permite, ou seja: na execução de serviços e obras – que são feitas mediante contratação por licitação para execução por terceiros – execução indireta da Administração nos termos da legislação. O que restou ao INSS, e que não pode ser terceirizado (conforme decisões do TCU e previsões legais), é a normatização das atividades da área e a contratação e fiscalização dos serviços – atividades típicas de Estado.

Até 1998 havia uma área de Patrimônio Imobiliário e Engenharia estruturada no âmbito da Direção Geral (assim estabelecida: Uma Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio e 5 (cinco) Divisões de Engenharia e de Administração do Patrimônio) e das Superintendências Estaduais do INSS, com aproximadamente 150 Engenheiros e Arquitetos e mais 250 servidores na área de Patrimônio Imobiliário em todo o Brasil. Na Direção Geral tinha 65 servidores nas áreas de Engenharia e Patrimônio. Como exemplo podemos citar que na Direção Geral do INSS tinha

uma Divisão de Administração do Patrimônio Imobiliário com 15 servidores e contratados (com três Sistemas Informatizados em pleno funcionamento), o que a partir da reestruturação do INSS feita em 1999 foi reduzido para apenas 6 servidores e não há servidor ou área estruturada nas Gerências Executivas (não havendo nenhum sistema informatizado), o que dificulta a gestão e obtenção de informações, daí a necessidade de prazo maior para que possamos obter e consolidar as informações requisitadas pelos Órgãos de controle. Atualmente, apesar de não haver Regimento Interno, cumpri-se às determinações do Decreto nº 4.688, de 07.05.03, que aprovou a estrutura regimental e dá outras providências ao INSS. Com a fusão das áreas técnicas de Engenharia, Patrimônio e a complexidade dos Serviços Gerais, geraram uma agregação das várias atividades dentro de uma única Seção e conseqüentemente uma generalização de tarefas, tendo que priorizar umas em favor de outras, na maioria das vezes deixa-se de cumprir imposições legais por falta de servidor que possam implementá-las, com isso enfrentamos grande dificuldades na execução das tarefas, somando-se a falta de servidores: a falta de incentivos, a desatualização de normas, a falta de capacitação de servidores, em face de indisponibilidade de treinamento na área, abrangendo toda a legislação, normas internas do INSS, Decisão do TCU, Secretaria Federal de Controle Interno, Normas Técnicas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, do INMETRO, Normas Regulamentadoras do MTb, etc. - sendo um total de mais de 350 (trezentos e cinquenta) normas e leis.

É imprescindível que seja revista de imediato a atual Estrutura na área de Logística, visto a necessidade de primar os bens públicos com dedicação e responsabilidade. É importante salientar que o INSS possui aproximadamente 20.000 financiamentos imobiliários e ainda mais 5.133 imóveis (estimado contabilmente em 2,9 bilhões de reais), dos quais boa parte desse patrimônio carece de regularização de documentação dominial, reintegração de posse, reformas e conservações dos mesmos. É inconcebível que na imensidão da quantidade de imóveis ainda haja necessidade de manter 303 imóveis locados de terceiros, onerando ainda mais os cofres públicos. A rede do INSS tem mais de 1200 prédios, mais de 600 centrais telefônicas, mais 50 elevadores, rede lógica espalhada por todo Brasil, equipamentos de ar condicionado em quase todos os prédios, instalações prediais, de elétrica, de água e esgoto, instalações telefônicas etc. É inconcebível que com uma gama de tarefas, na maioria inadiável, com prazo para cumprimento, existam ainda: falta de conhecimento na execução, ausência de conhecimento e de pessoas qualificadas para implementar a legislação, falta de

treinamentos, falta de recursos orçamentários para concluir serviços. Todos estes fatores contribuem negativamente à Administração, radiografando a situação real do retalhamento da área meio de forma inconcebível ao Bem Público”.

(...)

6. DESIMOBILIZAÇÃO - alienações de imóveis

Como resultado das pressões sociais pela resolução dos problemas do patrimônio imobiliário do INSS foi editada a Lei nº 9.702/98 que autorizou o INSS a alienar os seus imóveis desnecessários e não operacionais, bem como determinou regularização das ocupações. Também o Tribunal de Contas da União, recentemente, por meio do Acórdão 681/2003 de seu Plenário recomendou que o INSS regularizasse a situação do seu patrimônio em poder de terceiros. Assim, em princípio, em cumprimento às determinações do TCU a prioridade a ser dada pelo GT seria a ação de alienação de imóveis não operacionais, cuja manutenção onera a máquina administrativa com despesas de vigilância, conservação, impostos, taxas, etc. Todavia, há muitos entraves à alienação dos imóveis não operacionais, tais como: necessidade de regularização cartorial, necessidade de retificação de área, necessidade de discussão acerca dos critérios de avaliação dos imóveis, pela CEF, que em alguns casos trazem valores superiores ao de mercado, desconsiderando o estado de conservação em que se encontram, etc. Atualmente já se encontra em avaliação na CAIXA, após aprovação pela Diretoria Colegiada do INSS, 1073 imóveis para alienação nos próximos 6 meses.”

Em resposta a Solicitação de Auditoria nº. 153860-26/2004, o INSS encaminhou o Ofício nº 1.244/INSS/DCGAB, de 25.11.2004, anexando o Memorando nº 1160/DGPAI/CEPAI/INSS, de 23.11.2004, informando que:

“Concernente à Solicitação de Auditoria nº 153860-26/2004, formulada pela Secretaria Federal de Controle Interno - SFC, passamos a informar os itens contidos na Solicitação em comento, obedecendo a ordem dos itens identificados, conforme pronunciamentos subseqüentes:

Relativo ao item 1 - os controles mantidos por este Instituto dos registros oficiais dominiais são efetuados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário - SGPI, sob a responsabilidade das Gerências Executivas, e os controles financeiros são efetuados pelo sistema “on-line” SIAFI;

Relativo ao item 2 e 3 - com a finalidade de orientar as Gerências Executivas, esta Divisão emitiu os expedientes, conforme cópias a seguir em anexo: Memorando Circular DGPIM/CGLOG nº 36/2003, Memorando Circular DGPIM/INSS nº 37/2003, Memorando Circular DGPIM/INSS nº 44/2003, Memorando Circular DGPIM/INSS nº 47/2003, Publicação no Diário Oficial da União - DOU nº

94, de 19.5.2003, Memorando Circular DGPIM/INSS nº 60/2003, Memorando Circular CGLOG/DGPIM/INSS nº 015/2004, Memorando Circular CGLOG/DGPIM/INSS nº 17/2004, Memorando Circular CGLOG/DGPIM/INSS nº 18/2004 e Memorando Circular DGPIM/INSS nº 56/2004; e Relativo ao item 4 - com a finalidade de orientar as Gerências Executivas, esta Divisão emitiu Memorando Circular DGPIM/INSS nº 83/2003, cópia em anexo. (...)."

Foram anexados ao Memorando nº 1160/DGPIM/CEPAI/INSS, de 23.11.2004, os seguintes documentos:

Portaria MPS nº 589, de 2.6.2004, constituindo Grupo de Trabalho para diagnosticar problemas, apresentar propostas, propor alterações na legislação vigente e supervisionar as ações a serem implementadas referentes ao Patrimônio Imobiliário do INSS.

Memorando-Circular DGPIM/INSS nº 56, de 28.9.2004, destinado a todas as Gerências Executivas e Serviço/Seção de Logística e todas as Superintendências, solicitando preenchimento do formulário "Cadastro de Imóveis" com informações de imóveis que necessitam de cadastramento no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário - SGPI.

- 1º Termo de Ocupação, em cessão de uso, com permuta de áreas entre o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e o Banco do Brasil S/A, firmado em 10.6.1999, indicando as áreas físicas de propriedade do INSS cedidas ao Banco do Brasil em permuta de uso
- Memorando-Circular DGPIM/CGLOG nº 36, de 6.5.2003, destinado à Superintendência, Gerência Executiva, Coordenação-Geral de Apoio à Diretoria Colegiada, Serviço/Seção de Logística da GEX, reiterando orientações sobre locações de imóveis.
- Memorando-Circular DGPIM/INSS nº 37, de 6.5.2003, destinado à Superintendência, Gerência Executiva, Coordenação-Geral de Apoio à Diretoria Colegiada, Serviço/Seção de Logística da GEX, estabelecendo orientações referentes ao Patrimônio Imobiliário.
- Memorando-Circular DGPIM/INSS nº 44, de 28.5.2003, destinado aos Superintendentes, Gerentes Executivos e Chefes dos Serviços ou Seções de Logísticas do INSS, referente a orientações sobre financiamentos imobiliários de processos anteriores a 1990 (liberação de minuta de escritura definitiva e liberação de hipoteca dos financiamentos imobiliários concedidos pelos extintos Institutos de Aposentadorias).
- Memorando-Circular nº 47/DGPIM/INSS, de 2.6.2003, destinado aos Superintendentes, Gerentes Executivos, Coordenador-Geral de Apoio à Diretoria Colegiada e Chefes de Serviço/Seção de Logística, reiterando orientações anteriores referentes aos procedimentos

visando manter cadastro atualizado dos bens imóveis; procedimentos visando à regularização de imóveis de propriedade do INSS; procedimentos comuns para Regularização de Conjunto Residencial dos antigos Institutos de Aposentadorias e Pensões; e procedimentos de Cadastro de imóveis em uso por Unidade de Serviço do INSS (próprios, locados e outros).

- Relação de Gerências que não enviaram dados sobre Cadastro de Imóveis em uso pelo INSS (próprios e locados)
- Memorando-Circular DGPIM/INSS nº 60, de 10.7.2003, destinado à Superintendência, Gerência Executiva, Serviço/Seção de Logística das Gerências Executivas do INSS, reiterando solicitação de imóveis para desmobilização e orientações.
- Memorando-Circular DGPIM/INSS nº 083, de 5.8.2003, destinado à Superintendência, Gerência Executiva, Serviço/Seção de Logística das Gerências Executivas do INSS, orientando a fiscalização do patrimônio imobiliário e prevenção contra turbção de posse nos imóveis do INSS.
- Memorando-Circular CGLOG/DGPIM/INSS nº 015, de 1.4.2004, destinado às Gerências Executivas, Serviços/Seções de Logísticas e Superintendências do INSS, determinando que nas alienações de imóveis sejam cumpridos todos os quesitos normativos previstos na RS/INSS/PR 370/96, submetendo a respectiva minuta de edital ao exame da Procuradoria Especializada.
- Memorando-Circular CGLOG/DGPIM/INSS nº 17, de 8.4.2004, destinado às Gerências Executivas, Serviços/Seções de Logísticas e Superintendências do INSS, reiterando que deve ser observada na permuta de imóveis a Resolução INSS nº 168, de 23.6.1993 e para Aviso de Procura de Imóveis a OI/INSS/DOFL nº 11/2002.
- Memorando-Circular CGLOG/DGPIM/INSS nº 18, de 8.4.2004, destinado às Gerências Executivas, Serviços/Seções de Logísticas e Superintendências do INSS, com orientações sobre Permutas de Imóveis e Locação de Imóveis.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes	Coordenador-Geral de

	Lima	Orçamento, Finanças e Contabilidade
--	------	-------------------------------------

AVALIAÇÃO DA SFC:

Em que pese as considerações e conclusões apresentadas pelo Gestor, bem como as reiteradas orientações dirigidas às Unidades do INSS, o assunto permanece PENDENTE de regularização.

Entendemos que o patrimônio imobiliário do INSS carece de atenção especial por parte da Administração, não podendo se admitir ausência ou dificuldade na obtenção de informações quanto a sua real situação, seja pela inexistência de documentos comprobatórios do registro de propriedade ou pela falta de acompanhamento de processos em andamento na Justiça e de pendências judiciais envolvendo o Instituto, que decerto deverão ser resolvidas.

Verifica-se que o INSS não possui controles eficazes sobre os imóveis recebidos em dação de pagamento de débitos previdenciários, que poderiam ser objeto imediato de alienação, bem como de suas respectivas documentações dominiais. As orientações internas não vêm sendo cumpridas adequadamente, o que pode ser resultante da ausência de monitoramento e acompanhamento das determinações e do estabelecimento de sanções administrativas.

Entendemos, também, que as ações relativas à regularização das situações apontadas são prioritárias e de interesse da Autarquia, independentemente da disponibilidade orçamentária e da alegada carência de recursos humanos."

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria de Orçamento, finanças e Logística adote todas as medidas necessárias para atendimento das determinações do TCU, bem como adote providência para apurar responsabilidades pelo não cumprimento das mesmas.

4.1.1.22 CONSTATAÇÃO:

Ausência de informação e/ou de providências pelo INSS relativas a determinações do TCU.

Acórdão 1495/2004-Plenário - Gestão de ativos imobiliários do INSS em cumprimento do artigo 96 da Lei nº 10.707/2003 (LDO de 2004) e em cumprimento ao item 9.5.4 do Acórdão nº 681/2004 - Plenário.

Trata o presente Acórdão da obtenção de informações sobre a gestão de ativos imobiliários da Autarquia. Como resultado, levantou-se a seguinte situação: precariedade da gestão dos

imóveis, ausência de dados que permitam à administração central conhecer a real situação de todos os imóveis, atendimento insatisfatório dos sistemas informatizados, falta de fidedignidade dos dados, ausência de rotina de fiscalização do patrimônio imobiliário, existência de dúvidas sobre a propriedade de alguns imóveis, e despesas com manutenção e conservação registradas indevidamente no Siafi pela totalidade.

Em consequência o TCU acordou o seguinte:

"9.1. informar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, em atenção ao art. 96 da Lei nº 10.707/2003, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2004, os seguintes resultados da auditoria realizada no corrente ano para avaliar a gestão dos ativos imobiliários do Instituto Nacional do Seguro Social:

9.1.1. atualmente, o INSS possui patrimônio imobiliário de 5.133 imóveis, dos quais são 1.605 terrenos, 745 salas e escritórios, 130 glebas e fazendas, 769 edifícios, 1041 casas e apartamentos, 27 armazéns e silos e 816 outras unidades;

9.1.2. desses imóveis, 1598 são classificados como bens de uso especial (983 operacionais, 247 de reserva técnica e 368 funcionais) e 3.535 como bens dominicais, conforme inventário de bens imóveis da autarquia do exercício de 2003;

9.1.3. referidos imóveis contabilizaram, no exercício de 2003, o valor de R\$ 2.948.363.566,90 (dois bilhões, novecentos e quarenta e oito milhões, trezentos e sessenta e três mil, quinhentos e sessenta e seis reais e noventa centavos), segundo o inventário de bens imóveis do exercício de 2003;

9.1.4. o registro dos valores contábeis dos imóveis do INSS é realizado de acordo com o previsto no inciso II do art. 106 da Lei 4.320/64, em razão do qual, anualmente, esses valores são atualizados com base na Unidade Padrão de Financiamento (UPF), e não com base nos preços de mercado;

9.1.5. a reavaliação do valor dos imóveis do INSS é feita quando da alienação, procedimento esse que tem sido realizado pela Caixa Econômica Federal, com a qual a autarquia firmou contrato para tal, segundo normas específicas, razão pela qual não está disponível a relação dos imóveis com valores atualizados a preços de mercado;

9.1.6. as despesas de conservação e de manutenção dos imóveis do INSS no exercício de 2003 (incluídas as despesas com limpeza) foram de R\$ 54.858.886,67, constantes das contas contábeis 3.3.3.9.0.30.24 - Material p/ manutenção de bens imóveis, 3.3.3.9.0.36.22 - Manutenção e Conserv. de Bens Imóveis, 3.3.3.9.0.37.04 - Manutenção e Conserv. de Bens Imóveis, 3.3.3.9.0.39.16 - Manutenção e Conserv. de Bens Imóveis, 3.3.3.9.0.36.25 - Serviços de Limpeza e Conservação, 3.3.3.9.0.37.02 -

Limpeza e Conservação e 3.3.3.9.0.39.78 - Limpeza e Conservação;

9.1.7. as despesas de locação de imóveis de terceiros pelo INSS no exercício de 2003 foram de R\$ 17.878.407,90;

9.1.8. os valores correspondentes à receita de locação de imóveis no exercício de 2003 foram de R\$ 3.654.376,36;

9.1.9. no tocante à avaliação da gestão dos ativos imobiliários, este Tribunal pronunciou-se sobre o tema nos Acórdãos 112/2004 - Segunda Câmara, 681/2003 e 682/2003 - Plenário e nas Decisões 206/2002 - Primeira Câmara, 243/2000 - Plenário, 619/1999 - Plenário, 244/2000 - Segunda Câmara, 308/1998 - Primeira Câmara, 295/2002 - Plenário e 1.566/2002 - Plenário;

9.2. com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento interno, determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que:

9.2.1. mantenha este Tribunal informado, a cada 90 dias, sobre o andamento e os resultados das atividades do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria MPS nº 589, de 02/06/2004, encaminhando também os relatórios que forem produzidos pelo referido grupo;

9.2.2. ultime a aprovação, caso ainda não tenha sido efetivada, do plano de aplicação dos recursos da Ação nº 2.300, informando posteriormente este Tribunal;

9.2.3. caso não tenha realizado, adote providências com vistas a implementar a proposta apresentada na Nota Técnica PFE/INSS/CGMADM/DPIM nº 10/2004, a fim de agilizar o cumprimento ao item 9.3.1 do Acórdão 681/2003 - Plenário, mantendo este Tribunal informado nas próximas contas da autarquia;

9.2.4. avalie, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, a possibilidade da criação de contas contábeis específicas no SIAFI, tantas quanto preciso, para o registro das transações afetas ao patrimônio imobiliário do INSS, haja vista a necessidade da completa separação de receitas e despesas vinculadas aos bens dominicais das vinculadas aos bens de uso especial;

9.3. com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno, recomendar ao Diretor-Presidente do INSS que submeta proposta de regimento interno da autarquia ao Ministro da Previdência Social com vistas ao cumprimento do disposto no art. 4º do Decreto nº 4.668/2003;

9.4. determinar à ADFIS que inclua no Plano de Auditoria relativo ao 2º semestre de 2005 a realização de acompanhamento do andamento e dos resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo constituído pela Portaria MPS nº 589, de 02.06.2004;

9.5. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, ao Ministério da Previdência Social, ao Instituto Nacional do Seguro Social, aos senhores Paulo Roberto Garcia Coelho e Wilson de Castro Junior,

Coordenador-Titular e Coordenador-Substituto, respectivamente, do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria MPS nº 589, de 02.06.2004, e com vistas a subsidiar a elaboração do parecer prévio sobre as Contas do Governo do exercício de 2004, à Secretaria de Macroavaliação Governamental."

Visando verificar as providências adotadas pelo INSS para atendimento do referido Acórdão, emitimos, em 12.04.2005, a SA nº 160221-07.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não houve apresentação de justificativa.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Cantídio de Freitas Mundim Neto	Coordenador-Geral de Logística
287.351.101-04	Antonio José Soares Cavalcante	Coordenador-Geral de Logística
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

AVALIAÇÃO DA SFC:

O gestor não havia se manifestado sobre o item "3" da SA, referente a esta matéria. Portanto, o assunto permanece PENDENTE de regularização.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística encaminhe as informações das providências adotadas, bem como os motivos do não atendimento tempestivo das determinações emanadas pelo TCU.

4.1.1.23 CONSTATAÇÃO:

Ausência de informação quanto ao andamento dos processos na Justiça pela Procuradoria-Geral no INSS.

Acórdão 1568/2004-Plenário - Possíveis irregularidades no cálculo de aposentadorias de servidores

Refere-se o presente Acórdão a possíveis irregularidades praticadas no âmbito do INSS referentes a alteração do cálculo de aposentadorias de servidores em cumprimento a determinação do TCU,

sob alegações dos recorrentes de descumprimento das liminares concedidas.

Consta no Relatório do Ministro Relator a seguinte informação:

"Trata-se de denúncia referente ao descumprimento, por parte da chefe da Divisão de Recursos Humanos do INSS em Recife/PE, de decisões judiciais transitadas em julgado. À denúncia inicial (fls. 04/07), foi acrescentada outra de igual teor (fls. 01/03-v.2), referindo-se ao descumprimento, pela mesma responsável, de outras decisões semelhantes, relativas a outros servidores aposentados.

As decisões a que se referem os documentos de denúncia são liminares concedidas em mandados de segurança impetrados por servidores aposentados do INSS contra atos administrativos da chefe de recursos humanos do INSS/PE que alteraram a forma de cálculo de seus proventos. De se esclarecer que essa alteração da forma de cálculo dos proventos foi determinada por decisão deste Tribunal de Contas da União para um caso específico e estendida, pelo INSS, a todos os servidores que se encontravam em igual situação. Os impetrantes dos mandados de segurança, servidores aposentados atingidos pela correção do cálculo dos proventos, questionavam não a legalidade da alteração em si, mas a falta de processo administrativo para justificar a alteração do cálculo e a não-concessão do amplo direito de defesa.

Segundo o denunciante, passados oito anos da concessão das liminares, as obrigações judiciais ainda não teriam sido adimplidas, apesar de o Juiz Federal ter fixado, nos dois mandados de segurança, multas contra o INSS nos valores diários de R\$ 500,00 e de R\$ 200,00, até a efetiva implantação das medidas determinadas.

Como os fatos denunciados findavam-se no contexto da Superintendência do INSS no Estado de Pernambuco, este processo era da alçada da Secex/PE, e lá tramitou até 26/8/2003.

Conforme ressaltou o senhor diretor da 1ª DT da Secex/PE no despacho de fls. 134/136, aquela Secretaria inicialmente, ao invés de investigar as razões de descumprimento das decisões judiciais, centrou seus trabalhos em questionamentos sobre a atuação dos procuradores do INSS/PE. Segundo o senhor diretor, para o cumprimento das sentenças prolatadas no provimento dos mandados de segurança, seria necessária a criação de uma rubrica própria, o que só poderia ser feito na Direção Geral do INSS. Mencionou no referido despacho a existência nos autos de documentos que comprovam esse entendimento.

Alegou ainda que não há elementos que comprovem o comportamento desidioso de procuradores do INSS/PE e que, no âmbito do INSS/PE, foram instaurados processos administrativos com vistas à regularização do feito.

Acrescentou ainda o diretor da Secex/PE que o cumprimento das decisões judiciais - cuja desatenção originaram a presente denúncia - carece de medidas próprias da Direção Geral do INSS, e opinou no sentido de que estaria excluída a competência daquela Secex para a análise da matéria."

Em resultado o TCU acordou o seguinte:

"9.1 conhecer, com fulcro no art. 53, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a presente Denúncia para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2 determinar ao INSS que, nas prestações de contas futuras, informe este Tribunal sobre o andamento dos processos nos 94.0014025-8 e 94.0014006-1, em tramitação na 6ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco;

9.3 retirar a chancela de sigilo dos presentes autos, mantendo-a somente quanto à autoria; e

9.4 apensar este processo à prestação de contas do INSS, exercício de 2004."

Em virtude do contido no subitem 9.2 do referido Acórdão, emitimos, em 22.04.2005, a SA nº 160221-21, solicitando informações sobre o andamento dos processos 94.0014025-8 e 94.0014006-1, em tramitação na 6ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não houve apresentação de justificativa.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS

AVALIAÇÃO DA SFC:

A Solicitação de Auditoria nº 160221-21 foi encaminhada à Procuradoria Federal Especializada em 22.04.2005, com prazo para resposta até 27.04.2005, entretanto, até o fechamento deste relatório, o gestor não havia se manifestado sobre o item "5" da SA, referente a esta matéria. Portanto, o assunto permanece PENDENTE de regularização.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Procuradoria-Geral do INSS encaminhe as informações sobre as providências adotadas e andamentos dos processos em questão, que estão em tramitação na 6ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

4.1.1.24 INFORMAÇÃO:

ACÓRDÃO nº 1.686/2004 - TCU - 2ª Câmara (TC nº 006.386/2003-3) - Permuta de imóvel por prédio a ser construído. Dispensa indevida de licitação. Rejeição das razões de justificativa. multa e determinações.

Em relação ao Acórdão em referência, foi determinado pelo Tribunal de Contas da União o que segue:

"(...)

9.5. determinar ao INSS que passe a observar os parâmetros do Sinapi/CEF como referência de custos unitários de materiais e serviços de obras, conforme vem sendo estabelecido nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, desde 2002 (art. 93 da Lei nº 10.524, de 25/07/2002 e art. 101 da Lei nº 10.707, de 30/07/2003);"

Durante os trabalhos de auditoria de acompanhamento de gestão, o gestor informou que houve abertura do processo nº 35000.000996/2003-99, com a finalidade de contratar os serviços SINAPI para atender as necessidades do INSS. Porém, quando de sua tramitação normal, descobriu-se que a forma de contratação dos serviços via convênio não era possível. Por isso, necessitou-se do cancelamento do citado processo e abertura de outro, que se encontrava em fase de licitação, com o nº 35000.001678/2004-26 com a mesma finalidade.

Com o intuito de verificar o andamento do assunto, emitimos, em 12.04.2005, a Solicitação de Auditoria nº 160221-10.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício nº 053/CGLOG/INSS, de 13.04.2005, a Coordenação-Geral de Logística informou que está sendo providenciada a aquisição do acesso ao SINAPI da Caixa Federal, mediante o processo nº 35000.002026/2004-17, o que proporcionará a observância dos seus parâmetros, como referência de custos unitários de materiais e serviços de obras.

AValiação DA SFC:

Verifica-se que as providências encontram-se em andamento, devendo a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística informar a esta SFC a efetiva adoção do SINAPI, como referência de custos unitários de materiais e serviços de obras.

4.1.1.25 INFORMAÇÃO:

TC nº 014.605/2004-4 (SIGILOSO) - TCU 4ª SECEX - Denúncia versando sobre possíveis fragilidades nas Guias de Previdência Social - GPS.

Sobre a denúncia acerca de possíveis fragilidades nas GPS, o TCU determinou o que segue:

- "a) que informe se tem conhecimento da ocorrência de anomalia no procedimento ou no recolhimento da GPS, de forma que em alguns pagamentos as verbas devidas ao INSS são creditadas a terceiros (FNDE, Incra, Senac, Sesc, Senai, Sebrae, DPC, Faer, Senar, Sest, Senat e SESCOOP), a exemplo dos casos a seguir;*
- b) que informe se tem notícia de ocorrência de GPS pagas na data do vencimento em que os valores devidos a terceiros são creditados ao INSS na forma de juros e multas, conforme exemplos contidos no quadro a seguir;*
- c) em caso afirmativo para os itens anteriores, que informe as causas dessas anomalias e as providências adotadas para corrigir as anomalias já identificadas e para prevenir novas ocorrências, incluindo eventuais solicitações à Dataprev, e que informe ainda se existem estudos com vistas a modificar a GPS, no sentido de não mais permitir pagamentos a entidades distintas em uma única guia."*

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Durante os trabalhos de acompanhamento de gestão, o INSS informou que:

"O documento traz duas tabelas em que foram relacionadas 62 (sessenta e duas) guias para ilustrar as irregularidades apontadas. A primeira delas contém 50 (cinquenta) guias, em relação às quais sustenta o Tribunal que há anomalias no preenchimento ou no recolhimento das GPS, de forma que em alguns pagamentos as verbas devidas ao INSS são creditadas a terceiros (FNDE, Incra, Senac, Sesc, Senai, Sesi, Sebrae, DPC, Faer, Senar, Senat e SESCOOP).

Deve-se esclarecer, de início, que as consequências de tais "anomalias" atingem igualmente o INSS e os terceiros, ora prejudicando um, ora outro. Providências no sentido de resolver o problema já estão sendo conduzidas, como restará demonstrado.

Verificando-se as guias no sistema (planilha anexa fls. 6 a 10) constatou-se que, em relação a algumas delas, não

ocorreram as irregularidades apontadas, ou o contribuinte já providenciou o ajuste necessário.

Relativamente às guias cujos valores do campo 9 (terceiros) foram recolhidos ao INSS a título de acréscimos legais, observou-se igualmente que, em relação a algumas delas, o fato não se verificou, ou o contribuinte já providenciou o ajuste necessário, como se vê do quadro 2, abaixo. Neste ponto cabe registrar que, já a partir do próximo mês, os sistemas da rede arrecadadora não mais permitirão a ocorrência desse tipo de erro.

Questiona, por fim, em caso afirmativo para os itens anteriores, "...as causas dessas anomalias e as providências adotadas para corrigir as anomalias já identificadas e para prevenir novas ocorrências, incluindo eventuais solicitações à Dataprev, e que informe se existem estudos com vistas a modificar a GPS, no sentido de não permitir pagamentos a entidades distintas em uma única guia." As "anomalias" apontadas na amostra tabulada podem ter como causa o preenchimento da GPS pelo contribuinte (em desconformidade com as informações da GFIP), ou sua digitação incorreta (banco, empresa, caixa eletrônico, internet), ora invertendo os campos, ora alterado os valores internos sem modificar o total da guia.

O processamento das guias pela rede arrecadadora obedece a um protocolo firmado com a FEBRABAN, o qual, embora dotado de rigidez suficiente para garantir o repasse efetivo dos valores arrecadados, vem passando por sucessivas emendas no sentido de impedir a ocorrência de irregularidade tais quais as apontadas na amostra. Exemplo disso é a alteração que entrará em vigor a partir de novembro, pela qual não será possível incluir acréscimos legais em GPS liquidada até a data de vencimento, impedindo, assim, que os valores de terceiros (campo 9) sejam lançados no campo 10 a título de acréscimos legais.

A inserção de outros "filtros" e "críticas" nos sistemas, embora possam representar maior segurança e confiabilidade na distribuição dos valores arrecadados, nem sempre são viáveis tecnicamente, levando-se em conta o padrão médio de desenvolvimento tecnológico do contribuinte, especialmente os que se encontram longe dos grandes centros urbanos.

Por outro lado, a Previdência experimentou nos últimos cinco anos grandes saltos tecnológicos, tanto no controle da arrecadação quanto na qualidade dos procedimentos de auditorias fiscais e de concessão e manutenção de benefícios previdenciários. Deve-se ressaltar que os sistemas de monitoramento, de cobrança automática resultante do batimento GFIP x GPS e outros instrumentos de controle é que permitem a identificação de irregularidades como as apontadas no documento.

A atual forma de processamento de guias, no âmbito da Previdência, será substituída, já a partir do início do

próximo ano, pelo novo programa de apropriação de receitas previdenciárias e de terceiros, desenvolvido pela DATAPREV a partir de regras estabelecidas pelo INSS, que representará também significativo, principalmente sob o aspecto de segurança na distribuição dos valores recolhidos (...) " Por meio da Solicitação de Auditoria nº 160221-11, datada de 12.04.2005, solicitamos ao gestor informações sobre possíveis alterações no processamento das guias GPS."

Em 05.05.2005, por meio do Ofício nº 05/SRP-DARP, o Coordenador-Geral de Administração da Receita Previdenciária apresentou a seguinte justificativa:

"Com relação ao item "a", já houve encaminhamento da solução, a qual consiste na emenda 11.8 ao protocolo da rede bancária, que orienta o recebimento da GPS. Pela regra disposta naquela emenda, não será mais possível a liquidação de guias com acréscimos legais indevidos, ou seja, guias pagas até o vencimento com valores no campo de acréscimos (campo 10) e sem valores no campo 9 (outras entidades).

Com relação ao item b, Já houve solicitação à DATAPREV e esta já desenvolveu aplicativo que permitirá a identificação e mapeamento de ocorrências semelhantes às apontadas. Tais ocorrências se devem, principalmente, a erros cometidos pelo contribuinte no momento de preencher a guia de recolhimento. Sendo assim, os resultados práticos oriundos desse aplicativo dependem de ações efetivas das linhas de Arrecadação e Fiscalização, o que está sendo conduzido no ritmo adequado."

Com relação ao item c, durante os trabalhos de acompanhamento de gestão, o INSS informou que "Relativamente à modificação da GPS, para não permitir pagamentos a entidades distintas em uma única guia, não há estudos nesse sentido. Também não é viável, economicamente, projeto dessa natureza. Além da majoração de custos para o contribuinte, não inibe totalmente a ocorrência de erros, e requer alterações em toda a rede arrecadadora, comprometendo seriamente a relação custo/benefício. Contudo, há projeto semelhante, já desenvolvido pela Divisão de Terceiros, não implantado, ainda, por uma razão: a majoração dos preços das tarifas proposta pelos bancos, que acabará comprometendo a relação custo/benefício, já que o novo programa de apropriação de receitas, em vias de implantação, contemplará as principais necessidades de controle.

Esse projeto prevê alterações na GPS para inclusão de mais 2 (dois) campos, um destinado a identificar o tomador de serviços e outro para informar o código de terceiros, ou seja uma chave de quatro dígitos que informa quais entidades receberão a contribuição recolhida e o percentual que cabe a cada uma. Assim, o repasse da

contribuição de terceiros não dependeria mais das informações prestadas pelo contribuinte na GFIP".

AVALIAÇÃO DA SFC:

Com relação às disfunções apontadas pelo TCU nos itens "a" e "b", as mesmas estão sendo identificadas e mudanças estão sendo feitas com vistas a sua regularização. Entretanto, este é um ponto crítico do processo de arrecadação previdenciária, pois envolve a relação direta entre contribuinte e o erário. Portanto, faz-se necessário que o INSS busque, em parceria com a DATAPREV, um aprimoramento constante na interface da Guia GPS, tornando seu preenchimento mais "amigável", evitando, dessa forma, que erros cometidos pelos contribuintes prejudiquem o processo. Além disso, dado o volume de informações a ser processado, é preciso que se mantenha um acompanhamento sistemático sobre o fluxo arrecadatório a partir do crédito aos cofres da união via GPS, desenvolvendo-se indicadores de desempenho que estabeleçam "críticas" preventivas e de correição.

Em relação ao letra "c" não há estudos relativos à modificação da GPS.

4.1.1.26 CONSTATAÇÃO:

Ausência de implementação das alterações do Regimento Interno do INSS referentes à regulamentação da estrutura, das atribuições e das competências da Divisão de Controle Interno de Benefícios do INSS e da Auditoria de Tecnologia da Informação da Auditoria-Geral.

Acórdão nº 627/2005 – TCU Plenário : Determinações quanto às ações desenvolvidas nas áreas de auditoria em TI e auditoria em benefícios no âmbito do INSS

O mencionado Acórdão determinou ao INSS que:

"1.1 inclua na revisão do Regimento Interno em andamento, caso ainda não tenha feito, a regulamentação da estrutura, das atribuições e das competências da Divisão de Controle Interno de Benefícios do INSS e da Auditoria de Tecnologia da Informação da Auditoria-Geral;

1.2. adote medidas com o objetivo de restabelecer os trabalhos desenvolvidos no âmbito do GT instituído pela Portaria do Auditor-Geral do INSS nº.99, de 19/12/2002, que tinha como função coordenar as ações adotadas para a implementação do Novo Modelo de Auditoria Interna do INSS;

1.3 inclua no Relatório de Gestão de suas próximas contas informações a respeito:

1.3.1 do estágio atual de implantação do Novo Modelo de Auditoria Interna, aprovado pela Resolução nº.108, de 10/12/2002, que visa à implementação das ações proposta no âmbito do Plano de Informação e Planejamento da Auditoria - PIPA, com destaque para a situação atual, as medidas adotadas e os resultados obtidos;

1.3.2 do andamento dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho de Tecnologia de Informação da Auditoria-Geral do INSS, instituído pela Portaria INSS/AUDGER nº.86, de 9/9/2003, as medidas adotadas e os resultados obtidos;

1.3.3 da situação atual da implantação dos procedimentos e rotinas referentes às atividade de controle interno na área de benefícios, estabelecidos na Orientação Interna INSS/DIRBEN nº.110, de 3/3/2005, incluindo as medidas adotadas e o resultados obtidos;

1.3.4 da situação atual da implementação do Sistema Integrado de Indicadores de Desempenho da Gestão Previdenciária estabelecido na Resolução CCI/PS nº.3, de 17/2/2005, destacando as medidas adotadas e os resultados obtidos.

1.4 informe nas próximas contas as providências adotadas junto às APS's para averiguar e corrigir as disfunções relacionadas aos controles internos relativos ao acesso indevido de servidores aos seus sistemas corporativos, conforme recomendado no item 1.3 do Relatório da Auditoria Integrada SFC/CGU-PR e Auditoria Geral do INSS, realizada na Agência da Previdência Social em Goiás;"

Com o intuito de verificar o cumprimento do referido Acórdão, encaminhamos à Auditoria-Geral do INSS, em 09.06.2005, a SA nº 160221-80.

O gestor encaminhou as sugestões de alteração da Estrutura Regimental do INSS e adotou as providências conforme recomendação do Tribunal de Contas da União, entretanto faz-se necessária a implementação das alterações propostas pelas esferas superiores do Instituto.

JUSTIFICATIVA:

Por meio do Ofício nº 69/AUDGER/INSS, de 10.6.2005, o gestor informou que:

" Quanto ao item 1.1 - a Auditoria-Geral encaminhou proposta para alteração da Estrutura Regimental do INSS,

incluindo a Auditoria em Tecnologia da Informação. Apesar de ainda não ter sido alterada a Estrutura Regimental incluindo a referida área de auditoria, foi criado o Grupo de Trabalho de Auditoria em Tecnologia da Informação -- Portaria INSS/AUDGER nº 86/2003 em atendimento ao relatório TCU Plenário nº 314/2003;

Quanto ao item 1.2 - a Auditoria-Geral iniciou o levantamento de toda a documentação deixada pelos Grupos que trabalharam no Plano de Informação e Planejamento de Auditoria - PIPA e no Novo Modelo de Auditoria Interna, com o propósito de se verificar os pontos ainda não implementados e os que estão em andamento. Esclarecemos que a Portaria INSS/AUDGER nº 99, de 19/12/2002, foi revogada a partir de 13/02/2004;

Em relação aos subitens 1.3.1 e 1.3.4, informamos que as determinações serão cumpridas no relatório de Gestão."

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS):

CPF	NOME	CARGO
740.221.488-53	Taiti Inenami	Diretor Presidente do INSS
008.349.391-34	Carlos Gomes Bezerra	Diretor Presidente do INSS
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor De Benefício
471.824.900-72	Eduardo Basso	Diretor De Benefício
025.195.774-87	Rui Cesar De Vasconcelos Leitão	Diretor De Benefício
085.453.241-20	Lúcia Helena de Carvalho	Diretora de Recursos Humanos do INSS
086.899.971-72	Genoveva Freire Coelho	Corregedora-Geral do INSS
437.510.247-00	Ana Rita Ilha Porto	Corregedora-Geral do INSS - Substituta

AVALIAÇÃO:

Com base nas respostas apresentadas, verificamos que com relação ao item 1.1, o mesmo encontra-se pendente de regularização; no tocante ao item 1.2, a Auditoria-Geral está adotando providências no sentido de verificar a situação atual do Novo Modelo de Auditoria Interna e Plano de Informação e Planejamento de Auditoria - PIPA, portanto em fase de regularização; quanto ao item 1.4 e subitens correspondentes ao item 1.3, os mesmos serão verificados por esta SFC na análise da Prestação de Contas do INSS referente aos atos e fatos da Unidade no exercício de 2005.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que a Diretoria Colegiada do INSS envie esforços no sentido de identificar as razões da não alteração da Estrutura Regimental do INSS após as propostas encaminhadas pela Auditoria-Geral.

4.1.1.27 INFORMAÇÃO:

=> **ACÓRDÃO nº 189/2003 - TCU - Plenário (TC nº 020.541/2003-4) - Verificar o cumprimento do disposto no art. 18 da Lei nº 10.707/2003 (LDO/2004).**

Por meio do supracitado Acórdão, o TCU determinou:

"9.3 ao Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que encaminhe, no prazo de 15 (quinze) dias, a relação dos órgãos e entidades integrantes dos orçamentos da União que não possuem informações registradas sobre os seus contratos no sistema SIASG e que não firmaram convênio ou acordo de cooperação com o referido Ministério no sentido de implementar a transferência desses dados, nos moldes do artigo 18 da Lei nº 10.524/2002 - LDO/2003; e
9.4 aos Secretários-Executivos dos Ministérios supervisores dos órgãos e entidades constantes da aludida relação, no caso do Poder Executivo, bem como os Diretores-Gerais, no caso dos Poderes Legislativo e Judiciário, que adotem as providências necessárias para o cumprimento do art. 18 da Lei nº 10.524/02 e encaminhem a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, informações referentes à data prevista para a efetiva implementação das diretrizes contidas na LDO/2003."

Com objetivo de obter informações sobre as providências adotadas para atendimento às determinações do TCU, encaminhamos ao INSS a Solicitação de Auditoria - SA nº 153860-15, de 18.10.2004.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por intermédio do Ofício nº 1.167 INSS/DCGAB, de 4.11.2004, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do INSS, encaminhou informação emitida pela Chefe da Divisão de Atividades Gerais, datada de 21.10.2004, esclarecendo que todas as 102 (cento e duas) Gerências-Executivas e a Coordenação de Apoio à Diretoria Colegiada, *"estão devidamente cadastradas para utilização do sistema. Eventualmente pode existir deficiência de operacionalização do Sistema, devido a ausência de Treinamento e Capacitação, principalmente dos servidores recém admitidos."*

Informou, ainda, que em 25 de maio de 2004, foi emitido o Memorando Circular nº 028, dirigido aos Serviços/Seções de

Logísticas das Gerências Executivas do INSS, transmitindo as orientações básicas para obtenção de acesso ao referido sistema.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Diante do exposto, verifica-se que as determinações contidas no Acórdão nº 189/2003 foram adotadas pelo INSS, que disseminou entre as suas Gerências Executivas a uniformização dos procedimentos para cadastramento dos dados no SIASG, devendo o assunto ser objeto de monitoramento por parte da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS.

4.1.1.28 INFORMAÇÃO:

=> **ACÓRDÃO nº 1.614/2003 - TCU - 2ª Câmara TC nº 018.595/2002-8) - Falhas e Irregularidades no processo de concessão e manutenção de benefícios previdenciários, bem como nos seus sistemas informatizados.**

Por meio do Acórdão em referência, foi determinado a esta SFC:

"1.1 - que informe, nas contas do INSS relativas ao exercício de 2003, a situação atual das providências adotadas em função das recomendações proferidas com vistas a corrigir e prevenir as inconsistências apontadas nos relatórios de auditoria nºs 099921, 101351, 107380, 107381 e 101350, bem como das deliberações das diretorias do INSS junto ao Registro de Negociação, conforme anunciado no Ofício/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 3.939, de 17/6/3."

No que tange às falhas e irregularidades verificadas nos processos de concessão e manutenção dos benefícios previdenciários de Pensões por Morte - espécies 21 e 93, Abono de Permanência em Serviço - espécies 47 e 48, Prestação Continuada a Pessoas Deficientes e Prestação Continuada a Pessoas Idosas - espécies 87 e 88, constantes do subitem 4.1.1.62 do Relatório de Avaliação de Gestão nº 139816/2003, foi solicitado ao INSS, pelo Ofício nº 22053/CGU-PR, de 01.09.2004, o que segue:

"a) Sobre a efetivação da assinatura do contrato com o SERPRO, para fornecimento de informações relativas à base total de CPF da SRF, com atualizações mensais. E, em caso afirmativo, o estágio em que se encontram os trabalhos e respectivo prazo de conclusão;
b) A eficácia da providência adotada relativa à criação dos arquivos BATINV, QTDINV, BATPEN e QTDPEN, no sentido de evitar a realização de pagamentos impróprios ou indevidos;

c) O andamento dos trabalhos relativos à acumulação indevida; aos acertos de dados cadastrais de 17.566 benefícios; atualização dos dados cadastrais existentes no Sistema Único de Benefícios-SUB; avaliação do Cadastro e do Cálculo do pagamento dos benefícios em manutenção; e de análise das espécies de benefícios de pensão por morte;

d) A eficácia das medidas adotadas relativamente: à coordenação, ao acompanhamento e à avaliação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Sistema Informatizado de Controle de Óbitos-SISOBI, com fundamento na Portaria nº 1.408, de 3.10.2003, orientando as Gerências-Executivas a enviarem as relações dos cartórios devedores à Divisão/Serviço da Receita Previdenciária, para as providências estabelecidas no art. 92 da Lei nº 8.212/1991; inclusão de vários itens de controle na Versão 8.2 do Sistema PRISMA, como forma de evitar a concessão de benefícios com dados cadastrais divergentes; e sobre a implementação da obrigatoriedade de uso do CADPF para atualização de dados cadastrais na atualização e revisão de benefícios nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Tocantins, na condição de pilotos, vez que a DATAPREV não garante que as máquinas que rodam o sistema CADPF suportam a demanda existente; e

e) A solução encontrada para a suspensão da implementação da obrigatoriedade do uso do CAPDF nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, diante, basicamente, da limitação de servidores (hardware); bem como para a situação hoje verificada no banco de dados do SUB, com formato de dados inválidos, ausências de alguns instituidores de pensões, ausência de histórico de procuradores ou representantes legais. Vale ressaltar que tais informações deverão ser acompanhadas de justificativas técnicas para a alternativa encontrada e o cronograma de implementação."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício nº 1605/INSS/DCGAB, de 6.10.2004, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do INSS, encaminhou os seguintes esclarecimentos fornecidos pela Diretoria de Benefícios (Divisão de Controle Interno de Benefícios - 01.500.302):

"(...)

2. Em atendimento ao expediente acima em epígrafe prestamos os seguintes esclarecimentos:

a) Com relação ao item "a" o contrato com o SERPRO, para fornecimento de informações relativas à base de CPF da SRF, com atualizações mensais já foi assinado. Técnicos da Diretoria de Benefícios e da Receita Previdenciária reuniram-se e definiram as regras para batimento do arquivo encaminhado pelo SERPRO, contendo os dados do

CPF, com o Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, posteriormente enviaremos o cronograma e a forma como se dará este batimento de cadastro.

b) No período de 21 a 24/09/2004, estará reunida, na DATAPREV no Rio de Janeiro, uma equipe de técnicos do INSS e DATAPREV a fim de discutir critérios a serem adotados, no batimento dos bancos de dados, bem como definir o cronograma a ser seguido.

c) Com relação ao item "b": quanto a eficácia da providência adotada relativa à criação dos arquivos BATINV - Batimento de Benefícios por invalidez com o CNIS e BATPEN - Batimento de Pensão por Morte com o CNIS, foi sistematizado o batimento periódico do CNIS com o SUB - Sistema Único de Benefícios.

d) Para evitar a realização de pagamentos impróprios ou indevidos foi editada a ORIENTAÇÃO INTERNA CONJUNTA DIRBEN/DIREP/PFE Nº 086, DE 25 DE MAIO DE 2004, que estabelece procedimentos a serem adotados pelas Gerências-Executivas do INSS, na atualização dos dados cadastrais de beneficiários, na revisão de benefícios com acumulação indevida, de benefícios por incapacidade e pensões com vínculos empregatícios ou remuneração após a Data do Início do Benefício (DIB) ou Data do Óbito (DO) de instituidor de pensão, bem como no controle de concessão e manutenção de pensão por morte e na digitação de óbitos pelos cartórios não informatizados.

e) Com relação ao item "c" os trabalhos relativos à acumulação indevida; aos acertos de dados cadastrais de 17.566 benefícios; atualização dos dados cadastrais existentes no Sistema Único de Benefícios - SUB; avaliação do Cadastro e do Cálculo do pagamento dos benefícios em manutenção; e de análise das espécies de benefícios de pensão por morte, estão em andamento.

f) Os trabalhos de atualização dos dados cadastrais existentes no Sistema Único de Benefícios - SUB, terão maior celeridade em face da conclusão da implantação da obrigatoriedade de uso do CADPF para atualização de dados cadastrais na atualização e revisão de benefícios, ocorrida em 13/09/2004.

g) Com relação ao item "d" quanto a coordenação, ao acompanhamento e à avaliação dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Sistema Informatizado de Controle de Óbitos - SISOBI, com fundamento na Portaria nº 1.408, de 3.10.2003, orientando as Gerências-Executivas a enviarem as relações dos cartórios devedores à Divisão/Serviço da Receita Previdenciária, para as providências estabelecidas no art. 92 da Lei nº 8.212/1991, a Assessoria de Gerenciamento de Risco - AGR está providenciando a alteração do Ato Normativo para que a área da Receita Previdenciária busque os dados referente aos cartórios devedores por meio do SISOBINet onde estão armazenados.

- h) Inclusão de vários itens de controle na Versão 8.2 do Sistema PRISMA, inibiu a concessão de benefícios com dados cadastrais divergentes;*
- i) Sobre a implementação da obrigatoriedade de uso do CADPF para atualização de dados cadastrais na atualização e revisão de benefícios o cronograma foi concluído no dia 13.09.2004, com a implantação em todas as APS.*
- j) Com relação ao item "e" os trabalhos de atualização dos dados cadastrais existentes no Sistema Único de Benefícios-SUB, em face da conclusão da implantação da obrigatoriedade de uso do CADPF, em 13.9.2004, serão realizados com maior celeridade."*

AVALIAÇÃO DA SFC:

Verifica-se que há providências do Gestor para o atendimento das determinações do TCU e recomendações da SFC/CGU, entretanto, ainda persistem as improbidades e irregularidades apontadas. Esclarecemos que esse assunto será objeto de item específico na área de Gestão Operacional.

4.1.1.29 CONSTATAÇÃO:

Contratação de Advogados Credenciados na função de Procurador Federal.

=> ACÓRDÃOS nºs 2.169/2003 - TCU - 2ª CÂMARA (TC nºs 002.428/2001-0 e 011.578/2002-3) e 1.758/2004 - Credenciamento de Advogados pelo INSS.

O assunto refere-se a possível ofensa ao art. 37, caput e inciso II, da Constituição Federal na prática de credenciamento de Advogados pelo INSS.

Foi determinado pelo TCU no Acórdão em referência:

"(...)

9.2 determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que faça constar, em item específico, em suas prestações de contas, até que sua representação judicial se dê exclusivamente por procuradores concursados, o número de procuradores concursados e advogados credenciados em cada estado, bem assim as medidas adotadas para a gradativa substituição desses advogados por procuradores federais;
(...)"

Posteriormente, o TCU proferiu o Acórdão nº. 1.758/2004 - TCU - Plenário com o seguinte entendimento, contido no item "9.2":

9.2 – esclarecer ao INSS que a Lei nº 6.539/78 não ampara a contratação de advogado para apresentá-lo judicialmente em cidade do interior em que haja procurador pertencente aos quadros de pessoal da Autarquia conforme entendimento do Tribunal Superior do Trabalho – TST, alertando-o acerca da possibilidade de responsabilização pessoal pelos prejuízos decorrentes dessa representação irregular.

Por meio do Ofício nº 7.755/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 12.12.2003, foi encaminhado ao INSS cópia do Acórdão nº 2.169/2003/TCU – 2ª Câmara, para conhecimento e adoção de providências. Esta SFC, por meio da Solicitação de Auditoria – SA nº 139816-080, de 20.4.2004, reiterada pela SA nº 139816-104, de 4.5.2004, solicitou informações ao INSS quanto ao atendimento do subitem 9.2 do mencionado Acórdão, que foram apresentadas após o fechamento do Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 139816/2004 (item 4.1.1.6.3).

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Pelo Ofício nº 540/INSS/DCPRES, de 21.5.2004, o Diretor-Presidente do INSS encaminhou a esta SFC esclarecimentos fornecidos pela Procuradoria Federal Especializada por meio do Memorando PFE/INSS/CGAP nº 31, de 22.4.2004, transcrito a seguir:

Memorando PFE/INSS/CGAP nº 31/2004

“Em atenção à Solicitação de Auditoria 139816-080 da Secretaria Federal de Controle Interno a propósito do Acórdão 2.169/2003 do TCU que determina ao INSS que faça constar em relatório as providências adotadas para gradativa substituição dos advogados credenciados, informamos que esta Procuradoria Federal Especializada, não obstante a exagerada carga de trabalho, vem contribuindo para a redução progressiva do número de credenciamento de advogados autônomos.

(...) que a Autarquia Previdenciária, pelas grandes dimensões dos pleitos que lhes são opostos, características peculiares dos serviços que administra e da clientela que possui, tornou-se por consequência a personalidade jurídica pública mais demandada junto ao Poder Judiciário, para dirimir as controvérsias instaladas em face destes pedidos. Isto se deve a enorme capilaridade de sua estrutura, à detenção de uma das maiores receitas tributárias da União e por administrar milhões de benefícios previdenciários.

Reconhecendo a insuficiência dos quadros de procuradores autárquicos para enfrentar os processos judiciais, que desde a década de 70 já preocupava a Administração da Previdência Social, o legislador trouxe ao mundo jurídico a Lei 6.539/78 que autorizou as entidades integrantes do então Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social a constituir Advogados autônomos, sem vínculo empregatício e retribuídos por

serviços prestados, mediante pagamento de honorários profissionais no claro propósito de evitar prejuízos à defesa da Administração Pública neste segmento.

Os procedimentos de credenciamento foram regulamentados no âmbito interno através da Resolução INSS/PR nº 185, de 01 de novembro de 1993 e pela Ordem de Serviço PG nº 14, de 03 de novembro de 1993.

Como é do conhecimento geral, a PFE/INSS atua perante a Justiça Federal na defesa das causas em que a Autarquia Previdenciária figura como parte, litisconsorte ou interessada. Atua, também, em decorrência da delegação constitucional, insculpida no § 3º do art. 109 da Carta Magna, junto à Justiça Estadual, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal.

Outra peculiaridade que a diferencia das demais representações jurídicas da União é o estabelecimento da execução de ofício das contribuições previdenciárias incidentes sobre acordos e sentenças trabalhistas através da Emenda Constitucional nº 20/98 que acresceu o § 3º ao art. 114 da Lei Maior, posteriormente regulamentado pela Lei 10.035/2000, que exige participação da PFE/INSS em todas as reclamações trabalhistas encerradas, de modo a evitar decisões ou acordos danosos aos cofres da Previdência.

A PFE/INSS atua, assim, tanto no pólo ativo (execuções fiscais, p. ex.), como no pólo passivo das ações judiciais, e, ambas as situações consolidam o Instituto Previdenciário como a pessoa jurídica que maior quantidade de processos movimenta no Poder Judiciário. Entretanto, por mais notória que seja a realidade enfrentada pelo Instituto quanto à quantidade de serviço e sua repercussão na Justiça, a Procuradoria do INSS nunca assimilou em seus quadros, número suficiente de procuradores para enfrentar todos os processos distribuídos em face de seu Representado.

Foi esta a premissa maior que conduziu o legislador a editar lei ordinária autorizando o credenciamento de advogados para atuar nas comarcas do interior onde não houvesse quantidade suficiente de procuradores autárquicos.

Ainda hoje, mais de 25 anos depois da publicação da Lei nº 6.539/78, as mesmas dificuldades que ensejaram o credenciamento destes profissionais têm justificado a manutenção da prestação de seus serviços a bem do interesse público.

É certo que houve significativa redução destes quadros, entretanto, com o advento das Leis 10.035/2000 e 10.259/2001 que regulamentaram, respectivamente, a cobrança de ofício das contribuições previdenciárias em reclamações trabalhistas e o funcionamento do Juizado Especial Federal, restou impraticável, e até contrário ao interesse público, a simples eliminação dos credenciamentos.

Assim sendo, a proposta de criação de 300 vagas de procurador federal com destinação específica para o INSS, que tramita pela Casa Civil, é de primordial importância para o credenciamento dos advogados privados que prestam serviços a Autarquia. Contudo, esse quantitativo ainda é insuficiente para a total substituição, seja porque o número de advogados é maior, seja porque a estrutura que os escritórios credenciados possuem envolve outros recursos humanos e outros serviços que, não raro, as Procuradorias não têm.

Três situações básicas recomendam o substancial incremento do número de procuradores, para que possa ocorrer a substituição total dos serviços dos advogados credenciados:

- Os Juizados Especiais Federais, que praticamente duplicaram, em apenas 2 (dois) anos, a quantidade de ações em que o INSS figura como parte, eis que os TRF's informaram tramitar, somente nos JEF's, 1.894.894 (um milhão, oitocentos e noventa e quatro mil, oitocentos e noventa e quatro) ações em face do INSS;
- A execução de ofício das contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho que enxertaram nos serviços de Procuradoria, milhões de reclamações trabalhistas;
- A criação de 183 varas federais visando a interiorização da Justiça Federal sem o correspondente acréscimo de procuradores federais.

A bem da verdade, as unidades da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS encontram-se com graves problemas de lotação, como nos casos de Uruguaiana - RS, Santo Antônio de Jesus - BA e Vitória da Conquista - BA que não tem procuradores; Imperatriz - MA, Boa Vista - RR e Petrolina - PE que só têm 1 procurador, cada, e muitas outras cuja lotação está distante de ser a ideal.

Apesar das razões supracitadas, o quadro abaixo, que não contempla as ações em trâmite na Justiça do Trabalho, bem demonstra que esta PFE/INSS vem envidando todos os esforços para cumprir o determinado pelo TCU:

SÉRIE HISTÓRICA

ANO	PROCURADORES	ADVOGADOS	TOTAL	RELAÇÃO ADV. x PROC.	PROCESSOS	RELAÇÃO PROCESSOS x PROFISSIONAIS
1999	781	545	1.326	69,78%	-	-
2000	1.053	519	1.572	49,29%	1.657.747	1.054 p/p
2001	1.037	527	1.564	50,81%	2.033.792	1.300 p/p
2002	1.420	443	1.863	31,20%	2.254.498	1.210 p/p
2003	1.578	398	1.976	25,22%	(*) 4.869.338	2.464 p/p

Fontes: BIP - Boletim Informativo das Procuradorias; Estatísticas fornecidas pelos TRF's (JEF's); Cadastro Geral dos Advogados Credenciados.

(*) Inclui ações dos JEF's em janeiro e fevereiro/2004-05-28

Portanto, seja em termos absolutos; seja em termos relativos, a redução gradual dos advogados credenciados já se vem processando.

É salutar que se esclareça, porém, que o INSS não tem mais a prerrogativa de realizar concurso para procurador, tampouco tem poderes para redistribuir procuradores que atuam em outras procuradorias ou até mesmo dentro de sua própria estrutura administrativa quando implicar alteração de domicílio, pois com o advento da Lei 10.480/2002 que criou a Procuradoria-Geral Federal estas atribuições foram-lhe destinadas, razão pela qual sugerimos que aquele Respeitável Órgão também seja consultado sobre a política de substituição de advogados credenciados, sobretudo em razão de encontrar-se em andamento certame para provimento de cargos de procurador federal, com oferta de 400 (quatrocentas) vagas."

Constam, também, Memorandos nºs 11 e 12/2004/SUBPROC/PFE/INSS, datados de 17.5.2004, do Subprocurador-Chefe da PFE ao Diretor-Presidente do INSS e à Coordenadora-Geral de Administração das Procuradorias, sugerindo, respectivamente, que "a matéria deva ser objeto de estudos mais acurados, inclusive com o intuito de estabelecer entendimentos com o Tribunal de Contas da União, para o fim de ser elaborada uma estratégia de ações que possibilitem o cumprimento do referido julgado" e que "os estudos (...) devem ser realizados em consonância sobretudo com a Diretoria de Orçamento e com o próprio TCU".

Porém, em 6.8.2004, o Gestor, por meio do Ofício nº 827/INSS/DCGAB, apresentou novo quadro referente ao quantitativo de procuradores e advogados credenciados, excluindo a atuação de Juizados Especiais e Execuções de Ofício das Contribuições Previdenciárias na Justiça do Trabalho, atualizando, no ano de 2003, a quantidade de Processos de 4.869.338 para 3.568.747 e a Relação Processos x Profissional de 2.464 para 1.806.

O Gestor apresentou, ainda, quantitativo atualizado de advogados credenciados no âmbito da Procuradoria Federal Especializada, conforme quadro a seguir:

NÚMERO DE CREDENCIADOS POR UF

UF	TOTAL DE CREDENCIADOS
AL	3
CE	5
MS	5
ES	3
MG	46
PB	4
PE	7
PR	30
RJ	37

RN	4
RO	1
RS	56
SC	39
SE	2
SP	149
TOTAL GERAL	391

ADVOGADOS CREDENCIADOS POR PFE

UF	LOCALIDADE	QUANTIDADE
AL	Maceió	3
	TOTAL	3
CE	Fortaleza	0
	Sobral	1
	Juazeiro do Norte	4
	TOTAL	5
MS	Campo Grande	2
	Dourados	3
	TOTAL	5
ES	Vitória	3
	TOTAL	3
MG	Barbacena	4
	Contagem	8
	Divinópolis	5
	Governador Valadares	9
	Juiz de Fora	3
	Montes Claros	3
	Poços de Caldas	3
	Ouro Preto	3
	Uberaba	3
	Uberlândia	1
	Teófilo Otoni	2
	Varginha	2
	TOTAL	46
PB	João Pessoa	1
	Campina Grande	3
	TOTAL	4
PE	Recife	2
	Caruaru	3
	Garanhuns	1
	Petrolina	1
	TOTAL	7
PR	Cascavel	6
	Londrina	7
	Maringá	10
	Ponta Grossa	7
	TOTAL	30
RJ	Campos dos Goytacazes	5
	Duque de Caxias	13
	Niterói	10
	Petrópolis	2

	Volta Redonda	7
	TOTAL	37
RN	Natal	1
	Mossoró	3
	TOTAL	4
RO	Porto Velho	1
	TOTAL	1
RS	Porto Alegre	1
	Canoas	6
	Caxias do Sul	3
	Ijuí	4
	Novo Hamburgo	10
	Passo Fundo	10
	Pelotas	10
	Santa Maria	9
	Uruguaiana	3
	TOTAL	56
SC	Florianópolis	6
	Blumenau	8
	Chapecó	9
	Criciúma	9
	Joinville	7
	TOTAL	39
SE	Aracajú	2
	Total	2
SP	Pinheiros	1
	Araçatuba	9
	Araraquara	5
	Bauru	7
	Campinas	6
	Guarulhos	8
	Jundiaí	6
	Marília	6
	Osasco	4
	Piracicaba	9
	Presidente Prudente	5
	Ribeirão Preto	9
	Santo André	12
	Santos	7
	São Bernardo do Campo	8
	São João da Boa Vista	9
	São José do Rio Preto	16
	São José dos Campos	7
	Sorocaba	8
	Taubaté	7
	TOTAL	149
	TOTAL GERAL	391

"Quantitativo incluindo os Advogados que atuam em + de 1 PFE

Para que haja, portanto, substituição completa e definitiva destes credenciamentos seria necessário multiplicar por dois o quantitativo de advogados credenciados e ofertar o quantitativo correspondente em

número de varas de procuradores o que resultaria, atualmente, em 782 (setecentos e oitenta e dois) procuradores federais, ou seja, aplicar-se-ia a seguinte fórmula:

$N^{\circ}P = N^{\circ}A \times 2$, onde:

$N^{\circ}P$ - Número de vagas de procuradores a ser destinado em concurso público ou remanejamento de outras representações;

$N^{\circ}A$ - Número de Advogados Credenciados pelo INSS.

Em não havendo disponibilidade atual de referidas vagas, a substituição gradativa deverá observar a fórmula acima para que não ocorra solução de continuidade nos serviços de Procuradoria.

Alertamos, outrossim, que antes de instituir qualquer projeto de substituição de advogados credenciados, deverá, preliminarmente, observar-se as necessidades anuais de lotação das unidades tendo em vista a exagerada carga de serviço a que todas estão submetidas e ínfima quantidade de procuradores confrontada com a demanda".

Sobre o assunto o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada, informou ainda que em dezembro de 2004, o Instituto contou com 340 advogados credenciados, tem do um gasto, no exercício em análise, 16.564.498,03, acrescentando o que segue:.

Diante da solicitação realizada por vossa senhoria no tocante a atuação de advogados credenciados junto à Procuradoria Especializada do INSS, temos a informar-lhe que, infelizmente, ainda contamos com os serviços desses profissionais. No entanto, estamos atuando firme no propósito de dar uma solução a contratação de advogados credenciados.

Observo, entretanto, que o Tribunal de Contas da União (Plenário - Acórdãos 1312/2004 e 1758/2004) já se manifestou pela legalidade das contratações de advogados credenciados, embora não seja o desejável e o ideal, restringindo apenas o seguinte:

"9.2 esclarecer ao INSS que a Lei nº 6.539/78 não ampara a contratação de advogado para representá-lo judicialmente em cidade do interior em que haja procurador pertencente aos quadros de pessoal da Autarquia conforme entendimento do Tribunal Superior do Trabalho - TST, alertando-o acerca da possibilidade de responsabilização pessoal pelos prejuízos decorrentes dessa representação irregular."

De toda sorte, em conjunto com o Órgão de Arrecadação da PGF, em fevereiro de 2005, vedamos a atuação de advogados constituídos em quaisquer processos da área tributária.

Cumpre frisar inicialmente que, apesar da redução progressiva do número de contratos, a atuação dos advogados credenciados em algumas localidades ainda é de suma importância para a defesa da autarquia previdenciária, em face da crescente quantidade de

processos, da carência infra-estrutura, de servidores administrativos, estagiários e de procuradores federais. Mesmo após a nomeação e posse dos procuradores aprovados no último concurso realizado pela PGF/AGU, ainda não há procuradores para acompanhamento de todas as audiências judiciais e, quando há, muitas vezes faltam veículos para o adequado transporte. O apoio administrativo da Procuradoria, por sua vez, fica muito aquém do razoável, seja em termos quantitativos, seja qualitativamente. A tanto demonstrar, basta dizer que há unidades jurídicas descentralizadas que atuam sem auxílio de qualquer servidor, com evidente sub-aproveitamento das funções dos procuradores.

Por sua vez, a realidade dos escritórios de advogados credenciados é absolutamente diversa, haja vista a existência de infra-estrutura necessária - veículos, funcionários, advogados etc. - para atuação em comarcas mais longínquas. Veja-se, pois, que para afastamento de um advogado credenciado não é suficiente a contratação de um procurador. Valendo destacar que a carência de apoio administrativo qualificado é a maior dificuldade da Procuradoria.

O fato é que a PFE-INSS vem diminuindo progressivamente o número de contratos com advogados privados:

Ano	Advogados Credenciados
1999	545
2000	519
2001	527
2002	443
2003	398
2004	391
2005	340

Em razão da nomeação e posse de novos procuradores federais, já rescindimos mais de 50 contratos e pretendemos rescindir ainda mais.

Considerando que a carência de servidores para apoio aos procuradores é o um dos mais graves problemas da Procuradoria, inclusive para fins de substituição dos advogados credenciados, apresentamos proposta de aproveitamento dos recursos despendidos com tais profissionais para contratação de servidores qualificados para atividades típicas de procuradoria.

Sugerimos, em síntese, o aproveitamento dos recursos com a despesa com credenciados no exercício de 2004, entre repasses de honorários e pagamento por peças processuais - e previsto no orçamento para este ano, com a contratação de aproximadamente 800 servidores para PFE-INSS. Seriam criadas carreiras de técnico processual, com formação de nível médio, e analista processual, com formação de nível superior em Direito ou Contabilidade, a semelhança das carreiras de técnicos previdenciários e analistas previdenciários. O diferencial seria a qualificação e

atuação na área jurídica, o que permitirá especialização de funções e apoio diferenciado aos procuradores.

São vantagens da proposta: a) minimizar problemas de pessoal na Procuradoria, seja quantitativa, seja qualitativamente; b) promover especialização em atividades na área jurídica; c) não acarretar aumento de despesa ao Erário; e d) viabilizar a rescisão de todos os contratos com advogados credenciados.

A proposta, porém, não foi vista com bons olhos pelos setores responsáveis pela condução da política de pessoal. Dito tudo isso, informo-lhe que é nosso intuito substituir todos os advogados credenciados o mais rápido possível, porém, não podemos deixar algumas localidades, onde não existem procuradores lotados, sem defesa, por isso, a manutenção desses contratos.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Diretoria Colegiada do INSS.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Foi solicitado, no item 9.2 do Acórdão nº 2.169/2003 - TCU - 2ª Câmara, que o INSS fizesse constar da Prestação de Contas, exercício de 2003, o número de procuradores concursados e advogados credenciados em cada estado.

De acordo com as informações prestadas pelo Gestor, por meio dos Ofícios nºs 540/INSS/DCPRES, de 21.5.2004, e 827/INSS/DCGAB, de 6.8.2004, foram apresentados dados relativos aos Advogados credenciados, assunto que se encontrava pendente de atendimento por ocasião dos trabalhos de Auditoria da Prestação de Contas do INSS, exercício de 2003.

Quanto ao número de Procuradores por estado da Federação, o INSS informou que *"não tem mais a prerrogativa de realizar concurso para procurador, tampouco tem poderes para redistribuir procuradores que atuam em outras procuradorias ou até mesmo dentro de sua própria estrutura administrativa quando implicar alteração de domicílio, pois com o advento da Lei 10.480/2002 que criou a Procuradoria-Geral Federal estas atribuições foram-lhe destinadas, (...) "*.

Diante das justificativas apresentadas, verifica-se que o Gestor encaminhou as informações que estavam pendentes. Com relação aos novos Procuradores Federais em substituição aos Advogados Credenciados a regularização está a cargo da Procuradoria Geral Federal/AGU.

Verifica-se também iniciativas do INSS para substituição dos Advogados credenciados por Procurador Federal.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria Colegiada do INSS adote providências junto à PGF/AGU no sentido dotar a Procuradoria Federal Especializada/INSS de Procuradores Federais necessários para o cumprimento de suas atividades institucionais, substituindo todos os Advogados credenciados.

4.1.1.30 INFORMAÇÃO:

=> **ACÓRDÃO nº 181/2004 - 1ª Câmara - TCU (TC nº 010.296/1997-2) - Pensão Civil - Utilização de um mesmo período de exercício do instituidor para concessão, à interessada, cumulativamente, de dois adicionais por tempo de serviço distintos, a saber, o "acréscimo bienal", regulamentado pelo Decreto nº 1.918/37, e o "adicional por tempo de serviço", previsto na Lei nº 8.112/90. Ilegalidade do ato e recusa do respectivo registro.**

Por meio do referido Acórdão, o TCU determinou o que segue:

"9.1. considerar ilegal o ato concessório de fls. 01/03, negando-lhe registro;
9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, pela interessada, consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;
9.3. determinar à Superintendência Estadual do INSS em São Paulo que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes da presente concessão, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, conforme disposto no art. 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. passe a adotar o entendimento manifestado no presente acórdão para todos os casos similares, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.443/92;
9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que acompanhe a implementação das determinações constantes dos itens 9.3.1 e 9.3.2 supra. "

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em atendimento à Solicitação de Auditoria nº 153860-20, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do INSS encaminhou a esta equipe de auditoria, por intermédio do Ofício nº 1.139/INSS/DCGAB, de 29.10.2004, Despacho emitido pelo Chefe da Divisão da Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos, de 28.10.2004, referente ao Acórdão nº 181/2004, que trata da diligência solicitada à Superintendência Estadual do INSS em São

Paulo, sobre a pensionista Yvete de Almeida Fernandes, matrícula nº 0949831 e o instituidor de pensão Antônio Manoel Fernandes, matrícula nº 0949831.

No referido Despacho consta que, conforme informação da Chefe de Recursos Humanos da Gerência Executiva Santo André/SP, foi enviado o Ofício 21332.3/028/04 ao TCU, informando a suspensão da rubrica 00034, referente a bienal (art. 184 inciso II), no SIAPE, registrada no mês de junho/2004.

AVALIAÇÃO DA SFC

Diante do exposto, verifica-se que a Gerência Executiva Santo André/SP, adotou as medidas preconizadas no Acórdão em análise, estando o assunto em comento em situação regular.

4.1.1.31 INFORMAÇÃO:

=> ACÓRDÃO nº 1.373/2004 - TCU - 2ª Câmara - TC 012.329/2003-2 - Na elaboração de edital de certame licitatório evitar a indicação de marcas e a exigência restritiva à competição.

Por meio do referido Acórdão, o TCU determinou ao INSS o que segue:

"1. Determinação: às Gerências-Executivas do INSS em Canoas, Porto Alegre e Novo Hamburgo/RS

1.1 para que observem, na elaboração dos editais de licitação, no intuito de evitar ocorrências como as apuradas nos pregões objeto desta Representação, o disposto no art. 7º, § 5º, da Lei nº 8.666/93, assim como o entendimento deste Tribunal firmado na Sessão Plenária de 29/08/2001 (Decisão nº 664/2001, Ata 35/2001), no sentido de que evite indicações de marca, e, quando necessária, em objeto com características e especificações exclusivas, para fins de padronização, que seja acompanhada de justificativa fundamentada em razões de ordem técnica;

2. Determinação: ao INSS

2.1 que, doravante, oriente suas unidades a observarem, na elaboração de certames licitatórios para a aquisição de cartuchos de tinta e toner para impressoras, o disposto no art. 7º, § 5º, da Lei nº 8.666/93, assim como o entendimento deste Tribunal firmado na Sessão Plenária de 29/08/2001 (Decisão nº 664/2001, Ata 35/2001), obstendo de incluir exigência restritiva à competição (obrigatoriedade dos produtos serem originais de fábrica, da marca da impressora e não reconicionados, bem como a apresentação da "Carta de ordem técnica;"

Com o objetivo de obter informações quanto ao cumprimento das determinações do TCU, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 153860-03, de 18.10.2004.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Gestor, por meio do Ofício nº 1.136/INSS/DCGAB, de 28.10.2004, encaminhou, em anexo, Memorando-Circular nº 57/INSS/DCPRES, de 13.10.2004, do Diretor-Presidente do INSS, Carlos Gomes Bezerra, à Auditoria-Geral, Procuradoria Federal Especializada, Corregedoria-Geral, Superintendências, Gerências-Executivas e Chefes de Serviço/Seção de Logística, com o seguinte teor:

"1. Considerando as atribuições conferidas pelos incisos XIV e XV, art. 87 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MPAS nº 3.464, de 27 de setembro de 2001, e a fim de cumprir a determinação do Tribunal de Contas da União - Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Sul - SECEX/RS, Acórdão nº 1.373/2004, conforme o Ofício nº 0582/2004, (...), revogo o Memorando-Circular nº 001/DGAG/INSS, de 10 de janeiro de 2002, bem como o Memorando-Circular nº 86, de 28 de novembro de 2001.

2. Recomendo a observância das determinações do TCU, bem como do contido no Capítulo I, Seção III, item 67 da Resolução INSS/DC nº 125, de 18 de fevereiro de 2003, a qual aprova o Manual de Normas e Procedimentos Administrativos, e da Resolução INSS/DC nº 002, de 11 de agosto de 1999, art. 2º, § 1º."

AValiação DA SFC:

Verifica-se que o Gestor adotou providências orientando as suas unidades quanto à necessidade de atender as determinações do Tribunal de Contas da União, devendo o assunto ser objeto de verificação nas futuras auditorias no INSS.

4.1.1.32 CONSTATAÇÃO:

Pendências de providências por parte dos responsáveis para cumprir as determinações do TCU.

=> ACÓRDÃO nº 1.586/2004 - 2ª Câmara - TCU (TC nº 003.534/2001-8) - Pagamento de multa pelo INSS em virtude de descumprimento de decisão judicial que determinou a incorporação, à remuneração dos autores da Reclamação Trabalhista nº 02.1392/1990, dos índices econômicos correspondentes ao Plano Verão (26,05%) e ao Plano Collor (84,32%). Conhecimento. Improcedência. Determinações. Remessa de cópias. Juntada do presente processo às contas do INSS, exercício de 2004.

Pelo Acórdão em referência, foi determinado pelo Tribunal o que segue:

"9.1.(...);

9.2. determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que suspenda, após análise das peculiaridades de cada caso concreto, todos os pagamentos decorrentes de acréscimos sobre a remuneração de 26,05% (URP) e 84,32% (IPC de março de 1990) que porventura estejam sendo concedidos a servidores ativos, inativos e pensionistas da Autarquia em razão de sentenças judiciais transitadas em julgado que não tenham determinado explicitamente sua incorporação definitiva, encaminhando-lhe cópia dos Acórdãos nos 1.857/2003 - P (TC 027.560/1991-0, Ata 48/2003), 476/2004 - 1ªC (TC 015.175/1983-9, Ata 07/2004) e 398/2004 - P (TC 004.306/2000-3, Ata 11/2004), acompanhado do Relatório e dos Votos que os fundamentaram;

9.3. determinar à Secretaria Federal de Controle Interno - Diretoria de Auditoria de Programas da Área Social que acompanhe as providências adotadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS para o cumprimento da determinação supra, informando nas contas de 2004 daquela Autarquia a situação de cada processo;

9.4. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, ao Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Gilberto Augusto Leitão Martins; e

9.5. juntar este processo às contas do INSS, exercício de 2004."

Com o objetivo de obter as informações necessárias para verificar o atendimento das determinações do TCU, emitimos as Solicitações de Auditoria nºs 153860-09 e 153860-37, de 18.10.2003 e 11.11.2004, à Diretoria de Recursos Humanos e à Procuradoria Federal Especializada do INSS, respectivamente, com a finalidade de verificar as providências e os controles exercidos para proceder as revisões sobre os pagamentos decorrentes de acréscimos sobre a remuneração de 26,05% (URP) e 84,32% (IPC de março de 1990), que porventura estejam sendo concedidos a servidores ativos, inativos e pensionistas da Autarquia, em razão de sentenças judiciais transitadas em julgado que não tenham determinado explicitamente sua incorporação definitiva.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por intermédio do Ofício nº 1.183 INSS/DCGAB, de 9.11.2004, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do INSS, esclareceu que a Diretoria de Recursos Humanos informou que "...para se incluir vantagem judicial na folha de pagamento de servidores beneficiados em ações judiciais, preliminarmente, conforme Portaria/MP nº 17, de 06.02.2001 (SICAJ), a Procuradoria

que está acompanhando a ação se manifesta quanto à força executória, e após é realizado o cadastramento da ação no SICAJ."

Após o pedido de dilatação do prazo de 10 (dez) dias, a contar 13.11.2004, data limite para atendimento da Solicitação de Auditoria nº 153860-37, de 11.11.2004, formulada pelo Ofício nº 1.257/INSS/DCGAB, de 30.11.2004, foram encaminhadas as informações prestadas pela Coordenação-Geral de Matéria Administrativa da Procuradoria Federal Especializada, a qual solicitou e repassou por intermédio da Nota Técnica PFE/INSS/CGMA/DORC nº 546, de 30.11.2004, os esclarecimentos prestados pela Divisão de Procedimentos Judiciais da Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos, com o seguinte teor:

"Nota Técnica PFE/INSS/CGMA/DORC nº 546, de 30.11.2004

Retornam os autos a esta Coordenação, com a informação da Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos, no sentido de que "os pagamentos mantidos aos servidores destes relativos aos 26,05% e 84,32% foram previamente analisados pelas Procuradorias que acompanham as ações para após serem cadastradas pelos Recursos Humanos no Sistema de Cadastro de Ação Judicial - SICAJ, entendemos s.m.j que as informações deverão ser prestadas por essa Coordenação". (fls. 7) (grifamos)

Diante do exposto e com a finalidade de prestar as informações solicitadas pela SFC, isto é, informar se o INSS mantém cadastro sobre os processos referentes aos "pagamentos decorrentes de acréscimos sobre a remuneração de 26,05% (URP) e 84,32% (IPC de março de 1990), que porventura estejam sendo concedidos a servidores ativos, inativos e pensionistas da Autarquia em razão de sentenças judiciais transitadas em julgado que não tenham determinado explicitamente sua incorporação definitiva", anexamos aos autos os documentos de fls. 9 a 13, fornecidos pela Divisão de Procedimentos Judiciais da Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos, contendo o cadastro dessas ações judiciais, Estado, nº da ação, interessado e situação das mesmas.

Vale esclarecer que as ações judiciais com a situação "analisada" já estão devidamente implantadas.

As demais ações, cuja situação é diversa de "analisada", encontram-se em fase de processamento.

(...)."

ANEXO de fls.9 a 13

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS – DRH

COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - CGARH

DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS JUDICIAIS – DPJUD

AÇÕES JUDICIAIS CADASTRADAS NO SICAJ

ITEM	UF	Nº DA ÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJETO
AÇÕES DE 84,32%							
1	CE	RT 1220/89	SINDSEP/CE	84,32%	10427	Pend. Aut.	

2	CE	RT 1330/92	Aurenice Nunes de A Santana	84,32%	9854	Analísada	
3	CE	RT 488/92	José Amauri de Araujo e Outros	84,32%	768	Analísada	
4	AC	RT 30243032/91	Abel Ferreira de Lima e Outros	84,32%	9191	Analísada	
5	AC	RT 6559/90	Antonio Jose Mendes	84,32%	6369	Pend. Aut.	
6	AC	RT 16181695/91	Antonio Jose Mendes e Outros	84,32%	9192	Analísada	
7	AC	RT 0519005281/90	Alcione Lima Vieira do Nascimento e Outros	84,32%	4307	Analísada	
8	AC	RT 5154/90	Adriane Augusto da Silva e Outros	84,32%	3690	Analísada	
9	AC	RT 272602779/91	Ademir Sena de Souza e Outros	84,32%	1998	Analísada	
10	AP	RT 3733 a 3742/91	Clara Augusta M. Ventura e Outros (RT'S 3744/3753 e 3754/3763)	84,32%	8813	Analísada	
11	AP	RT 37123721/91	Kleber Magalhaes e Outros	84,32%	7836	Analísada	
12	DF	RT 1447/90	Dilvan Rodrigues Silva e Outros	84,32%	9075	Analísada	
13	DF	MS 340001376-4/200	Maria Socorro Costa Conceição e Outros	84,32%	8797	Analísada	
14	DF	AO 2438-4/91	Fumiya Azuma e Outros	84,32%	4442	Analísada	
15	ES	RT 223/91	SINDPREV	84,32%	7272	Desautorizac	
16	MG	RT 1324/90	Antonio Eduardo Martins e Outros	84,32%	7368	Analísada	
17	MG	AO 25883-0/91	Maria da Penhoa Pereira Dias e Outros	84,32%	2446	Analísada	
18	PA	RT 937/91	Nazare Maria Santiago da Silva e Outros	84,32%	7418	Analísada	
19	PA	RT 712/91	Afonso Pessoa Picanço	84,32%	894	Analísada	
20	PE	AO 1766-3/91	Jaime Araujo Lima	84,32%	8395	Analísada	
21	RJ	AS 136486-5/92	Celia Rabinowits Pereira e Outros	84,32%	10076	Analísada	
22	RJ	AO 28788-3/92	Ana Maria Nascimento A Bastos	84,32%	9667	Analísada	
23	RJ	AO 75033-8/92	Josias Francisco Jovita e Outro	84,32%	9194	Analísada	
24	RJ	AO 135472-0/92	José Dias Batatinha e Outros	84,32%	8796	Sem Benefício	
25	RN	RT 2228/91	Bartolomeu Bandeira de Melo	84,32%	4631	Analísada	
26	RN	AO 9154-7/92	Helio Santiago e Outros	84,32%	2525	Analísada	
27	RN	RT 1610/90	SINDPREVS	84,32%	792	Analísada	211 - FP 03/03
28	RO	RT 319/91	Angelo Almerio de Melo Baleeiro e Outros	84,32%	5084	Analísada	
29	SE	RT 401/91	Francisco de Assis da Conceição	84,32%	778	Analísada	
ITEM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJETO
AÇÕES DE 26,05%							
1	AC	RT 34923500/91	Abel Ferreira de Lima e Outros	26,05%	9188	Analísada	
2	AC	RT 0164101	Antonio Vaisman dos Reis e Outros	26,05%	4137	Analísada	
3	AC	RT 464/90	Angela Cristina Lima Fujita e Outros	26,05%	4061	Analísada	
4	AC	RT 1276/89	Adriana Aparecida Lima e Outros	26,05%	3747	Analísada	
5	AC	RT 3549/91	Clemilda Belo Nogueira e Outros	26,05%	2045	Analísada	
6	AC	AO 996-4/1992	José Galdino Filho	26,05%	4136	Analísada	
7	AC	RT 657306609/1990	Antonio Rodrigues da Silva Sobrinho e Outros	26,05%	4438	Analísada	
8	AC	RT 28302838/1991	Carlos Jose de Sousa e Outros	26,05%	4221	Analísada	
9	AC	RT 292002926/1991	Antonio Jovino de Oliveira e Outros	26,05%	4224	Analísada	
10	AC	RT 351703585/1990	Alcione Lima Vieira do Nascimento e Outros	26,05%	4497	Analísada	
11	AL	RT 2288/93	José Correia de Araújo	26,05%	9702	Analísada	
12	AL	RT 1405/89	SENALBA/AL	26,05%	4626	Analísada	194
13	CE	AO 1372-8/1994	SINTSEF/CE	26,05%	660	Analísada	
14	CE	AC 20741-4/1998	Geraldo Luciano Lopes	26,05%	318	Analísada	
15	CE	AO 752-8/1991	SINPRECE	26,05%	8455	Pend. Autoriz.	
16	CE	RT 875/89	Antonio Cesar Barbosa de Oliveira e Outros	26,05%	7332	Analísada	
17	CE	RT 1437/90	SIND.EMPREG.ENT.CULT.RECREAT.D O EST. DO CEARA	26,05%	2037	Analísada	
18	CE	RT 143790/90	SIND.EMPREG.ENT.CULT.RECREAT.D O EST. DO CEARA	26,05%	1663	Pend. Autoriz.	
19	CE	AO 91752-8/91		26,05%	1645	Analísada	
20	CE	RT 874/89	Bolivard Alves Bezerra e Outros	26,05%	1571	Desautorizac	
21	DF	RT 862/1989	Adelia Maria Carvalho de Souza Wilhelms	26,05%	9087	Analísada	
22	DF	AO 10002-5/89	Lindalva de Farias Nunes e Outros	26,05%	9089	Analísada	
23	DF	RT 385/89	SINDICATO DOS AUX. DE ADM. ESCOLAR DO DF	26,05%	3150	Analísada	194
24	DF	RT 1436/89	Luiz José Dias e Outros	26,05%	2492	Analísada	

25	DF	RT 940/89	Giselda Marques Torres Rodrigues e Outros	26,05%	1942	Analísada	
26	DF	AO 30933-8/2002	Marta Maria Guanaes Silva Dutra	26,05%	10720	Analísada	
27	DF	RT 1730/89	Gilvanete Julieta de Medeiros Leite e Outros	26,05%	10822	Analísada	194
28	MG	AO 4981/1989		26,05%	6432	Analísada	
29	MA	RT 2174/90	Maria dos Remédios M. Mendes	26,05%	11289	Autorizada	
30	MA	MS 95.3061-6	SINTSPREV/MA	26,05%	7678	Analísada	
31	PB	RT 1146/91	Alessandra Maria B. Dantas e Outros	26,05%	10048	Analísada	
32	PB	RT 817/89	José Araújo Filho e Outros	26,05%	5403	Pend. Autoriz.	
33	PB	AO 4596-0/92	Josibete Rodrigues de Albuquerque	26,05%	10938	Autorizada	
34	PB	AO 1099-7/92	Heráclito Ribeiro Filho	26,05%	10573	Pend. Autoriz.	
35	PB	RT 1626027028/89	Raquel Ferreira C. de Alvarenga e Outros (RT 1626/1627 E 1628)	26,05%	10295	Pend. Autoriz.	
36	PB	RT 1746/89	Joselita de Oliveira Serrano e Outros	26,05%	10078	Analísada	194
37	PE	AO 5720-0/93	Pedro Francisco de Souza e Outros	26,05%	2318	Analísada	
38	PE	RT 2895/89	Adalberto Miranda de Oliveira Filho e Outros	26,05%	936	Analísada	194
39	PE	RT 2675/89	Absalon Soares de Aquino e Outros	26,05%	857	Analísada	
40	PI	RT 1609/1990		26,05%	3062	Autorizada	
41	PI	RT 1564/1990	SINTSPREVS/PI	26,05%	8795	Analísada	
42	PI	RT 1721/1990	SINTSPREVS	26,05%	7113	Analísada	
43	PI	RT 598/90	Marc Antonio Peixoto da Cunha e Outros	26,05%	9773	Analísada	
44	PI	RT 1077/90	João Elias de Souza Lima e Outros	26,05%	1880	Analísada	
45	PI	RT 973/89	Valdei Manoel Rodrigues e Outros	26,05%	1383	Desautorizada	
46	PR	RT 1414/1989	Arleme Bittencourt Temmer e Outros	26,05%	3324	Analísada	
47	PR	RT 1107/89	Célio Vinicius Cordeiro	26,05%	7339	Analísada	
48	RO	RT 207702105/1989	Raimundo Eledir Pereira e Outro	26,05%	7352	Analísada	
49	RO	MS 934-0/89		26,05%	685	Pend. Autoriz.	
50	RJ	RT 194-3/89	Theresinha Maria Gonçalves Rodrigues	26,05%	3289	Pend. Autoriz.	
51	RJ	AO 106763-0/91	Ney Vianna Fernandes Machado e Outro	26,05%	10302	Autorizada	
52	RN	AO 5098-0/92	Lucia Maria Lemos de Macedo	26,05%	10871	Autorizada	194
53	RN	RT 714/92	Janilda Medeiros Figueiredo do Nascimento	26,05%	8833	Analísada	194
54	RN	AO 152-3/93	Alcidia Alice de Arujo e Outros	26,05%	5840	Analísada	
55	RN	AO 6492-2/92	João Ronaldo da Nóbrega	26,05%	5621	Analísada	
56	RN	RT 520/89	LBA	26,05%	4487	Analísada	
57	RN	AO 5170-7/1992	Ada Maria de Gregorio Grimaldi e Outros	26,05%	5615	Analísada	
ITEM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJETO
58	SC	MS 7201000677-4/2002	SINDPREVS (AC 725/89)	26,05%	9464	Pend. Autoriz.	
59	SC	MS 7202001038-5/2002	SINDPREVS (AC 725/89)	26,05%	9370	Desautorizada	194
60	SC	AO 7200013127-4/2002	SINDPREVS/SC (AC 725/89)	26,05%	10998	Pend. Autoriz.	194
61	SC	AO 7200012537-7/2002	SINDPREVS/SC (AC 725/89)	26,05%	10738	Analísada	194
62	SC	AO 7200012264-9/2002	SINDFISP/SC (AC 725/89)	26,05%	10730	Analísada	
63	SC	AO 720002565-6/2002	SINDPREVS (AC 725/89)	26,05%	10386	Sem Benefício	
64	SC	MS 720001708-8/2002	SINDPREVS (AC 725/89)	26,05%	10321	Pend. Autoriz.	
65	SC	MS 72.04.000637-5/2002	SINDPREVS/SC	26,05%	10642	Pend. Autoriz.	
66	SE	AO 11190-4/92	Adolpho Soares da Motta	26,05%	11191	Pend. Autoriz.	
67	SE	AO 10714-1/92	Maria José dos Santos	26,05%	4128	Analísada	211 - FP04/C
68	SE	AO 10871-7/1992	Murilo Santos Prado	26,05%	8853	Analísada	
69	SE	AO 10661-7/1992		26,05%	4131	Analísada	
70	SE	AO 10678-1/1992	Ritta de Cassia Santos Silva	26,05%	4130	Analísada	
71	SE	AO 10690-0/1992	Dinorah Carvalho Costa da Cunha	26,05%	4126	Analísada	
72	SE	AO 11717-1/1992	Valderez Lisboa dos Santos	26,05%	3587	Analísada	

73	SE	AO 10656-0/1992	Maria Helia Ramos Souza	26,05%	3586	Analísada	
74	SE	AO 10626-9/1992	Valderez Dantas de Jesus	26,05%	2978	Analísada	
75	SE	AO 10730-3/1992	Maria de Lourdes A Eugênio	26,05%	2957	Analísada	
76	SE	AO 11439-3/1992	Roque dos Santos Mendonça	26,05%	4125	Analísada	
77	SP	RT 1586/89	Artur Jose A Meyer e Outros	26,05%	8825	Sem Benefício	
78	SP	RT 1710/89	Alice Fagundes Martins e Outros	26,05%	7318	Analísada	
79	SP	RT 1076/89	Elisabeth Ruas Padron e Outros	26,05%	7412	Analísada	
80	SP	RT 1711/89	Ana Cristina Zulian e Outros	26,05%	7340	Desautorizada	
81	SP	RT 1080/89	Andre Luiz dos Santos	26,05%	7140	Analísada	
82	SP	RT 662/91	Andreia Teresa Micheli Rochetti e Outros	26,05%	7405	Analísada	
83	SP	RT 312/89	Aparecida de Lourdes Mussarelli Massaro Outros	26,05%	9190	Sem Benefício	
84	SP	RT 1059/89	Balbina Rey Mendes	26,05%	10006	Desativada	
85	SP	RT 1707/89	Eunice Fonseca Bezerra	26,05%	9779	Analísada	194
86	SP	RT 1140/89	Rosa Linda Korn e Outros	26,05%	9778	Analísada	194
87	SP	RT 1146/89	Elaine Schulz da Costa e Outros	26,05%	9193	Analísada	194
88	SP	RT 1711/89	Ana Cristina Zulian e Outros	26,05%	7340	Desautorizada	
89	SP	RT 1132/89	Paulo Mariano da Silva Gomes e Outros	26,05%	7115	Analísada	
90	SP	RT 1575/89	Ana Aparecida Bizetto Bagarollo e Outros	26,05%	6363	Desautorizada	
91	SP	RT 1107/89	Waldir Tavares Mendes e Outros	26,05%	5875	Pend. Autoriz.	
92	SP	RT 1712/89	Adão Aparecido da Silva e Outros	26,05%	5751	Analísada	
93	SP	RT 1818/90	Ana Maria Arruda dos Santos e Outros	26,05%	1105	Desautorizada	
94	SP	RT 1076/89	Antonio Augusto Santos Sala e Outros	26,05%	10200	Pend. Autoriz.	
95	SP	RT 1585/89	Alda Ribeiro dos Santos e Outros	26,05%	10504	Analísada	194
96	SP	MS 6110009118- 5/2001	Henrique Stuart Lamarca e Outro	26,05%	10323	Analísada	
97	SP	RT 1867/89	Renata Souza da Silva e Outros	26,05%	10102	Analísada	194
98	SP	RT 1059/89	Balbina Rey Mendes e Outros	26,05%	10007	Analísada	194
99	SP	RT 1342/89	Tania Teresa Mecati	26,05%	7487	Analísada	
100	SP	MS 2003.61.09.007097-7	Eleni Ferreira Vinagre e Outros	26,05%	11856	Autorizada	
101	SP	RT 1343/89	Rafael Cassio D'ambrosio e Outros	26,05%	8216	Analísada	194
102	SP	AO 2003.6109005237 9	Dulce Aparecida Gurtler Bueno e Outros	26,05%	11889	Autorizada	
103	SP	RT 2285/89	Sônia Ribeiro Bacile	26,05%	13810	Autorizada	
104	SP	AO 2003.61.09.004802-9	Nelson Pesse Júnior	26,05%	11737	Pend. Autoriz.	
105	SP	RT 320/89	Alice Cristino Gabriel e Outros	26,05%	7293	Suspensa	
AÇÕES DE 26,06%							
1	AC	RT 961/92	Nady de Castro Castelo Oliveira	26,06%	11866	Analísada	
2	RO	RT 934/91	SINDSEF/RO	26,06%	1404	Autorizada	206
3	RO	MS 0096-2002	SINDSEF/RO	26,06%	13707	Autorizada	
4	PB	RT 1146/91	Joselita de Oliveira Serrano e Outros	26,06%	10048	Analísada	
5	RJ	RT 2778/89	Catharina Laboré de Araújo	26,06%	10096	Analísada	
6	RN	RT 780/92	Janilda Medeiros Figueiredo do Nascimento	26,06%	9503	Analísada	
7	SE	RT 10300020/93	Acacia Prado Guerra e Outros	26,06%	7335	Analísada	
8	SP	RT 1382/92	Alzira Pereira Cordeiro e Outros	26,06%	9588	Analísada	194
AÇÕES DE PSS							
1	DF	MS 24866-3/99	FENAFISP	PSS	10290	Sem Benefício	
2	DF	MS 3400011262-8/99	ANFIP	PSS	10292	Sem Benefício	
3	DF	MS 39091-7/99	FENAFISP	PSS	9933	Sem Benefício	
4	DF	MS 3400020231-9	ANFIP E ANPPREV	PSS	9817	Sem Benefício	
5	SC	MS 8135-3/2000	SINDFISP	PSS	7552	Sem Benefício	
6	SC	MS 10378-2/99	SINTSPREV/SC	PSS	7548	Sem Benefício	
7	PA	MS 2004.39.00.003057-1	AFISEPA	PSS 11% EC 41	12145	Analísada	
8	PE	MS 20048300004555- 4	Rui Gondim Coutinho	PSS 11% EC 41	12975	Pend. Autoriz.	
9	PE	MS 20048300009469- 3	Josemar de Oliveira Santos Neves	PSS 11% EC 41	12976	Pend. Autoriz.	
10	PE	MS 20048300005220- 0	Nadja Buffone Pires	PSS 11% EC 41	13050	Pend. Autoriz.	

11	PE	MS 2004.83.00.8739-	SINDSPREV/PE	PSS 11% EC 41	13208	Analísada	
12	MT	MS 2004.4556-1	Wilma Campos Borges	PSS 11% EC 41	13227	Analísada	
13	SC	MS 8135-3/2000	SINDFISP	PSS	7552	Sem Benefício	
14	SC	MS 10378-2/99	SINTSPREV/SC	PSS	7548	Sem Benefício	
15	SC	MS 200400006812-3	SINDPREVS/SC	PSS 11% EC 41	12426	Pend. Autoriz.	
16	SP	MS 61.00.005353-3/0	Adélia Leal Rodrigues e outros	PSS 11% EC 41	12175	Desautorizada	
17	SP	MS 20046100011896-0	SINDSEF/SP	PSS 11% EC 41	12336	Pend. Autoriz.	
18	SP	MS 2004.61.00.011731-1	Sabato Antônio Magaldi e outros	PSS 11% EC 41	12413	Analísada	
19	SP	MS 2004.61.00.013778-4	Solon Ribeiro Filho	PSS 11% EC 41	12345	Analísada	
20	RJ	MS 51.01.003459-9/0	Hilda Regina Ribeiro e outros	PSS 11% EC 41	12760	Analísada	
21	RJ	MS 51.01.008818-3/0	João Batista Ferreira da Silva e outros	PSS 11% EC 41	12533	Analísada	
22	RJ	MS 51.01.008079-2/0	Aldo Lins e Silva	PSS 11% EC 41	12532	Analísada	
23	RJ	MS 51.01.008117-6/0	Magalita Guasti Miguel Pereira e outros	PSS 11% EC 41	12534	Analísada	
24	RJ	MS 20040340009423-4	AFIPAL	PSS 11% EC 41	12885	Desautorizada	obs:autor beneficiado pelo SICAJ 12913
25	RJ	MS 2004.51.02001852-9	Arcilia Soares Lourenço	PSS 11% EC 41	13662	Sem Benefício	
26	RN	MS 2004.84.00.001427-4	Maria Matilde Costa de Oliveira	PSS 11% EC 41	12209	Analísada	
27	RN	MS 2004.84.00.002392-5	Ailton Gomes da Silva	PSS 11% EC 41	12536	Analísada	
28	RN	MS 2004.84.00.003060-7	Carlos Alberto Salustino Dutra e Outros	PSS 11% EC 41	12537	Analísada	
29	RN	MS 2004.84.00.002709-8	Carlos Alberto Salustino Dutra e Outros	PSS 11% EC 41	12629	Analísada	
30	RN	AO 2004.84.00.002939-3	José Eriberto da Rocha	PSS 11% EC 41	13010	Desautorizada	obs:autor beneficiado pelo SICAJ 12913
31	DF	MS 61.00.005350-3/0	Flavio Moacyr Pinheiro Lima Junior e outros	PSS 11% EC 41	12177	Analísada	
32	DF	MS 61.27.000450-1/0	Neyde Lima Santos Corbelli	PSS 11% EC 41	12152	Analísada	
33	DF	MS 34.00.003768-3/0	FENAFISP	PSS 11% EC 41	12906	Analísada	
34	DF	MS 34.00.018316-9/0	FENAFISP	PSS 11% EC 41	12913	Analísada	
35	DF	MS 34.00.009423-4/0	ANFIP	PSS 11% EC 41	12921	Analísada	
36	DF	MS 34.00.017223-8/0	Bernadeth de Freitas Vieira e outros	PSS 11% EC 41	13116	Analísada	
37	DF	MS 34.00.018154-9/0	Gilson Campanha	PSS 11% EC 41	13214	Analísada	
38	DF	MS 34.00.017041-2/0	SINDIFISCAL	PSS 11% EC 41	13428	Analísada	
39	RJ	MS 2004.5101007024-5	Jadyr Maria Carvalho Caldas e Outra	PSS 11% EC 41	13086	Analísada	
40	RJ	MS 2004.5101002773-0	Luiz Barbosa Gondim e Outros	PSS 11% EC 41	13105	Analísada	
41	RJ	MS 2004.5101007076-2	Josias José de Mello e Outros	PSS 11% EC 41	13146	Analísada	
42	RJ	MS 2004.5101008474-8	Maria Coeli Cavalcante da Silva e Outros	PSS 11% EC 41	13260	Analísada	
43	RJ	MS 2004.5101008720-8	Narciso Carvalho de Azevedo	PSS 11% EC 41	13300	Analísada	
44	AL	MS 204.4309-5	SINDPREV/AL	PSS 11% EC 41	12710	Analísada	
45	RJ	MS 2004.51.01.013342-5	Jacy Chimenti	PSS 11% EC 41	13502	Analísada	
46	DF	MS 2004.34.00006091-6	SINDSPREV/RJ	PSS 11% EC 41	13393	Analísada	
47	RJ	MS 2004.5101008305-7	Dulce Nobre de Freitas e Outros	PSS 11% EC 41	13645	Pend. Autoriz.	
48	MG	MS 2004.3800019290-0	Rosa Maria de Carvalho e outros	PSS 11% EC 41	13543	Analísada	
ITEM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJETO
AÇÕES DE 47,94%							
1	CE	AO 2398-4/98		47,94%	10688	Analísada	

2	PB	AO 5875-6/94	José Aalberto Maciel de Carvalho	47,94%	9497	Analísada	
3	RN	AO 13233-1/97	Gisana Brito Medeiros	47,94%	301	Analísada	
AÇÕES DE 28,86%							
1	RS	AO 23625-0/97	UNASLAF	28,86%	10943	Autorizada	
2	RS	AO 10409-5/97	Irtton Antunes Avila	28,86%	3732	Analísada	
3	CE	MS 24175-3/93		28,86%	5341	Analísada	
4	DF	AO 6916-2/94	Corina Francisca de Souza Oliveira e Outr	28,86%	10704	Analísada	
5	DF	AO 14606-8/93	Selma do Rocio Xavier Ferreira e Outros	28,86%	10010	Pend. Autoriz.	
6	DF	AO 13138-9/93	José Pinheiro e Outros	28,86%	9112	Analísada	
7	DF	MS 18584-5/93	Maria Aparecida Rodrigues Possale Sandrine e Outros	28,86%	7619	Analísada	
8	DF	AO 9408-6/94	Adaliete do Rosário Benedito e Outros	28,86%	11173	Autorizada	
9	DF	AO 12480-3/93	Antonio Teles de Sousa e Outros	28,86%	11802	Autorizada	
10	DF	AO 348879-1/98	Maria Concilonila S.M. de Medeiros	28,86%	11842	Autorizada	
11	GO	AO 1684-2/95	Arsênio Neiva da Silva e Outros	28,86%	11305	Analísada	
12	PE	AO 97.9708-0	Justino Francisco dos Santos e outros	28,86%	13343	Analísada	
13	RJ	AO 0010012-4/94	Ana Maria da Silva Pessanha e Outros	28,86%	10907	Autorizada	
14	RN	AO 8963-4/99	Sergio Carvalho Alves	28,86%	10628	Analísada	
15	RN	AO 2553-5/97	Jackon Dantas e Outros	28,86%	10574	Analísada	
16	RN	AO 8771-9/97	Maria de Fatima Dantas Jeronimo	28,86%	10341	Analísada	
17	RN	AO 2001.84.000.10856-5	Cynthia Cinira de Amorim Santos	28,86%	11810	Autorizada	
18	RN	AO 24073-0/93	Maria de Fatima Campelo da Silva	28,86%	7748	Analísada	
19	SP	AO 607966-1/97	Antonio José Martins Júnior	28,86%	11723	Autorizada	
20	RN	AO 13604-0/1995	SINDIFISP - RN	28,86%	13870	Analísada	
21	RN	AO 8400001613-7/2000	Francisca Gomes Alves e Outros	28,86%	13858	Desautorizada	
AÇÕES DE 45%							
1	RJ	AO 42387-6/92	Maria Thereza de Souza Leão e Outros	45%	10842	Analísada	
2	RJ	RT 1577/89	Alba Regina de Jesus e Outros	45%	8823	Analísada	
AÇÕES DE PENSÃO VITALÍCIA							
1	RN	AO 11442-6/99	Orpheo Fraguas Resende	Pensão Vitalícia	10870	Sem Benefício	
AÇÕES DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE							
1	RS	AO 91803-6	Geraldo Andino Nobre	Adic. De Insalub.	11181	Pend. Autoriz.	
2	RS	RT 298801/81	Maria Auxiliadora da Silva e Outros	Adic. De Insalub.	10935	Pend. Autoriz.	
AÇÕES DE ANUÊNIO							
1	DF	AO 4660-0/94	Ulcimar Freitas	Anuênio	10705	Analísada	
2	DF	AO 9209-0/93	Neide Resende	Anuênio	11437	Autorizada	
3	CE	AO 2640-2/93	Zelia Maria Bezerra dos Santos e Outros	Anuênio	9837	Analísada	
4	SP	RT 4255/89	Anabel Fracalasse e Outros	Anuênio	8844	Pend. Autoriz.	
5	RJ	AO 6221220-0/84	Arminio Sampaio da Cunha e Outros	Anuênio	8803	Desativada	
6	RN	AO 15290-4/93	Sônia de Souza Marinho e Outros	Anuênio	5910	Analísada	
7	RN	AO 7729-5/93	Frnacisca Maria da Silva e Outros	Anuênio	5904	Analísada	
8	RN	AO 9058-5/93	Sônia Maria de Freitas Tertulino e Outros	Anuênio	5902	Analísada	
9	RN	AO 14933-4/93	José Alvarmar Gomes de Sena	Anuênio	5900	Analísada	
10	RN	AO 24939-8/93	Lenize Carvalho Fialho Café e Outros	Anuênio	5893	Analísada	
11	RN	AO 3464-2/93	Jaira Maria de Arruda Sales Costa	Anuênio	5891	Analísada	
12	RN	AO 15292-0/93	Edir Melo de Carvalho e Outros	Anuênio	5890	Analísada	
13	RN	AO 9838-3/94	Domingos Savio Pinheiro da Camara	Anuênio	5889	Analísada	
14	RN	AO 4782-7/94	José Salviano da Silva	Anuênio	5770	Analísada	
15	RN	AO 4074-1/94	Luzimar Mendes de Franca e Outros	Anuênio	5759	Analísada	
16	RN	AO 15293-9/93	Rosenblit Gomes de Miranda e Outro	Anuênio	5747	Analísada	
ITEM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJETO
17	RN	AO 8119-3/92	Maria das Neves Santos de Medeiros e Outros	Anuênio	5738	Analísada	
18	RN	AO 9057-7/93	Francisca das Chagas da Silva Campos	Anuênio	5727	Analísada	
19	RN	AO 3691-4/94	Maria Neide Dias e Outros	Anuênio	5722	Analísada	

20	RN	AO 7345-3/94	Edivaldo Pereira Guedes e Outro	Anuênio	5715	Analísada	
21	RN	AO 6685-2/92	Dalvanira Gomes Advincula e Silva e Outros	Anuênio	5713	Analísada	
22	RN	AO 11680-0/93	Milton Borges da Silva	Anuênio	5665	Analísada	
23	RN	AO 5789-8/93	Ana Tereza de Souza Rodrigues Gabriel Ferreira e Outros	Anuênio	5656	Analísada	
24	RN	AO 27794-4/93	Socorro Paula Torres de Franca e Outros	Anuênio	5652	Analísada	
25	RN	AO 3697-3/94	Antonia Zezilda Araújo de Souza e Outros	Anuênio	5647	Analísada	
26	RN	AO 24072-2/93	Renner Jales de Medeiros e Outros	Anuênio	5640	Analísada	
27	RN	AO 29555-1/93	Magnus Vinicius Pinheiro de Souza e Outros	Anuênio	5634	Analísada	
28	RN	AO 8122-3/92	Cleneide Quintela Gadelha do Espírito Santo e Outros	Anuênio	5626	Analísada	
29	RN	AO 16877-0/93	Albanita Santana Cau de Farias e Outros	Anuênio	5604	Analísada	
30	RN	AO 8768-1/93	Onofre Gomes de Lima e Outros	Anuênio	5601	Analísada	
31	RN	AO 16528-3/93	Aldenora Nobre de Amorim Souza e Outro	Anuênio	5597	Analísada	
32	RN	AO 23509-5/93	Terezinha Leandro da Silva e Outros	Anuênio	5585	Analísada	
33	RN	AO 8124-0/92	Maria do Rosario Dantas e Outros	Anuênio	5569	Analísada	
34	RN	AO 31224-3/93	Manoel Aragão Neto e Outros	Anuênio	5575	Analísada	
35	RN	AO 8362-7/93	Antonio Candido Ribeiro e Outros	Anuênio	5536	Analísada	
36	RN	AO 6683-6/92	João Honorio Sobrinho e Outros	Anuênio	5530	Analísada	
37	RN	AO 19604-9/93	Raimundo Paiva e Outros	Anuênio	5521	Analísada	
38	RJ	AO 5151008126-4/2003	Sueli Rebello Brandão	Anuênio	13734	Desautorizad	
AÇÕES DE PENSÃO							
1	RS	AO 2952-0/90	Josane Maria Lucena	Pensão	10552	Sem Benefic	
2	sp	2004.61.08.004970-4	Rita de Cássia Alves Ferreira Negreiros	Pensão	13437	Sem Benefic	
3	RJ	AO 1997.0041090-0	Renato Rivello	Pensão	13745	Sem Benefic	
4	RJ	AO 1997.0013707-4	Derly Menezes	Pensão	13751	Sem Benefic	
AÇÕES DE JETON							
1	MG	MS 22266-6/84	Moacir Borman de Siqueira Campos (MS 06-II-84-F)	Jeton	10372	Analísada	
AÇÕES DE GDAT							
1	BA	MS 330004099-3/2000	SINDIFISP	GDAT	7567	Homologada	
2	CE	MS 19424/2000	Adriana Moreira Tavares e Outros	GDAT	3328	Pend. Autoriz.	
3	DF	MS 28469-8/99	ANFIP	GDAT	8132	Homologada	
4	DF	MS 3400037454-1	Arthur Carlos da Silva	GDAT	7568	Homologada	
5	DF	MS 3400028299-1/99		GDAT	4495	Desativada	
6	DF	MS 28299-1/99		GDAT	97	Desativada	
7	ES	MS 9229-5/99	AFIPES	GDAT	7203	Desautorizac	
8	MG	MS 3800019543-9/2000	Eunice Maria Reis de Abreu e Outros	GDAT	8798	Sem Benefic	
9	MS	MS 60006808-7/99	ANFIP/MS	GDAT	7556	Autorizada	
10	PR	MS 32180-0/97	SINFISPAR	GDAT	8505	Homologada	
11	RJ	MS 21079-4/99	Roberto Villela Nunes e Outros	GDAT	7114	Desautorizac	
12	RN	MS 10941-3/2000	ANOFIP	GDAT	7243	Homologada	
13	RN	MS 11430-2/99	ANOFIP	GDAT	7242	Autorizada	
ITEM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJETO
14	RS	MS 7100025743-6/99	AGAFISP	GDAT	8851	Homologada	
15	RS	AO 2272-4/2000	Antonio Carlos Teixeira de Castro	GDAT	3568	Desautorizac	
16	SE	MS 5697-3/99	AFIPRESE	GDAT	3544	Homologada	
17	SE	MS 5697-3/99	AFIPRESE	GDAT	3544	Homologada	
18	SP	MS 6100046516-9/99	APAFISP/SP	GDAT	9945	Homologada	
19	SP	MS 6100049519-8/96	SINDFISP/SP	GDAT	2262	Homologada	
AÇÕES DE 3,17%							
1	AL	AO 965909-8/96	Neise Anibal Cavalcanti e Outros	3,17%	8725	Pend. Autoriz.	
2	AL	AO 4467-8/96	Ivanise Tavares do Nascimento e Outros	3,17%	8545	Analísada	
3	AL	AO 965798-2/96	Celio Antonio Emidio Silva	3,17%	8544	Analísada	
4	AL	AO 4294-2/96	Heliana Alves de Miranda e Outros	3,17%	8413	Homologada	
5	AL	AO 6208-0/96	Miguel Angelo de V. Buarque e Outros	3,17%	8228	Analísada	
6	AL	AO 5710-9/96	Sidney Ribeiro de Souza e Outros	3,17%	5911	Analísada	

7	AL	AO 4280-2/96	Terezinha de Barros Leao e Outros	3,17%	5881	Analísada	
8	AL	AO 4451-1/96	Geruza Costa Lima e Outros	3,17%	5807	Analísada	
9	AL	AO 285-3/97	Neide Quintino de O Silva e Outros	3,17%	5803	Analísada	
10	AL	AO 4526-7/96	Aurea Rita Costa Ezequiel e Outros	3,17%	5788	Homologada	
11	AL	AO 4944-2/97	Osvaldo Lourenço da Silva	3,17%	5781	Analísada	
12	AL	AO 5712-5/96	Mauro Lucio de Souza Duarte e Outros	3,17%	5777	Homologada	
13	AL	AO 5229-8/96	Gilda Lima Austrelino e Outros	3,17%	5753	Homologada	
14	AL	AO 4291-8/96	Neide Ribeiro Calazans e Outros	3,17%	5737	Analísada	
15	AL	AO 6195-5/96	Maria das Dores Silvestre e Outros	3,17%	5730	Analísada	
16	AL	AO 283-7/97	Carlos Eugênio Veiga dos Santos e Outros	3,17%	5657	Analísada	
17	AL	AO 5718-4/96	Carlos Barros Gomes e Outros	3,17%	5654	Analísada	
18	AL	AO 8038-0/96	Severino Roberto de Moraes	3,17%	5628	Analísada	
19	AL	AO 4475-9/96	Luciene Vieira de Araujo Menezes e Outros	3,17%	5456	Analísada	
20	AL	AO 00070-2/97	Valdeci Gomes da Silva Santos e Outros	3,17%	5454	Analísada	
21	AL	AO 2823-2/97	Antonio Luiz dos Santos e Outros	3,17%	5428	Analísada	
22	AL	AO 8007-0/96	Jose Alves de Souza e Outros	3,17%	5427	Analísada	
23	AL	AO 4981-5/96	Edjena Maria Silva Bispo e Outros	3,17%	5421	Analísada	
24	AL	AO 1768-0/97	José Veronildo Pessoa de Barros	3,17%	5411	Analísada	
25	AL	AO 8045-3/96	Maria Hilda da Rocha e Outros	3,17%	5402	Analísada	
26	AL	AO 0089-3/97		3,17%	4444	Analísada	
27	AL	AO 458-9/96	Mauricio Barbosa Lima e Outros	3,17%	3585	Analísada	
28	AL	AO 6207-2/96	Maria Celia Alves Reis e Outros	3,17%	3582	Analísada	
29	AL	AO 0290-0/97	Armando Nunes Brasil e Outros	3,17%	3578	Analísada	
30	AL	AO 5799-0/96	Tânia Velka D.M. de Almeida e Outros	3,17%	3340	Analísada	
31	AL	AO 0090-7/99	Pedro Alves de Oliveira e Outros	3,17%	3243	Analísada	
32	AL	AO 4449-0/96	Renilde de Melo A Silva e Outros	3,17%	2895	Analísada	
33	AL	AO 4478-3/96	Joaquim Farias do Nascimento e Outros	3,17%	2894	Analísada	
ITEM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJETO
34	AL	AO 8035-6/96	Luiz Pedro da Silva e Outros	3,17%	2843	Analísada	
35	AL	AO 4270-5/96	Paulo Nunes Leite e Outros	3,17%	2841	Analísada	
36	AL	AO 4662-0/96	Aluisio Pereira da Silva e Outro	3,17%	2840	Analísada	
37	AL	AO 4293-4/96	Denise Marques Santos e Outros	3,17%	2839	Homologada	
38	AL	AO 4663-8/96	Durval tabajara dos Santos e Outros	3,17%	2836	Analísada	
39	AL	AO 4659-0/96	Carlos Jorge Viana dos Santos e Outros	3,17%	2737	Analísada	
40	AL	AO 5222-0/96	Antonio Oliveira e Outros	3,17%	2733	Analísada	
41	AL	AO 5171-2/96	Maria Lucia Bezerra da Silveira e Outros	3,17%	2728	Analísada	
42	AL	AO 4988-5/96	Renato de Melo Barbosa e Outros	3,17%	2713	Homologada	
43	AL	AO 4286-1/96	Maria Alice dos Santos Correia e Outros	3,17%	2709	Homologada	
44	AL	AO 5863-6/96	Luciano P. Lima e Outros	3,17%	2706	Analísada	
45	AL	AO 4456-2/96	Maria de Fatima dos Santos Pereira e Outros	3,17%	2526	Analísada	
46	AL	AO 4190-3/96	José Potiguara de O Filho e Outros	3,17%	1878	Analísada	
47	AL	RT 51607/96	Roberto Luiz Kunller e Outros	3,17%	877	Analísada	
48	AL	AO 4479-1/96	Janssen de Gusmão Marques e Outros	3,17%	190	Analísada	
49	AL	AO 5865-2/96	Ligia Maria da Silva Barros e Outros	3,17%	187	Analísada	
50	AL	AO 4783-9/96		3,17%	168	Analísada	
51	AL	AO 5861-2/96	Gresio Liberato da Silva e Outros	3,17%	165	Analísada	
52	AL	AO 5231-0/96	Paulo Marcelo Ludovico da Silva e Outros	3,17%	7577	Analísada	
53	BA	MS 4146-0/95	SINDPREV/BA	3,17%	7728	Autorizada	
54	DF	MS 79215-5/98	SINPROPREV	3,17%	10838	Pend. Autoriz.	
55	DF	MS 4151-0/95	FENAFISP	3,17%	8806	Autorizada	
56	DF	AO 340014905-4/97		3,17%	2333	Pend. Autoriz.	
57	DF	AO 16567-5/99		3,17%	1339	Pend. Autoriz.	
58	DF	MS 37048-4/95		3,17%	747	Pend. Autoriz.	
59	DF	MS 200/0024867-3	ANFIP	3,17%	11885	Autorizada	
60	DF	AO 3400011244-7/2000	Antonia Maria Brigido de Araujo e Outros	3,17%	642	Sem Benefício	
61	ES	AO 5753-1/2000	João Batista da Silva	3,17%	3033	Analísada	
62	MA	AO 933-3/96	SINDSEP	3,17%	7692	Analísada	

63	PB	AO 6861-7/97	José Antonio Coelho Cavalcanti e Outros	3,17%	7594	Analísada	
64	PB	AO 3070-9/97	Celeste Ainda Martins Guerra e Outra	3,17%	7419	Homologada	
65	PB	AO 3466-6/97	Antonia Figueiredo Pires Ferreira	3,17%	2131	Pend. Autoriz.	
66	PB	AO 7866-3/97		3,17%	164	Analísada	
67	PE	AO 15994-9/97	SINDSEP/PE	3,17%	7160	Analísada	
68	RN	AO 4314-0/96	Elza Dantas Sales	3,17%	8524	Homologada	
69	RN	AO 4238-3/97	Edna Alves Lins de Araujo e Outros	3,17%	5846	Homologada	
70	RN	AO 10602-0/97	Maria Dinalva Costa de Oliveira	3,17%	5832	Analísada	
71	RN	AO 4316-7/96	Maria das Graças M. Olpes Cardoso e Outros	3,17%	3037	Homologada	
72	RN	AO 4612-3/96	SINDPREVS/RN	3,17%	582	Homologada	
73	RN	AO 4313-2/96	Edinora Medeiros F. da Silva	3,17%	431	Homologada	
74	RS	AO 22317-7/97	Cláudio Coelho Timme e Outros	3,17%	11556	Pend. Autoriz.	
75	RS	AO 1139-2/99	Ana Luiza Barbosa Vasconcellos e Outros	3,17%	6230	Homologada	
ITEM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJETO
AÇÕES DE ABONO PECUNIÁRIO							
1	PB	MS 5458-6/97	Marcio Piquet da Cruz	Abono Pecuniário	333	Analísada	
AÇÕES DE ABATE TETO							
1	CE	MS 810000114-0/2000	Francisco Oswaldo de Oliveira	Abate Teto	6914	Autorizada	
2	CE	MS 13601-3/94	Maria Auxiliadora de Sousa e Outros	Abate Teto	7314	Sem Benefício	
3	PE	MS 12345-5/91	Antonio Pedro de Moraes da Cunha e Outros	Abate Teto	1035	Pend. Autoriz.	
4	PE	MS 12905-4/91	Luis Alberto Martins Gonçalves	Abate Teto	10633	Autorizada	
5	PE	MS 91.12785-0	Pedro Ney Liberal e outros	Abate Teto	13340	Analísada	
6	PE	MS 9166-9/91	Jaime de Araujo Lima	Abate Teto	6685	Pend. Autoriz.	
7	PE	AO 83008147-4/2000	Eduardo de Albuquerque Melo Filho	Abate Teto	6700	Analísada	
8	RJ	MS 5101002639-1/2000	Nelson Fagundes de Mello	Abate Teto	7422	Sem Benefício	
9	RS	AO 9778-6/94	Lygia Lourdes Zugno Filippini e Outros	Abate Teto	9690	Sem Benefício	
10	RS	AO 21937-7/2001	Maria Dejarah Tubbs Ribeiro	Abate Teto	8629	Sem Benefício	
11	RS	MS 14166-1/94	Antonio Carlos Teixeira de Castro e Outro	Abate Teto	8862	Sem Benefício	
12	RS	MS 21884-4/91	Antonio Augusto Bomfiglio Olinto e Outros	Abate Teto	8855	Sem Benefício	
13	RS	MS 10720-1/95	Gelson Cesar de Vasconcelos	Abate Teto	8861	Sem Benefício	
14	RS	MS 780799-6/86	Hernani Del Corona e Outros	Abate Teto	7765	Sem Benefício	
15	RS	MS 6019-8/93	Estevam Carlos Teixeira de Freitas e Outros	Abate Teto	7764	Sem Benefício	
16	RS	AO 2110-0/96	Marlene Chies Stocker	Abate Teto	8871	Pend. Autoriz.	
17	RS	AO 5881-6/97	Cleonice Daniel Amaral	Abate Teto	1983	Sem Benefício	
18	RS	MS 33337-6/2000	Albertina de Mello Braga	Abate Teto	3179	Sem Benefício	
19	RS	MS 9877-0/92	Adão Moreira dos Santos e Outros	Abate Teto	7285	Sem Benefício	
20	RS	MS 34610-3/2000	Antonio de Padua Ferreira da Silva	Abate Teto	7165	Sem Benefício	
21	RS	AO 7100041013-9/2000	Nedy de Azevedo	Abate Teto	9551	Sem Benefício	
22	SC	MS 1202-0/99	Nilson Vieira Borges e Outro	Abate Teto	10532	Analísada	
23	SC	MS 3539-8/93	Altair da Silva Cascaes Sobrinho	Abate Teto	7286	Sem Benefício	
AÇÕES DE URP - ABRIL/MAI/1988							
1	PE	AO 5720-0/93	Pedro Francisco de Sousa e Outros	URP Abr/Mai-88	2318	Analísada	
AÇÕES DE PCCS							
1	BA	RT 1301085/89	SINDPREV/BA	PCCS – 100%	4109	Analísada	
2	DF	RT 354/95	Carlos Anderson Nunes de Amorim e Outros	PCCS - 47,11%	10776	Analísada	
3	DF	RT 050/90	Clarice Carneiro da Cunha Rocha e Outros	PCCS	10706	Analísada	
4	DF	MS 3400008202-3/2002	SINDPREV/BA	PCCS – 100%	9344	Pend. Autoriz.	
5	DF	MS 23502-0/2001	SINDPRESVS/RN (RT 144/90)	PCCS	8859	Analísada	
6	DF	RT 285/96	Maria Pereira de Jesus Clemente e Outros	PCCS	7177	Analísada	
7	DF	RT 285/96	Maria Pereira de Jesus Clemente e Outros	PCCS – 100%	2474	Desativada	
8	MG	RT 1307/90		PCCS - 47,11%	10515	Analísada	
9	MG	MS 3800036572-	Lúcia Aparecida Múlia	PCCS	10686	Analísada	

		5/2002					
10	MG	MS 1305-0/95	Emi Ferraz e Outros	PCCS – 100%	10182	Analísada	
11	MS	600-8/99	Justina Conche Farina e Outra	PCCS – 100%	3168	Autorizada	
ITEM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJETO
12	PE	MS 6524-7/99	Paulo Roberto de Lima	PCCS	10442	Desautorizada	
13	PE	AO 872-7/90	SINDSPREV/PE	PCCS - 100%	8828	Analísada	
14	PE	RT 490/91	SINDSPREV/PE	PCCS - 100%	3032	Analísada	208
15	PE	RT 1243/89	Abigail Saraiva da Silva e Outros	PCCS - 100%	10297	Analísada	
16	PE	RT 89/5001015620		PCCS - 100%	5218	Analísada	
17	PB	RT 1376/89	SINDSPREV/PB	PCCS - 110,03%	4181	Analísada	208
18	RS	AO 7100029131-3/2001	Jaira da Silva Costa	PCCS	11051	Analísada	
19	RS	AO 7100032561-3/2002	Flavio Carlos de Mattos	PCCS	10707	Autorizada	208
20	RS	AO 7100023277-5/2002	Lindolfo Carlos Marquadt	PCCS	10637	Autorizada	
21	RS	MS 7100027401-7/2001	Elzira Tavares alves (RT 12288326/89)	PCCS - 47,11%	9719	Analísada	
22	RS	AO 7100004616-1/2001	Maria Ines Reis Alves	PCCS - 47,11%	9499	Analísada	
23	RS	AO 7100026649-5/2001	SINDPREV (RT 12288326/89)	PCCS - 47,11%	9047	Analísada	
24	RS	AO 7100011591-9/2000	Maria da Graça Machado Futuro	PCCS	8509	Analísada	
25	RS	AO 7100028754-1/2001	Carlos Roberto Rodrigues da Silva	PCCS - 47,11%	8504	Analísada	
26	RS	AO 7100028765-6/2001		PCCS - 47,11%	8393	Desautorizada	
27	RS	AO 7100035761-7/2000	Celia Azambuja	PCCS	7593	Analísada	
28	RS	MS 7100006421-0/99	Jorge Borges de Menezes	PCCS - 47,11%	6445	Analísada	
29	RS	AO 71000012146-4/2000	Elisabeth Lima Donadio	PCCS - 47,11%	6434	Analísada	
30	RS	AO 71000014555-9/2000	Marisa Virginia Forlan	PCCS - 47,11%	6422	Analísada	
31	RS	AO 40317-2/2000	Rafael Nunes de Nunes	PCCS - 47,11%	2354	Analísada	
32	RS	AO 7100012145-2/2000	Elisabete Pires dos Santos	PCCS - 47,11%	2134	Analísada	
33	RS	AO 7100014206-6/2000	Beatriz Russowsky Zyngier	PCCS - 47,11%	2054	Analísada	
34	RS	AO 7103000701-4/2003	Nairo Greco	PCCS	11273	Autorizada	
35	RN	RT 2136/90	Maria das Graças A Machado e Outros	PCCS	11572	Pend. Autoriz.	
36	SC	AO 7200001303-4/2002	SINDPREVS (RT 958/90)	PCCS - 47,11%	9618	Desautorizada	
37	SE	AO 8010-3/2000	José Francisco Costa	PCCS - 47,11%	6375	Analísada	
38	SE	RT 1004/90	SINDPREV/SE	PCCS - 47,11%	1682	Analísada	
39	SE	MS 8500005346-6/2000	Ana Maria de Almeida Bressy e Outra	PCCS - 47,11%	1128	Desautorizada	
40	SP	AO 6100005739-1/2002	SINSPREV (RT 1571/89 - Francisco de A neto e Outros)	PCCS - 100%	9665	Autorizada	
41	SP	RT 1053/89	Noé Araujo dos Santos e Outros	PCCS - 47,11%	7139	Analísada	
AÇÕES DE QUINTOS/DÉCIMOS							
1	DF	AO 8649077-4/86	Francisco Leandro Filho	Quintos/Décimos	10837	Analísada	
2	DF	MS 3400007060-8/98	Sergio Luis de Castro Mendes Correa	Quintos/Décimos	9818	Analísada	
3	MA	MS 3700004128-1/2002	Maria das Graças Monteiro Fontoura	Quintos/Décimos	10238	Analísada	
4	PB	MS 7966-0/97	Sebastião Soares de Farias e Outros	Quintos/Décimos	10199	Analísada	
5	PR	MS 6207-0/95	Rui Agostinho da Silva e Outros	Quintos/Décimos	10189	Analísada	
6	RS	AO 7100017990-6/2002	Natalino Maccari	Quintos/Décimos	10564	Pend. Autoriz.	
7	RS	AO 7100035071-1	Ione Stumpf	Quintos/Décimos	11158	Autorizada	
8	RS	AO 7100016369-8/2002	Vivaldino José Luchese	Quintos/Décimos	10501	Analísada	

9	RS	AO 7100017991-8/2002	Luci Camargo Meggiolaro	Quintos/Décimos	10502	Analísada	
AÇÕES DE GDAJ							
1	DF	MS 3400024332-0/2000	ANPPREV	GDAJ	7241	Pend. Autoriz.	
2	DF	MS 27092-1/2001	SINPROPREV	GDAJ	8150	Analísada	
3	MG	MS 3803004500-1/2002	João Martins de Souza	GDAJ	10448	Desautorizada	
4	RJ	MS 5101023188-0/2000	Marcio Barbosa Cordeiro e Outros	GDAJ	9508	Analísada	
5	SP	MS 6100008561-8/2001	Rosa Brino e Outra	GDAJ	8507	Pend. Autoriz.	
ITEM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJETO
AÇÕES DE GADF							
1	CE	MS 23243-7/99	Francisco airton de Pinho	GADF	8802	Analísada	
2	CE	MS 13128-2/99	Paulo Ricardo Menescal Ferreira	GADF	7302	Analísada	
3	CE	MS 19156-9/98	Maria do Socorro Lopes de Moura e Outros	GADF	7300	Analísada	
4	CE	MS 19163-1/98	Stenio Cavalcante Fernandes e Outros	GADF	2445	Analísada	
5	CE	MS 19162-3/98	José Geraldo da Silveira e Outros	GADF	2447	Analísada	
6	CE	MS 19157-7/98	Celio Alan Cunha Moreira de Menezes e Outros	GADF	323	Analísada	
7	CE	MS 7036-4/99	Enio Ferreira Lima	GADF	326	Analísada	
8	CE	AC 20741-4/98	Geraldo Luciano Lopes	GADF	318	Analísada	
9	CE	MS 13071-7/2000	Sara Pinho de Azevedo	GADF	3175	Analísada	
10	CE	MS 23503-5/98	Maria Altanita Brito	GADF	8812	Analísada	
11	CE	MS 20742-2/98		GADF	8093	Analísada	
12	CE	MS 19160-7/98		GADF	8094	Analísada	
13	MG	MS 60920-1/97	Arlene Araujo e Outros	GADF	3245	Analísada	
14	MG	MS 63329-0/97	Antonio Jair Fernandes	GADF	6245	Analísada	
15	MG	MS 3800005905-0/98	Helio Boggione	GADF	9048	Analísada	
16	SE	MS 8500006609-0/2000	Benedita Nilza e Outros	GADF	8784	Desautorizada	
AÇÕES DE GRATIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA							
1	DF	AO 24278-0/91	Aloisio Gonzaga Pavie	Grat. Extraordin.	8857	Analísada	
AÇÕES DE GRATIFICAÇÃO JUDICIÁRIA							
1	MG	AO 373-6/86	Aloisio Gonzaga Pavie	Grat. Judiciária	8807	Analísada	
AÇÕES DE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE LOCALIDADE							
1	RO	RT 1052/91	Lenizete Lucia de Almeida Sussuarana	Grat.Esp.de Loc.	8852	Sem Benefício	
2	RO	RT 1052/91	Lenizete Lucia de Almeida Sussuarana	Grat.Esp.de Loc.	8400	Analísada	
3	RO	RT 1051/91	Ludmila Pereira Gomes e Outros	Grat.Esp.de Loc.	8398	Analísada	
4	MG	AO 3419/86-B	Márcia Maria B. Fernandes	Grat.Esp.de Loc.	11266	Autorizada	
AÇÕES DE FUNÇÃO GRATIFICADA							
1	CE	MS 19161-5/98	Magda Bezerra Ponchet e Outros	Função Gratif.	10026	Analísada	
2	CE	MS 19158-5/98	Maria Julieta Távora Arruda e Outros	Função Gratif.	9457	Analísada	
AÇÕES DE VANTAGENS PESSOAIS							
1	AM	AO 341-0/83	Maria da Conceição Coutinho da Silva e Outros	Vantag. Pessoais	8854	Desautorizada	
2	DF	MS 2646-1/93	João Martins de Souza	Vantag. Pessoais	9113	Analísada	
3	DF	MS 8609-0/2002	Weiss Webber A Cavalcante e Outros	Vantag. Pessoais	11123	Analísada	
4	DF	MS 2002.00.35170-8	ANFIP	Vantag. Pessoais	11743	Pend. Autoriz.	
5	MG	MS 3800016621-0/98	Débora da Conceição Maia Beraldo e Outros	Vantag. Pessoais	9679	Analísada	
6	MG	MS 3800029274/2002	Guilherme Estrada Rodrigues e Outros	Vantag. Pessoais	10589	Autorizada	
7	MA	MS 3062-1/2002	Antonia Francisca S.B. Maria e Outros	Vantag. Pessoais	11240	Autorizada	
8	MG	AO 385/87	Maria das Mercez Lamego Pinheiro	Vantag. Pessoais	8016	Analísada	
9	MA	MS 2003.37.00.0011853-4	George Cortez Arrais	Vantag. Pessoais	11741	Autorizada	
10	RJ	RT 1984/6083340	Adauto Moreira Rios	Vantag. Pessoais	10443	Analísada	
11	RJ	MS 768327-8/86	Manoel Iran Borges dos Santos	Vantag. Pessoais	2358	Analísada	
ITEM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJETO
AÇÕES DE BIENAL							

1	BA	MS 23156-8/2002	Denilson Fernandes Sacramento	BIENAL	10570	Desautorizada	
2	DF	AO 14766-2/86	Alda Bernardes de Faria e Silva e Outros	BIENAL	10613	Pend. Autoriz.	
3	DF	MS 27594-7/98	Lucia de Paula Moreira e Outros	BIENAL	10365	Analizada	
4	DF	AO 20051-1/80		BIENAL	9074	Analizada	
5	DF	AO 8849-4/85		BIENAL	9073	Analizada	
6	MA	AO 3450-0/84		BIENAL	7677	Analizada	
7	PB	MS 6915-0/97	Evaldo Ribeiro Silva	BIENAL	10237	Analizada	
8	PB	MS 8642-9/97	Temistocles Gonçalves Lacet	BIENAL	9936	Analizada	
9	PB	MS 8641-0/97	Adete Delgado Ribeiro Silva	BIENAL	9686	Analizada	
10	PB	MS 92299-2/97	Alda Pereira de Lima	BIENAL	9504	Analizada	
11	PR	AO 7570-2/97	Gelcyr Luiz ancheski e Outro	BIENAL	10741	Analizada	
12	PR	MS 5774-7/97	Alvarez Guimaraes da Costa e Outros	BIENAL	7930	Analizada	
13	PR	AO 97.21449-4	Alfredo Machado Lopes e Outros	BIENAL	12011	Analizada	
14	RJ	AO 5102005680-0/2000	José Henrique de Mesquita	BIENAL	10803	Analizada	
15	RJ	MS 12171-0/96		BIENAL	9072	Analizada	
16	RJ	MS 5907-3/97		BIENAL	8805	Analizada	
17	RJ	AO 624863-2/84	Leolita Miranda Tavares e Outros	BIENAL	8801	Pend. Autoriz.	
18	RJ	AO 624863-7/85	Leolita Miranda Tavares e Outros	BIENAL	1644	Pend. Autoriz.	
19	RJ	AO 6281427-0/84	Joaquim Avelino Serrão e Outros	BIENAL	8404	Analizada	
20	RJ	AO 628142-7/84	Joaquim Avelino Serrão e Outros	BIENAL	2106	Pend. Autoriz.	
21	RJ	AO 598858-6/84	Emília da Silva Peixoto e Outros	BIENAL	5309	Pend. Autoriz.	
22	RJ	AO 607986-5/84	Ednalva de Almeida Matos e Silva e Outro	BIENAL	4554	Analizada	
23	RJ	AO 595769-9/84	Yara Freitas Cantinho e Outros	BIENAL	2975	Pend. Autoriz.	
24	RJ	AO 697707-3/84	Odette dos Reis Sarandy	BIENAL	1520	Pend. Autoriz.	
25	RJ	MS 13317-6/97	Lídia de O Nogueira e Outros	BIENAL	11264	Autorizada	
26	RJ	AO 252565-8/80	Milton Barreto de Oliveira e Outros	BIENAL	2498	Pend. Autoriz.	
27	RJ	AO 2003.5101.007832-0	Vilma Lemos Costa	BIENAL	11837	Autorizada	
28	RS	AO 7100003134-8/2003	Iria Thereza Bomassarg	BIENAL	11205	Autorizada	
29	RS	AO 7100003147-6/2003	Luiz Carlos Ferreira Pinto	BIENAL	11206	Autorizada	
30	RS	AO 7100003136-1/2003	Américo Zarpelon	BIENAL	11291	Autorizada	
31	RS	AO 7100003137-3/2003	Jurandyr Azambuja	BIENAL	11290	Autorizada	
32	SC	AO 4099-0/73		BIENAL	9051	Analizada	
33	SP	MS 42492-0/98	Diogo João Porta Martins e Outros	BIENAL	10742	Analizada	
34	SP	AO 499768-9/82	Carlos Lopes Bravo e Outros	BIENAL	9803	Analizada	
35	SP	AO 6339441-0/83		BIENAL	8834	Analizada	
36	SP	AO 4257596-7/82		BIENAL	8932	Analizada	
37	SP	AO 425596-8/81	Alvaro Franco Caruso e Outros	BIENAL	8831	Analizada	
38	SP	AO 5059267-0/82		BIENAL	8931	Analizada	
39	SP	AO 501701-7/82		BIENAL	8930	Analizada	
40	SP	AO 457576-8/82		BIENAL	8928	Analizada	
41	SP	AO 571673-0/83		BIENAL	8820	Analizada	
42	SP	AO 6365892-2/84	Adail Couto Paes e Outros	BIENAL	8819	Analizada	
43	SP	AO 2777355-0/81		BIENAL	8742	Analizada	
44	SP	AO 569186-9/83		BIENAL	7779	Analizada	
45	SP	AO 6486126-0/84	Alberto Botafogo Fagundes e Outros	BIENAL	5961	Analizada	
46	SP	MS 98.42491-1	Celina de Oliveira e Outros	BIENAL	11230	Autorizada	
47	SP	AO 573152-6/83	Adélia Paravicini Torres e Outros	BIENAL	5636	Analizada	
48	SP	MS 9706-5/99	Antonio Gomes Ferreira e Outro	BIENAL	3183	Analizada	
ITEM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJETO
AÇÕES DE INCORPORAÇÃO DE FUNÇÃO							

1	CE	MS 19160-7/98	João Leonardo Silveira e Outros	Incorp. De Função	8094	Analísada	
2	CE	MS 20742-2/98	Benedito Gomes do Nascimento e Outros	Incorp. De Função	8093	Analísada	
3	CE	MS 7476-4/99	Maria do Socorro Nogueira de Almeida	Incorp. De Função	373	Analísada	
4	DF	MS 3400019528-6/2002	ANPPREV	Incorp. De Função	10339	Pend. Autoriz.	
	MG	AO 2003380006886-0	Maria Aparecida Campos	Incorp. De Função - DAS	13470	Analísada	
5	PA	MS 3900002097-3/99	Adriano Yared de Oliveira	Incorp. De Função	265	Analísada	
6	PE	MS 5089-4/99	Regina Silva Santos	Incorp. De Função	232	Analísada	
7	PE	MS 12001-0/84	Vandregesilo Neves Pereira	Incorp. De Função	6724	Analísada	
8	PE	AO 4032-0/2000	Maria Neide Nogueira Baracho	Incorp. De Função	6782	Analísada	
9	PE	AO 476-4/90	João Afonso Diniz Ferraz	Incorp. De Função	6715	Analísada	
10	PE	MS 5089-4/99	Regina Silva Santos	Incorp. De Função	232	Analísada	
11	PR	MS 11138-1/95	Simone Gonçalves de Sá e Outros	Incorp. De Função	7501	Analísada	
12	RN	RT 1370/89	Manoel Rosa de Medeiros	Incorp. De Função	8800	Analísada	
13	RN	RT 867/8	Maria Josefina Trindade	Incorp. De Função	5589	Analísada	
14	RN	AO 105-0/84	Mario Rocha	Incorp. De Função	5589	Analísada	
AÇÕES DE ENQUADRAMENTO							
1	RS	AO 693706-3/85	Wilmar Pereira Neto	Enquadramento	10279	Pend. Autoriz.	
2	SC	RT 160/90	José Luiz Fernandes Ribeiro	Enquadramento	10095	Pend. Autoriz.	
3	RJ	RT 108/90	Maria da Conceição Aparecida de Andrade Silva	Enquadramento	10094	Pend. Autoriz.	
4	DF	RT 1095/92	Odilon Jose Vieira	Enquadramento	10081	Pend. Autoriz.	
AÇÕES DE REINTEGRAÇÃO							
1	DF	MS 7005-0/2000	Marilza Vieira Freire e Outro	Reintegração	10854	Sem Benefício	
2	ES	AO 5001006350-6/2000	Dalva de Jesus Rodrigues	Reintegração	11190	Pend. Autoriz.	
3	PE	AO 8300022603-1/2001	Antonio Aureliano Soares	Reintegração	10335	Sem Benefício	
4	RJ	AO 99.0652386-7	Kátia José de Oliveira Araújo	Reintegração	13123	Sem Benefício	
5	SP	RT 507/94	Roberto de Lima Campos	Reintegração	13239	Sem Benefício	
6		AO 2004.5101004590	Renato Pereira da Costa e Outros	Reintegração	13224	Sem Benefício	
7	GO	AC 3750-0/2002	Fleury José Machado	Reintegração	9927	Pend. Autoriz.	
8	RO	AO 2002.4100001563-0	Regina Brito Onofre da Costa	Reintegração	13781	Sem Benefício	
AÇÕES RESTABELECIMENTO DE APOSENTADORIA							
9	PE	AO 95.0007568-7	José Gomes Aprígio	Restabelecimento de aposen	13876	acompanhamento	
AÇÕES DE QUINQUÊNIO							
1	DF	MS 3400014773-0/97	ANFIP	QUINQUÊNIO	10526	Pend. Autoriz.	
2	DF	MS 3400006136-6/2003	ANFIP	QUINQUÊNIO	11252	Autorizada	
3	DF	MS 37372-0/2002	Dário Lopes da Costa e Outro	QUINQUÊNIO	11257	Pend. Autoriz.	
4	DF	MS 3400002167-4/2003	Djacyr Cavalcanti de Arruda	QUINQUÊNIO	11256	Pend. Autoriz.	
5	DF	MS 19012-6/2003	ANPPREV	QUINQUÊNIO	11538	Pend. Autoriz.	
6	RS	MS 710052895-0/2000	Marcelino Carmeliano de Miranda	QUINQUÊNIO	11051	Autorizada	
7	SP	RT 242/89	Lucilio Salvador Michetti e Outro	QUINQUÊNIO	9085	Analísada	
AÇÕES DE REENQUADRAMENTO							
1	GO	AO 8042-7/95	Shirley Dalenogari Costa	Reenquadramento	10568	Pend. Autoriz.	
2	RJ	AO 5594-0/88	Cleber Pinheiro	Reenquadramento	10370	Autorizada	
3	SP	RT 938/92	Ecilda Maria da Silva Nunes	Reenquadramento	10461	Pend. Autoriz.	
4	PR	AO 12538-5/1991	Belkis Fernandes e Outros	Reenquadramento	1447	Pend. Autoriz.	
5	RS	AO 1100947-0/91	Aguinaldo Mendes de Lima	Reenquadramento	9711	Sem Benefício	

6	PB	AO 3306-2/95	Amélia de Oliveira Barros Soares	Reenquadramento	2422	Sem Benefic.	
AÇÕES DE HORA EXTRA							
1	BA	RT 47578/85	Sergio Aurino Reis Borges	Hora Extra	1715	Analísada	
2	DF	RT 17688/88	Silene Duarte Rezende Barbosa	Hora Extra	6928	Analísada	
3	DF	RT 1772/89	Antonia de Maria Alves de Souza e Outros	Hora Extra	5529	Pend. Autoriz.	
4	DF	RT 46634/85	Adésia Maria da Conceição Laborda Chenaud	Hora Extra	1853	Analísada	
5	DF	RT 082/86	Antonio Espiridião de Moraes e Outros	Hora Extra	4712	Analísada	
6	RJ	RT 6253385/84	Sidney Teixeira de Carvalho e Outros	Hora Extra	1292	Analísada	
ITEM	UF	Nº DA AÇÃO	INTERESSADO	ASSUNTO	SICAJ	SITUAÇÃO	ALT. OBJETO
AÇÕES DE 12 REFERÊNCIAS							
1	PI	RT 395/90	SINTSPREVS	12 REFERENC	7661	Analísada	
AÇÕES DE OPÇÃO FUNÇÃO DAS-101.6							
1	SE	AO 2362-8/95	Reinaldo da Cruz e Outros	Opção Func. DAS6	8848	Analísada	
AÇÕES DE FC/DC							
1	DF	AO 668-4/85	Luiz Gonzaga Santana	FC/CD	8829	Analísada	
2	MS	MS 6000438-3/99	Wellington João Santiago Ramos	FC/CD	7998	Desautorizada	
AÇÕES DE DIFERENÇA INDIVIDUAL LEI 7923/89							
1	CE	AO 12099-0/99	Maria Del Carmem Alvarez Fontenele	Dif.Ind.Lei 7923/89	935	Analísada	
2	MG	MS 122489-9/98	Salatiel Ladislau Carrilho Machado	Dif.Ind.Lei 7923/89	10520	Analísada	
3	MG	MS 3400012261-3/98	Alaim Mello dos Santos e Outros	Dif.Ind.Lei 7923/89	10571	Analísada	
4	MG	MS 3800062987-1/97	Geraldo Magela Gomes e Outros	Dif.Ind.Lei 7923/89	9986	Analísada	
5	MG	MS 17981-3/98	Luiz Ulisses Elmaes Bitencourt	Dif.Ind.Lei 7923/89	9458	Analísada	
6	MG	MS 63257-0/97	Vinicius Alves da Cruz e Outros	Dif.Ind.Lei 7923/89	3035	Analísada	
7	MG	MS 6024-4/97	Francisco Carlos Freire e Outros	Dif.Ind.Lei 7923/89	3039	Analísada	
8	MG	MS 3800061556-0/97	Adjalme de Souza e Outro	Dif.Ind.Lei 7923/89	360	Analísada	
9	MG	MS 12249-1/98	Mario Lucio da Cunha e Outros	Dif.Ind.Lei 7923/89	354	Analísada	
AÇÕES DE ART. 192 LEI 8.112/90							
1	MG	3800021399-4/99	Antonio Wandy Menezes e Outro	Vant.Art.192 L.8112/90	8799	Autorizada	
2	PE	MS 9414025-8/94	José Luis Carvalho Aguiar e Outros	Vant.Art.192 L.8112/90	9816	Analísada	
3	PE	MS 14006-1/94	Elisabete Auxiliadora Melo de Souza e Outros	Vant.Art.192 L.8112/90	9808	Analísada	
4	PE	MS 264-7/95	Fernando Rafael Nunes e Outros	Vant.Art.192 L.8112/90	3739	Analísada	
5	PE	MS 14003-7/94	Rivani Maria de Oliveira Santos e Outros	Vant.Art.192 L.8112/90	6888	Analísada	
6	PE	MS 2965-8/99	Maria Elba Araújo Bandeira Farias	Vant.Art.192 L.8112/90	6902	Analísada	
7	PE	MS 1404-5/94	Juracy Batista de Melo e Outros	Vant.Art.192 L.8112/90	10216	Analísada	
8	RJ	AO 5811422-2/98	Nelson Machado	Vant.Art.192 L.8112/90	404	Analísada	
9	RS	AO 7100003276-5	Wilson Muller da Rocha	Vant.Art.192 L.8112/90	10455	Analísada	
AÇÕES DE ART. 184							
1	PR	AO 2682-0/88	Jurema Manfredini	Art.184 L. 1711/52	400	Analísada	
AÇÕES DE DIFERENÇA DE VENCTº/PROVENTO							
1	DF	MS 11757-7/2002	Arthur Carlos da Silva	Dif.Ventº/Provento	11106	Autorizada	
AÇÕES DE COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL							
1	RJ	MS 5101025040-	Maria do Carmo Daniel dos Santos	Compl.Sal.Dec	10530	Analísada	

		4/2001		438/88			
2	CE	RT 2099/91	Antonio Barbosa da Silva e Outros	Compl.Sal.Dec. 438/88	3720	Analizada	
3	CE	RT 74392/88		Compl.Sal.Dec. 438/88	734	Analizada	
4	SC	MS 7205003358- 5/2000	Aluisio Alfredo S. Pantoja	Compl.Sal.Dec. 438/88	9050	Analizada	
5	SP	AO 202695-3/91	José Jorge Prado	Compl.Sal.Dec. 438/88	2340	Analizada	
AÇÕES DE VANTAGEM PESSOAL INONIMADA							
1	DF	AO 701572-90/2002	Weiss Webber A Cavalcante	Vant. Pes. Inonimada	11229	Autorizada	
AÇÕES DE VANT.PES.ART. 13							
1	RS	AO 1503261-3/97	Alberico Guelfi	Vant.Pes.Art.13	11211	Autorizada	
AÇÕES DE APOSENTADORIA INTEGRAL							
1	BA	MS 3300010604- 8/2002	Raquel Maria Varjão de Oliveira	Aposent. Integral	11376	Sem Beneficiario	
AÇÕES DE GDAP							
1	SC	MS 72051192-6/2002	SINDPREV/SC	GDAP	11429	Autorizada	
AÇÕES DE FG e GADF							
1	SC	MS 72000002373- 1/2003	Hilda Schweitzr Tristão	FG e GADF	11292	Autorizada	
AÇÕES DE REPRESENTAÇÃO MENSAL							
1	DF	MS 40952-7/2000	Dario Lopes da Costa	Rep.Mens.Dec. 333/87	2524	Analizada	
2	DF	MS 25658-8/97	Regina Célia S. Alves e Outros	Rep.Mens.Dec. 333/87	11094	Pend. Autoriz.	
3	DF	MS 4389-3/2001	Abidias Jose de Sousa e Outros	Rep.Mens.Dec. 333/87	8568	Analizada	
4	PA	MS 390000461-1/98	Dircelia Koury Palmeira	Rep.Mens.Dec. 333/87	8830	Analizada	
AÇÕES DE GRATIF. SUPLEMENTAR - GPS							
1	DF	MS 2000.34.00.43001 7	Oneire Moreira Damasceno Coelho	GPS	3124	Autorizada	
2	DF	MS 2000.34.00.42820 5	Antonio Ribeiro Lima	GPS	2837	Autorizada	
3	DF	MS 2000.34.00.043608-1	Jamil Francisco dos Santos e outros	GPS	12591	Pend. Autoriz.	
4	DF	MS 2000.34.00.042823-3	Célia Bezerra da Silva Abreu e outros	GPS	12662	Pend. Autoriz.	
5	DF	MS 2000.34.00.042814-4	Donizete José Pereira e outros	GPS	12563	Pend. Autoriz.	
6	DF	MS 2000.042821-8	Carmem Célia de Freitas Santos e Outros	GPS	11777	Autorizada	
AÇÕES DE GRATIF. 33% - DEC. 2.374/87							
1	DF	MS 2003.34.00.29915 2	SINDSEP/PE	Gratif. 33%	11771	Analizada	
2	PE	MS 2002.34.00.26113 4	Adel Barreto e Outros	Gratif. 33%	11653	Autorizada	
TOTAL DE AÇÕES CADASTRADAS					612		

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
443.328.311-87	Ségio Luís de Castro Mendes Corrêa	Procurador Chefe da Procuradoria Federal

		Especializada/INSS
266.487.841-72	Luís Felipe da Cunha Neves Gonzaga	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
029.406.578-40	Cornélio Medeiros Pereira	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
924.826.275-91	Leonardo Silva Lima	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS

AVALIAÇÃO DA SFC:

Diante do exposto, verifica-se que as informações prestadas pelo Gestor limitaram-se aos controles das Ações Judiciais cadastradas no SICAJ, sem, no entanto, o Órgão Jurídico do INSS externar se vem ou não acompanhando as providências que são adotadas nos casos de sentenças judiciais transitadas em julgado, que não tenham determinado explicitamente sua incorporação definitiva. Assunto PENDENTE de providências por parte do Instituto.

4.1.1.33 INFORMAÇÃO:

=> **ACÓRDÃO nº 2.079/2004 - TCU - 1ª Câmara - TC nº 003.371/1995-6 - Concessão de aposentadoria a sete servidoras da Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA. Inclusão, nos proventos de duas servidoras, de parcela de 26,05%, referente à URP de fevereiro/89, por força de sentença judicial. Incidência do percentual em diversas rubricas. Irregularidade. Ilegalidade dos atos e negativa de registro. Suspensão do pagamento das verbas irregulares. Dispensa de ressarcimento dos valores recebidos. Legalidade das demais concessões.**

Pelo Acórdão em referência, foi determinado pelo Tribunal o seguinte:

"9.1. - considerar legais os atos de aposentadoria de Carmélia Barbosa da Silva (fls. 7/8), Margarete da Rosa Mendes (fls. 3/4), Maria Kerttu Villikko Parno (fls. 11/12), Terezinha Aparecida de Vasconcelos Marques (fls. 1/2) e Waldete Evangelista de Freitas (fls. 9/10), determinando os respectivos registros;
9.2. considerar ilegais as concessões de aposentadoria às servidoras Cândida Maria Medeiros Campos (fls. 15/16) e Maria Norma Albuquerque Barcelos (fls. 13/14), recusando-se registro aos respectivos atos;
9.3. determinar ao Instituto Nacional do Serviço Social, na figura de sucessor da extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA, que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste acórdão, dê ciência às interessadas e faça cessar os pagamentos

decorrentes das concessões impugnadas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, em conformidade com o disposto no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal e no art. 262 do Regimento Interno/TCU;

9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidas, recebidas de boa-fé pelas Sras. Cândida Maria Medeiros Campos e Maria Norma Albuquerque Barcelos, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal."

Com objetivo de obter informações quanto às providências adotadas pelo INSS para atendimento às determinações do TCU, emitimos a Solicitação de Auditoria - SA nº 153860-40, de 23.11.2004.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta, foi encaminhado o Ofício nº 1.258/INSS/DCGAB, de 30.11.2004, no qual a Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos informa o seguinte:

"01. (...), estamos encaminhando aos respectivos Serviços de Recursos Humanos das Gerências-Executivas indicadas abaixo:

<i>SRH/GEX</i>	<i>SERVIDORAS</i>
<i>Belo Horizonte/MG</i>	<i>Waldete Evangelista de Freitas</i>
<i>Fortaleza/CE</i>	<i>Cândida Maria Medeiros Campos</i>
<i>Rio Branco/AC</i>	<i>Carmélia Barbosa da Silva</i>

*02. Ressalta-se, por oportuno, que em consulta realizada ao SIAPE verificou-se que MAGARETE DA ROSA MENDES, pertence ao Quadro de Pessoal do Ministério da Previdência Social - MPS, e que MARIA KERTTU VILLIKKO PARNO, TEREZINHA APARECIDA DE VASCONCELOS MARQUES e MARIA NORMA ALBUQUERQUE BARCELOS não são servidoras deste Instituto, porém, não se logrou localizar o órgão ou entidade de lotação das mesmas.
(..)."*

Em complementação a essas informações, o Gestor encaminhou Ofício nº 1.372/INSS/DCGAB, de 31.12.2004, anexando informação de 14.12.2004, do Serviço de Recursos Humanos da Gerência-Executiva em Belo Horizonte/MG, com o seguinte teor:

"Atendendo a solicitação citada (...), sobre as providências adotadas com vista a dar cumprimento às determinações emitidas pelo Tribunal de Contas da União, referente à inclusão das parcelas de 26,05% - URP de fevereiro/89 nos proventos da servidora WALDETE EVANGELISTA DE FREITAS, matrícula 0753457, informamos:

- o processo de aposentadoria foi encaminhado para arquivo em 27.1.1995, com parecer de legalidade sobre a concessão pela Delegacia de Controle Interno, e encontra-se na pasta funcional da interessada;
- conforme consta das fichas financeiras (...), desde janeiro/96, época em que os dados dos servidores da extinta FLBA foram transferidos para este Instituto, a servidora em questão não recebeu a referida vantagem.

Diante do exposto, não há providências a serem adotadas por este Serviço."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Diante dos fatos apresentados pela Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos, o assunto encontra-se no âmbito das Gerências-Executivas do INSS para localização das servidoras, objetivando adotar as medidas preconizadas no Acórdão nº 2.079/2004. No entanto, a questão continua PENDENTE de solução, excetuando o que concerne às servidoras Cândida Maria Medeiros Campos e Maria Norma de Albuquerque Barcelos, que segundo informações da Gerência-Executiva do INSS em Fortaleza, não vêm recebendo a RT 1437/90, desde maio/2002 e junho/2001, respectivamente, bem como quanto à servidora Waldete Evangelista de Freitas, que segundo informações da GEX/Belo Horizonte, também não recebe a referida vantagem.

4.1.1.34 INFORMAÇÃO:

=> ACÓRDÃO nº 2.091/2004 - TCU - 1ª Câmara - TC nº 852.418/1997-3 - Aposentadoria. INSS. Inclusão, no benefício, de parcelas referentes aos planos econômicos (URP e Plano Collor), supostamente amparadas pelo instituto da coisa julgada. Verificação da inexistência de decisão judicial a sustentar tais pagamentos após a data-base seguinte da categoria. Utilização de critério irregular de reposição. Ilegalidade do ato. Aplicação da Súmula nº 106.

Pelo Acórdão em referência, o TCU determinou o que segue:

- "9.1. considerar ilegal o ato concessório de fls. 01/02, em favor de Augusto César Barros de Almeida, recusando-lhe registro;*
- 9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, pelo interessado, consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;*
- 9.3. determinar à entidade de origem que:*
 - 9.3.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, faça cessar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, contados a partir da ciência da presente decisão, sob pena de*

responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. passe a adotar o entendimento manifestado na presente deliberação para todos os casos similares, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.443/92;

9.4. determinar à SEFIP que acompanhe, com rigor, a implementação das determinações constantes dos itens 9.3.1 e 9.3.2 supra, representando ao Tribunal em caso de descumprimento."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício nº 1.243/INSS/DCGAB, de 25.11.2004, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do INSS encaminhou justificativas do Chefe da Seção de Recursos Humanos da SRHAC - Rio Branco, esclarecendo que:

"(...) Informamos que tendo em vista a complexidade do assunto (transitada em julgada a decisão derradeira, e sem a possibilidade atual de qualquer recurso ou ação rescisória, tem-se por definitiva a decisão judicial), foi submetida à apreciação da Procuradoria Federal Especializada desta GEX.

Devemos informar, que com relação a URP 26,06 (fevereiro), foi concedido Mandado de Segurança nº 2004.30.00.001542-9, o qual determina ao INSS que "abstenha-se de suspender o pagamento das incorporações dos índices referentes à URP, tal como recomendado no Acórdão 1.551/2004/TCU, de 29.6.2004.

Finalmente, gestões foram tomadas para a devida comunicação ao TCU através do Gerente Executivo."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Diante dos fatos descritos pela área de Recursos Humanos da Gerência-Executiva de Rio Branco/AC, vê-se que nenhuma providência foi adotada em relação às determinações prolatadas pelo TCU, em razão das sentenças proferidas nas Ações Judiciais, conforme justificado pela citada Gerência. Portanto, o assunto continua PENDENTE.

4.1.1.35 INFORMAÇÃO:

=> ACÓRDÃO nº 1.295/2004 - TCU (TC nº 011.361/2004-30) - Consulta acerca da possibilidade de utilização de critério avaliativo distinto do valor de mercado, para fins de alienação de imóveis não operacionais do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, gerido pelo Ministério das Cidades.

Foi determinado no Acórdão em referência o que segue:

"9.1.1. a alienação de imóveis não operacionais do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR deve observar impreterivelmente o valor de mercado, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.702/98 c/c o art. 24, inciso VII, da Lei nº 9.636/98; c/os arts. 15, §§ 1º e 6º; 24, incisos VII, VIII, X, XX e XXIII; 43, inciso IV; 44, § 3º; 48, inciso II; 120 da Lei nº 8.666/93 e c/os itens 3, 4.1.2, 4.2.1, 4.4, 4.5. 4.8.11 e 4.8.12 da Orientação Normativa nº ON-GEADE-004, de 25.02.2003, da Secretaria de Patrimônio da União, haja vista que não há amparo legal para a utilização do método involutivo para a avaliação econômica dos respectivos imóveis, a partir do valor limite de cada unidade residencial no âmbito do respectivo Programa;

9.1.2. os imóveis não operacionais do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS pertencem ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social, instituído pelo art. 68 da Lei Complementar nº 101/2000, em consonância com o art. 250 da Constituição Federal de 1988, e, por conseguinte, não podem ser utilizados para financiar programas sociais do Governo Federal, conforme vedação inserta no art. 61, parágrafo único, da Lei Orgânica da Seguridade Social, nº 8.212/91;

9.2. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Ministro de Estado da Previdência Social, ao Ministro de Estado das Cidades e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por intermédio do Ofício nº 1.135 INSS/DCGAB, de 28.10.2004, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do INSS, encaminhou informação do Chefe de Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário com o seguinte teor:

"1. As avaliações de imóveis no INSS só são feitas observando o valor de mercado.

2. Em referência a Decisão do TCU em tela, esclarecemos que tal decisão foi objeto de consulta dos Ministérios das Cidades e da Previdência Social cuja iniciativa foi deste signatário, visto o caráter especial da necessidade de avaliação dos imóveis.

3. Observamos que o método INVOLUTIVO, pela norma da ABNT, também é considerado método de valor de mercado e já foi aprovado pela Secretaria de Patrimônio da União e pela Rede Ferroviária Federal.

4. A Decisão do TCU em referência não é definitiva, visto que atualmente é objeto de EMBARGO pelos Ministérios que fizeram a consulta ao TCU.

5. As avaliações de imóveis no INSS são feitas quer pelos Engenheiros do INSS quer pelos Engenheiros da Caixa - habilitados e competentes para tal."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Conforme justificativas apresentadas às determinações formuladas pelo TCU, o INSS esclareceu que as avaliações dos imóveis são realizadas com base nos preços de mercados, por métodos aprovados pela Secretaria de Patrimônio da União.

Sobre a matéria, o Tribunal, mediante Acórdão nº 1.702/2004-TCU-Plenário, julgou na Sessão de 3.11.2004, o que segue:

"(...)nos Embargos de Declaração opostos pelo Ministro de Estado da Previdência Social e pelo Ministro de Estado das Cidades, contra o Acórdão nº 1.295/2004-Plenário, que apreciou Consulta acerca da metodologia de avaliação a ser utilizada para fins de alienação de imóveis dominicais do Instituto Nacional do Seguro Social ao Programa Arrendamento Residencial - PAR, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal - CEF, decidiu, com fulcro nos arts. 32, II e 34 da Lei nº 8.443/92, conhecê-lo, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, acolhê-los com efetivos infringentes, alterando-se o subitem 9.1.1. do Acórdão nº 1.295/2004 -Plenário para dar-lhe a seguinte redação:

"9.1.1. considerando a autorização legislativa insculpida no art. 1º da Lei nº 9.702/98, é cabível a utilização do método involutivo para a alienação de imóveis do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS considerados desnecessários ou não operacionais, inclusive à União independente de vinculação a quaisquer programas governamentais, desde que devidamente comprovado que a metodologia utilizada seja a mais vantajosa ou a única alternativa possível para aferição do valor de mercado, em observância aos arts. 1º da Lei nº 9.702/98 c/c o art. 24, inciso VII, da Lei nº 9.636/98."

Tendo em vista que o TCU considerou cabível a utilização do método involutivo utilizado pelo INSS para a alienação de imóveis, desde que seja a metodologia mais vantajosa ou a única alternativa possível, conforme Acórdão nº 1.702/2004, consideramos o assunto RESOLVIDO.

4.1.1.36 INFORMAÇÃO:

=> ACÓRDÃO nº 2.167/2004 TCU - 1ª Câmara (TC nº 007.487/2003-0) - Regularidade dos cadastros dos atos de admissão e concessão via sistema Siape. Cruzamento de dados de diferentes sistemas de dados. Irregularidades relacionadas com aposentadorias, pensões, óbitos, prazo de procurações, invalidez, acumulações ilícitas, ausência de cadastro e inobservância de prazo, entre outras. Formação de processos apartados. Determinações. Arquivamento.

Pelo Acórdão em referência, o TCU determinou o seguinte:

"9.8. determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que:

9.8.1. examine a regularidade da aposentadoria concedida, em 29/10/86, ao servidor José Rodrigues Fernandes (matrícula Siape nº 0140850), por invalidez permanente, com proventos integrais, no cargo de Auditor Fiscal da Previdência Social, suspendendo, de imediato, os pagamentos correspondentes, haja vista que o beneficiário ocupava, concomitantemente com o referido cargo, desde 17/10/67, o de Auditor Fiscal da Receita Federal, no Ministério da Fazenda (Gerência Regional de Administração em São Paulo), no qual se aposentou, com proventos proporcionais em 18/4/96, adotando, ainda, caso de confirmem os indícios de fraude na concessão da aposentadoria, providências para apuração da responsabilidade dos agentes públicos eventualmente envolvidos, sem prejuízo da ação penal cabível, nos termos do art. 185, § 2º, da Lei nº 8.112/90;

9.8.2. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento dos proventos da servidora aposentada Eliane Barros Pereira (matrícula Siape nº 0559560), considerando a opção já feita pelos benefícios de pensão que detém no Ministério da Fazenda (Gerência Regional de Administração em Minas Gerais), na condição de filha solteira, maior de vinte e um anos e não ocupante de cargo público permanente;

9.8.3. proceda ao levantamento dos proventos de aposentadoria pagos indevidamente à servidora inativa Eliane Barros Pereira (matrícula Siape nº 0559560), a partir de 16/7/99, data da opção feita pelos benefícios de pensão no Ministério da Fazenda (Gerência Regional de Administração em Minas Gerais), para devolução ao erário pela beneficiária, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90, bem como adote providências para apuração da responsabilidade dos agentes públicos eventualmente envolvidos na continuidade dos pagamentos de aposentadoria mesmo após feita a opção pela servidora;

9.8.4. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, informações acerca das medidas adotadas e dos resultados alcançados no cumprimento das presentes determinações".

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por intermédio do Ofício nº 1.141 INSS/DCGAB, de 29.10.2004, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do INSS, esclareceu que a Diretoria de Recursos Humanos procedeu o encaminhamento do assunto às Gerências-Executivas São Paulo-Sul e Belo Horizonte/Serviço de Recursos Humanos, considerando que os servidores em questão são lotados naquelas Unidades. Em decorrência dos fatos, solicitou dilatação no prazo de atendimento para manifestar-se sobre o assunto.

Em 18.11.2004, pelo Ofício nº 1.212 INSS/DCGAB, foram encaminhados os esclarecimentos sobre as providências adotadas pela área de Recursos Humanos da Gerência-Executiva de São Paulo-SUL, com relação ao servidor José Rodrigues Fernandes, matrícula SIAPE 140850, conforme a seguir relatado:

"(...)

José Rodrigues Fernandes - matrícula SIAPE 140850

Admitido em 22/08/50

Cargo: Fiscal de Contribuições Previdenciárias

Aposentado em 29/10/86, com 35 anos, 8 meses e 24 dias (contagem até 30/06/86), Portaria nº 390, de 16/01/86, publicada no DOU nº 207, de 29/10/86.

Fundamentação Legal: art. 176, inciso II, da Lei nº 1711/52, com redação dada pela Lei nº 6481/77 e inciso II do art. 184, da Lei 1711/52.

Apostilada a alteração do Fundamento Legal a partir de 29/10/98, data do laudo médico, por ser portador de moléstia enquadrada no § 1º do art. 186 da Lei 8112/90.

Óbito em 18/09/2004 - transformado em Instituidor de Pensão Vitalícia para Anna Maria de Almeida Fernandes - Portaria INSS/SRH/GEXSP/SUL, nº 155, de 16/09/04, publicada no DOU nº 180, de 17/09/04.

2- Constatamos pelo histórico acima, extraído do processo de aposentadoria nº 35366/8918/86 (...) que houve o preenchimento dos requisitos para a aposentação em 29/10/86, estando, pois, regular a concessão.

3- No que concerne a concessão da aposentadoria proporcional em 18/04/96 (data em que já existia o sistema SIAPE) pelo Ministério da Fazenda, não foi observado por aquele órgão que o ex-servidor já estava aposentado na esfera federal desde 29/10/86, assim como não se constatou a incompatibilidade e a concomitância dos respectivos cargos no momento da aposentação naquele Ministério. Em assim sendo, fica evidenciado que a aposentadoria que foi concedida de forma irregular foi a do Ministério da Fazenda, porquanto apesar da existência o sistema SIAPE desde o ano de 1991, não foi constatado a impossibilidade da concessão do benefício, gerando portanto a duplicidade de aposentadoria e pagamentos.

4 - A referenciada diligência solicita de imediato a suspensão dos pagamentos correspondente, procedemos a

suspensão da pensão concedida por esta gerência no mês de novembro/2004 (...), no entanto pelo que foi exposto anteriormente reiteramos a inexistência de irregularidade ou indício de fraude na concessão da aposentadoria e por conseguinte no benefício de pensão."

Com relação à servidora aposentada Eliane Barros Pereira, matr. 559560 a Gerência-Executiva de Belo Horizonte, informou por meio do Memorando nº 485/SRH/GEXBHZ, que cancelou a aposentadoria, conforme PT/INSS/GEXBHZ nº 167, de 08.11.04, publicada no DOU nº 217, de 11.11.04, com efeitos a partir de 16.07.99.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Conforme as providências adotadas pelas Gerências-Executivas do INSS em São Paulo e Belo Horizonte, os fatos colimados no Acórdão em análise foram regularizados.

4.1.1.37 INFORMAÇÃO:

=> ACÓRDÃO nº 1.448/2004 - 2ª Câmara - TCU (TC nº 013.664/1999-9) - Incorporação à aposentadoria de Planos econômicos: Verão e Collor. Incorporação de URP (26,05%) e IPC (84,32%) e de Gratificação de Localidade, por força de decisão judicial. Reforma da decisão por meio de Ação Rescisória. Descabimento da gratificação nos proventos em face do disposto no art. art. 17, parágrafo único, alínea b, da Lei nº 8.270/91. Ilegalidade e negativa de registro do ato. Aplicação da Súmula nº 106.

Por meio do Acórdão em referência, que trata do ato de aposentadoria da Sra. Sebastiana Tavares dos Santos, ex-servidora da Superintendência Estadual do INSS em Rondônia, no cargo de Agente de Portaria, o TCU determinou que:

"9.1. com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c com os arts. 1º, inciso V e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, considerar ilegal o ato de fls. 01/02, recusando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o recolhimento das importâncias indevidamente recebidas, de boa-fé, pela inativa, consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;

9.3. determinar à Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social em Rondônia, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, que faça cessar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, contados a partir da ciência da presente decisão, sob pena de

responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4 determinar à Sefip que verifique a implementação das medidas consignadas no item 9.3, representando ao Tribunal, caso necessário;

9.5 dar ciência desta Deliberação à interessada e à Superintendência Estadual do INSS em Rondônia."

Com o objetivo de obter as informações sobre as providências adotadas para atendimento das determinações do TCU, encaminhamos à Diretoria de Recursos Humanos a Solicitação de Auditoria - SA nº 153860-12, de 18.10.2004.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por intermédio do Ofício nº 1.140 INSS/DCGAB, de 29.10.2004, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do INSS, encaminhou documento INSS/DIRRH/CGARH/DPJUD (01.700.203), de 28.10.2004, com a seguinte informação:

"(...)

2. Em atendimento à Solicitação de Auditoria em referência, informamos o seguinte:

a) o Acórdão nº 1448/2004 relativo a diligência solicitada por meio do Ofício nº 4265/2004 - TC/SEFIP, de 25.8.2004, à Superintendência Estadual do INSS em Rondônia referente à servidora aposentada SEBASTIANA TAVARES DOS SANTOS, matrícula 0943.751, conforme informação via e-mail (...) da Chefe de Recursos Humanos da Gerência-Executiva Porto Velho/RO, foi comunicado à Secretaria de Fiscalização de Pessoal/TCU, por meio do Ofício nº 232/GAB/GEXPTV/INSS/RO, de 16.9.2004, que a partir de janeiro/2003, não mais constava em seus proventos mensais as incorporações por força de decisão judicial, dos Planos Econômicos URP 26,05% e IPC 84,32% e da Gratificação de Localidade, encaminhando anexo ao citado Ofício as fichas financeiras do período de janeiro/1994 a agosto/2004;

(...) "

AVALIAÇÃO DA SFC:

Diante do exposto, verifica-se que a Gerência Executiva do INSS em Porto Velho/RO, adotou as medidas preconizadas no Acórdão nº 1.448/2004 - TCU, estando o assunto RESOLVIDO.

4.1.1.38 INFORMAÇÃO:

=> DECISÃO nº 026/2002 - TCU - Plenário - TC nº 001.157/1998-1 - PCCS, com a redação dada pela DECISÃO nº 1.367/2002 - TCU - Plenário.

Assunto tratado no item 4.1.1.5.6 do Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 139816/2004.

"Justificativa do Gestor:

Em relação às medidas preconizadas na Decisão nº 026/2002 - TCU, a Corregedoria-Geral, tem a informar que na sua área de atuação, procedeu a análise do mencionado relatório, por meio do Parecer/INSS/CORREG/Nº 0015C/2004 (...). Foram constatados irregularidades no pagamento de débito trabalhista, contudo o caso também mostrou envolvimento de Procurador Federal. Assim, o Parecer foi encaminhado ao Gabinete do Sr. Diretor-Presidente/INSS, nos termos do artigo 32, inciso X, do Decreto nº 4.688/2003, com sugestão de remessa à Procuradoria-Geral Federal, em razão do exposto no 11, § 2º, inciso VI, da Lei nº 10.480/2002."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Segundo informações da Corregedoria-Geral o assunto está afeto à Procuradoria-Geral Federal-PGF/AGU, por envolver Procurador Federal. Portanto o cumprimento da Decisão continua PENDENTE.

=> DECISÃO nº 1.367/2002 - TCU - Plenário (TC nº 009.033/1993-9) - PCCS.

Assunto tratado no item 4.1.1.5.9 do Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 139816/2004.

"Justificativa do Gestor:

A Corregedoria-Geral em seu Parecer nº 0015-C/2004 - CORREG - 01.800.000, de 29.3.2004, relativo à DECISÃO Nº1367/2002 - TCU - Plenário, acima referenciada, informa que em face das irregularidades no pagamento de débitos trabalhistas "envolver membros da carreira de Procurador Federal, sugerimos a remessa do presente ao Gabinete do Sr. Presidente de INSS, em razão do disposto no artigo 11, § 2º, inciso VI, da Lei nº 10.480/2002, c/c artigo 32, inciso X, do Decreto nº 4.688/2003."

AVALIAÇÃO DA SFC:

Segundo informações da Corregedoria-Geral o assunto está afeto à Procuradoria-Geral Federal-PGF/AGU, por envolver Procurador Federal. Portanto o cumprimento da Decisão continua PENDENTE.

4.1.1.39 CONSTATAÇÃO:

=> ACÓRDÃO nº 1.449/2004 - TCU - 2ª Câmara (TC nº 019.777/2003-3) - Aposentadoria. Inclusão de percentuais referentes à URP (26,05%), IPC (84,32%) e PCCS em decorrência de sentenças judiciais transitadas em julgado. Ilegalidade. Negativa de registro de atos. Súmula nº 106/TCU.

Por meio do Acórdão em referência, que trata dos atos de aposentadoria das Sras. Jaci Cleide Franca de Medeiros, Rosalina Ferreira de Oliveira, Selda da Silveira Moura e Yara Silveira de Castro Borges de Medeiros, o TCU determinou o que segue:

"9.1. considerar ilegais os atos de aposentadoria das Sras. Jaci Cleide Franca de Medeiros (fls. 01/02), Rosalina Ferreira de Oliveira (fls. 03/05), Selda da Silveira Moura (fls. 06/07) e Yara Silveira de Castro Borges de Medeiros (fls. 08/09), recusando-lhes registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé, até a data da notificação deste Acórdão ao órgão concedente, de conformidade com a Súmula nº 106/TCU;

9.3. determinar à Superintendência Estadual do INSS no Rio Grande do Norte que:

9.3.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, faça cessar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, contados a partir da ciência da presente deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. observe, no que couber, as medidas preconizadas na Decisão/TCU nº 26/2002 - Plenário, relativamente à vantagem "PCCS" acrescida nos proventos do ato de fls. 01/02 por força de sentença judicial;

9.4. determinar à SEFIP que verifique a implementação das medidas consignadas no item 9.3 supra;

9.5. orientar a Superintendência Estadual do INSS no Rio Grande do Norte de que as concessões podem prosperar, mediante emissão de novos atos em que sejam suprimidas as irregularidades verificadas, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU."

Visando obter informações sobre as providências adotadas para atendimento das determinações do TCU, encaminhamos à Diretoria de Recursos Humanos a Solicitação de Auditoria - SA nº 153860-12, de 18.10.2004.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR

Por intermédio do Ofício nº 1.140 INSS/DCGAB, de 29.10.2004, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do INSS,

encaminhou documento INSS/DIRRH/CGARH/DPJUD (01.700.203), de 28.10.2004, com a seguinte informação:

"(...).

2. Em atendimento à Solicitação de Auditoria em referência, informamos o seguinte:

a) (...);

b) o Acórdão nº 1.449/2004, relativo à diligência solicitada por meio do Ofício nº 4262/SEFIP, de 26.8.2004, à Superintendência Estadual do INSS no Rio Grande do Norte, referente às servidoras aposentadas JACI CLEIDE FRANCA DE MEDEIROS, ROSALINA FERREIRA DE OLIVEIRA, SELDA DA SILVEIRA MOURA e YARA SILVEIRA DE CASTRO BORGES DE MEDEIROS, conforme informação via e-mail (...) da Chefe da Seção de Recursos Humanos da Gerência Executiva Natal/RN, o Grupo de Trabalho encarregado pela análise de Processos Trabalhistas já se manifestou por meio do parecer (cópia anexa) e está prestes a ser encaminhado ao Sr. Gerente para fins de remessa ao TCU.

(...)"

O Parecer referido no item "**b**", da resposta acima transcrita, emitido pelo Grupo de Trabalho da Procuradoria Federal Especializada/INSS em Natal/RN, de 24.9.2004, apresentou os seguintes esclarecimentos:

"Interessados: Jaci Cleide França de Medeiros (CPF nº 315.219.324-68); Rosalina Ferreira de Oliveira (CPF nº 026.652.632-20); Selda da Silveira Moura (CPF nº 004.259.314-04) e Yara Silveira de Castro Borges Medeiros (CPF nº 043.918.374-04).

1. Encaminhado processo administrativo pela Chefia do Contencioso Judicial desta Procuradoria, versando sobre determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) contida no Ofício nº 4262/2004, de 26.8.2004 (referente ao Acórdão nº 1.449/2004) para imediata cessação do pagamento relativo às seguintes vantagens integrantes dos proventos de aposentadoria dos interessados acima nominados, quais sejam: a) percentual de 84,32% (IPC) e PCCS, por força de decisões judiciais na RT nº 1610/90 e na RT nº 144/90, respectivamente; b) percentuais de 26,06% e 26,05%, decorrentes, respectivamente, das RT's 1.364/92 e 520/89.

2. Preliminarmente, considerando que o INSS não foi parte nas Reclamações Trabalhistas nºs 1.364/92, 520/89 - nas quais figurou no pólo passivo a LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - LBA, sucedida e representada judicialmente pela UNIÃO, este Grupo de Trabalho solicitou à Seção de Recursos Humanos - SRH (Equipe de Aposentadorias e Pensões) desta GEXNAT, informar qual o

órgão de origem dos servidores aposentados acima nominados, bem como o(s) órgão(s) responsável(eis) pela implantação das vantagens ora questionadas pelo v. acórdão do e. TCU (fl. 10/11).

3. Em resposta, a Sra. Chefe da SRH informa que as servidoras **Rosalina Ferreira de Oliveira**, matrícula SIAPE nº 758375, **Selda da Silveira Moura**, matrícula SIAPE nº 750773 e **Yara Silveira de Castro Borges de Medeiros**, matrícula SIAPE nº 750613, são servidoras da extinta LBA, sendo redistribuídas para este Instituto pela Portaria PT/MARE/SRH nº 927, publicada no DOU de 29/03/96; já a servidora **Jaci Cleide França de Medeiros**, matrícula SIAPE nº 924.097, foi admitida no INSS em 13/02/84. Informa a SRH, por fim, que as vantagens concedidas pelas decisões judiciais proferidas nas RT's 1.364/92 e 520/89, constantes dos proventos das servidoras **Rosalina Ferreira de Oliveira**, **Selda da Silveira Moura** e **Yara Silveira de Castro Borges de Medeiros**, foram implantadas pelo seu órgão de origem (LBA); e que as vantagens decorrentes das RT's 144/90 e 1610/90, constantes dos proventos da servidora aposentada **Jaci Cleide França de Medeiros**, foram implantadas pelo INSS em cumprimento às referidas decisões judiciais (fl.13).

4. Em face dessas informações (fl. 13) e considerando a superveniência da Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, mencionada no v. Acórdão do TCU, à fl. 3, este Grupo de Trabalho solicitou à SRH: a) se as servidoras acima nominadas fizeram a opção de que trata o art. 3º e parágrafos da referida Lei; b) se a mencionada Lei implicou alterações nos proventos das servidoras, especialmente no que tange à absorção das vantagens judiciais, tais como Adiantamento Pecuniário (PCCS) da RT da RT 144/90 (fl.14).

5. Em resposta, a Sra. Chefe da SRH prestou as seguintes informações, à fl. 15:

"a) A servidora Jaci Cleide França de Medeiros, não optou pela Carreira do Seguro Social, mas pela Carreira Previdenciária (Lei nº 10.355/01) e percebe a Gratificação (GDAP).

b) Quanto às servidoras Rosalina Ferreira de Oliveira, Selda da Silveira Moura e Yara Silveira de Castro Borges Medeiros, estas optaram por integrar a Carreira do Seguro Social, porém não são beneficiárias da RT 144/90. Contudo, cabe esclarecer que a Lei nº 10.855/04, foi alterada pela MP 199, de 15/07/04 e que não ensejou redução de proventos."

6. Feito esse relato, passa-se à manifestação.

6.1 - Primeiramente, com relação à **vantagem de 84,32%** (RT nº 1610/90) incorporada aos proventos da servidora **Jaci Cleide França de Medeiros**, cumpre registrar que a sentença proferida no processo de conhecimento transitou em julgado, encontrando-se o feito em fase de execução, estando pendente de julgamento de Recurso Ordinário interposto pelo INSS, nos autos da Ação Rescisória nº 00657-2002-000-21-00-2 (petição de fls. 16/35, acórdão de fl. 36 e RO de fls. 37/50 e informação processual de fl. 51, remetido ao Colendo Tribunal Superior do Trabalho em 26/02/2004), em que se discute a legalidade da incorporação do mencionado percentual. Trata-se, como vê, de matéria que se encontra sub judice.

6.2 - No que se refere à vantagem **PCCS**, também integrante dos proventos da servidora **Jaci Cleide França de Medeiros**, cabem as seguintes considerações:

6.2.1. A vantagem em tela foi incorporada aos vencimentos da servidora interessada por força decisão judicial. De notar que a sentença da 3ª JCM de Natal (fls. 52/60), proferida no processo de conhecimento, transitou em julgado (fl. 60). No processo de execução, foram interpostos agravos de petição pelo INSS e pelo sindicato reclamante - SINDIPREVS - RN, tendo o e. Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região negado provimento ao recurso do INSS e dado parcial provimento ao recurso do SINDIPREVS-RN, a fim de incluir os anuênios, quintos e décimos incorporados nos cálculos do PCCS, consoante acórdão de fls. 61/74. Contra esse acórdão o INSS, por meio desta Procuradoria, interpôs Recurso de Revista, protocolado no e. Tribunal Superior do Trabalho sob o nº 596274/99 (fls. 75/92), **ainda pendente de julgamento na instância superior** (cf. andamento processual à fl. 93). Cabe ainda, ressaltar que referido recurso é desprovido de efeito suspensivo. Conclui-se, assim, que a matéria ainda se encontra sub judice.

6.2.2. Saliente-se, noutro vértice, que o Despacho/DCPES/RL/Nº 092/2001, de 17.12.2001, da Procuradoria Geral/Coordenação do Contencioso Judicial/Divisão do Contencioso de Pessoal (01.200.21) - Fls. 94/95 - recomenda a manutenção dos pagamentos da mencionada vantagem enquanto não houver pronunciamento judicial que respalde o seu corte administrativo; ademais, o Despacho 01.200.2 nº 513/2001 de 18.12.2001, da Coordenação-Geral do Contencioso Judicial (fl. 95-A), determina a adoção das medidas recomendadas no despacho DCPES/RL/Nº 092/2001, retromencionado; ademais, a mensagem enviada por e-mail no dia 21.01.2003, pela Doutora Judith Vaz (fls. 96/97), Diretora Presidente do INSS, à época, determinou que nenhuma providência de suspensão de pagamento do PCCS fosse tomada até resolução do problema no âmbito da Direção do INSS.

6.3. Ocorre, entretanto, que, **recentemente**, por sugestão deste Grupo de Trabalho, a matéria sob exame foi apreciada pela Chefia Nacional da Procuradoria Federal Especializada - INSS, em Brasília, no bojo do procedimento originado do Ofício nº 3235/2004, referente ao Acórdão do TCU nº 1.177/2004, que, em caso semelhante ao presente, determinou à Gerência Executiva do INSS/Natal a imediata cessação do pagamento relativo às mesmas vantagens judiciais ora questionadas (84,32% e PCCS) integrantes dos proventos de outros servidores desta GEXNAT. Na oportunidade, o Sr. Coordenador-Geral de Matéria Administrativa da PFE-INSS, Dr. Glauco Alves Cardoso Moreira, proferiu o Despacho PFE-INSS/CGMADM/GAB Nº 1299/2004, de 15 de setembro de 2004, aprovado pelo Sr. Procurador-Chefe Nacional da PFE-INSS, Dr. Jéferson Carus Guedes (fls. 98/107), sugerindo que essa PFE-INSS/Natal-RN fornecesse subsídios ao Gerente Executivo desta GEXNAT com vista à interposição de recurso administrativo contra o v. acórdão do TCU nº 1.177/2004, medida que, segundo o mencionado Despacho, poderia justificar o não cumprimento imediato da v. decisão da colenda Corte de Contas.

6.4. Com relação às vantagens incorporadas aos proventos das servidoras **Rosalina Ferreira de Oliveira, Selda da Silveira Moura e Yara Silveira de Castro Borges de Medeiros**, (...), os percentuais de 26,06% e 26,05% são decorrentes, respectivamente, das RT's 1.364/92 e 520/89, reclamações trabalhistas nas quais o INSS não foi parte, tendo figurado no pólo passivo a LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - LBA, sucedida e representada judicialmente pela UNIÃO. Ademais, segundo a informação prestada pela SRH, referidas vantagens foram implantadas no contracheque das servidoras pelo seu órgão de origem (LBA), autarquia também sucedida pela União.

7. Ante todo o exposto, este Grupo de Trabalho manifesta-se conclusivamente nos seguintes termos:

a) relativamente ao percentual de 84,32% (RT nº 1610/90) e à vantagem denominada PCCS (RT nº 144/90), ambos incorporados aos proventos da servidora **Jaci Cleide França de Medeiros**, considerando os termos do citado Despacho PFE-INSS/CGMADM/GAB Nº 1.299/2004, aprovado pelo Procurador Chefe Nacional da PFE-INSS, no sentido de que esta PFE local forneça subsídios ao Gerente Executivo desta GEXNAT com vista à interposição de **recurso administrativo** contra o v. acórdão do TCU nº 1.177/2004, este Grupo de Trabalho **SUGERE** o encaminhamento do presente processo à douta Consultoria Jurídica desta PFE/INSS local, tendo em vista que a providência a ser adotada é, à toda evidência, de natureza nitidamente **administrativa**, o que refoge às atribuições deste Grupo de Trabalho, que integra a estrutura da Seção de Contencioso Judicial desta

Procuradoria, e cuja atuação, de acordo com os termos do art. 3º, inciso VII, parágrafo único, da Portaria PGF/PFE/INSS - Natal nº 006/2004, de 26 de julho de 2004, limita-se a intervenções de índole judicial nos feitos em trâmite na Justiça Obreira.

b) no que se refere às vantagens incorporadas aos proventos das servidoras Rosalina Ferreira de Oliveira, Selda da Silveira Moura e Yara Silveira de Castro Borges de Medeiros, decorrentes, respectivamente, das RT's 1.364/92 e 520/89, considerando que o INSS não foi parte nas referidas ações judiciais; considerando que tais vantagens foram implantadas pelo órgão de origem das servidoras, LBA, instituição sucedida e hoje representada pela União; entendemos que deve ser encaminhada cópia integral do presente expediente à douta Procuradoria da União (PU/AGU) nesta Capital, para que esta se manifeste sobre a determinação contida no v. Acórdão do TCU, em exame. Contido, também por se tratar de providência de cunho administrativo, pelas mesmas razões expostas na alínea anterior, entende este Grupo de Trabalho, salvo melhor juízo, caber à douta Consultoria desta Procuradoria avaliar a conveniência de tal medida."

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em NATAL/RN no exercício de 2004.

Procurador Federal Especializado em NATAL/RN.

CPF	NOME	CARGO
085.453.241-20	Lúcia Helena de Carvalho	Diretora de Recursos Humanos do INSS
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS

AVALIAÇÃO DA SFC:

Diante do exposto, verifica-se que as determinações contidas no Acórdão nº 1.449/2004-TCU encontram-se PENDENTES de providências por parte do INSS, tendo em vista que o Grupo de Trabalho constituído para análise do assunto em tela sugeriu que a Consultoria Jurídica daquela Gerência Executiva se manifestasse quanto ao feito a ser realizado, por entender que se trata de decisão de cunho administrativo.

4.1.1.40 INFORMAÇÃO:

=> DECISÃO nº 493/2002 - TCU - 2ª Câmara - TC 004.029/1999-2 - Regularização dos pagamentos a título de Adiantamento Pecuniário - PCCS

Os pagamentos a título de PCCS foram tratados no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, ocasião em que foram considerados PENDENTES de regularização.

Em julgamento à TC nº 004.029/1999-2, item 8.2, o Tribunal de Contas da União proferiu a Decisão nº 493/2002, com as seguintes determinações à Superintendência Estadual do INSS no Espírito Santo:

"8.2.1 adote junto à Superintendência Estadual do INSS/ES as providências necessárias, conforme Decisão nº 26/2002-TCU-Plenário, à regularização dos pagamentos a título de Adiantamento Pecuniário - PCCS, efetuados aos seguintes funcionários:

NOME	MATRÍCULA	AÇÃO
Rosângela Francisca Gonçalves	0937910	RT 1571/89/São Paulo
Haroldo Alves Bahia	0886959	RT 890001425-1/MG (16/JCJ)
Roseana Taqueti Silva	0891759	RT 890001425-1/MG (16/JCJ)
Gerson Rivadávia de Medeiros	0925948	RT 12288326/RS
Olívia Domingos de Oliveira Barbosa	0602025	RT 1472/89/São Paulo
José Soares Miranda	0886762	RT 378/89/ES
Dayse Solange Melo Alves Silva	0898271	RT 13891085-01/89/13ª JCJ/BA-TRT/5ª
Hilda Alves dos Santos	0882101	RT 13891085-01/89/13ª JCJ/BA-TRT/5ª
Luzia Cilene Lopes da Silva	0881815	RT 13891085-01/89/13ª JCJ/BA-TRT/5ª
Regina Célia da Silva	0699272	RT 13891085-01/89/13ª JCJ/BA-TRT/5ª
Maria da Glória Barbosa Valentim	0903807	RT 603/90/AL
Maria Helena Santos Barros Leal	0885551	RT 901469-01/CE
Vera Lúcia Goecking Câmara	0895811	RT 919/89 - URP abril/maio/88
Antônio Danilo do Nascimento	0886909	RT 922/89/8ª JCJ/MG
Edmarta Santos Ramos Gonçalves	0893267	RT 922/89/8ª JCJ/MG
INATIVOS		
Maria Ivone Tavares do Amaral	0883156	RT 901469-01/CE
Rita de Cássia Rossi Guerra	0882572	RT 13891085-01/89/13ª JCJ/BA
Maria Márcia da Costa Palmela	0895122	RT 919/90/MG

8.2.2 no pagamento aos seguintes servidores de parcela, reconhecida por sentença trabalhista, relativa à URP, observe os estritos termos da decisão judicial proferida quanto à limitação temporal:

NOME	MATRÍCULA	AÇÃO
Vera Lúcia Goecking Câmara	0895811	RT 919/89 – URP abril/maio/88
Antônio Danilo do Nascimento	0886909	RT 922/89/8ª JCJ/MG
Edmarta Santos Ramos Gonçalves	0893267	RT 922/89/8ª JCJ/MG
Odiza de Sampaio Vieira	6948824	Sentença da JCJ/Rio Branco-Acre, de 30/10/90- Autos 3517 a 3585. Mantida pelo Acórdão 273/91 TRT/14ª
José Soares Rodrigues	0937608	Ação Ordinária – AO 91752 – 8/TRF-5-1ª V/CE
Maria Helena Santos Barros Leal	0885551	AO 91752-8 (MC XII- 851/89)
Maria de Lourdes Siviero	0936158	RT 320/89 (JCJ-15ª Região-Araras/SP)
Antônio José Loureiro	0886903	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
Benedito Antônio de Souza	0886880	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
Bento Leandro Rodrigues	0886755	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
Luciene de Souza Coelho Pereira	0886813	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
Luzienne Mary Anechini Cintra	0953213	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
Maria da Penha Zamperlini Frigini	0886971	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
Vicente de Paula Pereira	0886973	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
INATIVOS		
Maria Márcia da Costa Palmela	0895122	RT 919/90/MG
Adelino Caliman	0887045	RT 1067/90/1ª JCJ/ES
Roberto Jackes Granhem Cavalcante	0886553	RT 1067/90/1ª JCJ/ES

8.2.3. adote as medidas necessárias à suspensão do pagamento ao Sr. José Costa Bertora, por força da Medida Cautelar 9218462-4 de 29.06.02/18ª Vara/Justiça Federal/RJ, da parcela de 45%, referente ao aumento das remunerações concedidas pela Lei nº 8.237/91 aos militares, tendo em vista a vasta jurisprudência no sentido de considerá-lo inaplicável aos servidores civis;

8.2.4. informe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as medidas em cumprimento à presente deliberação.”

Visando obter informações atualizadas sobre o cumprimento das determinações do TCU, foi emitida a Solicitação de Auditoria nº 139816-069, de 15.4.2004. A resposta, encaminhada a esta SFC após a conclusão do Relatório de Avaliação da Gestão nº 139816/2004, foi considerada PENDENTE, conforme item 4.1.1.5.7 do citado Relatório.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Gestor, por meio do Ofício nº 541/INSS/DCPRES, de 21.5.2004, encaminhou cópia do Ofício/INSS/DIRRH/nº 420, de 20.4.2004, com as seguintes informações:

"Em atenção à solicitação de auditoria nº 139816-071, de 16.4.2004, temos a informar, em relação a matéria afeta a área de Recursos Humanos, o seguinte:

1) Em cumprimento às Decisões nºs 1.367 e 026/2002 TCU - Plenário foi expedido o Memorando-Circular Conjunto/INSS/01.200.2/01.300.3 nº 11, de 21.11.2002, às Procuradorias Federais, Subprocuradoria-Geral, Procuradorias dos Tribunais e Unidades de Recursos Humanos contendo recomendações para revisões dos processos de acompanhamento de ações de pessoal que geraram a criação de rubrica de pagamento da parcela Adiantamento do PCCS, confrontando com a Lei nº 8.460/92, com o objetivo de se verificar se tal pagamento judicial importa em duplo pagamento;

2) Foi interposto pedido de reexame pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social - CNTSS, e Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina - SINDPREV/SC, contra as Decisões nº 26/2002 - TCU - Plenário, Sessão de 30.1.2002, Ata nº 02/2002 e nº 1.367 - TCU - Plenário, Sessão de 16.10.2002, Ata nº 38/2002, o qual foi concedido efeito suspensivo sobre a condenação original, nos termos do artigo 48 c/c o artigo da Lei nº 8.443/92;

3) Em razão do efeito suspensivo dado ao recurso interposto pelos Sindicatos, foi expedido o Memorando-Circular Conjunto/INSS nº 01/2003 suspendendo as orientações contidas no citado Memorando-Circular Conjunto/INSS/nº 11/2002 até Decisão do TCU;

4) Importante registrar que existem Decisões Judiciais, abrangendo os estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina, no sentido de que nenhuma providência que leve à suspensão do pagamento do PCCS deve ser tomada, até julgamento do mérito da ação;

5) Informamos que foi editada MP/nº 146, de 14.12.2003, convertida na Lei nº 10.855, de 1.4.2004, na qual prevê em seu art. 3º, § 2º e 4º, que a opção pela Carreira do Seguro Social implica renúncia às parcelas de valores incorporados à remuneração por decisão administrativa ou judicial, atribuindo-se precedência ao adiantamento pecuniário de que trata o art. 8º da Lei nº 7.685/88, que venceram após o início dos efeitos financeiros referidos no § 1º deste artigo."

AVALIAÇÃO DA SFC:

As informações apresentadas pelo Gestor são as mesmas que responderam a Solicitação de Auditoria nº 139816-071, de 16.4.2004, nos questionamentos referentes ao cumprimento da Decisão nº 026/2002 - TCU - Plenário (TC nº 001.157/1998-1) - PCCS (item 4.1.1.5.6 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 139816/2003. Verifica-se que o assunto PCCS não foi solucionado, permanecendo, portanto, PENDENTE de regularização.

4.1.1.41 INFORMAÇÃO:

=> DECISÃO nº 501/2002 - TCU - 2ª Câmara - TC nº 007.058/2001-0 - Regularização dos pagamentos a título de Adiantamento Pecuniário - PCCS

Os pagamentos a título de PCCS foram tratados no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, ocasião em que foram considerados PENDENTES de regularização.

Em julgamento à TC nº 007.058/2001-0, item 8.3, o Tribunal de Contas da União proferiu a Decisão acima mencionada, com as seguintes determinações à Superintendência Estadual do INSS em Minas Gerais:

"8.3.1 com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 191 do Regimento Interno desta Corte, que faça cessar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes do ato de fls. 01/02, contados a partir da ciência da presente decisão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

8.3.2 que sejam observadas, no que couber, as medidas preconizadas na Decisão/TCU nº 26/2002-Plenário, relativamente à parcela PCCS, acrescida nos proventos por força de sentença judicial."

Visando obter informações atualizadas sobre o assunto, foi emitida a Solicitação de Auditoria nº 139816-069, de 15.4.2004. A resposta foi encaminhada a esta SFC após a conclusão do Relatório de Avaliação da Gestão nº 139816/2004, sendo considerada PENDENTE conforme item **4.1.1.5.8** do citado Relatório.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Gestor, por meio do Ofício nº 541/INSS/DCPRES, de 21.5.2004, encaminhou cópia do Ofício/INSS/DIRRH/nº 420, de 20.4.2004, com as seguintes informações:

"Em atenção a solicitação de auditoria nº 139816-071, de 16.4.2004, temos a informar, em relação a matéria afeta a área de Recursos Humanos, o seguinte:

- 1) Em cumprimento às Decisões nºs 1.367 e 026/2002 TCU - Plenário foi expedido o Memorando-Circular Conjunto/INSS/01.200.2/01.300.3 nº 11, de 21.11.2002, às Procuradorias Federais, Subprocuradoria-Geral, Procuradorias dos Tribunais e Unidades de Recursos Humanos contendo recomendações para revisões dos processos de acompanhamento de ações de pessoal que geraram a criação de rubrica de pagamento*

da parcela Adiantamento do PCCS, confrontando com a Lei nº 8.460/92, com o objetivo de se verificar se tal pagamento judicial importa em duplo pagamento;

- 2) Foi interposto pedido de reexame pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social - CNTSS, e Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina - SINDPREV/SC, contra as Decisões nº 26/2002 - TCU - Plenário, Sessão de 30.1.2002, Ata nº 02/2002 e nº 1.367 - TCU - Plenário, Sessão de 16.10.2002, Ata nº 38/2002, o qual foi concedido efeito suspensivo sobre a condenação original, nos termos do artigo 48 c/c o artigo da Lei nº 8.443/92;
- 3) Em razão do efeito suspensivo dado ao recurso interposto pelos Sindicatos, foi expedido o Memorando-Circular Conjunto/INSS nº 01/2003 suspendendo as orientações contidas no citado Memorando-Circular Conjunto/INSS/nº 11/2002 até Decisão do TCU;
- 4) Importante registrar que existem Decisões Judiciais, abrangendo os estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina, no sentido de que nenhuma providência que leve à suspensão do pagamento do PCCS deve ser tomada, até julgamento do mérito da ação;
- 5) Informamos que foi editada MP/nº 146, de 14.12.2003, convertida na Lei nº 10.855, de 1.4.2004, na qual prevê em seu art. 3º, § 2º e 4º, que a opção pela Carreira do Seguro Social implica renúncia às parcelas de valores incorporados à remuneração por decisão administrativa ou judicial, atribuindo-se precedência ao adiantamento pecuniário de que trata o art. 8º da Lei nº 7.685/88, que venceram após o início dos efeitos financeiros referidos no § 1º deste artigo."

AValiação DA SFC:

As informações apresentadas pelo Gestor são as mesmas que responderam a Solicitação de Auditoria nº 139816-071, de 16.4.2004, nos questionamentos referentes ao cumprimento da Decisão nº 026/2002 - TCU - Plenário (TC nº 001.157/1998-1) - PCCS (item 4.1.1.5.6 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 139816/2003). Portanto, o assunto permanece PENDENTE de regularização.

4.1.1.42 CONSTATAÇÃO:

Vários Acórdãos sobre PCCS encontram-se pendentes de regularização.

A questão envolvendo o Plano de Classificação de Cargos e Salários - PCCS vem sendo tratada por esta SFC em diversos relatórios de auditoria de avaliação e acompanhamento de gestão realizado no INSS. Em nosso último trabalho, o Relatório de Acompanhamento nº 153860/2004, o tema foi abordado no item 4.1.1.1.2, referente à Decisão nº 493/2002, a qual trata

especificamente de PCCS do INSS/ES, e item 4.1.1.1.3, sobre a Decisão nº 501/2002, referente ao PCCS do INSS/MG. Na tabela a seguir é possível visualizar a quantidade de entendimentos proferidos sobre o assunto pela Corte de Contas, desde 2000:

Decisões e Acórdãos do Tribunal de Contas da União versando sobre PCCS:

Ano	Quantidade
2000	8
2001	3
2002	44
2003	44
2004	149
2005	50
TOTAL	298

Quanto à norma e jurisprudência sobre PCCS, destacamos a seguinte legislação:

Lei nº 10.855 de 01.04.2004:

Art. 2º Fica estruturada a Carreira do Seguro Social, composta dos cargos efetivos vagos regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes do Quadro de Pessoal do INSS, e dos cargos efetivos cujos ocupantes atenderem aos requisitos estabelecidos por esta Lei, e que sejam:

I - integrantes da Carreira Previdenciária instituída pela Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, ou;

II - regidos pelo Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados no INSS em 30 de novembro de 2003.

*§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** deste artigo aos ocupantes dos cargos de Supervisor Médico Pericial, Auditor-Fiscal da Previdência Social e Procurador Federal.*

§ 2º Os cargos da Carreira do Seguro Social são agrupados em classes e padrões, na forma do Anexo I desta Lei.

*Art. 3º Os servidores referidos no **caput** do art. 2º desta Lei, integrantes do Quadro de Pessoal do INSS, serão enquadrados na Carreira do Seguro Social, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante do Anexo II desta Lei.*

*§ 1º O enquadramento de que trata o **caput** deste artigo dar-se-á mediante opção irretratável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência da Medida Provisória nº 146, de 11 de dezembro de 2003, na forma do Termo de Opção, constante do Anexo III desta Lei, cujos efeitos financeiros vigorarão a partir da data de implantação das Tabelas de Vencimento Básico referidas no Anexo IV desta Lei.*

§ 2º A opção pela Carreira do Seguro Social implica renúncia às parcelas de valores incorporados à remuneração por decisão administrativa ou judicial, referentes ao adiantamento pecuniário de que trata o art. 8º da Lei nº 7.686, de 2 de dezembro de 1988, que

vencerem após o início dos efeitos financeiros referidos no § 1º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 10.997, de 2004)

§ 3º A renúncia de que trata o § 2º deste artigo fica limitada ao percentual resultante da variação do vencimento básico vigente no mês de novembro de 2003 e o vencimento básico proposto para dezembro de 2005, conforme disposto no Anexo IV desta Lei.

§ 4º Os valores incorporados à remuneração, objeto da renúncia a que se refere o § 2º deste artigo, que forem pagos aos servidores ativos, aos aposentados e aos pensionistas, por decisão administrativa ou judicial, no mês de novembro de 2003, sofrerão redução proporcional à implantação das Tabelas de Vencimento Básico, de que trata o art. 17 desta Lei, e os valores excedentes serão convertidos em diferença pessoal nominalmente identificada, de natureza provisória, redutível na mesma proporção acima referida, sujeita apenas ao índice de reajuste aplicável às tabelas de vencimentos dos servidores públicos federais, a título de revisão geral das remunerações e subsídios.

§ 5º Concluída a implantação das tabelas em dezembro de 2005, respeitado o que dispõem os §§ 3º e 4º deste artigo, o valor eventualmente excedente continuará a ser pago como vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita apenas ao índice de reajuste aplicável às tabelas de vencimentos dos servidores públicos federais, a título de revisão geral das remunerações e subsídios.

§ 6º A opção pela Carreira do Seguro Social não poderá ensejar redução da remuneração percebida pelo servidor.

§ 7º Para fins de apuração do valor excedente referido nos §§ 4º e 5º deste artigo, a parcela que vinha sendo paga em cada período de implantação das Tabelas constantes do Anexo IV desta Lei, sujeita à redução proporcional, não será considerada no demonstrativo da remuneração recebida no mês anterior ao da aplicação.

§ 8º A opção de que trata o § 1º deste artigo sujeita as ações judiciais em curso, relativas ao adiantamento pecuniário, cujas decisões sejam prolatadas após o início da implantação das Tabelas de que trata o Anexo IV desta Lei, aos critérios estabelecidos nesta Lei, por ocasião da execução.

§ 9º No enquadramento, não poderá ocorrer mudança de nível.

§ 10. O prazo para exercer a opção referida no § 1º deste artigo, nos casos de servidores afastados nos termos dos arts. 81 e 102 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, será contado a partir do término do afastamento.

Decisão nº 26/2002 – Plenário

8.2.2 - providencie a instauração de tomadas de contas especiais para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação dos prejuízos a serem ressarcidos que vierem a ser identificados na reanálise dos processos judiciais, mesmo nos casos daqueles já arquivados, que tratam da condenação do INSS ao pagamento da verba Adiantamento Pecuniário do PCCS, instituído pela Lei nº 7.686/88 (Memorando-Circular nº CJ/PG/INSS nº 06, de 05/06/97) - item 3.2, fl. 87, deste processo;

8.2.3 - após a realização do levantamento em todos os processos, conforme Memorando-Circular CJ/PG/INSS nº 06/97, nos casos em que ficarem constatados que alguns valores estão sendo pagos em

duplicidade, em virtude de decisões judiciais com cálculos que desconsideram, dentre outros desembolsos feitos pela autarquia, a incorporação efetuada pela Lei nº 8.460/92 ou a correção de acordos pagos anteriormente, proceda à suspensão imediata desses pagamentos, subtraindo-os das rubricas das folhas de pagamentos relativas às referidas sentenças, realizando-se, além disso, a identificação dos representantes do INSS que tenham sido os responsáveis por esses prejuízos, instaurando-se a devida TCE conforme a proposta do item anterior - item 3.3, fls. 87 e 88, destes autos; (Alterado pela Decisão 1367/2002 - Ata 38 - Plenário. Vide nova redação.)

8.2.4 - nos feitos que envolvam reclamações trabalhistas acerca da rubrica salarial denominada "Adiantamento do PCCS", quando ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado, adote ações com a finalidade de se trazer aos respectivos autos a comprovação dos pagamentos de mesma natureza feitos anteriormente aos servidores, para conseqüentemente efetuar o recálculo dos valores porventura devidos - item 3.4, fl. 88, deste processo;

8.2.6 - de modo a se evitar situações de ambigüidade, que possam induzir a pagamento indevidos, que na instrução dos processos de reclamatórias trabalhistas, referentes ao pagamento das diferenças decorrentes do adiantamento do PCCS (Lei nº 7.686/89), conste quadro "Resumo do Processo", contendo, de forma inequívoca, declaração expressa do contador do INSS de que os valores ali referidos já contemplaram o desconto, de maneira atualizada, das parcelas pagas administrativamente aos reclamantes - item 3.7, fls. 88 e 89, deste processo;

Acórdão nº 1.824/2004 - Plenário

9.2 firmar o entendimento de que a MP nº 146/03, posteriormente convertida na Lei nº 10.855/04, regularizou o pagamento da parcela relativa ao "PCCS" aos servidores enquadrados no art. 2º dessa lei, tornando, por consequência, regular a inclusão dessa parcela nos atos de aposentadoria dos referidos servidores;

9.3 em consonância com os princípios da racionalidade administrativa e da economia processual, autorizar, excepcionalmente, que os processos de aposentadoria e os recursos, envolvendo exclusivamente o pagamento da parcela relativa ao "PCCS" aos servidores enquadrados no art. 2º da Lei nº 10.855/04, sejam considerados legais por relação, ainda que contenham pareceres divergentes e/ou propostas de ilegalidade.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Devido ao Memo/PGF/PFE/INSS/nº 104, de 20.9.2004, mediante o qual o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada do INSS solicitou que fossem repassadas à SFC informações sobre a regularização do PCCS, o Gestor encaminhou, por meio do Ofício nº 426/DIRRH/CGARH/INSS, análise sobre a matéria, indicando as providências que vêm sendo adotadas, apresentando os seguintes esclarecimentos:

1. Preliminarmente, faz-se necessário tecer um relato histórico da vantagem denominada Adiantamento Pecuniário - PCCS.

2. Conforme dispunha o art. 9º da Lei nº 7.604/1987, em razão da complexidade e especificidades das atribuições exercidas no âmbito do então Ministério da Previdência e Assistência Social

- MPAS, foi determinado em prazo de 120 dias para o Poder Executivo encaminhar ao Congresso Nacional projetos com o objetivo de estabelecer equivalência dos regimes da Previdência Social e, em 180 dias, um Plano de Carreira, Cargos e Salários.

3. Em setembro de 1987, diante do fato de a citada lei não ter sido cumprida, aquele Ministério autorizou o pagamento de uma gratificação denominada "Empréstimo Patronal" aos servidores das extintas Autarquias Federais: IAPAS, INAMPS E INPS, integrantes do SINPAS (Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social), cujo valor correspondeu a 50% da remuneração dos servidores ativos e 25% para os aposentados, no primeiro mês, e de 100% para os servidores ativos e 50% para os aposentados, nos dois meses seguintes.

4. Em janeiro de 1988, a referida gratificação passou a denominar-se "Adiantamento PCCS", incorporando-se definitivamente na remuneração dos servidores, porém, sobre ela não incidiu o reajuste geral de 47,11%, conforme Portaria nº 2.935, de 29/12/1987, do então Secretário de Recursos Humanos da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República - SEDAP, em obediência à legislação que regulava a política salarial do funcionalismo público federal na época (Decreto-Lei nº 2.335/1987, art. 13 do Decreto-Lei nº 2.365/1987, e art. 5º do Decreto-Lei nº 2.371/1987).

5. Em novembro de 1988, editada a Medida Provisória nº 20/1988, convertida na Lei nº 7.686/1988, a referida vantagem consolidou-se no ordenamento jurídico voltado para a política remuneratória dos servidores públicos federais, ficando convalidada desde janeiro de 1988, nos valores nominais então percebidos, in verbis:

6. "Art. 8º. O Aditamento Pecuniário concedido em janeiro de 1988 aos servidores do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, do Instituto Nacional de Previdência Social e do Instituto de Administração Financeira da Previdência Social continuará a ser pago àqueles servidores que a ele façam jus na data da vigência desta lei, considerando os valores nominais percebidos em janeiro de 1988.

7. "§ 1º A partir do mês de novembro de 1988, o Adiantamento Pecuniário será reajustado nos termos do art. 8º do Decreto-Lei nº 2.335/87, após a aplicação da antecipação salarial a que se refere o art. 1º desta lei.

8. "§ 2º O Adiantamento Pecuniário incorpora-se aos proventos e aposentadorias".

9. A Lei nº 7.923/1989 reestruturou diversas tabelas remuneratórias do funcionalismo público federal, mantendo-se a denominação da parcela remuneratória dos previdenciários como "Adiantamento do PCCS" (art. 2º § 3º, inciso XXIII).

10. Em setembro de 1992, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.460/1992, o "Adiantamento Pecuniário" previsto na Lei nº 7.686/1988 foi incorporado aos vencimentos dos servidores,

sendo que, se houvesse redução de remuneração, a diferença continuaria a ser paga a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (art. 9º da Lei nº 8.460/1992).

11.A Administração Pública, *in continenti*, determinou sua exclusão como parcela remuneratória, gerando, assim, as diversas demandas judiciais, muitas delas ainda em tramitação, algumas favoráveis à Administração e outras aos servidores.

10. Na verdade, o PCCS nunca deixou de ser retribuído aos servidores, apenas deixou de ser pago, administrativamente, em parcela separada.

11. É relevante destacar que a Lei 8.460/1992 cuidou de organizar os cargos e carreias da Administração Pública, e o seu art. 4º estabeleceu expressamente a incorporação aos vencimentos do adiantamento pecuniário previsto na Lei nº 7.686/1988. Porém, ao observarmos os valores constantes da Tabela de Vencimentos, são totalmente iguais para todos os servidores do Poder Executivo, com concessão de antecipação de 20%.

12. O Adiantamento Pecuniário anteriormente concedido aos servidores previdenciários era uma parcela salarial específica, PCCS, no percentual de 100%. Então, para ocorrer a incorporação a concessão teria que abranger o percentual anteriormente pago em relação aos valores nominais percebidos em janeiro de 1988, mantendo a diferença salarial já estabelecida pela Lei nº 7.686/1988.

13. Considerando a concessão do percentual de 20%, não foi mantida a diferença salarial, portanto, não ocorreu incorporação. Na verdade, a antecipação de reajuste não poderia incorporar, por não atingir o patamar salarial dos previdenciários, por serem superiores, ficando demonstrada a exclusão do PCCS, sem extensão e sem sua incorporação.

14. A Administração deixou de efetuar os pagamentos dos valores, os quais, conforme observou-se, não foram incorporados e também não foram extintos. Vejamos o teor do art. 28 da Lei nº 8.460/1992:

15. "Art. 28. Ficam extintas, a partir de 1º de setembro de 1992:

16. I - Gratificação de Produtividade a que se refere o art. 3º da Lei nº 7.923, de 12/12/1989;

17. II- Gratificação de Desempenho de Função Essencial à Prestação Jurisdicional a que se refere o art. 3º da Lei nº 7.923/1989;

18. III- Gratificação de Desempenho de Atividades Rodoviárias a que se refere o art. 5º da Lei nº 7.995, de 09/01/1990".

19. O cerne da questão, pois, é que a lei determinou a incorporação aos vencimentos (não a uma parcela específica da remuneração) e não a extinguiu. Aliás, a incorporação já havia

sido determinada pelo, art. 8º da Lei nº 7.686/1996, sem que se houvesse, contudo, interpretações no sentido de que a vantagem teria desaparecido e assim continuou, evidentemente, sendo paga regularmente.

20. Neste contexto, é de se compreender que o objetivo da Lei nº 8.460/1992 era o mesmo da Lei nº 7.686/1988 neste particular, ou seja, incorporar aos vencimentos de forma a torná-la definitiva e perfeitamente, identificável, caso contrário haveria indicação da parcela remuneratória em que se deu a incorporação e também a sua expressa extinção.

21. O reajuste verificado pela Lei nº 8.460/1992 foi antecipação do reajuste geral, logo, tal parcela necessariamente deveria ter sido considerada neste contexto, sob pena de prejuízo para os previdenciários, pois que percebiam suas remunerações acrescidas do referido adiantamento, não devido aos demais servidores da Administração Pública Federal.

22. Sobre o reajuste de 47,11% sobre o Adiantamento Pecuniário PCCS, foi reconhecido pela Súmula Administrativa da Advocacia-Geral da União, de 27/08/1997, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos de representação judicial da União, das autarquias e das fundações públicas federais, onde se determina não se recorrer de decisão judicial que reconhecer o direito, de reajuste, nos termos do art. 8º do Decreto-Lei nº 2.335/1987, ao adiantamento pecuniário concedido em janeiro de 1988 aos servidores do Ministério da Previdência e Assistência Social.

23. Entretanto, embora parte integrante da remuneração dos servidores, o citado "adiantamento" não sofreu o reajuste de 47,11% concedido às demais parcelas salariais, que eram base de cálculo do adiantamento, deixando, assim, de ser cumprida a Portaria nº 2.935/1987, que determinava o reajuste a todas as parcelas que compunham a remuneração dos servidores.

24. Quando do cumprimento das decisões judiciais, as quais compeliram este Instituto a pagar integralmente o PCCS, aplicando as correções salariais devidas, de forma a atingir novamente 100% da antiga remuneração, foram cometidos equívocos na execução da ordem judicial.

25. Mesmo aplicando-se a correção ao PCCS, por força de decisão judicial, o seu novo valor, ainda assim, adicionado às demais parcelas aglutinadas pela Lei nº 8.460/1992, não ultrapassaria o novo valor do vencimento básico criado por aquele dispositivo legal.

26. Por sua vez, as sentenças judiciais contemplaram a referida vantagem de forma diferente no que diz respeito à sua composição. Alguns casos no pagamento do PCCS merecem destaque por suas peculiaridades.

27. No Maranhão existiam, até janeiro de 1997, 31 processos que asseguravam o pagamento a 800 servidores daquele Estado. Entretanto, por decisão administrativa, seu valor foi elevado

em quase 200%, o que ensejou análise mais detalhada da Procuradoria-Geral, a qual concluiu que não era devida a incorporação daquela vantagem, por se tratar de sentença anterior à Lei nº 8.460/1992. Com isso, foi suspenso o pagamento do PCCS no Maranhão, fazendo com que os interessados buscassem a tutela judicial, sendo-lhes concedida liminar, a qual foi posteriormente cassada;

28. Havia decisão judicial para exclusão do PCCS no Estado da Bahia;

29. A base de cálculo do PCCS do Rio Grande do Norte no percentual de 260% sobre o vencimento básico e vantagem pessoal.

30. Por esses motivos, a Procuradoria-Geral resolveu reexaminar todos os processos judiciais que tratam de PCCS, tendo decidido pela exclusão de muitos.

31. Porém, em face das orientações traçadas no Memorando nº 140/GAB/INSS, de 13/094/1998, da Presidência do INSS, todos os processos que importassem em exclusão da mencionada parcela deveriam ser encaminhados àquele Gabinete, de forma que fossem submetidos ao então Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

32. Em julho de 1999, o Tribunal de Contas da União, por meio do Ofício nº 271/1999, encaminha diligência solicitando ao INSS que prestasse informações acerca das providências tomadas para sustar o pagamento do Adiantamento Pecuniário de que versa a Lei nº 7.686/1988 a todos os servidores deste Instituto, a partir de sua incorporação ocorrida em setembro de 1992 (art. 4º da Lei nº 8.460/1992).

33. Em dezembro de 1999, o então Diretor-Presidente, por meio do Ofício/INSS/DPR nº 377, informa ao TCU que "o 'Adiantamento Pecuniário - PCCS' deixaria de ser legítimo, passando a representar duplo pagamento conforme é, inclusive, o entendimento maior dessa Corte". Informa, ainda, que os pagamentos administrativos foram sustados desde 1992 e que estava encaminhando para a Procuradoria-Geral os processos judiciais para exame e orientação das providências compatíveis.

34. A Procuradoria examinou grande parte dos processos judiciais, concluindo pelo cancelamento das rubricas de pagamento criadas especificamente para esse fim, sob pena de incorrer em duplicidade de pagamento, ou seja, o objeto da ação judicial já vinha sendo cumprido administrativamente, nos termos da Lei nº 8.460/1992, e orientou as Procuradorias locais que revissem os pareceres que orientassem acerca da inclusão em folha, em parcelas destacada.

35. Conforme orientado, os processos foram encaminhados às Gerências Executivas de origem para avaliação, sendo que somente as ações oriundas do Estado do Maranhão tiveram seus pagamentos suspensos em fevereiro de 1997, bem como de aposentados para os quais houve determinação nominal expressa do TCU.

36. Por fim, o TCU determina que o INSS passe a adotar o entendimento manifestado no item 8.2.3 da Decisão TCU nº 26/2002-Plenário, alterado pela Decisão TCU nº 1.367/2002-Plenário, in verbis:

37. "8.2.3 - após a realização do levantamento em todos os processos, conforme Memorando-Circular CJ/PG/INSS nº 06/97, nos casos em que ficarem constatados que alguns valores estão sendo pagos em duplicidade, em virtude de decisões judiciais com cálculos que desconsideram, dentre outros desembolsos feitos pela autarquia, a incorporação efetuada pela Lei nº 8.460/92 ou a correção de acordos pagos anteriormente, adote todas as medidas legais cabíveis visando obter a suspensão desses pagamentos, realizando-se, além disso, a identificação dos representantes do INSS que tenham sido responsáveis por esses prejuízos, instaurando-se a devida TCE".

38. Importante registrar que existem decisões judiciais, abrangendo os Estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no sentido de que nenhuma providência que leve à suspensão do pagamento do PCCS deve ser tomada até o julgamento de mérito da ação.

39. É evidente que deste cenário de caos remuneratório faz-se necessária a estruturação da Carreira Previdenciária, que se deu por meio da Lei nº 10.355/2001, só que tal iniciativa não atendeu plenamente ao reivindicado pelos servidores, haja vista que a tabela remuneratória não apresentou ganho que viesse a compensar a perda verificada pela categoria. Revelando-se, pois, insuficiente para resolver esta enorme e antiga pendência, adveio a Lei nº 10.855/2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária de que trata a Lei nº 10.355/2001, instituindo a Carreira do Seguro Social para os servidores do Quadro de Pessoal do INSS, com previsão de reajuste de 47,11%, vindo a regularizar a situação até então vigente.

40. Os servidores do INSS interessados em integrar a Carreira do Seguro Social o fizeram mediante opção, por escrito, a qual implica em renúncia às parcelas de valores incorporados à remuneração a título de PCCS, judicial ou administrativamente concedido e que estão por vencer, correspondendo ao valor proporcional ao que for acrescido à remuneração, na medida em que forem sendo implementadas as parcelas constantes das Tabelas de Vencimento do Anexo IV da referida Lei nº 10.855/2004.

41. Há que se ressaltar que a renúncia fica limitada ao percentual resultante da variação do vencimento básico vigente no mês de novembro de 2003 e o vencimento básico proposto para dezembro de 2005, conforme disposto no mesmo Anexo IV, ou seja, se limitará aos 47,11%.

42. Isto quer dizer que o servidor optante que já percebe o chamado "PCCS, judicial ou administrativamente, terá descontado o seu total o mesmo valor que vier a ser acrescido à sua

remuneração em razão da implementação das parcelas decorrentes do enquadramento na nova Carreira do Seguro Social.

43. E, conforme o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 10.855/2004, os valores excedentes (do PCCS judicial ou administrativamente concedido) serão convertidos em diferença pessoal nominalmente identificada, de natureza provisória, sujeita apenas ao índice de reajuste aplicável às tabelas de vencimentos dos servidores públicos federais, a título de revisão geral das remunerações e subsídios.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
085.453.241-20	Lúcia Helena de Carvalho	Diretora de Recursos Humanos do INSS
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS

AVALIAÇÃO DA SFC:

Verifica-se que foram realizadas algumas ações do gestor para regularizar a situação do PCCS dos servidores do INSS, entretanto, ainda não foram cumpridas totalmente as determinações do TCU sobre o assunto em questão.

Atualmente existem cerca de 9.800 servidores que não fizeram opção pela Lei 10.855/2004, e continuam recebendo PCCS em rubrica específica.

Em cumprimento a determinação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG foram encaminhadas correspondências às áreas de Recursos Humanos das Gerências-Executivas do INSS, contendo orientação no sentido de serem providenciadas as migrações dos registros das ações judiciais relativas ao PCCS do SIAPE para o sistema SICAJ, até 30.06.2005, sob pena de desativação do pagamento.

RECOMENDAÇÃO:

Que as áreas de Recursos Humanos e Procuradoria adotem providências para cumprir as determinações do TCU em relação aos pagamentos indevidos de PCCS em rubricas específicas.

4.1.1.43 INFORMAÇÃO:

Acórdão nº 61/2005-TCU Plenário - contratação e manutenção de Médicos Peritos Credenciados pelo INSS.

Procedimento Administrativo nº 1.16.000.000336/2003-16 que Tramita na Procuradoria da República no Distrito Federal.

Trata-se de determinação contida no Acórdão nº 61/2005-TCU Plenário, versando sobre a contratação e manutenção de Médicos Peritos Credenciados, no âmbito do INSS, assunto este tratado no Relatório de Auditoria de Gestão nº 139816/2004, referente as contas do INSS, exercício de 2003, item 9.1.2 - Provimentos, conforme segue.

O assunto constou do item 9.1.2.1 do Relatório de Avaliação de Gestão nº 139816/2004, relativo à Prestação de Contas do INSS, exercício de 2003.

Dos trabalhos realizados nas contas relativas ao exercício de 2004, verificamos que o Instituto contou com um quantitativo de 2.772 médicos peritos credenciados, (posição 31.12.2004), despendendo o valor de R\$117.835.225,00.

Quanto à determinação de substituição dos médicos peritos credenciados por concursados, cláusula primeira do Termo de Ajustamento retromencionado, o Instituto realizou concurso público, no exercício de 2005, de acordo com autorização concedida pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, por meio da Portaria nº 281, de 20.10.2004 - DOU de 30.11.2004, com oferecimento de 1500 vagas, sendo aprovados 1.492 médicos peritos, nomeados conforme Portaria/INSS nº 1.587/2005, de 16.6.2005, DOU de 16.16.2005.

AValiação DA SFC:

Diante do exposto, e em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta, o INSS vem providenciando as substituições dos Médicos Peritos Credenciados, apesar de não ter atingindo a totalidade, mas ainda está dentro do prazo acordado, uma vez que o termo foi assinado em 18.10.2003 e, de ainda depender de autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para completar o Quadro de Pessoal, na mencionada categoria funcional.

4.1.2 ASSUNTO - ATUAÇÃO DA SFC

4.1.2.1 INFORMAÇÃO:

Com o intuito de verificar e avaliar se as diligências/recomendações das Unidades da SFC foram atendidas e implementadas pela Entidade, identificando os aspectos de prevenção, normatização, orientação, assim como a ação corretiva, descrevemos as seguintes ocorrências.

4.1.2.2 CONSTATAÇÃO:

Aquisição irregular de software da empresa GET - Telecomunicações e Informática Ltda.

Nota Técnica nº 273/DSPAS/SFC/CGU/PR, de 18.7.2002.

Assunto tratado no item 4.1.2.1.1 do Relatório de Acompanhamento da Gestão nº 153860/2004, no item 4.1.1.6.17 do Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 139816/2004 e, ainda, no item 10.3.1.3 do Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003.

Refere-se à contratação de serviços realizada pelo INSS, com a empresa GET - Telecomunicações e Informática Ltda., para atualização de cópias do sistema Data Access for DOS para Data Access for Windows, incluindo os módulos Orçamentário e Financeiro e aquisição de novas licenças do mesmo sistema - processos nºs 35000.010907/2000-17 (Contrato nº 043/2001), e 35000.003262/2001-74 (Contrato nº 001/2002).

Por ocasião da análise e avaliação do processo licitatório, foram constatadas as seguintes irregularidades: aquisição de softwares por inexigibilidade de licitação, situação que vem ocorrendo desde a primeira contratação (processo nº 35000.003005/1998-74), ferindo o princípio da isonomia; o objeto adquirido não se enquadra como inexigibilidade de licitação, haja vista a grande expansão de empresas de informática, capazes de adaptar ou desenvolver sistemas da mesma natureza, conforme demonstrado nas pesquisas de preços constantes no processo; o SIAFI Gerencial pode ser utilizado como ferramenta alternativa para a confecção dos relatórios gerenciais, considerando principalmente o baixo custo deste em relação ao software adquirido.

Em virtude de seguidas recomendações para que a Unidade procedesse à abertura de processo administrativo com vistas a apurar responsabilidades de quem deu causa à inexigibilidade de licitação e, se for o caso, instaurar o competente processo de Tomada de Contas Especial - TCE, em relação aos processos nºs 35000.003005/1998-74, 35000.010907/2000-17 e 35000.003262/2001-74, o Gestor se justificou, à época, que constituiu Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, por meio da Portaria INSS/CORREG./nº 00182, de 22.11.2002, para apurar os fatos e irregularidades apontadas nos processos citados. Dessa forma, o assunto foi considerado PENDENTE, ficando esta SFC no aguardo dos resultados da apuração do Processo Administrativo Disciplinar e da instauração da TCE.

Ressalte-se que foi elaborado Relatório Parcial que suscitou a impossibilidade em continuar na apuração das irregularidades tendo em vista o suposto envolvimento de membros

da carreira de Procurador Federal, tendo em vista o teor do art. 11, § 2º, da Lei nº 10.480/2002. O TCU julgou o caso em questão, por meio do Acórdão nº 1.180/2003-TCU - 2ª Câmara, e aplicou multa individual aos responsáveis (Nilo da Luz Gutemberg, Áurea Mendes Viana Alves Neta, Paulo Roberto Tannus Freitas, José Roberto Senno, Marcelo Soares Alves, Antônio Barcelar Ferreira, Dimas Luís Rodrigues da Costa e Francisco Fernando Fontana).

A Corregedoria-Geral informou que somente tomou conhecimento das irregularidades mediante o Relatório de Auditoria de Gestão nº 139816/2004, e que seriam adotadas providências para instauração do Processo Administrativo Disciplinar.

Em razão da pendência dos resultados do PAD, foi encaminhada à Unidade a Solicitação de Auditoria nº 160221-84, de 13.6.2005, sobre informações dos referidos resultados.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício/INSS/CORREG/Nº 85, de 15.6.2005, o gestor informou que, quanto à aquisição irregular de software da empres GET - Telecomunicações e Informática Ltda., o assunto encontra-se no âmbito da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS):

CPF	NOME	CARGO
086.899.971-72	Genoveva Freire Coelho	Corregedora-Geral do INSS
554.360.640-00	João Ernesto Aragoné Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Caru Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS

AVALIAÇÃO DA SFC:

Diante dos fatos apontados e tendo em vista que não houve conclusão do processo, o assunto continua PENDENTE.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que a Procuradoria Federal Especializada no INSS adote providências no sentido de informar a esta SFC/CGU sobre o resultado do Processo Administrativo Disciplinar PAD.

4.1.2.3 CONSTATAÇÃO:

**Irregularidades detectadas no Contrato nº 17/97 - INSS/BRADIV.
Prática de Ato de Improbidade Administrativa.**

Assunto tratado no item 4.1.2.1.2 Relatório de Acompanhamento da Gestão nº 153860/2004, no item 4.1.2.9 do Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 139816/2004 e, anteriormente, no Relatório de Auditoria de Gestão nº 087911/2002.

Refere-se ao Contrato nº 17/97 - INSS/BRADIV Indústria e Comércio Ltda. - ref. Concorrência 003/97. (Proc. 35000.004818/97- 37) sobre a execução dos serviços de instalação de divisórias, incluindo o fornecimento, remanejamento, remoção e montagem de divisórias, confecção e desmontagem de armários e divisórias, nas Unidades do INSS do DF, com transporte de materiais às expensas da empresa contratada no valor de R\$ 3.200.000,00. Na ocasião, foi verificada majoração de 273% sobre o valor do contrato inicial.

O TCU emitiu a Decisão nº 527/2002 - TCU/2ª Câmara TC nº 004.085/2002-2, determinando ao INSS que:

"8.1. converter os presentes autos em Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 47 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 197 do RI/TCU, visando à recuperação dos débitos decorrentes da assunção indevida de despesas pelo INSS, no valor de R\$ 1.212.086,67, referentes à realização de transporte de móveis para agências localizadas em diversas regiões do país, quando a Cláusula Décima do Contrato nº 17/97, assinado com a empresa Bradiv Indústria e Comércio Ltda., atribuía à contratada a responsabilidade pelo transporte, remetendo-se os autos à 4ª Secex para que esta proceda à correta quantificação do débito, com vistas à posterior citação dos implicados".

A instauração do processo administrativo disciplinar, para apuração das irregularidades constatadas, resultou na aplicação da penalidade de demissão ao servidor HENRIQUE VIEIRA FERRARI, por ofensa ao disposto no art. 132, IV, da Lei nº 8.112/90, c/c art. 10, VIII, da Lei nº 8.112/90.

"Foram citados, para apresentação de alegações de defesa ou recolhimento de valores aos cofres da União, os seguintes responsáveis: Nevaldo Luiz Marques da Cruz Lima, Henrique Vieira Ferrari, Paulo Roberto Tannus Freitas, Arnaldo Nogueira de Lima, Israel Souza Castro, Renato Vieira Oliveira, Coaracy Jorge Carneiro Serra e Ana Maria Bandeira Garcia, conforme Ofícios nºs 592 a 599/TCU/4ª Secex, de 27/08/2003.

Justificativa do Gestor:

Parecer/CJ/nº 3195/2003, de 17.12.2003, da Consultoria Jurídica do MPS

III. DISPOSITIVO

Ex positis, opina-se pela elevação dos presentes autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, nos termos do artigo 1º, do Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 199, sugerindo:

- a) a declaração de nulidade parcial do Termo de Ultimação de Instrução, com o envio dos autos à Corregedoria-Geral do INSS, para constituição de outra Comissão de Inquérito para instauração de novo processo administrativo disciplinar contra os servidores ARNALDO NOGUEIRA DE LIMA, COARACY JORGE CARNEIRO SERRA e PAULO ROBERTO TANNUS FREITAS;
- b) a aplicação da penalidade de suspensão aos servidores BENEDITO CASTRO DA SILVEIRA FRADE NETO e ISRAEL SOUSA CASTRO, por ofensa ao disposto no art. 116, I, da Lei nº 8.112/90, devendo simplesmente ser anotada nos assentamentos funcionais dos indiciados, por já ter sido atingida pela prescrição;
- c) aplicação da penalidade de demissão ao servidor HENRIQUE VIEIRA FERRARI, por ofensa ao disposto no art. 132, IV, da Lei nº 8.112/90, c/c art. 10, VIII, da Lei nº 8.112/90.

Por fim, sugere-se a remessa de cópias das principais peças dos presentes autos para o Ministério Público Federal, em razão de indícios da prática de crime previsto na Lei nº 8.666/93, e à CGU - Controladoria Geral da União para exame da possibilidade de responsabilização dos Srs. GERMÍNIO ZANARDO JÚNIOR, RICARDO DINARTI SANDI e WALDÉCK ORNELLAS (quanto a este, vide Parecer nº GQ-45, da AGU, que impossibilita a responsabilização administrativa de Ministro de Estado), em reiteração ao Memorando/INSS/CORREG/Nº 00189, noticiado às fls. 4343, dos autos".

Avaliação da SFC: Verifica-se que no tocante à alínea "c", o assunto foi atendido, conforme Portaria/MPS nº 061, de 19.1.2004, publicada no DOU de 20.1.2004, resultando na demissão do servidor HENRIQUE VIEIRA FERRARI, matrícula SIAPE nº 6877449, cargo de Engenheiro do quadro de pessoal do Instituto, pela prática de ato de improbidade administrativa, consistente em dispensar indevidamente processo licitatório, observando-se, em consequência, as disposições do artigo 137, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11.12.1990.

Porém, em pesquisa realizada junto ao SIAPE, em 12.5.2004, constata-se que a Diretoria de Recursos Humanos/INSS continua efetuando pagamentos ao mencionado servidor após a sua demissão.

Registra-se ainda que em razão do contido no Parecer/CJ/nº 3195/2003, a Corregedoria-Geral/INSS, constituiu nova Comissão de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, por meio da Portaria INSS/CORREG nº 00193, de 15.3.2004, publicada no BS/INSS/DG nº 50, de 15.3.2004, para apurar os fatos e irregularidades noticiados no citado PAD, no prazo de 60 (sessenta) dias, na Cidade de Brasília/DF.

Portanto, em razão dos pagamentos que continuam sendo efetuados ao ex- servidor HENRIQUE VIEIRA FERRARI e, tendo em vista que ainda não foram concluídos os trabalhos da Comissão instaurada pela Portaria INSS/CORREG nº 00193/2004, o assunto permanece PENDENTE."

Por intermédio do Ofício nº 1042/INSS/DCGAB, de 30.9.2004, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do INSS, em resposta ao Ofício nº 22.055/CGU-PR de 1.9.2004, informou com relação ao assunto em comento o que segue:

"(...)

b) Quanto a ocorrência da exclusão, ou não, do pagamento do ex- servidor Henrique Vieira Ferrari, informo que, em virtude da suspensão dos efeitos da PT-MPS nº 61, de 19.01.2004, em atenção a liminar concedida no MS nº 9.516/DF, foi reativado o pagamento do servidor."

Com a finalidade obter informações atualizadas sobre as providências que vêm sendo adotadas por parte da Procuradoria Federal Especializada do INSS, com vistas a suspender os efeitos da liminar concedida pelo Mandado de Segurança - MS nº 9.516/DF, de 19.1.2004, emitimos as Solicitações de Auditoria nºs 153860-35 e 153860-39.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 153860-35, o Subprocurador-Chefe Nacional da PFE-INSS, respondeu o que segue:

"(...)

Incumbe relatar que o Mandado de Segurança nº 9516/DF tem como partes o Sr. Henrique Vieira Ferrari, no pólo ativo e o Sr. Ministro de Estado da Previdência Social no pólo passivo.

Desta maneira, como compete à Advocacia-Geral da União a defesa do ato proferido pelo Exmo. Sr. Ministro da Previdência Social, maiores informações podem ser obtidas junto à Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social."

Atendendo à Solicitação de Auditoria nº 153860-39, de 16.11.2004, a Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social - MPS relatou o que segue sobre o fato ora tratado:

"Trata-se de solicitação da Controladoria-Geral da União - CGU - Diretoria de Auditoria e Programas da Área Social - DS, consultando sobre providências judiciais tomadas por esta Consultoria em face da liminar deferida no bojo do Mandado de Segurança nº 9516/DF, impetrado por HENRIQUE VIEIRA FERRARI, que culminou na edição da Portaria Ministerial nº 97, de 4 de fevereiro de 2004, a qual suspendeu os efeitos da Portaria Ministerial nº 61, que

foi instrumento sede do ato demissório do impetrante em consequência do processo administrativo disciplinar nº 35000.004818/97-37.

2.É o relatório.

3.Como consta dos autos, esta Consultoria Jurídica preparou a INFORMAÇÃO/MPS/CJ nº 12/2004, que foi adotada pela autoridade impetrada Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, que a encaminhou a juízo por meio do Aviso nº 55, de 13 de fevereiro de 2004.

4.Com efeito, a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, no seu Capítulo VI, dispõe o seguinte:

Capítulo VI - Das Consultoria Jurídicas Art. 11 - Às Consultorias Jurídicas, órgãos administrativamente subordinados aos Ministros de Estado, ao Secretário-Geral e aos demais titulares de Secretarias da Previdência da República e ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, compete, especialmente: (...) IV - elaborar estudos e preparar informações, por solicitação de autoridade indicada no caput deste artigo; - g.n.

5.Por sua vez, à Procuradoria-Geral da União incumbe à representação judicial da União, conforme dispõe o Capítulo IV, da mesma Lei retroindicada. Verbis:

Capítulo IV - Da Procuradoria-Geral da União Art. 9º - À Procuradoria-Geral da União, subordinada direta e imediatamente ao Advogado-Geral da União, incumbe representá-la, judicialmente, nos termos e limites desta Lei Complementar.

§ 1º - Ao Procurador-Geral da União compete representá-la junto aos tribunais superiores.

6.Recentemente, em 15 de julho de 2004, passou a vigorar a Lei nº 10.910, cujo artigo 19, dando nova redação ao art. 3º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, prescreveu o seguinte:

Art. 19. O art. 3º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Os representantes judiciais da União, dos estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou de suas respectivas autarquias e fundações serão intimados pessoalmente pelo juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, das decisões judiciais em que suas autoridades administrativas figurem como coatoras, com a entrega de cópias dos documentos nelas mencionados, para eventual suspensão da decisão e defesa do ato apontado como ilegal ou abusivo de poder."(NR).

7.De toda forma, incumbe sempre à Procuradoria-Geral da União atuar em juízo na defesa da União e dos atos praticados por suas autoridades."

A Corregedoria-Geral informou que, no caso referente à BRADIV, foi instaurado PAD pela PT/INSS/CORREG nº 0272, de 7.5.2004, publicada no BS/DG/INSS nº 092, de 14.5.2004, encontrando-se na fase de Ultimação de Instrução.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
086.899.971-72	Genoveva Freire Coelho	Corregedora-Geral do INSS
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mende Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

AVALIAÇÃO DA SFC:

A Corregedoria-Geral informou o resultado do PAD instaurado anteriormente na Prestação de Contas do exercício de 2004, sem apuração do prejuízo ao erário e com o arquivamento do processo sem aplicação de penalidade.

Esta SFC solicitará o Processo Administrativo Disciplinar nº 35000.004818/97-37, no decorrer deste exercício, com o fito de esclarecer o motivo do arquivamento, tendo em vista que a Decisão nº 527/2002 TCU/2ª Câmara, determina a recuperação dos débitos decorrentes da assunção indevida de despesas pelo INSS no valor de R\$ 1.212.086,67.

Dessa forma, verifica-se a necessidade da área contábil do INSS providencie, se ainda não fez, a abertura de Tomada de Contas Especial-TCE, tendo em vista a determinação do TCU.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Corregedoria-Geral do INSS encaminhe o Processo Administrativo Disciplinar nº 35000.004818/97-37 a esta SFC/CGU-PR, com o fito de esclarecer o motivo do arquivamento, tendo em vista que a Decisão nº 527/2002 TCU/2ª Câmara, que determina a recuperação dos débitos decorrentes da assunção indevida de despesas pelo INSS no valor de R\$ 1.212.086,67.

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade adote providências para o encaminhamento dos resultados da TCE a esta SFC/CGU, tendo em vista que a Decisão nº 527/2002 TCU/2ª Câmara, determina a recuperação dos débitos decorrentes da assunção indevida de despesas pelo INSS no valor de R\$ 1.212.086,67.

4.1.2.4 CONSTATAÇÃO:

Terceirização irregular de mão-de-obra - Empresa TECNOCOOP SISTEMAS.

O assunto foi tratado anteriormente na Nota Técnica nº 571/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 23.9.2002, no item 10.3.1.2, do Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003 e no item 4.1.2.9 do Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 139816/2004.

"Trata-se de auditoria no processo nº 35239.000704/2002-36, que resultou no Contrato nº 23/2002, de 13.06.2002, firmado entre o INSS, por intermédio da Gerência Executiva de Porto Alegre/RS, e a empresa TECNOCOOP SISTEMAS - Cooperativa de Trabalho dos Profissionais de Processamento de Dados Ltda, com vigência de 12 meses e contraprestação fixada no valor mensal de R\$ 16.156,53 e global de R\$ 193.878,36, objetivando a execução, pela contratada, de serviços (sic) de preparação, extração de informações, entrada de dados e emissão de relatórios (digitação de dados), a serem executados de forma contínua no âmbito da contratante, num total de 27 digitadores, perfazendo um total de 3564 horas/mês e 162 horas/dia.

A licitação se processou pela modalidade Pregão, tipo menor preço e com base na Medida Provisória nº 2.182-18, de 23.08.2001, nos Decretos nºs 3.555/2000 e 3.693/2000 e na Lei nº 8.666/93.

As principais constatações foram:

- os trabalhos executados pelos contratados não se caracterizam como serviços técnicos especializados, passíveis de execução indireta; as atividades terceirizadas correspondem a tarefas administrativas permanentes, contínuas, inerentes e indispensáveis aos processos de arrecadação, fiscalização e cobrança das contribuições sociais e aos processos de concessão e manutenção de benefícios e serviços previdenciários (típicas atividades-fins do INSS, conforme art. 3º do Decreto nº 99.350/90), estando incluídas entre as tarefas de responsabilidade dos agentes administrativos
- a contratação pelo INSS de empresa terceirizada para execução indireta das atividades em questão não possui fundamentação legal, quer seja no Decreto nº 2.271/97 ou em lei específica.
- a) que faça gestões junto à Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS, para que a unidade se abstenha de realizar contratações terceirizadas de mão-de-obra para a execução de atividades tipicamente institucionais;
- b) que promova a uniformização de procedimentos quanto à terceirização de serviços em suas Gerências Executivas, para que se evitem contratações irregulares.

Avaliação da SFC: Do exposto, pode-se concluir que a contratação efetuada foi realizada em DESACORDO ao contido no § 2º do art. 1º e no inciso II do art. 4º, ambos do Decreto nº 2.271, de 07.07.1997, que dispõe sobre a

contratação de serviços pela Administração Pública Federal.

Recomendação da SFC: Que o INSS adote as recomendações emitidas pela citada Nota Técnica desta SFC e adote providências para apuração de responsabilidade.

Justificativa do Gestor: No item relativo às medidas adotadas pelo Gestor após o Registro de Negociação referente ao Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003, constam os seguintes esclarecimentos:

A Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística/INSS, mediante Ofícios n.ºs. 1.083/INSS/DCGAB, de 4.9.2003, 1.142/INSS/DCPRES, de 17.9.2003, e 1.102/INSS/DCPRES, de 2.10.2003, informou que foi solicitado o encaminhamento do Processo nº 35239.000704/2002-36 a esta Corregedoria Geral para análise e adoção das medidas disciplinares pertinentes.

Avaliação da SFC: O assunto continua PENDENTE de regularização, devendo a Corregedoria do INSS informar e encaminhar a esta SFC as providências que foram adotadas, bem como os seus resultados."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR: Quanto à irregularidade em licitação, o PAD - Processo nº 35239.000704/2002-36, encontra-se na Corregedoria Regional de Porto Alegre, cujo Parecer nº 013/B2004 de 14/04/2004 e PT/INSS/CORREG nº 335, determinaram a Reinstauração do feito.

Solicitamos, ainda, informações quanto aos resultados do referido PAD, por meio da SA nº 160221-84, de 13.6.2005.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do Ofício/INSS/CORREG/Nº 85, de 15.6.2005, o gestor informou que o processo nº 35239.000704/2002-36 foi arquivado, de acordo com as informações constantes do e-mail, de 2.6.2005, originário do Corregedor-Regional do INSS em Porto Alegre/RS. Informou ainda que, de acordo com o Parecer da Divisão de Auditoria em Gestão Interna da Auditoria Regional I, concluiu pela legalidade de todos os atos praticados na contratação de serviços de digitação de que trata o processo.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS):

CPF	NOME	CARGO
086.899.971-72	Genoveva Freire Coelho	Corregedora-Geral do INSS

AValiação da SFC:

À vista do exposto, verifica-se que a Comissão Sindicante concluiu pela legalidade e arquivamento do processo.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que o processo seja encaminhado a esta SFC para avaliação quanto aos fatos que motivaram o arquivamento do PAD.

4.1.2.5 CONSTATAÇÃO:

Realização de obras e reformas em imóvel de terceiros - Linhares/ES.

Contrato de locação de reforma de imóvel; e recusa ao direito de preferência na compra do mesmo, realizada em desacordo com o que dispõe o Regimento Interno do INSS, em LINHARES-ES - (Processo nº 15492.000553/2003-04).

Assunto tratado no item 4.1.2.10 do Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 139816/2004 e no item 4.1.2.1.4 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento de Gestão nº 153860/2004:

"(...)que seja providenciada a instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidades, ante a omissão da Gerência Executiva/INSS/ES em motivar e deliberar sobre as recomendações constantes da Nota Técnica PFE/INSS/ES nº 004/2003, de 6.2.2003, sobre a oferta de venda, pelo proprietário e locador (Elder Perin), do imóvel locado para a Agência da Previdência Social em Linhares/ES - Processo nº 35059.002451/2001-80. Apurar, também, a responsabilidade pela realização de obras permanentes em imóvel de terceiros, e se for o caso, instaurar processo de Tomada de Contas Especial, com vistas ao ressarcimento dos prejuízos causados aos cofres do Instituto."

Ainda sobre a questão da locação e reforma do imóvel de Linhares- ES, o Tribunal de Contas da União proferiu por meio do Acórdão nº 799/2004 - TCU - Plenário, TC 004.614/2003-1, (DOU de 2.7.2004), as determinações que seguem:

"(...)

9.2. determinar ao INSS que garanta recursos às suas Unidades Descentralizadas com vistas a evitar pagamentos que possam gerar juros e multas;

9.3. realizar a audiência, com fulcro no art. 43, inciso II da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, da Sra. Sandra Shirley de Almeida, Gerente Executiva da Agência da Previdência Social no Município de Linhares-ES à época dos fatos, para que apresente razões de justificativa quanto:

9.3.1. à prática do ato de informar ao proprietário, por vontade própria, a recusa da aquisição de imóvel utilizado pela agência da Previdência Social no Município de Linhares-ES, contrariando o art. 7º, inciso IV, do

Regimento Interno do INSS e impossibilitando uma análise mais aprofundada do caso concreto por parte da Diretoria Colegiada, considerando o gasto já efetuado com a reforma do imóvel de terceiros;

9.3.2. às razões que levaram a locação e reforma de imóveis de terceiros, e não a verificação da possibilidade de permuta, com outro ente público, de imóvel adequado às necessidades da Agência do INSS;

9.3.3 à necessidade das obras realizadas na Agência da Previdência Social no Município de Linhares-ES para o alcance das metas do Programa de Melhoria de Atendimento - PMA do INSS, informando o valor executado para cada uma das metas do PMA e descrevendo os serviços executados."

Solicitamos, ainda, informações quanto aos resultados do referido PAD, por meio da SA nº 160221-84, de 13.6.2005, e, ainda, estamos aguardando resposta.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Gestor, por meio do Ofício INSS/CORREG/nº 85, de 15.6.2005, encaminhou, em anexo, Despacho da Corregedoria-Geral do INSS, de 16.3.2005, com a seguinte conclusão:

"4. Com base no disposto nos arts. 167, parágrafo 4º e 168 da Lei nº 8.112/90, submeto à apreciação superior o acolhimento do Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, às fls. 180/195, cujo subitem 3.27 exculpou as servidoras Sandra Shirley de Almeida, Assistente Social, matr. 0887437, e Ednéia Madergan Dario Potiguara, Agente Administrativo, matr. 0886753, ratificando a deliberação consignada na ata de fls. 174, com vistas ao arquivamento do feito."

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS):

CPF	NOME	CARGO
086.899.971-72	Genoveva Freire Coelho	Corregedora-Geral do INSS

AVALIAÇÃO DA SFC:

À vista do exposto, verifica-se que a Comissão Sindicante concluiu pela legalidade e arquivamento do processo.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que o processo seja encaminhado a esta SFC para avaliação quanto aos fatos que motivaram o arquivamento do PAD.

4.1.2.6 CONSTATAÇÃO:

Impropriedades detectadas na realização de permuta de Imóveis em Goiânia - GO - Processo nº 35069.002448/1999-99.

O assunto foi tratado no item 4.1.2.10 do Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 139816/2004 e, anteriormente, no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003.

"(...) instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com fundamento no artigo 143 da Lei nº 8.112/90, para a apuração das suspeitas de irregularidades, ocorrida na permuta do Imóvel de propriedade do INSS, situado à Av. Anhanguera nº 3536, esquina com Rua 23, Centro - Goiânia - GO, por imóvel que atenda demanda da Agência tipo "C" Goiânia - Dergo."

Com a finalidade de obter os resultados dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Inquérito, constituída pela Portaria/INSS/CORREG nº 61, de 2.2.2004, cujo prazo expirou em 2.4.2004, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 160221-37, de 16.5.2005, requerendo informações sobre a fase atual do processo, uma vez que a última posição informada, conforme o Relatório de Prestação de Contas/2004 do INSS, consta que o processo foi encaminhado para Procuradoria Federal Especializada de Goiânia, desde 14 de janeiro de 2005.

Visto que o processo abrangia também questões envolvendo Procurador Federal Especializado, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 160221-82, em 9/6/2005, ao Diretor-Presidente do INSS, com prazo para resposta dia 14.6.2005, solicitando providências no sentido de informar as medidas adotadas no âmbito do INSS, bem como obter junto à Advocacia Geral da União-AGU quais as medidas adotadas por aquele órgão no que couber.

Por meio do Ofício/INSS/DCGAB nº 136, o Gestor encaminhou, em 11.2.2004, cópia da Portaria/INSS/CORREG nº 61, de 2.2.2004, na qual é constituída a Comissão de Inquérito, formada por 3 servidores do quadro, para apuração dos fatos referentes ao processo em análise, tendo sido fixado prazo de 60 dias, ou seja, até 2.4.2004, para conclusão dos trabalhos. O referido Processo Administrativo Disciplinar encontra-se na fase de instrução.

JUSTIFICATIVA GESTOR:

Em virtude do supracitado processo encontrar-se com carga para Procuradoria-Geral Federal/AGU, desde de 8.4.2005, o Gestor informou por meio do OFÍCIO/INSS/CORREG/Nº 065, que solicitou àquela Procuradoria a adoção das providências pertinentes, sugerindo que as informações fossem prestadas diretamente a esta Secretaria de Controle Interno.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS

AVALIAÇÃO DA SFC:

O assunto permanece PENDENTE de regularização, tendo em vista que o Gestor ainda não informado sobre os resultados dos trabalhos da comissão de inquérito.

Entretanto, esclarecemos que o assunto envolve tanto procuradores quanto servidores do Instituto e, ainda, não há informações dos resultados apurados pelo INSS nem pela AGU.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos a Procuradoria Federal Especializada no INSS adote providências no sentido de promover gestões junto à Procuradoria Geral Federal/AGU, afim de informar a esta SFC/CGU sobre os resultados do PAD.

4.1.2.7 CONSTATAÇÃO:**Irregularidades no processo de permuta de Imóveis realizada entre o INSS e a MIRAMAR Empreendimentos Imobiliários.**

O assunto foi tratado no subitem 4.1.1.5.5 do Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 139816/2004, no subitem 4.1.2.1.6 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento de Gestão nº 153860/2004, e, anteriormente, no Relatório de Auditoria de Gestão nº 117146/2003. Foi também objeto da Decisão nº 394/2002 - TCU - 2ª Câmara - TC- 005.512/2001-0 - Sigiloso - INSS-SP/MIRAMAR (Ofício/4ª SECEX/nº 366, de 18/10/01 (Ofícios nºs 356 a 365/2001-4ª SECEX), do Processo Disciplinar nº 35366.000011/2000-81 e do Relatório de Auditoria nº 053596A/2000, tendo a seguinte avaliação por parte desta SFC:

"Avaliação da SFC: Diante do exposto verifica-se que vêm sendo adotadas providências no sentido de recuperar a perda de recursos em razão da permuta de imóvel citado neste Relatório, pertencente ao Instituto. No entanto, apesar das medidas em andamento, o valor da torna de R\$ 22.685.976,50 (vinte e dois milhões, seiscentos e oitenta

e cinco mil, novecentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos), atualizado até outubro/2003, bem como a escrituração dos supracitados imóveis, em nome do INSS, continuam PENDENTES de regularização."

O assunto também foi objeto da Nota Técnica nº 524/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 6.5.2005.

JUSTIFICATIVAS DO GESTOR:

Por intermédio do Ofício nº 1.230 INSS/DCGAB, de 23.11.2004, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do INSS, encaminhou informação de 16.10.2004, do Chefe Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, esclarecendo o que segue:

"1. Vem a presente SA da SFC/CGU/PR para que seja informado sobre as medidas necessárias entre o INSS e a empresa MIRAMAR.

2. O processo foi objeto de decisão da Diretoria Colegiada pela revisão do estabelecido em vista das várias comunicações a MIRAMAR sobre valores de toras diferentes. Foi constituído Grupo de Trabalho e constatado que o valor da Torna era de R\$ 5.784.131,82. Tal valor e trabalho foram examinados pela Procuradoria Geral que os aprovou. O estudo do Grupo de Trabalho e o exame da Procuradoria foram aprovados pela Diretoria Colegiada. Atualmente está sendo providenciada a assinatura do termo de acordo entre o INSS e a empresa MIRIMAR e cumprimentos das cláusulas do mesmo que fazem referências às pendências tanto da empresa MIRAMAR como do INSS.

3. Encaminhamos em anexo cópias dos documentos do processo que tratam da torna.

4. Observamos que no cálculo anterior de R\$ 22.685.976,50 - tais valores foram baseados em avaliações não aceitas pelo INSS, pois não atendiam aos preceitos da Norma Brasileira recomendada.

(...)."

Conforme mencionado no item 3 da informação acima transcrita, o Chefe da Divisão juntou parte das peças processuais, onde vislumbra-se cópia do Relatório emitido pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria DIROFL/nº 3.453, de 26 de agosto de 2004, cuja finalidade foi de analisar e emitir relatório conclusivo sobre o contrato firmado entre o INSS e a empresa MIRAMAR Empreendimentos Imobiliária Ltda., bem como estabelecer o real valor de torna a ser paga pela referida empresa, conforme a seguir relatado:

"(...)

II. DO OBJETO

Trata-se da permuta de terrenos de propriedades do INSS com terrenos mais construções da empresa MIRAMAR Empreendimentos Imobiliários Ltda. III. DA CONTRATAÇÃO

No processo nº 35266.003272/94-51, que trata da permuta entre o INSS e a empresa MIRAMAR Empreendimentos Imobiliários Ltda., consta que esta permuta foi aprovada pelo Coordenador Geral de Engenharia e Patrimônio à época (fls. 741 deste Processo), pelo Diretor de Administração Patrimonial (fls. 742 do referido processo) e pelo Presidente do INSS (fls. 742 deste processo), publicada no DOU de 10 de março de 1997 (fls. 743 e 74 do citado processo) tendo Parecer da Procuradoria Geral (fls. 574 a 584, 756 a 758 deste processo).

O contrato foi assinado pelo Superintendente do INSS em São Paulo (fls. 761 a 770 do processo em tela) e tem termo aditivo (fls. 431 a 438 do Apenso I) aprovado pela Procuradoria Geral (fls. 424 a 430 do Apenso I).

Imóveis de Propriedade do INSS (localizados em Santos/SP)

Área I: 12.389,17 m² , limitando-se entre a Rua Guaiaó, Rua Pirajá da Silva, Rua sem nome e Rua Vergueiro Stidel;

Área II: 16.750,62 m² , limitando-se entre a Rua Alexandre Martins, Rua Vergueiro Stidel, Rua sem nome e Rua Guaiaó;

Área III: 12.795,06 m² , limitando-se entre a Rua Pirajá da Silva, Rua Epitácio Pessoa, Rua Guaiaó e o Centro de Reabilitação Profissional do INSS; e

Área IV: 4.800 m² , limitando-se entre a Rua Vergueiro Stidel, Rua Alexandre Martins e o Conjunto Residencial Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Terrenos (sete) de propriedade da empresa MIRAMAR (efetivamente permutados), incluindo as respectivas construções de prédios, para instalação de Agências da Previdência Social.

Vide Tabela 2 (Anexo II)

III.1 - DA SITUAÇÃO ANTES DA CONTRATAÇÃO DA PERMUTA:

1.Os terrenos do INSS situados na cidade de Santos-SP encontravam-se abandonados e invadidos.

2.Por outro lado, nas sete cidades em que foram construídas Agências da Previdência Social, mais modernas, o INSS pagava aluguel em prédios que ofereciam péssimas condições de atendimento.

3.Todos perdiam: a população, o INSS, a cidade, os serviços prestados pelo INSS e o país que via seus bens deteriorarem.

III.2 - DA CONSTRUÇÃO APÓS A CONTRATAÇÃO DA PERMUTA

1. O INSS ganhou 7 (sete) prédios modernos para instalar sua Agências e propiciar atendimento adequado à população.

2.Os terrenos do INSS tiveram aproveitamento para comunidade local e cessaram as despesas com sua manutenção.

3.A permuta gerou muitos empregos durante as construções e ainda fomentou atividades comerciais num local que anteriormente não possuía infra-estrutura comercial.

4.A população das sete cidades envolvidas na permuta foi beneficiada com uma melhor qualidade no atendimento dos serviços prestados pelo INSS.

5.O INSS deixou de pagar aluguel nas sete cidades, diminuindo suas despesas operacionais.

IV. DA METODOLOGIA UTILIZADA:

Inicialmente foram analisados os processos disponibilizados como fonte de consulta, conforme relação contida no Anexo III, para identificarmos os elementos pertinentes ao caso em questão, a fim de subsidiarmos, cronologicamente, a análise da transação e possibilitar-nos a definição de uma linha de raciocínio que direcionasse a conclusão do mesmo.

Quando da análise dos elementos, identificamos, preliminarmente, que o pactuado inicialmente através do Contrato nº 01/97 não foi cumprido, uma vez que, de acordo com o Parágrafo Primeiro, da Cláusula Primeira, a Contratada seria possuidora e proprietária dos imóveis originalmente oferecidos em Permuta com o Instituto, fato inverídico, visto que esta só era detentora do privilégio de compra, através de promessas de compra e venda, e usucapião (caso de São Vicente), cujas opções foram perdidas, em sua grande maioria, devido à demora da conclusão das negociações entre as partes (INSS e a empresa MIRAMAR Empreendimentos Imobiliários Ltda).

Tendo em vista o contido no parágrafo anterior, uma primeira certeza tornou-se clara e evidente: não se pode reconhecer como valor da torna, a quantia de R\$ 2.441.339,23 (Dois milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, trezentos e trinta e nove reais e vinte e três centavos), conforme Cláusula Quinta do contrato, uma vez que os elementos, originalmente envolvidos em seu cálculo, nunca foram reais (vide os elementos contidos na Tabela 1, do Anexo II).

Considerando-se os elementos contidos nos diversos volumes, verificamos que no ano de 1.999 foram concedidos dois "Habite-se, em 02/08, para o imóvel de Itanhaém e em 23/09 para o imóvel de Registro; no ano de 2.000 foram concedidos três "habite-se", em 28/06 para o imóvel de Ribeirão Pires, em 19/09 para o imóvel de São Vicente e em 27/12 para o imóvel de Caçapava; no ano de 2.002 foi concedido um "Habite-se", em 12/12 para o imóvel localizado na cidade de Mauá, cujo terreno foi objeto de Permuta entre o Instituto e a Prefeitura do Município de Mauá, fato que gerou uma demora no início da construção do imóvel, motivo que foi inteiramente alheio à empresa Miramar Empreendimentos Imobiliários Ltda., e de total responsabilidade do Instituto, uma vez que o terreno objeto desta permuta foi adquirido pela empresa Miramar Empreendimentos Imobiliários Ltda., em 29/10/97.

Quanto ao imóvel edificado na cidade de São Sebastião o respectivo "Habite-se" não foi localizado nos autos, mas

colhemos que o terreno foi adquirido pela contratada em 03/11/98, conforme registro na respectiva matrícula.

Observamos que as alterações ocorridas para adaptação dos imóveis constam dos relatórios elencados na Tabela 3, do Anexo II, cujos levantamentos foram efetuados entre Março/2.000 e 25/08/2003, ou seja, quando os imóveis edificadas nas cidades de Registro e Itanhaém já estavam em condições oficiais de ocupação por parte do Instituto. Segundo os elementos efetivamente concretizado, o verdadeiro valor original da "torna", adiante identificado como "torna 1" seria de R\$ 4.085.450,97 (Quatro milhões, oitenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos), mantendo-se como parâmetro original para o custo inicial das construções pactuadas, o valor do metro quadrado do processo de Dação em Pagamento ocorrido na cidade de Jales/SP, devidamente adaptado às características dos diversos locais, acrescido de uma taxa de BDI de 35%, que se tornou de referência para os preços das construções na permuta, com o valor efetivamente transacionado na aquisição dos sete terrenos, considerando-se o informado nos registros e contidos nas respectivas matrículas.

No decorrer da execução das diversas construções foi identificada a necessidade de realização de adequações nos projetos, relativas as adaptações ao PMA - Programa de Melhoria do Atendimento, supressões e aumentos de serviços realizados após pedidos dos Gerentes Executivos, que influenciaram no custo final de cada uma das sete unidades envolvidas na questão. Observa-se que as exigências de adequações ao PMA ocorreram em face da política de governo para o atendimento do INSS, implantada após a assinatura do contrato de permuta. A partir deste momento optamos pela atualização dos custos envolvidos em cada uma das etapas e que foram identificados na Tabela 3 do Anexo II, os quais foram devidamente atualizados na Tabela 3 do Anexo II, os quais foram devidamente atualizados pelo IGP-M, até o mês de Agosto/2004, incluindo-se a atualização do valor total da "torna 1" utilizando a ferramenta disponível gratuitamente no site da "PINI Sistemas", cuja memória de cálculos foi devidamente impressa, passando a fazer parte do presente como ANEXO IV, tendo gerado o valor atualizado de R\$ 5.339.284,04 (Cinco milhões, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e quatro reais e quatro centavos).

Embora tenhamos aplicado a atualização dos valores pelo IGP-M, muitas das paralisações ocorreram por culpa do INSS, o que inviabiliza a aplicação do contido no parágrafo único da Cláusula Sexta. Será punir a empresa em duplicidade visto que o preço já foi reajustado para a data atual.

Dai, verificar-se que o cálculo da atualização do valor da torna, ocorrida em 05/02/2004, e que gerou o valor de R\$ 22.685.976,50; foi realizado em bases totalmente

inconsistentes, tanto de fundamentação, quanto de cronologia dos fatos ocorridos e identificados por profissionais do quadro técnico do INSS, ao longo do tempo; não tendo computado os valores dos terrenos localizados nas cidades de São Vicente e Registro, além de ter utilizado os valores para as edificações contidos nos laudos de Maio/2003, incorporando uma distorção temporal nos elementos contidos na tabela de fls. 1589 - Volume V. Quanto a torna no valor de R\$ 6.486.455,10 a mesma também mostra-se inconsistente por basear-se meramente na diferença entre os valores contidos nos Laudos de Avaliação da Caixa Econômica, que totalizou R\$ 9.379.528,90 (a valores de 2003) e o valor original dos terrenos de propriedades do INS envolvidos na permuta (determinados em valores colhidos no ano de 1997), configurando uma grave distorção temporal.

Relativamente à torna de R\$ 2.302.990,46, determinada em 25 de agosto de 2003, fundamenta-se no valor da torna original, que, como demonstrado no início do presente relatório, não foi representativa de valores reais efetivamente concretizados. Além disso, não aplicou qualquer índice de atualização nos valores identificados ao longo do tempo.

V. DOS MOTIVOS DO ATRASO:

Analisando os documentos apresentados no processo, constatamos os seguintes motivos que levaram ao atraso na execução das obras:

- a) falta de fiscalização e acompanhamento do contrato pela Superintendência do INSS em São Paulo (item 13 - fls. 867/868);
- b) Ação Popular contra a permuta - paralisação do ajuste entra 22/05/1997 a 29/04/1999 (informação de fls. 862);
- c) o processo ficou sobrestado na Procuradoria Geral durante o ano de 1999 (informações de fls. 860/871);
- d) auditoria nos processos;
- e) Inquérito Administrativo - durante o ano de 2000/2001;
- f) adequações das construções e layout's às concepções construtivas previstas no Programa de Melhoria do Atendimento da Previdência Social. Tal fator gerou uma paralisação de, aproximadamente, oito meses;
- g) durante boa parte de 2001, até março de 2002, o processo esteve, em algumas oportunidades, na Procuradoria Geral, para análise, visando definição sobre se o contrato continuava em vigor, o que culminou com o DESPACHO PROCGER/CGCONS Nº 086/2002 (fls. 1030 a 1032), que concluiu que o contrato permanecia vigente, uma vez que, seu objeto não foi totalmente concluído;
- h) algumas construções não tiveram elementos de projeto que permitissem a empresa MIRAMAR executá-las e outras sequer tiveram fiscais para orientar como executar.
- i) que a empresa MIRAMAR não poderia concluir o contratado visto que o INSS pretendia, e assim procedeu, permutar o terreno, situado na cidade de Mau/SP, com a Prefeitura

daquela localidade, de forma a obter melhor localização para atender a população que procura a Previdência Social. Em Mauá/SP estava previsto no Contrato INSS x MIRAMAR a construção de uma Agência da Previdência Social, que já foi construída e ocupada.

j) falta de aquisição de mobiliário para tais agências - o que implicou na demora da conclusão das instalações elétricas e de lógica, já que pela concepção, tais instalações deveriam ser embutidas nos perfis do mobiliário;

k) lentidão das decisões (embora num contexto de complexas ações) e a dinâmica da Administração Central do INSS, em constante alteração visando melhorar o atendimento à população, também contribuíram para as paralisações das obras.

VI - DA ANÁLISE DOS LAUDOS:

Em relação aos Laudos de Avaliação apresentados pela CAIXA o processo nº 35366/003272/94-51, possuem inconsistências técnicas em sua grande maioria, conforme Análise apresentada no Anexo VI, além de terem sido elaborados em data extemporânea à negociação.

VII - DA CONCLUSÃO

Tendo em vista o contido no presente relatório, calculamos a torna em R\$ 5.339.284,04 (Cinco milhões, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e quatro reais e quatro centavos), atualizada até o mês de Agosto/2004.

Sugerimos que a mesma possa ser quitada, por uma das seguintes formas: a) Em espécie, de acordo com o contido na Cláusula Quinta, do Contrato nº 01/97;

b) Em m2 de área construída, em terreno próprio do INSS;

c) Em m2 de área construída, em terreno da empresa Miramar Empreendimentos Imobiliários.

Assim, encaminhamos o presente a Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, para conhecimento, e se de acordo, submeter à Procuradoria Federal Especializada, para emissão de parecer quanto a legalidade dos critérios utilizados na elaboração deste relatório, perante a legislação vigente, através da Coordenação Geral de Logística e posterior envio a autoridade que constituiu o Grupo de Trabalho.

Diante dos resultados do Grupo de Trabalho, emitimos a Solicitação de Auditoria - SA nº 153860-45, de 13.12.2004, com as seguintes indagações:

"Em decorrência da conclusão que o Grupo de Trabalho declinou sobre o valor da torna a ser paga pela empresa MIRAMAR Empreendimentos Imobiliários Ltda., por meio de critérios conflitantes com as cláusulas contratuais avençadas entre as partes e, também, por ter considerado o Instituto como causador de entraves administrativos que provocaram atrasos na execução do contrato, resultando em avaliações que culminaram com a redução do valor

conciliado de R\$ 22.685.976,50, posição em outubro/2003, para R\$ 5.784.131,82, perguntamos o que segue:

1. Apresentar o comparativo utilizado entre as bases de cálculo, demonstrando as áreas e seus respectivos valores ajustados, de forma a comprovar o efetivo valor da torna apresentado no Relatório do Grupo de Trabalho.
2. Justificar o motivo de ter sido desconsiderada a correspondência existente (Ofício 21.033/44/GEXSANTOS/INSS) na qual a Gerência- Executiva do INSS em Santos e a citada empresa, após conciliação entre as partes, fixou o valor da torna, de acordo com a cláusula quinta do instrumento contratual, em R\$ 22.685.976,50.
3. Informar se já ocorreram as escriturações dos imóveis localizados nos municípios de São Vicente, Ribeirão Pires e São Sebastião em nome do INSS."

Em atendimento a supramencionada SA, o Gestor, em 17.12.2004, informou o que segue:

"1. A SA nº 153860.45, de 13/12/2004, trata da solicitação de informação sobre o processo de permuta de terrenos em Santos-SP entre o INSS e a empresa MIRAMAR. Tal assunto está tramitando entre a Procuradoria e a Diretoria Colegiada, daí nossa dificuldade em obter elementos para a resposta e o atraso neste encaminhamento.

2. Em resposta a SA acima mencionada, esclarecemos inicialmente que:

2.1. Não houve conflito entre os critérios adotados pelo Grupo de Trabalho e as cláusulas contratuais avençadas entre as partes, haja visto que o trabalho foi desenvolvido através do seguinte critério:

atualização da obrigação contratual firmada entre as partes (INSS e a empresa Miramar Empreendimentos Imobiliários Ltda.), qual seja:

aquisição de 7 terrenos e 7 construções;

2.2. O GT, analisando todo o processo, considerou que, em algumas fases, o Instituto foi causador dos entraves administrativos que provocaram atrasos na execução do contrato, tais como:

a) Falta de fiscalização e acompanhamento do contrato pela Superintendência do INSS em São Paulo (item 13 - fls.867/868);

b) Ação Popular contra a permuta - paralisação do ajuste entre 22/05/1997 a 29/04/1998 (informação de fls. 862);

c) o processo ficou sobrestado na Procuradoria Geral durante o ano de 1999 (informações de fls. 860/871);

d) auditorias nos processos;

e) Inquérito Administrativo - durante o ano de 2000/2001;

f) adequações das construções e layout's às concepções construtivas previstas no Programa de Melhoria do Atendimento da Previdência Social. Tal fator gerou a paralisação de, aproximadamente, oito meses;

- g) durante boa parte de 2001, até março de 2002, o processo esteve, em algumas oportunidades, na Procuradoria Geral, para análise, visando definição sobre se o contrato continuava em vigor, o que culminou com o DESPACHO PROCGER/CGCONS Nº 086/2002 (conforme fls. 1030 a 1032 do processo), que concluiu que o contrato permanecia vigente, uma vez que, seu objeto não foi totalmente concluído;
- h) algumas construções não tiveram elementos de projeto que permitissem a empresa MIRAMAR executá-las e outras sequer tiveram fiscais para orientar como executar;
- i) que a empresa MIRAMAR não poderia concluir o contratado visto que o INSS pretendia, e assim procedeu, permutar o terreno, situado na cidade de Mauá/SP, com a Prefeitura daquela localidade, de forma a obter melhor localização para atender a população que procura a Previdência Social. Em Mauá/SP estava previsto no Contrato INSS x Miramar a construção de uma Agência da Previdência Social, que já foi construída e ocupada;
- j) falta de aquisição de mobiliário para tais agências - o que implicou na demora da conclusão das instalações elétricas e de lógica, já que pela concepção, tais instalações deveriam ser embutidas nos perfis do mobiliário;
- k) lentidão das decisões (embora num contexto de complexas ações) e a dinâmica da Administração Central do INSS, em constante alteração visando melhorar o atendimento à população, também contribuíram para as paralisações das obras.

Entretanto, salientamos que estes não foram considerados no cálculo para a determinação da torna de R\$ 5.784.131,82 (cinco milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, cento e trinta e um reais e oitenta e dois centavos).

2.3. Esclarecemos que a torna de R\$ 22.685.976,50 (Vinte e dois milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos) não foi um valor conciliado, haja visto que no processo consta contestação da empresa "MIRAMAR Empreendimentos Imobiliários Ltda."

3. Quanto aos itens 1, 2 e 3 da referida S.A esclarecemos: Item 1: O comparativo que demonstra as áreas e seus respectivos valores ajustados encontra-se demonstrado no Anexo IIa do relatório do GT;

Item 2: O GT desconsiderou a torna de R\$ 22.685.976,50, uma vez que a mesma foi obtida através de bases totalmente inconsistentes, tanto de fundamentação, quanto de cronologia dos fatos ocorridos e identificados por profissionais do quadro técnico do INSS ao longo do tempo, não tendo computado os valores dos terrenos localizados na cidades de São Vicente e Registro, além de ter utilizado as edificações contidas nos Laudos de maio de 2003, incorporando uma distorção temporal nos elementos utilizados para fixar a torna. Salientamos que no relatório o GT também desconsiderou a torna de R\$

2.441.339,23 (Dois milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, trezentos e trinta e nove reais e nove centavos), uma vez que os elementos, originalmente envolvidos em seu cálculo, nunca foram reais; desconsiderou também a torna de R\$ 6.486.455,10 (seis milhões, quatrocentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos), por basear-se meramente na diferença entre os valores contidos no Laudos da Caixa Econômica, que totalizou R\$ 9.379.528,90 (a valores de 2003) e o valor original dos terrenos de propriedade do INSS envolvidos na Permuta (determinados em valores colhidos no ano de 1977), configurando uma grave distorção temporal; e, desconsiderou ainda, a torna de R\$ 2.302.990,46 (Dois milhões, trezentos e dois mil, novecentos e noventa reais e quarenta e seis centavos) por fundamentar-se no valor da torna original que conforme já demonstrado não foi representativa de valores reais efetivamente concretizados. Além disso, não aplicou qualquer índice de atualização nos valores identificados ao longo do tempo. Salientamos que todo o exposto acima, consta, com este mesmo nível de detalhes, no relatório do GT.

Item 3: Com relação as escriturações dos imóveis localizados nos municípios de São Vicente, Ribeirão Pires e São Sebastião, informamos que as mesmas continuam pendentes, conforme justificativas enviadas pelos respectivos Gerentes Executivos, as quais estas AP's são subordinadas.

Ressaltamos que a conclusão do trabalho, da qual resultou o valor da torna, de R\$ 5.784.131,82 (Cinco milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, cento e trinta e um reais e oitenta e dois centavos), foi calculada segundo orientações contidas na Nota Técnica PFE/INSS/CGMADM/DPP nº 422/2004 e no Despacho PFE/INSS/CGMADM/GAB nº 1396/2004 (fls. 2093/2106 e fls. 2107/2108, do processo, respectivamente); bem como nas reuniões ocorridas entre os componentes do GT, a Chefia da Divisão de Gerenciamento Patrimônio Imobiliário e os representantes da Procuradoria Federal Especializada do INSS, Dr. Glauco Alves Cardoso Moreira e Dr. Leonardo Silva Lima."

As justificativas acima apresentadas foi objeto de análise no Relatório de Acompanhamento da Gestão nº 153860/2004, onde foi observado que para fundamentar a reavaliação dos cálculos para fins de determinar o valor da torna a ser paga pela empresa MIRAMAR Empreendimentos Imobiliários Ltda., elaborado pelo Grupo de Trabalho, pautou-se em atribuir falhas administrativas ocorridas quando da Gestão do Contrato no Instituto.

Quanto ao valor atual da torna em R\$ 5.784.131,82, conforme tabela "D" a seguir demonstrada, o Grupo de Trabalho apresentou em planilhas as áreas dos imóveis das localidades dadas em permuta, identificando novas áreas dos terrenos e das construções existentes, que diferem das informadas pelos laudos

de avaliações elaborados pela Caixa Econômica Federal, que na época, com os devidos acréscimos, importou o valor da torna em R\$ 22.685.976,50.

Tabela D - Consolidação de Valores	
Itens	Valores Atualizados
Terrenos INSS	(+) 37.013.282,0
Construções erguidas pela Miramar	(-) 24.009.620,4
Terrenos adquiridos pela Miramar	(-) 3.679.163,7
Alterações promovidas	(-) 3.540.366,0
Total atualizado da torna	5.784.131,8

Ressalta-se que na documentação encaminhada não consta o comparativo entre as bases de cálculos com o objetivo de demonstrar as distorções ocorridas na época em que se chegou ao valor da torna, em R\$ 22.685.976,50, para o apurado pelo Grupo de Trabalho, de R\$ 5.784.131,82, o que seria imprescindível para subsidiar análises futuras e legitimar a correção dos cálculos anteriormente realizados, uma vez que a diferença entre os valores atingiu uma cifra considerável de R\$ 16.901.844,68, um erro que requer por parte do Instituto uma posição visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do ato.

Cabe registrar que o imóvel dado em permuta pelo INSS, considerado, conforme informação da Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, como de propriedade do Instituto, não procede, uma vez que o terreno foi objeto de dação em pagamento para quitação de débito previdenciário. Dessa forma, se determinando o valor da torna a ser paga pela empresa MIRAMAR Empreendimentos Imobiliários Ltda., essa importância deverá ser creditada a conta correspondente aos créditos da fonte relativa a Contribuição dos Empregadores e dos Trabalhadores para o Seguro Social (54).

Em razão das divergências entre os procedimentos adotados, o assunto em análise deve ser objeto de uma nova reavaliação de modo a garantir a efetiva e a expressa motivação factual e não apenas a indicação de mudança conceitual e metodológica utilizada. Portanto, consideramos a questão PENDENTE de regularização.

Registre-se ainda que a regularização desse assunto vem se arrastando desde de 2000, sem que o INSS adote todas as medidas necessárias para o desfecho final, com diversas posições dos gestores do INSS que merecem ser destacadas:

PROCESSO 35432.000939/2003-20 - SIPPS Nº. 9302860 (fls. 47 a 52) - Relatório da Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, datado de 7.5.2003, assinado pelo Sr. José Roberto Senno, Chefe da Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário.

"(...)

4. (...). O INSS também após aceitação da permuta decidiu-se por construir a Agência do INSS em Mauá em terreno

permutado com a Prefeitura. Em face da falta de decisões do INSS, na época apropriada, houve demora excessiva nas construções dos prédios, e muitas modificações de forma a atender a política administrativa de cada época. Assim, as construções iniciaram antes do PMA (Programa de Melhoria do Atendimento da Previdência Social) e foram concluídas nos moldes do PMA.

(...)

11. Quanto às construções previstas na hipoteca foram todas realizadas, não havendo mais a necessidade de tal garantia referente às construções. Portanto entendemos que as hipotecas podem ser liberadas.

12. Por outro lado, há ainda pendência com relação ao encontro de contas e em face da necessidade de ser paga a torna. E há também dois imóveis do INSS que foram permutados e ainda não foram escriturados em nome da empresa MIRAMAR, que poderiam ser agravadas como garantia do pagamento da torna. A legislação também prevê outras formas de se estabelecer Garantias.

13. Sugiro que seja dado ciência ao Chefe de Gabinete e ao Sr. Diretor-Presidente do INSS, assim como encaminhado a Procuradoria Geral do INSS para análise da documentação e dos referidos documentos constantes deste processo, manifestando-se sobre as possibilidades de liberar as hipotecas e de se estabelecer outra garantia, caso a Administração superior entenda como necessária".

PROCESSO 35366.003272/94-51 (volumes I a IV) e Apensos (fls. 1.398 a 1.426) - Relatório da Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, datado de 13.8.2003, assinado pelo Sr. José Roberto Senno, Chefe da Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário.

"(...)

II.5 - DAS CONSEQÜÊNCIAS DOS ATRASOS NA EXECUÇÃO

11. Inicialmente devemos registrar que todo atraso na conclusão de permuta, pelo que foi observado nos documentos constantes do processo, foi de responsabilidade do INSS.

(...)

1. À empresa MIRAMAR trouxe como conseqüência: construções muito demoradas, que com certeza oneraram muito a mão de obra empregada e as demais despesas para administrar tais obras - o que não é possível repassar a preços e de difícil mensuração, além do enfrentamento de constantes aumentos nos preços dos materiais. As paralisações constantes também levaram as muitas mobilizações e desmobilizações de equipes e equipamentos.

(...)

54. As avaliações foram feitas para maio de 2003, não representando em alguns casos o estado de construção nova em que foi recebida pelo INSS - temos construções recebidas em 2000, 2001 e 2002. Isto influencia na avaliação para diminuí-la. Vejamos o que consta nos laudos de avaliações:

- a) obra de Caçapava - idade aparente 5 anos - fls. 1213;
- b) Itanhaem - idade aparente 3 anos - fls. 1281;
- c) Ribeirão Pires - idade aparente nova (zero ano);
- d) São Vicente - idade aparente 2 anos - fls. 1309;
- e) Mauá - idade aparente nova (zero ano);
- f) Registro - idade aparente 5 anos - fls. 1348.

Pelo registrado nos laudos se pode observar que a maioria dos imóveis não foi avaliada como imóvel novo, visto que foi estimada idade entre 2 a 5 anos. Portanto tais avaliações induzem a diminuir o valor do imóvel. Há que se perguntar: o INSS recebeu o imóvel recém construído, como considerar avaliações que assim não consideraram?

55. Outro aspecto a ser considerado quando analisamos esta permuta é o Cenário Econômico da contratação - 1997 ser diferente do atual - maio de 2003. Estamos enfrentando crises com recessão - o que leva a uma diminuição do preço dos imóveis no mercado atual, com reflexo nos preços das avaliações atuais para menor.

56. Consideramos os valores empregados relacionados aos laudos elaborados pela Caixa Econômica Federal como inconsistentes ou necessários de agregar valores de outros bens que foram inseridos na construção pela empresa Miramar por solicitação do INSS, não podemos aprovar os laudos como representativo de valores dos imóveis e todos os bens executados pela empresa Miramar.

(...)

65. A torna está relacionada à escrituração dos terrenos, o que até a presente data não se consolidou como um todo - a presente permuta não está definitiva em todos os valores escrituração, visto que o INSS não forneceu a empresa Miramar escrituras de dois terrenos em Santos.

66. Quanto mais demora o INSS na execução do Contrato maior será a torna a receber. A primeira impressão parece-nos uma injustiça diante da previsão constitucional do equilíbrio econômico-financeiro que se deve manter na relação contratual, mas assim está no Contrato. Cabe aqui consulta à Procuradoria quanto ao amparo na legislação dessa forma fixada no Contrato.

(...)

70. Entendemos que cabe uma avaliação jurídica sobre a forma de agir diante das épocas e formas de avaliação. Ou seja que avaliação deverá prevalecer a atual representativa do mercado

atual que é diferente da época da efetivação do contrato ou se fazer avaliações considerando as premissas originárias - mantendo-se a relação de equilíbrio econômico-financeiro.

(...)

71 Observa-se que as avaliações efetivadas pela CAIXA não consideraram todos os bens e serviços ofertados pela empresa Miramar ao INSS nos procedimentos da permuta".

PROCESSO 35366.003272/94-51 (volumes I a IV) e Apensos (fls. 1.481 a 1.483) - Relatório da Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, datado de 29.8.2003, assinado pelo Sr. José Roberto Senno, Chefe da Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário.

"(...)

6. Reiteramos que entendemos que deve haver maiores estudos de forma a arbitrar uma torna de acordo com os termos contratuais, amparada na legislação e que seja justa - representativa da equação econômica prevista na referida permuta.

7. Analisando os laudos de avaliações verificamos que se empregam metodologias diferentes entre eles, ou seja: comparativo de custo de reprodução de benfeitorias (por falta de possibilidade de outro método): imóveis de Caçapava, Itanhaem, Ribeirão Pires, São Vicente; comparativo de dados de mercado: imóveis de Mauá e Registro. Outro fator importante é que nas avaliações foram desconsiderados itens de consideráveis valores, como por exemplo: mobiliário, divisórias, sinalização visual, cadeiras, estantes para arquivo, equipamentos, elaboração de projetos (complementares, executivo e "as built") etc - implicando em valores menores do que os realmente foram gastos e que estão incorporados a edificação. Na metodologia empregada, em nenhum laudo foi feito um levantamento orçamentário de todos os custos empregado na construção por meio de planilha demonstrativa da realidade construtiva. As avaliações foram feitas para maio de 2003, não representando em alguns casos o estado de construção nova em que foi recebida pelo INSS - temos construções recebidas em 2000, 2001 e 2002. Isto influencia na avaliação para diminuí-la. Vejamos o que consta nos laudos de avaliações:

- a) obra de Caçapava - idade aparente 5 anos - fls. 1213;
- b) Itanhaem - idade aparente 3 anos - fls. 1281;
- c) Ribeirão Pires - idade aparente nova (zero anos);
- d) São Vicente - idade aparente 2 anos - fls. 1309;
- e) Mauá - idade aparente nova (zero ano);
- f) Registro - idade aparente 5 anos - fls. 1348.

Pelo registrado nos laudos pode observar que a maioria dos imóveis não foi avaliada como imóvel novo, visto que foi estimada idade entre 2 a 5 anos. Portanto tais avaliações

induzem a diminuir o valor do imóvel, pois o INSS recebeu construções novas."

PROCESSO 35366.003272/94-51 (volumes I a IV) e Apensos (fls. 1.660 a 1.670) - Relatório do Grupo de Trabalho constituído pela Portaria DIROL/nº. 3453, de 26.8.2004, assinados pelos Srs. Eduardo Laerte de Mattos Pimentel, Fauzie Mohamad Zaim e Raimundo Alves Pereira.

"(...)

VII - CONCLUSÃO:

Tendo em vista o contido no presente relatório, calculamos a torna em R\$ 5.339.284,04 (Cinco milhões, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e quatro reais e quatro centavos), atualizada até o mês de Agosto/2004.

Sugerimos que a mesma possa ser quitada, por uma das seguintes formas:

- a) Em espécie, de acordo com o contido na Cláusula Quinta, do Contrato nº 01/97;*
- b) Em m2 de área construída, em terreno próprio do INSS;*
- c) Em m2 de área construída, em terreno da empresa Miramar Empreendimentos Imobiliários.*

Assim, encaminhamos o presente a Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, para conhecimento, e se de acordo, submeter à Procuradoria Federal Especializada, para emissão de Parecer quanto a legalidade dos critérios utilizados na elaboração deste relatório, perante a legislação vigente, através da Coordenação Geral de Logística e posterior envio a autoridade que constituiu o Grupo de Trabalho.

Acompanha o presente os seguintes anexos:

ANEXO I - Portaria DIROFL/Nº 3453;
ANEXO III - Tabelas 1, 2, 3 e 4;
ANEXO III - Relação do material disponibilizado como fonte de consulta;
ANEXO IV - Cálculos de atualização monetária;
ANEXO V - Análise dos laudos da CAIXA;
ANEXO VI - Material extraído dos diversos volumes que compõem o processo original."

Quanto ao resultado dos trabalhos do Grupo criado pela Portaria DIROL/nº. 3453, de 26.8.2004, informamos que foi aprovado pela Diretoria Colegiada do INSS, na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 6.10.2004, com abstenção do Sr. Ocenir Sanches, cujos relatores/proponentes foram os Senhores Jefferson Carlos Carus Guedes - Procurador Chefe da Procuradoria Federal

Especializada/INSS e Samir de Castro Hatem - Diretor de Orçamento, Finanças e Logística, conforme ATA da 9ª Reunião Ordinária, com o seguinte teor: Aprovação por parte da Diretoria Colegiada, do trabalho elaborado pelo Grupo de Trabalho, do valor da torna a ser paga pela empresa MIRAMAR ao INSS no montante de R\$ 5.784.131,82 - podendo ser paga em dinheiro ou em construção de prédios, liberação da hipoteca, convalidação dos atos de adaptação dos prédios ao PMA, condicionados a escrituração pela Miramar dos imóveis relatados no processo, recebimento definitivo das obras pelo INSS e assinatura de termo de compromisso entre as partes. Ficaria o INSS representado pelas Gerências Executivas quanto às escrituras e liberação da hipoteca e a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística e Procuradoria Especializada quanto ao Termo de Compromisso referente ao pagamento da Torna).

Mediante Ofício nº 539/INS/DCGAB, de 7.6.2005, o INSS solicitou prorrogação do prazo, por mais 30 dias, para atendimento das solicitações/recomendações constantes da Nota Técnica nº 524/2005/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Cantídio de Freitas Mundim Neto	Coordenador-Geral de Logística
784.219.778-49	José Roberto Senno	Chefe da Divisão do Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário
287.351.101-04	Antonio José Soares Cavalcante	Coordenador-Geral de Logística
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

AVALIAÇÃO DA SFC:

Verifica-se conforme apontamentos contidos no Relatórios de Auditoria nºs. 053596 A/2000, 070246/2001, 087911/2002, 117146/2003, 139816/2004, 153860/2004, Notas Técnica nº 917/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 13.12.2002, e Nota Técnica nº 524/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 6.5.2005, que os gestores responsáveis pela permuta em questão cometeram atos de improbidade administrativa, ilegalidades e irregularidades, e esses resultados dos trabalhos foram encaminhados ao TCU.

As principais recomendações da SFC concentraram nos acertos das Normas, na apuração de responsabilidades e na necessidade da efetivação da torna por parte da empresa Miramar após avaliação, pela CEF, de todos os imóveis objeto de permuta. Em relação às duas primeiras foram implementadas, sem entrar no mérito sobre o aspecto das penalidades aplicadas e absolvição dos

responsáveis. Quanto ao valor da torna a ser efetuada pela empresa Miramar continua se arrastando desde o primeiro trabalho desta SFC em 2000 até a presente data, motivo da elaboração desta Nota Técnica.

Por meio da Decisão nº 394/2002 - 2ª Câmara - TC nº 005.512/2001-0, o TCU determinou inicialmente ao INSS que promovesse as alterações das normas e a cobrança da torna com aplicação de penalidades previstas Cláusula Décima do citado contrato, e deixou ainda o assunto em aberto.

Conforme consta dos autos, o INSS constituiu Comissão e Grupo de Trabalho mediante as Portarias INSS/DCPRES nº 145, de 20.1.2003, e INSS/DIROL/nº. 3.453, de 26.8.2004, com objetivo de regularizar a pendência da negociação da Permuta com a empresa Miramar.

Constata-se que os resultados dos trabalhos apresentaram divergências de R\$ 16.901.844,68 do valor a ser ressarcido pela empresa Miramar ao INSS, uma vez que o resultado do 1º foi de R\$ 22.685.976,50 e o apurado pelo Grupo de Trabalho foi de R\$ 5.784.131,82. Sobre essa divergência, a SFC/CGU, no Relatório de Auditoria de Acompanhamento realizada no último trimestre de 2004, já descrita no item 12 desta Nota Técnica, considerou a necessidade de ser realizado nova avaliação dos imóveis permutados devido às divergências dos tipos de procedimentos adotados.

Ressalta-se que os resultados dos trabalhos foram baseados em laudos de avaliações realizados a mais de 7 anos, aplicando o IGP-M para correção dos valores contidos nos mencionados laudos. Dessa forma, não foi aplicado o que estabelece o inciso VII do art. 24 da Lei nº. 9.636, de 15.5.1998, quanto à validade dos laudos que deveria ser de 6 meses. Registra-se ainda que o TCU, por meio do Acórdão 1295/2004 - Plenário, manifestou-se numa consulta efetuada pelo Ministro da Previdência Social, em relação à alienação de imóveis não operacionais do INSS deve observar entre outros o contido na mencionada Lei, conforme se verifica a seguir:

"(...)

9.1.1. a alienação de imóveis não operacionais do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR deve observar impreterivelmente o valor de mercado, nos termos do artigo 1º da Lei nº 9.702/98 c/c o artigo 24, inciso VII, da Lei nº 9.636/98; c/ os artigos 15, § 1º e 6º; 24, incisos VII, VIII, X, XX e XXIII; 43, inciso IV; 44, § 3º; 48, inciso II; 120 da Lei nº 8.666/93 e c/os itens 3, 4.1.2, 4.2.1, 4.4, 4.5, 4.8.11 e 4.8.12 da Orientação Normativa nº ON-GEADE-004, de 25.02.2003, da Secretaria de Patrimônio da União, haja vista que não há amparo legal para a utilização do método involutivo para a avaliação econômica

dos respectivos imóveis, a partir do valor limite de cada unidade residencial no âmbito do respectivo Programa (Vide Acórdão 1702/2004 Plenário - Ata 41 - Alteração da redação).” (NEGRITO NOSSO)

Cabe salientar que apesar de terem sido realizadas avaliações em 2003, estas ocorreram apenas nos imóveis da Empresa Miramar, portanto não atendeu a recomendação desta SFC/CGU, referente à avaliação de todos os imóveis pelo nível de rigor maior ou igual ao estabelecido pela NBR 5676 (Avaliação rigorosa ou Rigorosa Especial), de modo a permitir o encontro de contas para levantar o valor real da torna em favor do INSS.

Portanto, é necessário que o INSS promova as devidas avaliações ao mesmo tempo, pela CEF, utilizando critérios e nível de rigor igualmente para todos os imóveis, de forma a dar tratamento igualitário no processo de avaliação dos bens em questão.

Vale ressaltar que o Ministério Público Federal, mediante Ofícios nº 177/2004/JÁ/PRDF, de 17.12.2004, e nº 43/2005/JÁ/PRDF, de 22.2.2005, que originaram os Processos/CGU-PR nºs 00190.012363/2004-30 e 00190.001813/2005-40, solicitou a esta SFC/CGU-PR remessa de documentação relativa à permuta de imóveis realizada entre o INSS e a Empresa MIRAMAR Empreendimentos Ltda.. Por meio do Ofício nº 5.945/CGU-PR, de 15.3.2005, a CGU encaminhou à Procuradoria da República/MPF no DF cópia da Nota Técnica nº 917/2002/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR e dos Relatórios de Auditoria/DSPAS/SFC nºs 053596 A, 139816 e 153860, que tratam do assunto em questão.

Diante dos fatos relatados, constata-se que o assunto continua PENDENTE de regularização quanto às avaliações de todos os imóveis envolvidos no processo de permuta, com objetivo de se obter o valor efetivo da torna em favor do INSS, apesar das recomendações emitidas pela SFC/CGU e TCU.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística adote as seguintes providências:

- a) Proceder avaliação ao mesmo tempo, por meio da CEF, dos imóveis envolvidos no processo de permuta, utilizando critérios e nível de rigor maior ou igual ao estabelecido pela NBR 5676 (Avaliação rigorosa ou Rigorosa Especial), de modo igualitário para todos os imóveis.
- b) Liberar as hipotecas somente após o recebimento da torna;

- c) Realizar o encontro de contas para obter o valor da torna a ser cobrada da empresa Miramar, após a conclusão dos resultados das avaliações;
- d) Acionar a empresa Miramar cobrando o valor apurado e, se for o caso, adotar as medidas judiciais cabíveis.

4.1.2.8 CONSTATAÇÃO:

Falha na análise de Restituição de Contribuição Previdenciária.

Assunto tratado no subitem 5.2.1.2 do Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 139816/2004 e no subitem 4.1.2.1.7 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº 153860/2004.

"Nos termos da Instrução Normativa nº 67, de 10.5.2002, restituição "é o procedimento administrativo pelo qual o sujeito passivo é ressarcido pelo INSS, de importâncias pagas indevidamente à Previdência Social, ou de importâncias relativas ao salário-família e ao salário-maternidade, que não tenham sido objeto de compensação ou de reembolso." Ressalte-se que esse normativo foi adotado até dezembro/2003, quando foi substituído pela IN nº 100. No tocante à retenção em nota fiscal decorrente de cessão de mão-de- obra, prevista no artigo 31 da Lei 8.212, embora não corresponda a um pagamento indevido à previdência, conforme previsto na IN nº 67, de acordo com o § 1º da lei nº 8.212/93, "o valor retido de que trata o caput, que deverá ser destacado na nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, será compensado pelo respectivo estabelecimento da empresa cedente da mão-de-obra, quando do recolhimento das contribuições destinadas à Seguridade Social devidas sobre a folha de pagamento dos segurados a seu serviço." E em seu § 2º prevê que "na impossibilidade de haver compensação integral na forma do parágrafo anterior, o saldo remanescente será objeto de restituição". Com base nesses normativos, no exercício de 2003, foram devolvidos, a título de restituição, aproximadamente 125 milhões de reais por emissão de ordem bancária e R\$ 164 milhões por meio de Guias-Negativas de restituição.

Em especial no caso das restituições que tiveram origem na retenção em notas fiscais, observamos que costuma ocorrer o seguinte trâmite:

a empresa emite nota fiscal e sobre o valor total calcula-se 11% para retenção à Previdência Social;

Uma vez requerido pela empresa e contraposto o total declarado na GFIP com o total recolhido pela empresa (incluindo as guias relativas ao recolhimento regular e à retenção em nota), verifica-se uma diferença em que os valores pagos à Previdência são maiores que os valores

devidos pela empresa, considerando para este cálculo os valores declarados na GFIP;

Reconhecida a diferença a favor da empresa, o INSS atualiza os valores e devolve à empresa o que foi pago a maior.

A despeito desses procedimentos estarem estritamente de acordo com o previsto na legislação, observa-se uma clara inconsistência: em muitos casos as empresas que declaram um pequeno número de empregados na GFIP por outro lado são empresas com potencial para prestar serviços de grande vulto, emitindo notas fiscais em milhões de reais, o que parece contraditório com o fato da mesma empresa possuir um número pequeno de empregados. A pergunta é: Se possui tão poucos empregados como pode prestar um serviço de tamanho vulto? Para exemplificar a afirmação, analisamos as restituições realizadas na Gerência Executiva do INSS no Distrito Federal, no total de 15 processos, quais sejam:

CNPJ/CPF	NOME DA EMPRESA	Nº PROCESSO	Valor
00708339/0001-47	Stok Office Divis. E Mob. Ltda.	35758.001216/2003-75	1.718.785,82
00060046/0005-20	Centro Educ. N. Senhora do Ros	36200.001140/2002-65	119.671,93
00060046/0008-72	Centro Educ. N. Senhora Do Ros	37313.002034/2002-95	29.218,96
00077255/0001-52	Casa de Ismael	37313.000458/2002-15	4.713,18
00097857/0001-71	Pref. Munic.de Santo Antonio	23001060/124/2001	842.357,00
01029458/0001-36	Geovani Alves Pinho ME	35758.002728/2002-78	19.034,22
01235477/0001-19	Candela Engenharia Ltda.	37284.004213/2003-32	26.239,78
01523961/0001-43	Faber Eng. e Comercio Ltda.	37313.001200/2003-17	35.307,03
01761368/0001-35	Rubi Eng. Associados Ltda.	37313.001786/2002-39	108.581,66
02505701/0001-08	Sotecon Soc.Téc.n.de Engenharia	37313.001789/2003-53	214.137,16
02629241/0001-20	SMV Edição de Imagens Ltda.	37313.001252/2002-11	30.520,11
03135430/0001-09	WP Com. Instal. e Ref. Ltda.	35920.000417/2003-26	4.391,20
04279621/0001-07	Exata Eng.e Empreend. Ltda.	35758.002890/2002-96	59.674,57
066854471-68	Ruben Siqueira Coelho	37313.000203/2003-33	10.100,68
37172160/0001-28	Alutec Esquadrias Ltda. EPP	37313.000925/2002-15	11.776,83

No caso da Stok, nas notas está declarado que 50% do valor da nota representa mão-de-obra. Por exemplo, em 6.11.2000 foi emitida a nota fiscal nº 533 no valor de R\$569.848,00. O valor declarado como mão-de-obra foi de R\$284.924,00, sendo 11%, ou R\$31.341,64, o valor retido como contribuição à Seguridade. Na folha de pagamento do mesmo mês a empresa declara pagar uma massa salarial de R\$24.036,57 a 73 empregados. É um contra-senso a empresa declarar que em determinado serviço prestado o valor da mão-de-obra corresponde a R\$284.924,00 e no mesmo mês informar na GFIP que somente paga menos de 10% desse valor em salários a estes mesmos empregados. Assim, vemos que a utilização de mão-de-obra a que se refere a nota, se não integra a folha de pagamento, somente poderá ser originada de mão-de-obra externa à empresa, ou seja, prestação de serviços de terceiros. Entretanto, em um segundo momento esse valor é totalmente devolvido a empresa com base na GFIP, que, como demonstrado, não corresponde ao total da mão-de-obra utilizada. Ou seja, no momento da devolução do valor retido, o INSS não está

atento ao fato de a empresa haver ou não declarado toda a força de trabalho utilizada, inclusive, os empregados prestadores de serviços.

Às páginas 417 a 419 do processo 35758.001216/2003-75, o INSS apresenta demonstrativo individualizando nota por nota, destacando o valor da mão-de-obra em cada nota e os valores recolhidos. No quadro a seguir, resumimos a informação, totalizado por mês:

Competência	Qtde. NF's	Valor das notas	Valor Mão-de-Obra	Valor Recolhido
08/1999	02	170.000,00	85.000,00	9.350,00
02/2000	02	33.333,78	33.333,78	3.666,71
03/2000	04	39.682,22	20.577,11	2.263,48
04/2000	02	14.168,69	14.168,69	1.558,56
05/2000	05	105.962,36	76.468,16	3.832,41
06/2000	06	107.886,70	80.577,45	8.863,51
08/2000	04	38.481,19	27.819,49	3.458,46
10/2000	06	359.828,98	157.756,12	17.353,18
11/2000	02	667.746,00	333.873,00	36.726,03
12/2000	20	.032.815,58	516.407,79	56.804,87
02/2001	05	299.249,19	149.624,60	16.458,71
03/2001	03	37.124,35	18.562,18	2.041,83
04/2001	02	99.983,79	49996,90	5.499,10
06/2001	02	72.410,27	36.225,14	3.982,56
07/2001	11	934.024,05	407.624,67	44.838,73
08/2001	08	983.852,32	478.926,13	52.681,88
09/2001	14	1.309.630,50	682.839,68	75.112,36
10/2001	07	4.004.132,15	2.002.066,08	220.227,27
11/2001	07	222.927,32	111.463,66	12.373,08
12/2001	42	5.413.213,84	2.706.606,92	297.731,61
01/2002	03	199.769,44	97.211,62	10.693,26
02/2002	02	2.012.047,07	1.002.105,18	110.231,57
03/2002	04	2.099.782,77	1.048.731,97	115.360,52
04/2002	06	1.951.318,14	983.748,31	108.211,81
05/2002	05	230.022,08	131.879,54	16.234,00
06/2002	10	1.556.015,24	388.515,06	36.858,31
07/2002	04	164.707,94	82.353,98	9.058,31
08/2002	06	989.678,00	291.864,05	33.373,74
09/2002	05	1.183.104,59	264.707,66	29.117,85
10/2002	15	1.883.144,28	383.856,22	42.224,16
11/2002	10	740.736,45	167.665,73	21.567,92
12/2002	31	4.526.099,32	979.799,22	132.536,65
		33.482.878,60	13.812.356,09	1.540.292,44

No processo não constam as GFIP's, somente folhas de pagamento, que aparentemente foram emitidas em sistema próprio da empresa.

Importante lembrar que o INSS vem trabalhando para que haja correspondência entre os valores declarados na GFIP e os recolhidos por meio de GPS. Dessa forma, espera-se que em um futuro próximo seja possível fazer o batimento automático, e o próprio sistema gere uma cobrança automática para as empresas cujos valores da GFIP sejam maiores que os pagos por GPS. Ressalte-se que a GFIP deve declarar também os serviços prestados por terceiros, a fim de que se tenha informações completas sobre a mão-de-obra utilizada. Assim, fica claro que se as empresas não declararem corretamente as informações sobre todos os trabalhadores envolvidos em suas obras e serviços, haverá restituição indevida de valores. Em 2003 foi arrecadado

mais de R\$ 4 bilhões por retenção em nota. A restituição é um procedimento facultativo, porém se as empresas "acordarem" para o fato de que têm o direito a se ressarcir desses valores e não declararem corretamente toda a força de trabalho utilizada, criar-se-á um custo operacional imenso para a Previdência, sob o risco de se devolverem valores indevidos.

Ressalte-se que o procedimento de retenção em nota tem a finalidade de garantir que todos os serviços prestados por trabalhadores tenha a correspondente retenção antecipada das contribuições à seguridade, mas caso não haja uma forma de verificar se a mão-de-obra utilizada realmente foi declarada nas GFIP's, corre-se o risco de devolver aos contribuintes valores que caberiam de fato à Previdência. A importância de se chamar a atenção para este ponto está ligada principalmente à necessidade de se concentrar esforços nos pontos corretos, pois atualmente deixa-se de concentrar esforços na verificação de que as empresas estejam ou não declarando corretamente a quantidade real de empregados. De nada adianta reter valores sob o argumento de adiantamento de receitas para posteriormente devolvê-los, corrigidos, a um possível "sonegador".

Em normativo mais recente sobre o assunto, IN nº 100, de 18/12/2003, há a seguinte previsão:

"Art. 225. Compete à Chefia do Serviço/Seção/Setor de Arrecadação da APS decidir sobre requerimento de reembolso e de restituição.

§ 1º Na hipótese de deferimento total ou parcial de pedido de restituição, deverá ser interposto recurso de ofício, nos termos do art. 366 do RPS, à autoridade hierarquicamente superior, na seguinte ordem:

I - à chefia da Agência da Previdência Social (APS), caso o montante do valor a ser restituído, nele considerados o valor originário e os acréscimos legais, seja inferior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

II - à chefia da Divisão/Serviço de Receita Previdenciária da Gerência-Executiva, caso o montante do valor a ser restituído, nele considerados o valor originário e os acréscimos legais, seja igual ou superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)."

Estão sendo adotadas medidas para melhorar os controles, todavia, parecem ainda insuficientes, dado que mesmo havendo a obrigatoriedade de se interpor recurso no caso de deferimento da restituição, não há ainda a obrigatoriedade de ser verificado em maior detalhe se as informações prestadas pelo contribuinte sejam corretas, não se atendo somente às informações da GFIP e GPS."

RECOMENDAÇÃO:

"Assim, recomendamos que seja revista a legislação com vistas a propor meios mais adequados para realizar a restituição, inclusive condicionando a liberação da restituição à realização prévia de fiscalização na empresa beneficiária.

Que o processo de restituição no valor de R\$1.718.785,82 da Stok Office seja revisto, considerando que nas notas fiscais emitidas consta a declaração de que 50% do valor corresponde a mão-de-obra, portanto se há a ocorrência de mão-de-obra não haveria porque realizar a restituição. A empresa deverá ser fiscalizada com vistas a apurar se os valores da mão-de-obra utilizada correspondem ao que foi declarado na GFIP ou o valor declarado em nota, pois houve informações conflitantes.

E ainda, que o INSS institua "rodízio" entre os fiscais que liberam os processos de restituição, com o objetivo de minimizar o risco de possíveis direcionamentos na liberação de restituições."

Com o objetivo de obter as informações e providências adotadas por parte do INSS sobre as recomendações constantes do Relatório em comento, solicitamos informações sobre os fatos apontados.

Por intermédio do Ofício nº 1.157 INSS/DCGAB, de 02.11.2004, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do INSS, encaminhou informação de 25.10.04, da Divisão da Receita Previdenciária esclarecendo o que segue:

"(...)

4. Analisando o anexo à Solicitação, subitem 5.2.1.2, fazemos as considerações a seguir sobre o tópico RECOMENDAÇÃO:

- A Divisão da Receita Previdenciária não é competente para proporcionar alterações na legislação, podendo quando de providências a respeito colaborar com sugestões;
- Incluiremos a empresa no Planejamento Fiscal para fins de futura fiscalização, ocasião em que o processo será revisto;
- Quando da distribuição dos processos de restituição para manifestação de Auditor-Fiscal, esta é criteriosamente feita de modo a manter a segurança. O Diretor da Receita Previdenciária informa as providências adotadas, as quais contemplam alteração de sistemas e desenvolvimento de novo aplicativo, além de acompanhamento fiscal do segmento onde se verifica a maior incidência de erros."

Com vistas a atualizar as informações apresentadas, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 160221-86, de 10.6.2005.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Gestor encaminhou por meio do Ofício nº 189/Coordenação-Geral em Auditoria Especial, de 13.6.2005, folha de consulta detalhada de ações fiscais, onde indica a realização parcial de

ação fiscal, objetivando instruir o processo referente ao pedido de restituição da empresa Stok Office.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
167.029.566-49	Carlos Roberto Bispo	Diretor de Receita Previdenciária
271.873.144-34	Lieda Amaral de Souza	Diretor de Receita Previdenciária
002.358.468-80	Ocenir Sanches	Diretor de Receita Previdenciária

AVALIAÇÃO DA SFC:

A folha de consulta apresentada não possibilita verificar qual o resultado da ação fiscal realizada, bem como os valores envolvidos, ou seja, de quanto deveria ser restituído ao INSS, ou se o direito do valor solicitado pela empresa Stok Office era realmente devido. O assunto continua pendente de regularização.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos a Secretaria de Receitas Previdenciária (ex-Diretoria de Receitas Previdenciárias) encaminhe a esta SFC/CGU os resultados da ação fiscal realizada na empresa Stok Office.

4.1.2.9 CONSTATAÇÃO:

Pendências do Relatório de Acompanhamento da Gestão nº 153860/2004 - Programa de Fiscalizações por Sorteio Público.

- Relatório de Acompanhamento nº 150511/2004 - Ações de controle realizadas nos cartórios dos municípios sorteados nas 5ª, 6ª e 7ª Etapas do Programa de Fiscalizações por Sorteio Público.
- Notas Técnicas nºs 156, 157, 238, 1107, 1.108, 1.125, 1.442, 1.443, 1.444, 1.674, 1.675, 1.676, 1.812, 1.813 e 1.825/2004/DSPAS/SFC/CGU-PR, e ainda as Notas Técnicas nºs 304, 305, 438 e 440/2005/DSPAS/SFC/CGU-PR - Consolidação dos resultados das ações de controle realizadas nas Prefeituras e nos cartórios dos municípios sorteados nas 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Etapas do Programa de Fiscalizações por Sorteio Público.

Os assuntos e resultados das ações de controle realizadas nos municípios sorteados ensejaram as seguintes conclusões/recomendações desta SFC:

ASSUNTO	CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÃO DA SFC
Resultado das Ações de controle realizadas nos municípios contemplados no	Os fatos apontados demonstram falhas no processo gerencial de Fiscalização do Recolhimento das Contribuições Previdenciárias dos órgãos

sorteio público, referentes à retenção e recolhimento de contribuição previdenciária a favor da Previdência Social (7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º e 13º sorteios)	<p>Públicos Municipais, bem como não cumprimento da Lei por parte das Prefeituras Municipais. Dessa forma, recomendamos à Diretoria de Receitas Previdenciárias do INSS as seguintes providências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fiscalize/Audite as Prefeituras Municipais, apontadas nesta Nota, aplicando as medidas previstas em lei, que apresentaram irregularidade quanto ao não cumprimento do art. 31 da Lei nº 8.212/91 e art. 22, IV da Lei nº 9.876/99, no que diz respeito à retenção de 11% e 15% em favor da Previdência Social da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços relativa a serviços prestados mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário; - Que as áreas responsáveis pelos planejamentos das Fiscalizações de Receitas Previdenciárias, em todos os âmbitos, procedam a fiscalizações sistemáticas nos órgãos públicos municipais, visando verificar a regularidade da retenção/recolhimento das Contribuições Previdenciárias conforme estipulado nas Leis nº 8.212/91 e 9.876/99; e
Resultado das ações de controle realizadas nos cartórios dos municípios contemplados nos sorteios (7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º e 13º sorteios)	Falhas no processo de alimentação dos registros de óbitos no sistema SISOBÍ, falhas no monitoramento das informações enviadas pelos Cartórios (quantitativa e qualitativa), bem como na fiscalização para cumprimento do disposto no art. 68 da Lei nº 8.212/91.
Resultados das ações de controle realizadas nos municípios contemplados nos sorteios públicos, com o intuito de avaliar as aposentadorias locais de beneficiários a partir de 90 anos de idade e mais de 30 anos de recebimento (7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º e 13º sorteios)	Dados dos beneficiários com alto índice de erros/inconsistências, processo de manutenção dos benefícios inadequado, provocando sérios riscos e prejuízos à gestão da Previdência Social em relação aos pagamentos de benefícios. Recomendações ao INSS: elaboração e implantação de projeto voltado para revisão cadastral sistemático dos benefícios previdenciários; adoção de providências para regularização das impropriedades apontadas nas Notas Técnicas e, ainda, se for o caso, apurar responsabilidades pelos pagamentos indevidos e abertura da Tomada de Contas Especial, com vistas ao ressarcimento dos valores aos cofres da Previdência Social.

JUSTIFICATIVAS DO GESTOR:

Por intermédio dos Ofícios nº 1.207, nº 1.210, nº 1.218 e nº 1.221/INSS/DCGAB, de 18.11.2004, o Chefe de Gabinete do Diretor- Presidente do INSS, encaminhou informações datadas de 21.10.2004, 3.11.2004 e 8.11.2004, da Divisão de Controle Interno de Benefícios, esclarecendo o que segue:

"3 - As recomendações oriundas do Relatório nº 99921/2002, sintetizadas no item 11 do relatório nº 134769/2003/DSPAS/SFC/CGU-PR, estão sendo implementadas conforme demonstramos a seguir:

3.1 - Quanto a implementação de Projeto de revisão cadastral, está em andamento desde 16.12.2002, os trabalhos de atualização dos dados cadastrais de 3.629.919 benefícios que estão relacionados a 5.765.035 pessoas, deste total foram atualizados dados de 1.105.226 benefícios que se relacionam a 1.911.354 pessoas, restando um total de 2.524.693 benefícios referente a 3.853.681 pessoas.

3.2 - No dia 13 de setembro de 2004 a DATAPREV concluiu a implantação da obrigatoriedade do uso do CADPF para atualizar dados cadastrais na atualização e revisão de benefícios. Com essa medida os trabalhos no IUB terão celeridade.

4 - Estamos promovendo a avaliação e a regularização dos benefícios com caractere inválido, com nome ou sobrenome com mais de 13 caracteres e titular com um único nome e relacionamos abaixo os resultados parciais referente as situações apresentadas:

Benefícios com caractere inválido:

Brasil - 2.615

Atualizados - 597

A atualizar - 2.018

Benefícios com nome ou sobrenome com mais de 13 caracteres:

Brasil - 3.335

Atualizados - 749

A atualizar - 2.586

Titular do benefício com um único nome:

Brasil - 2.873

Atualizados - 970

A atualizar - 1.903

4.1 - Os trabalhos relativos a acumulação indevida também sofreram atraso face a paralisação dos servidores das APS. Atualmente trabalhamos com um total de 10.041 benefícios destes foram revistos 5.883, restando a analisar 4.158 benefícios.

5 - O contrato com o SERPRO para fornecimento de informações relativas à base total de CPF da Secretaria da Receita Federal, com atualizações mensais, foi assinado. A Diretoria de Receitas Previdenciárias e a Diretoria de Benefícios, por meio da Coordenação Geral de Arrecadação e Coordenação Geral de Benefícios, definiram as regras para o batimento do banco de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS com o arquivo contendo as informações do CPF encaminhados pelo SERPRO.

a) O ajuste minucioso dos critérios de batimentos está sendo feito pela equipe técnica da DATAPREV e do INSS. O desenvolvimento das rotinas de batimento terá início em novembro/2004.

b) Após a atualização do CNIS com as informações do CPF, oriundas do Cadastro da Receita Federal, será feito o batimento do CNIS com o Sistema Único de Benefícios - SUB,

para atualizar os dados cadastrais dos beneficiários com o número do CPF.

6 - Expedido Memorando-Circular nº 002 INSS/DIRBEN, de 09.01.2004, com as seguintes recomendações:

a) que sejam cumpridos os procedimentos contidos na Instrução Normativa nº 95 INSS/DC, de 07 de outubro de 2003, especialmente o contido na Seção VIII - Do Controle Interno e Seção XIX - Do sistema Informatizado de Controle de Óbitos - SISOBI..

b) que as Gerências Executivas enviem as relações dos cartórios devedores à Divisão/Serviço da Receita Previdenciária, para adoção das providências previstas no art. 92 da Lei nº 8.212, de 1991.

7 - A Chefia da Assessoria de Gerenciamento de Riscos, órgão subordinado a Secretaria Executiva do MPS, passou a coordenar, acompanhar e avaliar os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Sistema Informatizado de Controle de Óbitos - SISOBI, com base na Portaria nº 1.408, de 03 de outubro de 2003.

8 - Foi disponibilizado na versão 8.6 do PRISMA consulta para identificar os benefícios que foram pagos após óbito do beneficiária.

A consulta está disponível em nível de Brasil, UF, Gerência e APS, na opção HISCREOBI.

8.1 - Para realizar consulta no HISCREOBI deverá ser adotado o seguinte procedimento: acessar o PLENUS digitar a opção BENEFE e teclar enter, em seguida digitar SISBEN e teclar enter, nesta tela digitar HISCREOBI e teclar enter.

9 - Relativo às providências para regularizar os pagamentos de benefícios pagos indevidamente, do Relatório de Auditoria nº 134769/2003/DSPAS/SFC/CGU-PR, relativo aos cartórios fiscalizados, referentes aos meses de janeiro/2002 a abril/2003, encaminhamos às Gerências Executivas as informações dos mencionados registros para revisão dos benefícios e obtivemos os seguintes resultados.

A Gerência Executiva em Fortaleza - CE encaminhou o resultado das apurações sobre informações sobre Certidões de Óbitos que não constam no Livro C:

JOÃO DIAS CARDOSO: Regularizado o óbito no SISOBI.

FRANCISCO MOREIRA LIMA: Regularizado o óbito no SISOBI.

FRANCISCO GONÇALVES DA COSTA: Regularizado o óbito no SISOBI.

DANIEL ROMÃO DA SILVA: Regularizado o óbito no SISOBI.

MARIA DA CONCEIÇÃO CRISÓSTOMO DA SILVEIRA: Regularizado o óbito no SISOBI.

ALVINA TOMAZ DE AQUINO: Não foi localizado nenhum óbito e nem benefício em seu nome assim como não foi identificada nenhuma pessoa com os dados apresentados na localidade.

Relacionamos abaixo as informações enviadas pela Gerência Executiva em Barbacena/MG referente a OS nº 127691 relativa ao Cartório de Registro Civil de Rio Pomba:

32/043.024.394-4 ANTÔNIO GOMES PATRÍCIO DO: 03/01/2002 = Não houve recebimento indevido conforme constante do HISCRE, é mantido o NB 21/123.232.596-9 ;

41/053.439.813-8 PERPETUA RITA DE OLIVEIRA DO: 20/10/2002 = Houve recebimento indevido no período de outubro/2002 a setembro/2003, emitimos GPS para a Agência do Brasil S/A em Rio Pomba no valor de R \$2.740,00 nos sendo encaminhado correspondência, datada de 09/09/2004, informando a impossibilidade de providenciarem a devolução face o benefício ser movimentado na modalidade cartão/recibo, benefício sem representante legal;

32/075.709.911-4 CATARINA DE PAULA FERREIRA DO: 11/12/2002 = Houve recebimento indevido na competência dezembro/2002, emitimos GPS para a Agência da Banco do Brasil/a em Rio Pomba no valor de R\$200,00, (duzentos reais) nos sendo encaminhado correspondência, datada de 09/09/2004, informando a impossibilidade de providenciarem a devolução face o benefício ser movimentado na modalidade cartão/recibo, benefício sem representante legal;

21/105.204.929-7 CATARINA DE PAULA FERREIRA DO: 11/12/2002 = Houve recebimento indevido, porém trata-se de benefício mantido em outra APS (Juiz de Fora), sendo que emitimos e-mail solicitando providências conforme orientação.

10 - Os benefícios de pensão por morte concedidos com certidão de óbitos que não constam do Sistema SISOBÍ estão sendo avaliados pelas APS obedecendo os procedimentos definidos na ORIENTAÇÃO INTERNA INSS/DIRBEN DIREP/PFE nº 086, de 25 de maio de 2004.

11 - Relativo às providências para regularizar os pagamentos de benefícios pagos indevidamente, após o óbito dos beneficiários, referente aos benefícios de nº 0906274630 de Miguel Alves da Silva e benefícios nº 0401990419 Dionízio Bispo dos Santos e 0920965490 José Francisco dos Santos, foram encaminhados para as Gerências Executiva de Aracaju/SE e São Luiz/MA, respectivamente, para apuração das irregularidades apontadas.

12 - Com relação aos benefícios abaixo listados os mesmos foram encaminhados às respectivas Gerências-Executivas para que as mesmas realizem as devidas apurações:

Município/UF	Nº Benefício	Nome do Beneficiário	Nome da mãe	Data do Óbito	Situação do benefício	Valor pago indevidamente
Delmiro Golveia/AL	0402372654	Afredisio Gomes de Menezes	Geracina Maria de Menezes	8.3.2004	Cessado	873,30
Delmiro Golveia/AL	0900098570	Maria do Carmo Moreira	Maria Joana dos Santos	N consta	Ativo	
Caculé/BA	0901442038	Francisca Maria de Jesus	Ana Maria de Jesus	Jan/2003	Cessado	3.292,45
Porção de Pedras/MA	0906096740	Manoel do Monte Furtado	Elvira Maria da Conceição	N consta	Ativo	
Porção de Pedras/MA	0906125731	Angela Freitas Lima	Maria Mariana Freitas Lima	N consta	Ativo	7.681,80
Barra do Piraí/RJ	0100677681	José Pedro Alves	Maria Isabel da Conceição	23.8.2003	Suspenso	10.821,49

Antonio Prado/RS	0916103455	Genoveva Macgnan	G	Pierina Basso Germia	3.2003	Cessado	2.248,51
Paraíso do Tocantins/TO	0905791037	Manoel Antonio Barbosa		Luiza Maria da Conceição	2.3.1995	Suspenso	16.009,77

12.1 - O benefício 42/040.237.265-4 de Afredísio Gomes de Menezes foi cessado pelo motivo 42 (Cessado pelo sistema de óbitos). A certidão de óbitos está cadastrada no SISOBÍ com a data do óbito em 08/03/2004. O óbito só foi registrado no dia 06/04/2004 e transmitido para a DATAPREV, via FTP, no dia 07/05/2004 e processada a cessação no dia 08/05/2004. Informamos ainda que, apesar do nome do beneficiário ter sido cadastrado com o nome de Alfredizio Gomes de Menezes, o benefício foi cessado pelo batimento do nº do CPF e da identidade.

12.2 - O benefício 07/090.144.203-8 de Francisca Maria de Jesus foi cessado pelo motivo 42 (Cessado pelo sistema de óbitos). A certidão de óbitos está cadastrada no SISOBÍ com a data do óbito em 15/05/2004. O cartório encaminhou a informação via formulário e o mesmo foi digitado pela GEX em 01/07/2004 e processada a cessação no dia 03/07/2004. Informamos ainda, que houve pagamento até a competência 02/2004.

13. Os resultados das apurações referente aos benefícios mencionados nos itens 11 e 12 deste despacho serão encaminhados à Secretaria Federal de Controle, tão logo as Gerências Executivas encaminhem os relatórios das apurações."

Ainda por intermédio dos Ofícios nº 410 a 411/INSS/DCPRES, de 6.5.2005, o Diretor-Presidente do INSS encaminhou documentação relatando as providências adotadas pela Diretoria de Benefícios para o cumprimento das recomendações desta SFC.

Quanto à atualização dos dados cadastrais o Gestor informou que os trabalhos estão em andamento desde 16.12.2002, com os trabalhos de atualização dos dados cadastrais de 3.559.565 benefícios que estão relacionados a 5.648.119 de pessoas. Deste total foram atualizados dados de 1.320.671 benefícios que se relacionam a 2.187.497 pessoas, restando um total de 2.238.894 benefícios referentes a 3.460.622 pessoas. Informou ainda que está em andamento o projeto de construção da nova base de dados do SUB (Recadastramento) e que os benefícios constantes do IUB serão incluídos nesse projeto, medida com vistas a agilizar a atualização dos dados cadastrais.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
167.029.566-49	CARLOS ROBERTO BISPO	DIRETOR DE RECEITA PREVIDENCIÁRIA
271.873.144-34	LIEDA AMARAL DE SOUZA	DIRETOR DE RECEITA PREVIDENCIÁRIA
002.358.468-80	OCENIR SANCHES	DIRETOR DE RECEITA PREVIDENCIÁRIA

740.221.488-53	TAITI INENAMI	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
008.349.391-34	CARLOS GOMES BEZERRA	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
012.420.648-42	BENEDITO ADALBERTO BRUNCA	DIRETOR DE BENEFÍCIO
471.824.900-72	EDUARDO BASSO	DIRETOR DE BENEFÍCIO
025.195.774-87	RUI CESAR DE VASCONCELOS LEITÃO	DIRETOR DE BENEFÍCIO

Todos os Gerentes Executivos do INSS do exercício de 2004.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Embora o Instituto esteja adotando providências junto às suas Gerências Executivas e APS, bem como desenvolvendo novas regras e rotinas para utilização nos seus sistemas informatizados, verifica-se que as recomendações contidas no Relatório de Acompanhamento nº 150511/2004 e nas Notas Técnicas ainda encontram-se PENDENTES de regularização por parte do INSS.

RECOMENDAÇÃO:

Reiteramos as recomendações contidas nas mencionadas Notas Técnicas e Relatórios desta SFC, que tratam dos resultados das ações de controle realizadas por meio de sorteio público.

4.1.2.12 INFORMAÇÃO:

Nota Técnica nº 1.387/2004/DSPAS/SFC/CGU-PR - Análise do Pregão Presencial nº 39/04 realizado pela DATAPREV, face Ação Cautelar Preparatória de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Distrito Federal, conforme Ofício GAB PR/DF/RB nº 263/04.

A referida Nota Técnica, transcrita parcialmente a seguir, trata da análise do Pregão Presencial nº 39/04, em cumprimento às atribuições dessa Controladoria-Geral da União e, subsidiariamente, para atendimento à solicitação formulada pelo Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Distrito Federal, com vistas a instrução da Ação Cautelar Preparatória de Ação Civil Pública, a ser promovida por àquela Procuradoria, conforme Ofício GAB PR/DF/RB nº 263/04.

"(...)

2.Solicita o expediente citado, que seja verificada no Pregão em análise, a compatibilidade com o mercado do preço máximo estimado e respectivo valor negociado, a legalidade da intermediação da DATAPREV na negociação, sobretudo em face da incidência de tributos sobre essa

prestação de serviços e da sua remuneração, bem como do interesse da administração, sob o aspecto da economicidade, na locação e não para aquisição de equipamentos.

II - DOS FATOS

3.A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV, realizou em 23.8.2004, a licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17.7.2004, Decretos nºs 3.555, de 8.8.2000 e 3.722, de 9.1.2001 e a Lei nº 8.666/93, com vistas à contratação de empresa para fornecimento de solução integrada de infraestrutura tecnológica para as unidades do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para fins de locação de equipamentos pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, em cumprimento ao Contrato 41/2004, referente ao processo 35000.001241/2004-92, publicado no dia 23.7.2004, firmado com o INSS.

(...)

IV - CONCLUSÃO

28.Em resumo, esta Nota demonstra que não ficou caracterizada a seleção da melhor proposta para Administração Pública, assim como não constou do projeto básico informação quanto aos estudos técnicos para avaliar custo/benefício de locação em detrimento da aquisição.

29.Ressaltamos que a intermediação realizada pelo INSS com a DATAPREV para contratação dos equipamentos em questão, além de estar contrariando as recomendações e determinações do SFC/CGU e TCU, no que diz respeito à realização de serviços não compatíveis com a finalidade da empresa nem com o fundamento legal adotado para dispensa da licitação, visto que podem ser prestados por qualquer empresa ou pessoa especializada na prestação de serviço, onera o gasto da contratação devido aos impostos e custos dos serviços intermediados, conforme se verifica nos itens 17 e 20 desta Nota Técnica.

30.Diante do exposto, conclui-se pela necessidade de encaminhar esta Nota ao INSS e à DATAPREV para manifestação a respeito dos pontos apresentados."

Por intermédio do Ofício nº 1.220/INSS/DCGAB, de 18.11.2004, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente do INSS, encaminhou cópia do Ofício nº 696 INSS/DCPRES, de 29.6.2004, endereçado ao Presidente da Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social - DATAPREV, bem como despacho PFE-INSS/CGMADM/DLIC nº 1.533/2004, do Chefe da Divisão de Licitações e Contratos da Procuradoria Federal Especializada, com o seguinte teor:

Ofício nº 696 INSS/DCPRES - Dirigido ao Presidente da DATAPREV

"Considerando a necessidade de atendimento da demanda por equipamentos de informática para o atendimento das operações nas unidades do INSS;

Considerando o vencimento de contratos de locação de equipamentos de informática nos meses de Maio, Junho e Julho de 2004, totalizando 10.831 (dez mil, oitocentos e trinta e um) estações de trabalho e 1.979 (um mil, novecentos e setenta e nove) impressoras laser;

Considerando a necessidade de substituição de 5.800 (cinco mil e oitocentos) estações de trabalho de tecnologia Pentium 100, 133 e 166 que não mais atendem as necessidades das unidades do INSS;

Solicitamos a elaboração de Proposta Comercial que contemple o fornecimento de infra-estrutura tecnológica para pontos de atendimento, considerando instalação de soluções de informática com seguro, assistência técnica, substituição de peças, conexão à rede corporativa da Previdência Social e treinamento, a serem instalados em unidades do INSS para o atendimento da demanda acima caracterizada, no prazo de 15 dias."

Despacho PFE-INSS/CGMADM/DLIC nº 1.533/2004

"(...)

2. Tal dossiê veio a esta Coordenação em face da proposição constante do item 4 do Despacho CGTI/INSS nº 141/2004, que se vê às fls. 12, tendo em conta a Nota Técnica nº 1.387/2004/DSPAS/DS/SFC/CGU- PR, que se vêem às fls. 1-9, respeitante ao Pregão Presencial nº 39/04, realizado pela DATAPREV, visando contratar empresa para fornecimento de solução integrada de infra-estrutura tecnológica para as Unidades do INSS, na modalidade de locação.

3. Por pertinência ao assunto, juntei por cópia às fls. 15-26 deste dossiê, o Ofício nº 696, de 29-06-04, do Sr. Diretor-Presidente do INSS, dirigido ao Sr. Presidente da DATAPREV, com vistas a locar desta os equipamentos de informática necessários para manter os serviços que o INSS presta aos seus contribuintes/segurados/beneficiários; expediente esse que resultou no Contrato nº 41/2004, firmado em 22-07- 2004.

4. Têm-se, pois, dos termos desse Ofício e desse Contrato, supra referidos, que o INSS não autorizou a DATAPREV a licitar em seu nome - INSS, a locação de tais equipamentos; esse ela assim o fez, fez à revelia do Instituto, por sua conta e risco, portanto. Quando o INSS propôs locar da DATAPREV esses equipamentos, teve como pressuposto fazê-lo do "parque de informática dessa empresa", posto que para tal atividade (informática) ela foi criada pela Lei nº 6.125/74, como Empresa Pública, para atender à Previdência Social.

Se ao INSS interessasse adquirir tais equipamentos ou locá-los de terceiros teria ele mesmo licitado; pois tem personalidade jurídica para tanto, não precisaria fazê-lo por interposta pessoa (DATAPREV)."

Ainda sobre a matéria, o Diretor de Administração e Finanças da DATAPREV encaminhou por meio do Ofício/DAF/Nº 48, de 28 de dezembro de 2004, informações da área jurídica da citada empresa, contidas no memorando nº 064/2004, em atendimento ao Ofício nº 25.661/DSPAS/DS/SFC-CGU-PR, com os seguintes posicionamentos:

"Cumpre-nos informar que os Pregões 39/04 e 41/04, que tinham por objetivo tornar executável o Contrato 41/2004, firmado entre o INSS e a DATAPREV, em 22 de julho de 2004, foram respectivamente suspensos e revogados por determinação judicial, como passaremos a expor a seguir: Por solicitação do INSS, a DATAPREV foi incumbida de providenciar uma solução integrada dos postos do INSS, para funcionamento das Agências (APS) e, para tal fim foi firmado o Contrato supra referenciado com o INSS. Neste sentido, o Instituto, encaminhou correspondência à DATAPREV, com especificação dos equipamentos que deveriam ser parte da solução, microcomputadores LCD-PC, switches e impressoras.

Para viabilizar a demanda do INSS, um dos principais acionistas, do qual é prestadora de serviços de informática, a DATAPREV, por não dispor de tais equipamentos, pois é uma Empresa de solução de tecnologia, braço de informática da Previdência Social, e não montadora de equipamentos, promoveu dois pregões: o primeiro a ser realizado foi o de número 39, que ocorreu em agosto de 2004, tendo seu edital sido regularmente publicado, não tendo havido impugnações do mesmo, foi levada a efeito a licitação, onde sagrou-se vencedora a empresa Siemens Ltda., que assinou o Contrato em 03 de setembro de 2004.

Em 09 de setembro de 2004, a DATAPREV tomou conhecimento que o Ministério Público Federal havia interposto Medida Cautelar preparatória de Ação Civil Pública, com pedido de liminar para a suspensão do Pregão/Contrato.

Em 22 de setembro de 2004, o Juízo da 13ª Vara Federal de DF concedeu liminar requerida pelo Ministério Público, suspendendo os efeitos do Contrato assinado com a empresa Siemens Ltda. então vencedora do Pregão 39/2004, até ulterior decisão Judicial.

Em 25 de outubro de 2004, o Ministério Público Federal entrou com Ação Civil Pública, pleiteando, além da manutenção da suspensão do Contrato firmado, que liminarmente fosse deferida inaudita altera parte, a suspensão do Contrato 41/2004 firmado entre o INSS e a DATAPREV, e no mérito fossem anulados os Contratos firmados entre a DATAPREV e a empresa Siemens Ltda., e o firmado entre a DATAPREV e o INSS.

Em 19 de novembro próximo passado, a DATAPREV recebeu intimação para se pronunciar em 72 (setenta e duas) horas, a respeito do pedido liminar, o que foi feito, porém, até a presente data, ainda não há decisão do pleito.

Resumidamente, podemos dizer que quanto ao Pregão 39/04 e as consequências dele decorrentes, saíram da esfera administrativa, passando agora a ser discutido e analisado perante o Poder Judiciário, estando assim sub judice.

Quanto ao Pregão 041/04, o mesmo foi revogado pela DATAPREV por determinação judicial e do TCU, não tendo chegado a produzir qualquer efeito, pois foi revogado.

A respeito do assunto, cabe mencionar que o Tribunal de Contas da União por intermédio do Voto do Ministro Relator do Processo TC- 013.715/2004-1, ao apreciar a Representação dos Procuradores da República, considerou que a DATAPREV tem como razão primordial de existir auxiliar a área de previdência e assistência social, em sua esfera de atuação, que vem a ser tecnologias de informática em todo o seu aspecto. Com este fundamento e com base no Estatuto Social da Empresa deixou de acompanhar a proposta da unidade técnica do TCU no tocante ao juízo de irregularidades na contratação direta da DATAPREV pelo INSS relativamente ao objeto do Contrato nº 041/2004.

Como derradeira informação, esclarecemos que a DATAPREV está aguardando notificação para contestar a Ação Civil Pública, o que só deverá vir a ocorrer depois da apreciação da liminar requerida."

Os fatos ora em comento foram apreciados pelo Tribunal de Contas da União, resultando no Acórdão nº 1.828/2004 - Plenário (TC 013.715/2004-1) no qual foi prolatado o que segue:

"VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Representação oferecida pelos Procuradores Raquel Branquinho P. M. Nascimento e José Alfredo de Paula Silva, da Procuradoria da República no Distrito Federal, apontando irregularidades no Pregão Presencial nº 039/2004, realizado pela DATAPREV em 23.08.2004, tendo por objeto a contratação de empresa para fornecimento de solução integrada de infra-estrutura tecnológica para as unidades do INSS, na modalidade de locação, sagrando-se vencedora a empresa SIEMENS Ltda., com o valor final negociado de R\$ 145.998.000,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. *com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal c/c o art. 45 da Lei nº 8.443/92, fixar o prazo de 15 (quinze) dias para que a Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social - DATAPREV adote as providências necessárias para a anulação do Pregão Presencial nº 039/2004 e dos atos dele decorrentes, haja vista a inobservância do art. 3º, caput, e § 1º, art. 6º, inciso X, art. 7º, § 2º, inciso II, c/c os §§ 6º e 9º, art. 12, incisos II e III, e art.*

43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, e do art. 8º, inciso II, do Anexo I do Decreto 3.555/2000;

9.2. esclarecer ao INSS e à DATAPREV que, na hipótese do cancelamento do presente pregão ocasionar dificuldades administrativas que ensejem a necessidade de garantir a continuidade da prestação dos serviços aos segurados do INSS, deve ser buscada a solução de prorrogação dos contratos em andamento, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias ou até a finalização do novo certame licitatório e da assinatura de novo contrato, caso isto ocorra antes do prazo ora fixado, atentando-se para a economicidade dos preços a serem praticados;

9.3. com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei nº 8.443/92, determinar a audiência do Presidente da DATAPREV, Sr. José Jairo Ferreira Cabral, e do Diretor de Administração e Finanças, Sr. José Roberto Borges da Rocha Leão, para que apresentem, no prazo de 15 (quinze) dias, razões de justificativa para as irregularidades a seguir indicadas, relacionadas aos Pregões Presenciais nºs 039/2004 e 041/2004:

9.3.1. exigência de microcomputadores com características atípicas no mercado para estações de trabalho, como monitor integrado, alça para transporte e peso máximo de 10 Kg, implicando restrição injustificada à competição no certame;

9.3.2. especificação de marca e modelo para o processador utilizado nos microcomputadores, Intel Pentium IV, com inobservância do art. 3º, § 1º, inciso I, e do art. 15, § 7º, inciso I, da Lei nº 8.666/93;

9.3.3. estimativa de preços utilizada para a locação de cada um dos 7.000 microcomputadores referentes ao Pregão Presencial nº 039/2004, de R\$ 251,00, levando-se em conta apenas contratos de locação de poucos equipamentos por prazos bem inferiores à contratação atual, contemplando parâmetros incompatíveis com a contratação em foco;

9.3.4. ausência de termo de referência que contenha elementos capazes de propiciar a avaliação do custo dos bens e serviços pela Administração, por meio de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, conforme previsto no art. 8º, inciso II, do Anexo I do Decreto 3.555/2000;

9.3.5. não inclusão, no projeto básico, de justificativas referentes à economicidade e à adequação ao interesse público para fundamentar a preferência pela locação dos equipamentos, em desacordo com os arts. 3º, 6º, inciso IX, e 12 da Lei nº 8.666/93;

9.3.6. aceitação dos microcomputadores fornecidos pela empresa SIEMENS, por preços unitários superiores aos estimados no orçamento prévio, em desacordo com o art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/93;

9.3.7. divergência entre as estimativas de preços máximos nos Pregões Presenciais nºs 039/2004 e 041/2004,

de R\$ 146.000.000,00 e R\$ 116.270.000,00, respectivamente, que, embora tendo objetos semelhantes no que tange a microcomputadores, licenças e serviços correlatos, resultariam na desclassificação da proposta vencedora no primeiro certame, caso o valor unitário do primeiro fosse utilizado no segundo;

9.3.8. elaboração de 2 pregões separadamente, em datas próximas e com objetos semelhantes, com inobservância do art. 39 da Lei nº 8.666/93;

9.3.9. publicação do edital do Pregão Presencial nº 041/2004, com objeto e condições semelhantes ao Pregão Presencial nº 039/2004, estando este último suspenso por decisão judicial e sendo alvo de Representação do Ministério Público Federal junto a este Tribunal;

9.4 com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social que condicione a execução dos serviços do Contrato nº 041/2004 firmado com a DATAPREV à apresentação das competentes justificativas de preço, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93;

9.5. remeter cópia da presente deliberação, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam à empresa SIEMENS Ltda., contratada em virtude do Pregão Presencial nº 039/2004, bem como aos Procuradores da República no Distrito Federal Raquel Branquinho P. M. Nascimento e José Alfredo de Paula Silva."

No que tange às respostas apresentadas pelo INSS e pela DATAPREV, esta SFC/CGU-PR pronunciou-se por meio da Nota técnica nº 62/DS/SFC/CGU-PR, de 15 de janeiro de 2005, com as seguintes recomendações:

14.1.Recomenda-se que o INSS apresente cópia dos documentos técnicos de análise e de acompanhamento realizados pela área técnica competente no âmbito do Instituto, acerca da viabilidade e adequabilidade da contratação da Dataprev, tendo em vista a argumentação contida no Despacho PFE-INSS/CCMADM/DLIC nº 1.533/2004, que, 99 dias depois da assinatura do Contrato nº 41/2004, pressupõe que o fornecimento dos equipamentos seria providenciado do parque de informática da Dataprev.

14.2 Recomenda-se que a Dataprev apresente cópia dos documentos técnicos que sustentam a decisão de locação como a mais vantajosa para o caso em questão, bem como cópia de toda documentação encaminhada ao Ministério Público da União.

Verifica-se que o assunto se encontra no âmbito do TCU, para audiência com os responsáveis, cabendo à DATAPREV e ao INSS a implementação das determinações proferidas pelo Tribunal, bem como o atendimento dos Ofícios 1.611/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, e

1.615/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, ambos de 20.1.2005, encaminhados, respectivamente, às citadas Empresa e Autarquia.

E ainda, em atendimento a Solicitação de Auditoria nº 160221-85, de 10.06.2005, o Gestor informou por meio do Ofício nº 101/2005/CGTI, 14.6.2005, que:

"(...)

As tentativas da Dataprev em adquirir equipamentos de informática para cumprir a prestação de serviços de TI foram frustradas por ações do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União (...)". Desta forma o processo referente ao Contrato INSS x DATAPREV, nº 41/2004, encontra-se sobrestado no Serviço de Administração de contratos, não tendo progredido a sua evolução."

4.1.2.13 INFORMAÇÃO:

Processo/SFC/CGU-PR nº 00190.004508/2003-48.

O processo em referência trata de denúncia formulada por meio do Ofício nº 280/2003 - (IC nº 31/03) - PJRB/SP, de 28.8.2004, pela Promotoria de Justiça de Ribeirão Bonito, em razão de fraudes no recolhimento dos tributos do INSS e FGTS praticadas na Prefeitura Municipal de Trabiju/SP.

No citado expediente foi solicitada a realização de auditoria com a finalidade de verificar desde quando vêm ocorrendo tais fatos, quais as pessoas envolvidas e qual o montante desviado.

Foi informado, ainda, que o contador (servidor concursado da Prefeitura Municipal de Trabiju/SP) estava desviando recursos municipais, conforme transcrevemos:

"O contador emitia guia, via sistema informatizado, com um valor superior ao real e lavava o cheque preenchido com o valor da guia para a Tesoureira colher assinatura do Sr. Prefeito.

Após a assinatura, o contador alterava o sistema e emitia nova guia com o valor real, menor que o valor do cheque assinado pelo Prefeito.

O contador efetuava o pagamento no Banco do Brasil e ficava com o restante do dinheiro.

O Banco do Brasil recusa-se a fornecer informações sobre qual funcionário atendia ao contador.

Foi instaurada sindicância pela Prefeitura o que resultou na demissão do contador."

Diante do exposto, o assunto foi levado ao conhecimento do Diretor de Receitas Previdenciárias/INSS, pelo Ofício nº 22.171/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 2.9.2004, solicitando providências no sentido de ser realizada Auditoria Fiscal, no município de Trabiçu/SP, com vistas à apuração dos fatos referenciados.

Cabe esclarecer que com o advento do Decreto nº 5.256, de 27.10.2004, DOU de 28.10.2004, a Diretoria da Receita Previdenciária passou a compor a estrutura do Ministério da Previdência Social - MPS.

Por meio do Ofício nº 010/MPS/SRP/DF, de 8.12.2004, foi informado que o município de Trabiçu/SP se encontra sob ação fiscal, iniciada em 15.10.2004, Fiscalização nº 09195868, abrangendo o período de Outubro/1998 a Outubro/2004, e que tão logo sejam concluídos os trabalhos, os resultados serão repassados à Controladoria Geral da União-PR.

Visando atualizar as informações emitimos a Solicitação de Auditoria nº 160221-86, de 10.6.2005.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta o Gestor encaminhou o Ofício nº 189/Coordenação-Geral em Auditoria Especial, em 13.6.2005, informando que se encontra em andamento a ação fiscal nº 9195868, no Município de Trabiçu-SP, já em fase de encerramento e que poderá ser concluída até o final do mês de junho/2005.

AValiação DA SFC:

Diante do exposto, verifica-se que estão em andamento ações com a finalidade de elucidar os fatos, e que os trabalhos ainda não foram concluídos. Portanto, o assunto permanece pendente.

4.1.2.14 INFORMAÇÃO:

Notas Técnicas emitidas pela DSPAS/SFC no exercício de 2004:

NT Nº	ASSUNTO	CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÃO DA SFC	PROVIDÊNCIAS DO GESTOR
156, 1.107, 1.442, 1.676, 1.825.	Resultado das Ações de controle realizadas nos municípios contemplados no sorteio público, referentes à retenção e	Os fatos apontados demonstram falhas no processo gerencial de Fiscalização do Recolhimento das Contribuições Previdenciárias dos órgãos Públicos Municipais, bem como não cumprimento da Lei por parte das Prefeituras Municipais. Dessa forma, recomendamos à Diretoria de Receitas Previdenciárias	Ver item 4.1.2.9 deste relatório

	recolhimento de contribuição previdenciária a favor da Previdência Social - Etapas: 7º, 8º, 9º, 10º, 11º sorteios	do INSS as seguintes providências: - Fiscalize/Audite as Prefeituras Municipais, apontadas nesta Nota, aplicando as medidas previstas em lei, que apresentaram irregularidade quanto ao não cumprimento do art. 31 da Lei nº 8.212/91 e art. 22, IV da Lei nº 9.876/99, no que diz respeito à retenção de 11% e 15% em favor da Previdência Social da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços relativa a serviços prestados mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário; - Que as áreas responsáveis pelos planejamentos das Fiscalizações de Receitas Previdenciárias, em todos os âmbitos, procedam a fiscalizações sistemáticas nos órgãos públicos municipais, visando verificar a regularidade da retenção/recolhimento das Contribuições Previdenciárias conforme estipulado nas Leis nº 8.212/91 e 9.876/99; e	
157, 1.108 1.443,1.675 , 1.813,	Resultado das ações de controle realizadas nos cartórios dos municípios contemplados nos sorteios. Etapas: 7º, 8º, 9º, 10º, 11º sorteios	Falhas no processo de alimentação dos registros de óbitos no sistema SISOBI, falhas no monitoramento das informações enviadas pelos Cartórios (quantitativa e qualitativa), bem como na fiscalização para cumprimento do disposto no art. 68 da Lei nº 8.212/91.	Ver item 4.1.2.9 deste relatório
238, 1.125 1.444, 1.674, 1.812	Resultados das ações de controle realizadas nos municípios contemplados nos sorteios públicos, com o intuito de avaliar as aposentadorias locais de beneficiários a partir de 90 anos de idade e mais de 30 anos de recebimento. Etapas: 7º, 8º, 9º, 10º, 11º sorteios	Dados dos beneficiários com alto índice de erros/inconsistências, processo de manutenção dos benefícios inadequado, provocando sérios riscos e prejuízos à gestão da Previdência Social em relação aos pagamentos de benefícios. Recomendações ao INSS: elaboração e implantação de projeto voltado para revisão cadastral sistemático dos benefícios previdenciários; adoção de providências para regularização das impropriedades apontadas nas Notas Técnicas e, ainda, se for o caso, apurar responsabilidades pelos pagamentos indevidos e abertura da Tomada de Contas Especial, com vistas ao ressarcimento dos valores aos cofres da Previdência Social.	Ver item 4.1.2.9 deste relatório
185	Obras públicas nos municípios de Jataí/MS, Naviraí/MS e Santa Rosa/RS que não foram registradas no Cadastro Específico do INSS - CEI	Sugerimos que a presente Nota Técnica seja encaminhada ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para conhecimento e adoção de providências junto às referidas prefeituras, com vistas à regularização da situação das obras perante ao INSS, bem como no sentido de orientar as demais prefeituras municipais quanto à obrigatoriedade do registro das obras no Cadastro Específico do INSS, conforme o disposto na citada legislação	De acordo com informações prestadas pelo gestor, encontram-se pendentes as situações apontadas nos municípios de Naviraí/MS e Santa Rosa/RS e regularizado em Jateí/MS.
986	Irregularidades na Gestão Patrimonial do INSS, no Estado	Recomendações ao INSS: - Reunir e catalogar a documentação de todos os imóveis de sua propriedade,	Apesar das recomendações proferidas

	do Rio de Janeiro, objeto do Processo nº 00190.004961/2003-54 - CGU-PR.	<p>utilizando-se das medidas administrativas e judiciais que se fizerem necessárias, promovendo o registro de todos os imóveis de sua propriedade no SIAFI;</p> <p>- Realizar levantamento de todos os imóveis em que não há interesse de ocupação e nem faz parte de Reserva Técnica por parte do INSS, para inclusão no Plano Nacional de Desimobilização;</p> <p>- Realizar e acompanhar as medidas judiciais e administrativas adotadas para a regularização de seu patrimônio imobiliário, por meio de ações integradas entre a Área de Logística e a Procuradoria;</p> <p>- Acionar administrativa e judicialmente as empresas responsáveis pela segurança e vigilância dos imóveis que se encontram invadidos;</p> <p>- Instaurar processo administrativo disciplinar para apuração de responsabilidade quanto às irregularidades verificadas na administração do patrimônio imobiliário do Instituto, mencionadas no item 27 deste Relatório.</p>	por esta SFC e da relevância da matéria, não houve manifestação do gestor sobre o assunto durante o exercício de 2004.
285	Análise das justificativas/providências adotadas referentes ao Relatório de Auditoria Especial SFC/CGU-PR nº 133783/2003.	Face ao exposto, faz-se necessário o atendimento/regularização pela Gerência Executiva de Anápolis/GO e APS de Goiás/GO das recomendações/fatos constantes dos itens 5, 12, 16, 23, 25, 27 e 28 desta Nota Técnica	Não houve manifestação do gestor sobre as pendências apontadas na NT nº 285 durante o exercício de 2004
1.215	Irregularidades e falhas constatadas na Gestão Patrimonial, referentes aos imóveis residenciais/funcionais do INSS.	<p><i>Recomendações ao INSS:</i></p> <p>- implementar ações para apuração das responsabilidades administrativas;</p> <p>- instaurar Tomada de Contas Especial - TCE, por conta da gestão irregular dos imóveis de propriedade do INSS;</p> <p>- adotar medidas no sentido de cessar os Termos de Ocupação de imóveis ocupados por servidores que não possuam vínculo com a Previdência Social;</p> <p>- determinar aos Órgãos Jurídicos do INSS, atuarem tempestivamente nas ações judiciais para reintegração de posse dos imóveis;</p> <p>- implementar ações com vistas a atender as determinações dos Órgão de Controle Interno e Externo, citadas na presente Nota Técnica;</p>	Não houve manifestação do gestor sobre as pendências apontadas na NT nº 1.215 durante o exercício de 2004
1.453	Levantamento de valores e quantitativos de passagens aéreas referentes ao	<p>Constatações:</p> <p>- pagamento de passagens aéreas cujas solicitações tenham sido canceladas após a emissão</p>	Em 22.12.2004, por meio do Ofício nº 822/INSS/GEXR

	contrato firmado entre o INSS e a empresa VOETUR Turismo e Representação Ltda.	<p>- faturamento de passagens aéreas sem prévia autorização da agência executora e anuência da UAP/ABC/MRE, ou sem emissão da competente solicitação de passagem aérea,.</p> <p>- recursos pagos indevidamente à VOETUR Turismo e Representação Ltda., reclamados à empresa e não devolvidos,:</p> <p>- valor pagos por cobranças indevidas de passagens emitidas a título de "passagens de cortesia",.</p> <p>- passagens de cortesia devidos contratualmente e não fornecidos</p> <p>- valor pago pela unidade a título de fornecimento de passagens aéreas, sem cobertura contratual, após 28.2.2002,</p> <p>Sugerido ao INSS adoção de providências com vistas à regularização dos pagamentos de valores indevidos e, se for o caso, instauração de Tomada de Contas Especial para apuração de responsabilidades.</p>	JS/LOGISTICA foi informado que foi enviada à empresa VOETUR a guia para recolhimento de valores pagos pelo INSS e não utilizados, no valor de R\$ 2.647,26, com prazo de quitação findo em 31.12.2004. Não constam informações posteriores a este fato.
1.475	Informações acerca das providências adotadas, ou em adoção, relativamente às irregularidades verificadas nos municípios fiscalizados durante o Programa de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos da CGU-PR.- (Acórdão nº 659/2004 - TCU - Plenário - TC nº 020.496/2003 - 5).	Nos municípios de Rafael Godeiro/RN e de Jardim dos Angicos/RN já foram adotadas as devidas providências para regularização dos fatos apontados na área de Arrecadação de Receitas Previdenciárias, gerando R\$ 116.270,05 de créditos para o INSS. Com relação aos demais municípios citados nesta Nota Técnica, as providências ainda estão em andamento tanto na área de Arrecadação como na área de Benefícios	Ver item 4.1.1.19 deste relatório
1.774	Plano de Atividades de Auditoria Interna do INSS - exercício de 2005 - PAAAI	Examinando o documento apresentado, observamos a ausência de informações relativas aos programas, projetos, atividades, convênios a serem examinados (item II da IN/CGU 02/2002); local de realização dos trabalhos (item V da IN/CGU 02/2002); escopo do trabalho (item VII da IN/CGU 02/2002); e conteúdo programático (item IX da IN/CGU 02/2002).	Item atendido na Prestação de Contas do INSS
925	Denúncia de possíveis irregularidades na área de Arrecadação na Gerência-Executiva do INSS em Bauru/SP. Processo/CGU-PR 00190.005280/2003-11.	<p>Recomendações ao INSS:</p> <p>- Que a Coordenação-Geral de Fiscalização da Diretoria de Receita Previdenciária encaminhe a esta SFC/CGU o plano e cronograma das refiscalizações nas obras/empresas em questão, bem como os resultados finais das auditorias fiscais;</p> <p>- Que a Auditoria-Geral do INSS acompanhe a ação da mencionada Coordenação-Geral, analisando e encaminhando a esta SFC/CGU os resultados das refiscalizações;</p> <p>- Que a Auditoria-Geral do INSS</p>	Assunto tratado no item 4.1.2.16 deste relatório

		<p>encaminhe os resultados parciais das auditorias que estão sendo realizadas em nível nacional sobre o assunto em questão;</p> <p>- Encaminhamento da análise final da documentação relativa às obras/empresas à Corregedoria do INSS/SP, para exame das ocorrências e apuração de responsabilidade disciplinar;</p>	
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

4.1.2.15 CONSTATAÇÃO:

Irregularidade na Locação de Imóvel situado a Rua André Cavalcante, nº 103, Bairro de Fátima - Rio de Janeiro/RJ, pela DATAPREV, ocupado pela Superintendência Regional do INSS/RJ.

Denúncia encaminhada à Corregedoria da Área Social/CGU-PR (Processo CGU/PR nº 00190.004493/2003-18), tratando de denúncia de irregularidades ocorridas na locação do imóvel situado a Rua André Cavalcante, nº 103, Bairro de Fátima - Rio de Janeiro/RJ, pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV, ocupado pela Superintendência Regional do INSS para funcionamento da Central de Concessão de Benefícios e o projeto Organização Arquivística, objeto dos processos nºs 35000.002223/99-91 e apenso nº 37280.00252/01-20.

Com vistas à apuração dos fatos foi realizada auditoria pela Controladoria-Geral da União no Estado do Rio de Janeiro, conforme Relatório de Auditoria nº 159543/2004, cujo escopo do trabalho foi o de adotar as seguintes providências:

- a) Analisar e avaliar as irregularidades denunciadas, bem como as providências adotadas pelo INSS para as regularizações:
- b) Analisar e avaliar se o INSS está adotando providências tempestivas com relação ao Procedimentos Administrativo Disciplinar - PAD, bem como à Tomada de Contas Especial, se for o caso.

No mencionado Relatório de Auditoria/CGU/RJ tem a informação de que o INSS em 12.02.99, por intermédio do Ofício/INSS/SERJ/GAB nº 111/99, solicitou à DATAPREV prorrogação do contrato, como também os serviços de infra-estrutura, tendo em vista o curto espaço de tempo que teria para promover a transferência das atividades ali desenvolvidas. Em resposta, a Empresa comunicou o INSS em 3.3.1999, pelo Ofício/PR nº 46/99, a decisão de não renovar o contrato do imóvel.

O contrato de locação em questão, foi celebrado em 19.3.1997 entre a DATAPREV (CNPJ 42.422.253/0001-01) e a Construtora Internacional Ltda. (CNPJ nº 33.217.019/0001-43), na qualidade de locadora, estabelecia em sua cláusula primeira que esta última prestaria os serviços de manutenção preventiva e conservação do imóvel locado. Este contrato resultou de inexigibilidade e dispensa de licitação (art. 24, X; e art. 25 da

Lei 8.666/93) e, conforme o Primeiro Termo Aditivo, datado de 31/03/1998 (fls. 71), expiraria em 31/03/1999.

Considerando-se o término da vigência do referido contrato de locação e o interesse do INSS em continuar ocupando o imóvel, seria firmado entre aquela Autarquia Federal e a DATAPREV um contrato de cessão e transferência de locação, manutenção preventiva e conservação predial (documento de nº 01.500.1/Coordenação-Geral de Orçamento, datado de 07/05/99 - fls. 61). Contudo, tal cessão foi considerada inviável pela Procuradoria-Geral do INSS, tendo em vista que o contrato de aluguel já havia expirado. Mais ainda, a Lei nº 8.666/93 não prevê a cessão de contratos entre pessoas que se subordinam ao seu regime (Nota Técnica PG/CGC/DLCP nº 352/99, de 14/07/99 - fls. 76; art. 78, VI, da Lei de Licitações).

Assim, a CONSTRUTORA INTERNACIONAL LTDA. propôs, em 03/08/99, a elaboração de um contrato incluindo a manutenção predial com desobrigação de indenização quanto a eventuais danos causados no imóvel por ocasião da restituição do mesmo (fls. 243).

Os valores seriam os seguintes:

- Locação: R\$ 57.520,48;
- Manutenção predial: R\$ 20.120,56.

Ocorre que o laudo de avaliação elaborado em 31/08/1999 pelo engenheiro LUIZ ANTÔNIO DE MOURA DIAS (Matr. SIAPE nº 0917733) apontava um valor de mensal de locação de R\$ 37.000,00 (fls. 276). Após negociações com a referida empresa, chegou-se então aos seguintes valores:

- Locação: R\$ 48.000,00;
- Manutenção predial: R\$ 20.373,16.

Em 29/10/99 foi encaminhada à Procuradoria-Geral do INSS a minuta do contrato de locação, que também previa a execução de serviços de manutenção por parte da locadora. A citada Procuradoria não se opôs, inicialmente, ao fato de se estar embutindo num contrato de locação de imóvel a manutenção predial, ambas as despesas sendo objeto de dispensa de licitação (Nota Técnica PG/CGC/DLCP nº 688/99, de 24/11/99 - fls. 343). Contudo, em novo parecer (Nota Técnica PG/CGC/DLCP nº 089/00, de 08/02/00 - fls. 354), a Procuradoria-Geral do INSS entendeu que "a dispensa de licitação referente ao imóvel pode prevalecer, mas não a prestação e serviços embutida na minuta contratual".

Em 21/03/2000, o Chefe da Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, NEVALDO LUIZ MARQUES DA CRUZ LIMA (Matr. SIAPE nº 0913708) elaborou um parecer (fls. 363) favorável à permanência dos serviços de manutenção predial no contrato de aluguel, tendo em vista o seguinte:

- a) trâmites para proceder à licitação;
- b) possibilidade de contratos emergenciais que poderiam paralisar os trabalhos;
- c) maiores custos operacionais, em termos de despesas propriamente ditas e de tempo.

Em 18/05/2000, a Diretoria Colegiada do INSS aprovou o contrato de locação (Ata da Reunião Extraordinária nº 06/2000 - fls. 374). Observe-se que a extinção das Centrais de Concessão de Benefícios se daria em 25/06/00 (PT/GAB/MPAS/ nº 871, publicada em 08/02/00). Porém, seria instalado no imóvel o centro "Previdência-Ponto-Convivência", destinado à capacitação profissional dos servidores do INSS, bem como ao oferecimento de informações institucionais à sociedade (PT/GAB/MPAS nº 7.384, de 21/07/2000 - fls. 376).

Paralelamente, vinham ocorrendo negociações no sentido de que a CONSRUTORA INTERNACIONAL LTDA. permutasse o imóvel locado ao INSS por outros de propriedade do Instituto. Em carta datada de 31/07/2000 (fls. 378), a empresa manifestou interesse pelos imóveis localizados nos seguintes endereços:

- Av. Presidente Antônio Carlos, 607 - Loja;
- Av. Venezuela, 53.

Todavia, essas negociações foram suspensas (Ofício INSS/GEXRJ-SUL nº 475, de 5.6.2002 - fls. 854).

Por fim, em 29.9.2000 foi firmado o contrato nº 45/2000 (fls. 443) entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - locatário - e a empresa CONSTRUTORA INTERNACIONAL LTDA. - locador - cujo objeto é a locação do já mencionado imóvel situado à Rua André Cavalcante, nº 103, 107 e 109, Bairro de Fátima, Rio de Janeiro-RJ (cláusula primeira), no valor mensal de R\$ 48.000,00 (cláusula terceira). Neste último contrato, o INSS se obriga a conservar o imóvel (cláusula sétima), sendo o mesmo assinado pelo servidor JOÃO BATISTA CORREIA (Matr. SIAPE nº 0922872), então Chefe de Serviço de Administração daquela Autarquia Federal.

Tendo em vista o lapso de tempo entre o término da vigência do contrato nº 17.0015/97 (DATAPREV) e a assinatura do contrato nº 45/2000 (INSS), houve três reconhecimentos de dívida autorizados/ratificados pelo Diretor de Administração do INSS, PAULO ROBERTO TANNUS FREITAS (Matr. SIAPE nº 2301339), em favor da empresa CONSTRUTORA INTERNACIONAL LTDA., correspondentes à manutenção e locação do citado imóvel:

- 1 - Em 9.8.1999, no valor de R\$ 388.210,20, referente ao período de 1.4 a 31.8.1999 (fls. 112);

- 2 - Em 26.10.1999, no valor de R\$ 136.746,32, referente ao período de 1.9 a 31.10.1999 (fls. 381);
3- Em 22/09/2000, no valor de R\$ 752.104,76, referente ao período de 1.11.1999 a 30.9.2000 (fls. 421).

Tais reconhecimentos de dívida foram respaldados pela Procuradoria da Previdência Social - Gerência Executiva RJ - Sul, conforme Parecer 17-203.1 nº 57/2000-09-01, datado de 5.9.2000 (fls. 413).

Sucedee que, em documento datado de 21.12.2001 (fls. 629), o novo Chefe da Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, JOSÉ ROBERTO SENNO (Matr. SIAPE nº 0877793) entendeu que o valor do aluguel era muito alto, cabendo à Gerência Executiva RJ - SUL "verificar entre os muitos imóveis do INSS localizados na cidade do Rio de Janeiro, algum outro imóvel de propriedade do INSS que possa atender às suas necessidades."

Posteriormente, este mesmo Chefe teceu os comentários abaixo (o documento data de 14.2.2002 - fls. 842):

"(...)os imóveis da Construtora Internacional inicialmente foram alugados pela Gerência Executiva do INSS Rio de Janeiro Sul para instalar o Centro Previdência Ponto de Convivência, mas nada deste centro foi instalado e, na opinião do atual Gerente Executivo, o imóvel é impróprio para tal. Este imóvel é utilizado para arquivo e guarda de material da Gerência Executiva(...)

Também deve ser considerado como fator importante o fato do INSS dispor de muitos imóveis na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, o que poderia ser possível, s.m.j., obter-se imóveis apropriados tanto para estabelecer o Centro Previdência Ponto de Convivência, como para estabelecer o arquivo e guarda de material. Registre-se que a Gerência Executiva RJ Sul não deve ater-se só aos imóveis sob sua administração, mas sim a todos aqueles que são de propriedade do INSS na cidade do Rio de Janeiro/RJ(...)".

Cabe registrar que, em documento datado de 8.9.2004 (fls. 1.430), a Chefe da Divisão de Gerenciamento de Atividades Gerais, ELIZABETH BICUDO DE SOUZA (não encontramos o nº de matrícula no SIAPE), informou que o arquivo, localizado em prédio próprio do INSS no bairro de Cordovil, não foi totalmente transferido para o imóvel de propriedade da CONSTRUTURA INTERNACIONAL LTDA. Foram transferidas cerca de 4.800 caixas-arquivo, das 70.000 existentes.

Por meio da Portaria INSS/DIV.CORREGEDORIA nº 00280, de 15.7.2002 (fls. 703), o INSS constituiu uma Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar, incumbida de apurar os fatos e irregularidades noticiados nos processos nº 37280.002252/01-20 e nº 35000.002223/99-91, no prazo de sessenta dias. A Comissão foi composta dos seguintes servidores:

- Carlos Cesar Menine (Matr. SIAPE nº 0929256), presidente;
- Carmen Soares Batista (Matr. SIAPE nº 0949263), vogal;
- Terezinha Gomes de Alencar (Matr. SIAPE nº 0756543), vogal/secretária.

O prazo original foi prorrogado por mais sessenta dias (Portaria INSS/DIV. DE CORREGEDORIA nº 386, de 16/09/2002 - fls. 839).

Em 2.10.2002 foi elaborado um relatório parcial (fls. 863):

"02. Inicialmente, faz-se necessário esclarecer que o imóvel situado à Rua André Cavalcante, 103, 107 e 109 - Rio de Janeiro/RJ, fora objeto de contrato de locação entre a DATAPREV e a proprietária do imóvel, Construtora Internacional Ltda., até 31/03/99(...), originando valores de aluguéis, acrescidos da taxa de manutenção elétrica e hidráulica(...), pagos pela DATAPREV e ressarcidos a esta pelo INSS(...).

03. As denúncias das irregularidades a que se refere esse Procedimento Administrativo Disciplinar, foram suscitadas através do documento acostado aos autos, fls. 697/698, onde o Sr. Chefe da Divisão de Auditoria em Gestão Interna/RJ consigna que, entre o período de Março de 1999 a Setembro de 2000, foram pagos aluguéis através de sucessivos processos de reconhecimento de dívidas, como também foram pagos valores a título de manutenção predial, sendo esta ilegal, sob a égide da legislação aplicada à espécie.

(...)

07. Com efeito, a DATAPREV manteve contrato de locação com a proprietária do imóvel(...), desde 06/04/78(...), e de manutenção predial, desde 01/12/78(...) até 31/03/99(...), motivando pagamentos de R\$ 57.520,48(...) e de R\$ 20.120,56(...), respectivamente, valores estes referentes ao último contrato(...).

08. Dessa forma, o INSS, a partir de 01/04/99 até 30/09/00, ocupou o referido imóvel sem qualquer cobertura contratual, herdando os valores, até então pagos pela DATAPREV, inclusive os valores referentes à manutenção predial, o que é defeso.

(...)

30. Assim, tendo em vista os princípios da celeridade e economicidade, além do princípio da competência funcional prevalecer sobre a competência territorial, entendemos que os presentes autos deverão ser remetidos à Direção-Geral para ser instaurado Procedimento Administrativo Disciplinar, se assim for entendido."

Todavia, não encontramos nos autos a decisão, por parte da Direção-Geral, no sentido de instaurar (ou não) o competente Processo Administrativo Disciplinar.

Com relação aos fatos apurados pela Comissão de Inquérito, a Advocacia-Geral da União (AGU) emitiu o Parecer nº 38/PGF/LLM/2003, datado de 07/05/2003 (fls. 875):

"Da análise do exposto, é forçoso reconhecer as evidentes irregularidades cometidas pelo INSS na locação e manutenção do imóvel em referência. Ora, não só ocorreu a ocupação do imóvel durante longo período de tempo sem respaldo contratual, como ainda foram prestados serviços de manutenção do imóvel sem mesmo um prévio procedimento licitatório.

*Essas irregularidades devem ser apuradas e os agentes que compactuam dessa prática devem ser identificados e apuradas as responsabilidades, até porque a lei considera crime dispensar licitação fora dos casos legalmente previstos (art. 89 da Lei 8.666/93).
(...)*

Com efeito, a Comissão questiona a sugestão de indenização feita pelo Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS(...), que não se ateve apenas aos valores dos aluguéis devidos, expurgando-se os valores de manutenção predial.

Ora, não obstante a situação irregular da administração que ocupou um imóvel e se valeu da prestação de serviços, sem se ater aos obrigatórios procedimentos administrativos, é de se reconhecer que o imóvel foi efetivamente ocupado e os respectivos serviços foram prestados, caracterizando uma situação consolidada no tempo. Portanto, não resta outra alternativa que não a de efetuar o pagamento correspondente, após reconhecimento do débito e na forma de indenização."

Em 8.7.2003 ocorre a primeira intervenção do Ministério Público Federal (MPF). Por meio do Ofício PR/RJ/MH nº 270/03 (fls. 885), o Parquet solicitou:

- a) informações acerca do andamento do processo administrativo nº 35000.002223/99-91 e apenso nº 37280.00252/01-20;
- b) caso tenha ocorrido julgamento, seja encaminhada cópia da decisão, bem como dos pareceres que a antecederem.

Isto posto, o MPF fixou um prazo de 20 dias úteis para atendimento às solicitações acima.

Em resposta, o INSS emitiu o parecer nº P-00007/2004 CORREG - 01.800.000, de 19.3.2004 (fls. 887), onde conclui pela "reinstauração do feito, uma vez que há um considerável prejuízo ao Erário, devendo ser apurada a responsabilidade funcional dos

servidores envolvidos, bem como de seus superiores hierárquicos (...).”

Assim, foi nomeada uma Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD), mediante a Portaria INSS/CORREG Nº 00218, de 25/03/2004, sendo estabelecido um prazo de 60 dias para conclusão dos trabalhos. Este prazo foi prorrogado por mais 60 dias, conforme registrado na Portaria INSS/CORREG Nº 00280, de 17.5.2004.

Em 23.7.2004, esta Comissão foi dissolvida, sendo os mesmos servidores designados para compor uma nova CPAD, conforme Portaria INSS/CORREG Nº 377/2004, com prazo de 60 dias para a conclusão dos trabalhos. Este prazo foi prorrogado por mais sessenta dias - Portaria INSS/CORREG Nº 437, de 20/09/2004.

Devido à demora na execução dos trabalhos, o MPF requisitou, no prazo de 24 horas, as informações e documentos abaixo, conforme Ofício PR/RJ/MH nº 199, de 4.8.2004.

- a) autos do procedimento administrativo nº 35000.002223/99-91 e apenso nº 37280.00252/01-20;
- b) cópias de todos os atos processuais a serem praticados;
- c) informações acerca da extrema lentidão processual, em nítida violação do art. 152 da Lei nº 8.112/90.

Em resposta o INSS deu ciência das requisições acima à CPAD, bem como à Corregedoria-Geral do INSS (CORREGEDORIA REGIONAL III/R/OFÍCIO INSS/Nº 00250, de 5.8.2004 - fls. 1.234).

Por meio do MEMO/CPAD/Nº 054, de 16.11.2004 (fls. 1.552), o Presidente da CPAD solicitou outra dissolução/designação nos mesmos moldes da citada Portaria INSS/CORREG Nº 377, tendo em vista o acúmulo de tarefas (sete Processos Administrativos Disciplinares, sendo três oriundos da Corregedoria-Geral e quatro da Corregedoria Regional do RJ/ES).

Em 25.11.2004, a Corregedoria-Geral do INSS informou que “os procedimentos disciplinares em andamento que já tiveram seus prazos prorrogados e os processos disciplinares já reconstituídos deverão ser finalizados e encaminhados à autoridade instauradora com relatório final” (MEMORANDO CIRCULAR/INSS/CORREG Nº 009, de 25.11.2004).

Em 3.12.2004, a Corregedoria Regional III - RJ/ES solicitou a finalização dos procedimentos em tela, bem como a elaboração do competente relatório (MEMORANDO INSS/Nº 00550, de 03/12/2004).

JUSTIFICATIVA DO GESTOR

Até a data de encerramento dos trabalhos de campo, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ainda não havia elaborado um relatório conclusivo.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
086.899.971-72	Genoveva Freire Coelho	Corregedora-Geral do INSS

AVALIAÇÃO DA SFC:

No que diz respeito às irregularidades apuradas nos processos nº 35000.002223/99-91 e apenso nº 37280.00252/01-20, adotamos o mesmo entendimento da Advocacia-Geral da União, conforme o citado Parecer nº 38/PGF/LLM/2003, datado de 07/05/2003.

Com relação ao Processo Administrativo Disciplinar, o Parecer do INSS favorável à reinstauração do feito (nº P-00007/2004 CORREG - 01.800.000, de 19/03/2004) encontra amparo no art. 169 da Lei 8.112/90:

*"Art. 169. Verificada a **ocorrência de vício insanável** (grifo nosso), a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo."*

Contudo, no mesmo Parecer consta o seguinte:

*"14 - Compulsando os autos, constata-se a observância ao devido processo legal e ao rito processual estabelecido na Lei nº 8.112/90, **não se vislumbrando qualquer vício insanável que possa ensejar em nulidade do feito** (grifo nosso)."*

Lembramos que não encontramos nos autos a decisão da Direção-Geral no sentido de instaurar (ou não) o competente Processo Administrativo Disciplinar, em razão do relatório parcial emitido pela Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar, dignada por meio da Portaria INSS/DIV.CORREGEDORIA nº 00280, de 15.7.2002.

Por outro lado, a citada Lei estabelece que:

"Art. 152. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem."

Ocorre que a última Comissão de Processo Administrativo Disciplinar foi nomeada por meio da Portaria INSS/CORREG Nº 377, de 23.7.2004, havendo prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos, conforme registrado na Portaria INSS/CORREG Nº 437, de 20.9.2004. Tendo em vista que em 15.12.2004 os trabalhos ainda não haviam sido concluídos.

Mais ainda, o procedimento de dissolver uma Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e, ato contínuo, designar seus membros para uma nova Comissão, conforme registrado na Portaria INSS/CORREG Nº 377, de 23.7.2004, não encontra amparo na Lei nº 8.112/90.

Em resposta às recomendações formuladas pela CGU-PR/RJ a Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna, informou em despacho datado de 30.3.2005, o que segue:

Recomendação: "Seja remetida cópia dos autos do processo nº 35000.002223/99-91 e apenso nº 37280.00252/01-20, bem como do relatório conclusivo da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ao Ministério Público Federal, em obediência ao disposto no Ofício PR/RJ/MH nº 199, de 4.8.2004, art. 171 da Lei 8.112/90 e art. 89 da Lei 8.666/93;"

Resposta: "Informamos que os originais deste processo encontram-se na Divisão de Corregedoria Regional III/RJ, conforme consulta ao Sistema Informatizado de Protocolo de Previdência Social - SIPPS. Estamos encaminhando cópia deste expediente à Corregedoria-Geral do INSS solicitando o cumprimento da Recomendação.

Recomendação: "seja o presente relatório anexado à Prestação de Contas do INSS - exercício de 2004."

Resposta: "Entendemos que o mencionado relatório será anexado pela Secretaria Federal de Controle Interno, quando da análise do Relatório da Prestação de Contas do INSS - Exercício 2004. Estaremos acompanhando os procedimentos com o objetivo de que as providências adotadas pelo INSS sejam informadas no Relatório de Gestão - Exercício de 2005.

Recomendação: "O INSS retome as tratativas para a desocupação do imóvel sito à Rua André Cavalcante, nº 103, 107 e 109, tendo em vista os comentários do Chefe da Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário e a informação da Chefe de Divisão de Gerenciamento de Atividades Gerais, citados no presente relatório (pág. 05 e 06)."

Resposta: "De acordo com a mensagem de correio eletrônico do Sr. Chefe de Seção de Logística - GEXRJ, Termo de Decisão e Extrato de Rescisão Publicado no DOU nº 184, página 38, de 28/09/2002, a desocupação do imóvel ocorreu em setembro de 2002."

Recomendação: "Seja aberta Tomada de Contas Especial para o caso em tela."

Resposta: "Encaminhamos cópia do expediente à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade com o objetivo de promover o ressarcimento administrativo dos prejuízos causados ao erário adotando, se necessário, a instauração da competente Tomada de Conta especial."

RECOMENDAÇÃO:

Diante do exposto, recomendamos que a Corregedoria-Geral e Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística do INSS cientifique esta Secretaria Federal de Controle Interno sobre os resultados alcançados no Processo Administrativo Disciplinar e no Processo de Tomada de Contas Especial, respectivamente.

4.1.2.16 CONSTATAÇÃO:

Atendimento parcial do encaminhamento das providências da apuração das irregularidades denunciadas na área de arrecadação - GEX - BAURU/SP

NOTA TÉCNICA Nº 925/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 10.8.2004 - Processo/CGU-PR nº 00190.005280/2003-11.

A Nota Técnica nº 925/2004 refere-se à denúncia de possíveis irregularidades na área de Arrecadação na Gerência-Executiva do INSS em Bauru/SP - Processo/CGU-PR 00190.005280/2003-11.

O processo em referência foi encaminhado a esta Secretaria para adoção de providências quanto à apuração de denúncia de irregularidades praticadas na área de Arrecadação da Gerência-Executiva do INSS em Bauru/SP, sobre cadastramento de obras com áreas inferiores às executadas pelas Empresas, na jurisdição daquela Gerência, ocasionando a contribuição de parcelas a menor em relação às obras efetivamente realizadas.

Em 17.6.2004 esta Secretaria emitiu as Solicitações de Auditoria nºs 139816-116, 139816-117, 139816-118 e 139816-119 ao Gerente-Executivo do INSS em Bauru/SP, ao Corregedor-Regional do INSS em São Paulo/SP, ao Auditor-Regional do INSS/SP e ao Auditor-Geral do INSS/DF, respectivamente, solicitando as seguintes informações:

- a) O resultado da revisão dos procedimentos relativos às baixas de obras e respectivas emissão de CND para as matrículas de obras de construção civil CEI 50.000.99322/70, 37.740.02565/79, 50.001.25231/75, 37.740.02503/75, 37.740.02502/72, 50.001.20552/70 e 37.740.02812/79, bem como para as obras regularizadas pelas Construtoras e Empreiteiras SAT Engenharia, Simonelli e MHJ Construtora Ltda., conforme proposta constante do Relatório nº 21.05.00.04/2003 e 21.07.00.04/2003, resultante da Auditoria Ordinária Integrada realizada por esse Instituto na Gerência-Executiva do INSS em Bauru/SP;
- b) Se os casos já analisados foram encaminhados à Corregedoria para exame das ocorrências sob o aspecto disciplinar, bem como o resultado desse exame.

Após análise das justificativas apresentadas pelos gestores, esta SFC/CGU, por meio da Nota Técnica nº 925/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 10.8.2004, apresentou as conclusões a seguir:

Os elementos apresentados, ainda pendentes de providências por parte da Diretoria de Receita Previdenciária do INSS, confirmam as suspeitas de irregularidades nos procedimentos relativos às baixas de obras e respectivas emissões de CND, conforme verificação a seguir:

A Ação de Auditoria Ordinária Integrada nº 21.05.00.04/2003 e 21.07.00.04/2003 concluiu que há indícios de irregularidades nos procedimentos referentes às obras de construção civil e propôs que fosse feita uma Solicitação de Auditoria à GEX para realizar a revisão de todos os procedimentos relativos às baixas de obras e respectivas emissão de CND para as matrículas de obras de construção civil CEI 50.000.99322/70, 37.740.02565/79, 50.001.25231/75, 37.740.02503/75, 37.740.02502/72, 50.001.20552/70 e 37.740.02812/79, bem como para as obras regularizadas pelas Construtoras e Empreiteiras SAT Engenharia, Simonelli e MHJ Construtora Ltda.(...).

A Gerência Executiva de Bauru/SP efetuou a revisão dos documentos relacionados às empresas apontadas desta Nota Técnica (...), emitindo relatório, datado de 26.3.2004, cujo relatório e documentos fornecidos serviram de base para avaliação efetuada pela Auditoria-Regional do INSS/SP.

Em 16.7.2004 a Auditoria Regional/INSS/SP, em seu trabalho final de análise das obras, fls. 9/27 desta Nota Técnica, concluiu pela existência de indícios apontados nas considerações individualizadas, obra a obra, que indicam que as mesmas foram baixadas com recolhimentos inferiores aos efetivamente devidos. Dessa forma, para que a mencionada análise seja conclusiva, opinou no sentido de encaminhar expediente à Coordenação-Geral de

Fiscalização para confronto dos documentos relativos às obras com a Contabilidade, conforme prescrito no art. 1º da Portaria/INSS/DIREP nº 015/2004, bem como análise da documentação das empresas SAT Engenharia e Comércio e SENCO Construtora Ltda., para realização de Refiscalização.

A Auditoria-Geral/INSS-DF informou, em 24.6.2004, que tendo em vista o risco associado ao processo "Obras", em observância ao PAAAI-2004, estão realizando Auditoria, de caráter nacional, no citado objeto (...).

A Corregedoria do INSS/SP informou que nenhum Procedimento Administrativo Disciplinar foi instaurado, e que em 18.6.2004 a Divisão de Auditoria em Arrecadação e Procuradoria/SP informou que tais procedimentos ainda se encontram em fase de apuração naquele setor (...).

Dessa forma, foi recomendado ao INSS a adoção das seguintes providências:

- Que a Coordenação-Geral de Fiscalização da Diretoria de Receita Previdenciária encaminhe a esta SFC/CGU o plano e cronograma das refiscalizações nas obras/empresas em questão, bem como os resultados finais das auditorias fiscais;
- Que a Auditoria-Geral do INSS acompanhe a ação da mencionada Coordenação-Geral, analisando e encaminhando a esta SFC/CGU os resultados das refiscalizações;
- Que a Auditoria-Geral do INSS encaminhe os resultados parciais das auditorias que estão sendo realizadas em nível nacional sobre o assunto em questão;
- Encaminhamento da análise final da documentação relativa às obras/empresas à Corregedoria do INSS/SP, para exame das ocorrências e apuração de responsabilidade disciplinar;
- Que a Corregedoria do INSS/SP encaminhe a esta SFC/CGU o resultado dos exames mencionados na alínea "d" acima.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 139816-119, de 17.6.2004, o Gestor, por meio do Ofício nº 04/MPS/SRP/DPFISC/CGAUD, de 12.1.2005, informou que:

"Em resposta à Solicitação de Auditoria nº 139816-119, de 17/06/04, informamos que foi realizada ação fiscal na empresa MHJ Construtora Ltda., CNPJ 02.691.494/0001-23,

com o fito de revisar os procedimentos relativos às baixas de obras e respectiva emissão de CND para as matrículas citadas no item "a" da solicitação em referência.

A fiscalização de revisão de procedimentos fiscais nº 09191159, de 29.9.2004 cobriu o período de 07/98 a 09/04 e teve como resultado a lavratura da IFD 35.663082-0, no valor de R\$ 1.207,53, da NFLD 35.663.083-8, no valor de R\$ 6.631,29, referente a remunerações de pro-labore de segurados contribuintes individuais, bem como de AI 35.663.081-1, no valor de R\$ 10.359,14.

Quanto às matrículas de construção civil revisadas, passamos a discorrer sobre as mesmas, com base no Relatório de Revisão de Auditoria Fiscal enviado a esta Coordenação pela a Unidade Descentralizada da Receita Previdenciária de Bauru/SP.

Foram verificadas 19 (dezenove) obras da empresa MHJ Construtora Ltda: CEI 37.749.01577/72, CEI 37.740.01693/79, CEI 37.740.01810/76, CEI 37.740.02192/79, CEI 37.740.02502/72, CEI 37.740.02503/75, CEI 37.740.02565/79, CEI 37.740.02566/72, CEI 37.740.02811/77, CEI 37.740.02812/79, CEI 50.000.81433/73, CEI 50.000.99291/71, CEI 50.000.99322/70, CEI 50.001.18664/74, CEI 50.001.25159/73, CEI 50.001.25187/79, CEI 50.001.25231/75, CEI 50.001.50252/70 e CEI 50.002.30377/77.

Na ação fiscal revisada foi verificada a documentação das obras e dos Livros Diários de 1998 a 2001. Os débitos foram efetuados com base em uma planilha de custos, a qual foi relacionada nos documentos verificados. Não houve retenção em sub-empregadores, por força de Medida Liminar.

Na ação fiscal revisora, o contribuinte apresentou Declaração de Ocorrência Policial datada de 19 de agosto de 2002, informando o extravio dos Livros Diário e Razão de 1998 a 2001, das Fichas de Registro de Empregados e respectivos documentos de admissão e demissão, das Guias de Recolhimentos de FGTS de 1998 a 2001, bem como talões de notas fiscais, o que ensejou a lavratura de auto-de-infração pela não apresentação desses documentos.

Informamos que a ação fiscal revisora não modificou os lançamentos constituídos na ação revisada, pela impossibilidade de exame da contabilidade e da conferência desta com os documentos que a embasaram.

Outrossim, informamos que as empresas SAT Engenharia e Comércio Ltda e Senco Engenharia (razão social anterior:

Simonelli Engenharia), deverão ser auditadas ainda este ano."

Em referência ao Ofício nº 21.017/DSPAS/SFC/CGU-PR, que trata da Nota Técnica nº 925/2004/DSPAS/SFC/CGU-PR, a Secretaria da Receita Previdenciária encaminhou o Ofício nº 47/2005/MPS/SRP/DFRP/CGAUD, de 4.3.2005, com as seguintes informações:

"Em atendimento ao vosso ofício acima citado, referente à Nota Técnica nº 925/04/DSPAS/SFC/CGU-PR, segue em anexo relatório elaborado pela nossa Unidade Descentralizada de Bauru, acerca das providências tomadas com relação às empresas SAT ENGENHARIA e SENCO CONSTRUTORA LTDA

Informamos ainda que foi concluída a refiscalização da empresa M H J Construtora Ltda."

No que se refere ao andamento da Ação Fiscal nº 09189096, da empresa SENCO Construtora Ltda., CNPJ nº 65.551.954/0001-38, a Secretaria da Receita Previdenciária, por meio do Documento SRP/SEC.FISC. 21.423.0, de 21.2.2005, informou o que segue:

"1 - A Ação Fiscal acima foi alocada em 23.9.2004, CAA 103, junta fiscal constituída pelos auditores Nilson Vitorino matrícula 0935735, coordenador, e Norma Regina Marar matrícula 0932820, coordenada, para desenvolverem os trabalhos a vista dos documentos da empresa, apreendidos através do procedimento judicial 2003.61.08.012618-4 da 3ª Vara Federal em Bauru, e que se encontram nas dependências do INSS em Bauru.

2 - Uma vez já iniciados os trabalhos na Senco Construtora Ltda., nos foi alocada nova ação fiscal desta vez na empresa Instituição Toledo de Ensino, com início em 26.10.2004, e cujos trabalhos tiveram prosseguimento até 17.11.2004, data do encerramento da fiscalização nesta empresa.

3 - Depois de concluídos os trabalhos na Instituição Toledo de Ensino, o AFPS coordenador entrou em gozo de licença prêmio pelo período de 22.11.2004 a 21.12.2004.

4 - Após o retorno do afastamento este Auditor foi chamado a prestar serviços internos, mais especificamente no fechamento de boletins dos auditores e na transmissão dos débitos apurados em dezembro de 2004.

5 - Ressalte-se, também, que nos períodos de afastamento do coordenador, a AFPS coordenada exerceu suas atividades auxiliando na ação fiscal que se desenvolve na empresa "Sat Engenharia e Comércio Ltda." e também esteve em gozo de férias regulamentares pelo período de 29.11.2004 a 23.12.2004.

6 - No decorrer da fiscalização efetuamos a verificação em parte dos documentos existentes, no entanto ainda restam muitos a serem vistos.

7- Considerando o acima exposto, que o período de cobertura da ação fiscal abrange o período de janeiro de 1995 em diante, a quantidade de documentos a serem examinados, e ainda que certamente o encerramento da fiscalização ocorrerá com emissão de DISOS das obras, estimamos que a ação se prolongue até 30.6.2005."

Ainda sobre o assunto, a SRP/Seção de Fiscalização/Bauru, de 21.2.2005, em atenção à Nota Técnica nº 925/2004/DSPAS/SFC/CGU-PR, informou o seguinte:

"1- Em atenção a Nota Técnica em referencia, informamos:

1.1- Através dos Autos nº 2003.61.08.012618-4 (Procedimento Criminal Diverso - Busca e Apreensão) - 3ª Vara Federal em Bauru, foi efetuado o procedimento de Busca e Apreensão na empresa SAT ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ 57.045.379/0001-73, bem como na empresa SENCO CONSTRUTORA LTDA - CNPJ 65.551.954/0001-38, cujo procedimento foi autorizado face o conteúdo do relatório que foi encaminhado a Procuradoria da República em Bauru.

1.2- Do procedimento citado no item 1.1 resultou na apreensão de 1.433 unidades e que deste total foram devolvidas a empresa 557 unidades, as quais pela análise sumária de seus documentos não continham informações de interesse à Previdência Social, restando para a efetivação da Auditoria Fiscal 976 unidades, tendo em seu conteúdo, em média 1.000 documentos, o que resulta aproximadamente 850.000 documentos a serem analisados, separados e planilhados.

1.3- Os documentos que ficaram retidos e acondicionados nas 976 unidades, e para que não houvesse nenhum problema para o andamento normal das atividades da empresa, a Gerência Executiva do INSS/Bauru autorizou a entrada de uma máquina xerox de propriedade da empresa no local onde os documentos estão sendo manipulados, e que desde o dia da entrada da máquina xerox 27.2.2004 sendo retirada pela empresa somente no dia 22.11.2004 e neste período, foram extraídas aproximadamente 7.000 cópias reprográficas de interesse da empresa, pela funcionária e procuradora da empresa Ana Raquel Bicudo Ferreira, com o acompanhamento dos AFPS, além de outras cópias de interesse da empresa que vão sendo extraídas de acordo com a necessidade.

1.4- No período de 03/2004 a meados de 11/2004 esteve à frente desta Auditoria Fiscal apenas os AFPS: José Augusto de Mello matric. 0934554 e Enéas Propheta Sormani matric. 0935565 e nesse período houve ainda o afastamento para tratamento de saúde do AFPS Enéas Propheta Sormani nos períodos de 27.3.2004 a 27.4.2004 e 1.7.2004 a 30.7.2004, além das férias regulamentares.

Em 29.10.2004, foram designados os AFPS Rogério Antônio Malini e Claudionor Silva Filho, para auxiliar na Auditoria Fiscal, mas que efetivamente iniciaram os trabalhos em meados de 11/2004 e 7.1.2005, respectivamente, e ainda neste período esteve em férias o AFPS Rogério Antônio Malini no mês 01/2005.

1.5- Há sob a responsabilidade da empresa 156 (cento e cinquenta e seis) matrículas de obras de construção civil e as que foram baixadas o foram pelo rito sumário sem o exame da escrita contábil a base de 70% (setenta por cento) do CUB, conforme previsto em instruções, só que foram considerados os valores da folha de pagamento pela sua totalidade, da forma que a empresa exibiu no Plantão Fiscal, ou seja, sendo também considerados os valores dos salários daquele pessoal que tem função meramente administrativa tais como (faxineira, mestre de obras, engenheiros, cozinheiras, motoristas, tratoristas, operadores de máquinas, almoxarifes, etc.,) que não fazem parte da composição do CUB - Custo Unitário Básico.

1.6- Além do descrito no item acima, já foram encontrados milhares de recibos de pagamento/holleriths "POR FORA", bem como folhas de pagamento e resumos de folha de pagamento "POR FORA" além de outros fatos geradores, não lançados em sua escrita contábil motivo que a mesma será desconsiderada, e assim sendo, há a necessidade de recomposição de todas as folhas de pagamento com a exclusão do pessoal administrativo conforme citado no item 1.5, para fins de aferição de todas as obras e emissão de novos ARO - Aviso para Regularização de Obra corretos, por exigência do contido na IN-Instrução Normativa 100/2003, inclusive inúmeras notas fiscais de materiais cujos endereços de entrega no corpo da mesma é local onde funciona lojas e depósitos fechados de materiais de construção, que foram apropriadas ao custo de determinada obra, e também inúmeras notas fiscais cujos materiais nelas contido são incompatíveis ao tipo de obra, no caso Conjuntos Habitacionais, o que significa em tese "NOTAS FRIAS" aumentando assim o custo da obra e reduzindo automaticamente o valor do Imposto de Renda a Pagar e significando que o procedimento documental nada tem a ver com o procedimento operacional.

2- O período de cobertura fiscal constante do MPF - Mandado de Procedimento Fiscal é a partir da competência 01/1997 em diante, mas por força da apreensão judicial citada no item 1.1 e serem encontrados nos volumes apreendidos inúmeros "pagamentos por fora", em períodos anteriores, este poderá ser retroagido a 01/1988, conforme item 1.6, tendo em vista que em Auditoria Fiscal de rotina esses fatos geradores jamais seriam exibidos à Fiscalização, bem como inúmeras outras situações de fraudes/sonegação.

3- No estágio atual com a formação do Grupo de Trabalho a partir de 01/2005 (4 AFPS), conforme citado no item 1.4 e caso permaneçam até o final dos trabalhos de seleção, triagem de documentos, digitação obrigatória de todos os fatos geradores de contribuições, uma vez que nada na empresa é confiável, bem como sua compilação, cruzamentos, etc... e, diante de todo o exposto acima, e em função do gigante número de documentos, em torno de 850.000 (oitocentos e cinquenta mil) distribuídos pelas 976 (unidades/caixas de papelão) projetamos a conclusão dos trabalhos para 31/10/2005.

4- (...)."

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
167.029.566-49	Carlos Roberto Bispo	Diretor de Receita Previdenciária
271.873.144-34	Lieda Amaral de Souza	Diretor de Receita Previdenciária
002.358.468-80	Ocenir Sanches	Diretor de Receita Previdenciária

AVALIAÇÃO DA SFC:

No que se refere à ação fiscal revisora realizada na empresa MHJ Construtora Ltda., onde foi verificada a documentação das obras e dos livros diários de 1998 a 2001, esta não modificou os lançamentos constituídos na ação revisada, tendo em vista a impossibilidade de exame da contabilidade e documentos que a embasaram, conforme justificado pelo Gestor em documento datado de 12.1.2005, transcrito acima.

Quanto à ação fiscal que se encontra em andamento nas empresas SAT Engenharia e Comércio Ltda. e SENCO Construtora Ltda., verifica-se que deverá ser concluída em 31.10.2005.

RECOMENDAÇÃO:

Diante do exposto, recomendamos que a Secretaria da Receita Previdenciária (ex-Diretoria de Receita Previdenciária) encaminhe, a SFC/CGU, tão logo seja concluída a ação fiscal em andamento nas empresas SAT e SENCO, os resultados da referida ação sejam encaminhados a esta SFC/CGU para avaliação.

4.1.2.17 CONSTATAÇÃO:

Pagamentos irregulares de Auxílio Doença - Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 159480/2004.

Os trabalhos foram realizados no período de 25.11.2004 a 14.01.2005, utilizando cruzamento de informações do Sistema Único

de Benefícios - SUB e do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS (benefícios X remuneração GFIP), com o objetivo de verificar a ocorrência de beneficiários de auxílio doença-Espécies 31 (Auxílio Doença) e 91 (Auxílio Doença Acidente de Trabalho) que voltaram a exercer atividade pela qual foram considerados incapacitados no período em que estavam recebendo o benefício.

Nesse trabalho constatou-se fragilidade no processo de manutenção de auxílio doença e como consequência foram evidenciados 4.574 benefícios com pagamentos irregulares que representam um total em torno de R\$ 4.550.316,09 mensal, e R\$ 59.154.109,17 anual.

O Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 159480/2004 foi encaminhado ao INSS, por meio do Ofício nº 2.637/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 10.02.2005, recomendando o seguinte:

- a) Regularizar todas situações apontadas nos itens 17 a 20 do relatório;
- b) Implementar processo sistemático de relatórios gerenciais para monitoramento e acompanhamento das regularizações dos pagamentos indevidos, referente aos auxílios doenças;
- c) Criar, juntamente com a DATAPREV, uma sistemática de convocação automática dos beneficiários, via sistema, para comparecimento às Agências da Previdência Social, quando da ocorrência de retorno do beneficiário à atividade laboral, visando a regularização da situação em questão.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não houve pronunciamento do Gestor a presente data.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui César de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
074.140.803-15	Ana Adail Ferreira de Mesquita	Coordenador-Geral de Benefício
485.746.356-34	Carlos José do Carmo	Coordenador-Geral de Benefício

Todos os Gerentes Executivos do INSS apontados nos anexos do mencionado relatório

AValiação DA SFC:

Constata-se fragilidade no processo de manutenção de auxílio doença e como consequência foram evidenciados 4.574 benefícios com pagamentos irregulares de total mensal de cerca

de R\$ 4.550.316,09, anualmente cerca de R\$ 59.154.109,17 e um total indevido de R\$ 94.903.693,73 (desde o início da irregularidade), sem levar em consideração atualização monetária.

As principais causas que provocam a ocorrência dessas possíveis inconsistências/irregularidades apontadas no mencionado relatório foram:

- Ausência de informações no sistema das perícias realizadas;
- Contratação de Médicos Credenciados para realizar perícias médicas;
- ausência de um cruzamento sistemático entre o SISBEN e CNIS, nos casos de auxílio doença, com providências automáticas de convocação dos segurados/beneficiários para regularizar a irregularidade;
- regras de validação dos dados cadastrais nos sistemas pouco consistentes;
- ausência de um processo sistemático de revisão cadastral nos sistemas de benefícios;
- ausência de análise e validação, por amostragem, da sistemática mensal da maciça no processo de concessão e pagamento de benefício;
- ausência de relatórios gerenciais para monitoramento e acompanhamento no processo de concessão, manutenção e revisão de benefício; e
- falta de auditoria, avaliação e acompanhamento sistemático das base de dados, tanto pela Auditoria Interna como pelas Gerências Executivas do INSS.

O assunto permanece pendente de regularização.

RECOMENDAÇÃO:

Tendo em vista que não houve manifestação dos gestores, reiteramos as recomendações constantes do Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 159480/2004, mencionado neste item, devendo ser apurada responsabilidade administrativa pelas irregularidades apontadas e, também, pela ausência de providências para regularização.

4.1.2.18 CONSTATAÇÃO:

Pagamentos irregulares de benefícios de Aposentadorias por Invalidez - Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 159481/2004.

Os trabalhos foram realizados no período de 25.11.2004 a 14.01.2005, utilizando cruzamento de informações do Sistema Único de Benefícios - SUB e do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS (GFIP - remuneração e vínculo empregatício), referente às aposentadorias de invalidez espécies 32 e 92, com o objetivo de

realizar acompanhamento preventivo dos atos e fatos de gestão ocorridos no período de 01Jan2001 a 31.10.2004, referentes à concessão e manutenção de Aposentadorias por Invalidez.

Nesse trabalho constatou-se fragilidade no processo de manutenção das aposentadorias por invalidez; beneficiários exercendo atividade remunerada após a concessão de suas aposentadorias por invalidez; pagamentos irregulares de 7.495 benefícios, que representam um total indevido de R\$ 80.939.974,19.

O Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 159481/2004 foi encaminhado ao INSS, por meio do Ofício nº 1.630/DSPAS/SFC/CGU-PR, de 20.01.2005, recomendando o seguinte:

- a) Implementar providências para regularizar todas as situações contidas no Sistema SISBEN/ATUBAT/BATINV;
- b) Regularizar todas as situações apontadas no Relatório/SFC nº 159481/2004;
- c) Implementar processo sistemático de relatórios gerenciais para monitoramento e acompanhamento das regularizações dos pagamentos indevidos, referente às aposentadorias por invalidez;
- d) Criar, juntamente com a DATAPREV, uma sistemática de convocação automática dos beneficiários, via sistema, para comparecimento às Agências da Previdência Social, quando da ocorrência de retorno do beneficiário à atividade laboral, visando a regularização da situação em questão.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não houve justificativas do gestor até a presente data.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui César de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
074.140.803-15	Ana Adail Ferreira de Mesquita	Coordenador-Geral de Benefício
485.746.356-34	Carlos José do Carmo	Coordenador-Geral de Benefício

Todos os Gerentes Executivos do INSS apontados nos anexos do mencionado relatório.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Verifica-se que, apesar das disponibilidades das informações do retorno à atividade laboral dos beneficiários de aposentadoria por invalidez e das normas determinando a revisão e regularização, as Gerências/Agências da Previdência Social não regularizaram as situações apontadas.

Constata-se fragilidade no processo de manutenção das aposentadorias por invalidez e como consequência foram realizados pagamentos irregulares de 7.495 benefícios, que representa um total mensal de R\$ 4.069.316,99, anual de R\$ 52.901.120,87 e um total indevido de R\$ 80.939.974,19, sem levar em consideração as atualizações dos valores pagos indevidamente e as informações de GFIP anteriores a 2001 e posteriores a 2003.

O assunto permanece PENDENTE de regularização.

RECOMENDAÇÃO:

Tendo em vista que não houve manifestação dos gestores, reiteramos as recomendações constantes do Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 159481/2004, mencionado neste item, devendo ser apurado responsabilidade administrativa pelas irregularidades apontadas e, também, pela ausência de providências para regularização.

4.1.2.19 CONSTATAÇÃO:

Pagamentos irregulares de Abono Permanência em Serviço - Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 161968/2005.

No exercício de 2002, esta SFC realizou auditoria nos benefícios de Abono de Permanência em Serviço - espécies B47 e B48 (Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC Nº 101351/2002), utilizando informações das bases de dados do sistema de benefício do mês de setembro de 2001 com confirmação das informações no mencionado sistema em 2002, de todas as Gerências/Agências do INSS, com o objetivo de verificar e avaliar a confiabilidade e legitimidade dos registros informatizados e os mecanismos de controle na concessão e manutenção dos abonos de permanências em serviço.

Os levantamentos e análises realizados constataram a existência de descumprimento da legislação previdenciária, ausência de monitoramento e acompanhamento no processo de concessão e manutenção do abono, falha na crítica do sistema de benefício, ausência de cruzamento de informações com outras bases de dados, bem como falta de integração com outros regimes de previdências.

As inconsistências/irregularidades constatadas geraram pagamentos indevidos acima de R\$87 milhões, sem levar em consideração a atualização monetária de acordo com a Lei e as ratificações das situações que precisam ser realizadas pelo INSS.

À época foi recomendado ao INSS o seguinte:

" Adotar providências para cessação dos abonos de permanência em serviço pagos indevidamente, bem como apurar os valores pagos indevidamente, atualizados na forma da Lei, visando a recuperação dos recursos;

As irregularidades apontadas devem ser devidamente apuradas por meio da instauração de processo administrativo disciplinar;

Acionar todos os órgãos públicos para confirmação da utilização em duplicidade do tempo de serviço e vínculo empregatício no abono e na concessão de aposentadoria no Regime Jurídico Único Federal;

No caso da confirmação da duplicidade de pagamento adotar providências para a cessação do abono e apuração do valor pago indevidamente, com as devidas atualizações;

Caso não seja confirmada a duplicidade solicitar aos órgãos públicos federais, quando da aposentadoria do servidor, informação da data da ocorrência, para cessação do abono, para os casos em que ocorreram utilização de períodos de vínculos em duplicidade (RGPS e RJU);

Adotar providências para revisão dos valores pagos nas rendas mensais dos abonos de permanência em serviço, bem como apurar os valores pagos indevidamente, atualizados na forma da Lei, visando a recuperação dos recursos. Devem ser observados os casos de direito adquiridos, bem como de revisões legais, tais como, as previstas no art. 144 da Lei nº 8.213/91 e no art. 58 do ADCT da Constituição Federal;

Rever o tempo de contribuição ou de serviço dos segurados que recebem Abono de Permanência em Serviço pagos pela Previdência Social para que seja verificado a existência ou não de fraudes, má fé ou erros administrativos na contagem do tempo."

Com o objetivo avaliar a situação dos benefícios de Abono Permanência em Serviço - espécies B47 e B48, relacionados no Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC Nº 101351/2002, esta SFC realizou auditoria no período de 04.02.2005 a 14.02.2005, cuja conclusão constante do Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 161968/2005 foi a seguinte:

"Observamos pelas análises realizadas que o INSS não regularizou cerca de 69,30% das situações de inconsistências/irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria nº 101351/2002.

(...) observamos que as pendências relacionadas no Relatório de Auditoria nº 101351/2002 continuam a trazer prejuízos à Previdência Social. Essas inconsistências/irregularidades estão gerando pagamentos indevidos em torno de R\$ 873.170,44 mensais e anual de R\$ 10.478.045,28. Sendo que os prejuízos estão acima R\$ 57.489.020,40, não considerando as devidas correções.

Dessa forma, recomendamos que o INSS procure regularizar as situação dos benefícios constante dos anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII deste relatório, bem como apure responsabilidade pela não

regularização dos benefícios e das recomendações apontadas no Relatório de Auditoria nº 101351/2002.”

O Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 161968/2005 foi encaminhado ao INSS, por meio do Ofício nº 3.963/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 23.02.2005.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não houve justificativas do gestor até a presente data ao mencionado relatório de auditoria.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui César de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
074.140.803-15	Ana Adail Ferreira de Mesquita	Coordenador-Geral de Benefício
485.746.356-34	Carlos José do Carmo	Coordenador-Geral de Benefício

Todos os Gerentes Executivos do INSS relacionados nos Anexos do mencionado relatório.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Observamos pelas análises realizadas que o INSS não regularizou cerca de 69,30% das situações de inconsistências/irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria nº 101351/2002.

Essas inconsistências/irregularidades estão gerando pagamentos indevidos em torno de R\$ 873.170,44 mensais e anual de R\$ 10.478.045,28. Sendo que os prejuízos estão acima R\$ 57.489.020,40, não considerando as devidas correções.

O assunto permanece pendente.

RECOMENDAÇÃO:

Tendo em vista que não houve manifestação dos gestores, reiteramos as recomendações constantes do Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 161968/2005, devendo ser apurado responsabilidade administrativa pelas irregularidades apontadas e, também, pela ausência de providências para regularização.

4.1.2.20 CONSTATAÇÃO:

Impropriedades na área de arrecadação (Gerência Executiva do INSS no DF - GEX DF) - Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 154501/2004.

Os trabalhos foram realizados no período de 27.10 a 16.12.2004, incluindo exames aplicados na sede da Gerência Executiva do INSS no DF - GEX DF, Agências da Previdência Social - APS com sede em Brasília e Procuradoria Federal Especializada do INSS no Distrito Federal - PFE/INSS/DF, objetivando o acompanhamento preventivo dos atos e fatos de gestão ocorridos no período de abrangência dos trabalhos, especificamente, no macroprocesso de Receitas Previdenciárias, abordando os seguintes aspectos da Gestão Operacional da GEX DF:

- análise e avaliação da eficácia, qualidade e efetividade do processo de Ação Fiscal, entendido este como o processo de planejamento das atividades de fiscalização, realização desse planejamento e o monitoramento das atividades realizadas;
- evidencição da tempestividade da atuação da administração no contencioso administrativo e judicial, no que se refere a situações que dependem exclusivamente da ação dos agentes da própria Gerência;
- avaliação do desempenho da cobrança administrativa e judicial de forma a identificar o grau de recuperação de créditos previdenciários; e
- análise do processo de emissão de CND e CPD-EN, buscando identificar a existência de gargalos gerenciais.

Nesse trabalho foram constatadas as seguintes impropriedade: Ausência de correlação entre as atividades planejadas e as executadas no planejamento da ação fiscal; Elevado número de créditos na fase de "Pré-inscrição" e "Inscrição de Crédito em Dívida Ativa" sem a adoção das devidas providências pela PFE/INSS/DF; Existência de processos de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) e Auto de Infração (AI) há mais de 240 dias na fase de contencioso administrativo, em desacordo com a meta estipulada no Plano de Ação da Unidade para o exercício de 2004; Ausência de procedimento sistemático de monitoramento da adimplência dos parcelamentos, causando morosidade na cobrança dos mesmos; Fragilidades no processo de emissão de Certidão Negativa de Débito e Certidões Positivas de Débitos com efeito de negativa; e Ineficácia no processo de localização de bens para penhora pela PFE/INSS/DF.

O Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 161968/2005 foi encaminhado à Secretaria da Receita Previdenciária - SRP/MPS, por meio do Ofício nº 3.479/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 17.02.2005, com as seguintes recomendações:

I - Que a área de fiscalização elabore o planejamento de suas ações, para o exercício de 2005, de forma que sejam retratados efetivamente os contribuintes que apresentem maior potencial de débito por sonegação ou inadimplência e construa, nesse momento, os possíveis cenários no qual o plano operacional será executado.

Possibilitando assim, a análise da trajetória do conjunto das operações em todos os cenários e, a partir disto, busque diminuir a vulnerabilidade do plano de modo a viabilizar o cumprimento das metas e melhorar a qualidade do resultado da ação planejada.

II - Considerando os fatos descritos, a transitoriedade das fases de "Pré-inscrição" e "Inscrição de Crédito em Dívida Ativa", recomendamos o seguinte:

- a) à Procuradoria Federal Especializada/INSS/DF - elabore o planejamento das ações de todos os seus setores para os exercícios seguintes, de modo a permitir a clara identificação dos elementos de programação (diretrizes, objetivos, metas setoriais e estratégicas, ações e seus respectivos indicadores) e seus correspondentes custos, prazos e quantidades previstos. Permitindo, com isso, a disseminação e sedimentação do processo de planejamento na Unidade, a identificação, de forma transparente, das diretrizes, objetivos, metas e ações definidas e a avaliação dos resultados atingidos em relação aos padrões definidos no planejamento;
- b) ao Serviço de Dívida Ativa da PEF/INSS/DF - estabeleça um cronograma definindo prazos para que os estoques de processos na fase de "Pré-inscrição" sejam devidamente inscritos em dívida ativa e os na fase de "Inscrição de Crédito em Dívida Ativa" seja procedido o ajuizamento da ação de execução fiscal; e
- c) à Divisão de Receitas Previdenciárias - proceda a remessa dos dossiês físicos à PEF/INSS/DF quando do registro eletrônico do referido encaminhamento.

III - Dada a importância da ação tempestiva dos agentes responsáveis pelo processo de contencioso administrativo recomendamos aos gestores a adoção das seguintes ações:

- a) **ao Serviço de Fiscalização da GEX DF - melhoria do processo de supervisão dos trabalhos de fiscalização para que sejam reduzidos os quantitativos de diligências; e**
- b) **ao Serviço de Análise de Defesas e Recursos - promova ações para reduzir o estoque de processos, estabelecendo um cronograma para que os mesmos sejam julgados na instância administrativa.**

IV - Portanto, recomendamos que o Serviço de Orientação e Administração da Cobrança acompanhe e supervisione de maneira mais efetiva a adimplência dos parcelamentos e às Unidades Descentralizadas de Atendimento procedam, tempestivamente, a cobrança ou rescisão com posterior encaminhamento à Procuradoria dos processos de parcelamento com parcelas em atraso.

V - Tendo em vista que o instituto da CND/CPD-EN trata-se de um mecanismo que cria a necessidade do contribuinte se manter regular com suas obrigações previdenciárias, recomendamos à Unidade a

adoção das seguintes providências, no sentido de reduzir as fragilidades existentes no processo de concessão de CND e CPD-EN:

- a) Serviço de Orientação da Arrecadação da Divisão de Arrecadação - implemente o processo de monitoramento de forma integral, acionando sistematicamente as Agências da Previdência Social, quando da identificação de problemas no processo de concessão de CND e CPD-EN, e instâncias superiores quando da ausência de resposta ou descumprimento de prazos referente às solução de demandas encaminhadas, contribuindo com a eficácia e eficiência da atuação da Unidade; e
- b) Agências da Previdência Social - procedam ao preenchimento e encaminhamento do Formulário de Inconsistências - FDI para Divisão de Arrecadação, quando da apresentação de GFIP pelo contribuinte, há mais de 90 dias, e ausência do registro das mesmas nos sistemas do INSS, de forma que as providências necessárias para solução das inconsistências existentes nos sistemas informatizados sejam solucionadas e controlem de forma sistemática a documentação que autoriza a emissão de certidões quando da existência de créditos constituídos em fases/situações definidas como impeditivas, garantindo assim a evidenciação dos mecanismos de autorização dos atos administrativos.

VI - Considerando ser público e notório a morosidade na tramitação de processos judiciais, haja vista a quantidade de recursos meramente protelatórios, os inúmeros artifícios utilizados pelos devedores para camuflar o patrimônio, de forma a torná-lo imune às ações judiciais, e ser preponderante que o Estado haja com celeridade e objetividade na manutenção de registro dos devedores, recomendamos à Procuradoria Federal Especializada/INSS/DF que estabeleça metodologia no sentido agilizar o processo de localização dos bens de contribuintes a serem oferecidos como penhora, articulando procedimentos, junto aos órgãos que sabidamente são detentores de tais informações, para a pesquisa consolidada evitando a atividade pontual e demorada.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não houve justificativas do gestor até a presente data.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
167.029.566-49	Carlos Roberto Bispo	Diretor de Receita Previdenciária
271.873.144-34	Lieda Amaral de Souza	Diretor de Receita Previdenciária
002.358.468-80	Ocenir Sanches	Diretor de Receita Previdenciária
		Gerente Executivo do INSS no DF - GEX DF

AVALIAÇÃO DA SFC:

O assunto permanece pendente.

RECOMENDAÇÃO:

Tendo em vista que não houve manifestação dos gestores, reiteramos as recomendações constantes do Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 154501/2004, mencionado neste item.

4.1.2.21 CONSTATAÇÃO:

Impropriedades na área de arrecadação relativas a cobranças dos débitos administrativos e judiciais - Listagem dos devedores da Previdência Social - (Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 162057/2005).

Em atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União - TCU, constantes das Decisões 176/1992, 010/1999 e 649/2000 - Plenário, esta Secretaria avalia, trimestralmente, a situação e o andamento dos créditos previdenciários, com base nos dados fornecidos pelo INSS, referentes aos devedores da Previdência Social.

Da análise realizada na listagem dos devedores relativa ao 4º trimestre/2004, constatou-se divergências de valores entre os dados constantes dos CD do 3º e do 4º trimestre de 2004. Dessa forma, foi realizada pesquisa no Sistema INFORMAR, onde verificou que os débitos de algumas empresas foram elevados a um percentual alto sem que houvesse os devidos ingressos de novos lançamentos de débitos/créditos. Ressalta-se uma diferença expressiva de R\$12.260.698.312,77, que altera substancialmente os resultados das avaliações do 4º Trimestre em relação aos outros, bem como no resultado anual.

Comparando com o exercício de 2003, em 2004 o saldo dos devedores (R\$190.565.981.512,25) apresentou um crescimento de 13,47% em termos de valores e de 3,80% em termos de quantidade. Com relação ao 3º trimestre 2004, no 4º trimestre/2004 o saldo dos devedores apresentou um crescimento de 3,17% em termos de valores.

No ano 2004, em relação a 2003, os créditos previdenciários apresentaram um crescimento de 13,17% na área de procuradoria e 9,51% na área administrativa. No 4º trimestre/2004, em relação ao 3º trimestre/2004, os créditos previdenciários na área de procuradoria aumentaram 2,62% em termos de valor e na área administrativa houve um acréscimo também de 4,17%.

No exercício de 2004 foram arrecadados dos devedores previdenciários os valores de R\$ 1.158.554.002,79 na área judicial e R\$ 2.438.992.258,29 na área administrativa, totalizando R\$ 3.597.546.261,08, o que representa um acréscimo de cerca de 31,96% em relação ao total arrecadado em 2003 (R\$ 2.726.211.855,96). Na área judicial houve um acréscimo de 62,58% e na área administrativa uma queda de 21,13%, em relação ao ano 2003.

No 4º trimestre 2004, foram arrecadados R\$ 1.060.047.977,05, sendo R\$ 359.699.719,60 na área de procuradoria e R\$ 700.348.257,45 na área administrativa. Comparando com os pagamentos recebidos no trimestre anterior (R\$ 875.067.933,80), observa-se que na arrecadação houve um aumento de cerca de 21,14%, demonstrando uma melhoria no resultado efetivo.

Os efetivos pagamentos do ano 2004 (R\$3.597.546.261,08) representaram em torno de 1,89% do valor total da dívida dos devedores (R\$ 190.565.981.512,25). No ano de 2003, o resultado foi de cerca de 1,48%, demonstrando uma pequena melhora na performance dos valores arrecadados dos devedores, muito longe da situação desejada.

Em relação ao perfil dos créditos relacionadas às fases e situações, houve uma piora na eficácia e eficiência da gestão, ou seja, passou de 39,32% para 36,65% os créditos que se encontram em ajuizamento/penhora/execução/embargo; de 61,35% para 52,31% aqueles que estão com as devidas providências adotadas; e de 38,65% para 47,69% os créditos que necessitam de ações efetivas para serem ajuizados/penhorados/executados/embargados judicialmente.

Em relação aos dois últimos exercícios, no de 2004 o resultado do perfil dos créditos previdenciários caiu no aspecto da eficiência quando comparado ao ano de 2003, tendo em vista o decréscimo em termos percentuais de 2,02% nos créditos de baixa dificuldade de recuperação e de 1,16% em relação a 2002. E, quanto aos créditos previdenciários de alta dificuldade de recuperação, houve uma diminuição de 1,07% com relação a 2003 e de 0,85% em relação a 2002.

Em comparação com o 3º trimestre/2004 pode-se observar que houve uma piora no percentual do perfil dos créditos previdenciários, uma vez que os créditos de baixa dificuldade de recuperação passaram de 49,62% para 48,57%, com um decréscimo de 1,05%, e um aumento de 0,22% dos créditos de difícil recuperação que subiram de 4,45% para 4,67%.

No 4º Trimestre 2004, os 1000 maiores devedores da Previdência Social representam 0,40% do total de empresas (246.991). Em termos de quantidade de débitos/créditos dos 1000 maiores devedores, o resultado foi de 43.041 que representa 4,43% do total geral de débitos/créditos (971.486). Os resultados

financeiros dos 1000 maiores devedores foram R\$80.670.104.175,78 contra os R\$ 190.565.981.512,25 do total geral, o que representa 42,33%.

Comparando os percentuais de representatividade dos 1000 maiores devedores quanto aos totais de débitos/créditos e os pagamentos efetuados (42,33% e 11,04%), pode-se observar que os gestores precisam ter estratégias, ações e estudos específicos de atuação nesses 1000 maiores devedores a fim de aproximar o percentual de pagamentos realizados aos dos totais de débitos/créditos, agilizando os processos nas esferas administrativas e judiciais.

No 4º trimestre/2004, saíram 46 devedores saíram da relação dos 1.000 maiores devedores da Previdência Social, sendo que os motivos foram basicamente por Suspensão de Exigibilidade; Ajuizamento/Distribuição; Baixa por Acórdão ou por Decisão Normativa; Opção Refis; Crédito Cobrança Amigável; Embargo Devedor; Desistência da Ação e Impugnação aos Embargos. Consequentemente, 46 devedores entraram no ranking dos 1000 maiores devedores da Previdência Social, basicamente pelos novos ingressos de débitos/créditos de devedores, representando um acréscimo de R\$1.135.614.388,07 em termos de valores no total dos débitos/créditos quando comparados ao 3º Trimestre de 2004.

Um total de 49.095 devedores correspondentes a 170.556 processos de débitos/créditos apresentaram valores menores no 4º Trimestre 2004 em relação ao 3º trimestre/2004, totalizando uma diferença de R\$3.619.424.114,66, por diversos motivos que se destacam os seguintes: Inscrição e inclusão em parcelamento; Baixado por decisão normativa; Baixado por despacho e Acórdão; Baixado por liquidação; Opção de Refis; Crédito Extinto e Crédito Liquidado.

Constatou-se, ainda, conforme Anexo IV, a ocorrência de registro de novos débitos e créditos previdenciários em relação aos dados do CD do 3º Trimestre 2004, ou seja, 175.532 devedores correspondentes a 692.149 processos de débitos/créditos, representando em termos de valor um acréscimo de R\$22.228.440.162,25.

Com base nos fatos apontados neste relatório, conclui-se que as informações prestadas pela Previdência Social relativas aos seus devedores, por meio de CD enviados trimestralmente, não estão sendo adequadamente testadas, tendo em vista as inconsistências de valores encontradas no montante da amostra (R\$12.260.698.312,77), referente às áreas de Procuradoria (R\$39.730.074,18) e Administrativo (R\$12.220.968.238,59), o que prejudica as análises dos seus resultados.

Diante dos fatos apontados neste relatório, foi recomendado o seguinte:

- a) Que a Procuradoria/INSS e a Secretaria da Receita Previdenciária/MPS informem a esta Secretaria a atual situação da cobrança automática e as providências que estão sendo adotadas para sua implementação nos outros Estados, conforme solicitação já efetuada em relatórios anteriores;
- b) Que a Secretaria de Receitas Previdenciárias/MPS elabore critérios de qualificação dos débitos administrativos, conforme realizado pela área de Procuradoria, de forma a identificar o grau de dificuldade de recuperação desses débitos;
- c) Que a Procuradoria/INSS e a Secretaria da Receita Previdenciária/MPS avaliem a situação sócio-econômica das empresas, individualmente e por ramo de atividade, com o objetivo tornar mais efetivos os processos de fiscalização e cobrança dos débitos/créditos previdenciários;
- d) Que a Procuradoria/INSS e a Secretaria da Receita Previdenciária/MPS apresentem esclarecimentos quanto às divergências apontadas na tabela 19, bem como os documentos e processos comprobatórios (itens 35 a 38 deste relatório);
- e) Que a Secretaria da Receita Previdenciária/MPS e Procuradoria Especializada no INSS encaminhem a esta SFC/CGU os processos, relacionados nas Tabelas 21 e 23, que deram embasamento das providências adotadas em relação aos débitos e créditos das respectivas empresas/estabelecimentos, bem como justificativas para os fatos apontados (itens 43 a 50 deste relatório).

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não houve justificativas do gestor até a presente data.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
167.029.566-49	Carlos Roberto Bispo	Diretor de Receita Previdenciária
271.873.144-34	Lieda Amaral de Souza	Diretor de Receita Previdenciária
002.358.468-80	Ocenir Sanches	Diretor de Receita Previdenciária
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS

AValiação DA SFC:

O assunto permanece pendente.

RECOMENDAÇÃO:

Tendo em vista que não houve manifestação dos gestores, reiteramos as recomendações constantes do Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 162057/2005, mencionado neste item.

4.2.1 ASSUNTO - AUDITORIA INTERNA

Conforme verificado na Prestação de Contas do INSS - Processo nº 35000.000474/2005-59, a Auditoria-Geral do INSS, durante o exercício de 2004, realizou os programas e ações de auditoria, previstos no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAAAI, como também as demandas extraordinárias e ações envolvendo riscos locais, todas pautadas no Novo Modelo de Auditoria Interna (Auditoria Baseada em Risco), com ênfase nas causas visando à mitigação dos riscos na origem.

Das 425 ações inicialmente planejadas (envolvendo 28 programas de auditoria em nível nacional), foram executadas 307 ações (ordinárias, extraordinárias e demandas internas). Isto significa um nível de execução de 72,23% do planejamento.

Com relação aos processos/objetos auditados, foi desenvolvido o seguinte trabalho:

Coordenação-Geral de Auditoria em Arrecadação Procuradoria		
Programas de Abrangência Nacional		
Área	Processo Auditado	Situação
Arrecadação	Obras e construção civil	Concluída
	Arrecadação de terceiros	Não Realizada
	Restituição	Suspensa*
Análise, Tributação e Julgamento	Débitos nulos/retificados	Concluída
Procuradoria	Fluxos e sistema de apoio da Procuradoria	Suspensa*
Fiscalização	Gerenciamento da fiscalização	Suspensa*
Cobrança	Cobrança	Suspensa*
Arrecadação	Comprev	Cancelada**

*suspensa em razão do Decerto nº 5.256, de 27/10/2004

**ação integrada com a Coordenação-Geral de Benefícios, em razão do advento do Decreto 5.256 e 5.257 de 17/10/2004

Coordenação-Geral de Auditoria em Benefícios		
Programas de Abrangência Nacional		
Área	Processo Auditado	Situação
Benefícios e Benefícios por Incapacidade	Pagamento alternativo de benefício - PAB	Concluída
	Batimento CNIS vr CADPF SARCI HIPNET	Unificadas e em andamento
	Batimento PRISMA SUB CNIS	
	DESP 10	Em andamento
	Acordos internacionais	Não realizada
	Credenciamento médico	Transferida para o PAAAI 2005
	Trabalhador rural	Não realizada
	DESP 03	Transferida para o PAAAI 2005
	Benefícios assistenciais - LOAS	Não realizada

	Consignação	Não realizada
	Comprev	Em andamento
	Hanseníase	Em andamento
	Benefícios por incapacidade - retroação	Transferida para o PAAAI 2005
	CID F	Em andamento

Coordenação-Geral de Auditoria em Gestão Interna		
Programas de Abrangência Nacional		
Área	Processo Auditado	Situação
Logística	Patrimônio Imobiliário não Operacional	Ação concluída
	Contratos de serviços continuados	Ação concluída
Orçamento, Finanças e Contabilidade	Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Ação concluída
Recursos Humanos	Aposentadorias, pensões e vantagens pessoais	Ação concluída

Grupo de Trabalho em Tecnologia da Informação		
Programas de Abrangência Nacional		
Área	Processo Auditado	Situação
Prospecção de Dados	Obras e construção civil	Ação concluída
	Débitos nulos/retificados	Ação concluída
	Cobrança	Ação concluída
	Comprev	Ação concluída
	Pagamento alternativo de benefícios - PAB	Ação concluída
	DESP 10	Ação concluída
	CID F	Ação concluída
	Hanseníase	Ação concluída
Auditoria de TI em sistemas	Sistema Integrado de Óbitos - SISOB	Em andamento
Auditoria de TI em contratos	Contrato INSS/DATAPREV nº 03/2004	Ação concluída

Com base nos resultados acima demonstrados, emitimos, em 13.04.2005, a SA nº 160221-14, questionando a não conclusão de auditorias nas ações referentes à Coordenação-Geral de Auditoria em Benefícios, nos processos relativos a:

- Batimento CNIS vs CADPF SARCI HIPNET;
- Batimento PRISMA SUB CNIS;
- Desp 10 (aposentadorias com conversão do tempo de contribuição);
- Acordos Internacionais;
- Credenciamento Médico;
- Trabalhador Rural;
- Desp 03 (concessão recursal);
- Benefícios Assistenciais - LOAS;
- Consignação;
- Comprev (Compensação Previdenciária);
- Hanseníase;
- Benefícios por incapacidade - retroação;
- CID F (patologias psiquiátricas).

JUSTIFICATIVA:

Por meio do Ofício CGABEN - 01.100.2, de 20/04/2005, o gestor informou que:

Programa de auditoria	Justificativas
Batimento CNIS vs CADPF SARC HIPNET Batimento PRISMA SUB CNIS	Face tratarem de assuntos similares os programas foram unificados. A não conclusão em 2004 ocorreu devido ao reduzido número de servidores na Divisão de Auditoria/DAUDBEN Programa em andamento nas auditorias regionais.
Desp 10 (aposentadorias conversão do tempo de contribuição)	A não conclusão em 2004 ocorreu devido à demora no atendimento às Solicitações de Auditoria pelas Gerências Executivas. Programa concluído em março/2005.
Acordos Internacionais	Demora no atendimento pela Dataprev à solicitação de auditoria quanto ao fornecimento de Banco de Dados para subsidiar os trabalhos. O programa foi abortado em vista da constituição de Comissão de Análise e Avaliação de Propostas e Acordos Internacionais pela Portaria Ministerial nº 646, cujo objetivo, dentre outros, é o de propor alterações nos acordos visando adequá-los à legislação brasileira. Programa abortado.
Credenciamento Médico	Foi transferido para o PAAAI 2005 em função do reduzido número de servidores médicos nas auditorias e falta de tempo hábil. Programa previsto para o 2º semestre de 2005.
Trabalhador Rural	O Programa foi abortado devido à alteração na legislação e também por ser um assunto bem explorado nas ações de risco local. Programa abortado.
Desp 03 (concessão recursal)	Foi transferido para o PAAAI 2005 em função do reduzido número de servidores. Programa em andamento.
Consignação	Tendo em vista que o foco é localizado em apenas uma regional, estabeleceu-se que o assunto seria trabalhado em ações de risco local. Programa abortado em nível nacional.
Comprev	O atraso no fornecimento de informações (dados de benefícios) pela Dataprev e a inoperância do sistema Comprev através da Internet, impactou o início do desenvolvimento dos trabalhos.

Programa em andamento.

4.2.2 ASSUNTO - FORMALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

4.2.2.1 INFORMAÇÃO:

O Processo de Prestação de Contas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, relativo ao exercício de 2004, encontra-se constituído das peças previstas na Instrução Normativa nº 47/2004 do Tribunal de Contas da União, bem como na Norma de Execução nº 04/2004 da Secretaria Federal de Controle Interno, e, está assim composto:

Peças apresentadas pelo INSS:

Parte I - Rol de Responsáveis (Inciso I, art. 14);
 Parte II - Declaração de Bens e Rendas; (Inciso IV, art. 14)
 Parte III - Relatório de Gestão (Inciso II, art. 14);
 Parte IV - Demonstrações Contábeis (Inciso III, art. 14);
 Parte V - Ações de Correição;
 Parte VI - Parecer da Auditoria Interna (Inciso V, art. 14).

Peças apresentadas pela SFC:

Relatório de Auditoria de Gestão (Inciso VI, art. 14);
 Certificado de Auditoria (Inciso VII, art. 14);
 Parecer Conclusivo (Inciso VIII, art. 14);
 Pronunciamento do Ministro (Inciso IX, art. 14);

4.2.3 ASSUNTO: Estrutura, Sistema e Método

4.2.3.1 CONSTATAÇÃO:

Falta de articulação entre os Agentes de Controle do INSS nos níveis estratégico, tático e operacional.
Regimento Interno desatualizado.

No Nível Estratégico

Inconsistências nas relações entre a Coordenação de Análise e Pesquisa, a Auditoria Geral, a Controladoria-Geral e a Corregedoria Geral - tecnicamente essas relações apresentam-se desarticuladas, não complementares e, na maior parte dos casos, inexistente.

Cabe salientar que as demandas originadas na Ouvidoria Geral da Previdência Social não são utilizadas como elemento de reflexão para planejamento e foco de trabalhos dos agentes de controle.

Os desdobramentos das ações da Assessoria de Pesquisa Estratégica - do MPS - não são de conhecimento da Corregedoria Geral do INSS.

No Nível Tático

Inconsistências nas relações entre as Auditorias Regionais, os Serviços de Controladoria das Gerências Executiva, as Corregedoria Regionais e os Grupos de Trabalho de Operações Especiais (vinculados à APE) - tecnicamente essas relações apresentam-se desarticuladas, não complementares e, na maior parte dos casos, inexistente.

As respostas às demandas da Ouvidoria Geral da Previdência Social não são utilizadas como elemento de reflexão e foco de trabalho dos agentes de controle no nível tático. Não existe tratamento das informações gerenciais decorrentes.

No Nível Operacional

Inconsistências nas relações entre os agentes que atuam como "controle Interno" e os Serviços de Orientação de Manutenção das GEX, - tecnicamente essas relações apresentam-se desarticuladas, não complementares e, na maior parte dos casos, inexistentes.

As unidades de Manutenção de Benefícios não têm assumido objetivamente suas atribuições efetivas. Essa situação, a rigor, inicia-se na Divisão de Manutenção de Benefícios, da Coordenação Geral de Benefícios, estendendo-se pelos Serviços de Orientação de Manutenção das GEX, alcançando os Serviços ou Seções nas Agências da Previdência Social-APS.

O sistema ético-disciplinar, no âmbito do INSS, encontra-se desintegrado. As Comissões de TCE mesmo depois do esforço de treinamentos em nível nacional encontram-se desarticuladas ou não instituídas.

A Diretoria Colegiada do INSS deve considerar a situação em que se encontra o sistema de controle interno, em seus três níveis essenciais: estratégico, tático e operacional - seja quanto aos mecanismos utilizados, à atuação dos agentes envolvidos e aos instrumentos aplicados.

2) Regimento Interno desatualizado no INSS

Constata-se no INSS a ausência de rotinas dos procedimentos operacionais. Para cada demanda específica, interna ou externa, a instituição recorre regularmente a composições de grupos de trabalho. Existe uma proliferação de grupos de trabalhos no âmbito do INSS, alguns inclusive sem a definição de prazos para a conclusão dos trabalhos.

Essa situação caracteriza a ausência de procedimentos operacionais estabilizados ou mesmo rotinas definidas - no âmbito

da instituição. Ao mesmo tempo, demonstra a necessidade da urgente formalização de um Regimento Interno.

Ressaltamos que o atendimento das Demandas do TCU e da SFC/CGU são realizadas de forma desarticulada, demonstrando ausência de visão sistêmica. Em questões que envolvem o INSS e a Dataprev - por exemplo - o INSS responde aos órgãos de controle, transferindo a responsabilidade para a empresa prestadora de serviços de processamento de dados, em alguns casos, procede como se a empresa não existisse.

Dessa forma, as medidas adotadas devem ser realizadas articuladamente, de forma que os órgãos de controle recebam resposta integrada do ponto de vista da gestão previdenciária.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não houve solicitação, uma vez que a constatação foi extraída de diversos itens deste relatório.

RESPONSÁVEL(EIS) POTENCIAL(IS)

CPF	NOME	CARGO
008.349.391-34	Carlos Gomes Bezerra	Diretor-Presidente do INSS
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui César de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística.
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
085.453.241-20	Lúcia Helena de Carvalho	Diretora de Recursos Humanos

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria Colegiada desenvolva ações no sentido de comprometer o conjunto de instancias da Autarquia no processo de construção de um regimento interno, que especifique as competências e atribuições dos diversos agentes constitutivos da entidade, principalmente, no que diz respeito às unidades e agentes de controle que operam os processos nas Gerências Executivas, exercendo as atividades de monitoramento operacional, avaliação dos resultados e orientações operacionais - ação corretiva. Que seja definido os relacionamentos com os Conselhos de Previdência Social, as atividades correicionais (comissão de

ética, comissão de sindicância e comissão de TCE), e os grupos de trabalhos de operações especiais - APE.

5. GESTÃO OPERACIONAL

5.1 SUBÁREA - PROGRAMAÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS

5.1.1 ASSUNTO - ADERÊNCIAS NORMATIVAS DA PROGRAMAÇÃO

5.1.1.1 CONSTATAÇÃO:

Baixo índice de execução física e financeira do Projeto PROPREV.

Em dezembro de 2001 foi celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID o Contrato de Empréstimo N° 1346/OC-BR, que estabeleceu as condições técnicas e financeiras para a execução da primeira fase do Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social - PROPREV, sendo os principais beneficiários o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Secretaria de Previdência Social - SPS.

A primeira fase do Programa, prevista para ser executada no período de janeiro de 2002 a dezembro de 2004, tem como objetivo geral, no âmbito do INSS, apoiar à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social Brasileiro, sendo composto, basicamente, pelo item Modernização da Administração do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Define-se como foco das ações, para o RGPS, a transformação nos procedimentos, rotinas de trabalho, práticas gerenciais e administrativas, a unificação das bases de dados, o desenvolvimento de sistemas e a implantação de módulos operacionais que garantam a integração e o controle em todas as áreas de atuação do INSS (arrecadação, benefício, contencioso administrativo e judicial, logística e recursos humanos).

Decorrido quase o período total de vigência do Contrato (três anos) para execução e desembolso dos recursos, verificou-se que somente cerca de 20% (US\$ 21.249.770,00) dos recursos foram aplicados (gastos ou comprometidos), sendo 6,6% de recursos BID e 13,3% de contrapartida, e no que se referem às metas estratégicas assumidas, os resultados apresentaram-se conforme o quadro demonstrativo a seguir:

Demonstrativo de Metas Estratégicas do PROPREV

Meta Estratégica	Resultado (30.06.2004)
Projeto INSS/RGPS	
Cobertura	
ME 1 - Aumentar o número de contribuintes individuais de 5,8 a 7 milhões até 2004.	R\$ 6.755.720
Benefício	

ME 2 - Reduzir o prazo médio de concessão de benefícios, por procedimento normal, de 16 para 10 dias até 2004.	33
Atendimento ao Público	
ME 3 - Alcançar índice de satisfação dos clientes de 70%, segundo critérios de consulta do Plano de Comunicação do MPS, até 2004.	0%
Arrecadação	
ME 4 - Garantir crescimento anual da arrecadação equivalente a 82% do crescimento anual do PIB, até 2004.	1.674%
ME 5 A - Garantir solvência financeira de 60% dos créditos parcelados administrativamente, até 2004.	81%
ME 5 B - Garantir solvência financeira de 86% dos créditos declarados, até 2004.	93,7%
Institucional	
ME 6 A - 100% da base de dados do INSS implantada, até 2004.	0%
ME 6 B - 100% da rede corporativa do INSS implantada, até 2004.	0%
ME 7 - 100% das unidades com modelo de gestão por resultados implantados, até 2004.	100%
ME 8 - 70% dos gerentes e servidores capacitados, até 2004.	0,20%
Projeto SPS/RGP	
Fortalecimento da SPS	
ME 9 - 7 municípios integrantes da amostra com base de dados de previdência social atualizada e integrada através do SIPREV, até 2004.	2
ME 10 - 7 municípios integrantes da amostra com avaliação atuarial realizada, até 2004.	0
ME 11 - 7 municípios integrantes da amostra com minuta de projeto de lei (RPP) elaborada e discutida com os setores sociais interessados, até 2004.	0
ME 12 - 7 municípios integrantes da amostra com proposta de modelo de gestão elaborada e discutida com os setores sociais interessados, até 2004.	0
ME 13 - 14 seminários de integração nacional executados, até 2004.	8
ME 14 - 86 equipamentos de informática instalados na SPS e interconectados em rede, até 2004.	24
ME 15 - 100% das unidades da SPS com planejamento estratégico implantado e avaliado, até 2004.	0%
ME 16 - 100% dos gerentes e funcionários da SPS capacitados, até 2004.	23%
Apoio à Reforma e Gestão da Previdência Social Municipal	
ME 17 - 100% dos servidores municipais com dados cadastrais atualizados, em 36 meses.	0%
ME 18 - 100% da base de dados atualizada e integrada por meio do SIPREV, em 36 meses.	25%
ME 19 - 100% do plano de cargos e salários municipal com avaliação atuarial realizada, em 36 meses.	0%
ME 20 - 3 fóruns municipais para discussão da minuta de Projeto de Lei para a Reforma da Previdência Social realizados, em 36 meses.	1
ME 21 - 3 fóruns municipais para discussão de um novo modelo de gestão de Previdência Social realizados, em 36 meses.	0
ME 22 - 2 fóruns municipais de Previdência Social realizados, em 24 meses.	0
ME 23 - 80 equipamentos instalados nos municípios da amostra, em 36 meses.	345
ME 24 - 150 servidores responsáveis pela gestão dos municípios da amostra capacitados, em 36 meses.	94

Após análise da documentação disponibilizada e considerando as atuações anteriores dos agentes de controle sobre

o Programa em questão, identificamos, dentre outros, os seguintes fatores relevantes como determinantes para o baixo índice de execução física e financeira do PROPREV no âmbito do INSS:

- a) Atraso na concepção e apresentação dos produtos do Novo Modelo de Gestão do INSS;
- b) Falta de definições estratégicas na área de Tecnologia da Informação;
- c) Atuação desintegrada entre os gestores responsáveis pelas áreas administrativas e técnicas; e
- d) Ausência de cultura de planejamento no âmbito do projeto.

Tendo em vista o encerramento da vigência do Contrato de Empréstimo, a necessidade de fortalecimento e modernização do Sistema Previdenciário Brasileiro, em especial, a implantação do Novo Modelo de Gestão do RGPS (NMG) e do Plano Diretor de Tecnologia e Informação (PDTI), e considerando a existência de recursos remanescentes do PROPREV, foi elaborado, no período de agosto a outubro de 2004, por representantes técnicos do INSS e MPS, com coordenação da UCP e acompanhamento pelo BID, o Plano de Ação para execução dos recursos remanescentes do PROPREV para os exercícios de 2005 e 2006, o qual foi aprovado pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 23 de novembro de 2004, e pelo BID, em 25 de novembro de 2004.

O Plano de Ação 2005/2006 refere-se a uma revisão e redimensionamento dos recursos remanescentes do PROPREV, configurando-se em uma proposta de prorrogação do prazo de execução do Programa por mais dois anos. No referido documento são estabelecidas 23 (vinte e três) metas operacionais, sendo 17 (dezesete) para a Modernização do RGPS e 6 (seis) para o desenvolvimento dos RPPs, e suas respectivas atividades, com o objetivo de reduzir as ocorrências que deram causa às inexecuções identificadas.

No sentido de avaliar a eficácia da ação dos gestores do projeto diante da prorrogação da vigência do PROPREV, foi verificada a aderência das atividades desenvolvidas com as previstas no Plano de Execução 2005/2006.

Conforme análise procedida, constatamos que os fatos que determinaram o baixo índice de execução do projeto, no período de vigência inicial do contrato de empréstimo, não foram devidamente sanados. A constatação evidencia-se que dentre as 17 (dezesete) metas constantes do supracitado Plano, 10 (quinze) ainda não foram executadas e 7 (sete), apesar de também não terem sido executadas, não expiraram o prazo previsto, caracterizando dessa forma a ausência de tempestividade da atuação dos gestores do PROPREV. O quadro a seguir destaca as inexecuções identificadas.

PLANO DE AÇÃO/OPERAÇÃO DO PROPREV 2005/2006 - MODERNIZAÇÃO DO RGPS

ITEM	O QUE	PRODUTO	QUANDO	COMO	STATUS
------	-------	---------	--------	------	--------

01	Gerenciamento da Implementação	Estrutura de Gerenciamento da Implementação dos Processos da SRP e do INSS implantadas	1. 30/11/04 2. 15/12/04 3. Abril/05	1. Nomeação dos Coordenadores (INSS e MPS) 2. TDR p/ contrat. de Consult. de Gerenciamento Especificações dos Equip. Softwares 3. Celebra Contrato (s) recebe equipam. e softwares	EM ATRASO
02	Anteprojeto de Implementação	Estrutura de Implementação x Recursos do PROPREV	1. 18/11/200	Apresentação aos Dirigentes para validação	REALIZADO
03	Desenvolvimento de Sistemas (fábrica de software)	Sistemas de Informação dos Processos de Receita Previdenciária e Reconhecimento de Direito, desenvolvidos, implantados e em produção	1. 15/12/04 2. 31/12/04 3. Junho/05	1. TDR p/ Contrat. de Bureau de Software House. 2. Publicação do (s) Edital (is) 3. Celebra Contrato (s)	EM ATRASO
04	Infra-Estrutura de TI (hardware e software) - ambientes Central e Cliente	Infra-Estrutura da SRP e do INSS definida e Implementada	1. 28/02/05 2. 31/03/05 3. Julho/05	1. Especificações dos Equip. Softwares. 2. Publicação do (s) Edital (is) 3. Celebra Contrato (s)	EM ATRASO
05	Detalhamento dos Macroprocessos	Processos da Receita Previdenciária e Reconhecimento de Direitos desenvolvidos, implantados e em produção	1. 31/12/04	1. Definição e designação de Equipe de Implementação (Pacotes).	EM ATRASO
06	Auditoria de Sistemas	Sistemas de Informação dos Processos de Receita Previdenciária e Reconhecimento de Direito, desenvolvidos, implantados e em produção	1. 31/03/05 2. 15/04/05 3. Outubro/05	1. TDR p/ Contrat. de Consult. em Audt. de Sistemas 2. Publicação do (s) Edital (is) 3. Celebra Contrato (s)	EM ATRASO
07	Contratação de SW de mercado (Pacotes - ERP/GRP)	Sistemas de Informação dos Processos Integradores e de Apoio desenvolvidos, implantados e em produção	1. junho/05 2. Agosto/05 3. Dezembro/05	1. Análise customização da Solução. 2. TDR p/ Contratação 3. Contratação dos Recursos	
08	Portal Integrador	Portal integrador de Sistemas desenvolvido, implantado e em produção	1. 31/12/04 2. Abril/05 3. Março/06	1. TDR p/ Contrat. de Consult. e aquisição de Software. 2. Celebra Contrato (s) 3. Disponibilização do Portal	EM ATRASO
09	GED/Workflow	Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED / Workflow) desenvolvido, implantado e em produção	1. 31/12/04 2. Maio/05 3. Julho/05	1. TDR p/ Contrat. de Consult. e aquisição de Software 2. Contratação dos Recursos 3. Início dos trabalhos do PILOTO SAVAJ	EM ATRASO
10	Gestão da Mudança	Plano de Ação para Gestão da Mudança elaborado e implementado	1. 15/12/04 2. 31/01/05 3. Julho/05	1. Nomeação do Responsável pela Gestão/SE (MPS) 2. TDR p/ contrat. de Consult. 3. Celebra Contrato	EM ATRASO
11	Migração	Plano Estruturante de Migração operacionalizado	1. Março/05 2. Agosto/05	1. TDR p/ Contrat. 2. Celebra Contrato (s)	EM ATRASO
12	Política de Segurança	Política de Segurança implementada	1. Julho/05 2. Janeiro/06	1. TDR p/ Contrat. de Consult. 2. Contratação dos Recursos	
13	Modelo de Dados corporativo	Modelo de Dados corporativo desenvolvido	1. 15/12/04 2. Março/05	1. TDR p/ Contrat. de Consult. 2. Contratação dos Recursos	EM ATRASO
14	Certificação Digital	Certificação digital definida e implementada	1. Julho/05 2. Outubro/05	1. TDR p/ contrat. de Consult. e Especificação dos Recursos 2. Contratação dos Recursos	
15	Business Intelligence (DW)	Sistemas Gerenciais Estratégicos (BI), desenvolvidos, implantados e em produção	1. Outubro/05 2. Abril/06	1. TDR p/ Contrat. 2. Contratação dos Recursos	
16	Rede	Infra-Estrutura de Rede Corporativa da Previdência redimensionada para atendimento aos requisitos do NMG	1. Outubro/05	1. Plano de aquisição componentes Rede	

17	Infra-Estrutura das Unidades	Unidades da Previdência Social, prioritariamente as da SRP, com infra-estrutura física, adequadas	1. Outubro/04	1. Plano de realização das Reformas	
----	------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------	-------------------------------------	--

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Instada a se manifestar acerca das razões que determinaram a ocorrência dos fatos supramencionados, bem como os procedimentos adotados no sentido de sanar tais ocorrências, os gestores da Unidade prestaram os seguintes esclarecimentos:

"Item 1 - Gerenciamento da implementação"

Este item está dividido em três partes, o apontamento se refere à infra-estrutura e consultoria em gerenciamento, não tratando capacitação, a qual está em andamento. Segue a abaixo as considerações sobre o andamento:

INFRA-ESTRUTURA - Contempla a aquisição de estações de trabalho, impressoras, projetores, softwares de gerenciamento e demais componentes necessários à operacionalização do projeto. A aquisição das estações de trabalho foi realizada em Dezembro/04, todavia a disponibilização das mesmas foi efetivada apenas em Abril/05, parte do atraso (cerca de 1 mês) se deveu a dificuldades no tombamento das mesmas pelo INSS. A aquisição dos demais componentes foi demandada em Janeiro/05 e ainda está em andamento, pois foi submetida à apreciação da DTI/MPS e posteriormente foi solicitada pela UCP/MPS a alteração da forma de contrato para viabilizar a utilização de regras de Lei 8.666/93. A previsão de conclusão desta última aquisição é julho/05, o que traz considerável impacto negativo no projeto, na medida em que restringe a qualidade da infra-estrutura disponível.

CONSULTORIA EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS: A demanda foi encaminhada à UCP em Dezembro/04, mas por orientação daquela área relativa a necessidade de gestão conjunta com a Secretaria da Receita Previdenciária - SRP, ratificada pelo Departamento de Tecnologia da Informação - DTI do MPS (ex-AETI) para garantir a unicidade desta aquisição, a mesma foi agregada ao escopo do Escritório de Métricas e Projetos, cujos Termos de Referência (TDR) estão em fase de análise pelo PNUD e BID, desde 21/03/05. A participação do INSS e da SRP neste processo restringiu-se a colaboração da redação dos TDR, sendo que a supervisão do processo tem sido conduzida pela DTI, conforme Resolução CGE/PS nº8, de 30/08/04 (DOU).

CAPACITAÇÕES: A grade de capacitação do projeto tem contemplado cursos internos e externos para equipe do projeto e para equipe cliente dos novos processos e sistemas, mas não houve, até o momento contratações de consultorias nesta área, sendo que a única demanda deste tipo orientada a uma capacitação em empowerment não foi aprovada pela UCP.

Item 2 - Anteprojeto de implementação

Concluído

Item 3 - Desenvolvimento de sistemas (fábrica de software)

Estão em andamento as seguintes contratações:

Fábrica de Software: estimada em cerca de R\$ 35 milhões para 18 meses, esta contratação subsidiará o desenvolvimento dos novos sistemas de informação. A demanda foi aprovada pelo Comitê de TI/PS e seu edital está em fase de aprovação pelo PNUD e BID (desde o final de março deste ano). A estimativa original era concluir o pleito licitatório em Junho/05, no entanto, houve atraso na elaboração do TDR inicialmente previsto para Dezembro/04, para Março/05, em função de realização de consulta pública e do endereçamento dos questionamentos elaborados pelo mercado, bem como da negativa da DATAPREV em participar da elaboração do mesmo. Em face deste atraso, a previsão de contratação é de Setembro/05, no entanto esta data depende do tramite interno do PNUD e BID. Ressalte-se, no entanto, que a atual orientação de alinhamento com a DATAPREV poderá implicar em nova revisão do processo e conseqüentemente atraso no processo. Esta contratação está sendo supervisionada pelo DTI.

Escritório de Métricas e Projetos: estimada em cerca de R\$ 5,5 milhões para 18 meses, esta contratação subsidiará o gerenciamento das atividades da fábrica de software e apoiará o gerenciamento do PINMG. A atuação da contratada compreenderá o apoio técnico necessário à elaboração das ordens de serviços repassadas à fábrica de software, incluindo a contagem de pontos de função. A demanda foi aprovada pelo Comitê de TI/PS e seu edital está em fase de aprovação pelo PNUD e BID (em conjunto com a Fábrica de Software). A estimativa original era concluir o pleito licitatório em Junho/05, no entanto, houve atraso na elaboração do TDR, inicialmente previsto para Dezembro/04, para Março/05, em função de realização de consulta pública e do endereçamento dos questionamentos elaborados pelo mercado. Em face deste atraso, a previsão de contratação é Setembro/05, no entanto esta data depende do tramite interno do PNUD e BID. Ressalte-se, no entanto, que a atual orientação de alinhamento com a DATAPREV poderá implicar nova revisão do processo e conseqüentemente atraso no processo. Esta contratação está sendo supervisionada pelo DTI. Estas contratações são fundamentais para o cumprimento dos objetivos do PINMG do INSS.

Item 4 - Infra-estrutura de TI (hardware e software) - ambientes Central e Clientes

Ambiente de Processamento Central: Esta contratação está sendo supervisionada pelo DTI (nos termos da Resolução CGE/PS nº8, de 30/08/04, DOU), encontrando-se em fase final de elaboração dos TDR, para envio ao PNUD. A estimativa desta contratação é de R\$ 40 milhões. A previsão original desta contratação era Junho/05, todavia este cronograma já está comprometido, em função da falta de consenso entre o MPS/INSS e a DATAPREV em relação à infra-estrutura definitiva para suportar o negócio. Com a redefinição de papéis entre o MPS, o INSS e a DATAPREV os trabalhos foram retomados, devendo o processo ser encaminhado para o PNUD até o final de junho/05.

Ambiente cliente:

01 - Infra-Estrutura para Implantação do Phila em 400 APS: Contempla a aquisição de 1600 monitores LCD e 465 impressoras. O edital foi concluído e a demanda de aquisição foi encaminhada à UCP/MPS em está em fase de análise por aquele setor para envio da demanda para o PNUD. Este projeto está dentro do cronograma do PINMG/INSS.

02 - Equipamentos das unidades de atendimento (do INSS) e unidades descentralizadas (da SRP). Parcialmente concluído com a aquisição, ainda em 2004 de 4.000 estações de trabalho. Está previsto para Junho/05 o início dos trabalhos para viabilização das demais aquisições contempladas no projeto, incluindo scanners, servidores e demais equipamentos necessários.

03 - Conforme exposto o acordo inicial com o Banco, que não dividia estas atividades em ações específicas, foi desmembrado, tendo atividades adiantadas, outras em dia e outras com data posterior a inicialmente prevista, mas em conformidade com o planejamento do PINMG.

Item 5 - Detalhamento dos macroprocessos

O PINMG não contemplou aquisições neste item. Os trabalhos estão em curso, no âmbito do INSS e da SRP. No INSS, até a presente data já foram detalhadas mais de 1500 tarefas, sem atraso no cronograma. A definição das equipes foi formalizada a partir da Portaria 4189/2004 da Diretoria Colegiada do INSS, pela natureza do projeto são editadas novas Portarias na medida em que o mesmo progride em suas atividades. Na SRP, há um pequeno atraso no cronograma inicial, em função da estruturação da nova Secretaria da Receita Previdenciária (criada pela Lei nº 11.098, de 13 de janeiro de 2005).

Item 6 - Auditoria em Sistemas

Parte desta aquisição foi contemplada no escopo do Escritório de Métricas e Projetos, tratado no item 3, porém haverá uma nova contratação cujo TDR está em estudo para auditar os processos de migração de dados, prevista para o segundo semestre deste ano.

Item 7 - Contratação de SW de mercado para os Processos Integradores e de Apoio (GRP)

Esta ação ainda está em fase de estudo. A proposta de trabalho para a mesma está sendo avaliada a partir deste mês pela Diretoria Colegiada do INSS, contemplando inicialmente a demanda de gestão de imóveis operacionais e não operacionais. O cronograma previsto junto ao BID ainda não foi comprometido.

Item 8 - Portal Integrador

Esta aquisição está englobada no escopo da contratação da Fábrica de Software, tratada no item 3. A ação está sendo supervisionada pelo DTI, sendo que o PINMG tem preparado sua equipe para participar do mesmo, mediante cursos internos e externos.

Item 9 - GED/Workflow

O projeto piloto desta ação, Projeto SAVAJ, está em andamento. O TDR está em fase final de conclusão e aguarda complementação de

recurso pelo MPS, para início do processo licitatório. Discussões relacionadas à insuficiência de recursos orçamentários na rubrica do PROPREV, para a implantação do piloto, além da necessidade de contemplar demandas da PREVIC (Superintendência de Previdência Complementar), que não é beneficiária do referido Programa, em vista do caráter corporativo da solução, acarretaram atrasos no processo.

O PINMG iniciará, ainda no primeiro semestre deste ano, ações em GED para o alinhamento das ações de organização de arquivos, coordenadas pela área de Logística, visando alinhar ambos os projetos e viabilizar a implantação do processo de Gestão de Documentos.

Item 10 - Gestão da mudança

Esta ação está a cargo da Secretaria Executiva. O PINMG/INSS tem uma equipe interna tratando o assunto, mas que não tem autonomia para atuar sem orientação da Secretaria-Executiva, do MPS. Há uma proposta de utilização de recursos desta ação para o Projeto de Gestão do Atendimento - PGA.

Item 11 - Plano Estruturante de Migração:

Esta ação, que cuida da migração dos dados do ambiente legado para o novo, não foi iniciada, dependendo da definição da infraestrutura central de processamento (referida no item 4).

Item 12 - Política de Segurança

Esta ação está em conformidade com o cronograma, no entanto aguarda a estruturação das áreas operacionais de segurança no MPS e INSS para sua implementação. A contratação está em fase de estudo.

Item 13 - Modelo de Dados Corporativo:

Esta ação trata da contratação de recursos para apoiar a construção do novo modelo lógico de dados, concebido no NMG, com os ajustes advindos da criação da SRP. A contratação está em fase de estudo, devendo seu processo ser encaminhado com o engajamento da DATAPREV no PINMG.

Item 14 - Certificação Digital:

No prazo. Esta ação está prevista para o próximo ano, dependendo das definições de processos e pessoas a serem certificados, no curso do desenvolvimento do NMG. Estudos de viabilidade e custos de utilização desta tecnologia foram desenvolvidos no âmbito do MPS.

Item 15 - Business Intelligence (DW):

Parte desta aquisição foi contemplada no item 3 (Fábrica de Software), estando a aquisição de ferramentas associadas à implantação de processos cujo início está previsto para o 1º trimestre/2006.

Item 16 - Infra-Estrutura de Rede:

No prazo. Esta contratação está em fase final de especificação por parte da DATAPREV e viabiliza a substituição dos hubs nas unidades da Previdência Social, melhorando o gerenciamento, a performance e a qualidade da rede de dados. Foi definida a aquisição de 2.540 switches de rede, a um custo estimado em R\$ 8,5 milhões. A previsão de conclusão contratação é Setembro/05. O PINMG e CGTI/INSS aguardam as referidas especificações desde a segunda quinzena de Abril/05 para iniciar o processo licitatório. Esta contratação está com cronograma adiantado em relação ao acordo com o BID.

Item 17 - Infra-estrutura física das unidades:

Esta ação está sob coordenação da SE/MPS e não foi iniciada. Há uma proposta de utilização de pelo menos 1/3 dos recursos da mesma no INSS ainda este ano."

RESPONSÁVEL (EIS) POTENCIAL (IS)

CPF	NOME	CARGO
008.349.391-34	Carlos Gomes Bezerra	Diretor Presidente do INSS
064.542.168-53	Rogério Gragnani Leite	Coordenador da UEL/INSS
054.351.961-91	Marlene da Silva Prado	Coordenador da UEL/INSS
185.232.428-72	Roberto Unti	Coordenador da UEL/INSS

AVALIAÇÃO DA SFC:

Conforme descrito nos parágrafos anteriores e nas justificativas apresentadas pelos gestores, verifica-se que as ações estabelecidas no Plano de Ação 2005/2006 não foram devidamente realizadas.

Na análise procedida no citado Plano de Ação, identifica-se que, apesar da ocorrência de ações em nível operacional, o Plano constitui-se em uma tentativa de sanar as causas dos problemas gerenciais identificadas nos três primeiros anos de execução do PROPREV, quais sejam: i) atraso na concepção e apresentação dos produtos do Novo Modelo de Gestão do INSS; ii) falta de definições estratégicas na área de Tecnologia da Informação; iii) atuação desintegrada entre os gestores responsáveis pelas áreas administrativas e técnicas; e iv) ausência de cultura de planejamento no âmbito do projeto.

Constam do referido Plano ações claramente voltadas para o planejamento, dentre as quais se destacam a elaboração do Plano de Contratações, elaboração do Plano de Aquisições, previsão de viagens para 2005 e Apresentação do Planejamento para realização de eventos, workshops, seminários.

Constatamos que a Unidade de Coordenação de Projetos do MPS - UCP/MPS vem adotando medidas no sentido de aprimorar o processo de coordenação e supervisão do PROPREV, instando as unidades técnicas a adotarem ações mais abrangentes visando a

elaboração das peças de planejamento necessárias para a execução do projeto. Contudo, verificamos que a Unidade, no exercício de 2004, executou suas atividades para o atendimento às demandas realizadas, não possuindo, no projeto, um processo sistemático de planejamento das ações a serem desenvolvidas.

A evidência de que o Projeto carece de um planejamento em um nível mais detalhado se dá quando constatada a falta do Planejamento Anual das Atividades, elaborado de forma tempestiva e integrada; a concessão de diárias como resultado de atendimento as demandas realizadas pelas Unidades; a ausência de um Plano de aquisições; e a falta do Plano de Capacitação no âmbito do Projeto, fatos estes verificados pela própria UCP/MPS em documentação interna.

RECOMENDAÇÃO:

No sentido de que seja reduzida ou eliminada a ocorrência das situações apontadas, sanadas as causas dos gargalos gerenciais identificados na execução do Projeto e tendo em vista que a não execução, até outubro de 2005, de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos recursos orçamentários de ingresso do BID e o comprometimento de pelo menos 35% desses recursos, implicará no cancelamento automático dos recursos programados e não executados, para o período, conforme contido no Plano de Ação/Operação para prorrogação do Prazo de execução do PROPREV, recomendamos a Diretoria Colegiada o seguinte:

- a) Elaboração do planejamento anual detalhado e integrado das ações do projeto, contendo, dentre outros que se fizerem necessários, o plano de aquisições, contratações, capacitação e viagens, bem como seja estabelecido uma estruturação orçamentária vinculada às diretrizes do planejamento, de modo a permitir a clara identificação dos elementos de programação (diretrizes, objetivos, metas setoriais e estratégicas, ações e seus respectivos indicadores) e seus correspondentes custos, prazos, especificações e quantidades previstos;
- b) Providências no sentido de que sejam atendidas as metas operacionais definidas no Plano de Ações 2005/2006;
- c) Determine, considerando as competências institucionais da Coordenação-Geral de Controladoria e com vistas a garantir a consistência das informações prestadas, à citada Unidade a centralização do fornecimento de informações acerca da programação e execução de metas dos projetos financiados com recursos externos, executados no âmbito do INSS;
- d) Implantação de metodologia de gerenciamento do projeto, procedendo ao monitoramento e a aferição contínua dos desempenhos alcançados, visando a identificação e correção dos desvios e das causas gerenciais que determinaram tais ocorrências, garantindo, dessa forma, a consecução dos resultados pretendidos com o PROPREV.

5.2 SUBÁREA - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

5.2.1 ASSUNTO - EFICIÊNCIA DOS RESULTADOS - CONSISTÊNCIAS DOS INDICADORES

5.2.1.1 CONSTATAÇÃO:

O INSS não procedeu à devida descrição, no relatório de gestão, dos indicadores de desempenho utilizados na avaliação da gestão da Unidade.

Conforme determinado na Instrução Normativa nº 47, de 27.10.2004, e Decisão Normativa nº 62, de 27.10.2004, do Tribunal de Contas da União, deve constar, como peça do processo de contas da Unidade, o Relatório de Gestão contendo item com os indicadores utilizados para avaliar o desempenho da gestão, bem como suas descrições, tipos, fórmulas de cálculo e métodos de medição, além dos responsáveis pelo cálculo e medição dos referidos indicadores.

Nas análises realizadas no processo de prestação de contas, constatamos que não foram relacionados no relatório de gestão da Unidade os indicadores requeridos pelas citadas normativas para a Diretoria de Receitas Previdenciárias, Procuradoria Federal Especializada Junto ao INSS, Diretoria de Recursos Humanos e Diretoria de Orçamento e Finanças.

No que se refere às outras áreas do INSS, em especial a Auditoria-Geral, Coordenação-Geral de Controladoria, Coordenação Geral de Tecnologia da Informação, Unidade de Execução Local - UEL/INSS, Gerência de Projetos e Coordenação-Geral de Apoio à Diretoria Colegiada, verificamos que o assunto não foi abordado de forma adequada. No tópico utilizado com o propósito de descrever os indicadores das unidades citadas, foram relacionados instrumentos de controle em lugar do indicador propriamente dito. Registramos, a título de exemplo, as seguintes denominações identificadas: i) "Sistema de Informações Gerenciais da Auditoria - SIGA"; ii) "SGP - Sistema de Acompanhamento do Planejamento"; e iii) "Ação Permanente com o Serviço de Administração de Contratos".

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Instada a se manifestar acerca dos motivos que determinaram à ausência, no relatório de gestão da Unidade, dos indicadores de desempenho e descrição inadequada dos que compuseram o citado relatório, bem como os procedimentos adotados no sentido de sanar tais ocorrências, os gestores da Unidade prestaram os seguintes esclarecimentos, por meio do Ofício/INSS/DC nº 506, de 30 de maio de 2005:

"Culturalmente a instituição INSS começou a expor seus números, através de uma ação integrada de planejamento do

ano de 2000. Evoluções houve, mais a cultura de indicadores ainda não foi absorvida. Para o exercício de 2006, estamos direcionando toda a metodologia na formulação do Planejamento Anual Integrado para a construção de metas que reflitam desafios e que venham a facilitar formas de medição satisfatória ao acompanhamento da Gestão do Regime Geral de Previdência Social."

RESPONSÁVEL (EIS) POTENCIAL (IS)

CPF	NOME	CARGO
008.349.391-34	Carlos Gomes Bezerra	Presidente do INSS
610.221.601-68	Marcelo Soares Alves	Coordenador-Geral da Controladoria
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
471.824.900-72	Eduardo Basso	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui Cesar de V. Leitão	Diretor de Benefício
167.029.566-49	Carlos Roberto Bispo	Diretor de Receita Previdenciária
271.873.144-34	Lieda Amaral de Souza	Diretor de Receita Previdenciária
002.358.468-80	Ocenir Sanches	Diretor de Receita Previdenciária

AValiação DA SFC:

Após análise das justificativas encaminhadas pelos gestores da Unidade, verifica-se que as questões apontadas não serão corrigidas no próximo exercício. Conforme informação contida na resposta apresentada os indicadores de gestão, no âmbito do INSS, serão construídos apenas para o exercício de 2006.

RECOMENDAÇÃO:

Dessa forma, tendo em vista a informação prestada pelos gestores, sobre a construção de indicadores apenas para o exercício de 2006, a determinação contida na Instrução Normativa nº 47, de 27.10.2004, e Decisão Normativa nº 62, de 27.10.2004, do Tribunal de Contas da União, as competências institucionais definidas para a Coordenação-Geral de Controladoria, e considerando serem os indicadores de desempenho o instrumento viabilizador da avaliação da tendência e convergência das ações em relação aos resultados esperados, constituindo-se em ferramenta indispensável ao aprimoramento dos processos gerenciais de qualquer unidade, recomendamos à Unidade a adoção, ainda no exercício de 2005, em complemento aos já existentes, os seguintes indicadores de desempenho por área:

Indicador	Propósito	Forma de Cálculo/Medição
Diretoria de Benefícios		
Média de Peritos por APS.	Medir a capacidade de realização de perícias médicas por APS.	Razão entre o número de peritos médicos em efetiva atuação e o número de APS.
Média de Emissão de Laudos Periciais Médicas.	Medir a capacidade de produção de laudos periciais.	Razão entre o número de laudos periciais emitidos no período e o número de médicos peritos existentes.
Tempo Médio de Atendimento Pericial.	Medir a tempestividade do atendimento pericial	Razão entre somatório de horas de todos os atendimentos realizados no período e o número de atendimentos
Qualidade no Atendimento Pericial.	Medir o nível de distinção do atendimento pericial em relação às reclamações e denúncias existentes	Razão entre o número de reclamações e denúncias recebidas acerca do atendimento pericial e o total de reclamações e denúncias recebidas.
Resolutividade de Falhas Cadastrais.	Medir a capacidade de solução das falhas identificadas no cadastro de benefícios.	Razão entre o número de falhas corrigidas e a quantidade de falhas cadastrais identificadas.

Indicador	Propósito	Forma de Cálculo/Medição
Correção de Causas Cadastrais	Medir o nível de comprometimento na correção das causas de situações cadastrais inconsistentes	Razão entre o número de causas corrigidas e a quantidade de causas identificadas.
Volume de Recursos no CRPS	Medir a capacidade da revisão em reduzir litígios	Razão entre o total de recursos decorrentes de revisão no CRPS, e o total de processos revisados.
Qualidade das decisões	Medir o grau de aderência das decisões de linha em relação às decisões do CRPS (desconsiderando as revisões lineares)	Razão entre o número de decisões do CRPS aderentes às decisões de linha e o total de decisões de linha com recursos decorrentes de revisão julgados.
Procuradoria		
Tempestividade da atuação da Procuradoria	Medir a capacidade da Procuradoria em acompanhar e atender os prazos judiciais.	Confronto entre os prazos definidos para defesa ou prestação de informações e suas efetivas apresentação.
Percentual de julgamentos favoráveis	Medir a efetividade da atuação da Procuradoria.	Razão entre o número de ações favoráveis, em função da atuação da Procuradoria, e o total de ações julgadas.
Participação da defesa judicial em litígios.	Medir a eficácia da atuação da Procuradoria no que se refere ao nível de participação da defesa judicial nos litígios.	Razão entre o número de litígios defendidos e a quantidade de litígios julgados.
Diretoria de Recursos Humanos		
Adequabilidade na distribuição dos recursos humanos.	Medir o equilíbrio da distribuição de recursos humanos entre as áreas finalísticas e as áreas meio.	Razão entre a quantidade de servidores alocados na área fim e a quantidade de servidores alocados na área meio.
Utilização de Terceirizados em atividades Fim.	Medir o percentual de contratados exercendo atividades em áreas finalísticas da organização.	Razão entre número de contratados exercendo atividades em áreas finalísticas e a quantidade de recursos humanos alocados nessas áreas.
Aderência das capacitações realizadas às previstas.	Medir a capacidade que o setor de recursos humanos tem de coordenar a aplicação do plano de capacitação da instituição.	Confronto entre ações executadas e as previstas no plano de capacitação do INSS.
Concessão de diárias e passagens em feriados e finais de semana.	Medir a ocorrência de concessões de diárias e passagens em situações irregulares.	Razão entre o número de diárias e passagens concedidas em feriados e finais de semana e a quantidade total.
Perfil e dimensionamento da força de trabalho.	Medir o mapeamento das competências e dimensionamento da força de trabalho da instituição.	Razão entre os servidores com competências mapeadas e o número total de servidores.
Qualidade cadastral dos servidores.	Medir a qualidade do cadastro de servidores da instituição.	Razão entre a quantidade de registros com falhas e o número total de registros.
Diretoria-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade		
Perda de Créditos	Medir o percentual de créditos orçamentários não utilizados.	Razão entre o total de créditos orçamentários devolvidos e o total recebido.
Multas e juros por mora	Medir o percentual de multas e juros pagos.	Razão entre a soma dos valores pagos, a título de multas e juros, e os valores totais pagos.
Conformidade Contábil	Medir a qualidade da conformidade contábil.	Razão entre a quantidade de conformidades contábeis não procedidas e o número total de documentos registrados.
Qualidade da Conformidade Documental.	Medir a qualidade da conformidade documental	Razão entre a quantidade de conformidades documentais não procedidas e o número total de documentos registrados.
Percentual de estoque de TCEs.	Medir o grau de celeridade na instauração de Tomada de Contas Especiais.	Razão entre a quantidade de TCEs instauradas e o total de TCEs demandadas.
Prazo Médio de Processos Licitatórios	Medir a tempestividade dos processos licitatórios.	Razão entre o tempo despendido e o número de total de processos (calculado por modalidade).
Utilização da Modalidade Pregão.	Medir o nível de utilização da Modalidade Pregão em relação às demais modalidades	Razão entre a quantidade de processo na modalidade pregão e o número total de processos.
Compatibilidade dos Preços Praticados	Medir o nível de compatibilidade entre os	Razão entre a média dos preços contratados e a média dos preços

Indicador	Propósito	Forma de Cálculo/Medição
	contratados pela instituição e os preços praticados no mercado.	praticados no mercado.
Universalização de fornecedores.	Medir o nível de acessibilidade dos fornecedores às compras da instituição	
Auditoria-Geral		
Ações Corretivas Negociadas e Implementadas.	Medir a eficácia da atuação da auditoria	Razão entre o número de ações corretivas implementadas e a quantidade de ações corretivas negociadas.
Melhorias Gerenciais Obtidas.	Medir a efetividades da ação da auditoria no que se refere às melhorias gerenciais obtidas pela instituição por conta da implementação de suas recomendações.	Razão entre o número de melhorias gerenciais obtidas e a quantidades de ações corretivas negociadas.
Economias Obtidas.	Medir a efetividades da ação da auditoria no que se refere às economias obtidas pela instituição por conta da implementação de suas recomendações.	Razão entre o número de economias obtidas e a quantidades de ações corretivas negociadas.
Coordenação-Geral de Controladoria		
Eficácia das Aferições Gerenciais.	Medir o cumprimento de Quantidades e Prazos estabelecidos das Aferições	Cotejamento entre Quantidades e Prazos Estabelecidos e Atingidos.
Economicidade das Aferições Gerenciais.	Medir o cumprimento de Custos estimados das Aferições	Cotejamento entre Custos Estimados e Custos Incorridos.
Eficiência das Aferições Gerenciais.	Medir o cumprimento combinado das Quantidades e Prazos estabelecidos com os Custos estimados das Aferições	Cotejamento entre Quantidades, Prazos e Custos Definidos e Quantidades, Prazos e Custos Atingidos.
Qualidade das Aferições Gerenciais.	Mede o cumprimento das Especificações estabelecidas para as Aferições.	Cotejamento entre Especificações Estabelecidas e Especificações Atingidas.
Efetividade das Aferições Gerenciais.	Mede a efetiva aplicação das Aferições (na tomada de decisão) pelos gestores do INSS.	Identificação de Decisões Gerenciais Tomadas em função de Aferições Realizadas.
Unidade de execução local INSS		
Tempestividade das Prestações de Contas	Medir a capacidade que a UEL/INSS possui de coordenar os projetos sob sua responsabilidade.	Confronto entre os prazos definidos para a Prestação de Contas e as Datas de efetiva apresentação.
Incidência dos acompanhamentos e avaliações na execução de Projeto.	Mensurar a qualidade técnica dos acompanhamentos e avaliações da execução dos Projetos realizados pela Unidade.	Razão entre a quantidade de ajustes realizados nos Projetos, decorrentes de intervenção da UEL/INSS, e o total de proposições de ajustes à Execução dos Projetos propostos pela Unidade.
Aderência das Execuções aos Padrões definidos.	Medir a capacidade que a UEL/INSS possui de coordenar os Projetos sob sua responsabilidade.	Razão entre a quantidade de ações executadas, no âmbito dos Projetos, e o total de ações previstas no planejamento.
Coordenação-Geral de TI		
Corregedoria Geral		
Agilidade das Apurações de responsabilidade	Mede o nível de tempestividade das apurações	Razão entre a soma de processos prescritos (por Falta de Apuração) e a quantidade de processos instaurados
Gerências Executivas		
Eficácia das Programações Operacionais das GEX	Medir o percentual de Gerências Executivas com programações operacionais definidas - e no prazo estabelecido.	Razão entre o total de Programações Operacionais e o número total de Gerências Executivas
Qualidade das Programações Operacionais das GEX	Medir o cumprimento das Especificações das programações operacionais das Gerenciais Executivas	Cotejamento entre Especificações Estabelecidas e Especificações Atingidas
Efetividade das Programações Operacionais das GEX	Medir o grau de utilização das programações nas rotinas e operações executadas pela GEX	Identificação de rotinas operacionais executadas em função de programações

Indicador	Propósito	Forma de Cálculo/Medição
Comprometimento com as Ações Corretivas	Medir o nível de implementação de recomendações dos agentes de controle	Razão entre o total de Correções Implementadas e a quantidade total de determinações e recomendações procedidas
Incidência das Reclamações	Medir a proporcionalidade de reclamações - em relação ao nº de benefícios na GEX	Razão entre a quantidade de Reclamações e o Volume de Benefícios geridos na GEX
Incidência das Denúncias	Medir a proporcionalidade de denúncias - em relação ao nº de benefícios na GEX	Razão entre a quantidade de Denúncias e o Volume de Benefícios geridos na GEX
Qualidade dos Atos Correicionais	Medir o nível de incidência das sindicâncias e PADs.	Razão entre a quantidade de processos conclusivos e a quantidade de processos instaurados
Qualidade da Segurança Física na Gestão da Informação	Medir a ausência de vulnerabilidades físicas no gerenciamento informacional	Cotejamento entre as regras de segurança física atendidas e a quantidade de regras de segurança física existentes

5.2.1.2 INFORMAÇÃO:

Com o propósito de avaliar a Unidade acerca dos resultados alcançados e de seu desempenho, procedemos à análise do Plano Anual Integrado do INSS - PAI, referente ao exercício de 2004.

Conforme documentação disponibilizada, verificamos que constam do PAI-2004 57 metas agrupadas em cinco áreas de interesse: Combate a Sonegação e Evasão Fiscal, Reconhecimento de Direitos, Recuperação de Créditos, Profissionalização e Gerência Executiva Empreendedora.

Após análise do referido Plano, constatamos o baixo índice de execução das metas propostas. Com base nas informações contidas no Sistema de Gerenciamentos de Planos - SGP, verificamos que das cinquenta e sete metas previstas no PAI-2004 apenas 21 (vinte e uma) metas foram atingidas, que representa apenas cerca de 37%, sendo que para o restante das metas, 36 (trinta e seis), cerca de 63%, a Unidade não alcançou resultados positivos, o quadro a seguir apresenta os resultados obtidos pelo INSS.

Relação das Metas INSS PAI-2004

Especificação	Unidade de Medida	Quantidade		
		Previsão	Execução	%
Reconhecimento de Direito				
1.100 - Orientação do Reconhecimento do Direito a 78.000 segurados, referentes aos benefícios previdenciários e assistenciais.	Segurado Informado	78.000	79.131	101,5
1.101 - Concluir 11.556.833 processos de benefícios previdenciários (concessão, revisão, manutenção, CTC, COMPREV, recursos, SABI, PREVMÓVEL)	Processos concluídos/mês	11.529.392	6.421.584	55,7
1.102 - Garantir 1.440 deslocamentos/mês para a DIRBEN e Coordenações Gerais atuarem em todo o território nacional nas políticas estratégicas da área de benefícios, considerando 960	Deslocamentos/mês	1.440	1.313	91,18

participantes em fóruns, 240 supervisões nas GEX e APS e 240 participantes de GT sobre uniformização de procedimentos e validação de sistemas.				
1.103 - Despender até R\$ 22 milhões, visando custear a defesa do INSS em Juízo, no contencioso judicial de benefícios e matérias não fiscais, com a produção de 580.106 peças processuais, através da atuação de advogados constituídos e deslocamentos de Procuradores e Servidores.	Peças Processuais Produzidas	580.106	598.548	103,2
1.105 - Promover a realização de 3.182.113 perícias médicas, utilizando os profissionais credenciados.	Perícias Médicas realizadas/mês	3.182.113	4.620.262	145,19
1.106 - Despender até R\$ 6 milhões com o pagamento de laudos produzidos em Perícias Médicas Judiciais decorrentes da atuação de Assistentes Técnicos nas ações de Benefício e Acidente de Trabalho	Laudos periciais produzidos	46.670	33.059	70,84
1.107 - Promover o Programa de Reabilitação Profissional a 48.000 segurados	Segurado Inscrito em Processo de Reabilitação	42.151	50.646	120,2
1.108 - Implantar o REABILITA em 182 APS	APS implantada o REABILITA	170	44	25,88
1.109 - Implantação do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade em 692 das unidade do INSS	APS com SABI implantado	692	141	20,38
1.110 - Realizar revisão de 902.433 benefícios de prestação continuada (BPC/LOAS).	Benefícios revisados/mês	902.726	159.488	17,67
1.111 - Concluir 767.487 processos de benefícios de prestação continuada BPC/LOAS no ano de 2004.	Processos concluídos/mês	818.193	791.397	96,72
1.112 - Promover procedimentos e deslocamentos do profissional da área Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS visando a realização de 3.486.806 perícias médicas no ano de 2004.	Perícias Médicas realizadas/mês	3.486.761	3.688.187	105,8
1.113 - Promover a realização de 194.164 Exames Complementares + Pareceres Especializados, utilizando os profissionais/entidades credenciados.	Exames/Pareceres realizados	194.236	80.368	41,38
1.114 - Supervisionar a transferência e revisão dos 86.962 benefícios de Encargos Previdenciários da União (estatutários, anistiados, RFFSA).	: Benefícios revisados/mês	86.962	0	0
Profissionalização				
2.200 - Oportunizar pelo menos uma ação de capacitação para os servidores das áreas meio e gerencial em Processos de Qualificação e Requalificação, totalizando 17.589 oportunidades.	Servidores Treinados	17.589	18.015	102,4
2.201 - Oportunizar pelo menos uma ação de capacitação no monitoramento da arrecadação e recuperação de créditos previdenciários para os servidores da área de arrecadação, cobrança, fiscalização, recuperação de créditos e procuradoria, totalizando 9.009 oportunidades.	Servidores Treinados	9.009	15.090	167,0

2.202 - Oportunizar pelo menos uma ação de capacitação no reconhecimento de diretos previdenciários para os servidores da área de benefícios, totalizando 11.154 oportunidades.	Servidores Treinados	11.154	14.722	131,9
2.203 - Oportunizar pelo menos uma ação de capacitação nos processos de qualidade e melhoria contínua para os servidores de PS, totalizando 5.148 oportunidades.	Servidores Treinados	5.148	7.616	147,4
2.204 - Capacitar 823 servidores como multiplicadores do conhecimento previdenciário para atuarem como representantes da instituição junto à sociedade.	Servidor Capacitado	823	903	109,72
Gerência Executiva Empreendedora				
3.300 - Realizar 03 eventos por GEX de forma a garantir a excelência dos serviços e ampliação do controle social, avaliando 1.147 Unidades de Atendimento da Previdência Social.	APS Avaliada/Mês	1.301	1.171	90,01
3.301 - Promover 900 deslocamentos de Procuradores e Servidores nas Unidades Descentralizadas e Direção Central nas ações de supervisão.	Deslocamentos/mês	900	766	85,11
3.302 - Promover 900 deslocamentos para o desenvolvimento de ações da DOFL, que resultem diretamente no Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários.	Deslocamentos/mês	900	1.921	213,4
3.303 - Promover 300 deslocamentos para o desenvolvimento de ações da DRH, na Direção Central, que resultem diretamente no Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários.	Deslocamentos/mês	300	200	66,67
3.304 - Promover 1.500 deslocamentos para o desenvolvimento de ações da Superintendência que resultem diretamente no Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários.	Deslocamentos/mês	3.934	1.456	37,01
3.305 - Promover 16.000 deslocamentos para o desenvolvimento de ações da Gerência-Executiva que resultem diretamente no Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários.	Deslocamentos/mês	15.359	14.910	97,08
3.306 - Realizar 06 ações com vistas a incrementação do Programa de Qualidade do INSS.	Ações Realizadas	6	4	66,67
3.307 - Despender até R\$ 25,7 milhões no funcionamento dos serviços administrativos da Direção Central.	R\$ despendidos/mês	25.700.000,00	9.853.837,90	38,34
3.308 - Promover 425 ações de auditoria para avaliar a eficácia dos controles internos e a eficiência das áreas do INSS no cumprimento de suas atribuições, aplicação das normas e dos recursos disponíveis.	Auditorias realizadas/mês	425	251	59,06
3.310 - Instaurar 995 Processos Administrativos	Processos instaurados/mês	995	940	94,47

3.311 - Despender até 282 milhões com despesa de manutenção geral das Unidades Administrativas Descentralizadas do INSS.	R\$ despendidos/mês	302.456.650,20	326.292.306,00	108,5
3.312 - Remover ex-ofício 592 servidores, visando a adequação do Quadro de Pessoal	Servidor removido/mês	592	629	106,3
3.313 - Despender até R\$ 2 milhões/mês para custear o encaminhamento de correspondência para os segurados/contribuintes/empresas - Nacional (FAC).	R\$ despendidos/mês	24.000.000,00	13.558.787,00	56,49
3.314 - Assegurar a reformulação de 130 APS nos moldes propostos no Programa de Melhoria do Atendimento Social	APS reformuladas/mês	130	39	30
3.315 - Promover 280 deslocamentos para viabilização de 03 projetos na CGTI.	Deslocamentos/mês	280	422	150,7
3.319 - Despender até R\$ 96,3 milhões com a remuneração de serviços prestados no recolhimento de guias e pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais.	R\$ despendidos/mês	96.300.000,00	574.133,00	0,6
3.320 - Despender até R\$ 374,8 milhões no pagamento dos serviços contratados à Dataprev.	R\$ despendidos/mês	374.840.068,76	368.802.780,36	98,39
3.321 - Promover visitas a 40% dos agentes pagadores de benefícios cadastrados para acompanhamento do atendimento ao beneficiário.	Visitas realizadas/mês	12.000	27.364	228
3.322 - Instaurar 285 processos de tomada de contas especial - TCE, nas Gerências Executivas do INSS.	Processos instaurados/mês	285	249	87,37
3.324 - Localizar R\$ 660 milhões em bens visando subsidiar a Procuradoria do INSS nas ações de cobrança judicial.	Créditos Localizados (R\$)	660.000.000,00	777.252.606,00	117,8
3.325 - Promover ações contra atos lesivos nas áreas de arrecadação, cobrança, dívida ativa e CND envolvendo o montante de R\$ 400 milhões.	Créditos Localizados (R\$)	440.000.000,00	623.123.847,00	141,6
3.326 - Promover a contratação de 8.198 estagiários/mês em todas as Gerências-Executivas, Superintendências e Direção Central.	Estagiário mantido/mês	98.376	72.714	73,91
3.327 - Implementar ações específicas nas unidades da federação, visando identificar pessoas, quadrilhas, grupos e organizações criminosas que atuam em fraudes e corrupção contra a Previdência Social, objetivando identificar 30.000 benefícios com indícios de irregularidades.	Benefícios irregulares levantados/Mês	30.000	8.060	26,87
3.328 - Promover 500 deslocamentos para o desenvolvimento de ações da Presidência, que resultem diretamente no Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários	Deslocamentos/mês	500	486	97,2
3.329 - Manter a contratação de 240 mensageiros mirins (CESAM) onde houver contratos existentes.	Jovem mantido/Mês	240	1.041	433,8
3.330 - Administração de imóvel não operacionais com colocação para desimobilização de 800 imóveis não operacionais.	Imóvel regularizado ou alienado	800	0	0

3.333 - Disseminar a cultura de gerenciamento de riscos através da realização de 10 oficinas de trabalho, obtendo como resultado a mitigação do volume de vulnerabilidades identificadas.	Oficinas realizadas/mês	10	12	120
3.340 - Atender 800 mil pessoas por meio de ações de conscientização e informação, realizadas pelo Programa de Educação Previdenciária - PEP.	Pessoa atendida	800.000	530.709	66,34
3.341 - Treinar 10 mil pessoas por meio de cursos de formação de disseminadores das informações previdenciárias, realizados pelo Programa de Educação Previdenciária - PEP.	Pessoa treinada	10.250	7.662	74,75
3.385 - Despender até R\$ 43,1 milhões para o pagamento de auxílio-alimentação, devida a 44.347 servidores/mês, conforme legislação vigente.	Servidores/Dependentes Beneficiados	532.164	486.193	91,36
3.386 - Despender até R\$ 27,1 milhões para o pagamento de auxílio-transporte, devida a 33.565 servidores/mês, conforme legislação vigente.	Servidores/Dependentes Beneficiados	402.780	350.594	87,04
3.387 - Despender até R\$ 9,6 milhões para o pagamento de assistência pré-escolar, devida a 10.132 servidores/mês, conforme legislação vigente.	Servidores/Dependentes Beneficiados	121.584	62.056	51,04
3.388 - GEAP - Garantir assistência médico-odontológica a servidores e dependentes do INSS.	Servidores/Dependentes Beneficiados	3.858.468	2.292.209	59,41
3.399 - Promover 1.068 deslocamentos de servidores envolvidos com a implementação do Projeto de Gestão do Atendimento.	Deslocamentos/mês	1.068	1.334	124,9
Combate à Sonegação e Evasão Fiscal				
6.600 - Promover a Orientação Técnica em Receitas Previdenciárias à clientela interna e externa, através da realização de 5.580 orientações (Respostas à Consulta, Reuniões de Serviço, Palestras, Seminários, Workshops, etc.), priorizando utilização intensiva da tecnologia.	Orientações Realizadas	5.580	2.966	53,15
6.601 - Arrecadar 92,6 bilhões de reais no ano de 2004.	Créditos arrecadados/mês	92.600.000.000	81.043.825.797	87,52
6.603 - Despender até R\$ 14,2 milhões para o pagamento de indenizações de transporte, devida a servidores, conforme legislação vigente.	R\$ despendidos/mês	14.200.000,00	13.780.722,95	97,05
Recuperação de Créditos				
4.400 - Arrecadar R\$ 2,0 bilhões através da atuação das Procuradorias.	Crédito Arrecadado (R\$)	2.000.000.000	3.641.032.744	182,1

No que se refere à avaliação crítica dos resultados alcançados e do desempenho da Unidade, esclarecemos que, apesar do baixo índice de execução das metas proposta, qualquer avaliação de resultados torna-se inviável no âmbito do INSS, tendo em vista os fatos descritos nos itens 5.2.2.1 e 5.2.2.2 que apontam a ausência de indicadores de desempenho e a falta de consistência das metas definidas no PAI-2004.

5.2.2 ASSUNTO - QUALIDADE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS

5.2.2.1 CONSTATAÇÃO:

Assunção pelos gestores do INSS, no exercício de 2004, de metas inconsistentes e ausência de integração entre o planejamento e o orçamento.

Com o propósito de evidenciar, no âmbito do INSS, a utilização do planejamento como uma ferramenta consistente que viabiliza, em função dos objetivos institucionais, a avaliação de implicações futuras das decisões adotadas no presente e instrumento de mudança da instituição, procedemos à análise do Plano Anual Integrado do INSS - PAI, referente ao exercício de 2004.

Conforme documentação disponibilizada, verificamos que constam do PAI-2004 57 metas de execução centralizadas e descentralizadas, agrupadas em cinco áreas de interesse, quais sejam, Combate a Sonegação e Evasão Fiscal, Reconhecimento de Direitos, Recuperação de Créditos, Profissionalização e Gerência Executiva Empreendedora.

Para monitoramento do referido plano, os agentes responsáveis utilizam como instrumento o Sistema de Gerenciamentos de Planos - SGP, aplicação disponível na Intraprev, com alimentação automática (execução orçamentária) e manual (quantidades atingidas) dos dados existentes.

Constituem-se como principais agentes, no que se refere à alimentação do SGP, os Orientadores Técnicos das Metas. Esses, os Orientadores Técnicos das Metas, possuem como atribuições a alimentação mensal do SGP com informações das metas, o acompanhamento e zelo pelo cumprimento das metas e a apresentação, à Diretoria Colegiada, de relatórios trimestrais acerca do cumprimento das metas.

Outro agente que merece destaque no processo de planejamento e avaliação da execução no âmbito do INSS é a Coordenação-Geral de Controladoria, tendo em vista ser essa Unidade a viabilizadora, sob a ótica técnica, do planejamento da instituição e a aferidora dos resultados obtidos. Dentre as competências institucionais vinculadas à referida Unidade destacamos, dentre outras, as seguintes:

- a) Assistir à Diretoria Colegiada na elaboração de planos e programas globais que constituem o Plano Anual de Ação do INSS, bem como em projetos voltados para a sua modernização administrativa;
- b) Propor à Diretoria Colegiada diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do INSS;
- c) Acompanhar e controlar os resultados obtidos com a aplicação dos padrões, sistemas e métodos de avaliação

- de produtividade e qualidade, e recomendar ações de capacitação de recursos humanos;
- d) Disseminar práticas eficazes de planejamento organizacional; e
- e) Elaborar relatórios periódicos sobre o desempenho institucional, remetendo-os à Diretoria Colegiada.

Na análise no PAI - 2004 constatamos, conforme descrito no item 6.1.2.2 deste relatório, ausência de integração entre o Plano Anual e a respectiva Proposta Orçamentária. Além disso, verificamos que, acerca das metas contidas no PAI - 2004, não foi procedida a devida identificação dos atributos básicos das referidas metas, ou seja, não foram caracterizadas, adequadamente, as especificações, quantidades, prazos, custos e vínculos com o objetivo. Outra questão refere-se à ausência da caracterização dos desafios a serem atingidos com as metas propostas, bem como ausência do foco das metas nas competências institucionais do INSS. Assim sendo, não é possível, pela análise das metas, a verificação do esforço extra para o alcance dos objetivos pretendidos, ou seja, não estão definidas, de forma clara, as alterações pretendidas no "status quo".

A título de exemplo, acerca dos fatos verificados em relação às metas constates do plano, citamos, de forma genérica, as seguintes metas: i) "Despender até R\$", ii) "Promover deslocamentos", iii) "Oportunizar ações de capacitação para os servidores"; iv) "Realizar ações", v) "Instaurar Processos" e vi) "Manter a contratação de messageiros mirins onde houver contratos existentes".

Tendo em vista os fatos constatados e no sentido de identificar o posicionamento dos órgãos responsáveis pela condução técnica do processo de planejamento e avaliação de sua execução, solicitamos, em reunião realizada com a equipe técnica dos citados agentes, documentação referente à aferição dos resultados obtidos em 2004, avaliação da qualidade das metas constantes do plano, bem como avaliação do PAI-2004. Momento no qual nos foi informado que por questões organizacionais tais posicionamentos não foram produzidos. Vale ressaltar que, conforme consulta realizada no SGP, 80% das metas não foram avaliadas pelos seus respectivos Orientadores Técnicos e não foi identificado campo destinado à aferição das metas por parte da Coordenação-Geral de Controladoria.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Instada a se manifestar acerca dos motivos que determinaram os fatos constatados, bem como os procedimentos adotados no sentido de sanar tais ocorrências, os gestores da Unidade, por meio do Ofício/INSS/DC nº 544, de 08 de junho de 2005, prestaram os seguintes esclarecimentos:

- a) **Ausência de Integração Planejamento X Orçamento.**

"Apesar dos esforços da Coordenação-Geral de Controladoria de antecipar as discussões sobre o planejamento, isto na realidade não ocorreu na elaboração do Planejamento para 2004, o qual só foi construído a partir do mês de novembro de 2003, quando a Proposta Orçamentária para 2004 já estava no Congresso para aprovação.

A partir daí foi feito o diagnóstico das necessidades das Unidades Descentralizadas do INSS e ajustado ao valor aprovado para o exercício.

Para sanar esta dificuldade realizamos a fase para definições qualitativa das metas antes do encaminhamento da proposta orçamentária do INSS para o Exercício de 2005 e estamos definindo objetivos estratégicos e metas para 2006 em tempo hábil para influenciar a proposta orçamentária para 2006."

b) Avaliação da Qualidade das Metas constantes no PAI 2004 pela Coordenação-Geral de Controladoria.

"Cabe a esta Coordenação-Geral de Controladoria, conforme Regimento Interno (PT/MPAS 3.464 de 27 de setembro de 2001) e Manual do Planejamento Integrado 2004, propor metodologia para construção e elaboração do Planejamento do INSS, ficando a cargo da Alta Administração do Órgão a definição de qual nível de desafio deverá se imposto a cada uma de suas metas, qualificando-as e quantificando-as. Em muitas situações os técnicos da Controladoria-Geral identificavam essas fragilidades qualitativas do planejamento, e reconhece, que verbalmente tentava-se reformular, mais oficialmente não tinha, conforme relato dos mesmos como alterar, pois a área de negócio, representada na figura do Orientador Técnico de meta, era a maior entendedora do processo. Reconhecemos essa etapa como importante, no contexto da mudança cultural pelo qual o INSS vem passando ao longo de aproximadamente 5 anos. Entendemos que a partir desse reconhecimento quanto a qualificação indesejada da meta, possamos melhorá-la. É um processo evolutivo, que a cada exercício vimos aprimorando. E é isso que a Controladoria-Geral está propondo para que, no ano de 2006 possamos colher resultados efetivos, que espelhem realmente o objetivo traçado para a Instituição INSS."

c) Coordenação-Geral de Controladoria não exerceu efetivamente suas competências institucionais, especificamente no que se refere às questões como avaliação da qualidade das metas constantes do PAI - 2004, aferição das metas definidas no PAI - 2004 e avaliação do referido Plano.

"Entendemos que em se tratando de proponente da elaboração da proposta metodológica para a construção do planejamento integrado, a Coordenação-Geral de Controladoria exerceu as suas competências institucionais satisfatoriamente, dentro de um contexto repetitivo de

permanente mudança dos cargos do alto escalão do Instituto, o que prejudicou sobremaneira o andar dos trabalhos, uma vez que para uma ação de planejamento, em qualquer instituição, seja pública ou privada, a figura do patrocinador é de suma importância para o sucesso da mesma. Outro aspecto importante a se ressaltar como restritivo, é que estruturalmente a Controladoria-Geral do INSS, na essência, funciona como um assessoramento direto da Diretoria Colegiada, não tendo, por várias situações, campo de atuação no aspecto decisório, sendo muito mais consultiva e aconselhativa. E aí se esbarra em problemas de recursos humanos (quantidade e qualificação) e também tecnológicos, este último dificultando a extração de informações de sistemas corporativos (BMD, SIAPE e SIAFI) para subsidiar, inclusive a avaliação do planejamento."

RESPONSÁVEL(EIS) POTENCIAL(IS)

CPF	NOME	CARGO
008.349.391-34	Carlos Gomes Bezerra	Diretor-Presidente do INSS
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui César de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística.
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
085.453.241-20	Lúcia Helena de Carvalho	Diretora de Recursos Humanos
610.221.601-68	Marcelo Soares Alves	Coordenador-Geral de Controladoria

AVALIAÇÃO DA SFC:

As justificativas apresentadas pelos gestores não elidem os fatos descritos. Tal afirmação fica evidenciada quando constatado que a Unidade não emitiu opinião acerca da qualidade das metas constantes de seu plano anual, não foi procedida devida avaliação do PAI-2004 e as metas definidas não foram aferidas pelos agentes responsáveis no âmbito da Instituição.

A ausência da atuação efetiva dos agentes de direcionamento técnico, da avaliação de resultados e da proposição de ações corretivas comprometem sobremaneira o processo de planejamento uma vez que esse tem como propósito a identificação de problemas, falhas e erros que se transformam em desvios do

planejado, com a finalidade de corrigi-los e de evitar sua reincidência, garantindo, dessa forma, a qualidade da peça de planejamento produzida. Os agentes que exercem as funções de orientação e avaliação proporcionam informações gerenciais periódicas, para que seja rápida a intervenção nas funções administrativas de planejamento, organização e direção de forma a garantir a manutenção e aumento da eficiência e eficácia na execução dos objetivos, desafios e metas da Instituição.

Contudo, é necessário que os níveis estratégicos da organização reconheçam a implementação de um processo consistente de planejamento, bem como de mecanismos, agentes e instrumentos que garantam o monitoramento e a avaliação sistemática dos resultados como viabilizadores da efetividade de suas ações no âmbito do INSS.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria Colegiada do INSS determine aos agentes responsáveis pelo direcionamento técnico acerca do planejamento, avaliação de resultados e proposição de ação corretiva referente ao desempenho de suas competências institucionais, promovendo, efetivamente, a avaliação da qualidade das metas definidas pela Instituição, aferição dos resultados e avaliação do planejamento e suas execuções, de forma que tais atividades cumpram o seu papel básico e indispensável de retroalimentação do processo de planejamento, para que ocorra consistência das metas definidas e garantindo que os resultados obtidos sejam aderentes aos resultados esperados.

5.2.2.2 CONSTATAÇÃO:

Elevado número de demandas, baixo índice de resolutividade e elevado tempo médio de solução das demandas encaminhadas pela Ouvidoria-Geral do Ministério da Previdência Social às diversas áreas do INSS.

Constituem-se como competências institucionais da Ouvidoria-Geral da Previdência Social - OGPS a recepção das reclamações, denúncias, sugestões e elogios relativos à prestação de serviços afetos à Previdência Social. A referida unidade tem a responsabilidade de dar conhecimento aos órgãos da Previdência Social sobre as demandas recebidas para a adoção de medidas próprias destinadas a prevenir, reprimir e fazer cessarem práticas e condutas inadequadas de órgãos e servidores, melhorando a qualidade do serviço e do atendimento aos clientes.

Para viabilizar a solução das demandas encaminhadas pela Ouvidoria encontra-se definido, no âmbito do INSS, o seguinte fluxo:

- a) Os chefes dos Serviços/Seção de Controladoria das 102 Gerências Executivas tomam ciência da demanda recebida, por meio do Sistema SOU, e devem fazer uma verificação prévia dos

casos encaminhados para, ou solucioná-los ou direcioná-los para as Agências da Previdência Social de sua jurisdição, estabelecendo o prazo máximo de 15 (quinze) dias para respostas, à exceção dos casos de denúncia que não têm prazo previamente estabelecido, dada a eventual complexidade de suas soluções;

- b) As unidades solucionadoras (APS), através dos seus representantes de Ouvidoria, ou na ausência desses, os chefes das Agências assumem esta função, devendo receber as postulações e encaminhar ao setor competente (concessão, revisão, PAB, etc.) o pedido para resolver a situação. Solucionado o caso, o resultado deve ser informado ao Chefe do Serviço/Seção de Controladoria;
- c) Recebidas as respostas, o Controlador verifica se as mesmas atendem ao interessado de maneira satisfatória e conclusiva. Em caso positivo, aquelas são encaminhadas à Ouvidoria que fará carta resposta ao postulante, caso contrário, retornará a unidade responsável para reexame.

No sentido de evidenciar a ação tempestiva das Unidades do INSS na solução das reclamações, denúncias e sugestões, procedemos à análise dos relatórios gerenciais emitidos pela OGPS. Após análises dos referidos relatórios, constatamos o aumento das demandas encaminhadas ao INSS, conforme demonstrado no quadro a seguir, o elevado número de dias para solução das referidas demandas, sendo que o tempo médio de atendimento gira em torno de 120 dias, e o baixo índice de resolutividade das mesmas, com percentual de solução de 36%.

Quadro de demandas da OGPS

Tipo	2002		2003		2004	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Reclamações Sobre Benefícios	87.457	70,80	161.861	71,50	189.327	72,00
Solicitações Diversas	18.034	14,70	30.052	13,27	35.865	13,60
Atendimento nas APS	8.216	6,70	16.456	7,29	18.086	6,80
Denúncias	6.290	5,00	10.623	4,70	12.362	4,70
Outros	3.418	2,80	7.344	3,24	7.624	2,90
Totais	123.415	100,00	226.336	100,00	263.264	100,00

Considerando o fato descrito e tendo em vista o contido no Regimento Interno do INSS, que determina atendimento prioritário às demandas encaminhadas pela OGPS, solicitamos, por meio da SA 160221-39, de 18 de maio de 2005, fossem informadas as atuações com o propósito de identificar as causas das ocorrências apontadas por aquela Unidade, bem como as ações adotadas no sentido de eliminá-las ou reduzi-las.

Em resposta, por meio do Ofício/INSS/DC nº 506, de 30 de maio de 2005, o Diretor Presidente do INSS prestou os seguintes esclarecimentos:

"...

a) Esta Coordenação-Geral de Controladoria efetuou análises superficiais dos apontamentos dos relatórios de ouvidoria, e

vem participando de discussões, em âmbito estratégico (GT Interministerial, constituído pela PT nº 269, de 14/04/05 - Casa Civil), a fim de direcionar ações de melhorias para principalmente os benefícios não programados.

b) Pela análise superficial dos relatórios, existem algumas situações preocupantes, das quais destacamos a pouca resolutividade das ações de perícia médica, bem como as revisões administrativas de benefícios, que tem causado muitas indisposições aos usuários dos serviços previdenciários. Esse assunto vem sendo objeto de tratativas, em âmbito estratégico, visando a sua correção.

c) Foi formado um Grupo de Trabalho Interministerial, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, neste exercício de 2005, cujos temas repercutem diretamente na redução do déficit previdenciário, combate à fraude e melhoria do atendimento. Uma das demandas desse GT recai exatamente na questão do monitoramento e aferição da produtividade e qualidade da perícia médica. Dados de abril de 2005, apontam 81% do represamento de benefícios, como sendo de benefícios por incapacidade, e dessa forma se torna prioridade 0 (zero) o acerto dessa situação conforme também apontado pelo relatório 2004 da Ouvidoria-Geral."

RESPONSÁVEL(EIS) POTENCIAL(IS)

CPF	NOME	CARGO
008.349.391-34	Carlos Gomes Bezerra	Diretor-Presidente do INSS
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui César de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurdor-Geral
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurdor-Geral
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurdor-Geral
085.453.241-20	Lúcia Helena de Carvalho	Diretora de Recursos Humanos
610.221.601-68	Marcelo Soares Alves	Coordenador-Geral de Controladoria
TODOS OS GERENTES EXECUTIVOS DO INSS no exercício de 2004		

AVALIAÇÃO DA SFC:

Acerca das justificativas apresentadas pelos gestores, verificamos que não foram identificadas as causas gerenciais que determinaram o número elevado e crescente de reclamações e denúncias, bem como do baixo índice de resolutividade das mesmas.

Cabe esclarecer que o propósito da criação do Grupo de Trabalho Interministerial refere-se ao monitoramento da execução

das metas do Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social, não possuindo dessa forma a competência de identificar e propor soluções institucionais para os desvios identificados.

Com base nos fatos descritos, constata-se a necessidade de realização de análises acuradas nos relatórios e demandas encaminhadas pela OGPS, de forma que sejam identificadas as causas do elevado número de demandas, do baixo índice de resolutividade e do elevado tempo médio de solução das mesmas, permitindo, não só à Diretoria Colegiada do INSS, mas, também, às Gerências-Executivas, a utilização das informações produzidas para redefinir as estratégias de suas ações no sentido de melhorar o desempenho em relação às questões demandadas, bem como a adoção de soluções institucionais, elevando, assim, a qualidade no atendimento aos usuários e na gestão do Regime Geral de Previdência Social.

RECOMENDAÇÃO:

Assim sendo, recomendamos à Diretoria Colegiada do INSS, ainda no exercício de 2005, determinar aos setores competentes a adoção dos seguintes procedimentos:

- a) Estabelecimento, por parte dos agentes responsáveis pela supervisão do processo de solução, de mecanismos e instrumentos de seleção das demandas encaminhadas, de forma que sejam realizadas a triagem e a qualificação das questões apontadas, com a identificação do risco potencial do não atendimento das referidas demandas, bem como do nível gerencial, local ou nacional, responsável pela implementação das medidas saneadoras a serem adotadas;
- b) Caracterização das responsabilidades pelo não atendimento da demanda, com a qualificação do responsável, conduta e nexo de causalidade;
- c) Implantação efetiva de metodologia de gerenciamento das soluções, de forma a garantir o monitoramento (acompanhamento e supervisão) e a aferição contínua dos desempenhos alcançados; e
- d) Estabelecimento, por parte dos agentes estratégicos, de mecanismos e instrumentos que viabilizem a análise das informações produzidas com vistas à identificação das causas gerenciais que determinam o elevado número de demandas, o baixo índice de resolutividade e o elevado tempo médio de solução das mesmas e a adoção de ações no sentido de reduzir ou eliminar, de forma institucional, as causas identificadas.

5.2.2.3 CONSTATAÇÃO:

Manutenção de pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais com indicativo de descumprimento das normas.

Em levantamentos realizados nos agentes de controle do INSS e apurações procedidas nas bases de dados dos sistemas corporativos da Unidade, identificamos, no exercício de 2004, a manutenção de pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais que a princípio não deveriam estar sendo efetuados.

Conforme apurações realizadas pelos setores internos do próprio Ministério da Previdência Social - MPS e do INSS, constatamos a manutenção de pagamento de benefícios para os casos a seguir relacionados.

Situações Identificadas	APE (*) /MPS		Qtd INSS
	Qtd	Valor/Mês (R\$)	
Aposentadoria			
Beneficiário falecido - conforme registro constante do SISOBI;	10.882	4.698.833,00	1.621
Aposentadoria por invalidez de segurado constante de GFIP;	30.156	18.324.453,59	68.310
Aposentadoria por idade de beneficiário com menos de 60 anos para o sexo feminino e menos de 65 anos para o sexo masculino;	6.242	2.159.862,83	4.155
Aposentadoria por tempo de contribuição para beneficiários com menos de 45 anos - (B42 + Desp. 10) .	192.285	210.883.790,93	192.285
Benéfico com status de cessado recebendo pagamentos	94.268	34.248.881,09	Considera que a situação não ocorre
Pensão por Morte			
Instituidor não constante do SISOBI;	-	-	108.716
Instituidor constante de GFIP;	9.956	5.440.849,00	23.609
Instituidor com outro benefício ativo;	2.460	865.954,87	1.333

Instituidor e Pensionista sendo a mesma pessoa física;	1.380	485.545,01	1.195
Pensionista recebendo por dois regimes para o mesmo instituidor - B22;	2.232	-	-
Auxílio-Doença			
Benefício concedido há mais de 2 (dois) anos;	290.819	187.175.280,00	327.223
Cadastro de Recebedor			
Recebedor constante do SISOBI;	1.397	430.512,00	
Nome do recebedor "inválido" - com caracteres não alfabéticos etc.	9.313	2.907.439,59	2.383
Total	651.390	467.621.402,00	730.830

Fonte: Assessoria de Pesquisas Estratégica-APE/MPS

Além dos casos levantados, considerando a fragilidade dos sistemas informatizados do INSS, identificamos a possibilidade de ocorrência de concessão ou manutenção de benefícios para as seguintes situações:

Pensão por Morte

- a) pagamento sem proporcionalidade - recebimento integral do benefício a todos os dependentes; e
- b) pensionista recebendo mais de uma pensão para o mesmo instituidor.

Auxílio-Doença

- a) Beneficiário não constante em cadastro do SUS - Internações Hospitalares/AIHs; e
- b) Beneficiário constante em cadastro do SUS como portador de Doenças infecto-contagiosas.

Benefício/Amparo/Benefício de Prestação Continuada - BPC

- a) Beneficiário falecido;
- b) Beneficiário com renda superior ao teto estabelecido (per capita familiar);
- c) Beneficiário com outro benefício Previdenciário, Assistencial ou Seguro-Desemprego;
- d) Beneficiário servidor público de qualquer esfera de governo;
- e) Beneficiário portador de deficiência, constando como segurado na GFIP; e
- f) Beneficiário Constante do SIPREV.

Benefícios (Previdenciários ou Assistenciais) a trabalhadores rurais

- a) Beneficiário não constante em cadastro do INCRA - Benefício Especial; e
- b) Beneficiário participante do PRONAF - Benefício Assistencial.

Com o propósito de identificar o posicionamento dos agentes de execução descentralizada acerca das situações identificadas, foi elaborado e encaminhado um questionário a ser respondido por todas as Gerências Executivas do INSS.

Após análise das respostas apresentadas, verificamos que os referidos gerentes executivos apontam como principais causas para as citadas ocorrências a existência de informações inconsistentes nas bases de dados dos sistemas corporativos, ausência de batimento de dados dos sistemas da previdência social, falta de cruzamento com outros sistemas corporativos. Outra questão identificada nas respostas encaminhadas refere-se às normas e manuais que regulam e orientam os procedimentos a serem adotados para os casos relacionados, cerca de 53% dos gestores informaram que existem normas e manuais, contudo, as providências não estão totalmente disciplinadas em manuais para consulta.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Instados a se manifestarem sobre os fatos descritos os gestores da Diretoria de Benefícios do INSS, por meio do Ofício nº 507/INSS/DCGAB, de 31 de maio de 2005, prestaram os seguintes esclarecimentos sobre as causas imediatas das ocorrências descritas.

Aposentadoria	Causa Imediatas
Beneficiário falecido - conforme registro constante do SISOBI;	Inconsistências dos dados cadastrais do Sistema Único de Benefícios - SUB e das informações enviadas pelos Cartórios
Aposentadoria por invalidez de segurado constante de GFIP;	Retorno voluntário do segurado ao trabalho ou resíduo de rescisão de contrato
Aposentadoria por idade de beneficiário com menos de 60 anos para o sexo feminino e menos de 65 anos para o sexo masculino; e	Inconsistência dos dados cadastrais do SUB - As situações em questão devem ser analisadas caso a caso, uma vez que é necessário verificar a Data de Início do Benefício - DIB e a categoria, utilizando-se da legislação vigente à época da concessão do benefício.
Aposentadoria por tempo de contribuição para beneficiários com menos de 45 anos - (B42 + Desp. 10).	As situações em questão devem ser analisadas caso a caso, uma vez que a Lei não disciplina limite de idade de 45 anos.
Beneficiário constante do SIPREV	O SUB não faz batimento com o SIPREV.
Pensão por Morte	
Instituidor não constante do SISOBI;	Cartórios não enviam as informações de óbitos para o SISOBI, as gerências não enviam as informações de óbitos para o SISOBI em tempo hábil e rejeição das informações pelo SISOBI por conter erros.
Instituidor constante de GFIP;	Inconsistências dos dados cadastrais do SUB e utilização indevida de NIT (PIS, PASEP) de outros segurados na concessão de benefícios.
Instituidor com outro benefício ativo;	Inconsistências dos dados cadastrais do SUB e controles frágeis e inexistência de crítica nos sistemas de benefícios para a identificação de tal disfunção.
Instituidor e Pensionista sendo a mesma pessoa física;	Inconsistências dos dados cadastrais do SUB e limitações tecnológicas na concessão de benefícios anteriores ao SUB, trata-se de acervo a ser corrigido.
Sem proporcionalidade - pagamento integral para todos os dependentes;	Desrelacionamento de pensões e utilização incorreta do código de tratamento 02, 51, 61 e 06 para atender situações não previstas.
Pensionista recebendo mais de 3 (três) pensões;	As situações em questão devem ser analisadas caso a caso, uma vez que é necessário verificar o grau de

	dependência com os instituidores.
Pensionista recebendo por dois regimes para o mesmo instituidor - B22; e	O INSS mantém benefícios da espécie 22 que estão em processo de transferência para o órgão de origem, as APS estão encontrando dificuldades para executar suas tarefas porque os órgãos de origem não atendem às solicitações.
Pensionista recebendo mais de uma pensão para o mesmo instituidor.	Necessitamos que sejam encaminhados alguns casos para análise e pronunciamento, bem como a que regime de previdência se refere tal acumulação.
3. Auxílio-Doença	
Benefício concedido há mais de 2 (dois) anos;	Não cumprimento das Orientações Internas e Memorandos Circulares expedidos pela Diretoria de Benefícios.
Beneficiário não constante em cadastro do SUS - Internações Hospitalares/AIHs; e	Não existe batimento dos dados cadastrais no SUB com o cadastro do SUS.
Beneficiários constante em cadastro do SUS como portador de Doenças infecto-contagiosas.	Não existe batimento dos dados cadastrais no SUB com o cadastro do SUS.
Benefício Assistencial / Amparo / Benefício de Prestação Continuada - BPC	
Beneficiário falecido;	Inconsistência dos dados cadastrais do SUB e do SISOBI.
Beneficiário com renda superior ao teto estabelecido (per capita familiar);	Só ocorreu posteriormente na manutenção, na concessão tal situação não ocorre, tais situações estão verificadas no processo revisional definido pelo art. 21 da LOAS, que a cada dois anos o benefício tem que ser revisto com o intuito de verificar se as condições que deram origem à concessão permanecem.
Beneficiário com outro benefício Previdenciário, Assistencial ou Seguro-Desemprego;	Há necessidade de verificar se os casos em questão não tratam de titular e representante legal, para os casos de benefícios previdenciários e assistencial. Não existe batimento com o seguro desemprego.
Beneficiário servidor público de qualquer esfera de governo; e	O SUB não faz batimento com o SIAPE e não existe ainda um banco de dados que contenha informações das demais esferas de governo.
Beneficiário portador de deficiência, constando como segurado na GFIP.	Retornam ao trabalho após a concessão do benefício.
Beneficiário Constante do SIPREV	SUB não faz batimento com o SIPREV.
Benefícios (Previdenciários ou Assistenciais) a Trabalhadores Rurais	
Beneficiário não constante em cadastro do INCRA - Benefício Especial	O SUB não faz batimento com o cadastro do INCRA e nem todo segurado especial tem que ser proprietário.
Beneficiário participante do PRONAF - Benefício Assistencial.	O SUB não faz batimento com o cadastro do PRONAF.
Cadastro de Recebedor	
Recebedor constante do SISOBI	O sistema não faz batimento com o recebedor, somente com o titular do benefício.
Nome do recebedor "inválido" - com caracteres não alfabéticos etc.	Inconsistências cadastrais do SUB.
Acumulação cadastral Indevida de benefícios	
Acumulação de Aposentadoria e Auxílio-Doença.	Inconsistências cadastrais do SUB, controles frágeis e ausência de um sistema de monitoramento dos dados cadastrais e de benefícios.

Adicionalmente, foi informado que os Gerentes Executivos do INSS tomam conhecimento das ocorrências por meio dos diversos agentes de controle que atuam sobre a Unidade (SFC, TCU, APE, Ouvidoria-Geral e etc.) e das apurações realizadas nas bases de dados pelo próprio INSS.

Cabe registrar a informação prestada pelos gestores identificando a falta de servidores, de investimentos no parque tecnológico, investimentos na empresa de processamento de dados - DATAPREV, de capacitação de servidores e de atualização da base de dados cadastrais do SUB como os entraves gerenciais que determinam o atraso na adoção das providências para eliminação definitiva das causas das citadas ocorrências.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
740.221.488-53	TAITI INENAMI	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
008.349.391-34	CARLOS GOMES BEZERRA	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
012.420.648-42	BENEDITO ADALBERTO BRUNCA	DIRETOR DE BENEFÍCIO
471.824.900-72	EDUARDO BASSO	DIRETOR DE BENEFÍCIO
025.195.774-87	RUI CESAR DE VASCONCELOS LEITÃO	DIRETOR DE BENEFÍCIO

Todos os Gerentes Executivos do INSS em 2004.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Baseados nas justificativas apresentadas pelos gestores e nas respostas encaminhadas pelos gerentes executivos, constatamos que a Unidade necessita de ações em todos os seus níveis visando a correção das causas gerenciais que determinam a ocorrência das situações descritas. Verifica-se a necessidade urgente de adoção de medidas para garantir que a informação no âmbito do INSS possua os atributos básicos de confidencialidade, integridade, disponibilidade e fidedignidade.

Cabe lembrar que, conforme descrito no item 5.1.1.1 deste relatório de auditoria, encontra-se em processo de implementação na Unidade, com atraso considerável na execução de suas ações, o Projeto PROPREV. Ressalta-se o foco das ações do referido projeto no âmbito do INSS, qual seja, a transformação nos procedimentos, rotinas de trabalho, práticas gerenciais e administrativas, a unificação das bases de dados, o desenvolvimento de sistemas e a implantação de módulos operacionais que garantam a integração e o controle em todas as áreas de atuação do INSS (arrecadação, benefício, contencioso administrativo e judicial, logística e Recursos Humanos).

RECOMENDAÇÃO:

Assim sendo, recomendamos à Diretoria Colegiada do INSS, ainda no exercício de 2005, o seguinte:

Que os setores competentes do INSS procedam de forma sistemática rotina de cruzamento dos dados existentes, bem como de forma estratégica atuem no sentido de identificação de setores com informações.

Determine à Coordenação-Geral de Análises e Pesquisas, considerando suas competências, o desenvolvimento de estudos que mitiguem as vulnerabilidades existentes na concessão de benefícios, bem como de atividades no sentido de buscar permanentemente a identificação de procedimentos que eliminem ou

reduzam a possibilidade de concessão ou manutenção indevida de benefícios.

Estabeleça rotinas sistemáticas de cruzamento dos dados da Previdência Social com outras bases de outros entes públicos, tais como CPF, CNPJ, SIPREV, SIAPE, Cadastro do Seguro-Desemprego, Cadastro do Ministério da Saúde, Cadastro do INCRA, Cadastro da Justiça Eleitoral, de forma que a Unidade se antecipe às eventuais inconsistências nas informações contidas no sistema no momento da concessão e revisão de benefícios, eliminando ou reduzindo pagamentos indevidos de benefícios previdenciários e assistenciais.

Determine à Diretoria de Benefícios que, especificamente aos setores responsáveis pela manutenção de benefícios, defina rotina de revisão e atualização cadastral, contendo: classificação dos dados existentes no SUB por suas naturezas de inconsistências; identificação das soluções adequadas para as inconsistências verificadas; os responsáveis gerenciais para implementá-las; normatização dos procedimentos a serem adotados; acompanhamento e supervisão da execução da rotina definida; e elaboração de indicadores de desempenho para que seja possível a avaliação permanente dessa atividade.

Dê celeridade à implantação do Projeto PROPREV, tendo em vista a abrangência e importância na conceção dos objetivos institucionais do INSS.

5.2.2.4 CONSTATAÇÃO:

Omissão no dever de prestar contas por parte de 27 Gerências Executivas do INSS.

Com objetivo de verificar o cumprimento ao contido no item 5, Anexo II, da Decisão Normativa TCU Nº 62, de 27 de outubro de 2004, foi encaminhada, pelo Diretor-Presidente da Unidade, aos 102 Gerentes Executivos do INSS, questionário, elaborado pela equipe de auditoria, solicitando o posicionamento dos referidos gerentes acerca das questões descritas no item 5.2.2.3 deste relatório de auditoria.

As perguntas constantes do questionário foram elaboradas com o propósito de oportunizar, aos gestores descentralizados da Unidade, o posicionamento desses no que se refere aos problemas e causas identificados em suas gestões e que providências foram adotadas para saná-los.

Em resposta à solicitação feita pela equipe de auditoria e encaminhada pelo Diretor-Presidente do INSS, 75 Gerentes Executivos prestaram os esclarecimentos constantes do questionário. Contudo, verificamos que 27 Gerências Executivas não apresentaram, até a presente data, resposta acerca da solicitação

de auditoria, caracterizando dessa forma, a omissão ao compromisso que todo gestor público tem de prestar contas.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não houve resposta a mencionada Solicitação de auditoria e nem justificativa para a sua não apresentação.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS) :

01 - Gerente executivo em MACEIÓ -AL
02 - Gerente executivo em MACAPÁ-AP
03 - Gerente executivo em JUAZEIRO-BA
04 - Gerente executivo executiva em SALVADOR-BA
05 - Gerente executivo em VITÓRIA DA CONQUISTA-BA
06 - Gerente executivo em FORTALEZA-CE
07 - Gerente executivo em VITÓRIA-ES
08 - Gerente executivo em GOIÂNIA-GO
09 - Gerente executivo em CAMPO GRANDE-MS
10 - Gerente executivo em BARBACENA-MG
11 - Gerente executivo em BELO HORIZONTE-MG
12 - Gerente executivo em DIVINÓPOLIS-MG
13 - Gerente executivo em POÇOS DE CALDAS-MG
14 - Gerente executivo em TEÓFILO OTONI-MG
15 - Gerente executivo em CARUARÚ-PE
16 - Gerente executivo em GARANHUNS-PE
17 - Gerente executivo em RECIFE-PE
18 - Gerente executivo em CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ
19 - Gerente executivo em CANOAS-RS
20 - Gerente executivo em BOA VISTA-RR
21 - Gerente executivo em ARACAJÚ-SE
22 - Gerente executivo em CAMPINAS-SP
23 - Gerente executivo em JUNDIAÍ-SP
24 - Gerente executivo em PRESIDENTE PRUDENTE-SP
25 - Gerente executivo em SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP
26 - Gerente executivo em SÃO JOÃO DA BOA VISTA-SP
27 - Gerente executivo em SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

AValiação DA SFC:

Conforme descrito e tendo em vista a ausência de justificativas, verifica-se que os gestores das Unidades relacionadas não observaram o princípio constitucional de transparência no trato dos assuntos que lhes são afetos.

RECOMENDAÇÃO :

Cabe registrar que se constitui como ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a omissão do dever de prestação de contas, por parte dos gestores, quando estes estejam obrigados a fazê-lo. Assim sendo, recomendamos à Diretoria Colegiada do INSS a adoção das medidas cabíveis, visando identificar as atitudes adotadas por esses gestores no sentido atender às solicitações/recomendações dos órgãos de controle, incluindo Ouvidoria-Geral, TCU, Controle Interno, SFC, de forma que seja garantido o compromisso da Instituição com o princípio de Accountability.

5.2.3 - ASSUNTO: RESULTADO DA MISSÃO INSTITUCIONAL

5.2.3.1 - CONSTATAÇÃO:

Irregularidades relativas ao pagamento indevido de benefícios e falhas nas ações gerenciais e operacionais pertinentes ao cumprimento da missão institucional do INSS.

O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, autarquia Federal, tinha, no exercício de 2004, como missão consignada no Decreto 4.688, de 07 de maio de 2003:

*"I - promover a arrecadação, a fiscalização e a cobrança das contribuições sociais destinadas ao financiamento da Previdência Social, na forma da legislação em vigor; e
II - promover o reconhecimento, pela Previdência Social, de direito ao recebimento de benefícios por ela administrados, assegurando agilidade, comodidade aos seus usuários e ampliação do controle social."*

Sendo seu negócio, portanto, o reconhecimento de direitos ao recebimento de benefícios administrados pela Previdência Social, bem como a arrecadação das contribuições sociais destinadas ao financiamento do sistema.

Para o desempenho de suas competências institucionais o INSS encontrava-se inserido no PPA, em 2004, no qual destacamos os Programas 0083 - Previdência Social Básica, 0084 - Arrecadação de Receitas Previdenciárias e 0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários, com os objetivos básicos de garantir o reconhecimento e o pagamento de direitos previdenciários previstos em lei, aumentar a arrecadação da Previdência Social, mediante ação eficaz de fiscalização e cobrança de créditos previdenciários e melhorar a qualidade do sistema de atendimento aos usuários da Previdência Social.

No sentido de obter a visão crítica do desempenho alcançado pelos gestores do INSS, fundamentado nos princípios e objetivos institucionais, que promovessem a redução do déficit previdenciário, o combate à sonegação e à evasão fiscal, a excelência no atendimento ao cidadão, transparência e a facilidade de acesso aos serviços prestados, ampliação da cobertura do

sistema, gestão por resultados e fortalecimento institucional, foi procedida a análise das informações contidas nos sistemas corporativos do INSS, na documentação referente à atuação dos diversos agentes de controle sobre a gestão da Unidade e na documentação disponibilizada pelos próprios gestores.

Após análise da referida documentação, constatamos que os gestores da Unidade não exerceram de forma adequada suas atribuições. Dentre as situações que caracterizam a constatação citada destacamos as seguintes:

- a) O processo de planejamento operacional da Área de Fiscalização não contempla efetivamente, em suas ações, o combate à sonegação fiscal previdenciária;
- b) falta de tempestividade da atuação da administração no contencioso administrativo;
- c) fragilidades no processo de emissão de Certidões Negativas de Débito - CND e Certidões Positivas de Débitos com Efeito de Negativa - CPD-EN;
- d) ausência de procedimento sistemático de monitoramento da adimplência dos parcelamentos, causando morosidade na cobrança desses;
- e) ausência de tempestividade da ação administrativa no que se refere à inscrição e ajuizamento dos créditos previdenciários;
- f) ineficácia no processo de localização de bens para penhora pelas Procuradorias Federais Especializadas junto ao INSS;
- g) ausência de um processo sistemático de controle dos processos judiciais julgados e os julgamentos favoráveis ao INSS;
- h) pagamento de indevido de benefícios previdenciários e assistenciais; e
- i) baixo índice satisfação dos usuários em relação aos serviços prestados pelo INSS.

Baseado nas informações contidas no relatório de gestão do INSS e no sistema INFORMAR, verificamos que a meta definida como tempo médio de trâmite de processos no contencioso administrativo foi de 240 dias para o exercício de 2004. Contudo, constatamos que cerca de 25% dos processos estão na fase de contencioso administrativo em um tempo maior que o definido como meta. Com relação ao monitoramento dos parcelamentos, evidenciamos a existência de 19.652 processos com mais de duas parcelas em atraso, o que corresponde a um valor de saldo parcelado no montante de cerca de R\$ 1,5 milhões.

Em auditoria de acompanhamento realizada nas Gerências Executivas do INSS no Distrito Federal, Teresina/PI, Rio Branco/AC, Palmas/TO, São Paulo Centro/SP, Macapá/AP, Recife/PE, Campo Grande/MS, Manaus/AM, Porto Alegre/RS, verificou-se que há

uma demora considerável em quatro etapas do fluxo do contencioso administrativo. Ao serem analisados, por amostragem, os processos referentes a créditos previdenciários na esfera administrativa, os auditores da SFC constataram que um dos pontos críticos na tempestividade da ação administrativa refere-se à solicitação de novas diligências ao Auditor Fiscal. Tanto o encaminhamento do processo ao AFPS quanto o retorno para o Serviço de Análise e Defesa de Recursos acabam se estendendo e prejudicando o atendimento da meta definida. Dentre as razões encontradas para o fato, destacam-se: erros cometidos pelos fiscais na realização do trabalho, perda de informações por troca de fiscais (aposentadorias ou transferências) e fatos novos apresentados pelas empresas em suas defesas (e não esclarecidas na leitura dos relatórios fiscais). Além da demora na realização de novas diligências, também se observa a dilatação do período em que o processo encontra-se no Serviço de Análise e Defesa de Recursos, tanto na solicitação de novas diligências, quanto na expedição de Decisão de Notificação.

Acerca do processo de emissão de CNDs e CPDs - EN, conforme contido no relatório de auditoria de acompanhamento realizada na Gex DF, foram identificadas as seguintes fragilidades:

- a) ausência de processo sistemático de monitoramento (acompanhamento e supervisão) das liberações de certidões pelas APSs;
- b) os sistemas do INSS não indicam, após a emissão das certidões, a solução ou não das pendências relacionadas no PCND;
- c) ausência de procedimento sistematizado de controle da documentação que autoriza a emissão de certidões quando da existência de créditos constituídos em fases/situações definidas como impeditivas; e
- d) os erros geradores de restrições passíveis de atualizações não são corrigidos nos sistemas do INSS, de forma que possa ser evitada repetições desnecessárias de verificações a cada novo pedido de certidão.

Objetivando evidenciar a tempestividade da ação administrativa no que se refere à inscrição e ao ajuizamento dos créditos previdenciários, foi realizada consulta no sistema INFORMAR acerca dos créditos/processos ativos no âmbito da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS. O quadro a seguir demonstra o resultado da pesquisa identificando o quantitativo de créditos por fase.

Créditos Ativos na PEF INSS Ativos

Fases	Qde	%	Valores (R\$)	% Valores
--------------	------------	----------	----------------------	------------------

Ajuizamento/Distribuição	226.50	35,1	38.339.826.387,5	35,8
Pedido de Penhora e/ou Reforço de Penhora	55.73	8,6	10.292.433.961,9	9,6
Suspensão da Ação Art.40 Lei 6830/80	44.39	6,9	1.774.564.155,8	1,6
Citação do Devedor	38.25	5,9	5.408.131.917,0	5,0
Inscrição de Crédito em Dívida Ativa	24.85	3,8	7.655.659.823,3	7,1
Parcelamento Rescindido	24.03	3,7	1.808.153.224,9	1,6
Citação do(S) Sócio(S)	20.78	3,2	2.632.770.513,6	2,4
Suspensão e/ou Sobrestamento da Ação	19.56	3,0	1.475.458.998,9	1,3
Créd. em Cobr. Amig. Val. até 5000 Reais	19.21	2,9	42.936.987,7	0,0
Pré-Inscrição de Crédito	18.59	2,8	6.213.473.193,0	5,8
Hasta Pública / Designada	17.05	2,6	1.408.854.062,0	1,3
Intimação	13.08	2,0	1.382.823.178,0	1,2
Créd. Inscrito sem Condic. de Ajuizamento	12.72	1,9	143.773.846,8	0,1
Emissão de Peças Processuais	12.53	1,9	195.630.934,9	0,1
Parcelamento Cancelado	12.21	1,9	440.588.967,4	0,4
Impugnação aos Embargos	12.08	1,8	4.262.091.814,9	3,9
Pedido Habilitação ou Pagamento/Reserva	7.87	1,2	1.831.236.207,6	1,7
Embargos do Devedor	7.05	1,1	2.978.804.420,1	2,7
Arquivamento Provisório da Ação	6.67	1,0	256.377.414,9	0,2
Recurso e/ou Apelações	5.50	0,8	1.423.372.520,6	1,3
Suspensão de Exigibilidade com Depósito	5.38	0,8	3.457.800.712,9	3,2
Suspensão de Exigibilidade sem Depósito	39.42	6,1	13.540.332,2	12,6
TOTAL	643.56	10	106.965.095.613,0	10

Fonte: Sistema Informar em 23.05.2005

Após análise dos dados obtidos, verificamos a existência de um elevado número de créditos previdenciários nas seguintes situações: Fase 518 - *Pré-Inscrição* (18.595 processos), fase em que os processos encontram-se nas Procuradorias Federais Especializadas/INSS para serem adotados os procedimentos administrativos de inscrição desses em dívida ativa; Fase 520 - *Inscrição de Crédito em Dívida Ativa* (24.857 processos), situação em que os créditos previdenciários encontram-se inscritos em dívida ativa e aguardando a ação da PFEs/INSS no sentido de promover o ajuizamento da ação de execução fiscal e *Emissão de Peças Processuais* (12.535), perfazendo um total de R\$ 14.064.763,95. Vale ressaltar que desse montante (55.987 processos) cerca de 70% (setenta por cento) estão nas respectivas fases há mais de 100 dias, caracterizando a ausência de tempestividade da ação administrativa nos procedimentos de inscrição do crédito em dívida ativa e ajuizamento da ação fiscal correspondente.

Outra questão a ser destacada diz respeito ao processo de localização de bens para penhora pelas Procuradorias Federais Especializadas junto ao INSS. Quando o devedor citado pela Justiça para efetuar o pagamento ou oferecer bens em garantia, não o faz, cabe ao INSS indicar os bens para penhora, sob pena de ver a ação judicial suspensa ou sobrestada nos termos do Art. 40. Lei 6.830/80, que diz:

Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição.

§ 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública.

§ 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos.

§ 3º - Encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução.

Em consulta realizada no sistema INFORMAR acerca dos créditos nas fases "Suspensão da Ação Art. 40 Lei 6830/80 (608)", "Suspensão e/ou Sobrestamento da Ação (609)" e "Pedido de Penhora e/ou Reforço de Penhora (624)", fases que caracterizam a necessidade de localização de bens dos devedores para penhora, no âmbito da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, no dia 25.05.2005, foram localizados 119.693 (cento e dezenove mil, seiscentos e noventa e três) processos.

Créditos Sobrestados por Fase - PEF/INSS/DF

Fase Atual	Freq.	Valor
Pedido de Penhora e/ou Reforço de Penhora	55.737	10.292.433.961,98
Suspensão da Ação Art. 40 Lei 6830/80	44.391	1.774.564.155,81
Suspensão e/ou Sobrestamento da Ação	19.565	1.475.458.998,90
Total	119.693	13.542.457.116,69

Fonte: Sistema INFORMAR em 05/12/2004

Estes processos permanecem em cada fase durante meses ou anos, sendo que o tempo médio de permanência nas fases "Suspensão e/ou Sobrestamento da Ação (609)", "Pedido de Penhora e/ou Reforço de Penhora (624)" e "Suspensão da Ação Art. 40 Lei 6830/80 (608)" é de 1.500, 1.400 e 2.300 dias, respectivamente. Ou seja, são 4 anos nas duas primeiras fases e mais 6 anos na fase seguinte.

Na área de benefício, com referência a pagamentos indevidos de benefícios previdenciários e assistenciais,

identificamos, em análises procedidas nos relatórios de auditoria de acompanhamento, situações inadequadas em relação aos citados benefícios.

Conforme contido no Relatório de Auditoria nº 101351/2002, foram realizados exames utilizando informações das bases de dados do sistema de benefício do mês de setembro de 2001 com confirmação das informações no mencionado sistema em 2002, de todas as Gerências/Agências do INSS, com o objetivo de verificar e avaliar a confiabilidade e legitimidade dos registros informatizados e os mecanismos de controle na concessão e manutenção dos abonos de permanências em serviço.

Os levantamentos e análises realizados constatarem a existência de descumprimento da legislação previdenciária, ausência de monitoramento e acompanhamento no processo de concessão e manutenção do abono (espécies 47 e 48), falha na crítica do sistema de benefício, ausência de cruzamento de informações com outras bases de dados, bem como falta de integração com outros regimes de previdências.

As inconsistências/irregularidades constatadas geraram pagamentos indevidos acima de R\$87 milhões, sem levar em consideração a atualização monetária de acordo com a Lei e as ratificações das situações que precisam ser realizadas pelo INSS. Estão gerando, ainda, pagamentos mensais em torno de R\$939 mil e anuais em torno de R\$12,5 milhões.

Podemos afirmar que essas inconsistências ocorreram devido a vários fatores, os quais destacamos:

- a) falta de monitoramento e acompanhamento por parte da área de benefício;
- b) falhas nas críticas dos Sistemas;
- c) falha na alimentação dos dados cadastrais;
- d) falta de confrontos com outras bases de dados;
- e) ausência de ações sistemáticas pelos órgãos responsáveis pela avaliação dos Controles Internos.

Em 27.01.2005, por meio do Relatório de Auditoria nº 161968/2004, a DSPAS/SFC efetuou cruzamento das bases de dados dos sistemas previdenciários, de outubro de 2004, e evidenciamos que ainda persistem cerca de 69,30% das situações de inconsistências/irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria nº 101351/2002.

Essas inconsistências/irregularidades estão gerando pagamentos indevidos em torno de R\$ 873.170,44 mensais e anuais de R\$ 10.478.045,28. Esclarecemos que os prejuízos estão acima R\$ 57.489.020,40, não considerando as devidas correções, conforme apontado no item 4.1.2.19 deste relatório.

No período de 25.11.2004 a 14.1.2005, conforme Relatório de Auditoria nº 159481/2004, foi realizada, por meio do cruzamento de informações do Sistema Único de Benefícios - SUB e do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS (GFIP - remuneração e vínculo empregatício), referente às aposentadorias de invalidez espécies 32 e 92, auditoria de acompanhamento com o objetivo de verificar se houve retorno à atividade laboral dos beneficiários após a concessão de suas aposentadorias.

Identificou-se, conforme contido no referido relatório de auditoria, fragilidades no processo de manutenção das aposentadorias por invalidez; beneficiários exercendo atividade remunerada após a concessão de suas aposentadorias por invalidez e pagamentos irregulares de 7.495 benefícios, que representam um total indevido de R\$ 80.939.974,19. Registra-se que as situações identificadas permanecem sem solução pela Unidade, conforme apontado no item 4.1.2.18 deste relatório.

No período de 25.11.2004 a 14.1.2005, conforme Relatório de Auditoria nº 159480/2004, foi realizada auditoria de acompanhamento, por meio do cruzamento de informações do Sistema Único de Benefícios - SUB e do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS (GFIP - remuneração e vínculo empregatício), referente aos auxílios doenças espécies 31 e 91, com o objetivo de verificar se os beneficiários retornaram à atividade laboral após a concessão dos auxílios.

Identificou-se, conforme contido no referido relatório de auditoria, fragilidades no processo de manutenção dos auxílios doenças; beneficiários exercendo atividade remunerada após a concessão de seus auxílios doenças e pagamentos irregulares de 4.574 benefícios, que representam um total indevido mensal de cerca de R\$ 4.550.316,09, anualmente cerca de R\$ 59.154.109,17 e um total indevido de R\$ 94.903.693,73, sem levar em consideração atualização monetária, conforme relatado no item 4.1.2.17 deste relatório.

Por meio da Ordem de Serviço nº 135726/2004, a DSPAS/SFC realizou auditoria, no período de 10.2.2004 a 30.4.2004, com o propósito de avaliar o processo de concessão e manutenção de benefícios previdenciários - Pensão por Morte (Espécie 22).

Os exames foram efetuados utilizando informações e cruzamento das bases de dados dos sistemas informatizados da Previdência Social (CNIS, Sistema de Benefícios-SISBEN, Sistema de Óbito-SISOBI e Histórico de Crédito-HISCRE) e Sistema de Administração de Pessoal - SIAPE, e consultas aos gestores, ao Sistema SISBEN, legislações e normas previdenciárias internas.

Após as análises efetuadas, verificou-se que das 3.016 Pensões por Morte de servidores públicos (Espécie 22) analisadas, 2.921 (96,85%) estão com dados incorretos/incompletos como ausência de informações do nome do instituidor da pensão, do nome de sua mãe, da data de nascimento, data do óbito, C.P.F., Número de Identificação do Trabalhador - NIT. Constatou-se, também, sistemas de benefícios vulneráveis, suscetíveis a fraudes e erros; pagamentos em duplicidade; concessões após a Lei, sem a devida comprovação legal; pagamento sem identificação do segurado/instituidor; etc.; pensões por Morte Espécie 22 de ex-servidores públicos continuam sendo pagas pelo INSS, descumprindo a determinação do Acórdão TCU nº 94, de 24.2.2003; pagamentos indevidos em torno de R\$153 mil mensais e cerca de R\$ 2 milhões anuais, por duplicidade de pagamento entre os Órgãos de origem do segurado/instituidor e o INSS.

Sobre estas questões, o gestor informou que está adotando providências com vistas a sanar as irregularidades apontadas, entretanto, em consulta à maciça de pagamento de benefício, referente ao mês de fevereiro de 2005, verificou-se que existem ainda 2.238 benefícios ativos da espécie 22, envolvendo diversas agências previdenciárias, conforme apontado no item 4.1.1.10 deste relatório. Dessa forma, verifica-se que apesar do tempo decorrido não houve o atendimento por completo das determinações do TCU e tampouco das recomendações da SFC/CGU, portanto, essas irregularidades ainda permanecem necessitando de medidas mais eficazes para a solução definitiva.

No que se refere às fiscalizações realizadas nos Municípios por meio dos Sorteios Públicos, foram confrontados, em 2003 e 2004, as informações de óbitos registradas no livro C dos Cartórios com as informações constantes do Sistema de Óbito - SISOBI do INSS, no sentido de verificar se os cartórios estão enviando regularmente as informações de óbitos ao INSS, e se o INSS está registrando tempestivamente essas informações no SISOBI.

Como resultado dos trabalhos realizados, identificou-se os seguintes impactos negativos:

- a) divergências entre dados (nome do falecido, CPF, nome da mãe) registrados no SISOBI e os registrados no Livro C do Cartório;
- b) divergência de registros de óbitos entre o SISOBI - Sistema de Óbitos e o Livro C do Cartório - Tem óbito no Livro C e não tem no SISOBI;

- c) divergência de registros de óbitos entre o SISOBÍ - Sistema de Óbitos e o Livro C do Cartório - Tem óbito no SISOBÍ e não tem no Livro C;
- d) o Cartório não comprovou a entrega dos registros de óbito ao INSS;
- e) entrega dos registros de óbitos ao INSS fora do prazo determinado pela lei.

Conforme relatório consolidado, elaborado pela DSPAS/SFC, foram apontadas como causas que determinam as irregularidades apontadas a ausência de acompanhamento e monitoramento pela Gerência Executiva do INSS, ausência de relatórios gerenciais para monitoramento e acompanhamento no processo de concessão, manutenção e revisão de benefício, falha nas críticas dos sistemas, falta e falha de integração e cruzamento de informações de base de dados dos sistemas (SUB, PRISMA, CNIS, SISOBÍ, CPF - Receita Federal). O assunto continua pendente, tendo em vista que não houve resposta/atendimento de todas as Solicitações de Auditorias encaminhadas.

Reforçando o posicionamento desta equipe de auditoria no que se refere à qualidade do atendimento oferecido pelo INSS a seus usuários, constatamos o crescente número de demandas existentes na Ouvidoria-Geral do MPS. Nas análises procedidas nos relatório da citada Unidade, verifica-se que os mesmos contêm, basicamente, reclamações e denúncias, demonstrando assim o alto índice de insatisfação dos usuários dos serviços do INSS.

Acerca da qualidade dos serviços prestados pelo INSS à sociedade, cabe ainda registrar as informações contidas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual - SIGPLAN. Em consulta realizada no referido sistema, sobre os índices definidos para os programas básicos de responsabilidade da Unidade, constata-se que 55% desses não foram devidamente apurados e o restante em sua grande maioria sofreu uma piora considerável. O quadro a seguir descreve a situação identificada.

Indicador	Medidas		
	Inicial	2004	Final
Programa: 0084 - Arrecadação de Receitas Previdenciárias			
Número-índice de Crescimento Real da Arrecadação Previdenciária	100,00	110,06	110,80
Taxa de Recuperação de Créditos Previdenciários	5,60	3,21	7,24
Programa: 0083 - Previdência Social Básica			
Taxa de Proteção da População Acima de 60 Anos Pela Previdência	81,00	-	85,00
Taxa de Retorno de Segurados Incapacitados Para	62,00	-	66,00

o Trabalho			
Taxa de Solução de Demandas	70,00	-	78,00
Taxa de Solução dos Processos Em Estoque No Conselho de Recursos da Previdência Social	42,97	-	60,00
Programa: 0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários			
Grau de Satisfação No Atendimento	8,38	-	9,00
Idade Média do Acervo de Solicitações de Benefícios	59,00	117,00	55,00
Prazo de Concessão de Benefícios	18,00	28,00	13,00

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta aos questionamentos feitos nos citados relatórios de auditoria, solicitando justificativas para as questões apontadas, os gestores da Unidade informaram que as ocorrências descritas são decorrentes, basicamente, da ausência de infra-estrutura das unidades descentralizadas, carência de servidores em relação à carga de trabalho existente, falta de investimento no parque tecnológico e falta de capacitação de servidores.

RESPONSÁVEL(EIS) POTENCIAL(IS)

CPF	NOME	CARGO
740.221.488-53	TAITI INENAMI	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
008.349.391-34	CARLOS GOMES BEZERRA	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
012.420.648-42	BENEDITO ADALBERTO BRUNCA	DIRETOR DE BENEFÍCIO
471.824.900-72	EDUARDO BASSO	DIRETOR DE BENEFÍCIO
025.195.774-87	RUI CESAR DE VASCONCELOS LEITÃO	DIRETOR DE BENEFÍCIO
554.360.640-00	JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA	PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA/INSS
049.357.298-80	HENRIQUE AUGUSTO GABRIEL	PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA/INSS
333.196.770-04	JEFFERSON CARLOS CARUS GUEDES	PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA/INSS
074.140.803-15	ANA ADAIL FERREIRA DE MESQUITA	COORDENADOR-GERAL DE BENEFÍCIO
485.746.356-34	CARLOS JOSÉ DO CARMO	COORDENADOR-GERAL DE BENEFÍCIO
167.029.566-49	CARLOS ROBERTO BISPO	DIRETOR DE RECEITA PREVIDENCIÁRIA
271.873.144-34	LIEDA AMARAL DE SOUZA	DIRETOR DE RECEITA PREVIDENCIÁRIA
002.358.468-80	OCENIR SANCHES	DIRETOR DE RECEITA PREVIDENCIÁRIA

TODOS OS GERENTES EXECUTIVOS DO INSS

AVALIAÇÃO DA SFC:

Verifica-se que, além do quantitativo de servidores e das condições precárias de trabalho, a Unidade também carece de ações de caráter gerencial no sentido de que seja possível o desenvolvimento eficaz e eficiente de suas competências institucionais.

Podemos destacar, dentre outras, os seguintes gargalos gerenciais que determinaram as ocorrências descritas anteriormente:

- a) morosidade na implantação do Novo Modelo de Gestão do INSS - NMG e do Plano Diretor de Tecnologia e Informação do INSS - PDTI, ambos inseridos no Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social - PROPREV, projeto concebido com o propósito de transformação nos procedimentos, rotinas de trabalho, práticas gerenciais e administrativas, unificação das bases de dados, desenvolvimento de sistemas e implantação de módulos operacionais que garantam a integração e o controle em todas as áreas de atuação do INSS (arrecadação, benefício, contencioso administrativo e judicial, logística e Recursos Humanos);
- b) Ausência de uma rotina de revisão dos dados constantes do Sistema Único de Benefícios;
- c) ausência de metodologia consistente no sentido de agilizar o processo de localização de bens de devedores da previdência social;
- d) fragilidades no processo de homologação dos sistemas corporativos do INSS, tendo em vista a reincidência de falhas e críticas sistêmicas.
- e) falta de tempestividade na implementação das recomendações dos agentes de controle atuantes sobre o INSS, dentre os quais destacamos a Ouvidoria-Geral do MPS, o Tribunal de Contas da União, a Secretaria Federal de Controle e o Ministério Público da União;
- f) ausência de relatórios gerenciais que permitam o acompanhamento e a supervisão do processo de concessão, manutenção e revisão de benefícios previdenciários e assistenciais;
- g) falha nas críticas dos sistemas, falta e falha de integração de informações de base de dados dos sistemas (SUB, PRISMA, CNIS, SISOB, SIPREV), bem como falta de cruzamento com sistemas corporativos de outros Órgãos (Ministério da Saúde, INCRA, Ministério do Trabalho, Secretaria da Receita Federal e etc.).

RECOMENDAÇÃO:

Assim sendo, considerando as questões apontadas, os gargalos gerenciais identificados e as recomendações efetuadas nos itens próprios deste relatório, recomendamos o seguinte:

- Que a Diretoria Colegiada do INSS:

- a) conceda a devida celeridade ao processo de implantação do PROPREV (Novo Modelo de Gestão e Plano Diretor de Tecnologia da Informação), de forma que seja viabilizada a transformação nos procedimentos, rotinas de trabalho, práticas gerenciais e administrativas, unificação das bases de dados, desenvolvimento de sistemas e implantação de módulos operacionais que garantam a integração e o controle em todas as áreas de atuação do INSS e evitado o desperdício na utilização dos recursos existentes no projeto;
- b) proceda, junto aos órgãos de controle, o estabelecimento de um plano de implementação das recomendações, contendo, a forma, os responsáveis e os respectivos prazos para adoção das soluções propostas, referentes a: ausência de uma rotina de revisão dos dados constantes do Sistema Único de Benefícios; ausência de metodologia consistente no sentido de agilizar o processo de localização de bens de devedores da previdência social; fragilidades no processo de homologação dos sistemas corporativos do INSS, tendo em vista a reincidência de falhas e críticas sistêmicas; falta de tempestividade na implementação das recomendações dos agentes de controle atuantes sobre o INSS, dentre os quais destacamos a Ouvidoria-Geral do MPS, o Tribunal de Contas da União, a Secretaria Federal de Controle e o Ministério Público da União; ausência de relatórios gerenciais que permitam o acompanhamento e a supervisão do processo de concessão, manutenção e revisão de benefícios previdenciários e assistenciais; falha nas críticas dos sistemas, falta e falha de integração de informações de base de dados dos sistemas (SUB, PRISMA, CNIS, SISOBI, SIPREV), bem como falta de cruzamento com sistemas corporativos de outros Órgãos (Ministério da Saúde, INCRA, Ministério do Trabalho, Secretaria da Receita Federal e etc.); divergências entre dados (nome do falecido, CPF, nome da mãe) registrados no SISOBI e os registrados no Livro C do Cartório; divergência de registros de óbitos entre o SISOBI - Sistema de Óbitos e o Livro C do Cartório - Tem óbito no Livro C e não tem no SISOBI; divergência de registros de óbitos entre o SISOBI - Sistema de Óbitos e o Livro C do Cartório - Tem óbito no SISOBI e não tem no Livro C; o Cartório não comprovou a entrega dos registros de óbito ao INSS; entrega dos registros de óbitos ao INSS fora do prazo determinado pela lei;

- c) estabeleça metodologia no sentido agilizar o processo de localização dos bens de contribuintes a serem oferecidos como penhora, articulando procedimentos, junto aos órgãos que sabidamente são detentores de tais informações, para a pesquisa consolidada evitando a atividade pontual e demorada;
- d) determine aos agentes responsáveis pela homologação dos sistemas informatizados da Unidade que desenvolvam metodologia de controle de versões e de solicitações, visando garantir que as falhas que foram objeto de correção não sejam reincidentes, bem como responsabilizar o prestador de serviço pela ocorrência indevida;
- e) estabeleça um cronograma definindo prazos para que os estoques de processos na fase de "Pré-inscrição" sejam devidamente inscritos em dívida ativa e os na fase de "Inscrição de Crédito em Dívida Ativa" seja procedido o ajuizamento da ação de execução fiscal;
- f) identifique e determine a emissão de relatórios e a realização de consultas que permitam o efetivo monitoramento e avaliação das informações registradas, de forma a garantir uma atuação mais eficaz dos gestores da Previdência Social;
- g) regularize todas as irregularidades, impropriedade e falhas apontadas neste item, em relação as concessões e manutenções de benefícios, estabelecendo cronograma e definindo prazo; e
- h) adote providências, se já não o fez, para apurar responsabilidades pelas irregularidades apontadas, neste item, de acordo com a Lei 8112/90.

- Que a Diretoria de Receitas Previdenciárias (atual Secretaria de Receitas Previdenciárias-MPS):

- a) estabeleça um cronograma definindo prazos para que os o processo de planejamento operacional da Área de Fiscalização contemple efetivamente, em suas ações, o combate à sonegação fiscal previdenciária;
- b) proceda, junto aos órgãos de controle, o estabelecimento de um plano de implementação das recomendações, contendo, entre outros, a forma, os responsáveis e os respectivos prazos para adoção das soluções propostas, referente a: falta de tempestividade da atuação da administração no contencioso administrativo; fragilidades no processo de emissão de Certidões Negativas de Débito - CND e Certidões Positivas de Débitos com Efeito de Negativa - CPD-EN; ausência de procedimento sistemático de monitoramento da adimplência dos parcelamentos, causando morosidade na cobrança desses; ausência de processo sistemático de monitoramento (acompanhamento e supervisão) das liberações de certidões pelas APSS; os sistemas do INSS não indicam, após a emissão das

certidões, a solução ou não das pendências relacionadas no PCND; ausência de procedimento sistematizado de controle da documentação que autoriza a emissão de certidões quando da existência de créditos constituídos em fases/situações definidas como impeditivas; os erros geradores de restrições passíveis de atualizações não são corrigidos nos sistemas do INSS, de forma que possa ser evitada repetições desnecessárias de verificações a cada novo pedido de certidão.

6. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. SUBÁREA - ANÁLISE DA PROGRAMAÇÃO

6.1.1. ASSUNTO - PREVISÃO E REALIZAÇÃO DAS RECEITAS

6.1.1.1 - INFORMAÇÃO:

A receita inicial prevista para o exercício de 2004 foi de R\$ 93.639.741.276,00. A receita realizada atingiu o montante de R\$ 95.706.430.160,57, estando distribuída conforme a seguir:

Categoria Econômica	Receita Prevista	Execução da Receita
RECEITAS CORRENTES	91.567.846.843,00	95.496.932.401,89
	247.301.140,00	194.920.113,95
	1.818.127.969,00	
RECEITAS DE CAPITAL	6.465.324,00	14.577.644,73
Total	93.639.741.276,00	95.706.430.160,57

Fonte SIAFI GERENCIAL

Comparando o exercício de 2004 com o de 2003, houve um acréscimo de 15% no total da receita realizada, entretanto, tal valor não foi suficiente para cobrir as despesas do Órgão, tendo sido necessário um aporte da União de R\$ 40.034.832.944,35, conforme Balanço Orçamentário contido na Prestação de Contas do INSS, para o exercício de 2004.

Por fonte de recurso, a receita realizada, apresentou os seguintes saldos:

Fonte de Recursos		Receita Realizada
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	205.745.620,56
54	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	94.462.348.172,48
80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.023.759.202,16
90	RECURSOS DIVERSOS	-479,36
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	14.577.644,73

		95.706.430.160,57
--	--	--------------------------

Fonte: SIAFI Gerencial

6.1.2. ASSUNTO - FIXAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS**6.1.2.1 INFORMAÇÃO:**

Nos trabalhos referentes à auditoria de acompanhamento de gestão realizados nas Gerências Executivas do INSS nos Estados, pelas Unidades da CGU estaduais, verificou-se que não houve irregularidades na execução das receitas e despesas nas Gerências Executivas do INSS em Teresina/PI (Relatório CGU nº 153400), Belém/PA(Relatório CGU nº 153397), Vitória/ES(Relatório CGU nº 153392), Rio Branco/AC (Relatório CGU nº 153389), João Pessoa/PB(Relatório CGU nº 153398) e Campo Grande/MS(Relatório CGU nº 153394). Entretanto, foram identificadas impropriedades nas Gerências Executivas de: Manaus/AM (Relatório CGU nº 153390), Palmas/TO (Relatório CGU nº 153402), Macapá/AP (Relatório CGU nº 153391), Recife/PE (Relatório CGU nº 153399), Porto Alegre/RS(Relatório CGU nº 153692), São Paulo/SP (Relatório CGU nº 153406) e Natal/RN(Relatório CGU nº 153404). Esclarecemos que os levantamentos realizados pelas CGU estaduais foram por amostragem.

Os mencionados relatórios foram encaminhados ao Diretor-Presidente do INSS para conhecimento e providência, por meio do Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.02.2005.

Os resultados dos trabalhos serão relatados a seguir.

6.1.2.3 INFORMAÇÃO:

De acordo com informações extraídas do SIAFI Gerencial e da Lei nº 10.837, 16.1.2004, a dotação inicial prevista era de R\$ 129.246.669.478,00, para o atendimento da programação do órgão no exercício de 2004. Tendo ocorrido um crédito suplementar de R\$4.049.386.056,00, a despesa autorizada passou a ser de R\$133.315.055.538,00.

Categoria Econômica	Grupo de Despesa	Crédito Inicial
DESPESAS CORRENTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.832.988.863,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	124.392.728.615,00
DESPESAS DE CAPITAL	INVESTIMENTOS	39.952.000,00
SubTotal		129.265.669.478,00
Crédito suplementar		4.049.386.056,00
Total		133.315.055.538,00

Fonte: SIAFI Gerencial

Durante o exercício o INSS recebeu descentralização líquida de R\$4.591.540.682,21, passando a sua despesa fixada total para R\$ 137.906.596.220,21.

Constatamos divergência entre os valores apurados pela equipe e o apresentado no Relatório de Gestão do INSS, exercício 2004, item 5.3.1.1. Tal diferença é relativa a recursos executados pela Unidade de Execução Local - PROPREV, recursos externos, no valor de R\$ 19.003.806,00. Entretanto, discordamos da retirada desse valor do Relatório de Gestão, uma vez que a previsão orçamentária é do INSS, independente da sua origem:

Categoria Econômica	Grupo de Despesa	Fonte SIAFI e LOA 2004	Crédito Inicial Relatório de Gestão	Diferença
DESPESAS CORRENTES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.832.988.	4.832.988	0,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	124.392.728	124.385.724	7.004
DESPESAS DE CAPITAL	INVESTIMENTOS	39.952	27.952	12.000
SubTotal		129.265.669	129.246.665	19.004
Crédito suplementar		4.049.3860	4.049.386	0,00
Total		133.315.055	133.296.051	19.004

Valores em R\$ mil

No exercício de 2004 o INSS recebeu descentralização interna do Ministério da Assistência Social e do Fundo Nacional de Assistência Social, no valor total de R\$ 7.616.198.166,00, referente à execução dos programas 0065 - Proteção Social a Pessoa Portadora de Deficiência e 1282 - Proteção Social a Pessoa Idosa.

O Orçamento, por programa, têm a seguinte distribuição:

Programa	Dotação Inicial Fixada	Descentralização de Crédito	Total da Despesa
0065 PROTECAO SOCIAL A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA	0,00	4.571.700.314,00	4.571.700.314,00
0083 PREVIDENCIA SOCIAL BASICA	124.289.735.111,00	-423.728,00	124.289.311.383,00
0084 ARRECADACAO DE RECEITAS PREVIDENCIARIAS	187.791.624,00	0,00	187.791.624,00
0085 QUALIDADE DOS SERVICOS PREVIDENCIARIOS	34.265.327,00	0,00	34.265.327,00
0087 GESTAO DA POLITICA DE PREVIDENCIA SOCIAL	7.307.013,00	293.192,49	7.600.205,49
0088 INDENIZACOES E PENSOES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIA	704.163.030,00	0,00	704.163.030,00
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	2.730.320.098,00	0,00	2.730.320.098,00

0750	APOIO ADMINISTRATIVO	2.100.978.379,00	-9.603.331,16	2.091.375.047,84
0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	3.260.494.956,00	-3.017.569.160,09	242.925.795,91
1009	REGIMES DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DA UNIAO, EST	0,00	365.542,97	365.542,97
1079	PROTECAO PREVIDENCIARIA	0,00	2.280.000,00	2.280.000,00
1282	PROTECAO SOCIAL A PESSOA IDOSA	0,00	3.044.497.852,00	3.044.497.852,00
Total:		133.315.055.538,00	4.591.540.682,21	137.906.596.220,21

Fonte: SIAFI Gerencial

6.1.2.2 CONSTATAÇÃO:

Ausência de integração entre o Plano Anual e o Orçamento da Unidade

No intuito de verificar como se processa a formulação da Proposta Orçamentária no âmbito do INSS, foi emitida a Solicitação de Auditoria nº 160221-34, de 16.5.2005, solicitando que fosse descrito o processo.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta foi encaminhado o Ofício/INSS/DOFL/CGOFCNº 119, de 23 de maio de 2005, esclarecendo que:

"No campo constitucional devem ser observadas as definições das políticas e diretrizes de governo, explicitadas no Plano Plurianual - PPA, as disposições estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e pela Lei Complementar 101/2000 - LRF.

No campo organizacional considera-se o estabelecimento das ações e metas do INSS configuradas no seu Plano Estratégico de Ação e refletidas no Planejamento Anual Integrado.

Observadas as considerações acima, o processo de formulação da proposta orçamentária inicia-se com a elaboração da Pré-proposta Orçamentária. Para tanto a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade com base na Lei de Diretrizes orçamentária e nas orientações emanadas pela CORFI/SPOA/MPS, estabelece alguns critérios a serem seguidos pelas diversas Unidades Administrativas do INSS. Cada área do órgão (benefício, arrecadação, procuradoria, auditoria, logística e serviços gerais, diretoria colegiada, etc.), apresenta sua programação de ações

para o exercício seguinte. Nos casos em que houver expansão, estas são devidamente justificadas.

A Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, em posse da programação de TODAS AS ÁREAS DO INSS e suas projeções nos Estados, e com o TETO (limite) proposto pela Secretaria de Orçamento Federal / SOF, faz os devidos ajustes, analisando a série histórica de todos os gastos, e avaliando as solicitações apresentadas.

Na conclusão dos trabalhos de elaboração da Pré-Proposta Orçamentária do INSS, já estarão identificadas as "ações que estarão totalmente atendidas pelo Projeto de Lei Orçamentária (PLOA)" e as "ações que precisarão de Crédito Suplementar para atender as necessidades do órgão", que em alguns casos são sempre as mesmas (*).

Após os trâmites no âmbito do INSS, a Pré-Proposta é submetida ao MPS, via Coordenação de Orçamento e Finanças da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento / SPOA e encaminhada "consolidada com a do MPS" ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão / MP, antes de ser apreciada pelo Congresso Nacional."

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mende Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

AVALIAÇÃO DA SFC:

O Plano Anual do Órgão tem como finalidade definir suas metas e programação para sua realização no ano. Para isso a programação tem que estar refletida no Orçamento da Unidade. Assim, será possível avaliar as reais necessidades do Órgão, apresentar suas dificuldades operacionais e principais entraves gerenciais.

A ausência de planejamento gera disfunções como as apresentadas nos itens deste relatório referentes à execução orçamentária do órgão, uma vez que a forma de propor o Orçamento é levando em consideração a série histórica e não as necessidades relacionadas aos objetivos estratégicos, os quais só serão definidos posteriormente ao envio da Proposta.

Assim, observamos que a ausência de planejamento tem gerado disfunções na execução orçamentária da Unidade, pois, despesas, incluídas as de caráter obrigatório, têm apresentado problemas de subestimação, caso do salário-família e salário-maternidade, durante o exercício, e outras, aparentemente, têm apresentado superestimação, pois têm sido usadas indiscriminadamente no pagamento de despesas.

Cabe destacar o contido no Ofício/INSS/DC Nº 544, de 08 de junho de 2005, em resposta à SA nº 160221-49, desta Secretaria Federal de Controle Interno, em que foi solicitado informar as razões que inviabilizaram, no exercício de 2004, a integração do Plano Anual à Proposta Orçamentária, bem como as ações adotadas pela Unidade no sentido de sanar tal ocorrência:

"Apesar dos esforços da Coordenação Geral de Controladoria de antecipar as discussões sobre o planejamento, isto na realidade não ocorreu na elaboração do Planejamento para 2004, o qual só foi construído a partir do mês de novembro de 2003, quando a Proposta Orçamentária para 2004 já estava no Congresso para aprovação.

A partir daí foi feito o diagnóstico das necessidades das Unidades Descentralizadas do INSS e ajustado ao valor aprovado para o exercício.

Para sanar esta dificuldade realizamos a fase para definições qualitativa das metas antes do encaminhamento da proposta orçamentária do INSS para o Exercício de 2005 e estamos definindo objetivos estratégicos e metas para 2006 em tempo hábil para influenciar a proposta orçamentária para 2006."

Cabe ressaltar a importância da área de orçamento e finanças para a Previdência Social, onde um processo gerencial eficiente e eficaz irá possibilitar que sejam atendidas as metas previstas, a consecução dos objetivos estratégicos e o fim social da Previdência Social.

RECOMENDAÇÃO:

Diante do exposto, e tendo em vista que a área de planejamento está procurando antecipar o planejamento, recomendamos à área de orçamento que antecipe o planejamento do Órgão de forma conjunta com o planejamento, permitindo que quando da preparação da proposta orçamentária, o mesmo possa refletir de forma racional os objetivos da unidade, seus custos, prazos, responsáveis, possíveis entraves gerenciais.

6.2. SUBÁREA - ANÁLISE DA EXECUÇÃO

6.2.1 - ASSUNTO - EXECUÇÃO DAS DESPESAS**6.2.1.1 INFORMAÇÃO:**

Do total fixado para a despesa do Órgão, R\$ 137.906.596.220,21, foi executado 137.266.531.542,03, não tendo sido executado o total de R\$ 640.064.678,18.

A execução da despesa do INSS, no exercício de 2004, distribuída entre os programas executados, compreendeu:

Programa		Despesa Executada	%
0065	PROTECAO SOCIAL A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA	4.570.612.105,62	3,33
0083	PREVIDENCIA SOCIAL BASICA	123.790.506.135,04	90,18
0084	ARRECADACAO DE RECEITAS PREVIDENCIARIAS	91.376.462,66	0,067
0085	QUALIDADE DOS SERVICOS PREVIDENCIARIOS	29.322.746,92	0,021
0087	GESTAO DA POLITICA DE PREVIDENCIA SOCIAL	7.182.643,93	0,005
0088	INDENIZACOES E PENSOES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIA	702.327.696,71	0,512
0089	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	2.730.315.206,48	1,989
0750	APOIO ADMINISTRATIVO	2.056.960.502,65	1,499
0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	242.713.826,57	0,177
1009	REGIMES DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DA UNIAO, EST	176.105,35	0,0001
1079	PROTECAO PREVIDENCIARIA	1.724.291,75	0,001
1282	PROTECAO SOCIAL A PESSOA IDOSA	3.043.313.818,35	2,217
Total		137.266.531.542,03	

* fonte SIAFI Gerencial

A execução, por natureza da despesa, ficou distribuída conforme demonstrado abaixo:

Natureza da Despesa		Total Executado	
339001	APOSENTADORIAS E REFORMAS	81.994.749.884,24	59,73
339003	PENSOES	27.690.022.044,44	20,17
339005	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	13.289.457.193,31	9,68
339006	BENEFICIO MENSAL AO DEFICIENTE E AO IDOSO	7.575.184.308,22	5,52
319001	APOSENTADORIAS E REFORMAS	2.152.646.222,65	1,57
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.423.819.095,91	1,04
319003	PENSOES	897.308.674,43	0,65
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	654.307.421,16	0,48
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	271.851.187,46	0,20
319013	OBRIGACOES PATRONAIS	254.337.836,87	0,19
339091	SENTENCAS JUDICIAIS	246.254.694,39	0,18
319091	SENTENCAS JUDICIAIS	244.617.728,44	0,18

339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	107.233.843,76	0,08
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	95.074.915,64	0,07
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	92.772.278,17	0,07
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	60.524.363,03	0,04
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	56.408.256,93	0,04
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	29.560.888,81	0,02
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	29.448.422,75	0,02
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	28.788.371,10	0,02
339030	MATERIAL DE CONSUMO	27.096.738,77	0,02
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	13.474.151,31	0,01
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	11.477.581,99	0,01
339032	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	5.797.869,44	0,00
319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.407.827,66	0,00
339008	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	4.736.174,18	0,00
319008	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	3.221.478,65	0,00
449051	OBRAS E INSTALACOES	583.889,32	0,00
319096	RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	264.358,58	0,00
449092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	103.828,62	0,00
319009	SALARIO-FAMILIA	11,80	0,00
	TOTAL	137.266.531.542,03	

*Fonte SIAFI Gerencial

Fazendo uma análise das despesas (por natureza), executadas em 2004, em comparação com as executadas no exercício de 2003, verificamos um aumento substancial de despesas relativas ao pagamento de Aposentadorias e Pensões em 18%, Pensões em 10%, Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso em 68%, Despesa de Exercícios Anteriores em 44%, Passagem e Despesa com Locomoção em 59%, Obras e Instalações em 987%, Indenizações e Restituições em 87%, e Obrigações Patronais em 62%.

DESPESAS	2004	2003*
APOSENTADORIAS E REFORMAS	81.994.749.884,24	68.958.160.123,47
PENSOES	27.690.022.044,44	25.088.150.498,64
BENEFICIO MENSAL AO DEFICIENTE E AO IDOSO	7.575.184.308,22	4.505.517.516,74
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	285.429.167,39	197.880.178,80
OBRIGACOES PATRONAIS	254.337.836,87	156.849.460,01
INDENIZACOES E RESTITUICOES	95.074.915,64	50.739.328,89
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	28.788.371,10	18.083.338,94
OBRAS E INSTALACOES	583.889,32	59.103,23

* Informações do Relatório de Auditoria de Gestão nº 139816/2004-INSS

6.2.1.2 CONSTATAÇÃO:

Reincidência de utilização de Dotações Impróprias para a Realização de Despesas

Em consulta realizada no SIAFI Gerencial, constatamos que algumas despesas, realizadas dentro do Programa 0083 - Previdência Social Básica, foram executadas fora da Ação destinada ao seu pagamento, conforme demonstrado a seguir:

Ação	Despesa	Total
001P PAGAMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA PREVIDENCIÁRIO, AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO E AUXÍLIO-RECLUSÃO - ÁREA RURAL	SALARIO-MATERNIDADE	76.374.612,53
	PECULIO	373.697,11
		76.748.309,64
001R PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA RURAL	AUXILIO-DOENCA	6.296.816,40
	AUXILIO-RECLUSAO	1.425.181,50
	AUXILIO-ACIDENTE	790.971,32
	SALARIO-FAMILIA DE SEGURADOS	2.245.765,99
	PECULIO	1.254.629,41
		12.013.364,62
0117 PAGAMENTO DE SALARIO-FAMILIA	SALARIO-MATERNIDADE	64.177,65
	AUXILIO P/ EXAMES FORA DO DOMICILIO	12.381,71
	AUXILIO-PROGRAMA DE REABILITACAO PROFISSIONAL	162,87
		76.722,23
0136 PAGAMENTO DE AUXÍLIO DOENÇA PREVIDENCIÁRIO, AUXÍLIO DOENÇA ACIDENTÁRIO E AUXÍLIO RECLUSÃO	SALARIO-FAMILIA DE SEGURADOS	1.07.706,25
	SALARIO-MATERNIDADE	30.373.407,40
	PECULIO	15.696.349,93
	ABONO DE PERMANENCIA EM SERVICO	39,30
	INDENIZACOES TRABALHISTAS	2.544,64
	OUTRAS TRANSFERENCIAS PESSOAS	744,00
	BENEFICIOS - DEDUCOES GPS	3.210,15
	PRECATORIOS INCLUIDOS NA LEI DO ORCAMENTO	61.855,25
		47.209.856,92
0137 PAGAMENTO DE ABONO DE PERMANENCIA EM SERVICO	AUXILIO-RECLUSAO	133.551,31
	PECULIO	464.445,17
		597.996,48
0141 PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE	SALARIO-FAMILIA DE SEGURADOS	1.769.425,06
	PECULIO	139,59
	AUXILIO-ACIDENTE DO TRABALHO	128.436,67
	AUXILIO P/ EXAMES FORA DO DOMICILIO	62.420,93
	BENEFICIOS - DEDUCOES GPS	1.852,96

	AUXILIO-PROGRAMA DE REABILITACAO PROFISSIONAL	1.089,11
		1.963.364,32

Ademais, foi constatado que algumas despesas são realizadas no referido programa tais como: Combustíveis e Lubrificantes Automotivos, Gêneros de Alimentação, Material de Cama, Mesa e Banho, Material de Copa e Cozinha, Uniformes, Tecidos e Aviamentos, Material para manutenção de Bens Móveis, Ferramentas, Bandeiras, Flâmulas, Locação de meios de Transporte, Aparelhos e utensílios domésticos, Serviços domésticos.

Apesar das situações, em princípio, poderem constituir problemas de classificação contábil, a utilização inadequada de dotações na realização de despesas pode comprometer as metas físicas e financeiras das Ações, especialmente, quando são estabelecidos em termos de indicadores os seus objetivos. Portanto, a execução orçamentária deve guardar fidelidade com o previsto e o estabelecido, inclusive para que se possa detectar problemas, evitando distorções nas informações, e uma avaliação inadequada da operacionalidade do órgão.

Nesse sentido, tanto o art. 23 do Decreto nº 93.872, de 23/12/86, que dispõe, entre outros, sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, quanto o art. 73 do Decreto-lei nº 200, de 25/02/67, que trata da organização da Administração Federal, estabelecem que: *"Nenhuma despesa poderá ser realizada sem a existência de crédito que a comporte ou quando imputada a dotação imprópria, vedada expressamente qualquer atribuição de fornecimento ou prestação de serviços, cujo custo excede aos limites previamente fixados em lei"*. O parágrafo único estabelece: *"Mediante representação do órgão contábil, serão impugnados quaisquer atos referentes a despesas que incidam na proibição do presente artigo"*.

Foi expedida a SA nº 160221-79, de 6.6.2005, solicitando justificativas.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta ao solicitado, foi encaminhado o OFÍCIO/INSS/CGOFC/Nº 149, de 15.6.2005, informando:

Em atenção à Solicitação de Auditoria em epígrafe, informamos o que segue:

Itens 1 e 2. Algumas atividades consignadas na LOA do INSS, e devidamente vinculadas ao Programa Governamental Previdência Social Básica (0083) custeiam o pagamento de diversas despesas operacionais das Unidades de Atendimento da Previdência Social. Tal vinculação deve-se ao fato de que à época foi diagnosticada a necessidade de se identificar o custo da área finalística separadamente da área administrativa (Direção

Central). Portanto, cabe registrar não se tratar de "uso indiscriminado". Na época das referidas definições de vinculações entre Programas Governamentais e Atividades e Projetos constantes no Plano Plurianual / PPA, o entendimento da Secretaria de Orçamento Federal/SOF/MP, do Ministério da Previdência Social/MPS e dos dirigentes do Instituto Nacional do Seguro Social/INSS - todos técnicos da área de planejamento e orçamento - entenderam que tais vinculações DEVERIAM ser assim. Podemos citar como exemplo a Atividade 2593 / Funcionamento das Unidades de Atendimento da Previdência Social - vinculada na LOA ao Programa Governamental Previdência Social Básica (0083) - que custeava TODAS as despesas com água, luz, telefone, limpeza, vigilância, locação de imóvel, deslocamento de engenheiros para atividades de logística e de engenharia, enfim, TODAS as despesas operacionais e indiretas vinculadas à concessão e manutenção dos Benefícios Previdenciários. Podemos citar também a Atividade 2585/Serviço de Reabilitação Profissional - vinculada na LOA ao Programa Governamental Previdência Social Básica (0083) - na qual são realizadas INÚMERAS despesas voltadas ao atendimento do segurado da Previdência Social que se encontra em processo de Reabilitação Profissional, tais como fornecimento de órtese e prótese, de material de consumo e de material de distribuição gratuita aos segurados, de instrumental de trabalho, deslocamento dos técnicos da área para atendimento dos segurados em diversas localidades, reuniões de serviço, etc. A atividade 2578/Serviço de Perícia Médica - vinculada na LOA ao Programa Governamental Previdência Social Básica (0083) - na qual são realizadas as perícias médicas dos médicos credenciados, o reembolso de despesas com entidades credenciadas, os exames especializados, o deslocamento de médico perito do quadro do INSS, nas ações da área de Perícia Médica, etc. A atividade 2591 / Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários - vinculada na LOA ao Programa Governamental Previdência Social Básica (0083) - voltada a dar suporte para toda a concessão, manutenção e cessação dos Benefícios Previdenciários, inclusive no que diz respeito à realização de pesquisa visando verificar a idoneidade da documentação apresentada pelo segurado na comprovação de suas exigências. Cabe registrar que a presente atividade também custeava o pagamento do contrato SAEPS com os CORREIOS, principal responsável pela comunicação entre os segurados e a Previdência Social, e ainda as despesas com deslocamento de servidores entre as Agências da Previdência Social, no sentido de cobrir a falta de servidores em serviços específicos da área de seguro social. Sem citarmos as demais atividades que compõem o Programa Governamental em questão.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antônio Bacelar	Coordenador-Geral de

	Ferreira	Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

AVALIAÇÃO DA SFC:

Com relação ao item 2 da solicitação de auditoria, desta Secretaria Federal de Controle Interno, a equipe sempre esteve ciente da intenção do Planejamento de vincular as despesas operacionais do programa a sua própria execução, entretanto, a resposta apresentada não especifica em que medida Serviços Domésticos, Bandeira e Flâmulas, Utensílios Domésticos, Lubrificantes Automotivos, Tecidos e Aviamentos, entre outros, são despesas relacionadas com a execução do programa.

Quanto ao item 1, refere-se ao pagamento de despesas com benefícios previdenciários com a rubrica de outros benefícios, como foi apresentado no quadro acima. A resposta não contempla, diretamente, essa informação, porém, em reuniões com o gestor, foi esclarecido que os pagamentos ocorrem devido a ausência de rubricas específicas para pagamento dos referidos benefícios, tendo sido necessária a utilização de outras rubricas para o cumprimento da despesa, que tem caráter obrigatório.

A Lei nº 10.707/2003, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2004 e dá outras providências, estabelece em seu art. 11 que os benefícios previdenciários terão destinação específica no orçamento, para sua execução:

"Art. 11 - A Lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I (...)

III - ao pagamento de benefícios do regime geral da previdência social, para cada categoria de benefícios;

IV - ao pagamento de benefícios previdenciários ao trabalhador rural;"

Cabe ressaltar, que apesar de ter destinação específica na programação, os benefícios constantes do quadro acima não estão amparados pelo Decreto nº 825/1993, que estabelece em seu art. 21:

"São consideradas prioritárias para pagamento, em qualquer fonte, as despesas com:

I - (...);

II - Aposentadorias e Pensões da Previdência Social;

IV (...)".

Verifica-se, portanto, que não estão incluídos os pagamentos acima citados pelo Decreto.

A Lei 4.320/64, em seu art. 75, estabelece:

"Art. 75 - O controle da execução orçamentária compreenderá:

I - a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;

II - a fidelidade funcional dos agentes da administração; responsáveis por bens e valores públicos;

III - o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

Os atos do gestor caracterizam descumprimento das disposições do art. 167, inciso VI, da Constituição Federal e do art. 8º, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000, considerando que a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa, são expressamente vedados e que os recursos legalmente vinculados a finalidade específica, devem ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Resta mencionar que a ausência de rubricas para a execução da despesa não justifica a ação do gestor em desconformidade com a lei, uma vez que a eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao seu atendimento.

Ressalte-se que a análise e avaliação qualitativa de tais benefícios estão comprometidas, bem como o processo de programação e execução orçamentária do INSS, tendo em vista que tais fatos refletem diretamente nos indicadores e na programação da despesa do órgão.

Podemos citar como exemplo os casos da Ação 001P - pagamento de auxílio-doença previdenciário, auxílio-doença acidentário e auxílio-reclusão - área rural, que teve uma execução total de R\$ 633.831.739,00, porém, deste valor exclui-se o valor de R\$ 76.748.309,64, que se refere a pagamento de salário-maternidade e pecúlio; e da Ação 0136 - pagamento de auxílio doença previdenciário, auxílio doença acidentário e auxílio reclusão, com execução total de R\$ 12.123.103.080,90, no entanto R\$ 47.209.856,92 refere-se a pagamentos de salário-família de segurados, salário-maternidade, pecúlio, abono de permanência em serviço, indenizações trabalhistas, outras transferências a pessoas, benefícios - deduções GPS, precatórios incluídos na lei do orçamento.

Diante do apontado devemos relembrar que tal constatação já foi assunto de Relatórios de Auditorias anteriores:

Relatório	Recomendação
Item 2.2.3 do Relatório de Avaliação da Gestão nº 087911/2002 - exercício 2001	Recomendamos que o gestor adote providências visando racionalizar a execução orçamentária mediante ação planejada e programada e a instituição de mecanismos de controle e monitoramento das unidades gestoras no tocante à gestão orçamentária. Ademais, a execução orçamentária deve guardar fidelidade com a programação. Portanto, deve-se evitar utilização de dotações impróprias para a realização de despesas.
Item 6.2.2.2 do Relatório de Avaliação da Gestão nº 117146/2003 - exercício 2002	As recomendações foram formuladas por meio da SA 117146-05, quando dos trabalhos de campo, tendo sido recomendado a adoção de providências no sentido de revisar todos os procedimentos de modo a detectar todos os tipos de classificações indevidas e evitar tais ocorrências nos próximos exercícios.

RECOMENDAÇÃO:

Que o Diretor de Orçamento, Finanças e Logística adote providências visando tornar mais eficiente sua execução orçamentária, mediante planejamento estratégico, entrelaçado com a proposta orçamentária e sua execução, evitando distorções nas despesas a serem realizadas, bem como estabeleça mecanismos de controle interno e monitoramento da execução orçamentária, evitando assim apropriações indevidas. Deve também destacar os problemas operacionais no item específico no seu relatório de gestão.

E, ainda, que a Corregedoria-Geral do INSS adote providências para apurar responsabilidade pelo descumprimento legal na execução orçamentária do Órgão.

6.2.1.3 CONSTATAÇÃO:

Reincidência na realização de despesa para Pagamento de Benefícios Previdenciários em desacordo com a Lei

Foi constatado, em consulta do SIAFI Gerencial, o pagamento dos benefícios: 0136 - pagamento de auxílio doença previdenciário, auxílio doença acidentário e auxílio reclusão - 0117 - Pagamento de Salário-família - 0141 - Pagamento de Salário Maternidade, diretamente a pessoas jurídicas pelo INSS, no total de R\$ 1.555.497,41, cabendo destacar que com relação ao pagamento

de auxílio doença o mesmo foi utilizado no pagamento de salário-família e salário-maternidade.

Por meio da SA nº 160221-88, de 13.6.2005, foi solicitado à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do INSS, justificativas para tal procedimento.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do OFÍCIO/INSS/CGOFC/Nº 150, de 16.6.2005, o gestor prestou a seguinte informação:

Em atenção à solicitação de Auditoria em epígrafe, informamos o que segue:

Informamos que o pagamento de alguns AUXÍLIOS a pessoa jurídica, deve-se ao fato de que, a partir de setembro de 2003 as empresas ficaram obrigadas a promover o pagamento do AUXÍLIO-MATERNIDADE, que por sua vez, deverá ser deduzido em campo específico da GPS, quando do recolhimento, sendo que em alguns casos o valor deduzido é superior ao valor a ser recolhido, gerando portanto um crédito a favor da empresa. Desta forma, na hipótese de solicitação por parte da mesma, administrativamente o INSS/SRP promovem a análise, na forma da Lei, gerando o pagamento nos casos devidos. O mesmo raciocínio aplica-se a empregadores "pessoa física", principalmente a profissionais liberais.

Outros tipos de despesas relacionadas ao Regime Geral da Previdência Social, mais especificamente na rubrica de SALÁRIO-FAMÍLIA, são realizados diretamente para CNPJ de Sindicatos de Trabalhadores Avulsos, que se referem a despesas de COTA SALÁRIO-FAMÍLIA. Entretanto boa parte desta execução foi realizada na ação de AUXÍLIO-DOENÇA, motivada pela inexistência de crédito orçamentário e pelo não atendimento do Crédito Suplementar em tempo hábil para as devidas reclassificações.

Esclarecemos que no exercício de 2005, o INSS estará atuando proativamente, no sentido de evitar tais distorções.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

AVALIAÇÃO DA SFC:

No que se refere à chamada devolução, que é realizada pelo INSS à empresa pelo pagamento de salário-família e salário-maternidade, cabe citar o contido na Lei nº 8.213/91 e na Instrução Normativa INSS/DC Nº 100, de 28 de dezembro de 2003, que trata da compensação, restituição e do reembolso para os casos citados.

A compensação é definida no art. 201: "Compensação é o procedimento facultativo pelo qual o sujeito passivo se ressarcе de valores pagos indevidamente, deduzindo-os das contribuições devidas à Previdência Social."

Quanto à restituição, define a IN: "Art. 206. Restituição é o procedimento administrativo mediante o qual o sujeito passivo é ressarcido pelo INSS, de valores recolhidos indevidamente à Previdência Social ou a outras entidades e fundos, observado o disposto no art. 211."

Estabelece ainda, a INDC nº 100/2003, no art. 208:

"Art. 208. A restituição poderá ser requerida quando o recolhimento indevido se referir a:

I (...)

II - salário-família não-deduzido em época própria;

III - salário-maternidade pago a segurada empregada, cujo início do afastamento do trabalho tenha ocorrido até 28 de novembro de 1999, não-deduzido em época própria;

IV - salário-maternidade a segurada empregada, cujo início do afastamento do trabalho tenha ocorrido a partir de 1º de setembro de 2003 ou referente ao período de 29 de novembro de 1999 a 31 de agosto de 2003, que tenha sido requerido a partir de 1º de setembro de 2003, não-deduzido em época própria;

V - (...)

O reembolso é tratado o art. 221 da INDC nº 100/2003, que estabelece:

"Art. 221. Reembolso é o procedimento pelo qual o INSS ressarcе a empresa ou a equiparada de valores de quotas de salário-família e salário-maternidade pagos a segurados a seu serviço, observado quanto ao salário-maternidade, o período anterior a 29 de novembro de 1999 e os benefícios requeridos a partir de 1º de abril de 2003.

§ 1º O reembolso poderá ser efetuado mediante dedução no ato do recolhimento das contribuições devidas à Previdência Social, correspondentes ao mês de pagamento do benefício ao segurado.

§ 2º Quando o valor a deduzir for superior às contribuições sociais previdenciárias devidas para o mês

do pagamento do benefício ao segurado, o sujeito passivo poderá deduzir o saldo a seu favor no recolhimento das contribuições dos meses subseqüentes, sem o limite estabelecido no art. 203, observando as disposições dos arts. 202 e 230, ou poderá requerer o seu reembolso ao INSS. (grifos nosso)

§ 3º Caso o sujeito passivo não efetue a dedução na época própria, essas importâncias poderão ser compensadas, sem o limite estabelecido no art. 203, observando as disposições dos arts. 202 e 230, ou ser objeto de requerimento de restituição.

A Lei nº 8.213/91, estabelece quanto ao salário-família: "Art. 68. As cotas do salário-família serão pagas pela empresa, mensalmente, junto com o salário, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições, conforme dispuser o Regulamento."

Quanto ao Salário-maternidade, a Lei nº 8.213/91, estabelece: "Art. 72. O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal igual a sua remuneração integral. § 1º Cabe à empresa pagar o salário-maternidade devido à respectiva empregada gestante, efetivando-se a compensação, observado o disposto no art. 248 da Constituição Federal, quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço." (grifos nosso)

Constitui questionamento quanto a esses pagamentos, se não houve duplicidade de reembolso à empresa, pois, há possibilidade de pedido de restituição ou reembolso, concomitante com a compensação. No caso de valores devidos pela Previdência Social os valores poderiam ter sido compensados em recolhimentos posteriores e não reembolsados diretamente.

Quanto ao pagamento dos sindicatos, há necessidade de se estabelecer uma fiscalização efetiva, no sentido de verificar a veracidade dos fatos geradores dos pagamentos.

Quanto à informação de pagamento de salário-maternidade pago diretamente pela Previdência à trabalhadora avulsa, devemos lembrar que o diretamente diz respeito à habilitação do benefício junto às Agências da Previdência, pago pela maciça, sendo que seu pagamento direto é um procedimento gerencial que inibe o controle sobre o pagamento de benefícios.

O pagamento de auxílio doença constitui o mesmo problema relacionado no item 6.2.1.2, pois o mesmo está sendo utilizado para o pagamento de salário-família e salário-maternidade. Mesmo que fosse para pagamento direto do auxílio, estaria infringindo o estabelecido na Lei nº 8.213/91, art. 60, parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, portanto, uma despesa indevida.

RECOMENDAÇÃO:

Informe a esta Secretaria Federal de Controle Interno quais são os mecanismos de controle e de monitoramento existentes sobre esses pagamentos.

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística encaminhe a SFC/CGU para avaliação, todos os processos de pagamento dos benefícios: 0136 - pagamento de auxílio doença previdenciário, auxílio doença acidentário e auxílio reclusão - 0117 - Pagamento de Salário-família - 0141 - Pagamento de Salário Maternidade, efetuados diretamente a pessoas jurídicas pelo INSS, no total de R\$ 1.555.497,41.

No caso do uso indevido de rubricas para pagamento de despesas, que sejam tomadas as mesmas providências constantes da recomendação do item 6.2.1.2.

E, ainda, que a Corregedoria-Geral do INSS adote providências para apurar responsabilidade pelo descumprimento legal no pagamento de benefícios, principalmente, os referentes ao auxílio-doença.

6.2.1.4 - CONSTATAÇÃO:

Não cumprimento das metas orçamentárias na execução das Despesas

Nos trabalhos de acompanhamento da Gestão do INSS realizados no último de trimestre 2004 nas Gerências Executivas do INSS em Natal/RN, Manaus/AM, Palmas/TO e Macapá/AP foi identificado o não cumprimento das metas orçamentárias programadas para o período de janeiro a julho/2004, na execução das despesas.

Gex Natal/RN:

META 1.101: Concluir 117.414 processos de benefícios previdenciários: (meta física: prevista 65.492, executada 26.676, percentual 40,73%; meta orçamentária: prevista 95.119,36, executada 32.029,28, percentual 33,67%);

JUSTIFICATIVAS: a) Física: A meta não foi atingida no período em razão da elevada demanda, complexidade dos casos, particularmente os que têm tempo especial. Outro fato dificultador foi o movimento grevista que reprimiu a demanda; b) Orçamentária: Em razão da maioria das Agências da Previdência Social desta Gerência estarem em Natal e na grande Natal, o gasto com passagens e diária é bastante reduzido em relação a outras Gerências. Aqui se gasta menos, porém no rateio anual isso é pouco considerado pela Direção Central.

META 1.105: Promover 3.462 perícias médicas utilizando profissionais credenciados (meta física: prevista 2.017, executada 4.449, percentual 220,58%; meta orçamentária: prevista 43.500,00, executada 0,00, percentual 0,00%);

JUSTIFICATIVAS: a) Física: Esta meta objetiva reduzir custos - quanto menos utilizar médicos credenciados melhor. Porém, em razão do reduzido número de médicos do quadro, a gerência é obrigada a utilizar os serviços dos médicos credenciados. A meta foi definida com base no quantitativo de médicos existentes no ano anterior sem considerar os médicos que se aposentariam neste ano; b) Orçamentária: Meta centralizada na Direção Central do INSS que está pagando regularmente os serviços dos médicos credenciados, no entanto, não disponibilizando no sistema os valores pagos.

META 1.110: Realizar revisão de 7.623 benefícios de prestação continuada BPC/LOAS (meta física: prevista 4.335, executada 962, percentual 22,19%; meta orçamentária: prevista 10.259,34, executada 1.448,96, percentual 14,12%);

JUSTIFICATIVAS: a) Física e Orçamentária: A revisão está sendo executada, contudo, a defasagem no cumprimento da meta ocorre em razão do atraso da alimentação dos dados no sistema.

META 1.111: Concluir 9.203 processos de benefícios de prestação continuada BPC/LOAS (meta física: prevista 5.362, executada 3.302, percentual 61,58%; meta orçamentária: prevista 5.567,65, executada 0,00, percentual 0,00%);

JUSTIFICATIVAS: a) Física: A meta não foi atingida em razão da demanda de benefícios da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) em 2004, ter sido inferior à meta proposta; b) Orçamentária: Como se trata de um benefício (benefício assistencial), que recebe o mesmo tratamento dos demais benefícios habilitados na Previdência Social, não houve gasto específico para essa espécie que justificasse o uso do dinheiro que foi descentralizado.

META 1.112: Promover o deslocamento de médicos do quadro de pessoal do INSS visando realizar 48.308 perícias médicas (meta física: prevista 28.308, executada 25.730, percentual 90,89%; meta orçamentária: prevista 11.552,38, executada 6.109,54, percentual 52,88%);

JUSTIFICATIVAS: a) Física: Alcançado 90,89% da meta. Por haver carência de médicos do quadro para atender a demanda, esta Gerência está utilizando os serviços dos médicos credenciados; b) Orçamentária: A Gerência conseguiu cumprir 90,89% utilizando somente 57,47% da meta orçamentária.

META 1.113: Promover a realização de 2.148 exames complementares mais pareceres especializados (meta física: prevista 1.253 e executada 376, percentual 30,01%; meta orçamentária: prevista 20.805,65, executada 0, percentual 100% não executada);

JUSTIFICATIVAS: a) Física: Esta meta objetiva reduzir custos - quanto menos utilizar exames complementares e pareceres especializados melhor. Meta atingida com sucesso; b) Orçamentária: A Direção Central do INSS está pagando regularmente os serviços dos médicos credenciados, exames complementares e exames especializados, no entanto, não está disponibilizando no sistema o valor pago.

META 3.300: Realizar 03 eventos de forma a garantir a excelência dos serviços e ampliação do controle social (meta física: prevista 0, executada 2; meta orçamentária: prevista 1.573,00, executada 0, percentual 100% não executada);

JUSTIFICATIVAS: a) Física: A meta é realizar três eventos (supervisão em 11 Agências e 2 Reuniões do Plano Gestão das Unidades), no entanto na previsão registra 11 eventos. Isso foi um erro na alimentação do sistema até hoje não corrigido. A meta está sendo alcançada, já que o último evento (PGU) só ocorrerá em outubro; b) Orçamentária: Mesmo sem descentralização do orçamento a Reunião do Plano de Gestão das Unidades e a Supervisão das Unidades foram realizadas aproveitando eventos patrocinados pelas metas 3.305, 1.101 e 6.601.

META 3.305: Promover 265 deslocamentos para o desenvolvimento de ações da Gerência (meta física: prevista 130, executada 95, percentual 73,08%; meta orçamentária: prevista 10.700,34, executada 9.909,97, percentual 92,61%);

JUSTIFICATIVAS: a) Física e Orçamentária: Esta meta consiste no deslocamento do Gerente e sua Equipe às Agências da Previdência Social. Em razão da elevada demanda de serviço o Gerente reduziu o número de pessoas que compõem a equipe de viagem, sem prejuízo do serviço, já que muitos dos serviços podem ser acompanhados pelos sistemas da Previdência Social.

META 3.311: Despender até R\$ 2.981.645,03 com despesas de manutenção geral das Unidades Administrativas Descentralizadas do INSS (meta física: não foi quantificada; meta orçamentária: prevista 2.981.645,03, executada 2.981.645,03, percentual 100,00% executado);

JUSTIFICATIVAS: a) Física e Orçamentária: A diferença entre o que foi previsto e o executado na meta física e orçamentária 3.311 do Planejamento Integrado de 2004, se deve ao fato dos dados do SIAFI refletirem apenas os pagamentos efetuados, sem a verificação dos meses de referência. Como a nossa meta, tanto física como orçamentária, corresponde aos pagamentos de despesas de manutenção das unidades descentralizadas do INSS e estes pagamentos, via de regra, ocorrem no mês subsequente ao da prestação dos serviços, teremos sempre uma defasagem de cerca de um mês entre os valores previstos e aqueles executados. Tal diferença somente é "corrigida" ao final do exercício, quando considerados os

pagamentos efetuados no mês de janeiro do ano seguinte, referente ao exercício anterior.

Gex Manaus/AM:

Confrontando o orçamento proposto pela Gerência-Executiva com o executado, constatamos que não foram executadas as seguintes ações: aquisições de equipamentos de informática, reforma em prédios próprios situados na capital e no interior, qualificação de servidores, implantação do Projeto Reabilita, realização de três eventos com a finalidade de garantir a excelência dos serviços e ampliação do controle social.

JUSTIFICATIVAS DOS GESTORES:

Segundo informações do Gestor, essas ações não foram ainda realizadas pela não descentralização de dotação orçamentária que contemplaria as reformas dos imóveis e as aquisições de equipamentos de informática e mobiliário, assim como em virtude da suspensão dos vôos das linhas aéreas que operam no Estado e em virtude da intervenção sofrida na Gerência-Executiva.

Palmas/TO:

Verificamos compatibilidade entre o Planejamento e o Orçamento para itens de custeio - contratos com terceiros e/ou serviços de duração continuada. Como exceção, verificamos, ao proceder à análise da meta 1.105, que o montante objetivado de 7.720 perícias pelos credenciados foi superado no período de janeiro - julho/2004, com a realização de 8.283 perícias médicas. Como consequência: o valor orçado para o ano de 2004, cujo pagamento é centralizado pela Gerência Geral de Brasília, de R\$ 194.544,00, foi quase totalmente utilizado ($8.283 \times 21,00 \times 10\% = R\$ 191.337,30$), havendo necessidade de crédito suplementar para continuidade da meta no segundo semestre.

Macapá/AP:

Em análise ao Relatório de Execução por meta da Gerência/AP e dados coletados no SIAFI, verificou-se que a execução orçamentária, em algumas situações, ora encontra-se superdimensionada (metas 3.300 e 3.340), ora muito aquém (metas 1.107, 1.112, 3.341 e 6.601) das ações projetadas para o período.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em Manaus/AM; Gerente Executivo do INSS em Palmas/TO; Gerente Executivo do INSS em Macapá/AP; e Gerente Executivo do INSS em Natal/RN, no exercício de 2004.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Com base no resultado apresentado, verificamos a ausência de execução plena do previsto no período da amostra. Esta situação

reflete a necessidade de adequação do planejamento e da execução das Unidades Gestoras às suas disponibilidades orçamentárias.

RECOMENDAÇÃO DA SFC:

Que as Gerências Executivas em Natal/RN, Manaus/AM, Palmas/TO e Macapá/AP atuem no sentido de adequar o seu planejamento e execução às disponibilidades orçamentárias descentralizadas pelo Órgão Central.

6.1.2.5 CONSTATAÇÃO:

Impropriedades na execução de despesas com contratos de limpeza e vigilância.

Na Gerência Executiva do INSS em Macapá/AP foram identificadas impropriedades na execução de despesas com contratos de limpeza e vigilância.

A instituição utilizou-se de modalidade de empenho por estimativa para realização de despesas referentes aos contratos de limpeza e conservação, bem como aos contratos de vigilância.

Ao analisarmos as notas fiscais referentes à prestação de serviços no mês de abril de 2004, constante do processo de prestação de contas disponibilizado a esta equipe, verificamos que o atesto dado pelo setor competente era feito, em alguns casos, posterior e anteriormente à data da autorização de pagamento.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Acreditamos que ocorreu um equívoco por parte do fiscal do contrato, no momento em que foi atestar a cópia da NF analisada por essa Comissão informou outra data adversa da constante da Nota Fiscal original, conforme cópia anexa, extraída dos arquivos da OFC.

Em resposta ao Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.02.2005, referente aos relatórios encaminhados ao Diretor-Presidente do INSS, foram apresentadas as seguintes informações/providências:

Os recursos orçamentários são descentralizados pela Coordenação-Geral de Orçamento para cobrir o valor mensal das despesas e a Unidade está adotando procedimentos através do Decerto nº 5.379 para que todos os contratos continuados sejam empenhados em sua totalidade.

Quanto ao atesto na nota fiscal posterior à data de autorização de pagamento, comprovamos através da original que a

mesma foi autenticada em tempo hábil, e que na segunda via houve um equívoco por parte do fiscal do contrato informando outra data.

No que diz respeito ao atesto na nota fiscal anterior à data de emissão de empenho, trata-se de empenho prévio e dependia da liberação dos recursos orçamentário no início do exercício de 2004, para efetuar o empenho da despesa referente à competência Janeiro, liberando recursos somente em 12/04/2004.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em Macapá/AP no exercício de 2004.

AVALIAÇÃO DA SFC:

O empenho por estimativa vai de encontro ao disposto no Art. 60 e parágrafos da Lei 4.320/64. Observamos pelo disposto da regra legal que só se deve utilizar a modalidade de empenho por estimativa quando se desconhece o valor do montante da despesa a ser pago, o que não se enquadra quando do pagamento de parcelas referentes à execução de um contrato, uma vez que no conteúdo do mesmo a explicitação do montante global e os valores das parcelas mensais referentes à sua execução é obrigatória, ensejando a utilização de empenho na modalidade global, conforme sugestão do parágrafo terceiro do artigo em epígrafe.

Apesar das justificativas apresentadas, o atesto posterior à data de pagamento caracteriza a hipótese de pagamento da despesa antes da sua respectiva liquidação, em desacordo com o Art. 62 da Lei 4.320/64. Do contido no dispositivo legal acima citado, advém-se a premissa de que só poderá ocorrer a liquidação da despesa com a emissão prévia do respectivo empenho.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que no processamento da despesa a UG atente para o que dispõe o capítulo III, mais precisamente do Art. 58 ao Art. 65 e respectivos parágrafos da Lei 4.320/64, quando da definição do tipo de empenho adequado à natureza da despesa, bem como no atendimento da observância das fases da execução da despesa.

Recomendamos, também, que sejam aperfeiçoados os sistemas de controles contábil-financeiros, a fim de evitar que dados referentes ao mesmo ato administrativo sejam apresentados de forma divergente, dificultando futuros trabalhos de averiguação por parte de equipes de auditoria.

Por último, recomendamos que a Gerência Executiva implemente mecanismos a fim de que a execução orçamentária da Entidade reflita o planejamento de suas metas operacionais.

7. - ÁREA - GESTÃO FINANCEIRA**7.1. - SUBÁREA - RECURSOS DISPONÍVEIS****7.1.1. - ASSUNTO - RECURSOS FINANCEIROS****7.1.1.1. INFORMAÇÃO:**

Durante o exercício de 2004, as provisões recebidas e concedidas pelo órgão, ficaram distribuídas por fonte de recursos da seguinte forma:

Fonte de Recursos	Provisão Recebida	Provisão Concedida
RECURSOS ORDINARIOS	135.725.976,25	135.725.976,25
CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	104.399.472,98	104.399.472,98
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	757.901,91	757.901,91
RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	488.818.970,53	488.818.970,53
CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	398.656.255,64	398.656.255,64
CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	16.816.489.374,41	16.816.489.374,41
CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	62.142.340.657,73	62.142.340.657,73
CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA	2.990.680.155,00	2.990.680.155,00
CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	362.352,47	362.352,47
CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.		
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	751.400.581,00	751.400.581,00
	83.829.631.697,92	83.829.631.697,92

Fonte SIAFI Gerencial

Os subrepases recebidos e concedidos ficaram distribuídos durante o exercício de 2004:

Fonte de Recursos	Sub-Repasse Concedido	Sub-Repasse Recebido
RECURSOS ORDINARIOS	390.029.798,26	390.029.798,26
	7.284.608,80	7.284.608,80
CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	104.843.688,42	104.843.688,42
ALIENACAO BENS APREENDIDOS-FUNDAF/LBA-PRONAVE	39.031,48	39.031,48
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	691.605,07	691.605,07
RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	33.609,08	33.609,08
	332.226.794,33	332.226.794,33
CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	401.081.424,62	401.081.424,62
	3.461.851,96	3.461.851,96
CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	13.838.062.047,98	13.838.062.047,98
	519.086,14	519.086,14

CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	26.143.212.503,26	26.143.212.503,26
CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA	8.395.848.184,38	8.395.848.184,38
CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	166.770,79	166.770,79
CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	8.945.372,31	8.945.372,31
FONTE A CLASSIFICAR	1.074,69	1.074,69
RECURSOS DIVERSOS	3.565,83	3.565,83
Total	49.626.451.017,40	49.626.451.017,40

Fonte SIAFI Gerencial

7.1.1.2 INFORMAÇÃO

Nos trabalhos referentes à auditoria de acompanhamento de gestão realizados nas Gerências Executivas do INSS nos Estados, pelas Unidades da CGU estaduais, verificou-se que não houve irregularidades na gestão dos recursos financeiros disponíveis nas Gerências Executivas do INSS em Teresina/PI (Relatório CGU nº 153400), Palmas/TO (Relatório CGU nº 153402), Recife/PE (Relatório CGU nº 153399), Belém/PA (Relatório CGU nº 153397), Vitória/ES (Relatório CGU nº 153392), Rio Branco/AC (Relatório CGU nº 153389) e João Pessoa/PB (Relatório CGU nº 153398). Entretanto, foram identificadas impropriedades nas Gerências Executivas de: Manaus/AM (Relatório CGU nº 153390), Macapá/AP (Relatório CGU nº 153391), Porto Alegre/RS (Relatório CGU nº 153692), São Paulo/SP (Relatório CGU nº 153406), Campo Grande/MS (Relatório CGU nº 153394) e Natal/RN (Relatório CGU nº 153404). Esclarecemos que os levantamentos realizados pelas CGU estaduais foram por amostragem.

Os mencionados relatórios foram encaminhados ao Diretor Presidente do INSS para conhecimento e providências, por meio do Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.02.2005.

Os resultados dos trabalhos serão relatados nos itens a seguir.

7.2 SUBÁREA - RECURSOS EXIGÍVEIS**7.2.1 ASSUNTO - RESTOS A PAGAR****7.2.1.1 INFORMAÇÃO:**

No final do exercício de 2004, em 31.12.2004, foram inscritos o total de R\$ 473.905.906,06 de restos a pagar, R\$ 64.498,25 não foram inscritos por insuficiência financeira.

A evolução de restos a pagar, durante o exercício de 2004, apresentou-se da seguinte forma:

Natureza da Despesa	Restos a Pagar Inscritos	Restos a Pagar Pagos	RP não insc. por Insuf. Financ.	Outros Cancelamentos de Restos a Pagar
APOSENTADORIAS E REFORMAS	651,18		651,18	
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	1.209,02	1.209,02		
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	28,97			28,97
OBRIGACOES PATRONAIS	101.502,67		67.194,38	34.308,29
PENSOES	28.569.002,96			28.569.002,96
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	2.469.907.689,56			2.469.907.689,56
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	20.929,42			20.929,42
MATERIAL DE CONSUMO	802.523,95	711.397,95	8.675,48	82.350,74
MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	125.147,61	102.848,61		22.299,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	38.588,82	36.444,09		2.144,73
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	642.785,72	639.028,86		3.756,86
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	58.586.567,01	52.423.404,26	35.571,78	6.031.382,14
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	4.514,49	2.127,37	2.014,97	372,15
SENTENCAS JUDICIAIS	3.373.251,46	2.217.846,66		
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.967,76	5.224,76		743,00
INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.684.994,17	2.603.653,10		81.341,07
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.859.309,50	12.645.420,01		197.606,99
	2.577.724.664,27	71.388.604,69	114.107,79	2.504.953.955,88

Fonte SIAFI Gerencial

7.2.1.2 CONSTATAÇÃO:**Saldo de contas em restos a pagar – diárias (exercício anterior)**

Manutenção de saldo referente a empenhos de diárias na conta 2.9.2.4.1.05.08 - Restos a pagar liquidados - no exercício anterior.

Na Gerência Executiva do INSS em Recife/PE foi identificada manutenção de saldo referente a empenhos de diárias na conta 2.9.2.4.1.05.08 - Restos a pagar liquidados - no exercício anterior.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por determinação da Direção Central, no exercício de 2003, todas as Diárias de Convocação foram liquidadas pelas Unidades Gestoras em que os Servidores estavam lotados, e o Orçamento foi transferido pela Unidade que convocou, através de NL - Nota de Lançamento, que gerou uma Nota de Empenho, e conseqüentemente um RTO - Relatório de Transferência de Obrigação.

Estamos encaminhando cópias das Notas de Empenho, discriminando as Gerências que emitiram.

Com relação às Notas de Empenho emitidas por esta Gerência, no final do exercício de 2003, não houve possibilidade de anulação dos saldos, uma vez que o Sistema SIAFI, não aceitou o comando para anulação, e as emitidas pela Direção Central e Outras Gerências, não temos perfil para execução e sim só para consultas.

O fato dos saldos constarem na Conta de Restos a Pagar Liquidados no exercício anterior, é que de um exercício para outro, se não anulados, o sistema assume automaticamente.

Através da 2004MSG850816, emitida para a Coordenação de Contabilidade solicitamos como proceder a regularização da Conta Contábil em referência.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em Recife/PE no exercício de 2004.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Em que pesem as providências já tomadas no sentido de regularizar os saldos pendentes na conta 292410508, entendemos que o lançamento em 2003 na conta 212110100 - fornecedores do exercício foi o que permitiu a transposição automática dos saldos para o exercício seguinte, na conta 212110200 - fornecedores de exercícios anteriores, e como contrapartida na conta 292410508 - Restos a pagar liquidados.

Entretanto, a existência de saldos inscritos em restos a pagar referentes a diárias vai de encontro ao que determina o artigo 6º do Decreto nº 343/91, uma vez que as diárias devem ser pagas antecipadamente, a não ser que a justificativa recaia no permissivo do § 1º desse artigo. Na sua justificativa o Gestor também afirma não ter conseguido baixar os empenhos de diárias de sua emissão. Embora essa impossibilidade possa estar ocorrendo, é do nosso conhecimento que servidor com capacidade para emitir empenho deve possuir opção de anulá-lo.

RECOMENDAÇÃO

Proceder baixa dos saldos de empenho citados, relacionados ao elemento de despesa 339014, registrados na conta 292410508 - Restos a pagar liquidados, que não se enquadrem no permissivo, ou que não sejam realmente devidos, ou seja, não mais existam credores para esses passivos, pois a continuidade desses saldos gera expectativa de pagamento e não reflete a boa execução do orçamento.

Fazer gestão junto à área contábil ou à Secretaria do Tesouro Nacional no sentido de sanar a impossibilidade de baixar saldo de empenho de sua própria emissão, bem como criar meios de baixar aqueles que foram emitidos por outras Gerências.

7.2.2 ASSUNTO FORNECEDORES

7.2.2.1 CONSTATAÇÃO:

Falhas no Controle Financeiro - Pagamento de Benefícios

O sistema de pagamento de benefícios é parte de contrato firmado entre o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a rede bancária, intermediado pela FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.

O controle físico e financeiro dos pagamentos de benefícios, efetuados pelo INSS em agentes financeiros (bancos), é realizado pelo Setor de Controle Financeiro da Coordenação-Geral de Orçamento Finanças e Contabilidade do INSS.

Foram identificadas neste trabalho três fases do processo: a provisão dos créditos a serem efetuados, o pagamento efetuado pelos bancos e o acerto de contas com os bancos.

O controle financeiro tem como suporte as seguintes legislações:

- Decreto nº 5.257, de 27 de outubro de 2004 (Regimento Interno do INSS);
- Portaria Interministerial nº 5.326, de 16/06/1999;
- Decretos nº 2.969, de 26/02/1999 e nº 3.635, de 18/10/2000;
- Portaria MPAS nº 4.826, de 30/03/2000;
- Lei nº 8.213/91.

O processo, segundo informações contidas no Ofício/INSS/CGOFC/01.300.2/nº 120, de 3.5.2005, é realizado via teleprocessamento em 100% dos agentes contratados.

A provisão é realizada diariamente quando o INSS recebe no Sistema de Controle Financeiro os arquivos com as estimativas de créditos, gerados pela DATAPREV (RJ). Em seguida são repassadas à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e ao Banco Central as informações dos valores que serão creditados, por dia, ao agente contratado, para fins de disponibilização dos recursos financeiros na subconta do INSS no Banco Central. Após a liberação dos recursos, o INSS efetua a transferência aos agentes contratados, registrando no Sistema de Controle Financeiro - SCF os valores creditados diariamente para verificação do acerto de contas, mensal, com os bancos.

Segundo informações contidas no contrato de prestação de serviços do banco (contrato padrão), tendo como suporte o estabelecido no Artigo 41, Parágrafo 4º, da Lei nº 8.213, de 02/07/1991, com redação dada pelo artigo 2º da Lei nº 10.699, de 09/07/2003, a provisão será realizada da seguinte forma:

a) Registros da folha normal de pagamento denominada "Maciça".

1º dia útil de pagamento:

- Agências Pioneiras - Valor total estimado para pagamento no 1º ao 5º dia útil;
- Cartão Magnético - Valor estimado para pagamento no 1º, 2º e 5º dia útil;
- Conta Corrente - Valor estimado para pagamento no 1º dia útil;

2º dia útil de pagamento:

- Cartão Magnético - Valor estimado para pagamento no 3º dia útil;
- Conta Corrente - Valor estimado para pagamento no 2º e 4º dia útil;

3º dia útil de pagamento:

- Cartão Magnético - Valor estimado para pagamento no 4º dia útil;
- Conta Corrente - Valor estimado para pagamento no 3º e 5º dia útil;

b) Registros relativos às "Concessões":

O BANCO será provisionado dos valores relativos ao pagamento de benefícios no dia útil anterior ao dia previsto para o pagamento, excetuados aqueles referentes a benefícios pagos por meio cartão magnético efetuados em agências pioneiras que serão provisionados com 4 (quatro) dias úteis de antecedência ao dia do pagamento e os efetuados por meio de PAB - Pagamento Alternativo de Benefícios que serão provisionados no dia previsto para o Pagamento.

Os pagamentos serão realizados pelos bancos através de Cartão Magnético, Conta Corrente/Poupança ou PAB - Pagamento Alternativo de Benefício.

O Decreto nº 3.635/2000 estabelece os valores unitários máximos de remuneração dos serviços de arrecadação de contribuições e pagamento de benefícios:

- a) R\$ 1,07 (um real e sete centavos), por benefício pago por meio de cartão magnético;
- b) R\$ 0,30 (trinta centavos), por benefício pago mediante crédito em conta corrente bancária;
- c) R\$ 0,74 (setenta e quatro centavos), por benefício pago em guichê de caixa, mediante recibo;
- d) R\$ 4,05 (quatro reais e cinco centavos), por pagamentos eventuais de benefícios, denominados Pagamentos Alternativos de Benefícios - PAB;
- e) R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos), por pagamento de benefício efetuado em agências especiais, assim reconhecidas conforme critérios definidos pelo INSS

O pagamento é considerado, pelo banco, no caso de cartão magnético, quando o mesmo é realizado nos caixas eletrônicos, pelos beneficiários, dentro de seu prazo de validade. Neste caso, o Protocolo de Procedimentos de Benefícios em Meio Magnético estabelece que é de responsabilidade do banco:

6.2 - EMISSÃO CARTÃO MAGNÉTICO

6.2.1 - É responsabilidade do agente pagador a confecção do cartão magnético, sem ônus para os beneficiários e/ou para Previdência Social.

6.2.2 - A entrega do cartão magnético ao beneficiário deve ser realizada de acordo com os padrões existentes no agente pagador para atribuição de senha.

6.2.2.1 - A substituição do cartão por perda ou extravio deve ser tratada exclusivamente entre agente pagador e beneficiário.

6.2.2.2 - A revalidação da senha deve ser anual, com o comparecimento do recebedor do benefício (titular ou representante legal) ou seu procurador ao Órgão Pagador para sua devida identificação, não sendo admitida a renovação em caixas eletrônicos, via internet ou de outras formas que permitam a renovação sem a presença física e a segura identificação do recebedor do benefício. Somente será permitida a renovação de senha por Procurador caso seus dados constem do arquivo de Procuradores enviado pela DATAPREV. Caso haja descumprimento destes procedimentos, o agente pagador será responsabilizado e o INSS buscará o ressarcimento dos valores pagos indevidamente.

Estabelece o Protocolo de Pagamento de Benefícios em Meio Magnético, que: "Quando o crédito é emitido para pagamento na modalidade de crédito em Conta Corrente/Poupança, é considerado

como crédito depositado aquele que foi possível realizar o depósito na Conta Corrente/Poupança do beneficiário na data início de validade do crédito. É considerado pagamento, independente do seu saque ou não pelo beneficiário."

O meio de pagamento PAB é utilizado em caráter eventual, com objetivo de evitar a descontinuidade dos pagamentos periódicos, em situações diversas. Os benefícios de prestação única também são emitidos através do PAB, neste caso é admissível o pagamento direto no guichê de caixa, mediante recibo.

O acerto de Contas é realizado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da realização do pagamento do benefício, quando o INSS recebe os arquivos de prestação de contas EBEN - Extrato de Benefício, contendo informações dos recursos provisionados, por dia, os valores pagos e os índices de correção utilizados para devolução ou ressarcimento das diferenças apresentadas.

Foi estabelecido no contrato padrão de prestação de serviços de arrecadação e pagamento de benefício, que:

- a. se houver provisionamento a maior pelo INSS ou se os pagamentos efetivados corresponderem a um montante cujo valor seja inferior ao provisionado, o BANCO remunerará ao INSS a diferença entre o valor provisionado e o efetivamente pago na data prevista, desde o dia do provisionamento até o dia útil imediatamente anterior, inclusive, ao do efetivo acerto de contas, pela variação da "Taxa Referencial de Títulos Federais - Remuneração". (...)
- b. se houver provisionamento a menor ou ausência de provisionamento pelo INSS, este remunerará ao BANCO o valor correspondente pela variação da "Taxa Referencial de Títulos Federais - Remuneração", desde o dia previsto para provisionamento até o dia útil imediatamente anterior, inclusive, ao do efetivo acerto de contas (...)

Para fins de compreensão do processo de controle do efetivo pagamento dos benefícios, emitimos a SA nº 160221-40, solicitando informar quais os instrumentos/mecanismos que a Previdência Social utiliza com a finalidade de confirmar as informações repassadas, na prestação de contas realizadas pelos agentes contratados.

Em resposta recebemos o Ofício/INSS/CGOFC/01.300.2/nº 120, de 3.5.2005, informando;

"4. Quanto aos instrumentos/mecanismos utilizados para confirmação das informações repassadas pelas Instituições Financeiras na prestação de contas, são utilizados o SUB-Sistema Único de Benefícios, módulo CONPAG-Controle de

Pagamentos, o SCF-Sistema de Controle Financeiro e o periférico EBEN- Extrato de Benefícios."

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

AVALIAÇÃO DA SFC:

Durante os trabalhos realizados, a equipe de auditoria encontrou alguns pontos de fragilidades no processo de pagamento e controle de créditos.

Cabe ressaltar que a Lei nº 8.213/91 estabelecia em seu art. 113, que:

"art. 113. O benefício poderá ser pago mediante depósito em conta corrente ou por autorização de pagamento, conforme se dispuser em regulamento.

Parágrafo único. Na hipótese da falta de movimentação a débito em conta corrente utilizada para pagamento de benefícios, por prazo superior a sessenta dias, os valores dos benefícios remanescentes serão creditados em conta especial, à ordem do INSS, com a identificação de sua origem."

O parágrafo único foi revogado pela Lei nº 9.876, de 26.11.99, o que fragilizou o processo de controle de pagamento de benefícios, uma vez que é considerado pagamento o crédito em conta corrente, não havendo controle sobre esses valores depositados.

Destacamos que a ausência de movimentação da conta seria um indicativo de que o beneficiário já não estaria legitimado para o recebimento.

Em trabalhos desenvolvidos por esta Controladoria-Geral da União sobre pagamentos indevidos a beneficiários já falecidos, ficou constatado que créditos foram realizados em conta corrente do beneficiário após o seu falecimento.

Foi apontada como causas principais: falhas no Sistema de Óbitos e, principalmente, a ausência de um Cadastro Previdenciário coerente e consistente.

Outros pontos apontados nos relatórios da Controladoria-Geral da União foram os pagamentos realizados a falecidos, por mais de um ano, via cartão magnético, demonstrando que houve, de alguma forma, renovação do cartão e da senha para aquele benefício, sem as devidas precauções, por parte do banco ou do INSS, na emissão dos dados.

Em reunião com o setor de controle financeiro, fomos informados que o beneficiário poderá manter conta conjunta para recebimento de benefício, o que fragiliza ainda mais o processo, uma vez que o saque dos valores caracteriza pagamento efetivo.

Tais incorreções no controle de pagamento demonstram que mesmo fazendo o batimento físico e financeiro junto aos bancos, não há garantia de que o pagamento foi efetivamente realizado ao destinatário do benefício.

Ressaltamos que não nos foi fornecido os valores de créditos recuperados em conta corrente ou pagos indevidamente por meio de cartão magnético, bem como as estimativas dos valores que estariam parados nos bancos sem movimentação, mas que de alguma forma estão sendo movimentados pelo banco.

Cabe registrar o potencial prejuízo para a Previdência Social, com créditos em conta corrente parados e indevidos, uma vez que quando recuperados não são corrigidos e são realizados pelo valor do benefício creditado, quando não vêm deduzidos das taxas de manutenção da conta corrente.

RECOMENDAÇÃO

Que a Diretoria Colegiada do INSS desenvolva mecanismos gerenciais de controle, que possibilitem a identificação de créditos pagos indevidamente, parados em conta-corrente nos bancos contratados, promovendo melhorias em seu cadastro de benefícios e críticas de seus sistemas.

7.2.2.2 INFORMAÇÃO:

Pendências de cancelamento de empenhos

Na Gerência Executiva do INSS em São Paulo/SP, foram identificadas pendências de cancelamento de empenhos.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR

Empenhos 50 e 188 Cancelados através da 2004ne868 e 869. Empenhos: 901052, 901487, 901489 e 901492 cancelados através da 2004nl2185 e 2186. Os empenhos: 901495, 901496, 901510, 901511, 901513, 901534 e 901535 foram gerados automaticamente quando

outras gerências efetuavam a transferência de obrigações para pagar diárias, e todas foram quitadas a seguir.

Recomendamos que a Unidade Gestora mantenha regulares os registros Contábeis no SIAFI e regularize as pendências referentes à conformidade na emissão de empenhos.

7.2.2.3 CONSTATAÇÃO:

Emissão de Autorização de Pagamento em data anterior a da Nota Fiscal, caracterizando liquidação antecipada.

Na Gerência Executiva do INSS em Campo Grande/MS foi identificada emissão de autorização de pagamento em data anterior a da Nota Fiscal, caracterizando liquidação antecipada.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR

Não houve justificativa ao relatório apresentado anteriormente.

Em resposta ao Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.02.2005, referente aos relatórios encaminhados ao Diretor-Presidente do INSS, foram apresentadas as seguintes informações/providências relacionadas a essa constatação.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em Campo Grande/MS no exercício de 2004.

AVALIAÇÃO DA SFC

A Gerência deve atentar para o que dispõe a Lei nº 4.320/64 e efetuar pagamento somente mediante documentos que comprovem a execução das despesas.

RECOMENDAÇÃO

Recomendamos que as autorizações de pagamentos sejam, em caráter absoluto, emitidas mediante os documentos de comprovação da execução das despesas, em atendimento ao disposto na Lei 4320/64.

7.2.2.4 CONSTATAÇÃO:

Ausência de documentação comprobatória de inscrição de devedores.

Na Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS foi identificada ausência de documentação comprobatória de inscrição de devedores.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR

A conta 112291500 refere-se a terceiros inscritos em responsabilidade por processos de fraudes de benefícios. Deixamos de apresentar os mesmos, haja vista, estarem distribuídos às APs e Serviço de Dívida Ativa da Procuradoria para fins de cobrança. No término da dívida, os mesmos deverão encaminhar tal informação para o SOFC para baixa no SIAFI.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em Porto Alegre/RS no exercício de 2004.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Apesar das justificativas, a Unidade deve apresentar a documentação comprobatória detalhando o estágio atual das cobranças. Enquanto não houver esta manifestação o assunto permanece pendente.

RECOMENDAÇÃO

Recomendamos que a Entidade apresente a documentação comprobatória, detalhando o estágio atual das cobranças.

Recomendamos, ainda, que todos os procedimentos que resultarem em ônus por multas e juros moratórios sejam objeto de averiguação para apurar responsabilidades, visando o ressarcimento ao Erário de prejuízos eventualmente causados por agentes públicos, uma vez que não há previsão legal para o pagamento de despesas dessa natureza.

7.2.2.5 CONSTATAÇÃO

Impropriedades na execução de despesas com contratos de limpeza e vigilância.

Na Gerência Executiva do INSS em Macapá/AP foram identificadas impropriedades na execução de despesas com contratos de limpeza e vigilância.

A Instituição utilizou-se de modalidade de empenho por estimativa para realização de despesas referentes aos contratos de limpeza e conservação, bem como aos contratos de vigilância.

Ao analisarmos as notas fiscais referentes à prestação de serviços no mês de abril de 2004, constante do processo de prestação de contas disponibilizado a esta equipe, verificamos que o atesto dado pelo setor competente era feito, em alguns casos, posterior e anteriormente à data da autorização de pagamento.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR

Acreditamos que ocorreu um equívoco por parte do fiscal do contrato, no momento em que foi atestar a cópia da NF analisada por essa Comissão, informou outra data adversa da constante da Nota Fiscal original, conforme cópia anexa, extraída dos arquivos da OFC.

Em resposta ao Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.02.2005, referente aos relatórios encaminhados ao Diretor-Presidente do INSS, foram apresentadas as seguintes informações/providências:

"Os recursos orçamentários são descentralizados pela Coordenação-Geral de Orçamento para cobrir o valor mensal das despesas e a Unidade está adotando procedimentos através do Decreto nº 5.379 para que todos os contratos continuados sejam empenhados em sua totalidade.

Quanto ao atesto na nota fiscal posterior à data de autorização de pagamento, comprovamos através da original que a mesma foi autenticada em tempo hábil, e que na segunda via houve um equívoco por parte do fiscal do contrato informando outra data.

No que diz respeito ao atesto na nota fiscal anterior à data de emissão de empenho, trata-se de empenho prévio e dependia da liberação dos recursos orçamentários no início do exercício de 2004, para efetuar o empenho da despesa referente à competência Janeiro, liberando recursos somente em 12/04/2004."

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Gerente Executivo do INSS em Macapá/AP exercício de 2004.

AValiação DA SFC

O empenho por estimativa contraria o disposto no Art. 60 e parágrafos da Lei 4.320/64, que deve utilizar a modalidade de empenho por estimativa quando se desconhece o valor do montante da despesa a ser pago, o que não se enquadra quando do pagamento de parcelas referentes à execução de um contrato, uma vez que no conteúdo do mesmo é obrigatória a explicitação do montante global e os valores das parcelas mensais referentes à sua execução, ensejando a utilização de empenho na modalidade global, conforme sugestão do parágrafo terceiro do artigo em epígrafe.

Apesar das justificativas apresentadas, atesto posterior à data de pagamento caracteriza a hipótese de pagamento da despesa antes da sua respectiva liquidação, em desacordo com o Art. 62 da Lei 4.320/64.

RECOMENDAÇÃO

Recomendamos que no processamento da despesa a UG atente para o que dispõe o capítulo III, dos arts. 58 a 65 e respectivos parágrafos da Lei 4.320/64, quando da definição do tipo de empenho adequado à natureza da despesa, bem como no atendimento das fases da execução da despesa.

Recomendamos, também, que sejam aperfeiçoados os sistemas de controles contábil-financeiros, a fim de evitar que dados referentes ao mesmo ato administrativo sejam apresentados de forma divergente, dificultando futuros trabalhos de averiguação por parte de equipes de auditoria.

Por último, recomendamos que a Gerência Executiva implemente mecanismos a fim de que a execução orçamentária da Entidade reflita o planejamento de suas metas operacionais.

7.2.2.6 CONSTATAÇÃO

Ausência de cronograma de pagamento de fornecedores

Por meio da SA nº 160221-40, de 13.5.2005, foi solicitado a disponibilização do cronograma de pagamentos de fornecedores, utilizado no exercício de 2004, bem como informar quais os mecanismos de transparência do processo de pagamento de fornecedores.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta foi encaminhado o Ofício nº INSS/DOFL/CGOFC N° 119, de 23 de maio de 2005, informando:

Os Cronogramas de desembolso financeiro mensais da Administração Pública são estabelecidos através de Decreto e Portaria Ministeriais, nos quais os recebimentos vêm sendo insuficientes a cada exercício, o que vem dificultando este

Instituto estabelecer uma programação financeira por itens de despesas específicas, sendo que os créditos orçamentários por Lei são repassados para as unidades descentralizadas de acordo com os contratos anuais;

O Mecanismo utilizado para que possamos saber quais as diversas despesas, inclusive com os fornecedores e demais pendências financeiras desta Coordenação e unidades subordinadas é denominado CPR (Contas a Pagar e a Receber), na opção CONFLUXO do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira) que pode ser acessado por qualquer usuário cadastrado;

Quando há um recebimento de recursos financeiros pela Coordenação-Geral, há uma extração dos valores previamente inseridos no CPR para que possamos definir quais as os tipos de despesas podem ser pagas levando em consideração os saldos existentes e os valores pendentes em todo o Órgão, com isso, algumas despesas são priorizadas em detrimento de outras;

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

AVALIAÇÃO DA SFC

Cabe salientar que o pagamento da despesa deverá seguir a ordem cronológica de vencimento dos débitos, que ocorre com a liquidação da despesa, segundo estabelece a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consideradas suas alterações, de acordo com o que segue:

“Art. 5º Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada. (grifos nossos).”

Cabe ressaltar, que embora sejam diversas as fontes de recursos recebidas e ocorrer um refluxo na liberação financeira, o pagamento de despesa em detrimento de outras, sem observação da estrita ordem cronológica, tendo outros critérios como o

saldo e os valores, demonstram que o procedimento adotado pelo órgão carece de motivação legal, demonstrando aparente desorganização, que pode causar prejuízos ao erário com o pagamento de juros e multas.

RECOMENDAÇÃO:

Efetue os pagamentos devidos por contratos executados obedecendo, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, nos termos do art. 5º da Lei nº 8.666/93, de forma a garantir a transparência do processo de pagamento.

7.2.3 ASSUNTO ACRÉSCIMOS MONETÁRIOS

7.2.3.1 CONSTATAÇÃO

Pagamento de Juros e Multas pela Instituição

Nos levantamentos realizados no SIAFI Gerencial, constatamos um total de R\$ 321.319,57 de Juros e Multa, sendo que deste total, R\$ 304.851,98 são indedutíveis, ou seja, são despesas financeiras que não serão recuperadas pelo órgão.

Nas Gerências Executivas do INSS em São Paulo/SP e Porto Alegre/RS, foi identificado pagamento de multas e juros.

As Gerências Executivas do INSS em Natal/RN, Manaus/AM, Macapá/AP, Porto Alegre/RS e São Paulo/SP realizaram pagamentos de multas e juros por atraso dos compromissos assumidos.

Por meio da SA nº 160221-79, de 6.6.5002, solicitamos esclarecimentos ou informações sobre o assunto à Instituição.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR

Em resposta foi encaminhado o OFÍCIO/INSS/CGOFC/Nº 149, de 15.6.2005, contendo a seguinte justificativa:

Item 3. O pagamento de MULTAS e JUROS no exercício de 2004 não caracteriza "falha no gerenciamento operacional", nem "fragilidade nos controles internos" e nem tampouco inobservância do princípio da economicidade" por parte dos dirigentes do INSS. A cada início de exercício orçamentário, após a análise dos valores aprovados para o exercício, damos início à execução orçamentária e financeira do órgão. Conhecemos há anos, o montante mensal necessário de disponibilidade orçamentária (COTA DE LIMITE ORÇAMENTÁRIO) bem como o de recursos financeiros para o atendimento das demandas do órgão, no sentido de honrar os compromissos assumidos, a maioria deles contratos continuados. No entanto, nem a arrecadação do país, e nem o pagamento das taxas,

impostos, etc. que irão gerar TAIS RECURSOS, podem ser previstas com precisão, fazendo com que o Governo Federal estabeleça limites para tal execução, tais como Decreto de Contingenciamento de Créditos Orçamentários, Repasses de Recursos Financeiros além das necessidades do órgão. Tal fato faz com que, A TODO INÍCIO DE EXERCÍCIO, atrasemos diversos pagamentos, e acumulemos pagamentos de mais de uma competência, até que a situação se regularize. Temos o cronograma de desembolso financeiro que DEVE POR LEI ser atendido pelo Tesouro Nacional periodicamente, que é constantemente atendido de forma parcial, ficando a cargo do "alto escalão do órgão" a difícil tarefa de ESCOLHER A DESPESA A SER PAGA. Cabe registrar que não existe a possibilidade de contratarmos empresas de prestação de serviço SEM CLÁUSULAS DE MULTA E JUROS, restando-nos apenas a opção de cumprirmos os dispositivos contratuais "das empresas que requerem", fazendo com que a Instituição tenha mais este gasto, a nosso ver, tão injusto face à escassez de recursos por que passa o Governo Federal.

As justificativas das Gerências Executivas foram as seguintes:

Gex Natal/RN:

As multas cobradas pela COSERN, SAAE e TIM, foram devidas por pagamentos em atraso, principalmente por falta de recursos financeiros; Quanto à cobrança de juros no pagamento de ISS, informamos que em 27/01/2004 recebemos o Ofício circular nº 001/2004 - DERMO/SEMUT que cobra pelo não recolhimento do tributo o orienta a imprimir o boleto bancário através do site da prefeitura, nos meses de março, abril e maio os pagamentos feitos após o dia 10 foram calculados com juros diários, porém em 17/06/2004 recebemos uma diligência fiscal quando ficou acertado que deveríamos usar o regime de caixa e não de competência para evitar esta cobrança indevida.

A nível de Gerência Executiva do INSS não existe programação financeira, o Ministério de Planejamento e Orçamento em conjunto com o Ministério da Fazenda estabelecem os critérios em legislação específica, visando manter, durante o exercício, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de caixa. Dessa forma, são estabelecidos limites trimestrais, ou de acordo com a legislação vigente, que cada Órgão fica autorizado a gastar, tendo como base os valores fixados na Lei de Orçamento. A legislação poderá também, suspender, temporariamente, a realização de determinadas despesas, sempre visando o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa prevista.

Gex Manaus/AM:

O atraso nos pagamentos decorreu em face de atraso na disponibilidade de sub-repasse. Os critérios utilizados para fins de pagamentos são: análise documental, solicitação de provisão

orçamentária, empenho da despesa, solicitação de sub-repasse, inclusão no sistema nos módulos ATUCPR e CONFLUXO.

Gex Macapá/AP:

Os procedimentos para efetuar pagamento das despesas são apropriadas e registradas no sistema CPR - Contas a Pagar e Receber, após essa alimentação, a Coordenação Geral de OFC em Brasília analisa e havendo disponibilidade de Orçamentário e Financeiro, os recursos são descentralizados às gerências que informaram as despesas no sistema. Consequentemente ocorrendo algumas vezes pequenos atrasos nos pagamentos das faturas; outras vezes, quando a empresa apresenta a Nota de Serviço, e as mesmas estão inadimplentes no sistema SICAF, retardando seus pagamentos.

Gex Macapá/AP:

Foi solicitado à chefia da Seção de Orçamento, Finanças e Contabilidade que adote procedimentos a fim de evitar esses atrasos, no entanto a orientação da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Logística do INSS é que todas as despesas devem ser lançadas no sistema CPR - Contas a Pagar e Receber, que após esse procedimento é que os recursos são descentralizados para as Gerências. Ressaltamos que alguns atrasos de pagamentos atribui-se à inadimplência no Sistema SICAF, ou mesmo pela morosidade da emissão de notas.

Gex São Paulo:

São multas e juros que vêm nas faturas para pagar, face no mês anterior o pagamento ter sido efetuado com atraso. Algumas vezes falta de Orçamentário mas na maioria das vezes devido a falta do Financeiro.

O setor financeiro informou que isto ocorre devido aos atrasos na liberação financeira por parte do órgão central. Por exemplo, o pagamento das contas de água com vencimento em 1/7/2004 só foi realizado em 14/7/2004, e o valor incluía multas devido ao atraso no pagamento do mês anterior.

Gex Porto Alegre/RS:

Os juros lançados na conta contábil 333903937 refere-se a juros cobrados nas faturas da CEEE, por motivo de pagamento em atraso de faturas da competência de dez/03. Fato ocorrido por indisponibilidade financeira no período. A Gerência trabalha com "caixa zero", ou seja, após a Autorização de Pagamento estar apta para pagamento é solicitado o recurso financeiro para a Direção Geral do INSS/DF e, a mesma, libera o recurso financeiro no valor exato da despesa pendente de pagamento. Essa descentralização somente ocorreu em 05/02/04.

Esclarecemos que esse imóvel tem sido alvo de vandalismo e invasão de mendigos. O Serviço de Logística providenciou, no final de 2003, a DL nº 39/2003 para limpeza do lixo que, segundo informações, são jogados pelos próprios moradores da redondeza. Através dessa DL, o serviço foi executado no final de jan/04, entretanto, um mês após o terreno estava, novamente, tomado de lixo, o que gerou o auto de infração pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS. Está sendo formalizado novo processo para recuperação do terreno e de vigilância para inclusão de 01 vigilante no local. Informamos, também, que esse terreno está incluído no Plano Nacional de Desimobilização, desde 2001.

As ordens Bancárias nº 2004OB000474 e 2004OB000475 referem-se a pagamento de multas de trânsito, emitidas contra veículos do INSS, no exercício de 2003, com vencimento em 2004. O Serviço de Logística está providenciando, junto ao Serviço de Recursos Humanos, o desconto em folha de pagamento dos servidores motoristas envolvidos. Juntamos as Autorizações de pagamento nº 0017/04 0018/04.

Ordem Bancária nº 2004OB000178, pagamento em 06/02/04, favorecido CEEE. Atraso devido demora na liberação do recurso financeiro correspondente pela Direção geral do INSS/DF.

Ordem Bancária nº 2004OB000393, pagamento em 12/03/04, favorecido CEEE. Recebimento da Autorização de Pagamento, no SOFC, em 27/02/04. Atraso posterior por demora na liberação de recurso financeiro correspondente, pela Direção geral do INSS/DF.

Ordem Bancária nº 2004OB001413, pagamento em 16/06/04, favorecido CEEE. A Autorização de Pagamento deu entrada, no SOFC em 09/06/04. O prazo utilizado pelo Serviço de Orçamento, Finanças e Contabilidade para análise, empenho, solicitação de recursos financeiros para a Direção Geral do INSS/DF e emissão da Ordem Bancária é de 05 dias úteis.

Ordem Bancária nº 2004OB900885, pagamento em 02/07/04, favorecido DMAE. A Autorização de Pagamento deu entrada, no SOFC, em 14/06/04. Atraso no pagamento por inexistência de recursos financeiros disponível, o qual, somente foi liberado pela Direção geral do INSS/DF, em 01/07/04.

Ordem Bancária nº 2004OB900890, pagamento em 02/04/04, favorecido DMAE. A Autorização de Pagamento deu entrada, no SOFC, em 29/06/04.

A Ordem Bancária nº 2004OB901141, paga em 13/07/04, do favorecido EMANT. Não foi pago antes devido SICAF do favorecido vencido.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Diretor de Orçamento, Finanças e Logística

Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Gerente Executivo do INSS em Manaus/AM; Gerente Executivo do INSS em Macapá/AP; Gerente Executivo do INSS em Porto Alegre/RS; Gerente Executivo do INSS em São Paulo/SP; e Gerente Executivo do INSS em Natal/RN, no exercício de 2004.

AVALIAÇÃO DA SFC

Esclarecemos que o parágrafo único do artigo 26 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e o parágrafo único do artigo 5º e o artigo 6º da Instrução Normativa Conjunta nº 4, de 10.05.2000, da STN/SFC, D.O. de 11.05.2000, determinam que os pagamentos de NF/Faturas não devem ser efetuados com atraso de mais de 10 dias úteis ou sem seguir a ordem cronológica de chegada.

A questão principal que insurge é relativa ao aprimoramento dos processos gerenciais, tendo como objetivo a economicidade da gestão.

Portanto, a despeito da possibilidade de ocorrer um fluxo ininterrupto de recursos no exercício, ocorrendo inclusive cortes no orçamento da unidade, o que observamos também foi a ausência de procedimentos gerenciais adequados, que permita a instituição planejar, gerenciar e monitorar os contratos que possui.

As Gerências Executivas do INSS devem transmitir à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do INSS as dificuldades e conseqüências das rotinas atualmente utilizadas no gerenciamento das contas a pagar e receber via sistema CPR.

Com relação a atrasos na emissão de notas e regularidade fiscal no SICAF, tendo em vista a responsabilidade ser dos fornecedores, não devem ser pagos juros ou multas.

RECOMENDAÇÃO

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística do INSS adote providências no sentido de aprimorar seus processos gerenciais, de planejamento e execução das despesas do órgão, seus mecanismos de controle, de forma a evitar atrasos de pagamentos e, conseqüentemente, os encargos decorrentes destes atrasos, bem como seguir rigorosamente a ordem cronológica de chegada das notas fiscais/faturas, para liquidação da despesa.

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logísticas por meio da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade oriente e supervisione as suas Unidades Descentralizadas da necessidade de evitar atrasos de pagamentos e seguir rigorosamente a ordem cronológica de chegada das notas fiscais/faturas, para liquidação da despesa.

7.2.4 ASSUNTO – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**7.2.4.1 CONSTATAÇÃO****Pagamento de Diárias e Passagens como despesa de exercícios anteriores.**

Foi constatado, em consulta ao SIAFI Gerencial, o pagamento de despesa com diárias e passagens no elemento de despesa - exercícios anteriores:

Unidade	Natureza da Despesa Detalhada		Execução da Despesa
GERENCIA EXECUTIVA DO INSS EM CURITIBA	33909233	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	268,08
GERENCIA EXECUTIVA DO INSS EM CASCAVEL	33909233	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	101,38
GERENCIA EXECUTIVA DO INSS EM FORTALEZA	33909214	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.752,76
GER.EXECUTIVA DO INSS EM JUAZEIRO DO NORTE	33909233	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	338,28
GERENCIA EXECUTIVA DO INSS EM SOBRAL	33909214	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	621,40
GERENCIA EXECUTIVA DO INSS NOVO HAMBURGO	33909233	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	159,26
GERENCIA EXECUTIVA DO INSS EM PELOTAS	33909214	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	183,04
GERENCIA EXECUTIVA DO INSS EM SANTA MARIA	33909233	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	455,40
GERENCIA EXECUTIVA DO INSS EM MACEIO	33909214	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.137,73
	33909233	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	235,20
GERENCIA EXECUTIVA DO INSS EM GARANHUNS	33909233	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	4.695,80
GERENCIA EXECUTIVA DO INSS EM GUARULHOS	33909233	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	80,00
GERENCIA EXECUTIVA DO INSS EM BAURU	33909214	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.388,72
GERENCIA EXECUTIVADO INSS EM S.J.DOS CAMPOS	33909233	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	80,00
GERENCIA EXECUTIVA DO INSS EM POCOS DE CALDAS	33909214	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	57,28
GERENCIA EXECUTIVA DO INSS EM PORTO VELHO	33909233	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	229,00
GERENCIA EXEC. DO INSS RIO DE JANEIRO-CENTRO	33909214	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.473,83
			16.257,16

Por meio da SA nº 160221-79, de 6.6.2005, solicitamos justificativas para tal procedimento.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR

Em resposta foi encaminhado o OFÍCIO/INSS/CGOFC/Nº 149, de 15.6.2005, contendo a seguinte informação:

Item 4. Foi constatado o pagamento de despesas com DIÁRIAS e DESPESAS DE LOCOMOÇÃO no elemento de despesa de Exercícios Anteriores, pois toda e qualquer despesa que é apresentada à área de orçamento, finanças e contabilidade/OFC das Gerências Executivas/GEX após o encerramento do exercício, é enquadrada como exercício anterior. Despesas com pagamento de diárias têm um trâmite "demorado" nas Unidades Descentralizadas, chegando para pagamento, muita das vezes, bem após o deslocamento do servidor.

Em época de encerramento de exercício, onde tudo é atípico, muita das vezes algumas das (mais de 600) Unidades Gestoras devolvem créditos orçamentários de despesas que possivelmente ainda poderiam ocorrer, tais como diárias já autorizadas e o reembolso de passagem terrestre. Muitas das vezes, o servidor nem solicita reembolso de passagem terrestre de seus deslocamentos, ou às vezes demora a fazê-lo. Existem casos também de Pesquisa de Benefício, que também é enquadrada como reembolso de passagem terrestre, e que os servidores da área de benefício não sinalizam a demanda para que a área de OFC registre na conta de Restos a Pagar.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística.
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística.
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade.
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

AVALIAÇÃO DA SFC

Mais uma vez a Unidade apresenta problemas relacionados aos seus procedimentos gerenciais. A falta de planejamento, monitoração e acompanhamento da execução das unidades descentralizadas acabam gerando pagamentos que de certa forma tornam-se incoerentes com o tipo de despesa, afinal, despesa com diárias e passagem é pontual. Caso existisse um planejamento adequado, seu pagamento seria realizado no tempo da ocorrência do fato, e não como despesa de exercícios anteriores.

RECOMENDAÇÃO

Recomendamos que o gestor adote providências no sentido de aprimorar seus processos gerenciais de planejamento e execução das despesas, seus mecanismos de controle e monitoramento da execução descentralizada do órgão, evitando, assim, casos como o pagamento de diárias e passagens em exercícios anteriores, quando o mesmo não se justifica.

7.2.4.2 CONSTATAÇÃO

Contas contábeis com saldos a regularizar

Em pesquisa realizada no SIAFI Gerencial, constatamos a existência de saldo nas contas créditos em liquidação, valores a creditar e Ajustes de Exercícios Anteriores - Financeiros. Por meio da SA nº 160221-79, de 6.6.2005, solicitamos esclarecimentos.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR

Em resposta à solicitação, recebemos o OFÍCIO/INSS/CGOFC/Nº 149, de 15.6.2005, com a seguinte informação:

Item 5. O saldo apresentado nas contas "Crédito em Liquidação", Valores a Creditar" e "Ajustes de Exercícios Anteriores - Financeiro", não significam que o INSS esteja efetuando pagamentos sem dotação orçamentária., uma vez que esta Instituição obedece os princípios orçamentários que não permite o pagamento de despesas sem o devido empenho prévio, fato este que está sendo objeto de análise detalhada pela Coordenação de Contabilidade, conforme anexo IV.

Complementando a resposta do Ofício anterior, foi encaminhado o OFÍCIO Nº 157/INSS/DIROFL/CGOFC/CCON/DTCE, de 21 de junho de 2005, explicando os saldos das referidas contas:

"a) Conta Contábil 11219.70.01 - CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO - Totaliza o valor de R\$ 352,17:

- UG 512006 - o saldo credor no mês de março de 2004, no valor de R\$ 21,00, refere-se a baixa do suprimento de fundos por meio de cartão corporativo, por meio da 2004NL000491, cujo registro foi efetuado no exercício de 2003, por meio da 2003NL004252, conforme documentos em anexos;
- UG 512086 - o saldo devedor de R\$ 352,17 no Exercício 2004, refere-se a registro de restituição ao erário de suprimento de fundos por meio da 2004NL000968, cuja devolução foi efetuada por meio de GRU, conforme 2005RA000005 - R\$ 0,84 e 2005OB900914 - R\$ 351,33 (transferência da STN - UG 170500 para a UG 512086, em atendimento a Mensagem da UG 512086 de nº 2005/0365316, de 07/04/2005, uma vez que o sistema registrou indevidamente o respectivo valor na STN), de acordo com documentos em anexos. Informamos que a baixa do respectivo valor foi efetuada por meio das 2005NL000054 e 2005NL000058;"

b) Conta Contábil 11261.00.00 - VALORES A CREDITAR

O saldo da conta mencionada, no exercício de 2004, totaliza o valor de R\$ 135.250,44, referente a Restituição ao erário, cujos registros foram efetuados por meio do Subsistema CPR, documento hábil - GD, como segue:

- UG 510001 - total de R\$ 3,571,52, refere-se aos documentos hábeis 2004GD000001/2/3 e registrados no SIAFI por meio das 2004NS000272/288/289, conforme documentos em anexos, cuja baixa foi efetuada no exercício de 2005;
- UG 510012 - total de R\$ 2.406,04, refere-se aos documentos hábeis 2004GD000084 /87 /89 /90 /91 /107 /110 /112 /113 /114 /115 e registrados no SIAFI por meio das 2004NS002525 /2528 /2530/ 2531 /2532 /2779 /2799 /2820 /2835 /2837 /2838, conforme documentos em anexos, cujos valores estão sendo regularizados no exercício de 2005;
- UG 510120 - total de R\$ 1.724,52, refere-se aos documentos hábeis 2004GD000004/ 5/9/10/13/20/21 e registrados no SIAFI por meio das 2004NS002907/2909/3042/3043/ 3159/3939/3940, conforme documentos em anexos, cujos valores estão sendo regularizados no exercício de 2005;
- UG 510135 - total de R\$ 730,62, refere-se aos documentos hábeis 2004GD000013/ 14/15/18 e registrados no SIAFI por meio das 2004NS000683/684/685/689, conforme documentos em anexos, cujos valores estão sendo regularizados no exercício de 2005;
- UG 510193 - total de R\$ 131,55, refere-se aos documentos hábeis 2004GD000028/29 e registrados no SIAFI por meio das 2004NS003504/3505,

conforme documentos em anexos, cujos valores estão sendo regularizados no exercício de 2005;

- UG 510297 - total de R\$ 958,90, refere-se aos documentos hábeis 2004GD000018/20/21 e registrados no SIAFI por meio das 2004NS002673/2675/2676, conforme documentos em anexos, cujos valores estão sendo regularizados no exercício de 2005;
- UG 510350 - total de R\$ 2.031,83, refere-se aos documentos hábeis 2004GD000031/ 32/33/34/35/37/38/39/46/49/52/53/60 e registrados no SIAFI por meio das 2004NS005903/ 5905 /5906 / 5907 /5909 /5976 /5979 /5990 /6799 /681 9/6871 /6881 /7050, conforme documentos em anexos, cujos valores estão sendo regularizados no exercício de 2005;
- UG 510405 - total de R\$ 1.663,88, refere-se aos documentos hábeis 2004GD000024/ 25/32/37/38 e registrados no SIAFI por meio das 2004NS004906/4907/5218/5395/5397, conforme documentos em anexos, cujos valores foram baixados no exercício de 2005;
- UG 511080 - total de R\$ 62.186/20, refere-se aos documentos hábeis 2004GD000001 2 /3 /4/6/7/12/20/23/29/33/36/37/38/41/43/44/45/46/47/48/52/58/60/63/64/67/68/7 0/78/80/81/82/84/85/87/88/89/91/93/94/96 /97 /98 /99 /100 e registrados no SIAFI por meio das 2004NS000620/744/ 745/759/768/ 769/826/834/837/1005/1266/1269/1270/1433/1686/1780/1784/1813/1816/1818/182 1/1982/2113/2115/2119/2121/2131/2132/2135/2395/2486/2508/2509/2536/2538/25 61/2562/2579/2702/2705/2706/2709/2732/2748/2749/2750, conforme documentos em anexos, cujos valores estão sendo regularizados no exercício de 2005;
- UG 511135 - total de R\$ 28,64, refere-se ao documento hábil 2004GD000030 e registrado no SIAFI por meio da 2004NS004916, conforme documentos em anexos, regularizado no exercício de 2005;
- UG 511180 - total de R\$ 17,10, refere-se ao documento hábil 2004GD000017 registrado no SIAFI por meio da 2004NS003576, conforme documentos em anexos, regularizado no exercício de 2005;
- UG 511195 - total de R\$ 229,12, refere-se aos documentos hábeis 2004GD000004/12/25 e registrados no SIAFI por meio das 2004NS000882/1000/1300, conforme documentos em anexos, cujos valores estão sendo regularizados no exercício de 2005;
- UG 511397 - total de R\$ 788,08, refere-se ao documento hábil 2004DD0000001e registrado no SIAFI por meio da 2004NS000642, conforme documentos em anexos, cujo valor está sendo regularizado no exercício de 2005;
- UG 511401 - total de R\$ 54,98, refere-se ao documento hábil 2004GD000008 registrado no SIAFI por meio da 2004NS003133, conforme documentos em anexos, regularizado no exercício de 2005;
- UG 511441 - total de R\$ 167,94, refere-se aos documentos hábeis 2004GD000022/23, registrado no SIAFI por meio da 2004NS006572/66143133, conforme documentos em anexos, regularizado no exercício de 2005;
- UG 511640 - total de R\$ 516,55, refere-se ao documento hábil 2004GD000021 registrado no SIAFI por meio da 2004NS004122, conforme documentos em anexos, regularizado no exercício de 2005;
- UG 511656 - total de R\$ 177,14, refere-se ao documento hábil 2004GD000002 registrado no SIAFI por meio da 2004NS003386, conforme documentos em anexos, cujo valor está sendo regularizado no exercício de 2005;
- UG 511832 - total de R\$ 2.277,44, refere-se aos documentos hábeis 2004GD000012/22/23 e registrados no SIAFI por meio das 2004NS003011/4026/4028, conforme documentos em anexos, cujos valores estão sendo regularizados no exercício de 2005;
- UG 511842 - total de R\$ 870,69, refere-se aos documentos hábeis 2004GD000005/ 11/20/24/28/29/33 e registrados no SIAFI por meio das 2004NS002046/2575/2813/ 2867/2953/2957/3119, conforme documentos em anexos, cujos valores estão sendo regularizados no exercício de 2005;
- UG 511845 - total de R\$ 411,92, refere-se aos documentos hábeis 2004GD000010/ 49/63/68/69/70/75/175/204/209/232/238 por meio das 2004NS001493/1677/1766/1862/1863/1864/1930/ 2821/3123/3170/3506/3783, conforme documentos em anexos, cujos valores estão sendo regularizados no exercício de 2005;

- UG 511851 - total de R\$ 2.727,03, refere-se aos documentos hábeis 2004GD000006/7 por meio das 2004NS002797/2798, conforme documentos em anexos, cujos valores estão sendo regularizados no exercício de 2005;
- UG 512006 - total de R\$ 1.378,81, refere-se aos documentos hábeis 2004GD000029/ 30/31/32 por meio das 2004NS006402/6403/6404/6405, conforme documentos em anexos, cujos valores estão sendo regularizados no exercício de 2005;
- UG 512035 - total de R\$ 46.199,94, refere-se aos documentos hábeis 2004GD000006/ 08/12 por meio das 2004NS001729/1789/2185, conforme documentos em anexos, cujos valores estão sendo regularizados no exercício de 2005;

c) Conta Contábil 52381.00.00 - AJUSTES FINANCEIROS

O saldo da conta mencionada, no exercício de 2004, totaliza o valor de R\$ 475.283,92, cujos registros referem-se a devoluções de transferências financeiras, das Unidades Gestoras relacionadas:

- UG 510194 - total de R\$ 181,84, refere-se ao documento 2004PF000003, conforme documento em anexo;
- UG 511096 - total de R\$ 8.000,00, refere-se ao documento 2004PF000001, conforme documento em anexo;
- UG 511198 - total de R\$ 104,37, refere-se ao documento 2004PF000001, conforme documento em anexo;
- UG 511423 - total de R\$ 98.576,21, refere-se ao documento 2004PF000021, conforme documento em anexo;
- UG 511791 - total de R\$ 33,22, refere-se ao documento 2004PF000002, conforme documento em anexo;
- UG 511794 - total de R\$ 138,65, refere-se ao documento 2004PF000001, conforme documento em anexo;
- UG 511799 - total de R\$ 5.931,04, refere-se ao documento 2004PF000003, conforme documento em anexo;
- UG 511800 - total de R\$ 41,66, refere-se ao documento 2004PF000003, conforme documento em anexo;
- UG 511812 - total de R\$ 457,95, referem-se aos documentos 2004PF000001/3, conforme documento em anexo;
- UG 511813 - total de R\$ 110,88, refere-se ao documento 2004PF000002, conforme documento em anexo;
- UG 511817 - total de R\$ 1.041,64, refere-se ao documento 2004PF000001, conforme documento em anexo;
- UG 511838 - total de R\$ 2.572,53, refere-se ao documento 2004PF000001, conforme documento em anexo;
- UG 511854 - total de R\$ 13.625,16, refere-se ao documento 2004PF000002, conforme documento em anexo;
- UG 511865 - total de R\$ 605,24, refere-se ao documento 2004PF000002, conforme documento em anexo;
- UG 512001 - total de R\$ 342.985,06, refere-se ao documento 2004PF004089, conforme documento em anexo;
- UG 512094 - total de R\$ 378,47, refere-se ao documento 2004PF000002, conforme documento em anexo;
- UG 512101 - total de R\$ 500,00, refere-se ao documento 2004PF000006, conforme documento em anexo;

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
----------------	-----------------------------	----------------------------------------------------------

AVALIAÇÃO DA SFC:

Essas situações, em princípio, podem caracterizar problemas de caráter operacional, demonstrando aparente desorganização no controle interno do órgão e falta de capacitação dos servidores responsáveis pela execução nas unidades descentralizadas.

Entretanto, permanece pendente o saldo da conta contábil 11261.00.00 - Valores a Creditar, que é de natureza transitória. A permanência de saldos por mais de um exercício configura uma impropriedade que deve ser corrigida.

RECOMENDAÇÃO:

Que seja desenvolvido, pelo Órgão, procedimento para monitoramento da execução das unidades descentralizadas, permitindo que tais distorções sejam visualizadas com antecedência, e efetivadas as suas correções em tempo hábil, bem como, procure oferecer capacitação aos funcionários na área de atuação.

Efetue o quanto antes a regularização dos saldos pendentes da conta.

7.3 - SUBÁREA - RECURSOS REALIZÁVEIS**7.3.1 - ASSUNTO - DIVERSOS RESPONSÁVEIS****7.3.1.1 - INFORMAÇÃO:****Ausência de instauração de TCE**

No exercício de 2004, o INSS, diante da demanda de processos de instauração de Tomada de Contas Especial existentes, não adotou nenhuma ação voltada à citada natureza administrativa, que visa apurar a responsabilidade por omissão ou irregularidade no dever de prestar contas ou por dano causado ao erário.

Em virtude da ausência de informação sobre instauração de Tomada de Contas Especial, relativa ao exercício de 2004, indagamos a Divisão de Tomada de Contas Especial da Coordenação Geral de Orçamento Finanças e Contabilidade a respeito do assunto, que por meio de expediente datado de 13.6.2005, apresentou os esclarecimentos a seguir transcritos.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR

Com a finalidade de subsidiar os trabalhos de auditoria de avaliação de gestão dessa Controladoria Geral da União, em virtude da apresentação do Relatório de Prestação de Contas do INSS - 2004, encaminhamos relatório de Gestão da Divisão de Tomada de Contas Especial, exercício 2004, e atuais implementações a partir de 2005, na qual vem sendo desenvolvidas às seguintes atividades:

A Divisão de Tomada de Contas Especial - DTCE faz parte da nova estrutura do INSS instituída pelos decretos 5.255, 5.256 e 5.257 de 27 de outubro de 2004.

A DTCE foi contemplada, no exercício de 2004, com recurso orçamentário de R\$ 578.360,00 (quinhentos e setenta e oito mil trezentos e sessenta reais) para realização das ações pertinentes a sua atuação em âmbito nacional e o valor executado correspondeu a R\$ 68.432,59 (sessenta e oito mil quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta e nove centavos).

Esclarecemos que o valor acima realizado deu-se em função da falta de recursos humanos na Divisão de Tomada de Contas Especial Gerências Executivas do INSS com experiência na operacionalização da formalização dos processos de TCE. Diante deste fato, à Divisão voltou-se para a demanda e implementação de projeto de treinamento aos membros da Comissão de TCE, que foi realizado no ano de 2004, e também em cumprimento às exigências do Tribunal de Contas da União - TCU.

Os gastos com diárias somaram R\$ 46.803,54 (quarenta e seis mil oitocentos e três reais e cinquenta e quatro centavos), com passagens, R\$ 21.629,05 (vinte e um mil seiscentos e vinte e nove reais e cinco centavos), totalizando R\$ 68.432,59 (sessenta e oito mil quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta e nove centavos).

Com a publicação das portarias criando às Comissões Permanentes de Tomadas de Contas Especiais nas Gerências Executivas do Brasil, caberá à Divisão de Tomada de Contas Especial orientar, esclarecer e uniformizar os futuros trabalhos a serem executados. Cabe salientar, que com base na legislação vigente foi ministrado, durante os meses de setembro a novembro do ano de 2004, treinamento teórico aos futuros ocupantes das Comissões Permanentes. Evidenciando o quanto é imprescindível à capacitação dos servidores e a busca da motivação pelo aprendizado; como também, a reciclagem destes conhecimentos adquiridos em futuro próximo.

Devido a erro na interpretação da legislação, que ocasionou um represamento de processos, nesta Divisão, desde o mês de setembro de 2004, ficando o acervo em questão, pendente de encaminhamento às Comissões responsáveis para as devidas providências.

Em virtude da nomeação da nova Chefia de Divisão de Tomada de Contas Especial, publicada no Diário Oficial da União nº 87,

Portaria nº 1.154 de 09 de maio de 2005, descrevemos abaixo as implementações que vêm sendo realizadas:

- Encaminhamento às Gerencias Executivas de Roteiro descritivo de Instrução para Instauração de processo de Tomada de Contas Especial e fluxograma do processo administrativo de dano ao erário, que ocasionou a instauração de TCE;
- Revisão das normas e estabelecer em conjunto com as outras áreas envolvidas do INSS às atribuições, competência e os prazos de andamento processual devido ao quantitativo de processos represados nas Gerencias Executivas, para que não ocorra a reincidência das inconsistências ocorridos no passado;
- Recompôr as portarias das Comissões Permanentes, providenciando as devidas retificações;
- Levantamento dos processos pendentes, desde 1997 para às Auditorias, Corregedorias, Procuradorias e Gerencias do INSS e, diante destes relatórios, verificar a conveniência de instauração e reinstauração de Tomada de Contas Especial;
- Diante do exposto, rever os registros contábeis em conta de responsabilidade, apurando os valores a serem futuramente ressarcidos ao INSS;
- Posteriormente, controlar e gerenciar os acompanhamentos processuais das 102 (cento e duas) Comissões Permanentes das Gerencias Executivas do INSS e das demais Subcomissões a serem constituídas, em virtude da grande demanda processual das grandes Capitais;
- Criação de banco de dados para controle e acompanhamento dos processos de cobrança amigável, de Tomada de Contas Especial e outros casos pertinentes, com a finalidade de subsidiar questionamentos rotineiros da CGU e do TCU;
- Requerer mensalmente relatório das providências tomadas pelas Comissões Permanentes, com o objetivo de prestarmos contas aos gestores espelhando a real situação desta Instituição, com referencia as TCE'S;
- Examinar e reavaliar o valor das metas e o número de processos a serem analisados para o segundo semestre de 2005;
- Compôr Equipes de Trabalho para auxiliar as Comissões Permanentes em suas dúvidas de legislação e operacionalização na instrução processual das Tomadas de Contas Especiais;
- Verificar os processos pendentes e prioritários a serem analisados, que necessitam de remanejamento para outras Gerencias Executivas, em virtude, dos impedimentos de instauração do processo em situações como: ameaças aos componentes das TCE'S, possível envolvimento de servidores locais com as irregularidades e outras situações rotineiras que geram óbices às realizações dos trabalhos;

- Acompanhar a atualização das normas do Tribunal de Contas da União - TCU e da Controladoria Geral da União - CGU, com o intuito de repassar aos integrantes das TCE'S nas Gerências Executivas;

AValiação DA SFC

Os esclarecimentos apresentados pela Coordenação Geral de Orçamento Finanças e Contabilidade de não ter procedido instauração de Tomada de Contas Especial, no decorrer do exercício de 2004, se deu principalmente, pela falta de recursos humanos nas Gerências Executivas/INSS com experiência na operacionalização da formalização dos processos de TCE, o que foi, segundo informações, sanado com a implementação do projeto de treinamento aos membros da Comissão de TCE, e também em cumprimento às exigências do Tribunal de Contas da União - TCU.

Foi esclarecido ainda, sobre a criação da Divisão de Tomada de Contas Especial - DTCE, na nova estrutura da Instituição pelos Decretos nºs 5.255, 5.256 e 5.257 de 27 de outubro de 2004.

RECOMENDAÇÃO

Recomendamos que o INSS proceda todos os levantamentos de processos com indicativos de Tomada de Contas Especial - TCE, para fins de saneamento das pendências e encaminhamento dos processos represados para as respectivas Comissões responsáveis para adotarem as providências cabíveis.

8 - ÁREA: GESTÃO PATRIMONIAL

8.1 - SUBÁREA - INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO

8.1.1 - ASSUNTO - REGISTROS OFICIAIS E FINANCEIROS

8.1.1.1 - CONSTATAÇÃO:

Aumento das impropriedades e irregularidades nos atos de gestão das atividades meio do INSS por conta da descentralização para as Gerências Executivas

Serão relatados nos itens a seguir os resultados dos trabalhos pertinentes à Área de Gestão Patrimonial, Subárea Inventário Físico e Financeiro, relativos às auditorias de acompanhamento de gestão realizadas pelas respectivas unidades da CGU estaduais, nas seguintes Gerências Executivas do INSS: Belém/PA (Relatório CGU nº 153397), Recife/PE (Relatório CGU nº 153399), Macapá/AP (Relatório CGU nº 153391), Porto Alegre/RS (Relatório CGU nº 153692), João Pessoa/PB (Relatório CGU nº 153398), Rio Branco/AC (Relatório CGU nº 153389), Manaus/AM (Relatório CGU nº 153390), Vitória/ES (Relatório CGU nº 153392), Natal/RN (Relatório CGU nº 153404), São Paulo/SP (Relatório CGU nº

153406), Campo Grande/MS (Relatório CGU nº 153394), Palmas/TO (Relatório CGU nº 153402) e Teresina/PI (Relatório CGU nº 153400).

Nesses trabalhos foram identificadas irregularidades e impropriedades na Subárea Inventário Físico e Financeiro nas seguintes Gerências Executivas: Recife/PE (Relatório CGU nº 153399), Macapá/AP (Relatório CGU nº 153391), Porto Alegre/RS (Relatório CGU nº 153692), Rio Branco/AC (Relatório CGU nº 153389), Vitória/ES (Relatório CGU nº 153392), Natal/RN (Relatório CGU nº 153404), São Paulo/SP (Relatório CGU nº 153406) e Campo Grande/MS (Relatório CGU nº 153394).

Os mencionados relatórios foram encaminhados ao Diretor-Presidente do INSS, para conhecimento e providências, por meio dos Ofícios nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.2.2005 e nº 7.295/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 1.4.2005.

JUSTIFICATIVAS DO GESTOR:

As justificativas dos Gestores foram inseridas nos itens relativos a cada Gerência Executiva, conforme a seguir.

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS:

Diretoria Colegiada do INSS

CPF	NOME	CARGO
740.221.488-53	TAITI INENAMI	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
008.349.391-34	CARLOS GOMES BEZERRA	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

AValiação da Gestão:

Inicialmente cabe ressaltar que, embora a questão do patrimônio imobiliário não se enquadre dentro das atividades fins do Instituto, observa-se que o aumento e a extensão dos problemas da área patrimonial se verificaram, principalmente, após a descentralização das atividades correlatas para as Gerências Executivas do INSS, uma vez que já existiam carências de servidores capacitados para gerir a missão institucional nessa área meio, bem como nas demais (Pessoal, Logística, Contábil, Financeira e Orçamentária).

Esclarecemos que o INSS não dotou as Gerências Executivas de condições estruturais adequadas, nas áreas meios citadas, para a execução de sua missão institucional, de forma a propiciar às Gerências desicumbirem-se de suas tarefas nessa área.

Dessa forma, ressaltamos a necessidade de a Diretoria Colegiada do INSS promover estudo para avaliar a possibilidade de centralizações de atividades relacionadas às áreas de Orçamento, Finanças, Contabilidade, Logística e Pessoal, ligadas a área meio do INSS, por estado, de forma otimizar e racionalizar os recursos existentes e permitir o aprimoramento dos mecanismos de controle, tendo em vista os problemas de gestões que essas áreas estão apresentando após as descentralizações de suas atividades para as Gerências Executivas, conforme foi apontado pelos Gerentes Executivos como o principal gargalo gerencial para as impropriedades e irregularidades encontradas.

Outro aspecto que se deve levar em conta é com relação às necessidades dos Gerentes Executivos da Previdência Social concentrarem suas ações na atividade fim da Previdência Social a cargo do INSS, ou seja, na concessão e manutenção dos benefícios, principalmente no que diz respeito ao monitoramento e supervisão desses processos, que se encontram atualmente fragilizados.

RECOMENDAÇÃO:

Conforme mencionado em itens específicos e, principalmente, no item 8.1.1.16 deste Relatório, recomendamos que as Gerências Executivas do INSS adotem providências para regularizar as impropriedades apontadas com vistas à regularização da situação dos imóveis.

Que a Diretoria Colegiada do INSS promova estudo para avaliar a possibilidade de centralizações de atividades relacionadas às áreas de Orçamento, Finanças, Contabilidade, Logística e Pessoal, ligadas a área meio do INSS, por Estado, de forma otimizar e racionalizar os recursos existentes e permitir o aprimoramento dos mecanismos de controle, uma vez que essas áreas apresentaram aumentos de problemas após as descentralizações de suas gestões para as Gerências Executivas.

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística monitore e supervisione a implementação das medidas para regularização das impropriedades apontadas, bem como dotar a área logística das Gerências Executivas em questão dos recursos necessários para implementação das medidas cabíveis.

8.1.1.2 CONSTATAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS DE RECIFE (Relatório nº 153399)

Ausência de cadastramento dos imóveis no Sistema SPIUnet, bem como falta de regularização da documentação junto aos Cartórios de imóveis.

Com relação à atualização dos registros oficiais e financeiros, constatamos o que segue:

a) diferença de valores entre o Relatório Contábil - Ano de 2003 da Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário e o Balancete SIAFI da Unidade em dezembro de 2003, conforme demonstrado a seguir:

CONTA CONTÁBIL	SIAFI (R\$) A	Rel. Cont.* (R\$) B	Diferença B-A
1.4.2.1.1.00.00 - Bens Imóveis	86.280.938,21	86.306.025,33	25.087,12
1.4.2.1.1.03.00 - Terrenos IM101571 - Terreno Lote	64.699,57	61.665,63	-3.033,94
1.4.2.1.1.07.00 - Casas e apartamentos			
IM1009615 - Unid. Cond. - Apartamento	0,00	10.361,92	10.361,92
IM1010615 - Unid. Cond. - Apto.	0,00	10.361,92	10.361,92
IM1011115 - Unid. Cond. - Apartamento	0,00	10.820,42	10.820,42
IM1020115 - Av. Dr. José Rufino	15.557,77	14.828,23	-729,54
IM1020215 - Av. Dr. José Rufino	14.134,63	13.471,82	-662,81
IM1020315 - Av. Dr. José Rufino	14.134,63	13.471,82	-662,81
IM1020415 - Av. Dr. José Rufino	14.586,27	13.902,28	-683,99
IM1020515 - Av. Dr. José Rufino	14.587,63	13.903,58	-684,05

* Relatório Contábil - Ano de 2003 da Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário.

b) os imóveis da GEX/Recife não estão cadastrados no Sistema SPIUnet, conforme determina o art. 1º da Portaria nº 206, de 8.12.2000, bem como não têm o registro cadastral numérico (RIP), conforme estabelece o § Único do art. 1º do Decreto nº 99.672, de 6.11.1990.

c) a não regularização da documentação junto aos Cartórios de Registros dos seguintes imóveis da GEX/REC:

nº	ENDEREÇO	DOC. REGULAR*	Nº NO SGPI **
	R. Treinador Cláudio Coutinho - S/N - Casa Amarela, Recife	NÃO	10006-15-00000-0
	R. Baraúna, 64 - Alto do Mandu, Recife	NÃO	10007-15-00000-9
	R. Honório Correia - S/N - Cordeiro, Recife	NÃO	10013-15-00000-3

nº	ENDEREÇO	DOC. REGULAR*	Nº NO SGPI **
	Av. S. Paulo e outras - QD C - 18 lotes - Jardim S. Paulo, Recife	NÃO	10017-15-00000-9
	Av. Tapajós, 70 - Estância, Recife	NÃO	10019-15-00000-7
	R. Soares Moreno, 117 - Tamarineira, Recife	NÃO	10021-15-00000-5
	R. Antônio Novais, 210 x R. S Andrade - Aflitos, Recife	NÃO	10024-15-00000-2
	Av. Norte esquina c/ Gal. Abreu e Lima - Rosarinho, Recife	NÃO	10025-15-00000-1
	Av. Recife, 797 - Estância - Galpão A e Galpão B, Recife	NÃO	10026-15-00000-0
	R. Coronel Seara - Lotes 79 e 80 - Barro, Recife	NÃO	10027-15-00000-9
	Estrada do Arraial, 2653 - Tamarineira, Recife	NÃO	10031-15-00000-5
	R. Luiz Clericuzzi, 212 - Cajueiro, Recife	NÃO	10034-15-00000-2
	R. Luís Figueiroa, 06 lotes, onde existiu o nº 158 - Afogados, Recife	NÃO	10035-15-00000-1
	R. Ipojuca, 257 e 259 - Areias, Recife	NÃO	10036-15-00000-0
	R. Calumbi, S/N x R. Ipojuca - Areias, Recife	NÃO	10086-15-00000-0
	R. Gomes Coutinho, 129 - Tamarineira, Recife	NÃO	10120-15-00000-7
	R. Cajá, 67 - Areias, Recife	NÃO	10122-15-00000-5
	R. Cajá, 81 - Areias, Recife	NÃO	10123-15-00000-4
	R. Caiçara, 38 - Areias, Recife	NÃO	10124-15-00000-3
	R. Caiçara, 40 - Areias, Recife	NÃO	10125-15-00000-2
	R. Oiticica Lins, junto ao nº 189 - Areias, Recife	NÃO	10127-15-00000-0
	Urbanização Logradouros - Casa Amarela, Recife	NÃO	10143-15-00000-4
	R. Gomes Coutinho e outras - Casa Amarela, Recife	NÃO	10144-15-00000-3
	Av. Capitão Gregório de Caldas, S/N - Estância, Recife	NÃO	10157-15-00000-0
	Rua José de Alencar, 555, Boa Vista, Recife	NÃO	-
	R. Raul Moraes x R. Honório Correia - Cordeiro, Recife	NÃO	10166-15-00000-1
	Av. Capitão Gregório de Caldas, S/N - Estância, Recife	NÃO	10168-15-00000-9
	Av. Recife, - Areias, Recife	NÃO	10206-15-00000-2
	R. Afonso Celso, 114 - Parnamirim, Recife	NÃO	10207-15-00000-1
	Av. Gen. San Martin, - Cordeiro, Recife	NÃO	10208-15-00000-0
	85 lotes no Loteamento de parte do Sítio Nobre - Jaboatão	NÃO	-
	02 lotes no Loteamento Jardim Buenos Aires - Jaboatão	NÃO	10053-15-00000-0

* Informação extraída do Relatório de Imóveis de Propriedade do INSS não operacionais fornecido pelo Serviço de Logística da GEX/Recife.

** SGPI = Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário

Segundo verificação de amostra dos registros dos imóveis da GEX/Recife, constatamos as seguintes falhas:

- alguns registros se encontram em nome de órgãos diversos, como Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Great Western, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva, Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, entre outros;

- alguns registros não são específicos de cada imóvel, se referindo a vários terrenos ou imóveis; e,

- alguns registros referem-se a terrenos, quando hoje já existem casas construídas no local.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Chefe de Orçamento e Finanças e a Contadora da Gerência Executiva do INSS apresentaram, por meio de documento s/nº, de 22/09/04, os seguintes esclarecimentos com relação à alínea "a" :

"O relatório Contábil ano 2003 da Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário, apresentado pelo Serviço de Logística, refere-se a antes do encerramento do exercício 2003, daí a divergência de saldos, conforme Notas de Lançamentos de nºs 2003NL003333, 003337, 003338, 003340 e 003663 emitidas em 13 e 31/12/2003."

O Chefe do Serviço da Logística do INSS de Pernambuco, por meio do MEMO Nº 15-301.1/147/2004, de 31.8.2004, apresentou as seguintes justificativas, com relação a regularização dos imóveis (alínea "c"):

"Estão sendo providenciados orçamentos juntos às empresas especializadas na área de cadastramento e legalização de imóveis, com vista à licitação para contratação de empresa de acordo com Lei 8.666/93 para proceder levantamentos cadastrais de todos os imóveis envolvidos, possibilitando assim, conhecer fisicamente e como também as condições elétricas, hidro-sanitárias, pinturas, telhamento, pisos, arquitetura, estruturas destes imóveis e promover levantamento das documentações, juntos aos Cartórios de Notas e Documentos e Registro de Imóveis e demais Órgãos Públicos competentes."

Posteriormente, o Chefe do Serviço da Logística do INSS de Pernambuco, por meio do Ofício nº 161/2004, de 20.9.2004, apresentou as seguintes justificativas:

alínea "b":

"Informamos que, a Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário encaminhou justificativa ao Tribunal de Contas da União, informando, que a atualização do cadastro vem sendo feita atualmente no SGPI, cuja base serve para geração do respectivo inventário contábil anual. Considerando as deficiências identificadas no referido Sistema, resolvemos iniciar um treinamento dos servidores das Gerências Executivas em parceria com a Secretária de Patrimônio da União - SPU, que irá executá-lo através das suas projeções nos Estados. Concluída a fase de treinamento, será dado início ao registro dos imóveis. Por determinação da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística, os imóveis que fazem parte do patrimônio imobiliário do INSS deverão ser lançados no "SPIU-NET, da SPU;"

alínea "c":

"IMÓVEL Nº 1 - Rua Treinador Cláudio Coutinho, s/n (antigo Largo da Feira), do bairro Casa Amarela, Recife/PE.

1 - O ex-IAPC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, em 19.02.41, no Estado de Pernambuco, comprou 03 (três) prédios de nºs. 2516; 2530 e 2580, além, de 01 (um) grande lote de terreno dividido em 98 lotes para construir um Conjunto Habitacional, hoje conhecido como Vila dos Comerciários no bairro de Casa Amarela - Recife /PE.

2 - No decorrer da construção do citado Conjunto, foi construído também 01 (um) prédio para funcionamento de um Centro de Ginecologia Oncológica, projeção do PAM/Encruzilhada, ocupada pelo ex-IAPS, posteriormente cedida ao Governo do Estado de Pernambuco, pelo ex-INAMPS, em 03.08.1990, através do Sistema Único de Saúde, vale salientar que o citado imóvel, s.m.j., em contrário deveria quando da criação do SINPAS, ter integrado o patrimônio imobiliário do ex-INAMPS, já que os serviços específicos desempenhados no citado imóvel correspondem ao ex-Instituto, bem como foi o mesmo objeto de apreciação pelas Comissões Interministeriais para resolver tal situação, visando sua destinação para integrar o patrimônio imobiliário do atual Ministério da Saúde.

3 - O Terreno é próprio (Alodial), portanto, não é considerado como sendo de Marinha;

4 - O Conjunto Residencial acima citado foi construído conforme a seguir discriminado:

- a) Prédio da Administração;
- b) Grupo Escolar;
- c) Prédio de Assistência Social;

d) 52 Grupos com 486 unidades habitacionais;

5 - Quanto à regularização do imóvel, ao longo destes anos, nada pudemos fazer, vez que o citado imóvel, onde se encontra encravado o citado centro médico, é parte integrante de um grande Conjunto Residencial e, que para realizarmos sua regularização, necessitaríamos de individualizar o terreno, ou seja, a área em que o mesmo foi construído, assim efetuarmos o levantamento de plantas atualizadas e de acordo com as normas exigidas pela Prefeitura da Cidade do Recife, serviços topográficos e etc., em relação aos quais não dispomos de recursos orçamentários, tendo sido solicitado verba a Direção Geral, que pretende a contratação de firma em nível nacional para tais medidas, priorizando os imóveis que pudessem integrar o PND - Plano Nacional de Desimobilização, objetivando sua venda a terceiros, visando a entrada de recursos no caixa da Previdência Social.

6 - Estamos tentando negociar com o Governo do Estado de Pernambuco e Prefeitura da Cidade do Recife, a legalização do citado imóvel, sem os altos custos que se fazem necessários, com vista à inclusão no Plano Nacional de Desimobilização, ou através de venda direta pela Lei nº 9.702/98, enquanto a Direção Geral não define a disponibilidade de recursos orçamentários para tais fins ou contratação de empresa especializada, mesmo diante da argumentação expressa no item 5, retro;

IMÓVEL Nº 2 - Rua Baraúna, 64 Alto do Mandu, Recife/PE.

1 - O imóvel encontra-se devidamente registrado no 1º RGI, em nome do INSS/PE;

2 - Tendo ido a Concorrência Pública em 1993, pelo processo nº 35204.052929/93-58, cujo licitante vencedor foi o Sr. Jorge Luiz Trajano Guerra;

3 - em 27.10.97, o Sr. Superintendente Estadual cancelou a adjudicação do citado imóvel, em face de já existir um registro anterior no 2º RGI em favor de um terceiro;

4 - o presente processo encontra-se na Douta Procuradoria para fins de ajuizamento da competente ação;

IMÓVEIS Nº 3 e 26 - Rua Raul Moraes esquina com Honório Correia e Rua Honório Correia, s/n Cordeiro, Recife/PE.

1- A Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiche e Armazéns, em 17.05.1938, no Estado de Pernambuco, recebeu como doação um terreno situado no Bonji, Estrada Nova do Bonji, Av. Caxangá, bairro da

Madalena, nesta Cidade, com a finalidade de construir uma Vila Operária para os seus associados;

2 - No decorrer da construção do citado Conjunto, foi construído também 01 (um) prédio para funcionamento de uma escola que foi cedida ao Governo do Estado de Pernambuco, à época para funcionamento da mesma, tudo levando a crer ser a infra-estrutura exigida para funcionamento da citada Vila Operária, originalmente determinada;

3 - O Terreno é próprio (Alodial), portanto, não é considerado como sendo de Marinha;

4 - Quanto à regularização do imóvel, ao longo destes anos, nada pudemos fazer, vez que os citados imóveis encontram-se encravados na citada escola, e é parte integrante de um grande Conjunto Residencial e, que para realizarmos sua regularização, necessitaríamos de individualizar o prédio e o terreno, ou seja, a área em que a mesma ocupa, para efetuarmos levantamento de plantas atualizadas e de acordo com as normas exigidas pela Prefeitura da Cidade do Recife, serviços topográficos e etc., o qual não dispomos de recursos orçamentários para tais fins, tendo sido solicitado verba a Direção Geral, que pretende a contratação de firma em nível nacional para tais medidas, priorizando os imóveis que pudessem integrar o PND - Plano Nacional de Desimobilização, objetivando sua venda a terceiros, visando a entrada de recursos no caixa da Previdência Social.

5 - Estamos tentando negociar com o Governo do Estado de Pernambuco e Prefeitura da Cidade do Recife, a legalização dos citados imóveis, sem 1 - O ex-IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, em 22.10.1941, no Estado de Pernambuco, comprou 759.000,00 m2 de área, situada no antigo Sítio Caçote, no bairro de Areias, para construir um Conjunto Habitacional, hoje conhecido como Vila dos Industriários no bairro de Areias - Recife /PE;

2 - No decorrer da construção do citado Conjunto, foi construído também 01 (um) prédio para funcionamento de uma escola que foi cedida ao Governo do Estado de Pernambuco, à época para funcionamento da mesma, conforme cópia do Instrumento Particular de Convênio firmado entre o IAPI e o Governo do Estado de Pernambuco;

3 - O Terreno é próprio (Alodial), portanto, não é considerado como sendo de Marinha;

4 - Quanto à regularização do imóvel, ao longo destes anos, nada pudemos fazer, vez que os citados imóveis encontram-se encravados na citada escola, e é parte integrante de um grande Conjunto Residencial e, que para

realizarmos sua regularização, necessitaríamos de individualizar o prédio e o terreno, ou seja, a área em que a mesma ocupa, para efetuarmos levantamento de plantas atualizadas e de acordo com as normas exigidas pela Prefeitura da Cidade do Recife, serviços topográficos e etc., o qual não dispomos de recursos orçamentários para tais fins, tendo sido solicitado verba a Direção Geral, que pretende a contratação de firma em nível nacional para tais medidas, priorizando os imóveis que pudessem integrar o PND - Plano Nacional de Desimobilização, objetivando sua venda a terceiros, visando a entrada de recursos no caixa da Previdência Social.

5 - Estamos tentando negociar com o Governo do Estado de Pernambuco e Prefeitura da Cidade do Recife, a legalização do citado imóvel, sem os altos custos que se fazem necessários, com vista a inclusão no Plano Nacional de Desimobilização, ou através de venda direta pela Lei nº 9.702/98, enquanto a Direção Geral não define a disponibilidade de recursos orçamentários para tais fins ou contratação de empresa especializada, mesmo diante da argumentação expressa no item 4, retro;

IMÓVEL Nº 10 - R. Coronel Seara - Lotes 79 e 80 - Barro, Recife/PE.

1 - O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários - IAPI, adquiriu uma área de terreno para construção de um conjunto residencial cuja Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 23.08.1939 no Cartório do 1º Ofício, devidamente transcrito no Livro 334, das fls. 153v a 156v e Transcrição dos Imóveis, às fls. 64v, sob o número de ordem 10.792, em 01.09.1939.

2 - Estão sendo providenciados orçamentos de custos para legalização do imóvel, com vista à licitação para contratação de empresa de acordo com Lei 8.666/93 para proceder levantamentos cadastrais.

IMÓVEIS Nºs 11 e 29 - Estrada do Arraial, 2653 e Rua Afonso Celso, 114- Tamarineira, Recife/PE.

1 - O ex-INPS - Instituto Nacional de Previdência Social, em 08.03.1977 e 06.12.1977, no Estado de Pernambuco, adquiriu de Dona Edilazir de Albuquerque Rodrigues, uma casa situada na Estrada do Arraial, 2653, com área total de 884,00 m2., para ser utilizado como estacionamento do Hospital Agamenon Magalhães, e adquiriu do Sr. Bruno Francisco Muller, uma casa na Rua Afonso Celso, 114, com área total de 1.518,94 m2, para ampliação do Hospital Agamenon Magalhães;

2 - Os imóveis adquiridos tinham como finalidade a ampliação do Hospital Agamenon Magalhães, vinculado atualmente ao Governo do Estado de Pernambuco, através do Sistema Único de Saúde, vale salientar que o citado imóvel s.m.j., em contrário deveria quando da criação do SINPAS, o mesmo deveria ter integrado o patrimônio imobiliário do ex-INAMPS, já que os serviços específicos desempenhados no citado imóvel corresponde ao ex - Instituto;

3 - Os terrenos são próprios (Alodiais), portanto, não são considerados como sendo de Marinha;

4 - Quanto a regularização dos imóveis, ao longo destes anos, nada podemos fazer, vez que os referidos, onde encontram-se encravados o citado Hospital, que para realizarmos suas regularizações, necessitaríamos de individualizar os imóveis, efetuando levantamento topográfico, com confecção de plantas, conforme as normas exigidas pela Prefeitura da Cidade do Recife, para os quais não dispomos de recursos orçamentários para tais fins, tendo sido solicitado verba a Direção Geral, que pretende a contratação de firma em nível nacional para tais medidas, priorizando os imóveis que pudessem integrar o PND - Plano Nacional de Desimobilização;

5 - Só poderemos negociar com o Governo do Estado de Pernambuco e Prefeitura da Cidade do Recife, a legalização dos citados imóveis, sem os altos custos que se fazem necessários, com vista a inclusão no Plano Nacional de Desimobilização, ou através de venda direta pela Lei nº 9.702/98, enquanto a Direção Geral não define a disponibilidade de recursos orçamentários para tais fins ou contratação de empresa especializada, mesmo diante da argumentação expressa no item 4, retro.

IMÓVEL Nº 12 - R. Luiz Clericuzzi, 212 - Cajueiro, Recife/PE.

1 - O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais - IAPC, adquiriu uma área de terreno para construção de um conjunto residencial cuja Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 03.01.1947 no Cartório do 7º Ofício, devidamente transcrito no Livro 2, das fls. 128v a 132v e Transcrição dos Imóveis, às fls. 177v, sob o número de ordem 4.197, em 18.01.1947.

2 - Estão sendo providenciados orçamentos de custos para legalização do imóvel, com vista à licitação para contratação de empresa de acordo com Lei 8.666/93 para proceder levantamentos cadastrais.

IMÓVEL Nº 13 - R. Luiz Figueiroa, 06 Lotes, onde existiu o nº 158 - Afogados, Recife/PE.

1 - A Caixa de Aposentadoria dos Ferroviários da Great Western adquiriu uma área de terreno para construção de um conjunto residencial cuja Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 04.02.1942 pelo Tabelião M. de Barros, devidamente transcrito no Livro 3-AE, às fls. 220v da Transcrição dos Imóveis, sob o número de ordem 15.003, em 09.02.1942.

2 - Estão sendo providenciados orçamentos de custos para legalização do imóvel, com vista à licitação para contratação de empresa de acordo com Lei 8.666/93 para proceder levantamentos cadastrais.

3 - O Terreno é próprio (Alodial), portanto, não é considerado como sendo de Marinha;

4 - Quanto à regularização do imóvel, ao longo destes anos, nada podemos fazer, vez que no citado imóvel, encontra-se encravado atualmente a Escola que executa as atividades da Ex-Fundação Guararapes, vinculada a Secretaria de Educação da Prefeitura da Cidade do Recife, e é parte integrante de um grande Conjunto Residencial e, que para realizarmos sua regularização, necessitaríamos de individualizar o terreno, ou seja, a área em que a mesma ocupa, para efetuarmos levantamento de plantas atualizadas e de acordo com as normas exigidas pela Prefeitura da Cidade do Recife, serviços topográficos e etc., o qual não dispomos de recursos orçamentários para tais fins, tendo sido solicitado verba a Direção Geral, que pretende a contratação de firma em nível nacional para tais medidas, priorizando os imóveis que pudessem integrar o PND - Plano Nacional de Desimobilização;

5 - Estamos tentando negociar com o Governo do Estado de Pernambuco e Prefeitura da Cidade do Recife, a legalização do citado imóvel, sem os altos custos que se fazem necessários, com vista a inclusão no Plano Nacional de Desimobilização, ou através de venda direta pela Lei nº 9.702/98, enquanto a Direção Geral não define a disponibilidade de recursos orçamentários para tais fins ou contratação de empresa especializada, mesmo diante da argumentação expressa no item 4, retro;

IMÓVEL Nº 14 - R. Ipojuca, 257 e 259 - Areias, Recife/PE.

1 - O ex-IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, em 22.10.1941, no Estado de Pernambuco, comprou 759.000,00 m2 de área, situada no antigo Sítio Caçote, no bairro de Areias, para construir um Conjunto Habitacional, hoje conhecido como Vila dos Industriários no bairro de Areias - Recife/PE;

2 - No decorrer da construção do citado Conjunto, foi construído também, à época, 01 (um) prédio onde funciona uma escola da Rede Municipal de Ensino.

3 - O Terreno é próprio (Alodial), portanto, não é considerado como sendo de Marinha."

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em Recife/PE no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

AVALIAÇÃO DA SFC:

Acatamos os esclarecimentos apresentados no que se refere à alínea "a". Com relação as demais alíneas, "b" e "c", a Entidade deve agilizar as providências necessárias para regularização dos imóveis e para seus cadastramentos no Sistema SPIUnet com o registro cadastral numérico (RIP), cumprindo os dispositivos legais.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Gerência Executiva do INSS em Recife/PE agilize as providências necessárias para regularização dos imóveis e para seus cadastramentos no Sistema SPIUnet com o registro cadastral numérico (RIP), cumprindo os dispositivos legais.

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística monitore e supervisione a implementação das medidas para regularização das impropriedades apontadas.

8.1.1.3 INFORMAÇÃO:

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 4, de 26.8.2004, solicitamos que a Entidade apresentasse as propostas de implementação de Gestão Patrimonial. O Chefe do Serviço de Logística do INSS de Pernambuco, por meio do MEMO Nº 15-301.1/147/2004, de 31/08/04, apresentou os seguintes esclarecimentos com relação à gestão patrimonial da Entidade:

"Apresentamos dificuldades e as devidas sugestões para a área do Patrimônio Imobiliário na GEXREC, que possam contribuir para o desembaraço desta atividade:

1. A primeira dificuldade encontrada diz respeito à falta de uma política de capacitação funcional e ao número reduzido de funcionários para a execução das funções. Vale salientar também que a redução da estrutura do setor, ao longo dos anos, quando foi rebaixada de Coordenadoria Regional para um apêndice do Serviço de Logística, dentro do organograma atual, trouxe em seu bojo o afunilamento e o conseqüente estrangulamento das atividades, haja vista a demanda apresentada e a impossibilidade de se dar vazão à intensidade dos serviços solicitados. Embora entendamos que a questão do patrimônio imobiliário não se enquadre dentro das atividades fins do Instituto, fica difícil estabelecermos um ritmo apropriado e adequado de trabalho sem que tenhamos um número suficiente de funcionários e condições estruturais inerentes a execução dos trabalhos.

2. A segunda dificuldade diz respeito às condições materiais propriamente ditas. Dispomos apenas de (02) dois computadores em condições precárias de funcionamento e de 01 (uma) impressora.

Enfrentamos a falta de equipamentos mais ágeis e modernos e de acessórios complementares, como scanners e outros, que agilizem a execução das nossas tarefas e façam a comunicação com os setores correlatos, tanto em nível do Estado de Pernambuco quanto de todo o Brasil. A mesma deficiência pode ser observada em relação aos arquivos de aço onde são mantidos os processos imobiliários ainda não conclusos (a grande maioria). São arquivos antigos, alguns com mais de 30 (trinta) anos de uso, cujas gavetas e trilhos não mais funcionam. Além do mais, o arquivo está situado em uma sala pequena e sem climatização, dificultando a mobilidade e expondo a riscos a saúde dos servidores que com ele lidam. No que tange a este item, gostaríamos de sugerir a aquisição de equipamentos de informática compatíveis com a quantidade de imóveis e com o conseqüente volume de trabalho e sistemas necessários para a manutenção e execução dos serviços do patrimônio imobiliário.

3. A terceira dificuldade diz respeito às questões e problemas relacionados com a regularização documental dos processos relativos aos financiamentos imobiliários concedidos pelos extintos Institutos de Aposentadoria e Pensões. No momento, contamos apenas com uma operação em manutenção. Todos os financiamentos restantes foram quitados antecipadamente, pelo prazo, através do pagamento de sinistros pelas seguradoras ou enquadrados na Resolução/IAPAS nº 87- A/80 e Resolução/INSS nº 169/93. No

que diz respeito aos contratos de compra e venda com pactos adjetos de hipoteca quitados, necessitamos da anuência e do requerimento dos interessados para que o cancelamento hipotecário aconteça. Além do mais, de acordo com a legislação que rege estes contratos e com os termos das respectivas escrituras, para que a hipoteca seja cancelada é necessário que o interessado comprove a quitação dos impostos e taxas que incidem sobre o imóvel (IPTU, laudêmio, condomínio, etc). Elaborado o documento de cancelamento da hipoteca, após tramitação interna do processo no INSS, é necessário que o mutuário dirija-se ao respectivo RGI, pague as taxas devidas e efetue o cancelamento. Só após estes procedimentos, poderá o setor encaminhar o processo para a efetuação da baixa contábil da operação e publicar o resumo da escritura no DOU e no BSL. No que diz respeito às operações de promessa de compra e venda, a questão torna-se mais problemática, haja vista que os custos da lavratura e do registro da escritura definitiva tornam mais difícil a regularização escritural dos imóveis, já que ficamos também a mercê da disponibilidade financeira dos compromissários. Nesse sentido, em nada podemos agilizar tais regularizações, já que nem o Instituto nem os compromissários dispõem de isenções que visem facilitar e agilizar tais procedimentos. Sugerimos, assim, a título de colaboração, a elaboração de leis que estendam à autarquia a isenção do pagamento de taxas referentes a certidões, cancelamento de hipoteca e outros procedimentos, junto aos cartórios de notas, cartórios de registros de imóveis e cartórios de registros de títulos e documentos, relativos aos contratos de financiamentos para as operações de baixa renda. Isso acontecendo, ficaria o Instituto em condições de encaminhar e solucionar, unilateralmente, uma boa parte destas pendências documentais.

4. Uma outra dificuldade, no que tange aos processos de financiamentos imobiliários, diz respeito às operações quitadas pela Resolução/INSS nº 169/93, com base na Lei nº 8.004/80, e que usufruíram da cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Tais operações, até a presente data não tiveram a cobertura citada efetuada, considerando que a Caixa Econômica Federal, atual administradora do FCVS em substituição ao BNH, nega-se a repassar para o INSS os valores devidos, alegando que os contratos analisados não obedeceram aos padrões vigentes na época. Além do prejuízo financeiro que isso acarreta ao Instituto, tal fato impede que os processos envolvidos nessa demanda sejam concluídos, com a respectiva homologação da quitação e a conseqüente baixa contábil, transformando-se em mais um problema de difícil resolução.

5. Sugerimos, também, a retomada do funcionamento do SGPI como um programa consistente e funcional, como era até o ano de 1999, de modo que as gerências possam efetivamente administrar o cadastro de seus imóveis."

8.1.1.4 CONSTATAÇÃO:

Falhas, morosidade e intempestividade na gestão dos bens imóveis.

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS DE MACAPÁ (Relatório nº 153391)

Foram encontradas as seguintes situações na gestão dos bens imóveis na Gerencia Executiva do INSS de MACAPÁ:

- morosidade na adoção de medidas efetivas para regularizar a propriedade dos imóveis em São Joaquim do Pacui, Ferreira Gomes, Laranjal do Jarí e Oiapoque;
- intempestividade na baixa contábil do terreno em Calçoene;
- morosidade na adoção de medidas efetivas para que o proprietário regularize a documentação do Terreno em Mazagão;
- morosidade na adoção de medidas efetivas para ser compensado pelas perdas da desapropriação do imóvel urbano pela Prefeitura do Município de Macapá;
- morosidade na baixa contábil do veículo Pick-up Toyota que não tem condições de uso e de recuperação;
- morosidade na regularização do veículo Topic que foi transferido para a Gerencia do Pará em 2.000.

Analisamos os Bens Imóveis do INSS/AP em 31.12.2003 e classificamos em situação regular e irregular, cujos fatos serão arrolados a seguir.

Código	Tipo do Imóvel	Município	Valor Contábil	Situação
1001825000006	Prédio	Macapá	R\$ 774.819,29	Regular
1010925000006	Prédio	Amapá	R\$ 60.439,39	Regular
1011225000003	Prédio	Santana	R\$ 290.407,06	Regular
1012525000000	Casa	Amapá	R\$ 7.359,33	Regular
1012625000009	Casa	Amapá	R\$ 7.486,94	Regular
1012725000008	Casa	Amapá	R\$ 7.373,50	Regular
1012825000007	Casa	Amapá	R\$ 7.373,50	Regular
1012925000006	Casa	Amapá	R\$ 7.373,50	Regular
1013025000005	Casa	Amapá	R\$ 7.121,60	Regular
1013125000004	Casa	Amapá	R\$ 7.076,56	Regular
1013225000003	Casa	Amapá	R\$ 7.231,71	Regular
1013325000002	Casa	Amapá	R\$ 6.250,92	Regular
1014225000003	Casa	Amapá	R\$ 6.353,41	Regular
Sub-Total			R\$ 1.196.666,71	
1010825000007	Prédio	São J. Pacui	R\$ 34.855,66	Irregular
1011025000005	Prédio	Ferreira Gomes	R\$ 73.726,92	Irregular
1011325000002	Prédio	Laranjal do Jarí	R\$ 69.361,48	Irregular
1018525000000	Prédio	Oiapoque	R\$ 26.315,52	Irregular
10157000008	Terreno	Calçoene	R\$ 25.169,88	Irregular
1013825000007	Casa	Mazagão	R\$ 6.250,92	Irregular

1000825000006	Galpão	Macapá	R\$ 211.147,33	Irregular
Sub-Total			R\$ 446.827,71	
Total			R\$ 1.643.494,42	

1) **São Joaquim do Pacui:** O prefeito do Município de Macapá, através do Termo de Compromisso de Cessão de Terreno N° 648/1988, declarou ter cedido o terreno, a título gratuito, ao IAPAS. A partir daí, o INSS vem tentando obter o título dominial do terreno, onde foi construído um edifício com área total licenciada de 198,47 m². A Prefeitura Municipal de Macapá (PMM) - gestão atual - alega que nunca foi proprietária deste imóvel e que o prefeito, portanto, não poderia ter expedido o Termo de Cessão do Terreno. Na versão da PMM, o proprietário seria o Governo Federal, através do INCRA. A questão permanece indefinida por que o INCRA, por sua vez, alega que a responsabilidade é da Prefeitura Municipal de Macapá. Além disso, foi averbado em 20/12/1994 o Compromisso de Compra e Venda do referido imóvel entre o INSS (vendedor) e o Ministério Público do Estado do Amapá, sem que o vendedor tivesse o domínio (propriedade) do referido imóvel. A Decisão N°1566/ 2002 do Tribunal de Contas da União (publicada no DOU de 29/11/2002) já havia determinado ao INSS/AP à regularização do citado imóvel. A Recomendação N° 01/2004 da equipe de auditoria regional do INSS de 01/10/2004 também determina adoção de medidas para confirmar a titularidade do imóvel, cujo valor contábil era de R\$ 34.855,66 em 31/12/2003.

2) **Ferreira Gomes:** O IAPAS requereu a cessão do lote N° 02, Quadra 05, Setor 16 e foi atendido pela Prefeitura de Ferreira Gomes, conforme o Termo de Compromisso de Cessão de Terreno N° 97 de 27/12/1988. Neste terreno foi construído o prédio sede do INSS, com valor contábil de R\$ 73.726,92 em 31/12/2003. O INSS/AP vem tentando obter os seguintes documentos sem sucesso: Título de Domínio, Certidão Negativa de Tributos Municipais e a Declaração de Características e o Alvará de Construção. Além disso, existe a Escritura Pública de Compromisso de Compra e Venda registrada no Cartório Jucá, datada de 20/12/1994, entre o INSS (vendedor) e o Ministério Público do Estado do Amapá (comprador). Por fim, a Decisão N° 1566/ 2002 do Tribunal de Contas da União (publicada no DOU de 29/11/2002) já havia determinado ao INSS/AP a regularização do citado imóvel.

3) **Laranjal do Jarí:** O IAPAS requereu a cessão do lote N° 440, Quadra 05, Setor 05 e foi atendido pela Prefeitura do Laranjal do Jarí, conforme Termo de Cessão 001/88 de 30/09/1988. Neste terreno foi construído o prédio sede do INSS, com área construída de 342,6 m² e valor contábil de R\$ 69.361,48 em 31/12/2003. Ao longo dos últimos anos, o INSS/AP vem tentando obter os seguintes documentos sem sucesso: Título de Domínio, Certidão Negativa de Tributos Municipais e a Declaração de Características. A Decisão N°1566/ 2002 do Tribunal de Contas da União (publicada no DOU de 29/11/2002) já havia determinado ao INSS/AP à regularização do citado imóvel.

4) **Oiapoque:** O IAPAS requereu a cessão do lote N° 20, Quadra 13, Setor 04 e foi atendido pela Prefeitura de Oiapoque, conforme Lei Municipal N° 32/88 de 01/11/1988. Neste terreno foi construído o prédio sede do INSS, com área construída de 170,0 m2 e valor contábil de R\$ 26.315,52 em 31/12/2003. Ao longo dos últimos anos, o INSS/AP vem tentando obter os seguintes documentos sem sucesso: Título de Domínio, Certidão Negativa de Tributos Municipais e a Declaração de Características. Além disso, existe a Escritura Pública de Compromisso de Compra e Venda registrada no Livro 119 folha 190 do Cartório Jucá entre o INSS (vendedor) e o Ministério Público do Estado do Amapá (comprador). Por fim, a Decisão N° 1566/ 2002 do Tribunal de Contas da União (publicada no DOU de 29/11/2002) já havia determinado ao INSS/AP à regularização do citado imóvel.

5) **Calçoene:** A Prefeitura declarou no dia 13/05/2004 expirado o prazo para a construção da Agência do INSS no Município de Calçoene, tornando sem efeito o Termo de Cessão do lote N° 004, Quadra 14, Setor 4, conforme Lei Municipal N° 017 de 31/12/1978. Vale mencionar que a Decisão N°1566/ 2002 do Tribunal de Contas da União (publicada no DOU de 29/11/2002) já havia determinado ao INSS/AP a regularização do citado imóvel. O Ofício do INSS N° 32/004 SLOG/INSS de 13/05/2004, mesma data da manifestação da Prefeitura, voltou a determinar que fossem obtidos os documentos (Título de Domínio, Certidão Negativa de Tributos Municipais e Declaração de Características) necessários para atender a decisão do TCU N° 1566/2002. Por fim, a Recomendação N° 01/2004 da equipe de auditoria regional do INSS de 01/10/2004 que, já cientes da decisão da Prefeitura de Calçoene, determinou a adoção de medidas para a baixa do registro do imóvel em questão.

6) **Mazagão:** O INSS alienou o terreno situado na Av. Hermógenes de Matos, 321, com área total de 321 m2. A baixa contábil do imóvel vendido não pode ser realizada porque o comprador não regularizou a documentação no Cartório de Registro de Imóveis.

7) **Macapá:** O IAPAS recebeu o lote urbano com 1.530 m2, através de doação em 18/02/1988, cujo título dominial está registrado no RGI 4166, folha 69, livro 2R do Cartório de Registro de Imóveis do Município de Macapá. Em 11/06/1991, o Governador do Estado do Amapá, através do Decreto Estadual N° 0024, declarou de utilidade pública (para efeito de desapropriação) esse imóvel pertencente ao INSS. O processo foi inicialmente encaminhado ao INSS/PA e retornou em 18/08/1999, sem solução. Desde então, o processo está em negociação entre a Gerência Executiva do INSS/AP e a Prefeitura Municipal de Macapá. A Decisão N° 1566/ 2002 do Tribunal de Contas da União (publicada no DOU de 29/11/2002) já havia determinado ao INSS/AP à regularização do citado imóvel. O valor contábil era de R\$ 211.147,33 em 31/12/2003. Analisamos os registros dos Veículos do INSS/AP em 31/12/2003 e classificamos em situação regular e irregular, cujos fatos serão arrolados a seguir.

Identificação	Veículo	Valor	Situação do Veículo
801713986	Pick-Up Toyota	R\$ 28.810,00	Sem condições de uso
802592430	Furgão Topic	R\$ 40.875,00	Na Gerencia Pará
804199310	Furgão	R\$ 62.573,00	Em utilização normal
Total		R\$ 132.258,00	

1) **Pick-up Toyota:** O veículo Pick-up Toyota, com identificação patrimonial N° 801713986 e valor contábil de R\$ 28.810,00 em 31/12/2003, encontra-se sem condições de uso e o Termo de Vistoria indica que a recuperação do veículo é anti-econômica.

2) **Furgão Topic:** O veículo Topic, com identificação patrimonial N° 802592430 e valor contábil de R\$ 40.875,00 em 31/12/2003, foi transferido para a Gerência Pará em 2000.

JUSTIFICATIVAS DO GESTOR:

1) **São João do Pacui:** O Gestor concordou com a nossa constatação e considerou que a equipe de auditoria se equivocou com relação à averbação do Compromisso de Compra e Venda, pois o imóvel não havia sido negociado com o Ministério Público Estadual do Amapá.

2) **Ferreira Gomes:** O Gestor concordou com a nossa constatação e justificou a não efetivação da delimitação da área urbana como fator impeditivo da emissão do título de domínio pelo Cartório local. Afirmou, também, desconhecer as razões do Compromisso de Compra e Venda efetuado em 1994, dado que, na época, o INSS/AP era subordinado ao INSS/PA.

3) **Laranjal do Jarí:** O Gestor justificou-se dizendo que a questão continua sendo negociada pela via administrativa, sendo que, se não houver a doação, esta será encaminhada ao setor jurídico para as providências cabíveis.

4) **Oiapoque:** Conforme resposta formal à SA N° 02/04, o Gestor justificou-se dizendo que está adotando procedimentos a fim de cumprir a Decisão N° 1566/2002 do Tribunal de Contas da União. Afirmou desconhecer as razões do Compromisso de Compra e Venda, dado que, na época, esses bens eram administrados pela Superintendência do Pará.

5) **Calçoene:** O Gestor respondeu que somente poderá dar baixa contábil do imóvel ao final de cada exercício, quando do fechamento do balanço anual.

6) **Mazagão:** O Gestor justificou-se dizendo que está seguindo a orientação do TCU, que determina o envio do processo à Procuradoria do INSS para que esta adote as medidas judiciais cabíveis.

7) **Macapá:** O Gestor justificou-se dizendo que foram esgotadas todas as medidas administrativas. O processo foi encaminhado ao setor jurídico que ajuizou ação reivindicatória N° 200.31.00.001349-2, que se encontra em andamento.

8) **Pick-up Toyota:** O Gestor limitou-se a informar as condições do veículo.

9) **Furgão Topic:** O Gestor permanece aguardando regularização da transferência pelo DETRAN/PA para posterior baixa no registro contábil.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em Macapá/AP no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

AVALIAÇÃO DA SFC:

Conforme justificativa apresentada, verificamos que permanecem pendentes de regularização as situações apontadas em: São Joaquim do Pacui, Ferreira Gomes, Laranjal do Jarí, Oiapoque, Calçoene, Mazagão e Macapá. A situação dos veículos também deverá ser regularizada pela GEX.

RECOMENDAÇÃO:

Que o Gerente Executivo do INSS em Macapá adote as seguintes medidas:

1) **São Joaquim do Pacui:** Implementar medidas que possibilitem a obtenção da titularidade dominial do terreno para que possa ser efetivado o Compromisso de Compra e Venda com o Ministério Público da União, assim como para cumprir a Decisão N° 1566/2002 do Tribunal de Contas da União e da Recomendação N° 01/2004 da equipe de auditoria regional do INSS.

2) **Ferreira Gomes:** Implementar medidas que possibilitem a obtenção da titularidade dominial do terreno para cumprir a Decisão N° 1566/2002 do Tribunal de Contas da União.

3) **Laranjal do Jarí:** Implementar medidas que possibilitem a obtenção da titularidade dominial do terreno para cumprir a Decisão N° 1566/2002 do Tribunal de Contas da União.

4) **Oiapoque:** Implementar medidas que possibilitem a obtenção da titularidade dominial do terreno para cumprir a Decisão Nº 1566/2002 do Tribunal de Contas da União.

5) **Calçoene:** Efetuar tempestivamente a baixa contábil do terreno no Município de Calçoene, cujo valor registrado era de R\$ 25.169,88 em 31/12/2003, seguindo a recomendação da equipe de auditoria regional do INSS de 01/10/2004.

6) **Mazagão:** Implementar medidas que forcem a transferência da titularidade dominial do terreno para que se possa efetuar a baixa contábil do referido imóvel.

7) **Macapá:** Implementar medidas que possibilitem a obtenção da titularidade dominial do terreno para cumprir a Decisão Nº 1566/2002 do Tribunal de Contas da União.

8) **Pick-up Toyota:** Tempestividade na baixa contábil do veículo Pick-up Toyota.

9) **Furgão Topic:** Agilização da transferência e tempestividade na baixa contábil do veículo Topic.

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística monitore e supervisione a implementação das medidas para regularização das impropriedades apontadas.

8.1.1.5 - CONSTATAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS DE PORTO ALEGRE (Relatório nº 153692)

Existência de imóveis de propriedade do INSS com documentação de registro pendente de regularização e com ocupação ilegal (invadidos), sob a responsabilidade da Gerência Executiva do INSS de Porto Alegre.

Constatamos que 38 (trinta e oito) imóveis de propriedade do INSS estão com documentação de registro pendente de regularização, conforme tabela/quadro consignado na justificativa da Entidade a seguir, e que necessitam de Laudo de Vistoria atualizado, ilustrações fotográficas e planilha de custos, de acordo com informações prestadas pela Entidade. Destacamos, ainda, que os imóveis não estão cadastrados no SPIUnet (Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União), bem como parte deles encontram-se ocupados por terceiros de forma ilegal (invadidos).

JUSTIFICATIVA:

A Entidade apresentou as seguintes informações com relação ao fato constatado:

SGPI	TIPO	ENDEREÇO	DIAGNÓSTICO DA PENDÊNCIA	OBSERVAÇÃO
------	------	----------	--------------------------	------------

10060	QUIOSQUE	Rua Candiota, 29	Desmembrar da quadra, aprovar prefeitura e RGI, averbar construção. Ilustrações fotográficas e planilha de custos.	Área não incluída na planta de loteamento da Vila do IAPI quando da regularização e individualização das quadras. Requerer à Prefeitura a inclusão do terreno na respectiva quadra e, de posse da certidão registrar e averbar a construção.
10173	PAVIMENTO	Trav. Francisco Leonardo Truda 98 - 10°	Escritura e registro. Imóvel adquirido de Imobiliária Mauá, nunca escriturado por falta de pagamento de laudêmio. Processo encontra-se na Procuradoria (aproximadamente 15 anos).	Processo na Procuradoria há + 15 anos. Não localizado.
10523	PREDIO	Rua Marechal Andréa 351	Desmembrar do todo maior, aprovar Prefeitura e RGI. Averbar construção. Parte ocupada pela Secretaria Municipal da Saúde. Ocupado pelo INSS, Estado e Município.	Deverá ser negociado c/Prefeitura a área em que a mesma abriu rua.
10367	TERRENO	Rua Mariano de Matos 889	Remanescente de todo maior. Desmembrar, aprovar Prefeitura, individualizar no RGI. Averbar construções. Negociar c/Estado e Município as áreas ocupadas c/escolas, posto de saúde e estação tratamento de água.	Ocupado pelo DMAE, Estação de Tratamento de Água.
10365	TERRENO	Rua Prof. Manoel Lobato - Q. A		Ocupado pela Escola Estadual 1° Grau Alberto Bins.
10366	TERRENO	Rua Prof. Manoel Lobato Q. C		Invadido por uma favela.
10370	PREDIO	Rua Prof. Manoel Lobato 151 Q. B		Posto de Saúde (municipalizado).
10371	PREDIO	Av. Tronco		Ocupado pelo Município (FESC). Desmembrar área.
10063	TERRENO	Hermano Wolff x Orígenes Lessa	Regularizar junto ao INCRA pois é considerado área rural e está invadido por indígenas.	Não há.
10361	TERRENO	Jorge Bahlis x Estr. Vila Maria	Remanescente de todo maior. Desmembrar, aprovar Prefeitura, individualizar no	Não há.

10359	TERRENO	Jorge Bahlis x Estr. Vila Maria	RGI. Negociar c/ Município as áreas ocupadas c/escola, praça etc	Não há.
10360	TERRENO	Dante Gabriel Guimarães	Grande parte da área está invadida com processo tramitando na Justiça. INSS ganhou a reintegração de posse. Para executá-la necessita de recursos financeiros e deverá promover, tão logo seja desocupada a área o cercamento da mesma e vigilância 24hs.	Não há.
10357	TERRENO	Estrada Vila Maria		Não há.
10362	TERRENO	Estrada Vila Maria		Não há.
10364	TERRENO	Estrada Vila Maria		Não há.
10461	TERRENO	Estrada Vila Maria		Não há.
10358	TERRENO	Rua Professor Louzada		Não há.
10363	TERRENO	Rua João Mora		Parte invadido p/construção de edifício. Há mais de 10 anos na Procuradoria.
10119	GLEBA	Rua Condor - áreas 1 a 4	Levantamento p/delimitar área.	Áreas totalmente invadidas. Através de 3 Protocolos de Intenção firmados entre MPAS, SE e Prefeitura Municipal (1980/1981) houve a imissão da posse à Pref. Municipal. Expirado o prazo de validade do P. Intenções sem que a negociação fosse concretizada - permuta de áreas uma vez que a municipalidade deveria pagar a diferença apurada entre os valores de avaliação das áreas e não dispunha de recursos.
10419	TERRENO	Rua Paulino Azurenha - áreas 1 e 2	Levantamento p/delimitar área.	Área totalmente invadida
10048	TERRENO	Rua Brigadeiro Oliveira Nery, 100	Levantamento planialtimétrico, Aprovar Prefeitura, individualizar, abrir matrícula RGI.	Área doada ao Município através de Escritura e pendente de registro p/divergência no RGI. Verificar área remanescente.
10049	TERRENO	Rua Brigadeiro Oliveira Nery, 115		

Ainda, com relação aos imóveis SGPI 10054, Praça Municipal situada na Avenida Plínio Brasil Milano, 1400, SGPI 10057, Praça Municipal situada na esquina da Avenida dos Industriários com a Rua Tupanciretã, SGPI 10051, Estação de Tratamento de Água (DMAE) situada na Rua Tuparaí 82, e SGPI 10059, Estádio Municipal Alim Pedro situado na Avenida dos Industriários 329, a Entidade informou:

"Tratam-se de áreas pertencentes ao Conjunto Residencial Passo da Areia. Após a construção do Conjunto foram mantidos os contatos com a Prefeitura Municipal para a doação de áreas com abertura de ruas, etc., em conformidade com o Decreto nº 60.321, de 07 de março de 1967, revogado em 1991, e incluindo os imóveis relacionados. Em vista de muitos trâmites burocráticos tal doação não evoluiu, permanecendo, ditas áreas de propriedade do INSS. Em janeiro/2004 foi realizada uma reunião com a presença do Prefeito Municipal, representante do Departamento Municipal de Habitação, Superintendente do INSS e Chefe da Assessoria de Assuntos Institucionais, Gerente Executivo, Chefe da Procuradoria Federal Especializada e servidora do Serviço de Logística com o objetivo de tratar-se das áreas invadidas buscando uma solução Conjunta. Na oportunidade foram relacionadas as outras ocupações pela Municipalidade, inclusive as do Conjunto Residencial Passo da Areia e também a situação de abertura de rua em área do Instituto. Foi sugerida, pelo Prefeito Municipal, a criação de um grupo de trabalho constituído por representantes do INSS e Município para levantar todas as e providenciar sua regularização, o que, até o presente, não prosperou. Não foram estimados valores uma vez que os imóveis encontram-se em situação dominial regular, bastando decisões administrativas para transferência das áreas à Prefeitura e conseqüente baixa em nosso patrimônio."

A Entidade apresentou também a seguinte relação de imóveis:

GERÊNCIA-EXECUTIVA: PORTO ALEGRE/RS				MUNICÍPIO: PORTO ALEGRE	
Nº SGPI	ENDEREÇO	TIPO	ÁREA M²	USUÁRIO	OBSERVAÇÃO
10307	AV. BORGES DE MEDEIROS, 536	PREDIO	10.700,00	FEDERAL/ESTADUAL/MUNICIPAL	Todos os imóveis, por força de documentação dominial integram o patrimônio do INSS. Os imóveis integrantes desta relação, à época do SINPAS, eram utilizados pelo INAMPS como seu edifício sede e assistência médica. Face sua extinção as áreas foram sendo ocupadas pelo Estado e Município a quem o Ministério da Saúde e o INAMPS cederam, através de termos, os imóveis/espacos físicos que utilizavam. De acordo com o item 21 da OSC/INSS/PG/DAP Nº 89/1998, a Diretoria de
10525	DR.NAPOLEÃO LAUREANO 121/125	GALPÃO	690,00	FEDERAL	
10447	AV INDEPENDÊNCIA 661	PRÉDIO	6.630,00	HOSPITAL PRESIDENTE VARGAS	
10109	RUA BARÃO DO AMAZONAS 535	LOJA	116,00	FEDERAL	
10303	RUA CAPITÃO MONTANHA 27	PRÉDIO	6.834,00	MUNICIPAL	
10180	PROF. JOÃO PITTA PINHEIRO 176	PRÉDIO	819,00	MUNICIPAL	
10505	RUA ALBERTO BINS 969 - LJ 6	LOJA	109,26	MUNICIPAL	
10216	RUA ALBERTO BINS 973 - 1º	CONJ	703,63	ESTADUAL E MUNICIPAL	

10214	RUA ALBERTO BINS 977 - LJ 7	LOJA	105,84	ESTADUAL E MUNICIPAL	Administração Patrimonial conduziria negociação com a Secretaria de Patrimônio da União relativa aos imóveis ocupados pela Administração Federal.
10460	RUA DOS ANDRADAS 1560 - 6°	PAV	1.303,83	MUNICIPAL	
10463	RUA DOS ANDRADAS 1560 - 7°	PAV	1.303,83	MUNICIPAL	
GERÊNCIA-EXECUTIVA: PORTO ALEGRE/RS				MUNICÍPIO: ALVORADA	
10209	RUA ROBERTO SOUZA FEIJÓ 163	PRÉDIO	819,00	MUNICIPAL	DOCUM. DOMINIAL INSS

Relativamente a estes imóveis, a Entidade acrescentou:

"Dentre os entraves para procedermos às regularizações necessárias destacamos a falta de recursos humanos, financeiros, apoio da área jurídica (procurador com efetivo conhecimento de regularização e procedimentos de registros). Por outro lado, comprovadamente, a burocracia é o maior entrave. Prova desta afirmativa é o fato de somente 18 anos após a assinatura de Protocolos de Intenções relativos à permuta de áreas a Prefeitura Municipal manifestar-se contrária à mesma, alegando estarem as áreas invadidas. Esclareça-se que houve, no ato de suas assinaturas, a emissão de posse. O Instituto não tomou posse de nenhuma área municipal, o mesmo não ocorrendo com suas áreas, a maioria com densas invasões, apoiadas e/ou promovidas pela municipalidade. Em Janeiro/2004 foi realizada uma reunião com a presença do Prefeito Municipal, representante do Departamento Municipal de Habitação, Superintendente do INSS e Chefe da Assessoria de Assuntos Institucionais, Gerente Executivo, Chefe da Procuradoria Federal Especializada e servidora do Serviço de Logística com o objetivo de tratar-se das áreas invadidas buscando uma solução conjunta. Na oportunidade foram relacionadas as outras ocupações pela Municipalidade e também a situação de abertura de rua em área do Instituto. Foi sugerida, pelo Prefeito Municipal, a criação de um grupo de trabalho constituído por representantes do INSS e Município para levantar todas as pendências e providenciar sua regularização."

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em Porto Alegre/RS no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

AVALIAÇÃO DA SFC:

A Entidade relatou, com relação à falta de regularização da situação dos imóveis e às invasões, uma série de dificuldades, tais como: burocracia, problemas na documentação de registro de imóveis, falta de recursos humanos, financeiros e de apoio da área jurídica.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que a Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre adote providências para regularizar as impropriedades apontadas com vistas à regularização da situação dos imóveis, bem como apure responsabilidade pela não localização do processo referente ao SGPI 10173.

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística monitore e supervisione a implementação das medidas para regularização das impropriedades apontadas, bem como dotar a Gerência Executiva em questão dos recursos necessária para implementação das medidas administrativas e judiciais para regularizações dos imóveis e, ainda, verificar a regularidade das doações realizadas.

8.1.1.6 CONSTATAÇÃO:**Falta de realização de inventário de bens imóveis.**

Constatamos que a Entidade não formalizou processo relativo ao inventário de bens imóveis no ano de 2003, em desacordo com o previsto no art. 96 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964, apesar da existência de saldo na conta contábil 1.4.2.1.1.00.00 Bens Imóveis no valor de R\$ 62.935.473,32, em 31/12/2003.

JUSTIFICATIVA:

A Entidade apresentou a seguinte justificativa: *"O Inventário de Bens Imóveis não é feito pelo INSS dos estados. É feito pelo INSS de Brasília a nível nacional."*

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo do INSS em Porto Alegre/RS no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS

		E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

AVALIAÇÃO DA SFC:

Com relação à justificativa apresentada, destacamos que não foi apresentado normativo que comprove que a Entidade (Gerência Executiva) esteja dispensada da elaboração e da formalização do inventário de bens imóveis.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística adote providência para realização e formalização do processo de inventário de bens imóveis, conforme prevê o art. 96 da Lei nº 4.320, de 17.3.1964.

8.1.1.7 CONSTATAÇÃO:**Impropriedades identificadas nos inventários de material de consumo e de bens móveis.**

Constatamos as seguintes impropriedades nos inventários elaborados pela Entidade em 2003 e 2004:

a) Inventário de Material de Consumo, referente ao exercício de 2003, vinculado ao processo nº 35239.002603/2003-98, apresenta divergências consignadas nas folhas 12 e 13 do referido processo, como, por exemplo: Fita DAT 2GB (07 unidades registradas no sistema CMC; 28 unidades existentes no estoque), DAP 4011 Pedido de compra de material (59 blocos no sistema CMC; 09 blocos existentes no estoque) e fita para máquina de somar elétrica preto-vermelho (1017 unidades no sistema CMC; 5 unidades existentes no estoque).

b) Inventário de Material de Consumo (realizado em junho/2004, para fins de ajustes no inventário de 2003), com relação ao processo nº 35239.001559/2004-80:

b.1) falta de assinaturas e de data nas Notas de Entrada de Materiais N° 20 a 24 e nas Notas de Saída de Materiais nº 352 a 362;

b.2) falta de numeração sequencial das folhas do referido processo;

b.3) falta de homologação do processo (aguardando desde 30/06/2004);

b.4) falta de assinaturas no "Termo de Conferência e Responsabilidade de Material de Consumo" pelos Membros da Comissão e pela Chefia da Logística.

c) Inventário de Bens Móveis (referente ao exercício de 2003), processo nº 35239.002581/2003-66: falta de apresentação de relação dos bens móveis, especificando o nº de tombamento, a descrição, data de aquisição, valor, estado de conservação, localização e o responsável pelo bem.

JUSTIFICATIVA:

A Entidade apresentou as seguintes informações:

a) *"Fls.12 e 13, Providenciado novo Inventário em junho de 2004;"*

b.1) *"os membros da comissão esqueceram de assinar as cópias das Notas de Entrada de Material nº 20 a 24 e nas Notas de Saída de Material de nº 352 a 362. Esclarecemos que providenciaremos as assinaturas nas devidas notas;"*

b.2) *"o processo original foi devidamente enumerado. Providenciaremos as numerações nas cópias;"*

b.3) *"o processo original foi homologado pelo Gerente Executivo do INSS. Providenciaremos a homologação nas cópias;"*

b.4) *"o Termo de Conferência e Responsabilidade foi assinado pelos membros da Comissão na via original . Será providenciadas as assinaturas nas cópias do processo."*

c) *"informamos que existem cadastrados no sistema ADMPER cerca de 12.000 (doze mil) itens o que daria mais de 300 folhas ficando assim inviável anexar no processo de inventário. A relação dos bens móveis fica arquivado no Serviço de Logística sendo encaminhado somente o Balancete e os Termos de Conferência;"*

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo do INSS em Porto Alegre/RS no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

AVALIAÇÃO DA SFC:

Com relação ao item "a", a informação prestada pela Entidade não esclarece a falha identificada. Quanto ao item "b", a Entidade reconhece as falhas e informa que irá providenciar as devidas regularizações.

Em que pese a manifestação da Entidade com referência ao item "c", cabe salientar que não foi disponibilizada informação em meio digital da relação de bens móveis, bem como não foi registrado no processo de inventário que a relação de bens móveis "fica arquivada no Serviço de Logística".

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística e a Gerência Executiva em questão providenciem o seguinte:

- a) adotem medidas tempestivas para regularização de eventuais divergências identificadas nos inventários, realizando, inclusive, se cabível, a apuração de responsabilidades;
- b) mantenham os processos com todas as folhas numeradas e rubricadas, bem como com documentos assinados pelos servidores responsáveis;
- c) mantenham o processo de inventário com informações suficientes e completas, inclusive com a relação de bens móveis (em meio digital) com as respectivas informações descritivas dos bens, conforme IN SEDAP Nº 205, de 8.4.1988.

8.1.1.8 INFORMAÇÃO:

Identificamos que no Balancete Local de Material (BLM) de janeiro/2004 não há assinatura e data do recebedor nas Notas de Saída de Materiais (NSM), por exemplo: NSM nº 01 a 79, 81 a 83 e 100. Já no BLM de março/ 2004, não há assinatura e data do recebedor nas Notas de Saída de Materiais (NSM), por exemplo: NSM nº 213, 214, 217 a 220 e 230.

Entidade, com relação ao assunto, manifestou que: *"A falta de assinatura nas Notas (...) provavelmente, por um lapso, os colegas esqueceram de colher as assinaturas. Salientamos que essa falha está sendo corrigida encaminharemos as NSMs para colher as devidas assinaturas."*

8.1.1.9 INFORMAÇÃO:

Com relação ao andamento e providências adotadas pela Entidade com vistas à alienação de bens imóveis em 2004, a Entidade apresentou relação composta por 19 (dezenove) imóveis para alienação.

Adicionalmente, a Entidade informou que está aguardando manifestação e autorização do INSS em Brasília para a efetivação das alienações.

8.1.1.10 INFORMAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM JOÃO PESSOA (Relatório nº 153398)

Identificamos a Portaria/INSS/GEXJPS/PB/nº 109, de 9.8.2004, que designa os servidores Joel de Souza Araújo e José Romualdo Batista para proceder ao controle, ao acompanhamento e à fiscalização necessários à Administração do Patrimônio Imobiliário da GEXJPS/PB. Segundo informação de Joel de Souza Araújo, e de acordo com dados contidos no Relatório Contábil - 2004, o patrimônio imobiliário da GEXJPS/PB é composto de 21 prédios, sendo 19 operacionais e dois a desmobilizar; e nove terrenos, na seguinte situação: dois ocupados pelo Governo do Estado da Paraíba, um ocupado pela Prefeitura de João Pessoa-PB, um ocupado pela Justiça Federal, um ocupado pela Prefeitura de Guarabira-PB, um ocupado pela Prefeitura de Areia-PB e três vagos. Conforme Balancete Contábil 2004/Siafi, o patrimônio imobiliário da GEXJPS/PB está assim constituído:

CONTA CONTÁBIL	BENS IMÓVEIS (1.4.2.1.1.00.00)	VALOR (R\$)
1.4.2.1.1.01.00	Edifícios	12.507.239,76
1.4.2.1.1.02.00	Glebas e fazendas	1.255.265,92
1.4.2.1.1.03.00	Terrenos	11.728,08
1.4.2.1.1.07.00	Casas e apartamentos	6.568,59
1.4.2.1.1.94.00	Imóveis em poder de terceiros	2.908.846,09
TOTAL		16.689.648,44

Em relação à Proposta de Implementação de Gestão Patrimonial, a Área de Patrimônio da GEXJPS/PB informou desconhecê-la, visto ser de responsabilidade da Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário - DGPAI, da Direção Central. Ressaltamos que os imóveis da GEXJPS estão cadastrados no Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Imobiliário (SGPI), sistema corporativo de âmbito nacional, do qual são extraídos os relatórios contábeis.

Em resposta à SA nº 04, de 26.1.2005, a GEXJPS/PB fez o seguinte levantamento acerca dos imóveis ocupados ilegalmente por terceiros, com as respectivas providências na esfera administrativa ou judicial, informando, ainda, sobre as decisões do Tribunal de Contas da União (TCU) expedidas à Unidade:

"Conforme se verifica no Relatório Contábil - 2004 e Balancete Contábil/SIAFI, existem apropriados na conta 1.4.2.1.1.94.00 (IMÓVEIS EM PODER DE TERCEIROS) seis imóveis, a seguir detalhados:

- a) SGPI - 10084 - Terreno à rua Des. Pedro Bandeira, s/n, Centro, Guarabira/PB;
- b) SGPI - 10093 - Terreno à rua Alfredo C. Lira, Quadra 293, Lote 'C', Tambauzinho, João Pessoa/PB;
- c) SGPI -10094 - Terreno à BR-230, Quadra 288, Lote 'A', João Pessoa/PB;
- d) SGPI - 10095 - Terreno à rua João Teixeira de Carvalho, s/n, Quadra 288, Lote 'B', Tambauzinho, João Pessoa/PB.
- e) SGPI - 10009 - Prédio à rua Mariano Barbosa, s/n, Bairro dos Ipês, João Pessoa/PB e;
- f) SGPI - 10004 - Terreno à Av. Capital João Freire/esq. com rua Otácilio de Albuquerque, s/n, Bairro dos Expedicionários, João Pessoa/PB.

PROVIDÊNCIAS:

a) Terreno a rua Pedro Bandeira, s/n, Guarabira/Pb, estando atualmente parcialmente invadido, por casas populares e que segundo seus moradores, construídas pela Prefeitura Municipal. O terreno é fruto de doação pela Prefeitura ao INSS e nunca foi utilizado, tornando-se prescindível aos seus serviços, estando portanto, relacionado para alienação. A Prefeitura manifestou intenção na compra do imóvel, através do Ofício GAPRE/240/2003. - Processo nº 35172.000826/2003-32. Estágio atual: Imóvel autorizado para alienação pela Diretoria Colegiada em 2002, aguardando a normatização da Lei 9.702/98 ou a venda direta com base na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, através da norma específica empregada pelo Instituto, aguardando a aprovação pela Procuradoria Federal Especializada do INSS, das modificações ocorridas em função de recomendação do Tribunal de Contas da União, conforme item 8.25 da Ata de nº 44, de 20.11.02 e Decisão de nº 1.566/02, publicada no DOU nº 231, de 29.11.02, às fls. 197.

b) Terreno situado à rua Alfredo C. Lira, quadra 293, lote 'C', s/n, Tambauzinho - consta do acervo Contrato de Cessão de Uso, firmado entre o Instituto e o Tribunal Regional Federal, datado de 29.11.1991, contendo cláusula de devolução do imóvel, no caso da não apresentação da escritura de doação após 02 (dois) anos da sua assinatura, o contrato foi prorrogado por mais um ano, através de aditivo. Encerrado o prazo sem que o Tribunal encerrasse a obra, o Ministro da Justiça encaminha Projeto de Lei autorizando a doação do terreno à Justiça Federal, que não obteve o aval da Procuradoria do Instituto, por entender que a doação não haveria contrapartida em favor do INSS, sugerindo a venda do imóvel de forma direta, à luz do artigo 17 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A propositura obteve o respaldo da Coordenação Geral de Engenharia e Patrimônio que devolveu a esta GEX, para fins de alienação. Estágio atual: Imóvel autorizado para alienação pela Diretoria Colegiada em 2002, aguardando Norma de Dação a UNIÃO através da SPU - SECRETARIA DO PATRIMONIO DA UNIÃO.

Itens c, d, e - Terrenos à rua João Teixeira de Carvalho, quadra 288, Lote 'B' e BR-230, quadra 288, lote 'A' - Consta do acervo, protocolo de intenções firmado entre o Ministério da Previdência e o Governo do Estado, firmado em

dezembro de 1988, que versa sobre permuta desses imóveis, por área de propriedade do Estado na localidade denominada Mangabeira. A transação não foi efetivada, entretanto o Governo construiu nesses imóveis o prédio onde funciona a FUNAD e o Hospital de Traumas, respectivamente. Na área que o Estado daria em permuta, este construiu o Conjunto Residencial Mangabeira.

Prédio a Rua Dr. Mariano Barbosa, s/n, Bairro dos Ipês - Consta do Acervo Termo de Ocupação em Comodato, funcionando no local uma Creche. Através do Ofício nº 002/99-GSA, o Governo do Estado, através da Secretaria de Administração, manifesta interesse na aquisição dos imóveis, através da Lei de nº 9.702/98 - Processo nº 35172.003378/98-91. Estágio atual: Imóveis autorizados para alienação pela Diretoria Colegiada em 2002, aguardando a normatização da Lei 9.702/98 ou a venda direta com base na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, através da norma específica empregada pelo Instituto, aguardando a aprovação pela Procuradoria Federal Especializada do INSS, das modificações ocorridas em função de recomendação do Tribunal de Contas da União, conforme item 8.25 da Ata de nº 44, de 20.11.02 e Decisão de nº 1.566/02, publicada no DOU nº 231, de 29.11.02, às fls. 197.

f) Terreno situado à Av. Cap. João Freire esquina com Otacílio de Albuquerque, s/n, Bairro dos Expedicionários, onde foi construído prédio em que funciona uma Escola Municipal. - Consta do acervo Ofício do Prefeito, datado de 01.09.1971, solicitando a doação do mesmo. A Procuradoria mostrou-se favorável à época e elaborou minuta de comodato até a efetivação da doação, que não foi levada adiante. Estágio atual: Imóvel autorizado para alienação pela Diretoria Colegiada em 2002, aguardando a normatização da Lei 9.702/98 ou a venda direta com base na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, através da norma específica empregada pelo Instituto, aguardando a aprovação pela Procuradoria Federal Especializada do INSS, das modificações ocorridas em função de recomendação do Tribunal de Contas da União, conforme item 8.25 da Ata de nº 44, de 20.11.02 e Decisão de nº 1.566/02, publicada no DOU nº 231, de 29.11.02, às fls. 197.

Na conta 1.4.2.1.1.03.00 (TERRENOS), está apropriado o terreno cadastrado sob o nº SGPI-10053, situado à rua Floriano Peixoto, s/n, Areia/PB, tendo a Prefeitura Local construído uma quadra esportiva anexa a uma Escola Municipal. Através do Ofício OF/PMA/GA/123/98, a Prefeitura manifesta interesse em adquirir o imóvel - Processo 35172.001334/98-45. Estágio atual: Imóvel autorizado para alienação em 2002, aguardando a normatização da Lei 9.702/98 ou a venda direta com base na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, através da norma específica empregada pelo Instituto, aguardando a aprovação pela Procuradoria Federal Especializada do INSS, das modificações ocorridas em função de recomendação do Tribunal de Contas da União, conforme item 8.25 da Ata de nº 44, de 20.11.02 e Decisão de nº 1.566/02, publicada no DOU nº 231, de 29.11.02, às fls. 197.

OBS: Informamos que o imóvel aparece no Inventário na conta 1.4.2.1.1.03.00 (Terrenos) e não na Conta 1.4.2.1.1.94.00 (Imóveis em Poder de Terceiros), visto que se encontrava sob a jurisdição da Gerência em Campina Grande e somente no final de

2004, o acervo foi encaminhado a esta GEXJPS/PB, tendo sua inclusão no Inventário desta GEX se dado através de solicitação da GEX/CAMPINA GRANDE, sem tempo hábil para sua inclusão na conta específica.

Na Conta 1.4.2.1.1.01.00 (EDIFÍCIOS), está apropriado o prédio situado a Av. Guedes Pereira, 27, centro, João Pessoa, inscrito no SGPI sob o nº 10001, cujo imóvel foi invadido por camelôs em 02.02.2004.

PROVIDÊNCIAS:

Através do Memorando nº INSS/GEXJPS/PB/LOG/14, de 02 de fevereiro de 2004, o Chefe da Logística, comunica a Gerência Executiva o fato ocorrido que aciona a Procuradoria Federal Especializada do INSS, para as providências decorrentes. Em contato com a Gerente Executiva em data de 27.01.2005, fomos informados de que a Procuradoria Federal Especializada já tomou as providências com relação à reintegração de posse do prédio em questão.

OBS: o prédio está sendo pretendido pela Prefeitura Local, (Processo nº 35172.000365/2002-91), que se confirmada a sua pretensão, deverá esta GEXJPS/PB solicitar a Diretoria Colegiada, autorização para a transação através de venda direta por se tratar de Órgão Público, que tem o respaldo do art. 17 da Lei 8.666/93 e suas alterações. Foi encaminhado Ofício à Prefeitura solicitando o seu posicionamento nesse sentido em data de 24.02.2003, ainda aguardando sua resposta. O prédio também está sendo pretendido por empresa privada local, através de Permuta.

Ressalte-se que a solução para o impasse nas transações das ocorrências ora em destaque, depende das diretrizes oriundas da Direção Central do INSS, visto que estamos aguardando tanto a regulamentação da Lei de nº 9.702/98 que respalda a venda direta para ocupantes dos imóveis do INSS, anteriores a dezembro de 1996 quanto a atualização da Norma de Alienação de Imóveis com as alterações determinadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

A única referência do TCU para esta Gerência Executiva, refere-se à Decisão nº 1.566/2002 em seu subitem 8.9, determina que sejam adotadas medidas judiciais para desocupação dos invasores dos lotes 20, 21 e 22 da Quadra 'B' da Travessa Solon de Lucena, na cidade de Cabedelo/PB.

Em resposta, informamos que os referidos lotes não estavam invadidos e sim alienados, através do PND - Plano Nacional de Desimobilização, mediante Concorrência Pública nos anos de 1999, 2000 e 2002, respectivamente. Anexamos cópia da documentação enviada."

8.1.1.11 CONSTATAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS DE PORTO VELHO/AC (Relatório nº 153389)

Deficiência nos controles de registros oficiais e financeiros dos imóveis.

Em análise aos registros oficiais e financeiros dos imóveis de propriedade da Gerência Executiva do INSS no Acre, constataram-se, em relação ao lote de terra urbano com 56.030 m², localizado no Conjunto Universitário II, os seguintes fatos:

- a) Em 27.11.1996 o lote foi adjudicado pela Justiça Federal em favor do INSS e contra a COHAB-ACRE, sendo na mesma data registrado na 1ª Serventia de Registro de Imóveis sob a matrícula 12.995, fl. 01, livro 2;
- b) Em 24.7.1997, o INSS registrou na Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre denúncia de invasão parcial na referida área;
- c) Há um despacho da Advocacia Geral da União, de 30.9.2000, com a solicitação de vistoria na área;
- d) Consta um laudo pericial, de 25.6.2001, sendo esta a última informação referente ao lote.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio da SA nº 04, de 13.9.2004, solicitou-se a Unidade informações sobre a situação atual do Imóvel. Em resposta, por meio do Ofício nº 028/LOG/GEX/INSS-AC-24-301.1, de 22.9.2004, a Unidade informou que *"a Gerência Executiva está aguardando trânsito em julgado da 1ª fase processual, da ação demarcatória movida pelo INSS, conforme sentença proferida pela Justiça Federal (seção judiciária do Estado do Acre), nos autos nº 1999.30.001344-0/3ª Vara."* Pela sentença, datada de 9.6.2004, julgou-se procedente a ação demarcatória para mandar que se proceda à demarcação de acordo com os marcos e perímetros indicados às fl.204/6 e 218, respectivamente.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo do INSS em Porto Velho/AC no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

AValiação DA SFC:

Para sanar a deficiência nos controles de registros oficiais e financeiros dos imóveis a Unidade deve manter atualizados os registros de sua propriedade.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística e a Gerência Executiva em questão adotem providências para manter atualizados os registros oficiais financeiros do Instituto, como forma de otimizar os controles patrimoniais existentes.

8.1.1.12 INFORMAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS DE MANAUS (Relatório nº 153390)

Os controles existentes de registros oficiais são: Relatório Contábil 2003, devidamente atualizado com o SIAFI e o controle financeiro dos imóveis, Razão Contábil - SIAFI.

A Entidade possui Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário - SGPI, necessitando de ajustes, segundo o Chefe da Seção de Logística, para uma melhor gestão patrimonial.

Constatamos a inexistência de cadastro no Sistema Patrimonial Imobiliário da União - SPIUNet dos Imóveis do INSS. Questionada sobre o assunto, a Unidade justificou que recebeu, em 4.4.2003, mensagem do Assessor Especial - Gabinete do Ministério da Previdência Social - GAB/MPS, onde informava que devido ao SPIUNet atualizar automaticamente o sistema SIAFI, as Gerências Executivas não deveriam efetuar o recadastramento, sem o recebimento de informações da Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOFC, de forma a sincronizar os lançamentos de inclusão decorrentes do SPIUNet com os lançamentos de exclusão do sistema anterior, até o encerramento do período de campo da presente auditoria as providências quanto ao recadastramento não haviam sido tomadas.

A Entidade possui trinta e sete imóveis, nas seguintes situações:

- Matriculados e com as benfeitorias averbadas junto aos Cartórios de Registros de Imóveis competentes -> 23;
- Matriculados, entretanto as benfeitorias não foram averbadas junto aos Cartórios de Registros de Imóveis competentes -> 5 (situados no Município de Manaus - Av. Getúlio Vargas nº 1.245 - Bairro Centro e Estrada do Aleixo nº 2.553 - Bairro Aleixo; no Município de Japurá - Av. Gov. Amazonino Mendes s/n - Bairro Centro; no Município de Tapauá - Rodovia TAP03, S/N Bairro Centro; no Município de Maués - Rua São João nº 596 - Bairro Centro);
- Ocupados irregularmente pelo INSS, com promessa de doação pelo Governo do Estado do Amazonas e pela Prefeitura Municipal de Manaus -> 2 (situados na Av. Noel Nutells nº 1.111 -

Bairro Cidade Nova e Rua J nº 253 - Bairro São José, respectivamente);

- Ocupados ilegalmente por terceiros, com solicitação de providências à Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário - DGPAI/Brasília /DF -> 3 (situado entre o Limite A esq. e a Rua J - Bairro Compensa, Rua Recife nº 2.080A - Bairro Parque 10, Av. Codajás nº 26-A, Bairro Cachoeirinha, todos no Município de Manaus).

- Ocupados ilegalmente por terceiros, com solicitação de providências à Procuradoria Federal Especializada - PFE/ INSS/AM - > 3 (Estrada da Ponta Negra, Km 4 - Bairro Compensa, a ação judicial teve julgamento desfavorável ao INSS; Av. Ipase, s/n, lote 3 - Bairro Compensa, será ajuizada ação de reintegração de posse após conclusão de diligências a cargo Serviço de Administração; ambos situados no Município de Manaus e Rua Pedro Ferreira Gonçalves, Qd-08, lote 260 - Bairro Centro, aguardando finalização de instrução do processo judicial, situado no Município de Parintins).

8.1.1.13 - CONSTATAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS DE VITÓRIA/ES (Relatório nº 153392)

Prejuízos decorrentes da construção de imóvel com recursos da Previdência Social em terreno alheio no município de Rio Bananal-ES.

Analisando os processos referentes à construção de um prédio (Vírgílio Grassi) de dois pavimentos, com área total de 870,00m², à Rua João Cipriano, s/n, que serviria para abrigar a Região Fiscal do tipo "A", em Rio Bananal, encontramos várias irregularidades que descrevemos a seguir:

Processo 35059.005824/88

27.10.1988 (fls. 01) - Pedido de execução de serviços nº 94/88, para construção de prédio destinado a abrigar Região Fiscal do tipo "A", em Rio Bananal, sem prova de propriedade do imóvel;

01.11.1988 (fls. 127) - Autorizada a abertura da licitação para a construção do prédio, sem parecer da Procuradoria Jurídica do Órgão, e pelos mesmos servidores que emitiram o pedido de execução;

15.12.1988 (fls. 469) - Adjudicação da licitação para construção do prédio em Rio Bananal à empresa MERC INCORPORAÇÕES LTDA, no valor de CZ\$ 239.250.000,00.

03.04.1990 (fls. 515) - Termo de recebimento provisório da obra, informando que o recebimento definitivo deveria ocorrer

dentro de 30 dias, após cumpridas exigências. Analisando todo o processo, não identificamos o referido termo definitivo. Até o momento, o imóvel nunca foi utilizado pelo INSS para realização de suas atividades. Segundo informação da Procuradoria Federal do INSS, de 11.11.2002, constante dos autos da ação nº 2002.50.01.008812-3, a construção do imóvel gastou, de forma direta, a importância de US\$ 426.369,00.

Processo 35059.017489/92-12

05.11.1992 (fls. 1) - Neste processo, o Prefeito de Rio Bananal solicita ao Diretor do INSS que viabilize a locação do pavimento térreo do imóvel construído à Rua João Cipriano, s/n, Rio Bananal.

04.02.1993 (fls. 14) - A Divisão de Seguro Social do INSS informa não existir a possibilidade de criação e instalação do Seguro Social em Rio Bananal.

25.11.1993 - Termo de permissão de uso nº 07.001.0/01/93, onde o INSS autoriza a Prefeitura de Rio Bananal a utilizar o imóvel para o funcionamento de órgãos municipais, com vigência em dois anos.

16.08.1995 (fls. 132) - As Divisões de Seguro Social e de Arrecadação informam ser inviável a instalação do Posto de Arrecadação em Rio Bananal.

31.07.1996 (fls. 272) - Relatório elaborado por servidor do INSS informa que, vistoriando o imóvel em Rio Bananal, constatou que o mesmo encontrava-se em mau estado de conservação e ocupado por diversos órgãos (com a permissão da Prefeitura) como: AMA - Agência Municipal de Agendamento, Serviço Militar, Consultório Odontológico (PMRB), EMESPE, EMATER, DETRAN e ECT, no 1º andar, e Câmara Municipal no 2º andar.

17.09.2002 (fls. 376) - Este processo termina com a Procuradoria Federal do INSS sugerindo, por meio do Despacho PFE-190/02, o ajuizamento de ação judicial de cobrança de aluguéis devidos e a constituição de uma Comissão Especial para regularização da situação dos imóveis de responsabilidade da Gerência Executiva em Vitória.

Processo 35059.001150/97-09 (apenso ao 35059.017489/92-12)

06.12.1988 (fls. 02) - A Lei Municipal nº 175/88 autorizou o chefe do Poder Executivo Municipal de Rio Bananal a doar ao antigo IAPAS, uma área de terra de 774,00m², à Rua João Cipriano, s/n, centro, Rio Bananal, adquirida com base na Lei nº 170/88, de 25.10.1988. Entretanto, a Lei 170/88 apenas autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a adquirir uma área de terras, medindo 774,00m². Consta às fls. 05, Ordem de Pagamento 1401/88, de

11.11.1988, ao Sr. Alfredo Pinto Santana, por Cr\$ 850.000,00, pela compra de um terreno destinado à construção do posto do IAPAS.

06.06.1997 (fls. 15) - O INSS se coloca à disposição da Prefeitura para celebrar a Escritura Pública de Doação, da Prefeitura para o INSS.

Processo 35059.002434/2002-23

23.07.2002 (fls. 01) - Denúncia de cidadão sobre as irregularidades na construção e ocupação do imóvel em Rio Bananal.

01.10.2002 (fls. 13) - A Portaria/INSS/GEXVIT/N ° 195 designou servidores para constituir Comissão Especial para regularizar a situação dos imóveis de responsabilidade da Gerência Executiva em Vitória, com prioridade para o imóvel situado em Rio Bananal.

25.11.2002 (fls. 407) - O INSS solicita ao Cartório do 1º Ofício de Rio Bananal a averbação da ocupação do imóvel do INSS situado à Rua João Cipriano, s/n, Rio Bananal/ES, ocupado pela Prefeitura de Rio Bananal.

05.12.2002 (fls. 406) - Cartório do 1º Ofício de Rio Bananal informa que não pode fazer a averbação da área já que não existe o registro do imóvel, pois se trata de área loteada mas não registrada.

07.07.2004 (fls. 776) - Relatório da Comissão Especial designada pela Portaria 195 determina, entre outras coisas "que sejam acompanhadas de perto e detalhadamente por Procurador Federal especialmente designado para esta função as ações para ressarcimento do erário (processo 2003.50.01.012941-5) (...)".

Processo 35059.000904/2001-62

04.7.2002 (fls. 24) - Convênio 02/2002, assinado entre o INSS e a Prefeitura Municipal de Rio Bananal, para instalação de uma Unidade do PREVCidade naquele município, sem consulta prévia ao Órgão Jurídico do INSS, conforme determina o § único do art. 38 da Lei nº 8.666/93. O convênio estabeleceu que o PREVCidade funcionaria numa área de 92,00m² do imóvel construído pelo IAPAS e ocupado pela Prefeitura de Rio Bananal.

16.7.2003 (fls. 78) - Nota Técnica PFE/INSS/ES/SC nº 100/2003 ressalta, nos parágrafos 29 e 33, a importância da juntada da lei autorizativo municipal para a celebração do convênio, uma vez que o mesmo envolve gastos do erário municipal e da publicação, no Diário Oficial da União, do respectivo extrato do convênio.

18.7.2003 (fls. 87) - Ofício GEXVIT/07.001 nº 221/2003 solicita ao Prefeito de Rio Bananal a Lei Municipal que autorizou a celebração do convênio.

26.8.2004 (fls. 170) - Nota Técnica PFE/INSS/ES-SC nº 191/04 reitera os termos da Nota Técnica 100/2003.

21.9.2004 (fls. 174) - Ofício GEXVIT/07.001 Nº 389 reitera os termos do ofício expedido em 18.07.2003.

Até o término dos trabalhos de campo, 22.10.2004, não identificamos no processo resposta do Prefeito de Rio Bananal.

Processo 35059.001041/2003-83

Este processo trata da regularização dos débitos em aberto da Prefeitura com o INSS referente à ocupação do imóvel em Rio Bananal a partir de março/95.

22.9.2003 (fls. 28) - Despacho PFE/INSS/ES-SC nº 221/2003 ressalta "que a locação do imóvel para a Prefeitura de Rio Bananal só deve perdurar até que o imóvel seja regularizado em seu aspecto dominial para posterior alienação."

1.11.2003 (fls. 39) - Contrato de locação do imóvel situado em Rio Bananal, tendo como locador o INSS e como locatário o Município de Rio Bananal. O valor mensal do aluguel é de R\$ 1.992,79, conforme laudo de avaliação elaborado por engenheiro do INSS. O prazo da locação é de um ano, com prorrogação automática na ausência de oposição do INSS, até o máximo de cinco anos. Constatamos neste processo os DARF's pagos referentes ao valor do aluguel para os meses de julho/2003 a agosto/2004. A dívida do Município de Rio Bananal para com o INSS, referente à ocupação do edifício no período de 03/1995 a 11/2002, foi parcelada com o INSS, perfazendo um total de R\$ 189.315,91, conforme consulta ao parcelamento nº 35.584.142-8. Não identificamos o pagamento referente à ocupação do imóvel pela Prefeitura de Rio Bananal para o período compreendido entre os meses de dezembro/2002 a junho/2003. Examinamos ainda cópia de quatro ações referentes à construção/ocupação do imóvel em Rio Bananal.

Processo 2002.50.01.007685-6

10.10.2002 - Notificação Judicial. O INSS requereu, ao Juiz da Vara da Seção judiciária de Vitória/ES "que mandasse notificar o Município de Rio Bananal nas pessoas requeridas anteriormente, para que adotem as providências legais para que o INSS regularize o imóvel objeto desta, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de, não o fazendo, ficar o Município de Rio Bananal constituído em mora e sujeitando à responsabilidade pessoal dos respectivos representantes de forma solidária com as instituições que dirigem."

16.12.2002 - Certidão do Oficial de Justiça informando que intimou o Município de Rio Bananal.

Processo 2002.50.01.008812-3 - 2 Vara da Seção Judiciária de Vitória/ES

11.11.2002 - Justificação Judicial

O INSS requereu as citações dos senhores José Roque da Costa e Paulo Pagotto de Vargas para assistir aos depoimentos de gestores e ex-gestores do IAPAS e/ou INSS, que foram intimados a prestar depoimentos, "objetivando fazer prova na ação pelo rito ordinário que moverá oportunamente contra agentes e/ou administradores ou ex-administradores do ex-IAPAS e/ou INSS (...).

22.04.2003 - Sentença

"(...) considerando que neste processo cumpre ao Juiz verificar apenas a observância das formalidades legais para a produção da prova atinente à justificação, (...) JULGO POR SENTENÇA a presente justificação (...)."

Processo 2003.50.01.003313-8

26.03.2003 - Ação de Preceito Cominatório

Pedido Liminar -

"Nestas condições, o INSS/ES requer seja concedida medida liminar, inaudita altera parte, no sentido de que a Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e seus respectivos representante - legais, os Senhores (...) para que cumpram a obrigação de fazer consistente na imediata regularização notarial do imóvel dito doado e que vem sendo utilizado pelos mesmos, num prazo máximo de 72 horas, sob pena de lhe pagarem multa diária de R\$ 5.000,00 até que o façam e serem condenados ainda nas custas e honorários advocatícios."

28.8.2003 - Carta Precatória nº 105/2003-4ª Vara, onde o Município de Rio Bananal foi citado para tomar conhecimento dos atos da ação constante do processo 2003.50.01.003313-8, dando o prazo de 15 dias para contestação.

27.11.2003 - O Município de Rio Bananal apresenta contestação.

19.07.2004 - Publicado no Diário Oficial do Estado o despacho expedido em 23.04.2004, que impôs prazo de 10 dias para que o autor se manifestasse sobre a contestação.

Processo 2003.50.01.012941-5

"AÇÃO DE RESSARCIMENTO POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA", onde o INSS requereu:

a) sejam citados os réus, CARLOS DARIO POTIGUARA, JOSÉ ROQUE DA COSTA E PAULO PAGOTO DE VARGAS para, querendo, responderem à presente ação, sob pena de serem reputados verdadeiros os fatos alegados na inicial;

b) a produção de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente a pericial, documental e testemunhal;

c) a intimação do Ministério Público Federal, nos moldes do art. 17, § 4º da Lei 8.429/92;

d) Sejam os réus solidariamente condenados ao ressarcimento do prejuízo por eles causado ao extinto IAPAS e a seu sucessor - o INSS, conforme valor a ser apurado em procedimento posterior;

e) A condenação dos réus ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, à ordem de 20% (vinte por cento) do valor da causa.

JUSTIFICATIVA:

A Unidade respondeu, por meio do Ofício GEXVIT/07.001 nº 512/2004, de 15.12.2004:

Item 1:

"Foi feito encaminhamento à Corregedoria solicitando providências quanto ao procedimento administrativo para apurar responsabilidade."

Item 2:

"O recebimento provisório da obra em questão foi realizado em 3.4.1990. Foi feito provisoriamente porque haviam pendências. Em 17.12.1990, foi assinado Termo aditivo prorrogando o prazo para recebimento da obra por mais 60 (sessenta) dias. O aviso para reinício das obras ocorreu em 22/02/1991, com prazo até 02/05/1991. A empresa apresentou correspondência se comprometendo a atender as exigências do Termo de Recebimento Provisório e autorizou a emissão da Ordem de Recebimento, caso não cumprisse as exigências. Através do processo nº 35000.003819/98-45 foi proposto pela Empresa Merc Incorporações Ltda, Acordo Processo Judicial, quando, credora para com a Instituição, teve descontado em pagamento o que não concluiu da obra, tendo sido feito o acerto de contas."

Item 3:

"Juntamos cópia de Ofício GAB 211/2004, de 14/12/2004, ao processo de nº 35059.000904/2001-62, bem como da publicação em DOU nº 128, de 05/07/02, do Extrato de Convênio que por equívoco mencionou convênio nº 02/2001. Providenciada retificação - anexo 2."

Item 4:

"Juntamos à presente, documentos relativos à tomada de providências com relação ao quesito, visando regularizar a pendência (...)"

RESPONSÁVEL(IS) POTENCIAL(IS):

Gerente Executivo em Vitória/ES no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

AVALIAÇÃO DA SFC:

Diante dos fatos, destacamos os seguintes pontos:

1) Ausência de procedimento administrativo, ao longo dos anos, destinado a apurar a responsabilidade pela construção de imóvel sem a titularidade do terreno pelo INSS;

2) Ausência de termo definitivo de recebimento da obra;

3) Necessidade de juntada da Lei Municipal ou ato autorizativo para que o Município de Rio Bananal participasse do convênio 02/2002, e publicação, no Diário Oficial, do extrato do referido convênio;

4) Ausência de pagamento referente à ocupação pela Prefeitura de Rio Bananal, correspondente ao período de dezembro/2002 e junho/2003;

Com relação ao item 1, foi anexado e-mail, enviado pela GEXES Vitória para a Corregedoria - INSSDF, em 15.12.2004, informando:

"Comunicamos que em Nota de Auditoria número 01-153392, de 19.11.2004, a Secretaria Federal de Controle Interno, no que se refere a construção de imóvel em Rio Bananal/ES, registra:

"Ausência de procedimento administrativo, ao longo dos anos, destinados a apurar a responsabilidade pela construção de imóvel sem a titularidade do terreno pelo INSS".

Informamos ainda que o assunto foi relatado em NT PFE/INSS/SC nº 100/2003, levada ao conhecimento da Diretoria Colegiada através do Memorando GEXVIT 084/2003 que trata de denúncia de cidadão sobre as irregularidades na construção e ocupação do imóvel em Rio Bananal."

Apesar desta comunicação, não identificamos nenhuma medida concreta para apuração das responsabilidades no âmbito administrativo, conforme determina a Lei 8.443/92, em seu Art. 8º:

"Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, na forma prevista no inciso VII do art. 5º desta lei, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas à instauração da tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano."

Quanto ao item 2, apesar da justificativa apresentada, não houve o recebimento definitivo da obra, conforme determina o art. 73, inciso I, alínea "b" da Lei 8.666/93.

Em relação ao item 3, o Ofício GAB 211/2004, de 14.12.2004, da Prefeitura de Rio Bananal, informa que a Lei 682/2003, de 25.06.2003, em seu artigo 4º, autoriza a celebração do convênio 02/2002. Entretanto, a lei citada data de 25.06.2003, e o convênio foi assinado em 04.07.2002, anterior, portanto, à edição da citada lei.

Quanto ao item 4, foi anexado DARF no valor de R\$ 17.582,05, referente ao uso do imóvel do INSS em Rio Bananal pela Prefeitura Municipal nos meses de dezembro/2002 a junho/2003, devidamente corrigidos pela variação do IGP-M.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística e a Gerência Executiva em questão adotem providência para regularizar as impropriedades apontadas, bem como adote medidas para apuração de responsabilidade e, se for o caso, abertura de Tomada de Contas Especial-TCE.

Recomendamos registrar as ações administrativas adotadas pela Gerência, indicando o efetivo acompanhamento da ação de número 2003.50.01.003313-8-4ª Vara Federal, para a regularização do terreno em nome do INSS, bem como da ação 2003.50.01.012941-5, referente à Ação de Ressarcimento por Ato de Improbidade Administrativa.

Recomendamos ainda que, quando da assinatura de contratos e convênios, seja observado o disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei 8.666/93:

"As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94) ".

8.1.1.14 - CONSTATAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM NATAL/RN

Divergências entre os dados constantes do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da Unidade - SGPI e o SIAFI.

Da análise realizada nos dados contidos nos relatórios analíticos e contábil do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário (SGPI) da GEXNAT verificou-se a diferença a menor, do valor de R\$ 204.557,56 (duzentos e quatro mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), em relação ao registrado no balancete contábil do SIAFI, não refletindo, portanto, a situação do patrimônio imobiliário da GEXNAT.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

"... informo que, para todos os itens apresentados, de 01 a 04, a resposta se encerra no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário (SGPI), sistema satisfatório e completo, afeto ao DOS, em similitude ao SPIU-net, cuja cópia se encontra em poder dos técnicos da CGU, o qual, embora deixado em obsolescência desde meados de 1999, encontra-se em vias de ser reativado e atualizado na fonte, para se adequar ao milênio 2000, ficando apto a receber todos os seus índices básicos, proporcionando e apresentando o mais variado elenco de relatórios modernizados."

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo em Natal/RN no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

AVALIAÇÃO DA SFC:

Em que pese a justificativa apresentada pela GEXNAT, de que o sistema encontra-se em vias de ser reativado e atualizado na fonte, para se adequar ao milênio 2000, consideramos insuficiente tal justificativa, uma vez que o sistema se encontra obsoleto desde 1999, não refletindo a real situação dos bens imóveis da unidade.

RECOMENDAÇÃO:

Que Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística e a Gerência Executiva em questão adotem providências para que sejam implementados e adequados os mecanismos de controle interno da GEXNAT, exercidos sobre os bens imóveis, promovendo a atualização e o saneamento das diferenças verificadas entre os dados registrados no SGPI e no SIAFI, de forma a refletir a equivalência física e contábil do controle do seu patrimônio imobiliário.

8.1.1.15 - CONSTATAÇÃO:

Falta de ações efetivas da Procuradoria Federal Especializada da GEXNAT, sobre a reintegração de posse dos imóveis do INSS, ocupados ilegalmente por terceiros.

Do exame a que se procedeu no Relatório Analítico dos dados cadastrados por propriedade, extraído do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da Unidade (SGPI), verificou-se a existência de ocupações ilegais em imóveis de propriedade do INSS, sem, contudo, evidenciar providências efetivas, por parte do Órgão Jurídico da Gerência Executiva, nas esferas administrativa e judicial, com relação às ocupações ilegais dos imóveis da GEXNAT, conforme situações apresentadas a seguir:

1 - PRÉDIOS

10017-18-00000 - Av. Marechal Deodoro da Fonseca nº 370
Centro - Natal

Usuários: Ministério da Saúde (INAMPS), SUS ESTADUAL, BANCO DO BRASIL, SERVIDOR INAMPS, UNICEF-EMPRESA.

Forma de uso: Informal ou não consta

Situação Jurídica: Não consta

A Advocacia Geral da União utiliza parte do imóvel em regime de comodato, segundo consta do SGPI.

10119-18-00000 - Galpão - Teotônio Freire 318 - Ribeira - Natal
Usuário: Nordesteão

Forma de uso: Locação

Situação jurídica: Em regularização

10120-18-00000 - Rua Ceará-Mirim 378 Salão - Tirol - Natal
Processo Nº 35232.000703/03-97
Usuário: Não consta
Forma de uso: Não consta
Situação jurídica: Em regularização

10037-18-00000 - Av. João Câmara - AÇU
Usuário: SUS ESTADUAL
Forma de uso: Informal
Situação Jurídica: Não consta

10046-18-00000 - Professor Joaquim Lima - CAICÓ
Usuário: SUS MUNICIPAL
Forma de uso: Informal
Situação Jurídica: Normal

10053-18-00000 - Teotônio Freire - CURRAIS NOVOS
Usuário: Vazio
Forma de uso: Informal
Situação Jurídica: Normal

2 - TERRENOS:

PROCESSO Nº 35232.000843/03-56
Mun.: Rua Maxaranguape S/N - TIROL - NATAL
Forma de uso: Escoamento de lixo e abastecimento de gás para os condomínios St. Germain e St. Remy e instalações de ar-condicionados da odontoclínica.
Situação Jurídica: Em regularização

10005-18-00000 - Município: PORTALEGRE
Forma de uso: Invadido
Situação Jurídica: Não consta

10010-18-00000 - Município: CURRAIS NOVOS
Forma de uso: Invadido em parte
Situação Jurídica: Em pendência

10028-18-00000 - Município: POÇO BRANCO
Forma de uso: Parcialmente invadido por pessoa física
Situação Jurídica.: Em pendência

10029-18-00000 - Município: TAIPU
Forma de uso: Invadido por populares para construção de casa
Situação Jurídica.: Em pendência

10032-18-00000 - Município: ARÊS
Forma de uso.: Invadido pela Prefeitura Municipal para construção da Escola Municipal Ezilda Silva Smith
Situação Jurídica.: Em pendência

10033-18-00000 - Município: SÃO TOMÉ

Forma de uso: Invadido parcialmente pela Prefeitura Municipal
Situação Jurídica: Em pendência

10035-18-00000 - Município: SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE
Forma de uso: Invadido pela Prefeitura Municipal para construção do Ginásio poliesportivo Elivan Feitosa Confessor
Situação Jurídica: Em pendência

10036-18-00000 - Município: MONTE ALEGRE
Forma de uso: Invadido pela Prefeitura Municipal para construção do Colégio e Ginásio Poliesportivo Osmundo Faria
Situação Jurídica: Em pendência

10039-18-00000 - Município: PATU
Forma de uso: Invadido pela Prefeitura Municipal para construção do Centro de Saúde da Prefeitura
Situação Jurídica: Em pendência

10040-18-00000 - Município: ITAÚ
Forma de uso: Invadido pela Prefeitura Municipal para construção da rodoviária
Situação Jurídica: Em pendência

10045-18-00000 - Município: GROSSOS
Forma de uso: Invadido parcialmente por vários usuários
Situação Jurídica: Em pendência

10054-18-00000 - Município: CAICÓ
Forma de uso: Invadido por pessoa física que requereu usucapião
Situação Jurídica: Sub-Júdice

10060-18-00000 - Município: JUCURUTU
Forma de uso: Invadido pela Prefeitura Municipal
Situação Jurídica: Em pendência

10084-18-00000 - Município: PUREZA
Forma de uso: Invadido por pessoa física
Situação Jurídica: Em pendência

10085-18-00000 - Município: TOUROS (FAZENDA SANTA CRUZ)
Forma de uso: Invadido por pessoa física
Situação Jurídica: Em pendência

10086-18-00000 - Município: TOUROS (FAZENDA SANTA FÉ)
Forma de uso: Invadido por pessoa física
Situação Jurídica: Em pendência

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

A seguir apresentamos as justificativas do gestor sobre as constatações dessa auditoria, advindas da Seção de logística e também da área jurídica do Instituto:

- Expediente nº 18.301.1, de 24/09/2004, Seção de Logística:

"(...)

Também se encontram em sua base, críticas e informes a respeito da situação dominial e ocupacional dos imóveis pertencentes a este INSS, cuja circunstância atinente às invasões está retratada no Parecer do Procurador Federal José Mário Marques, em data de 06/08/2004, a respeito do esbulho de imóvel doado e retomado pela Prefeitura de São José do Campestre, que corrobora toda informação apresentada pelo sistema SGPI, mesmo que desatualizado, estendendo-se o conteúdo do parecer a todos os outros sete terrenos doados pelas Prefeituras ao antigo INAMPS e herdados pelo INSS.

No que diz respeito aos imóveis próprios em uso pelo INSS, a atualização da documentação dominial está em absoluto andamento, devendo o ano de 2005 contemplá-la plenamente atualizada."

- Memorando PFE/INSS/NATAL/CONTJUD 020/2004:

"1. Em atendimento a recomendação de V.S. para prestação das informações solicitadas em decorrência do Ofício em Referência, no pertinente as providências adotadas por esta Procuradoria para reversão de eventuais ocupações ilegais de imóveis de propriedade desta Autarquia, informo a V.S. que existe um único processo judicial em andamento na esfera do contencioso judicial, objetivando a reversão do esbulho do imóvel situado na Rua Ceará Mirim nº 378, bloco 05, térreo, Bairro do Tirol / RN.

2. Trata-se de ação de reintegração de posse proposta a partir das informações contidas no processo administrativo nº. 35.232.0703.03.97 (Histórico do SIPPS, anexo), autuada sob o nº 2003.84.00.004366.0, em 15.04.2003, ocupando o pólo passivo da demanda a Sra. Marlene Maria de Vasconcelos Soares, distribuída a 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, conforme relatório eletrônico anexo, retirado da respectiva página da internet, com o seguinte andamento:

a. Foi requerida e deferida a concessão de liminar, tendo sido expedido Mandado de Reintegração de Posse e entregue a Ré em 03.07.2003, a qual alegou a impossibilidade de entrega das chaves do imóvel, por terem sido apreendidas pela Polícia Federal em sede de inquérito policial.

b. A Procuradoria peticionou nos autos solicitando que o Juízo determinasse a Polícia Federal a entrega das chaves a esta Autarquia, tendo a diligência sido autorizada pelo Juízo, porém cumprida apenas parcialmente pela Secretaria da Vara, que expediu ofício à Polícia Federal para inteirar-se do real paradeiro das chaves, tendo sido confirmada a apreensão.

c. Ciente do fato, por recente vistas dos autos para manifestar-se sobre a contestação apresentada pela Ré, esta Procuradoria novamente peticionou para reiterar o integral cumprimento da diligência objetivando a entrega das chaves do imóvel, aguardando-se a respectiva apreciação pelo Juízo.

3. Tramitou, ainda, por esta Seção, o processo administrativo nº 35232.000843.03.56, relativo a pretensa turbação/esbulho no/do imóvel situado na Rua Maxaranguape, s/n, Bairro do Tirol, para eventual propositura da ação possessória eventualmente cabível, tendo sido distribuída, para exame ao procurador responsável pelos feitos da 2ª Vara, tendo este concluído pela negativa da possibilidade de utilização da via judicial, encontrando-se o processo com as razões por ele expendidas, na Seção de Logística, conforme histórico do Documento emitido pelo SIPPS, anexo.

4. Cabe ressaltar que, todos os demais processos administrativos oriundos da Seção de logística, envolvendo especificamente a desmobilização de imóveis de propriedade desta Autarquia que tramitaram por esta Seção, no corrente exercício, foram devolvidos a essa Chefia, para serem examinados pela Seção de Consultoria, uma vez que a utilização da via judicial estava na dependência de serem esgotadas as providências administrativas antecedentes, legalmente exigidas para a espécie."

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo em Natal/RN no exercício de 2004.

Procuradoria Federal Especializada localizada em Natal/RN

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

AVALIAÇÃO DA SFC:

Com relação à justificativa apresentada pela Seção de Logística, o gestor apenas confirma as situações apontadas quanto à existência de ocupações ilegais em imóveis de propriedade do INSS, acrescentando que vem procedendo à atualização da documentação dominial, relativa aos imóveis próprios em uso pelo INSS.

Quanto à justificativa da Procuradoria Regional, esta versa apenas sobre a autuação de 2(dois) processos, sendo 1(um) na

esfera judicial e distribuído a 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, sob o nº 2003.84.00.004366.0, em 15/04/2003, objetivando a reintegração de posse do imóvel situado à Rua Ceará Mirim nº 378, Bloco 05, térreo, Bairro do Tirol, em Natal, e de outro, processo administrativo nº 35232.000843/03-56, que tramitou por aquela área jurídica, no sentido de verificar a possibilidade de utilização da via judicial, para a reintegração de posse o imóvel situado à Rua Maxaranguape, s/n, Bairro do Tirol, em Natal, tendo o procurador responsável pelos feitos da 2ª Vara de Justiça, concluído pela negativa do pleito.

Diante das justificativas apresentadas pelo gestor, conclui-se pela falta de efetividade do seu Órgão Jurídico, quanto às ações adotadas para solucionar os problemas verificados com as ocupações ilegais dos imóveis de propriedade do INSS, jurisdicionados pela Gerência Executiva do INSS em Natal.

RECOMENDAÇÃO:

Que sejam adotadas ações mais efetivas, nas esferas administrativa e/ou judicial, por parte da Seção de Logística e da Procuradoria Federal Especializada em Natal, no sentido de corrigir e solucionar as questões relacionadas com as ocupações ilegais dos imóveis de propriedade do INSS, jurisdicionado pela GEXNAT em Natal/RN.

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística do INSS monitore e supervisione as providências que estão sendo adotadas para corrigir e solucionar as questões relacionadas com as ocupações ilegais dos imóveis de propriedade do INSS.

8.1.1.16 - CONSTATAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS DE SÃO PAULO (Relatório nº 153406)

Número reduzido de servidores para administração do patrimônio imobiliário do INSS. Falta de utilização de sistema de gerenciamento de imóveis. Ausência de serviço de vigilância para os imóveis. Falta de vistorias nos imóveis.

De acordo com a lista de imóveis fornecida pela Gerência Executiva São Paulo - Centro do INSS, está sob a administração desse órgão 199 unidades imobiliárias. Desse total, apenas 10(dez) são utilizadas pelo Instituto para desempenho de suas funções, sendo classificados como operacionais. Os demais estão sendo utilizados em atividades diversas.

Conforme informações adicionais constantes da lista de imóveis, acima citada, classificam-se como operacionais os imóveis utilizados pelo INSS; como temporários os conjuntos da Rua 24 de maio, que estão sendo ocupados temporariamente por setores do

INSS, por ocasião da reforma do Prédio da Gerência Executiva Centro; como cessões os imóveis que em algum momento tiveram documentos que autorizassem o uso dos imóveis; e como ocupados os imóveis para os quais não existe nenhum documento que autorize o uso do imóvel. Além da administração dos imóveis acima citados, cabe ainda à Gerência Executiva São Paulo - Centro do INSS o acompanhamento de aproximadamente mil processos de imóveis alienados pelos antigos Institutos de Aposentadoria e Pensões (órgãos antecessores ao INSS). Esses processos encontram-se pendentes de finalização, pois, para efetuar a lavratura das respectivas escrituras, é necessário que ocorram as regularizações de conjuntos habitacionais.

a) Número reduzido de servidores para administração do Patrimônio Imobiliário do INSS

De acordo com os normativos internos do INSS, dentre várias competências, coube também ao Setor de Logística a administração dos bens imóveis acima citados. Neste Setor apenas três servidores foram destacados para administrar todos os problemas relacionados aos referidos bens. Cabendo esclarecer que a terceira servidora passou a realizar tais atividades somente a partir de agosto de 2004.

Aliado ao número reduzido de servidores, destaca-se que os imóveis se encontram não só com problemas de regularização de uso, mas também de regularização documental. Existem casos em que o INSS ainda não possui os títulos aquisitivos dos imóveis, e, em outros embora tais títulos existam ainda não puderam ser registrados no competente Cartório de Registro de Imóveis, por terem problemas quanto às áreas, o que em muitos, casos demandará o ingresso de ação de demarcação ou retificação de área, e, conseqüentemente, a elaboração de plantas e memoriais descritivos, por profissional devidamente habilitado.

b) Falta de utilização de sistema de gerenciamento de imóveis.

A Gerência Executiva São Paulo - Centro do INSS não utiliza sistema informatizado para auxílio na administração dos imóveis, o que dificulta ainda mais o gerenciamento de tais bens. De acordo com informações do Setor de Logística da Gerência, em Brasília existe um sistema denominado SGPI - Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Imobiliário, porém o mesmo não foi disponibilizado para as gerências executivas.

De outro lado, cabe salientar que o INSS também não utiliza o sistema SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos imóveis de Uso Especial da União, em desacordo com o disposto no Decreto Nº99.672 de 6 de novembro de 1990, na Portaria Conjunta Nº1.110 de 19 de novembro de 1991, na Portaria Nº206 de 8 de dezembro de 2000 e na Portaria Interministerial Nº322 de 23 de agosto de 2001.

Indagada a Gerência Executiva, por meio da Solicitação de Auditoria Nº03, a respeito da utilização de sistemas informatizados na gestão dos imóveis, para lançamento dos registros oficiais e financeiros, bem como dos motivos da não utilização do sistema SPIUnet, a Unidade Auditada apresentou as seguintes justificativas:

"Utilizado apenas o registro contábil no SIAFI. Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Imobiliário - SGPI- não foi implantado nas Gerências. SPIUnet - Dependendo de orientações da Direção Central para o cadastramento dos dados no Sistema. Segue anexo às fls.03/04, cópias das consultas sobre o assunto, via e-mail, ao Chefe da Divisão de Gerenciamento do patrimônio Imobiliário na Direção Central do INSS, sem resposta oficial até a presente data".

c) Ausência de serviço de vigilância para os imóveis.

Das 199 (cento e noventa e nove) unidades imobiliárias sob a responsabilidade da Gerência Executiva Centro, apenas 47 (quarenta e sete) estão recebendo serviço de vigilância.

Indagada a Gerência Executiva, por meio da Solicitação de Auditoria nº 03, a respeito do número de imóveis em que existe serviço de vigilância e quais os critérios adotados para seleção dos imóveis que recebem este serviço, esta apresentou as seguintes justificativas:

"Em virtude das restrições existentes, as contratações de serviços de vigilância são destinados, preferencialmente, aos imóveis operacionais. Somente aqueles imóveis que já foram invadidos ou que pelas suas características apresentem algum risco de invasão e/ou depredação, é que são incluídos no contrato de vigilância".

d) Falta de vistorias nos imóveis

Constatamos a ausência de uma programação para a realização de vistorias nos imóveis.

Indagada a Gerência Executiva, por meio da Solicitação de Auditoria nº 03, a respeito da periodicidade estabelecida para a realização das vistorias nos imóveis, a Unidade Auditada apresentou as seguintes justificativas:

" Devido a falta de servidores, bem como da necessidade de estruturação da Equipe de Patrimônio, com técnicos e servidores treinados, não existe ainda cronograma para realização de vistorias. Porém efetuadas esporadicamente por engenheiros e servidores responsáveis pela vigilância."

e) Inexistência de mecanismos efetivos para acompanhamento dos gastos com imóveis.

Constatamos que não existe controle efetivo em relação aos gastos que são efetivados com os imóveis sob a administração da Unidade Auditada.

Por meio da Solicitação de Auditoria N°06/2004, foi solicitado à Gerência Executiva São Paulo - Centro que informasse quais os mecanismos utilizados para acompanhamento e posterior relatório gerencial dos gastos relativos a cada imóvel. Em atendimento à solicitação acima citada, a Unidade Auditada apresentou a seguinte resposta:

"Mecanismos para gerenciamento e acompanhamento de gastos em imóveis. Imóveis Operacionais - Sistema SAD, disponível na Intranet (<http://www-sad>), alimentado pelo Serviço de Controladoria, com os dados fornecidos pela Logística. Imóveis vagos - o controle atualmente existente é por tipo de despesa. Imóveis ocupados por terceiros - responsabilidade dos ocupantes."

Em relação a este item cabe destacar que consultando a listagem dos imóveis, a relação dos locais onde existe serviço de vigilância e os movimentos diários fornecidos pela Unidade Auditada, constatamos que a Gerência vem efetuando pagamento de contas de água e serviço de vigilância para o imóvel localizado na Rua Marquês de Paranaguá, nº 124, o qual conforme constou da listagem acima citada, encontra-se cedido à União Brasileira de Escritores.

Indagada a Gerência Executiva, por meio da Solicitação de Auditoria nº 09/2004, a respeito dos motivos de tais pagamentos, a Unidade Auditada apresentou as seguintes justificativas:

"Em atenção ao questionamento da S A em referência, esclarecemos o seguinte: A vigilância do imóvel é de responsabilidade deste Instituto, conforme o contido na Cláusula Sexta - Parágrafo 2º do Termo de Cessão número 01/96. Referente a pagamento de taxas, provavelmente tal fato conste do processo, porém não podemos afirmar de imediato, uma vez que o mesmo encontra-se na Direção Central. Informamos que caso seja confirmado que tais pagamentos foram indevidos será efetuado levantamento e solicitado o ressarcimento dos valores."

f) Dos imóveis locados a terceiros

Após observarmos a listagem dos imóveis sob a responsabilidade da Gerência Executiva São Paulo - Centro e verificarmos a existência de imóveis locados, solicitamos maiores informações a respeito de tais locações. Foi-nos apresentada uma

lista de imóveis locados a terceiros, contendo 15 (quinze) locações.

Resumindo-se os dados constantes da lista acima citada, temos que:

a) pela locação de 12 (doze) dos 15 (quinze) imóveis locados a Gerência Executiva São Paulo - Centro arrecada mensalmente R\$ 109.864,92 (cento e nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa e dois centavos);

b) ausência do recebimento do valor mensal de R\$ 12.542,66 (doze mil quinhentos e quarenta e dois reais e sessenta e seis centavos), referente ao imóvel localizado na Rua da Consolação nº 2.367, cujo último aluguel recebido refere-se ao mês de competência 05/2003;

c) ausência do recebimento dos aluguéis referentes ao uso dos imóveis localizados na Av. Paulista, 2.584, loja 01 e R General Rondon, 52.

d) dos 15 contratos de locação, 11 encontram-se com prazo de vigência expirado, conforme demonstram o quadro abaixo. De acordo com a informação do Setor de Logística, nos contratos vencidos os aluguéis estão sendo corrigidos anualmente com base no IGP-M(FGV) e recebidos normalmente, à exceção dos imóveis localizados na Rua da Consolação nº 2.367, Avenida Paulista nº 2.584 - Loja 01 e Rua Marechal Rondon nº 54:

Endereço	Vigência do Contrato	Valor do aluguel em R\$	Locatário
Largo São Bento, Nº10	01/07/96 a 30/06/01	16.312,11	Irmãos Guimarães Ltda
Largo São Bento, Nº16	01/07/98 a 30/06/03	1.208,84	Ao Az de Ouro Com. e Imprt. Ltda.
Largo São Bento, Nº20,26 e 32	01/07/96 a 30/06/01	16.743,79	Coml. De Ferragens Casa Thomaz Ltda
Largo São Bento, Nº40	01/07/96 a 30/06/01	11.959,86	Papelaria e Livraria São Bento Ltda.
Largo São Bento, Nº48	01/07/96 a 30/06/01	20.332,53	De Meo Coml.Import. Ltda.
Rua Almirante Delamare, Nº1.534	01/07/98 a 30/06/03	1.155,68	Lanchonete Dinaura Ltda.
Rua Conselheiro Crispiniano, Nº131	01/10/99 a 30/09/04	11.942,17	Companhia Brasileira de Distribuição
Rua Conselheiro Crispiniano, Nº6	01/10/99 a 30/09/04	7.039,18	Bocatto Sociedade Comercial Ltda.
Rua da Consolação, Nº2367	01/02/69 a 31/01/73	12.542,66	Posto Belas Artes Ltda.
Av. Paulista, Nº2.584, loja 01	22/06/77 a 21/06/81	-	Ignácio Maniscalco
Rua General Rondon, 52	03/04/85 a 02/04/87	-	Auto Dois Leões Ltda.

Em relação a esse item, cabe ainda salientar que, a respeito da vigência dos contratos, existe manifestação da

Procuradoria Federal Especializada do INSS, emitida por meio da Nota Técnica PFE/INSS/G.Ex.S.Paulo/Centro nº 268/2004, datada de 15.9.2004, da qual destacamos os seguintes pontos:

"5 - Em reunião realizada em 19/03/03, entre procuradores da Consultoria e a Chefe de Administração, ficou acordado verbalmente nova licitação para todos os imóveis locados.

6- Esclarecemos que a última Concorrência para novas locações ocorrida em 17/12/99, onde foram licitados 21 imóveis, foi vazia, não aparecendo nenhum interessado na mesma.

7- Conforme demonstrativo de fls.1096 a tendência do mercado seria uma redução no valor locativo, tendo em vista que deverá ser elaborada nova avaliação.

8 - Conforme consta de fls.1140, existe manifesto interesse devidamente justificado, pela Administração na permanência do imóvel locado, tais como:

a) não há previsão de concorrência pública para desmobilização ou de utilização para uso próprio da loja;

b) ainda não foram totalmente resolvidos todos os problemas de regularização da documentação do imóvel;

c) para abertura de concorrência pública visando a locação a loja deveria estar vaga;

d) a vacância do imóvel representaria um risco quanto a possíveis invasões e oneraria o Instituto com a contratação de vigilância.

9 - No parecer de fls.1142/1147 propõe a Seção de Consultoria "que seja autorizada a locação pelo tempo estritamente necessária para a conclusão de licitação" face o prazo máximo de contrato (5 anos), já ter sido extrapolado sem nova licitação (inciso II, do artigo 57 da Lei 8.666/93). 10- Verificamos que existem nesta Gerência mais 10(dez) locações na mesma situação, e que o presente servirá como orientação as demais. O Tema em questão já foi exaustivamente debatido no âmbito desta Consultoria, restando acordado entre a consultoria e a Chefia da Administração em 19/03/03 a realização de licitação para todos os imóveis locados, sendo que no caso presente foi sugerido a locação pelo tempo necessário para a inclusão do certame, em virtude do prazo máximo de duração dos contratos (cinco) anos já ter sido extrapolado, sem nova licitação.

Tratando-se de locação de bens particulares, o correspondente contrato é regido pelo direito privado. Todavia referindo-se a locação de bens públicos a particulares, impõe-se a observância das normas de direito público pertinentes. Aliás, mesmo quando o poder público celebra contrato regido pelo direito privado, não se despoja das limitações e mesmo das sujeições que lhe são impostas, especialmente, em razão do princípio da indisponibilidade do interesse público. É de rigor, portanto, diante do exposto e pelo que consta de todo o processado, o imediato cumprimento da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, especialmente a observância do inciso II do seu artigo 57, aplicável à espécie, bem como, no que couber, da Lei nº 8.245/91, visando a denúncia do contrato em questão."

Em vista dos fatos acima narrados esta Equipe, por meio da Solicitação de Auditoria Nº06/2004, solicitou os seguintes esclarecimentos:

a) informar quando o processo relativo ao imóvel localizado na Rua da Consolação Nº2367 foi encaminhado à Procuradoria e quais medidas foram adotadas, descrevendo o estágio atual das mesmas;

b) informar quais medidas judiciais recaem sobre os imóveis localizados na Av. Paulista nº 2.584 - Loja 01 e Rua General Rondon, nº 52. Informar também a data de ingresso de tais ações e estágio atual das mesmas.

c) Em relação aos imóveis classificados como "locados por terceiros", informar como tais contratos de locação foram lavrados, se precedidos ou não de licitação e quais as medidas que foram e serão adotadas por essa Gerência em relação aos contratos com prazo de vigência expirado e o contido na Nota Técnica PFE/INSS/G.Ex.S.Paulo/Centro nº 268/2000, datada de 15 de setembro de 2004.

Em resposta aos itens acima a Unidade Auditada apresentou as seguintes informações:

"a) Locação do imóvel sito à Rua da Consolação, 2367. Encaminhado à Procuradoria em 7.10.2003, por falta de pagamento de aluguel. Informações sobre as ações no e-mail em anexo."

As informações em anexo a que se refere a Unidade Auditada é da Procuradoria do INSS que assim se manifestou: "Para o imóvel da Rua da Consolação 2.367: Processo Nº2.00361000316996 Ação de Despejo por falta de Pagamento. Fase atual: Locatário citado com prazo para purgar a mora. Processo Nº97.0053260-7 Ação Revisional de Aluguel, que se encontra no aguardo de julgamento de recurso junto ao TRF3. Informo que o pagamento dos alugueres em atraso, que estão sendo cobrados no processo mencionado acima, deverá ser efetuado com base no valor do aluguel provisório, que foi fixado ao início do processo de revisão do valor do aluguel. O INSS poderá cobrar as diferenças quando do trânsito em julgado da decisão proferida na ação revisional. Peticionamos pedindo prioridade no julgamento."

b) Locações dos imóveis da Av. Paulista, 2584 - Lj.01 e R General Rondon, 52/82. Informações sobre as ações, no email em anexo.

As informações em anexo a que se refere a Unidade Auditada é da Procuradoria do INSS que assim se manifestou:

"I - Para o imóvel situado à Av. Paulista nº 2.584, pesam as seguintes ações: 1 - Processo nº 98.00116940 - Ação de Despejo por falta de Pagamento, que se encontra no aguardo de prolação de sentença. 2 - Processo nº 2000.61.000126719- Ação Revisional do valor do Aluguel, que se encontra em fase de conclusão da perícia. O laudo pericial apresentado pelo Perito do Juízo foi contestado pelo INSS, porque o valor encontrado não reflete o valor de

mercado. Aguarda-se a complementação do laudo. Informo que o pagamento dos alugueres em atraso, que estão sendo cobrados no processo mencionado acima, deverá ser efetuado, ao final do processo, com base no valor do aluguel que está sendo apurado no processo de revisão de aluguel, ou seja o INSS deverá receber o valor atual de mercado. III - Para o imóvel situado à Rua General Rondon nº 52/82; Processo nº 2000.61.00.034989-7 - Ação de Despejo por Falta de Pagamento - Autos conclusos para sentença. Peticionamos pedindo prioridade no julgamento. Neste caso, ao final do processo, os alugueres em atraso serão pagos pelo valor contratado, devidamente corrigido."

"c) Imóveis locados a terceiros. Contratações iniciais mediante concorrência pública e renovados mediante novos contratos em atendimento à RS/INSS nº 311/95. Considerando que a aplicação das medidas constantes da Nota Técnica PFE/INSS/GEX São Paulo/Centro Nº 268/2004, resultará em prejuízos para a Instituição, o assunto será submetido à Instância Superior".

g) Das determinações do Tribunal de Contas da União constantes no Acórdão nº 681/2003.

O Acórdão nº 681/2003, do Grupo I, Classe V, Plenário do Tribunal de Contas da União, aprovado em 18.6.2003 e publicado no Diário Oficial da União em 23.6.2003, tem como sumário a seguinte descrição: Auditoria. Gerência Executiva do INSS em São Paulo Centro (GEX/Centro). Administração dos imóveis em posse de terceiros. Falta de zelo na administração do patrimônio ao longo dos anos, trazendo prejuízos à instituição. Descumprimento da Lei Nº 9.702/98. Audiência dos responsáveis. Determinações à GEX/Centro, ao INSS, à Procuradoria da GEX/Centro e à Adfis. Ciência ao Ministro da Previdência Social e ao Diretor- Presidente do INSS.

Em relação às determinações, cabe esclarecer que as mesmas encontram-se descritas nos itens 9.2 a 9.5 do mencionado Acórdão, as quais esta Equipe de Auditoria passa a elencar:

"9.2. determinar à Gerência Executiva do INSS em São Paulo-Centro, com fulcro no art.43, inciso I da Lei 8.443/92, que, no prazo de 180 dias:

9.2.1 regularize a situação do sobrado situado na Rua da Consolação, Nº 1075, considerando que o regime de comodato não atende ao disposto no art.6º da Lei 9.702/98;

9.2.2 regularize a situação da igreja situada na Rua Mário Costa, Nº 16, considerando que a cessão de uso desse imóvel encontra-se vedada pelo art.10º da Lei 9.702/98;

9.2.3 adote as providências necessárias ao imediato cumprimento das decisões judiciais que determinaram a reintegração na posse dos imóveis invadidos situados na avenida Nove de Julho, rua Vigário João Álvares e rua Dom Matheus;

9.2.4 regularize os registros cartoriais dos 68 imóveis da GEX/Centro que apresentam documentação irregular;

9.2.5 promova a vistoria de todos os imóveis vagos e invadidos sob a responsabilidade da GEX/Centro, a fim de identificar medidas preventivas, tais como construção de cercas, contratação de firma de segurança, ou ajuizamento de ação, que possam evitar invasões;

9.2.6 realize um levantamento junto ao(s) cartórios do centro de São Paulo e aos atuais ocupantes dos imóveis situados no terreno de Heliópolis, que foi originalmente adquirido pelo IAPI, a fim de juntar documentos que demonstrem qual a parte remanescente do imóvel que pertence ao INSS;

9.2.7 apresente, a este Tribunal, após o referido prazo de 180 dias, relatório circunstanciado acerca do cumprimento das determinações acima."

As determinações constantes nos itens 9.3, 9.4 e 9.5 foram, respectivamente, para o INSS, a Procuradoria da Gerência Executiva do INSS em São Paulo/Centro e para a Adifis.

Assim, em vista da leitura do Acórdão acima citado esta Equipe de Auditoria, por meio da Solicitação de Auditoria Nº03/2004, indagou a Unidade Auditada a respeito das medidas por ela adotadas para atender às determinações acima elencadas. Em resposta a Unidade apresentou as seguintes informações:

"Providências em atendimento ao Acórdão 681/2003 Plenária do TCU.

Anexamos ao presente, cópias dos seguintes documentos Fls.05/06 Portaria INSS/SUPS/21.000/10/2003, da criação de Grupo de Trabalho;

Fls.07 Ofício 21.201/251/2003, enviado ao TCU; Fls.08/37 Relatório do Grupo de Trabalho Fls.38/48 Ata da Reunião; Fls.49/51 Memo NºEACCP/16/2004, enviado ao Presidente do INSS; Fls.52/53 Portaria MPS/GB Nº589, de 02 de junho de 2004."

Dos documentos apresentados verificamos que:

a) Em 22 de agosto de 2003, o Superintendente do INSS em São Paulo, por meio da Portaria INSS/SUPSP/21.000/10/2003, instituiu grupo de Trabalho, composto de 08 (oito) servidores, sendo 03(três) agentes administrativos, 1 (um) engenheiro e 04 (quatro) procuradoras, ao qual coube as seguintes incumbências:

1º) a regularização de eventuais problemas relacionados à titularidade das propriedades e outras irregularidades encontradas, relacionadas às demandas judiciais e situação ocupacional.

2º)apresentação de um relatório de conclusão dos trabalhos, constando as indicações sobre perspectivas de alienação de cada um dos imóveis, até 19 de dezembro de 2003.

b) Em 14 de novembro de 2003, por meio do Ofício Nº21.201/251/2003, foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União o relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria INSS/SUPSP/21.000/10/2003, datada de 22 de agosto de 2003. Do referido relatório destacamos os seguintes pontos:

1º) "...face ao número restrito de servidores que atuam no Serviço de Logística da GEXINSS/SP-Centro e ao reduzido número de procuradores atuantes na Procuradoria Federal Especializada INSS em São Paulo, os trabalhos do Grupo não se desenvolvem em regime de dedicação exclusiva; acumulando, procuradores e servidores, as atividades inerentes a seus cargos com as que lhe são atribuídas como integrantes do Grupo de Trabalho..."

2º) "...Após um levantamento preliminar de todos os imóveis não operacionais do INSS, que se encontram em situação "irregular", este Grupo de Trabalho pode verificar que, em razão do grande número de questões a serem resolvidas e dada a complexidade com que as mesmas se apresentam; em razão da diversidade da natureza das medidas que deverão ser adotadas com vistas a concretizar a regularização desses imóveis, houve por bem, antes de dar início às ações propriamente ditas, elaborar um relatório que oferecesse um panorama geral do constatado, a fim de identificar as frentes de trabalho e eleger as prioridades..."

3º) "... conclusões a que chegou este Grupo de Trabalho:

De todo o exposto, depreende-se que é muito grande número de imóveis de propriedade Do INSS que podem ser considerados em situação irregular, nesta Capital.

Identifica-se que são muitas e de várias naturezas as providências a serem tomadas objetivando a regularização desses imóveis e que todas elas demandam muito tempo e disponibilidade de verbas.

Muitas serão as frentes de trabalho que forçosamente deverão abertas, com vistas a dar atendimento ao que foi determinado por esse Egrégio Tribunal de Contas da União.

Faz-se necessário, então, que sejam eleitas as prioridades, dependendo da disponibilidade orçamentária e do interesse da Autarquia.

A este Grupo de Trabalho se afigura pequeno o número de imóveis, ainda ocupados, que são objetos de ações judiciais já em curso, e, ainda, que se deva contar com a notória morosidade do Poder Judiciário, as sentenças que serão proferidas nesses processos levarão à regularização das situações que os envolvem, bem como à indenização dos cofres da Previdência pelos prejuízos causado por terceiros que indevidamente os ocupam.

Assim, quer parecer a este Grupo que a etapa seguinte dos trabalhos deverá consistir na adoção das providências necessárias à regularização documental dos imóveis apontados neste relatório.

Não obstante, refoge à competência do Grupo de Trabalho eleger prioridades, porque só à Administração Superior cabe o juízo de conveniência e oportunidade, razão pela qual se informa que o presente relatório, está sendo encaminhado a essa Egrégia Corte, será encaminhado, também, por cópia, à Diretoria Colegiada do INSS, para deliberação.

Deliberações do Grupo:

O Grupo de Trabalho solicitará ao Serviço de Logística da GEX/INSS-SP, relações de todos os processo administrativos de financiamento de imóveis a particulares (remanescentes das extintas autarquias previdenciárias Institutos de Aposentadoria e Pensões), que tenham sido liquidados e que não tenham sido outorgadas as escrituras definitivas, por falta de interesse dos promitentes- compradores.

Desse relato deverá constar: local da situação do imóvel (no caso do imóvel consistir em um apartamento, deverá ser identificado o Condomínio a que pertence); o nome do promitente comprador e de seu cônjuge (se casado for) e sua qualificação, RG, CPF e último endereço, para que seja providenciada a publicação, em jornal de grande circulação, de um edital de convocação dos interessados ou seus sucessores, para que providenciem a necessária documentação para a lavratura das escrituras.

Essa medida será tomada com vistas a cautelar direitos do Instituto, que vem sendo constantemente citado para responder a ações de usucapião, adjudicação compulsória e cobrança de despesas condominiais, que têm por objeto imóveis que ainda permanecem registrados em nome do INSS, por desídia dos compromissários compradores.

Entende o Grupo que a só publicação já previnirá responsabilidade do INSS.

Posteriormente, será analisada a possibilidade de ser consignada em juízo a obrigação de outorgar as escrituras (cerca de oitocentas 800). Encaminhar à Consultoria da Procuradoria Especializada Federal INSS em Brasília, questionamento sobre a titularidade do domínio dos imóveis que se encontram na posse das unidades do SUS;

Encaminhar cópia do presente à Diretoria Colegiada do INSS para deliberação sobre as prioridades e o necessário destaque de verba suficiente à adoção das medidas necessárias à regularização dos imóveis.

Encaminhar cópia do presente à Superintendência do INSS/SP, para conhecimento."

c) Em 16 de junho de 2004, o Grupo de Trabalho constituído pela Portaria INSS/SUPSP/21.000/10/2003, de 22 de agosto de 2003, por meio do MEMO NºEACCP/16/2004, encaminhado ao Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, relata que falta competência para o Grupo dar continuidade aos trabalhos de regularização do patrimônio imobiliário do INSS em São Paulo, em virtude da criação de outro Grupo de trabalho criado pelo Ministro de Estado da Previdência Social, por meio da Portaria Nº654/INSS/DCPRES de 02/02/2004. Assim, conforme os documentos apresentados pela Unidade constatamos que não foram cumpridas as determinações constantes do Acórdão Nº681/2003, do Grupo I, Classe V, Plenário do Tribunal de Contas da União, aprovado em 18/06/2003 e publicado no Diário Oficial da União em 23/06/2003, reafirmadas no Acórdão Nº1.493/2004- TCU- Plenário, de 29 de setembro de 2004.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Conforme expediente recebido pela CGUSP, em 14/12/2004, o Chefe do Serviço de Logística apresentou as seguintes justificativas:

"Para atendimento das recomendações contidas no subitem 7.1.1.1 do relatório em pauta, solicitamos disponibilização dos recursos necessários à Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário - INSS/DC, através do memo nº 470/2004 (cópia em anexo).

Informamos na oportunidade, que estamos promovendo estudos para verificar as medidas que poderão ser efetivadas de imediato, com os recursos existentes neste Serviço de Logística."

Transcrevemos a seguir o texto do memo nº470/2004:

"Tendo em vista que as impropriedades apontadas no item 7.1.1.1, em sua maioria, são decorrentes da falta de recursos materiais, técnicos e humanos, bem como da inexistência de estruturação da área de administração de patrimônio imobiliário nesta unidade, estamos encaminhando cópia do relatório em referência, para ciência, análise, orientação e disponibilização dos recursos necessários para atendimento do referido item.

Informamos na oportunidade, que estão sendo adotadas, na medida do possível, de acordo com as prioridades existentes nesta Gerência, as providências necessárias para atendimento das determinações constantes do Acórdão nº 681/2003 do TCU. citado no relatório."

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em São Paulo/SP no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
085.453.241-20	LUCIA HELENA DE CARVALHO	DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
740.221.488-53	TAITI INENAMI	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
008.349.391-34	CARLOS GOMES BEZERRA	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

AVALIAÇÃO DA SFC:

Conforme esclarecimentos prestados pelo gestor, verifica-se que o assunto permanece pendente de regularização.

A Gerência Executiva em questão deve reavaliar o quadro de funcionários, em função das competências atribuídas ao Setor de Logística, e disponibilize funcionários suficientes em número e profissionalização para o adequado atendimento das demandas existentes.

Ressaltamos a necessidade da Diretoria Colegiada do INSS promover estudo para avaliar a possibilidade de centralizações de atividades relacionadas às áreas de Orçamento, Finanças, Contabilidade, Logística e Pessoal, ligadas a área meio do INSS, por Estado, de forma otimizar e racionalizar os recursos existentes e permitir o aprimoramento dos mecanismos de controle, uma vez que essas áreas apresentaram aumentos de problemas em suas gestões após as descentralizações de suas gestões para as Gerências Executivas.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que a Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre adote providências para regularizar as impropriedades apontadas com vistas à regularização da situação dos imóveis.

Que a Diretoria Colegiada do INSS promover estudo para avaliar a possibilidade de centralizações de atividades relacionadas às áreas de Orçamento, Finanças, Contabilidade, Logística e Pessoal, ligadas a área meio do INSS, por estado, de forma otimizar e racionalizar os recursos existentes e permitir o aprimoramento dos mecanismos de controle, uma vez que essas áreas apresentaram aumentos de problemas em suas gestões após as descentralizações de suas gestões para as Gerências Executivas.

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística monitore e supervisione a implementação das medidas para regularização das impropriedades apontadas, bem como dotar a área logística da Gerência Executiva em questão dos recursos necessária para implementação das medidas cabíveis.

Em relação ao fato descrito no item "b" que a Unidade utilize o Sistema SPIUnet, conforme o disposto no Decretos nº 99.672, de 06 de novembro de 1990, na Portaria Conjunta nº 1.110 de 19 de novembro de 1991, na Portaria nº 206 de 08 de dezembro de 2000 e na Portaria Interministerial nº 322 de 23 de agosto de 2001, ou outro sistema de gerenciamento de imóveis.

Em relação aos fatos descritos nos itens "c" e "d" que a Unidade programe a realização de vistorias periódicas nos imóveis por ela administrados, com a emissão de relatórios sobre sua conservação e os riscos de invasão.

Em relação ao fato descrito no item "e" que a Unidade elabore cadastro de imóveis que indique os gastos realizados com cada imóvel, assim como os prejuízos potenciais, atualizados anualmente, pela não destinação dos mesmos.

Que a Unidade verifique os pagamentos das contas de água e serviço de vigilância referentes ao imóvel localizado na Rua Marquês de Paranaguá Nº124, de acordo com os dados constantes no processo do imóvel, que, conforme informação do Setor de Logística, encontra-se em Brasília. Para que, em sendo constatado erro no pagamento, promova-se a restituição dos valores.

Em relação ao fato descrito no item "f" que a Unidade promova a regularização das locações dos imóveis.

Em relação ao fato descrito no item "g" que a Unidade cumpra as determinações constantes do Acórdão Nº681/2003, do Grupo I, Classe V, Plenário do Tribunal de Contas da União, aprovado em 18/06/2003 e publicado no Diário Oficial da União em 23/06/2003, reafirmadas no Acórdão Nº1.493/2004 TCU - Plenário, de 29 de setembro de 2004.

8.1.1.17 - CONSTATAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS DE CAMPO GRANDE (Relatório nº 153394)

Ausência do registro dos imóveis pertencentes ao INSS - GEXCGD/MS no sistema SPIUnet e SIAPA.

Efetuamos o levantamento dos bens sujeitos aos registros oficiais e constatamos que as informações constantes no Inventário dos Bens Imóveis de 2003 estão condizentes com a situação patrimonial à época, sendo que para o exercício 2004 serão

efetuadas as seguintes alterações a cargo da Administração Central, em Brasília:

a) Conta 1.4.2.1.1.01.00 - Edifícios: exclusão do código 10056-06-00000-9, referente a bem alienado nessa gestão;

b) Conta 1.4.2.1.1.03.00 - Terrenos: transporte dos códigos 10035-06-00000-0, 10059-06-00000-0, 10018-06-00000-7 para a conta do item "a" acima, em decorrência de averbações de construções de prédios; também a inclusão de terreno doado pelo município de Cassilândia/MS.

Constatamos que não há divergência entre estes registros patrimoniais e os registros financeiros constantes da contabilidade analítica do Órgão. O controle da situação dos imóveis é feito periodicamente pela responsável pelo setor de Patrimônio, Sra. Marileide Duarte da Gama Silva, através de visitas "in loco", a fim de se evitar casos de ocupações ilegais dos mesmos, sendo que até o momento presente não há registro de qualquer evento dessa natureza. Porém, a par da regular contabilização e controle desses bens, subsiste o fato de que a GEX-CGD/MS ainda não efetuou a inclusão dos mesmos no cadastro SPIUnet e SIAPA, conforme determinam a Portaria SPU nº 206/00 e a Portaria Interministerial STN nº 322/01.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O gestor não apresentou justificativas até o fechamento do presente relatório.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo do INSS em Campo Grande/MS no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

AVALIAÇÃO DA SFC:

Tendo em vista a ausência de manifestação por parte do gestor, o assunto permanece pendente de regularização.

RECOMENDAÇÃO:

Que Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística e a Gerência Executiva em questão adotem providências para que seja

procedida o cadastramento dos imóveis sob sua responsabilidade nos Sistemas SPIUnet e Siapa, conforme a classificação dos mesmos.

8.1.1.18 - INFORMAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS DE PALMAS (Relatório nº 153402)

A Gerência Executiva do INSS em Palmas têm a propriedade de 8 imóveis a saber:

Imóvel	Endereço	Município
Prédio	Av. Rio Branco, 1527	Gurupi
Prédio	R. 22 de Novembro, 351	Araguaina
Prédio	ACSU SO 20, Cj. 02 Lt. 05	Palmas
Prédio	Av. Manoel Aires Manduca. 7122	Porto Nacional
Prédio	Av. Castelo Branco, Qd. 2/A S/N	Paraíso
Prédio	Alameda Sussuapara, Qd. 66, Lt. 1/15	Miracema
Prédio	Lotes 01, 02, 03 e 04 etapa 1, Qd 32	Dianópolis
Terreno	Qd. ARNO 20, Cj. 02, Lt. 02	Palmas

Verificamos, na documentação analisada, que no município de Gurupi-TO, onde funciona uma APS - Agência da Previdência Social, o antigo IAPAS obteve, por doação do município, três terrenos, conforme registros e matrículas: R-5 da mat. 9158, R-5 da mat. 9159 e R-1 da mat.14.629, perfazendo uma área total de 1750 m2, incorporados ao patrimônio do INSS por força do art. 5º do Decreto nº 99.350/90. Entretanto, não localizamos, nos arquivos da Unidade, registro do remembramento dos terrenos e averbação do prédio ali construído. Em resposta à Solicitação de Auditoria, a chefe em exercício da Seção de Logística da unidade de Palmas, informou que foi solicitado ao chefe da unidade do INSS em Gurupi providenciar, junto ao Cartório de Registro de Imóveis, a Certidão de verbação da Construção do referido prédio. Em relação aos demais imóveis, constatamos que os registros oficiais e financeiros existentes estão em situação regular.

8.1.1.19 - INFORMAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS DE TERESINA/PI (Relatório nº 153400)

Segundo informações do Setor de Logística o gerenciamento dos 51 imóveis da Gerência Executiva do INSS no Piauí é feita pela Divisão de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário em Brasília, ficando a cargo da GEX/PI somente o acompanhamento e controle, por isso, a GEX/PI não dispõe de propostas de implementação de gestão patrimonial para esses bens.

Conforme relatórios apresentados, constatou-se a existência de 05 imóveis, abaixo relacionados, que estão ocupados ilegalmente e as providências adotadas pela Entidade no sentido regularizá-los.

TIPO/ IMÓVEL	ENDEREÇO	MUNICÍPIO	OCORRÊNCIA	PROVIDÊNCIA ADOTADA
Terreno	Rua Riachuelo s/n, Matinha	Teresina	Terreno adjudicado. Após adjudicação a Prefeitura informou que o imóvel está em nome de terceiros.	Estamos diligenciando junto à Prefeitura de Teresina para identificar o invasor do Terreno, uma vez que não consta ocorrência no cartório competente.
Terreno	Rua Amazonas s/n, Matinha	Teresina	Terreno adjudicado que desapareceu com o prolongamento de uma rua.	Estamos diligenciando junto à prefeitura de Teresina para obtenção do Decreto de desapropriação do Imóvel, para formalização da Ação competente, através da Procuradoria Federal Especializada.
Gleba	BR-343, KM-16, Baixa da Carnaúba	Parnaíba	Invadido parcialmente pelo Poder público municipal de Parnaíba que construiu uma creche e um chafariz no terreno. Há também três famílias que estão morando dentro do imóvel.	Já houve uma tentativa de negociação administrativa com aquela Municipalidade, porém o INSS não aceitou a proposta daquele poder público. Está sendo feita uma avaliação do imóvel para ingresso de Ação competente através da Procuradoria Federal Especializada. Em relação às famílias já foi feita identificação das mesmas para adoção de providências.
Terreno	Av. Luiz Carvalho, s/n-Centro	São João d Piauí	Imóvel teve sua área invadida pela abertura de uma rua.	A Procuradoria retornou o processo de regularização solicitando avaliação do imóvel e certidão Narrativa do CRI, para posteriormente ingressar com ação competente.
Terreno	Rua Travessa Dr. Abílio Costa s/n - Lote nº 42	São João do Piauí	Imóvel teve sua área invadida pela abertura de uma rua.	A Procuradoria retornou o processo de regularização solicitando avaliação do imóvel e certidão Narrativa do CRI, para posteriormente ingressar com ação competente.

8.1.1.20 - CONSTATAÇÃO:

Informação apresentada no SIAFI divergente da constante do inventário.

Em consulta realizada nos registros contábeis da Entidade, verificou-se divergência entre os valores registrados no SIAFI e no Inventário de Bens Imóveis.

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações da Entidade, a origem das divergências nas contas Edifícios deve-se a três imóveis que estão com os mesmos valores do inventário de 2002 e um imóvel que foi lançado no SIAFI e não foi lançado no inventário de 2003.

A divergência de valores entre o Inventário e o SIAFI na conta Glebas e Fazendas devem-se a não atualização de um imóvel no inventário de 2003, processo que realizado no SIAFI.

Quanto às divergências ocorridas na conta Imóveis em Poder de Terceiros deve-se ao lançamento no inventário de cinco imóveis com os mesmos valores de 2002, enquanto que no SIAFI houve atualização em 2003.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo do INSS em Teresina/PI no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

AValiação DA SFC:

Enquanto o Gestor não proceder a atualização no SIAFI o assunto permanecerá PENDENTE de regularização.

RECOMENDAÇÃO:

Que Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística e a Gerência Executiva em questão adotem providências para que seja atualizado o SIAFI e o Inventário utilizando-se dos mesmos critérios, de forma que a contabilidade reflita os valores reais dos imóveis.

8.1.2 - ASSUNTO: EXISTÊNCIAS FÍSICAS**8.1.2.1 - CONSTATAÇÃO****GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS DE BELÉM/PA (Relatório nº 153397)**

Controle patrimonial inadequado.

No Inventário Físico de Bens Móveis da Entidade, cujo levantamento foi realizado em dezembro/2003 por Comissão designada conforme registro no próprio inventário, os saldos estão compatíveis com os apresentados no balanço patrimonial registrado no SIAFI. Analisando o Relatório Patrimonial 2003 e a relação de bens adquiridos, quando da verificação da existência física procedida nos bens patrimoniais da Entidade, verificamos anormalidades quanto à localização dos equipamentos, estado de conservação, uso e finalidade. Quanto aos termos de responsabilidade dos equipamentos, constatamos a inexistência deles em formulário oriundo da Divisão de Administração, tendo assinatura dos chefes de setores. Não há na GEXBEL/INSS um modelo próprio de formulário destinado ao controle de quem tem a carga do bem para ser preenchido e assinado pelos usuários dos equipamentos.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em atenção à SA/CGU nº 10/2004 de 24.9.2004, a GEREX/BEL por meio do Memorando nº 012/Setor de Almoxarifado/INSS em 27.9.2004, justificou o seguinte:

"Conforme solicitação dessa Auditoria em relação a Área de Gestão Patrimonial temos a informar:

Não há relação de Termo de Responsabilidade, porém em virtude da realização do Inventário de Bens Móveis em Uso - IBMU/2004(em andamento), serão solicitados para todas as Unidades a assinatura do respectivo termo.

Em anexo segue pasta de GTMP-Guia de Transferência de Material Permanente relativo aos bens remanejados e/ou transferidos para outros locais ou entre setores.

Não existe Processos de baixa/alienação nos últimos 04(quatro) anos.

Em anexo segue Relatório de Movimentação do Almoxarifado referente ao período de Janeiro a Agosto/2004.

Foram realizados todos os ajustes necessários no Sistema Admper - WEB emitidos novos relatórios de carga porém não foram encaminhados para os setores assinarem e se pronunciarem sobre os não localizados, bem como não foi aberto processo de apuração sobre os BENS EM PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo do INSS em Belém/PA no exercício de 2004.

AVALIAÇÃO DA SFC:

A falta de atualização dos Termos de Responsabilidade evidencia deficiência no sistema de controle dos bens móveis e equipamentos, dando margens a ocorrências de futuros prejuízos ao patrimônio, bem como fragilidade. Não acatamos a justificativa.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Entidade obedeça todos os procedimentos constante da IN/SEDAP/nº 205, de 8.4.1988, com vistas a sanar a impropriedade.

8.2 - SUBÁREA: BENS IMOBILIÁRIOS

8.2.1 - ASSUNTO: UTILIZAÇÃO DE IMOBILIÁRIOS

8.2.1.1 INFORMAÇÃO:

Serão relatados nos itens a seguir os resultados dos trabalhos, pertinentes à Área de Gestão Patrimonial, Subárea Bens Imobiliários, relativos às auditorias de acompanhamento de gestão realizadas pelas respectivas unidades da CGU estaduais, nas seguintes Gerências Executivas do INSS: Belém/PA (Relatório CGU nº 153397), Recife/PE (Relatório CGU nº 153399), Macapá/AP (Relatório CGU nº 153391), Porto Alegre/RS (Relatório CGU nº 153692), João Pessoa/PB (Relatório CGU nº 153398), Rio Branco/AC (Relatório CGU nº 153389), Manaus/AM (Relatório CGU nº 153390), Vitória/ES (Relatório CGU nº 153392), Natal/RN (Relatório CGU nº 153404), São Paulo/SP (Relatório CGU nº 153406), Campo Grande/MS (Relatório CGU nº 153394), Palmas/TO (Relatório CGU nº 153402) e Teresina/PI (Relatório CGU nº 153400).

Nesses trabalhos foram identificadas irregularidades e impropriedades na Subárea Bens Imobiliários nas seguintes Gerências Executivas: Recife/PE (Relatório CGU nº 153399) e Belém/PA (Relatório CGU nº 153397).

Os mencionados relatórios foram encaminhados ao Diretor Presidente do INSS para conhecimento e providência, por meio do Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.02.2005.

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS DE RECIFE/PE (Relatório nº 153399)

8.2.1.2 INFORMAÇÃO:

Constatamos que os seguintes imóveis encontram-se alugados:

- g) Loja 4 do imóvel localizado na Av. Guararapes, 233 x R da Palma - Stº Antônio, Recife; e
- h) - R. Demócrito de Souza Fº., 300-Bl. B, Ap.2603 - Madalena, Recife.

Solicitamos, por meio da S.A. nº 15/04, de 14.11.2004, a comprovação da regularidade do recolhimento dos aluguéis junto a Conta Única do Tesouro Nacional, demonstrando os valores registrados nas Contas Contábeis 4.1.3.1.1.00.00 - Aluguéis, R\$ 29.638,62 (vinte nove mil, seiscentos e trinta e oito reais e sessenta e dois centavos), e 4.1.3.1.5.00.00 - Taxa de Ocupação de

Imóveis R\$ 129,88 (cento e vinte nove reais e oitenta e oito centavos) - dados do Balancete acumulados até julho de 2004.

O Chefe do Setor de Logística apresentou, por meio do Ofício INSS nº 161/2004, de 20.9.04, os seguintes esclarecimentos:

"IMÓVEL Nº 01 - Loja 4 do imóvel localizado na Av. Guararapes, 233 x Rua da Palma, Stº Antônio, Recife/PE.

Considerando as instruções da DG, através do Memo-Circular nº 38/DGPAI/CGLOG, de 11.01.2004, que orienta que toda receita proveniente de locações de imóveis do INSS a terceiros deverá ser recolhida por meio do GPS (Guia da Previdência Social) que é o documento de arrecadação do Instituto. As guias são pagas nos bancos contratados do INSS, processadas pelo Sistema de Arrecadação e contabilizados pelo ARPA, com os códigos informados no referido memo - circular.

IMÓVEL Nº 02 - Aptº 2603 do imóvel localizado na Rua Demócrito de Souza Filho, 300 bloco B, Bairro Madalena, Recife/PE.

Considerando que o aluguel do referido imóvel é descontado em folha, e a Gerência responsável pelo tal desconto ser a Caruaru/PE, aguardamos que a mesma viesse a fazer atualizações anuais, para desconto junto aos Recursos Humanos, porém as citadas atualizações não foram efetuadas, desde já providências neste sentido estamos tomando."

8.2.1.3 CONSTATAÇÃO:

Cessão gratuita dos imóveis para terceiros, inobservando à Lei nº 9.636/98.

Constatamos a cessão gratuita dos seguintes imóveis para terceiros, inobservando o art. 18 da Lei nº 9.636/98, que estabelece que poderão ser cedidos imóveis a pessoas físicas ou jurídicas, "em se tratando de interesse público ou social ou de aproveitamento econômico de interesse social ou de aproveitamento econômico de interesse nacional":

Imóveis cedidos sem ônus a pessoa física e a DATAPREV:

Nº	ENDEREÇO	IMÓV. ALIENA	CEDIDOS A TERCEIROS *	Nº NO SGPI	TIPO DE IMÓVEL
	R. Demócrito de Souza Fº., 300-Bl. B, Ap.3002-Madalena, Recife	Lei 9.702/98	Cedido - Marlice de S. F. Carvalho	10092-15-10088-0	Apart.
	R. Demócrito de Souza Fº., 300-Bl. B, Ap.2902-Madalena, Recife	Lei 9.702/98	Cedido p/ evitar invasão - Débora Lemos	10102-15-10088-1	Apart.
	R. Demócrito de Souza Fº., 300-Bl. B,	Lei 9.702/	Cedido para evitar	10103-15-10088-0	Apart.

Ap.2601-Madalena, Recife	98	invasão - José Paulo		
R. Demócrito de Souza Fº., 300-Bl. B, Ap.1503-Madalena, Recife	Lei 9.702/ 98	Cedido - Maria de Fátima O. Santos	10109-15-10088-9	Apart.
R. Demócrito de Souza Fº., 300-Bl. B, Ap.3003-Madalena, Recife	Lei 9.702/ 98	Cedido para evitar - invasão - Daniel Lemos	10115-15-10088-8	Apart.
Av. Saldanha Marinho, Q.2 Bl. 86 - B/402 - Ibura, Recife	Lei 9.702/ 98	Cedido - Verônica S. de Moraes	10172-15-00000-5	Apart.
Av. Dantas Barreto, 300 - Stº Antônio, Recife	Lei 9.702/ 98	DATA PREV	10191-15-00000-6	Prédio

* Informação extraída do Relatório de Imóveis de Propriedade do INSS não operacionais fornecido pelo Serviço de Logística da GEX/Recife.

Solicitamos que a Entidade informasse as providências adotadas para adequação destes imóveis ao art. 1º da Lei nº 9.702, que autoriza o INSS a alienar os imóveis desnecessários ou não vinculados às suas atividades operacionais, e o item 9.3.1 do Acórdão do Tribunal de Contas da União nº 681/2003, do D.O.U. de 23.6.2003, que determina ao INSS que "regularize as situações dos imóveis cedidos e alugados, inclusive aqueles em posse de unidades do SUS".

b) Imóveis cedidos ao Governo do Estado de Pernambuco e à Prefeitura da Cidade do Recife.

Nº	ENDEREÇO	CEDIDOS A TERCEIROS	Nº NO SGPI	TIPO DE IMÓVEL
	R. Treinador Cláudio Coutinho - S/N - Casa Amarela, Recife	SUS/Prefeitura da Cidade do Recife	10006-15-00000-0	Casa
	R. 25 de Dezembro, 531 - Peixinhos, Recife	Governo do Estado de PE	10008-15-00000-8	Casa
	R. Honório Correia - S/N - Cordeiro, Recife	Governo do Estado de PE	10013-15-00000-3	Prédio
	Av. Tapajós, 70 - Estância, Recife	SUS/Governo do Estado de PE	10019-15-00000-7	Prédio
	R. Soares Moreno, 117 - Tamarineira, Recife	Governo Estado de PE	10021-15-00000-5	Prédio
	Estrada do Arraial, 2653 - Tamarineira, Recife	SUS/Governo do Estado de PE - Hospital Anexo ao HAM	10031-15-00000-5	Terreno-Lote- Rem
	R. Ipojuca, 257 e 259 -Areias, Recife	Prefeitura da Cidade do Recife	10036-15-00000-0	Casa
	Av. Guararapes, 233 x R da Palma - Stº Antônio, Recife	SUS/Prefeitura da Cidade do Recife	10058-15-00000-8	Prédio
	Av. Guararapes, 203 - Stº Antônio, Recife	SUS/Prefeitura da Cidade do Recife	10059-15-00000-7	Prédio
	R. da Palma, 57 x R Matias de Albuquerque	SUS/Pref. da Cidade do	10060-15-00000-6	Prédio

Nº	ENDEREÇO	CEDIDOS A TERCEIROS	Nº NO SGPI	TIPO DE IMÓVEL
	- Stº Antônio, Recife	Recife		
	Av. Martins de Barros, 660 - Stº Antônio, Recife	SUS/Governo do Estado de PE	10073-15-10071-2	Sala/Conj./Sobre-Loja
	R. Riachuelo, 251 - Boa Vista, Recife	SUS/Prefeitura da Cidade do Recife	10084-15-00000-2	Prédio
	R. Calumbi, S/N x R. Ipojuca - Areias, Recife	Governo do Estado de PE	10086-15-00000-0	Prédio
	R. Gomes Coutinho, 129 - Tamarineira, Recife	Capela	10120-15-00000-7	Casa
	R. Oiticica Lins, junto ao nº 189 - Areias, Recife	Pref. da Cidade do Recife	10127-15-00000-0	Terreno-Lote-Rem
	Av. Rui Barbosa, 1820/1912 - Graças, Recife	Prefeitura da Cidade do Recife	10139-15-00000-8	Terreno-Gleba
	R. Raul Moraes x R. Honório Correia - Cordeiro, Recife	Governo do Estado de PE	10166-15-00000-1	Terreno-Lote-Isol
	Av. Recife, - Areias, Recife	PAM/Governo do Estado de PE - Hospital	10206-15-00000-2	Terreno-Gleba
	R. Afonso Celso, 114 - Parnamirim, Recife	Hospital/Governo do Estado de PE - Anexo ao HAM	10207-15-00000-1	Un. Func. Saúde
	Av. Gen. San Martin, - Cordeiro, Recife	Hospital/Governo do Estado de PE	10208-15-00000-0	Un. Func. Saúde

JUSTIFICATIVA:

O Chefe do Serviço da Logística do INSS de Pernambuco, por meio do Ofício nº 161/2004, de 20.9.2004, apresentou as seguintes justificativas:

"IMÓVEIS Nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6 - Rua Demócrito de Souza Filho, 300, Bl. B, aptºs 3002; 2902; 2601; 1503 e 3003 - Madalena e Av. Saldanha Marinho, Qd. 02, Bl. 86-B, Aptº 402 - Ibura, Recife/PE.

1 - Os Superintendentes Estaduais e, posteriormente, os Gerentes Executivos decidiram ceder os imóveis com intuito de evitar ações judiciais por invasão, onde os custos e o tempo para a sua desocupação são bastante onerosos, principalmente por estarem localizados em área de invasões;

2 - Os imóveis dos itens "1; 4 e 6" estão incluídos na Lei nº

9.702/98, cujos ocupantes demonstraram interesse na sua aquisição após a publicação do edital nº 01, de 24.08.1999, publicado no DOU nº 171 - Seção 3, pág. 25 de 06.09.1999;

3. Considerando que os imóveis dos itens "2; 3 e 5" estão ocupados exclusivamente para evitar invasões e despesas com pagamento de taxas da Prefeitura da Cidade do Recife; Taxas de Patrimônio da União; Condomínio e Vigilância desarmada;

4. Considerando que até a presente data todos os ocupantes anteriores após a sua alienação desocuparam sem gerar custos para o INSS/PE e ao mesmo tempo valorizaram o imóvel;

5. Considerando, ainda, que estamos impossibilitados de locar os citados imóveis, tendo em vista que a sua finalidade é a alienação, os quais estão no Plano Nacional de desimobilização - PND, de acordo com o Art. 1º da Lei nº 9.702/98;

6 - Estamos no aguardo do edital de alienação de imóveis pela Direção Geral para implementação do procedimento.

IMÓVEL Nº 7 - Av. Dantas Barreto, 300 - Stº Antônio, Recife/PE.

1 - O INSS, proprietário do imóvel em apreço, cedeu conforme Processo nº 35204.003523/94-78, através de Termo de Cessão nº 001/94 à DATAPREV em 02.05.94, cuja síntese do termo foi publicado no DOU nº 92, em 17.05.94, na Seção 3, pág. 8614. Tendo sido homologado a cessão de uso pela Direção Geral, em 05.04.95;

2 - Em 07.08.2002, o Serviço de Logística, atendendo solicitação da DG, realizou pesquisa de mercado para calcular o valor da locação, cuja avaliação foi encaminhada à DG para as providências cabíveis, vez que seria na Direção Geral a elaboração do contrato de locação;

3 - Considerando que a DATAPREV arca com os pagamentos totais de Luz; água; limpeza pública (P.C.R.) e vigilância, apesar do INSS ocupar cerca de 38 % do imóvel."

Com relação as providências adotadas para adequação dos imóveis ao art. 1º da Lei 9.702 e ao item 9.3.1 do Acórdão do Tribunal de Contas da União nº 681/2003, do D.O.U. de 23.06.03, o Chefe do Serviço da Logística do INSS de Pernambuco informou, por meio do Ofício nº 161/2004, de 20.9.2004, o que segue:

"1 - Informamos que todos os imóveis após as suas devidas legalizações e que não estejam sendo utilizados pelo INSS e nem em reserva técnica, ou na Lei nº 9.702/98, estaremos incluindo no PND - Plano Nacional de Desmobilização, como podemos demonstrar:

- a) Quantidade de imóveis alienados: 63 unidades;
- b) Quantidade de imóveis no PND: 11 unidades;
- c) Quantidade de imóveis: 09 unidades".

No que se refere aos imóveis cedidos ao Governo do Estado de Pernambuco e à Prefeitura da Cidade do Recife, o Chefe do

Serviço da Logística do INSS de Pernambuco, por meio do Ofício nº 161/2004, de 20.9.2004, apresentou as seguintes justificativas:

"IMÓVEIS Nºs 1, 3, 4, 5, 6, 7, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19 e 20 - Rua Treinador Cláudio Coutinho - s/n - Casa Amarela; Rua Honório Correia - s/n - Cordeiro; Av. Tapajós, 70 - Estância; Rua Soares Moreno, 117 - Tamarineira; Estrada do Arraial, 2653, Tamarineira; Rua Ipojuca, 257 e 259 - Areias; Rua Riachuelo, 251 - Boa Vista; Rua Calumbi, s/n x R. Ipojuca - Areias; Rua Gomes Coutinho, 129 - Tamarineira; Rua Oiticica Lins, junto ao nº 189 - Areias; Rua Raul Moraes x Rua Honório Correia - Cordeiro; Av. Recife - Areias; Rua Afonso Celso, 114 - Parnamirim; Av. Gen. San Martin - Cordeiro, Recife/PE.

1 - Considerando que os imóveis acima relacionados não estão devidamente legalizados para suas inclusões no art. 1º da Lei 9.702/98;

2 - Estamos em negociação com o Governo do Estado de Pernambuco e a Prefeitura da Cidade do Recife, a legalização dos citados imóveis, sem os altos custos que se fazem necessários, com vista a inclusão no Plano Nacional de Desimobilização, ou através de venda direta pela Lei nº 9.702/98, enquanto a Direção Geral não define a disponibilidade de recursos orçamentários para tais fins ou contratação de empresa especializada, mesmo diante da argumentação expressa;

3 - Estamos, ainda, em negociação com o Governo do Estado de Pernambuco e a Prefeitura da Cidade do Recife para pagamento de alugueres, de acordo com o artigo 11 da Lei 9702/98;

4 - Após a sua legalização, os citados imóveis serão incluídos no PND - Plano nacional de Desmobilização ou através do art. 5º da Lei 9.702/98;

5 - Bem como, estamos no aguardo do edital de alienação pela DG para os exercícios 2004 a 2006, para inclusão de alguns destes imóveis que não foram pretendidos pelos órgãos competentes.

IMÓVEIS Nºs 2, 8, 9, 10, 11 - Rua 25 de Dezembro, 531 - Peixinhos, Olinda; Av. Guararapes, 233 x Rua da Palma - Stº Antonio; Av. Guararapes, 203 - Stº Antonio; Rua da Palma, 57 x Rua Matias de Albuquerque - Stº Antonio, Recife/PE.

1 Considerando que os imóveis acima relacionados estão devidamente legalizados;

2 - O INSS realizou cadastramento dos imóveis oferecendo a sua alienação, de acordo com o art. 5º da Lei 9.702/98;

3 - Os ocupantes não demonstraram interesse na sua aquisição ou desocupação;

4 - Os processos correspondentes aos citados imóveis foram encaminhados à Douta Procuradoria Federal Especializada INSS/PE, para fins de ajuizamento da competente ação.

IMÓVEL Nº 16 - Av. Rui Barbosa, 1820/1912, Graças, Recife/PE (Parque da Jaqueira).

1 - Considerando que o imóvel encontra-se legalizado;

2 - O INSS realizou cadastramento do imóvel oferecendo a sua alienação, de acordo com o art. 5º da Lei 9.702/98;

3 - Através da Lei 10.175, de 10.01.2001, foi autorizada ao INSS doar o imóvel em apreço à Prefeitura da Cidade do Recife;

4 - O processo nº 35204.009787/2000-82 encontra-se na Direção Geral DF, desde março/2004;

5 - Estamos no aguardo, a solução do caso pela DG em Brasília."

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo do INSS em Recife/PE no exercício de 2004.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Com relação à alínea "a", apesar das justificativas apresentadas pelo Chefe das Logísticas, entendemos que a cessão gratuita dos imóveis do INSS, com o intuito de evitar ações judiciais por invasão dos mesmos, não encontra amparo na legislação.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos:

a) à GEX/RECIFE/PE ultimar as providências para alienação dos imóveis, dando cumprimento ao art. 1º da Lei nº 9.702/98 e ao Acórdão nº 681 do Acórdão do Tribunal de Contas da União nº 681/2003, do D.O.U. de 23/06/03; e

b) com base na avaliação do imóvel ou pesquisa de mercado, formalize contrato de locação com a cobrança de aluguel nos termos do art. 11 da Lei nº 9.702, de 17/11/98, enquanto providencia a sua alienação.

No que se refere à utilização do imóvel pela DATAPREV, recomendamos que a GEX Recife/PE reavalie a cessão gratuita do imóvel, por estar em desacordo com as situações previstas no art. 18 da Lei nº 9.636, de 15/05/98 e promova a regularização da posse do imóvel, celebrando contrato de locação em valores de mercado, nos termos do art. 11 da Lei nº 9.702, de 17/11/98.

Com relação aos móveis cedidos ao Governo do Estado de Pernambuco e à Prefeitura da Cidade do Recife, recomendamos o que segue:

a) Imóveis nºs 1, 3, 4, 5, 6, 7, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19 e 20 - Ultime as providências para a cobrança de aluguel, regularização do imóvel e processo de alienação, nos termos dos arts. 1º e 11º da Lei nº 9.702, de 17/11/98;

b) Imóveis nºs 2, 8, 9, 10 e 11 - Solicite da Procuradoria Federal Especializada do INSS/PE, informações a respeito da abertura e o andamento dos referidos processos; e

c) Imóvel nº 16 - a Lei nº 10.175, de 10/01/01, autoriza o INSS a doar ao município do Recife o referido imóvel.

8.2.1.4 CONSTATAÇÃO:

Ocupação irregular de imóveis pertencentes ao INSS.

Com relação à utilização de bens imobiliários por terceiros, verificamos as seguintes falhas:

a) considerando que, segundo informação fornecida pelo Serviço de Logística da GEX/Recife, os seguintes imóveis encontram-se invadidos, solicitamos que a entidade informasse as providências adotadas para solucionar esta questão:

nº	ENDEREÇO	INVADIDO	Nº NO SGPI **
	R. 25 de Dezembro, 531 - Peixinhos, Recife	Ocupação irregular	10008-15-00000-8
	Av. S. Paulo e outras - QD C - 18 lotes -Jardim S. Paulo, Recife	Parte Invadido - Campo de Futebol	10017-15-00000-9
	R. Luiz Clericuzzi, 212 - Cajueiro, Recife	Invadido - Judite da Silva Brandão	10034-15-00000-2
	Av. Capitão Gregório de Caldas, S/N - Estância, Recife	Invadido - Hilda Santos de França e outros	10157-15-00000-0
	Rua José de Alencar, 555, Boa Vista, Recife	Ocupação Irregular	-
	R. Raul Moraes x R. Honório Correia - Cordeiro, Recife		10166-15-00000-1
	Av. Dr. José Rufino, 2402 - Aptº 104 - Barro, Recife	Invadido - Alzemar F. F. de Souza	10201-15-00000-7
	Av. Dr. José Rufino, 2402 - Aptº 201 - Barro, Recife	Invadido - Silene Lins Santos	10202-15-00000-6
	Av. Dr. José Rufino, 2402 - Aptº 202 - Barro, Recife	Invadido - Alba Pontes Santos	10203-15-00000-5
	Av. Dr. José Rufino, 2402 - Aptº 203 - Barro, Recife	Invadido - Vânia M. P. da Silva	10204-15-00000-4
	Av. Dr. José Rufino, 2402 - Aptº 204 - Barro, Recife	Invadido - Luiz A. da Silveira	10205-15-00000-3

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Chefe do Serviço da Logística do INSS de Pernambuco, por meio do Ofício nº 161/2004, de 20/09/04, apresentou as seguintes justificativas:

"IMÓVEL Nº 1 - R. 25 de Dezembro, 531 - Peixinhos, Olinda/PE.

Informamos que encontra-se o processo na Douta Procuradoria Federal Especializada do INSS/PE para o ajuizamento da competente ação, tendo em vista que o ocupante (Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco) não demonstrou interesse na sua aquisição através da Lei 9.702/98, bem como não se manifesta quanto a desocupação do mesmo.

IMÓVEIS Nºs 2, 3, 5 e 6 - Av. S. Paulo e outros - QD C - 18 Lotes - Jardim S. Paulo; Rua Luiz Clericuzzi. 212 - Cajueiro; Rua José de Alencar, 555, Boa Vista e Rua Raul Moraes x R. Honório Correia - Cordeiro, Recife/PE.

1 - Considerando que estamos em fase de levantamentos de custos para abertura de processo licitatório, de acordo com a legislação em vigor para fins de contratação de empresa especializada em levantamentos cadastrais do imóvel em tela com a finalidade de ajuizamento da competente ação, conforme orientação e parecer da Douta Procuradoria e posteriormente inclusão no PND - Plano Nacional de Desmobilização;

2 - Considerando que o imóvel na Av. São Paulo encontra-se invadido há mais de 10 anos, sendo necessário levantamento topográfico para identificar qual a área invadida em cada lote;

IMÓVEL Nº 4 - Av. Capitão Gregório de Caldas. S/n - Estância, Recife.

Informamos que encontra-se o processo na Douta Procuradoria Federal Especializada do INSS/PE ajuizando Ação de Reintegração de Posse nº 787-72/88, na 4ª Vara da Justiça Federal em Pernambuco.

IMÓVEIS Nºs 7, 8, 9, 10 e 11 - Av. José Rufino, 2402 - aptºs 104; 201; 202; 203 e 204 - Barro, Recife/PE.

1 - O INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, adquiriu através de Carta de Adjudicação nº 0001/95, na 7ª Vara da Justiça Federal em Pernambuco, extraída dos autos da execução fiscal nº 00.0001364-1, da empresa Domingos de Castro e Cia Ltda em 27.04.1995, cujo registro da referida carta no 4º RGI ocorreu em 13.05.1997.

2 - O INSS recebeu os imóveis ocupados irregularmente por invasão, conforme cadastro de ocupação de imóvel para pessoa física, datado em 06.11.1998, com a finalidade de atender o Art.

2º da Lei 8.666/93, cujos invasores demonstraram interesse na sua aquisição após a publicação do edital nº 01, de 24.08.1999, publicado no DOU nº 171 - Seção 3, pág. 25 de 06.09.1999."

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo do INSS em Recife/PE no exercício de 2004.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Conforme justificativas apresentadas, verifica-se que o assunto permanece PENDENTE de regularização.

RECOMENDAÇÃO:

Diante das justificativas apresentadas, recomendamos o que segue:

a) Imóveis nºs 1 e 4 - solicite da Procuradoria Federal Especializada do INSS/PE, informações a respeito da abertura e o andamento dos referidos processos;

b) Imóveis nºs 2, 3, 5 e 6 - ultime as providências para definição da área invadida e encaminhamento do processo à da Procuradoria Federal Especializada do INSS/PE;

c) Imóveis nºs 7, 8, 9, 10 e 11 - considerando que a Entidade não informou a situação atual com relação a alienação e/ou realização de contrato de locação dos imóveis, recomendamos a pronta formalização da locação com a cobrança de aluguel ou o encaminhamento dos processo para a Procuradoria Federal Especializada do INSS/PE para abertura dos processo de desocupação os imóveis.

8.2.1.5 - INFORMAÇÃO

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS DE BELÉM (Relatório nº 153397)

Com o objetivo de verificar a situação patrimonial da Unidade fizemos, por meio das Solicitações de Auditoria nºs 10/2004 e 14/2004 , os seguintes questionamentos:

- Informar as providências adotadas no sentido de regularização do Patrimônio Imobiliário no caso de inconsistência entre o registro oficial e financeiro.
- Informar quais as providências adotadas pelo órgão, na esfera administrativa e/ou judicial, no caso de ocupação indevida ou ilegal de imóveis.
- Caso exista, disponibilizar a Proposta de Implementação de Gestão Patrimonial.

- Justificar a causa da divergência de saldo existente entre os dados do registro oficial (SIAFI-situação Ago/2004) em relação ao dos Relatórios.
- Com relação aos imóveis atualmente ocupados pelo SUS, apresentar os Termos Cessão de Imóveis:

- f) Prédio da Av. Presidente Vargas, 513- Ala A - Centro
- g) Prédio da Av. Presidente Vargas, 513- Ala C - Centro
- h) Av. Tavares Bastos, 631 - Marambaia
- i) Rua Senador Manoel Barata, 1798 - Centro
- j) Av. Almirante Barroso, 914 - Marco
- k) Trav. Bolonha S/N - Veríssimo.

Em resposta o Serviço de Logística/INSS, em 04/10/2004, informou:

"Em resposta a Solicitação de Auditoria nº 10/2004, referentes aos itens 08,09,10 e 11, e conforme os mapas dos imóveis de propriedade do INSS, no Estado do Pará, entregue a ilustre Auditoria temos o seguinte a informar:

01 - Prédio localizado na Av. Nilo Peçanha S/N, no município de Monte Alegre - encaminhamos a pedido do Tabelião do Cartório de Registros de imóveis daquela Comarca, título de aforamento, escritura de doação todos originais para devida abertura de matrícula do imóvel.

02 - Prédio situado na Agrópole do Amapá Setor 01, cidade nova, no município de Marabá, tramita o processo de doação do terreno junto ao INCRA/Marabá.

03 - Terreno sito à Trav. 10 de novembro S/N, em Afuá/PA, trata-se de um terreno doado através de escritura pública, pela Prefeitura, cuja a venda foi impedida em virtude de conter cláusula de reversão, na referida doação.

04 - Os imóveis situados no Setor Administrativo do Jari, Rua 80, casas 04,16 e 18, todos em Monte Dourado, foram doados através de Protocolo de Intenção pela JARI, solicitamos da Empresa Título de doação dos referidos imóveis.

05 - Terreno localizado na Praça da República S/N, fora doado pela Prefeitura Municipal de Curionópolis, através de título de aforamento, tendo sido relacionado no Plano Nacional de Desmobilização, impedida a venda por constar na doação cláusula de reversão.

06 - Terreno localizado na Rodovia PA-31 S/N, em São Domingos do Capim, doado pela Prefeitura, não sendo possível proceder a abertura de matrícula no competente cartório de Registros de Imóveis, em virtude da Comuna não ter registrado sua área de abrangência no devido cartório.

07 - Prédio edificado pelo ex-IAPAS em terreno de terceiros, não existe documentação que comprove a regularização.

08 - Prédio edificado, cujo terreno foi doado através de Lei Municipal pela Prefeitura Municipal de Óbidos, porém, consta no Cartório de Registro de Imóvel, pertencer o terreno a Rádio Atalaia LTDA.

09 - Imóveis de propriedade do INSS, com a devida regularização dominial, situados na Av. Presidente Vargas, 513 Ala A e C, Av. Tavares Bastos, 631, Rua Senador Manoel Barata, 1798, Av. Almirante Barroso, 914, todos em Belém e outros situados na Trav. Bolonha S/N, em Capanema/PA, Av. Marechal Rodon S/N (terreno), Itaituba/PA e Av. Frei Vicente S/N, lote 01, em Santarem/PA. Todos ocupados pelo SUS, estamos formalizando processo de venda conforme determinação da Lei 9.702/98.

A divergência de saldo existente entre o SIAFI e o Relatório Contábil, seria oportuno a Equipe de Auditoria, solicitar a resposta de Brasília, uma vez que o Relatório Contábil é atualizado pela DG, através de índices e já solicitamos que fosse feita a atualização do SGPI, que desde 1999, não foi atualizado."

Em atenção a SA/CGU nº14/2004, de 27.9.2004, o Serviço de Logística/INSS em 4.10.2004, justificou o seguinte:

"Em resposta ao contido na Solicitação de Auditoria nº14/2004, datada de 27 de setembro de 2004, referente a Área de Gestão Patrimonial, temos a informar o seguinte:

e) Com a criação do INSS, através da fusão do ex-INPS e ex-IAPAS, o ex-INAMPS passou a pertencer ao Ministério da Saúde, e suas atividades continuaram a ser desenvolvidas nos prédios que ocupavam, alguns deles pertencentes ao INSS.

f) Com a criação do SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, as atividades do ex-INAMPS passaram a ser desenvolvidas pelo Governo Estadual através da SESPA - SECRETARIA EXECUTIVA DE SAÚDE PÚBLICA e posteriormente pela Prefeitura Municipal através da SESMA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, e continuaram a ocupar os mesmos prédios.

g) Com o advento da Lei nº9.702 de 17 de novembro de 1998, o INSS passou a poder alienar aos interessados, os imóveis ocupados pelos Estados e Municípios.

h) A partir do advento da Lei mencionada anteriormente, foram tomadas todas as providências visando a alienação dos imóveis de propriedade do INSS, localizados no Estado do Pará, ocupados por Estado e Município, tendo em vista, que no Artigo 10 da referida Lei, proíbe expressamente a cessão de imóveis, ficando proibida a outorga a qualquer título, de concessão de direito de uso de imóveis de propriedade do INSS.

i) A partir do ano de 1999 vem sendo tomadas providências visando a alienação dos citados imóveis, tais como:

emissão de correspondências aos interessados, solicitação de avaliação dos imóveis junto à Caixa Econômica Federal, etc., cópias anexas, no entanto, até a presente data não foi obtido o êxito esperado.

j) Neste ano de 2004, iniciamos novamente os procedimentos para alienação dos imóveis de propriedade do INSS no Estado do Pará, ocupados por Estado e Município, cópias anexas, esperando desta vez obter o êxito desejado, e que possamos regularizar a situação dos mesmos.

8.2.2 - ASSUNTO - CONSERVAÇÃO DE IMOBILIÁRIOS

8.2.2.1 - CONSTATAÇÃO

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS DE BELÉM/PA (Relatório nº 153397)

Existência de bens armazenados em prédio abandonado.

Por meio de testes de existência física constatamos que diversos bens estão armazenados em mau estado de conservação, no imóvel desativado e fora de uso, localizado nas dependências da APS - Marco, que serve de depósito de material inservível para a Administração, sem que sejam adotadas as devidas providências para alienação dos mesmos.

Por meio da SA/CGU nº 15/2004, de 28.9.2004, solicitamos ao Gerente que justificasse a ocorrência.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta, o setor responsável informou o seguinte:

Com relação à solicitação de Auditoria nº15/2004, item 04, esclarecemos o que segue:

Em 20/02/2004, foi protocolado, sob o nº 5166.000152/2004-56, o Memorando nº02/2004 da Chefa Substituta do Serviço de Controladoria, contendo, em anexo, Minuta do Projeto para a criação da Agência da Previdência Social, para atendimento de pessoas idosas, tendo como local para a instalação dessa Agência o próprio situado à Passagem Lindolfo Collor,s/nº (antigo CRP);

Quando da elaboração do Projeto Básico para a contratação de empresa especializada em serviços de limpeza, asseio e conservação, foi autorizada pela Gerência-Executiva a inclusão do "Imóvel Belém Marco", devido, segundo contatos com a Direção Colegiada do INSS em Brasília, a possibilidade de ser implantada no Estado do Pará a Agência Modelo para atendimento preferencial do idoso em cumprimento ao Estatuto do Idoso amparado pelo Poder Público, a partir da promulgação da Lei nº10.741, datada de 01.10.2003.

Diante do acima exposto, justificamos a alocação dos 03 funcionários da firma terceirizada para Imóvel Belém Marco, dado a necessidade desses trabalhadores, periodicamente, realizarem serviços de limpeza e conservação daquele imóvel, o qual, provisoriamente, está servindo de oficina de recuperação de vários bens móveis danificados e, também, de depósito de material inservível para a Administração até que se conclua o processo de alienação dos mesmos. Por fim, esclarecemos, ainda: enquanto se aguarda a instalação da Agência da Previdência Social para atendimento preferencial do idoso, os 03 empregados da contratada executam suas atividades no Ed. Costa e Silva."

"(item 06)-Memorando Nº013/Setor Almoxarifado/INSS, em 28/09/2004.

Conforme solicitação dessa Auditoria temos a informar:

"Os bens móveis e equipamentos que encontram-se no prédio do SRP/Marco fora de uso, vão fazer parte da Alienação de Bens Móveis prevista para o exercício de 2005."

"(Itens 05 e 07)- Serviço de Controladoria/INSS, em 29/09/2004 e Unidade Técnica de Reabilitação Profissional-Belém - UTRP/INSS, em 30/09/2004.

"Em atendimento ao solicitado, temos a informar:

O prédio onde funciona a Unidade de Reabilitação Profissional foi desativado em outubro/2001, atendendo a orientação da Gerência Executiva, considerando-se que estava em precárias condições, bem como, o número de servidores lotados estava bastante reduzido, o que não mais justificava a ocupação daquele imóvel pela Unidade.

b)A Unidade referida acima foi transferida e atualmente funciona no 1º andar do Edifício Costa e Silva, desenvolvendo as seguintes atividades, com os segurados encaminhados pela perícia médica: avaliação e definição de capacidade laborativa residual; orientação e acompanhamento da programação profissional; articulação com a comunidade, com vistas ao reingresso no mercado de trabalho e acompanhamento e pesquisa de fixação no mercado de trabalho."

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo do INSS em Belém/PA no exercício de 2004.

AVALIAÇÃO DA SFC:

A justificativa ratifica a constatação de ineficiência no gerenciamento do patrimônio da Unidade.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos à Gerência Executiva do INSS em Belém que agilize os procedimentos para alienação dos bens inservíveis e implementação do Projeto da APS destinada a idosos no imóvel Belém--Marco.

8.3 - SUBÁREA - MEIOS DE TRANSPORTES

8.3.1 - ASSUNTO: UTILIZAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTES

8.3.1.1 INFORMAÇÃO:

Serão relatados nos itens a seguir os resultados dos trabalhos, pertinentes à Área de Gestão Patrimonial, Subárea Meios de Transporte, relativos às auditorias de acompanhamento de gestão realizadas pelas respectivas unidades da CGU estaduais, nas seguintes Gerências Executivas do INSS: Belém/PA (Relatório CGU nº 153397), Recife/PE (Relatório CGU nº 153399), Macapá/AP (Relatório CGU nº 153391), Porto Alegre/RS (Relatório CGU nº 153692), João Pessoa/PB (Relatório CGU nº 153398), Rio Branco/AC (Relatório CGU nº 153389), Manaus/AM (Relatório CGU nº 153390), Vitória/ES (Relatório CGU nº 153392), Natal/RN (Relatório CGU nº 153404), São Paulo/SP (Relatório CGU nº 153406), Campo Grande/MS (Relatório CGU nº 153394), Palmas/TO (Relatório CGU nº 153402) e Teresina/PI (Relatório CGU nº 153400).

Nesses trabalhos foram identificadas, por amostragem, irregularidades/impropriedades na Subárea Meios de Transporte na seguinte Gerência Executiva: Belém/PA (Relatório CGU nº 153397).

O mencionado relatório foi encaminhado ao Diretor Presidente do INSS para conhecimento e providência, por meio do Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.02.2005.

8.3.1.1 - CONSTATAÇÃO

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS DE BELÉM/PA (Relatório nº 153397)

Deficiência no controle de utilização de veículos

A Gerência Executiva/Belém não disponibilizou o solicitado referente aos veículos de sua frota, tendo apresentado somente os seguintes documentos:

Mapa Anual de Controle de Veículos:

Foram disponibilizados pelo Serviço de Logística-Belém/Transporte somente os Relatório de Abastecimento/2003 e o demonstrativo da Média de Consumo da Frota dos meses de Janeiro a Agosto/2004, o que não corresponde ao MAPA ANUAL DE VEÍCULOS OFICIAIS.

Relação da Frota de Veículos e situação:

Foi disponibilizada apenas "Ficha de Identificação de Veículo", onde verificamos, com base no preenchimento das referidas fichas que:

08(oito) veículos encontram-se "SEM USO" em estado geral "RECUPERÁVEL" com condição de locomoção;

02(dois) veículos encontram-se "SEM USO" em estado geral "RECUPERÁVEL" sem condição de locomoção;

03(três) veículos encontram-se "SEM USO" em estado geral "ANTIECONÔMICO" sem condição de locomoção;

11(onze) veículos encontram-se "SEM USO" em estado geral "IRRECUPERÁVEL" sem condição de locomoção;

Não foram apresentados mapas de controle de entrada e saída de veículos e nem as requisições de transporte.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo do INSS em Belém/PA no exercício de 2004.

AVALIAÇÃO DA SFC:

A GEXBEL do INSS demonstrou não estar atendendo ao disposto na legislação que regulamenta o controle de utilização de veículos e a alienação daqueles considerados irrecuperáveis.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos à Entidade que obedeça ao prescrito na IN/MARE 09/94, "in verbis";

5.2. Os órgãos/entidades deverão manter atualizados os dados apurados no Mapa de Controle Anual de Veículo Oficial (Anexo III).

6. DA CESSÃO E ALIENAÇÃO

6.1. A cessão e/ou alienação, atendidas as exigências legais e regulamentares, será realizada mediante o preenchimento do Termo de Cessão/Doação (Anexo V) e/ou Quadro Demonstrativo de Veículos Alienados (Anexo VI), que deverão ser enviados ao DSG/MARE, por intermédio dos órgãos setoriais, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da cessão e/ou alienação.

6.2. O veículo classificado como irrecuperável deverá ser alienado, devendo o órgão/entidade, após a realização do evento, comunicar ao DSG/MARE para a respectiva baixa.

6.3. Os órgãos/entidades deverão proceder à baixa dos veículos, vendidos como sucata, nos termos da Lei nº 8.722, de 27 de outubro de 1993 regulamentada pelo Decreto 1.305 de 9 de novembro de 1994.

9. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**9.1 SUBÁREA - MOVIMENTAÇÃO****9.1.1 ASSUNTO - QUANTITATIVO DE PESSOAL****9.1.1.1 CONSTATAÇÃO:**

Localização de servidores admitidos em desacordo com a proposta inicial.

Com a finalidade de obter o quantitativo e a distribuição dos servidores do INSS, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 160221-01, à Diretoria de Recursos Humanos para que informasse o seguinte:

a) quantitativo de servidores ativos e temporários, por categoria funcional, bem como as suas localizações por área (Áreas Meio e Áreas Fim).

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Mediante o Ofício 324/INSS/DIRRH/CGARH, de 15.4.2005, o INSS encaminhou a informação do quantitativo de servidores ativos e temporários, por categoria funcional e suas localizações por área, bem como os ocupantes de cargos/funções no Instituto, conforme a seguir demonstrado:

**Quantitativo de Pessoal por Situação em Dezembro/2004
Brasil**

Situação	Quantitativo
Ativos Permanente	40.020
Cedidos	782
Celetista	9
Excedente de Lotação	2
A - Total de Servidores Ativos	40.813
Aposentados	41.023
CLT - Aps. Dec. Judicial	18
B - Total Servidores Aposentado	41.041
Requisitados	6
Requisitados de Outros Órgãos	2
C - Total de servidores Requisitados	8
Instituidor de Pensão	11.229
CLT-Inst. OS Decisão Judicial	1
D - Total de Instituidores	11.230
Exerc. Descen. De Carreira	1.637
Exercício Provisório	39
Nomeado Cargo Comissão	47
Sem Vínculo	2
Tabelista (Esp./Emerg.)	1

E - Total de Outras Situações	1.726
Total Geral (A+B+C+D+E)	94.818
Total da Servidores Ativos (A+b+D)	42.541

DISTRIBUIÇÃO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES ATIVOS POR LOCALIZAÇÃO

BRASIL										
Gab.	Atend.	Aud.	Proc.	Adm.	RH	Cont.	Arrec.	Benef.	Outras	Total
1.075	21.811	659	2.099	3.044	2.605	269	5.052	4.037	282	40.813

Obs.: Não estão adicionados no total os quantitativos referentes aos Exerc. Descent. de Carreira (1.637) e os Requisitados de outros órgãos (2).

DISTRIBUIÇÃO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES ATIVOS POR ÁREAS MEIO E FIM
BRASIL

Áreas		Total
Meio	Fim	
11.59	29.22	40.813

AVALIAÇÃO DA SFC:

De acordo com o quantitativo de pessoal por situação - posição dezembro/2004, o INSS tinha, considerando os critérios utilizados pela área de Recursos Humanos, segundo Prestação de Contas de 2004, disponível para o desempenho de suas atividades o contingente de 42.541 servidores, conforme demonstrado anteriormente.

Observa-se que os Recursos Humanos pertencentes ao Quadro de Pessoal do INSS, envolvidos nas atividades fim correspondem a um contingente de 71,6%, (29.220 servidores). Esse contingente estava distribuído da seguinte forma: 15,8% (4.588 servidores) na área de Arrecadação, 13,6% (3.945) na área de Benefícios e 70,6% nas Agências da Previdência Social.

No Relatório de Auditoria nº 139816/2004, subitem 9.1.1.1, constou os resultados de estudos promovidos pelo Instituto, no qual foi informado que o quantitativo de servidores ideal para funcionamento de suas Unidades estaria entre a faixa mínima de 37.238 e máxima de 45.987 servidores, e que os estudos haviam sido encaminhados às Gerências-Executivas do Instituto para fins de avaliação das propostas de necessidade de Força de Trabalho, com vistas a subsidiar a distribuição de novos servidores e a remoção de ofício.

Conforme as necessidades identificadas pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria INSS/DIRADM nº 22, de 02/02/2001, que definiu parâmetros para adequação da força de trabalho, o contingente existente, atualmente, está contido na faixa prevista como ideal para funcionamento das atividades do Instituto. Dessa forma, emitimos a Solicitação de Auditoria nº

160221-25, de 28.4.2005, para obtermos os resultados da avaliação realizada pelas Gerências-Executivas do INSS e a aplicação das propostas de adequação de contingente formuladas pelo citado Grupo de Trabalho, por parte da Diretoria de Recursos Humanos.

Importante registrar que o INSS realizou concurso público para as carreiras de Analista Previdenciário e Técnico Previdenciário, objetivando suprir as necessidades de recursos humanos em todo o território nacional, sendo admitidos no exercício de 2004, 762 Analistas Previdenciários e 1.137 Técnicos Previdenciários, e segundo justificativas apresentadas à época para realização do concurso, esse contingente seria destinado a suprir a demanda das Agências da Previdência Social, como forma de aumentar o efetivo na linha de atendimento ao público.

No entanto, do contingente admitido no Distrito Federal em número de 170 servidores, sendo 100 Analistas Previdenciários e 70 Técnicos Previdenciários, somente 15,88%, isto é 27 servidores, foram destinados às Agências da Previdência Social no Distrito Federal para atendimento ao Público. Os demais 143 servidores estão localizados nas áreas Meio da Diretoria Colegiada e Gerência-Executiva no Distrito Federal.

Por intermédio da Solicitação de Auditoria nº 160221-41, indagamos quanto à distribuição do contingente admitido por não estar atendendo às necessidades para o qual foi criado, conforme questionamento a seguir formulado:

"Esclarecer a respeito da admissão dos 170 servidores, sendo: 100 Analistas Previdenciários e 70 Técnicos Previdenciários no Distrito Federal, e deste quantitativo de servidores, apenas 27 deles estarem localizados nas atividades de atendimento ao público e os demais 143, distribuídos nas atividades Meio da Instituição no DF, o que estaria em desacordo com a mensagem editada à época da criação da carreira, que tinha por objetivo melhorar a qualidade no atendimento ao público."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

A Diretora de Recursos Humanos do INSS não apresentou as justificativas das Solicitações de Auditorias nºs 160221-25, de 28.4.2005 e 160221-41, de 19.5.2005, até o término dos trabalhos.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS):

CPF	NOME	CARGO
085.453.241-20	Lucia Helena de Carvalho	Diretora de Recursos Humanos/INSS

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos à Diretoria de Recursos Humanos do INSS que adote medidas visando rever a localização dos servidores admitidos nas carreiras de Analista e Técnico Previdenciário de modo a

assegurar a melhoria da qualidade de atendimento nas Agências da Previdência Social - APS, objetivo primordial exposto para criação da citada carreira, bem como reavaliar a distribuição dos servidores, das demais carreiras existentes, conforme necessidades identificadas pelo Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria INSS/DIRADM nº 22, de 02/02/2001.

9.1.2 ASSUNTO - DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

9.1.2.1 INFORMAÇÃO:

A Gerência de Recursos Humanos da Diretoria Colegiada do INSS vem mantendo em seus arquivos as declarações de bens e rendas conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10.11.1993.

9.1.3 ASSUNTO - MOVIMENTAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS/ENTIDADES

9.1.3.1 INFORMAÇÃO:

Conforme informações prestadas por parte da Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos, por intermédio do Ofício nº 324/INSS/DIRRH/CGARH, de 15.4.2005, foi encaminhado às Gerências-Executivas o Memorando-Circular INSS/DIRRH/CGARH nº 15, de 8.4.2005, para que as Unidades de Recursos Humanos fornecessem as relações dos Órgãos cessionários/cedentes e de inadimplência de reembolso/ressarcimento do ônus com cessões/requisições dos servidores e os valores devidos.

Informou, ainda, que no exercício de 2004 o INSS tinha 782 servidores cedidos, sendo 27 sem ônus e os demais 755 com ônus para o Instituto. Com relação aos requisitados, apresentou 8 servidores, nesta condição.

A seguir demonstramos o quantitativo por categoria funcional dos servidores do INSS cedidos:

Categoria Funcional	Quantidade de servidores Cedidos
Administrador	13
Agente Administrativo	321
Agente de Colocação	1
Agente de Portaria	26
Agente de Programas Assistenciais	1
Agente de Serviços Complementares	1
Agente de Vigilância	8
Analista de Informações	1
Analista Previdenciário	8
Arquivista	1
Assistente Administrativo	1
Assistente de Administração	1
Assistente Social	9

Auditor-Fiscal de Previdência Social	225
Auxiliar Op. de Serviços Diversos	9
Bibliotecário	1
Contador	7
Datilógrafo	63
Economista	1
Engenheiro	3
Estatístico	1
Fisioterapeuta	1
Médico	6
Médico Perito	32
Motorista Oficial	15
Operador de Computação	1
Programador	2
Recreador	1
Supervisor Médico Pericial	3
Técnico de Arquivo	1
Técnico de Contabilidade	5
Técnico de Educação	1
Técnico de Assuntos Educacionais	2
Técnico em Comunicação Social	3
Técnico Nível Médio	1
Técnico Nível Superior	2
Técnico de Pessoal	1
Técnico Previdenciário	1
Técnico de Recursos Humanos	1
Telefonista	1
TOTAL	782

AVALIAÇÃO DA SFC

Conforme demonstrado, o INSS mantém um quantitativo consideravelmente alto em relação à necessidade e carência de Recursos Humanos. Desse modo, deve ser revista a emissão dos atos autorizativos de cessão de forma a manter o contingente de pessoal de acordo com o patamar considerado ideal para funcionamento da estrutura organizacional do Instituto.

No que diz respeito ao contido no Parágrafo Único, do art. 2º do Decreto nº 4.050/2001, que trata da prorrogação da cessão de servidores, a Diretoria de Recursos Humanos informou que vem acompanhando e atualizando as referidas cessões de acordo com a solicitação e justificativas dos órgãos cessionários. No entanto, o citado dispositivo estabelece que não só deve ser avaliado o interesse do Cessionário, mas também o do Órgão cedente, como forma de manter, como já mencionado, o contingente ideal de sua estrutura funcional.

Quanto à existência de Órgãos inadimplentes com o reembolso das remunerações dos servidores cedidos, conforme dispõe o artigo 4º do Decreto nº 4.050/2001, a Diretoria de Recursos

Humanos não informou a situação atual, esclarecendo, somente, que encaminhou às áreas de Recursos Humanos das Gerências-Executivas, para que apresentassem relação dos Cessionários inadimplentes.

9.1.3.2 INFORMAÇÃO:

No subitem 9.1.3.1 do Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 139816/2004, constou que o INSS vinha ressarcindo ao Banco do Brasil S/A a parcela referente à Gratificação Especial de Cessão - GEC dos servidores cedidos ao Instituto, momento em que foi questionada a legitimidade da cobrança por parte do citado banco, que na época, estava em desacordo com o disposto no § 2º do art. 11 do Decreto nº 4.050/2001, com redação dada pelo Decreto nº 4.587, de 7.2.2003.

Com a edição do Decreto nº 5.213, 24.9.2004, e o entendimento proferido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio do Ofício Circular nº 2, de 10.3.2005, a Gratificação Especial de Cessão - GEC foi considerada como parcela reembolsável pelo Órgão cessionário, conforme abaixo transcrito:

Decreto nº 5.213/2004:

Art. 1º O art. 11 do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 11. As cessões ou requisições que impliquem reembolso pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, à exceção da Presidência e da Vice-Presidência da República, somente ocorrerão para o exercício de:

(...)

§ 2º O reembolso de que trata o inciso III do art. 1º contemplará, tão-somente, as parcelas de natureza permanente, inclusive vantagens pessoais, decorrentes do cargo efetivo ou emprego permanente, nos órgãos ou entidades cedentes e, ainda, as parcelas devidas em virtude de cessão, neste último caso quando instituídas em contrato de trabalho ou regulamento de empresa pública ou sociedade de economia mista até 31 de dezembro de 2003." (NR)

(...)

Art. 3º Ficam convalidados os atos praticados nas cessões já realizadas, em caso de defeito decorrente de mera irregularidade formal afastada por este Decreto, ou que por ele estejam autorizados, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. A convalidação abrange os reembolsos realizados em consonância com o disposto no § 2º do art. 11 do

Decreto nº 4.050, de 2001, com a redação dada pelo art. 1º deste Decreto.

Ofício Circular nº 2/2005 - MP

Tendo em vista a nova redação do § 2º do art. 11 do Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, trazida pelo Decreto nº 5.213, de 24 de setembro de 2004, a Gratificação Especial de Cessão - GEC, bem assim as demais vantagens pecuniárias devidas em virtude de cessão, constitui parcela a ser reembolsada pelo Órgão ou Entidade cessionário.

Conforme os fatos descritos o assunto sobre ressarcimento das parcelas de Gratificação Especial de Cessão - GEC, encontra-se regularizado.

Cabe ressaltar que a manutenção do ressarcimento da parcela de Gratificação Especial de Cessão - GEC criou para o Serviço Público Federal uma Gratificação não instituída por Lei, uma vez que a parcela em comento só é devida quando o empregado está cedido, não fazendo parte integrante da estrutura funcional de salários e funções da Instituição.

9.1.4 ASSUNTO - PROVIMENTOS

9.1.4.1. - INFORMAÇÃO:

Com a finalidade de verificar se as Unidades de Recursos Humanos do INSS nas Gerências-Executivas, vêm cumprindo o que determina a Instrução Normativa TCU nº 44, de 2.10.02 e Acórdão nº 329/2004 - TCU - Plenário, no que se refere ao cadastramento de atos de admissão de pessoal e de aposentadoria, foi realizada auditoria de acompanhamento de gestão em algumas Gerências Executivas do INSS, com vistas a constatar o cumprimento dos dispositivos citados, cujos resultados foram os seguintes:

1 - Gerência-Executiva em Porto Alegre/RS - Relatório de Auditoria nº 153692/2004:

Em relação ao registro de atos e concessões no SISAC, a Gerência informou que está providenciando os registros dos atos a partir de 2002. Os atos de admissão já se encontram registrados, aguardando liberação de numeração fornecida pela CGARH, por se tratar de ato do Diretor-Presidente do INSS, para remessa ao TCU.

2 - Gerência-Executiva em João Pessoa/PB - Relatório de Auditoria nº 153398/2004:

Dos 25 processos de pensão analisados, 8 não haviam sido lançados no SISAC e não foram disponibilizados para análise. A equipe recomendou observar os prazos de envio de informações ao TCU e realizar os respectivos lançamentos.

3 - Gerência Executiva em Manaus/AM - Relatório de Auditoria nº 153390/2004:

Foi verificado que os atos de admissões e concessões não vêm sendo tempestivamente registrados no SISAC. A Gerência apresentou como justificativas a existência de equipamentos de informática obsoletos, desativação do SISAC, falta de treinamento para operacionalizar o sistema, entre outras. Foi recomendada a atualização tempestiva do sistema e dos respectivos registros.

4 - Gerência Executiva em Rio Branco/AC - Relatório de Auditoria nº 153389/2004:

Foi constatado atraso no registro dos atos de aposentadoria e pensão no SISAC. A Gerência justificou que os atrasos são devidos ao reduzido quadro de pessoal. Foi recomendado pela equipe o atendimento das determinações contidas no Acórdão nº 392/2004 - TCU - Plenário.

5 - Gerência Executiva em Recife/PE - Relatório de Auditoria nº 153399/2004:

Não realização de cadastramento dos atos de admissão e concessão de aposentadorias no SISAC. A Unidade informou que está adotando providências. Porém, a equipe de auditoria recomendou o imediato cadastramento dos atos em obediência às determinações do TCU.

6 - Gerência Executiva em Vitória/ES - Relatório de Auditoria nº 153392/2004:

Ausência de registro dos atos de aposentadoria no SISAC, em desacordo com o Acórdão nº 392/2004 - TCU - Plenário. Embora a Unidade tenha apresentado justificativas para o fato, foi recomendado o cumprimento do que determina o referido Acórdão.

7 - Gerência Executiva em Natal/RN - Relatório de Auditoria nº 153404/2004:

No exercício de 2004 foram concedidas 1 aposentadoria, 4 pensões e 4 admissões. Todos os atos foram devidamente registrados no SISAC.

8 - Gerência Executiva em São Paulo/SP - Relatório de Auditoria nº 153406/2004:

Duplicidade de registros de atos de admissão no SISAC. Foi recomendado à Unidade que revise os atos cadastrados no Sistema e, nos casos de duplicidade, identifique quais deverão ser mantidos, promovendo o cancelamento dos demais.

9 - Gerência Executiva em Macapá/AP - Relatório de Auditoria nº 153391/2004:

Foi constatada inobservância do normativo legal sobre o registro dos processos de admissão e concessões de aposentadoria. Embora a Unidade tenha apresentado justificativas, foi recomendado pela equipe de auditoria que seja observado rigorosamente o que preceitua o Acórdão nº 392/2004 - TCU - Plenário.

10 - Gerência Executiva em Palmas/TO - Relatório de Auditoria nº 153402/2004:

No período analisado, foram realizadas 17 admissões e 1 concessão de aposentadoria, sendo que todos os atos foram cadastrados na versão anterior do SISAC. Porém, devido a não atualização da nova versão do Sistema, os processos ainda não foram enviados ao órgão de controle interno. Foi recomendado a urgência na atualização da versão do SISAC e o respectivo envio dos processos para o órgão de controle interno.

11 - Gerência Executiva em Teresina/PI - Relatório de Auditoria nº 153400/2004:

Foram registrados no SISAC 21 atos de admissões e concessões de aposentadoria/pensões, em cumprimento ao que determina o Acórdão nº 329/2004 - TCU - Plenário.

Em resposta ao Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.02.2005, referente aos relatórios encaminhados ao Diretor-Presidente do INSS, foram apresentadas as seguintes informações/providências:

Gex Palmas/TO: *Informamos que foi feita a atualização da versão do SISAC em nov/04 e encaminhamos através de disquete os Atos de Admissão e Aposentadoria dos servidores desta Gex para o órgão de Controle Interno do TCU.*

Gex Macapá/AP: *Informamos que baixamos da Internet o programa SISAC OFF LINE versão 6.11 que continua sendo implementado e que estamos cadastrando todos os servidores admitidos e aposentados que estão pendentes no exercício de 2004. Solicitamos senha de acesso ao Sisac net, tão logo a mesma seja disponibilizada estaremos transmitindo os novos cadastros.*

Gex João Pessoa/PB: *Atendido conforme Memorando/INSS/SRH nº 120 de 15.04.2005.*

AVALIAÇÃO DA SFC:

Na Gerência de Recursos Humanos da Diretoria Colegiada, os atos relacionados com o cadastramento de admissões e aposentadorias vêm sendo registrados no SISAC normalmente, conforme determina a instrução do TCU.

Conforme constatações verificadas pelas Controladorias-Gerais da União nos Estados, há necessidade de providências por parte da Diretoria de Recursos Humanos de fornecer o treinamento necessário para o manuseio do Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - SISAC, bem como o aporte necessário de infra-estrutura para que às Gerências-Executivas possam cumprir as determinações emanadas do Tribunal de Contas da União, para fins de implantação das informações no mencionado sistema.

Procedimento idêntico deverá ser realizado junto às demais Gerências-Executivas, não auditadas pelas Controladorias-Gerais da União, como forma de verificar se vêm cumprindo a determinação do TCU e, caso contrário, apurar e sanear as dificuldades de operacionalização do sistema.

Nos trabalhos referentes à auditoria de acompanhamento de gestão realizados em algumas Gerências Executivas do INSS foi constatado que não houve problemas nos provimentos nas Gerências Executivas do INSS em Manaus/AM (Relatório CGU nº 153390), Teresina/PI (Relatório CGU nº 153400), Campo Grande/MS (Relatório CGU nº 153394), Belém/PA (Relatório CGU nº 153397), Palmas/TO (Relatório CGU nº 153402), Macapá/AP (Relatório CGU nº 153391), Recife/PE (Relatório CGU nº 153399), Porto Alegre/RS (Relatório CGU nº 153692), Vitória/ES (Relatório CGU nº 153392), Rio Branco/AC (Relatório CGU nº 153389), Natal/RN (Relatório CGU nº 153404) e João Pessoa/PB (Relatório CGU nº 153398). Entretanto, foi identificada impropriedade na Gerência Executiva de São Paulo/SP (Relatório CGU nº 153406), que será objeto de item específico.

9.1.4.2 CONSTATAÇÃO:

Duplicidade de registros de atos de admissão no sistema de registro e de apreciação de atos de admissão e concessão do Tribunal de Contas da União - SISAC.

Na Gerência Executiva do INSS em São Paulo/SP foi identificada duplicidade de registros de atos de admissão no sistema de registro e de apreciação de atos de admissão e concessão do Tribunal de Contas da União - SISAC.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Esclarecemos que todas as observações foram atendidas com a exclusão dos atos em duplicidade, exceto da servidora ROSANA MARIKO YAMADA, uma vez que com a nova versão do SISAC não nos é possível acessar os atos da referida servidora, face senha com perfil limitado no SISAC.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em São Paulo/SP no exercício de 2004.

AValiação da SFC:

No caso pontualmente apontado, a Unidade deverá adotar as devidas providências o mais brevemente possível, regularizando o acesso junto ao Sistema SISAC. Portanto, assunto PENDENTE.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que a Unidade revise os atos cadastrados no Sistema SISAC e nos casos de duplicidade identifique quais devem ser mantidos, promovendo os cancelamentos dos demais.

9.2 SUBÁREA - REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E VANTAGENS

9.2.1 ASSUNTO - PLANOS ASSISTENCIAIS

9.2.1.1 INFORMAÇÃO:

O INSS é patrocinador do Plano de Saúde e Assistência Social, contribuindo com a importância de R\$ 30,00 (trinta reais) por participante, conforme Convênio de Adesão assinado em 16.5.2001.

Quanto ao Programa Previdencial, o INSS não atua como patrocinador, e sim como repassador do valor descontado de cada participante à Fundação de Seguridade Social - GEAP que, conforme previsto na Cláusula Quarta, do Segundo Termo Aditivo ao Convênio, o INSS deverá repassar à Fundação até o 7º dia subsequente ao dia do pagamento de seus servidores ativos, inativos e pensionistas, todas as importâncias arrecadadas.

Cabe registrar que o participante optante pelo Plano abrangido pelo Convênio contribui com 6,84% (seis inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento), descontados da remuneração, mediante arrecadação em folha de pagamento.

Por intermédio da Solicitação de Auditoria nº 160221-02, de 6.4.2005, solicitamos o seguinte:

Informar o quantitativo de servidores ativos, aposentados, pensionistas e dependentes filiados ao plano de saúde patrocinado por esse Instituto, bem como se vêm sendo observados os limites fixados em lei para o repasse de recursos a título de contribuição, quanto à cessão e requisição de pessoal e de bens, como também a regularidade de eventuais dívidas existentes entre a patrocinadora e a patrocinada.

Em resposta à citada SA, a Diretora de Recursos do INSS encaminhou as informações pelo Ofício nº 324/INSS/DIRRH/CGARH, de 15.4.2005, alterado pelo Ofício 184/INSS/DIRRH/CGARH, de 24.05.2005, posição em dezembro/2004, contendo o seguinte:

Situação	Quantidade		Total
	Titulares	Dependentes	
Ativos	37.96	88.56	126.53
Aposentados	30.68	32.68	63.37
TOTAL	68.65	121.25	189.90

No que se refere às demais informações, constantes da Solicitação de Auditoria, em referência, esclareceu que foi encaminhado às Gerências-Executivas de Recursos Humanos do INSS, em todo território nacional, para que fossem prestados os esclarecimentos quanto aos limites fixados em lei para o repasse de recursos a título de contribuição, quanto à cessão e requisição de pessoal e de bens, como também à regularidade de eventuais dívidas existentes entre a patrocinadora e a patrocinada.

No exercício de 2004 foram repassados à Fundação, conforme fls. 139 da Prestação de Contas do INSS, os valores a seguir demonstrados:

Especificação	R\$
Folha de pagamento dos participantes	3.121.208.101,64
Contribuições pagas pelos servidores participantes	166.645.467,66
Contribuições paga pela patrocinadora	68.942.640,00
Outros recursos repassados pela patrocinadora	23.614.834,06

Tendo em vista a divergência verificada nos valores informados na Prestação de Contas com os constantes do Resultado das Ações por Metas apresentado pela Diretoria de Recursos Humanos, emitimos a solicitação de Auditoria nº 160221-29, de 4.5.2005, para que fossem esclarecidas as diferenças existentes, bem como a que se refere o valor denominado de "Outros Recursos Repassados pela Patrocinadora".

Prestação de Contas - Exercício 2004	
Contribuições pagas pela patrocinadora	R\$ 68.942.640,00
Resultado das Ações por Metas	
Garantir assistência médico e odontológica aos servidores dependentes	R\$ 23.614.834,06
Outros recursos repassados pela patrocinadora	R\$ 23.614.834,06

Em resposta à Solicitação de Auditoria citada, a Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos, por intermédio do Ofício nº 184/INSS/DIRRH/CGARH, de 24.5.2005, informou o que segue:

"a) (...).

b) A meta 3388 (GEAP) informada na Prestação de Contas com o valor de R\$ 83.954.100,50, foi posteriormente atualizada pela Controladoria, passando constar no Planejamento Integrado de 2004 com o valor de R\$ 85.618.099,83.

Esclarecemos, entretanto, que os dados apresentados no item 1.1 do Relatório de Gestão DIRRH/2004, sob os títulos "valor total de contribuição pagas pela Patrocinadora e "valor total de outros recursos" tiveram como fonte o SIAFI, conforme documentação comprobatória anexa.

A contribuição da Patrocinadora, no valor de R\$ 68.942.640,00, integra a meta 3388, que totalizou no

exercício de 2004, o valor executado de R\$ 85.618.099,83, e cujo objetivo é - do que consta do planejamento Integrado - "garantir assistência médico-odontológica aos servidores do INSS e respectivos dependentes do INSS."

Segundo informações do Setor Financeiro, a referida meta é automaticamente alimentada pelo SIAFI, conforme são efetuados os pagamentos, não sendo, portanto, possível a esta Coordenação justificar a que se refere a diferença apresentada entre o valor da meta - R\$ 85.618.099,83 e o valor da contribuição da Patrocinadora - R \$ 68.942.640,00 - que integra aquela meta.

Dessa forma, entendemos ser o setor Financeiro, operador do referido Sistema neste Instituto, o competente para apresentar a informação solicitada.

Com relação a nomenclatura "Outros Recursos Repassados pela Patrocinadora" informou tratar-se de parcelas mensais do acordo de renegociação assinado entre o INSS e a GEAP, em 30.3.1995, relativa ao processo de ação ordinária nº 92.7068.0, para amortização em 157 (cento e cinquenta e sete) meses consecutivos, sendo a atualização do saldo devedor pela variação média do INPC e IGP-DI. No exercício de 2004 restam 42 parcelas a serem pagas.

Diante dos fatos apresentados, o INSS deve adotar providências entre as áreas responsáveis, de modo que as parcelas de contribuições e as dos repasses efetuados à GEAP guardem conformidade entre os sistemas SIAFI e SIAPE.

9.3 SUBÁREA - INDENIZAÇÕES

9.3.1 ASSUNTO - INDENIZAÇÕES JUDICIAIS

9.3.1.1 CONSTATAÇÃO:

Ausência de registro no SICAJ, gerando pagamentos indevidos.

Com a finalidade de verificar se as Sentenças Judiciais vêm sendo implantadas no Sistema de Cadastro de Ações Judiciais - SICAJ, conforme dispõe o parágrafo 1º do artigo 2º da Portaria/MP nº 17, de 6.2.2001, solicitamos informações à Diretoria de Recursos Humanos do INSS se o sistema está sendo alimentado de acordo com o citado dispositivo.

JUSTIFICATIVA:

A Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos esclareceu que no exercício de 2004 foram cadastradas cento e cinquenta e duas ações judiciais e, recomendou às Unidades de

Recursos Humanos das Gerências-Executivas que transferissem as rubricas constantes do SIAPE para o módulo SICAJ, conforme dispõe o parágrafo 1º do artigo 2º da Portaria/MP nº 17, de 6.2.2001.

Esclareceu, ainda, a existência de sentenças judiciais não cadastradas no SICAJ, tais como: Bienal, Quinquênio, Anuênio, PCCS, Insalubridade, Gratificação de Desempenho, IRRF, Quintos e Décimos, URP 16,19%, Seguridade Social, Equiparação Salarial e Gratificação 13º Salário.

Diversas solicitações e reiteraões foram formuladas pela Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos, às Unidades de Recursos Humanos das Gerências-Executivas enfatizando a urgência que o caso requer, para que transferissem as rubricas judiciais do SIAPE para o módulo SICAJ.

Com relação ao cadastramento das sentenças no sistema, as Procuradorias Federais Especializadas nas Gerências-Executivas não estão instruindo os processos administrativos com as peças constantes dos art. 3º e 4º da Portaria/MP nº 17, de 6.2.2001, por serem exigências imprescindíveis para implantação no sistema.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS):

CPF	NOME	CARGO
085.453.241-20	Lúcia Helena de Carvalho	Diretora de Recursos Humanos/INSS

RECOMENDAÇÃO:

Diante das ocorrências, recomendamos que a Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos do INSS adote, de imediato, providências no sentido de determinar as transferências das rubricas de sentenças judiciais constantes do SIAPE para o módulo do SICAJ, de responsabilidade das Gerências-Executivas, conforme prevê a Portaria/MP nº 17, de 6.2.2001, ressaltando as sanções previstas no art. 8º, da citada Portaria.

Articular-se com a Procuradoria Federal Especializada, dessa Diretoria Colegiada, para disseminar entre as demais Procuradorias das Gerências-Executivas, sobre a necessidade de instruir os processos administrativos com os elementos constantes do art. 3º e 4º da Portaria/MP nº 17/2001, por serem imprescindíveis para que a Unidades de Recursos Humanos procedam a implantação no SICAJ.

9.3.2 ASSUNTO - AJUDA DE CUSTO

9.3.2.1 CONSTATAÇÃO:

Inconsistência no Pagamento de Ajuda de Custo

No exercício de 2004 o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS despendeu, em todo país, a importância de R\$ 2.417.853,33 com Ajuda de Custo, conforme registro no SIAFI.

Com a finalidade de analisar a despesa realizada com o pagamento da citada indenização, foram solicitados 21 (vinte e um) processos relativos à ajuda de custo concedidas na Gerência-Executiva na Diretoria Colegiada no Distrito federal, com o valor despendido de R\$ 510.851,24.

De posse dos processos foi procedida a análise do rito documental exigido, verificando a inexistência de declarações de ensino curricular dos dependentes dos servidores a seguir identificados, por estarem matriculados em curso universitário e fundamental no Distrito Federal, a serem exigidas como forma de controle para assegurar o direito à percepção da cota por parte do servidor.

- a) Processo nº 35000.001668/2004-91:
Interessado: Reinaldo Aguiar Peixoto - mat. 1.127.934
Dependente: Denise de Abreu Peixoto, 21 anos, constou a Declaração de estar cursando o 2º semestre letivo de 2004 na Universidade Federal de Minas Gerais.
- b) Processo nº 35000.001805/2004-97:
Interessado: Josivan Anselmo José da Silva - mat. 1.287.515
Dependente: Kissia Minelli Conceição da Silva, 14 anos, consta declaração que cursava o Ensino Fundamental em Juazeiro/BA.
- c) Processo nº 35000.001368/2004-10
Interessado: Alberto Souza Sacramento - mat. 0883164
Dependente: Ana Lis Pirôpo Sacramento, 20 anos, consta declaração de que cursou o 1º semestre de 2004 na Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC, em Salvador/BA.

Em face das ocorrências anteriormente descritas, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 160221.81, de 9.6.2005, dirigida à área de Recursos Humanos da Gerência-Executiva da Diretoria Colegiada do INSS, para proceder juntada aos autos dos processos de concessão de Ajuda de Custo, relativos aos servidores acima relacionados, das declarações de que seus dependentes estão matriculados em estabelecimentos de ensino do Distrito Federal a fim de comprovar a mudança de domicílio, conforme dispõe o caput do artigo 1º c/c com o inciso I do artigo 7º, do Decreto nº 4.004/2001.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR

A Gerência-Executiva de Recursos Humanos da Diretoria Colegiada em despacho datado 20.6.2005, encaminhou, a esta equipe de auditoria, cópias das declarações de matrículas de estabelecimentos de ensinos no Distrito Federal, comprovando as transferências de domicílios dos dependentes dos servidores Reinaldo Aguiar Peixoto - mat. 1.127.934 e Josivan Anselmo José da Silva - mat. 1.287.515.

Com relação à comprovação de mudança de domicílio do dependente do servidor Alberto Souza Sacramento - mat. 0883164, a mencionada Gerência-Executiva esclareceu que não foi possível obter o comprovante de matrícula escolar, uma vez que o servidor encontra-se em gozo de férias.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS):

CPF	NOME	CARGO
085.453.241-20	LUCIA HELENA DE CARVALHO	DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos à Gerência-Executiva de Recursos Humanos da Diretoria Colegiada do INSS, caso não seja comprovada a mudança domiciliar do dependente do servidor Alberto Souza Sacramento - mat. 0883164, citado anteriormente, proceder a reposição do valor pago.

9.4 SUBÁREA - CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

9.4.1 ASSUNTO - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

9.4.1.1 INFORMAÇÃO:

A Diretoria de Recursos Humanos do INSS informou que no exercício de 2004 desenvolveu ações voltadas a contribuir para melhoria da produtividade e satisfação do servidor, oferecendo 55.443 oportunidades de capacitação e atualização profissional para um quadro de aproximadamente 42 mil servidores, ultrapassando em 29,23% a meta prevista de 42.900 oportunidades oferecidas conforme a seguir demonstrado:

Meta 2.200 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação: Meta Física prevista: 17.589 - Meta Física realizada: 18.015

Meta 2.201 - Capacitação de Servidores Públicos Federais no Monitoramento da Arrecadação e Recuperação de Crédito Previdenciário: Meta Física prevista: 9.009 - Meta Física: 15.090

Meta 2.202 - Capacitação de Servidores Públicos Federais no Reconhecimento de Direitos Previdenciários: Meta Física 11.154 - Meta Física Realizada: 14.722

Meta 2.203 - Capacitação de Servidores Públicos Federais nos Processos de Qualidade e Melhoria Contínua para os Servidores de AP's: Meta Física Prevista 5.418 - Meta Física Realizada 7.616.

Das 55.443 oportunidades de capacitação oferecidas, segundo consta, 53.619 foram na modalidade de treinamento presencial e 8.124 na modalidade de Ensino à Distância - EAD, por meio da Universidade Corporativa da Previdência Social - UNIPREV.

Ressaltou ainda, que apesar das metas físicas alcançadas o desenvolvimento pessoal dos servidores (pós-graduação, mestrado, doutorado cursos de atualização profissional e gerencial) foram prejudicadas, apresentando como justificativa que: *Isso deve a necessidade de um alto investimento com deslocamento de servidores para participarem de capacitações internas (sistemas corporativos/aplicativos e legislação previdenciária) que é fundamental para o bem atendimento da clientela previdenciária. Mas com a falta de infra-estrutura logística (salas de treinamento, laboratórios, auditórios etc...) é necessário deslocar os participantes de treinamentos para as cidades que detém a referida infra-estrutura.*

Com relação ao ensino à distância pela Universidade Corporativa da Previdência Social - UNIPREV, informou que foram treinados 21 servidores do Quadro de Pessoal para integrar o quadro de Tutores especialistas em EAD, e oferecidos os seguintes cursos:

Cursos	Inscritos	Concluintes	%
Introdução a Gestão de Tecnologia da Informação	512	159	31,05
Desenvolvimento Gerencial	661	217	32,83
Segurança de Redes	460	198	43,04
Lei de Responsabilidade Fiscal	826	293	35,47
Introdução a Gestão Estratégica da Informação	1.268	439	34,62
Ética do Trabalho	494	257	52,02
Trabalho em Equipe	600	261	43,50

Esclareceu que em maio/2004, foi adquirido o Sistema de Treinamento e Desenvolvimento - SITEDWEB, que tem como objetivo informatizar as atividades da área de Desenvolvimento de Recursos Humanos do INSS relacionadas aos cursos e treinamentos de capacitação profissional.

Consta que este sistema organiza e padroniza todas as rotinas e processos de trabalho da área, seja nas Gerências-Executivas ou na Direção Central. O sistema, segundo informou, permite a formulação, implementação, acompanhamento e avaliação dos programas de capacitação de servidores no âmbito do INSS.

Na Prestação de Contas do INSS, está registrada que a Diretoria Colegiada aprovou em 23.12.2004, a Resolução nº

179/INSS/DC, estabelecendo orientações e uniformização de procedimentos a serem adotados pelas Unidades Administrativas de Recursos Humanos das Gerências-Executivas, no que concerne às ações de educação e desenvolvimento de recursos humanos, considerando a necessidade de implementar uma gestão capaz de acompanhar a evolução das demandas dos clientes internos e externos e das atividades-fim do INSS, promovendo o desenvolvimento de competências e potencialidades de seus recursos humanos em níveis que permitam a motivação e excelência nas atividades da Organização, ficando, assim, revogada a OI nº 16, de 20.12.01.

Com a finalidade de verificar a administração de cursos promovidos nas Gerências-Executivas do INSS, encaminhamos às Controladorias-Gerais da União nos Estados a seguir relacionados, pedidos de avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos dos cursos ministrados; informações se os cursos/treinamentos foram ministrados de forma presencial ou à distância (virtual - UNIPREV), obtendo os seguintes resultados:

1 - Gerência Executiva em Porto Alegre/RS - Relatório de Auditoria nº 153692/2004:

De janeiro a agosto/2004, foram realizados 12 cursos de treinamento e capacitação, todos presenciais, com média de participação de 100%.

2 - Gerência-Executiva em João Pessoa/PB - Relatório de Auditoria nº 153398/2004:

Constou informação sobre a realização de curso de treinamento para atualização na legislação previdenciária na linha de arrecadação, no período de 3 a 7.5.2004. Porém, não foi apresentada a listagem dos servidores participantes, o índice de participação, a forma como foi ministrado o curso e outras informações pertinentes.

3 - Gerência Executiva em Manaus/AM - Relatório de Auditoria nº 153390/2004

Do universo de 21 cursos/treinamentos ministrados no período auditado, foram verificados 17, onde foi informada a carga horária, o local de realização, o índice de participação, ficando os comprovantes de conclusão dos cursos arquivados na Gerência. Não foram ministrados cursos pela UNIPREV.

4 - Gerência Executiva em Rio Branco/AC - Relatório de Auditoria nº 153389/2004

Foi realizado apenas um treinamento em Manaus, de 17 a 28.9.2004, em duas etapas, sendo que na 2ª realizada de 12 a 25.9.2004, para 3 servidores da área de Arrecadação. O treinamento é presencial, com carga horária total de 60 horas.

5 - Gerência Executiva em Natal/RN - Relatório de Auditoria nº 153404/2004:

Foi informada a realização de 9 cursos/treinamentos, de forma presencial, totalizando 326 participações.

6 - Gerência Executiva em São Paulo/SP - Relatório de Auditoria nº 153406/2004:

Foi constatada a realização de 5 cursos/treinamentos, de forma presencial. Não foi informada a quantidade de servidores participantes, o índice de participação, entre outros. Não houve treinamento por meio da UNIPREV desde 2003.

7 - Gerência Executiva em Macapá/AP - Relatório de Auditoria nº 153391/2004:

Foram realizados 11 treinamentos pela Gerência Executiva, todos presenciais, com variados índices de participação, sendo o mínimo de 7% e o máximo de 60%.

8 - Gerência Executiva em Teresina/PI - Relatório de Auditoria nº 153400/2004:

No período de janeiro a agosto/2004, foram realizados 13 treinamentos/capacitações. O índice de participação nos cursos foi de aproximadamente 91%. Segundo os gestores, os resultados foram satisfatórios.

Os fatos apresentados pela Diretoria de Recursos Humanos do INSS, contradizem toda assertiva formulada quando diz que desenvolveu ações voltadas a contribuir para melhoria da produtividade e satisfação do servidor, uma vez que as Unidades Administrativas do Instituto justificam o não atingimento de seus objetivos por falta de capacitação e treinamento de servidores nas áreas específicas de atuação.

Com relação ao Ensino a Distância - EAD, por meio da Universidade Corporativa da Previdência Social - UNIPREV, considerando o investimento realizado na ordem de aproximadamente R\$ 8 milhões, gastos na implantação da citada Universidade Corporativa, observa-se o não comprometimento do Instituto com a grandeza do investimento estratégico realizado.

A Universidade Corporativa é o instrumento utilizado para formar e treinar pessoal em sua área de atuação. O principal motivador para o desenvolvimento de uma Universidade Corporativa é a intenção de segmentar e direcionar a área de formação de pessoal.

Outro aspecto relevante a ser destacado, diz respeito aos custos de treinamento à distância via rede de informática por serem sensivelmente menores do que as do treinamento presencial.

Desse modo, por ampliar as possibilidades de responder às questões do conhecimento e da aprendizagem, na medida em que aceleram e barateiam os custos do aprendizado, a Diretoria de Recursos Humanos do INSS deve rever suas propostas de oportunidades de capacitação desenvolvendo programas de

treinamento contínuo, por serem características do ensino à distância, ao invés de programas colocados em evidência por atividades isoladas e pontuais.

9.5 SUBÁREA - REGIME DISCIPLINAR

9.5.1 ASSUNTO - PROCESSOS DISCIPLINARES

9.5.1.1 INFORMAÇÃO:

A Corregedoria-Geral do INSS, no exercício de 2004, instaurou 938 processos administrativos disciplinares sendo:

Corregedorias	Processos Instaurados
Corregedoria-Geral	96
Corregedoria Regional I - RS	95
Corregedoria Regional II - SP	170
Corregedoria Regional III - RJ	206
Corregedoria Regional IV - BA	87
Corregedoria Regional V - PE	120
Corregedoria Regional VI - GO	164
Total	938

Nos esclarecimentos apresentados, citou que a Corregedoria-Geral e as Regionais encontraram dificuldades para o desempenho de suas atividades atribuídas a:

- Agilização de cadastramento e acompanhamento de processos através do SIAI;
- Conscientização dos Srs. Gerentes quanto a relevância dos trabalhos em Comissão de Inquérito e Comissão de Sindicância (criação de mecanismo administrativo que facilite a rápida liberação de servidores, pelas chefias imediatas/gerências, para compor comissões de processos disciplinares, quando solicitado pelas Corregedorias;
- Insuficiência de equipamentos de informática;
- Carência de recursos humanos especializados (falta de capacitação de servidores para atuar em comissões disciplinares - necessidade de reciclagem e treinamento adequado);
- Em algumas Representações Estaduais há ausência de servidores, a exemplo de Teresina/PI;
- A grande distância entre a sede da Corregedoria IV - BA/MG/SE e o estado de Minas Gerais, com aproximadamente 800 Municípios, ocasiona um alto custo de deslocamento e dificulta a presença do Corregedor Regional naquele estado, com a frequência desejável e suficiente para desenvolver um trabalho satisfatório. O

mesmo ocorrendo na Regional VI que abrange 14 estados das regiões Norte e Centro Oeste;

- Inexistência de estrutura com FG nas Corregedorias Regionais, bem como de Representação oficial nos estados onde não há Regional;
- Dificuldade quanto à indicação de processantes com perfil para Presidente e de servidores para atuar como defensor dativo;
- Demanda crescente de processos;
- Ausência de viatura própria para diligências, nas Regionais;
- Indefinição quanto ao transporte e localização dos arquivos dos processos que ainda se encontram nas projeções estaduais da Auditoria; Insuficiência de salas para instalação de Comissão nos Estados.

Esclareceu que dentre os parâmetros e critérios que orientam as instaurações dos procedimentos disciplinares no âmbito da Corregedoria, foi evidenciado o que segue:

- Orientação no sentido de integral cumprimento dos prazos estabelecidos de acordo com a Lei nº 8.112/90, visando evitar a incidência da prescrição punitiva e restringir as reinstaurações e prorrogações que comprometam a eficiência do trabalho apurativo e a eficácia do seu resultado;
- Redução de custo operacional de cada procedimento, mediante o aproveitamento dos recursos humanos da localidade da infração na composição das comissões;
- Análise do estoque de denúncias/representações existentes nas Corregedorias em dezembro/2004, instaurando, quando necessário, os processos disciplinares, para composição da meta 3310/2005, computando-se o físico anual de 693 processos.

Esclareceu, ainda, que no exercício de 2004 foram aplicadas as penalidades a seguir:

Suspensão	Penalidade Aplicada	Anotação ficha funcional (prescrição)
90 dias	5	1
80 dias	1	4
60 dias	6	4
45 dias	1	2
40 dias	2	2
35 dias	-	2
30 dias	11	5
20 dias	4	1
15 dias	9	1
10 dias	26	1

05 dias	01	-
Total	66	23

Ocorrência	Penalidade Aplicada	Anotação ficha funcional (já afastado)
Demissão	52	13
Cassação de Aposentadoria	2	1

Penalidade Aplicada	Anotação ficha funcional (prescrição)
40	13

Conversão de exoneração em destituição do cargo: 1

9.5.1.2 CONSTATAÇÃO:

Estabelecimento de diretrizes de instauração de Processos Disciplinares - PAD que geraram significativa redução nas apurações de ilícitos administrativos; utilização inadequada de servidores locais na apuração de grandes irregularidades e/ou envolvendo autoridades regionais; uso indevido do conteúdo do Acórdão nº. 412/2004-Plenário do TCU para justificar paralisação de PAD; ausência de articulação entre as ações de auditoria, corregedoria e força-tarefa; falhas e carências estruturais no desenvolvimento das atividades correicionais.

Em decorrência de programa de trabalho construído em conjunto pela Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas da Área de Previdência Social - DSPAS da Diretoria da Área Social da Secretaria Federal de Controle Interno - DSPAS/DS/SFC e pela Gerência de Projeto da Corregedoria da Área Social - GP3/CORAS e em atendimento à Ordem de Serviço - OS nº. 161887, foi realizada a primeira etapa de auditoria compartilhada e inspeção administrativa na Corregedoria-Geral do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Tal atividade possui como objetivo avaliar a atuação da Corregedoria-Geral do INSS, com o fim de apontar medidas para o aprimoramento da atividade de corregedoria do INSS.

Esta constatação deste item foi elaborada, em conjunto, pelas áreas da SFC-DSPAS e CORAS-Corregedoria da CGU.

No período de novembro/2004 a junho/2005, foram auditadas e inspecionadas as seguintes unidades de correição do INSS: Corregedoria-Geral (Distrito Federal), Corregedoria Regional I (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), Corregedoria Regional II (São Paulo), Corregedoria Regional III (Rio de Janeiro e Espírito Santo).

A Corregedoria-Geral é órgão de assistência direta à Diretoria Colegiada do INSS. A previsão de sua existência consta do Decreto nº. 5.257, de 27 de outubro de 2004 (Anexo I, artigo 2º, III, "a"). No artigo 10 do mesmo anexo constam as atribuições da Corregedoria-Geral, conforme transcrição abaixo:

Art. 10. À Corregedoria-Geral compete:

I - acompanhar o desempenho dos servidores e dirigentes dos órgãos e unidades do INSS, fiscalizando e avaliando sua conduta funcional;

II - analisar a pertinência de denúncias relativas à atuação dos dirigentes e servidores do INSS;

III - promover a instauração de sindicância e processos administrativos disciplinares;

IV - julgar os servidores do INSS em processos administrativos disciplinares, quando a penalidade proposta for de advertência;

V - propor ao Diretor-Presidente o encaminhamento, ao Advogado-Geral da União, de solicitação de apuração de irregularidades ocorridas no âmbito interno da Procuradoria Federal Especializada, sem prejuízo da competência específica da própria Procuradoria; e

VI - propor à Diretoria Colegiada o encaminhamento, ao Ministério da Previdência Social, da localização das Corregedorias Regionais.

Ao longo do trabalho foram observados, com mais ênfase, os aspectos relacionados ao planejamento das atividades correcionais, a gestão do processo administrativo disciplinar, a atuação dos dirigentes da Corregedoria e a realização da denominada "instrução prévia", procedimento preparatório de medida disciplinar do INSS.

Para tanto, foram adotadas as seguintes ações pela Controladoria-Geral da União:

a) solicitação de informações à Corregedoria-Geral do INSS envolvendo: condições de trabalho; planejamento das atividades; a finalidade da instrução prévia, bem como identificação das instauradas no exercício de 2004; processos disciplinares em curso no ano de 2004 (Ofícios nºs. 31544, 31545, 31546 e 31547/CGU-PR, todos de 03 de dezembro de 2004);

b) análise de amostra de processos disciplinares nas seguintes unidades: Corregedoria-Geral (Distrito Federal), Corregedoria Regional I (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), Corregedoria Regional II (São Paulo), Corregedoria Regional III (Rio de Janeiro e Espírito Santo);

c) reunião com servidores das unidades das corregedorias apontadas na alínea "b" para esclarecimento das razões de

realização da inspeção/auditoria, esclarecer as atribuições da CGU na esfera disciplinar e conversar sobre condições de trabalho dos servidores e das comissões;

d) aplicação de questionário de coleta de opinião aos servidores das corregedorias sobre funcionamento da Corregedoria;

e) registro fotográfico das instalações das unidades das corregedorias do INSS.

A análise apresentada neste ponto objetiva apontar aspectos gerenciais significativos identificados no trabalho. As questões pontuais envolvendo correção ou anulação de processos disciplinares, a consolidação das opiniões dos servidores e a análise dos registros fotográficos serão realizadas em relatório próprio sob elaboração imediata na Corregedoria Social desta CGU.

Abaixo segue quadro contendo síntese do quantitativo de processos disciplinares analisadas nas unidades de correição do INSS.

Quadro - Quantidade por Espécies de Processos Analisados

Unidade	Processo Discipli-nar	Sindicância Investigativa	Instrução Prévia	Aguardando Instauração	Revisão	Totais
Corregedoria-Geral (DF)	27	4	2	1	2	36
Corregedoria Regional I (RS/SC/PR)	23	4	3	7	0	37
Corregedoria Regional II (SP)	26	0	8	4	0	38
Corregedoria Regional III - (RJ/ES)	16	7	7	3	1	34
Totais	92	15	20	15	3	145

- ASPECTOS GERENCIAIS DOS EXAMES

a) Instauração de processos administrativos disciplinares.

Por intermédio do Ofício nº. 31.545/CGU-PR, de 03/12/04, foram solicitadas informações à Corregedoria-Geral do INSS relacionadas ao planejamento de suas atividades no exercício de 2004 e para o ano de 2005, bem como os critérios e parâmetros utilizados para priorizar a instauração de processos disciplinares no âmbito do INSS.

Em resposta, a Corregedoria-Geral do INSS encaminhou o Ofício/INSS/CORREG nº. 115/2004, de 14/12/05. Nesse expediente encaminhou os planos de ação dos exercícios de 2004 e 2005, o quadro *Nacional - Relatório de Execução por Meta*, onde consta a meta quantificada de instauração de processos disciplinares no

ano de 2004, qual seja 950 processos administrativos, e a execução física e orçamentária da meta. Nesse mesmo expediente, foram informados os parâmetros e critérios que orientam a instauração de processos disciplinares no âmbito da Corregedoria do INSS:

- a) a orientação no sentido do integral cumprimento dos prazos estabelecidos na Lei nº. 8.112/90, visando evitar a incidência de prescrição punitiva e restringir as reinstaurações e prorrogações que comprometem a eficiência do trabalho apuratório e a eficácia de seu resultado;*
- b) a redução do custo operacional de cada procedimento, mediante o aproveitamento dos recursos humanos da localidade da infração na composição das comissões;*
- c) a sensibilização dos servidores na identificação das falhas na instrução dos dossiês que inviabilizavam a tarefa de apuração das responsabilidades, mediante a realização de diligências prévias junto às áreas técnicas onde ocorreu a infração;*
- d) racionalização das condutas irregulares que suscitem imediata apuração e adequada repressão, enfatizando a necessidade de resposta punitiva compatível com a gravidade da infração, de modo a coibir sua reprodução, evitando o dispêndio de recursos e o desvio de finalidade do processo administrativo disciplinar.*

Apresentada a necessidade de complementação das informações solicitadas, bem como a ausência de dados inicialmente requeridos, foi encaminhado o Ofício nº. 094, de 03/01/05, solicitando fossem informados a meta física e orçamentária executada nos meses de novembro e dezembro de 2004, a previsão da meta física (quantificada) para o exercício de 2005 - referente à análise da denúncia e instauração de processo disciplinar -, o planejamento realizado para as unidades de Corregedorias Regionais para o exercício de 2005 e esclarecimentos sobre os critérios adotados para restringir "as reinstaurações e prorrogações que comprometem a eficiência do trabalho apuratório e a eficácia de seu resultado".

Diante do conteúdo do Ofício/INSS/CORREG/Nº.001, onde existem apontamentos de irregularidades ocorridas na condução de processos disciplinares da denominada "equipe anterior" da unidade disciplinar do INSS, a Controladoria-Geral da União solicitou à Corregedoria-Geral do INSS, por meio do Ofício nº. 03918/CGU-PR, de 22 de fevereiro de 2005, que indicasse em quais processos as irregularidades mencionadas ocorreram, nos seguintes termos:

- 3. Na oportunidade, reportando-me ao item 4 do Ofício INSS/CORREG/Nº. 001, de 12 de janeiro de 2005, dessa unidade,*

solicito sejam informados os números dos processos disciplinares, com os respectivos assuntos e membros de comissão, onde ocorreram os "artifícios como reconduções/reinstaurações/prorrogações abusivas" que inviabilizaram ou dificultaram o julgamento de processos disciplinares no âmbito do INSS, apontando objetivamente as irregularidades identificadas nesse procedimento. Ainda, sejam destacadas, nas informações, em quais processos tal forma de condução gerou ocorrência de prescrição e/ou sanção judicial (informando sua natureza) à Administração Federal.

b) Uso de servidores do local da infração para apuração das irregularidades.

A orientação estabelecida pela Corregedoria-Geral do INSS para a estrita conclusão dos trabalhos nos prazos previstos na Lei 8.112/90 é acompanhada de determinação aos Corregedores Regionais para comporem as comissões com servidores lotados na localidade de ocorrência de apuração (Memorando Circular INSS/CORREG/nº. 002/2004; Memorando Circular/INSS/CORREG nº. 009/2004; Memorando Circular nº. 04/2004).

Cabe salientar que não existe óbice quanto à redução de gastos com as comissões disciplinares. Entretanto, tal orientação precisa ser graduada para não prejudicar os trabalhos correicionais.

c) Acórdão nº. 412-2004 - Plenário do Tribunal de Contas da União

Como fundamento para a redução de gastos com comissões disciplinares, a Corregedoria-Geral do INSS apontou com ênfase (Memorandos Circulares INSS/CORREG/nºs 003/2004 e 04/2004) a Ementa do Acórdão nº. 413/2004 do Plenário do Tribunal de Contas da União. A tratada ementa foi assim registrada:

"Representação. Denúncia. Possíveis irregularidades praticadas no âmbito da Corregedoria-Geral da Secretaria da Receita Federal. Pagamento indevido de ajuda de custo e indenização de transporte. Excesso de prazo para a apuração de ato de improbidade administrativa em processo administrativo disciplinar. Omissão no cumprimento do dever legal de dar conhecimento ao Ministério Público Federal e ao TCU da existência do mencionado processo. Despesa ilegítima com a composição de servidores lotados em outras unidades do órgão. Conhecimento da representação e da denúncia. Procedência de ambas. Determinação. Recomendação. Audiência. Diligência."

d) Articulação entre as ações de auditoria, corregedoria e força-tarefa:

Questão recorrente nas conversas estabelecidas entre o Grupo de Trabalho da CGU e os Gerentes Regionais I, II e III de Corregedoria do INSS refere-se à forma como as informações produzidas pelas unidades de auditoria são encaminhadas para apuração de responsabilidade. Não há integração entre as atuações de corregedoria e auditoria. Conforme relatos dos gerentes, os dados de auditoria apontando irregularidades são encaminhados de modo pontual, sem uma análise ou ampliação temporal do comportamento daquele ilícito, envolvendo o agente ou uma unidade de concessão de benefício. A análise da incidência da irregularidade, ao longo do tempo, envolvendo um mesmo setor ou servidor, permite mensurar a densidade de ilicitude, apontando-se com mais segurança a ocorrência de erro de procedimento ou fraude.

Caso identificado característico da ausência de articulação entre as unidades de corregedoria, auditoria e, também, das ações da força tarefa foi identificado na Corregedoria Regional III (Rio de Janeiro e Espírito Santo). Nos autos do Processo nº. 35301.007035/2002-30, foi constituída comissão de sindicância para apurar graves irregularidades na atuação de grupo de servidores na Gerência Executiva do INSS em Irajá. A atuação da comissão de sindicância serviu para apontar como conclusões: a) a existência de inquérito penal com pedido de prisão, de afastamento de sigilo bancário, fiscal e telefônico, decorrente da atuação da Força-Tarefa da Previdência Social no caso; b) a existência de trabalho de auditoria em curso envolvendo cerca de 3.500 processos; c) a instauração de processo disciplinar a partir dos dados constantes no trabalho da Força-Tarefa e das conclusões dos trabalhos de auditoria.

e) Estrutura das unidades de corregedoria do INSS e capacitação de servidores.

Por intermédio do Ofício nº. 31544/CGU-PR, de 03 de dezembro de 2004, foi solicitado à Corregedoria-Geral do INSS informações referentes às condições de trabalho das unidades de corregedoria do INSS.

A resposta da Corregedoria-Geral do INSS foi encaminhada com o Ofício/INSS/CORREG nº. 121/2004, de 22 de dezembro, por meio do qual foram encaminhados quadros onde são apontadas informações do exercício de 2004 sobre orçamento, equipamentos, servidores, sistemas e capacitação realizada.

Interessante apontar que, até a edição do Decreto nº. 4.660, de 22 de abril de 2003, as atividades de correição no âmbito do INSS integravam a estrutura da Auditoria-Geral do INSS.

É fato recorrente apontado nas reuniões realizadas nas unidades de corregedoria visitadas que a autonomia das atividades de corregedoria, em relação à auditoria, não foi acompanhada com a devida estruturação das áreas. Em especial por servidores que

compõem comissões disciplinares, são apresentadas questões como falta de meios (computadores, impressoras, veículos para deslocamentos e treinamento) para o desenvolvimento de suas ações. Outro aspecto comum identificado nas unidades regionais é o registro de permanente atraso no pagamento de diárias para servidores atuando em comissões.

JUSTIFICAÇÃO DO GESTOR:

a) Justificativa do gestor com relação à letra "a":

Em resposta ao Ofício nº. 094 foi remetido o Ofício/INSS/CORREG/Nº.001, de 12 de janeiro de 2005, o qual esclareceu a questão das restrições às reinstaurações e prorrogações de processo administrativo disciplinar nos seguintes termos:

4. Quanto ao questionamento suscitado no item 3, alínea "d", do Ofício nº. 00094/CGU-PR, cabe esclarecer que se trata de orientação tendente ao estrito cumprimento dos prazos determinados nos arts. 145, parágrafo único, e 152 da Lei nº. 8.112/90 para a conclusão do trabalho de apuração, haja vista que a totalidade dos procedimentos instaurados pela equipe anterior extrapolavam os cento e vinte dias legalmente autorizados, mediante artifícios como reconduções/reinstaurações/prorrogações abusivas, inviabilizando ou dificultando o julgamento dos feitos e a aplicação da penalidade adequada, porquanto geralmente prescrita, e sujeitando a Administração a sanção judicial, em decorrência da inobservância do devido processo legal.

Até o momento, não houve prestação de informações pela Corregedoria-Geral do INSS sobre a solicitação constante do item 3 do Ofício nº. 03918/CGU-PR, de 22 de fevereiro de 2005.

Esclarecemos que não foram solicitadas justificativas com relação às constatações das demais letras, devido os trabalhos ainda se encontrarem em andamento.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
740.221.488-53	Taiti Inenami	Diretor Presidente do INSS
008.349.391-34	Carlos Gomes Bezerra	Diretor Presidente do INSS
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor De Benefício
471.824.900-72	Eduardo Basso	Diretor De Benefício
025.195.774-87	Rui Cesar De Vasconcelos Leitão	Diretor De Benefício
085.453.241-20	Lúcia Helena de Carvalho	Diretora de Recursos Humanos do INSS
086.899.971-72	Genoveva Freire Coelho	Corregedora-Geral do INSS

437.510.247-00	Ana Rita Ilha Porto	Corregedora-Geral do INSS - Substituta
----------------	---------------------	-------------------------------------------

AVALIAÇÃO DA SFC E CORAS/CGU:**a) Instauração de processos administrativos disciplinares.**

A primeira resposta encaminhada pela Corregedoria-Geral do INSS por meio Ofício/INSS/CORREG/Nº.001, de 12 de janeiro de 2005, denota a existência de conflito entre grupos no INSS sobre a forma de condução das questões disciplinares. Apesar de não apontadas, imediatamente, as supostas irregularidades referem-se aos prazos de conclusões das apurações disciplinares, envolvendo questões de reinstaurações e prorrogações (conforme item 4 do Ofício/INSS/CORREG/Nº.001, de 12 de janeiro de 2005, acima transcrito).

De fato, a condução de apurações administrativas deve obedecer ao princípio da eficiência e da celeridade processual (artigos 37, caput, e 5º, LXXVII, da CF/88). Não obstante, a diretriz de "estrito cumprimento dos prazos previstos" na Lei 8.112/90, sem considerar a natureza das apurações das irregularidades e as circunstâncias da apuração, pode ofender o fim último do processo disciplinar, qual seja, esclarecer os fatos irregulares, identificar os responsáveis e aplicar as penalidades legalmente previstas. O controle sobre a produção realizada pela comissão disciplinar, ao longo do prazo estatuído para sua atuação, deve ser realizado no caso concreto pela autoridade instauradora, em especial, quando da solicitação de prorrogações de prazo ou apresentação de proposta para dar continuidade às apurações. Estabelecer previamente que as apurações devam restar condicionadas aos prazos legais, sem considerar outros aspectos envolvidos, pode afrontar a finalidade da apuração e macular a efetividade dos resultados.

Um exemplo dos prejuízos que podem advir da adoção incondicionada da diretriz em discussão é o caso do Processo Administrativo Disciplinar nº. 35300.002223/99-91, instaurado no âmbito da Corregedoria Regional do INSS no Rio de Janeiro, no qual se apura irregularidade na locação de imóvel pelo INSS. Tal investigação não foi concluída (ausente a conclusão da instrução, o indiciamento e o relatório final), em decorrência do conteúdo do Memorando Circular/INSS/CORREG nº. 009/2004, da Corregedoria-Geral do INSS, por meio do qual se solicitou às Corregedorias Regionais do INSS o seguinte: *"Em razão de determinação da Diretoria Colegiada, informo que os procedimentos disciplinares em andamento que já tiveram seus prazos prorrogados e os processos disciplinares já reconstituídos deverão ser finalizados e encaminhados à autoridade instauradora com relatório final. Quanto às futuras composições de Procedimentos Disciplinares, aproveitar os servidores lotados na cidade da instauração"*.

Além do Memorando Circular/INSS/CORREG nº. 009/2004, acima transcrito, outros expedientes da Corregedoria-Geral do INSS contribuíram para a redução de apurações no âmbito das corregedorias regionais do INSS:

- Memorando Circular INSS/CORREG/nº. 002, de 23 de julho de 2004: recomenda aos Corregedores Regionais que "as reinstaurações devem ser autorizadas somente para fins de conclusão dos trabalhos, a não ser por motivo relevante, devidamente esclarecido no processo."
- Memorando Circular INSS/CORREG/nº. 003, de 10 de agosto de 2004: encaminha cópia do Acórdão nº. 413/2004 do Tribunal de Contas da União, para adoção das recomendações nele exaradas.
- Memorando Circular nº. 04, de 27 de agosto de 2004: considerando inicialmente a decisão constante do Acórdão nº. 413/2004 do Tribunal de Contas da União, bem como a determinação do Diretor-Presidente do INSS para a redução de gastos com diárias e passagens e as orientações anteriores da Corregedoria-Geral, solicita adoção de "providências imediatas no sentido de remanejar a composição das comissões, a fim de que retornem à origem os servidores deslocados, passando a integrar comissões no seu local de origem."

Ademais, da não conclusão dos processos disciplinares nos prazos previstos na Lei 8.112/90 não decorre nulidade para o processo disciplinar. O tema já foi tratado pelo Supremo Tribunal Federal, conforme ementas abaixo transcritas:

Mandado de Segurança nº 21.494, do STF - Ementa: Ato demissório de responsabilidade da mesa da Câmara dos Deputados. Pretensão anulatória do ato, à luz do excesso verificado no prazo para o encerramento do inquérito. Inconsistência da argumentação, visto que o artigo 169, § 1º da Lei 8112/90 proclama não ser, semelhante demora, fator nulificante do processo.

Mandado de Segurança nº 22.656, do STF - Ementa: Não configura nulidade, à falta de previsão legal nesse sentido, a não-conclusão do processo administrativo no prazo do art. 152 da Lei nº 8.112/90. Circunstância que, de resto, não prejudicou o impetrante, processado sem o afastamento previsto no art. 147 do mesmo diploma legal. Prazo que foi estabelecido em prol da administração, com o fim de afastar o inconveniente do retorno do servidor afastado, antes de apurada a sua responsabilidade funcional (art. 147, parágrafo único).

Identifica-se a tendência para não-instauração de processos disciplinares no âmbito da Corregedoria-Geral do INSS. Deve ser observada a alteração da sistemática de estabelecimento de meta para a Corregedoria-Geral (Ofício/INSS/CORREG/Nº 012, de 02.02.2005). Para o exercício de 2004, foi estabelecido como meta

"Instaurar 950 Processos Administrativos". Já para o ano de 2005, a meta foi apresentada da seguinte forma: "Analisar o estoque de denúncias/existentes na Corregedoria em dezembro/2004, instaurando, quando necessário, os processos administrativos disciplinares". Denota-se clara alteração de método. Apesar de já identificado estoque de processos disciplinares pendentes de instauração, a quantificação da meta foi estimada apenas em função da análise do estoque de denúncias existentes, sem considerar a necessidade de efetiva instauração de processos disciplinares pendentes, desviando de competência atribuída à Corregedoria-Geral pelo Decreto nº. 5.257, de 27 de outubro de 2004 (Anexo I, artigo 10, inciso III).

Quadro - Processos Pendentes de Instauração

Unidade	Quantitativo	Fonte da Informação
Corregedoria Regional I (RS, SC, PR)	31	Ofício/INSS/CORREG/Nº. 012, 02.02.05
Corregedoria Regional II (SP)	53	Ofício/INSS/CORREG/Nº. 20, 25.02.05
Corregedoria Regional III (RJ, ES)	185	Ofício/INSS/CORREG/Nº. 011, de 02.02.05
Corregedoria Regional IV (BA, MG, SE)	16	Ofício/INSS/CORREG/Nº. 20, 25.02.05
Corregedoria Regional V (PE, MA, AL, PB, CE, PI)	24	Ofício/INSS/CORREG/Nº. 012, 02.02.05
Corregedoria Regional VI (GO, MT, MS e Região Norte)	186	Ofício/INSS/CORREG/Nº. 120, 21.12.04
Total	495	

Essa mesma tendência pôde ser constatada em ação correicional desencadeada pela Corregedoria da Área Social desta CGU. No âmbito do processo nº. 00190.009051/2003, em razão de requisição advinda da Procuradoria-Geral da República (Ofício PGR/GAB/nº.1370, de 17 de outubro de 2003), a Controladoria-Geral da União determinou ao Instituto Nacional do Seguro Social a instauração de processo administrativo disciplinar (Ofício nº. 19257/CGU-PR, de 10 de agosto de 2004). Solicitação reiterada em 10 de janeiro de 2005, por meio do Ofício nº. 0068/CGU/PR. A resposta da autarquia previdenciária, encaminhada em 1º de abril de 2005 pelo Diretor-Presidente (Ofício nº. 266/INSS/DCPRES), fundamentada em despacho da Corregedoria-Geral do INSS, entendeu que as "informações já obtidas sinalizam a inocorrência de falta funcional". Em razão de tal comportamento, já foi determinada a avocação da apuração da irregularidade e da ausência de atendimento a solicitação desta CGU.

Destarte, tal orientação do INSS deve ser revista na forma dos princípios que regem a atuação da Administração Pública, contudo sem desconsiderar a obrigatoriedade da instauração de processos disciplinares para efetivar a responsabilização administrativa, conforme previsto nos artigos 143 e 148 da Lei nº 8.112/90. Tal providência é necessária tendo em vista a significativa paralisação, a partir do final do ano passado, das

atividades apuratórias nas corregedorias regionais. Este fato foi apontado em reunião realizada com servidores e dirigentes em todas as unidades regionais inspecionadas no trabalho: Corregedoria Regional I (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), Corregedoria Regional II (São Paulo), Corregedoria Regional III (Rio de Janeiro e Espírito Santo).

b) Uso de servidores do local da infração para apuração das irregularidades:

Não há óbice quanto à redução de gastos com as comissões disciplinares. Todavia, tal orientação necessita ser graduada. Tratando-se de casos de grandes irregularidades ou que envolvam autoridades regionais, recomendável a utilização de servidores de outras localidades para realizar a investigação administrativa. Cabe observar que um dos pressupostos de qualquer atividade de responsabilização é a imparcialidade. Assim, deve ser evitado que as comissões disciplinares sejam compostas por servidores com envolvimento, mesmo mediato, com a situação ou pessoas envolvidas nas irregularidades.

Além da defesa da imparcialidade nas apurações disciplinares, a utilização de servidores de outros Estados serve para a redução do risco pessoal dos componentes das comissões de processo disciplinar. Nas reuniões realizadas nas unidades regionais de corregedorias, quando tratado o tema de apuração de grandes fraudes, os servidores possuem receio de atuarem na localidade onde exercem suas atividades, alegando risco pessoal e familiar.

c) Acórdão nº. 412-2004 – Plenário do Tribunal de Contas da União

Essa decisão, ao considerar os meios utilizados na apuração para os fins a que se destinava, entendeu-os incompatíveis. Para verificar pagamento irregular de ajuda de custo e indenização de transporte a Corte Federal de Contas pautou seu entendimento pela desnecessidade de deslocamento de servidores lotados em outras unidades da federação, bem como incompatível o tempo demandado de apuração para a circunstância apresentada, imediatamente demonstrável pela via documental. Tal atuação desproporcional, afrontando princípio da Administração Pública Federal (vide artigo 2º da Lei 9.784/99), maculou a legitimidade dos gastos havidos. Abaixo transcrição de fragmentos da decisão:

"Segundo o denunciante, a comissão teria incorrido em injustificável excesso de prazo, para apurar situação facilmente verificável mediante o exame de documentos e aplicação das normas legais, levando cerca de dois anos para concluir seus trabalhos e consumindo mais de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) em pagamento de diárias e passagens, para averiguar fato relativo à importância em torno de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).
(...)"

Além da atipicidade da conduta, a impor a nulidade do processo administrativo disciplinar, por falta de justa causa, não se deve ignorar os indícios de retaliação ao servidor, por haver apontado, em artigos técnicos publicados, falhas eventualmente encontradas nos procedimentos da Alfândega a do Rio de Janeiro, na ocasião em que lá desempenhava cargo de chefia.

O excesso de prazo está configurado pelo fato de os trabalhos da comissão processante haverem se prolongado por cerca de dois anos, quando o prazo legal para sua conclusão é de dois meses, admitida uma prorrogação, de igual prazo, nos termos da Lei 8.112/90, notadamente quando se verifica que a irregularidade apontada como causa, para instauração do processo administrativo disciplinar, consistia em circunstância facilmente apurável, pela via documental, não negada pelo acusado, a permitir célere resolução do processo.

(...)

A prorrogação do prazo de conclusão do processo, em conjunto com as sucessivas nomeações de servidores, causaram elevadíssimas despesas com passagens e diárias, potencializadas com a demora, em absoluta desproporção com o dano que se desejaria supostamente apurar e ressarcir."

Dessa forma a manifestação do TCU constante do Acórdão nº. 413/2004, voltada para hipótese concreta ocorrida na Corregedoria da Secretaria da Receita Federal, não veda a utilização de servidores de outras localidades para a apuração disciplinar. O TCU ressalva a desproporção entre o objeto a ser apurado e os gastos abusivamente realizados, sem qualquer justificativa maior. Aponta para que esta utilização seja realizada considerando a adequação entre os meios e os fins, bem com seja motivada objetivando o atendimento do interesse público.

d) Articulação entre as ações de auditoria, corregedoria e força-tarefa:

Necessária a atuação integrada das unidades de corregedoria, auditoria e força-tarefa previdenciária. Essa atuação deve decorrer de planejamento realizado entre as áreas. Para observar a atuação eficiente, as áreas devem realizar articulação permanente, de modo a otimizar o uso dos recursos existentes.

Atualmente, não há integração satisfatória. Recomendável a realização de planejamento integrado de ações para a identificação de fraudes previdenciárias e a criação de rotinas de trabalhos comuns para o intercâmbio de informações.

e) Estrutura das unidades de corregedoria do INSS e capacitação de servidores.

A atividade de apuração de ilícitos administrativos na Administração Pública Federal demanda interesse e planejamento. A autonomia da Corregedoria-Geral obtida a partir do Decreto nº. 4.660/03 deve ser efetivada com a melhoria do aparelhamento das corregedorias e das comissões disciplinares.

Com relação ao treinamento de servidores, verifica-se pelas informações prestadas no Ofício/INSS/CORREG/Nº 121/2004, não ser compatível com a demanda de instauração de processos e a relevância das apurações a serem realizadas pela Corregedoria do INSS. Necessário incremento permanente na qualificação dos servidores que atuam nessa atividade.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria Colegiada do INSS adote as seguintes providências:

- a) dotar a sua Corregedoria-Geral de recursos necessários para cumprir a sua missão institucional de grande importância para o combate à corrupção na Instituição.
- b) integrar os trabalhos das unidades de corregedorias com as atividades de auditoria e da força-tarefa previdenciária, institucionalizando rotinas de trabalhos e planejamentos comuns, de forma a racionalizar e otimizar os resultados na melhoria dos mecanismos de controle e combate a fraude no âmbito previdenciário.

Que a Corregedoria-Geral do INSS e as suas Unidades Regionais adotem as seguintes recomendações:

- a) Não obrigar as comissões disciplinares a concluírem o inquérito administrativo nos prazos da primeira instauração ou prorrogação. Tal conduta pode ferir a finalidade do processo disciplinar no sentido de esclarecer os fatos e apontar os responsáveis, bem como a independência da atuação do colegiado disciplinar.
- b) não declarar nulidade processual em razão apenas da conclusão de apuração disciplinar fora dos prazos previstos na Lei 8.112/90, conforme entendimento firmado pelo STF (MS nº 21.494 e MS nº 22.656).
- c) utilizar servidores de outras unidades da federação na apuração de grandes irregularidades, de fraudes, de ilícitos que envolvam autoridades regionais ou quando a utilização de servidores da localidade possa comprometer a imparcialidade nas apurações disciplinares.
- d) adotar providências para equipar adequadamente as corregedorias regionais do INSS e as comissões disciplinares, mediante realização de levantamento de necessidades. Outrossim, incrementar capacitação dos servidores que atuam em apurações disciplinares.
- e) viabilizar os meios necessários para a atuação autônoma das comissões disciplinares e planejar as ações disciplinares de modo

a evitar atrasos no pagamento de diárias para os membros das comissões disciplinares.

f) realizar planejamento de ações objetivando reduzir o estoque de processos disciplinares pendentes de instauração, incluindo a instauração de processos em metas a serem atingidas pela Corregedoria-Geral do INSS.

g) utilizar adequadamente as orientações constantes do Acórdão nº. 412/2004 - Plenário do TCU, de modo a não obstar a regular e eficiente instauração e condução de apurações disciplinares administrativas.

9.5.2 ASSUNTO - INFRINGÊNCIAS AO REGIME DISCIPLINAR

9.5.2.1 CONSTATAÇÃO:

Descumprimento da jornada de trabalho no INSS, com redução de 2 (duas) horas, sem a contrapartida do desconto previsto em lei.

No subitem 9.4.1.1 do Relatório de Auditoria nº 139816/2004, constou que o INSS, objetivando disciplinar o horário de funcionamento da Instituição, editou a Resolução INSS/DC nº 142, de 13.11.2003, fixando o horário de atendimento das 7 às 19 horas, ininterruptos de segunda a sexta-feira, conforme disposto no item 1 do dispositivo anteriormente mencionado. Estabelece, ainda, que o atendimento ao público nas Unidades de execução das linhas finalísticas deverá ser estabelecido em turnos, item 2 do citado dispositivo.

Em razão de a Resolução englobar, no item 4, as atividades desenvolvidas pelo Instituto (Órgão Central e Gerências Executivas) em desacordo com o que disciplina o artigo 19 da Lei nº 8.112/90 e o artigo 3º do Decreto nº 1.590, de 10.8.1995, alterado pelo Decreto nº 4.836, de 9.9.2003, quando estabeleceu que seria de 6 (seis) horas diárias, com carga horária semanal de 30 (trinta horas) a jornada de trabalho dos ocupantes de cargos e provimentos efetivos do Instituto, recomendamos o que segue:

"Recomendamos adoção de medidas por parte do Instituto de modo a disciplinar adequadamente o horário de funcionamento e da jornada de trabalho dos servidores ocupantes de cargos e provimentos efetivos do INSS, e a distinção entre as atividades internas (administrativas e normativas) das externas (de atendimento ao público), de modo a suprir as demandas de recursos humanos existentes nas Agências da Previdência Social e assegurar o cumprimento da legislação que facultada ao dirigente máximo do órgão ou da entidade autorizar os servidores a cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias nessa situação, desde que haja atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno."

Com a finalidade de verificar as providências adotadas pelo INSS em relação a recomendação supracitada e no que se refere ao horário de funcionamento das Agências da Previdência Social no Distrito Federal para o atendimento ao público, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 160221-23, de 26.4.2005.

Ainda, com a finalidade de verificar o horário de funcionamento e da jornada de trabalho dos servidores ocupantes de cargos e provimentos efetivos do INSS nas Gerências-Executivas nos estados do Rio Grande do Sul, Amazonas, Rio Grande do Norte, Pará, Amapá, Mato Grosso do Sul, Tocantins, foram realizados pelas Controladorias-Gerais da União nos respectivos estados, a avaliação do cumprimento da Resolução INSS/DC nº 142, de 13.11.2003, respaldada nos Arts. 1º e 3º do Decreto nº 1.590, de 10.8.1995, alterado pelo Decreto nº 4.836, de 9.9.2003, com os seguintes resultados:

a) Gerência Executiva em Porto Alegre/RS - Relatório de Auditoria nº 153692/2004:

Não foi apresentada a relação de servidores, os horários cumpridos e os horários de funcionamento estabelecidos.

b) Gerência Executiva INSS em Manaus/AM - Relatório de Auditoria nº 153390/2004:

Embora o horário de funcionamento das Agências seja compreendido entre 7h às 19h, ininterruptos, de segunda a sexta-feira, foi verificado que a Gerência Executiva funciona em 2 turnos, sendo o primeiro de 8h às 14h e o segundo de 11h às 17h. As demais 8 APS atendem das 8h às 14h.

c) Gerência Executiva em Natal/RN - Relatório de Auditoria nº 153404/2004:

Conforme informações da Seção de Recursos Humanos, a Gerência Executiva funciona regularmente de 7h às 18h, em dois turnos de 6 horas diárias. Ainda de acordo com o quadro de horário dos servidores, as chefias imediatas organizaram horários em períodos variados, que totalizam 6 horas diárias. Porém, o horário estabelecido pela Resolução INSS/DC/Nº 142/2003 compreende o período de 7h às 19h, ininterruptamente, de segunda a sexta-feira.

d) Gerência Executiva INSS em Belém/PA - Relatório de Auditoria nº 153397/2004:

A jornada de trabalho adotada na Gerência é de 6 horas diárias, em desacordo com a legislação vigente sobre o assunto. Foi constatado, também, descumprimento do horário de atendimento ao público.

e) Gerência Executiva em Macapá/AP - Relatório de Auditoria nº 153391/2004:

Foi constatado que os servidores estão cumprindo jornada diária de 6 horas ininterruptas de trabalho, exceto os servidores detentores de cargos em comissão e os auditores fiscais, que

cumprem jornada diária de 8 horas diárias. Não foi informado quanto ao horário de atendimento.

f) Gerência Executiva em Campo Grande/MS - Relatório de Auditoria nº 153394/2004:

Foi constatado o estabelecimento de jornada de trabalho diferenciada sem o devido suporte legal e regulamentar. O Gestor não apresentou justificativas sobre o assunto. Foi recomendado à adequação dos horários ao que determina a legislação vigente sobre o assunto.

g) Gerência Executiva em Palmas/TO - Relatório de Auditoria nº 153402/2004:

O horário de funcionamento da Gerência Executiva e das APS em Tocantins é de 8 às 18 horas, sendo que o atendimento ao público é efetuado ininterruptamente de 8 às 14 horas. Foi constatado que os servidores que exercem cargo em comissão, os AFPS, os médicos e os procuradores federais não cumprem jornada de trabalho reduzida. Porém, foi recomendado afixar em local visível aos usuários dos serviços previdenciários, quadro permanentemente atualizado com escala nominal dos servidores que trabalharem em regime de 6 horas diárias, conforme determinado no art. 3º, § 2º do Decreto nº 1.590/95, alterado pelo Decreto nº 4.836/03.

Diante do exposto, emitimos as Solicitações de Auditoria nºs 160221-23 e 41, com a finalidade de obter os esclarecimentos sobre os atos disciplinadores do horário de funcionamento e jornada de trabalho dos órgãos com características de atendimento ao público.

JUSTIFICATIVA:

Em resposta a Solicitação de Auditoria nº 160221.23/2005, por intermédio do Ofício nº 169/INSS/CGARH, de 13.5.2005, a Coordenação-Geral de Administração de recursos Humanos, informou que as Agências da Previdência Social vinculadas à Gerência-Executiva do Distrito Federal estão funcionando no horário das 8:00 às 14:00 h.

Informou, ainda, que a fim de possibilitar melhor atendimento ao público, sem a interrupção dos serviços, foram apresentadas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão as necessidades de Concurso Público para suprir a demanda de pessoal.

Com relação às indagações formuladas por meio da Solicitação de Auditoria 160.221-41/2005, citada anteriormente, a Diretora de Recursos Humanos por intermédio do Ofício nº 637/INSS/DC/DIRRH, de 28.7.2005, esclareceu o que segue:

"(...)

02. Relativamente a primeira indagação, cumpre-nos destacar os itens 1, 2 e 3 da Resolução/INSS/DCPRES nº 142, de 13.11.2003:

1. O funcionamento do Instituto Nacional do Seguro Social deverá estar compreendido no período de 7:00 às 19:00 horas, ininterruptos, de segunda a sexta-feira.

2. O horário de atendimento ao público nas Unidades de execução das linhas finalísticas deverá ser estabelecido em turnos.

3. Os Superintendentes e, onde não houver, os Gerentes Executivos estabelecerão, dentro do período fixado no item 1, horário de funcionamento dos seus respectivos Órgãos, consideradas a conveniência do serviço e as peculiaridades de cada Estado. (destacamos)

03. Conforme determina o item 3 o horário de funcionamento é estabelecido pelos Superintendentes e, onde não houver pelos Gerentes Executivos, considerando que a informação do horário de funcionamento para atendimento ao público nas Agências da Previdência Social vinculadas à Gerência Executiva/DF compreendido no período de 08:00 às 14:00 horas, foi informado pela Seção de Recursos Humanos da citada Gerência Executiva, razão pela qual expedimos memorando conforme (cópia anexa), solicitando informar, a adoção de tal carga horária para a atividade de atendimento ao público nas APS do Distrito Federal.

04. Quanto a distribuição de vagas do Concurso Público de 2003, esclarecemos que Edital nº 1/2003-INSS, de 15 de Janeiro de 2003, publicado no DOU de 16-01-2003, estabeleceu em seu anexo, a distribuição de vagas por microrregião, destacamos abaixo a distribuição para o Distrito Federal:

ANEXO I

Quadro de distribuição de vagas por microrregião.

Microrregiões	UF	GERÊNCIA EXECUTIVA	AGÊNCIA DE LOTAÇÃO	Vagas por cargo	
				Analista	Técnico
15	DF	Direção-Geral/Distrito Federal (GEXDF)	Brasília/DF-Sede	90	30
15	DF	Direção-Geral/Distrito Federal (GEXDF)	APS Brasília-Plano Piloto	5	0
15	DF	Direção-Geral/Distrito Federal (GEXDF)	APS Luziânia	2	0
15	DF	Direção-Geral/Distrito Federal (GEXDF)	APS Taguatinga-Top Mall	3	0
15	DF	Direção-Geral/Distrito Federal (GEXDF)	APS Unai	2	2

Microrregião	UF	GERÊNCIA EXECUTIVA	AGÊNCIA DE LOTAÇÃO	Vagas por cargo	
15	DF	Direção-Geral/Distrito Federal (GEXDF)	UAA Formosa	0	2

05. Acrescentamos que o concurso público realizado no INSS em 2003, foi o primeiro após um período de mais de dezoito anos, assim a carência de recursos humanos era bastante acentuada em todas as áreas do INSS. A pretensão original de vagas era de 10.706, conforme Aviso/MPS nº 266, de 15-08-2002. Todavia foi autorizado pela Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 1, de 09-01-2003, publicada no DOU de 10-01-2003, a realização do concurso para a nomeação de três mil e oitocentos cargo do Quadro de Pessoal deste Instituto, conforme discriminação a seguir:

Cargo	Vagas
Analista Previdenciário	1.525
Técnico Previdenciário	2.275
Total	3.800

06. As vagas então autorizadas, basicamente substituíram a força de trabalho composta por terceirizados, 3.900 prestadores de serviço, cujo contrato deve seu fim determinado pelo Tribunal de Contas da União-TCU, ao vetar terminantemente a execução por estes de tarefas típicas de servidor público, consoante Acórdão Decisão TCU nº 1248/2002-Plenário.

07. No último concurso o Edital nº 1-Dez/2004, publicado no DOU de 30-11-2004, a distribuição de vagas foi efetivada por Gerência Executiva, sendo para a Gerência Executiva do INSS/Distrito Federal o seguinte número de vagas:

ANEXO I VAGAS

UF	MUNICÍPIOS / GERÊNCIAS EXECUTIVAS	Analista Previdenciário com formação em Ciências Contábeis	Vagas para Deficientes Físicos	Analista Previdenciário com qualquer formação de nível superior	Vagas para Deficientes Físicos	Perito Médico da Previdência Social	vagas para Deficientes Físicos	Técnico Previdenciário	Vagas para Deficientes Físicos
DF	DIRETORIA COLEGIADA	20	-	-	-	4	-	-	-
	DISTRITO FEDERAL	2	-	-	-	35	2	9	1

08. O local de exercício desses novos servidores foi estabelecido pelo item 12.8, do citado edital:

"12.8 - O candidato, ao tomar posse, ficará vinculado à Gerência Executiva para a qual foi aprovado, cabendo ao

respectivo Gerente Executivo colocá-lo **em exercício nas Agências da Previdência Social a ele subordinadas**, e de acordo com o interesse da Administração."

09. Isto posto, esclarecemos que tão-logo tenhamos o retorno da solicitação efetivada à Gerência Executiva do Distrito Federal, estaremos complementando as informações.

As Gerências Executivas apresentaram as seguintes justificativas:

Palmas/TO, Campo Grande/MS e Macapá/AP: Não foram apresentadas justificativas.

Belém/PA: O gestor justificou o horário adotado apresentando a Resolução Interna INSS/DC nº 143/2003 editada em 13/11/2003 que, em seu item 4, regula a jornada de trabalho a ser cumprida pelos ocupantes de cargo efetivo lotados nos seus órgãos, conforme a seguir transcrito:

"A jornada de trabalho dos servidores do Instituto ocupantes de cargos de provimento efetivo será de 6 (seis) horas diárias, estando os mesmos sujeitos a carga horária semanal de 30 (trinta) horas, exceto os cargos estabelecidos em lei específica"

Em resposta ao Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.02.2005, referente aos relatórios encaminhados ao Diretor-Presidente do INSS, foram apresentadas as seguintes informações/providências:

Gex Palmas/TO: Informamos que já foi solicitado a todas as APSs, serviços e seções desta Gex para que seja afixado o quadro de servidores com dias e horários dos seus expedientes. Na Capital (Palmas), a solicitação já foi atendida.

RESPONSÁVEL(IS) POTENCIAL(IS):

CPF	NOME	CARGO
085.453.241-20	LUCIA HELENA DE CARVALHO	DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
740.221.488-53	TAITI INENAMI	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
008.349.391-34	CARLOS GOMES BEZERRA	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
012.420.648-42	BENEDITO ADALBERTO BRUNCA	DIRETOR DE BENEFÍCIO
471.824.900-72	EDUARDO BASSO	DIRETOR DE BENEFÍCIO
025.195.774-87	RUI CESAR DE VASCONCELOS LEITÃO	DIRETOR DE BENEFÍCIO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus	Procurador Chefe da Procuradoria

	Guedes	Federal Especializada/INSS
--	--------	----------------------------

Além de todos os Gerentes Executivos do INSS, em 2004.

AVALIAÇÃO DA SFC

Diante do exposto, o horário de funcionamento das Agências da Previdência Social do INSS, que vêm prestando o atendimento ao público de 8:00 às 14:00, contraria frontalmente os arts. 1º e 3º do Decreto nº 1.590, de 10.8.1995, alterado pelo Decreto nº 4.836, de 9.9.2003 e os itens 1 e 2 da Resolução INSS/DC nº 142, de 13.11.2003, além de atentar contra os Princípios da Administração Pública (Art. 11 da Lei nº 8.429/92).

No que diz respeito à adequação do horário de funcionamento e da jornada de trabalho dos servidores ocupantes de cargos e provimentos efetivos do INSS, e à distinção entre as cargas horárias das atividades internas (meio) e externas (de atendimento ao público), conforme preceitua o artigo 19 da Lei nº 8.112/90 e os artigos 1º e 3º do Decreto nº 1.590, de 10.8.1995, alterado pelo Decreto nº 4.836, de 9.9.2003, a citada Coordenação-Geral não se manifestou sobre o assunto, comentando somente sobre a necessidade de abertura de concurso para suprir a demanda por servidor.

É importante ressaltar, face a colocação da necessidade de servidores para adequação do horário de funcionamento, que conforme o Quadro de Pessoal do INSS, a área fim, detém 71,6%, isto é, 29.220 servidores, do contingente total da Instituição que é de 41.765 servidores. Esta quantidade foi considerada ideal pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria INSS/DIRADM nº 22, de 2.2.2001. Desse modo deve ser adotada providência no sentido de reavaliar a real necessidade da área fim, de atendimento, para adequá-la ao contingente existente.

Cabe neste momento registrar, num breve relato, que o INSS desenvolveu o Projeto denominado Programa de Melhoria no Atendimento da Previdência Social - PMA, onde foi investida uma soma considerável de recursos voltados a modernizar as instalações das Agências da Previdência Social para propiciar agilidade e qualidade da prestação dos serviços, tendo como ponto de apoio a comodidade dos usuários e a ampliação do controle social. Neste contexto, as Agências da Previdência Social, prestariam atendimento ao público das 7 às 19 horas, ininterruptamente de segunda-feira a sexta-feira.

Conforme os fatos relatados, observa-se que toda concepção inicial do Projeto PMA vem sendo desarticulada, em prejuízo ao enfoque central do Projeto que era o de melhoria no atendimento ao público usuário da Previdência Social. A causa principal está diretamente ligada ao descumprimento dos dispositivos anteriormente mencionados, uma vez que a grande maioria das Agências da Previdência Social vem prestando o atendimento ao público em desacordo com o estabelecido, no horário corrido de 6

horas, provocando com isto, além da infringência aos Princípios da Administração Pública, transtornos aos segurados da Previdência Social.

Outro aspecto relevante, diz respeito à jornada de trabalho atualmente cumprida pelos servidores do INSS, que contraria o artigo 19 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que a condição que permite a redução de horário, com a manutenção da remuneração correspondente a 40 horas semanais (8 h diárias) é aquela prevista no artigo 3º do Decreto nº 1.590/95, alterado pelo Decreto nº 4.836/2003, ou seja, com redução do vencimento. No caso dos serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escala, em período ininterrupto, em função de atendimento ao público, a jornada de trabalho será de 6 horas diárias, em cada turno.

Ressaltamos que o INSS vem adotando 6 horas como jornada de trabalho para todos seus servidores de cargos de provimento efetivo, excluindo os cargos estabelecidos em lei específica e os servidores detentores de DAS/FG, fundamentado pelo Memorando Circular INSS/DIRRH Nº. 50, de 23.6.2003, e Resolução INSS/DC Nº 142, de 13.11.2003, conforme foi evidenciado nesta Auditoria de Gestão, assinado pela Diretora de Recursos Humanos do INSS e Diretoria Colegiada, respectivamente, sem o devido embasamento legal.

O não cumprimento, por parte do INSS, das regulamentações que tratam do horário de atendimento ao público e conseqüentemente da jornada de trabalho por parte dos servidores, vem ocasionando um prejuízo potencial aos cofres públicos cerca de R\$ 340 milhões, devendo ser excluído desse valor os totais das remunerações dos servidores que recebem DAS/FG, dos médicos peritos, dos auditores fiscais e dos servidores das agências com funcionamento de dois turnos.

Outro ponto que merece ser abordado, diz respeito ao contra-senso entre a carência de servidores (solicitação de concurso público pelo INSS) e a redução da jornada de trabalho, onde chegamos a conclusão que a gestão de pessoas dentro da Previdência Social está ocorrendo de forma inadequada, prejudicando a principal missão institucional do INSS que é o atendimento aos segurados no reconhecimento dos seus direitos para a tão sonhada aposentadoria.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria Colegiada do INSS adote medidas no sentido de restabelecer a jornada de trabalho e o horário de funcionamento de acordo com o que preceitua o Decreto nº 1.590, de 10.8.1995, alterado pelo Decreto nº 4.836, de 9.9.2003.

Recomendamos, ainda, rever a jornada de trabalho e o horário de funcionamento de forma a distinguir as atividades de atendimento das atividades administrativas e normativas, estas

últimas para cumprimento do que preceitua o art. 19 da Lei nº 8.112/90.

Que adote providências para apurar responsabilidade pelo não cumprimento dos mencionados Decretos, principalmente no que diz respeito à fragilidade no atendimento dos segurados previdenciários e a redução da jornada de trabalho dos servidores do INSS, não amparada pelo Decreto, uma vez que não estão ocorrendo reduções nos salários correspondentes às duas horas não trabalhadas, causando um prejuízo de cerca de R\$ 340 milhões, valor este sem as devidas compensações, conforme já informado anteriormente.

9.6. SUBÁREA: INDENIZAÇÕES

9.6.1. ASSUNTO: DIÁRIAS/DESLOCAMENTOS

9.6.1.1. - INFORMAÇÃO:

Nos trabalhos referentes à auditoria de acompanhamento de gestão realizado nas Gerências Executivas do INSS nos Estados, por meio de descentralização promovida por esta DSPAS nas unidades da CGU estaduais, verificou-se que não houve irregularidades na concessão de diárias nas Gerências Executivas do INSS em Teresina/PI (Relatório CGU nº 153400) e Campo Grande/MS (Relatório CGU nº 153394). Entretanto, foram identificadas impropriedades nas Gerências Executivas de: Manaus/AM (Relatório CGU nº 153390), Belém/PA (Relatório CGU nº 153397), Palmas/TO (Relatório CGU nº 153402), Macapá/AP (Relatório CGU nº 153391), Recife/PE (Relatório CGU nº 153399), Porto Alegre/RS (Relatório CGU nº 153692), Vitória/ES (Relatório CGU nº 153392), São Paulo/SP (Relatório CGU nº 153406), Rio Branco/AC (Relatório CGU nº 153389), Natal/RN (Relatório CGU nº 153404) e João Pessoa/PB (Relatório CGU nº 153398). Esclarecemos que os levantamentos realizados pelas CGU estaduais foram por amostragem.

Os mencionados relatórios foram encaminhados ao Diretor Presidente do INSS para conhecimento e providência, por meio do Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.02.2005.

Os resultados dos trabalhos serão relatados nos itens a seguir.

9.6.1.2 - CONSTATAÇÃO:

Concessão de diária para pagamento de viagens realizadas a regiões dentro da área metropolitana.

As Gerências Executivas do INSS em Natal/RN, João Pessoa/PB e Porto Alegre/RS realizaram pagamento de diárias a

servidores que se deslocaram para a região metropolitana, em desacordo ao que determina o artigo 58, § 3º da lei 8.112/90.

JUSTIFICATIVAS DOS GESTORES:

Gex João Pessoa/PB: Considerando que as diárias para as áreas abrangidas pela região metropolitana foram pagas devido aos treinamentos terem sido efetuados em regime de imersão, justificando o deslocamento fora da sede, assiste razão para a concessão das diárias propostas nos deslocamentos em questão.

Gex Natal/RN: Apesar de a viagem ter ocorrido dentro da mesma região metropolitana, observa-se que o deslocamento não está constituído por municípios limítrofes, razão pela qual foi efetuado o pagamento das diárias, haja vista que o servidor fará jus à metade do valor das diárias quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede e desde que os municípios de origem e destino não sejam limítrofes. Há manifestação expressa do RH da Gex Natal no sentido de se permitir o pagamento de tal indenização, haja vista que a cidade de Ceará-Mirim /RN não é limítrofe com Natal/RN.

Gex Porto Alegre/RS: O servidor foi comunicado para proceder à devolução à Conta Única dos valores pagos indevidamente.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
		Gerente Executivo do INSS em Natal/RN no exercício de 2004
		Gerente Executivo do INSS em Porto Alegre/RS no exercício de 2004
		Gerente Executivo do INSS em João Pessoa/PB no exercício de 2004

AValiação da SFC:

Com relação às justificativas apresentadas pelas Gerências Executivas verificamos que a Gex Porto Alegre/RS acatou a recomendação da SFC. Na Gex Natal/RN, conforme Leis Complementares Estaduais nºs 152, de 16.01.97 e 221, de 10.01.2002, os Municípios de Natal, Ceará-Mirim, Extremoz, Macaíba, Nízia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e São José do Mipibu, fazem parte da região metropolitana de Natal, portanto é vedada a concessão de diárias para deslocamento a esses municípios, salvo se houver pernoite fora da sede, conforme disposto §3º do artigo 58 da Lei nº 8.112/90, com redação dada pela Lei nº 9.527/97. Na Gex João Pessoa/PB as alegações do Gestor referidas no documento apresentado em 31/1/05, apresentadas pelo Setor de Recursos Humanos da Gerência, não abrangeram o item questionado, ou seja, o pagamento de meia-diária para região metropolitana de João Pessoa-PB.

Portanto, o assunto permanece PENDENTE nas Gerências de Natal/RN e João Pessoa/PB.

RECOMENDAÇÃO DA SFC:

Em síntese foi recomendado às Gerências restituir aos cofres públicos os valores pagos indevidamente e atentar para que não se conceda diárias a servidores que se deslocarem para municípios pertencentes à região metropolitana, evitando que situações como esta se repitam.

9.6.1.3 - CONSTATAÇÃO:

Ausência de comprovação de embarque e desembarque, por meio de bilhete de passagem, nos processos referentes às Propostas de Viagens - PV.

Nas Gerências Executivas do INSS em Palmas/TO, Macapá/AP, Recife/PE, Belém/PA, Vitória/ES, São Paulo/SP, Rio Branco/AC, Natal/RN e Manaus/AM foram identificados processos com ausência de comprovação de embarque e desembarque, por meio de bilhete de passagem.

JUSTIFICATIVAS DOS GESTORES:

Gex Palmas/TO, Vitória/ES, Rio Branco/AC: Não foram apresentadas justificativas.

Gex Macapá/AP: No retorno à sede, o servidor devolverá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do retorno da viagem, os bilhetes de passagens aéreas e os canchotos dos cartões de embarque, ou os comprovantes de passagens terrestres, à Unidade emitente da PV, para compor o processo de prestação de contas. Nos casos de não ocorrer devolução em razão do extravio do bilhete de passagem, será o fato declarado e justificado pelo servidor, no verso da PV, com visto de concordância da chefia superior. Estaremos advertindo os servidores que não apresentarem justificativas.

Gex Recife/PE: Em referência ao controle dos Bilhetes de Passagens e Relatórios de Viagens, os mesmos não são de competência do Serviço de Orçamento, Finanças e Contabilidade, já solicitamos através de Memorandos e e-mails que até a presente data não foram respondidos.

Gex Belém/PA: A ausência de entrega dos bilhetes de passagem aérea ao serviço de finanças deveu-se ao fato da impossibilidade de fazê-lo, tendo em vista que tais bilhetes eram emitidos eletronicamente, ou seja, não havia a emissão de bilhetes em meio

papel, mas sim de e-ticket, que é bilhete virtual..." e "... já a não entrega dos cartões de embarque, deve-se ao entendimento deste servidor de que, por se tratar de convocação originado da DIPROF, sobre a qual não havia qualquer ingerência da Gerência Belém, tal prestação de contas deveria ser feita à DIPROF. Entretanto, tendo em vista a solicitação exarada no expediente da CGU, estamos anexando a esta justificativa, cópia dos cartões de embarque, referentes ao início da convocação a SP, em 12/04/2004 e do término da convocação, em 21/05/2004.

- **Procuradoria:** Em relação aos bilhetes de passagens aéreas e canhotos dos cartões de embarques informamos que os mesmos não foram apresentados devido ao acúmulo de serviço, mas já reiteramos o pedido aos Procuradores e Servidores Administrativos para arquivamento em das respectivas Propostas de Viagens.

Gex São Paulo/SP: Por uso e costumes as cópias de passagens rodoviárias são anexadas nas APs (reembolso de passagens) e arquivadas em pasta separada das PVs. Só são emitidas APs aos servidores que apresentam os respectivos bilhetes. Os bilhetes de passagens aéreas são anexadas junto as PVs. Quanto aos que estavam faltando, providenciamos junto aos servidores, através de e-mail, para que apresentem os mesmos.

Gex Natal/RN: PV nº 23116, 23108, 23132 (Maria do Socorro Cavalcante, Luiz Carlos Ferreira da Silva e Francisco de Melo Sobrinho), não apresentaram bilhetes de passagem para reembolso, portanto deixamos de proceder ao respectivo pagamento. PV 38949 (Francisco das Chagas Santana do Nascimento) apresentou bilhete de passagem de volta, com rasura, portanto não foi possível realizar o pagamento.

Gex Manaus/AM: A Seção de Recursos Humanos através de Memorando Circular comunicou a todas as unidades administrativas desta Gex, inclusive que fosse cientificado todos os servidores, sobre a obrigatoriedade da devolução do bilhete de passagem. Com relação a dois casos específicos de servidores apontados na auditoria, os mesmos encontram-se viajando a serviço, sem previsão de retorno.

Em resposta ao Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.02.2005, referente aos relatórios encaminhados ao Diretor-Presidente do INSS, foram apresentadas as seguintes informações/providências:

Gex Palmas/TO: Está sendo solicitado os comprovantes de passagens/embarque a todos os servidores da Receita Previdenciária que utilizarem-se de transporte aéreo para fins de atendimento ao disposto na legislação.

Gex São Paulo/SP: Anexamos aos pedidos de viagem - PVs os bilhetes aéreos e rodoviários atendendo ao normativo.

Gex João Pessoa/PB: Atendido conforme memorando/INSS/SRH nº 120, de 15/04/2005.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
		Gerente Executivo do INSS em Natal/RN no exercício de 2004
		Gerente Executivo do INSS em Rio Branco/AC no exercício de 2004
		Gerente Executivo do INSS em Palmas/TO no exercício de 2004
		Gerente Executivo do INSS em Macapá/AP no exercício de 2004
		Gerente Executivo do INSS em Recife/PE no exercício de 2004
		Gerente Executivo do INSS em Belém/PA no exercício de 2004
		Gerente Executivo do INSS em São Paulo/SP no exercício de 2004
		Gerente Executivo do INSS em Vitória/ES no exercício de 2004
		Gerente Executivo do INSS em Manaus/AM no exercício de 2004

AVALIAÇÃO DA SFC:

Conforme podemos observar nas justificativas apresentadas, as Gerências Executivas estão adotando as providências necessárias para que este fato não ocorra novamente.

RECOMENDAÇÃO DA SFC:

Recomendamos às Gerências anexar às PV's todos os documentos que comprovem as informações nelas existentes, tais como: passagens, comprovantes de embarque, instrumentos de convocação, devoluções de diárias, compensação e/ou devolução de valores pagos indevidamente. No tocante à Gex Recife/PE, o responsável pelo Setor de Serviço de Orçamento, Finanças e Contabilidade da GEX/RECIFE não pode se eximir da corresponsabilidade pelos atos praticados, uma vez que o pagamento de qualquer despesa pública está condicionado à observância da legislação e normas gerais e específicas que regem sua execução.

9.6.1.4 - CONSTATAÇÃO:

Ausência de justificativa em casos de concessão de diárias iniciadas ou finalizadas em sábados, domingos e feriados.

Na Gerência Executiva do INSS em Palmas/TO, foram identificados processos com ausência de justificativa em casos de concessão de diárias iniciadas ou finalizadas em sábados, domingos e feriados.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não foram apresentadas justificativas.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
		Gerente Executivo do INSS em Palmas/TO no exercício de 2004

AVALIAÇÃO DA SFC:

A não apresentação de justificativa sobre a concessão de diárias iniciadas ou finalizadas em sábados, domingos e feriados configura irregularidade e deve ser apurada pela Gerência Executiva. Assunto PENDENTE de regularização.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Gex inclua no processo correspondente à PV a respectiva justificativa em casos de concessão de diárias iniciadas ou finalizadas em sábados, domingos e feriados.

9.6.1.5 - CONSTATAÇÃO:

Falta de pagamento antecipado das Diárias, referentes a PVs com infração ao que dispõe o Art. 6º do Decreto 343/1991.

Nas Gerências Executivas do INSS de Macapá/AP e Recife/PE foram identificados processos com falta de pagamento antecipado das Diárias, referentes às PVs com infração ao que dispõe o Art. 6º do Decreto 343/1991.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não foram apresentadas justificativas.

Em resposta ao Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.02.2005, referente aos relatórios encaminhados ao Diretor-Presidente do INSS, foram apresentadas as seguintes informações/providências:

Gex Recife/PE: Em providência no que refere a constatação e a recomendação quanto ao cumprimento do Decreto 343, ratificamos que, por não ser de responsabilidade deste Serviço, emitiremos circulares solicitando aos órgãos emissores o cumprimento do Decreto, salientando que quanto ao pagamento das diárias, ficamos condicionados à Direção Central.

Gex Macapá/AP: Compete à central de convocações e o setor correspondente de cada servidor que é responsável pela emissão das PVs e deve justificar.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
		Gerente Executivo do INSS em Recife/PE
		Gerente Executivo do INSS em Macapá/AP

AVALIAÇÃO DA SFC:

Apesar das justificativas apresentadas, as Gerências Executivas, por serem Unidades Gestoras, são responsáveis pela gestão das diárias e devem atentar para o disposto no Decreto 343/1991, no caso em tela, especificamente o artigo 6º.

RECOMENDAÇÃO DA SFC:

Recomendamos aos Gestores que implementem medidas a fim de que na formalização das PVS seja observado rigorosamente o disposto no Art. 6º do Decreto 343, de 19 de novembro de 1991, e no artigo 3º da Portaria/MP nº98.

9.6.1.6 – CONSTATAÇÃO:

Concessão de diárias para realizar trabalhos em sede diferente de seu exercício e por períodos prolongados.

Nas Gerências Executivas do INSS em Recife/PE e São Paulo/SP foi identificada concessão de diárias para realizar trabalhos em sede diferente de seu exercício e por períodos prolongados.

JUSTIFICATIVAS DOS GESTORES:

Gex Recife/PE: Não foram apresentadas justificativas.

Gex São Paulo/SP: Esta Corregedoria Regional encontra-se com o quadro de servidores em número muito abaixo do ideal e, conseqüentemente, para atendermos as exigências legais quanto ao prazo de instauração de procedimentos disciplinares (prazo prescricional - advertência: 6 meses a contar do recebimento; suspensão: 2 anos a contar do recebimento e demissão: 5 anos), sob pena de responsabilização funcional, somos obrigados a convocar servidores de outras localidades para comporem as comissões de inquérito.

Na medida do possível, buscamos utilizar a mão de obra disponível na própria localidade, no entanto devem ser respeitadas as questões de suspeição e capacitação técnica.

Esclarecemos, ainda, que a situação atípica desta Corregedoria, em diversas oportunidades, foi comunicada à Corregedoria Geral e, neste sentido, acreditamos que providências estão sendo adotadas para amenizar a situação. Da mesma forma, com os treinamentos que estão sendo programados pela ESAF no próximo exercício sobre Processo Administrativo Disciplinar, estamos na expectativa de

aumentarmos o quadro de servidores para atuação na área de corregedoria.

No tocante ao pagamento de diárias corridas, esclarecemos que as Comissões de Inquérito são constituídas por prazo legal contínuo, ou seja, prazo inicial 60 dias, com possibilidade de prorrogação por mais 60 dias. Logo, devem, obrigatoriamente, funcionar ininterruptamente, com atendimento em todos os dias úteis.

Conforme salientado, CASO OS SERVIDORES RETORNASSEM em finais de semana para as suas respectivas lotações, teríamos que arcar com os custos de transporte, inclusive passagens aéreas, indenização do art.9º, o que, certamente, elevaria os custos despendidos. Há de considerar, ainda, que na hipótese aventada, os deslocamentos ocorreriam nas 2ª feiras e 6ª feiras (dias de trânsito) e, por óbvio, o ritmo das apurações restaria comprometido.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
		Gerente Executivo do INSS em Recife/PE
		Gerente Executivo do INSS em São Paulo/SP

AVALIAÇÃO DA SFC:

Com base no princípio da economicidade, inerente ao serviço público, e em observância ao artigo 58 da lei nº 8.112/90, que determina a eventualidade e transitoriedade do deslocamento de servidores, as Unidades devem adequar seu planejamento operacional ao quadro de servidores disponível ou solicitar junto ao Órgão Central reforço de pessoal.

Ressaltamos que esse problema vem acontecendo em todas as Unidades Descentralizadas do INSS.

RECOMENDAÇÃO DA SFC:

Recomendamos observar o atendimento ao disposto no art. 58 da Lei 8.112/90, quanto ao caráter eventual e transitório, na concessão de diárias, abstendo-se desse tipo de concessão por períodos prolongados.

9.6.1.7 CONSTATAÇÃO:

Inconsistência de dados no SIAPE, pagamento de diárias para servidor em período previsto de férias.

Na Gerência Executiva do INSS em São Paulo/SP foi identificado pagamento de diárias para servidor em período previsto de férias.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

A Corregedoria apresentou a seguinte justificativa:

Nos períodos em que houve pagamento de diária, efetivamente, os servidores estiveram em atividade nesta Corregedoria Regional. Assim, acreditamos que os respectivos Serviços de Recursos Humanos devem ser instados a apresentarem as informações necessárias a respeito, ou seja, se houve pagamento de diárias e, neste caso, providenciar a devida devolução. Importa salientar que, esta Corregedoria Regional não faz controle e acompanhamento do período de férias de servidores convocados, até porque não tem os documentos e informações a esse respeito.

A Chefia do Serviço de Recursos Humanos apresentou a seguinte justificativa:

Relativamente aos problemas detectados quanto às concessões de diárias prolongadas ou em períodos concomitantes às férias de servidores, acrescentamos ao já informado por este Serviço, que a fim de evitar que fatos semelhantes voltem a ocorrer nas diversas unidades administrativamente ligadas a esta Gerência, informamos que notificaremos a todos os setores emissores de propostas de viagem e autoridades responsáveis pelas convocações quanto às observações contidas no relatório de auditoria encaminhado pelo referenciado ofício.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
		Gerente Executivo do INSS em São Paulo/SP

AVALIAÇÃO DA SFC:

No entendimento dado pela Área de Recursos Humanos da GEX, verificamos que a Unidade está adotando medidas para que o fato não se repita.

No tocante aos fatos pontuais apontados, deverão ser apurados e, se restar comprovada irregularidade, a situação deve ser regularizada.

RECOMENDAÇÃO:

Proceder à alteração de férias em prazo que possibilite o seu lançamento no SIAPE e manter atualizados os registros dos períodos de férias no SIAPE.

Verificar se houve pagamento de diárias em período de férias para o servidor Eduardo Pereira Feitosa. Caso seja confirmado, a situação deve ser regularizada.

Apurar, junto aos respectivos órgãos de origem dos servidores relacionados na tabela, o efetivo período de férias e obter, se for o caso, a restituição das diárias pagas indevidamente.

9.6.1.8 CONSTATAÇÃO:

Pagamento de diárias em duplicidade

Na Gerência Executiva do INSS em São Paulo/SP foi identificado pagamento de diárias em duplicidade.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Com relação às diárias pagas em duplicidade, o Serviço de Orçamento Contabilidade e Finanças emitiu, contra o servidor Eneas Muniz Chaves, Guia de Recolhimento da União dos valores pagos indevidamente.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
		Gerente Executivo do INSS em São Paulo/SP

AValiação DA SFC:

As providências foram adotadas. Ficou PENDENTE a confirmação da restituição via autenticação na Guia de Recolhimento.

RECOMENDAÇÃO:

Que a a Gerência Executiva do INSS em São Paulo encaminhe a restituição de diárias do servidor.

10. ÁREA - GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

10.1 SUBÁREA - CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS

10.1.1 ASSUNTO - FORMALIZAÇÃO LEGAL

10.1.1.1 CONSTATAÇÃO:

Processos DATAPREV, exercício de 2004: Pagamento de faturas referentes a prestação de serviços sem cobertura contratual por meio de reconhecimento de dívida.

Na tabela a seguir apresentada, verificamos os empenhos liquidados, por modalidade de licitação, no exercício de 2004, pela Unidade Gestora 512006 - Coordenação-Geral de Apoio a Diretoria Colegiada/INSS:

Modalidade	Valor liquidado no exercício (R\$)	% sobre o valor total
Convite	75.677,74	0,013%
Tomada de preço	112.585,57	0,019%
Concorrência	17.424.457,59	2,990%
Dispensa de Licitação	364.207.288,20	62,49%
Inexigível	4.441.090,04	0,076%
Não se aplica	143.097.599,87	24,55%
Pregão	57.445.934,86	9,857%
Total	586.804.633,87	100%

Fonte: SIAFI Gerencial

A modalidade de Dispensa de Licitação responde por 62,49% das contratações feitas pela Unidade Gestora no exercício de 2004. Do total referente à Dispensa, 96,02%, ou R\$ 349.700.642,67 (trezentos e quarenta e nove milhões, setecentos mil, seiscentos e quarenta e dois reais e sessenta e sete centavos) referem-se a empenhos liquidados em favor da DATAPREV.

Isto significa que 69,09% dos gastos feitos pela UG em 2004 foram atribuídos a serviços prestados pela DATAPREV. Em pesquisa no sistema SIAFI, verificamos a existência dos seguintes processos referentes a emissão de ordens bancárias em favor da DATAPREV no exercício de 2004:

35.000.001445/2002-61	35.000.001009/2004-54	35.000.000145/2004-27
35.000.000110/2004-88	35.000.000649/2004-47	35.000.000464/2004-32
35.000.000937/2004-00	35.000.000895/2004-07	35.000.000473/2004-23

Desse universo, verificamos que, com exceção dos processos de nº 35.000.001445/2002-61 e 35.000.000110/2004-88, houve emissão de Notas de Empenho e posterior pagamento via Ordem Bancária de despesas por serviços executados sem cobertura contratual, em desacordo com o que preceituam os artigos 63, § 2º da Lei nº 4.320/64 e 62 da Lei nº 8.666/93.

Dada a materialidade e a relevância no valor total despendido pelo Instituto, solicitamos a disponibilização de todos os processos firmados entre a DATAPREV e o INSS, referentes ao exercício de 2004, conforme a seguir descrito.

PROCESSOS N°S 35000.000464/2004-32; 35000.000473/2004-23; 35000.000649/2004-47; 35000.000895/2004-07; 35000.001009/2004-54; 35.000.000145/2004-27 e 35000.000937/2004-00.

Os processos acima listados originaram-se do reconhecimento de dívida por parte do INSS dos serviços prestados pela DATAPREV referentes ao contrato nº 47/2002, expirado em 31.12.2003.

A justificativa apresentada foi de que muito embora o Contrato nº 47/2002 tivesse sido expirado em 31.12.2003, os serviços continuaram sendo atestados pela Coordenação-Geral de Tecnologia e Informação - CGTI. Conforme pronunciamento da CGTI:

"À época da prestação dos serviços constantes das faturas presentes, havia ausência de contrato formalizado. Entretanto, considerando a Lei nº 6.125/74, a DATAPREV é empresa criada para esse fim específico - prestar serviços de informática à Previdência.

A empresa DATAPREV, na qualidade de empresa pública pertencente à Previdência, não pode interromper o fornecimento de serviço, ainda que ausente de cobertura contratual, por estar no mesmo patamar que o INSS - Administração Pública Indireta vinculada ao MPS."

A Divisão de Licitações e Contratos da Procuradoria Federal Especializada do INSS, emitiu, em 14.10.2003, o Parecer PFE/INSS/CGMADM/DLC nº 23/2003, no qual apresentou o seguinte entendimento sobre a matéria:

"(...)

O reconhecimento de dívida, nos casos de prestação de serviços, fornecimento ou obra sem cobertura contratual ou de contrato declarado nulo, decorre da impossibilidade de enriquecimento ilícito da administração e do dever de indenizar o terceiro prejudicado, desde que satisfeitos alguns pressupostos, quais sejam: efetiva prestação de serviços, fornecimento de bens ou realização da obra; demonstração do valor, existência de disponibilidade orçamentária e instauração de processo administrativo disciplinar para apuração da responsabilidade.

Para cada reconhecimento de dívida é obrigatório a instauração de processo administrativo, sob pena da autoridade competente responder pela omissão, conforme já decidido pelo Tribunal de Contas da União, nos termos da Lei nº 8.443/92.

A prestação de serviço, fornecimento de bens ou obra, sem a devida formalização de contrato precedida de licitação, poderá resultar em infração à Lei Complementar nº 101/00 e Lei nº 8.429/92, desde que comprovada a ausência de ação planejada, sem prejuízo da responsabilidade pelo ilícito administrativo nos termos da Lei nº 8.112/90 e Lei nº 8.666/93, com as penalidades respectivas do responsável direto.

No caso de delegação de competência, conforme Parecer AGU nº GQ 191, o delegante não responde pelos atos do delegado. No entanto, a responsabilidade restringe-se às atribuições que lhe foram atribuídas.

A Portaria nº 2.073/02 delega competências no âmbito do INSS, mas não exclui a responsabilidade pela ausência de planejamento disposta na Lei Complementar nº 101/00, de acordo com as competências definidas no Decreto nº 4.688/03, e os que lhe antecederam.

A responsabilidade é pela contratação irregular, que é o que gera despesa, e não pelo reconhecimento de dívida que decorre de lei. Assim, deverá ser responsabilizada a autoridade que contratou sem a devida formalização, e não aquele que reconheceu e pagou a dívida."

Os pagamentos foram efetivados a partir de Despachos de Autorização assinados pelo Diretor de Orçamento, Finanças e Logística e pelo Coordenador-Geral de Apoio à Diretoria Colegiada.

Na tabela a seguir é possível visualizar os valores pagos à Dataprev sem cobertura contratual:

Processo	NE nº	OB nº	Valor da OB (R\$)	Data da OB
35.000.000464/2004-32	000199	001135	7.247.861,63	12.05.2004
35.000.000473/2004-23	000211	001178	3.921.942,01	16.06.2004
35.000.000649/2004-47	000525	903202	3.784.904,36	31.08.2004
35.000.000895/2004-07	000552	903201	648.404,85	31.08.2004
35.000.001009/2004-54	000652	904875	973.857,84	29.10.2004
35.000.000937/2004-00	000889	900194	9.273.408,89	30.03.2005
35.000.000937/2004-00	000889	900195	5.348.705,52	30.03.2005
TOTAL			31.199.085,1	

Fonte: SIAFI

Com isso, 8,10% do total de valores pagos à Dataprev em 2004 foram feitos sem cobertura contratual.

PROCESSO Nº 35.000.000110/2004-88

Este processo originou-se da necessidade do INSS de manutenção, desenvolvimento e suporte de sistemas previdenciários de Tecnologia da Informação (TI). Foi realizado sob a modalidade "dispensa" com fulcro no artigo 24, inciso XVI da Lei das Licitações, conforme fundamentado pelo gestor:

"(...)

O problema para verificação do preço razoável está na ausência de pluralidade de potenciais contratados, visto que um serviço poderia ser até semelhante na forma de ser

prestado, contudo, para efeito de especificação e custos envolvidos, estes podem conter, como na realidade acontece, determinadas peculiaridades que o fazem diferir de um outro em complexidade e perfil de profissionais, softwares envolvidos, bem como outros valores intrínsecos. Cabe consignar, neste sentido, que tal situação supõe uma impossibilidade de aferição de preços, em que a Administração Pública não dispõe de outra escolha, face não ter condições de cotejar a proposta com preços de mercado público de Tecnologia da Informação (TI)."

Em 09.01.2004, por meio da Nota Técnica PFE-INSS/CGMADM/DLC nº 06, a Procuradoria Federal Especializada do INSS teceu o seguinte entendimento:

"(...)

Em cumprimento a estas exigências firmadas pelos incisos I, II e III, do Parágrafo Único, do Artigo 26, esclarece-se que a DATAPREV é a única empresa pública criada para a finalidade específica de prestação de serviços de informática na área de previdência e assistência social. Justifica-se, portanto, a sua escolha.

(...) sugere-se à autoridade administrativa a juntada aos presentes autos de elementos que propiciem a comparação de preços dos serviços a serem contratados através da dispensa com serviços oferecidos pela DATAPREV e outros órgãos e entidades da Administração Pública, a fim de resguardar a instituição de eventuais questionamentos acerca da lisura do procedimento."

Por meio do Ofício CE/DEAC nº 001, de 15.1.2004, a DATAPREV enviou ao Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação do INSS a tabela de preços praticados no contrato firmado com o MPS, bem como cópia da TC 013.636/2002-0, a qual, em seu item I.5.41.3, faz um comparativo entre os preços de produtos afins oferecidos pela DATAPREV e SERPRO.

Posteriormente, em 12.2.2004, foi emitido Despacho de Autorização/INSS/DIROFL nº 04, assinado pelo Diretor de Orçamento, Finanças e Logística e ratificado pelo Diretor-Presidente autorizando a dispensa de licitação na contratação da DATAPREV e a despesa no valor estimado de R\$ 374.221.012,76 (trezentos e setenta e quatro milhões, duzentos e vinte e um mil, doze reais e setenta e seis centavos).

Em 13.2.2004 foi assinado o Contrato de nº 03 (DOU de 16.2.2004 e 5.3.2004), tendo como objeto a execução de serviços de tecnologia de informações. A vigência foi estabelecida em 12 meses, sob a modalidade de dispensa com fulcro no artigo 24, XVI da Lei nº 8.666/93. No Anexo I foi apresentado o valor estimado para o contrato, conforme a seguir transcrito:

	Mês (R\$)	Ano (R\$)
Sistemas	21.457.635,4	257.491.625,6
Projetos	637.182,7	7.646.192,4
Outros Serviços	9.090.266,2	109.083.194,6
Total	31.185.084,4	374.221.012,7

Conforme verificado no processo, os serviços são acompanhados por meio do Relatório de Aprovação de Serviços (RAS), onde constam discriminação dos serviços, custos envolvidos e correspondentes faturas. O atesto é feito pelo gestor do contrato.

O processo em questão foi analisado pela Auditoria Interna do INSS e resultou no Relatório de Auditoria Ordinária nº 01.1000/01/2004, encaminhado a esta SFC, por meio do Ofício nº 1.354/INSS/DCPRES de 20.12.2004, durante os trabalhos de acompanhamento de gestão.

O referido Relatório apontou disfunções legais, gerenciais e financeiras no contrato analisado, inclusive situações de indícios de irregularidade, conforme transcrito a seguir:

"(...)

4. OBJETO DE AUDITORIA

Contrato de prestação de serviços nº 003/2004, firmado entre o INSS e DATAPREV.

O referido Contrato, processo Nº 35000.000110/2004-88, foi celebrado entre o INSS e a DATAPREV no dia 13/02/2004, mediante dispensa de licitação, em regime de empreitada por preço unitário e vigência de 12 meses, para a execução de serviços de tecnologia e informações.

A gestão do Contrato pela Contratante, foi atribuída à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística, e pela Contratada, à Diretoria de Administração e Finanças.

Na fase de negociação do Contrato, o Contratante e a Contratada procuraram estabelecer parâmetros de medição, de modo a permitir, conferir e atestar a execução dos serviços contratados.

O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato são realizados pela CGTI - Coordenação Geral de Tecnologia da Informação, que também cuida de formalizar demandas, objeto de propostas comerciais. Para aceite dos serviços, a DATAPREV emite e encaminha mensalmente, a representantes indicados da linha de interesse do INSS, Relatório de Aprovação de Serviços – RAS. Os relatórios correspondem aos serviços prestados entre os dias 21 ao dia 20 do mês subsequente, de modo que os faturamentos são realizados dentro do mês de competência. As Faturas são apresentadas em conjunto com os RAS à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação para atesto e pagamento. Os relatórios eventualmente não devolvidos pelos fiscais, no prazo estipulado de até 8 (oito) dias, são considerados aceitos. No caso de glosa, a Contratada deverá acatar ou recusar, os comentários do fiscal do Contrato, faturando somente os serviços aceitos. As Glosas recusadas pela Contratada devem ser estudadas, caso a caso, junto a Contratante.

Finalmente, as condições e especificações dos serviços a serem prestados pela Contratada estão presentes nos Anexos I e II do Contrato em análise, no valor total de R\$ 374.221.012,76, sendo que, do total, 68,81% (R\$ 257.491.625,68) refere-se a sistemas, 29,15% (R\$ 109.083.194,68) refere-se a outros serviços e 2,04% (R\$ 7.646.192,40) refere-se a projetos, correspondente a 155 sistemas, 27 modalidades de serviços e 34 projetos, respectivamente.

7. CONSTATAÇÕES/RECOMENDAÇÕES

7.1. Desatualização do Contrato

As alterações provenientes do Decreto nº 5.256, de 27 de outubro de 2004, que cria a Secretaria de Receita Previdenciária - SRP no MPS, absorveu do INSS o controle da Arrecadação, que representa no Contrato em análise, um custo orçado de R\$ 42.760.473,72, ou seja, 16,61% do custo total dos sistemas, sem atentar para os serviços e os projetos em andamento. Também, atende à SRP o CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, com um custo de R\$ 50.803.857,27, correspondente a 19,73% do custo total dos sistemas, sem incluir os custos dos projetos e dos serviços prestados.

Recomendação:

7.1.1 Providenciar os ajustes necessários ao contrato de prestação de serviços com a DATAPREV, face à edição do Decreto nº 5.256/04, evitando repetir ocorrência objeto de determinação do Tribunal de Contas da União, relativamente ao Contrato nº 047/2002, através do subitem 9.4.4., do Acórdão nº 816/2003 – Segunda Câmara, atentando também para a situação do CNIS, que é utilizado tanto na Autarquia quanto na Secretaria da Receita Previdenciária, devido à relevância do seu custo. O Grupo de Trabalho, responsável pela renegociação com a DATAPREV, deverá iniciar o procedimento de contratação com a antecedência necessária ao cumprimento de todo o trâmite definido pela Lei, ou providenciar, estritamente da forma prevista pela legislação, a prorrogação da vigência do Contrato existente. Alertamos quanto a urgência do início dos trabalhos de modo a impedir a ocorrência de interstício sem o indispensável instrumento contratual, como ocorrido entre a extinção do prazo de

vigência do Contrato nº 047, estabelecida por Termo Aditivo para 31/12/2003, e o início da vigência do Contrato nº 03/2004, que somente ocorreu em 17/02/2004.

Objetivos da recomendação: melhorar o planejamento e a negociação

7.2. Inexistência de cláusula estabelecendo a prestação de garantia contratual.

A dispensa de garantia foi estabelecida em despacho próprio de autorização (fls. C 103/127). Os parâmetros para aferição do cumprimento de obrigações contratuais são insuficientes.

Recomendações:

Definir nos instrumentos contratuais prazos máximos para execução dos serviços, ou aceitáveis no caso de sua interrupção.

Requerer à Contratada que apresente sempre comprovação do cumprimento do disposto pelo § Primeiro da Cláusula Oitava do Contrato, no tocante ao registro de propriedade dos Sistemas do INSS no INPI, após homologação do sistema desenvolvido.

Incluir no Anexo II, na parte sobre "Catálogo de Projetos", as características e definições detalhadas quanto a prazos, cronogramas de execução para acompanhamento e controle.

Objetivos das recomendações: melhorar o controle da execução do Contrato e manter a continuidade dos negócios.

Cláusulas ou itens contratuais necessários não presentes no Contrato.

Foram verificadas inexistência ou inadequações de cláusulas contratuais consideradas importantes.

Recomendações:

Estabelecer, em cláusula própria, procedimentos e sanções pecuniárias por atraso no cumprimento dos prazos ou níveis de serviços estabelecidos.

Inserir parágrafo na cláusula de "Obrigações" no sentido da Contratada disponibilizar meios (ferramentas, relatórios, etc) para acompanhamento do nível de serviço prestado.

Inserir parágrafo na cláusula de "Obrigações" no sentido da Contratada ser obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato com vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, conforme expresso pelo Art. 69 da Lei nº 8.666/93.

Adequar a redação do § 4º da Cláusula Sexta do Contrato, para a realização de pagamentos, aos termos do Manual de Procedimentos Suprimentos e Serviços Gerais, vols. I e II, e demais normas que regem a matéria, quanto à exigibilidade de comprovação de regularidade com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia. A consulta ao SICAF se destina exclusivamente a verificar a manutenção das condições de habilitação necessárias à formalização e manutenção do Contrato.

Acrescentar cláusula própria para os casos de alterações, atentando para os termos do Art. 65 da Lei nº 8.666/93 com suas modificações (casos que requerem termo aditivo ao Contrato).

Alterar a redação do § Oitavo da Cláusula Sexta do Contrato, submetendo a regra de "repactuação" à demonstração analítica do aumento dos custos, de acordo com a Planilha de Custos e Formação dos Preços do Contrato, conforme disposto pelo subitem 7.3 da IN/MARE nº 18/97.

Alterar a redação do § Primeiro do Inciso I da Cláusula Segunda do Contrato, de modo a permitir a Auditoria do INSS acesso para verificação junto à Contratada de todos os serviços contratados, conforme prerrogativa conferida pelo Inciso III Art. 58 da Lei 8.666/93.

Objetivos das recomendações: melhorar o controle da execução do Contrato e a negociação.

7.4. Deficiências no Projeto Básico.

O projeto básico deve ser melhorado de modo a evidenciar os elementos necessários e suficientes para caracterizar o objeto da contratação conforme define o inciso IX do art. 6º da Lei Nº 8.666/93.

Recomendação:

7.4.1. Inserir no Projeto Básico glossário com definição dos termos utilizados; as justificativas para a solução escolhida, dando clareza aos objetivos da contratação; os critérios usados para definição das métricas e na formação e composição dos preços estimados, especificamente aquelas praticadas pelo mercado, à exemplo de "homem-hora"; informação quanto à compatibilidade com os praticados no mercado; definição de metodologia para medição a ser utilizada pela fiscalização do Contrato.

Objetivos da recomendação: melhorar o controle da execução do Contrato.

7.5. Falta de formalização das notificações.

Foi verificada nos autos do processo a inexistência de documentos referentes a correspondências ou notificações emitidas à Contratada.

Recomendações:

Inserir, através de instrumento próprio, parágrafo na Cláusula Terceira do Contrato estabelecendo a forma de comunicação "escrita" entre a Contratante e a Contratada.

Manter Registro de Ocorrências permanente atualizado, na forma estabelecida no § 2º do Item 9 - Fiscalização, Projeto Básico, em consonância com o disposto pelo § 1º do Art. 67 da Lei nº 8.666/93.

Objetivo das recomendações: melhorar o controle da execução do Contrato.

7.6. Indefinição da responsabilidade anual das partes.

A responsabilidade anual geral de ambas as partes deve ser limitada aos montantes efetivamente cobrados no Contrato, conforme Inciso II, combinado com o § 9º do Art. 7 da Lei 8.666/93. Verifica-se, no entanto, que valores de itens de serviços encontram-se sem quantitativos e valores estimados.

Recomendação:

7.6.1. Definir o preço de todos os serviços que compõem o objeto do Contrato, não procedendo como se verifica, por exemplo, com os itens de serviço relacionados 0305, 0306, 0307, 0308, 0309, 0310, 0313, 0314 ou 0316, pertencentes ao Grupo III - Outros Serviços.

Objetivo da recomendação: melhorar o controle da execução do Contrato.

7.8. Ausência de notificação formal para acesso a informações confidenciais.

O INSS deve receber notificação por escrito do pessoal da prestadora de serviços que tenha tido acesso à informação confidencial. Não foram localizadas comunicações de espécie, não obstante obrigações estabelecidas à Contratada nas alíneas “e”, “f” e “g” do Inciso II da Cláusula Segunda do contrato. Verificou-se no entanto a ausência de uma rotina que garanta o cumprimento dessa condição.

Recomendação:

7.8.1. Definir rotina de acesso a informações confidenciais exclusivamente por empregados da DATAPREV, ou, se necessária à intervenção de terceiros, mediante credenciamento da Contratada com comunicação ao INSS, não exonerando a Contratada das responsabilidades definidas no Contrato.

Objetivo da recomendação: melhorar a segurança e o controle da execução do Contrato.

7.9. Falta de informação do sistema de segurança da informação.

A Contratada deve disponibilizar os processos utilizados para coibir a suspeita ou efetiva divulgação de informações confidenciais, conforme alíneas “d”, “e”, “f” e “g” do Inciso II da Cláusula Segunda do contrato. No entanto, não foram apresentados os documentos correspondentes.

Recomendação:

7.9.1. Requerer à Contratada a apresentação dos processos/sistemas de segurança que garantem a confidencialidade, disponibilidade e integridade das informações.

Objetivo da recomendação: melhorar a segurança e o controle da execução do Contrato.

7.10. Falta de informação dos planos de contingência.

A Contratada deve disponibilizar os planos contingenciais para o caso de falha prolongada em serviços contratados de forma a garantir a continuidade de negócios, conforme estabelecido nos níveis de serviço contratados.

Recomendação:

7.10.1. Requerer à Contratada, em prazo determinado, a apresentação de plano de contingência ou descrição dos recursos que dispõe com os respectivos prazos de acionamento, para garantir a manutenção dos sistemas em funcionamento.

Objetivo da recomendação: melhorar a segurança e o controle da execução do Contrato.

7.11. Disponibilização de Sistemas e assemelhados para terceiros sem a devida autorização.

Não localizado pela DATAPREV, tampouco pelo INSS, documento formal autorizando a cessão, repasse ou compartilhamento de Sistemas e assemelhados de propriedade do Contratante, nos termos do Parágrafo Segundo da Cláusula Nona do Contrato 03/2004 (fls. “B” – 07 a 21/30 e “E” – 12/93)

Recomendações:

7.11.1. Solicitar à Contratada, em prazo determinado, a apresentação da relação com as informações disponibilizadas para terceiros.

7.11.2. Elaborar documento autorizando, ou não, a liberação das informações disponibilizadas para terceiros.

7.11.3. Aplicar as sanções previstas no Contrato.

Objetivo das recomendações: melhorar o controle da execução do Contrato.

7.12. Deficiências no acompanhamento do Contrato.

O fluxo operacional de acompanhamento ao Contrato, desde o surgimento da demanda, ou execução do serviço contratado, até a sua liquidação (fatura), deve ser melhorado pois verificou-se considerável número de Relatórios de Aceitação de Serviços – RAS referentes aos itens de serviço, gestão e manutenção de recursos, sem o devido aceite por parte dos fiscais (fls. L – 04/05). Atenção deve ser dada ao desenvolvimento do sistema Integrado de Gestão e Controle de Prestação de Serviço – SIG-C (Pt INSS nº 12, de 13/09/2004), em desenvolvimento, criado com a participação direta da CGTI na condução do projeto lógico juntamente com a Contratada, visando melhorar o controle da execução do Contrato.

Recomendação:

7.12.1. Juntar no processo toda documentação (demanda, proposta, pareceres, aprovação, autorização, etc.), pertinente a serviços que tenham sido executados nas condições previstas pela Cláusula Décima do contrato.

7.12.2. Fazer constar das Ordens Bancárias, as informações necessárias à perfeita identificação da natureza dos pagamentos (fls. M – 15, 31 e 44/109).

7.12.3. Requisitar aos fiscais de serviços, a apresentação de justificativa quando descumprido o prazo estabelecido para devolução dos RAS, encaminhando-a, quando for o caso, ao conhecimento pelo Gestor do contrato.

7.12.4. Juntar no processo toda documentação de encargos financeiros decorrentes de atraso de pagamento apresentados pela Contratada, com pronunciamento conclusivo e autorização para pagamento quando procedentes.

7.12.5. Implementar o sistema em desenvolvimento na maior brevidade possível.

Objetivo da recomendação: melhorar o controle da execução do Contrato.

7.13. Falta de divulgação dos responsáveis pelos atestos.

A relação dos Co-Gestores e Fiscais Locais do Contrato não foi publicada e comunicada à Contratada, conforme Alínea "I" Inciso II da Cláusula Segunda do contrato. Consequentemente, inexistente banco de assinaturas dos responsáveis pelo atesto dos serviços prestados (fls.B - 04/30).

Recomendação:

7.13.1. Publicar e comunicar imediatamente à Contratada os nomes, disponibilizando também as assinaturas dos responsáveis pelo atesto do serviço prestado.

Objetivo da recomendação: melhorar o controle da execução do Contrato.

7.14. Inadequação das métricas dos níveis de serviço.

As métricas dos níveis de serviços devem ser melhoradas, pois as atualmente existentes dizem respeito somente a disponibilização dos sistemas, não existindo métricas para a avaliação da qualidade do serviço prestado. Ressalte-se que, de acordo com Despacho nº 128 do dia 01/09/2004 (fls B 04/30), já foi solicitado à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística que seja instituído Grupo híbrido de trabalho com a finalidade de modelar um Acordo de Nível de Serviço com indicadores pré-definidos e a forma de prestação e recepção dos serviços contratados.

Recomendação:

7.14.1. Adequar as métricas de modo que sejam mensuráveis para aplicação nos serviços prestados pela Contratada.

Objetivos da recomendação: melhorar o nível do serviço e o controle da execução do Contrato.

7.15. Divergência de informações entre os Sistemas SART e ADMPER.

As informações do Sistema SART (Sistema de Administração de Recursos Tecnológicos) da DATAPREV (fls. I – 1 a 20/20) não estão de acordo com as informações do ADMPER (Sistema de Administração de Material Permanente) do INSS (fls. J – 1 a 43/43). O SART é alimentado pela Contratada com os dados referentes aos recursos de Tecnologia da Informação, no entanto, o outro sistema fica desatualizado, apesar desse ser o sistema que alimenta o sistema SIAFI (Sistema de Administração Financeira), que fornece as informações governamentais. Foram constatadas inconsistências entre os dois cadastros quanto ao número de bens, localização e condição de uso, não obstante norma estabelecida através da Resolução nº 08, de 04 de julho de 2000, publicada no DOU de 02 de agosto de 2000, e providência orientada pelo Memorando-Circular Conjunto/CGTI/CGLOG nº 006, de 04 de junho de 2004 (fls.K - 02/06).

Recomendação:

7.15.1. Desenvolver rotinas de trabalho no sentido de manter os dois sistemas atualizados com a realidade do parque de informática do INSS.

Objetivo da recomendação: melhorar o sistema de informações institucionais.

7.16. Atraso no pagamento pelos serviços prestados.

O INSS vem tendo dificuldades em manter o nível de pagamentos à DATAPREV pelos serviços prestados, conforme pode-se verificar no Resumo de Contas a Receber em 17/09/2004 disponibilizado pela contratada (fls E - 16/93). Em consequência do não pagamento, os encargos financeiros têm aumentado, conforme determina cláusula contratual.

Recomendação:

7.16.1. Reavaliar o fluxo financeiro do Instituto de modo a pagar de acordo com o contrato e evitar a acumulação de encargos financeiros.

Objetivo da recomendação: melhorar o desempenho financeiro da Contratada.

7.17. Inobservância de procedimentos relativos à propriedade intelectual.

A Cláusula Oitava do Contrato diz respeito à propriedade dos sistemas ser exclusivamente do INSS. Estão incluídos os documentos, manuais de sistema, programas de operação do usuário, diagramas de fluxos de dados, de entidades e relacionamentos, dicionários de dados, programas fontes e de objetos, sendo de inteira responsabilidade da DATAPREV a guarda, proteção, sigilo e inviolabilidade dos sistemas desenvolvidos, e também, o competente registro no Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI), bem como a vedação do repasse dos sistemas corporativos, sua arquitetura, compartilhamento de base de dados, fonte etc. a terceiros sem expressa autorização do INSS.

Tanto a Diretoria Colegiada do INSS quanto o setor de relacionamento da DATAPREV (fls E – 07/93), não apresentaram condicionantes que respeitassem essa cláusula. A validade dos direitos para quem desenvolve um programa de computador, e comprova a sua autoria, é de 50 (cinquenta) anos, contados de 01 de janeiro do ano subsequente ao da sua "Data de Criação", que é aquela na qual o programa

torna-se capaz de executar a função para a qual foi projetado. O aspecto de imateriabilidade que caracteriza os programas de computador, sempre presentes em meios magnéticos, ou voláteis, faz com que a comprovação da autoria destes torne-se tarefa bastante difícil, diferentemente das demais obras protegidas pelo direito autoral, que geram provas materiais outras, aceitas em Direito, implicando, por este aspecto, que o registro seja a única forma efetiva para a proteção contra a utilização não autorizada.

Recomendação:

7.17.1.Requerer à Contratada os registros dos sistemas corporativos de propriedade do INSS junto ao INPI, observado os aspectos formais, estipulados pelo órgão competente, e legais que regem a matéria (Lei nº 7.646/87 revogada pela Lei nº 9.609/98 e regulamentada pelo Decreto nº 2.556/98; Lei nº 9.610/98 e o Manual do Usuário para registro de programas de computador).

Objetivos da recomendação: Dar aludida proteção e abrangência nacional e internacional aos títulos dos programas e aos programas "em si", de propriedade do INSS, resguardando condições econômicas à Instituição, em possíveis acordos, ajustes ou convênios que envolvam compartilhamento de sistemas e assemelhados, tanto por parte do Contratante, quanto do contratado, com terceiros.

8. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

No curso dos trabalhos, houve a necessidade de avocarmos o processo nº 35000.001241/2004-92, firmado com a DATAPREV, tendo por objeto a "prestação de serviços de pontos de atendimento". No Contrato nº 041/2004, referente ao citado processo, inicialmente identificou-se superposição de alguns serviços com os do contrato nº 03/2004 (fls H - 08/71), mas por ter sido requisitado pelo Tribunal de Contas da União e objeto de ação por parte do Ministério Público Federal, inclusive com suspensão da contratação, achou-se por bem aguardar o resultado da advocatária por parte daquela Corte.

9. CONCLUSÃO

Na avaliação do contrato, buscou-se examinar, principalmente, a conformidade das cláusulas em relação à legislação e ao objeto.

Pôde-se verificar também, que a ocorrência de boa parte das oportunidades de melhoria está relacionada com deficiências de cláusulas contratuais em vigor, das definições de métricas e dos instrumentos de acompanhamento para medir a qualidade de prestação de serviços.

As principais recomendações estão relacionadas às necessidades de aperfeiçoamento dos controles internos dos serviços prestados pela Contratada, contemplando definições claras de ações passíveis de realização baseadas em critérios técnicos específicos para uma boa execução e negociação de um Contrato de Tecnologia da Informação.

Na formalização do contrato atual, houve atraso de providências, uma vez que o contrato anterior tinha vigência até 31/12/2003. O contrato em vigor somente foi assinado em 13/02/2004, ensejando prestação de serviços sem necessária cobertura contratual, consubstanciando grave infringência ao dispositivo legal. As despesas ocorridas durante esse período foram objeto de processos de reconhecimento de dívida (Processos nº 35000.000649/2004-47, 35000.000895/2004-07, 35000.000464/2004-32, 35000.000473/2004-23, 35000.001009/2004-54), já encaminhados ao exame a avaliação pela Divisão de Auditoria em Gestão Interna.

Dos documentos apresentados no curso do trabalho, identificou-se um Relatório de Execução Financeira encaminhado pela DATAPREV, onde encontra-se apontada a existência de R\$ 133.079.000,00 (cento e trinta e três milhões e setenta e nove mil reais). Por não constituir foco desta auditoria, a apuração da procedência e constituição desse registro não foi realizada no presente trabalho. No entanto, em função de sua relevância sugerimos que seu exame/análise se dê através de ação específica, a cargo da Coordenação Geral de Auditoria de Gestão Interna.

Finalizamos com a certeza que as recomendações listadas ao longo deste relatório, podem contribuir para melhorar a eficiência e a eficácia da contratação de serviços junto a DATAPREV e que os dirigentes deste Instituto envidarão esforços para as providências necessárias, assegurando a implementação delas no menor prazo possível."

Em 12.4.2005, por meio da Solicitação de Auditoria nº 160221-13, solicitamos que fossem informadas as providências para atendimento às recomendações proferidas pela Auditoria Interna.

JUSTIFICATIVA:

Em 14.4.2005, por meio do Despacho/CGTI/nº 64, o gestor informou as medidas que estavam sendo adotadas para regularização dos fatos apontados no Relatório nº 01.1000/01/2004.

Dentre as justificativas apresentadas, destacam-se:

- Publicada Portaria Conjunta, criando o Projeto de Gestão e Controle Eletrônico da Prestação de Serviços pela Dataprev ao INSS, por meio do aplicativo SIG-C (Sistema Integrado de Gestão e Controle de Prestação de Serviços da Dataprev ao INSS), que será um portal de relacionamento INSS/Dataprev e reproduzirá os procedimentos administrativos contratuais de forma eletrônica;
- Publicada Portaria nº 44/INSS/DCPRES, modificada pela Portaria nº 73/INSS/DCPRES (BS/INSS/DG nº 05 de 06/01/2005), constituindo Grupo de Trabalho no âmbito do INSS. Relatório do GT concluído em 27/01/2005 com o planejamento para atendimento às recomendações contidas no Relatório de Ação de Auditoria Ordinária nº 01.1000/01/2004 e conclusão do projeto de absorção dos serviços de TI prestados à Receita Previdenciária, estimado em seis meses;
- Publicada Portaria nº 291/INSS/DCPRES no BS/INSS/DG nº 30 de 15/02/2005, constituindo Grupo de Trabalho com a finalidade de dar continuidade aos trabalhos realizados pelo GT da Portaria nº 73/INSS/DCPRES/2005. O relatório de conclusão dos trabalhos deste GT foi encaminhado ao Diretor de Orçamento, Finanças e Logística em 16/03/2005 para análise e negociação;
- Publicada Portaria nº 1.380/MPS/ de 10/12/2004, atribuindo ao INSS a responsabilidade pela execução das atividades de administração de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais e de orçamento e finanças, no que estiver relacionado à Secretaria da Receita Previdenciária, até que o referido órgão esteja devidamente estruturado para exercê-las;
- Aceita a proposta da Diretoria de Administração e Finanças da Dataprev (Ofício nº 002/2002/DAF, de 12/01/2005) de elaboração de um novo termo aditivo para o Contrato nº 3/2004, prorrogando sua vigência para 20/08/2005 e adequando-o às recomendações da Auditoria;
- Recomendações de controle de preços e mensuração de métricas encontram-se pendentes em virtude da implementação do acordo de níveis de serviço;
- Recomendações quanto à segurança do sistema em apreciação na Assessoria de Riscos do Ministério da Previdência Social e Gestão do Contrato;
- Recomendações quanto à rotinas de trabalho encontram-se em elaboração na Divisão de Administração de Recursos Técnicos da DATAPREV; e
- Em avaliação minuta de Portaria de constituição de Grupo de Trabalho Conjunto MPS/INSS/DATAPREV, com a participação da CGOFC e CGAPOIO para reavaliação do fluxo financeiro do Instituto de modo a pagar de acordo com o contrato e evitar a acumulação de encargos financeiros.

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
221.273.131-00	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR DE LOGÍSTICA

AVALIAÇÃO DA SFC:

A administração do patrimônio público encontra em nosso regime normativo princípios básicos e fundamentais que norteiam todo ato praticado por servidor legalmente investido em cargo público. Cabe ao titular do cargo exercer suas atribuições em estrita observância da legislação, tendo como objetivo a eficiência, eficácia e efetividade de seus atos. Ele tem o dever de zelar pela transparência e economicidade de sua gestão. O reconhecimento de uma dívida obriga o erário a efetuar o reembolso por serviços prestados após o término do instrumento legal de contrato. É um ato previsto em lei, porém, não exonera os responsáveis da apuração de responsabilidade, pois é fato que influi negativamente no controle e planejamento dos gastos públicos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 1º, § 1º dispõe:

"A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar."

Um pouco mais adiante, em seu artigo 16, esta Lei Complementar pressupõe que:

"A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa

de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;"

Os reconhecimentos de dívidas em análise originaram-se da ausência de gerenciamento e planejamento dos responsáveis pelo cumprimento do cronograma de pagamentos e de comprovação da execução de serviços. Isto gerou uma situação de ilegalidade para a Administração, que ressarcia a empresa contratada sem respaldo contratual, conforme exigência do Artigo 2º da Lei das Licitações:

"As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei."

A Lei nº 8.666/93 apresenta a seguinte consideração sobre o tema:

"Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos."

Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa. (grifo nosso)

(...)

Art. 82. Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos desta Lei ou visando a frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar."

Dada a gravidade do ato, que frustra os princípios da legalidade, moralidade, economicidade e transparência, é obrigatória a instauração de Processo Administrativo Disciplinar por parte da autoridade máxima do Órgão, sob pena de

responsabilidade solidária, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.429/92 e 8.112/90:

"Lei nº 8.429/92

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

(...)

IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações:

(...)

II - na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

Lei nº 8.112/90

Art. 121. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

No tocante aos preços praticados pela DATAPREV junto ao INSS para prestação de serviços de manutenção, desenvolvimento e consultoria em tecnologia da informação, a comparação apresentada pelo gestor feita entre a DATAPREV e o SERPRO não pode ser considerada isoladamente como um parâmetro de comparação de preços. Primeiramente, porque não se trata de serviços afins, tendo em vista a exclusividade dos sistemas previdenciários e suas demandas. Em segundo lugar, porque não há um desmembramento dos custos envolvidos no processo de formação de preços, tais como: custos com mão-de-obra, custos com manutenção administrativa, custos com material, etc. A verificação da economicidade da contratação da DATAPREV por dispensa de licitação só é possível em se realizando um comparativo com outras empresas de TI. Na medida em que os preços praticados passem a ser discriminados em nível de custos operacionais e administrativos será possível estabelecer parâmetros comparativos efetivos para a Administração. Sem este desmembramento, não é possível ao INSS e aos órgãos de controle

verificar a origem do preço final oferecido. Não basta descrever o objeto a ser ressarcido, é preciso definir como se chegou ao custo deste objeto.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que seja instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apuração de responsabilidade de quem deu causa à ilegalidade referente ao pagamento de faturas sem cobertura contratual, em observância ao disposto nos artigos 59 e 82 da Lei nº 8.666/93.

Recomendamos, ainda, que o INSS, em futuras contratações de prestação de serviços de tecnologia da informação, exija do contratado a planilha de custos de formação de preços, discriminando os percentuais referentes aos custos administrativos e operacionais em cada serviço específico.

10.1.1.2 CONSTATAÇÃO:

Impropriedades em contratos, especificamente quanto a: formalização legal de processos licitatórios; fiscalização interna; inspeção física da execução e rescisão; alterações contratuais; e pagamentos contratuais, verificadas durante as Auditorias realizadas nas Gerências Executivas do INSS pela CGU nos Estados, conforme apontadas nos itens 10.1.1.3 a 10.1.1.18 a seguir.

Trata este item do resultado das auditorias realizadas pela Controladoria-Geral da União nas Gerências Executivas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos estados do Rio Grande do Sul, Paraíba, Amazonas, Acre, Pernambuco, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, São Paulo, Pará, Amapá, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Piauí, Paraná e Belo Horizonte.

Os trabalhos foram realizados nas Gerências Executivas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nos referidos Estados, avaliando os atos e conseqüentes fatos de gestão da área de suprimento de bens e serviços, ocorridos no período compreendido entre 1º de janeiro de 2004 a 31 de agosto de 2004, exceto os trabalhos realizados na Gerência Executiva do INSS no Rio Grande do Norte, cujo período foi de 1º de janeiro de 2004 a 31 de julho de 2004.

Como forma de orientar e direcionar os trabalhos, foi emitida a Orientação nº 01/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 9.8.2004, que teve por finalidade fornecer procedimentos e critérios de ação que permitissem assegurar a extensão e a quantidade de itens a serem examinados, de modo a possibilitar a emissão de opinião sobre os atos da administração em consonância com as legislações

pertinentes, bem como avaliar os controles exercidos para o alcance da eficiência, eficácia e economicidade.

Por meio do Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.2.2005, foram encaminhados ao Diretor-Presidente do INSS cópia dos Relatórios de Auditoria nºs 152676, 153758, 153391, 153392, 153394, 153397, 153399, 153402, 153404, 153406 e 154108/2004, referentes à análise dos atos e fatos de gestão praticados na área de Suprimento de Bens/Serviços do Instituto, para manifestações e informação das providências adotadas, com prazo de atendimento a esta SFC até o dia 18.3.2005.

Por intermédio do Ofício nº 7.295/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 1.4.2005, esta SFC encaminhou, também, ao Diretor-Presidente do INSS (interino), cópia dos Relatórios de Auditoria nºs 153389/2004, 153390/2004, 153692/2004 e 153398/2005, para conhecimento, manifestação e providências necessárias, esclarecendo que as informações deveriam ser prestadas até o dia 15.4.2004.

Por meio do Ofício nº 360/INSS/DCGAB, de 27.4.2005, o Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente, solicitou prorrogação do prazo por 20 dias, para resposta ao Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.2.2005, considerando que o assunto se encontra em fase de atendimento. Também, por intermédio do Ofício nº 370/INSS/DCGAB, de 29.4.2005, foi igualmente solicitada prorrogação do prazo de resposta no que se refere ao contido no Ofício nº 7.295/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 1.4.2005.

Na área de Gestão do Suprimento de Bens e Serviços foram verificados os contratos de serviços de limpeza e conservação, de serviços de vigilância e de manutenção predial, os contratos referentes ao PREVFácil e ao PREVBarco, analisando, entre outros, a formalização legal, a execução física, a fiscalização dos serviços, a composição dos custos e formação dos preços, como sua adequabilidade aos valores de mercado.

JUSTIFICATIVAS DOS GESTORES:

Em resposta aos Ofícios desta SFC já mencionados, o Gestor encaminhou o Ofício nº 484/INSS/GAB, de 23.5.2005, Memo/GEX-Palmas/nº 13/28.001, de 15.3.2005, Documento s/nº da GEX/SP-Centro, de 13.5.2005, Ofício nº 197/INSS/GEXPOA, de 19.5.2005, Memo/GEX/Recife nº 030/15-301.2, de 6.4.2005, Memo-Circular nº 008/INSS/GAB/GEXMCP, de 3.3.2005, e Documento s/nº da GEX-Campo Grande, de 10.3.2005, com documentação oriunda das Gerências-Executivas de Palmas/TO, São Paulo/SP, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Macapá/AP e Campo Grande/MS. Foi encaminhado, ainda, Ofício nº 483/INSS/GAB, de 23.5.2005, informando o envio de documentação das Gerências Executivas de João Pessoa e Manaus.

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
-----	------	-------

379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

Além dos seguintes Gerentes Executivos:

GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM MACAPÁ/AP
GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM CURITIBA/PR
GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM VITÓRIA/ES
GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM RECIFE/PE
GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM PORTO ALEGRE/RS
GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM BELÉM/PA
GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM PALMAS/TO
GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM NATAL/RN
GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM TERESINA/PI
GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM SÃO PAULO/SP
GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM MANAUS/AM

AVALIAÇÃO DA SFC:

Os resultados dos trabalhos apresentaram as seguintes constatações:

- Necessidade de Reformulação das Fichas de Inspeção e Rescisão do Contrato dos Serviços de Vigilância;
- Ausência de Boletins de Medição;
- Extrapolação de valor permitido para licitação na modalidade Convite provocada por prorrogação contratual;
- Recomposição de custos não previstos em contrato;
- Contratação emergencial provocada por falta de planejamento;
- Falhas no processo licitatório para execução da reforma da APS de Casa Amarela;
- Realização de serviços extras e excedentes sem formalização de Termo Aditivo;
- Descumprimento de cronograma de pagamentos e realização de pagamentos sem respaldo contratual;
- Não fornecimento de material pela GEX/Recife, impossibilitando a conclusão da obra;
- Impropriedades na contratação de serviços de vigilância;
- Não utilização de terminais do PREVFácil;
- Ausência de documentação necessária para fundamentar contratação de serviços de manutenção predial. Inobservância ao Decreto nº 2.271/97, e da Instrução Normativa/MARE nº 18/97;
- Impropriedades na contratação de serviços de limpeza e conservação;

- Impropriedades identificadas na formalização, execução e fiscalização/acompanhamento de processos licitatórios e/ou contratos de serviços;
- Aumento do Preço de fretamento de barco em razão de mudança na forma de aferição do custo do serviço;
- Falta de eficiência na contratação de serviços;
- Celebração de contrato emergencial sem embasamento legal;
- Pagamento de serviços em desacordo com o pactuado;
- Falta de fiscalização do contrato de assistência técnica -PREVFácil;
- Pagamento de encargos sem a efetiva contraprestação;
- Repactuação do contrato sem comprovação efetiva do aumento dos custos;
- Pagamentos indevidos de serviços e ausência de registros das ocorrências pela fiscalização dos contratos de prestação de continuada;
- Descumprimento de cláusula contratual, referente ao acompanhamento da execução de contrato;
- Inobservância, pela GEX/PI, dos valores máximos estabelecidos pelo MPO para contratação;
- Utilização de modalidade de licitação inadequada;
- Dispensa de licitação não devidamente justificada;
- Fiscalização inadequada dos contratos;
- Utilização de modalidade de licitação e prorrogação excepcional do contrato indevidas; e
- Contratação conjunta de objetos que poderiam ser realizados separadamente.

Ressaltamos que os resultados da área de suprimento de bens e serviços serão descritos nos itens 10.1.1.3 a 10.1.1.18 deste relatório, apresentando as informações e constatações resultantes dos trabalhos realizados em cada Gerência auditada, bem como as justificativas apresentadas pelos Gestores, as avaliações desta SFC e as recomendações formuladas pelas equipes de auditoria, quando houver.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística e as Gerências Executivas relacionadas neste item adotem providências para regularizar as impropriedade e irregularidades apontadas, descritas nos itens 10.1.1.3 a 10.1.1.18, deste relatório de auditoria.

10.1.1.3 - INFORMAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM MACAPÁ/AP (RELATÓRIO nº 153391)

Nessa Gerência, os exames específicos na área de Gestão do Suprimento de Bens e Serviços abrangeram a análise dos documentos

referentes aos contratos de Serviços de Limpeza e Conservação, de Serviço de Vigilância Eletrônica e do processo de manutenção predial (em fase de pré-licitação), que estão detalhados a seguir.

Contrato de Serviços de Limpeza e Conservação

A modalidade de licitação escolhido pelo INSS/AP foi a de Tomada de Preços, baseado no parecer favorável nº 81/2002 da Procuradoria Federal Especializada do INSS.

A comissão de licitação foi composta pelos seguintes servidores: Maria Ivone Leitão Barbosa, Benedito Quaresma dos Santos e Enilda do Carmo Mello, conforme portaria INSS/GEXMCP/AP Nº 010/2003 de 03/03/2003.

O edital foi publicado no Jornal Dia (Macapá /AP) do dia 17/04/2003. No dia 07/05/2003, aconteceu o julgamento e classificação das propostas, em que concorreram as seguintes empresas: Bertillon-Serviços Especializados, RC Vasconcelos, JCA - Serviços Especializados e VS Pantoja - ME. A proposta vencedora foi a do Bertillon-Serviços Especializados, cujo valor anual do contrato foi de R\$ 72.288,24. A concorrente VS Pantoja - ME interpôs recurso administrativo contra a Bertillon-Serviços Especializados, considerando-a inexecutável. A Comissão de Licitação decidiu por unanimidade, em sessão reservada, não aceitar o recurso e adjudicar o contrato à proposta vencedora, que foi homologado no Despacho Decisório nº 26 Publicação BSL nº 78 de 14.7.2003. O contrato foi assinado em 14.7.2003.

Contrato de Serviço de Vigilância Eletrônica

A empresa AG de Albuquerque (Amapá VIP) foi contratada para efetuar serviços de vigilância eletrônica em caráter de emergência, com preço de contratação mensal de R\$ 13.029,74, baseado no Art. 24 Inciso IV da Lei 8666/93.

A Procuradoria Federal Especializada do INSS não colocou objeções à contratação, conforme o Parecer nº 120/03, e a autorização da mesma (por 180 dias) foi publicada no Despacho Nº 36 BSL Nº 132 de 09/10/2003.

No dia 23.10.2003, a Gerência Executiva, através do Memo 25.001-GAB/INSS/Macapá /AP, autorizou o início do processo de licitação (modalidade Pregão) para a contratação dos serviços de vigilância eletrônica.

A Procuradoria Federal Especializada do INSS, através do Parecer Nº 128/03, aprovou a modalidade de Pregão. O edital foi publicado no dia 19.11.2003 e o mesmo (sob tipo Técnica e Preço) foi realizado no dia 4.12.2003 às 14:00 sob o comando do servidor Benedito Quaresma dos Santos (pregoeiro). A proposta vencedora (no valor de R\$ 12.649,99/mês ou R\$ 151.800,00/ano) foi a da empresa AG de Albuquerque (Amapá VIP), que foi adjudicada pela Gerência

Executiva no Despacho Decisório/INSS/GEXMCP/AP Nº 54 de 31.12.2003. O Contrato de Serviços de Vigilância Eletrônica foi assinado em 14.04.2004.

Contrato de Serviço de Manutenção Predial

O processo de contratação do serviço de manutenção predial ainda se encontra na fase de licitação. As Tomadas de Preços nº 002/2004 (em 8.9.2004) e nº 003/2004 (em 5.10.2004) caracterizaram-se pela ausência de interessados, resultando em licitações desertas. A Gerencia Executiva do INSS/AP estuda a possibilidade de realizar um novo processo licitatório.

- FISCALIZAÇÃO INTERNA

Serviços de Limpeza e Conservação

A fiscalização dos serviços prestados nas cidades de Macapá e Santana é realizada por dois servidores do INSS. Nas demais localidades (Amapá e Jarí), o chefe do PS (Posto de Serviço) é o responsável pela fiscalização da unidade.

Ao final do mês, os fiscais preenchem a Ficha de Inspeção de Serviços de Limpeza e Conservação e são os que atestam a autorização para o pagamento dos serviços prestados.

O serviço é considerado adequado e satisfatório baseado em entrevistas com funcionários e pelo teste visual efetuado pela equipe de fiscais. Como os serviços prestados afetam mais diretamente os funcionários, observa-se maior participação dos mesmos.

Houve um período em que ocorreu falta de material de limpeza, resultando numa multa de R\$ 602,40 (Ofício nº 186/2003/INSS/GEXMCP/AP-25001).

Até o momento, não ocorreu alteração da planilha de custos, que é a mesma do contrato inicial.

O controle da distribuição e localização dos funcionários da empresa prestadora de serviços é feito pelos fiscais e chefes do PS e não se observou desvios de materiais ou faltas relevantes. Mesmo porque o controle é feito sobre o serviço prestado e não se baseia no número de pessoas.

Serviços de Vigilância Eletrônica

A fiscalização dos serviços prestados nas cidades de Macapá e Santana é realizada por dois servidores do INSS. Nas demais localidades (Amapá e Jarí), o chefe do PS é o responsável pela fiscalização da unidade. Ao final do mês, os fiscais

preenchem a Ficha de Inspeção de Serviços de Vigilância e são os que atestam a autorização para o pagamento dos serviços prestados.

- INSPEÇÃO FÍSICA DA EXECUÇÃO

Serviços de Limpeza e Conservação

Efetuamos a análise das Fichas de Inspeção de Serviços de Limpeza e Conservação, onde os fiscais devem responder múltiplos quesitos distribuídos entre os seguintes grupos: Avaliação dos Funcionários, Quantitativo de pessoal, Avaliação dos Materiais de Limpeza, Quantidade de Material Utilizado, Execução dos Serviços na Periodicidade Contratada e Fiscalização Própria da Empresa Contratada. Nas fichas analisadas, os quesitos foram assinalados de forma satisfatória, não demonstrando problemas no período.

Entrevistamos o Chefe da Logística do INSS/AP (responsável pela gestão de suprimentos de bens e serviços), o qual confirmou a adequação dos serviços.

Necessidade de reformulação das Fichas de Inspeção e Rescisão do Contrato dos Serviços de Vigilância

Efetuamos a análise das Fichas de Inspeção dos Serviços de Vigilância e verificamos que estas precisam ser reavaliadas, pois a atual configuração dos múltiplos quesitos não permite que os fiscais coloquem objetivamente os eventuais problemas que existam em cada uma das unidades do INSS/AP.

Enquanto as fichas de Inspeção dos Serviços de Vigilância não indicavam problemas, a mesma equipe de fiscalização recomendava no Memorando 25-3001.1, de 13.8.2004, a rescisão do Contrato de Vigilância Eletrônica por descumprimento das cláusulas contratuais.

Inquirido sobre o assunto, o Gestor reafirmou as informações do descumprimento contratual observadas pelos fiscais do contrato, tais como: 1) equipamentos de má qualidade e mal instalados; 2) não instalação de sensores em alguns prédios; 3) Invasão ao prédio de São Joaquim de Pacui sem que o INSS/AP fosse comunicado.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O contrato referente aos serviços de Vigilância Eletrônica se encontra em estudo na Procuradoria Federal Especializada do INSS, para posterior recomendação à Gerência Executiva.

Em resposta ao Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.2.2005, referente aos relatórios encaminhados ao Diretor-Presidente do INSS, o Gestor, por intermédio do Memorando nº 010/2005/INSS/GEXMCP, de 22.3.2005, apresentou as informações a seguir relatadas:

"Referente ao Contrato de Serviços de Vigilância Eletrônica, consideramos as observações apontadas pela Auditoria; no entanto, pela escassez neste estado de empresa habilitada para prestar serviços dessa natureza, e a necessidade da continuidade desses serviços a bem do patrimônio público, pois que não é possível a contratação imediata; dessa forma manteremos o contrato com a atual fornecedora, até o encerramento do contrato em 13.4.2005, enquanto providenciamos através do Processo nº 37042.000033/05-96 contratação emergencial, cuja vigência será condicionada à nova contratação mediante licitação - Processo nº 37042.000034/05-31."

RESPONSÁVEL(IS) PONTENCIAL(IS):

Gerente Executivo do INSS em Macapá/AP no exercício de 2004.

AValiação DA SFC:

Verificamos a necessidade de reformulação das Fichas de Inspeção dos Serviços de Vigilância, para que os eventuais problemas constatados na execução dos serviços sejam tempestivamente regularizados.

RECOMENDAÇÃO:

Ratificamos a recomendação de rescisão do Contrato dos Serviços de Vigilância e reformulação das Fichas de Inspeção dos Serviços de Vigilância para que os fiscais possam colocar objetivamente os eventuais problemas que estejam acontecendo.

Recomendamos, ainda, que a Gerência realize o correto planejamento de suas ações, visando evitar contratações emergenciais como as que estão previstas para o contrato de serviços de vigilância.

- VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Serviços de Limpeza e Conservação

Efetuamos a observação visual das instalações principais da Unidade Central do INSS/AP (onde está sediada a Gerência Executiva) e o Posto de Serviços da Cidade de Macapá, e constatamos que as condições de limpeza e conservação estavam adequadas.

Serviços de Vigilância Eletrônica

A inspeção física foi prejudicada, pois os problemas são específicos e localizados em determinadas unidades. Os descumprimentos das cláusulas contratuais estão relacionados com os pontos já mencionados no item anterior.

10.1.1.4 - INFORMAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM CURITIBA/PR (RELATÓRIO nº 154108)

- PROCESSOS LICITATÓRIOS - FORMALIZAÇÃO LEGAL

Requisição do objeto

Verificamos que os processos licitatórios referentes à execução das obras de reforma e melhoria das APS João Negrão (Estação) e XV de Novembro foram objeto de análise e de parecer favorável pela Procuradoria do INSS/PR, foram autorizados pela Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística e suas Coordenadorias, e finalmente pela Gerente Executiva do INSS/CURITIBA/PR.

Por intermédio da Portaria GEX/PRCTA nº 72, de 16 de novembro de 2001, a Gerência Executiva do INSS em Curitiba/PR constituiu comissão especial de licitação com o fim específico de atuar nos processos licitatórios referentes às 02 (duas) obras, ambos realizados na modalidade Tomada de Preços, com base no art. 23, inciso II, alínea "b" da Lei nº 8.666/93.

Pesquisa de Preços

A Equipe de Engenharia do Serviço de Logística da Gerência Executiva do INSS em Curitiba utiliza a tabela publicada pela editora PINI, com a finalidade de subsidiar a elaboração dos orçamentos dos serviços de engenharia. Especificamente, em relação às obras de reforma e melhoria das APS objeto desta auditoria, verificamos que se trata de um Programa desenvolvido em âmbito nacional, cujas especificações e custos obedecem a um padrão pré-definido.

Efetuamos testes amostrais com materiais constantes da planilha orçamentária, utilizando como critério sua relevância na composição dos custos, tais como, ar condicionado central, instalações elétricas e telefônicas, comparando com os valores de mercado, sem encontrar diferenças substanciais. Portanto, concluímos pela adequação do orçamento.

Ressalte-se que a maior parte dos custos refere-se a itens cujos valores estão definidos por unidades de medida de área, o que inviabiliza o levantamento de preços junto ao mercado local, uma vez que os serviços ocorreram há mais de dois anos. No entanto, verificamos que estes valores estão compatíveis com os da

tabela publicada pela editora PINI, utilizada como referência quando da elaboração da planilha orçamentária.

- ANÁLISE DA EFICÁCIA E EFICIÊNCIA

Vinculação/Projeto Básico

Por meio de análise documental, verificamos que as propostas elaboradas pelas empresas contratadas contemplam todos os itens orçados no projeto básico, segundo as quantidades e especificações constantes nos editais dos respectivos processos licitatórios.

- CONTRATOS SEM LICITAÇÃO

Condições para Eficácia

Os bens e serviços relativos às obras em tela foram contratados mediante processo licitatório na modalidade Tomada de Preços, sob a forma de Execução Indireta, no Regime de Empreitada por Preço Global, do tipo "Menor Preço", não sendo verificadas contratações mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação.

- FISCALIZAÇÃO INTERNA

Fiscalização Própria ou Terceirizada

A Gerência Executiva de Curitiba dispõe de uma Equipe de Engenharia, composta por dois engenheiros lotados nesta capital, que foram os responsáveis pelas fiscalizações das obras.

Designação Formal

Os fiscais das obras da APS João Negrão (Estação) e da APS XV de Novembro, bem como os seus substitutos legais, foram formalmente designados, respectivamente, por meio da Portaria INSS/DADM nº 13, de 30 de dezembro de 2002, e da Portaria INSS/GEXCTB nº 41, de 16 de maio de 2002.

Relatório de Ocorrências

Observamos que todas as liberações de medição foram objeto de manifestação formal por meio de despacho da equipe de engenharia, a qual registrou os problemas técnicos encontrados, avaliou as alternativas possíveis juntamente com a equipe técnica da contratada e apresentou as propostas de alteração compatíveis com a manutenção da qualidade da obra. Os documentos emitidos pela equipe de engenharia evidenciam que as propostas de prorrogação de prazo e de modificações das especificações, que ensejaram os termos aditivos aos contratos, foram sugeridas pelos fiscais das

obras e posteriormente submetidas à apreciação do Serviço de Logística para o prosseguimento dos trâmites administrativos.

Aditivo de Alteração

Em relação à obra da APS XV de Novembro, constatamos as alterações contratuais conforme segue:

O Contrato nº 07/2002, referente à Tomada de Preços nº 06/2001, foi celebrado com a empresa adjudicada, COENGE CONSTRUÇÕES e EMPREENDIMENTOS LTDA., em 3.6.2002, tendo sido estipulado o prazo de execução da obra em 120 dias, e o prazo de vigência do Contrato em 150 dias, com data final fixada para 5.11.2002.

Em 5.11.2002, foi ajustado o Primeiro e único Termo Aditivo, prorrogando o prazo de execução da obra e de vigência do Contrato em 60 dias corridos, estendendo-se o novo prazo até 4.1.2003. Conforme justificativa apresentada pela Equipe de Engenharia/Serviço de Logística (fls. 1307-Volume 4), de 11.10.2002, nessa data, a obra estava concluída, faltando apenas a realização de serviços de instalações de mobiliário, divisórias e piso elevado, de obrigação do INSS. Verificamos que a alteração contratual foi analisada e obteve parecer favorável da Procuradoria do INSS, segundo Parecer/INSS nº 304/2002.

Quanto à obra da APS João Negrão (Estação), verificamos as seguintes alterações:

Para a execução desta obra foi celebrado o Contrato nº 35/2002 com a empresa LJG CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA em 16.12.2002, tendo sido estipulado o prazo de execução da obra em 90 dias, e o prazo de vigência do Contrato em 125 dias.

Em 20.3.2003, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo, prorrogando o prazo de execução da obra para 135 dias e o prazo de vigência do Contrato para 150 dias. Conforme justificativa da Equipe de Engenharia/Serviço de Logística (fls. 714-Volume 2), de 19.02.2003, a prorrogação se fez necessária em razão das dificuldades encontradas pela empresa em se adaptar às modificações no layout solicitadas pela GEX e porque as divisórias destinadas à obra ainda não haviam sido adquiridas. Verificamos que a alteração contratual foi analisada pela Procuradoria do INSS, da qual obteve parecer favorável.

Em 20.3.2003, foi firmado o Segundo Termo Aditivo para alteração de especificações do objeto, com acréscimos e supressões de serviços, resultando num aumento dos custos no valor de R\$ 18.764,66, o que representa 5,22% do custo da obra. Conforme justificativa da Equipe de Engenharia/Serviço de Logística (fls. 761-volume 2), as alterações foram necessárias porque o prédio objeto da reforma não possuía estrutura em concreto armado (presente na maioria das edificações convencionais) e, quando o

forro foi retirado, foram constatadas fissuras que comprometiam a estabilidade geral da edificação. Uma vez que a reforma previa instalação de forro de gesso que causaria sobrecarga na estrutura, foram apresentadas soluções de reforços necessários, devidamente precedidas de vistoria técnica, e foi elaborada planilha relacionando os custos adicionais. Para a execução dos serviços adicionais mencionados, o Segundo Termo Aditivo também prorrogou o prazo de execução e de vigência em mais 90 dias. As alterações contratuais foram analisadas pela Procuradoria do INSS, com parecer favorável, conforme teor do PARECER/INSS/CONSU/14-201.1/nº 466/2003.

Acréscimos e Supressões

Consideramos que os acréscimos e supressões de serviços que ocorreram na Obra da APS João Negrão (Estação) não eram passíveis de previsão quando do projeto inicial, uma vez que as alterações foram decorrentes de problemas constatados somente durante a execução. Verificamos que os acréscimos estão dentro dos limites legais, e os preços unitários dos itens incluídos estão em conformidade com os preços definidos no orçamento inicial.

Os acréscimos e supressões, objetos do Segundo Termo Aditivo da APS João Negrão (Estação), foram executados conforme descritivo abaixo:

TERMO ADITIVO APS JOÃO NEGRÃO (Estação) – INSS					
Acréscimos					
Item	Discriminação	Unidade	Quantidade	Unitário (R\$)	Total (R\$)
1	Reforços em estrutura metálica, inclusive estrutura auxiliar para fixação de forro de gesso	m²	914,01	18,15	16.589,28
2	Reforços de paredes, consertos de trincas, vergas e contra vergas de concreto armado	m³	2,20	1.080,00	2.376,00
3	Reforma na área do "X"				
	Retirada de forros	m²	38,00	2,85	108,30
	Conserto de pisos	m²	15,00	17,00	255,00
	Chapisco	m²	30,00	3,57	107,10
	Emboço	m²	30,00	13,91	417,30
	Recolocação de forros	m²	38,00	9,00	342,00
	Pintura de esquadrias metálicas	m²	11,34	8,02	90,95
	Instalação elétrica	gl	1,00	400,00	400,00
5	Limpeza de vidros pintados e consertos de massas	un	1,00	204,00	204,00
6	Conserto de portão externo e porta de ferro casa de força	un	1,00	490,00	490,00
7	Deslocamento de hidrante, inclusive materiais	un	1,00	935,00	935,00
8	Recuperação de grelha de piso externa	un	1,00	85,00	85,00
9	Acréscimo de alvenaria de 1/2 vez	m²	29,00	21,40	620,60
10	Acréscimo de chapisco, emboço e reboco	m²	48,00	23,90	1.147,20
11	Acréscimo de pisos cerâmicos	m²	18,00	35,67	642,06
12	Acréscimo de forro de gesso	m²	62,00	21,40	1.326,80
13	Escada marinho	un	1,00	255,00	255,00

14	Passarela de madeira para acesso à caixa da água	un	1,00	200,00	200,00
15	Janelas em vidro temperado e=8mm, em arco, com aberturas e ferragens	m²	7,20	1.070,00	7.704,00
TOTAL					34.295,59
Supressões					
1	Mictórios completos	un	2,00	146,23	292,46
2	Lavatórios completos	un	1,00	217,57	217,57
3	Torneira presmatic	un	1,00	215,78	215,78
4	Ponto de água fria	un	3,00	55,28	165,84
5	Ponto de esgoto	un	3,00	74,90	224,70
6	Iluminação fluorescente 2x32w	un	24,00	231,83	5.563,92
7	Spot de embutir	un	7,00	73,12	511,84
8	Porta Al.veneziana para a casa de força	un	1,00	374,50	374,50
9	Janelas em vidro temperado e=6mm sem aberturas	m²	11,20	677,66	7.589,81
10	Porta 80x210 com revestimento melamínico	un	1,00	374,50	374,50
TOTAL					15.530,92
TOTAL ADITADO					18.764,66

Conformidade do Objeto

Constatamos a conformidade dos objetos contratados com os termos dos Editais de Licitação e com as propostas apresentadas. Os contratos obtiveram parecer favorável da Procuradoria do INSS, bem como os seus aditivos, que foram subsidiados por justificativas técnicas quanto às alterações efetuadas.

Compatibilidade das Especificações

Verificamos por meio de inferência amostral que os serviços discriminados no memorial descritivo foram executados com as especificações constantes do Projeto Básico, havendo compatibilidade em termos quantitativos e qualitativos.

– PAGAMENTOS CONTRATUAIS

Pagamentos Antecipados

Verificamos que não houve pagamentos antecipados, com relação ao cronograma financeiro fixado. Os pagamentos somente foram efetuados após a conferência das medições referentes à execução da obra pelo engenheiro designado, conforme tabelas abaixo.

Ordens bancárias emitidas em favor da COENGE Construções e Empreendimentos Ltda. APS XV de Novembro				
Medição	OB	Data de medição	Emissão da OB	Valor
1ª	2576	02/07/2002	25/07/2002	108.043,26
2ª	2775	07/08/2002	16/08/2002	124.008,31
3ª	3051	30/08/2002	11/09/2002	154.744,01
4ª	3795	11/10/2002	14/10/2002	202.047,40

Final	4994	05/12/2002	16/12/2002	30.991,74
Total				619.834,72

Ordens bancárias emitidas em favor da LJC Construções Cíveis Ltda. - APS João Negrão (Estação) /Visc.Guarapuava				
Medição	OB	Data de medição	Emissão da OB	Valor
1ª	35	30/12/2002	16/01/2003	35.944,49
2ª	293	28/01/2003	12/03/2003	35.944,49
3ª	292	17/02/2003	12/03/2003	125.805,71
4ª	835	24/03/2003	15/04/2003	60.023,99
5ª	1704	02/05/2003	12/06/2003	43.248,17
6ª	1938	02/06/2003	01/07/2003	24.154,37
7ª	2155	03/07/2003	28/07/2003	*26.054,64
8ª	2684	01/08/2003	01/09/2003	*24.904,00
9ª (final)	-	04/11/2003	à vista	1.886,66
Total				377.966,54

* O pagamento referente ao termo aditivo foi dividido em duas parcelas, sendo incluídas da seguinte forma: 87% na 7ª medição e 13% na 8ª medição.

- INSPEÇÃO FÍSICA DA EXECUÇÃO

Ausência de Boletins de Medição

Não há Boletins de Medição elaborados pela fiscalização interna que atestem a verificação física por meio de levantamento em campo dos serviços efetivamente executados.

Verificamos que as autorizações para liberações dos pagamentos emitidas pelos fiscais da obra podem ser consideradas uma aprovação tácita dos serviços executados e da evolução do cronograma físico-financeiro, que eram apresentados pela empresa quando da comunicação de conclusão de cada uma das etapas, juntamente com a Nota fiscal.

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
Gerente Executivo do INSS em Curitiba/PR no exercício de 2004.		

AVALIAÇÃO DA SFC:

Entendemos que, em benefício da transparência e da publicidade dos atos administrativos, devem ser elaborados e assinados pela equipe de fiscalização boletins que contenham o quantitativo dos itens executados e a evolução dos serviços, quando da aferição das medições de cada etapa apresentadas pela empresa.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que a fiscalização interna passe a elaborar um boletim de medição a cada liberação de parcela, devidamente assinado pelo engenheiro responsável, de modo a evidenciar a efetiva verificação dos itens componentes do cronograma físico-financeiro.

Termo de Recebimento

O Termo de Recebimento Provisório da obra da APS XV de Novembro foi emitido em 4/12/02. Por intermédio da Portaria INSS/DADM nº 13, de 11/04/2003, foi indicado o servidor para proceder ao recebimento definitivo da obra. Na data de 16/04/2003, foi emitido o Termo de Recebimento Definitivo de Obra, com a constatação de que os problemas surgidos foram eliminados e de que não restava qualquer pendência em relação aos serviços contratados.

O Termo de Recebimento Provisório da obra da APS João Negrão (Estação) foi emitido em 14.11.2003, condicionando-se o recebimento definitivo à revisão do quadro de entrada de energia, com substituição da chave geral, e a substituição de duas grelhas das portas de entrada das centrais de ar condicionado.

Por intermédio da Portaria INSS/GEXCTB nº 105, de 19.12.2003, foi constituída comissão para o recebimento definitivo da obra. Em 10.3.04, a equipe de engenharia informava que as pendências relativas ao sistema de ar condicionado central haviam sido sanadas, e autorizou o pagamento da medição final, de nº 9.

Cumprimento das Cláusulas

Verificamos que as obras de reforma e melhoria na APS-XV de Novembro e na APS João Negrão (Estação) foram realizadas sob a forma de execução indireta no regime de Empreitada por Preço Global, conforme cronograma físico-financeiro aprovado, respectivamente, a custos finais de R\$ 619.834,72 e de R\$ 377.966,54 (após alteração dos projetos originais). O desembolso financeiro foi efetuado segundo o avanço físico das etapas, devidamente atestado pela equipe de fiscalização da obra. Constatamos que como garantia das obrigações assumidas pela contratada, foi caucionado o equivalente a 5% do valor contratado,

que foi restituído após a execução e aceitação dos serviços pelo contratante.

Confrontamos os itens constantes do Edital de Licitação e da Proposta da Contratada com aqueles executados e constatamos a adequação dos serviços e dos materiais empregados na obra.

Inspeção de Obras

Verificamos que as obras de reformulação das APS João Negrão (Estação) e XV de Novembro encontram-se concluídas e apresentam compatibilidade com o cronograma físico proposto. As metragens, especificações técnicas e *layout* executados estão adequados aos projetos originais e atualizações aprovadas.

Constatamos a existência dos problemas pontuais a seguir mencionados:

Na APS XV de Novembro ocorre infiltração de água da chuva que transborda da cobertura da casa de máquinas do ar condicionado central para o interior da Agência. As medidas já tomadas não resolveram o problema inteiramente.

Na APS João Negrão (Estação), já se encontram alguns pontos de desprendimento da cobertura de tinta e da massa corrida aplicadas na parede (vide registros fotográficos). Da mesma forma, foram verificadas infiltrações de água pelo teto de gesso. Ressalte-se que a incidência destes problemas ainda não é significativa em relação ao volume da obra, nem permite inferir se ocorreram por falha na execução ou em consequência das condições pré-existentes, uma vez que a reforma ocorreu sobre a estrutura de uma construção antiga.

As constatações mais relevantes foram verificadas em relação ao ar condicionado central, cujos custos representaram cerca de 18% das reformas da APS XV de Novembro e cerca de 23% das reformas da APS João Negrão (Estação).

Na APS XV de Novembro não houve instalação de ar quente, o que causa enorme desconforto aos funcionários e usuários no período de inverno. Da mesma forma, o ar frio apresenta setores com deficiência de resfriamento.

Na APS João Negrão (Estação), pela extensão das instalações, há dificuldade de afinação do ar, não ocorrendo um resfriamento uniforme em toda a área, que é interligada. Além disso, as janelas existentes no local são todas vedadas, ficando a circulação do ar no ambiente na dependência exclusiva do ar condicionado, fato que foi objeto de inúmeras reclamações por parte dos funcionários. Ocorre que o público alvo inclui pessoas que procuram o local para perícia médica, que favorece a

disseminação de agentes patogênicos, propiciando um ambiente insalubre.

Dessa forma, a equipe conclui, em face dos exames realizados sobre os atos de gestão da Gerência Executiva do INSS em Curitiba, relacionados à reformulação das APS-XV de Novembro e APS-João Negrão (Estação), pela REGULARIDADE da execução dos contratos. Entendemos que as obras foram executadas conforme as especificações propostas e alterações autorizadas, nos prazos constantes dos contratos e aditivos, a preços compatíveis com aqueles praticados no mercado, ressaltando a informação registrada quanto aos Boletins de Medição.

10.1.1.5 - INFORMAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM RIO BRANCO/AC (RELATÓRIO nº 153389)

PROCESSOS LICITATÓRIOS -- FORMALIZAÇÃO LEGAL

Na Gestão do Suprimento de Bens e Serviços, foram analisados os contratos de serviços de limpeza e conservação, de vigilância e manutenção predial vigentes na Unidade.

Constatou-se que, nos processos de compras e nas licitações para a contratação dos serviços de vigilância e manutenção de elevadores e ar condicionado, a Entidade utiliza como referência de valores o Sistema de Registro de Preços do Governo Federal(SIREP), bem como a Tabela de preços máximos do Ministério do Planejamento e Orçamento.

- FISCALIZAÇÃO INTERNA

Constatou-se que, nos processos analisados e nas entrevistas com responsável pelo setor de licitações e contratos, a Entidade designa, através de Portaria, um servidor para acompanhar a execução dos contratos de prestação de serviços.

- INSPEÇÃO FÍSICA DA EXECUÇÃO

Na análise dos processos de contratação de serviços de vigilância e manutenção de elevadores e ar condicionado, não foi observada nenhuma irregularidade relevante quanto às cláusulas pactuadas entre as partes, inclusive nas sucessivas prorrogações dos contratos através de aditivos. Identificou-se, apenas, que no empenho das despesas dos contratos estava sendo utilizado o empenho estimativo e que em alguns pagamentos das parcelas mensais dos serviços prestados não constava a guia do FGTS devidamente regularizada.

O Gestor, em atendimento à Solicitação de Auditoria nº 03, de 8.9.2004, comunicou, através do Ofício nº 025/LOG/GEX/INSS-AC-24.301.1, que a utilização do empenho estimativo é em razão da Direção Geral não liberar a dotação total da despesa do contrato e que as Guias do FGTS são encaminhadas para OFC junto com o pagamento do mês normal.

Constatou-se que os serviços de vigilância, conservação e manutenção de elevadores e ar condicionado estão dentro das exigências técnicas acordadas nos contratos. Sobre o sistema de controle, a Entidade designa, através de portaria, um servidor como responsável pelo acompanhamento da execução do contrato. Nos documentos analisados e na entrevista com o responsável pelo setor não foi constatada nenhuma irregularidade referente à execução dos contratos de prestação de serviço.

10.1.1.6 - INFORMAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM VITÓRIA/ES (RELATÓRIO nº 153392)

- PROCESSOS LICITATÓRIOS - FORMALIZAÇÃO LEGAL

Extrapolação de valor permitido para licitação na modalidade Convite, provocada por prorrogação contratual.

Constatamos no processo 35059.000512/2001-11, a realização do convite 04/2001, que culminou com a assinatura do Contrato nº 13/2001 - Manutenção da rede telefônica de todas as Unidades do INSS, firmado com a empresa Engetel Engenharia e Serviços Ltda., em 25.5.2001.

O valor anual do contrato foi de R\$ 52.312,08. O prazo de vigência estipulado no contrato foi de 12 meses.

O 2º Termo aditivo, assinado em 25.05.2002, prorrogou a vigência do contrato por mais 12 meses, até 24.5.2003, com o mesmo valor global de R\$ 52.312,08.

O 3º Termo aditivo, assinado em 23.5.2003, prorrogou a vigência do contrato para 24.5.2004, mantendo o valor de R\$ 52.312,08.

O 4º Termo aditivo foi assinado em 21.5.2004 e prorrogou a vigência até 24.5.2005, mantendo o valor inicial do contrato.

O artigo 23, inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.666/93, estabelece o valor de até R\$ 80.000,00 para a realização de licitação na modalidade Convite.

No caso em tela, o valor original do contrato encontrava-se dentro do limite permitido para a realização do Convite, entretanto, com as sucessivas prorrogações contratuais, o valor do

contrato, em outubro/2004, ultrapassa o valor de R\$ 170.000,00, extrapolando o valor permitido para a modalidade licitatória utilizada.

O Tribunal de Contas da União já se pronunciou sobre o assunto no Acórdão 1.862/2003-Primeira Câmara:

"9.4.3. na contratação ou prorrogação de serviços a serem executados de forma contínua, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, observe, para a escolha da modalidade de licitação, o valor estimado do período total dos serviços, de modo a não extrapolar os limites estabelecidos para as modalidades Convite e Tomada de Preços, nos termos do art. 23, § 5º, da mesma lei, com a redação dada pela Lei nº 9.648/98."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

"Já providenciamos abertura de procedimento com vistas a realização de nova licitação, na modalidade Pregão, a fim de que seja sanada a pendência."

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
Gerente Executivo do INSS em Vitória/ES no exercício de 2004.		

AValiação DA SFC:

Verificamos que o Gestor não observou o que determina a legislação vigente no que concerne à modalidade de licitação adequada ao caso em tela.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística do INSS promova a imediata rescisão do Contrato 13/2001, por estar irregular, junto a Gerência Executiva em questão, bem como adote providências na orientação e supervisão nas demais Gerências Executivas da necessidade do cumprimento dos limites estabelecidos pelo art. 23, da Lei nº 8.666/93.

Recomendamos que, quando da realização dos processos licitatórios, seja observado o valor total que se pretende contratar, inclusive com suas possíveis prorrogações, a fim de que sejam respeitados os limites estabelecidos pela Lei 8.666/93, em seu artigo 23.

- FISCALIZAÇÃO INTERNA

Recomposição de custos não previstos em contrato.

Em 16 de junho de 2004, foi celebrado o Contrato nº 14/2004 entre o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, através de sua Gerência Executiva em Vitória/ES e a Empresa SERDEL - Desinsetização e Conservação Ltda., visando a contratação de Serviços de Limpeza, Conservação, Higienização, Desinfestação (Desinfestação e Desratização), tendo em vista a homologação do objeto da Licitação na modalidade Pregão nº 08/2004, de 21.5.2004, constante do Processo nº 35059.002294/2004-74.

O valor mensal do contrato foi de R\$ 61.466,88, conforme lance efetuado pela empresa vencedora em 21.5.2004.

O Contrato 14/2004 assim dispõe:

"Cláusula Quinta - da Repactuação

Admitir-se-á repactuação do Contrato, na forma prevista no item 7 da Instrução normativa MARE nº 18, de 22.12.97, não sendo admitido o reajustamento de preços vinculados a qualquer índice geral ou setorial ou que reflita a variação de custos.

Cláusula Sétima - Do reajustamento Contratual

O preço Contratado será reajustado observando os seguintes critérios:

- a) A parcela do preço referente a mão-de-obra, do Anexo II da Planilha de Custo e Formação de Preços, somente será reajustada no mesmo percentual e na mesma época em que ocorrerem reajustamentos salariais das categorias, decorrentes de lei, acordo, convenções e dissídios coletivos do trabalhos.*
- b) As parcelas do preço referentes aos Insumos, Tributos e Demais Componente, do Anexo II da Planilha de custo e formação de preços, serão atualizados anualmente, com base na variação acumulada do INPC (ou de outro índice que venha a substituí-lo em virtude de medida governamental), contada a partir da assinatura do contrato."*

Em 6.8.2004, por meio da SDCL Nº 576/2004, a CONTRATADA solicitou recomposição dos custos alegando que, "quando da estimativa de preços para realização do Pregão, a mesma foi estabelecida tomando por base a tabela MOG com valores desatualizados, tendo em vista o atraso na publicação da nova tabela, a qual se deu somente no dia 31 de maio de 2004 através da

Portaria nº 03, de 27 de maio de 2004 (após a realização do Processo Licitatório)."

O novo valor pretendido pela empresa, com a repactuação, é de R\$ 69.228,66 mensais, majorando o valor contratado em aproximadamente 12,62%.

A referida solicitação foi aceita, pelo Serviço de Logística, em 2.9.2004, informando, inclusive, que o reajuste deverá ser retroativo a 16.6.2004.

A Portaria nº 03 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 27.5.2004, estabelece apenas os limites máximos para a contratação e repactuação de serviços de vigilância e limpeza e conservação. O reajuste do limite máximo não é motivo para alteração do valor contrato, que foi inclusive objeto de lance por parte da empresa vencedora.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

"O requerimento de repactuação pela Empresa contratada foi acolhido pelo Serviço de Logística, não tendo sido, entretanto, deferido, uma vez que o mesmo não possui suporte legal. O valor atualmente pago à contratada é o mesmo contratado inicialmente, ou seja, R\$ 61.466,88 (sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e oitenta e oito centavos)."

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

Gerente Executivo do INSS em Vitória/ES no exercício de 2004.

AValiação DA SFC:

Entendemos que nos contratos firmados pela Unidade deve ser observada a legislação pertinente quanto à repactuação de preços.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que a Unidade observe os termos contratuais avençados quando da repactuação de preços referente ao contrato 14/2004.

- INSPEÇÃO FÍSICA DA EXECUÇÃO

Solicitado a disponibilizar cópia do processo 35000.011179/2000-05, referente aos contratos 062/2001 e 063/2001, o INSS informou, por meio do MEMO 128/2004, de 15.10.2004, que o mesmo se encontra na Coordenação Geral de Apoio à Diretoria Colegiada, conforme protocolo anexado.

Contratação emergencial provocada por falta de planejamento.

Constatamos no processo 35059.000570/2003-60, a Dispensa de Licitação nº 02/2003, com base no artigo 24, inciso IV da Lei 8.666/93, para a contratação emergencial, pelo prazo de 60 dias, a partir de 17.04.2003, dos serviços de vigilância desarmada eletrônica, tendo em vista que o contrato em vigor, 02/98, constante do processo 35059.000765/97-18, completou 60 meses em 20.4.2003.

Para a continuidade dos serviços, foi realizado o Pregão 006/2003, no processo 35059.000756/2003-19, com data prevista para 18.6.2003.

Em 17.6.2003, o despacho PFE/INSS/ES-SC nº 125/2003, alerta a Unidade para o fato de que a licitação estava sendo realizada no limite temporal do contrato emergencial, com fim previsto para 18.6.2003. Se por qualquer motivo o Pregão 06/2003 não fosse ultimado o INSS estaria descoberto quanto ao serviço de vigilância.

No Pregão 06/2003, realizado em 18.6.2003, não houve interessados.

Foi então realizado o Pregão 07/2003, em 15.7.2003, tendo sido assinado o novo contrato para serviços de vigilância somente em 18.7.2003.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

"A não utilização da prerrogativa de prorrogação ocorreu em virtude de ter-se procurado obter uma economia maior para a Administração, em face da realização de nova licitação. Entretanto, estamos atentos para a realização de tais procedimentos com maior prazo e devida antecedência, com vistas à efetivação das contratações sem novas incorrências nas excepcionalidades."

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

Gerente Executivo do INSS em Vitória/ES no exercício de 2004.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Com base no que foi verificado na Unidade, entendemos que a mesma deverá proceder ao planejamento das licitações a serem realizadas com a devida antecedência, de forma a evitar a realização de contratações emergenciais.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que a Unidade proceda ao planejamento das licitações a serem realizadas com a devida antecedência, de forma a evitar a realização de contratações emergenciais, tendo em vista que este tipo de situação não é considerada de caráter excepcional, uma vez que o fim do contrato é algo previsível e sabido.

10.1.1.7 - INFORMAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM RECIFE/PE (RELATÓRIO nº 152676 - PMA)

- PROCESSOS LICITATÓRIOS- FORMALIZAÇÃO LEGAL

Verificamos que constavam do Processo nº 35204.008480/2001-45 os seguintes documentos:

- Pedido de Execução do Serviço, (PES nº 29/2001, de 19.9.2001);
- Portaria/INSS/GEXRECIFE/PE nº 53, de 15.10.2001, constituindo uma Comissão Especial de Licitação;
- Portaria/INSS/Gerência Executiva do INSS em Recife nº 223, de 4.11.2002, designando os fiscais responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços executados; e
- Diário de Ocorrências

Pesquisa de preços

Realizamos pesquisa de preços para uma amostra dos itens constantes da Planilha de Preço apresentada pela empresa vencedora (Agam Tecnologia Ltda.) no site Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas - CEHOP do Estado de Sergipe (www.cehop.se.gov.br) e constatamos que os preços se encontravam dentro da média do mercado.

Falhas no processo licitatório para execução da reforma da APS de Casa Amarela.

Em análise ao Processo nº 35204.008480/2001-45, relativo à contratação de empresa de engenharia para executar a obra de reforma e melhoria na Agência do INSS, APS - Casa Amarela, constatamos o que segue:

Tomada de Preço nº 10/2001

Objeto: contratação de empresa de engenharia para executar a obra de reforma e melhoria na Agência do INSS, APS - Casa Amarela - Recife/Pernambuco, sito à Estrada do Arraial, nº 3515 - Casa Amarela.

Abertura das Propostas: 10.12.2001, às 10:00 hs.

Empresa vencedora: AGAM Tecnologia Ltda.

Preço Ofertado: R\$ 369.060,18

a) impropriedades detectadas no instrumento convocatório:

a.1) item 13.3: exigência de domicílio bancário no Banco do Brasil, porquanto não há obrigação legal da contratada de manter conta corrente naquela Instituição Financeira;

a.2) item 13.3: não foi exigida a prévia comprovação, pela contratada, da regularidade fiscal junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, a despeito do contido no item 1, alínea "c", da Decisão/TCU nº 705/1994-Plenário, Processo TC-020.032/93-5; e

a.3) não identificamos exigência, por parte do INSS aos licitantes, da apresentação, para fins de habilitação no certame examinado, da documentação de que trata o art. 27, V, da Lei nº 8.666/93, cujo dispositivo foi acrescido pela Lei nº 9.854/99.

a.4) estabelecimento de condição restritiva à participação do certame, uma vez que "somente poderão participar (...) as empresas devidamente cadastradas e habilitadas parcialmente no SICAF, de acordo com a IN/MARE nº 05, de 21.07.95 e alterações posteriores", ante o entendimento firmado pelo TCU a respeito da matéria, consignado nas Decisões nº 80/2001-Plenário, Processo TC-011.622/2000-9; 302/2001-Plenário, Processo nº 012.475/1999-8; 375/2001-Plenário, Processo TC-017.675/2000-0; e 392/2001-Plenário, Processo TC-007.493/2000-3.

b) não há evidência no processo de utilização do Sistema de Registro de Preços para a comparação dos valores contratados, previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, e regulamentado pelo Decreto nº 3.931/01.

c) não consta dos autos do processo a pesquisa de preço realizada pela GEX/REC para estabelecimento do orçamento básico;

d) não consta dos autos o projeto executivo da obra, conforme determina o art. 7º da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Chefe do Serviço da Logística do INSS de Pernambuco, por meio do Ofício GEXREC/Serviço de Logística nº 178, de 4.10.2004, apresentou as seguintes justificativas:

Alínea "a.1"

"A operacionalização das licitações e contratos no âmbito do INSS, inclusive por disposição em seu Regimento Interno, se faz, entre outros instrumentos, com a utilização de Minutas Padrão confeccionadas pela Diretoria de Orçamento Finanças e Logística e submetidas à análise e aprovação da Procuradoria Federal Especializada vinculada à Diretoria Colegiada do INSS em Brasília, que detém competência sobre as demais Procuradorias vinculadas às Gerências Executivas. Ditos preceitos e procedimentos visam uniformizar os atos do INSS em todo território nacional e permitir que os Coordenadores do Órgão, lotados em Brasília, possam exercer supervisões, aconselhamentos e consultas à distância, já que os instrumentos em uso foram concebidos sob sua supervisão.

Nesse contexto é que deve ter surgido o estabelecimento em instrumento convocatório de movimentação financeira por parte dos licitantes (futuros contratados) no Banco do Brasil. Acreditamos que uma das razões principais para tal dispositivo teria sido uma característica que durou pouco tempo na Instituição, que determinava que os pagamentos aos fornecedores e prestadores de serviços só seria processado (ou pelo menos com mais rapidez processados) quando ditos interessados movimentassem contas bancárias no Banco do Brasil.

Certamente alguém, buscando fazer com que ficassem estabelecidos procedimentos que conferissem maior agilidade a determinadas fases da execução dos pactos, introduziu essa partícula nos Editais, como se estivesse sugerindo aos interessados em participar do certame, que teriam suas contraprestações facilitadas com essa simples providência.

No mais, é importante registrar que tal dispositivo não operou qualquer restrição à participação de eventuais interessados no procedimento licitatório, dada a sua simplicidade de realização e, sobretudo porque já é uma prática daqueles que lidam com órgãos públicos de movimentar suas contas (ou pelo menos ter uma) em instituições oficiais, o que na esfera federal sempre ocorre com o Banco do Brasil.

Na prática, também, não operava como uma imposição do órgão a qualquer contratado, pois a alteração de domicílio bancário é uma rotina já absorvida em nossos feitos, e que poderia ser utilizado por qualquer contratado, a qualquer tempo que desejasse.

Tendo sido introduzida tal partícula nas minutas-padrão aprovadas em Brasília, e também pelas orientações que de

lá recebemos de só operar alteração ou modificação nesses instrumentos para adaptações à realidade local (que normalmente só alcançam os Anexos) é que no caso em apreço o convocatório foi à praça com essa disposição.

Corroborando nossa assertiva de que tal dispositivo não operou ou causou qualquer restrição à participação, vemos que durante toda a fase licitatória não houve qualquer impugnação, recurso, ação judicial ou registro de licitantes sobre o assunto, demonstrando assim ser algo de menor importância dado o efeito prático que operou.

Contudo, doravante estaremos promovendo análise mais aprofundada nos instrumentos que utilizaremos, mesmo àqueles concebidos e aprovados na Diretoria do Órgão, visando adequar nossas atividades, inclusive nos pormenores, aos preceitos e determinações da Lei nº 8.666/93."

Alínea "a.2"

"Como preliminar, registramos que também a redação do subitem 13.3 do instrumento convocatório foi concebida e aprovada na Direção do Órgão em Brasília. Daí entendermos que a concepção de todas as exigências licitatórias escritas tiveram uma harmonia em seu cômputo geral, ou seja, alguns pontos poderiam estar incompletos ou parciais, mas, ao olharmos todo o instrumento convocatório (Edital) percebemos que nalgum lugar as exigências da Lei são cumpridas e observadas.

É o que ocorre com essa disposição ora em resposta. Ora, para que uma determinada empresa possa materializar sua inscrição e habilitação parcial junto ao Sistema de Cadastramento de Fornecedores ela apresenta ao órgão cadastrador toda a documentação necessária à classificação ou conceituação de sua condição de habilitação para participar em certames promovidos pelo Poder Público, listadas nos artigos próprios da Lei nº 8.666/93

Como o instrumento convocatório exigia como condição de participação a regularidade do licitante perante o SICAF (coisa que falaremos mais adiante) e o Sistema por sua vez exige a apresentação dessa regularidade falada, então, concluiu-se que ao configurar-se como em condição "regular" no SICAF a empresa licitante estaria comprovando sua capacidade ou direito de licitar (ou seja, que preenchia as condições de habilitação exigidas em Lei)."

Alínea "a.3"

"Mais uma vez se registra, para fins de justificativa e compreensão dos procedimentos adotados, que a redação do Edital se deu após sua concepção e aprovação em Unidades da Diretoria do INSS no Distrito Federal, e que a "atuação" dos gestores locais se resumia a uma adequação ou mesmo preenchimento das lacunas com informações ou dados regionais (tudo isso em nome da uniformização de procedimentos no Órgão).

Assim, o não estabelecimento da exigência prevista no Inciso V, do Art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99 (que foi editada em 27.10.99) certamente ocorreu pela "aceitação" e aplicação normal e usual de um instrumento habilmente aprovado e regularmente distribuído em todas as Unidades da Federação para uso. Contudo, podemos também afirmar que a exigência em questão (que trata da impossibilidade da utilização de mão-de-obra infantil) pode também não ter sido incluída por nossos dirigentes em razão da ausência de assimilação desses novos preceitos.

Note-se que o Edital foi utilizado em 2001 e, portanto submeteu-se a uma rotina demorada de concepção e aprovação nos "escritórios de Brasília" durante bom tempo, certamente pode ter ocorrido que aquele responsável pela emissão da primeira edição dessa minuta ter atuado em determinada época quando a Lei em questão não tinha sequer sido aprovada. Aí, com a vinda desse disciplinamento, não houve o devido cuidado em se atualizar o texto, que continuou a ser utilizado. Entretanto, há dois aspectos que precisamos evidenciar nesse contexto:

Primeiro, a ausência da exigência no instrumento convocatório e na documentação da licitante não autoriza concluir que o preceito foi descumprido, já que há outras Leis específicas sobre o assunto que regulam a atividade; Segundo, há uma certa responsabilidade do próprio legislador nessa "pequena falha" em razão da inexistência de divulgação de um texto consolidado da Lei, propiciando assim que muitos gestores públicos tenham em sua "mesas" um texto não atualizado e que apresente algumas omissões, como é o caso da presente."

Alínea "a.4"

"01 - Como preliminar ao teor da resposta sobre o item 1 da Solicitação nº 17/2004, temos a registrar que não entendemos como restrição à participação de licitantes a redação do item 2 do Edital do certame em apreço.

02 - Principalmente porque a restrição ocorreria se fosse grafado que "somente poderão participar...". O somente não existiu, e, portanto não causou restrição intransponível; caberia se admitir muito mais que dita expressão deixaria em dúvida os licitantes não inscritos, mas nunca que eles estariam impedidos de participar.

03 - Outro aspecto a ser registrado é que apesar da Decisão TCU nº 80/2001 (que mesmo sem podermos alegar desconhecimento em razão de princípios do Direito, dada sua publicação no DOU e por ter sido tomada por Órgão competente etc) não fomos efetivamente cientificados da mesma; e a própria Direção do INSS continuava a transmitir Minutas de Editais, inclusive pela página da Intranet, sem a retirada da exigência de inscrição no SICAF.

04 - Digno de se registrar, com mais intensidade ainda, é que no momento da confecção do Edital do certame, estava

em vigor o Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, que determinava em seu parágrafo primeiro a "...necessária prévia inscrição e regularidade cadastral no SICAF."

05 - Ou seja, mesmo com a Decisão do TCU e sua obrigatoriedade de aplicação, o próprio Governo Federal continuava exigindo, por Decreto, o prévio cadastramento no Sistema. Assim, temos que esse dispositivo se submetia ao princípio da Legalidade (ao qual também se submete o Edital). Dito disciplinamento da matéria só foi finalmente normatizado com a edição do Decreto nº 4.485, de 25.11.2002, que prescreveu alternativamente a possibilidade de comprovação na regularidade de habilitação via consulta ao SICAF ou pela apresentação documental.

06 - Como se vê, então, a redação do dito item 2 do Edital, não ocorreu por uma busca ou vontade do Gestor local em descumprir princípio de Lei, mas, resulta de estrita obediência à disposição legal (Decreto nº 3.722/01), de orientação da própria Diretoria do Órgão (que aprova minutas-padrão), e, também, não tem a clareza de restrição à participação.

07 - Tal inexistência de restrição à participação fica demonstrada de forma clara e precisa quando consultamos os autos do processo e identificamos que não houve qualquer impugnação ao Edital tampouco houve qualquer inabilitação de licitantes em razão de sua inconsistência junto ao SICAF.

08 - Além do mais, o próprio preâmbulo do Edital não estabelece qualquer disciplinamento sobre o teor do item 2 (não sendo portanto cabível afirmar que possíveis interessados deixaram de participar por terem visto tal exigência no preâmbulo).

09 - Um último aspecto a ser anotado é que, em razão do disciplinamento do Decreto nº 3.722 e da própria IN/MARE nº 05, a grande maioria de interessados (se não sua totalidade) já estavam efetivamente inscritos no SICAF, não sendo, sob o aspecto prático, um item de restrição sua exigência nos Editais de certames divulgados naquela época.

10 - Atualmente, com a edição do Decreto nº 4.485 e a assimilação por todos da impossibilidade de se estabelecer como condição de participação sua inscrição no SICAF os agentes públicos não mais deixarão nos instrumentos convocatórios tais exigências e que, de forma inequívoca, ficou comprovado que a inclusão dos dispositivos não foi obra ou de autoria do Gestor local, e sim de uma determinação da própria Direção do INSS."

Alínea "b"

"Não somente a confecção de Minutas-Padrão, mas também a fixação de preços de referência e outros caracteres da contratação que se seguirá aos certames promovidos pelo Órgão, são atribuições e funções das nossas Unidades de

Coordenação e Direção sediadas em Brasília, isso por determinação expressa e inequívoca do Regimento Interno do INSS.

Assim, quando há processos e contratos de interesse nacionais (e em grande quantidade) esses órgãos superiores promovem estudos técnicos e especificações sobre objetos a serem pactuados e também realizam a verificação da regularidade dos preços que serão futuramente estabelecidos como parâmetros para todos, mediante a utilização do Sistema de Registro de Preços, pesquisa ao mercado, observância dos limites fixados pelos órgãos competentes, etc.

Esses Processos e Contratos de reformas e melhorias, que seguem segundo um Programa de Governo em curso no INSS, que é o Programa de Melhoria da Qualidade do Atendimento (PMA) muito mais ainda; todas as disposições estabelecidas, parâmetros e preços de referência, seguem as regras da Lei e as práticas do mercado aceitáveis no serviço público.

Dadas as complexidades da matéria e a deficiência de pessoal qualificado, sob o ponto de vista da quantidade, foram concentradas no Distrito Federal todas as atividades embrionárias dos feitos a serem processados; e aí em Brasília, então, essas cautelas exigidas eram prontamente observadas.

O que pode ter ocorrido, em função da grande quantidade de processos e a formalização inicial de todos naquela localidade (DF) que não houve como descentralizar registros ou atividades para alguns locais, ficando fora dos volumes processuais a materialização da utilização do Sistema de Registro de Preços em nossos feitos. A ausência dessa comprovação, contudo, não autoriza que se possa concluir que os patamares contratados pela Administração não observaram regularmente os preceitos aplicáveis ao assunto; muito pelo contrário, o que se vê é que os valores utilizados em nossas contratações resultam de ampla e eficiente pesquisa ao mercado e também da verificação da conformidade com a Tabela de Preços da URB-Recife, um dos maiores contratadores de obras da Região, permitindo assim se concluir que os preços são compatíveis e propiciaram sempre a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, como consagra a Lei.

Contudo, embora haja comprovação da conformidade dos preços e da utilização do Sistema por nossos Dirigentes, e objetivando contribuir com a instituição com a descentralização de atividades, promoveremos solicitações aos nossos superiores não somente para nos orientar sobre a matéria no caso em apreço, mas também para propiciar Cursos ou Treinamento com esse objeto, permitindo assim que na detecção de alguma anormalidade, por menor que seja, haja sua imediata correção."

Alínea "c"

"A formação das planilhas finais do Processo ora em estudo resultou da atividade empreendida por um Pólo específico para assuntos do PMA (Pólo PMA), que foi para essa finalidade concebido no Estado de Pernambuco, absorvendo Engenheiros, Arquitetos e Técnicos locais, e também se valendo da contribuição de especialistas de outros Estados e do próprio Distrito Federal. A necessidade de criação desse Pólo mencionado (pelo menos uma delas) foi a possibilidade de realização de reformas em todas as Unidades de Atendimento do Estado, com isso, esse mesmo grupo não somente promoveu os "levantamentos" e informações necessárias à confecção dos Projetos Básicos de cada Unidade, como também realizou as devidas pesquisas de mercado, aos registros existentes e as fontes de indicação de preços, todos idôneos, que permitissem elaborar estimativas de obras que representassem em seu cômputo global, a perfeita conformidade com as práticas do mercado e a aceitabilidade pelos órgãos públicos.

Como essas pesquisas se destinavam a diversas obras, e ao mesmo tempo esse mesmo Pólo participou da instrumentalização dos Processos, propriamente dito, pode ter ocorrido de não apensar aos autos as respectivas documentações de pesquisa de preços. Entretanto, como pode ser perfeitamente detectado nos autos, toda prática de preços nos diversos processos conduzidos pelo Pólo, guardavam conformidade com a prática de mercado, e todas as obras estiveram de acordo com o orçamento apresentado pela Administração.

No ensejo, é importante consignar que pela própria instituição do mencionado Pólo do PMA, que não se encontra subordinado a nenhuma Gerência Executiva, e sim é supervisionado diretamente pela Superintendência Estadual e recebe orientação Técnica de Brasília, que algumas solicitações da Equipe de Auditoria, que se encontram na SA 09/2004, notadamente nos itens 2; 3, 4 e 5, não receberão a completa justificativa solicitada, em razão da ausência dos técnicos do Pólo na cidade do Recife, por ocasião dos trabalhos de auditoria (pois estavam em viagens de fiscalização de obras).

Assim, algumas considerações que porventura venhamos a tecer sobre esses tópicos, precisarão de uma ratificação por parte da Coordenação do referido Pólo, o que desde já solicitamos seja encaminhado através de Solicitação direta a esse Grupo, o que é perfeitamente cabível, em homenagem ao Princípio Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa (considerando-se que os itens foram considerados como "impropriedades").

Alínea "d"

"A elaboração do Projeto Executivo de obras tem a faculdade de ser realizada antes de sua execução propriamente dita (Art. 7º) e também de ser realizado

durante a execução dos serviços (Art. 7º, Parágrafo Primeiro).

Essa opção de sua realização durante a obra, que como se vê, tem Amparo e previsão legais, foi a "eleição ou escolha do órgão" para tal instituto.

Essa opção de confecção concomitante do Projeto Executivo foi estabelecida pela Direção do Órgão para todos os feitos do PMA, e foi aplicada em todas as nossas contratações/execuções."

No tocante ao Contrato de Manutenção Predial, o Gestor informou que constituiu Grupo de Trabalho para acompanhamento das recomendações apresentadas por ocasião da auditoria da CGU, instituído por meio da Portaria/INSS/GEXREC/nº 11, de 7.3.2005. Esclareceu que serão observadas nas novas contratações, as diretrizes e recomendações formuladas, notadamente em relação à confecção de planilhas, verificação da conformidade dos preços, elaboração de plano de trabalho, e os demais itens previstos na IN/MARE nº 18/97.

Informou, ainda, a constituição de Grupos de Trabalho para saneamento das disfunções constatadas na obra da APS de Casa Amarela (Portaria/INSS/GEXREC/nº 9, de 7.3.2005), no contrato de vigilância (Portaria/INSS/GEXREC/nº 12, de 7.3.2005) e no contrato de limpeza e conservação (Portaria/INSS/GEXREC/nº 13, de 7.3.2005).

A Gerência informou, também, que está determinando a adoção de procedimento licitatório cuja contratação irá substituir os contratos vigentes, seguindo as recomendações formuladas e as diretrizes do INSS pertinentes ao assunto.

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
Gerente Executivo do INSS em Recife/PE		

AVALIAÇÃO DA SFC:

Considerando as justificativas apresentadas, entendemos o exposto a seguir:

Alínea "a.1"

Concordamos com as providências a serem adotadas pelo Gestor, ressaltando que serão objeto de verificação em auditoria posterior.

Alínea "a.2"

Tendo em vista que a exigência de cadastramento no SICAF por parte da empresa participante no certame já constitui uma condição restritiva a participação, conforme descrito na alínea "a.4" deste ponto, não acatamos as justificativas apresentadas pelo Chefe do Serviço de Logística.

Alíneas "a.3", "a.4" e "b"

As justificativas apresentadas não elidem as falhas apontadas, por serem estas resultantes de descumprimento de norma legal.

Alínea "c"

Tendo em vista que a pesquisa de preço realizada não foi apresentada, comprovando sua realização, não acatamos as justificativas apresentadas.

Alínea "d"

Considerando que o projeto executivo, que segundo do Chefe do Setor de Logística, foi elaborado concomitantemente com a execução da obra, não foi apresentado, não acatamos as justificativas apresentadas.

RECOMENDAÇÃO:

Diante do exposto, recomendamos à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística e a Gerência Executiva o seguinte:

a) aperfeiçoar a redação dos documentos que compõem os processos licitatórios abertos pelo INSS, em especial as minutas do Edital e do Contrato, evitando-se a adoção, na íntegra, de modelo-padrão estabelecido pela Diretoria da Autarquia, e em observância às disposições da Lei nº 8.666/93.

b) estabelecer critérios flexíveis à participação de licitantes, quanto aos meios de apresentação da documentação de que trata os art. 27 a 31 da Lei nº 8.666/93, abstendo-se de exigir, para efeito de habilitação do interessado, seu registro no SICAF, única e exclusivamente, fazendo-se acatar a jurisprudência consolidada do TCU, relacionada neste mesmo item do relatório.

c) verificar a exeqüibilidade dos preços ofertados pelas proponentes, utilizando-se dos meios descritos no art. 43, IV, da Lei nº 8.666/93, inclusive aquele regulamentado pelo Decreto nº 3.931/01, com alterações produzidas recentemente pelo Decreto nº 4.342/02.

- ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Realização de serviços extras e excedentes sem formalização de Termo Aditivo.

Constatamos a execução dos seguintes serviços extras e excedentes sem a devida autorização formal da GEX/REC (parecer jurídico aprovando e termo aditivo ao contrato):

ACRÉSCIMOS				
Discriminação	Unid.	Quant.	Preço Unit. (R\$)	Valor (R\$)
Tapume de chapa de madeira compensada 6mm;	m2	63,58	13,12	834,17
Demolição de alvenaria	m3	98,71	13,34	1.316,79
Demolição de cobertura com telha ondulada de fibrocimento	m3	106,99	0,79	84,52
Demolição de concreto armado manualmente	m3	4,92	50,81	249,99
Demolição de estrutura de madeira para cobertura	m2	106,99	4,91	525,32
Retirada de entulho com caçamba	m3	186,18	16,99	3.163,20
Concreto ciclópico com pedra rachão	m3	0,81	126,15	102,18
Escavação manual de valas até 6mm	m3	6,9	11,13	76,80
Aterro compacto	m3	96,14	13,20	1.269,05
Platibanda em estrutura metálica	m2	66,6	35,35	2.354,31
Alvenaria de tijolos cerâmicos de 8 furos 1 vez	m2	185,51	20,68	3.836,35
Painéis fixos de vidro temperado E=10mm completa, inclusive acessórios	m2	11,80	135,00	1.593,00
Janela de alumínio tipo máximo ar, sem bandeira com contramarco	m2	1,4	138,11	193,35
Persianas horizontais de alumínio 16 mm	m2	17,49	72,90	1.275,02
Vidro liso comum 4 mm	m2	4,4	22,62	99,53
Chapisco	m2	265,28	1,98	525,25
Pastilha NGK 5x5 cm, referência JD-480	m2	10,94	31,45	344,06
Reboco	m2	265,32	6,13	1.626,41
Cerâmica 20x20 PEI IV, inclusive regularização	m2	2,78	22,12	61,49
Granito antiderrapante, placas 40x40 cm	m2	17,55	58,00	1.017,90
Peitoril de mármore	m2	2,05	72,15	147,91
Soleira de Granito	m2	4,82	73,20	352,82
Ponto de água inclusive tubulação e conexões	Pto	4	16,00	64,00
Grama em placas	m2	88,6	6,24	552,86
Pavimentação em cimento rústico e=8,0 cm, inclusive estacionamento	m2	184,25	20,39	3.756,86
Preço e Custo				25.423,14
B.D.I (28,80 %)				7.321,87
Preço de Venda				32.745,02
Decrêscimos				7.893,86
TOTAL				24.851,16
EXTRAS				
Discriminação	Unid.	Quant.	Preço Unit. (R\$)	Valor (R\$)
Erradicação de mangueiras de grande porte e remoção de todos os restos oriundos dos serviços	Un	2,00	3.500,00	7.000,00
Concreto estrutural, FCK 11 mpa, condição B (NBR-12655), lançado sobre o terreno ou em fundações e adensado	m3	55,76	159,93	8.917,70
				15.917,70
B.D.I (28,80 %)				4.584,30
Preço de Venda				20.501,99

Salientamos que estes serviços já foram executados pela AGAM Tecnologia, exceto quanto ao fornecimento das portas de madeira com revestimento em laminado melamínico, no valor de R\$ 1.432,08, pois sua colocação será posterior ao fornecimento das divisórias. Até o momento da auditoria não havia sequer parecer jurídico aprovando formalização do Termo Aditivo.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Chefe do Serviço da Logística do INSS de Pernambuco, por meio do Ofício GEXREC/Serviço de Logística nº 178, de 04/10/04, apresentou as seguintes justificativas:

"As solicitações apresentadas no Item 4, inclusive com as Tabelas discriminatórias, também inscrevem-se naqueles tópicos que só podem ser respondidos pela Equipe Técnica do Pólo PMA concebido e em funcionamento na Superintendência (vez que os "acréscimos" e os "extras" ali relacionados falam de atividades próprias do acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços (obras))."

Em resposta ao Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.02.2005, referente aos relatórios encaminhados ao Diretor-Presidente do INSS, o Serviço de Logística da GEXRECIFE encaminhou documento s/nº, de 14.3.2005, apresentando as informações/providências a seguir relatadas.

O Gestor informou sobre as dificuldades na execução da obra, devido ao surgimento de situações imprevistas, e que *"diante dos impasses e da singularidade das soluções, a própria contratada, por sua própria iniciativa e risco, sem qualquer autorização ou anuência da fiscalização e, pode-se dizer assim, intempestivamente, realizou todas as etapas e itens (...), por entender que agindo assim estaria contribuindo para a não paralisação dos serviços e certa da aprovação da Administração daqueles mesmos itens"*.

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

Gerente Executivo do INSS Recife/PE no exercício de 2004.

AValiação DA SFC:

Tendo em vista a ausência de parecer jurídico aprovando formalização do Termo Aditivo, entendemos que o assunto permanece PENDENTE de regularização.

Apesar das justificativas apresentadas, o Gestor deve se ater ao determinado em lei, evitando que o surgimento de obstáculos na execução de determinado objetivo seja causa de extrapolamento dos mandamentos legais.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos a adoção de providências com vistas a apurar responsabilidade pela execução de serviços não autorizados pela GEX/Recife/PE.

- PAGAMENTOS CONTRATUAIS

Descumprimento de cronograma de pagamentos e realização de pagamentos sem respaldo contratual.

Com relação aos pagamentos executados à empresa Agam Tecnologia Ltda. constatamos o seguinte:

- a) Descumprimento do cronograma de pagamento previsto no contrato, conforme demonstrado a seguir:

Contrato						
Valor	Parcela	Dias	% do contrato	Valor pago	% acumulado	Valor acumulado
369.060,18	1ª	30 dias	18,52%	68.349,95	-	-
	2ª	60 dias	33,85%	124.926,87	52,37%	193.276,82
	3ª	90 dias	47,63%	175.783,36	100%	369.060,18
DEVOLUÇÃO DA CAUÇÃO						
18.453,01	4ª	140 dias	5%	18.453,01	-	-

PAGAMENTOS REALIZADOS						
Pag.	OB	Nota Fiscal	Data	Valor	Val. acumulado	% do valor contratado
1ª	2002OB005839	NF 01255	16/12/02	51.514,58	51.514,58	13,96
2ª	2002OB001840	NF 01306	20/03/03	102.826,75	154.341,33	41,82
3ª	2002OB003787	NF 01396	20/10/03	33.376,69	187.718,02	50,86
4ª	2002OB005240	NF01423	22/12/03	79.995,64	267.713,66	72,54
5ª	2002OB001107	NF01436	10/03/04	40.524,42	308.238,08	83,52

- b) Pagamento realizado por meio da 2002OB001107, de 6.4.2004, sem respaldo contratual, tendo em vista que, segundo o 3º Termo Aditivo, o contrato havia expirado em 29.12.2003.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Chefe do Serviço da Logística do INSS de Pernambuco, por meio do Ofício GEXREC/Serviço de Logística nº 178, de 4.10.2004, apresentou as seguintes justificativas:

Alínea "a"

"... as justificativas a serem apresentadas ante as argumentações, só devem ser respondidas efetivamente pelos integrantes do Pólo PMA concebido e em funcionamento na Superintendência Estadual, especialmente porque as indagações revestem-se de caráter eminentemente técnico e dizem respeito ao funcionamento do acompanhamento e fiscalização das obras, tudo isso vinculado ao Grupo já mencionado."

Alínea "b"

"... Também as solicitações dizem respeito ao acompanhamento e fiscalização da execução das obras, e portanto, só podem ser respondidas com maior profundidade e propriedade pelo pessoal técnico do Pólo."

Contudo, apenas a título de colaboração, e como resultado de uma simples e rápida verificação documental, especialmente no Volume VI dos autos do Processo/Contrato, verificamos que a celebração do 4º Termo Aditivo ao Contrato em questão, que tem sua vigência estabelecida para o período compreendido entre os dias 30/12/2003 e 02/05/2004, que em princípio tal pagamento anunciado, foi efetivamente materializado com amparo nesse pacto retromencionado.

Cabe-nos, registrar, no ensejo, que o referido Volume VI dos autos do Processo 35204/008480/2001-45 não foi remetido para análise por parte da Equipe da Auditoria por se encontrar em trâmite na Equipe do Pólo PMA, Superintendência Estadual, Gerência Executiva e Procuradoria Federal Especializada, sendo somente disponibilizado para a linha após o encerramento dos trabalhos de auditoria.

Em resposta ao Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.02.2005, referente aos relatórios encaminhados ao Diretor-Presidente do INSS, o Serviço de Logística da GEXRECIFE encaminhou documento s/nº, de 14.3.2005, apresentando as informações/providências a seguir relatadas.

O Gestor justificou que devido à paralisação dos serviços, houve necessidade de redimensionamento dos cronogramas de pagamento e medição, e também a confecção e celebração de diversos Termos Aditivos, fixando novo prazo de conclusão da obra. Informou, ainda, que os termos aditivos não foram confeccionados em tempo hábil, com as necessárias informações técnicas e jurídicas para sua fundamentação. A Unidade se pronunciou que ante a recomendação desta SFC/CGU, serão observados os cronogramas físico-financeiros fixados nos contratos, somente admitindo alteração em acordo com a legislação.

Quanto ao pagamento realizado sem respaldo contratual, o Gestor informou que a emissão do pagamento foi efetivamente realizado dentro das conformidades contábeis e contratuais, tendo sido celebrado o 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 57/2002, em 29.12.2003, que alterou a vigência contratual para 30.12.2003 a 2.5.2004, considerando legal o pagamento realizado em 6.4.2004.

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

Gerente Executivo do INSS em Recife/PE no exercício de 2004.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Verificamos que não estão sendo obedecidas as cláusulas avançadas no contrato em referência, conforme determina o art. 66 da Lei nº 8.666/93.

Apesar das justificativas apresentadas, verifica-se que, de fato, não foi cumprido o cronograma físico-financeiro referente à obra executada.

RECOMENDAÇÃO:

No que se refere ao cronograma de pagamento, não acatamos as justificativas apresentadas, recomendando que sejam sempre observadas as condições estabelecidas em contrato, conforme estabelece o art. 66 da Lei nº 8.666/93.

- INSPEÇÃO FÍSICA DA EXECUÇÃO

Não fornecimento de material pela GEX/Recife, impossibilitando a conclusão da obra.

Constatamos a não adoção de providências tempestivas por parte da GEX/Recife que possibilitassem o fornecimento de material (divisórias), material este que ainda não foi entregue e que é necessário para a conclusão dos serviços e entrega da obra. Temos a considerar também os seguintes aspectos:

- a) o contrato foi assinado em 2.7.2002, com prazo de execução dos serviços de 90 dias e vigência de 140 dias da assinatura do termo, já tendo sido prorrogado por diversas vezes;
- b) já foram realizados pagamentos de 83,52% do total contratado, inclusive com descumprimento do cronograma financeiro estabelecido;
- c) a empresa está com os trabalhos paralisados, desde maio/2003, aguardando o fornecimento do material e a regularização junto à CELPE para a conclusão dos serviços;
- d) a construtora vem se responsabilizando pela vigilância do imóvel que é propriedade da Entidade; e
- e) o prejuízo à comunidade local que aguarda a reativação da APS-Casa Amarela.

Salientamos que a não liberação, por parte da Administração, de objeto para execução da obra no prazo contratual constitui motivo de rescisão de contrato (inciso XVI do art. 78 da Lei nº 8.666/93), cabendo ao contratado o ressarcimento dos prejuízos comprovados que houver sofrido (§ 2ª do art. 79 da Lei nº 8.666/93).

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Chefe do Serviço da Logística do INSS de Pernambuco, por meio do Ofício GEXREC/Serviço de Logística nº 178, de 4.10.2004, apresentou as seguintes justificativas:

"Em relação às observações lançadas, convém apresentar alguns comentários sobre os assuntos (sem prejuízo das

justificativas, informações e esclarecimentos que serão efetivamente apresentados pelo Pólo PMA no momento oportuno - após o envio de Solicitação direta ao Grupo, como já requerido).

Em obediência ao Princípio do parcelamento do objeto, quando viável técnica e economicamente falando, e buscando o melhor aproveitamento dos recursos e, ainda, a ampla participação dos interessados, nos certames e conseqüentemente em contratos, a Administração da GEXREC promoveu a abertura de procedimento licitatório próprio e autônomo para a contratação do fornecimento de divisórias e outros itens.

Como forma de ampliar mais ainda a participação, e na busca de captar preços e condições mais vantajosas para a Administração, a modalidade licitatória aplicada nesse feito foi o Pregão, que como se sabe confere redução substancial de preços, sem perda da qualidade, para a maioria dos objetos licitados.

Como é fato comum nos certames licitatórios, inclusive com admissão legal de ocorrer (já que é uma das hipóteses que permitem a contratação direta) houve o comparecimento de licitante que, entretanto ofertou preço manifestamente inexequível, por não guardar conformidade com a prática do mercado, que foi de pronto rejeitado pela Administração; ensejando a repetição do feito, o que lamentavelmente demandou e consumiu tempos consideráveis, obrigando-nos assim a promover dilatações do prazo contratual inicialmente fixado e estabelecido.

Como se vê, a fundamentação para a recusa dos preços (não havia vantagem para a Administração) e as próprias prorrogações contratuais não resultaram de negligência ou má gestão dos agentes públicos que dirigem o feito, mas, foram suscitados por razões externas e resguardadas pelas disposições da Lei.

As letras "a", "b" e "c" das observações também serão respondidas pelo pessoal técnico do Pólo PMA.

d) Enquanto os trabalhos de reforma não forem concluídos não há possibilidade de transferência de bens e serviços da Administração para aquela localidade, e lá só permanecem materiais e equipamentos de propriedade da Construtora, além das partes da construídas e acabadas, que estão sob sua responsabilidade.

Assim, como ocorre em todos os casos em que não há bens ou equipamentos do órgão, e ainda perdura a responsabilidade do executante, os trabalhos de vigilância e guarda do local ficam sob inteira responsabilidade da Construtora, até que definitivamente a obra seja concluída e efetivamente aceita.

Como é comum também nesses casos (especialmente pelo acréscimo de demanda que há em outras Unidades que absorvem os atendimentos daquele em reforma, que a Vigilância humana é transferida para outros locais, até a

conclusão dos trabalhos e o retorno e restabelecimento do atendimento na origem).

e) Enquanto o imóvel localizado no Bairro de Casa Amarela estiver no curso das obras o atendimento à comunidade local será efetivamente realizado por qualquer Unidade de Atendimento do INSS (em razão da inexistência do conceito de "área de abrangência" como outrora se verificava) e também nos serviços oferecidos pela própria estrutura daquele APS, que se encontram à disposição de todos na Rua Corredor do Bispo.

Apesar do lapso para a conclusão das obras (que como se demonstrou não foi operado por culpa ou responsabilidade do órgão) entendemos, com a devida vênia, que não há que se falar em "prejuízo à comunidade", pois, ao nosso ver, e por isso foi concebido o Programa de Melhoria do Atendimento no âmbito da Previdência Social em todo o país (um Programa aceito e aplaudido por todos), o prejuízo que sofria a comunidade era quando tinha que ser atendida numa localidade desprovida dos confortos e recursos mínimos necessários aos envolvidos, clientes e servidores."

O Gerente Executivo da GEX/Recife/PE forneceu cópia do "e-mail" encaminhado ao Chefe da Divisão de Gerência de Despesas Operacionais, em 14.9.2004, solicitando a liberação de crédito para aquisição de divisórias, enfatizando o que segue:

"... a conclusão dos trabalhos de adequação da APS/Casa Amarela estão paradas a quase dois anos, na dependência apenas que sejam adquiridas as divisórias, para sua efetiva reabertura ao público. Ressaltamos que a referida APS está funcionando junto à APS/Corredor do Bispo, em condições totalmente inadequadas e o ao longo do tempo decorrido desde o início dos trabalhos de reforma, tem sido motivo de matérias jornalísticas na mídia local."

Em resposta ao Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.2.2005, referente aos relatórios encaminhados ao Diretor-Presidente do INSS, o Serviço de Logística da GEXRECIFE encaminhou documento s/nº, de 14.3.2005, apresentando as informações/providências a seguir relatadas.

O Gestor informou que no que diz respeito às divisórias e módulos, após os insucessos verificados nas licitações, foi contratada a empresa BRADIV Indústria e Comércio Ltda., por meio do Pregão nº 09/2004, ao preço global de R\$ 58.632,50. O assunto foi encaminhado à PFE - Seção de Consultoria e Contratos, que emitiu a Nota Técnica nº 12/2005, de 4.3.2005, (Processo nº 35204.007662/03-50), atestando a legalidade dos procedimentos licitatórios que resultaram na dispensa de licitação.

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

CPF	NOME	CARGO
-----	------	-------

379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
Gerente Executivo do INSS em Recife/PE		

AVALIAÇÃO DA SFC:

Considerando as justificativas apresentadas, entendemos o que segue:

- as justificativas com relação as alíneas "a", "b" e "c" não elidem as falhas apontadas;

- concordamos que a responsabilidade pela segurança da obra é da construtora até o recebimento da mesma, contudo, enfatizamos o direito da construtora de receber ressarcimento dos prejuízos comprovados que houver sofrido (§ 2ª do art. 79 da Lei nº 8.666/93) pela não liberação, por parte da Administração, do material para execução da obra. Salientamos que a demora na conclusão da obra é responsabilidade da GEXREC pelo atraso no fornecimento da divisórias.

- Em visita a APS do Corredor do Bispo constatamos que as instalações físicas da unidade não são suficientes para funcionamento de duas agências, conforme pode ser observado do que segue:

a) a APS do Corredor do Bispo dispõe de duas salas para realização de perícia médica, sendo que as duas agências têm cinco médicos peritos (APS do Corredor do Bispo tem dois médicos e na APS de Casa Amarela são três médicos);

b) a sala destinada ao arquivamento dos documentos não tem prateleiras e estantes suficientes; e

c) o espaço físico não é suficiente para o funcionamento das duas agências.

O próprio Gerente Executivo da GEX/Recife/PE reconhece que as instalações estão inadequadas, conforme redigido no "e-mail" transcrito na justificativa anterior.

Dessa forma, ressaltamos que a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística e a mencionada Gerência Executiva devem dar

celeridade ao processo em questão, para o devido funcionamento da APS de Casa Amarela.

RECOMENDAÇÃO:

Diante do exposto, recomendamos à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística e a GEX/Recife-PE o que segue:

- aprimorar os mecanismos de planejamento de contratação de serviços e aquisição de material/equipamento, visando evitar que situações como esta tornem a acontecer; e
- melhorar as condições de atendimento à comunidade da APS de Casa Amarela, tendo em vista que esta vem funcionando junto à APS do Corredor do Bispo.

- INSPEÇÃO FÍSICA DA EXECUÇÃO

Durante a inspeção da obra, constatamos que a reforma de APS de Casa Amarela encontrava-se em fase de conclusão, aguardando apenas o fornecimento das divisórias para finalização dos serviços, conforme foi evidenciado pela equipe. Ressaltamos que não foi constatada divergência entre o material especificado no processo licitatório e o material utilizado pela empresa na realização dos serviços.

10.1.1.8 - INFORMAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM RECIFE/PE (RELATÓRIO Nº 153399)

- INSPEÇÃO FÍSICA DA EXECUÇÃO

Impropriedades na contratação de serviços de vigilância.

Constatamos as seguintes impropriedades na análise do Processo nº 35204.002952/2002-09, referente à contratação de serviços de vigilância desarmada e instalação e manutenção de serviço de segurança eletrônica com a empresa Guardiões Vigilância e Transporte de Valores:

- a) restrição no item 2 do Edital de Concorrência Pública nº02/2002 referente a exigência para participação no processo licitatório nos seguintes termos: "*Poderão participar na presente licitação as empresas devidamente cadastradas e habilitadas parcialmente no SICAF, de acordo com a IN/MARE Nº 5, de 21.07.95 e alterações posteriores*". Ante o entendimento firmado pelo TCU a respeito da matéria, consignado na Decisão nº 80/2001 - Plenário, uma vez que nessa Decisão o TCU afirma que o item 1.3 da referida Instrução Normativa fere os artigos 3º, § 1º, inciso I, 22 §§ 1º, 2º e 3º; 27 e 115 da Lei 8.666/93.

b) o desconto de somente 1% para o código de recolhimento de receitas de tributos federais sobre os valores pagos a empresa Guardiões Vigilância e Transporte de Valores Ltda. pelos serviços prestados de vigilância eletrônica nos meses do ano de 2003 e 2004, quando a mesma declara no espelho da Nota fiscal nº 17.446 ser devedora de CSLL, IRPJ, PIS, COFINS e esses impostos, com exceção de 1% da CSLL, não estão sendo descontados nem recolhidos pelo INSS para a Receita Federal.

c) preços unitários diferenciados do material de vigilância eletrônica, apresentados nas planilhas por Agência da Previdência Social - APS, constantes na Proposta da empresa vencedora - Guardiões Serviços de Vigilância Ltda.

d) a concessão de reajuste de 10,19% em maio/2004 aos preços contratados de vigilância eletrônica sem apresentação de demonstração analítica do aumento dos custos em planilha e com comprovação documental do item de custo que provocou este aumento.

e) contratação de segurança eletrônica e vigilância desarmada para a APS de Casa Amarela, tendo em vista que o referido prédio encontra-se em obras desde dezembro de 2002, e suas atividades foram transferidas para a APS do Corredor do Bispo, sendo essa Agência já beneficiada com o referido contrato. Salientamos que em verificação "in-loco", fomos informado pelo sócio da construtora que realiza os serviços de reforma do prédio que a vigilância do local vem sendo efetuado pela sua empresa.

Segurança Eletrônica			
Período de reforma (dez/2002 - set/2004)	Meses	Valor Mensal R\$	Valor Pago
Dez/2002 - Maio/2004	18	578,42	10.411,56
A partir de junho/2004	4	644,75	2.579,00
Total pago no período com a segurança eletrônica			12.990,56

Vigilância Desarmada - Dois Postos com um total de 04 vigilantes (44 horas semanais diurnas)			
Período de reforma (dez/2002 - set/2004)	Meses	Valor Mensal R\$	Valor Pago
Dez/2002 - Junho/2004	18	935,55	16.839,90
A partir de junho/2004	4	1.278,17	5.112,68
Total pago no período com vigilância desarmada			21.952,58

f) assinatura de contrato e realização de pagamentos por serviços prestados de vigilância desarmada, pela empresa

Guardiões Vigilância e Transporte de Valores, em consequência da rescisão contratual com a empresa Mega Vigilância e Segurança Ltda, com base em nova planilha de preço, em desacordo com o art. 24 inciso IX, uma vez que os preços praticados pela Mega Vigilância deveriam ter sido aceitos com as devidas atualizações, ou caso não aceita essa condição, ter procedido contratação por dispensa com base no art. 24 inciso IV da Lei nº 8.666/93. Salientamos que esta orientação também foi expedida pela Procuradoria Jurídica da GEX/Recife.

Ressaltamos que a aceitação da planilha fornecida pela empresa Guardiões Vigilância e Transporte de Valores gerou uma diferença a maior no valor de R\$ 97.301,87 (anual), conforme demonstrado a seguir:

		Valores em R\$
Valores contratados com a Guardiões Vigilância	Mensal	65.951,84
	Anual	791.422,08
Preços praticados pela Mega ltda. Atualizados	Mensal	57.843,35
	Anual	694.120,21
Diferença	Mensal	7.748,49
	Anual	97.301,87

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por intermédio do Ofício GEXREC/Serviço de Logística nº 169 em 28.9.2004, o Chefe do Serviço de Logística da GEXREC/INSS/PE manifestou-se nos seguintes termos:

"Em atendimento ao solicitado através da SA nº 17/2004, vimos apresentar as presentes justificativas referentes aos contratos de vigilância patrimonial em curso na Gerência Recife:

a) RESPOSTA AO ITEM 1

a-01 - Como preliminar ao teor da resposta sobre o item 1 da Solicitação 17/2004, temos a registrar que não entendemos como restrição à participação de licitantes a redação do item 2 do Edital do certame em apreço;

a-02 - Principalmente porque a restrição ocorreria se fosse grafado que "somente poderão participar..." o somente não existiu, e, portanto não causou restrição intransponível; caberia se admitir muito mais que dita expressão deixaria em dúvida os licitantes não inscritos, mas nunca que eles estariam impedidos de participar;

a-03 - Outro aspecto a ser registrado é que apesar da Decisão TCU nº 80/2001 (que mesmo sem podermos alegar desconhecimento em razão de princípios do Direito, dada sua publicação no DOU e por ter sido tomada por Órgão

competente etc) não fomos efetivamente cientificados da mesma; e a própria Direção do INSS continuava a transmitir Minutas de Editais, inclusive pela página da Intranet, sem a retirada da exigência de inscrição no SICAF;

a-04 - Digno de se registrar, com mais intensidade ainda, é que no momento da confecção do Edital do certame, estava em vigor o Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, que determinava em seu parágrafo primeiro a "...necessária prévia inscrição e regularidade cadastral no SICAF.";

a-05 - Ou seja, mesmo com a Decisão do TCU e sua obrigatoriedade de aplicação, o próprio Governo Federal continuava exigindo, por Decreto, o prévio cadastramento no Sistema. Assim, temos que esse dispositivo se submetia ao princípio da Legalidade (ao qual também se submete o Edital). Dito disciplinamento da matéria só foi finalmente editado com a edição do Decreto nº 4.485, de 25/11/02 que prescreveu alternativamente a possibilidade de comprovação na regularidade de habilitação via consulta ao SICAF ou pela apresentação documental;

a-06 - Como se vê, então, a redação do dito item 2 do Edital, não ocorreu por uma busca ou vontade do gestor local em descumprir princípio de Lei, mas, resulta de estrita obediência à disposição legal (Decreto nº 3.722/01), de orientação da própria Diretoria do Órgão (que aprova minutas-padrão), e, também, não tem a clareza de restrição à participação;

a-07 - Tal inexistência de restrição à participação fica demonstrado de forma clara e precisa quando consultamos os autos do processo e identificamos que não houve qualquer impugnação ao Edital nem tampouco houve qualquer inabilitação de licitantes em razão de sua inconsistência junto ao SICAF;

a-08 - Além do mais, o próprio preâmbulo do Edital não estabelece qualquer disciplinamento sobre o teor do item 2 (não sendo portanto cabível afirmar que possíveis interessados deixaram de participar por terem visto tal exigência no preâmbulo);

a-09 - Um último aspecto a ser anotado é que, em razão do disciplinamento do Decreto nº 3.722 e da própria IN/MARE nº 05, a grande maioria de interessados (se não sua totalidade) já estavam efetivamente inscritos no SICAF, não sendo, sob o aspecto prático, um item de restrição sua exigência nos Editais de certames divulgados naquela época;

a-10 - Atualmente, com a edição do Decreto 4.485 e a assimilação por todos da impossibilidade de se estabelecer

como condição de participação sua inscrição no SICAF os agentes públicos não mais deixarão nos instrumentos convocatórios tais exigências e que, de forma inequívoca, ficou comprovado que a inclusão dos dispositivos não foi obra ou de autoria do gestor local, e sim de uma determinação da própria Direção do INSS;

b) RESPOSTA AO ITEM 2

Em preliminar, registramos que deixamos de apresentar detalhamentos mais aprofundados bem como documentação comprobatória das respostas em razão do pequeno espaço de tempo que foi concedido pela Equipe de Auditoria para apresentação das justificativas.

b-01 - Pela complexidade do entendimento da legislação tributária brasileira, especialmente as práticas de retenção e recolhimento de tributos federais houve certo equívoco do órgão quando da emissão dos pagamentos efetuados para a contratação de vigilância eletrônica, certamente induzidos pelo registro na primeira Nota Fiscal, fls. 1119, passou-se a efetuar o desconto/retenção de somente 1% sob o título de tributos;

b-02 - A identificação do lapso pela Equipe de Auditoria suscitou a convocação da empresa Contratada para reunião sobre o assunto, quando ficou demonstrado o equívoco, e por parte da interessada a afirmativa de que recolhera ditos tributos que não foram retidos, e que posteriormente teriam feito o devido recolhimento ao Tesouro Nacional;

b-03 - Esses pactos e informações aparecem em correspondência enviada pela Contratada aos Gestores do INSS;

c) RESPOSTA AO ITEM 3

Em preliminar, registramos que deixamos de apresentar detalhamentos mais aprofundados bem como documentação comprobatória das respostas em razão do pequeno espaço de tempo que foi concedido pela Equipe de Auditoria para apresentação das justificativas.

c-01 - Na instrução processual licitatória foi estabelecido não somente um valor máximo a ser respeitado pelos licitantes, como condição de Classificação, como também limitações por Unidade "coberta" pelo Contrato, através de fixação do número mínimo de equipamentos que deveriam ser instalados em cada localidade;

c-02 - A Empresa licitante ao confeccionar sua proposta de preços observou tanto o limite máximo estabelecido, como operacionalizou uma adequação dos equipamentos efetivamente necessários aos "cuidados" de cada Unidade e a graduação financeira que ele recebeu;

c-03 - A limitação dos valores máximos por cada posto, foi fixada pela Administração no item XI do Instrumento Convocatório;

c-04 - Com essa limitação, e segundo a obrigatoriedade de utilização de alguns equipamentos para tornar eficiente a vigilância eletrônica, a licitante então promoveu a "distribuição" dos equipamentos necessários e, obedecendo ao limite financeiro, realizou ajustes nos preços unitários de cada um, conservando o preço máximo do equipamento, quando havia "espaço" econômico, e concedendo "desconto" para as situações em que o somatório dos equipamentos obrigatórios e necessários ultrapassava o valor máximo fixado pelo Órgão;

c-05 - Como se vê, inclusive na tabela confeccionada pela Equipe de Auditoria, há realmente diferenciações de valores unitários dos mesmos equipamentos nas diversas Unidades, mas há também a ausência de quantitativo por Unidade e principalmente detecção de diferenças mínimas, que comprovam terem sido resultado de uma política de ajuste da proposta aos valores unitários estabelecidos como máximos para cada Unidade Administrativa;

c-06 - Em tudo, o que se percebe é que os preços praticados não ultrapassam os limites em prática no mercado, nem tampouco fixados pela Administração como "estimativa", não sendo, portanto, cabível considerá-los como "superfaturados" ou causadores de "prejuízo";

d) RESPOSTA AO ITEM 4

Em preliminar, registramos que deixamos de apresentar detalhamentos mais aprofundados bem como documentação comprobatória das respostas em razão do pequeno espaço de tempo que foi concedido pela Equipe de Auditoria para apresentação das justificativas.

d-01 - As justificativas relativas ao acréscimo de 10,19% na contratação de vigilância eletrônica a partir do mês 05/2004, estão relacionadas na Nota Explicativa datada de 27/09/04, emitida pela empresa Contratada, cuja cópia acompanha o presente, que foram exatamente as argumentações de fato e de direito apresentadas durante as negociações e que, por razões que desconhecemos, não ficou consignado nos autos do Processo;

e) RESPOSTA AO ITEM 5

Em preliminar, registramos que deixamos de apresentar detalhamentos mais aprofundados bem como documentação comprobatória das respostas em razão do pequeno espaço de tempo que foi concedido pela Equipe de Auditoria para apresentação das justificativas.

e-01 - A instrução processual licitatória para a presente contratação teve início em 13/03/2002, mediante a emissão do PES (...);

e-02 - A primeira investida licitatória ocorreu em 13/05/2002, conforme folha inicial do Edital, fls. 90 dos autos (...);

e-03 - Por questões suscitadas com as impugnações apresentadas dito certame não se realizou nessa data, sendo então fixado novo momento, após a "correção" dos itens atacados pelas impugnações;

e-04 - Registre-se que essas impugnações e outras "inseguranças" verificadas no decorrer do Processo, resulta do fato de que tal contratação é a primeira no âmbito do INSS no Estado de Pernambuco, que tem como objeto vigilância Eletrônica;

e-05 - Foi estabelecida uma nova data (29.10.2002) para realização da sessão inaugural (...) que também não se realizou em razão de impugnações ao Edital;

e-06 - Finalmente, foi estabelecida a data de 13.12.2002 (...) para realização do certame, que desta feita prosseguiu com certa regularidade, sendo, entretanto a tramitação das providências finais de homologação e contratação obstaculadas pelo trânsito do Processo em Brasília/DF (para exame por parte da Diretoria do INSS) e também em função da existência de Mandado de Segurança impetrado por licitante, tudo conforme fls. 1069/1076 (...) dos autos;

e-07 - Com esses incidentes verificados na tramitação processual e em razão da inexistência de qualquer comunicado sobre a contratação e início das obras de Casa Amarela dito imóvel (que quando da abertura da instrução processual licitatória e durante quase todo o tempo de sua tramitação estava efetivamente funcionando em sua localidade originária - no próprio Bairro de Casa Amarela) estava inscrito nos anexos do edital e do Contrato, razão pela qual ficou dentre os imóveis alcançados pela contratação em apreço (início da instrução processual em 13.3.2002 - início das obras dezembro/02);

e-08 - Outro aspecto a ser registrado com relevância é que diferentemente das datas lançadas na Tabela confeccionada pela Equipe de Auditoria para o item 5 da Solicitação de Auditoria 17/2004, a data do início do Contrato não foi dezembro/02 como lá grafado, a celebração desse Contrato (que como já registramos inaugurou a vigilância eletrônica

no Órgão, só se deu efetivamente em 1.6.2003 conforme fls.1077/1084 dos autos);

e-09 - Assim, a indicação de 18 (dezoito) meses nos quadros confeccionados deve ser substituída por 12 (doze) meses, junho/03 a maio/04;

e-10 - Em relação à vigilância eletrônica é que houve lapso geral, de forma que não houve instalação dos equipamentos. Contudo a CONTRATADA em reunião com os gestores do órgão reconheceu a falha e promoverá o ressarcimento dos valores indevidamente recebidos, tudo conforme correspondência enviada ao INSS;

e-11 - A vigilância humana, conforme se vê também na dita correspondência, esteve "deslocada" para execução dos referidos serviços em outras localidades do próprio INSS e, portanto não sendo cabível se estimar valores pagos sob esse título com "indevidos";

e-12 - Anote-se que esse procedimento de transferência resultou primeiro de uma informação obtida posteriormente de que a obra de Casa Amarela só demandaria tempo de 180 dias e pelas dificuldades que têm as Unidades Regionais em promover acréscimos nos contratos (pelas limitações orçamentárias). Assim, ao invés de correr o risco de não ter vigilância humana uma APS ditos serviços (e vigilantes) foram transferidos para outras localidades;

f) RESPOSTA AO ITEM 6

f-01 - Antes mesmo que tecermos as nossas considerações sobre as justificativas solicitadas no item 7 a solicitação 17/2004, vimos apresentar algumas peculiaridades que estavam presentes de forma contundente e inequívoca no feito sob análise, e que não podem ser desassociadas das providências e medidas administrativas aplicadas:

f) PROBLEMAS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA

A primeira e grande característica presente no feito em análise pode ser apresentada como sendo os problemas que os Serviços de vigilância terceirizados e contratados pelo INSS estavam oferecendo. Primeiramente há a fragilidade da vigilância eletrônica (cuja modalidade nos foi imposta pelos superiores hierárquicos de Brasília) que permitiram que, depois de um longo período sem essas danosas experiências, tivéssemos Unidades Administrativas de Atendimento ao Público sediadas nos Bairros e em Cidades, vizinhas sendo vítimas de furtos/roubos.

Além disso, há a empresa que prestava serviços de vigilância convencional desrespeitando normas e preceitos trabalhistas, especialmente atrasando o fornecimento dos vales-transportes e do próprio salário dos seus

empregados, gerando desconfortos diversos, dada a insatisfação dos prestadores do serviço com sua situação. O fato intrigante a registrar e lamentar é que, mesmo se guardando as devidas proporções, as inconsistências levantadas apesar de não propiciadas pelo Gestor local, levaria ele a ter que "prestar" esclarecimentos em Procedimentos Administrativos Disciplinares quanto aos roubos/furtos verificados na Unidades Administrativas e também ser responsável pelo não cumprimento das obrigações trabalhistas da contratada junto aos seus trabalhadores.

Somente as peculiaridades aqui anotadas já colocam os gestores públicos (que também são seres humanos - sujeitos às limitações, receios e temores) em posição de alerta sobre os desafios que encontra. Imagine-se, como exemplo, que se o administrador é chamado a prestar esclarecimentos sobre furtos que sem sombra de dúvidas foram praticados por marginais (o Estado de Pernambuco é campeão de marginalidade segundo os índices dos órgãos próprios) qual não seria sua "via crucis", se tais incidentes se verificassem quando não havia vigilância efetivamente contratada?

EMPRESA CONTRATADA PARA VIGILÂNCIA CONVENCIONAL QUE PERDEU AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO.

Também caracterizam o caso em apreço a situação da Empresa Mega Serviços de Vigilância Ltda. que, embora tenha se apresentado no certame e durante boa parte da execução e vigência do Contrato guardando as condições de habilitação, estava agora sem sua regularidade perante o SICAF (impedindo assim a continuidade dos pagamentos), isso com a agravante de uma das "obrigações" não regulares ser exatamente sobre as Contribuições Previdenciárias.

A inconsistência junto ao SICAF e condições de habilitação não somente impedem a efetivação de qualquer pagamento à Contratada, mas, sobretudo também vedam a possibilidade da prorrogação contratual então em curso. Caso a preocupação do gestor demonstrada nas considerações do tópico anterior de não ficar sem vigilância para não responder por eventuais prejuízos suportados pela administração em função de furtos/roubos, agora a preocupação é outra, não contratar/prorrogar contrato empresa que não preenche condições de habilitação ou que está em débito com a Seguridade Social.

Assim, em somatório, tanto não pode o gestor deixar o órgão sem vigilância (para não ser incriminado) como também não pode utilizar-se da via mais usual da administração, que é a prorrogação contratual, pois, pelos impedimentos existentes também seria responsabilizado.

MOVIMENTO PAREDISTA EM CURSO NO INSS

Como é de conhecimento público e notório, durante o período de 15/04 a 28.5.2004, ocorreu grande movimento

paredista (greve) no âmbito das atividades do INSS, que paralisou não somente as Unidades de Atendimento, como toda a área administrativa.

As consequências dessa paralisação também alcançaram o exercício das atividades da Procuradoria Federal Especializada vinculada à Gerência Recife, como também a própria linha de logística, no sentido de que seus servidores (muitos dos quais com alguma experiência em contratos e licitações) estavam parados, sem poder prestar seus serviços, já que havia inclusive piquetes e outras obstruções oferecidas pelos líderes do movimento e o próprio Sindicato. A simples existência do movimento com a paralisação de algumas atividades já cria uma excepcionalidade na situação, onde algumas formalidades ou providências têm justificativa presumida de sua não execução/realização, e, portanto não podem penalizar o agente, são as chamadas excludentes. Com isso, temos que além da impossibilidade de deixar o órgão sem vigilância e de não poder prorrogar o Contrato em vigor, o Gestor se vê numa situação de isolamento e ausência de colaboração em virtude do movimento de Greve.

PROCESSO DE APURAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL SEM RETORNO IMEDIATO.

Certamente em consequência do movimento paredista em curso no INSS e também pelo acúmulo dos serviços a que se submetem os Procuradores Federais em exercício no órgão e quem sabe também pela complexidade da situação real em análise, apesar do envio do Processo instaurado para apurar descumprimento de obrigações contratuais por parte da Empresa Mega Serviços de Vigilância Ltda., com a possibilidade de aplicação de penalidades previstas na Lei 8.666/93 e instrumento Contratual, ter ocorrido em 31.3.2004, conforme se vê nas fls. 78 dos autos (...) dito Processo só teve seu retorno para a linha administrativa interessada em 25.5.2004, como se vê na cópia das fls. 198/205 (...).

Com isso, se verifica que durante 55 dias, esteve a linha sem qualquer notícia sobre o assunto e conseqüentemente sem saber que medidas administrativas deveria/poderia adotar.

Registra-se que, muito embora o envio do Processo tenha sido enviado para a PFE tempestivamente, já que foi contemporâneo aos fatos impróprios, a Procuradoria dispõe de normas internas que assinalam prazo aproximado de 60 (sessenta) para emitir pronunciamento em feitos a si submetidos.

Assim conclui-se que, sem culpa de qualquer das partes, o Processo de Apuração de Penalidade demorou tempo para ser analisado e concluído, e isso trouxe e criou situação complexa para os Gestores.

AUSÊNCIA DO TITULAR DA CHEFIA DE LOGÍSTICA

Como pode ser visto nos atos do Processo, especialmente os de fls. 1625, 1670/1671, 1673, 1675, 1678, 1721 (que são, respectivamente, e-mail, fax, ofício, despacho, ofício, decisório) o titular da Chefia de Logística, o servidor Herbert de Oliveira Leal estava em viagem objeto de serviço, resultado de sua convocação para atuar na Gerência de Manaus, período esse que se estendeu por 110 (cento e dez) dias.

Com essa "ausência" foi investida no exercício da Chefia, na condição de substituta eventual (somente para aquele período), a Servidora Cleone Gomes de Oliveira que, cumpriu suas obrigações funcionais e administrativas, mas sempre sob aquela máxima de que "quem decide efetivamente é o titular".

A conjunção ou o somatório de todas as peculiaridades até aqui demonstradas (com outras que se seguirão) prova, comprova, demonstra e torna inatacável que a situação então vivida era excepcionalíssima e complexa.

As dificuldades existentes numa interinidade ou substituição já são desgastantes e injustas em situações normais (inclusive porque a legislação atual premia os substitutos com a ausência de qualquer remuneração, exceto por períodos superiores a trinta dias) imagine-se, então, quando essa substituição é para uma função com obrigações tão difíceis e complexas como é a Logística do INSS, e ainda há tantas peculiaridades que funcionam como obstáculos e adversidades (cujas características já listados e mencionados nos itens anteriores).

EXIGÜIDADE DO TEMPO PARA ADOÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS

Com o retorno do Processo de Apuração de descumprimento de obrigações contratuais aberto contra a empresa Mega Serviços de Vigilância, o que só ocorreu em 25.5.2004, conforme fls. 1617/1624 (...) e a data de término da Vigência do contrato em vigor, que seria em 31.5.2004, o Gestor-Substituto (que carregava em seus ombros toda a responsabilidade e adversidades aqui relacionadas - todas somente para este Processo específico - sem contas às outras das diversas atividades vinculadas) dispunha de somente 5 (cinco) dias, para demandar uma nova contratação de um serviço tão complexo e difícil, que dadas as suas peculiaridades teve (somente no curso da licitação anterior, o consumo de 433 dias, contatos desde a instauração dos atos preliminares de instrução até o da celebração dos contratos).

O grau de dificuldade e complexidade se agravaram mais ainda em razão das "orientações" que caracterizam o desfecho do Processo de Apuração, e que estão consignados no Parecer 047/2004, fls. 1617/1623 dos autos (...).

Como se vê, houve conclusão pela rescisão do Contrato com a Mega Serviços de Vigilância Ltda. (que também não podia ser contratada por não preencher as condições de habilitação) e a sugestão de aplicação da instauração de

novo procedimento licitatório para contratar nova empresa, ou ainda, utilizar-se da via excepcional da contratação direta, com base no Art. 24, incisos IV ou XI, sem contudo oferecer alguma prioridade ou estabelecer condições para a "eleição" desses institutos. Todas as três opções apresentam obstáculos/complexidades/adversidades, em síntese pelas seguintes razões:

NOVA LICITAÇÃO

Sem querer tecer comentários que remetem a uma análise das complexidades da licitação anterior realizada no órgão, que permitiu a contratação em apreço, apenas falaremos da total impossibilidade de adoção de qualquer medida licitatória usual, em razão da impossibilidade de oferecer aos interessados o prazo que deve existir desde a publicação do extrato do instrumento convocatório até a sessão inaugural do certame.

A Administração só dispunha de 5 dias úteis para celebrar um novo contrato, e as modalidades licitatórias que oferecem menor prazo são o Convite (05 dias úteis) e o Pregão (08 dias úteis), que, portanto, não seriam eficazes para solucionar o impasse (pois o tempo disponível foi menor) isso sem contar com as possibilidades tão comuns nesses feitos que retardam sua celeridade (impugnações, recursos administrativos, etc.).

CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL

É uma via excepcional de contratação que causa verdadeiro "pavor" nos gestores públicos, em razão das peculiaridades próprias e da "cultura" em torno desse instituto, onde se vê que normalmente são questionados em razão da não precisa caracterização da emergencialidade, questionam também sobre a solução adotada (se é a que efetivamente ataca o risco) e também sobre o fiel cumprimento das prescrições listadas no Art. 26 da Lei 8.666/93.

Quando inexistem questionamentos sobre as formalidades, falam sobre a ausência de planejamento por parte do Gestor, e alegam que existe uma máxima dentre os órgãos de controle, que "ausência de planejamento não pode fundamentar contratação emergencial com base no Art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93".

Por essa e outras razões, a utilização da via excepcional da emergencialidade é sempre evitada e demandada pelos gestores, porque comumente ensejam apuração de responsabilidade funcional, mesmo que essas providências promovam sempre a continuidade dos serviços administrativos e não configuram prejuízo.

CONTRATAÇÃO DE REMANESCENTE

A contratação excepcional prevista no Art. 24 inciso XI, é algo novo na conjuntura do INSS, pois não há notícia de sua utilização em nossos contratos, e portanto o caso em apreço se constitui de uma providência debutante.

As peculiaridades e complexidades pertinentes a esse instituto, algumas que serão objeto de manifestação posterior, também o tornam de difícil administração, principalmente quando adotados num contexto complicado e Urgente.

A falta de detalhamento mais preciso na própria Lei de Licitações também dificultam uma perfeita aplicação do instituto.

Percebe-se, então, com essas considerações desse tópico, que a utilização da via excepcional da contratação de remanescente não foi adotada por mero capricho do gestor, mas apareceu como única solução viável e cabível para dirimir e solucionar a complexa situação.

A NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESSENCIAL

Os serviços de Vigilância Patrimonial são considerados essenciais e continuados, inclusive pela definição da própria IN/MARE nº 18.

Se a Administração do INSS já enfrentava dificuldades com esses serviços contratados e em execução (alguns desses problemas já mencionados em itens anteriores) imagine qual seriam as adversidades que enfrentaria o Gestor no caso da não contratação?

Como seriam enfrentados os milhares de atendimentos feitos em nossas Unidades diariamente sem o controle dos vigilantes (evitando inclusive casos de agressão, etc.).

Os casos de furtos/roubos que seriam verificados demandariam prejuízos vultosos e irreparáveis ao INSS, em função da inexistência dos serviços de vigilância.

Assim, tornou-se um imperativo para o Gestor, que tinha que, mesmo num espaço de tempo diminuto, sem reunir as condições cabíveis, num período de paralisação da categoria, atuando como substituto etc, propiciar com requintes e exigências de perfeição, uma contratação para um serviço tão importante e complexo.

A própria natureza dessa contratação, como sendo "continuado e imprescindível" à Administração, já demonstram a total impossibilidade de funcionamento do órgão, por menor tempo que seja, sem essas atividades.

A AUSÊNCIA DE CURSOS OU TREINAMENTOS SOBRE PLANILHAS

Uma das grandes deficiências da administração pública em geral, e principalmente do INSS, é a inexistência de pessoal capacitado e habilitado no manuseio dos itens constantes da Planilha de Custo e Formação de Preços, com tal prevista também na IN/MARE nº 18.

As matérias envolvidas nessa Planilha envolvem dispositivos do Direito Tributário, Administrativo, Trabalhista e outros afins, que não são de fácil assimilação e domínio, principalmente por parte da maioria dos "leigos" gestores administrativos, que não tendo conhecimento básico sobre o assunto, podem acatar muitas planilhas com inconsistências e erros, que são inseridos

nesses instrumentos pelos licitantes e contratados, que utilizam mão-de-obra especializada no assunto e também da contratação de consultorias específicas.

Uma perfeita compreensão da planilha de custos impede, entre outros institutos, que se promova uma análise segura e perfeita de uma nova proposta de contratação, tanto para a via emergencial como para o remanescente.

Sem compreender o embasamento legal que orienta os diversos institutos presentes na planilha (contribuições, salário normativo, reserva técnica, tributos, taxa de administração, lucro, encargos sociais etc) o gestor não tem condição de impedir e corrigir eventuais distorções lançadas pelos terceiros que lidam com a Administração.

Também sem compreender a confecção da Planilha, especialmente quais itens podem sofrer variações com o passar do tempo, não tem o gestor condição de avaliar o que é corrigido, atualizado etc.

Não tendo sido dada ao gestor às condições mínimas de analisar uma Planilha de Custos (e também não ter sido dado prazo para que encaminhasse para exame e aprovação em instâncias superiores) não se pode também falar em responsabilizá-lo por eventuais distorções existentes.

No caso em apreço, existem, pelo menos, dois institutos que operam favoráveis à atitude do gestor, que não podem ser colocados de lado, o prazo exíguo para adoção de providências e a inexistência de capacitação para análise da Planilha, além da obrigatoriedade de promover a nova contratação, já que os serviços são essenciais e imprescindíveis.

A ORIENTAÇÃO DE ACATAR PREÇOS DENTRO DOS LIMITES FIXADOS

Talvez pela impossibilidade de propiciar Treinamento sobre Planilha de Custos para todos os gestores do INSS (veja-se que só em Gerências Executivas o número é de 102 em todo o Brasil) a orientação que passa a Diretoria do Órgão, especialmente a Coordenação Geral de Logística, é de que só acatem preços oferecidos que, sob a ótica global (ou preço final total da Planilha) estejam em conformidade com os limites máximos estabelecidos pelo próprio Governo Federal para a espécie em estudo.

No caso em apreço estava em vigor a Portaria/SLTI/05, de 11.6.2003 que estabelecia para o Estado de Pernambuco os preços de Vigilância desarmada com as seguintes características: (posto diurno R\$ 2.290,00, posto noturno R\$ 3.380,00 e posto 44/semanais R\$ 1.580,00), em comparação com esse dispositivo, a Planilha apresentada para a nova contratação estabelecia os seguintes preços: Diurno R\$ 2.642,60, Noturno R\$ 3.082,08 e 44/semanais R\$ 1.278,17, representando então 88,38%, 91,18% e 80,90% respectivamente do preço máximo permitido, e portanto de "aceitação cabível".

Essa conformidade dos preços impede que sejam atribuídos ao caso concreto, entre outros, a alegação de

"superfaturado" ou de ter "causado prejuízo", pois não se pode admitir que um preço dentro dos limites máximos estabelecidos pelo próprio Governo seja agora por esse mesmo Governo tido como desconforme.

Como registro significativo dessa assertiva teríamos o caso de promoção da contratação sob a via da emergencialidade que, somente pela alteração de "dois algarismos romanos - IV ou XI" não caberia, por exemplo, o questionamento sobre a correção do preço inicial.

Seria algo no mínimo estranho e inexplicável se admitir um preço por uma via contratual e condená-lo quando oriundo de outra via (sendo o mesmo preço contratual).

Outro aspecto a ser evidenciado, no momento, seria também a da instauração de uma nova licitação para contratação desses serviços, que poderia gerar um pacto com valores mensais maiores que os ora respondidos (porém dentro do limite máximo) que não poderiam ser atacados ou questionados, e essa hipotética nova contratação teria um ingrediente mais inusitado se esse novo preço contratado (e legal, por ser conforme) fosse apresentado no novo certame pelo mesmo prestador de Serviços. Aí apareceria a estranheza de se admitir um preço maior para o mesmo serviço e nas mesmas características como correto, e, ao mesmo tempo, se considerar errado um preço menor apresentado para essa mesma contratação e pelo mesmo prestador!

A SUBJETIVIDADE DO TERMO "CORRIGIDO" NO INCISO XI

Apesar de estar grafado no inciso que embasou a contratação, o termo "corrigido" enseja algumas considerações sobre o assunto.

Semelhantemente à inexistência de Treinamento sobre a Planilha de Custos, não há o oferecimento do devido preparo dos gestores pelo INSS para uma perfeita compreensão dos termos financeiros que aparecem na Lei 8.666/93 O que corrige os preços?

É a variação dos índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação de custos, impedidos pelo Decreto 2.271/97?

Alcança todos os itens da planilha ou o preço total final?

Recai somente sobre o salário normativo?

Todas essas são indagações pertinentes que demonstram a complexidade do assunto e a subjetividade do preceito legal, que caracteriza essa via excepcional de contratação.

Quando são Contratos onde não há salário normativo, o que seria a correção?

Esses posicionamentos são reais e efetivos, e devem fazer parte dos questionamentos dos gestores quando são indagados ou chamados a justificar atos administrativos realizados com esse ingrediente.

Há omissão da Lei de Licitações sobre o assunto.

O administrador que, sem ter dado causa ao momento administrativo em que se viu envolvido, sem ter recebido

qualquer capacitação sobre o assunto, diante de complexos conceitos do Direito, dispondo de exíguo tempo para adotar uma solução urgente, tendo sido orientado a observar os preços na sua composição global, não pode agora ser responsabilizado pela adoção de uma medida, que se apresenta sem causar prejuízo ou superfaturamento, com questionamentos que alcançam formalidades dotadas de subjetivismo.

g) QUANTO AO MÉRITO DA ANÁLISE DA PLANILHA E DOS PREÇOS

g-01 - Partindo do pressuposto da subjetividade do termo "corrigido" no Inciso XI do Art. 24 da Lei 8.666/93 (que não pode ser de maneira nenhuma desprezado - e que já foi objeto de comentários anteriores), que fundamentou a nova contratação, vimos tecer algumas considerações sobre as medidas adotadas:

g-01-a) Após o recebimento das planilhas de preços feito ainda no decorrer do certame licitatório, cuja abertura se deu em 13.12.2002, preços esses que fundamentaram e foram trazidos para a contratação originária, tivemos a pactuação de 02 (duas) Convenções Coletivas de Trabalho concedendo aumento à categoria de vigilantes:

g-01-b) Também ocorreu alteração na composição dos Tributos, especialmente em seu percentual final (somatório) quando pela localidade da contratada inicial que tinha sua sede em município que cobrava ISS no percentual de 2% e a contratada posterior que é obrigada a recolher no percentual de 5%.

g-01-c) Outro aspecto a ser considerado é que o percentual total dos encargos sociais que na contratada inicial foi fixado em 71,52% e na contratada posterior atinge 75%, isso em decorrência da natureza tributária a que se submete essa nova contratada.

g-01-d) Dito percentual de encargos sociais está perfeitamente dentro dos limites aceitáveis pela Administração Pública, inclusive manifestações do próprio TCU e também STJ.

g-01-e) O somatório somente desses itens elencados (sem que fossem contados outros que também devem ser computados - isso por conta do desconhecimento de causa em razão da inexistência de Treinamentos e Cursos sobre o assunto - de que já falamos anteriormente) atinge o patamar de 34,30% (isso sem que fossem aplicadas as regras próprias dos percentuais que é de incidir-los sobre os demais).

g-01-f) Esse percentual e seu valor final, quando cotejados com os preços da contratação posterior,

apresentam resultados que diferem em média somente 6% sobre os efetivamente contratados, atingindo dito percentual o patamar de 1,73% quando considerarmos os preços do posto de 44/horas semanais, que é aquele que tem maior quantidade no contrato (em número de 20 - enquanto os demais têm 6 e 8).

g-01-g) Esse residual percentual de diferença certamente seria também amplamente justificado se dominássemos a matéria; porém já demonstra que mesmo havendo alguma distorção (conforme tabela confeccionada pela Equipe de Auditoria - tabela essa que não estabeleceu os demonstrativos de atualização) não há patamares absurdos e inconsistentes; confirmando-se mais uma vez a inexistência de prejuízo e superfaturamento, principalmente pela obediência aos limites estabelecidos e fixados pelo próprio Governo Federal.

g-02 - No mais, o que desde já registramos é que estaremos convocando o novo Contratado para reunião sobre o assunto, buscando dirimir as dúvidas e inconsistências porventura existentes, e também se valendo da opinião daqueles que entendem do assunto (especialmente nossa direção em Brasília) e que, qualquer impropriedade identificada será prontamente resolvida, inclusive com a possibilidade de redução dos valores contratuais e devolução de quantias já recebidas.

g-03 - Cumpre-nos também registrar que diferentemente do quantum relacionados na Tabela confeccionada pela Equipe, se considerarmos a data da celebração do Contrato 01/06/04 teremos valores sob o título de diferenças bem menores que os listados (considerando que estamos ainda no 4º mês da execução contratual - permitindo-se com isso a adoção das medidas sem maiores consequências).

g-04 - Outro aspecto a ser também considerado, que tem ampla propriedade com o assunto em tela, é que buscaremos junto aos nossos dirigentes em Brasília autorização para celebração de nova contratação de vigilância patrimonial, sem a vigilância eletrônica (essa decisão já foi tomada em nível local), contratação essa que resultará de um novo certame a ser instaurado com a máxima brevidade possível."

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

	PRADO	
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
Gerente Executivo do INSS em Recife/PE		

AVALIAÇÃO DA SFC:

Com base no Relatório de Auditoria nº153399/2004, tecemos as seguintes avaliações:

Apesar das justificativas apresentadas pelo Gestor, entendemos que as impropriedades verificadas no contrato de vigilância patrimonial necessitam de saneamento, tendo em vista que foi constatada divergência nos valores devidos.

Acatamos as justificativas apresentadas, com relação as expressões nos editais, entretanto recomendamos que nas próximas licitações não seja colocado nos editais expressões que possa gerar dúvidas nos licitantes que possa ser entendida como restrição a sua participação nos certames licitatórios.

Em relação aos tributos, apesar da afirmação da contratada de que recolheu os impostos que era de obrigação da contratante, essa afirmação deve ser comprovada por documentação correspondente ao tempo de duração do contrato em análise, razão pela qual indicaremos as recomendações neste item.

Ressaltamos que não se justificam os ajustes e os "descontos" nos preços dos materiais e disponibilização de equipamentos, para não ultrapassar o teto financeiro estabelecido no Edital:

- o objeto da licitação é a instalação e manutenção de vigilância eletrônica;
- o preço máximo total da contratação estabelecido pela Administração levou em conta a quantidade de equipamentos e materiais necessária para cada APS;
- não houve a elaboração do plano de trabalho para estabelecer as diretrizes do projeto básico (item 2.1 da IN/MARE nº 18/1997), já que se tratava de contratação diferente da vigilância ostensiva;
- não há evidência de que os preços estabelecidos na Planilha, relacionados aos equipamentos, referem-se ao preço mensal de locação ou ao preço de aquisição dos mesmos;
- o custo de instalação vem sendo cobrado mensalmente, quando este serviço realiza-se uma única vez no início da operação;
- não há o estabelecimento na planilha do custo de mão de obra para manutenção dos serviços com base no salário da categoria que executa estes serviços, nos termos do item 2.4 da IN/MARE 18/97.

Diante dessas considerações, entendemos que a Planilha de Custos e Formação de Preços deveria estabelecer separação clara quanto ao preço da disponibilização dos equipamentos e materiais e o valor mensal de manutenção dos serviços, com base nos preços da mão-de-obra utilizada.

Isto posto, não haveria a necessidade de ajustes e "descontos" para que o preço total mensal de cada APS estabelecido no Edital, como teto, fosse ultrapassado.

Não acatamos as justificativas apresentadas para concessão de reajuste de 10,19%, pelos seguintes motivos:

- a nota explicativa para a concessão não fazia parte do processo quando da nossa análise;
- as razões apresentadas na mesma não permitem a evidência de que esse reajuste era devido até porque havia dúvida pela Administração do INSS se deveria conceder reajuste a todo contrato ou somente sobre a parte referente à mão-de-obra. Diante dessa dúvida, a Administração protelou o reajuste que acabou concedendo. Como esse reajuste foi concedido a todo contrato já que não havia diferenciação entre a mão-de-obra e a locação do equipamento, que é a parte maior do valor pago, razão de nossas considerações no item "c" acima, bem como não haver planilha que detalhe o custo de mão-de-obra das categorias envolvidas nos serviços prestados, nem tampouco documento que comprove que essas categorias tiveram reajustes em seus salários, recomendamos a anulação do reajuste concedido, bem como a dedução dos valores pagos nos próximos pagamentos e a apuração da responsabilidade pela concessão indevida, ou seja, em desacordo com o item 7 da IN/MARE nº 18/97.

Acatamos a justificativa de que o contrato só teve início em junho/2003, e recomendamos o levantamento dos valores pagos indevidamente e ressarcimento ao erário. Entretanto, quanto a constar no atual contrato com a empresa Guardiões Vigilância postos para a APS de Casa Amarela, somos de opinião que se trata de contratação indevida, uma vez que essa Agência está funcionando precariamente na APS de Corredor do Bispo onde não haveria necessidade de acrescentar novos postos de vigilância, bem como não ficou comprovado que esse posto foi deslocado para outro local da GEXREC que dele necessitasse, o que também somente seria possível com a alteração do contrato por termo aditivo, razão pela qual recomendamos levantar todos pagamentos indevidos com o posto de Casa Amarela e promover o ressarcimento ao erário, bem como apurar responsabilidade por essas contratações indevidas.

Não acatamos a justificativa pelos motivos já expostos no item próprio acima, principalmente porque a Entidade optou pelo disposto no art. 24, inciso IX, da Lei 8.666/93, sem, contudo, observar todo seu conteúdo.

RECOMENDAÇÃO:

Apresentamos a seguir observações às justificativas do Gestor com relação às impropriedades apontadas, bem como indicamos recomendações a serem implementadas pela Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística e pela Gerência Executiva em questão:

- que nas próximas licitações não seja colocado nos editais expressões que possam gerar dúvidas nos licitantes ou que possam ser entendidas como restrição as suas participações nos certames licitatórios.
- proceder levantamento do montante de todos tributos federais não recolhidos durante o tempo de duração do contrato em análise.
- solicitar com a urgência devida a documentação comprobatória do recolhimento de todos tributos não recolhidos durante os exercícios de 2003 e 2004.
- caso essa documentação não seja apresentada, entrar em contato com a Delegacia da Receita Federal em Recife a fim de verificar a possibilidade de recolher esses tributos com atraso.
- nessa possibilidade, descontar do próximo pagamento o valor dos tributos não recolhidos e proceder o recolhimento à Receita Federal.
- fazer modificação na rotina de análise de documentação para pagamento a fim possibilitar a detecção de falhas nos pagamentos.
- que a Planilha de Custos e Formação de Preços estabeleça separação clara quanto ao preço da disponibilização dos equipamentos e materiais e o valor mensal de manutenção dos serviços, com base nos preços da mão-de-obra utilizada.
- recomendamos, portanto, a realização de novo processo licitatório para a contratação do serviço de vigilância eletrônica de acordo com o que determina a Instrução Normativa nº 18 já citada, bem como a apuração de responsabilidade pela realização de processo licitatório sem ter levado em conta as exigências dessa norma bem como do inciso II do §2º do art. 7º da Lei 8.666/93.
- Recomendamos, ainda, a anulação do reajuste concedido bem como a dedução dos valores pagos nos próximos pagamentos e a apuração da responsabilidade pela concessão indevida, ou seja, em desacordo com o item 7 da IN/MARE nº 18/97;

Não utilização de terminais do PREVFácil.

Segundo informações do Serviço de Controladoria, setor responsável pelo gerenciamento do atendimento e aferição de resultados, a GEXREC/PE dispunha de sete equipamentos de auto-atendimento (PREVFÁCIL), sendo dois na APS de Afogados, dois na

APS do Pina , um na APS da Encruzilhada, um na GEXREC/PE e um no Expresso Cidadão - Caxangá para atendimento da população, contudo, foi solicitada a paralisação do funcionamento devido o encerramento do contrato com a ITAUTEC, por meio do "e-mail" encaminhado pela servidora às APS em 13.7.2004. Os terminais ainda não foram retirados das agências.

Conforme documentação apresentada, constatamos que havia a emissão de Relatórios Gerenciais que possibilitava a avaliação dos acessos/consultas aos terminais durante o período de funcionamento.

AVALIAÇÃO DA SFC:

Devido à importância dos serviços disponibilizados por meio dos terminais de consulta do PREVFácil, a Unidade deve envidar esforços para a regularização dos contratos, para que os beneficiários não sejam prejudicados no atendimento prestado pelas APS vinculadas à Gerência Executiva do INSS em Recife.

Ausência de documentação necessária para fundamentar contratação de serviços de manutenção predial. Inobservância ao Decreto nº 2.271/97, e da Instrução Normativa/MARE nº 18/97.

Na análise da contratação anual da empresa JPW Engenharia Elétrica Ltda., para realização dos serviços continuados de manutenção predial, manutenção da rede telefônica e de equipamentos de comunicação (PABX), vinculada à Tomada de Preço nº 15/2001, bem como dos pagamentos realizados durante o exercício de 2004, constatamos as seguintes impropriedades:

- a) não foi elaborado o Plano de Trabalho para contratação dos serviços de acordo com o item 2.1 da Instrução Normativa nº 18, de 22/12/97, estabelecendo:
 - os parâmetros cabíveis para medição e/ou verificação dos resultados (quantidade/qualidade);
 - a quantificação fundamentada na demanda existente ou prevista, nos resultados esperados;
 - a descrição dos bens, equipamentos e instalações que a Administração disponibilizará às contratadas para a execução dos serviços; e
 - os critérios de controles e registros a serem adotados.
- b) não ficou demonstrado no processo como foi definido o valor unitário a ser multiplicado pela área do prédio, valor este utilizado para contratação e remuneração dos serviços conforme item 2.2 da Instrução Normativa nº 18, de 22/12/97).
- c) ausência de elaboração de Planilhas de Custo e Formação de Preços de acordo com o item 2.3 da Instrução Normativa nº 18, de 22/12/97, contendo:

- valor da remuneração da mão-de-obra das diferentes categorias profissionais envolvidas na prestação dos serviços, definidos, sempre que couber, conforme acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho;
- valor dos encargos sociais e trabalhistas incidentes, com base na legislação;
- custo dos insumos apurados a partir da experiência do órgão ou entidade, pesquisas junto aos demais órgãos ou entidades, estudos e publicações especializadas, empresas prestadores de serviços e pesquisas junto ao mercado;
- custos administrativos e lucros, calculados como percentuais aplicados sobre os custos diretos;
- tributos, conforme a legislação;
- produtividades mínimas esperadas para cada categoria profissional, tendo em vista a unidade de medida adotada.

d) não foi fornecido e exigido o preenchimento pelos proponentes do modelo das Planilhas de Custos e Formação de Preços referido no subitem 2.4 da Instrução Normativa nº 18, 22.12.1997, no Edital da Tomada de Preço nº 15/2001, inobservando o item 2.5 da referida Instrução Normativa.

e) O Projeto Básico constante como anexo do Edital permitindo a contratação de serviços de manutenção juntamente com o fornecimento de material, sem estabelecer parâmetros constantes em planilha de custo, com base no consumo mensal da Entidade ou pesquisa junto a outras Entidades, estudos e publicações especializadas, empresas prestadoras de serviços e pesquisa junto ao mercado de preços que deveriam constar no item de Insumos da Planilha de Custos e Formação de Preço, tais como tintas, lixas, solvente, colas lubrificantes, estopas, querosene, benzina, GLP, oxi-acetileno, fita teflon, fita isolante e materiais específicos para limpeza de quadros elétricos, caixa d'água, quadros e painéis de sinalização visual, materiais de limpeza em geral e solda.

f) permissão no Projeto Básico para aquisição de materiais/equipamentos, tais como lâmpadas, tomadas, interruptores, reatores, disjuntores, fusíveis, canos, reparos de válvulas, torneiras, vedantes, telhas, argamassa, compressores e filtros, que poderiam ser adquiridos pela Instituição a preços correntes de mercado, ou seja, com maior economicidade.

g) formalização de contrato com vigência inicial de treze meses a contar de 11.4.2002, extrapolando o exercício financeiro, inobservando o item 5.2.7 Instrução Normativa nº 18, de 22.12.1997.

h) não realização de pesquisa de preço dos itens de custos, constante na planilha apresentada, pela GEX/REC para estabelecimento do orçamento básico.

i) não utilização do Sistema de Registro de Preços para a comparação dos valores contratados, previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, e regulamentado pelo Decreto nº 3.931/01.

j) estabelecimento de condição restritiva à participação no certame uma vez que *"somente poderão participar (...) as empresas devidamente cadastradas e habilitadas parcialmente no SICAF, de acordo com a IN/MARE nº 05, de 21.7.1995 e alterações posteriores"*, ante o entendimento firmado pelo TCU a respeito da matéria, consignado nas Decisões nº 80/2001-Plenário, Processo TC-011.622/2000-9; 302/2001-Plenário, Processo nº 012.475/1999-8; 375/2001-Plenário, Processo TC-017.675/2000-0; e 392/2001-Plenário, Processo TC-007.493/2000-3.

k) na Composição de Preços apresentada pela firma contratada no valor mensal de R\$ 35.555,66 mensais, não ficou demonstrado e justificado o estabelecimento dos seguintes valores:

k.1) material de consumo, no montante de R\$ 3.000,00, sem haver discriminação de sua composição;

k.2) remuneração da mão-de-obra das seguintes categorias profissionais envolvidas, sem apresentar planilhas específicas para cada categoria com fundamento em documentação, tais como acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, juntamente com os demais itens de custos envolvidos, tais como os encargos sociais, tributos, insumos, etc.:

-Técnico de Telecomunicações, no valor de R\$ 1.610,00;

-Técnico de Eletrotécnica, no valor de R\$ 2.093,00;

-Técnico de Telecomunicações, no valor de R\$ 1.610,00;

-Bombeiro, no valor de R\$ 920,00;

-Engenheiro Civil, no valor de R\$ 1.725,00;

-Engenheiro Elétrico, no valor de R\$ 1.725,00;

-Engenheiro Mecânico, no valor de R\$ 1.725,00;

-Mestre de Obra, no valor de R\$ 1.380,00;

-Auxiliar de Eletricista, no valor de R\$ 897,00;

-Auxiliar de pedreiro, no valor de R\$ 690,00; e

-Equipe especializada para manutenção semestral, no valor de R\$ 3.000,00.

k.3) pagamento de refeição, no montante de R\$ 3.000,00;

k.4) locação de equipamentos para ensaios e testes, no montante de R\$ 4.583,00;

k.5) fardamento, no montante de R\$ 360,00;

k.6) telefone celular, no montante de R\$ 500,00.

l) a empresa vencedora estabeleceu um valor de BDI de 40% para execução dos serviços, o que é maior que a média do mercado, principalmente por não se tratar de obra de engenharia, mas de fornecimento de mão-de-obra para realização da manutenção predial, onde o maior custo envolvido refere-se à mão-de-obra.

m) na repactuação do contrato, foi aplicado o Índice Geral de Preço acumulado de janeiro/2002 a maio/2003 no valor de material de consumo, inobservando o item 5.2.6 da IN MARE Nº 18/97 que trata da vedação de qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos. Ressaltamos que a aplicação deste índice resultou num aumento mensal de R\$ 1.353,66 no valor contratado a partir de junho/2003. Na repactuação somente é permitido aumento com base em demonstração analítica do aumento dos custos do item que provocou a elevação dos preços.

n) contratação de serviços fora do objeto, que é manutenção predial, manutenção de rede telefônica e equipamentos de comunicação, conforme demonstrado a seguir:

n.1) Termo Aditivo nº 2, 24/10/03

Objeto: execução de serviços extraordinários de manutenção preventiva, adaptações e execução de serviços de reformas para implantação da UNIPREV.

Unidade de Atendimento	Descrição resumida dos serviços	Valor (R\$)
Auditoria Regional e Procuradoria dos Tribunais	Execução de shaft para passagem de cabo e eletrodutos interligando a rede lógica dos andares: 9º, 8º, 7º e 6º.	1.500,00
UNIPREV - GEXREC	Serviços de reforma e adaptação do espaço físico destinado à implantação da UNIPREV - Universidade Corporativa	20.101,48
Total		21.601,48

n.2) Termo Aditivo nº 2, 24/10/03

Objeto: execução de serviços extraordinários nos andares onde funcionam a Corregedoria, e na sala onde funciona a Procuradoria Federal Especializada, como também nas salas onde funcionam: SERLOG, PEP, Treinamento, CQAT, Apoio e Gerencia Executiva, e os serviços de adaptações/instalações, necessários para implantação da APS-Olinda/PE, em virtude do novo contrato de locação do imóvel.

Unidade de Atendimento	Descrição resumida dos serviços	Valor (R\$)
------------------------	---------------------------------	-------------

Unidade de Atendimento	Descrição resumida dos serviços	Valor (R\$)
Corregedoria	Execução de shaft para passagem de cabo e eletrodutos interligando a rede lógica dos andares: 3º ao térreo, assentamento de piso Paviflex e pintura de alvenarias internas sem emassamento.	4.700,00
Procuradoria dos Tribunais	Execução de pontos elétricos e lógicos, exaustor e fornecimento e instalação de divisórias.	490,00
SERLOG, PEP, Treinamento, CQAT, Apoio e Gerencia Executiva	Fornecimento e instalação de divisórias e vidros, exaustores e molas hidráulicas.	5.413,60
APS Olinda/	Serviços extraordinários de adaptações/instalações necessários à implantação da APS - Olinda/PE, em virtude do novo contrato de locação do imóvel.	46.654,80
		57.258,40

2) Não foram apresentados os seguintes documentos:

- a) recibos da empresa referentes aos pagamentos realizados, exceto pelo pagamento realizado por meio da AP nº 0335/2004, de 01/06/2004;
- b) notas fiscais dos pagamentos realizados pelas seguintes AP's:
 - AP nº 0725/2002, de 30/08/2002 (sem registro do número da OB);
 - AP nº 0778/2002, de 12/09/2002 (sem registro do número da OB);
 - AP nº 0943/2003, de 18/12/2003 (2003OB05220); e
 - AP nº 0227/2004, de 14/04/2004 (2004OB01224).

3) Informar as providências adotadas pela GEX/REC para apuração dos fatos constantes às fls. 1821, 1837 e 1842 do Processo nº 35.2040021112/2001-39, respectivamente a saber:

- a) Ofício da JPW Engenharia Elétrica Ltda, de 13/02/04, informando "que parte de todas as luminárias do 3º andar do prédio da Procuradoria, situado na Rua Marques do Recife nº 32, foram subtraídas, sem que saibamos os seus fins";
- b) Relatório de Manutenção nº 23 - Fevereiro, de 01/03/04, na APS da Encruzilhada Serviços Executados - "confeção e recolocação de vidro temperado 10mm (no aguardo do ressarcimento do mesmo pela empresa de segurança)";
- c) Relatório de Manutenção nº 23 - Fevereiro, de 01/03/2004, na APS Arquivo - "verificação de vidros quebrados por vândalos".

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por meio do expediente s/nº e data, Chefe do Serviço de Logística da GEXREC/INSS/PE, manifestou-se nos seguintes termos:

"Registramos que os esclarecimentos ora apresentados decorrem da análise das peças processuais constantes dos autos do processo nº 35204.002112/2001-31, em seus 04 (quatro) volumes, e, demais informações/despachos/entendimentos mantidos pelos servidores do Serviço de Logística da GEXREC/PE, que atuaram diretamente no acompanhamento e fiscalização do objeto contratual em apreço.

A instrução processual licitatória demandou a confecção de Projeto Básico e demais documentos que demonstram a necessidade da contratação dos serviços de manutenção predial, estabelecendo uma perfeita e completa caracterização do objeto, com amplas demonstrações da vantagens para a Administração (materializada na consecução de serviços que iriam propiciar melhoria da qualidade das nossas instalações prediais - em conformidade com o Programa de Melhoria do Atendimento, em curso na Previdência Social).

Embora ditos instrumentos não tenham sido unificados num só procedimento estão todos presentes na fase instrutória do Processo.

Os preços e parâmetros para contratação também estão consignados, (...). A elaboração desses estudos foi demandada pela Direção Técnica do Órgão, em Brasília, e ditos conceitos e parâmetros foram estabelecidos para todo país, uniformizando o procedimento.

A tramitação da instrução foi elaborada segundo as disposições do Decreto 2.271/97 e por essa razão não se aplicou à elaboração da Planilha de Custos e formação de Preços, dado o entendimento que esses serviços seriam classificados como de Engenharia e, portanto, de configuração diferenciada, entendimento esse que foi sendo gradativamente evoluído no INSS de forma que hoje se determina uma contratação com moldes diferentes, que já está em fase de elaboração/instrução, conforme Processo nº 35204.00331/2003-47 (...).

A configuração das especificações do projeto básico, inclusive previsão de substituição de materiais/insumos decorreu de observância das determinações da Direção do Órgão, que elaborou estudos técnicos sobre o assunto, e também levando em conta situações de casos semelhantes, ocorridos em outros órgãos, onde o fornecimento de material era feito pela Administração.

Em análise do processo licitatório, do contrato e dos pagamentos realizados por esta Entidade, foram constatadas impropriedades pela Equipe de Auditoria, cujas justificativas/respostas foram apresentadas a seguir, referentes aos questionamentos dos itens: 1. Subitem 1.1 - das letras "a" a "o", item 2 - letras "a" e "b" e item 3,

letra "a" a "c", da Solicitação de Auditoria nº 06/04, de 31/8/2004:"

Alínea "a"

"Constam dos autos o Projeto Básico (...) todos informes técnicos exigidos no Plano de Trabalho, fora isso percebe na instrução processual farta documentação que preenche os requisitos e exigência do Plano de Trabalho, segundo as definições usuais a ele admissíveis."

Alínea "b"

"(...) consta quadro do orçamento básico onde ficam consignados os preços unitários de cada imóvel, definidos com base nos parâmetros oferecidos pela Direção do Órgão, com base em estudos e levantamentos técnicos realizados."

Alínea "c"

"A formatação da instrução processual seguiu diretrizes, modelos, minutas e outros elementos, que dimensionou o custo da contratação por metro quadrado (m2) e na configuração "risco" admitindo-se naquelas dimensões o fracionamento dos profissionais e técnicos necessários. A "função desse quadro técnico", depende da necessidade pontual de cada imóvel/localidade e há a Responsabilidade Técnica constante sobre todos os serviços."

Alínea "d"

"Como complementação da mensagem anterior, a não elaboração da planilha decorreu da configuração da contratação e dos serviços onde a elaboração e estimativa dos preços abrangeriam a manutenção predial de uma forma geral.

Há entendimento de que tais serviços seriam enquadrados como "serviços de engenharia", e, portanto não demandariam estipulação da descrição da planilha específica para cada profissional.

Pois, no momento da elaboração das instruções processuais não era pacífico o entendimento de aplicação da Instrução Normativa nº18, de 22.12.1997 para execução de serviços de engenharia.

Após estudos do Órgão tal verificação se fez estando em vigor outra formatação contratual que já está em fase de instrução e aprovação."

Alíneas "e" e "f"

"A inclusão dos serviços com fornecimento de material deve-se ao modelo utilizado (risco) e também pela experiência verificada pela Direção do Órgão junto a outros casos similares verificados na Administração Pública, onde por não disporem de material (já que a Administração não os tinha comprado) os contratados ficavam literalmente de "braços cruzados".

O modelo que nos foi enviado, portanto, determinava que os insumos/materiais estariam previstos na execução sem qualquer custo adicional para a administração. Cumpre-nos, mais uma vez registrar que já está em curso a instrução de nova formatação contratual desse objeto. As diretrizes que seriam empregadas e outros parâmetros não foram dimensionados, pois entrariam no fator "risco". O que se pode dizer é que todas as necessidades verificadas na vigência contratual foram atendidas, sem qualquer custo adicional."

Alínea "g"

"A formalização do contrato com 13 meses em sua vigência no período inicial (somente nele) decorreu de obediência ao teor do art. 57 da Lei, e nessa configuração vinculou-se o primeiro mês para revisão geral e acertos em todos os imóveis."

Alínea "h"

"Os preços consignados nas planilhas foram determinados pela Direção do Órgão (que realizou pesquisa de preços do mercado e utilizou consulta das planilhas de serviços e de custos de material e mão-de-obra).

A fixação desses preços e sua aplicação no processo decorreram de disposição regimental do INSS, que dá aos órgãos superiores, competência para fixação dos preços."

Alínea "i"

"O INSS ainda não utiliza o Sistema de Registro de Preços para comparação dos valores contratados, onde deverá ocorrer licitação na modalidade de concorrência de preços a fim de contratar os equipamentos/materiais/serviços comuns/etc., por um período de 01 (um) ano. Geralmente esse procedimento é utilizado pelas Forças Armadas, na aquisição de mantimentos, fardamentos, etc. Não tendo condições de se registrar preços para serviços de engenharia, principalmente de manutenção predial com cobertura de "risco", onde existem as peculiaridades intrínsecas aos serviços."

Alínea "k"

"O Edital não determinava a apresentação detalhada por parte da empresa da Composição dos Preços, apenas exigia o preenchimento do modelo da Composição de BDI que fora apresentado dentro do prazo estabelecido no Ato Convocatório, atendendo a empresa também ao item 4.9 do Edital. A empresa apresentou a documentação (...)."

Alínea "l"

"Salientamos que o objeto da licitação previa a contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de manutenção predial.

No preâmbulo do Edital não se faz referência a IN nº 18, de 22/12/97 e sim, a Lei nº 8.666/93, c/c Lei nº 9.648, de

27/05/98, Lei nº 9.598, de 30/12/97, Decreto nº 2.773, de 08/09/98, IN/CONJUNTA/SRF/SFC/MF/Nº 01, de 09/01/97, e Lei Federal nº 5.194, de 24/12/66 do CONFEA/CREA, que regulamenta o exercício das profissões vinculadas, devendo portanto os serviços contratados, de Manutenção Predial, serem considerados/tratados como obras/serviços de engenharia.

Saliente-se ainda que o "lucro" apresentado pela empresa, conforme composição do BDI é de 15% (ANEXO VII), o que foi considerado aceitável em virtude do "risco" que a mesma estava assumindo."

Alínea "m"

"A revisão dos preços ofertados estava prevista no Edital de acordo com a IN nº 18, de 22/12/97, diga-se de passagem única referência feita para o tipo de contratação pretendida - "contratação de empresa de engenharia".

A repactuação deu-se em função da análise e pronunciamento dos itens e percentuais apresentados pela empresa, por fiscais do Contrato, que constatarem através do IGPM Acumulado de jan/2002 a maio/2003 o percentual ajustado para este item, uma vez que a proposta apresenta pela empresa não descriminava valores, quantidades, materiais que fariam parte deste item, ficando subjetivo portanto seu entendimento.

O acréscimo relativo à despesa com pessoal, no percentual de 9,6% que incidiu exclusivamente sobre a remuneração do pessoal da Construção Civil, concedido em outubro/2002 através de dissídio, fora concedido em face de sua comprovação (...).

Ressaltamos ainda que não havia sido feita nenhuma revisão nos preços contratados. E o percentual solicitado pela empresa (12,28%), fora negociado pelo o INSS, onde resultou um acréscimo de 8,05%, 4,23%, portanto, a menor do que fora solicitado pela contratada."

Alínea "n"

"O item 1.5.9 - Observações (...) - das Rotinas Básicas de Manutenção Predial, onde prevê a execução de serviços extras. Não ficando, portanto, caracterizada a contratação de serviços fora do objeto do contrato, uma vez que a Lei nº 8.666/93 permite acréscimos/decrécimos nos serviços até 25%".

Item 2

Anexamos ao presente, cópias de todas as Notas Fiscais e Recibos pertencentes ao Processo nº 35204.002112/2001-39 (...), bem como cópias da 1ª via das Notas Fiscais (...), relacionadas na letra "b", referentes aos pagamentos realizados através das Autorizações de Pagamentos (AP), destacadas a seguir:

AP nº 0725/2002, de 30/08/02 (OB 3969, de 12/09/02);

AP nº 0778/2002, de 12/09/02 (OB 4302, de 10/10/02);

AP nº 0943/2003, de 18/12/03 (OB 05220, de 26/12/03);

AP nº 0227/2004, de 14/04/04 (OB 1224, de 15/04/04);

Item 3

Informamos a seguir as providências adotadas pela GEXREC/PE, através do Serviço de Logística dos fatos relacionados nas letras:

a) Comunicado a Corregedoria para promover abertura de processo para apuração de responsabilidade;

b) Solicitado através do fiscal do contrato de vigilância, para que a empresa de Manutenção Predial - JPW, executasse os serviços necessários, deixando a APS Encruzilhada em condições de segurança para um posterior acerto de contas entre as empresas, e o conseqüente ressarcimento dos materiais e serviços executados, uma vez que a execução dos mesmos não seria responsabilidade da contratada (...), tendo em vista que fora provocado pela ação de vândalos, durante o final de semana, recaindo portanto a responsabilidade para empresa Guardiões, prestadora dos serviços de segurança; e

c) Anexamos ao presente Declaração de servidor do Instituto, responsável pelo Arquivo do INSS, que a quebra dos vidros fora provocada pela ação de vândalos, não tendo portanto responsabilidade para contratada pela reposição dos mesmos (...)."

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
Gerente Executivo do INSS em Recife/PE em 2004		

AVALIAÇÃO DA SFC:

Considerando as justificativas apresentadas, entendemos o exposto a seguir:

Alínea "a" - as justificativas apresentadas não elidem as falhas apontadas, o projeto básico constante do processo licitatório não atende ao item 2.1 da Instrução Normativa nº 18, de 22/12/1997.

Alínea "b" e "h" - restou apresentar os estudos da Direção Técnica do INSS e a pesquisa de preço.

Alíneas "c", "d", "e", "f", "g", "i" e "k"- as justificativas apresentadas não elidem as falhas apontadas, que decorrem dos descumprimento de norma legal (Instrução Normativa nº 18, de 22/12/1997 e da Lei nº 8.666/93).

Alínea "l" - discordamos do entendimento da Entidade com relação ao BDI, considerando que, segundo o Projeto Básico, a cobertura de risco refere-se a fatos de ocorrência normal, que determinem a intervenção de manutenção corretiva e ou preventiva.

Alínea "m" - discordamos do entendimento da Entidade com relação a repactuação do contrato, considerando o item 7.3 da Instrução Normativa nº 18, de 22/12/1997, que determina ser necessária a demonstração analítica do aumento de custos.

Alínea "n" - considerando que o objeto do contrato faz referência a execução de serviços continuados de manutenção predial, manutenção da rede telefônica e de equipamentos de comunicação, e que o Termo Aditivo nº 02 trata-se de serviços de engenharia (execução de shaft, reforma e adaptação do espaço físico, fornecimento e instalação de divisórias e vidros, exaustores e molas hidráulicas, entre outros), discordamos do entendimento de que estes poderiam ser acrescidos ao contrato.

Item 2 - os documentos foram apresentados.

Item 3 - discordamos apenas das providências adotadas com relação ao arquivo geral por entendermos que a responsabilidade é da empresa prestadora dos serviços de segurança.

RECOMENDAÇÃO:

Diante do exposto, recomendamos à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística e a GEX/Recife o que segue:

- a) realizar novo procedimento licitatório, nos moldes estabelecidos pela Instrução Normativa/MARE nº 18, de 22.12.1997;
- b) anexar ao Processo nº 35204.002112/2001-39 cópia dos estudos elaborados pela Direção Técnica Geral do Órgão para o estabelecimento dos preços e parâmetros da licitação e da pesquisa de preço;
- c) restringir a vigência dos contratos ao exercício financeiro, conforme o item 5.2.7 da Instrução Normativa nº 18, de 22.12.1997.

d) verificar a exeqüibilidade dos preços ofertados pelas proponentes, utilizando-se dos meios descritos no art. 43, IV, da Lei nº 8.666/93, inclusive aquele regulamentado pelo Decreto nº 3.931/01, com alterações produzidas recentemente pelo Decreto nº 4.342/02.

e) verificar sempre, quando da análise das planilhas de custos nesse tipo de contratação, se o percentual de lucro constante das mesmas está dentro da média de mercado.

f) somente proceder a repactuação do contrato, quando for possível a demonstração analítica do aumento dos custos, agindo de acordo com o item 7.3 da Instrução Normativa/MARE nº 18, de 22.12.1997.

g) somente amparar no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 quando o objeto do contrato for coincidente.

h) responsabilizar a empresa prestadora dos serviços de segurança pelos vidros quebrados das instalações do INSS.

Impropriedades na contratação de serviços de limpeza e conservação.

Na análise ao processo de contratação de empresa Higiene - Conservação e Limpeza Ltda. para executar serviços de conservação e limpeza na GEX/Recife e suas APS's constatamos as seguintes impropriedades:

Tomada de Preços nº 02/2001

Objeto: contratação de empresa para executar serviços de conservação e limpeza na GEX/Recife e suas APS's.

Abertura das Propostas: 02/02/2001.

Empresa vencedora: Higiene - Conservação e Limpeza Ltda.

Preço Ofertado: R\$ 319.781,76.

a) Ausência de inclusão do total da área no item 3.3-d do edital de Tomada de Preço nº 02/2001, bem como constar no Anexo VII - informações básicas, referentes à quantidade de áreas a serem limpas, com a observação de "que caberia a empresa levantar "in loco" todos os elementos para os serviços de limpeza, visto que as quantidades aqui apresentadas são estimadas" o que dá a entender que a Entidade não tinha conhecimento das áreas a serem limpas, e que caso essa hipótese se confirme deverá acarretar em novo levantamento de todas essas áreas por intermédio de uma equipe do setor de engenharia para que se possa ter idéia da exata quantidade de áreas contratadas. Caso contrário disponibilizar comprovação.

b) aceitação das Planilhas de custos onde no item VI - Tributos, consta a alíquota de 4,8% de Imposto de Renda

Pessoa Jurídica, que leva o total dos impostos federais (CSLL, IRPJ, PIS, COFINS) para 9,45%, que somado 5% de ISSQN totaliza 14,45 % de Tributos, o que corresponderia ao código de Receita 6190, o que não está correto, pois o serviço de limpeza foi contratado com emprego de material, como está bem destacado na planilha apresentado no item Insumo, estando portanto em desacordo com a Tabela de Retenção constante da IN/SRF N°. 306, 12 de março de 2002, atualização da IN conjunta STN/SRF/SFC n°. 04, de 20/08/1996. Entretanto corroborando com essa conclusão, a Entidade procede as deduções nas Autorizações de Pagamento com o código de receita nº 6147 que tem como alíquota 1,2% para IRPJ que leva o total dos impostos federais (CSLL, IRPJ, PIS, COFINS) para 5,85%, estando esse recolhimento adequado, pois esse serviço é com emprego de material pela prestadora, inclusive de limpeza.

c) pagamento a maior de R\$ 41.305,14 referente a Nota Fiscal nº 2972 de 28 de novembro de 2003 datada de 28/11/03, quando o valor a ser cobrado deveria ser 40.677,58 conforme 4º Termo Aditivo assinado em 19 de novembro de 2003;

d) inclusão dos seguintes funcionários na folha de pagamento do meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho de 2004, que não constam na relação disponibilizada pelo fiscal do contrato:

Funcionário	Data de admissão	Salário mensal
Ailton José de Oliveira	02/07/2001	261,60
Edileide Silva do Nascimento	03/07/2001	348,80
Esileuza de Melo Almeida	01/03/2002	261,60
Everaldo José Correia	02/07/2001	294,40
Josias Carneiro de Melo	02/07/2001	261,40
Maria Anete dos Santos	02/07/2001	261,40
Maria Vilma Costa Silva	02/07/2001	294,40
Miriam Bezerra de Silva	02/07/2001	261,60
Otilia Francisca Fernandes	02/07/2001	261,60
Severina José Tenório	02/07/2001	261,60
Silvio Oliveira da Silva	02/07/2001	261,60
Valdenice Gomes da Silva	02/07/2001	261,60
Valter de Oliveira Farias	06/12/2002	261,60
Zeneide Domingos da Silva	02/07/2001	261,60
TOTAL		3.814,80

e) ausência de inclusão dos seguintes funcionários na folha de pagamento dos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho de 2004, que constam na relação disponibilizada pelo fiscal do contrato:

Funcionário	Local de Exercício
Angela Avelino	GEX/REC/PE
Carlos Antonio	Marques do Recife,32 - auditoria
Edileide Maria	Marques do Recife,32 - auditoria
José Ailton de Oliveira	APS - PAULISTA
Maruá Marlene	GEX/REC/PE

f) Ausência no processo das planilhas corrigidas e aceitas nas repactuações referentes ao segundo, terceiro e quarto Termos Aditivos.

g) devolução da caução antes do término da vigência do contrato conforme AP nº. 0401/04 e Ofício n 039 de 02/07/2004, descumprindo a Cláusula Nona do Contrato nº 31/2001.

h) aceitação da planilha de preços para o Quinto Termo Aditivo com a justificativa de aumento de Tributos em desacordo com a Tabela de Retenção constante da IN/SRF Nº 306, 12 de março de 2002, atualização da IN conjunta STN/SRF nº. 04, DE 20/08/1996.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Por intermédio do OFÍCIO nº 67/SERVIÇO DE LOGÍSTICA/GEXREC/INSS/PE, de 14/07/04, de 22/09/2004, o Chefe do Serviço de Logística GEXREC/RECIFE/PE manifestou-se nos seguintes termos:

a) "*Em relação ao item 1 QUANTIDADE DE ÁREA*

a1 - *A instrução processual licitatória da Tomada de preços nº 02/2001 teve início com a emissão do Memorando-Circular Conjunto nº 02 CGL/CGOFC/PG/DA/INSS, de 22.03.00, cuja cópia anexamos ao presente, estendendo-se dito expediente nos autos principais do Processo de fls. 07 a 56;*

a2 - *Conforme se vê no texto de referenciado memorando (texto grifado) houve aprovação de Plano de Trabalho, aprovado pela Diretoria de Administração/DF, e Minuta Padrão de Edital, Contrato e Anexos, analisados pela Procuradoria Geral do INSS, tudo referente à contratação de Serviços de Limpeza e Conservação;*

a3 - *Dentre as peças processuais aprovadas e autorizadas destacamos a Planilha de Contrato de Limpeza, fls. 09 (que descreve todos os imóveis autorizados para contratação e suas respectivas áreas) seguindo registros da própria Diretoria do Órgão; e a Minuta do Anexo VII, fls. 52, onde se destaca a "observação" sobre a natureza das informações ali prestadas, que seriam "em estimativa";*

a4 - *No retromencionado documento de fls. 09 aparecem as áreas internas dos imóveis, cujo somatório alcança 41.153,30m² e a área externa, que atinge 3.217,00m²;*

a5 - *Ditos valores são novamente consignados na Minuta da Planilha de Custos de fls. 10, onde aparecem exatamente esses valores de áreas administrativas (41.153,30m² e 3.237,00m²);*

a6 - Dadas às orientações internas de formalização Processuais vigentes no INSS o Memorando inicialmente emitido, que impulsionou a tramitação, ficou apensado aos autos na configuração já registrada;

a7 - As primeiras peças efetivamente produzidas na GEXREC de tramitação processual instrutória foram o Pedido de Execução de Serviço, fls.03, e a Planilha de Controle de Contrato de Limpeza, fls.04, onde aparecem todos os imóveis que seriam efetivamente objeto da contratação nascente, com preciso detalhamento de suas áreas administrativas (cujos valores atingem 27.112,10m² para área interna e 12.397,00 para área externa);

a8 - A diferença, a menor, das áreas registradas, resultou de umas atualizações eficientes, feitas no âmbito da GEXREC, somente admitindo no Processo as áreas efetivamente utilizadas pela Administração e acrescentando algumas áreas externas (já existentes nos imóveis - porém não incluídas nas contratações anteriores - e incluídas na presente, em razão das orientações do Programa de Melhoria do Atendimento que reclama melhores condições físicas dos imóveis de uma forma geral);

a9 - Com as atualizações de áreas e conseqüentes ajustes no Instrumento convocatório, foi ele efetivamente disponibilizado, contendo em seu Anexo VII as áreas interna 27.112,10m² e externa de 12.397,00m², exatamente as áreas consignadas na Planilha de fls. 04, que inaugurou a tramitação do feito;

a10 - Apesar da "observação" consignada no Anexo VII sobre a natureza estimativa dos valores e quantitativos informados, discordamos peremptoriamente, com a devida vênia, da assertiva de que tal dispositivo viria a "...dar a entender que a Entidade não tinha conhecimento das áreas a serem limpas...";

a11 - Tal conclusão é descabida também pelos seguintes aspectos:

a11-1) A intenção da observação seria tão somente obrigar os interessados e licitantes a visitar efetivamente os imóveis levantando as estimativas de materiais e equipamentos a serem utilizados na prestação dos serviços;

a11-2) Como se vê na documentação mencionada no item 03 das respostas, tal "observação" faz parte e foi inserida pela Diretoria do Órgão, quando da aprovação dos instrumentos;

a11-3) A alegação do suposto desconhecimento das áreas é fundada na existência de um único documento (...); opondo-se a isso, temos que dita alegação é inequivocamente e inapelavelmente sobrepujada quando se verifica que a existência do conhecimento detalhado das áreas e outras informações era de domínio e conhecimento de toda Administração do INSS, quer seja na Diretoria em Brasília (...) e pela própria Direção Local (atualizações produzidas no quantitativo geral, operando-se inclusive diminuição da área total a ser contratada), ou seja, existindo vários documentos que demonstram sobejamente o conhecimento da área a ser limpa ;

a12 - O lapso da não inclusão dessas mesmas áreas no subitem 3.3-d do Instrumento Convocatório não comprometem e não impedem a formalização licitatória, em razão da existência desses quantitativos no anexo VII do Edital (recepcionado pelo subitem 13.12 - que lista seus Anexos e consignam que dele fazem parte integrante), que não impediram tanto a formulação das propostas pelos licitantes como seu julgamento pelos responsáveis pela licitação.

a13 - Cabe-nos registrar, no ensejo, que não é praxe no INSS, e acreditamos também em diversos órgãos da Administração Federal, a inclusão de plantas baixas dos imóveis em contratação de serviços de limpeza, especialmente se os endereços alcançados pelo rol processual já são de propriedade e uso pela Administração;

a14 - Assim, entendemos ter prestado os esclarecimentos necessários, inclusive indicado sua documentação comprobatória, que faz parte dos próprios autos do Processo;"

b)"Em relação ao item 2 - PLANILHA DE CUSTO (TRIBUTO)

b1 - O atendimento da solicitação enseja a necessidade de registrarmos posição sobre a complexidade da matéria envolvida, onde se faz e se comprova inequivocamente a dificuldade do assunto quando se observa que o teor das indagações e conseqüentemente da resposta diz respeito à disciplina do Direito Tributário, comportando não somente faixas e níveis de tributação, como também incidências de alíquotas e cobranças, etc., tudo isso com acréscimo na complexidade/dificuldade pela inexistência de Curso ou Treinamento específico sobre o assunto, que tenha sido oferecido pela Administração (ficando sempre em voga a orientação de que se deve observar o quantum final do preço ofertado, se guarda conformidade com o limite máximo fixado pelo Governo para tal fim);

b2 - A dificuldade se apresenta com contornos mais nítidos e claros quando examinamos a própria tabela anexa à IN/306 da própria Receita Federal e verificamos que lá existem duas opções de tributação para o mesmo tipo de contratação em apreço, sendo uma com o fornecimento de material e outra sem esse dispositivo, e que apresentam diferentes faixas/alíquotas de tributação. A complexidade fica evidenciada ao constataremos que efetivamente existem duas Planilhas de Custos e formação de Preços (servente e encarregado) onde uma configura entrega de material e outra não admite tal conduta;

b3 - Acrescente-se a isso tudo que a Instrução Normativa referenciada fala de alíquotas e faixas de retenção de tributos e por outro lado os licitantes alegam que preenchem os campos próprios da Planilha com percentuais de tributação, conforme a natureza de sua empresa;

b4 - A dificuldade/complexidade do assunto, e em contrapartida a direção/orientação do órgão e a ausência de treinamento específico sobre o assunto ficam demonstrados perfeitamente quando verificamos que na tramitação do Quarto Termo Aditivo houve passagem do Contrato e Planilhas em Brasília/DF e foram efetivamente aprovados com os percentuais e preços praticados na contratação;

b5 - Some-se a tudo que os preços efetivamente praticados na contratação, desde a sua origem, guardam conformidade com àqueles fixados pelo próprio Governo Federal para a espécie e que qualquer negociação com o vencedor do certame e posteriormente contratado ensejaria tão somente ajustes na Planilha, de forma que o percentual que se apresentasse como correto seria praticado, sem necessariamente corresponder uma diminuição do valor contratual, já que a seleção da proposta se deu pela via da comparação do preço global para os serviços (subitem 4.11 do Edital), sendo vencedor o que ofereceu o menor;

b6 - A prática de preços em conformidade com os fixados pelo Governo Federal, mesmo com a existência de itens de planilha com supostos valores maiores (falamos supostos em razão da complexidade da matéria envolvida), é admitida em razão da previsão de oferecimento de preços de forma global. Tal entendimento é recepcionado pelo Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1.684/2003 quando decidiu que "estando o preço global no limite aceitável, dado pelo orçamento da licitação, os sobrepreços existentes devido à falta de critério de aceitabilidade de preços unitários, apenas causam prejuízos quando se acrescentam quantitativos aos itens de serviço correspondente". Observe-se, mais uma vez, no ensejo, que a conformidade dos preços não está simples mente conforme o orçamento da

administração, mas, com a fixação dos preços feita pelo Governo Federal, através do Ministério próprio, e também se registre que não houve aumento do item com sobrepreço, nem na contratação de forma geral, tendo sido verificado tão somente aditivos de supressão de áreas;

b7 - A conduta de acatar Planilha de custos que oferte preço de determinado item com valores superiores aos usuais do mercado (embora haja a controvérsia tributação x retenção) também está amparada na resposta apresentada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, fls. 649/650, cópia em anexo, onde se vê que a configuração da planilha mesmo com preços individuais superiores não opera sua desclassificação. Registre-se, mais uma vez, que sob o ponto de vista global o preço vencedor do certame e contratado, em toda a vigência contratual, está abaixo dos limites máximos fixados, e está substancialmente abaixo.

b8 - Também é oportuno registrar (inclusive como fundamento da mencionada complexidade de compreensão da matéria e observância das orientações superiores) que a minuta da Planilha de Custos aprovada pela Direção do Órgão (fls. 12 dos autos) apresenta somatório dos tributos atingindo 14,45% semelhante ao da vencedora do certame, que consignou 14,53% (fls. 483 dos autos);

b9 - Adotaremos, se for o caso, inclusive junto ao contratado, atualização da planilha com a correta utilização do percentual cabível ao item IRPJ, sempre observando o preço final, para que guarde conformidade com o valor máximo estabelecido."

c) "Em relação ao item 2 PAGAMENTO A MAIOR

c1 - Em razão da aplicação de redução do valor mensal do contrato (fato que usualmente é incomum, dada a existência natural de sempre se aumentar os valores em virtude de repactuações, equilíbrio, etc.) houve equívoco interno da administração que não acompanhou a efetiva atualização desse valor na tramitação do pagamento referenciado (tal incidente pode ter sido suscitado em razão e das consequências de movimentos paredistas observados no âmbito dos administrativos e da Procuradoria do INSS).

c2 - Dita redução do valor decorreu do efetivo acompanhamento por parte da administração da execução e controle contratuais, efetivada pela rescisão de Locação de imóvel, que resultou numa real diminuição das áreas listadas no contrato em apreço;

c3 - O lapso verificado, pelo qual agradecemos a detecção e informe, tem a seguinte característica:

c3-1) Ocorreu somente no primeiro mês de vigência (certamente porque não havia a assimilação por todos dos novos valores);

c3-2) Não configura a diferença consignada diretamente no item 2 (de R\$ 41.305,14 para R\$ 40.677,58, ou seja, de R\$ 627,56) em razão da computação de dias com o valor anterior e dias com o valor atual (a fatura corresponde a um período de 30 dias);

c3-3) O real valor a ser ressarcido importa na quantia de R\$ 376,50, em razão dos seguintes aspectos:

i) O Quarto Termo Aditivo foi efetivamente assinado em 19/11/03 e pactuou valor mensal em R\$ 40.677,58;

ii) Assim a fatura do mês 11/03 comporta 18 dias com valores anteriores e 12 dias com valores atuais;

iii) Considerando o valor anterior mensal de R\$ 41.305,14 e o valor após o Aditivo já informado no item I temos valor/dia/anterior em R\$ 1.376,14 e valor/dia/aditivo em R\$ 1.355,92;

iv) Tomando-se os números de dias de cada contratação (item II) e seus valores (item III) temos o valor da fatura 11/03 no valor de R\$ 40.928,64 (sendo R\$ 24.406,56 para os dias 01 a 18, e, 16.522,08 para os dias 19 a 30);

v) Assim a diferença a ser ressarcida, atualizada, pelo contratado, inicia-se em R\$ 376,50 a partir de 11/03;

c3-5) Estaremos emitindo correspondência e OR (Ordem de Recebimento) contra o Contratado, após os cálculos atualizatórios por parte da Unidade Financeira, para que esse ajuste seja realizado;"

d) "Em relação ao item 3 e 4 - INCLUSÃO DE FUNCIONÁRIOS

d1 - Muito embora esteja obrigada a disponibilizar ao Contratante a cópia da folha de pagamento dos empregados (conforme Cláusula Quarta, aliena "c") sendo essa apresentação dispensada quando inexistir alteração do quadro de funcionários (aliena c.a), as vezes ocorre desatenção desse controle, de forma que mesmo nos casos de alteração não há formal encaminhamento dessa providência, nem tampouco envio de relação dos nomes dos empregados;

d2 - Outro aspecto a ser registrado é que a fiscalização contratual é feita por Comissão e que alguns pontos podem ser de conhecimento específico de um determinado membro e não de outro (isso sem caracterizar ineficiência dos trabalhos - em razão da diversidade de endereços e de algumas ações que são implementadas isoladamente) recaindo também essa diversidade no acompanhamento do quadro de pessoal, especialmente quando do "exercício" de empregados a título de "cobertura de férias ou licenças" previstos na rubrica reserva técnica da Planilha de Custos;

d3 - A existência de nomes que constam da folha de pagamento da contratada e não aparecem numa determinada

lista entregue por determinado fiscal não representa necessariamente uma disfunção. Pois, aquele determinado fiscal pode ter em seu campo de atuação, outros nomes de empregados, respectivamente daqueles endereços em que atua;

d4 - A própria Equipe de Auditoria quando dos seus trabalhos no INSS verificou que pelo menos um fiscal de Contrato (exatamente aquele que mais assinou o atesto das Notas) estava no gozo de licença assiduidade, e, portanto tal distancia pode Ter propiciado uma apresentação de relação de empregados, em poder da fiscalização, não atualizada (ou parcialmente desatualizada);

d5 - Alguns nomes apresentados nos quadros merecem anotações:

i) Ailton José de Oliveira (1º quadro) e José Ailton de Oliveira (2º quadro) devem ser a mesma pessoa, cujo nome deva ter sido digitado erroneamente em alguma relação de salário;

ii) Edileide Silva do Nascimento (1º quadro) e Edileide Maria (2º quadro) também devem ser a mesma pessoa, cujo nome tenha sido erroneamente digitado em relação de salário;

iii) Otília Francisca Fernandes, Josias Carneiro de Melo e Zeneide Domingos da Silva (1º quadro) foram aposentadas recentemente, não prestam mais serviços, não aparecem na relação do fiscal, e não aparecerão nos relatórios de salários;

iv) Ângela Avelino; Carlos Antonio (2º quadro) constavam da relação da fiscalização e não apareciam na relação de salário em virtude de sua admissão recente (e certamente pela não apresentação de toda documentação de admissão, não foram efetivamente registrados e, portanto não constando do quadro dos encargos, o que será promovido oportunamente pela Contratada e inclusão na relação de salários);

v) Everaldo José Correia (1º quadro) funciona como Encarregado da empresa, e, portanto não aparece na relação da fiscalização (que só lista os empregados - serventes);

vi) Silvio Oliveira da Silva (1º quadro) foi efetivamente desligado do quadro dos empregados da empresa, e não constará mais da lista de salários;

vii) Maruá Marlene (2º quadro) deve ser Maria Marlene, cujo nome consta da relação dos salários, pois não há registro de Maruá prestando esses serviços;

Obs.: 1º Quadro - Constam da folha e não da relação da fiscalização 2º Quadro - Constam da relação da fiscalização e não constam da folha.

d6 - A fiscalização do contrato demandará a consolidação de todas as informações em documento único, inclusive rol de empregados da contratada que efetivamente operam junto ao INSS, observando o quantitativo correspondente pela área contratada e a produtividade admissível;

d7 - Outros nomes que constam do 1º quadro e, portanto estão na folha de pagamento da contratada, não representam disfunção, nem tampouco prejuízo, em virtude das alegações anteriormente apresentadas, das anotações retro e acima de tudo pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais por parte da contratada, com a utilização da mão-de-obra, materiais e equipamentos, tudo em conformidade com as especificações e diretrizes consignadas no pacto celebrado;"

e)"Em relação ao item 5 NÃO INCLUSÃO DE FUNCIONÁRIOS

e1 - A tramitação das repactuações e ajustes contratuais se fez mediante a apresentação de pedido formal por parte da contratada e análise de sua conformidade por parte da administração, sobretudo quanto ao valor mensal a ser praticada, se guarda conformidade com os limites máximos estabelecidos pelo Governo Federal para a espécie;

e2 - Em todos os casos referidos o que houve foi uma solicitação da contratada em valores maiores que os efetivamente contratados/pactuados (essa assertiva se vê nas planilhas que foram anexadas aos seus pedidos) e a não aceitação desses mesmos valores por parte da administração;

e3 -Em razão da celeridade e complexidade dos "momentos" que caracterizam essa negociação houve uma negociação com redução dos valores solicitados (fato louvável) contudo sem que se providenciasse a apresentação da planilha dos preços definitivos, que no entanto estariam efetivamente consignados nos respectivos Termos Aditivos;

e4 - A ausência dessa providência foi suprida por anotações e registros da própria administração sobre as planilhas anteriormente apresentadas, que se demonstram eficientes quando se observa que nas repactuações seguintes foi utilizado não o valor pedido, mas somente aquele realmente aprovado pela Administração;

e5 - Para efeito de registro estaremos providenciando a captação de planilhas pertinentes aos Termos Aditivos mencionados, complementando assim os elementos do Contrato;

f) Em relação ao item 6 DEVOLUÇÃO DE CAUÇÃO

f1 - A cada repactuação ou prorrogação contratual, além dos procedimentos de verificação do pedido apresentado e da conformidade dos preços ajustados, se segue verificação da necessidade de ajuste na caução de garantia vinculada ao Contrato;

f2 - Nesse mister observamos não somente o valor caucionado se guarda conformidade com o percentual estabelecido pelo instrumento convocatório e pelo Contrato, mas também olhamos a validade dos instrumentos de garantia utilizados pelo Contratado, preservando assim a sua executoriedade em favor da Administração, caso necessário;

f3 - A devolução da caução operada através da AP nº 0401/04 ocorreu em virtude da cessação da vigência do instrumento respectivo (conforme consignação no próprio texto da AP - vigência entre 02.07.02 e 01.07.03 (conforme docs. de folhas 2229 e 1069 dos autos);

f4 - A garantia contratual exigida, para o período então vigente, foi prestada mediante a emissão da OR 0069/2003, fls. 1645, que fazia cobertura ao período de 02.07.2003 a 01.07.2004, conforme instrumento de fls. 1646;

f5 - Assim, fica cabalmente demonstrado que durante toda a vigência contratual o pacto esteve convenientemente garantido por instrumento próprio e previsto em Lei, e segundo o teor do Parágrafo Sexto da mencionada Cláusula Nona, foi renovada a cada repactuação;

g) Em relação ao item 7 TRIBUTOS

g1 - A matéria pertinente ao questionamento do item 7 comporta a mesma complexidade, orientações e diretrizes já mencionadas nas respostas do item ____ (referente ao questionamento do percentual de IRPJ) as quais solicitamos considerar também para o item ora em resposta;

g2 - A complexidade aumenta pela edição das Leis nºs. 10.684 e 10.833 que, efetivamente, aumentarem alíquotas incidentes sobre os serviços, a fazem parte do pedido da Contratada, fls.2293;

g3 - Mencionados diplomas legais foram editados após a IN/SRF 306/02 e IN conjunta STN/SRF nº 04/96, ficando aos leigos a conclusão normal de que se somam aos quantitativos e percentuais ali consignados;

g4 - Entretanto, para não permitir a conclusão que o assunto foi dirigido por leigos em assuntos jurídicos, a tramitação da repactuação com todos os ingredientes e pedidos apresentados e a contrapartida da Administração,

foi devidamente recepcionado pelo órgão jurídico da Administração, através do Parecer S/C 116/2004, estampada as fls. 2.332/2.336 dos autos;

g5 - Em tudo é extremamente importante frisar, registrar, anotar e mencionar, que os preços praticados nesse instrumento, semelhantemente a todos os demais da vigência contratual, guardam conformidade com os limites máximos estabelecidos pelo próprio Governo Federal para a espécie, isso significando que não se pode falar em qualquer prejuízo para a administração com base nesse pacto."

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
Gerente Executivo do INSS em Recife/PE em 2004		

AVALIAÇÃO DA SFC:

Apresentamos a seguir observações às justificativas do Gestor com relação às impropriedades apontadas:

a) apesar da afirmação de que o quantitativo das áreas era do conhecimento de toda administração local e inclusive da Administração Geral em Brasília, o relatado nos itens acima mostram que esses quantitativos não estavam definidos antes de ser iniciado o processo licitatório, haja vista as modificações introduzidas e a existência de mais de uma planilha contendo áreas com quantitativos e áreas diferentes, conforme pode ser observado nas planilhas constantes (...) do processo com 43.966 m2 de área total e a planilha (...) com o quantitativo total de R\$ 39.509,10 m2.

Como observamos, não havia precisão quanto ao quantitativo do objeto a ser licitado quando da sua autorização, o que foi se ajustando à medida que o procedimento licitatório ia transcorrendo.

O art. 38 da Lei nº 8.666/93 afirma que o processo licitatório deve ser iniciado com a indicação sucinta de seu objeto e a autorização respectiva, inclusive a indicação dos recursos para a despesa que depende do conhecimento dos exatos quantitativos e de uma pesquisa de preço no mercado para se chegar

ao valor da licitação e consequentemente da modalidade a ser utilizada no certame.

Por sua vez, o § 4º do art. 7º da mesma Lei assevera:

"é vedado, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantitativos ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo".

A falta desses quantitativos no item 3.3d - do Edital de Licitação e a observação no Anexo VII - Informações Básicas do mesmo Edital são consequência e evidência da falta de conhecimento do objeto a ser contratado, quando da abertura do procedimento licitatório:

"Caberia a empresa licitante levantar 'in loco' todos os elementos para os serviços de limpeza visto que as quantidades aqui apresentadas são estimativas".

b) a despeito do preço unitário final dos serviços de limpeza e conservação ser comparado com os preços-teto estabelecidos pelo MOG, faz-se necessário que os itens da planilha de custos que compõem o preço unitário sejam analisados a fim de verificar se os seus itens componentes estão fora da realidade e este é o motivo pelo qual a Instrução Normativa/MARE nº 18/97, em seu item 4.7, para o caso específico de limpeza e conservação, e no item 2.4.2, para serviços em geral, pede o detalhamento dos encargos sociais e trabalhistas incidentes (adicionais legais) e 2.4.4 - Tributos.

Esse detalhamento também servirá para permitir a análise dos aditivos em que serão solicitados, pelos contratantes, ajustes no preços dos serviços, tendo em vista as mudanças na legislação que motivaram a necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, inclusive essa última utilização foi motivo de três Termos Aditivos (o Segundo, solicitando aumento do preço em virtude do aumento da alíquota de FGTS de 8% para 8,5%; o Terceiro, solicitando aumento da alíquota de PIS de 65% para 1,65%; e o quinto solicitando aumento com base, além de outros, no aumento da alíquota da CSLL, por força da Lei nº 10.684/2003, e do aumento da COFINS realizado pela Lei nº 10.833/2003). Sendo o serviço contratado com inclusão de material de limpeza e tendo como mão-de-obra o concurso de serventes e encarregados, um único serviço, a alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica é de 1,2% correspondente ao Código de Receita 6147, que totaliza com os outros tributos federais (CSLL, COFINS, PIS/PASEP) em 5,85 e não 9,45% que constava na planilha do Contrato. Essa tabela retenção é de conhecimento da administração pública já com 9 anos de uso que data da IN conjunta STN/SRF nº 4/96 e reflete os percentuais tanto de retenção quanto de tributação das empresas, quando da contratação com as entidades governamentais.

São várias as Decisões do TCU que consideraram irregular a aplicação incorreta de alíquotas em planilhas de custo, como Acórdão nº 697/2001 - Segunda Câmara (Processo nº 010.752/1999-4), Decisão nº 255/1999 (Processo nº 006.793/1999-1, e Decisão nº 469/1999 - Plenário (processo nº 001.025/1998-8. A Decisão nº 391/2000 - Plenário - TC nº 010.766/1999-5), proferida por aquela Corte de Contas, determinou que as comissões de licitação examinassem detalhadamente as propostas dos licitantes, classificando apenas aquelas que apresentem a correta incidência das alíquotas de tributos. A própria Entidade, quando da retenção e recolhimento dos tributos, utilizou as alíquotas corretas, ou seja, pagou o serviço pela maior alíquota e reteve e recolheu pela menor alíquota, beneficiando o contratado nas duas situações.

c) discordamos da alegação de desatualização da relação de serventes fornecida pelos fiscais do contrato, pois a sua atualização foi comprovada por entrevista com os funcionários que prestam serviços na sede da GEXREC na Av. Mário Melo, 343 - Recife, que corresponde a 46% (22) da totalidade dos funcionários da prestadora disponibilizados para cumprir o o objeto do contrato em análise(48), com exceção de um nome que estava em duplicidade nessa relação. Entretanto, nas relações geradas pelo SEFIP - Sistema de informações da Previdência apresentada juntamente com as nota fiscais, para pagamento, constam os seguintes quantitativos de trabalhadores a disposição do Tomador - GEXREC/PE: 57 nos meses de janeiro e fevereiro; e 56 nos meses de março a maio. O que demonstra inobservância do art. 2º da Portaria/INSS/GEXREC/PE nº 213/2002, pela fiscalização do contrato, quando da aprovação dos pagamentos a empresa prestadora de serviços. O quantitativo de trabalhadores constantes na relação do fiscal do contrato é de 48 trabalhadores, ou seja, diferença de 8 trabalhadores.

d) não acatamos a assertiva de que os preços definitivos resultantes da negociação das repactuações estariam efetivamente consignados nos respectivos termos aditivos, uma vez que deveria ser o contrário, ou seja, os termos aditivos devem ser respaldados pelas planilhas de custos aprovadas pela Administração. Quanto à aceitação das planilhas apresentadas pelo contratado, com anotações e correção, a grafite, pelos servidores que as analisaram, suficiente para respaldar as repactuações, não é aceitável em virtude de tratar-se de um documento oficial.

e) acatamos a justificativa apresentada;

f) com relação a afirmação no item g5 das justificativas acima, de que: " os preços praticados nesse instrumento, semelhantemente a todos os demais da vigência contratual, guardam conformidade com os limites máximos estabelecidos

pelo próprio Governo Federal para a espécie...", temos a dizer que os preços são tetos que não devem ser ultrapassados pelos licitantes, entretanto o mercado é que deve prevalecer quando da análise dos pedidos de repactuação, desde que não ultrapasse o teto estabelecido. Não levar em conta ao mercado por pesquisa de preços, conforme está estabelecido no art. 15 da Lei 8.666/93, é deixar de procurar as situações mais vantajosas para a administração a despeito de existir um teto já estabelecido. Corroborando com essa assertiva a Equipe de Atividades Contratadas, no item 11 do Relatório do Serviço de Logística, datado de 01.07.2004, constante no processo 35204.000348/2001-02 - TP nº 02/01, que trata da análise do pedido de repactuação referente ao Quinto Termo Aditivo ao Contrato em Análise, tomou a seguinte posição:

"pelo exposto acima sugerimos prorrogar o contrato com os preços imposto pela Contratada e promover de imediato a instrução de processo licitatório, visando conseguir preços mais vantajosos para a Administração, s.m.j., tendo em vista que a GEXCAR celebrou recentemente o contrato com o mesmo objeto, através de PREGÃO, com valor para a área interna de R\$ 1,42; enquanto que A GEXGAR repactuou seu contrato com o valor de R\$ 1,30 ".

A afirmação de que a IN/SRF 306/03 foi editada antes das Leis nº 10.684 e 10.833/2003, é correta, entretanto, essas Leis não provocaram alterações na tabela de recolhimento de tributos, pois caso assim tivesse acontecido as alíquotas de recolhimentos ali constantes estariam alteradas. Consultando o funcionário responsável por retenção de tributos federais da Delegacia Receita Federal de Recife, que trabalha com essas legislações, fomos informados que as referidas Leis alteraram tributos de algumas categorias de empresas como construção civil, etc., e não de empresas prestadoras de serviços, como é o caso em análise. Os aumentos solicitados com base nessa legislação não deveriam ter sido concedidos, pois o parâmetro para concessão de reajustes como base em tributos por órgãos públicos deve ser a tabela da Instrução Normativa da Receita Federal que está em vigor, quando da solicitação.

RECOMENDAÇÃO:

Dessa forma, recomendamos a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística e a Gerência em questão os seguintes:

- proceder levantamento de todas as áreas constantes no Contrato de Limpeza e Conservação antes das modificações por Aditivos nos quantitativos, com acompanhamento de funcionários do setor de engenharia da Entidade, os quais deverão assinar responsabilizando-se pela sua exatidão;

- solicitar que o contratado recalcule as planilhas de custo a partir do contrato até a presente data, utilizando a correta alíquota de IRPJ constante no código de receita 6147 da tabela de retenção, estabelecendo o novo custo unitário devido nesse período;
- apurar as diferenças entre esses dois valores dos serviços e compensar nos próximos pagamentos do contratado;
- aprimorar a fiscalização dos contratos, principalmente quanto a verificação dos nomes contidos e das quantidades de trabalhadores nas relação de servidores apresentadas juntamente com as Notas Fiscais, para somente autorizar os pagamentos em que contiverem aqueles trabalhadores que efetivamente prestam serviços na Entidade;
- adotar rotina na análise dos pedidos de repactuação, qual seja, após a negociação encaminhar documento ao contratado mostrando as condições de repactuação aceitas, para que esse se ajuste à planilha que irá respaldar o respectivo termo aditivo a ser assinado;
- proceder do mesmo modo para os termos aditivos anteriores;
- recalcular as planilhas em que esses reajustes foram concedidos;
- apurar as diferenças pagas a cada mês após a repactuação e deduzir nos próximos pagamentos à prestadora de serviços.

10.1.1.9 - INFORMAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM PORTO ALEGRE/RS (RELATÓRIO Nº 153692)

- INSPEÇÃO FÍSICA DA EXECUÇÃO

Impropriedades identificadas na formalização, execução e fiscalização/acompanhamento de processos licitatórios e/ou contratos de serviços.

Constatamos as seguintes impropriedades nos processos relacionados a seguir:

a) Processo 35239.000604/00-20, concorrência 07/2000, contrato nº 116/2000, empresa Emant Engenharia Instalações e Manutenção Ltda.,

objeto do contrato - manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em aparelhos e centrais de ar condicionado:

a.1) Realização de atestos na documentação fiscal por 04 (quatro) servidores diferentes em 2004, conforme notas fiscais 1505, 1520, 1545, 1563, 1584 e 1609, sem a devida habilitação técnica/formal;

a.2) Autorização de dispensa de prestação de garantia pela empresa vencedora, contrariando o item 06 da cláusula VI do Edital da Concorrência nº 07/2000 e a cláusula 9ª da minuta do contrato (Anexa ao Edital);

a.3) Falta de comprovação de publicação do extrato do 4º Termo Aditivo no DOU, anexa ao processo;

a.4) Pagamento de valor integral em período de greve, por exemplo, de serviços referentes ao mês de julho/2003, no valor de R\$ 42.414,90. A empresa contratada informou que estava encontrando dificuldade de acesso aos setores para executar a manutenção preventiva, conforme consignado nas folhas 1133 a 1136 do processo;

a.5) Falta de adoção de providências tempestivas com relação à manifestação da Equipe de Engenharia do Serviço de Logística da GEX Porto Alegre, datada de 03/02/2003, a respeito do "serviço de manutenção de ar condicionado", conforme folha 1041: "... tendo verificado que a planilha apresentada, em sua maior parte, não corresponde a realidade contendo informações aparentemente falsas e em duplicidade"; "verifiquei também que o INSS não tem um controle no atendimento dos pedidos de manutenção corretiva"; "verifiquei que não tem sido efetuado o serviço de manutenção preventiva, ..." e "... não é possível atestar a execução dos mesmos de conformidade com o contrato e a boa técnica de engenharia, ...";

a.6) Insuficiente documentação comprobatória da realização de ações de acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados;

a.7) Realização de pagamentos com atraso no ano de 2004, incorrendo em descumprimento de cláusula contratual, sujeitando-se ao pagamento de multa:

COMPETÊNCIA	FATURA	AP	PAGAMENTO	VALOR (R\$)
Novembro/2003	1505	1589/2003	15/01/2004	5.495,42
Dezembro/2003	1520	1649/2003	20/01/2004	5.495,42
Janeiro/2004	1545	0080/2004	11/03/2004	13.738,57
Fevereiro/2004	1563	0169/2004	16/03/2004	13.738,57
Março/2004	1584	0338/2004	14/04/2004	13.738,57
Abril/2004	1609	0465/2004	24/06/2004	6.411,37

b) Processo 35239.001840/2000-18, tomada de preços 09/2000, contrato nº 64/2000, empresa Clinsul Mão-de-Obra e Representação Ltda, objeto do contrato - serviços operacionais de telefonia:

b.1) Falta de portaria de designação do responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato no período anterior a 02/04/2003, data da edição da Portaria nº 49;

b.2) Falta de apresentação do comprovante de depósito da garantia prevista na cláusula 9ª do contrato nº 64/2000, no valor de R\$ 2.689,32 (caução em dinheiro);

b.3) Realização de pagamento antecipado da fatura 6458, de 10/12/2003, com vencimento em 05/01/2004, referente a serviços de telefonista executados no mês de dez/2003. O atesto da referida fatura foi realizado em 15/12/2003. O pagamento foi autorizado mediante AP (Autorização de Pagamento) 1651/2003, de 15/12/2003, no valor de R\$ 3.585,76, vinculado à ordem bancária 2003OB3903, de 29/12/2003;

b.4) Insuficiente documentação comprobatória da realização de ações de acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados;

b.5) Realização de pagamentos com atraso no ano de 2004, incorrendo em descumprimento de cláusula contratual, sujeitando-se ao pagamento de multa:

COMPETÊNCIA	FATURA	AP	PAGAMENTO	VALOR (R\$)
Novembro/2003	6395	1559/2003	06/01/2004	2.852,48
Janeiro/2004	6752	0089/2004	03/03/2004	2.852,48
Fevereiro/2004	6910	0173/2004	12/03/2004	2.852,48
Março/2004	7085	0327/2004	13/04/2004	2.852,48
Abril/2004	7272	0444/2004	13/05/2004	2.852,48
Mai/2004	7436	0518/2004	16/06/2004	2.852,48
Junho/2004	7661	0644/2004	08/07/2004	2.852,48
Julho/2004	7847	0765/2004	16/08/2004	2.852,48

c) Processo 35239.001169/2003-29, concorrência 02/2003, contrato nº 03/2004, empresa LBF Engenharia e Serviços Ltda., objeto do contrato - serviços de manutenção predial e manutenção de aparelhos de ar condicionado de janela e centrais de ar condicionado:

c.1) Elaboração de contrato com numeração incorreta (folha 546: "Contrato Nº 03/2204") e com data de assinatura incorreta (folha 560: "06/04/2003", sendo que a data correta é 06/04/2004);

c.2) Falta de emissão, por parte da empresa contratada, de 02 (duas) faturas, sendo uma fatura mensal para a parte fixa (com cobertura de risco) e outra para a parte variável (sem cobertura de risco), de acordo com os parágrafos 1º, 2º e 6º da cláusula 4ª do contrato nº 03/2004. Destacamos que há elaboração e encaminhamento mensal de relatórios (elaborados pela empresa contratada) relativos aos serviços corretivos e preventivos prestados em 2004, por exemplo, nos meses de maio, junho e julho;

c.3) Falta de especificação, no contrato, de valores (limites) para a parte fixa e para a parcela variável, bem como dos valores (limites) relativos à manutenção predial e ao ar condicionado;

c.4) Deficiências identificadas no Relatório Mensal de serviços corretivos (não há referência individualizada a valores, a especificação do material utilizado e as quantidades apresentam-se incompletas e, ainda, há falta de informação do material utilizado, pessoal utilizado e duração do serviço) e serviços preventivos (não há referência a valores, impossibilitando a devida conferência dos gastos);

c.5) Falta de apresentação de demonstrativos, com valores individualizados (por ordem de serviço realizada para os valores variáveis), que evidenciem a composição dos 03 (três) últimos pagamentos realizados em 2004, mediante ordens bancárias 900754, no valor de R\$ 19.922,07, 901169, no valor de R\$ 19.922,07 e 901525, no valor de R\$ 19.922,10, totalizando R\$ 59.766,24. Destacamos que as faturas correspondentes contemplam valores fixos e variáveis;

c.6) Falta de documentação de eventual consulta ao SICAF para os pagamentos realizados mediante 2004OB001374 e 2004OB900754;

c.7) Insuficiente documentação comprobatória da realização de ações de acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados;

c.8) Realização de pagamentos com atraso no ano de 2004, incorrendo em descumprimento de cláusula contratual, sujeitando-se ao pagamento de multa.

COMPETÊNCIA	FATURA	AP	PAGAMENTO	VALOR (R\$)
Abril/2004	2111	0497/2004	24/05/2004	10.625,12
Maio/2004	2119	0581/2004	24/06/2004	19.922,07
Junho/2004	2136	0671/2004	14/07/2004	19.922,07
Julho/2004	2152	0777/2004	20/08/2004	19.922,10

d) Processo 35239.000534/2002-16, concorrência 01/2002, contrato nº 41/2002, empresa UNISERV União de Serviços Ltda., objeto do contrato - contratação de serviços de limpeza e conservação para os imóveis da Gerência Executiva de Porto Alegre:

d.1) Falta de portaria de designação do responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, anexa ao processo (desde a formalização contratual);

d.2) Falta de renovação do seguro-garantia, vigente até 12/12/2003, no valor de R\$ 29.797,08, contrariando a cláusula 9ª do contrato nº 41/2002;

d.3) Pagamento da nota fiscal 6553 mediante 2004OB901521, de 20/08/2004, no valor de R\$ 41.928,35, para fornecedor com SICAF

vencido (consulta em 02/08/2004: vencida documentação da receita municipal em 01/08/04);

d.4) Insuficiente documentação comprobatória da realização de ações de acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados;

d.5) Realização de pagamentos com atraso no ano de 2004, incorrendo em descumprimento de cláusula contratual, sujeitando-se ao pagamento de multa.

COMPETÊNCIA	FATURA	AP	PAGAMENTO	VALOR (R\$)
Novembro/2003	5004	1512/2003	04/02/2004	41.928,35
Dezembro/2003	5102	1662/2003	06/02/2004	41.928,35
Janeiro/2004	5280	0076/2004	16/02/2004	41.928,35
Fevereiro/2004	5545	0167/2004	11/03/2004	41.928,35
Março/2004	5745	0329/2004	13/04/2004	41.928,35
Abril/2004	5957	0442/2004	13/05/2004	41.928,35
Maio/2004	6141	0522/2004	15/06/2004	41.928,35
Junho/2004	6360	0651/2004	13/07/2004	41.928,35
Julho/2004	6553	0767/2004	20/08/2004	41.928,35

e) Processo 35239.002712/99-68, Tomada de Preço nº 04/1999, contrato nº 14/2000, empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda., objeto do contrato - prestação de serviços gerais, carga/descarga:

e.1) Ausência de atesto na Nota Fiscal Fatura nº 17359, de 01.07.2004, no valor de R\$ 3.856,11, paga pela OB 901170, em 14.07.2004;

e.2) Atesto com data de 29.07.2004, anterior a emissão da Nota Fiscal Fatura nº 17548, de 02.08.2004;

e.3) Realização de pagamentos com atraso no ano de 2004, incorrendo em descumprimento de cláusula contratual, sujeitando-se ao pagamento de multa:

COMPETÊNCIA	FATURA	AP	PAGAMENTO	VALOR (R\$)
Dezembro/2003	15565	1655/2003	06/01/2004	3.856,11
Janeiro/2004	15914	0078/2004	12/03/2004	3.856,11
Fevereiro/2004	16146	0165/2004	12/03/2004	3.856,11
Março/2004	16411	0333/2004	13/04/2004	3.856,11
Abril/2004	16653	0448/2004	13/05/2004	3.856,11
Maio/2004	16889	0515/2004	15/06/2004	3.856,11
Junho/2004	17359	0667/2004	14/07/2004	3.856,11
Julho/2004	17548	0763/2004	16/08/2004	3.856,11

f) Processo 35239.001148/2002-70, pregão 06/2002, contrato nº 43/2002, empresa EBV Empresa Brasileira de Vigilância Ltda, objeto do contrato - serviço de vigilância e segurança com sistema eletrônico integrado de segurança:

f.1) Inexistência, no processo, de análise da área jurídica sobre o Edital e Minuta do Contrato respectivo;

f.2) Não exigência da garantia contratual, conforme previsto na minuta do contrato;

f.3) Realização de pagamentos com atraso no ano de 2004, incorrendo em descumprimento de cláusula contratual, sujeitando-se ao pagamento de multa:

COMPETÊNCIA	FATURA	AP	PAGAMENTO	VALOR (R\$)
Novembro/2003	2662/63	1557/2003	04/02/2004	39.137,18
Janeiro/2004	3002/03	0087/2004	16/02/2004	39.137,18
Fevereiro/2004	3200 a 3203	0175/2004	11/03/2004	39.137,18
Março/2004	3269 a 3272	0331/2004	22/04/2004	39.137,18
Abril/2004	3451 a 3454	0440/2004	13/05/2004	39.137,18
Maio/2004	3567 a 3570	0513/2004	24/06/2004	38.803,17
Junho/2004	3666 a 3669	0642/2004	14/07/2004	33.201,40

g) Processo 35239.000380/2004-13, pregão 02/2004, contrato nº 04/2004, empresa JOB Recursos Humanos Ltda, objeto do contrato - serviços de ascensorista:

g.1) Atesto com data de 29.06.2004, anterior a emissão da Nota Fiscal Fatura nº 1405, de 01.07.2004, no valor de R\$ 4.557,69;

g.2) Realização de pagamentos com atraso no ano de 2004, incorrendo em descumprimento de cláusula contratual, sujeitando-se ao pagamento de multa.

COMPETÊNCIA	FATURA	AP	PAGAMENTO	VALOR (R\$)
Abril/2004	1262	0448/2004	16/06/2004	2.886,53
Maio/2004	1363	0558/2004	24/06/2004	4.557,69
Junho/2004	1405	0646/2004	13/07/2004	4.557,69
Julho/2004	1496	0770/2004	16/08/2004	4.557,69

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

a.1) "Esta Chefia assumiu em 26.11.2003, sendo que o Chefe de Logística anterior vinha atestando as últimas Notas Fiscais, desta forma por desconhecimento servidores sem habilitação técnica atestaram os serviços."

a.2) "Esta Chefia assumiu em 26.11.2003, sendo que o processo já estava em andamento, desta forma desconhecemos as razões da dispensa da cobrança da caução."

a.3) "A publicação do extrato é efetuado através do sistema SIASG. Por um lapso a cópia do DOU não foi anexada ao processo, providenciamos anexação desta cópia nesta data, juntamos cópia a este expediente."

a.4) "Esta Chefia assumiu em 26.11.2003, desconhecendo, portanto, a origem do pagamento integral em julho/ 2003."

a.5) "Foram aplicadas as penalidades previstas em contrato, advertência e multa e finalmente o contrato foi rescindido, tão logo houve a disponibilidade orçamentária para nova contratação através de novo processo

licitatório. Anexamos ao presente cópia relativas a advertência e multa."

a.6) "Conforme informações dos fiscais do contrato da época, os serviços a serem realizados eram solicitados pelos mesmos, sendo acompanhados e fiscalizados "in loco" por amostragem, para posterior aceite dos serviços ou glosa dos mesmos. A partir de descumprimentos contratuais constantes no processo, este acompanhamento deixou de ser efetuado por aqueles fiscais de contrato, tendo sido os aceites, a partir de então, efetuados pela Chefia de Logística da época."

a.7) "Pagamentos em atraso em 2004:

COMPETÊNCIA	EMIÇÃO AP	PAGAMENTO
Janeiro/2004	04/02/2004	11/03/2004
Fevereiro/2004	03/03/2004	16/03/2004
Março/2004	05/04/2004	14/04/2004
Abril/2004	11/05/2004	24/06/2004

As Autorizações de Pagamento são emitidas pelo Serviço de Logística após conferência pelos responsáveis pelo acompanhamento dos serviços, sendo as mesmas então encaminhadas ao Serviço Financeiro para pagamento. Em algumas ocasiões os atrasos ocorreram por falta de recursos financeiros, ou por tramitação interna dos documentos de aceite dos serviços e assinatura das Autorizações de Pagamento."

b.1) "Portaria INSS/GEX/POA/DADM Nº 49 de 02/04/03 arquivada em pasta de Portarias na Equipe de Manutenção de Contratos e cópia em anexo; e juntada a mesma ao processo."

b.2) "A comprovação do recolhimento da garantia no processo está comprovada através da quitação da OR Ordem de Recebimento, ficando o comprovante de depósito bancário arquivado no setor financeiro num cofre."

b.3) "Segundo relato do Serviço de Orçamento, Finanças e Contabilidade informamos que a AP-1559/03, referente competência nov/03, deu entrada no Financeiro em 09/12/03 e a AP-1651/03, competência dez/03, deu entrada em 19/12/03. Recebemos o crédito orçamentário para as duas competências no dia 19/12/2003. Na mesma data, as duas competências foram empenhadas através da NE 2004NE901640 para nov/03(novo empenho, tendo em vista alteração da fonte de recursos) e 2004NE901643 (de reforço), para a competência de dez/03. Emitimos solicitação de recursos financeiros para a Direção Geral/DF, referente a competência de nov/03, através da mensagem SIAFI nº 2003/836086, em 19/03/2003. Emitimos solicitação de recursos financeiros para a Direção Geral/DF, referente a competência de dez/03, através da mensagem SIAFI nº 2003/846266, em 23/12/2003. A Direção Geral/DF, liberou

Nota de Programação Financeira com os recursos financeiros para atender a mensagem nº 2003/846266 (onde estava inclusa a competência de dez/03), no dia 29/12/03 e nessa data foram emitidas as ordens bancárias para as despesas dessa mensagem. Os recursos financeiros (parte) para a mensagem 2003/836086 (onde estava inclusa a despesa de nov/03), foram liberados em 06/01/2004, data em que foi emitidas as Ordens bancárias relativas as despesas dessa mensagem. Esse é o motivo de ter ocorrido o pagamento da competência de dez/03 antes da competência de nov/03 para a Clinsul, referente despesas do contrato de serviço de telefonistas."

A informação prestada pela Entidade não esclarece o fato apontado.

b.4) "Segundo informações dos fiscais dos contratos a comprovação dos serviços se dão mediante acompanhamento diário do ponto dos funcionários e visitação aos postos de trabalhos dos mesmos (Centrais Telef nicas nos prédios da Jer nimo Coelho e Trav. Mário Cinco Paus)."

b.5) "Pagamento em atraso em 2004:

COMPETÊNCIA	EMISSÃO AP	PAGAMENTO
Janeiro/2004	05/02/2004	03/03/2004
Fevereiro/2004	03/03/2004	12/03/2004
Março/2004	02/04/2004	13/04/2004
Abril/2004	05/05/2004	13/05/2004
Maiio/2004	02/06/2004	16/06/2004
Junho/2004	01/07/2004	08/07/2004
Julho/2004	03/08/2004	16/08/2004

As Autorizações de Pagamento são emitidas pelo Serviço de Logística após conferência pelos responsáveis pelo acompanhamento dos serviços, sendo as mesmas então encaminhadas ao Serviço Financeiro para pagamento. Em algumas ocasiões os atrasos ocorreram por falta de recursos financeiros, ou por tramitação interna dos documentos de aceite dos serviços e assinatura das Autorizações de Pagamento."

c.1) "Houve erro de digitação nas datas, sendo que o mesmo não foi percebido."

c.2) "O presente contrato no valor mensal de R\$ 37.565,22 de fato prevê a emissão de duas faturas, uma no valor fixo de R\$ 25.043,48 correspondente   parte de manutenção preventiva e corretiva com cobertura de risco, outra,   parcela variável, que pode ser utilizada a critério exclusivo do INSS que não foi efetivada por razões de conveniência e oportunidade do INSS, de maneira que não tendo havido prestação de serviço na modalidade variável, nenhuma fatura a este título poderia ser emitida. Inclusive foi providenciada minuta de Termo Aditivo para

exclusão desses valores de acordo com o MEMORANDO CIRCULAR Nº 23/DGEAR/CGLOG/INSS de 26/04/2004;"

c.3) "A especificação dos valores e limites encontra-se em anexo ao contrato em documento denominado Planilha da Proposta para Manutenção (fls. 567);"

c.4) "Tratando-se de execução de serviços com cobertura de risco e pré-estipulados a um preço fixo (manutenção preventiva e corretiva na modalidade de cobertura de risco) não está prevista a especificação de valores. A verificação e prévia aprovação de orçamento está prevista tão somente para a parte variável e que não foi utilizada;"

c.5) "Esta modalidade não está prevista no contrato. Os valores são iguais pois trata-se da parte fixa do contrato, não tendo sido utilizada a parte variável;"

c.6) "Por ocasião da emissão das Autorizações de Pagamento, o SICAF de todos os contratados são consultados mensalmente. Caso o SICAF de algum fornecedor esteja vencido o mesmo é comunicado para regularização, motivo pela qual muitas vezes ocorre atraso nos pagamentos pois a fatura fica retida no Serviço de Logística. Por um lapso a cópia impressa não foi arquivada no respectivo processo, mas de acordo com o item 8.8 do Manual de Cadastramento do SICAF (cópia em anexo), o SICAF deverá ser consultado antes do pagamento. O Serviço Financeiro deverá também efetuar a consulta, motivo pelo qual o pagamento não haveria ocorrido se o mesmo estivesse em atraso."

c.7) "A verificação da execução dos serviços é acompanhada pela Comissão de Fiscalização composta por quatro engenheiros e um arquiteto, que atestam os relatórios de execução; os serviços são acompanhados "in loco" por amostragem, sendo após os serviços aceitos ou glosados."

c.8) "Pagamentos com atraso no ano de 2004:

COMPETÊNCIA	EMIÇÃO AP	PAGAMENTO
Abril/2004	19/05/2004	24/05/2004
Maior/2004	14/06/2004	24/06/2004
Junho/2004	07/07/2004	14/07/2004
Julho/2004	05/08/2004	20/08/2004
Agosto	14/09/2004	Não paga ainda

As Autorizações de Pagamento são emitidas pelo Serviço de Logística após conferência pelos responsáveis pelo acompanhamento dos serviços, sendo as mesmas então encaminhadas ao Serviço Financeiro para pagamento. Em algumas ocasiões os atrasos ocorreram por falta de recursos financeiros, ou por tramitação interna dos documentos de aceite dos serviços e assinatura das Autorizações de Pagamento. A fatura de Agosto não foi paga ainda devido a um erro no valor por ocasião da emissão da fatura pela empresa, que foi sanado posteriormente com uma carta de correção."

d.1) "Portaria de designação do responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato: PORTARIA/INSS/Gex/POA/DADM Nº 48 de 02/04/03 (...). Foi providenciada cópia para inclusão no referido processo. Salienta-se que todas as portarias de designação de responsáveis da fiscalização dos contratos encontram-se devidamente arquivadas na Pasta de Portarias na Equipe de Manutenção de Contratos, juntamos a cópia da Portaria ao processo;"

d.2) "Informamos que por lapso a renovação do seguro garantia não foi efetuada, salientamos, entretanto que a empresa prestou os serviços objeto do contrato firmado, não ocasionando nenhum prejuízo financeiro à Instituição. Os valores por serviços não prestados foram glosados na época correspondente."

d.3) "Por lapso, foi emitida a Autorização de Pagamento com a Habilitação Parcial vencida, entretanto no momento da quitação a mesma encontrava-se atualizada, segundo informação do Chefe do Serviço de Orçamento Finanças e Contabilidade."

d.4) "O acompanhamento dos serviços é realizado diariamente por servidores designados por Portaria ou Chefes de APS, informando a qualidade dos serviços prestados, bem como descumprimentos contratuais para providências junto a empresa contratante, caso em que a empresa é advertida ou glosada."

d.5) "Realização de Pagamentos com atraso no ano de 2004:

COMPETÊNCIA	EMIÇÃO AP	PAGAMENTO
Janeiro/2004	04/02/2004	17/02/2004
Fevereiro/2004	03/03/2004	11/03/2004
Março/2004	02/04/2004	13/04/2004
Abril/2004	05/05/2004	13/05/2004
Mai/2004	03/06/2004	15/06/2004
Junho/2004	01/07/2004	14/07/2004
Julho/2004	03/08/2004	20/08/2004

As Autorizações de Pagamento são emitidas pelo Serviço de Logística, na época devida, após conferência e recebimentos das faturas pelos respectivos responsáveis pelo atesto das mesmas. Após todo o procedimento de conferência, aceite, assinaturas e demais procedimentos inerentes ao controle dos contratos, as mesmas são encaminhadas ao Serviço Financeiro para pagamento. Houve atraso no pagamento da fatura de Agosto, tendo em vista a nova sistemática de retenção do ISSQN (Prefeitura Municipal) que até então não havia ocorrido. Em algumas ocasiões os atrasos ocorreram por falta de recursos financeiros, ou por tramitação interna dos documentos de aceite dos serviços e assinatura das Autorizações de Pagamento."

e.1) "A primeira via da referida NF encontra-se devidamente atestada sob a guarda do Serviço Financeiro. Salienta-se que o atesto nas faturas é condição essencial à liquidação da despesa sem a qual o pagamento não haveria sido efetuado. Foi providenciada cópia da via arquivada no referido processo."

e.2) "As faturas são entregues pela empresa ao Serviço de Logística, pessoalmente, através do protocolo ou pelo serviço da EBCT. Quanto à emissão da Fatura, a responsabilidade é da empresa contratada, mas cumpre esclarecer que a mesma não poderia emitir fatura com data anterior ao término dos serviços, portanto há erro na data constante no verso da Nota Fiscal, pois a mesma não havia sido emitida naquela data."

e.3) "Pagamentos em atraso no ano de 2004:

COMPETÊNCIA	EMIÇÃO AP	PAGAMENTO
Janeiro/2004	04/02/04	12/03/04
Fevereiro/2004	03/03/04	12/03/04
Março/2004	02/04/04	13/04/04
Abril/2004	05/05/04	13/05/04
Maio/2004	02/06/04	16/06/04
Junho/2004	07/07/04	14/07/04
Julho/2004	03/08/04	16/08/04

As Autorizações de Pagamento são emitidas pelo Serviço de Logística, na época devida, após conferência e recebimentos das faturas pelos respectivos responsáveis pelo aceite dos serviços. Após todo o procedimento de conferência, aceite, assinaturas e demais procedimentos inerentes ao controle dos contratos, as mesmas são encaminhadas ao Serviço Financeiro para pagamento. Salientamos, ainda, que alguns pagamentos atrasaram por falta de recursos financeiros ou tramitações internas dos documentos."

f.1) "Esta Chefia assumiu em 26.11.2003, desconhecendo os motivos por não constarem nos autos a análise do setor jurídico."

f.2) "Esta Chefia assumiu em 26.11.2003, desconhecendo os motivos por não ter sido recolhida a caução."

f.3) "Pagamentos em atraso em 2004:

COMPETÊNCIA	EMIÇÃO AP	PAGAMENTO
Janeiro/2004	05/02/04	17/02/04
Fevereiro/2004	03/03/04	11/03/04
Março/2004	02/04/04	22/04/04
Abril/2004	05/05/04	13/05/04
Maio/2004	02/06/04	24/06/04
Junho/2004	01/07/04	14/07/04
Julho/2004	*	05/08/04 e 21/09/04

OBS.: * AP referente a julho foi devolvida pelo Serviço Financeiro em 17/09/04 para que fosse refeita com desconto do ISSQN conforme instrução recebida da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

As Autorizações de Pagamento são emitidas pelo Serviço de Logística, na época devida, após conferência e recebimentos das faturas pelos respectivos responsáveis pelo aceite dos serviços. Após todo o procedimento de conferência, aceite, assinaturas e demais procedimentos inerentes ao controle dos contratos, as mesmas são encaminhadas ao Serviço Financeiro para pagamento. Salientamos, ainda, que alguns pagamentos atrasaram por falta de recursos financeiros ou tramitações internas dos documentos."

g.1) "As faturas são entregues pela empresa ao Serviço de Logística, pessoalmente, através do protocolo ou pelo serviço da EBCT. Quanto à emissão da Fatura, a responsabilidade é da empresa contratada, mas cumpre esclarecer que a mesma não poderia emitir fatura com data anterior ao término dos serviços, portanto há erro na data constante no verso da Nota Fiscal, pois a mesma não havia sido emitida naquela data."

g.2) "Pagamentos em atraso em 2004:

COMPETÊNCIA	EMIÇÃO AP	PAGAMENTO
Abril/2004	05/05/2004	16/06/2004
Maior/2004	07/06/2004	24/06/2004
Junho/2004	01/07/2004	14/07/2004
Julho/2004	03/08/2004	16/08/2004

As Autorizações de Pagamento são emitidas pelo Serviço de Logística, na época devida, após conferência e recebimentos das faturas pelos respectivos responsáveis pelo aceite dos serviços. Após todo o procedimento de conferência, aceite, assinaturas e demais procedimentos inerentes ao controle dos contratos, as mesmas são encaminhadas ao Serviço Financeiro para pagamento. Salientamos, ainda, que alguns pagamentos atrasaram por falta de recursos financeiros ou tramitações internas dos documentos."

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
Gerente Executivo do INSS em Recife/PE em 2004		

AVALIAÇÃO DA SFC:

Verificamos a necessidade da observação ao que determina a legislação vigente, bem como as cláusulas contratuais avençadas, evitando, assim, a realização de pagamentos sem cobertura contratual, pagamentos em atraso e pagamentos sem a contraprestação dos serviços, de modo a regularizar os fatos apontados.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos à Entidade que observe fielmente o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como atente para o cumprimento das formalidades legais vigentes.

Não utilização dos terminais do PREVFácil.

A Entidade apresenta, em documento datado de 27/09/2004, resposta à SA nº 153692/001/2004/CGURS/PR, a respeito da utilização de equipamentos de auto-atendimento (PREVFácil) em uso na Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre. A Gerência possui 07 (sete) equipamentos locados junto à empresa Itaotec Informática S/A, disponibilizados às Agências da Previdência Social - APS Porto Alegre - Azenha em número de 02 (dois); APS Porto Alegre - Centro, 01 (um) equipamento; e APS Porto Alegre - Norte com 04 (quatro) equipamentos.

Todos os equipamentos encontram-se atualmente desativados em vista do vencimento do contrato de locação ocorrido em julho de 2004, aguardando remoção definitiva por parte do proprietário dos bens, conforme estipulado em contrato.

A Gerência Executiva não dispõe de dados estatísticos de uso dos equipamentos, mesmo porque tais dados não são disponibilizados via sistema. Para obtê-los é necessário encaminhar solicitação à Coordenação-Geral de Controladoria, em Brasília.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não constou justificativa do Gestor para os fatos apontados.

RESPONSÁVEL PONTENCIAL

Gerente Executivo do INSS em Recife/PE em 2004

AVALIAÇÃO DA SFC:

Verificamos que todos os equipamentos encontram-se atualmente desativados em vista do vencimento do contrato de locação ocorrido em julho de 2004 e que a Gerência Executiva não dispõe de dados estatísticos de uso dos equipamentos, mesmo porque tais dados não são disponibilizados via sistema. Dessa forma, constata-se que a situação é prejudicial aos beneficiários que utilizam o sistema.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos a regularização do contrato referente aos terminais de PREVIFácil, para que possam ser efetivamente utilizados pelos usuários em suas consultas, o que certamente levará a uma demanda mais direcionada quanto aos atendimentos realizados pelas APS.

Recomendamos, ainda, a disponibilização de relatórios gerenciais de utilização dos equipamentos, para monitoramento e acompanhamento, identificando os gargalos porventura existentes no uso dos terminais.

10.1.1.10 - INFORMAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM BELÉM/PA (RELATÓRIO Nº 153397)

- PROCESSOS LICITATÓRIOS - ANÁLISE DA EFICÁCIA E EFICIÊNCIA

Aumento do Preço de fretamento de barco em razão de mudança na forma de aferição do custo do serviço.

Desde o ano de 1997 a Gerência Executiva do INSS em Belém mantém o serviço de locação de barcos para atendimento da população ribeirinha.

No primeiro semestre de 2004, com o término do contrato anterior, foi realizada concorrência com o objetivo de fretar duas balsas de ferro auto propelidas para desenvolverem os serviços de PREVBARCO I e PREVBARCO II.

Foram abertos dois procedimentos licitatórios, sendo que em ambos os processos, a Planilha de Preços do Edital da Licitação divide o custo do serviço em fixo, onde o preço dos serviços é proporcional ao custo da embarcação, e variável, onde estão incluídos os gastos com a alimentação e com combustível.

Reproduzimos, a seguir, as duas planilhas de custo:

PREVBARCO I	
CUSTOS FIXOS	VALOR (R\$)
Depreciação	6.750,00
Fator de Remuneração do Capital	19.786,50

Salários e Encargos Sociais	10.298,32
Seguros	3.329,56
Manutenção e Reparos	6.000,00
TOTAL DO CUSTO FIXO	46.254,38
Taxa de Administração (10% sobre o valor fixo)	4.625,44
Lucro (10% sobre o valor fixo + taxa de adm)	5.087,98
Tributos	10.700,21
PREÇO MENSAL DO CUSTO FIXO	66.668,01
CUSTOS VARIÁVEIS	
Alimentação	2.904,00
Combustível	17.185,46
TOTAL DO CUSTO VARIÁVEL	20.089,46
Taxa de administração (10%)	2.008,95
Lucro	2.209,84
Tributos	4.647,37
PREÇO MENSAL DO CUSTO VARIÁVEL	28.955,62
CUSTO MENSAL ESTIMADO TOTAL	95.623,51

Na apuração desses custos, foi utilizado o valor de R\$ 1.800.000,00 como sendo o valor estimado do barco a ser contratado.

PREVBARCO II:

CUSTOS FIXOS	Valor Em R\$
Depreciação	3.750,00
Fator de Remuneração do Capital	11.042,50
Salários e Encargos Sociais	10.298,32
Seguros	1.996,23
Manutenção e Reparos	3.333,34
TOTAL DO CUSTO FIXO	30.420,39
Taxa de Administração (10% sobre o valor fixo)	3.042,04
Lucro (10% sobre o valor fixo + taxa de administração)	3.346,24
Tributos	7.037,27
PREÇO MENSAL DO CUSTO FIXO	43.845,94
CUSTOS VARIÁVEIS	
Alimentação	3.180,00
Combustível	19.786,86
TOTAL DO CUSTO VARIÁVEL	22.966,86
Taxa de administração (10%)	2.296,69
Lucro	2.526,36
Tributos	5.313,02
PREÇO MENSAL DO CUSTO VARIÁVEL	33.102,93
CUSTO MENSAL ESTIMADO TOTAL	76.948,94

Na apuração desses custos, foi utilizado o valor de R\$ 1.000.000,00 como sendo o valor estimado do barco a ser contratado.

Esses preços estão muito acima do valor praticado até maio de 2004, que importava em R\$ 41.622,53 mensais.

Em vista do aumento do preço dos serviços, fundamentado na planilha de custos integrante do Projeto Básico, solicitamos ao Gestor que:

- 1) Justificasse a contratação do mesmo serviço por um preço mais de 100% superior àqueles vigentes até maio de 2004.
- 2) Informasse a origem da planilha de custos e formação de preços constante no Projeto Básico dos Editais das Concorrências realizadas para locação das embarcações.

3) Informasse a fonte de consulta utilizada para aferir o valor do Investimento no cálculo do custo fixo, no Projeto Básico.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Gestor em sua justificativa argumentou:

"1) As embarcações atualmente contratadas são infinitamente superiores às embarcações que vinham prestando serviço a esta Gerência Executiva nos processos anteriores; sendo estas de maior porte, maior conforto e segurança aos usuários da embarcação, como também à clientela previdenciária. Enquanto que as embarcações locadas nos contratos anteriores, pelo próprio tempo decorrido, via de regra, vinham pondo em risco de vida a tripulação e os servidores desta Administração, pelo fato de possuírem pouca estabilidade náutica. E, por outro lado, levando-se em consideração os valores investidos nas embarcações anteriores, comparado aos valores investidos nas atuais, aqueles (anteriores) são bastante inferiores.

2) Objetivando a padronização dos serviços prestados pelos Prevbarcos existentes nesta região (NORTE) procuramos junto à Gerência Executiva de Manaus subsídios para a nova contratação, uma vez que não tínhamos parâmetros para mensurar os preços da mesma. E como aquela Gerência, em 2003, já havia realizado sua licitação com a finalidade de atender o PREVBARCO, utilizamos os elementos constantes da planilha de preços utilizada por aquela Gerência, cuja planilha, inclusive, fora submetida à apreciação da Coordenadoria Geral de Logística, e achada conforme, após análise da mesma. Como podemos perceber nos autos dos processos Prevbarco I e II, desta Gerência, as planilhas de preços também foram submetidas à apreciação daquela Coordenadoria Geral de Logística.

3) Para a obtenção do valor mensal da locação dos Prevbarcos há de se considerar o valor venal da embarcação, o salário e os encargos sociais da tripulação; o consumo de combustível e alimentação dos embarcados. Desta forma, utilizando-se dos elementos constantes na planilha de preços supramencionada, entendemos que, se utilizados os valores de R\$ 1.000.000,00 e R\$ 1.800.000,00, respectivamente, estar-se-ia contratando embarcações do mesmo porte das já contratadas pelo Estado vizinho e, ao mesmo tempo, ampliando a capacidade de atendimento da clientela previdenciária na Região. Quanto a questão do valor fixo, determinado por este serviço, baseou-se na depreciação da embarcação, no salário da tripulação, no custo mensal de remuneração do capital, que nada mais é do que o retorno do capital investido na embarcação; na manutenção e reparos e, por final, no seguro tanto do casco (embarcação) como dos servidores embarcados, visto que a embarcação contratada fica à

disposição exclusivamente do INSS. Logo, ao nosso entendimento, seria o mínimo que se poderia pagar a qualquer empresa que se candidatasse a prestar tais serviços visto que, determinados meses do ano poderá não ocorrer viagens em função de não haver dotação orçamentária disponível para pagamento de diárias para a locomoção dos servidores, como geralmente ocorre nos meses de janeiro, fevereiro e março. Neste caso, não havendo despesa com combustível e nem com a alimentação, a Administração pagará à Contratada apenas o valor fixo adotado.

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

Gerente Executivo do INSS em BELEM/PA em 2004

AVALIAÇÃO DA SFC:

O Gestor argumenta que a elevação do preço dos barcos deveu-se ao fato de que foram contratados novos barcos, maiores, mais seguros e confortáveis. Não foi possível comprovar essa afirmação, entretanto no Relatório da Viagem do PREVBARCO II, período de 27.7 a 20.8.2004, o servidor responsável pela embarcação faz referência ao novo barco como sendo menos veloz e confortável do que o anterior, conforme reproduzido, a seguir:

"....aumentou o tempo de navegação devido à lerdeza da nova embarcação. A embarcação anterior era mais veloz."

"...Em relação à nova estrutura de atendimento ao público dentro do PREVBARCO II, o espaço onde fica o cliente para receber atendimento, do outro lado do balcão ficou muito apertado e toda vez o cliente que está no primeiro balcão, ficou muito apertado"

Não acatamos a justificativa de que foram utilizados os elementos e dados da licitação anteriormente realizada na Gerência de Manaus por não haver parâmetros para mensurar os preços, já que há mais de 05 anos os serviços de fretamento de barco vinham sendo utilizados pela GEXBEL do INSS e nos processos de licitação anteriormente realizados não foram utilizadas Planilhas de Formação de Preços, sendo a estimativa de custos feita a partir de pesquisa de preços junto ao mercado local.

Questionamos a origem e a conformidade da planilha, pois não há comprovação de que as fórmulas utilizadas definem corretamente o preço dos serviços sem prejuízo à Administração, considerando-se o grande aumento de preço ocorrido em relação ao contrato anterior; a margem de lucro e de remuneração fixada em 10% elevada para nossa economia, e o valor da embarcação estimado em mais de R\$ 1.000.000,00.

Ademais, a parte variável foi calculada com base nos gastos com a alimentação de 12 pessoas e o custo do combustível

considerou a cota de 50 horas navegadas/mês, portanto, o valor relativo a essa parcela do custo deveria ser comprovado a cada pagamento, entretanto, o INSS fixou o preço no contrato com base nessa estimativa e vem efetuando mensalmente pagamento do valor correspondente.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística e à GEXBEL adotem providências para regularizar os pagamentos efetuados indevidamente, devido ao aumento não justificado adequadamente de 100% referente aos contratos de fretamento de embarcação para uso do INSS dos PREVBARCO I e II, bem como apurar responsabilidade dos responsáveis pelos fatos apontados neste item deste relatório.

- FORMALIZAÇÃO LEGAL

Falta de eficiência na contratação de serviços

A GEXBEL do INSS realizou, em 2003, licitação para selecionar empresa de vigilância patrimonial para prestar serviço nas unidades jurisdicionadas, tendo em vista que o contrato em vigor, realizado por dispensa de licitação, estava prestes a expirar.

A licitação foi do tipo Pregão e o Termo de Referência do Edital continha as seguintes especificações:

Escala de trabalho	Nº de Posto
12 horas diurnas -2ª a domingo, com câmera e vídeo.	02
12 horas noturnas de 2ª a domingo, com câmera e vídeo.	02
12 horas diurnas de 2ª a domingo	04
12 horas noturnas de 2ª a domingo	01
12 horas diurnas de 2ª a sexta	01
44 horas semanais (diurnas)	23
Vigilância eletrônica c/ monitoramento 24 horas.	27
Total	60

A empresa ELITE Serviços de Segurança foi a vencedora do Pregão com o preço de R\$ 71.508,06.

Em 1.9.2003, o Serviço de Logística resolveu firmar Termo Aditivo modificando os Postos de Trabalhos e as escalas, sob a fundamentação de que após verificação "in loco" das Agências, em particular dos imóveis Belém Guamá e Belém Presidente Vargas que teriam sofrido ação de vândalos, havia necessidade de fazer as seguintes alterações: substituir os postos de 44 horas semanais de segunda a sexta-feira para posto de 12x36 diurno de segunda a domingo e tornar postos de 12X 36 noturno de segunda a domingo, os dois imóveis citados anteriormente.

A modificação acresceu em 22% o preço do contrato, que passou a ser de R\$ 87.280,16.

Apesar de a alteração estar dentro do limite previsto pela Lei Nº 8.666/93, questionamos o Gestor a respeito das mudanças, tendo em vista tratar-se de atividade rotineira, portanto previsível. Além disso, na fase de impugnação do Pregão a empresa D. Rocha havia apontado algumas dessas falhas, não sendo atendida quando solicitou que fossem efetuadas mudanças nos postos dos imóveis Belém Guamá e Belém Presidente Vargas.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Gestor assim se pronunciou:

"Com o fito de aumentar a segurança nos posto onde funcionava os postos de vigilância com escala de 44 horas diurnas, de segunda a sexta-feira, escala esta que compreendia apenas um vigilante em cada posto, num quantitativo de 23 (vinte e três postos), verificava-se que como a escala de trabalho seria em média de oito horas diárias, acionando-se a vigilância eletrônica a partir das 16 (dezesseis) horas, tais mecanismos traziam sérios problemas para os chefes de unidade, que a partir desse horário continuavam com os postos abertos, sem a presença humana que de certa forma trazia insegurança tanto a clientela como aos servidores, cuja jornada de trabalho terminaria às 18.00 h, esticando-se muitas vezes até às 19.00 h, verificando-se que este tipo de escala não estava se adequando à jornada de trabalho dos referidos postos, na opinião da nova gestão, a solução para o impasse seria a utilização dos postos de vigilância 12 horas diurnas na escala 12X36 de segunda a sexta-feira e desta feita não haveria interrupção dos serviços, acionando-se a vigilância eletrônica somente a partir das 19 horas. Por outro lado, face a ação de vândalos nos imóveis Belém Guamá e Belém Presidente Vargas, acrescentamos aos respectivos imóveis 02 (dois) postos noturnos em escala de 12X36 de segunda a domingo, objetivando a repressão de tal ação, posto que nos referidos imóveis funcionava a vigilância eletrônica 24 horas."

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

Gerente Executivo do INSS em BELEM-PA em 2004

AValiação DA SFC:

A justificativa apresentada demonstra ineficiência no levantamento de dados para elaboração do Edital de Licitação, pois os problemas relatados já deveriam ser do conhecimento da área de logística à época.

Verificamos que no último contrato celebrado em 2002, por dispensa de licitação, a especificação dos postos de trabalho

difere bastante daqueles do Pregão realizado em 2003, conforme quadro comparativo a seguir:

Contrato firmado em 2002/Dispensa de Licitação:

Escala de trabalho	Nº de Posto
12 horas diurnas de 2ª a domingo	19
12 horas noturnas de 2ª a domingo	19
12 horas diurnas de 2ª a 6ª em dias úteis	13
Posto de Segurança Eletrônica	16
Total	57

Preço do Contrato firmado com a empresa D.ROCHA Serviços de Vigilância Ltda: R\$ 129.611,27.

Contrato firmado em 2003/Pregão:

Escala de trabalho	Nº de Postos
12 horas diurnas de 2ª a domingo, com câmara e vídeo,	02
12 horas noturnas de 2ª a domingo, com câmara e vídeo	02
12 horas diurnas de 2ª a domingo	04
12 horas noturnas de 2ª a domingo	01
12 horas diurnas de 2ª a sexta	01
44 horas semanais (diurnas)	23
Vigilância eletrônica c/ monitoramento 24 horas.	27
Total	60

Preço do Serviço- Inicialmente R\$ 71.580,06. Após Aditivo: R\$ 87.280,16.

A análise do custo do serviço de vigilância na GEXBEL do INSS na Unidade nos últimos quatro anos evidencia significativa diferença nos preços praticados nos anos anteriores em relação ao atual contrato:

ANO	LICITAÇÃO	EMPRESA	VALOR MENSAL
2001	Tomada de Preço/94	SERVINORTE	57.559,04
2001 (Até fev)	Concorrência/95	TIMIBIRA SERV VIGILÂNCIA	84.234,40
2001	Dispensa de Licitação	SERVINORTE	104.698,70
2002	Dispensa de licitação	SERVINORTE	110.072,30
2003(dez)	Dispensa de Licitação	D ROCHA	118.891,27
2003(jan a jul)	Dispensa de Licitação	D ROCHA	115.354,03
2003/2004	Pregão	ELITE SERV VIGILÂNCIA	71.508,06

Verifica-se, assim, que nos processos de dispensa de licitação o custo dos serviços de vigilância é mais de 30% superior ao da proposta vencedora do Pregão realizado em 2003.

Apesar da significativa redução de preços decorrente da realização de processo de licitação na modalidade Pregão, a falta de eficiência na especificação dos postos de trabalho terminou por onerar em 22% o último contrato celebrado.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos à GEXBEL do INSS que na contratação de serviços atente ao disposto no Artigo 2º e da Lei nº 8.666/93, que determina que as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, sejam necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas naquela Lei.

- CONTRATOS SEM LICITAÇÃO

Celebração de contrato emergencial sem embasamento legal.

A GXBEL do INSS no Processo de Dispensa de Licitação nº 05/2004 contratou por dispensa de licitação a empresa SINETEL ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. para prestação de serviço de manutenção predial, baseado no inciso IV, do Artigo 24, da Lei nº 8.666/93.

Segundo a justificativa, assinada pelo Engenheiro do Órgão - Evaristo Porfírio Queiroz Neto, a situação de emergência estaria configurada na necessidade imediata de realização de serviços de reparos e manutenção nas Agências do INSS da jurisdição. Para corroborar essa afirmação relata a condição física das Agências que necessitariam de reparo urgente, enumerando, hipoteticamente, as situações graves que poderiam ocorrer se não houvesse a imediata contratação de empresa de manutenção.

Argumenta, ainda, que o processo de licitação estaria em tramitação há mais de 300 dias, faltando ainda no mínimo mais dois meses para a conclusão do Processo.

Finaliza, solicitando a contratação do serviço de manutenção predial, pelo período de 180 dias, em caráter emergencial, afirmando que a situação identificava-se com todos os pré-requisitos exigidos na interpretação dos dispositivos legais pertinentes, estando perfeitamente amparada pela Lei 8.666/93.

Considerando que não ficou caracterizada a emergência que justificasse a contratação com base no inciso IV, do Artigo 24, da Lei Nº 8.666/93 solicitamos ao Gestor que justificasse a ocorrência.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Gestor assim se manifestou:

"A caracterização da situação de emergência para contratar a manutenção predial da Unidade do INSS-Gerência Executiva/Belém está perfeitamente caracterizada em Relatório Técnico que constitui as fls. 36 a 43 do Processo 35166.000517/04-33, (...)".

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

AVALIAÇÃO DA SFC:

Conforme relatado em outro item deste Relatório, o Setor de logística da GEXBEL do INSS também contratou serviço de vigilância por dispensa de licitação com base no mesmo argumento de emergência.

Reproduzimos, a seguir, o entendimento do Tribunal de Contas da União a respeito da contratação direta, baseada no argumento da urgência e/ou emergência:

"Questões envolvendo dispensa de certame licitatório em situações de emergência ou calamidade já foram alvo de deliberações por parte desta Corte, a saber: Decisão 347/94 (Plenário), Acórdão 300/95 (2ª Câmara), Decisão 820/96 (Plenário), Acórdãos Sigilosos 172/97, 173/97 e 174/97 (Plenário), Decisão Sigilosa 459/97 (Plenário). Tais deliberações convergem ao entendimento de que a situação emergencial ou calamitosa que legitima a dispensa de licitação é aquela cuja ocorrência refuja às possibilidades normais de prevenção por parte da Administração, ou seja, a que não possa ser imputada em razão da desídia administrativa, da falta de planejamento ou da má gestão dos recursos disponíveis.

5. Das deliberações citadas, cabe destacar a Decisão 347/94-TCU-Plenário, de caráter normativo, que, além de ter firmado o entendimento acima exposto, ainda relaciona outros pressupostos para a dispensa de licitação preconizada pelo inciso IV, artigo 24, da Lei nº 8.666/93. Consoante a mencionada Decisão, é preciso que se configurem ainda a urgência do atendimento à situação calamitosa, ou de emergência, e o risco advindo daquela situação; necessário se faz também que a contratação direta se mostre o meio adequado, efetivo e eficiente para afastar tal risco."

No caso em análise, não há o preenchimento dos pressupostos necessários para caracterizar a emergência, posto que os serviços listados contemplavam reparos nas instalações físicas das Agências, que estavam deterioradas em virtude da falta de manutenção, fato que já era do conhecimento da Administração. Ademais, não restou caracterizado risco iminente, que tivesse de ser corrigido de imediato.

Esse entendimento, inclusive, está exarado no Parecer da Procuradoria Jurídica do Órgão, que, embora tenha autorizado a dispensa, ressaltou que o caso não se enquadrava no Inciso IV do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos a GEXBEL do INSS que não promova contratações sem o devido processo de licitação, baseado no Inciso IV do Artigo 24 da Lei Nº 8.666/93, sem que fique caracterizada a real emergência da situação, bem como adote providência para apurar responsabilidade pela ausência de celeridade na execução do processo licitatório que está há mais de 300 dias para sua realização que culminou na contratação emergencial sem amparo legal.

- PAGAMENTOS CONTRATUAIS

Pagamento de serviços em desacordo com o pactuado.

O INSS mantém contrato de prestação de serviços de manutenção de veículos celebrado com a empresa JJ de Souza e Cia Ltda.

A Cláusula Terceira do Contrato estipula que o custo das peças de reposição utilizadas devem ser baseadas na tabela de preços sugeridos pelos fabricantes das peças e o tempo gasto nos serviços executados devem ter como parâmetro o tempo previsto no manual de serviços fornecidos pelas montadoras.

Analisando os pagamentos dos serviços efetuados, constatamos que a contratada não está procedendo de acordo com o pactuado, tendo em vista que na cobrança dos serviços a empresa emite Nota fiscal pelo custo total (mão de obra e peças) anexando planilha detalhando o preço das peças utilizadas e o custo da mão-de-obra calculado a partir do tempo gasto para execução do serviço ao custo de R\$ 16,80 a hora.

Não há comprovação de que o custo das peças teve origem na tabela dos fabricantes e nem que o tempo estimado é aquele previsto no manual das montadoras, além disso, há indícios de que o tempo gasto na execução dos serviços está superestimado, a exemplo do serviço de lavagem geral de um carro e a troca de um pneu que teria durado 06 horas perfazendo o custo de R\$100,80.

Solicitamos ao Gerente justificativas a respeito desses fatos.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Gestor informou:

1) O pagamento de peças de reposição está sendo realizado mediante comparação dos preços apresentados com os preços de mercado, pelos motivos apresentados no Ofício 001, emitido pela empresa contratada em 5.7.2004. (No Ofício a empresa informa que está com dificuldade de obter o catálogo de peças e solicita que os preços das peças sejam

consultados no mercado local e o tempo médio dos serviços seja calculado em aproximação).

2) "...Temos utilizado o cálculo (do tempo gasto na execução dos serviços) por aproximação.

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

CPF	NOME	CARGO
Gerente Executivo do INSS em BELEM/PA em 2004		

AVALIAÇÃO DA SFC:

A justificativa apresentada evidencia que a cobrança do custo dos serviços e das peças não está sendo feita de acordo com o pactuado.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos ao Gestor que no pagamento dos serviços exija da empresa que cumpra o estipulado na Cláusula Terceira do Contrato, bem como adotar providências para regularizar os pagamentos efetuados a maior indevidamente, de modo a obedecer o previsto nos Artigos 66 e 67 da Lei 8.666/93:

"Art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta lei, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes."

- INSPEÇÃO FÍSICA DA EXECUÇÃO

Falta de fiscalização do contrato de assistência técnica - PREVFácil.

De acordo com informações colhidas junto aos servidores do órgão, a locação dos equipamentos foi feita diretamente pela Órgão Central do INSS, em Brasília estando o contrato prestes a expirar. A instalação e manutenção desses equipamentos seria competência da

DATAPREV, cabendo à Gerencia Executiva de Belém apenas atestar a fatura de prestação de serviços.

Devido a falta de informações, não foi possível identificar o servidor responsável pela fiscalização do contrato.

A fim de verificar a situação dos terminais PREVFácil, visitamos 03 agências localizadas na capital- APS Marco, APS S.Braz e APS Icoaraci, constatamos o seguinte quadro:

AGÊNCIA	PREVFÁCIL	SITUAÇÃO
APS MARCO	02	Não funcionam
APS S.BRAZ	02	Só 01 funcionando
APS ICOARACI	01	Não funciona

Segundo foi informado pelos servidores responsáveis pelas Agências, os equipamentos estão com defeito há mais de 02 meses, sendo que os da Agência do Marco estão parados há mais de 06 meses. A DATAPREV foi acionada, entretanto não conseguiu sanar o problema.

Em contato telefônico, o Gerente da DATAPREV em Belém confirmou as informações a respeito da situação dos terminais, ressaltando que nem todos os terminais seriam locados, pois o INSS seria proprietário de alguns desses equipamentos. Informou, ainda, que a própria DATAPREV tem sentido grande dificuldade em prestar qualquer atendimento técnico em caso de problemas operacionais nos PREVFácil, pois a responsável pela manutenção dos terminais seria a empresa TECNOCOOP, contratada via Direção Geral do INSS, sendo que a DATAPREV seria mera intermediária entre essa firma e o INSS.

A falta de informações a respeito da manutenção dos terminais de consulta atestam mais uma vez falha nos controles internos do Órgão e indicam que o Órgão Central pode estar pagando por um serviço que não está sendo prestado.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

O Gestor não respondeu à Solicitação de Auditoria nº 12/2004.

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
Gerente Executivo do INSS em BELEM/PA em 2004		

AVALIAÇÃO DA SFC:

Verificamos que os equipamentos se encontram desativados, sem manutenção. Portanto, entendemos que a Gerência Executiva deverá adotar providências para regularizar a questão, já que a situação é prejudicial aos beneficiários que utilizam o sistema.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos à GEXBEL do INSS que fiscalize de modo mais eficiente a execução do contrato de manutenção dos terminais de consulta, cobrando da empresa responsável que cumpra o termo contratual, conforme previsto nos artigos 66 e 67 da Lei nº 8.666/93:

Art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

10.1.1.11 - INFORMAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM PALMAS/TO (RELATÓRIO Nº 1534020)

- FORMALIZAÇÃO LEGAL

Na área da Gestão do Suprimento de Bens e Serviços, foram analisados os processos licitatórios e contratos de prestação de serviços de natureza continuada (limpeza e conservação, vigilância e manutenção predial) com vistas a verificação da regularidade de procedimentos em todas as etapas.

Pagamento de encargos sem a efetiva contraprestação.

A GEX/Palmas realizou o Pregão nº 01/2002 para aquisição de serviços de vigilância desarmada e eletrônica, para atendimento

da Gerência e APS subordinadas, onde especifica a necessidade de 10 postos de trabalho para turnos de 12x36 horas e vigilância eletrônica para o período noturno, finais de semana e feriados e estima um custo mensal de R\$ 1.244,95 por posto de trabalho e um custo anual de R\$ 149.394,02, utilizando-se dos parâmetros estabelecidos pela Portaria MARE nº 18/97.

Quando da realização da licitação, compareceram três empresas, sendo que somente duas ofertaram lances e a proposta considerada vencedora - MASTER VIGILÂNCIA - apresentou valor mensal de R\$ 1.954,40 e anual de R\$ 234.528,00, significando um acréscimo percentual de 56,98% em relação ao valor orçado pela Gerência Executiva de Palmas - TO. Como resposta a questionamento da Administração para tal acréscimo, a empresa argumenta alteração de preços do posto de trabalho em razão de dissídio coletivo da categoria - (R\$ 406,00 para R\$ 442,54 - variação de 9%), alegação acatada pelo Gestor para homologação e adjudicação do objeto (Ata 05out2002).

Verificamos, porém, que não houve revisão dos cálculos para atestar o real impacto do aumento com base nessa variação que, sendo feito, resultaria em gasto mensal adicional de aproximadamente 10% do previsto no projeto básico/edital. Da análise da planilha de custos, constatamos que a empresa incluiu, indevidamente, em sua composição de preços, o item horas-extras (não aplicável a turno de trabalho de 12x36 horas, conforme proposta e edital), onerando, em cascata, todos os valores vinculados (encargos; despesas administrativas; lucratividade; etc.), conforme quadro demonstrativo abaixo:

Comparativos de Preços -				Diferenças Apuradas		
Item - IN MARE 18/97	Orçado	Licitante Vencedor	Nosso Calculo	Orç / prop	Orc / CGU	LIC/CGU
Salário Vigente	406,00	442,54	442,54	36,54	36,54	0,00
Horas Extras	0,00	265,52	0,00	265,52	0,00	-265,52
Reserva Técnica (10%)	40,60	67,27	42,25	26,67	1,65	-25,02
Subtotal	446,60	775,33	484,79	328,73	38,19	-290,54
Encargos Sociais (82%)	366,21	620,32	397,53	254,11	31,32	-222,79
Insumos	197,40	122,75	197,40	-74,65	0,00	74,65
Subtotal	1010,21	1518,40	1079,72	508,19	69,51	-438,68
Despesas Administrativas (2%)	20,20	94,14	21,59	73,94	1,39	-72,55
Lucratividade (3%)	30,91	91,10	32,39	60,19	1,48	-58,06
Subtotal	1061,32	1703,64	1133,70	642,32	72,38	-569,29
Tributos (1 - 14,75 = 85,25%)	0,8525	0,8717	0,8525	0,00	0,00	0,00
Totais	1.244,95	1.954,40	1.329,85	-709,45	84,90	-623,78
Nº Postos	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
Total	12.449,50	19.544,00	13.298,53	7.094,50	849,00	-6.237,80
Período do Contrato	12	12	12	12	12	12
Total anual	149.394,01	234.528,00	159.582,39	85.134,00	10.188,00	-74.945,98

A inclusão, pela empresa, do item horas-extras, não previsto em edital, gerou um acréscimo de R\$ 7.094,50 mensais, quando deveria representar somente R\$ 849,00 mensais. Esse procedimento impôs um diferencial de R\$ 85.134,00 entre o preço anual do vencedor e o previsto no edital, o que, certamente, seria elemento motivador da não homologação do pregão e, posteriormente, da reabertura de novo processo licitatório. Cabe ressaltar que em todas as folhas de pagamento de vigilantes analisadas não foi evidenciado o pagamento de horas-extras.

Constatamos também que, posteriormente o turno da vigilância desarmada foi modificado de 12x36 para 8 horas diárias (44 semanais) e acrescido de 01 hora-extra, inadequado para a realidade da Gerência, gerando nova planilha por parte da empresa, levando o posto de trabalho a custo final de R\$ 1.449,16, agravado pelo acréscimo de R\$ 378,76 para cobrir o aumento das horas de vigilância eletrônica. Esse valor ainda seria superior ao projetado (isento de horas-extras) para o turno de 12x36, R\$ 1.329,85 conforme demonstrado acima.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não foram prestadas justificativas pelo Gestor.

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

Gerente Executivo do INSS em PALMAS/TO em 2004

AValiação DA SFC:

Tendo em vista que não foram apresentadas justificativas pelo Gestor, entendemos que o mesmo deverá adotar providências para a regularização da questão.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que sejam apurados os valores pagos a maior que deverão ser objeto de ressarcimento. Para novas licitações, as variações significativas devem ser cuidadosamente analisadas, se necessário, em conjunto com os funcionários responsáveis pela elaboração do projeto básico, para evitar repetição de fatos semelhantes.

- Modalidade de licitação

A modalidade e o tipo de licitações adotadas pela Gerência para contratação de serviços de terceiros (vigilância, limpeza e manutenção predial) foram adequados, respeitando as determinações da Lei nº 8.666/93.

- Minutas de editais, contratos e aditivos

Os procedimentos para aquisição de serviços foram precedidos da elaboração de minutas de editais, contratos e aditivos, os quais foram objeto de parecer do setor jurídico.

- FISCALIZAÇÃO INTERNA

Os serviços de terceiros - vigilância, conservação e manutenção - são devidamente atestados pela supervisão do setor de logística, com emissão de relatórios e ateste dos serviços executados e listas de presença dos funcionários, os quais estão ou compondo os processos ou arquivados no setor de logística.

- ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Repactuação do contrato sem comprovação efetiva do aumento dos custos

Os contratos de Vigilância e Limpeza, não obstante tenham seus valores comparados anualmente com portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para atestação de limites máximos, não foram, quando da prorrogação de sua vigência e/ou repactuação de preços, objeto de pesquisa de mercado pelos gestores do contrato. A Gerência, com base no artigo 65 da Lei 8666/93 e parecer do setor jurídico e do fiscal do contrato, efetuou a renovação dos contratos mediante consulta as empresas contratadas e aceitação das planilhas apresentadas. Isto em desatenção ao artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93: "Somente se permitindo prorrogação de contratos de prestação de serviços executados de forma contínua por iguais e sucessivos períodos, desde que sejam obtidos preços e condições mais vantajosas para a Administração". (DECISÃO nº 473/1999 - PLENÁRIO - TCU).

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

CPF	NOME	CARGO
Gerente Executivo do INSS em PALMAS/TO em 2004		

AVALIAÇÃO DA SFC:

Quando da solicitação de repactuação dos preços, deverão ser observadas e analisadas as planilhas apresentadas, de modo a confirmar o efetivo aumento dos custos.

RECOMENDAÇÃO:

Efetuar pesquisa de mercado junto a empresas do ramo para aferir custo de oportunidade (renovação x nova licitação), havendo posteriormente sua confrontação com os valores fornecidos pela IN/MARE nº 18/97.

10.1.1.12 - INFORMAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM NATAL/RN (RELATÓRIO Nº 153404)

- PROCESSOS LICITATÓRIOS - FORMALIZAÇÃO LEGAL

Do exame a que se procedeu nos processos licitatórios, relativos às contratações de serviços de limpeza e conservação, vigilância, manutenção predial e de serviços reprográficos, verificou-se que não constam dos mesmos, a indicação da fonte de pesquisa de mercado e os parâmetros utilizados pela Gerência, para o estabelecimento da estimativa de preços, impossibilitando, desta forma, confirmar o atendimento ao que dispõem os artigos 15, inciso III, e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

- FISCALIZAÇÃO INTERNA

Por meio da Portaria INSS/GEXNAT Nº 047, de 23/06/2004, a Gerência Regional, em cumprimento ao Art. 67, da Lei nº 8.666/93, designou servidores para atuarem como co-gestores dos contratos de serviços continuados no âmbito da Gerência Regional do INSS em Natal/RN, celebrados e mantidos em 2004, cabendo-lhes a atribuição de atestar nas notas fiscais/faturas a execução dos respectivos serviços.

Entretanto, conforme comentado no item específico "Inspeções Físicas" deste relatório, não se evidenciou registros formais de suas atuações, durante as execuções dos respectivos instrumentos.

- INSPEÇÃO FÍSICA DA EXECUÇÃO

Com base nos controles existentes na Seção de Logística da GEXNAT, verificou-se, que por meio do processo nº 35238.001042/04-43, foi formalizada a DL nº 17, de 19.4.2004, em caráter emergencial, visando a contratação direta da empresa L.S. Projetos e Serviços Ltda., CNPJ Nº 70.315.650/0001-01, para a construção de uma mureta de proteção do terraço do 2º pavimento do prédio onde funciona a APS Ribeira do INSS/RN, pelo valor de R\$ 10.979,36(dez mil, novecentos e setenta e nove reais, e trinta e seis centavos). No entanto, não tivemos acesso ao referido processo, por encontrar-se em análise na Direção Central do Instituto/Coordenadoria Geral de Logística, em Brasília-DF.

Não obstante este impedimento, foram disponibilizadas cópias da planilha orçamentária, especificações técnicas, nota de crédito nº 20004NC004783, nota de crédito nº 2004NC005530, nota de empenho nº 2004NE900193, despacho de encaminhamento do processo de 14.9.2004 e histórico de documento, que trata da tramitação da dispensa de licitação, extraído do Sistema Informatizado de Protocolo da Previdência Social - SIPPS, posição 24.9.2004.

Do exame a que se procedeu em tais documentos, verificou-se que quando convocada para a celebração do instrumento de

contrato, a referida empresa negou-se a assiná-lo, alegando que sua proposta encontrava-se fora de validade, desde 29.5.2004. Após ponderações da GEXNAT, a proponente reconsiderou sua posição e manteve sua proposta, desde que fosse tratada com o acréscimo do valor condizente ao item planta- forma/segurança.

Assim procedendo, conforme consta no mencionado despacho de encaminhamento à Coordenação Geral de Logística, em Brasília-DF, pela Seção de Logística, "... no afã de compormos os serviços integrantes do orçamento proveniente do levantamento técnico e suas especificações, não contemplamos a necessidade em promovermos o lançamento de bandejas, como também isolamento a base de tapumes, além de escoramento metálico. Do que decorre uma inevitável recomposição do valor inicialmente previsto para tal.", a GEXNAT concluiu ser prudente o acréscimo ao valor inicialmente empenhado do adicional no valor de R\$ 3.288,54 (três mil, duzentos e oitenta e oito reais, e cinquenta e quatro centavos).

Com relação à composição dos preços constantes da planilha orçamentária - reforma nas instalações APS/RIBEIRA/RN, verificou-se que os mesmos se encontram dentro da média de mercado, conforme comparativos de preços com a tabela Pini.

No que se refere à situação emergencial da contratação, vale destacar que esta ficou descaracterizada, uma vez que, decorridos 6 meses (abril a outubro de 2004) da formalização da dispensa, a obra ainda não foi iniciada.

Pagamentos indevidos de serviços e ausência de registros das ocorrências pela fiscalização dos contratos de prestação de continuada.

Da inspeção física realizada nos contratos de prestação de serviços de forma continuado, selecionados para amostragem, verificou-se a ausência de registros próprios das ocorrências pelos representantes da Administração responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos mesmos, impossibilitando, dessa forma, a comparação dos elementos físicos da execução com as especificações do objeto contratual, caracterizando descumprimento ao disposto no § 1º, Art. 67, da Lei nº 8666/93.

Dentre os contratos selecionados, destacaram-se, a seguir, as análises relativas às contratações dos serviços de limpeza e conservação, vigilância e de manutenção predial, quais sejam:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO:

PROCESSO: 35232.002259/99-31

LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 09/1999

CONTRATO/Nº: 09, de 14/12/1999.

FAVORECIDO: R.H. SERVICE - Terceirização em Recursos Humanos e Representação Comercial Ltda.

CPJ/MF N°: 02.155.009/0001-05

VALOR MENSAL: R\$ 44.106,24

ADITAMENTO(S): 7(sete)

PAGAMENTO NO PERÍODO: R\$ 308.743,68

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

Examinada a composição unitária das planilhas de custos, verificou-se o preço unitário pago mensalmente de R\$ 1,364(áreas de piso interno), R\$ 0,683(área piso externo), R\$ 0,313(esquadria externa, face interna e externa) e R\$ 0,066(fachada envidraçada, face externa), sendo, portanto, inferior ao limite máximo de estabelecido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

Entretanto, evidenciou-se a diferença a maior de 230,54m² verificada entre os quantitativos das áreas de piso externo, apuradas com base no Quinto Termo Aditivo/2002 (11.811,11m²) e na Planilha de Custos e Formação de Preços (12.041,65m²). Outro aspecto evidenciado diz respeito ao fato de não ter sido considerada, para fins de cálculo dos preços dos serviços de limpeza e conservação, a área de piso externo de 321,54m², relativa à APS de Santa Cruz.

Diante dos fatos evidenciados anteriormente, apurou-se a diferença a maior de R\$ 163,34 (cento e sessenta e três reais, e trinta e quatro centavos), verificada entre os valores que compõem o montante mensal acertado e pago à empresa R.H. SERVICE - Terceirização em Recursos Humanos e Representação Comercial Ltda., pela prestação dos serviços de limpeza e conservação, conforme demonstrado a seguir:

SITUAÇÕES ÁREAS DE PISOS ESQUA.EXT. FACH/ENVI. (R\$)

INT EXT FACE INT/EXT FACE EXT

Preço mensal unitário 1,364 0,683 0,313 0,066 -

Demonst.GEXNAT 33.567,65 8.215,08 2.323,51 0,00 44.106,24

Quinto TA 33.556,72 8.066,99 2.319,19 0,00 43.942,90

DIF. A MAIOR 10,93 148,09 4,32 0,00 163,34

Além do comentado anteriormente, verificou-se também que não foi descontado, dos pagamentos efetuados à empresa R.H. SERVICE, o valor correspondente à redução de 4 (quatro) empregados, sem a devida substituição de mão-de-obra, ocorridas no mês de junho/2004 nas Agências de Previdência Social de Nazaré e da Ribeira, em Natal/RN, conforme comunicações datadas de 03 e 17/06/2004, respectivamente.

Quanto à distribuição e localização dos empregados, o contingente está de acordo com o quantitativo de empregados cobrados nas notas fiscais e faturas apresentadas pela empresa.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL CONVENCIONAL:

PROCESSO: 35232.000535/04-75.
LICITAÇÃO: Pregão nº 04/2004.
CONTRATO/Nº: 02, de 06/05/2004.
FAVORECIDO: Nordeste Segurança de Valores do Rio Grande do Norte Ltda. CNPJ/Nº: 00.618.649/0001-70
VALOR MENSAL: R\$ 72.600,70
ADITAMENTO(S): Não.
PAGAMENTO NO PERÍODO: R\$ 202.903,95
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

Examinada a composição unitária das planilhas de custos, verificou-se que os preços mensais unitários ficaram abaixo do limite máximo estabelecido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, quais sejam: os valores de R\$ 2.673,20, para os postos de 12x36 diurnas desarmada 2ª a dom. e feriado; R\$ 3.248,55, para os postos de 12x36 noturna desarmada 2ª a dom. e feriado; R\$ 3.252,55, para os postos de 12x36 noturna armada 2ª a dom. e feriados; e R\$ 1.337,52, para os postos de 5x2 diurnas desarmada 2ª A 6ª - 6 horas, estando a quantidade de postos de vigilância existentes e o contingente disponibilizado, de acordo com o estabelecido no contrato e nas notas fiscais cobradas pela empresa, conforme demonstrado (...).

Entretanto, verificou-se a ausência do registro das inspeções realizadas nos postos de vigilância, no mínimo uma vez por semana, em dias e períodos diurno e noturno, e os relatórios mensais de ocorrências, conforme estabelecido na Cláusula Décima - Das Obrigações e Responsabilidades das Partes, I - Da Contratada, itens 13 e 14 do contrato em comento, o que caracteriza descumprimento de cláusula contratual.

EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL:
PROCESSO: 35232.002102/03-28
LICITAÇÃO: Concorrência nº 01, de 18/11/2003.
CONTRATO/Nº: 04, de 24/12/2003.
FAVORECIDO: LS PROJETOS E SERVIÇOS LTDA.
CNPJ/Nº: 70.315.650/0001-01
VALOR MENSAL: R\$ 11.525,29
ADITAMENTO(S): Não.
PAGAMENTO NO PERÍODO: R\$ 94.273,50
VIGÊNCIA: 1(um) ano, contado a partir da sua assinatura, podendo se prorrogada de acordo com o disposto no inciso II do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

Por meio do processo em referência foi realizada a concorrência nº 01, em 18.11.2003, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para executar serviços de manutenção predial de caráter preventivo e corretivo, com cobertura de risco, e manutenção predial contra apresentação de orçamento (serviços a preços de mercado), sem cobertura de risco, nos prédios de

propriedade e uso do Instituto, situados na área de abrangência da GEXNAT em Natal.

A realização da licitação em comento, deu-se em atendimento ao contido no Memorando Circular nº 59/DGPIM/CAP/CGLOG/INSS, de 03/07/2003, que disciplina os procedimentos para a contratação de manutenção predial nos prédios de uso do INSS, tendo como justificativa da contratação a:

a) indisponibilidade de mão-de-obra especializada, equipamentos, ferramental e material ou pouca agilidade para mobilização dos mesmos;

b) deficiência das ações de manutenção, preventiva e corretiva, em função da descontinuidade provocada pelo acionamento da máquina burocrática na contratação de serviços ou aquisição de material; e

c) a contratação de serviços de forma continuada proporcionará a consolidação do gerenciamento dos serviços de manutenção predial.

As minutas do edital e do contrato foram analisadas e aprovadas pela Seção de Consultoria da Procuradoria Regional, em atendimento ao disposto no parágrafo único do Art. 38 da Lei nº 8.666/93. Os procedimentos licitatórios transcorreram em conformidade com os parâmetros da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, sagrando-se vencedora do certame a empresa L.S. Projetos e Serviços Ltda., por ter oferecido o menor preço mensal, de R\$ 14.982,87 (quatorze mil, novecentos e oitenta e dois reais, e oitenta e sete centavos), conforme ato de homologação, publicado no BSL nº 47, de 24.12.2003.

Em 24.12.2003, foi celebrado o contrato nº 04, publicado no DOU de 29.12.2003, no valor global máximo de R\$ 179.794,46 (cento e setenta e nove mil, setecentos e noventa e quatro reais, e quarenta e seis centavos), sob a forma de execução indireta no regime de empreitada por preço global, admitindo-se sua repactuação, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data da proposta ou da data do orçamento a que se referir ou da data da última repactuação, na forma prevista no item 7 da IN/MARE nº 18/1997, não sendo admitido o reajustamento de preços vinculados a qualquer índice geral ou setorial ou que reflita a variação de custos, com prazo de vigência de 1 (um) ano, contado a partir da sua assinatura, podendo se prorrogada de acordo com o disposto no inciso II do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

Sobre a entrega dos serviços e do recebimento do objeto contratual, conforme comentado anteriormente, não foi possível verificar a sua execução, em razão do responsável pelo acompanhamento e fiscalização não registrar em modelo próprio as ocorrências verificadas, bem como se foi obedecida a periodicidade prevista nas Rotinas Básicas de Manutenção Predial, com cobertura de risco, estabelecidas no Anexo III do edital.

Além das situações mencionadas anteriormente, também ficou prejudicada a verificação da composição dos serviços executados, constantes das notas fiscais apresentadas pela empresa, e se a formação dos preços unitários segue a Tabela Pini, uma vez que não são identificados nos relatórios de descrição de atividades, os preços unitários dos materiais e serviços executados, conforme dispõe o ANEXO V do edital.

Por solicitação desta equipe de auditoria, o Instituto disponibilizou a relação de empregados que trabalham nas unidades da GEXNAT do INSS região Natal, encaminhada pela empresa L.S. Projetos e Serviços Ltda., contemplando 7(sete) empregados, conforme indicado a seguir:

CATEGORIA / QUANTIDADE / LOCALIZAÇÃO
Contra-Mestre 01 Empresa e nas APS
Eletricista 03 1 na GEXNAT e 2 na empresa e nas APS
Marceneiro 01 na GEXNAT
Pedreiro 01 Empresa e nas APS
Aux. Eletricista 01 Empresa e nas APS
TOTAL 07

Com base nos exames procedidos, verificou-se a conformidade do quantitativo de empregados à disposição do INSS, com o previsto no contrato.

Em relação ao gerenciamento dos serviços, tem-se a destacar que, os com cobertura de risco, se dão com base nas Rotinas Básicas de Manutenção Predial, estabelecidas no Anexo III do Edital, enquanto que os serviços sem cobertura de risco (a preços de mercado), por solicitação do interessado, dependendo de medição dos eventuais serviços com contra apresentação de orçamento, e aprovação e atesto da execução da fiscalização do contrato.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Com relação às falhas relacionadas ao acompanhamento dos contratos, apesar de solicitada a documentação comprobatória e/ou justificativas, não houve justificativa por parte do Gestor.

Quanto às falhas relativas a contratação dos serviços de limpeza e conservação, o gestor, em resposta à Solicitação de Auditoria/Nº 11, 30/09/2004, justificou o seguinte:

"(...)

Conforme verificado pela equipe de auditoria da CGURN, constatamos que de fato houve um erro no somatório das áreas físicas externas a partir do quinto aditivo. A princípio esta diferença seria de 230,54m² a maior em relação ao somatório das áreas físicas externas. Entretanto, foi verificado, também, que quando da emissão do referido termo aditivo, foi excluída por lapso a área

física externa da APS de Santa Cruz, que seria de 321,54m². Portanto, fazendo as devidas correções, chegamos a uma diferença a menor de 91m² da área física externa. Ou seja, o INSS deixou de pagar a empresa contratada o valor mensal de R\$ 62,08(sessenta e dois reais e oito centavos), em valores atualizados, a partir da vigência do quinto termo aditivo.

Com relação a diferença verificada de R\$ 163,34(cento e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos), temos a esclarecer o seguinte: Do valor levantado, R\$ 10,93 refere-se a área interna, R\$ 148,09 a área externa e R\$ 4,32 a área de esquadrias. O valor referente a área externa é decorrente da diferença de área citada na alínea "a" do documento acima referenciado, e que, conforme já esclarecido, deixa de ser uma diferença a maior e passa a ser uma diferença a menor, quando se inclui a área externa da APS de Santa Cruz que deixou de ser considerada, conforme alínea "b". As demais diferenças decorrem de arredondamento, uma vez que os cálculos foram efetuados através da planilha eletrônica do Excel, utilizando-se os valores reais (exatos) e não os arredondados. Nesta planilha o arredondamento ocorre apenas no resultado final. Mesmo que os valores unitários sejam visualizados e impressos com três casas decimais (de acordo com a configuração adotada), o valor processado internamente na planilha é o valor real (...).

Conforme pudemos confirmar com a Sr^a Chefe da APS Nazaré, a empresa deixou de substituir 2 serventes no período mencionado (01 a 17/06/2004), razão pela qual estamos providenciando o desconto correspondente, o qual já deveria ter sido efetivado, conforme ocorreu em situações semelhantes."

Em resposta ao Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.02.2005, referente aos relatórios encaminhados ao Diretor-Presidente do INSS, o Serviço de Logística da GEXNatal encaminhou documento s/nº, de 14.3.2005, apresentando as informações/providências a seguir relatadas.

Em relação ao Contrato nº 09/1999 - Processo nº 35232.002259/99-31, relativo aos serviços de limpeza e conservação, se encerrou no dia 13.12.2004. Foi providenciada a compensação do valor pago a maior, conforme apontado pela auditoria. O valor de R\$ 859,24 será descontado de fatura ainda pendente referente ao citado contrato, conforme informação constante do Memorando da Seção de Logística nº 18.301.1/022, de 11.3.2005.

Quanto aos registros das ocorrências, que vinham sendo feitos em diversos documentos - memorandos, e-mails, relatórios, boletins, etc., foi elaborado modelo próprio para os referidos

registros. Também foi adotada e está sendo utilizada Ficha de Inspeção dos Serviços de Limpeza e Vigilância, mensalmente preenchidas pelos responsáveis pelo acompanhamento da execução dos serviços.

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

Gerente Executivo do INSS em NATAL/RN em 2004

AVALIAÇÃO DA SFC:

Verificamos que foram adotadas providências pela Unidade no sentido de registrar, em modelo próprio, todas as ocorrências verificadas durante a execução dos contratos de prestação de serviços continuada, evitando, assim, o descumprimento às normas, rotinas e cláusulas contratuais, bem como o pagamento de despesa não realizada.

Foi procedida a identificação do valor pago a maior à empresa RH, que deverá ser compensado por ocasião de pagamento de fatura a ser realizado, considerando que o contrato foi encerrado.

RECOMENDAÇÃO:

Em que pesem as justificativas apresentadas pela Seção de Logística, recomenda-se à Gerência que:

- a) nos futuros contratos de limpeza e conservação, proceda levantamento da área real a ser contemplada, evitando prejuízos quanto a valores pagos indevidamente;
- b) atente para o fato de que todas as ocorrências verificadas durante a execução dos contratos de prestação de serviços continuada devem ser registradas em modelo próprio, evitando, assim, o descumprimento às normas, rotinas e cláusulas contratuais, bem como o pagamento de despesa não realizada.

Descumprimento de cláusula contratual, referente ao acompanhamento da execução de contrato.

Com base na relação dos contratos de compras e serviços, verificou-se que a GEXNAT celebrou e manteve, no período de janeiro a julho/2004, 14(quatorze) contratos de prestação de serviços, limpeza e conservação, vigilância, operadores de elevadores, serviço reprográfico, manutenção predial, das viaturas, da rede de telefonia interna, dos elevadores, e ar condicionado, e de fornecimento de combustíveis, de água mineral e de água e esgoto, importando a despesa, inicial mensal, da ordem de R\$ 186.772,85 (cento e oitenta e seis mil, setecentos e setenta e dois reais, e oitenta e cinco centavos).

Destes, foram selecionados para a realização do exame amostral, 5 (cinco) contratos, quais sejam: limpeza e conservação, vigilância, manutenção predial e serviço reprográfico, bem como dossiê referente à construção de mureta de proteção no prédio da APS Ribeira e comprovação física dos terminais de consulta da previdência social, cujo resultado foi o seguinte:

a) a ausência do registro das inspeções realizadas nos postos de vigilância, no mínimo uma vez por semana, em dias e períodos diurno e noturno, e os relatórios mensais de ocorrências, conforme estabelecido na Cláusula Décima - Das Obrigações e Responsabilidades das Partes, I - Da Contratada, itens 13 e 14 do contrato em comento, o que caracteriza descumprimento de cláusula contratual; e

b) sobre a entrega do serviço e do recebimento do objeto contratual, verificou-se que, conforme comentado no procedimento "Inspeção física" deste relatório, não foi possível verificar a sua execução, em razão do responsável pelo acompanhamento e fiscalização não registrar em modelo próprio as ocorrências verificadas, bem como se foi obedecida a periodicidade prevista nas Rotinas Básicas de Manutenção Predial, com cobertura de risco, estabelecidas no Anexo III do Edital.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta ao Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.02.2005, referente aos relatórios encaminhados ao Diretor-Presidente do INSS, foi encaminhada documento s/nº, de 14.3.2005, apresentando as informações/providências a seguir relatadas.

Quanto aos registros das ocorrências, que vinham sendo feitos em diversos documentos - memorandos, e-mails, relatórios, boletins, etc., foi elaborado modelo próprio para os referidos registros. Também foi adotada e está sendo utilizada Ficha de Inspeção dos Serviços de Limpeza e Vigilância, mensalmente preenchidas pelos responsáveis pelo acompanhamento da execução dos serviços.

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

Gerente Executivo do INSS em NATAL/RN em 2004

AValiação DA SFC:

Verificamos que embora a Unidade apresente falhas no acompanhamento da execução de seus contratos, foram adotadas providências pela Unidade no sentido de registrar, em modelo próprio, todas as ocorrências verificadas durante a execução dos contratos de prestação de serviços continuada, evitando, assim, o descumprimento às normas, rotinas e cláusulas contratuais, bem como o pagamento de despesa não realizada.

RECOMENDAÇÃO:

Recomenda-se a Gerência que acompanhe efetivamente o cumprimento, por parte da contratada, das cláusulas avençadas nos contratos, principalmente com a utilização dos relatórios de ocorrências, evitando, assim, a infringência ao art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

Não utilização de terminais do PREVFácil.

Em atenção à solicitação desta equipe de auditoria, o Serviço de Benefícios da GEXNAT, informou, por meio do Memorando nº 592, de 28/09/2004, que os 8 (oito) terminais de consulta (PrevFácil) locados pela Direção Central do INSS foram disponibilizados às Agências da Previdência Social - APS, para fins de acesso às informações previdenciárias por parte dos segurados, conforme discriminado a seguir:

AGÊNCIA	MONITOR	CPU	IMPRESSORA
PS Nordesteão	804505624	804372110	-
APS Alecrim	(série A) 470901600579	-	-
"	470901600582	-	-
APS Currais Novos	804510806	804510792	804510784
APS Nazaré	804505632	804372691	-
"	804505616	804372683	-
"	804505608	804372676	-
"	804505594	804372667	-

De posse da presente relação, verificou-se junto às respectivas Agências de Previdência Social - APS as seguintes situações:

a) o terminal instalado na APS Nordesteão, apesar de encontrar-se em bom estado de funcionamento, não está sendo utilizado pelos segurados. A CPU instalada no local foi trocada pela da "mesa 4" do atendimento;

b) dos terminais instalados na APS Alecrim, um, série A 470901600579, encontra-se devidamente ativado, enquanto o outro, série A 470901600582, está desativado. Segundo a APS, este terminal se encontra quebrado desde o final de agosto/2004, sem que fosse providenciado o conserto do mesmo, uma vez que o contrato celebrado com a ITAUTEC, terminou em 6 de julho de corrente ano.

c) na APS de Currais Novos "existe um Quiosque do Serviço Previfácil e uma impressora, inoperantes há pelo menos dois anos. A Agência foi inaugurada há três anos e sete meses com referido serviço que funcionou em condições

precárias, apresentando instabilidade constante e por pouco tempo. A mantenedora do contrato, ou seja, a ITAUTEC nunca prestou manutenção preventiva e a DATAPREV não encontrou solução para o funcionamento do mesmo."

d) dos 4(quatro) terminais existentes na APS Natal/Nazaré, dois encontram-se em funcionamento, enquanto os outros dois, quais sejam: Monitor nº 804505632 e CPU nº 804372691, está sem o estabilizador e a impressora, e o Monitor nº 804505616 e CPU nº 804372683, com problemas de acesso aos sistemas.

Das consultas efetuadas junto às respectivas APS, verificou-se que não existem no âmbito da GEXNAT relatórios gerenciais, extraídos dos referidos terminais, que informem a quantidade de acessos/consultas, para fins de avaliação da operacionalização e eficácia do sistema, tendo o Setor de Benefício informado que o fluxo diário de informações de auto atendimento, gira em torno de 10(dez) clientes.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Não constou justificativa para as impropriedades verificadas.

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

Gerente Executivo do INSS em NATAL/RN em 2004

AValiação DA SFC:

A Unidade deverá regularizar as disfunções verificadas na utilização dos terminais de consulta do PREVFácil.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos a regularização do contrato referente aos terminais de PREVFácil, para que possam ser efetivamente utilizados pelos usuários em suas consultas, o que certamente levará a uma demanda mais direcionada quanto aos atendimentos realizados pelas APS.

Recomendamos, ainda, a disponibilização de relatórios gerenciais de utilização dos equipamentos, para monitoramento e acompanhamento, identificando os gargalos porventura existentes no uso dos terminais.

Contratação de serviços reprográficos:

PROCESSO: 35232.002508/02-10
LICITAÇÃO: Pregão nº 03/2002
CONTRATO/Nº: 06, de 25/11/2002.

FAVORECIDO: COPIMASTER-Materiais e Equipamentos de Xerografia Ltda.

CNPJ/Nº: 70.022.579/0001-79

VALOR MENSAL: R\$ 7.900,00

ADITAMENTO(S): 1 (um).

PAGAMENTO LÍQ. NO PERÍODO: 50.820,29

Conforme publicado no DOU, de 1.9.2004, o contrato em referência foi rescindido pela Administração da GEXNAT, em razão de comprovada negligência da execução dos serviços, face o descumprimento de suas alíneas "e", "g" e "h" da Cláusula Décima Segunda, enquadrando o fato gerador da rescisão, na situação prevista no inciso II do art. 78, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

A minuta do Termo de Rescisão Unilateral foi objeto de exame da Seção de Consultoria da Procuradoria Regional, tendo a mesma concluído pelo rompimento do contrato nº 06/2002, firmado com a empresa COPIMASTER- Materiais e Equipamentos de Xerografia Ltda., garantindo-lhe expressamente o direito ao contraditório e a ampla defesa, na forma imposta pelo parágrafo único do art. 78 da citada Lei.

10.1.1.13 - INFORMAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM TERESINA/PI (RELATÓRIO Nº 153400)

- PROCESSOS LICITATÓRIOS - FORMALIZAÇÃO LEGAL

Nos processos não constam pesquisas de preços realizadas no SIREP ou em outros fornecedores do ramo. Entretanto a Entidade fez orçamento dos serviços com base no salário da categoria. Os custos dos serviços orçados pelo INSS são superiores aos limites máximos impostos pelo MPO, conforme consta do item deste relatório.

As minutas dos Editais das licitações, contratos e termos aditivos foram analisados pelo setor jurídico e estão em conformidade com a legislação vigente.

- FISCALIZAÇÃO INTERNA

A fiscalização dos contratos de Vigilância, Manutenção Predial e Limpeza e Conservação foi realizada pelo próprio INSS, por servidores formalmente designados, conforme PORTARIA/INSS/GEXTER/PI nº048, de 23 de abril de 2004.

A força de trabalho disponibilizada para prestação dos serviços:

- Limpeza e Conservação: 74 empregados distribuídos em todo estado. Os controles são feitos mensalmente por informações repassadas ao responsável pelo contrato.
- Vigilância: 36 vigilantes, sendo 18 lotados nos prédios em Teresina e 18 distribuídos nas 12 APS no interior do estado. São feitos relatórios mensais pelo responsável do contrato.
- Manutenção predial: 02 empregados, sendo um engenheiro e um técnico. O técnico permanece direto na sede do INSS em Teresina para qualquer emergência, o engenheiro somente quando há solicitação.

- INSPEÇÃO FÍSICA DA EXECUÇÃO

Inobservância, pela GEX/PI, dos valores máximos estabelecidos pelo MPO para contratação.

Da análise nos processos (611/2002-68 e 493/00-37) que deram origem aos contratos de Vigilância e Limpeza e Conservação, constatou-se que a Entidade não vem observando os limites estabelecidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento e Gestão -MPOG, para estas contratações, tendo em vista que os valores contratados são superiores, conforme demonstrado a seguir:

ÁREA (M2)	VALOR MÁXIMO MPO (R\$)	VALOR CONTRATO EM 05/10/2000 (R\$)	VALOR CONTRATO EM 05/10/2001 (R\$)
Piso Interno - 22.203 m2	1,21	1,44	1,55
Piso Externo - 9.383 m2	0,61	0,68	0,73
Esquadria face interna/externa -616 m2	0,29	0,31	0,33
Fachada Envidraçada face ext.- 3.810 m2	0,06	0,05	0,06

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

"Processo nº 35226-000611/2002-68-Serviço de Vigilância Patrimonial Integrada.

Os preços contratados para o posto diurno 12x36 é um posto de vigilância simples e estão de acordo com os limites fixados na Portaria MPO.

Os preços contratados para o posto noturno 12x36, aparentemente estão acima dos limites fixados na Portaria MPO, entretanto, na formação da planilha de custos são acrescentadas 72 (setenta e duas) horas extras para cobertura dos mesmos postos contratados nos finais de semana e feriados, no decorrer do dia, já que não se pode contratar postos de vigilância diurna apenas para finais de semana e feriados.

De Segunda a Sexta feira não há vigilância diurna. (Ex. APS Zona Sul, Luzilândia, Aeroporto, Cristino Castro, Garagem e Almoxarifado).

Os preços contratados para o posto 44 horas semanais, também atendem à legislação vigente. Por ser um posto comercial, de acordo com a convenção coletiva da

categoria, o vigilante investido nesse posto trabalha apenas 44(quarenta e quatro) horas semanais e apenas em dias úteis. A diferença existente entre o valor contratado e o limite estabelecido pelo MPO refere-se, também, as horas extras constantes da planilha de formação de custos, vez que esses vigilantes trabalham 12 (doze) horas diurnas. Aqui são aqueles postos onde vigilância Orgânica diurna de segunda a sexta feira, cujo objetivo é organizar filas nas APS, além de garantir a integridade física dos servidores, clientes e bens do INSS. (Ex.APS Alcino Júnior, São Raimundo Nonato, Cristino Castro, Parnaíba, Valença, Picos, Oeiras, Floriano, São João do Piauí).

Processo nº 35226-000493/2000-37-Serviço de Limpeza e Conservação.

A não obediência aos limites constante na Portaria nº 1.250, de 25.8.2000, deu-se em razão da urgente necessidade na contratação e que todas as empresas que apresentaram propostas de preços, fls. 370/416 estão com preços acima do constante na Portaria. Ressalte que a licitação foi realizada em 21.7.2000, e a portaria foi publicada em 25.8.2000. Ressalte-se, ainda, que no decorrer da vigência os preços foram sendo ajustados e hoje está dentro do limite estabelecido pelo MPO."

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

Gerente Executivo do INSS em TERESINA/PI em 2004

AVALIAÇÃO DA SFC:

A justificativa apresentada pela Entidade para o contrato de limpeza e conservação ficou claro que os valores ali contratados não foi devido a urgência, pois a Entidade quando elaborou o orçamento do custo dos serviços já o fez com valores superiores ao limite máximo estabelecidos pelo MPO.

RECOMENDAÇÃO:

Dessa forma, recomenda-se à Entidade que os contratos de Vigilância e Limpeza e conservação não ultrapassem aos valores máximos estabelecidos nas portarias expedidas pelo MPO, bem como adote providências para recuperar os valores pagos acima do limite e, se for o caso, abertura de TCE.

Recomendamos, ainda, que seja adotada providência para apurar responsabilidade dos responsáveis na forma da Lei 8.112/90.

Utilização de modalidade de licitação inadequada.

Analisando os processos nº 493/00-37 (Tomada de Preços nº 07/00 - contratação de serviços de limpeza e conservação - valor mensal R\$ 38.728,70) e nº 2058/00-29 (Convite nº 04/00 - contratação de serviços de manutenção predial - valor mensal R\$ 3.588,70), verificou-se que a GEX/PI utilizou a modalidade de licitação inadequada nos dois processos, pois os contratos são de duração continuada com previsão de 60 meses, então a modalidade de licitação a ser utilizada deveria ser com base no orçamento de 60 meses e não de apenas 12 meses.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

"Processo nº 35226.000493/00-37 - Serviço de Limpeza e Conservação.

- A modalidade de licitação Tomada de Preços para contratação dos serviços de limpeza e conservação foi utilizada no presente processo, em razão da estimativa de preços para o período de 12 meses, conforme item VII, do edital fls.73/115, dos autos, ou seja, a vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 meses.

"Processo nº 35226.000493/00-37 - Serviço de Manutenção Predial.

- A modalidade de licitação Convite para contratação dos serviços de manutenção predial foi utilizada no presente processo, em razão da estimativa de preços para o período de 12 meses, conforme item XI, subitem 11.1, do edital fls.55/69, dos autos, ou seja, a vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 meses."

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

Gerente Executivo do INSS em Teresina/PI em 2004

AValiação DA SFC:

A Lei 8.666/93, que institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, instrui, em seu art. 8º:

"A execução das obras e serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução."

Continuando, o art. 23, § 3º, da mesma Lei orienta que:

"Art.23- As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do art. anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação."

Pela leitura dos artigos é necessário planejar e prever prazos e custos antes de se proceder a escolha da modalidade mais adequada de licitação, visando não permitir aditamento de valores ou mesmos prazos que possam vir a ultrapassar os limites estipulados para cada modalidade de licitação, tornando-a passível de anulação. Finalmente há de se ressaltar que o § 3º do art.23 institui que a concorrência é uma modalidade que ser utilizada qualquer que seja o valor do objeto da licitação. Portanto, esta modalidade deve ser preferencialmente utilizada quando torna-se difícil prever prazos e valores de determinada obra ou serviço.

RECOMENDAÇÃO:

Diante do exposto, recomenda-se que nas contratações continuadas a Entidade faça orçamento estimado para período total previsto, considerando as prorrogações que o contrato poderá sofrer.

No caso dos contratos em epígrafe, a GEX/PI deverá providenciar nova licitação, tendo em vista que a Entidade somente poderia prorrogá-los até do valor de Tomada de Preços e Convite, respectivamente.

Terminais PREVFácil

A GEX/PI dispõe de 12 terminais PREVFácil, distribuídos conforme indicado a seguir:

APS	Quant. PREVFácil
Alcino Júnior-Teresina	02
Aeroporto-Teresina	01
Teresina Leste	01
Teresina Sul	01
Campo Maior	01
Piripiri	01
Parnaíba	02
Floriano	02
Picos	01

No período de janeiro a agosto/2004 foram realizados 10.654 consultas/acessos pelos terminais PREVFácil nos diversos serviços oferecidos pela sistema. Cada APS dispõe de relatórios gerenciais informando a quantidade de acessos/consultas dos serviços utilizados pelos usuários.

Segundo informações da Entidade, os contratos de locação dos terminais PREVFácil venceu em 7.7.2004, ficando os mesmos disponíveis ao locador. Entretanto, em visitas realizadas nas APS Campo Maior, Teresina Sul, Teresina Leste e pelos relatórios fornecidos pela DATAPREV verificou-se que somente o terminal PREVFácil da APS Teresina Leste está desativado, não sendo informado a data de desativação pelos usuários.

10.1.1.14 - INFORMAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM SÃO PAULO/SP (RELATÓRIO Nº 153406)

- PROCESSOS LICITATÓRIOS - FORMALIZAÇÃO LEGAL

Dispensa de licitação não devidamente justificada.

Foram analisados os seguintes processos:

- 1) 35366.001570/2001-41 - Concorrência Nº 03/01 - Serviços de Limpeza e Conservação.
- 2) 35366.000944/2001-21 - Concorrência Nº 02/01 - Segurança Patrimonial
- 3) 35366.000330/2004-72 - Dispensa de Licitação - Segurança Patrimonial
- 4) 35366.002247/2004-38 - Dispensa de Licitação - Segurança Patrimonial

Constatou-se que, em relação a esses processos:

- a) os editais de concorrência e os processos foram analisados pelo Setor Jurídico do Órgão;
- b) Os processos continham as consultas ao SICAF e CADIN para a verificação da situação cadastral.
- c) Os valores pagos às empresas estão de acordo com a IN 18/97, IN 6/98 e IN 3/04 do MARE.

Contrato de Serviço de Limpeza e Conservação - Processo 35366.001570/2001-41 - Concorrência 03/01

Pela Concorrência nº 03/01 foi contratada a empresa Paineiras Limpeza e Serviços Gerais Ltda, pelo valor mensal de R\$95.868,60 e valor global de R\$447.386,80. O termo aditivo deste contrato tem vigência de 01/09/2004 a 20/01/2005. Os locais previstos para a prestação dos serviços: Prédio e Agência da Gerência Executiva do INSS São Paulo Centro (GEXSPC), prédio da Superintendência em São Paulo, 6 Agências da Previdência Social, 1 estacionamento, prédio de Almojarifado, instalações do serviço 'PREVfone'.

Em relação ao termo aditivo que prorrogou a vigência desse contrato, destaca-se que, embora o inciso II do artigo 57 da Lei nº 8666/93 contemple a prorrogação do contrato, não ficou demonstrado em nenhum momento, na análise da documentação apresentada, ser a prorrogação do referido contrato a condição mais vantajosa para a administração, conforme estabelece o referido artigo, não justificando portanto a prorrogação.

No caso em questão houve outra justificativa que também não podemos acolher, que foi a apresentada pelo Chefe do Serviço

de Logística, que em memorando datado de 24.11.2003 (fl 2229 do processo licitatório) assim se manifestou *"3-Justificamos a necessidade da referida prorrogação do contrato, tendo em vista que os serviços são de extrema importância, bem como que a mesma é prevista na Cláusula acima, referida"* (cláusula sexta do contrato) grifo nosso.

Contrato de Serviço de Segurança Patrimonial - Processo: 35366.000944/2001-21 - Concorrência 02/01

Como resultado da Concorrência N°02/01 foi contratada a empresa Power Segurança e Vigilância Ltda. A vigência inicial do contrato era de 10/12/2003 a 09/12/2004, com os valores mensais de R\$ 92.283,05 e global de R\$ 1.107.396,60. Os locais previstos para a prestação dos serviços: GEXSPC (Prédio e Agência), Superintendência em São Paulo, Estacionamento, PrevFone, 6 Agências da Previdência Social, Almoxarifado, 4 prédios sendo 2 desocupados, 2 terrenos.

Em decorrência de auditoria em gestão interna realizada pelo órgão na GEXSPC, foi instaurado Processo Administrativo N°35366.000944/2001-21 (30.12.2003) que apurou que a proposta vencedora do certame não guardava conformidade com os termos do Edital da Concorrência N° 02/2001, contrariando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório presente no caput do artigo 3° c/c o artigo 41 da Lei n° 8666/93. Os responsáveis designados para a fiscalização do contrato não haviam constatado essas irregularidades apuradas pela equipe de auditoria em gestão interna do INSS.

Esse contrato com a empresa de Limpeza e Conservação teve termo aditivo que prorrogou sua vigência, todavia não foi demonstrado no processo que sua prorrogação desse contrato fosse mais vantajosa para a administração. Houve justificativa, que não podemos acolher, apresentada pelo chefe do serviço de logística em memorando datado de 5.11.2003 (fl. 1.643 do processo licitatório): *"3-Justificamos a necessidade da referida prorrogação do contrato, tendo em vista que os serviços são de extrema importância, bem como que a mesma é prevista na Cláusula acima, referida"* (cláusula sexta do contrato) grifo nosso.

Contrato de Serviço de Segurança Patrimonial - Processo: 35366.000330/2004-72 - Dispensa de Licitação

Por esta dispensa de licitação foi contratada a empresa Alphantares serviços de Segurança Ltda. O contrato tinha vigência de 10.3.2004 a 9.9.2004, com valores mensais de R\$ 14.100,00 e valor global de R\$ 84.600,00. Esse contrato tinha por objeto a execução de serviços de vigilância desarmada, a ser prestado no imóvel localizado na Avenida Nove de Julho N°570/584/594.

A dispensa de licitação foi enquadrada no inciso IV, do artigo 24 da Lei n° 8.666/93: *"nos casos de emergência ou de*

calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo, ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos."

Os motivos alegados pela Administração para caracterização da emergência foram: a invasão que vinha até então sendo realizada nos ditos imóveis, depredação que vinha ocorrendo nos mesmos, acúmulo de água e lixo nos mesmos, notícias referentes aos imóveis vinculadas na imprensa, com péssima repercussão para a instituição e a responsabilização, no caso de ocorrer algum dano a terceiros.

Esse contrato teve vigência de 10.3.2004 a 9.9.2004, estando expirado por ocasião desta auditoria.

Contrato de Serviço de Segurança Patrimonial - Processo 35366.002247/2004-38 - Dispensa de Licitação

Por esta dispensa de licitação foi contratada a empresa Elmo Segurança e Preservação de Valores Ltda. O contrato tem como vigência o período de 180 dias a partir de 10.9.2004, com valor mensal de R\$ 14.400,00 e valor global de R\$ 86.400,00.

Este contrato também tem por objeto a execução pela contratada dos serviços de vigilância desarmada a ser prestado no imóvel localizado na Avenida Nove de Julho nº 570/584/594.

Sabendo-se que o contrato anterior (Processo Nº35366.000330/2004-72) já havia expirado, celebrou este contrato (processo Nº 35366.002247/2004-38) com a mesma fundamentação do anterior. Entretanto, o Inciso IV do Art. 24 da Lei 8666/93 é taxativo ao vedar a prorrogação dos contratos celebrados com base neste dispositivo. Por intermédio da SA Nº 04, solicitou-se esclarecimentos a respeito dessa situação. A Gerência-Executiva São Paulo-Centro assim se manifestou:

"2 - Reportando-nos a solicitação da S.A nº 04/2004, esclarecemos o seguinte: O processo nº 3536600330/2004 - 72, que trata da contratação de empresa para prestação dos serviços de vigilância Patrimonial desarmada, contrato nº 02/2004, firmando entre as partes em caráter emergencial por um único período de 180 (cento e oitenta dias) com início em 10 de março e término em 09 de setembro de 2004 conforme estabelecido na cláusula Quinta da vigência.

3 - Tendo em vista que o objetivo da administração, quanto dessa contratação foi zelar pela guarda do Patrimônio Público sob a responsabilidade desta unidade, que naquele momento o imóvel objeto daquela contratação vinha sendo

alvo de invasão de pessoas denominadas de sem tetos, refúgio de marginais, como servindo de prostíbulo e ponto de usuários de drogas. Após ciência dos fatos a administração procurou a reintegração do patrimônio, logo que ocorreu a desocupação do mesmo, tomou as seguintes medidas: contratação de vigilância, fechamento em alvenaria de todas as portas de acesso, aumentando a altura do muro de alvenaria existente, procurando coibir nova invasão do local

4 - O processo em epígrafe que originou o contrato nº 02/2004 dispensa de licitação fundamentada no Inciso IV da lei 8666/93, quando do seu vencimento legal .deveria ser substituído pelo processo nº 35366001326/2004-21, contratação de serviços de vigilância patrimonial e vigilância eletrônica, para todos os imóveis sob a guarda desta GEX na modalidade de pregão o qual recebeu o nº 06/2004, certame previsto para o dia 13/09/2004 às 9:00 horas na sala de licitação desta unidade. Porém a mesma foi cancelada com base no Art. 41 da lei 8666/93.

5 - Devido o valor estimado da contratação, o processo foi remetido a Coordenação Geral de Logística, para análise e pronunciamento. Tendo em vista que não teríamos tempo hábil para concluirmos a licitação, até o vencimento do contrato nº 02/2004, e o imóvel não podia ficar sem os serviços de segurança e vigilância correndo o risco de uma nova invasão, esta administração optou por uma nova contratação processo nº 35366002247/2004 - 38 contrato nº 19/2004 Dispensa de Licitação nº 13/2004, fundamentação legal inciso IV da lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

6 - Esclarecemos ainda que esta unidade esta revisando o edital referente ao Proc.: 35366001326/200 -21 pregão Nº06/2004 para nova publicação como marcando uma nova data para elaboração do novo certame licitatório na modalidade de pregão eletrônico, no qual está contemplado os serviços de vigilância para o imóvel em questão como realizando a rescisão do contrato vigência.".

A equipe de auditoria não acatou a justificativa pelos seguintes motivos:

- a) O inciso IV, do art. 24 da Lei Nº8.666/93 é taxativo ao vedar a prorrogação de um contrato celebrado em bases emergenciais.
- b) Não se pode caracterizar como emergência a celebração do contrato referente ao processo Nº35366.002247/2004-38, algo que já se conhece com seis meses de antecedência
- c) A administração dispunha de prazo (180 dias) para promover outro certame.
- d) O processo nº 3536600330/2004-72 expirado tinha como objeto apenas o referido imóvel, e o Proc.: 35366001326/2004-21 tem como objeto todos os imóveis sob

guarda da GEX que dispõem de serviço de vigilância e cujo contrato ainda se encontra em vigor.

e) Para o dia em que foi marcado o alegado processo licitatório N° 35366001326/2004-21, o imóvel da Avenida nove de Julho já não iria dispor de serviço de segurança.

f) A administração já tem conhecimento que processos licitatórios podem não ter sucesso e, portanto, deveria, por ocasião da celebração do contrato emergencial referente ao processo n° 3536600330/2004-72, ter tomado as devidas providências.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Conforme expediente recebido pela CGUSP, em 14/12/2004, o Chefe do Serviço de Logística apresentou as seguintes justificativas:

"A) PROCESSO n° 35366.001570/2001-41 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO .

No tocante a esta impropriedade, muito embora não reconhecida a justificativa apresentada (fls. 2.229), admitimos essa disfunção, que certamente este fato será atentado nos procedimentos futuros.

Faz-se necessário esclarecer, que a única anomalia levantada nesta análise processual foi a insuficiência da justificativa, que respeitados outros entendimentos, não se vislumbra no referido procedimento prejuízo à Administração Pública, que os atos administrativos nele praticados, em sua maior essência atendem a determinação legal e o fim específico, que consiste na contratação de menor preço que estão explícito no processo ora analisado.

B) DO PROCESSO n° 35366.000944/2001-21 - CONCORRÊNCIA n° 02/01

Nesta análise foi levantada a questão já revista pela auditoria interna desta instituição, que consiste na ausência da observância dos artigos 3° e 41 da Lei n° 8.666/93. e que os responsáveis pela fiscalização do contrato não constatarem essa irregularidade. Entendemos que tal fato tenha sido apontado pelos fiscalizadores do contrato, atuam mais na linha de acompanhamento da execução dos serviços, como não possuem habilitação suficiente para uma análise detalhada do procedimento licitatório que já havia sido analisado, adjudicado e homologado pela autoridade superior, conforme legislação em vigência.

C) PROCESSO n° 35366.000330/2004-72 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EM CARÁTER EMERGÊNCIA

No tocante a esta impropriedade, esclarecemos que à Administração quando da contratação da empresa Elmo Segurança, processo n° 35366.002247/2004-28, teve como principal objetivo zelar pela segurança e guarda do bem

imóvel patrimonial sob sua responsabilidade para evitar que o mesmo se tornassem em refugio de marginais como vinha ocorrendo quando de sua invasão. Os fatos que levaram a administração a realizar essa contratação, foram os mesmos motivos já esclarecidos quando do atendimento da SA Nº 04/2004. Outrossim informamos que tão logo seja concluído o certame licitatório com a contratação de vigilância patrimonial integrada para atender a necessidades de todas as unidades desta Gerência Executiva, na modalidade de pregão eletrônico marcado para o dia 14/12/2004, será rescindido o processo emergencial de nº 35366.002247/2004-38.”

Em resposta ao Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.02.2005, referente aos relatórios encaminhados ao Diretor-Presidente do INSS, foi encaminhado Documento s/nº da Gerência Executiva São Paulo Centro, de 13.5.2005, que apresentou as informações/providências descritas a seguir.

Quanto à Concorrência nº 03/2001 - Serviço de Limpeza e Conservação - Processo nº 35366.001570/2001-41, o contrato teve seu término de vigência em 20.1.2005, sendo providenciado contrato emergencial com prazo de 180 dias, de 1.4 a 27.9.2005, Processo nº 35366.000703/2005-9, bem como está em andamento a abertura do Processo nº 35366.000845/2005-53, para realização de nova contratação.

Esclarece o Gestor que a escolha do contrato emergencial ocorreu devido a necessidade da continuidade dos serviços e que os valores contratados se encontram abaixo do estabelecido pelo EX-MARE.

Quanto ao Processo nº 35366.002247/2004-38, referente à Dispensa de Licitação nº 13/2004, o contrato expirou em 9.3.2005. Em virtude do insucesso do Pregão Eletrônico, no qual estava contemplado os serviços de vigilância para o imóvel localizado na Avenida 9 de Julho, 57/584/94, foi realizado o Pregão nº 01/2005 - Processo nº 35366.000059/2005-56, que se encontra em fase de empenho.

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

Gerente Executivo do INSS em SÃO PAULO/SP em 2004

AVALIAÇÃO DA SFC:

A Unidade, devido à ausência de planejamento adequado na realização de seus procedimentos licitatórios, no caso do contrato em análise, realizou prorrogação contratual em desacordo ao que dispõe a legislação vigente.

RECOMENDAÇÃO:

Observar o inciso IV, art. 24 da Lei nº 8.666/93, que veda a prorrogação de contratos celebrados em bases emergenciais, bem como adotar providência para apurar responsabilidades dos responsáveis e de quem deu causa por essas contratações.

- FISCALIZAÇÃO INTERNA

Fiscalização inadequada dos contratos

Contrato de Serviço de Limpeza e Conservação - Processo 35366.001570/2001-41 - Concorrência 03/01

Os controles existentes na Unidade não permitem comprovar de forma adequada, a qualidade e a execução dos serviços prestados. A avaliação dos serviços é feita de forma mensal, por meio de ficha de inspeção. Não há registros do número de inspeções realizadas, a frequência das mesmas, e os critérios utilizados para a avaliação.

A fiscalização no caso é um ponto de criticidade, uma vez que houve controvérsia no processo licitatório, em relação aos critérios de produtividade da IN MARE nº 18/97, que estabelece no subitem 4.3.1:

"Nas condições usuais serão adotados índices de produtividade por servente em jornada de 8 horas diárias, não inferiores a":

- Áreas internas 550 m2;*
- Áreas externas 1100 m2;*
- Esquadrias externas, na face interna ou externa: 200 m2, observada a periodicidade prevista no Projeto Básico;*
- Fachadas envidraçadas, nos casos previstos no subitem 4.9.: 100m2, observada a periodicidade prevista no projeto básico;*
- Áreas hospitalares e assemelhadas: 300 m2 ".*

Os valores das propostas das empresas que participaram do certame apresentaram índices de produtividade bem acima dos valores acima citados o que gerou inúmeras consultas ao depto. jurídico do órgão que assim se manifestou em seu último parecer de forma definitiva: *"Com efeito, uma proposta com maior produtividade por trabalhador poderá em princípio, oferecer menor preço a Administração, ficando a qualidade do serviço garantida pela rigorosa fiscalização desta. In casu, não tendo o edital estabelecido um teto para a proposição da área a ser individualmente cuidada, a eventual desclassificação de propostas por inexequibilidade terá que ser estudada caso a caso, e somente será possível se a produtividade prometida for tão exagerada que se evidencie inviável de ser cumprida diante das características do(s) local(is) informado(s) no Edital (Lei Nº 8666/93, artigos 44§3º e 48, inciso II; IN 18/97, item 4.11 e sub-item 4.11.1). Mas este constitui um juízo técnico pertencente à Administração."*

Portanto, a fiscalização de forma rigorosa é de fundamental importância para garantir a qualidade dos serviços prestados, bem como a de assegurar a execução do objeto do contrato.

A avaliação da qualidade e da execução dos serviços de limpeza das unidades foi delegada, por meio da portaria GEXSPC nº 75 de 30.7.2004, a uma gestora e a co-gestores (nos diversos locais da prestação de serviços) que utilizam critérios pessoais, não padronizados para mensurar a qualidade dos serviços prestados pela empresa.

Contrato de Serviço de Segurança Patrimonial - Processo: 35366.000944/2001-21 - Concorrência 02/01

Como foi mencionado anteriormente, os responsáveis designados para a fiscalização desse contrato não haviam constatado irregularidades apuradas pela equipe de auditoria em gestão interna do INSS.

A avaliação da execução dos serviços de limpeza das unidades foi delegada por meio da Portaria GEXSPC/INSS Nº076 ao gestor e a co-gestores que utilizam critérios heterogêneos para mensurar os serviços prestados pela empresa, dificultando a avaliação da qualidade dos serviços prestados, bem como a sua eficiência.

Podemos citar por exemplo a Carta nº 143/GEXSP (27.6.2003) que faz menção, entre outras irregularidades, a constatação efetuada depois de decorridos 343 dias, relatando que não havia cobertura para a hora do almoço do vigilante, fato que além de trazer prejuízo financeiro ao INSS compromete a eficiência do serviço prestado.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Conforme expediente recebido pela CGUSP, em 14.12.2004, o chefe do Serviço de Logística apresentou as seguintes justificativas:

*"DO PROCESSO Nº 35366.001570/2001-41;
Quanto à fiscalização dos serviços terceirizados realizada por servidores desta Gerência Executiva, foi realizada reunião com os mesmos onde foram passadas novas orientações e recomendações sobre os procedimentos de acompanhamentos de fiscalização de contratos atendendo a legislação vigente. Outrossim esclarecemos que esta administração além das orientações aos fiscalizadores esta programando a organização de cursos de aperfeiçoamento para o melhor desenvolvimento dos serviços."*

Em resposta ao Ofício nº 3.736/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 21.02.2005, referente aos relatórios encaminhados ao Diretor-

Presidente do INSS, o Gestor, por meio de Documento s/nº, datado de 13.5.2005, informou que está aprimorando seus mecanismos de fiscalização de contratos.

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

Gerente Executivo do INSS em SÃO PAULO/SP em 2004

AVALIAÇÃO DA SFC:

Da análise das ocorrências durante a vigência do contrato conclui-se que a fiscalização do contrato não tem sido efetiva, embora o Gestor tenha informado que está providenciando o aprimoramento dos mecanismos de fiscalização dos contratos.

RECOMENDAÇÃO:

Aprimorar os mecanismos de fiscalização de contratos, de modo a demonstrar a eficácia das contratações realizadas.

- INSPEÇÃO FÍSICA DA EXECUÇÃO

Realizamos inspeção no prédio da GEXSPC e constatamos que o quantitativo de funcionários disponibilizados pelas empresas contratadas de segurança e de limpeza encontram-se de acordo com o estabelecido pelo contrato, bem com o valor cobrado nas faturas.

Unidades de auto-atendimento eletrônico quiosque PREVFácil.

O INSS celebrou contrato cujo objeto foi a locação de unidades de Auto atendimento Eletrônico, com manutenção corretiva e fornecimento de todas as peças de reposição e suporte técnico necessário.

O processo licitatório e o contrato foram celebrados em Brasília. A Gerência Executiva São Paulo Centro dispunha de 22 desses equipamentos que atualmente se encontram desativados nas agências.

De acordo com responsável da Controladoria da GEXSPC ocorria pouca utilização do sistema, pois existia excesso de morosidade no processamento das consultas. Além disso, alguns dos serviços prestados pelo sistema agora podem ser realizados por meio da Internet.

De acordo com o relatório estatístico de consultas ao PrevFácil, na GEXSPC, incluindo as Agências de Previdência Social (APS) subordinadas, ocorreu o seguinte quantitativo de consultas, de janeiro a junho de 2004:

Mês (2004)	Total GEX
jan	2676

fev	2360
mar	3286
abr	1761
mai	476
jun	214
Total	10773

Observa-se que gradativamente ocorreu diminuição na quantidade de acessos ao sistema.

10.1.1.15 - INFORMAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM MANAUS/AM (RELATÓRIO Nº 153390)

- PROCESSOS LICITATÓRIOS - FORMALIZAÇÃO LEGAL

Contratos de serviços de limpeza e conservação

Quanto aos controles existentes, respondeu o Chefe da Seção de Logística à S.A. nº.153390/01:

"As chefias das APS's (Agências da Previdência Social) informam à Seção de Logística sobre quaisquer ocorrências verificadas nas suas unidades administrativas, tais como ausência de serventes, qualidade e quantidade dos serviços prestados e materiais utilizados, nível de relacionamento do servente com os servidores e clientes, o que, em regra, vem sendo satisfatório. Além do mais, o servidor responsável pela gestão do contrato regularmente verifica, in loco, a execução dos serviços. O grau de satisfação da qualidade dos serviços e materiais também é acompanhado através de formulário preenchido pelas chefias. Em se verificando qualquer irregularidade, providências são adotadas de imediato."

Quanto à composição unitária da planilha de custos, as mesmas foram construídas conforme o que determina a IN nº.18/97 (...).

O valor pago mensalmente corresponde ao limite máximo estabelecido pelo Ministério do Planejamento e Gestão - MP:

Área interna:

Valor pago mensalmente: R\$ 1,65

Limite máximo MPO: R\$ 1,77

Área externa:

Valor pago mensalmente: R\$ 0,20

Limite máximo MPO: R\$ 0,89

Vale ressaltar que, se dividirmos o valor mensal pago (R\$ 54.019,75) pelo valor cobrado por funcionário da equipe (servente: R\$ 885,00; encarregado: R\$ 958,25; valores esses que já incluem

todas as despesas da empresa contratada, inclusive a taxa de administração e o lucro), teremos, considerando 1 encarregado para cada grupo de 30 serventes:

Valor unitário: $(R\$ 885,00 \times 30 + R\$ 958,25) / 31 = R\$ 887,37$

Número de funcionários que deveriam ser contratados para o valor mensal pago: $R\$ 54.019,75 / R\$ 887,37 = 60,87 \sim 60$ funcionários

Porém, conforme resposta à S.A. nº.153390/01, a contratada disponibiliza apenas 49 funcionários para realizar o serviço.

Posteriormente, em resposta à S.A. nº.153390/05, foi enviada uma listagem de funcionários de limpeza e conservação (datada de 19/09/2004) onde constam 51 funcionários em atividade disponibilizados pela contratada.

Quanto ao enquadramento da modalidade, verificamos que obedeceu os parâmetros da Lei 8.666/93, sendo adequadamente enquadrada como tomada de preços.

Examinamos o Edital e a Minuta do Contrato e não foram detectadas falhas. Ambos foram analisados, e aprovados, pelo setor jurídico.

Quanto a verificar se os valores dos serviços foram precedidos de pesquisa de mercado, observamos que os mesmos foram calculados usando como base salários homologados, em abril de 2003, por Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho firmada em novembro de 2002.

As documentações apresentadas atendem às exigências da Lei 8.666/93. - O contrato, bem como os aditivos, se encontram em conformidade com a Lei 8.666/93.

Observamos que, com relação ao descrito anteriormente sobre defasagem entre mão de obra sendo paga e mão de obra efetivamente disponibilizada que, embora os serviços tenham sido contratados por metro quadrado, e o custo sendo pago esteja inferior ao limite definido pelo MP, como já visto anteriormente, e embora também não haja exigência em contrato de que a prestadora de serviços defina um quantitativo de funcionários para a execução dos trabalhos, essa defasagem entre o número de funcionários disponibilizados pela contratada (51) e o valor sendo pago, que daria para contratar 60, revela que a contratação poderia ter sido feita de forma a permitir um melhor aproveitamento dos recursos públicos, merecendo uma análise mais aprofundada dos motivos pelos quais isso ocorreu. Tal análise, no entanto, exigiria um tempo maior que o que dispomos para o presente trabalho.

Utilização de modalidade de licitação e prorrogação excepcional do contrato indevidas.

A Unidade pretendia inicialmente realizar tomada de preços (processo n.35011.004114/97) para contratação de serviços de manutenção elétrica e hidráulica, todavia, devido à proximidade do encerramento de outro contrato envolvendo esses serviços, a ocorrer em junho/98, somado ao fato do processo citado ter sido encaminhado à Coordenadoria de Engenharia e Patrimônio/DG (Direção Geral em Brasília) para aprovação, não ter retornado à regional em Manaus em tempo hábil, os administradores à época optaram pelo desmembramento do objeto (separando a parte elétrica da hidráulica), assim como optaram também por contratar pelo período de 180 dias.

Isso evitaria a descontinuidade dos serviços até a liberação dos autos pela Direção Geral para que se procedesse à abertura do certame licitatório com vistas à celebração de um único instrumento para as partes elétrica e hidráulica, conforme citado acima.

Sendo assim, a Unidade realizou dois processos licitatórios na modalidade Convite. O primeiro para manutenção preventiva e corretiva de instalações elétricas (processo n. 35011.001625/98-95) e o segundo para manutenção preventiva e corretiva de instalações hidráulicas (processo n. 35011.001624/98-22).

No primeiro caso, o valor estimado para o serviço foi de R\$ 152.844,96, portanto acima do limite estipulado pela Lei 8.666/93, art.21, I, para convite, ou seja, apesar do desmembramento, a licitação deveria ter sido enquadrada como tomada de preços. No segundo, o valor do contrato para 180 dias ficou dentro do valor de convite, contudo o valor anual ocasionado pelas sucessivas prorrogações também superam o valor do convite.

A tomada de preço referente a um único contrato para manutenção elétrica e hidráulica, prevista inicialmente, não foi realizada, e o contrato de manutenção elétrica, bem como o de manutenção hidráulica, que foram desmembrados e dimensionados para duração de apenas 180 dias, a fim de agilizar as contratações em uma situação emergencial, foram prorrogados por 72 meses.

A Lei 8.666/93, em seu artigo 57, II, permite a prorrogação de tais contratos por até 60 meses e, em casos excepcionais, por mais 12 meses, desde que justificado, e mediante autorização de autoridade superior.

As justificativas apresentadas no processo são de que, em síntese, "devido a elaboração e conclusão de todas as formalidades pertinentes ao Edital de licitação (para contratação de manutenção elétrica e hidráulica, em substituição aos contratos em questão) e levando em consideração todo o tempo para tramitação dos mesmos e outros obstáculos, não foi possível sua conclusão até o momento".

Essa justificativa não caracteriza caso excepcional, haja vista que a data de encerramento dos contratos era de conhecimento da Administração e esta tinha o dever de providenciar o processo licitatório em tempo hábil.

Além disso, as autorizações para as prorrogações para além dos 60 meses não foram dadas por autoridade superior à autoridade competente para celebrar os contratos, conforme o disposto na Lei 8.666/93, em seu art. 57, § 4o.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Como já descrito anteriormente, as justificativas apresentadas pelos gestores, em resposta à S.A. nº. 153390/05, são as que constam nos processos examinados.

Em síntese, com relação à justificativa para a prorrogação excepcional dos contratos de manutenção hidráulica e elétrica: "devido à elaboração e conclusão de todas as formalidades pertinentes ao Edital de licitação (para contratação de manutenção elétrica e hidráulica, em substituição aos contratos em questão) e levando em consideração todo o tempo para tramitação dos mesmos e outros obstáculos, não foi possível sua conclusão até o momento".

Quanto à questão da modalidade da licitação para manutenção elétrica em desacordo com a Lei 8.666/93, o Gestor respondeu que "acreditamos que houve equívoco quanto à classificação da modalidade de licitação".

Ainda quanto ao assunto, por meio do Memorando INSS/GEXMAN/nº 024/2005, de 14.4.2005, o Gestor informou que:

"É fato que alguns anos atrás, quando se enquadravam as modalidades de licitações, observam-se apenas o período previsto para a contratação, geralmente o prazo de 12 (doze) meses, porém fazendo constar a possibilidade de prorrogações até o limite de 60 meses e excepcionalmente mais 12 meses. Atualmente, ao fazermos o enquadramento dos procedimentos licitatórios, levamos em consideração o prazo inicial da vigência da pretensa contratação adicionado das possíveis prorrogações. Quanto a prorrogações em caráter excepcional, além de raramente ocorrerem, em se fazendo necessárias, certamente serão levadas à consideração da autoridade superior."

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

Gerente Executivo do INSS em MANAUS/AM em 2004

AVALIAÇÃO DA SFC:

Quanto ao enquadramento equivocado da licitação relativa à manutenção elétrica, o Chefe do setor responsável pelas licitações acatou parecer emitido pelo setor jurídico à época.

Quanto à prorrogação dos contratos, a tomada de preços que deveria substituir os contratos em questão, cujo processo se iniciou ainda em 1997, não foi levada adiante pelos Gestores que estiveram à frente do setor responsável pela sua efetivação.

RECOMENDAÇÃO:

Embora as justificativas apresentadas pelo Gestor, recomendamos que a Unidade utilize a modalidade de licitação correta, conforme a Lei 8.666/93, art.21, e que mantenha controle mais eficaz quanto ao encerramento dos contratos de serviços contínuos, a fim de providenciar nova licitação em tempo hábil, evitando assim descontinuidade de serviços necessários ao bom andamento da administração.

Caso seja necessário, mesmo assim, prorrogar por tempo excepcional (ou seja, além de 60 meses) um contrato relativo à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, atender ao que estipula a Lei 8.666/93, em seu art. 57, § 4o.

- FISCALIZAÇÃO INTERNA

Contratos de serviços de vigilância

A quantidade de postos de vigilância existentes está de acordo com o número estabelecido no contrato. Quanto aos controles existentes, de acordo com a resposta do chefe da Seção de Logística:

"As chefias das APS's informam à Seção de Logística sobre quaisquer ocorrências verificadas nas suas unidades administrativas, tais como ausência de vigilantes, qualidade dos serviços prestados e relação dos vigilantes com os clientes, o que, em regra, vem sendo satisfatório. Além do mais, o servidor responsável pela gestão do contrato regularmente verifica, in loco, os serviços, inclusive verificando o livro de ocorrências, que é preenchido diariamente. Em se verificando qualquer irregularidade, providências são adotadas de imediato."

Quanto à composição unitária da planilha de custos, as mesmas foram construídas conforme o que determina a IN n.18/97. Os valores pagos mensalmente pelos postos de vigilância não ultrapassam os limites máximos estabelecidos pelo MP:

- 12x36h diurno: R\$ 2.617,68
- limite MPO: R\$ 2.630,00
- 12x36h noturno: R\$ 3.089,34

- limite MPO: R\$ 3.100,00
- 44h semanais: R\$ 1.379,36
- limite MPO: R\$ 1.390,00

Quanto à distribuição e localização dos empregados, o contingente disponibilizado está de acordo com o quantitativo de empregados cobrados na fatura apresentada pela empresa. Quanto ao enquadramento da modalidade, verificamos que obedeceu os parâmetros da Lei 8.666/93, sendo adequadamente enquadrada como tomada de preços. Quanto a verificar se os valores dos serviços foram precedidos de pesquisa de mercado, a mesma foi feita com a finalidade de se conseguir uma estimativa de preços, especialmente porque era a primeira vez que se fazia uma licitação de vigilância integrada, ou seja, envolvendo monitoramento eletrônico em conjunto com vigilância humana. As documentações apresentadas atendem às exigências da lei 8.666/93. - Examinamos o Edital e a Minuta do Contrato e não foram detectadas falhas. Ambos foram analisados, e aprovados, pelo setor jurídico.

- INSPEÇÃO FÍSICA DA EXECUÇÃO

Manutenção predial

1. Manutenção preventiva e corretiva de instalações elétricas:

Com o objetivo de verificar se os valores dos serviços foram precedidos de pesquisa de mercado, observamos que foi feito um levantamento de custos baseado nos valores de mercado para a mão de obra utilizada. As documentações apresentadas atendem às exigências da Lei 8.666/93. - Examinamos o Edital e a Minuta do Contrato e não foram detectadas falhas. Ambos foram analisados, e aprovados, pelo setor jurídico. A força de trabalho disponibilizada pela empresa contratada é de 5 eletricitistas e 1 engenheiro eletricitista. Quanto ao gerenciamento dos serviços, conforme resposta à nossa S.A. n.153390/01: "as chefias das APS's informam à Seção de Logística sobre quaisquer ocorrências verificadas nas subestações e grupos geradores. O servidor responsável pela gestão do contrato realiza inspeções in loco nas unidades da capital, bem como mantém contato telefônico permanentemente com essas chefias, além de análise de relatórios de manutenção apresentados pela empresa contratada. Verificando-se qualquer irregularidade, providências são tomadas de imediato."

2. Manutenção preventiva e corretiva de instalações hidráulicas:

Ao verificar se os valores dos serviços foram precedidos de pesquisa de mercado, observamos que foi feito um levantamento de custos baseado nos valores de mercado para a mão de obra utilizada. As documentações apresentadas atendem às exigências da Lei 8.666/93. - Examinamos o Edital e a Minuta do Contrato e não

foram detectadas falhas. Ambos foram analisados, e aprovados, pelo setor jurídico. A força de trabalho disponibilizada pela empresa contratada é de 5 bombeiros hidráulicos e 1 engenheiro civil. Quanto ao gerenciamento dos serviços, conforme resposta à nossa S.A. n.153390/01: "as chefias das APS's informam à Seção de Logística sobre quaisquer ocorrências verificadas nas suas unidades administrativas, tais como panes ou defeitos nas instalações hidro-sanitárias, redes de hidrantes, esgotos, etc., qualidade dos serviços prestados e relação dos empregados da contratada com os servidores, o que, em regra, vem sendo satisfatório. Além do mais, o servidor responsável pela gestão do contrato verifica in loco os serviços. Verificando-se qualquer irregularidade, providências são tomadas de imediato."

3. Manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado:

A licitação foi classificada corretamente como tomada de preços. Quanto a verificar se os valores dos serviços foram precedidos de pesquisa de mercado, observamos que foi feito um levantamento de custos baseado nos valores de mercado para a mão de obra utilizada. As documentações apresentadas atendem às exigências da Lei 8.666/93. Examinamos o Edital e a Minuta do Contrato e não foram detectadas falhas. Ambos foram analisados, e aprovados, pelo setor jurídico. A força de trabalho disponibilizada pela empresa contratada é de 6 pessoas, entre técnicos e auxiliares (equipe fixa e equipe volante). Quanto ao gerenciamento dos serviços, conforme resposta à nossa S.A. n.153390/01: "as chefias das APS's informam à Seção de Logística sobre quaisquer ocorrências verificadas nos aparelhos e centrais de ar condicionado. O servidor responsável pela gestão do contrato realiza inspeções in loco nas unidades da capital, bem como mantém contato telefônico permanentemente com essas chefias, além de análise de relatórios de manutenção apresentados pela empresa contratada. Verificando-se qualquer irregularidade, providências são tomadas de imediato."

4. Manutenção preventiva e corretiva de grupos geradores no interior do estado:

A licitação foi classificada corretamente como tomada de preços. Quanto a verificar se os valores dos serviços foram precedidos de pesquisa de mercado, observamos que foi feito um levantamento de custos baseado nos valores de mercado para a mão de obra utilizada. As documentações apresentadas atendem às exigências da Lei 8.666/93. Examinamos o Edital e a Minuta do Contrato e não foram detectadas falhas. Ambos foram analisados, e aprovados, pelo setor jurídico. A força de trabalho disponibilizada pela empresa contratada é de 2 técnicos que atuam interinamente nos diversos municípios. Quanto ao gerenciamento dos serviços, conforme resposta à nossa S.A. n.153390/01: "as chefias das APS's informam à Seção de Logística sobre quaisquer ocorrências verificadas nos grupos geradores instalados em suas respectivas unidades administrativas. Além do mais, o servidor

responsável pela gestão do contrato mantém contato telefônico permanentemente com as chefias das APS's, além de análise de relatórios de manutenção apresentados pela empresa contratada. Verificando-se qualquer irregularidade, providências são tomadas de imediato."

5. Manutenção preventiva e corretiva de elevadores:

Quanto à modalidade, como houve uma licitação fracassada e duas desertas, a licitação foi corretamente classificada como dispensa de licitação, de acordo com a Lei 8.666/93, art.24, V. Quanto a verificar se os valores dos serviços foram precedidos de pesquisa de mercado, observamos que foi feito um levantamento de custos baseado nos valores de mercado para a mão de obra utilizada. As documentações apresentadas atendem às exigências da Lei 8.666/93. - Examinamos o Edital e a Minuta do Contrato e não foram detectadas falhas. Ambos foram analisados, e aprovados, pelo setor jurídico. A força de trabalho disponibilizada pela empresa contratada não foi definida na proposta nem no contrato. Quanto ao gerenciamento dos serviços, conforme resposta à nossa S.A. n. 153390/01: "Os elevadores estão instalados na APS Manaus-Centro e no prédio onde funciona a Gerência Executiva. Qualquer pane ou defeito é informado a esta seção, que, através do gestor dos contratos, aciona a empresa contratada, que geralmente de imediato providencia o conserto. Além do mais, o servidor responsável pela gestão do contrato regularmente verifica, in loco, as condições de conservação dos elevadores."

Uso do PREVFácil:

Verificamos que na Gerência Executiva do INSS no Amazonas existem 4 equipamentos de consulta do PREVFácil (também chamados de "Unidades de Auto-Serviço"), assim distribuídos:

- 01 na APS Manaus Porto;
- 01 na APS Manaus São José;
- 01 na APS Parintins;
- 01 na APS Tefé.

Foram visitadas as 2 APS's localizadas na cidade de Manaus. Em ambas constatamos a existência dos equipamentos de consulta, porém nenhum deles em funcionamento. Não existem, nas APS's visitadas, relatórios gerenciais que informem a quantidade de acessos/consultas. Quanto ao motivo dos terminais não estarem em funcionamento, assim responderam os chefes das APS's visitadas, em resposta às nossas O.S.'s n. 153390/06 e 153390/07:

APS São José:

"* O sistema PREVFácil encontra-se inoperante desde 01/05/2004, quando a agência retornou ao seu prédio localizado na Rua J, 253-São José II, após uma reforma.

* No retorno, os pontos para instalação de computadores foram todos utilizados, haja vista que o 'hub' que compõe os pontos da agência é de pequeno porte, portanto ficando de fora o PREVFácil.

* A Seção de Logística já foi acionada para solicitar, junto à DATAPREV, um 'hub' com maior capacidade, porém não existe disponibilidade financeira para tal investimento, uma vez que esse aumento de capacidade não estava previsto no orçamento deste ano. Portanto estamos no aguardo de que, havendo disponibilidade financeira, o PREVFácil estará novamente em funcionamento."

APS Manaus Porto:

" Em atendimento à S.A. n. 153390/06, informamos que, quando assumimos a chefia desta APS, em 19/08/2003, o terminal do sistema PREVFácil (Unidade de Auto-Serviço) já estava desligado e não operante. Por oportuno, esclarecemos que não existe, no âmbito desta unidade, quaisquer documentos relativos ao citado equipamento, bem como o mesmo não consta no relatório de material sob a responsabilidade da APS Manaus Porto."

Não existem, nas APSs , relatórios gerenciais que permitam avaliar os acessos/consultas anteriores à desativação dos terminais.

PREVBarco:

1. PREVBarco I (processo 35011.003174/2003-31):

A licitação foi enquadrada corretamente como concorrência. Quanto à pesquisa de preços, foi feita uma estimativa baseada em planilha de custos que engloba os valores gastos mensalmente com combustível, alimentação, salários e encargos sociais da tripulação, custos com remuneração do capital, depreciação, seguros, manutenção e reparos, custo de administração, impostos e tributos. Quanto a verificar se o valor do contrato está compatível com o de mercado, como o objeto da contratação estipula uma configuração bastante específica para a embarcação a ser utilizada, não foi possível encontrar similares no mercado para comparar. As documentações apresentadas atendem às exigências da Lei 8.666/93. - Examinamos o Edital e a Minuta de Contrato e não foram detectadas falhas. Ambos foram analisados, e aprovados, pelo setor jurídico. A planilha de custos mensais da proposta vencedora apresentou os seguintes valores:

- Combustíveis e lubrificantes: R\$ 33.867,90;
- Alimentação, mat. limpeza, higiene, cama, mesa e banho: R\$ 14.850,00;
- Salários e encargos sociais da tripulação: R\$ 5.343,73;
Remuneração do capital: R\$ 13.696,80;
- Depreciação: R\$ 257,40;
- Seguros: R\$ 2.226,30;

- Manutenção e reparos: R\$ 4.120,50;
- Administração: R\$ 6.066,60;
- Valor mensal total sem impostos e tributos: R\$ 80.429,23; Valor mensal de impostos e tributos: R\$ 12.552,54;
- Valor mensal total com impostos e tributos: R\$ 92.981,77;

Quanto ao custo benefício de locação do barco, pelo período de vigência do contrato, em relação ao valor de uma embarcação com as mesmas características, dada a dificuldade em encontrar embarcações semelhantes no mercado, não foi possível avaliar. Entretanto, podemos comparar com o valor mensal da proposta emitida pela mesma empresa vencedora dessa licitação (Âncora Navegação e Administração Ltda.) para o PREVBarco II (processo 35011.001133/2002- 49), que era de R\$ 56.000,00 em maio de 2002, portanto bastante inferior aos R\$ 92.981,77 constantes da proposta emitida em fevereiro de 2003 para o PREVBarco I. Quanto à força de trabalho disponibilizada pela empresa contratada para execução dos serviços, é composta de 6 pessoas, sendo 1 contra-mestre fluvial, 2 marinheiros fluviais de máquina e 1 cozinheira. Quanto ao gerenciamento dos serviços por parte do GEX/INSS, de acordo com a resposta à nossa S.A. n.153390/01: "por tratar-se de contrato de locação de embarcação com fornecimento, pela contratada, de combustível, alimentação (para a tripulação e servidores do INSS/DATAPREV embarcados) e serviços de limpeza e manutenção, a chefia da APS (agência da previdência social que funciona na embarcação), regularmente informa à Seção de Logística sobre a qualidade dos serviços prestados, o que, em regra, vem sendo satisfatório."

2. PREVBarco II (processo 35011.001133/02-49):

A licitação foi corretamente enquadrada como tomada de preços, pois o valor estimado foi de R\$ 648.000,00 (embora tal valor estivesse muito próximo do limite para que a mesma fosse classificada como concorrência, a partir de R\$ 650.000,00). A locação foi precedida de pesquisa de mercado, mas, apesar disso, o valor contratado acabou sendo superior ao valor pesquisado, porque a pesquisa baseou-se em dados defasados no tempo. As documentações apresentadas atendem às exigências da Lei 8.666/93. Examinamos o Edital e a Minuta de Contrato e não foram detectadas falhas. Ambos foram analisados, e aprovados, pelo setor jurídico. Não há planilha de custos, mas nas especificações dos serviços e equipamentos a serem fornecidos consta a tripulação do barco, alimentação, combustíveis, manutenção, entre outros insumos. Quanto ao custo benefício de locação do barco, pelo período de vigência do contrato, em relação ao valor de uma embarcação com as mesmas características, podemos dizer que foi superior ao valor pesquisado pela Seção de Logística, embora esse valor tenha sido obtido de um contrato anterior efetivado pelo próprio INSS, portanto possivelmente defasado. Quanto à força de trabalho disponibilizada pela empresa contratada para execução dos

serviços, é composta de 6 tripulantes. Quanto ao gerenciamento dos serviços por parte do GEX/INSS, de acordo com a resposta à nossa S.A. n.153390/01: "a embarcação objeto da presente contratação é utilizada como Agência da Previdência Social móvel flutuante, estando o seu gerenciamento afeto ao Serviço de Benefícios desta GEXMAN, assim como as demais APS's fixas. À Seção de Logística cabe verificar e/ou acompanhar se as condições estabelecidas no instrumento contratual e edital, tais como fornecimento e qualidade da alimentação, serviços de bordo, condições e disponibilidade da embarcação, entre outras, vêm sendo cumpridas. Quaisquer ocorrências e/ou inconsistência verificadas, providências são adotadas de imediato." Cabe observar que esse contrato encerrou-se devido ao fato da empresa contratada não ter se interessado em renová-lo, após a negativa do INSS em efetuar repactuação de preços. Em razão da diferença obtida para a mensalidade do PREVBarco após a aplicação da planilha criada para estimar os custos de locação do barco (o valor anterior era de pouco mais de R\$ 56.000,00 e passou a R\$ 92.281,77), recomendamos que tal planilha seja reavaliada. Isso deve ser feito através de uma comparação dos valores 'teóricos' obtidos através da planilha, com os valores observados 'na prática', durante a execução do contrato em questão, ou seja, os valores efetivamente gastos com combustível, alimentação, salários e encargos sociais da tripulação, custos com remuneração do capital, depreciação, seguros, manutenção e reparos, custo de administração, impostos e tributos, devidamente comprovados mediante apresentação de notas fiscais.

10.1.1.16 - INFORMAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM JOÃO PESSOA/PB (RELATÓRIO Nº 153398)

- FORMALIZAÇÃO LEGAL

Analizamos três contratos de mão-de-obra terceirizada, sendo um referente à prestação de serviços de limpeza e conservação, executado pela empresa J.M. Belo Conservadora Ltda., outro relativo a serviços e manutenção predial firmado com a empresa EC Engenharia e Consultoria Ltda., e o último atinente a serviços de segurança e vigilância, a cargo da empresa EMCONVI - Empresa de Serviços de Vigilância Ltda., conforme detalhado no quadro abaixo:

Modalidade de Licitação	Objeto	Nº do Contrato	Valor Anual em vigor (R\$)	Vigência do Contrato
Concorrência nº 02/1997	Execução de Serviços de Limpeza e Conservação com fornecimento de material a serem prestados nas unidades do INSS subordinados à Gerência Executiva em João Pessoa/PB.	05/1998	661.282,08	21/12/03 a 20/12/04 (*)

TP nº 01/2002	Execução de Serviços de Manutenção Predial com cobertura de riscos nos prédios da Gerência Executiva em João Pessoa/PB.	21/2002	400.979,88	1/8/04 a 31/7/05 (**)
Pregão nº 12/2002	Execução dos Serviços de Segurança Patrimonial a serem prestados em unidades do INSS subordinados à Gerência Executiva em João Pessoa/PB.	08/2003	100.351,00	1/5/04 a 30/4/05 (***)

(*) A teor do Décimo Oitavo Termo Aditivo, de 19/12/03.

(**) De acordo com o Terceiro Termo Aditivo, de 30/7/04.

(***) Conforme Segundo Termo Aditivo, de 7/5/04.

Quanto à Concorrência nº 02/1997, ressaltamos que a vigência inicial do contrato foi estabelecida de 21.12.1998 a 20.12.1999, tendo sido, com base na Lei nº 8.666/97, art. 57, II e § 4º, prorrogada por sucessivas vezes, expirando a última em 20.12.2004, conforme o 18º Termo Aditivo, de 19.12.2003. Em 28.9.2004, foi formalizada a abertura de procedimento licitatório na modalidade Pregão de nº 20/2004, tendo sido este homologado em 17.1.2005, em favor da empresa A & G Locação de Mão-de-Obra Ltda., ao preço anual de R\$ 583.800,00. Segundo informação da Seção de Logística, o contrato de prestação de serviços não foi celebrado tendo em vista que o crédito orçamentário de 2005 ainda não fora liberado, para a emissão do empenho da despesa correspondente. Com a iminência do término da vigência da última prorrogação do Contrato nº 05/1998, estando o pregão ainda inconcluso, foi autorizada, em 17.11.2004, a abertura do processo de dispensa de licitação de nº 43/2004, para a contratação em caráter emergencial, com fulcro no inciso IV do art. 24 da Lei de Licitações, tendo sido o respectivo contrato firmado em 23.12.2004, com vigência até 22.6.2005 e valor total de R\$ 330.641,04. Observamos, contudo, que o referido contrato emergencial foi assinado em data posterior (23.12.2004) ao término da vigência da última prorrogação do Contrato nº 05/1998 (20.12.2004), ocorrendo a publicação do extrato resumido daquele no DOU de 11.1.2005. A respeito dessa contratação emergencial, a Procuradoria Jurídica manifestou o seguinte, conforme Nota Técnica nº 54/2004, de 20.12.2004:

"Trata-se de contratação excepcional, motivada por inércia dos setores envolvidos, seja por deflagrar tardiamente procedimento licitatório, seja por não se desincumbir das diligências introdutórias, com a prioridade que o caso necessitava, sabido que os serviços de limpeza e conservação são de natureza continuada e indispensáveis ao regular funcionamento da Administração.

Entretanto, em face do princípio da continuidade dos serviços, a Administração não pode prescindir dos serviços em apreciação, enquadrando-se a situação emergencial na hipótese de dispensa de licitação, prevista no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/97."

Em resposta ao Ofício nº 7.295/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR, de 1.4.2005, referente aos relatórios encaminhados ao Diretor-Presidente do INSS, o Gestor, por meio do Memorando nº 021/INSS/GEXJPS, de 12.4.2005, destacou somente que a não conclusão em tempo hábil do processo licitatório ocorreu por motivos alheios à vontade do Gestor, e não por negligência.

- FISCALIZAÇÃO INTERNA

Identificamos as portarias de designação de servidores para fiscalização e acompanhamento dos contratos de prestação de serviços mantidos de forma continuada. Além disso, observamos a existência de mecanismos de controle adotados pela Unidade visando à comprovação dos serviços prestados, a exemplo de relatórios mensais de manutenção predial elaborados pelo supervisor da manutenção, e fichas mensais de inspeção de serviços de limpeza e conservação, e de serviços de vigilância, preenchidas pelo chefe da Seção de Logística ou pelos chefes das APS. Verificamos *in loco*, no edifício sede da GEXJPS/PB, que os quantitativos de empregados relacionados nas faturas (limpeza e conservação, e vigilância) estão de acordo com os contingentes disponibilizados pelas empresas contratadas.

Ressaltamos que, em relação aos serviços de limpeza e conservação, foram contratados 110 empregados, estando 21 distribuídos no edifício sede e os demais nas APS subordinadas à GEXJPS/PB. Quanto aos serviços de vigilância, atualmente estão contratados 42 postos, sendo três localizados na sede, a saber: (um de 12X36 horas diurnas de segunda a domingo; um de 12X36 horas diurnas de segunda a sexta; e um de 12X36 horas noturnas de segunda a domingo), estando de acordo com o número identificado na inspeção física. No tocante ao contrato de manutenção predial, há um contingente de 20 empregados, entre eles dois supervisores, à disposição da GEXJPS/PB e de suas APS, segundo informou o supervisor de manutenção. A solicitação dos serviços é feita por meio de telefone, fax, e-mail ou memorando, e a comprovação da execução dos serviços é realizada por meio de relatórios, de frequência semanal, visados pelos chefes das APS e atestados pelo chefe da Seção de Logística na fatura de pagamento.

- INSPEÇÃO FÍSICA DA EXECUÇÃO

Verificamos que foram apresentados todos os elementos exigidos para sua composição, a exemplo da observância do enquadramento da modalidade e tipo de licitação, tudo em atendimento ao disposto na Lei nº 8.666/93. Observamos, ainda, que os termos aditivos referentes à prorrogação de prazo de vigência desses contratos foram devidamente justificados e autorizados pela autoridade competente, após suas minutas terem sido apreciadas e aprovadas pelo setor jurídico da Unidade. Nos processos licitatórios, verificamos a realização de pesquisa de

mercado para o estabelecimento do valor referencial dos serviços.

Por último, avaliamos a composição unitária dos custos desses serviços e verificamos que os valores pagos mensalmente respeitam os limites oficiais estabelecidos em portarias.

Uso do PREVFácil

Com relação aos terminais PREVFácil, a Seção de Controladoria (Secon) da GEXJPS/PB, informou existirem seis desses terminais, todos de propriedade do INSS, estando assim distribuídos nas APS:

APS (João Pessoa)	Unidades	Observação
Tambauzinho	2	-
Manaíra	1	-
Centro	2	um equipamento originário da APS Tambauzinho e outro da APS Manaíra
Sul	1	Equipamento originário da APS Tambauzinho

A GEXJPS/PB apresentou Relatório por Serviços, para o período de 1/1/04 a 31/12/04, constando 723 acessos e consultas nesses terminais. Por meio da SA nº 06, de 27/1/05, questionamos à GEXJPS/PB quanto ao funcionamento dos equipamentos de consulta PREVFácil. Em resposta, mediante o Ofício nº 0011/13.001.001, de 28/1/05, a Secon da GEXJPS/PB informou:

"Que os equipamentos (computadores) que compõem os quiosques (totens) do auto-atendimento do tipo PREVFácil, são todos de propriedade do INSS e, portanto, não são objeto de locações como acontece com a maioria destes equipamentos localizados nas APS de todo o país; Que tais equipamentos foram remanejados para outras unidades e não se encontram montados dentro de seus quiosques em virtude da dificuldade desta Gerência Executiva em modernizar o seu parque informatizado com a aquisição de máquinas novas que pudessem substituir máquinas obsoletas e muitos terminais que existiam até bem pouco tempo. Com a melhor utilização destes equipamentos reaproveitados em nossos guichês, podemos proporcionar uma melhor qualidade no atendimento dispensado ao nosso cliente; Que estes equipamentos foram montados com o propósito de retirar em torno de 30% das demandas de nossas filas por disponibilizarem serviços rápidos e de fácil acesso a clientela, porém se tornaram subutilizados em função da carência de pessoal por que passa o INSS atualmente, não havendo servidores disponíveis nas Agências para orientar como manusear o sistema; Que os terminais foram desativados nas Agências Tambauzinho e Manaíra, únicas a serem contempladas com este tipo de equipamento de forma originária, em função de suas adequações ao modelo PMA - Programa de Melhoria do Atendimento, após o final do

contrato de locação de suas impressoras originárias, porque em substituição a estas chegaram impressoras incompatíveis com o modelo dos quiosques (totens); Que os relatórios gerenciais anteriores a retirada ou desativação não estão disponíveis na página da Coordenação Geral de Controladoria - INSSDF, em função de apenas existirem os dados do ano de 2004."

O Chefe da SECON esclareceu, ainda, que os terminais das Agências de Tambauzinho e Manáira foram desativados com o advento do contrato das novas impressoras com TN Industrial de número 01.0058/02, vigência de 9.10.2002 até 8.10.2006 (informações da DATAPREV local), por serem estas incompatíveis com o modelo dos quiosques. Os quiosques remanejados para as Agências João Pessoa Centro e João Pessoa Sul também se encontram desativados, conforme justificado pelo chefe da Secon na resposta acima. Em nenhum dos casos, a Secon soube informar a data de desativação desses equipamentos. Em visita à APS Centro, observamos a existência de um quiosque desativado cujo computador está funcionando no guichê de atendimento ao público. O outro computador, que fora remanejado da APS Manáira sem o quiosque, não foi localizado.

10.1.1.17 - INFORMAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM BELO HORIZONTE/MG (RELATÓRIO N° 153758)

- PROCESSOS LICITATÓRIOS - FORMALIZAÇÃO LEGAL

Contratação conjunta de objetos que poderiam ser realizados separadamente.

Foi realizado o processo administrativo nº 35163.000599/2001-21, tomada de preços nº 002/2002, tendo como objeto a contratação de empresa jurídica para execução da reforma e melhoria na APS/São Lourenço, além das obras de engenharia foi incluído no objeto o fornecimento de mobiliário, divisórias, sistema de ar-condicionado e identificação interna e externa, aquisições que poderiam ter sido licitadas separadamente, não onerando a obra com os 39% de BDI cobrados.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

A Portaria/MPS nº 4508/98 determinou que a licitação fosse realizada conjuntamente.

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS

Gerente Executivo do INSS em BELO HORIZONTE/MG em 2004

AVALIAÇÃO DA SFC:

Uma contratação conjunta prejudica a isonomia, a legalidade e a economicidade do relacionamento entre a Administração e a iniciativa privada e deve ser evitada. A portaria expedida pelo MPS vai de encontro aos três princípios fundamentais citados.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos que em futuras contratações os objetos distintos sejam licitados separadamente, conforme § 5º do Art. 23 da Lei 8.666/93.

- INSPEÇÃO FÍSICA DA EXECUÇÃO

A obra foi recebida provisoriamente em 4.2.2003 pelo fiscal da obra Eng. do INSS Marcelo Lanza. Em 11.6.2003 a obra foi recebida definitivamente pela Comissão nomeada para esse fim, por meio da Portaria INSS/GERVAR nº 10 de 26.2.2003.

10.1.1.18 - INFORMAÇÃO:

GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM CAMPO GRANDE/MS (RELATÓRIO Nº 153394)

- PROCESSOS LICITATÓRIOS - FORMALIZAÇÃO LEGAL

O procedimento visa verificar a ocorrência da pesquisa de preços para estabelecimento do valor referencial da licitação (principalmente no caso de compras) utilizando o Sistema de Registro de Preços - SIREP. Conforme listagem fornecida pela Gerência Executiva do INSS em Campo Grande/MS - GEXCGD/MS, foi constatado que, até agosto de 2004, foram realizados 26 processos administrativos que redundaram em aquisições de bens e serviços para aquela Gerência. Os processos licitatórios totalizaram 7 (3 convites, 3 pregões e 1 tomada de preços), ao passo que os processos de dispensas de licitação foram 19 (5 para aquisição de bens e 14 para aquisição de serviços), sendo que todos obedeceram ao que prescreve o Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 (para outros serviços e compras foi observado o valor de até 10% do limite previsto para o convite). Desse universo, foram selecionados aleatoriamente 6 processos (sendo 3 licitatórios e 3 administrativos), perfazendo uma amostra de 23%. Considerando como universo apenas os 7 processos licitatórios realizados no período, teremos uma amostra de 42,9% daquele total. Constatou-se que o SIREP ainda não foi implantado na GEXCGD/MS, contudo, também foi constatado que a administração do órgão vem realizando as pesquisas de preços preliminarmente a fim de balizar suas aquisições no mercado.

- FISCALIZAÇÃO INTERNA

Este procedimento visa identificar inicialmente se a unidade dispõe de mecanismos de fiscalização interna e controles próprios de gestão contratual ou se a mesma é assistida e subsidiada de informações de forma terceirizada (visando a coordenação e monitoramento da execução dos contratos celebrados). De um universo de 26 processos existentes foram examinados um total de 6 (amostra de 23%), conforme discriminados abaixo:

- 35092.000097/04-95 - Convite nº 02/04 - Aquisição de impresso padronizados para o estoque da GEXCGD/MS - Contratos nos 19/2004, 20/2004, 21/2004, 22/2004 e 23/2004, respectivamente com as empresas Luís Augusto dos Santos Rocha (R\$ 1.000,00), Lyrio & Souza Ltda. (R\$ 12.098,00), Adão Couto dos Reis - ME (R\$ 4.887,00), Gibim Gráfica e Editora Ltda. (R\$ 1.050,00) e Tropgraph Ltda. (R\$ 239,00);
- 35092.000059/04-32 - Convite nº 01/04 - Aquisição de combustível e lubrificantes para as viaturas da GEXCGD/MS - Contrato nº 18/2004 com a empresa Fernandes Neto & Cia Ltda., no valor de R\$ 29.935,80, de 19/04 a 31/12/2004;
- 35092.000061/04-10 - Pregão nº 01/04 - Contratação de empresa operadora para a prestação de serviço móvel pessoal pós-pago à GEXCGD/MS - Contrato nº 25/2004 com a empresa Telems Celular S/A, no valor de R\$ 1.536,50 pelo período de doze meses;
- 35092.000240/04-49 - Dispensa de Licitação nº 24/2004 - Aquisição de carimbos de borracha - Contratos nos 28/2004 e 29/2004, respectivamente com as empresas Sobral Chaves e Carimbos Ltda. - ME (R\$ 45,00) e Alan Kardec Lara - ME (R\$ 395,50);
- 35092.000108/04-37 - Dispensa de Licitação nº 13/2004 - Serviço de colocação de aproximadamente 73 m² de insufilme com 75% de bloqueio - Contrato nº 13/2004 com a empresa Vidraçaria Cristal Ltda. no valor de R\$ 1.600,00;
- 35092.000408/04-16 - Dispensa de Licitação nº 44/2004 - Serviço de colocação de aproximadamente 56,8 m² de insufilme com 75% de bloqueio - Contrato nº 68/2004 com a empresa Vidraçaria Cristal Ltda. no valor de R\$ 1.159,00.

Dos exames dos processos disponibilizados à Equipe de Auditoria constatou-se que a unidade auditada busca pela observância dos controles administrativos, haja vista ter sido encontrado nos referidos processos os seguintes documentos:

- formulários onde são listadas cada uma das etapas obrigatórias do processo licitatório, com data e respectivos carimbo e assinatura do servidor responsável pelo procedimento;
- da amostra, todos os contratos firmados pela GEXCGD/MS prevêm em suas cláusulas o acompanhamento e fiscalização, por parte de representante da entidade, da prestação de serviços e/ou bens a serem entregues;
- notas fiscais com os respectivos carimbos atestando a efetiva realização do(s) serviço(s) e/ou a entrega do bem(ns) de acordo com o especificado em contrato.

Destarte, foram evidenciados mecanismos de controle e fiscalização interna dos contratos executados no exercício corrente.

10.1.1.19. CONSTATAÇÃO:

Ato administrativo praticado em desacordo com legislação vigente, referente Processo nº 35000.000131/2004-11 e Processos nº 35000.004136/96-16

Conforme informações prestadas pelo Ofício nº 324/INSS/DIRRH/CGARH, de 15.4.2005, o INSS mantém o Convênio nº 01/2004, assinado em 1.9.2004, com o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, assinado em 1.9.2004, para o preenchimento do quadro de vagas distribuídas por Gerências-Executivas, onde atualmente estão sendo empregados a mão-de-obra de 7.784 estagiários, sendo 4.354 de NM e 3.430 de NS.

O instrumento assinado com o CIEE foi resultante do Pregão nº 19/2004, Processo nº 35000.000131/2004-11, para uma vigência de 2 (dois) anos, com o valor estimado de R\$ 80.495.251,20.

No exercício de 2004 foi levado a crédito do CIEE o valor de R\$ 9.649.915,60, conforme consulta realizada no CONOB/SIAFI, em 19.4.2005 (16:28 h) e, deste valor, 4% (quatro por cento), R\$ 385.996,69 foi pago a título de taxa de administração.

Em decorrência do instrumento (Convênio) assinado não estar condizente com o procedimento licitatório e por constar na Cláusula Décima que o Instituto repassaria recursos para despesas administrativas do CIEE, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 160221-19 para que fossem prestados os seguintes esclarecimentos:

"Informar a esta equipe de auditoria sobre o ato administrativo assinado entre esse Instituto e o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, sobre as questões que seguem:

Qual o embasamento legal que respaldou a assinatura do Convênio 01/2004, resultante do Pregão 19/2004, Processo nº 35000.00013/2004- 11, uma vez que o instrumento assinado não é condizente com o ato praticado, procedimento licitatório.

O instrumento pactuado entre esse INSS e o CIEE não está pautado na mútua cooperação e no interesse recíproco e, sim na contraprestação de serviços, que contrariam o disposto na IN/STN nº 01, de 15.01.97 e os § 1º e 2º do art. 12 da Lei nº 4.320/64, que definem conceitos de despesas de custeio e transferências correntes, uma vez que em convênio, conforme sua própria concepção, não ocorrem contraprestações de serviços, somente transferências de recursos objetivando a mútua cooperação, portanto, no presente caso, o instrumento adequado seria CONTRATO.

Motivo de constar na Cláusula Décima do Convênio, o repasse do valor mensal limitado a R\$ 1.700.000,00, à CONVENIENTE, para cobrir despesas com: Seguro de Acidentes Pessoais dos Estagiários, energia elétrica, pessoal, condomínio, telefone, aluguel, postagem, despesas bancárias, material de expediente e outras ocorridas na seleção e acompanhamento dos estagiários(...).

Encaminhar de acordo com o que consta na Cláusula Nona e Décima Quarta do instrumento, o cronograma de desembolso e as prestações de contas realizadas pela CONVENIENTE."

Análise da SFC

Até o término dos trabalhos de auditoria, o INSS não atendeu a Solicitação de Auditoria - SA, anteriormente mencionada.

Conforme exposto, o INSS vem mantendo a prestação de serviços realizada pelo Centro de Integração de Empresa Escola - CIEE, por intermédio de procedimento administrativo inadequadamente assinado, denominado de Convênio ao invés de Contrato, conforme preceitua parágrafo único, do artigo 2º, da Lei nº 8.666/93.

A celebração de convênio, com já citado, refere-se a despesas de custeio e transferências correntes, e conforme sua própria concepção, não ocorrem contraprestação de serviços, somente transferências de recursos objetivando a mútua cooperação, de acordo com o contido no § 1º e 2º do art. 12 da Lei nº 4.320/64 e da IN/STN nº 01, de 15.01.97.

Programa de Menor Aprendiz

Com relação ao Programa de Menor Aprendiz, o INSS vem mantendo os serviços por meio do Convênio de Cooperação Sócio-Educativa nº 01/96, assinado em 12.11.96, Processos nº 35000.004136/96-16, com a Inspetoria São João Bosco - Centro Salesiano do Menor - CESAM, denunciado por interesse da Administração, pelo Órgão Jurídico do Instituto, face irregularidades em sua execução. Assunto este tratado no subitem 10.2.1.1 do Relatório de Auditoria nº 139816/2004. As prestações dos serviços dos menores aprendizes estão localizadas: Direção Central, Gerência-Executiva do Distrito Federal, Gerência-Executiva de Goiânia/GO, Gerência-Executiva de Belo Horizonte/MG, Gerência-Executiva de Vitória/ES e Rio de Janeiro/RJ.

No exercício de 2004 foi levado a crédito do CESAM a importância de R\$ 594.549,08.

Sobre o assunto a Diretoria de Recursos Humanos apresentou a justificativa, a época da edição do citado Relatório de Auditoria, pelo Ofício INSS/DIRRH nº 194, de 30 de abril de 2004, com o seguinte teor:

(...)diante das irregularidades apontadas pela Procuradoria Federal especializada junto a este INSS, encaminhamos consulta ao Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Delegacia Regional do Trabalho, a fim de obtermos relação das instituições existentes no âmbito do Distrito Federal que estão credenciadas a fornecer menores- aprendizes para a realização de novo projeto. De posse da mencionada relação, enviamos correspondências às instituições credenciadas para que apresentassem suas propostas, as quais ainda não foram recebidas. No aguardo, comunicamos a Vossas Senhorias que tão logo apresentadas às propostas, estaremos analisando o procedimento a ser adotado, visando às peculiaridades regionais.

Em função desses fatos, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 160221-20, indagando o que segue:

"Informar a esta equipe de auditoria sobre o ato administrativo assinado entre esse Instituto e a Inspetoria São João Bosco - Centro Salesiano do Menor - CESAM, que resultou no Convênio de Cooperação Sócio-Educativa nº 01/96, assinado em 12.11.96, Processo nº 35000.004136/96-16, em relação às recomendações apontadas no subitem 10.2.1.1 do Relatório de Auditoria nº 139816/2004, a seguir transcritas:

a) Adoção de medidas, caso persista a necessidade do desenvolvimento do Projeto Mensageiro-Mirim, pertencente ao Programa de Menor Aprendiz, de geração do primeiro emprego a jovens adolescentes, integrante da política do Governo Federal, no sentido de formalizar a contratação dos serviços pela modalidade administrativa de Contrato, observando no Estatuto da Entidade se está voltada à realização de interesse público ou social.

b) Que o INSS observe as orientações emanadas pelo Órgão Jurídico do Instituto, quando da edição de um novo instrumento, no que tange às necessidades, abrangência e o quantitativo de jovens adolescentes a serem inseridos para a consecução do Projeto, obedecendo os limites e as peculiaridades que regem essas contratações, previstas em Lei.

c) Que o INSS adote providências no sentido de instaurar os procedimentos administrativos cabíveis, em função das recomendações proferidas pelo Órgão Jurídico desse Instituto.

d) informar o quantitativo de Mensageiros-Mirins atualmente em atividade nesse Instituto, uma vez que as informações encaminhadas contemplaram apenas as Unidades onde estão sendo empregadas essas mãos-de-obra.

Cabe esclarecer que o Órgão Jurídico desse Instituto se manifestou contrário à continuidade do Convênio nº 1/96, determinando, inclusive a denuncia do citado instrumento, por interesse da Administração, face irregularidades em sua execução, sugeriu se comprovada a necessidade dos serviços, formulasse novo Instrumento."

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

A Diretora de Recursos Humanos do INSS por intermédio do Ofício nº 638/INSS/CGARH, de 28 de junho de 2005, esclareceu o que segue:

"Tendo em vista a Solicitação de Auditoria nº 160221-20,2005, mediante a qual Vossas Senhorias solicitam informar sobre o ato administrativo assinado entre esse Instituto e a Inspeção São João Bosco-Centro Salesiano do Menor-CESAM, que resultou no Convênio de Cooperação Sócio-Educativa nº 01/96, assinado em 12-11-96, processo nº 3500.004136/96-16, em relação as recomendações apontadas no subitem 10.2.1.1, Relatório de Auditoria/DSPAS/SFC/CGU-PR nº 139816/2004, assim assevera:

02. Sobre a solicitação esclarecemos que foi publicada no Diário Oficial da União de 14-01-2005, a Resolução/INSS/DC nº 182, de 12-01-2005, da qual destacamos os arts. 1º, 2º e 3º:

"Art 1º - Descentralizar a assinatura de convênios do "Projeto Mensageiro Mirim" nas Gerências-Executivas do INSS que já possuem os respectivos serviços, nos Estados do Distrito Federal, Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Art. 2º - Ficará a cargo da Direção Central do INSS, através da Gerência-Executiva no Distrito Federal, até o

final de março de 2005, a gestão do atual convênio do "Projeto Mensageiro Mirim", que abrange as Gerências-Executivas acima mencionadas.

Art 3º - As Gerências-Executivas deverão iniciar, de imediato, as adoções das providências necessárias para a assinatura do novo convênio, adequando-o a sua realidade."

03. Isto posto, esclarecemos também que está tramitando o processo nº 35000.000379/2005-55, de interesse da Coordenação-Geral de Apoio a Diretoria Colegiada, cujo objeto refere-se a Contratação de Prestação de Serviços de Mensageiros Mirins, por intermédio de convênio. O referido expediente está devidamente instruído com as orientações do Órgão Jurídico-Procuradoria Federal Especializada conforme DESPCHO/PFE/INSS/CGMADM/DLIC Nº 355/2005, DESPACHO PFE/INSS/CGMADM/DLIC Nº 432/2005 e DESPACHO PFE/INSS/CGMADM/DLIC Nº 442/2005.

04. Acrescentamos ainda que o expediente está atualmente na Gerência Executiva de Recursos Humanos da Diretoria Colegiada a fim de atender a solicitação da Coordenação-Geral de Apoio à Diretoria Colegiada quanto a elaboração de Termo de Referência visando a contratação dos serviços.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS

379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
085.453.241-20	LUCIA HELENA DE CARVALHO	DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
Gerente Executivo do INSS em SÃO PAULO/SP em 2004		

AValiação DA SFC:

Conforme já mencionado, o INSS deve adequar a relação existente com o CESAM, na manutenção da prestação de serviços do Projeto Mensageiros Mirim - Menor Aprendiz, por intermédio de Contrato, de acordo com o que dispõe o inciso XIII, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93, uma vez que a missão da Instituição está voltada a "proporcionar aos adolescentes, em sistema alternativo à escola formal, educação integral, nas bases do Sistema Preventivo de Dom Bosco, dentro dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, visando sua participação transformadora na sociedade.

De acordo com anteriormente exposto, o INSS deverá rever a Resolução DC/nº 182, de 12 de janeiro de 2005, de modo a ajustá-la aos preceitos da Lei nº 8.666/93.

RECOMENDAÇÃO:

Recomendamos adotar as medidas a seguir elencadas:

1) No instrumento assinado com o CIEE, adequá-lo a Contrato, conforme na Lei nº 8.666/93:

2) Rever as cláusulas contratuais atualmente regidas pelo instrumento administrativo denominado de Convênio, para o de contrato administrativo, de acordo com os artigos 54 e 55, da Lei nº 8.666/93.

Em relação ao Projeto Mensageiro-Mirim, mantemos as recomendações constantes do subitem 10.2.1.1 do relatório nº 138.816/2004, quais sejam:

3) Adoção de medidas, caso persista a necessidade do desenvolvimento do Projeto Mensageiro-Mirim, pertencente ao Programa de Menor Aprendiz, de geração do primeiro emprego a jovens adolescentes, integrante da política do Governo Federal, no sentido de formalizar a contratação dos serviços pela modalidade administrativa de Contrato, observando no Estatuto da Entidade se está voltada à realização de interesse público ou social.

4) Que o INSS observe as orientações emanadas pelo Órgão Jurídico do Instituto, quando da edição de um novo instrumento, no que tange às necessidades, abrangência e o quantitativo de jovens adolescentes a serem inseridos para a consecução do Projeto, obedecendo aos limites e as peculiaridades que regem essas contratações, previstas em Lei.

5) Que o INSS adote providências no sentido de instaurar os procedimentos administrativos cabíveis, em função das recomendações proferidas pelo Órgão Jurídico desse Instituto.

10.1.1.20. CONSTATAÇÃO:

Pagamento indevido de taxa de administração de 10% para implementação da UNIPREV via Acordo de Cooperação Técnica assinado com a UNESCO e ausência de informação do acerto de contas.

Esclarecemos que esse assunto já foi objeto de relato pela SFC/CGU, por meio da Nota Técnica nº 20/2000, Relatórios de Auditorias nºs 139816/2004 e 153860/2004, onde o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando promover a gestão do conhecimento e a disseminação de valores organizacionais no desenvolvimento pessoal e profissional de seus servidores, implementou a Universidade Corporativa da Previdência - UNIPREV.

Com base nas informações dos citados Relatórios, destacamos o seguinte:

- a implementação do projeto de Desenvolvimento do Programa de Educação Corporativa e de Melhoria na Gestão dos Serviços do INSS foi realizada por intermédio do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o INSS e a UNESCO tendo, dentre outros objetivos, o desenvolvimento do Programa de Ensino à Distância;
- Os cursos são ministrados por meio da Universidade Corporativa da Previdência - UNIPREV, disponibilizados em "campus virtual" pela internet, possibilitando aos servidores do INSS o acesso a diversos cursos realizados no seu próprio ambiente de trabalho;
- O Projeto iniciou em 2001, e até janeiro de 2004, segundo relatório encaminhado ao Organismo Internacional, haviam sido ministrados 18 cursos, sendo que do total de inscritos, apenas 34,73% haviam concluído o curso, significando que de 14.146 inscritos, apenas 4.913 concluíram o mesmo;
- Os recursos financeiros previstos no Acordo para o exercício de 2001 a 2003, aportaram a soma de R\$ 57.571.929,31, conforme planilha orçamentária apresentada pela UNESCO. Do total apresentado, não se vislumbra o quanto foi destinado a implementação da UNIPREV, uma vez que está globalizado com outras ações inseridas no contexto do Acordo de Cooperação;
- Taxa de Administração de 8%;
- Ausência de documentos para avaliar o alcance, os custos, utilização dos equipamentos, efetividade, o retorno qualitativo e quantitativo do investimento realizado;
- O novo Acordo Básico de Cooperação Técnica 314BRA1005 vigorou no período de 13.12.2000 a 13.12.2002, com revisão de 14.12.2002 a 30.06.2003, prorrogado por mais um trimestre, foi assinado pelo Presidente do INSS, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Cooperação - ABC e Representante da UNESCO no Brasil;
- Acórdão nº 168 TCU - 2ª Câmara - considerou irregular a contratação, com dispensa de licitação fundamentada no art. 24, XXIV da Lei 8.666/93, com a UNESCO, para as atividades de prestações de serviços de fornecimento de mão-de-obra para a execução de

atividades comuns e de grandes ofertas no mercado, hipótese que não se ajusta à contratação da UNESCO. No Acórdão foi aplicado multa individual no valor de R\$10.000,00, aos Senhores Crésio de Matos Rolim (ex-Presidente do INSS), Luiz Alberto Lazinho (ex-Presidente do INSS, substituto) e Raul Christiano de Sanson Portella (ex-Diretor de Administração Patrimonial do INSS);

- Os resultados apresentados pelo UNIPREV, segundo informação do Gestor foi o seguinte:

Ano	Nº de Inscritos	Nº de Concluintes	%
2002	6.625	1.803	27,22
2003	4.622	2.083	45,07
2004	2.899	1.027	35,47
Total	14.146	4.913	34,73

Consolidado de conclusões dos cursos oferecidos pela UniPREV

- necessidade de realizar encontro de contas das importâncias levadas a crédito da UNESCO, de modo a compor os gastos na implantação do Projeto UNIPREV, face as diferenças entre os itens de despesas e do total geral que totalizou a importância de R\$ 2.253.531,75 (R\$ 8.595.955,21 - R\$ 6.338.423,46), em decorrência das divergências entre as documentações de despesa realizada pelo Organismo Internacional, bem como apurar os prejuízos causados aos cofres do Instituto;

JUSTIFICATIVA DO GESTOR:

Em resposta, a Coordenador-Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos encaminhou correspondência datada de 20.4.2005 informando que "encontram-se em análise cópias dos autos do processo de contratação de serviços por intermédio do Acordo Básico da UNESCO e outros documentos referentes às divergências identificadas entre as documentações de despesa realizada por aquele organismo internacional".

Solicitou, ainda, na citada correspondência a extensão do prazo de atendimento de 21.04 para o dia 29.04.2005, para responder à Solicitação de Auditoria anteriormente citada.

Em expediente datado de 9.6.2005, a Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos/DIRRH, em resposta a Solicitação de Auditoria nº 160221-15, de 18.4.2005, explanou o que segue:

"O Acordo Básico de Cooperação Técnica assinado pelo INSS e a UNESCO já foi objeto de análise pela SFC, quando

da implementação do Programa de Melhoria do Atendimento na Previdência Social - PMA por intermédio da Nota/DSPAS/SFC/MF nº 20, de 8.8.2000 e as recomendações à época da edição do Relatório de Avaliação de Gestão nº 139816/2004 foram cumpridas pelo INSS."

No que diz respeito a avaliação realizada pela Secretaria Federal de Controle Interno - SFC em seu Relatório de Auditoria nº 153860, vale tecer as seguintes considerações:

"(...)

2. Nos termos do referido Acordo estão previstas subcontratação de empresas de consultoria e outros serviços que possibilitassem o desenvolvimento e a implantação do Programa de Educação a Distância do INSS.

Tal previsão, provavelmente deu-se a época, pela ausência de profissionais formados e capacitados na Instituição para desenvolver, implantar e avaliar projeto de tal monta. Durante toda a elaboração e implementação do projeto não foram identificados servidores do Quadro de Pessoal do INSS detentores de conhecimento em EAD para o desenvolvimento de todas as etapas do projeto.

Cabe ressaltar que o projeto foi desenvolvido e implementado por profissionais especializados contratados por meio do Acordo de Cooperação. Somente no primeiro semestre de 2003 foram identificadas três servidoras com interesse em estudar e aprender sobre o tema educação a distância - EAD. Atualmente, a equipe está estruturada com seis servidores, que estão empenhados em estudar e contribuir para que as metas previstas no Planejamento Operacional do Instituto sejam atingidas. Três servidoras são alunas de especialização, uma cursando pós-graduação em Educação a Distância e outras duas em Gestão de Projetos. Mesmo assim a equipe ainda está sendo formada e com carência em termos técnicos específicos da área de EAD, permanecendo carente de técnicos especialistas para realização de atividades que anteriormente eram desenvolvidas pelos profissionais contratados via Acordo de Cooperação, imprescindíveis para segmento do Programa que já demonstrou sua eficiência e efetividade pelos números apresentados.

A avaliação da SFC afirma que os meios empregados para atingimento do objeto do Projeto contrariam os preceitos constitucionais e os da Lei de Licitação, no entanto pela Decisão 642/1997, o Tribunal de Contas da União - TCU entende que "na execução de convênio ou contratos com recursos repassados a organismos internacionais de cooperação de que o Brasil seja partícipe, é admitida a adoção de procedimentos

licitatórios nos termos exigidos pelas normas dos referidos organismos, desde que não conflitem com a Constituição Federal."

Esta mesma decisão plenária (DC-0642-37/97/97-P) DECIDE em seu item 1 "considerar improcedente a presente denuncia e firmar orientação a seguir, a ser dirigida, por meio dos Sistemas de Controle Interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, aos órgãos repassadores de recursos financeiros federais e organismos internacionais executores de programas de interesse do Governo Brasileiro: 1.1. Na execução de convênio ou contratos referentes ao repasse de recursos financeiros para Organismos Internacionais de cooperação de que o Brasil seja partícipe, é admitida a adoção de procedimentos licitatórios nos termos exigidos pelas normas dos referidos organismos, desde que não conflitem com o texto constitucional, especialmente no que tange aos princípios inscritos no artigo 37 caput e inciso XXI da Carta Magna. (...)" (grifo nosso)

2. O investimento realizado pelo Instituto no período de 2001 a 2003, com todo o detalhamento das despesas com viagens e diárias, monitoria e avaliação e custo da Agência Executora consta do Relatório Final do Acordo de Cooperação, entregue a equipe de Auditores por meio do Ofício/INSS/DRH nº 299, de 22.3.2004, ocasião em que foram encaminhados também:

- Acordo de Cooperação Técnica INSS/UNESCO, 314/BRA1005, devidamente assinado pelo Presidente do INSS, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Cooperação - ABC e Representante da UNESCO no Brasil.
- O Programa de Treinamento a Distância do INSS com descrição do planejamento estratégico para o desenvolvimento e implantação do Programa, Modelo de Desenvolvimento, Plano de treinamento e o Programa de Treinamento com suas soluções e cronograma de atividades.
- Termo de Transferência de Posse e Propriedade dos Equipamentos assinado pelo Presidente do INSS, Representante da UNESCO no Brasil e Gerente Executivo do Projeto, atestando a transferência e recebimento dos equipamentos adquiridos para o Programa de Educação a Distância.
- Material de Divulgação, composto de pasta, caneta, CD informativo, incluindo demonstração do curso sobre a Lei 8.112/90.

Quanto a implantação da UNIPREV, sob intermediação da UNESCO, o investimento foi de R\$ 8.595.955,21 (oito

milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e vinte um centavos), conforme Ofício nº 1.347, de 20/12/2004 enviado a equipe de auditores da Secretaria Federal de Controle Interno. Inclui-se neste valor a empresa de consultoria contratada pela UNESCO para desenvolver o software de educação a distância, incluindo sistemas de gerenciamento, elaboração e publicação dos cursos e consultores especializados, valores gastos com treinamento das equipes de gestão centralizada e descentralizadas, consultores especializados em avaliação, além de outras empresas prestadoras de serviços, conforme Quadro I abaixo:

Descrição	Projeto				Total
	Nº	R\$	Nº	R\$	
TECSOFT	3001	3.465.094,39	1005	3.647.965,44	7.113.059,83
Outras Empresas	-	-	1005	404.211,60	404.211,60
Consultores Permanentes	-	-	1005	337.871,35	337.871,35
Consultores por Produto	-	-	1005	149.428,84	149.428,84
Pesquisa de Avaliação	-	-	1005	69.900,00	69.900,00
Especialista em EAD	-	-	1005	521.483,59	521.483,59
Total Geral		3.465.094,39	-	5.130.860,82	8.595.955,21

À empresa contratada pela UNESCO para desenvolver o Programa de Educação a Distância, TECSOFT, foi destinada durante a vigência do Acordo, a importância de R\$ 7.113.059,83 (sete milhões, cento e treze mil, cinquenta e nove reais e oitenta e três centavos), demonstrado no Quadro I e nas faturas e ordens bancárias encaminhadas a equipe de auditores da SFC por meio do Ofício nº 1.347, de 20.12.2004.

(...)

3. O documento de Projeto do Acordo de Cooperação, às folhas 29, prevê a antecipação de pagamento em Cronograma de Desembolso. No entanto, cabe esclarecer que tais transferências não ocorreram durante a implantação da UNIPREV, conforme pode ser observada por meio de verificação das datas das faturas atestadas e das ordens bancárias, documentação anexa ao Ofício nº 1.347, de 20.12.2004, encaminhado a SFC.

Esclarecemos que, no que se refere ao encontro de contas das importâncias repassadas a UNESCO, os saldos dos recursos disponibilizados, serão restituídos ao INSS após revisão das contas que estão sendo efetivadas pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística, conforme MEMORANDO/Nº 263, de 21 de julho de 2004 e seus anexos.

Assim, diante do exposto, julgamos estarem sanadas as impropriedades/falhas aludidas no item 5.1.1.2.1, alíneas "a" e "b" do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 153860.

Por fim, cabe ressaltar que todas as informações aqui registradas foram fornecidas na íntegra pela servidora gestora do aludido contrato à época, e que atualmente encontra-se lotada na Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Previdência Social.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
085.453.241-20	LUCIA HELENA DE CARVALHO	DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
740.221.488-53	TAITI INENAMI	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
008.349.391-34	CARLOS GOMES BEZERRA	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
138.615.653-15	ANTÔNIO BACELAR FERREIRA	COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
287.351.101-04	ÂNGELO RONCALLI MENDES LIMA	COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

AVALIAÇÃO DA SFC:

Verificamos a existência de uma diferença R\$ 2.257.531,75, que precisam ser comprovados, uma vez que foi informado um montante gasto de R\$ 8.595.955,21 e os comprovantes encaminhados somam R\$ 6.338.423,46.

Outro fato tratado no Relatório de Auditoria que precisa ainda de justificativa se refere a participação da empresa OPEN SCHOOL no desenvolvimento do projeto UNIPREV, em razão do pedido de reconhecimento de dívida tramitando no Instituto, conforme comando 15627149 constante do Sistema Informatizado e Protocolo, que segundo notícias prestadas pelo Gestor do Projeto, à época, teria desenvolvido o sistema de EAD.

Oportuno destacar que o desenvolvimento e a implantação do Projeto da Universidade Corporativa da Previdência Social - UNIPREV de Educação a Distância - EAD, fez parte do Acordo Básico de Cooperação e Assistência Técnica assinado entre o INSS e a UNESCO, que envolveu a soma de cerca de R\$ 57 milhões, e desse montante o citado organismo deteve 8%.

Sobre essa taxa de administração de 8%, esclarecemos que por conta dos Decretos nºs 3.751/2001 e 5.151/2004, ela foi limitada em 5% para os projetos implementados sob a modalidade de execução nacional, que é o caso em questão.

DECRETO Nº 3.751/2001

Art. 18. Os órgãos ou as entidades que vierem a firmar acordo de cooperação técnica ou instrumentos congêneres com organismos internacionais dos quais o Brasil faça parte deverão negociar, previamente, a taxa de administração a ser calculada sobre os recursos objeto de aplicação, ficando esta limitada em até cinco por cento para os projetos implementados sob a modalidade de execução nacional.

DECRETO Nº 5.151/2004

Art. 1º Este Decreto estabelece os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de atos complementares de cooperação técnica recebida, decorrentes de Acordos Básicos firmados entre o Governo brasileiro e organismos internacionais cooperantes, e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos.

Parágrafo único. A taxa de administração a ser fixada junto aos organismos internacionais cooperantes fica limitada em até cinco por cento dos recursos aportados pelos projetos a serem implementados sob a modalidade de Execução Nacional.

Dessa forma, verifica-se que desde 2001 o INSS vem remunerando acima da taxa de 5% a UNESCO, demonstrando atitude antieconômica em sua gestão.

RECOMENDAÇÃO:

Que a Diretoria Colegiada adote as seguintes providências:

- realizar encontro de contas das importâncias levadas a crédito da UNESCO, de modo a compor os gastos na implantação do Projeto UNIPREV, face as diferenças entre os itens de despesas e do total geral que totalizou a importância de R\$ 2.257.531,75 (R\$ 8.595.955,21 - R\$ 6.338.423,46), em decorrência das divergências entre as documentações de despesas realizadas pelo Organismo Internacional.
- encaminhar todos as faturas e documentos que embasaram os pagamentos efetuados pela UNESCO, a esta SFC/CGU, contendo as especificações por itens de despesas.
- regularizar os pagamentos efetuados em desacordo aos mencionados decretos, referente a taxa de administração, e se for o caso, abertura de Tomada de Contas Especial.
- apurar responsabilidade dos responsáveis, conforme dispõe os ditames da Lei 8.112/90.

10.1.1.21 CONSTATAÇÃO:

Irregularidade na contratação da FUB e pagamento indevido

No subitem 5.1.1.2.2 do Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 153860/2004, foi evidenciada na análise realizada no Processo nº 35000.001538/2004-58, referente ao Contrato nº 049/2004, assinado em 1.10.2004, com vigência de doze meses, entre o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Fundação Universidade de Brasília - FUB, contratação indevida com fundamento legal o art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

O contrato tinha como objeto a prestação de serviços técnicos-especializado com vistas ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de programas, projetos e atividades de endomarketing e comunicação, com o valor inicialmente previsto de R\$ 2.079.000,00, conforme publicação no Diário Oficial da União, em 1.10.2004. Posteriormente este valor foi alterado para R\$ 8.316.000,00, conforme DOU de 19.10.2004.

Foi enfatizado naquela oportunidade que o contrato demonstrava diversas infringências à Lei nº 8.666/93 e ao princípio constitucional da isonomia, bem como a real necessidade dos serviços em questão, inclusive com indicativo de existência superposição de serviços, a cargo do MPS. Fato este, também, comentado no despacho da PFE/INSS/CGMADM/DLIC nº 1.215, de 3.9.2004, quando destaca "que não foram apresentadas as devidas justificativas que fundamentassem a contratação direta pretendia, fundada no art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

Em 5.11.2004, a Coordenação-Geral de Apoio à Diretoria Colegiada efetuou, por meio da Ordem Bancária n.º 2004OB904941, pagamento da Fatura FD.EDU/DIR 042, emitida pela FUB em 28.10.2004, no valor de R\$ 693.000,00, referente à primeira parcela do Contrato nº 049/2004. A fatura foi atestada em 4.11.2004, pelo Coordenador-Geral de Apoio à Diretoria Colegiada, Charles Ariel de Araújo Lemos.

JUSTIFICATIVA DO GESTOR

Em 6.12.2004, por intermédio do Ofício nº 1.293/INSS/DCPRES, o Diretor-Presidente do INSS, encaminhou cópia do Ofício nº 1.290/INSS/DCPRES, de 6.12.2004, mediante o qual o Instituto concordou com a rescisão amigável do Contrato nº 049/2004, na forma proposta pela Fundação Universidade de Brasília.

A rescisão foi proposta pela FUB ao INSS pelo Ofício nº 1018/FUB, de 29.11.2004, a seguir transcrito:

"Referimo-nos à reunião realizada em 17.11.2004, em que tratamos de assunto referente ao Contrato nº 049/2004, firmado entre esta Fundação e o INSS, objetivando a prestação de serviços técnicos-especializados, com vistas ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de programas, projetos e atividades de endomarketing e comunicação social.

Lamentamos informar que, apesar de julgar legal a formalização e a execução do referido Contrato, a FUB resolveu, por bem - em virtude de terem sido suscitadas dúvidas a respeito da legalidade deste acordo e visando a preservação da boa imagem da UnB e do próprio INSS, propor a rescisão amigável do Contrato nº 049/2004, na forma da alínea "b" da Subcláusula Segunda da Cláusula Nona do Instrumento.

Assim, aguardamos a resposta de Vossa Senhoria sobre a rescisão ora proposta para que possamos desencadear os atos finais decorrentes."

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
008.349.391-34	CARLOS GOMES BEZERRA	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	ANTÔNIO BACELAR FERREIRA	COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
302.367.848-03	JOSÉ ANTONIO GODAS	CHEFE DE GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE
084.884.364-91	CHARLES ARIEL DE ARAÚJO LEMOS	COORDENADOR-GERAL DE APOIO À DIRETORIA COLEGIADA

AVALIAÇÃO DA SFC:

Ante a declaração de nulidade do atesto da Fatura F.D.EDU/DIR 042, de 28.10.2004, que indicava "que os serviços constantes da presente Nota Fiscal foram prestados a contento", conforme o Memorando/nº 437/INSS/CGAPOIO, de 13.12.2004, e ainda que os serviços "não foram prestados na sua totalidade", e, considerando ainda que não foi prestada pelo INSS qualquer informação referente a etapa do projeto que foi porventura desenvolvida, fica evidenciado que o atesto foi mera formalidade e que o pagamento no valor de R\$ 693.000,00, realizado por meio da ordem bancária 20040B904941, se configurou como antecipação de pagamento, em infringência à alínea "c", II, art. 65 da Lei nº 8.666/93 e ao art. 38 do Decreto nº 93.872/86.

Diante do exposto foi recomendado no citado Relatório, que o INSS providenciasse o ressarcimento da importância de R\$ 693.000,00 (seiscentos e noventa e três mil reais) por parte da Fundação Universidade de Brasília - FUB (Ordem Bancária

2004OB9049) aos cofres do Instituto, tendo em vista a rescisão amigável proposta pela citada Fundação, conforme Ofício nº 1018/FEB, de 29.11.2004, e a anulação da Autorização de Pagamento - AP, que originou o citado crédito.

O INSS encaminhou cópia do Ofício nº 363/FUB, de 3.5.2005, contendo o Termo de Rescisão do Contrato nº 49/2004, assinado pelo Reitor da Universidade de Brasília, datado de 3.5.2005.

Em consulta o SIAFI foi observado que a FUB/UNB (UG 154040/15257) devolveu apenas importância de R\$ 94.511,32, ao INSS (UG512006/57202), que segundo informações obtidas, foi resultante do encontro de contas efetuado com relação aos serviços prestados no período da assinatura até o ato rescisório..

RECOMENDAÇÃO:

Diante do exposto, recomendamos que a Diretoria Colegiada adote providencia para o ressarcimento da importância total de R\$ 693.000,00 (seiscentos e noventa e três mil reais) aos cofres do INSS, tendo em vista a rescisão amigável proposta pela citada Fundação, conforme Ofício nº 1018/FUB, de 29.11.2004, e se for caso, abertura de Tomada de Contas Especial-TCE.

Recomendamos ainda adoção de providências para apuração de responsabilidades dos responsáveis, conforme determina a Lei 8.112/90.

III - CONCLUSÃO

Em face dos exames realizados, bem como da avaliação da gestão efetuada, no período a que se refere o presente processo, constatamos que os atos e fatos comprometeram a referida gestão e causaram prejuízo à Fazenda Nacional.

Ressalte-se que foram apontados como responsáveis potenciais Gerentes Executivos do INSS, mesmo não constando do Rol de Responsáveis inserido neste Processo de Prestação de Contas.

Dessa forma, registramos as impropriedades/irregularidades apontadas nos itens:

IRREGULARIDADES

4.1.2.17 CONSTATAÇÃO: Pagamentos irregulares de Auxílio Doença - Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 159480/2004.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui César de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
074.140.803-15	Ana Adail Ferreira de Mesquita	Coordenador-Geral de Benefício
485.746.356-34	Carlos José do Carmo	Coordenador-Geral de Benefício

4.1.2.18 CONSTATAÇÃO: Pagamentos irregulares de benefícios de Aposentadorias por Invalidez - Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 159481/2004.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui César de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
074.140.803-15	Ana Adail Ferreira de Mesquita	Coordenador-Geral de Benefício
485.746.356-34	Carlos José do Carmo	Coordenador-Geral de Benefício

4.1.2.19 CONSTATAÇÃO: Pagamentos irregulares de Abono Permanência em Serviço - Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 161968/2005.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui César de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
074.140.803-15	Ana Adail Ferreira de Mesquita	Coordenador-Geral de Benefício
485.746.356-34	Carlos José do Carmo	Coordenador-Geral de Benefício

5.2.2.3 CONSTATAÇÃO: Manutenção de pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais com indicativo de descumprimento das normas.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
740.221.488-53	TAITI INENAMI	DIRETOR-PRESIDENTE DO INSS
008.349.391-	CARLOS GOMES BEZERRA	DIRETOR-PRESIDENTE DO INSS

34		
012.420.648-42	BENEDITO ADALBERTO BRUNCA	DIRETOR DE BENEFÍCIO
471.824.900-72	EDUARDO BASSO	DIRETOR DE BENEFÍCIO
025.195.774-87	RUI CESAR DE VASCONCELOS LEITÃO	DIRETOR DE BENEFÍCIO

5.2.3.1 CONSTATAÇÃO: Irregularidades/Impropriedade/Falha no cumprimento da missão institucional do INSS.

RESPONSÁVEL (EIS) POTENCIAL (IS)

CPF	NOME	CARGO
740.221.488-53	TAITI INENAMI	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
008.349.391-34	CARLOS GOMES BEZERRA	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
012.420.648-42	BENEDITO ADALBERTO BRUNCA	DIRETOR DE BENEFÍCIO
471.824.900-72	EDUARDO BASSO	DIRETOR DE BENEFÍCIO
025.195.774-87	RUI CESAR DE VASCONCELOS LEITÃO	DIRETOR DE BENEFÍCIO
554.360.640-00	JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA	PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA ESPECIALIZADA/FEDERAL INSS
049.357.298-80	HENRIQUE AUGUSTO GABRIEL	PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA ESPECIALIZADA/FEDERAL INSS
333.196.770-04	JEFFERSON CARLOS CARUS GUEDES	PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA ESPECIALIZADA/FEDERAL INSS
074.140.803-15	ANA ADAIL FERREIRA DE MESQUITA	COORDENADOR-GERAL DE BENEFÍCIO
485.746.356-34	CARLOS JOSÉ DO CARMO	COORDENADOR-GERAL DE BENEFÍCIO
167.029.566-49	CARLOS ROBERTO BISPO	DIRETOR DE RECEITA PREVIDENCIÁRIA
271.873.144-34	LIEDA AMARAL DE SOUZA	DIRETOR DE RECEITA PREVIDENCIÁRIA
002.358.468-80	OCENIR SANCHES	DIRETOR DE RECEITA PREVIDENCIÁRIA

TODOS OS GERENTES EXECUTIVOS DO INSS

6.2.1.2 CONSTATAÇÃO: Reincidência de utilização de Dotações Impróprias para a Realização de Despesas.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antônio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
----------------	--------------------------------	----------------------------------------------------------------

6.2.1.3 CONSTATAÇÃO: Reincidência na realização de despesa para Pagamento de Benefícios Previdenciários em desacordo com a Lei.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

8.1.1.13 CONSTATAÇÃO: Prejuízos decorrentes da construção de imóvel com recursos da Previdência Social em terreno alheio no município de Rio Bananal-ES.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo em Vitória/ES no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

8.2.1.3 CONSTATAÇÃO: Cessão gratuita dos imóveis para terceiros, inobservando à Lei nº 9.636/98, na Gerência Executiva do INSS em Recife/PE.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo do INSS em Recife/PE no exercício de 2004.

9.3.1.1 CONSTATAÇÃO: Ausência de registro no SICAJ, gerando pagamentos indevidos.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

CPF	NOME	CARGO
085.453.241-20	Lúcia Helena de Carvalho	Diretora de Recursos Humanos/INSS

9.5.2.1 CONSTATAÇÃO: Descumprimento da jornada do trabalho no INSS, com redução de 2 (duas) horas sem a contrapartida do desconto previsto em lei.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
085.453.241-20	LUCIA HELENA DE CARVALHO	DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
740.221.488-53	TAITI INENAMI	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
008.349.391-34	CARLOS GOMES BEZERRA	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
012.420.648-42	BENEDITO ADALBERTO BRUNCA	DIRETOR DE BENEFÍCIO
471.824.900-72	EDUARDO BASSO	DIRETOR DE BENEFÍCIO
025.195.774-87	RUI CESAR DE VASCONCELOS LEITÃO	DIRETOR DE BENEFÍCIO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
	GERENTES EXECUTIVOS DO INSS	

10.1.1.20. CONSTATAÇÃO: Pagamento indevido de taxa de administração de 10% para implementação da UNIPREV via Acordo de Cooperação Técnica assinado com a UNESCO e ausência de informação do acerto de contas.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
085.453.241-20	LUCIA HELENA DE CARVALHO	DIRETORA DE RECURSOS

		HUMANOS
740.221.488-53	TAITI INENAMI	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
008.349.391-34	CARLOS GOMES BEZERRA	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
138.615.653-15	ANTÔNIO BACELAR FERREIRA	COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
287.351.101-04	ÂNGELO RONCALLI MENDES LIMA	COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

10.1.1.21 CONSTATAÇÃO: Irregularidade na contratação da FUB e pagamento indevido

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
008.349.391-34	CARLOS GOMES BEZERRA	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	ANTÔNIO BACELAR FERREIRA	COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
302.367.848-03	JOSÉ ANTONIO GODAS	CHEFE DE GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE
084.884.364-91	CHARLES ARIEL DE ARAÚJO LEMOS	COORDENADOR-GERAL DE APOIO À DIRETORIA COLEGIADA

IMPROPRIEDADES

4.1.1.2 CONSTATAÇÃO: Ausência de informação e/ou de providências adotadas para o ressarcimento dos danos causados ao erário. Ref.: TC nº 010.905/2002-6 - Possíveis irregularidades em revisão de débitos da empresa Viação Aérea Rio Grandense - VARIG S/A.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

4.1.1.3 CONSTATAÇÃO: Pendências dos Resultados dos PADs e ausência de medidas para reaver os recursos públicos (TCE). Ref.: DECISÃO nº 527/2002 - TCU - 2ª Câmara (Processo TC 004.085/2002-2 e Apenso TC 008.683/2002-9) e ACÓRDÃO nº 1.297/2003 - TCU - 2ª Câmara.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
086.899.971-72	Genoveva Freire Coelho	Corregedora-Geral do INSS

4.1.1.4 CONSTATAÇÃO: Não conclusão do Sistema de Autorização de Acesso - SAA. Ref.: DECISÃO nº 1098/2002 - TCU - Plenário - TC 003.501/2001-7.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS: Diretoria Colegiada do INSS.

4.1.1.5 CONSTATAÇÃO: Ausência de informação do Resultado do PAD e de providências de ressarcimento aos cofres públicos dos pagamentos indevidos. Ref.: DECISÃO nº 027/2002 -TCU - Plenário (TC 016.101/2000-4).

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

		Contabilidade
--	--	---------------

4.1.1.6 CONSTATAÇÃO: Ausência de informação do Processo Administrativo Disciplinar-PAD e de providências para ressarcimento aos cofres públicos dos pagamentos indevidos. Ref.: DECISÃO nº 084/2002 - TCU - Plenário.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

4.1.1.8 CONSTATAÇÃO: Atendimento parcial das determinações do TCU - DECISÃO nº 1.566/2002 e Acórdão nº 02/2005 - TCU - Plenário - TC 010.498/1997-4 - Impropropriedades constatadas quando da avaliação dos controles de bens imóveis.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
221.273.131-00	Cantidio de Freitas Mundim Neto	Coordenador de Logística
632.333.045-87	Lílian Nery da Fonseca Coelho	Coordenadora de Logística, substituta

4.1.1.9 CONSTATAÇÃO: Ausência de apuração de responsabilidades pelo descumprimento da determinação do TCU e dos pagamentos realizados duplamente, relativos a Benefícios em duplicidade - Espécie 22 - Pensão por Morte de ex-servidores públicos. Ref.: ACÓRDÃO nº 94/2003 - TCU - Plenário - TC nº 014.188/2001-5.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
-----	------	-------

012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui César de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
074.140.803-15	Ana Adail Ferreira de Mesquita	Coordenador-Geral de Benefício
485.746.356-34	Carlos José do Carmo	Coordenador-Geral de Benefício
*	Todos os Gerentes Executivos	Gerentes Executivos do INSS
*	Todos os Chefes de Benefícios das APS	Chefes de Benefícios das APS

* Todos os Gerentes Executivos e Chefes de Benefícios das APS que estão mantendo benefícios espécie 22.

4.1.1.10 CONSTATAÇÃO: Ausência de instauração de TCE para os servidores demitidos devido a desvio de recursos públicos, em razão de fraudes no sistema de concessão de benefícios. Ref.: Acórdão nº 314/2003 - TCU - Plenário (TC nº 015.889/2001-5).

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

4.1.1.15 CONSTATAÇÃO: Ausência de informação de providências da determinação do TCU quanto ao pagamento indevido de aposentadoria de invalidez pelo INSS. Ref.: Acórdão Nº 1.860/2003 - 1º Câmara (TC nº 009.535/1996-9).

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui César de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
074.140.803-15	Ana Adail Ferreira de Mesquita	Coordenador-Geral de Benefício
485.746.356-34	Carlos José do Carmo	Coordenador-Geral de Benefício

4.1.1.16 CONSTATAÇÃO: Ausência de informação sobre o resultado do PAD a cargo da PGF/AGU. Ref.: ACÓRDÃO nº 2.011/2003 e ACÓRDÃO 214/2004 - TCU - 2ª Camara - TC 016.101/2000-4

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS

4.1.1.17 CONSTATAÇÃO: Ausência de providências de conclusão de PAD por parte da Corregedoria do INSS. Ref.: TC nº 012.074/2003-1 - Representação oriunda da Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro, versando sobre possíveis irregularidades ocorridas na Gerência Executiva/INSS/RJ em Irajá/RJ.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

CPF	NOME	CARGO
086.899.971-72	Genoveva Freire Coelho	Corregedora-Geral do INSS

4.1.1.19 CONSTATAÇÃO: Ausência medidas para ressarcimento aos cofres públicos dos benefícios pagos indevidamente. Ref.: ACÓRDÃO nº 659/2004 - TCU - Plenário (TC nº 020.496/2003-5).

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui César de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
074.140.803-15	Ana Adail Ferreira de Mesquita	Coordenador-Geral de Benefício
485.746.356-34	Carlos José do Carmo	Coordenador-Geral de Benefício

4.1.1.20 CONSTATAÇÃO: Ausência de informação e/ou providências do INSS das determinações do TCU, relativas a Irregularidades em benefícios do tipo pensão por morte. Ref.: ACÓRDÃO nº 791/2004 - Plenário (TC nº 020.539/2003-4).

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
-----	------	-------

012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui César de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
074.140.803-15	Ana Adail Ferreira de Mesquita	Coordenador-Geral de Benefício
485.746.356-34	Carlos José do Carmo	Coordenador-Geral de Benefício

4.1.1.21 CONSTATAÇÃO: Providências parciais do INSS para atendimento das determinações do TCU, sobre imóveis em poder de terceiros. Ref.: Acórdão 1493/2004-Plenário - TCU - Plenário (TC nº 003.808/2003-0).

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

4.1.1.22 CONSTATAÇÃO: Ausência de informação e/ou de providências pelo INSS relativas a determinações do TCU sobre Gestão de ativos imobiliários do INSS em cumprimento do artigo 96 da Lei nº 10.707/2003 (LDO de 2004). Ref.: Acórdão 1495/2004-Plenário e item 9.5.4 do Acórdão nº 681/2004 - Plenário.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Cantidio de Freitas Mundim Neto	Coordenador-Geral de Logística
287.351.101-04	Antonio José Soares Cavalcante	Coordenador-Geral de Logística

4.1.1.23 CONSTATAÇÃO: Ausência de informação quanto ao andamento dos processos na justiça pela Procuradoria-Geral no INSS, sobre possíveis irregularidades no cálculo de aposentadorias de servidores. Ref.: Acórdão 1568/2004 TCU-Plenário.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS

4.1.1.26 CONSTATAÇÃO: Ausência de implementação das alterações do Regimento Interno do INSS referentes à regulamentação da estrutura, das atribuições e das competências da Divisão de Controle Interno de Benefícios do INSS e da Auditoria de Tecnologia da Informação da Auditoria-Geral. Ref.: Acórdão nº 627/2005 – TCU Plenário.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Diretoria Colegiada do INSS.

4.1.1.29 CONSTATAÇÃO: Contratação de Advogados Credenciados na função de Procurador Federal. Ref.: ACÓRDÃOS nºs 2.169/2003 – TCU – 2ª CÂMARA (TC nºs 002.428/2001-0 e 011.578/2002-3) e 1.758/2004.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Diretoria Colegiada do INSS.

4.1.1.32 CONSTATAÇÃO: Pendências de providências por parte dos responsáveis para cumprir as determinações do TCU sobre pagamento de multa pelo INSS em virtude de descumprimento de decisão judicial que determinou a incorporação, à remuneração dos autores da Reclamação Trabalhista nº 02.1392/1990, dos índices econômicos correspondentes ao Plano Verão (26,05%) e ao Plano Collor (84,32%). Conhecimento. Ref.: ACÓRDÃO nº 1.586/2004 – 2ª Câmara – TCU (TC nº 003.534/2001-8).

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
443.328.311-87	Ségio Luís de Castro Mendes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal

	Corrêa	Especializada/INSS
266.487.841-72	Luís Felipe da Cunha Neves Gonzaga	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
029.406.578-40	Cornélio Medeiros Pereira	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
924.826.275-91	Leonardo Silva Lima	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS

4.1.1.39 CONSTATAÇÃO: Ausência de atendimento do Acórdão nº 1.449/2004 - TCU - 2ª Câmara (TC nº 019.777/2003-3) - Aposentadoria. Inclusão de percentuais referentes a URP (26,05%), IPC (84,32%) e PCCS em decorrência de sentenças judiciais transitadas em julgado. Ilegalidade. Negativa de registro de atos. Súmula nº 106/TCU.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em NATAL/RN no exercício de 2004.
Procurador Federal Especializado em NATAL/RN.

CPF	NOME	CARGO
085.453.241-20	Lúcia Helena de Carvalho	Diretora de Recursos Humanos do INSS
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS

4.1.1.42 CONSTATAÇÃO: Vários Acórdãos sobre PCCS encontram-se pendentes de regularização.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
085.453.241-20	Lúcia Helena de Carvalho	Diretora de Recursos Humanos do INSS
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS

333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
----------------	----------------------------------	-------------------------------------------------------------------

4.1.2.2 CONSTATAÇÃO: Aquisição irregular de software da empresa GET - Telecomunicações e Informática Ltda.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
086.899.971-72	Genoveva Freire Coelho	Corregedora-Geral do INSS
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS

4.1.2.3 CONSTATAÇÃO: Irregularidades detectadas no Contrato nº 17/97 - INSS/BRADIV. Prática de Ato de Improbidade Administrativa.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
086.899.971-72	Genoveva Freire Coelho	Corregedora-Geral do INSS
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hattem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

4.1.2.4 CONSTATAÇÃO: Terceirização irregular de mão-de-obra - Empresa TECNOCOOP SISTEMAS.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
086.899.971-72	Genoveva Freire Coelho	Corregedora-Geral do INSS

4.1.2.5 CONSTATAÇÃO: Realização de obras e reformas em imóvel de terceiros -Linhares/ES. Contrato de locação de reforma de imóvel; e recusa ao direito de preferência na compra do mesmo, realizada em desacordo com o que dispõe o Regimento Interno do INSS, em LINHARES-ES - (Processo nº 15492.000553/2003-04).

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS):

CPF	NOME	CARGO
086.899.971-72	Genoveva Freire Coelho	Corregedora-Geral do INSS

4.1.2.6 CONSTATAÇÃO: Impropriedades detectadas na realização de permuta de Imóveis em Goiânia/GO - Processo nº 35069.002448/1999-99.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS

4.1.2.7 CONSTATAÇÃO: Irregularidades no processo de permuta de Imóveis realizada entre o INSS e a MIRAMAR Empreendimentos Imobiliários.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Cantídio de Freitas Mundim Neto	Coordenador-Geral de Logística
784.219.778-49	José Roberto Senno	Chefe da Divisão do Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário
287.351.101-04	Antonio José Soares Cavalcante	Coordenador-Geral de Logística

4.1.2.8 CONSTATAÇÃO: Falha na análise de Restituição de Contribuição Previdenciária.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
167.029.566-49	Carlos Roberto Bispo	Diretor de Receita Previdenciária
271.873.144-34	Lieda Amaral de Souza	Diretor de Receita Previdenciária
002.358.468-80	Ocenir Sanches	Diretor de Receita Previdenciária

4.1.2.9 CONSTATAÇÃO: Pendências do Relatório de Acompanhamento da Gestão nº 153860/2004 - Programa de Fiscalizações por Sorteio Público.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
167.029.566-49	Carlos Roberto Bispo	Diretor de Receita Previdenciária
271.873.144-34	Lieda Amaral de Souza	Diretor de Receita Previdenciária
002.358.468-80	Ocenir Sanches	Diretor de Receita Previdenciária
740.221.488-53	Taiti Inenami	Diretor Presidente do INSS
008.349.391-34	Carlos Gomes Bezerra	Diretor Presidente do INSS
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
471.824.900-72	Eduardo Basso	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui Cesar de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
	Gerentes Executivos do INSS	

4.1.2.15 CONSTATAÇÃO: Irregularidade na Locação de Imóvel situado a Rua André Cavalcante, nº 103, Bairro de Fátima - Rio de Janeiro/RJ, pela DATAPREV, ocupado pela Superintendência Regional do INSS/RJ.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
086.899.971-72	Genoveva Freire Coelho	Corregedora-Geral do INSS

4.1.2.16 CONSTATAÇÃO: Atendimento parcial do encaminhamento das providências da apuração das irregularidades denunciadas na área de arrecadação - GEX - BAURU/SP.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
167.029.566-49	Carlos Roberto Bispo	Diretor de Receita Previdenciária
271.873.144-34	Lieda Amaral de Souza	Diretor de Receita Previdenciária
002.358.468-80	Ocenir Sanches	Diretor de Receita Previdenciária

4.1.2.20 CONSTATAÇÃO: Improriedades na área de arrecadação (Gerência Executiva do INSS no DF - GEX DF) - Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 154501/2004.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
CPF	NOME	CARGO
167.029.566-49	Carlos Roberto Bispo	Diretor de Receita Previdenciária
271.873.144-34	Lieda Amaral de Souza	Diretor de Receita Previdenciária
002.358.468-80	Ocenir Sanches	Diretor de Receita Previdenciária
		Gerente Executivo do INSS no DF - GEX DF

4.1.2.21 CONSTATAÇÃO: Improriedades na área de arrecadação relativas a cobranças dos débitos administrativos e judiciais - Listagem dos devedores da Previdência Social - (Relatório de Auditoria/DSPAS/DS/SFC/CGU-PR nº 162057/2005).

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS):

CPF	NOME	CARGO
167.029.566-49	Carlos Roberto Bispo	Diretor de Receita Previdenciária
271.873.144-34	Lieda Amaral de Souza	Diretor de Receita Previdenciária
002.358.468-80	Ocenir Sanches	Diretor de Receita Previdenciária
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS

333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
----------------	-------------------------------	-------------------------------------------------------------

4.2.3.1 CONSTATAÇÃO: Falta de articulação entre os Agentes de Controle do INSS nos níveis estratégico, tático e operacional. Falta de Regimento Interno formalmente constituído.

RESPONSÁVEL(EIS) POTENCIAL(IS)

CPF	NOME	CARGO
008.349.391-34	Carlos Gomes Bezerra	Diretor-Presidente do INSS
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui César de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
085.453.241-20	Lúcia Helena de Carvalho	Diretora de Recursos Humanos

5.1.1.1 CONSTATAÇÃO: Baixo índice de execução física e financeira do Projeto PROPREV.

RESPONSÁVEL(EIS) POTENCIAL(IS)

CPF	NOME	CARGO
008.349.391-34	Carlos Gomes Bezerra	Diretor Presidente do INSS
064.542.168-53	Rogério Gragnan Leite	Coordenador da UEL/INSS
054.351.961-91	Marlene da Silva Prado	Coordenador da UEL/INSS
185.232.428-72	Roberto Unti	Coordenador da UEL/INSS

5.2.1.1 CONSTATAÇÃO: A INSS não procedeu à devida descrição, no relatório de gestão, dos indicadores de desempenho utilizados na avaliação da gestão da Unidade.

RESPONSÁVEL (EIS) POTENCIAL (IS)

CPF	NOME	CARGO
008.349.391-34	Carlos Gomes Bezerra	Presidente do INSS
610.221.601-68	Marcelo Soares Alves	Coordenador-Geral da

		Controladoria
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor De Benefício
471.824.900-72	Eduardo Basso	Diretor De Benefício
025.195.774-87	Rui Cesar de Vasconcelos Leitão	Diretor De Benefício
167.029.566-49	Carlos Roberto Bispo	Diretor de Receita Previdenciária
271.873.144-34	Lieda Amaral de Souza	Diretor de Receita Previdenciária
002.358.468-80	Ocenir Sanches	Diretor de Receita Previdenciária

5.2.2.1 CONSTATAÇÃO: Assunção pelos gestores do INSS, no exercício de 2004, de metas inconsistentes e ausência de integração entre o planejamento e o orçamento.

RESPONSÁVEL(EIS) POTENCIAL(IS)

CPF	NOME	CARGO
008.349.391-34	Carlos Gomes Bezerra	Diretor-Presidente do INSS
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício
025.195.774-87	Rui César de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada/INSS
085.453.241-20	Lúcia Helena de Carvalho	Diretora de Recursos Humanos
610.221.601-68	Marcelo Soares Alves	Coordenador-Geral de Controladoria

5.2.2.2 CONSTATAÇÃO: Elevado número de demandas, baixo índice de resolutividade e elevado tempo médio de solução das demandas encaminhadas pela Ouvidoria-Geral do Ministério da Previdência Social às diversas áreas do INSS.

RESPONSÁVEL(EIS) POTENCIAL(IS)

CPF	NOME	CARGO
008.349.391-34	Carlos Gomes Bezerra	Diretor-Presidente do INSS
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor de Benefício

025.195.774-87	Rui César de Vasconcelos Leitão	Diretor de Benefício
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
554.360.640-00	João Ernesto Aragonés Vianna	Procurdor-Geral
049.357.298-80	Henrique Augusto Gabriel	Procurdor-Geral
333.196.770-04	Jefferson Carlos Carus Guedes	Procurdor-Geral
085.453.241-20	Lúcia Helena de Carvalho	Diretora de Recursos Humanos
610.221.601-68	Marcelo Soares Alves	Coordenador-Geral de Controladoria
TODOS OS GERENTES EXECUTIVOS DO INSS no exercício de 2004		

5.2.2.4 CONSTATAÇÃO: Omissão no dever de prestar contas por parte de 27 Gerências Executivas do INSS.

RESPONSÁVEL(IS) POTENCIAL(IS):

01 - Gerente executivo em MACEIÓ -AL
02 - Gerente executivo em MACAPÁ-AP
03 - Gerente executivo em JUAZEIRO-BA
04 - Gerente executivo executiva em SALVADOR-BA
05 - Gerente executivo em VITÓRIA DA CONQUISTA-BA
06 - Gerente executivo em FORTALEZA-CE
07 - Gerente executivo em VITÓRIA-ES
08 - Gerente executivo em GOIÂNIA-GO
09 - Gerente executivo em CAMPO GRANDE-MS
10 - Gerente executivo em BARBACENA-MG
11 - Gerente executivo em BELO HORIZONTE-MG
12 - Gerente executivo em DIVINÓPOLIS-MG
13 - Gerente executivo em POÇOS DE CALDAS-MG
14 - Gerente executivo em TEÓFILO OTONI-MG
15 - Gerente executivo em CARUARÚ-PE
16 - Gerente executivo em GARANHUNS-PE
17 - Gerente executivo em RECIFE-PE
18 - Gerente executivo em CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ
19 - Gerente executivo em CANOAS-RS
20 - Gerente executivo em BOA VISTA-RR
21 - Gerente executivo em ARACAJÚ-SE
22 - Gerente executivo em CAMPINAS-SP
23 - Gerente executivo em JUNDIAÍ-SP
24 - Gerente executivo em PRESIDENTE PRUDENTE-SP
25 - Gerente executivo em SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP
26 - Gerente executivo em SÃO JOÃO DA BOA VISTA-SP
27 - Gerente executivo em SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

6.1.2.2 CONSTATAÇÃO: Ausência de integração entre o Plano Anual e o Orçamento da Unidade.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

6.2.1.4 - CONSTATAÇÃO: Não cumprimento das metas orçamentárias na execução das Despesas.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em Manaus/AM; Gerente Executivo do INSS em Palmas/TO; Gerente Executivo do INSS em Macapá/AP; e Gerente Executivo do INSS em Natal/RN, no exercício de 2004.

6.1.2.5 CONSTATAÇÃO: Improriedades na execução de despesas com contratos de limpeza e vigilância.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em Macapá/AP no exercício de 2004.

7.2.1.2 CONSTATAÇÃO: Saldo de contas em restos a pagar - diárias (exercício anterior)

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em Recife/PE no exercício de 2004.

7.2.2.1 CONSTATAÇÃO: Falhas no Controle Financeiro - Pagamento de Benefícios

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

7.2.2.3 CONSTATAÇÃO: Emissão de Autorização de Pagamento em data anterior a da Nota Fiscal, caracterizando liquidação antecipada.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em Campo Grande/MS no exercício de 2004.

7.2.2.4 CONSTATAÇÃO: Ausência de documentação comprobatória de inscrição de devedores.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em Porto Alegre/RS no exercício de 2004.

7.2.2.5 CONSTATAÇÃO: Impropriedades na execução de despesas com contratos de limpeza e vigilância.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Gerente Executivo do INSS em Macapá/AP exercício de 2004.		

7.2.2.6 CONSTATAÇÃO: Ausência de cronograma de pagamento de fornecedores.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

7.2.4.1 CONSTATAÇÃO: Pagamento de Diárias e Passagens como despesa de exercícios anteriores.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística.
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística.
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade.
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

7.2.4.2 CONSTATAÇÃO: Contas contábeis com saldos a regularizar.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
138.615.653-15	Antonio Bacelar Ferreira	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
287.351.101-04	Ângelo Roncalli Mendes Lima	Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade

8.1.1.1 CONSTATAÇÃO: Aumento das impropriedades e irregularidades nos atos de gestão das atividades meio do INSS por conta da descentralização para as Gerências Executivas.

RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS:

Diretoria Colegiada do INSS

CPF	NOME	CARGO
740.221.488-53	TAITI INENAMI	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
008.349.391-34	CARLOS GOMES BEZERRA	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
----------------	-----------------------------------	-----------------------------------

8.1.1.2 CONSTATAÇÃO: Ausência de cadastramento dos imóveis no Sistema SPIUnet, bem como falta de regularização da documentação junto aos Cartórios de imóveis na Gerência Executiva do INSS em Recife/PE.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em Recife/PE no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

8.1.1.4 CONSTATAÇÃO: Falhas, morosidade e intempestividade na gestão dos bens imóveis na Gerência Executiva do INSS em Macapá/AP.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em Macapá/AP no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

8.1.1.5 CONSTATAÇÃO: Existência de imóveis de propriedade do INSS com documentação de registro pendente de regularização e com ocupação ilegal (invadidos), sob a responsabilidade da Gerência Executiva do INSS de Porto Alegre/RS.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em Porto Alegre/RS no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

8.1.1.6 CONSTATAÇÃO: Falta de realização de inventário de bens imóveis na Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo do INSS em Porto Alegre/RS no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

8.1.1.7 CONSTATAÇÃO: Improriedades identificadas nos inventários de material de consumo e de bens móveis na Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo do INSS em Porto Alegre/RS no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

8.1.1.11 CONSTATAÇÃO: Deficiência nos controles de registros oficiais e financeiros dos imóveis na Gerência Executiva do INSS em Porto Velho/AC.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo do INSS em Porto Velho/AC no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

8.1.1.14 CONSTATAÇÃO: Divergências entre os dados constantes do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da Unidade - SGPI e o SIAFI na Gerência Executiva em Natal/RN.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo em Natal/RN no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

8.1.1.15 CONSTATAÇÃO: Falta de ações efetivas da Procuradoria Federal Especializada da GEXNAT, sobre a reintegração de posse dos imóveis do INSS, ocupados ilegalmente por terceiros.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo em Natal/RN no exercício de 2004.

Procuradoria Federal Especializada localizada em Natal/RN

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO,

		FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

8.1.1.16 CONSTATAÇÃO: Número reduzido de servidores para administração do patrimônio imobiliário do INSS. Falta de utilização de sistema de gerenciamento de imóveis. Ausência de serviço de vigilância para os imóveis. Falta de vistorias nos imóveis, na Gerência Executiva do INSS em São Paulo/SP.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em São Paulo/SP no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
085.453.241-20	LUCIA HELENA DE CARVALHO	DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
740.221.488-53	TAITI INENAMI	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
008.349.391-34	CARLOS GOMES BEZERRA	DIRETOR PRESIDENTE DO INSS
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

8.1.1.17 CONSTATAÇÃO: Ausência do registro dos imóveis pertencentes ao INSS - GEXCGD/MS no sistema SPIUnet e SIAPA.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo do INSS em Campo Grande/MS no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

8.1.1.20 CONSTATAÇÃO: Informação apresentada no SIAFI divergente da constante do inventário, na Gerência Executiva do INSS em Teresina/PI.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo do INSS em Teresina/PI no exercício de 2004.

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

8.1.2.1 CONSTATAÇÃO: Controle patrimonial inadequado, na Gerência Executiva do INSS em Belém/PA.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo do INSS em Belém/PA no exercício de 2004.

8.2.1.4 CONSTATAÇÃO: Ocupação irregular de imóveis pertencentes ao INSS, na Gerência Executiva do INSS em Recife/PE.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo do INSS em Recife/PE no exercício de 2004.

8.2.2.1 CONSTATAÇÃO: Existência de bens armazenados em prédio abandonado, na Gerência Executiva do INSS em Belém/PA.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo do INSS em Belém/PA no exercício de 2004.

8.3.1.1 CONSTATAÇÃO: Deficiência no controle de utilização de veículos, na Gerência Executiva do INSS em Belém/PA.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

Gerente Executivo do INSS em Belém/PA no exercício de 2004.

9.1.1.1 CONSTATAÇÃO: Localização de servidores admitidos em desacordo com a proposta inicial.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

CPF	NOME	CARGO
085.453.241-20	Lucia Helena de Carvalho	Diretora de Recursos Humanos/INSS

9.1.4.2 CONSTATAÇÃO: Duplicidade de registros de atos de admissão no sistema de registro e de apreciação de atos de admissão e concessão do Tribunal de Contas da União - SISAC.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em São Paulo/SP no exercício de 2004.

9.3.2.1 CONSTATAÇÃO: Inconsistência no Pagamento de Ajuda de Custo.

RESPONSÁVEL POTENCIAL:

CPF	NOME	CARGO
085.453.241-20	Lúcia Helena de Carvalho	Diretora de Recursos Humanos/INSS

9.5.1.2 CONSTATAÇÃO: Estabelecimento de diretrizes de instauração de Processos Disciplinares-PAD que geraram significativa redução nas apurações de ilícitos administrativos; utilização inadequada de servidores locais na apuração de grandes irregularidades e/ou envolvendo autoridades regionais; uso indevido do conteúdo do Acórdão nº. 412/2004-Plenário do TCU para justificar paralisação de PAD; ausência de articulação entre as ações de auditoria, corregedoria e força-tarefa; falhas e carências estruturais no desenvolvimento das atividades correicionais.

RESPONSÁVEL (IS) POTENCIAL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
740.221.488-53	Taiti Inenami	Diretor Presidente do INSS
008.349.391-34	Carlos Gomes Bezerra	Diretor Presidente do INSS
379.761.251-68	João Ângelo Loures	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
025.407.148-11	Samir de Castro Hatem	Diretor de Orçamento, Finanças e Logística
012.420.648-42	Benedito Adalberto Brunca	Diretor De Benefício
471.824.900-72	Eduardo Basso	Diretor De Benefício
025.195.774-87	Rui Cesar De Vasconcelos Leitão	Diretor De Benefício
085.453.241-20	Lúcia Helena de Carvalho	Diretora de Recursos Humanos do INSS
086.899.971-72	Genoveva Freire Coelho	Corregedora-Geral do INSS
437.510.247-00	Ana Rita Ilha Porto	Corregedora-Geral do INSS - Substituta

9.6.1.2 CONSTATAÇÃO: Concessão de diária para pagamento de viagens realizadas a regiões dentro da área metropolitana.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em Natal/RN no exercício de 2004
Gerente Executivo do INSS em Porto Alegre/RS no exercício de 2004
Gerente Executivo do INSS em João Pessoa/PB no exercício de 2004

9.6.1.3 CONSTATAÇÃO: Ausência de comprovação de embarque e desembarque, por meio de bilhete de passagem, nos processos referentes às Propostas de Viagens - PV.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em Natal/RN no exercício de 2004;
Gerente Executivo do INSS em Rio Branco/AC no exercício de 2004;
Gerente Executivo do INSS em Palmas/TO no exercício de 2004;
Gerente Executivo do INSS em Macapá/AP no exercício de 2004;
Gerente Executivo do INSS em Recife/PE no exercício de 2004;
Gerente Executivo do INSS em Belém/PA no exercício de 2004;
Gerente Executivo do INSS em São Paulo/SP no exercício de 2004;
Gerente Executivo do INSS em Vitória/ES no exercício de 2004;
Gerente Executivo do INSS em Manaus/AM no exercício de 2004.

9.6.1.4 CONSTATAÇÃO: Ausência de justificativa em casos de concessão de diárias iniciadas ou finalizadas em sábados, domingos e feriados.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em Palmas/TO no exercício de 2004

9.6.1.5 CONSTATAÇÃO: Falta de pagamento antecipado das Diárias, referentes a PVs com infração ao que dispõe o Art. 6º do Decreto 343/1991.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em Recife/PE e Gerente Executivo do INSS em Macapá/AP, no exercício de 2004.

9.6.1.6 CONSTATAÇÃO: Concessão de diárias para realizar trabalhos em sede diferente de seu exercício e por períodos prolongados.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em Recife/PE e Gerente Executivo do INSS em São Paulo/SP, no exercício de 2004.

9.6.1.7 CONSTATAÇÃO: Inconsistência de dados no SIAPE, pagamento de diárias para servidor em período previsto de férias.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:

Gerente Executivo do INSS em São Paulo/SP, no exercício de 2004.

9.6.1.8 CONSTATAÇÃO: Pagamento de diárias em duplicidade.**RESPONSÁVEIS POTENCIAIS:**

Gerente Executivo do INSS em São Paulo/SP, no exercício de 2004.

10.1.1.1 CONSTATAÇÃO: Processos DATAPREV, exercício de 2004: Pagamento de faturas referentes a prestação de serviços sem cobertura contratual por meio de reconhecimento de dívida.**RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS**

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
221.273.131-00	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR DE LOGÍSTICA

10.1.1.2 CONSTATAÇÃO: Impropropriedades em contratos, especificamente quanto a: formalização legal de processos licitatórios; fiscalização interna; inspeção física da execução e rescisão; alterações contratuais; e pagamentos contratuais, verificadas durante as Auditorias realizadas nas Gerências Executivas do INSS pela CGU nos Estados, conforme apontadas nos itens 10.1.1.3 a 10.1.1.18 deste relatório.**RESPONSÁVEIS PONTENCIAIS:**

CPF	NOME	CARGO
379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
287.351.101-04	ANTONIO JOSÉ SOARES CAVALCANTE	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA

Além dos seguintes Gerentes Executivos:

GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM MACAPÁ/AP
 GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM CURITIBA/PR
 GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM VITÓRIA/ES
 GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM RECIFE/PE
 GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM PORTO ALEGRE/RS
 GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM BELÉM/PA
 GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM PALMAS/TO
 GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM NATAL/RN
 GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM TERESINA/PI
 GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM SÃO PAULO/SP
 GERENTE EXECUTIVO DO INSS EM MANAUS/AM

10.1.1.19 CONSTATAÇÃO: Ato administrativo praticado em desacordo com legislação vigente, referente Processo nº 35000.000131/2004-11 e Processos nº 35000.004136/96-16.

RESPONSÁVEIS POTENCIAIS

379.761.251-68	JOÃO ÂNGELO LOURES	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
025.407.148-11	SAMIR DE CASTRO HATEM	DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
138.615.653-15	CANTIDIO DE FREITAS MUNDIM NETO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
054.351.961.91	MARLENE DA SILVA PRADO	COORDENADOR-GERAL DE LOGÍSTICA
085.453.241-20	LUCIA HELENA DE CARVALHO	DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
Gerente Executivo do INSS em SÃO PAULO/SP em 2004		

BRASILIA-DF, de junho de 2005.

NOME	CARGO	ASSINATURA
JOÃO CARLOS LUIS CATALDI	TFC	
FRANCISCO ALVES MOREIRA	AFC	
MARCIA MARIA PACHECO MOREIRA	AFC	
VALQUIRIA GOMES LUMBA	AFC	
WALQUIRIA ALVES DE CASTRO	AFC	
JOSÉ DE RIBAMAR BARBOSA SILVA	AFC	
MILTON MARCELO FERNANDES FERREIRA	AFC	
VITOR ALVES DE SOUZA	TFC	
JOSÉ DORISMAR ARRAES DE LAVOR	AFC	